E-BOOK

XV ENCONTRO de PESQUISADORES

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Desenvolvimento e Interdisciplinaridade:

Ensaios, Projetos e Relatos de Pesquisa

ISBN: 978-85-87406-84-2

Organizadores:
Silvio Carvalho Neto
Paulo de Tarso Oliveira

Editora
Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

DESENVOLVIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE: ENSAIOS, PROJETOS E RELATOS DE PESQUISA

Silvio Carvalho Neto
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-84-2

FRANCA-SP

2014

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2014

REITOR
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

VICE-REITOR
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO
Profa. Dra Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto
COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU
Profa. Dra. Bárbara Fadel

ASSESSOR JURÍDICO
Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine
ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL
Alba Valéria Penteado Orsolini
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith
COORDENADORA PEDAGÓGICA
Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan
COORDENADOR DE MARKETING
Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Ms. Francismar Monteiro
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Ms. Orivaldo Donzelli
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO / ENGENHARIA CIVIL
Prof Ms. Antônio Carlos T. Bettarello
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS
Profa. Dra Ana Lúcia F. Campos-Toscano
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
Profa. Dra Sílvia Regina Viel
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Profª. Dndª. Maria Cherubina de Lima Alves
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires
CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TURISMO
Profa. Ms. Tatiana Iuri Yamassaki da Silva

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

DESENVOLVIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE: ENSAIOS, PROJETOS E RELATOS DE PESQUISA

Silvio Carvalho Neto
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-84-2

FRANCA-SP

2014

© 2014 dos autores
Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
www.unifacef.com.br

Capa: Alba Valéria Penteado Orsolini / Silvio Carvalho Neto

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA OBRA É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

Carvalho Neto, Silvio (Org.)
C328d Desenvolvimento e interdisciplinaridade: ensaios, projetos e relatos de pesquisa. / Silvio Carvalho Neto; Paulo de Tarso Oliveira (orgs.). – Franca (SP): Uni-FACEF, 2014.
103p.; il.

ISBN: 978-85-87406-84-2

1.Desenvolvimento Econômico. 2.Desenvolvimento humano - social. 3.Politicas públicas. 4.Educação. 5.Tencologia. 7.Pesquisa. I.T.

CDD 338.98161

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

Apresentação

O livro "Desenvolvimento e Interdisciplinaridade: Ensaios, Projetos e Relatos de Pesquisa" tem suas origens nos trabalhos apresentados no XV Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca. Este é um evento tradicional, científico, e de abrangência nacional, estando em 2014 na sua décima quinta edição.

O Encontro de Pesquisadores é aberto a toda a comunidade científica regional e nacional com apresentação de comunicações e projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, como: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Comunicação Social, Psicologia, Matemática, Letras, Turismo, Sistemas de Informação e Engenharias - Civil e de Produção. Neste livro estão publicados artigos especialmente voltados para o desenvolvimento econômico, humano e social, em suas múltiplas facetas e complexidades, envolvendo as áreas educacional e pedagógica, letras, politicas públicas, direito, psicologia, cultura, informação, indústria, empresas, serviço social, sustentabilidade, terceiro setor, entre outras.

Desde 2008, o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e o Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento - GEDE, ambos do Uni-FACEF, trabalham a interdisciplinaridade como método de produção de conhecimento. A partir de 2009 assumiram a responsabilidade pela realização do Encontro de Pesquisadores e numa abrangência multi e interdisciplinar buscam reunir pesquisadores para apresentarem e discutirem seus trabalhos como forma de contribuir para o desenvolvimento e a disseminação das pesquisas científicas.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca e o GEDE buscam promover e ampliar as oportunidades de disseminação como forma de tornar transparentes as atividades de pesquisas e de estudos avançados do seu corpo docente e discente, e dos pesquisadores provenientes de outras instituições e programas de pós-graduação.

O eixo temático da obra "Desenvolvimento e Interdisciplinaridade: Ensaios, Projetos e Relatos de Pesquisa" procura atender às necessidades da interdisciplinaridade, e tem como objetivo a interação de pesquisadores e divulgação de artigos científicos de projetos de pesquisas e pesquisas em andamento, promovendo o pensar e o interagir, conectando o conhecimento com a realidade, por meio de diálogos e debates, atendendo, assim, à demanda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional. Este livro promove e incentiva o conhecimento e o crescimento científico, visando estimular um processo de construção e socialização dos saberes.

Boa leitura,

Silvio Carvalho Neto
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

Comissão Científica

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE - Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Científica:

Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)
Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF/ GEDE)
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)
Profª Drª Patricia do Espirito Santo (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)

Sumário

200 Anos do Bicentenário da Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil: uma análise da inserção do negro no ensino formal brasileiro, 1808-2008 10

A atuação do empresário calçadista francano no desenvolvimento econômico local 17

A burocratização da organização escolar: Os modelos de administração e gestão escolar 27

A construção da cidadania por meio do esporte pelo olhar da psicologia: uma contribuição para o desenvolvimento social e local da cidade de Franca 33

A cultura das organizações como influência do Desenvolvimento Regional 39

A educação superior: caminho para expansão 46

A estrutura produtiva do território de Franca/SP: frente ao impacto da reestruturação capitalista 51

A garantia da alfabetização na idade certa como proposta de política pública para a infância 58

A implantação dos programas de Residências Multiprofissionais no Estado de Minas Gerais e seus impactos na efetivação do Sistema Único de Saúde 65

A luta dos catadores: avanços e necessidades 74

A Materialização do Projeto Ético Político no Cotidiano do Assistente Social do Hospital de Clínicas 79

A Ponte e a Cidadania: uma experiência de trabalho social com as famílias rurais de reforma agrária 88

A psicologia do esporte como ferramenta para construção de cidadania no processo de desenvolvimento social 92

A região sul no Brasil-Colônia e os colégios menores da Companhia de Jesus 100

A tecnologia como aliada no ensino de História e a sua adesão nas escolas de educação básica 104

A trajetória do ensino de História no Brasil: aspectos históricos e curriculares da disciplina 109

A utilização das tecnologias pelos licenciandos em Matemática: a experiência da disciplina “Matemática Computacional” 117

Administração Pública Escolar: da burocracia à democracia 127

AMARJA: o mundo da dependência química apreendido a partir do olhar do Serviço Social 133

Análise do discurso midiático sobre o fim de uma profissão 141

Apontamentos sobre a teoria da representação Social do Processo Saúde-doença 150

As Políticas Públicas e as Leis de Incentivo à Cultura e sua Relação com o Egresso do Curso Superior em Audiovisual - Criação e Produção de Ribeirão Preto/SP 153

Capital Humano e Taxa de Crescimento da Economia: teoria e aplicações para a cidade de Osasco SP 168

Capital, Estado e políticas sociais: que determinações impõem ao serviço social? 182

Confiança e Durabilidade: prospecção de Cenários para uma indústria metalúrgica da cidade de Franca/SP 187

Crescimento econômico do Brasil: a influência da classe média no período de 2002 a 2010 198

Cuidar do cuidador: assistência à família no final da vida 205

Desenvolvimento e crescimento: uma reflexão sobre o município de Ituiutaba (MG) 217

Desenvolvimento Humano e Social e políticas públicas: um estudo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos no município de Franca-SP 222

Desenvolvimento social e terceira idade: o debate crítico da promoção do envelhecimento ativo na UNATI- Campus Franca 227

Distribuição do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais e nas mesorregiões mineiras: uma comparação entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 233

Educação a Distância e a contribuição do curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP para a formação continuada de professores 239

Educação inclusiva e desenvolvimento humano e social 246

Experiência em estágio clínico: algumas reflexões de um caso a partir da psicoterapia analítico junguiana 257

Formação profissional contábil e a atuação no mercado de trabalho como instrumento de promoção ao desenvolvimento regional: um estudo de caso dos alunos egressos de Ciências Contábeis do Uni-FACEF 266

Gestão da Informação: um diferencial no tratamento da imagem em movimento no contexto televisivo 272

Guarda Compartilhada: um caminho para inibir a Alienação Parental? 277

Identidade feminina: o que é ser mulher na atualidade 287

Informação, comunicação e conhecimento: uma tríade no contexto da televisão digital 293

Lavanderia de Hotel 306

Neoliberalismo e a crise da educação na formação em Serviço Social 314

O adolescente versus violência e as Políticas Públicas de Assistência Social 321

O caminho de transformação da borboleta: atendimento clínico na abordagem junguiana 329

O Comportamento das Ondas Longas de Crescimento Econômico sob uma Perspectiva Neo-Schumpeteriana 338

O crime organizado e o Rio de Janeiro 350

O dano existêncial aplicado ao âmbito trabalhista 358

O desenvolvimento brasileiro em perspectiva: avanços e retrocessos 365

O desenvolvimento e a apropriação do sistema de escrita alfabética do aluno com TDHA 397

O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Dilemas, desafios e perspectivas na direção de um estágio de qualidade 408

O fluxo informacional como aporte a tomada de decisão em uma instituição de ensino superior do terceiro setor 418

O futuro do emprego doméstico após a Emenda Constitucional 72/2013: um embate entre interesses econômicos e sociais 423

O impacto do trabalho doméstico na saúde das mulheres: um estudo no Assentamento Novo Pântano Mariano Ituiutaba/MG 430

O papel da infraestrutura urbana na promoção do desenvolvimento local: a história do sistema de abastecimento de água do município de Franca 447

O perfil da trabalhadora doméstica jovem de Ituiutaba-MG 460

O processo de capacitação na indústria de lingerie do Pólo de Produção do município de Juruaia/MG 470

O processo de supervisão em Serviço Social: compromisso com a formação acadêmica e com os princípios da profissão 478

O Programa Teto Seguro 487

O PRONAF como política pública para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Bebedouro - SP 497

O setor calçadista da cidade de Franca e seus impactos socioeconômicos (1970 – 1990) 502

O Terceiro Setor e o Meio Ambiente em Ibiraci/MG: Um breve estudo sobre a atuação da PROBRIG 511

O uso interdisciplinar das aplicações de realidade aumentada para o desenvolvimento regional 516

Organizações do Terceiro Setor e os Direitos da Criança e do Adolescente de Franca 529

Os colégios dos jesuítas no Brasil-Colônia: um estudo a partir das instituições menores de ensino da região nordestina 536

Os programas de desenvolvimento social de uma Instituição Educacional e seus reflexos na cidade de Ribeirão Preto 540

Ouro de Minas: prospecção de cenário para os produtores do Queijo Canastra 547

Padrões das Trend Strips nos Mapas Caóticos Discretos" 561

Padrões das Trend Strips nos Sistemas Caóticos Contínuos 567

Particularidades da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social 570

Pesquisa em curso: a trajetória teórico-metodológica 580

Plano individual de atendimento e audiência concentrada: o ponto de vista de assistentes sociais e psicólogos/as judiciários/as 593

Política Nacional de Resíduos Sólidos: Uma breve análise sobre a gestão de resíduos sólidos do município de Franca e as adequações previstas para o cumprimento da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 605

Processos de gestão de pessoas em lojas de Super e Hipermercados no município de Passos/MG: Recrutamento e Seleção 617

Projeto Ambiental Estratégico Município VerdeAzul: uma análise do processo de implementação a partir da ótica de um município do Estado de São Paulo 626

Proposição de Melhorias à Unidade Logística de uma Indústria de Cosméticos 630

Regime de responsabilidade de conselheiros nas sociedades anônimas: o caso Petrobras 639

Retórica, Persuasão e convencimento: o discurso de Mandela em "Invictus" 647

Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais: construção de Políticas Sociais para as crianças e adolescentes 652

Serviços que compõem a Rede de Produção de hospitalidade na região de Campinas/SP 665

Tecnologia e educação: um estudo de caso na cidade de Franca-SP 677

Terceiro setor: gestão profissional em organizações não governamentais 690

TICS para monitoramento de alagamento em córrego urbano na cidade de Franca-SP: Antecipação do risco desencadeia o desenvolvimento local? 695

Transexualidade e Dignidade da Pessoa Humana 703

Transmatemática: divulgando uma nova área da matemática 713

Um estudo sobre a percepção da responsabilidade social da empresa Natura: em consumidores da região de São Joaquim da Barra 720

Um estudo particular do setor calçadista de Franca: a formação histórica da economia regional e os novos paradigmas do mundo globalizado 734

Uma analise quantitativa da mobilidade internacional estudantil na Unesp câmpus de Franca no período de 2006-2013 744

Universidade Aberta do Brasil: a educação a distância e a melhoria da qualidade de vida 751

Usando o Mapa Logístico para Gerar Números Pseudo-Aleatórios 757

Lista de autores 767

200 Anos do Bicentenário da Vinda da Corte Portuguesa para o Brasil: uma análise da inserção do negro no ensino formal brasileiro, 1808-2008

O objetivo deste artigo é dialogar com a proposta de pesquisa realizada pelo professor Frederico Lustosa da Costa (2008) em seu artigo intitulado "Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas", em que ele se propõe preencher uma das lacunas deixadas nas comemorações do bicentenário da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808. Costa (2008) afirma que apesar das muitas publicações acadêmicas, palestras, seminários e visibilidade na mídia, faltaram discussões, em torno das reformas administrativas. Para suprir este déficit expõe um panorama da história das transformações administrativas durante este período. Em contrapartida, a pesquisa que propomos pretende-se, através de uma revisão bibliográfica, mostrar que nestes 200 anos de reforma do aparelho do Estado, transitando por sistemas, patrimonialista, burocrático e de forma mais recente com uma incipiente tentativa de modelo gerencial; como tem ocorrido a inserção do negro na educação formal, através da institucionalização de Políticas Públicas. Pesquisa esta que se justifica pela necessidade de vivermos em um ambiente mais humano, sem preconceito, respeitando as diferenças étnicas e culturais que caracteriza a formação do povo brasileiro.

114-2435

Marley de Fátima Morais Borges
Universidade Paulista "Julio de Mesquita Filho" – Unesp Franca
marleyfmborges@yahoo.com.br

Palavras-chave: Bicentenário da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil; Questões Étnico- raciais; Educação.

1- Introdução

Este trabalho realiza importante analise da inserção do negro na educação formal brasileira da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808 a comemoração do bicentenário em 2008. A relevância deste tema está em considerar a diversidade da formação da identidade brasileira, de matriz branca europeia, indígena do nativo e do negro africano e que vem nas últimas décadas intensificando o interesse de pesquisas nesta área do conhecimento.

Observando que durante centenas de anos a fio, a educação nacional esteve voltada para atender as necessidades da população branca e economicamente dominante e que somente nos anos 80 do século passado, com a redemocratização pós- Ditadura Militar e as pressões da comunidade negra, as questões antirracistas relacionadas às políticas de igualdade reconhecimento e alteridade, ganham visibilidade. Importante ainda é ressaltar que a institucionalização da Lei 10.639/2003, que traz em seu bojo a obrigatoriedade dos estudos sobre a cultura africana, na prática é necessário exigir que os currículos escolares e o material didático utilizado, tratem este tema de forma positiva e sem estereótipos.

2- A administração portuguesa no Brasil e a trajetória da educação formal

Para compreendermos o sistema educacional brasileiro hoje e a luta das várias organizações sociais na busca de uma educação para todos e de qualidade é necessário analisarmos a construção da identidade brasileira na formação da nação sobre o domínio da administração portuguesa; assim como analisar os sistemas organizacionais que institucionalizaram e implementaram leis, que vem refletindo sobre a história da educação.

A administração colonial, até a vinda da Família Real Portuguesa estava organizada, segundo Costa, em quatro níveis**:**

> As instituições metropolitanas, a administração central, a administração regional e a administração local. Essa estrutura tinha em seu topo o Conselho Ultramarino, subordinado ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Territórios Ultramarinos que se ocupava de todos os aspectos da vida das colônias, à exceção dos assuntos eclesiásticos, a cargo da Mesa de Consciência e Ordens. (COSTA, 2008, p.832)

A divisão administrativa do Brasil colônia era em capitanias hereditárias, que, ao fracassarem na forma privada, fez com que o governo português assumisse totalmente o controle econômico e administrativo nestas terras além-mar, instituindo os chamados governo- geral que assim permaneceu até a vinda da Família Real em 1808.

Durante todo sistema colonial, a educação no Brasil foi direcionada pelos padres jesuítas, que a ministravam, de acordo com os interesses da metrópole, onde poucos que faziam parte da elite branca tinham acesso; educar de acordo com a fé cristã católica fazia parte da chamada "missão civilizatória". Em meados do século XIX, com a teoria do darwinismo social de superioridade e inferioridade de raças, a escravidão e todas as atrocidades praticadas através

dela, passaram a justificar as políticas públicas que visavam o embranquecimento e a higienização da população brasileira.

Quando analisamos a educação brasileira, no período colonial é importante ressaltar, que seja no modelo de educação jesuítica, ou no modelo pombalino, ambos foram direcionados por questões econômicas advindas da metrópole portuguesa. Portugal se constitui enquanto Estado que estava se consolidando com base no sistema mercantilista de exploração de suas colônias, e mantinham no poder colonial uma elite agrária e excludente, onde a maioria da mão-de-obra era constituída por negros desafricanizados, que não tinham direito a educação formal. Os padres jesuítas se dedicaram apenas àqueles que detinham o poder econômico e necessitavam da educação para manter seu poder político dominante, como estes eram minoria na colônia, a grande "massa" da população permanecia à margem do sistema educacional.

Com os padres jesuítas iniciou-se a catequização dos índios, tentando passar instruções aos adultos, que logo foi abandonada devido aos hábitos e tradições muito enraizadas que não eram abandonadas por esses ameríndios. O foco então passou a ser os Curumins (as crianças) que além de não possuírem os elementos culturais de seu povo tão internalizados poderiam transmitir a doutrina cristã aos seus pais. Gramaticaram a língua tupi e exerceram um esforço de transformar uma cultura pautada na oralidade em uma cultura de letras através de um catecismo bilíngue. Neste catecismo eram usadas perguntas e respostas privilegiando os ensinamentos cristãos e difamando a cultura indígena. Estes catecismos transformaram-se nas cartilhas usadas nas escolas de bê-á-bá.

Neste contexto a educação no Brasil colônia, com exceção da experiência com as crianças indígenas, foi ministrada exclusivamente para a elite agrária branca, pois ao negro era proibido a educação formal, não podiam saber ler e escrever. Diferente de qualquer outro local a missão evangelizadora jesuítica no Brasil possuía bens, terras, escravos, gado, latifúndios; os padres distinguiam-se pouco dos demais colonos que para cá vieram em busca de riquezas, eram estes bens que mantinham as casas de bê-á-bá e o ensino secundário. O ensino pautava-se apenas nas humanidades e as ciências naturais, a física, ou qualquer estudo que carecesse de experimentação empírica e se direcionasse ao mundo do trabalho estava excluído do currículo.

Enquanto os países europeus adentravam na consolidação do capitalismo e as práticas econômicas burguesas, a educação no Brasil andava na contramão das necessidades requeridas para que ocorresse desenvolvimento, o ensino aqui praticado direcionava-se a uma elite que não necessitava trabalhar, era um ensino excludente, não sendo para todos, mantendo fora dos colégios: os pobres, negros e índios, que de acordo com FERREIRA JR:

> Elitismo e exclusão foram continuamente traços distintivos e complementares de uma mesma política, cujas origens se encontram profundamente enraizadas nas antigas relações escravistas de produção. Por conseguinte, resulta numa análise pouco eficaz separar a lógica que preside a história da educação do próprio projeto de dominação exercido pelas elites brasileiras durante séculos. (FERREIRA JR, 2010, p.13)

Os Jesuítas estiveram no Brasil de 1545-1759, aqui permanecendo até a chamada Reforma Pombalina do século XVIII, quando foram expulsos pelo Marques de Pombal. Esta reforma tinha como principal objetivo diminuir gastos do Estado Português, mantendo, portanto a educação sem grandes modificações.

3- Mudanças administrativas e educacionais no Brasil pós-independência

Com a transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira, inicia-se o processo de independência, uma vez que o príncipe regente estando em terras coloniais, as modificações administrativas eram inevitáveis. Para o governo que entre seus primeiros feitos foi a “Abertura dos Portos” a todas as nações amigas de Portugal e Algarves, foi montado então em terras brasileiras um importante aparato administrativo e militar sobre forte sistema patrimonialista. As transformações e construções na colônia foram acontecendo de forma rápida, mas não atendia grande parte da população pobre que vivia no campo, todavia foi se moldando uma forma administrativa e constituindo um Estado Nacional.

Com a queda de Napoleão Bonaparte na Europa, D.João VI, volta para Portugal em 1821, deixando o caminho estruturado para que seu filho Pedro realizasse em 07/09/1822, a independência. Com liberdade política, em 1824 foi outorgada a primeira constituição brasileira, que adotou como forma de governo a monarquia constitucional, porém as estruturas administrativas permaneceram sem grandes modificações, permanecendo o patrimonialismo e uma elite agrária dominante. Na área educacional também não se altera no que diz respeito à exclusão da maioria da população pobre que continua fora do processo de ensino. A situação do negro em nada se modificou na sua condição de escravizado; pois na Constituição de 1824, era permitido o acesso à escola formal somente aos cidadãos brasileiros. Esta restrição automaticamente impedia o ingresso da população negra ao sistema oficial de ensino, uma vez que, a grande maioria era de origem africana.

Três anos após a outorga da primeira Constituição em 1827, surge a primeira lei sobre instrução pública no Brasil Império, a qual assegurava a todos os cidadãos o direito à instrução primária gratuita, o que na prática não vai viabilizar a educação formal para grande parte da população, em que se manteve uma sociedade societária e desigual. Neste período, o Ato Adicional de 1834, é considerado também um marco na história da educação brasileira, dando origem à política de divisão das responsabilidades de ensino, entre Poder Central (União), províncias (estados e municípios). O Ato Adicional de 1834 descentraliza os gastos ao mesmo tempo em que centraliza as políticas educacionais, favorecendo o binômio elitismo de exclusão. O poder público central passou para as províncias e municípios a responsabilidade de prover a instrução primaria e secundaria o que nem sempre ocorria diante da fragilidade econômica de algumas regiões e ficando a cargo do governo central o ensino superior e o colégio D. Pedro II.

Pode-se também citar a Reforma de Couto Ferraz, pelo Decreto 1.331/1854, que estabelecia a obrigatoriedade e gratuidade da escola primária para crianças maiores de 07 anos, inclusive libertos, desde que vindas de famílias com algum recurso. Todavia, não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas nem escravas.

> O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que as escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Mas adiante, o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004).

Entre estas estratégias de forma velada, estava a de associar às crianças escravas a doenças; também não previa nenhuma forma de ensino para os adultos escravizados. Nesta conjuntura, a educação escolarizada e formal era destinada exclusivamente a uma pequena elite agrária e escravocrata, totalmente desassociada do mundo do trabalho, cabendo a ela a instrução apenas como meio de status e manutenção do poder político.

O Brasil monarca começa a se desestruturar com a Guerra do Paraguai, crise que se agravou com a falta de apoio que o imperador D Pedro II deixou de receber dos cafeicultores, da igreja cristã católica e do próprio exercito chegando ao fim em 15/11/1889 com a proclamação da República.

4- **As transformações educacionais da Primeira República a Era Vargas**

Com a Primeira República ou Republica Velha denominações para este momento da história brasileira que vai de 1889 a 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder através de um golpe de Estado; as transformações não foram muitas, permanecendo as mesmas estruturas administrativas, politicas e econômicas, do Brasil monarca, todavia o aparelho administrativo do Estado se moderniza, mesmo que de forma tímida e lenta, com um Estado e mercado autônomo em relação a igreja cristã católica e o sistema patriarcal.

Na área educacional o advento republicano no Brasil em 1889 e posteriormente na primeira metade do século XX, muitas medidas foram implementadas, com objetivo de expandir a rede de ensino primário em todo o pais; com tudo as metas não conseguiram solucionar o alto índice de analfabetismo, que por volta de 1930, chegava a 60% da população, porém em números absolutos, seria ainda maior. Estes índices revelam um sistema educacional excludente no período denominado de República Velha, como afirma Fernandes (1959) que durante o período republicano as classes dominantes, utilizaram o sistema educacional existente apenas para os seus próprios interesses sociopolíticos, dando continuidade à tradição educacional voltada para elite.

No século XX, grupos eugenistas, menos radicais acreditavam que através da educação com valores europeus, levariam a todos uma cultura civilizadora superior, conduzindo a nação brasileira ao desenvolvimento e ao desaparecimento das raízes históricas e culturais dos índios e africanos. Sendo assim a educação assume um importante papel, o de levar a todos a supremacia da cultura européia, disfarçada de democracia, nos discursos de educação para todos.

Para analisar a educação brasileira na primeira metade do século XX, é necessário, pensar também em questões político-econômico, lembrando-se que o Brasil se tornou república no final do século XIX. Observando o domínio da elite oligárquica sobre uma burguesia industrial que estava se formando na chamada Era Vargas 1930-1945 e a supremacia da igreja católica em oposição aos defensores das ideias liberais, protagonizada pelos defensores da Escola Nova, fatores que vem até os dias de hoje propiciando a permanência do binômio “elitismo e exclusão”, no sistema educacional brasileiro.

No início do período republicano criam-se no Brasil duas instituições educacionais: Os Grupos escolares em 1892 e a Escola Normal que embora com inicio em 1830, só se expandiu na República. As escolas Normais foram instituídas para formação de professores e os grupos escolares para ministrarem o ensino primário; porém estas instituições localizavam-se nos centros urbanos industriais em formação, tornando-se escolas elitistas e excludentes,

uma vez que os filhos de ex-escravo não faziam parte e os filhos de imigrantes vivendo longe destes centros também foram excluídos.

A Primeira Constituição republicana do país de 1891 rezava que o ensino nos grupos escolares deveria ser laico, pondo fim ao sistema de padroado no Brasil, o que na prática ainda hoje não se concretizou totalmente, a exemplo disto são as aulas de Ensino Religioso, de caráter facultativo, que até os nossos dias compõe os currículos escolares. Portanto, mesmo com as reformas de cunho positivista, para que os grupos escolares formassem-se com os princípios de escola pública e laica, estas instituições não mudaram suas bases, permanecendo assim como na colônia e no Império, marcada pelo binômio "elitista e excludente" de grande parte da população brasileira.

.

5- A Era Vargas, a burocratização do Estado e as reformas educacionais

O período da história brasileira, denominado de Era Vargas 1930-1945, constitui um marco nas transformações estruturais, administrativas, econômicas e educacionais, viabilizando novas relações sociais, familiares e trabalhistas. O governo de Getúlio Vargas conduziu "*a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial*," (COSTA, 2008, P. 841), com a instalação da indústria de base, também monopolizou a massa operaria com a instituição da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), ainda com a constituição de 1934, garantiu também o voto feminino e pela primeira vez a obrigatoriedade do ensino primário obrigatório.

Foi também no governo de Vargas, com as Reformas de Francisco Campos, que o Brasil conhece as primeiras medidas educacionais de âmbito nacional; porém pela forte ligação de Campos com a igreja católica, foi decretado o fim da educação com caráter laico nas escolas primárias e o governo central manteve subvenções as escolas confessionais. Estas reformas não alteraram as escolas normais, mais tornou o ensino secundário, que dava acesso às universidades, ainda mais elitista.

Um marco importante na Era Vargas foi à publicação do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932, que influenciados pelas ideias dos defensores da Escola Nova e protagoniza uma escola pública, gratuita e laica, princípios que são considerados na constituição de 1934, no entanto com durabilidade curta, pois sofrem grandes transformações com a implantação do Estado Novo em 1937 e as Reformas de Capanema, conhecidas por "Leis Orgânicas do Ensino", que foram introduzidas na educação gradativamente a partir de 1942.

As Reformas Capanema criaram os cursos profissionalizantes de longa duração e impediam os egressos destes cursos de entrarem para universidade, portanto elitizando cada vez mais determinados cursos, que somente em 1953 por meio da Lei nº 1.821, aprova a equivalência entre os cursos de grau médio para efeitos de ingresso em cursos superiores.

Análise importante, deve ser feita, também em relação a construção da nação brasileira e o desenvolvimento educacional, quando Gilberto Freyre, pública " Casa Grande & Senzala" em 1933, possibilitando a criação do "mito da democracia racial", viabilizando a crença em uma nação vivendo harmoniosamente sem conflitos étnico-raciais, em perfeita democracia de igualdade de direitos. O mestiço até então considerado empecilho ao desenvolvimento da nação, passa a ser parte integrante da identidade nacional, porém reproduzindo no tecido social brasileiro, preconceito, racismo e exclusão: social, econômica e educacional. Esta situação vai se consolidando e refletindo o Brasil internacionalmente como país de convivência racial; até por volta de 1950, quando um grupo de pesquisadores da UNESCO, comprova que o racismo brasileiro existia de forma velada, mas não menos perversa e excludente que em outros países.

Na primeira metade do século XX, os vários fatores socioeconômicos mundiais como: a Primeira e a Segunda Grandes Guerras Mundiais, a Revolução Socialista na Rússia entre outros, causam grande repercussão, no Brasil com: greves, movimentos liberais e a Semana de 22, que vão refletir no âmbito educacional, que movidos pela crença de "povo educado se desenvolve". Também na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o mundo repudiava as questões relacionadas a "raças" superiores e inferiores que levaram a morte de milhões de judeus em todo mundo, no Brasil também é repensado a questão de "raça" e ha uma grande mobilização por parte da sociedade acadêmica e do movimento negro de desmistificar o "mito da democracia racial", impulsionando várias reformas educacionais.

6- A educação brasileira da Constituição de 1988 a lei nº 10.639/2003

A educação nacional brasileira, por vários séculos, foi conduzida e tratada de forma homogenia, que sobre o manto da chamada democracia racial de povo mestiço e igual, toda diversidade nacional fora encoberta e a única diferença percebida era a econômica; as diferenças de "raça", gênero e orientação sexual, só passaram a ser discutidas de formas contundentes no final da década de 80 do século passado, a partir da rearticulação dos movimentos sociais, em sua maioria de caráter identitários como, por exemplo, o movimento negro.

É importante ressaltar que o ensino universalista adotado no Brasil, não leva em consideração a diversidade da constituição do povo brasileiro e que se faz necessário uma nova proposta educacional, com olhar que passa pela lógica da diversidade a qual se constitui a nação brasileira; pois todo processo de ensino aqui existente até por volta de 1980 se fundamentava em um modelo educacional universalista, pautado na hegemonia européia de dominação:

masculina, branca, heterossexual e ocidental, em que não se levava em consideração, a cultura e os valores indígenas e africanos que juntamente com a cultura européia contribuirão para a formação identitária brasileira.

Diante, de questões sérias e urgentes, em que educação é sinônimo de desenvolvimento, institucionaliza-se no Brasil, importantes leis como: a Constituição Federal de 1988, de caráter democrático e igualitário, e a Lei 10.639/03, que alterou a LDB/96 e que torna obrigatória a reconstrução curricular, institucionalizando estudos afros nas escolas; o que vem permitir, reconstruir a história do povo brasileiro a partir de uma nova historiografia, de reparação de uma injustiça histórica cometida anos a fios com o afro-brasileiro utilizando a justificativa da democracia racial, como afirma MOYA & Silvério**.**

> É apenas com a aprovação da Lei 10.639 em 2003 que a LDB é alterada e passa a incorporar a diferença, ou seja, após quatro anos de aprovação da LDB é possível se pensar em uma lei que parte do reconhecimento da diferença e de sua afirmação e valorização no cotidiano escolar. (MOYA & SILVERIO, 2010,p.58).

Ao analisar a implementação destas leis citadas no parágrafo anterior, é importante pensar que a educação básica no Brasil, enquanto um direito social de todos os cidadãos brasileiros é algo bem recente se pensando na História educacional brasileira, que durante centenas de anos foi voltada para uma minoria branca e economicamente elitizada; pois somente com Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, estas conquistas foram efetivadas.

A existência das leis que amparam a educação no Brasil, não é sinônimo de eficácia, pois segundo LUIS; SILVA; PINHEIRO (2011) pode-se constatar nas várias regiões da federação um considerável índice de analfabetismo, caracterizando que o Estado não tem cumprido em sua totalidade, com o que reza a Constituição Federal de 1988, de que é dever do Estado: oferta obrigatória e gratuita do ensino fundamental, da educação infantil para crianças de até cinco anos de idade e oferta de ensino noturno regular. Salientando que a educação básica consiste na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, e Ensino Médio; ensino estes que devem ser oferecidos a todos brasileiros, através de um regime de colaboração entre a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios.

Em observação as leis que garantem educação para todos, os governantes brasileiros, implementam políticas públicas educacionais, com objetivo de suprir as carências nesta área. Todavia os governantes são de caráter instável, ou seja, governam por tempo determinado, provocando muitas vezes a descontinuidade das políticas públicas, constituindo o chamado “movimento de pêndulo”, que em alguns casos atravancam o processo de reforma educacional.

Pensando as políticas educacionais no âmbito social, é necessário que as mesmas busquem a redução das desigualdades, promovendo a equidade e a justiça, através de políticas permanentes que perpassam o termino de cada governo, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 10639/2003, e o PNE (Plano Nacional de Educação).

É importante refletirmos ainda, que as políticas públicas educacionais são ações do Estado, para fazer cumprir as leis, e que são direitos de todos os cidadãos brasileiros, e não serem vistas como ajuda, de caráter paternalista, e sim que as concebemos através de lutas e reivindicações populares que deu origem as suas institucionalizações.

7- A Lei nº 10.639/2003 e seus desdobramentos

Rodrigues (2005), realiza uma interessante abordagem referente a lei nº 10639/03, como parte do desdobramento das intensas discussões da sociedade civil brasileira, que acontece sobre a lideranças de ativistas do movimento negro e acadêmicos engajados, com as questões ético-raciais. Segundo a pesquisadora, os debates em torno desta temática intensificaram no início de 2.000, devido ao processo de preparação para a “Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata”, que ocorreu em Dubai África do Sul em 2001.

A preparação do Brasil para participar da conferência em Durban, desempenhou importante papel no sentido de eliminar a discriminação contra mulheres e minorias étnicas, objetivando equiparar brancos e negros para participarem da sociedade com igualdade de oportunidades; pois neste momento o governo brasileiro assume publicamente pela primeira vez a existência da discriminação racial no Brasil, afirmando por tanto, a necessidade de se buscarem justas compensações para os afrodescendentes. A atuação de autoridades governamentais ficou visível no empenho e esforço de recursos do Itamaraty para que acontecesse a participação brasileira no evento.

O Brasil se fez presente na Conferência de Durban com uma grande delegação: o movimento negro enviou cera de 200 ativistas, a delegação do governo marcou presença com 50 pessoas, incluindo representantes do governo e da sociedade civil, ressaltando ainda que foi escolhida a brasileira Edna Roland, ativista do movimento negro para ser a relatora geral da Conferência.

Após a Conferência de Durban, se fez sentir no Brasil o empenho do governo em propor ações com princípios de igualdade, inclusive racial, com foco nos direitos humanos. Entre as ações governamentais, ligadas à educação podemos citar: reserva de vagas nas universidades públicas, para alunos pretos e pardos, programas de ampliação, acesso e permanência do negro no ensino superior, com programas de bolsas, e a promulgação da lei nº 10.639/03, que foi amplamente saudada pela comunidade negra. A promulgação desta lei foi de encontro com antigas reivindicações do movimento negro, e já havia sido apresentada pela deputada Benedita da Silva, no momento de elaboração da atual LDB. Segundo Rodrigues a lei Nº 10.639/03, tem importância fundamental no resgate dos valores e da cultura africana:

> Sua aprovação pode ser compreendida como um dos desdobramentos do Programa de Ação deliberada na III Conferência de Durban, conjugada ao trabalho e mobilização do movimento negro, que durante décadas vem desenvolvendo ações de resgate e valorização da história da população negra, de sua cultura e identidade, ações que compreendem a atuação direta nas escolas, em parceria com secretarias de educação, com conselhos da comunidade negra, na elaboração de material didático e no fomento do debate sobre ação afirmativa. (RODRIGUES, 2005, p.86)

Embora seja necessário oferecer ao afrodescendente, não apenas acesso a escola, mas também ensino de qualidade, podemos observar através de analise realizada por pesquisadores sobre esta temática que, a implementação de leis e ações governamentais realizadas nos últimos anos, vem rompendo com a hegemonia do paradigma eurocêntrico, modificando currículos e empenhando-se na formação de professores; indicando que mesmo através de um processo lento e gradual estamos saindo do plano discursivo para realização de ações.

8- Considerações finais

A realização deste trabalho viabilizou estudos e aprendizagens sobre constituição étnico-racial, do povo brasileiro e a história educacional, com ênfase na inclusão do negro na escolarização formal, no Brasil colônia: com a Educação jesuítica, de 1545-1759, a educação brasileira que pouco se altera com a independência política, as transformações educacionais na República Velha e os avanços institucionais de escola para todos com a Constituição Federal de outubro de 1988 a Lei Nº 10.639/2003, que alterou a LDB/96, instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. E que torna obrigatória a reconstrução curricular, institucionalizando estudos afros nas escolas.

Todavia estas leis não são suficientes para equiparar as diferenças criadas ao longo de nossa história de privilégios e exclusão entre brancos e não brancos. Sendo necessário que as temáticas étnico-raciais sejam parte integrante da área de Ciências Humanas; que o material didático utilizado nas escolas traga uma abordagem positiva sobre a cultura afro-brasileira e africanidades e que seja implantado políticas públicas de ação afirmativa, de direitos entre os diferentes.

Assim como afirma (Costa 2008), que as comemorações dos 200 anos da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, deixaram para trás discussões importantes sobre a administração pública neste período; a analise a qual propusemos neste artigo sobre a educação formal do negro nestes 200 anos revela que pouco foi feito em termos de politicas públicas de inclusão do negro no sistema educacional e que somente após a atual constituição brasileira de 1988, e a proposta de universalização do ensino, é que esta sendo discutido, institucionalizado e implementado políticas de ações afirmativas, que se baseiam em pressupostos democráticos.

Referências bibliográficas

BRASIL, Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas da promoção da Igualdade Social. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

_____.Lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. acesso em 10 jun.2013.

CALADO, S. S; FERREIRA, S. C. R**. Análise de documentos: Método de recolha e análise** de dados. Metodologia da investigação I. DEFCUL, 2004/2005.

COSTA, Frederico, Lustosa, da**. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Revista de Administração Pública RAP- Rio de Janeiro 42(5): 829-74, set/out. 2008.

FERREIRA JR, Amarilio**. História da Educação Brasileira: da colônia ao século XX.** Disciplina da História da Educação 2, do Curso de Pedagogia, UAB-UFSCar, 2010.

MATTOS, Wilson. **Valores civilizatórios afro-brasileiros, políticas educacionais e currículos escolares.** In: Educação contemporaneidade. v.12, n.19, jan/jun 2003.

MOYA, Thais, Santos & SILVERIO, Valter, Roberto. **Educação, Diferença e Desenvolvimento Nacional**. Disciplina de Sociologia da Educação do Curso de Pedagogia, UAB-UFSCar, 2010.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In:____. **Estratégias e políticas de combate racial**. São Paulo; Edusp, 1996.

OLIVA, Anderson, Ribeiro. **Lições Sobre A África- Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005).** Tese (doutorado em História) – Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2007.

RODRIGUES, Tatiane, Consentino. **Movimento Negro no Cenário Brasileiro: Embate e Contribuições à Política Educacional nas Décadas de 1980-1990**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

A atuação do empresário calçadista francano no desenvolvimento econômico local

O processo de industrialização iniciado na Inglaterra foi uma das formas mais eficazes do desenvolvimento econômico, desde o século XVIII. Através do uso de maquinários, na produção de bens, houve um aumento no volume produzido e redução de custos, gerando ganhos em escala. No Brasil, a industrialização iniciou-se a partir do século XIX, destacando a ação da iniciativa privada na figura dos empresários que montavam suas empresas e desenvolviam produtos para serem comercializados. Desse modo, nota–se que o desenvolvimento econômico em algumas regiões brasileiras é acompanhado do crescimento da infraestrutura dando suporte para as empresas e à sociedade da região. O presente estudo teve como proposta a pesquisa da evolução do desenvolvimento econômico brasileiro, bem como a influência da industrialização nesse processo, evidenciando a ação do empresário no desenvolvimento econômico e sobre a ação que o empresário calçadista francano desenvolve na economia local, verificando-se se ele, juntamente com a indústria calçadista, são importantes para o desenvolvimento econômico local. A metodologia de pesquisa foi de cunho descritivo. A pesquisa de campo ocorreu através da aplicação de questionário aos empresários da indústria calçadista e, a partir dos dados obtidos, foi feita uma análise dentro de uma abordagem qualitativa. O que se observou com a pesquisa é que o empresário compreende sua participação no desenvolvimento econômico local através da geração de trabalho, renda e impostos. Busca desenvolver a atividades relativas ao setor de forma individualizada, ou seja, se preocupa com o desenvolvimento de sua empresa e o desenvolvimento econômico local ocorre em função do sucesso de seus empreendimentos.

036-2354

Aparecida Helena Costa
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
cidahcosta@hotmail.com

Hélio Braga Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
hgp@com4.com.br

Palavras- chave: Desenvolvimento econômico local; Industrialização; Empresário.

ABSTRACT

The industrialization process which started in England was one of the most effective forms of economic development since the eighteenth century. Through the use of machinery in the production of goods, there was an increase in the volume of production and cost reductions, generating gains at a higher scale. In Brazil, industrialization began from the nineteenth century, highlighted by the action of private enterprise in the form of entrepreneurs who eagerly set up their companies and developed their products for the marketplace. Thus we note that economic development within some regions in Brazil is accompanied by the growth of a supporting infrastructure for both business and the community in those regions. The present study aims to investigate the evolution of Brazilian economic development, as well as the influence of industrialization in this process, showing the action of the entrepreneur in economic development. Showing also the role of the footwear entrepreneurs from the City of Franca in the development of the local economy, verifying whether they, along with the footwear industry, were important for the development of the local economy. The research methodology was descriptive. The fieldwork was carried out through the use of a questionnaire for the footwear industry and their entrepreneurs. From the data obtained, an analysis was made using a quantitative and qualitative approach. What was observed from the research is that the entrepreneurs understood their participation in the development of the local economy in the generation of jobs, income and taxes. They seek to develop activities related to the sector individually, in other words, is concerned with the development of your business and the successful development of the local economy occurs due to their endeavours.

Keywords: Development of the local economy; Industrialization; Entrepreneur

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é um dos pilares do desenvolvimento, o qual, por sua vez se desdobra em vários pilares, entre os quais, o econômico, o ambiental e o social. O presente estudo pesquisou o pilar econômico do desenvolvimento no setor calçadista de Franca, destacando como a atuação do empresário da indústria calçadista contribui com o desenvolvimento econômico local.

O processo de industrialização iniciado no século XVIII na Inglaterra foi o fomentador do desenvolvimento econômico daquele país, posteriormente em outras nações, por aumentar a produtividade e reduzir custos produtivos em função do uso da tecnologia e novos métodos de produção que antes eram manufaturados e artesanais.

No Brasil, o processo de industrialização se intensificou após a crise mundial de 1929 com a queda da bolsa de Nova Iorque que, devido ao excesso de oferta de bens sem demanda suficiente para consumir, afetou o setor agrícola brasileiro que possuía o café como principal produto exportado. O Estado passou a intervir nas relações de compra e venda de bens, de modo que a intervenção pudesse contribuir de forma favorável incentivando a produção e o consumo.

Quando o processo de industrialização brasileira teve início as empresas para serem competitivas precisariam de tecnologias que fossem compatíveis com as já usadas nos outros países industrializados, de modo a ter produtividade e custos competitivos com os produtos que eram importados, atributos comuns de empresas de grande porte.

São Paulo foi o estado que no processo de industrialização mais se desenvolveu em função da estrutura existente da atividade cafeeira como bancos, ferrovias, portos e estradas; das relações de trabalho, após abolição da mão de obra escrava e da conversão de senhores em empresários de mentalidade capitalista conforme aponta Barbosa (2004).

A cidade de Franca apresentava, no período, localização privilegiada na *Estrada dos Goiazes* que, segundo Barbosa (2004) favorecia a comercialização de bens que transitavam rumo ao centro do país ou da capital São Paulo, posteriormente, a estrada de ferro veio impulsionar o crescimento econômico local.

O processo de industrialização em Franca foi iniciado com a indústria curtumeira que beneficiava couros para produção de chinelões e acessórios para montaria como descreve Barbosa (2004, p. 20):

A partir dos anos 90 houve um declínio no setor em função de variações cambiais, da concorrência interna e externa com os calçados chineses principalmente e pelo fato das indústrias produzirem as marcas dos clientes e, embora produzissem calçados com qualidade para exportar, teriam que criar marcas próprias e passar por todo um processo de aceitação no mercado.

Posteriormente, boa parte das empresas passou a atuar com marcas próprias, equilibrando a produção destinada ao mercado interno e externo. A indústria calçadista enfrentou e enfrenta diversas adversidades no mercado entre elas a falta de mão de obra, elaboração de custos que tornem o produto competitivo, maior integração para discutir os problemas do setor e atuação do empresário como empreendedor.

Diniz (1978) ressalta as relações do empresário com outros grupos sociais, a participação de entidades de classe de negócios, onde possa juntamente com outros empresários discutir as dificuldades, encontrar soluções e oportunidades de negócios, de modo a demonstrar influência política perante o Estado ou a localidade para que em conjunto venham a fomentar o desenvolvimento da sociedade.

A indústria calçadista de Franca tem uma nítida participação do desenvolvimento econômico local. Seu desenvolvimento pode fazer com que outros setores também se desenvolvessem na cidade, como a agricultura, comércio e prestação de serviços. O empresário nesse contexto se destaca como elemento propulsor na criação e desenvolvimento de atividades econômicas, bem como sua permanência no mercado altamente competitivo.

Acredita-se que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira mais sustentada a partir da relação entre os setores agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, ou seja, o produto agrega mais valor quando industrializado e comercializado na região ou gera trabalho e renda através do uso de mão de obra aplicada no processo. Quando um desses setores se destaca mais que outros, em um momento de crise no setor, o impacto pode ser muito maior do que quando há diversificação de atividades. Assim, ocorreu com a abertura econômica e a valorização do dólar, nos anos de 1990, e trouxeram sérios problemas econômicos para a cidade de Franca por ser a indústria calçadista o setor muito significativo da economia local.

Atualmente, a indústria calçadista está entre os três setores que mais geram empregos e participação no Produto Interno Bruto da cidade de Franca. Desse modo há necessidade de maiores estudos sobre o setor calçadista, bem como o modo de empreender e administrar desses empresários.

.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVEIMENTO ECONÔMICO

Industrializar é combinar os fatores como capital, matéria prima e mão de obra através do uso de máquinas e equipamentos. Esse meio de produção possibilita que os bens tenham padrão de qualidade e características que atendam a especificações dentro da legislação pertinente a cada tipo de bem produzido e com valor compatível às necessidades mercadológicas devido a produção em quantidades maiores.

> O fundamento das teorias desenvolvimentistas, ou do modelo estruturalista de desenvolvimento, repousava no entendimento de que o crescimento econômico estava intimamente ligado à concentração de atividades industriais. Assim, admitia-se que uma política de atração de indústria seria a forma de se instalar o processo de desenvolvimento nas regiões mais atrasadas, pela criação de pólos industriais próximos aos centros urbanos das regiões mais adiantadas, que irradiariam efeitos capazes de promover o crescimento econômico (CARVALHO, 2010, p. 8).

O processo de industrialização iniciado na Inglaterra foi uma das formas mais eficazes de desenvolvimento econômico desde o século XVIII. Através do uso de maquinários na produção de bens houve um aumento no volume produzido e redução de custos, gerando ganhos em escala.

A industrialização favoreceu o desenvolvimento econômico das nações que investiram nos avanços tecnológicos como a máquina a vapor a princípio, posteriormente o uso do petróleo e a eletricidade como fonte de geração de energia.

O Brasil, logo após a proclamação da independência de Portugal, passou a buscar maneiras de alcançar também a independência econômica, tendo a industrialização como motivadora desse processo.

> A história da economia brasileira é iniciada através da agro exportação. Inicia-se a formação de um mercado proporcionado pela abertura dos portos. Com a vinda do capitalismo monopolista, surgem várias empresas multinacionais que, juntamente com algumas nacionais, privadas e públicas, acabam se transformando numa tecnocracia local, voltadas para a internacionalização (CURCI, 2000, p. 56).

A exportação é outro fator importante no processo de desenvolvimento econômico, tanto que é um dos componentes calculados na elaboração do Produto Interno Bruto (PIB) e, quando a demanda interna não consome o que é produzido, a exportação é uma boa alternativa de comercialização de bens. A variação cambial pode incentivar a destinação da produção para exportação ou consumo interno dependendo do ganho que o empresário possa aferir e do conhecimento que ele tenha do mercado externo.

Ocorre, também, em países em desenvolvimento o aspecto da população não ter capacidade financeira para adquirir parte dos bens que são produzidos, ou seja, existe demanda potencial, porém pode não haver renda suficiente para a população consumir bens.

Baer (1977, p. 9) relata que a economia brasileira dependia básicamente de certos produtos chaves de natureza primária, que predominavam por ciclos sucessivos na estrutura de suas exportações: pau-brasil, açúcar, ouro, diamante, borracha, algodão e cacau.

> Até a independência do país, importavam-se virtualmente todos os bens manufaturados. Devia-se a isso uma deliberada política mercantilista portuguesa que proibia qualquer tipo de desenvolvimento industrial na colônia. [...] a política comercial baseava-se no livre-cambismo, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústria no país face à concorrência externa. Os senhores de terra e os comerciantes das cidades litorâneas, sem qualquer interesse de promover a industrialização, constituíam a classe dominante (BAER, 1977, p. 9).

Por ser colônia de Portugal, o país seguia os interesses da metrópole e, mesmo no período do império que era de domínio português, como cita Baer (1977), as relações comerciais com reserva exclusiva de fabricantes portugueses e ingleses, é que detinham a exclusividade de comercializar produtos manufaturados.

Segundo Souza (2008, p. 3) “a pratica do livre comércio com a Inglaterra abria nossas fronteiras para produtos industriais ingleses, inviabilizando a implantação da indústria infante no país.”

Baer (1977) destaca que nos primeiros anos da independência e início da república, o país precisava alcançar a econômica para completar a independência política, ou seja, ser um país independente e desenvolvido.

A industrialização no Brasil exigiu segundo Barbosa (2004), maior volume de capital a ser investido diante da concorrência com os avanços alcançados pelas economias internacionais por já terem passado pelos processos anteriores.

> A característica tardia do capitalismo brasileiro impôs a grande indústria como padrão necessário às exigências do momento histórico em que emergiu a indústria nacional; ao surgir já na fase monopolista do capitalismo mundial, a indústria brasileira teve como imperativo a sua organização em grandes empreendimentos, sob pena de sucumbir facilmente a concorrência dos produtos importados aos gigantescos *trusts* internacionais (BARBOSA, 2004, p. 46).

O impulso na industrialização seria dado por cinco elites segundo Cardoso (1964, p. 56):

- "elites dinásticas.
- as classes médias.
- os intelectuais revolucionários.
- os administradores coloniais.
- os líderes nacionalistas".

Cada elite, dentro de sua linha de pensamento e ação, contribuiria de algum modo para a aceleração do processo de industrialização brasileiro, conduzindo as sociedades do tradicionalismo para as sociedades industriais (CARDOSO, 1964).

> O crescimento simultâneo de várias indústrias estimulará por sua vez, a expansão tanto de indústrias supridoras como de outras, situadas mais adiante no processo produtivo. Embutidos nesse mecanismo estão os *backward* e for*wardlinkages* que decorrem da interdependência (ou seja, da estrutura de insumo produto) entre o setor industrial e o resto da economia (BAER, 1977, p.120).

Em um processo de industrialização, o produto a ser elaborado necessitará de outros produtos caracterizados como matéria prima ou insumos que serão produzidos por outras indústrias. Desse modo, outras indústrias são criadas para subsidiar a necessidade de produção de um produto, formando uma cadeia ou rede produtiva. Torna-se necessária, também, mão de obra para trabalhar e, consequentemente, precisará de estrutura para satisfazer as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, educação, saúde, lazer entre outros.

O Desenvolvimento Econômico é evidenciado segundo o contexto histórico. Ao acompanhar períodos vivenciados por uma nação, percebe-se as fases que foram passadas (guerras, crises, evolução cultural e ascensão), as ações que foram realizadas mediante cada acontecimento econômico ou social cujas consequências decorrentes são o reflexo de decisões anteriormente tomadas. Desse modo, a atualidade é o resultado de todo um histórico vivenciado por uma nação que traz em sua cultura atual o reflexo de seu passado .

> O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento (BRAGA FILHO apud FURTADO, 2000, p.11).

Schumpeter (1985, p. 44) ao abordar a teoria econômica destaca a amplitude dos acontecimentos em cada tempo e país, e diante disso a existência de diversas teorias econômicas e a maneira como cada pensador as aborda de acordo com a realidade em que vive e as interpreta. De modo que "quando a conexão entre os fatos históricos é bastante complicada a ponto de necessitar de métodos de interpretação que vão além dos poderes analíticos do homem comum, a linha de pensamento toma a forma oferecida por aquele aparato analítico". Cada teórico molda a maneira de enxergar um período historio dando o viés peculiar daqueles que confabulam de um mesmo pensamento, que pode ser incompreensível por pessoas que não são da área de economia.

Sob a ótica do fluxo circular. Schumpeter (1985, p. 54) destaca a importância do crédito e do empresário no processo de desenvolvimento econômico, afirmando que este último "pode ser descrito como fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico".

> Chamamos empreendimento a realização de combinações novas; chamamos "empresários" aos indivíduos cuja função é realiza-las. Esses conceitos são a um tempo mais amplos e mais restritos do que no uso comum. Mais amplos, porque em primeiro lugar chamamos "empresários" não apenas aos homens de negócios "independentes" em uma economia de trocas, que modo geral são assim designados, mas todos que de fato

> preenchem a regra, empregados "dependentes" de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria, etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maiorias da ações (CHUMPETER, 1985, p. 54).

Bresser-Pereira (1964) reafirma esse conceito ao assinalar que o desenvolvimento econômico é o resultado de uma estratégia nacional, que busca combinar instituições e recursos incentivando o investimento e a inovação. A inovação é realizada pelo empresário através de novas combinações conforme assinala Schumpeter (1985).

> A mudança social aparece como o resultado de um mecanismo em que "fatores" econômicos determinados operam para produzir um "resultado" econômico, sem referência ás modificações que se verificam nas relações entre os homens e nos projetos de ação coletiva, ora o "arranco" para a modernização da economia passa a ser resultado da interferência de motivos psicossociais num conjunto de homens que exercem o papel de "elite dirigente" e assumem os riscos da aventura do futuro tentando imprimir a toda a sociedade a marca peculiar dos desígnios do grupo social particular a que pertencem (CARDOSO, 1964, p. 47).

Portanto, Estado e a sociedade em ações conjuntas possibilitam um aporte no desenvolvimento e, conforme apontam Braga Filho e Lessa sobre a diversificação das atividades econômicas, reforçamos o objetivo desse estudo ao afirmar a importância do empresário calçadista no desenvolvimento econômico local. São as características inovadoras dos empresários que empreendem atividades geradoras de bens ou serviços.

> Do ponto de vista da comunidade local, o que se propõe é uma profunda mudança de enfoque. Trata-se de trocar a pergunta "o que o governo pode fazer por nós?", por "como o governo pode apoiar o que estamos empreendendo?". Do ponto de vista das diversas instâncias de governo, das instituições públicas ou privadas de apoio, da própria academia, trata-se de entender que, somando-se às iniciativas que a comunidade assimila como suas, a produtividade dos esforços aumenta, maximizando resultados (POLIS, 2013, p.12).

É possível que seja mais favorável para o governo apoiar projetos que sejam elaborados pelas próprias comunidades, os atores de cada região que juntos analisem, avaliem e criem projetos que condizem com a realidade daquele ambiente, de modo que as soluções propostas venham de encontro às reais necessidades locais e possam criar condições para que o desenvolvimento local ocorra.

1.2 EMPRESÁRIO, ADMINISTRADOR E EMPREENDEDOR

O empresário é considerado a pessoa física proprietária de uma empresa, ou seja, dono de uma pessoa jurídica. Essa consideração remota os tempos em que as primeiras empresas eram propriedades rurais, onde produziam e negociavam produtos.

> Como ser um empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradoura, os empresários não formam uma classe social no sentido no sentido técnico, como por exemplo, fazem os proprietários de terra, os capitalistas ou os trabalhadores. Evidentemente a função empresarial levará o empresário bem sucedido e sua família a certas posições de classe. Também pode por o seu selo numa época da história social, pode formar um estilo de vida, ou sistemas de valores morais e estéticos; mas em si mesma não significa uma posição de classe não mais do que pressupõe tais coisas (SCHUMPETER, 1985, p. 56).

O empresário de sucesso normalmente passa a compor a elite da sociedade, devido ao resultado do produto ou atividade que desenvolve. E, esse resultado pode ser transferido para mais de uma geração, porém, a *função empresário* não pode ser transferida, destaca Schumpeter (1985):

> O conde não desprezava demonstrações de status. [...] Durante muitos anos seu automóvel Packard era conhecido em toda a cidade. Não apenas pela aparência luxuosa do modelo, mas pela placa que ostentava o número 1. [...] Mais dispendiosas que essas

> pequenas vaidades eram as recepções que Matarazzo costumava oferecer em sua casa na Avenida Paulista. Gostava de receber e oferecer vinhos de boas marcas. Mas nada que comparasse ao fausto das festas oferecidas mais tarde por seu filho e herdeiro Francisco Matarazzo Júnior, cujo gosto pela ostentação era muito mais acentuado (MARCOVITCH, 2003, p.108).

O administrador surgiu no início da revolução industrial, pois a produção em massa e os processos produtivos exigiam um perfil de profissional que pudesse alinhar a produtividade a alocação dos recursos de capital, mão de obra e matéria prima.

O empreendedor é personificado em um indivíduo que administra recursos humanos e de capital, em um ambiente onde a competitividade é acirrada e as mudanças ocorrem de forma rápida. Exige-se desse indivíduo conhecimento e habilidade para detectar oportunidades e transformá-las em inovação e lucro. Também pode estar atento ao aproveitamento de novas oportunidades ou atuando na liderança de organizações sociais, religiosas, esportivas ou até mesmo dentro do ambiente doméstico.

> A palavra empreendedor também inclui o termo empresário. Muitos dizem que empreendedor é quem tem a ideia, enquanto o empresário é quem coloca a ideia em prática. Outros dizem é aquele que tem o capital financeiro com o qual o empreendedor, que tem o talento e o conhecimento técnico, irá viabilizar o negócio (DORABELA, 1999, p. 69).

Os três termos: empresário, administrador e empreendedor complementam-se na medida em que as relações comerciais e de negócios se desenvolvem ao longo do tempo. Tanto que, alguns autores iniciam seus apontamentos falando do empresário e terminam com a ações consideradas como características do empreendedor. Bom Angelo (2003, p. 27) ao citar o empresário inovador de Schumpeter comenta que "[...] para além da necessária busca do lucro, a ação positiva dos empreendedores melhora a qualidade de vida a partir da oferta de novos produtos e serviços".

1.3 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FRANCA E A ATUAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS

No século XIX, Franca possuía uma posição de destaque na região, mas, foi a construção da estrada de ferro que reduziu a distância da capital e potencializou o comércio local. Posteriormente, a indústria calçadista se consolidou através da ação de empresários que montaram pequenas empresas que se consolidaram no ramo de exportação de calçados, a partir da década de 60.

Em função do desenvolvimento da produção do café na região de Franca, com a instalação da ferrovia outros recursos também vieram de modo a dinamizar o comércio e a indústria local. Lima (2007) destaca que tal fator foi preponderante no desenvolvimento urbano, principalmente próximo a estação ferroviária e a população que triplicou de 1900 a 1920. Tosi (2002, p. 85) destaca ainda que a antiga Freguesia de Franca exercia influência, tanto no território paulista e no território mineiro, "fazendo convergir para a cidade e, mais precisamente, para as estações da ferrovia a produção cafeeira e de "gêneros do país", tendo a cidade sobretudo, agido como um entreposto de bens até então inacessíveis, que passaram a se difundir por um mercado regional."

O processo de emancipação, desde a condição de arraial em 805 até alcançar o status de cidade, demonstra a evolução econômica e a representatividade política de Franca no período em decorrência das atividades que se desenvolviam. Das pessoas que se destacam nesse período, Tosi (2002, p. 106) cita a visão de homem de negócios de Padre Afonso que com "seus interesses ultrapassaram as fronteiras da cidade, sobressaindo pelas suas atitudes uma verdadeira capacidade de articular a religião, propriedade agrícola, capital, legislação, fatos históricos e conhecimento técnico especializado".

> Durante todo o século XIX, o artesanato do couro abasteceu um constante comércio de artigos de couro produzidos em Franca. Em 1886, o padre Alonso Ferreira de Carvalho fundou o curtume Cubatão, primeiro de uma série de curtumes fundados na cidade. Posteriormente, a instalação de curtumes favoreceu o desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista, ao baratear a matéria-prima, uma vez que a pecuária da região fornecia diretamente aos curtumes o couro para ser transformado (LIMA, 2007, p. 94).

A indústria de calçados apresenta-se como importante setor produtivo por se utilizar de muita mão de obra, sendo que algumas funções não exigem muita qualificação. Em termos de geração de emprego e renda, as indústrias calçadistas são importantes no desenvolvimento econômico local.

> A comercialização de calçados produzidos em Franca no mercado internacional teve início em 1969, quando a Calçados Samello S.A. realizou o primeiro embarque para o exterior. Durante a década de 1970, as exportações de calçados produzidos em Franca vão se consolidar, tornando o município o maior polo exportador de calçados masculinos de couro do país (NAVARRO, 2006, p.146-147).

Os anos de 1970 foram caracterizados pela intensificação das exportações devido às políticas de incentivo do comércio exterior, da criação de entidades assistenciais do setor calçadista como: o SENAI e IPT, a melhoria na tecnologia aplicada ao setor e baixo custo de mão de obra.

> A partir da década de 1990, o acirramento da globalização dos mercados mundiais e a intensificação da concorrência nos mercados interno e externo fizeram com que o processo de reestruturação produtiva no setor calçadista ganhasse impulso. No segmento de calçados de couro, esse processo ocorreu articulando uma relativa inovação tecnológica com as novas formas de organização e gestão do trabalho (NAVARRO, 2006, p. 22).

Navarro (2006, p. 22) destaca que "as empresas do setor objetivando o aumento da competitividade de seus produtos, implementaram mudanças nos processos produtivos que visaram a redução nos custos de produção, a melhoria da qualidade do produto e o aumento da produtividade."

Braga Filho (2000, p. 143/144) ao dissertar sobre as medidas tomadas pelo Estado para alcançar a estabilidade, entre elas a abertura econômica e certa paridade da moeda nacional com a moeda estrangeira, favoreceram a importação e desfavoreceram a exportação de bens de modo que:

> Força as empresas a adotarem um conjunto radical de mudanças nas suas estruturas produtivas e de organização e a promoverem alterações substanciais nas relações de trabalho. Entre outros efeitos, as mudanças que ocorreram sobretudo na relação capital e trabalho, intensificaram a flexibilização do trabalho aumentando a sua precarização, além do desenfreado crescimento do setor denominado informal e da terceirização.

Com a falência de grandes grupos calçadistas em função da redução do nível de exportação, houve um período de desemprego e as pessoas se viram obrigadas a criar pequenos negócios como fonte de renda. Desse modo a produção calçadista que ocorria dentro de uma grande empresa foi fragmentada para pequenas e micro empresas.

> O parque calçadista francano configura mais do que uma indústria calçadista, se apresenta como um complexo coureiro-calçadista composto por um conjunto de segmentos, tais como: indústria de calçados, de curtimento, de máquinas e equipamentos para couro e calçados, indústrias de componentes, de artefatos de couro e prestadores de serviços, como agências técnicas e escritórios de exportação (PIRES; MACHADO NETO, 2012, p. 7).

Fator fundamental no desenvolvimento econômico por ter a capacidade de criar e gerir a empresa, o industrial desta área fica muitas vezes diante de desafios como: a falta de capital, as mudanças políticas, a concorrência e a busca incessante por criar produtos competitivos interna e externamente.

O setor calçadista apresenta empresários com foco nas atividades operacionais, porém carecem de conhecimento sistêmico para criar estratégias e competir no mercado com efetividade.

Para auxiliar o setor existem a disposição diversas empresas ou instituições de apoio que podem oferecer dados pontuais sobre o mercado, a formação de mão de obra, ao desenvolvimento de novos produtos oferecendo informações que possam contribuir na tomada de decisões.

METODOLOGIA

O método de investigação utilizado foi o método indutivo, por acreditar que "por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis" (Gil, 1999, p.29), mesmo que o método de aplicação da amostra demonstre um nível de confiança e margem de erro, o pensamento e a ação humana evolui e pode apresentar diferenças se a mesma pesquisa for realizada em outro período.

A abordagem da pesquisa é de cunho descritivo objetivando descrever a maneira do empresário calçadista de Franca compreender sua participação no desenvolvimento econômico local, bem como o modo que age diante dos desafios impostos ao setor.

As questões qualitativas da pesquisa foram descritas de forma dissertativa, demonstrando a visão geral dos pesquisados referente as questões propostas.

A pesquisa foi destinada a empresas produtoras de calçados que possuem marcas próprias, filiadas a entidade de classe Sindifranca. Optou-se por esse universo por também considerar que a visão desse empresário que participa das atividades da entidade de classe visa o fortalecimento do setor.

O local de aplicação da pesquisa ocorreu na cidade de Franca, com a população de 323 empresas do setor calçadista, informações recebidas do Sindifranca, a amostra de 43 empresas, sendo possível através do método de pesquisa conservador com 50% (cinquenta por cento) de proporção percentual com o qual o fenômeno se verifica, contribui ou não contribui com o desenvolvimento econômico local, nível de confiança de 95% e margem de erro de 15% (quinze por cento), já que existem divergências sobre o número total de indústrias calçadistas francanas, optou-se por pesquisar as empresas que são associadas a entidade de classe.

3 RESULTADOS

Foram entrevistados 11 empresários do setor calçadista, destes 2 são microempresários, 3 pertencentes a empresas de pequeno porte, 5 pertencem a empresas de médio porte e 1 empresário pertencente a empresa de grande porte.

Percebeu-se que metade das empresas pesquisadas iniciaram as atividades nos anos de 1990, período em que a abertura econômica assolou boa parte das indústrias calçadistas brasileiras e francanas, em função da abertura econômica e paridade da moeda americana - o dólar, com a moeda brasileira - o real, que dificultou a exportação de calçados naquele período. Isso pode ser uma evidência do surgimento de empresários que diante da crise no setor e, consequentemente, as demissões ocorridas terem influenciado o surgimento de novos empreendimentos.

Ao serem questionados se há diferença entre empresário e empreendedor, todos os pesquisados responderam que há diferença. Ao empresário foi colocado como diferença: “às vezes herdou e administra a empresa; pode ter um negócio, mas não tem postura empreendedora; é mais voltado para a administração; estabelece atividades com fins lucrativos; é direcionado para a empresa, mantém um negócio e o administra”.

Referente ao empreendedor foram feitas as seguintes colocações: “tem visão aguçada do futuro; para ser empreendedor não precisa ser empresário, o empresário pode e deve ser empreendedor; o empreendedor é persistente e batalhador; é mais arrojado, vive mais o negócio, cria oportunidades para as pessoas que estão engajadas no projeto; inova, empreende em outras áreas, analisa o mercado; o empreendedor acredita, é idealista; tem mais visão, é mais criativo e mais corajoso que o empresário; olha a oportunidade para empreender; o empreendedor, além de ser empresário desenvolve novos negócios além de manter os antigos”.

A ultima expressão citada pelo pesquisado é contrária a colocação do primeiro pesquisado, porém reflete a necessidade de que o empresário precisa desenvolver as características do empreendedor.

Sobre o que é desenvolvimento econômico local, dos pesquisados apenas 1 respondeu de forma direta sobre o uso do indicador PIB na avaliação do desenvolvimento econômico local. O empresário usou clareza e conhecimento ao afirmar que é o desenvolvimento do PIB local que demonstra se há desenvolvimento.

Os demais citaram de forma indireta conforme segue: “o desenvolvimento não ocorre apenas em torno da indústria calçadista; outros setores como lingerie e supermercados também cresceram muito; o setor calçadista está perdendo espaço no desenvolvimento econômico; são fatores que ocorrem no sistema e permitem o desenvolvimento de várias empresas; é não parar no tempo, buscando qualificação, diversificação de modelos, investimento em tecnologia;”

Percebeu-se que o empresário compreende a sua parcela de contribuição do desenvolvimento econômico, porém ressalta a importância dos demais setores também saberem de suas participações e desenvolverem ações voltadas para o local.

Em relação ao comportamento empresarial referente aos desafios impostos pela abertura econômica, a opinião dos empresários é um pouco variada entre esperar a intervenção do governo, a busca por alternativas por parte do empresário e a ação da entidade de classe.

O dimensionamento do tempo demonstra um certo equilíbrio, apresentando as atividades nas quais mais o empresário dimensiona seu tempo: na atividade de planejamento, nos problemas de qualidade e na análise dos custos de produção. Percebeu-se que a indústria calçadista exige do empresário dedicação a todas as atividades a ela ligados.

Dos objetivos dos empresários destacam-se dois itens que foram mais pontuados e que se relacionam à qualidade do produto e satisfação dos clientes. Boa parte dos pesquisados apontaram que dos fatores

que contribuem com a competitividade no mercado podem citar a qualidade e satisfação dos clientes. Desse modo, o trabalho para um determinado nicho e mercado que sustentam o nível de produção.

4 CONSIDERAÇÕES

Empresário do setor calçadista francano tem tido ações parecidas com grandes empresas mundiais como exemplo as do setor automobilístico que já tiveram grandes conglomerados e que para conseguir custos menores, maior produtividade, qualidade nos produtos e serem mais competitivos, passaram a consolidar a marca, buscar novos mercados e terceirizar a produção, a exemplo dos grandes grupos de empresas calçadistas e automobilísticos, estes últimos antes eram fábricas e agora são montadoras. No caso da indústria calçadista de Franca não é apenas a terceirização de parte das funções da confecção do calçado, é ter uma empresa terceirizada que faz todos os processos que envolvem a produção de calçado desde compras até embarque.

A ação das entidades ligadas ao setor tem favorecido o empresário/ empreendedor na possibilidade de ser competitivo, através de um aparato de mecanismos que oferecem assistência necessária para que o empresário tenha suporte e informações necessárias ao desempenho de suas funções empresariais.

O empresário da indústria calçadista contribui com o desenvolvimento econômico local, por produzir produtos que geram renda, impostos e investimentos. Ao desenvolver atividades voltadas para a manutenção e desenvolvimento de suas atividades empresariais, consequentemente ativa outros setores a se desenvolverem também como o setor de serviços e comércio.

O desenvolvimento econômico local ocorre não apenas com a contribuição de um setor, mas de todos os que estão nessa localidade. Para que realmente apresente números evolutivos, é preciso que tais setores sejam informados e articulados constantemente e, existe a necessidade inclusive que planos, objetivos e metas sejam elaborados, executados e monitorados.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. *A economia brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1977.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nobel,1995.

BOM ANGELO, Eduardo. E*mpreendedor corporativo: a nova postura de quem faz a diferença*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Empresário fabril e desenvolvimento econômico empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920-1990).* Dissertação de doutorado (Sociologia)São Paulo: Unesp, 2004.

BRAGA FILHO, Hélio. *Globalização em Franca:* reorganização industrial e a economia informal. 266 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) Centro Universitário Uni-FACEF): São Paulo, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico e o empresário. *Revista de Administração de Empresa*, 1964. Disponível em: bresserpereira.org.br

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no BrasiL*. São Paulo: Difusão Europeia do livro,1964.

CARVALHO, Ana Cristina Ghedini. *Regime tributário e desenvolvimento local:* um estudo do simples nacional em micro e pequenas empresas do setor calçadista de Franca.186 p. (Mestrado em Gestão Empresarial) Centro Universitário Uni-FACEF: São Paulo, 2010.

CURSI, Maria Elia. *Estudo sobre vida e morte de microempresas em Franca*. São Paulo: Centro Uni-FACEF, 2000.

DINIZ, Eli. *Empresário*. Estado e capitalismo no Brasil 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

DORABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. 6. ed.São Paulo: De cultura, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed..São Paulo: Atlas, 1999.

Instituto Polis. Disponível em: http://www.polis.org.br/. Acesso em: 19 dez. 2013.

LIMA, Cacilda Comássio. Educação para o trabalho: A escola profissional de Franca (1924-1970). Tese de doutorado em História, 152p. São Paulo:Unesp,2007

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores:* a saga do desenvolvimento no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2003.

NAVARRO, Vera Lucia. *Trabalho e trabalhadores do calçado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PIRES Everton Roberto de Oliveira; MACHADO NETO, Alfredo José. Redes de cooperação como alternativa para o desenvolvimento local: a indústria calçadista francana. *Revista Eletrônica de Administração* (*Online*), v. 11, n. 2, ed. 21, jul.-dez., 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento:* uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Abril Cultural, 1982.

SOUZA, Marília de Bandão. *Impactos da abertura comercial e Financeira na economia brasileira entre 1990 a 2000*. Franca: Uni-FACEF, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea:* de Getúlio a Lula. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais do interior:* Franca e a indústria coureiro calçadista (1860-1945). Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

A burocratização da organização escolar: Os modelos de administração e gestão escolar

O presente trabalho discute por meio de uma pesquisa qualitativa os significados da teoria burocrática administrativa nos debates teóricos e políticas públicas ligadas ao campo da cultura organizacional escolar. Ao pensar a escola como instituição, a análise de conteúdo e a pesquisa documental, buscam tornar claras aos agentes às práticas organizacionais da cultura escolar. Assim, conceitos empresariais advindos das Ciências da Administração são incorporados com freqüência no cotidiano de Administração Escolar. Por outro lado, na educação, o discurso da participação democrática aliada à cidadania participativa oferece outra possibilidade de pensar a organização do modelo de administração e gestão escolar. Portanto, se analisa como as modificações promovem uma transformação na construção ou implementação das políticas educacionais voltadas a organização escolar.

074-2392

Filipe Pimenta Carota
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp/Franca
lipecarota@gmail.com

Palavras Chaves: Organização escolar, burocracia, gestão escolar

1. A construção da administração pública e a presença do Estado Brasileiro[1]

Pensar a administração ou a gestão de organismos, instituições e projetos de Estado exige do pesquisador do campo das ciências humanas uma busca histórica que fundamente a construção do próprio Estado. Como ponto de partida deste artigo, busca-se fundamentar alguns percursos de reformar empreendidas nos últimos anos de instalação de um Estado genuinamente brasileiro.

Pensando pela égide de uma reforma de Estado, pauta-se que os movimentos sociais, passaram nos últimos anos a buscar um novo modelo de democracia. Deste modo, afirmações em torno da eficiência e efetividade da administração pública passaram a ocupar especial atenção na construção, sobretudo na implementação das políticas públicas realizadas pelo Estado.

Assim, as concepções de administração ganham espaço ao se discutir as reformas do Estado, gerando projetos reais e exeqüíveis no processo de implementação que venham a garantir um serviço eficiente na forma de como é prestado pelo Estado ao cidadão, visto como "clientes".

Por outro lado, verifica-se que o setor público deu sequência a incorporação de conceitos significativos ao setor privado e agora adaptados na resolução dos problemas de interesse público, como a educação. Assim, torna-se cada vez mais comum que grupos de consultores administrativos passem a se dedicar ao setor público como cliente de suas concepções filosóficas. Há meio século, Peter Drucker alegava que o setor que mais necessita da teoria da administração é setor público.

> Para olhos céticos, essa pode parecer uma prova conclusiva de uma doce armadilha. Converse particularmente com vários consultores e eles admitirão que os governos lhes ofereceram uma maravilhosa chance de revender (por um bom preço) produtos e teorias que já haviam descarregado no setor privado. Contudo, também insistirão que perceberam relativamente tarde seu potencial: de modo geral, a maior parte do entusiasmo desse amor veio do setor público, que demonstrou uma paixão cega pela teoria da administração raramente observada no setor privado. (Michlethwait; Wooldrige, 1998, p.103)

No setor privado, verificou-se que as ideias administrativas da era industrial foram desenvolvidas com base no setor produtivo. Na Educação, Taylor e Fayol passam a fundamentar a construção de significados da cultura organizacional. O fundamento deste sistema, colocava-se nas relações econômicas no decorrer da história humana *versus* a produtividade.

> Já nas organizações a eficiência – ou pelo menos a procura de eficiência – é uma condição de existência. Se essa condição não se verificou, a organização não existe, o sistema social em questão que se caracteriza como uma organização. Isso, aliás, explica por que o primeiro objetivo da administração das organizações é, pelo menos em tese, o aumento da eficiência [...](MOTTA, 2004, p.33)

A qualidade assume destaque nos debates, e afeta de forma direta nos modelos de administração que são implementadas. As reforma do Estado, buscam assim, adequar os interesses nacionais, as demandas sociais e a eficiência das ações oferecidas como serviço por meio das políticas públicas ao povo brasileiro.

1.1 As etapas de reforma do Estado

A historiografia tem como ferramenta de estudo do passado uma razão de compreender o presente. Desde modo, Frederico Lutosa da Costa, desenvolve um texto que auxilia no resgate desta memória para a construção das reformas do Estado, trazendo um significado ao modelo organizacional atual encontrado no Brasil.

Por meio do texto "Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reforma" é possível analisar uma construção dos modelos de administração do Estado brasileiro. Como origem do seu objeto de estudo, ressalta a chegada da família real como gênese primária de um Estado nacional. Em seguida, busca abordar as fases da colônia, império e república, diferenciado as principais características em cada uma das épocas ou períodos.

O autor introduz a problemática ao se referir que as reformas do Estado apontam para o marco significativo de 200 anos do desembarque da Família Real no Brasil. Tal evento caracterizou um processo de transformações culturais, econômicas, sociais e política nas principais cidades como Salvador, Rio de Janeiro ou Petrópolis. Por outro lado, uma lacuna se formava em relação ao estabelecimento de um Estado genuinamente nacional e a formação de uma administração pública brasileira. Afinal "Foi à instalação da corte que transformou uma constelação caótica de organismos superpostos em um aparelho de Estado" (COSTA, 2014, p.831). Por outro lado, aponta que os 200 anos de Estado constituíram a tríplice efeméride de Estado nacional, da existência de administração pública, bem como, de reformas institucionais e administrativas.

Após sucessivas etapas de modelos de administração do Estado, Costa afirma que as maiores modificações dos modelos de administração e reforma do Estado acontecem nos anos de governo militar entre 1964 e 1985 promovendo grandes avanços que valorizavam a administração burocrática.

> Apesar dos avanços, a reforma de 1967 não logrou eliminar o fosso crescente entre as burocracias públicas instaladas na administração direta, na indireta, nem garantir a profissionalização do serviço público em toda a sua extensão [...] Antes da descrição da reforma administrativa da Nova República, merecem registro dois programas de reforma elaborados entre 1979 e 1982, a desburocratização e a desestatização.(COSTA, 2014, p.835)

Tento a burocratização do modelo de administração sido implementada pelo Estado e sua intensificação neste momento, caracteriza-se como fundamental esta contextualização na construção da problemática aqui proposta. Em seguida, as liberdades civis, políticas e sociais, aliadas a constituinte de 1988, permitiram a construção de uma nova Carta Magma brasileira. Traçavam-se assim, significativos avanços para a real democratização da administração pública do Estado com a participação do individuo. Desta forma, estava criados, os caminhos ou espaços para a participação ativa do cidadão nas decisões e esferas públicas. Mas a conclusão de Costa aponta que:

> Assim, não obstante os avanços persistentes e os eventuais recuos, a administração pública se modernizou, ganhando em eficiência, especialização técnica, moralidade, publicidade e transparência. Entretanto, esse processo de transformação sempre deixou em segundo plano a questão democrática e a teleologia das reformas e da própria máquina pública. (COSTA, 2014, p.869)

Deste ponto em diante, dedica-se a pensar sobre as políticas e teorias que cercaram não o modelo do Estado e sua administração, mas o próprio campo da administração ou da gestão escolar.

2. A organização escolar: a construção da ideia nas políticas públicas

A discussão em torno da participação efetiva na esfera da vida pública e na carreira política ainda é um campo que precisa ser delimitado no cenário nacional brasileiro. Por um lado, o campo encontra-se delimitado por projetos de leis que determinam o que seja participação, por outro, os debates teóricos se multiplicam em torno do sentido de efetividade.

Sendo assim, pensar a ocupação da sociedade dos espaços públicos, como a escola, por meio de uma participação ativa e uma práxis cidadã, exige compreender o sentido de cada um destes espaços. No campo da educação, a Organização Escolar assume principal importância na delimitação das esferas de atuação,

> Organização escolar, diz Ahuayo, é o conjunto de disposições, fatores e meios de ação que regulam a obra da educação ou um aspecto ou grau da mesma. Êsse meio

> ou fatores são de duas classes: *administrativos* ou de governo e *pedagógicos*. Os primeiros de caráter mais social que paidotécnico, são determinados pelas necessidades coletivas, recursos econômicos e outros elementos decididamente sociais. Os fatores pedagógicos resultam, sobretudo, das condições psicológicas do aluno e das necessidades do seu desenvolvimento e da sua adaptação ao meio ambiente. (SANTOS, 1954, p.19)

Frente aos fatores administrativos ou de governo, percebe-se uma conexão do que se podem definir, nas palavras de Manuel Castells, como "sociedades em rede", promovendo uma articulação entre os movimentos sociais, levando a um modelo de organização centrado nos cidadãos. Por outro lado, neste mesmo processo, a administração dos setores públicos buscava um novo modelo de ação de suas atividades administrativas. Surgem dentro do Estado às reformas, mas que se depara com seus "clientes", insatisfeitos com os serviços por ele oferecidos, e o dilema: a ação coletiva *versus* a sociedade em rede. No campo da educação,

> Organização e Administração, como conceitos gerais – É êsse o ponto de vista de um significativo grupo de especialistas em assuntos gerais de organização e administração, os quais admitem que se possa falar em uma Ciência da Organização. Para eles, o conceito de organização é fundamental, e o de administração, derivado ou conseqüente (FILHO, 1975, p.35)

Desta forma, a incorporação de conceitos advindos do campo de uma Ciência da Organização passa a ser utilizados e incorporados nas práticas organizacionais educativas. Este fenômeno valoriza o sentido de uma educação que possa ser administrada, deixando de lado o sentido social, e voltando-se em suma, para uma mercantilização do ensino, ou um método técnico racionalista do *modus operandi* dos sistemas educacionais.

2.1 A coletividade no campo organizacional e na cultura escolar.

Independente da origem dos movimentos, dois pontos se destacaram no uso de seus discursos e bandeiras: a questão qualitativa que estava em torno dos serviços públicos e o modelo e organização. Ao passo em que sua forma assume um caráter predominantemente urbano, tomam como característica em comum a articulação de uma sociedade em constantes conexões. Suas origens,

> Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolverem em sua própria mobilização. (CASTELLS, 2013, p.161)

O que se percebe, por parte do Estado, principalmente no modelo econômico neoliberal, foi a "política de bonificação" ou "prêmios" concedidos as organizações públicas que atingem metas ou serviços qualitativos. Em "Administrando o Leviatã, pontua o autor que durante a administração de Clinton, o Estado estadunidense estabeleceu uma política equivalente no setor público ao que se denomina "Prêmio Baldrigde da Qualidade"

Contudo, a busca de um modelo organizacional voltado à horizontalidade, assim como a característica que definia a ordem nos destes movimentos sociais, pautou o modelo proposto ao Estado como uma gênese primária para efetividade da cidadania participativa.

Porém, os modelos burocráticos de organização assumem um viés pragmático que incorporados no setor da educação levam a organização burocrática. Parece irreversível ao Brasil livrar-se das raízes burocráticas instaladas na lógica de empoderamento do "diretor escolar", agora denominado "gestor" como um reprodutor de processos burocráticos nas unidades escolares.

3. Um modelo burocrático incorporado na educação.

As ideias da administração, conforme pontuado no item 2 deste artigo, são uma parte institucionalizada nos governos ao redor do mundo todo. No campo da educação, as concepções de Taylor e Fayol ocuparam ao longo de anos uma estruturação, que mesmo com uma mudança terminológica, permaneceu nas práticas organizacionais de inúmeros estabelecimentos de ensino.

Alguns exemplos, como a Austrália, o Canadá e a Escandinávia, representam países em que se observa uma relação estreita entre a administração e os altos cargos governamentais. Nesta relação de análise, as políticas públicas passam a ser pensadas com uma respectiva relação entre a "comunidade empresarial" e o serviço público prestado.

Um exemplo pode ser descrito quando um grupo de grandes empresas migra para uma região, forçando os políticos locais a pensar no desenvolvimento de propostas que atendam este grupo nas políticas públicas de atração ou fixação das empresas no território.

Tomando como referência tais idéias, verifica-se que:

> As organizações são indiscutivelmente o tipo de sistema social predominante das sociedades industriais. Enquanto antes a sociedade era constituída de um sem-número de pequenos sistemas sociais desorganizados, hoje são organizações – e organizações cada vez maiores e mais bem estruturadas – que dominam o panorama social contemporâneo. (MOTTA, 2004, p.11)

Verifica-se no pensamento burocrático afirmações em relação à organização estatal, mesmo no campo de reforma do Estado, de projetos que visavam a melhoria da administração pública. Tomando uma análise *weberiana* como referência, o Estado assume uma prática burocrática de um sistema de poder, mas evidenciando também que:

> A burocracia seria um tipo de poder da mesma categoria que o patriarcalismo, o patrimonialismo, o feudalismo e o carismatismo, que estudaremos adiante. Entretanto, cada um desses tipos de poder correspondem um ou mais sistemas sociais diferentes. Á burocracia ou poder burocrático correspondem, na nossa terminologia, as organizações burocráticas ou simplesmente burocracias (MOTTA, 2004, p.06)

Considerando uma sociedade e uma cultura educacional gerida sobre a burocracia, o "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado" lançado pela Câmara de Reforma do Estado, por meio da Presidência da República, ressalta que umas das formas de administração pública é por meio da Administração Pública Burocrática. Em suas palavras, a origem deste modelo retoma ao século XIX e a existência do Estado Liberal. Entre suas características destaca-se que o controle dos processos é exercido de forma rígida. Tal controle acaba por transformar-se em razão própria do funcionalismo.

> Portanto, as normas, os regulamentos, as leis passam a ser tomados como um valor em si, e por isso um fim em si mesmos, criando formalismos burocráticos e burocratizantes, gerando ativismos e matando o espírito inspirador de ações construtivas. No entanto, a burocracia tem sido vista como "um lindo mecanismo para se esquivar de responsabilidades e culpas" [...] e falta de compromisso com a promoção de avanços educacionais nos mais variados contextos, sobretudo no âmbito da gestão de sistemas de ensino. (LUCK, 2006. p.88)

As normas, procedimentos e processos, nas esferas de organização educacional, evidenciam os efeitos de uma relação de poder instituído e institucionalizado. A execução sistêmica burocrática evidencia uma atividade fim. Porém, a educação não pode ser entendida na lógica qualitativa como um processo fim, mas como um processo de origem, formação e construção de sujeitos. O resultado é que "O formalismo da burocracia expressa-se no fato de que a autoridade deriva de um sistema de normas racionais [...] que definem com precisão as relações de mando e subordinação, distribuindo as atividades a serem executadas de formas sistemática" (MOTTA, 2004, p.14)

No Brasil, o modelo das organizações que foi implementado não era uma inovação, se não um modelo da própria concepção burocrática que havia sido utilizada em outras experiências de governo. Este crescimento burocrático estava em consonância com um Estado crescente que substituía junto com a empresa privada, o papel antes assumido pela família na organização social

> As burocracias são, portanto, um fenômeno antigo, mas só modernamente se tornam um fator social dominante. A razão imediata dessa mudança é clara: a unidade básica do sistema de produção era a família; hoje passou a ser a empresa burocrática. O mundo moderno é um mundo de organizações – respectivamente as grandes empresas e o Estado – dominam. (MOTTA, 2004, p.31)

Além disso, a impessoalidade que se instala no Estado Burocrático acaba se caracterizando, conferindo o "cargo" nas áreas como a saúde e a educação como a abstração de um procedimento que emana de escritórios para a prática. Fica claro a existência de um rompimento entre a concepção de uma proposta "burocrática" tomada pelos órgãos centrais e a necessidade real de uma solução que seja tomada localmente. Este rompimento acaba agravando os problemas da esfera da administração. Assim, o que realmente significa burocracia?

> Burocracia significa, etimologicamente, "governo de escritório". É, portanto, o sistema social em que, por uma abstração, os escritórios ou os cargos governam. O governo das pessoas existe apenas na medida em que eles ocupam cargos. Isso salienta o caráter estritamente impessoal do poder de cada indivíduo, que não deriva da personalidade do indivíduo, como acontece na liderança carismática, nem de uma herança recebida, como no poder tradicional, mas da norma que cria o cargo e define suas atribuições. (MOTTA, 2004, p.16)

De acordo com Heloisa Luck, o modelo de organizações passa a ser centralizado, conferindo grande papel de decisão, bem como poder, aos órgãos de macro gestão. A gestão local, ou comunidade escolar, ficam assim dependentes de um serviço de "supervisão escolar" capaz de aprovar, reprovar ou modificar propostas locais determinadas por um conselho escolar. Assim, "essa centralização ocorre acentuadamente em organizações burocratizadas, com minuciosa divisão de tarefas e delimitação rígida de hierarquia, dentre outros aspectos" (LUCK, 2006, p.78)

A especialização de procedimentos tornou-se inevitável. Da mesma forma que a burocracia em si, bem como a educação passam a ser vistas como atividades fins, perde-se a idéia de um processo ou do todo, valorizando o especifico. A lógica da efetividade assume uma importância mais significativa do que a qualitativa, onde a razão de ser eficiente é o resultado da própria qualidade da educação.

> Em acordo a essa óptica, os participantes tendem a delimitar as suas responsabilidades a tarefas burocraticamente determinada e de caráter fechado, deixando de ver o todo e de sentir-se responsáveis por ele, e de contribuir para a sua construção coletiva. Nesse caso, é possível identificar profissionais altamente eficientes em seu âmbito de ação, mas totalmente ineficazes, como resultado de sua orientação circunscrita e limitada (LUCK, 2006, p.74)

Por outro lado, organizações ligadas ao que chamamos de Terceiro Setor passaram a representar um crescimento significativo nos últimos anos. Por meio do Estado, se fortaleceu um aumento das contratações destas organizações para gerir as atividades do Estado de interesse público, sobretudo da cultura e nos últimos exemplos, da saúde. Este modelo de Organizações Sociais pode ser percebido na lógica de Reforma do Estado, tendo a sua origem

Este modelo de gestão pública realizada por OS's (Organizações Sociais) acaba por ser valorizado por algumas correntes como uma concepção de estratégias especificas para melhoria do serviço público. Como principais vantagens, destacam-se a transparência administrativa e financeira, uma administração flexível, a supervisão controlada dos resultados, uma menor burocracia, bem como uma maior responsabilidade por parte dos dirigentes.

Outro modelo que vem sendo utilizado é o de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesses Públicos) que tal como as OS's, seria um modelo para ser implementado na gestão dos serviços públicos do Estado. Assim, cabe uma reflexão se estes modelos seriam viáveis ao campo da educação como um referencial de organizações com menor grau de burocracia administrativa, visando uma melhoria de fato qualitativa do serviço educacional brasileiro. Por outro lado, a questão seria como gerir de forma democrática, sendo a escola uma comunidade local heterogênea, garantido na perspectiva social a cidadania participativa, a coletividade e as instâncias de decisões por meio de um poder compartilhado.

Conclusão

A ênfase nos modelos de organização e representatividade sempre ocupou especial atenção nos debates de Estado, desde seu estabelecimento no território Brasileiro. Da mesma maneira, pensar os conceitos de gestão ou administração do Estado representou pensar o modelo organizacional das instituições de ensino. A construção histórica do Brasil evidenciou que o modelo de administração adotado em cada fase política do país passou pela incorporação de valores das Ciências da Administração e da Organização por meio das teorias e práticas "clientelistas". A eficiência e a qualidade dos serviços passaram a ser influenciadas por uma burocratização, aliada a especialização do atendimento escolar que levou a especialização dos procedimentos. A atividade como um processo ou como um fim perdeu-se em meio às modelos de organização alterados ora por forças legais, ora por questões terminológicas. Resta saber: qual é o melhor modelo de organização escolar?

Referências Bibliográficas.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

COSTA, Frederico Lustosa. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. Publicado em: RAP, disponível http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/ index.php/rap/ article/viewArticle/6656 - acessado em 20/03/2014 ás 15h40

FILHO, M. B Lourenço. Organização e Administração Escolar. São Paulo: Melhoramentos, 1975

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. São Paulo: Heccus Editora, 2013

LUCK, Heloisa. Gestão Escolar – Uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes – RJ. 2006

MICHLETHWAIT, John; WOOLDRIGE, Adrian. Os Bruxos da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 1998

MOTTA, Fernando C. Prestes; BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos. A organização Burocrática. São Paulo: Thomson, 2004

SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de Administração Escolar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954

A construção da cidadania por meio do esporte pelo olhar da psicologia: uma contribuição para o desenvolvimento social e local da cidade de Franca

Este artigo tem como propósito refletir a respeito de como o esporte pode contribuir para construção da cidadania por meio do olhar da Psicologia e ser usada como ferramenta para o desenvolvimento local em seu contexto social e/ou humano na cidade de Franca. Aliada a projetos sociais, que oferecem alternativas para que jovens não se envolvam em contextos de marginalização como: uso de drogas e de prostituição, até sua manutenção na escola, através da disponibilidade de modalidades esportivas. Neste sentido, a Psicologia do Esporte pode servir como instrumento, pois seus fundamentos envolvem os processos e conseqüências das atividades esportivas, nos quais o foco deve concentrar-se no comportamento ou em suas dimensões: afetiva, cognitiva, motivacional ou sensória motora. Além das dimensões, de julgamentos, de valores, de ética e de moral. Também, serão discutidos temas como: da desigualdade social a cidadania, depois, a psicologia do esporte como oportunidade de crescimento humano para jovens e crianças e qual o papel da psicologia esportiva para o desenvolvimento social e local. Utilizando como metodologia a coleta de dados bibliográficos.

070-2388

Cláudia Maria Pereira Brentini
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
claudiabrentinipsicologa@hotmail.com

Hélio Braga Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
hgp@com4.com.br

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
ribares@netsite.com.br

Palavras-chave: psicologia do esporte, desenvolvimento local, desenvolvimento social e cidadania.

Abstract

This article aims to reflect as how to the sport can contribute to the construction of citizenship look through of psychology and be used as a tool for local development in its social context and/or human in the city of Franca. Allied to social projects, that offer alternatives for young people do not engage in marginalization contexts as: drugs use and prostitution, also maintain them at school, through the availability of sports. In this sense, the Sports Psychology can serve as an instrument, because their bases involve the processes and consequences of sports activities, in which the focus should concentrate on behavior or in its dimensions: affective, cognitive, sensory or motorial motivational. In addition to the judgments, values, ethics and morals dimensions. Other themes, will be discussed as: from social inequality to citizenship, after the Sport Psychology as human growth opportunity for young people and children and the role of sports psychology to social and local development. Using bibliographic information collection as methodology.

Keywords for this page: Sport Psychology, local development, social development and citizenship.

Introdução

Este artigo traz para reflexão a existência de múltiplas possibilidades para analisar a dinâmica do desenvolvimento regional, principalmente em seu contexto social. É comum considerar o social como um atributo quase natural da região ou da localidade, resultado da junção entre a natureza e os grupos sociais com uma determinada singularidade cultural.

Ao se pensar nessa singularidade cultural descrita acima, na cidade de Franca vê-se o cultivo do café, a indústria do calçado, o basquete e o futebol, ou seja, características que se tornaram naturais no desenvolvimento da região.

De acordo com Benko (1996) o desenvolvimento de uma região, além da democracia, da organização e da participação social, deverá basear-se nas diferenças e potencialidades regionais, buscando os caminhos para reduzir as desigualdades.

Analisando o enfoque da redução das desigualdades e tendo Franca um polo voltado ao esporte, principalmente o basquete, pode-se pensar em projetos sociais engajados em aspectos esportivos com crianças e adolescentes e assim desenvolver a região e a localidade. Como afirma Putnam (2000), não existem modelos únicos de desenvolvimento e valorizar o potencial de uma localidade é descobrir e incentivar as características da sua origem, da sua cultura, da sua história.

Para Amaral Filho (2001), o desenvolvimento regional torna-se local por meio de incentivos e esse novo papel deve ser conseguido com geração de poupança pública local e recuperação da capacidade de investimento, tanto monetariamente como em nível de desenvolvimento humano, a fim de melhorar e recuperar a infraestrutura e de criar um efeito virtuoso sobre o emprego, o produto, as pessoas e a renda. Ao gerar poupança própria, ocorrerá a atração de parceiros para projetos sociais locais, no caso em questão esportivo.

Para Rubio (2000), o esporte hoje é considerado um dos maiores fenômenos sociais da modernidade e por mais que seja um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, seu acesso ainda é restrito, elitizado e pouco educativo para a formação dos indivíduos capazes de se relacionar de forma cidadã com o mundo que os cerca. O esporte no Brasil reflete a situação do país de uma forma geral: que é marcada por injustiças, pela má distribuição de renda, pela falta de oportunidades e pelo descaso.

Na análise de Matos e Andrade (2011), o ambiente esportivo proporciona um fascínio na sociedade brasileira, faz parte da cultura e gera grande número de ídolos e de conquistas. Além do que o esporte, principalmente engajado em trabalho social, pode ser importante para inclusão social e para redução de problemas ligados à saúde e à educação; ajuda a prevenir doenças; evita a evasão escolar, o uso de drogas e a criminalidade; aumenta: a auto-estima; a cooperação e a solidariedade.

De acordo com Bauman (1999) na Era Moderna com a globalização, a desigualdade social aumentou e as comunidades mais pobres sofrem as consequências disto, além da falta de oportunidade e de ajuda dos governos para mudar esta situação. Sendo assim, projetos enfocando esportes podem contribuir para mudar este panorama de desigualdade, propagar a cidadania e com isso contribuir para o desenvolvimento local em sua área social.

O esporte, para Marques & Kuroda (2000), não tem apenas o caráter competitivo e especializado, há possibilidade de desenvolvê-lo como uma prática de cooperação e participação, permitindo, dessa maneira, que as pessoas de camadas desfavorecidas possam ter melhor expectativa de vida e acesso à cultura.

A cultura na visão de Sen e Kliksberg (2010) engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação que representam parâmetros que definem a identidade de uma pessoa ou de uma região, tornando-a cidadã. Com a possibilidade de um acesso a aspectos culturais, o ser humano tem condições de sair do ambiente criado pela sociedade capitalista marcada pela valorização do poder por meio da alienação das massas pobres. Essa postura de alienação é repassada de pais para filhos.

Á parte social da Psicologia no ambiente esportivo compete pela visão de Rubio (2000), fazer uma leitura crítica com a perspectiva de superar a visão simplista do esporte como via de ascensão social e formação de futuros atletas, como a salvação para a pobreza e marginalidade, e isso é um reflexo da propaganda ideológica veiculada pela mídia, associando o esporte à habilidade, dinheiro, fama e poder. Além disso, o que se tem notado em muitos projetos que envolvem o esporte é que o foco é a especialização precoce, preparando crianças e adolescentes para a competição e visando a criação de talentos, sem grande preocupação com aspectos afetivo-cognitivos que serão despertados por esta prática. Excluindo dessa forma os menos hábeis.

Ao analisar as argumentações descritas acima, a respeito de iniciativas que podem contribuir para melhorar o panorama da desigualdade populacional e sendo que por meio do acúmulo de capital cultural pode-se prover mudança. Serão discutidos no decorrer do texto os seguintes aspectos: da desigualdade a cidadania, a psicologia do esporte como ferramenta de construção do crescimento humano para jovens e crianças e sua contribuição para o desenvolvimento local e social. Tendo como metodologia a coleta de dados bibliográficos, que de acordo com Lakatos (2001), tem como objetivo saber em que estado se encontra o problema, ou seja, que trabalhos já foram realizados sobre o tema e informações sobre o assunto. Tem caráter qualitativo, pois busca um maior aprofundamento sobre o tema investigado. Neste artigo foram levantadas informações de outras fontes para se analisar em que amplitude este assunto defendido no trabalho se encontra em vias acadêmicas. Sabe-se que o esporte e a psicologia em projeto social é um tema atual e que tem poucos textos desenvolvidos a respeito, sendo assim este referido artigo pode ser mais um a somar nas fileiras do ambiente em questão.

Da desigualdade a cidadania

Quando se analisa a desigualdade social percebe-se que a sociedade é estratificada em forma de uma pirâmide e grande parte da população se posiciona em sua base. No topo, ficam os mais abastados que têm melhor acesso à educação, saúde, segurança, alimentação e cultura. Esta composição faz parte do processo de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento se realiza por meio de modificações de suas estruturas. De acordo com Furtado (2000), acontece quando transformações ocorrem nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o

perfil de comportamento da coletividade graças ao aumento no nível de renda, afetando todo o sistema econômico criando, assim, a concentração de poder nas mãos de uma minoria que manipula a maioria das pessoas no contexto capitalista.

Na ótica de Furtado (2003), o capitalismo leva a um processo de desestruturação das culturas pré-estabelecidas, em favor dos interesses de países de economia criadores de novas técnicas e padrões de comportamentos. Esse processo representa o esforço capitalista no sentido de criar grandes mercados e massificando ideologias. Nessa visão, ocorre o processo de imposição de uma racionalidade instrumental a toda sociedade e é, sobretudo, a difusão de um sistema de valores que tende a universalizar-se, pois outros países aderem a está postura.

Nesse ambiente de universalização, que nasceu do mercantilismo, de troca, de posse, em relação ao ser humano, de acordo com Marx (1996), de mais valia, as pessoas são tratadas sem dignidade e exploradas. A força de trabalho do homem transformando-se em mercadoria de valor de uso, que sirva para satisfazer à necessidade de alguma espécie.

Na visão de Marshall (1982), em meados dos anos 50, as pessoas passaram a buscar mais conforto, na medida em que os padrões de vida aumentaram, pelo fato do ambiente profissional melhorar, refletido em salários mais compatíveis com esse aumento. Esse processo aconteceu em algumas camadas da sociedade, pois a maioria dos trabalhadores continuava no sistema de mais valia, ou seja, a ganhar pouco e trabalhar em demasia sem muita perspectiva de tornar melhor suas vidas.

Pelo parágrafo acima, o crescimento econômico moderno segundo Kuznets (1983), pode ser definido como a capacidade constante de gerar diversos bens econômicos que uma dada população possui. O mesmo autor afirma que esta capacidade constante de crescimento só é possível por meio de um avanço tecnológico e de ajustes institucionais e ideológicos que se fazem necessários ao longo do processo e que acelera a desigualdade.

Myrdal (1972), em sua teoria da causação circular e acumulativa, observa a relação entre pobreza-doença-pobreza, que pode ser um processo circular e acumulativo ascendente ou descendente, que quando não controlado, pode causar desigualdades crescentes em um círculo vicioso, mas com a possibilidade de ser interrompido. O esporte vinculado à psicologia pode ser utilizado como ferramenta de mudança social, como meio de ampliar o conhecimento e dar mais poder de decisão às camadas desfavorecidas. Desta forma, dar possibilidade de acesso à cidadania e melhorar a qualidade de vida.

Para Sen e Kliksberg (2011), a qualidade de vida deve ser avaliada como a capacitação que uma pessoa tem para alcançar as funcionalidades elementares (alimentação, saúde, moradia) e as funcionalidades referentes ao auto-respeito e à vida em comunidade.

Na análise de Sen (1999), essa capacitação de realização da vida envolve: saúde, educação, cultura e auto-estima. E que deve envolver toda sociedade mobilizada juntamente com os poderes governamentais locais, por meio de iniciativas isoladas de projetos sociais, que podem dar instrumentos para diminuição da desigualdade, oferecer mais oportunidades que gerem poder de escolhas individuais para a população carente e assim formar a cidadania.

A psicologia do esporte como oportunidade de crescimento humano para jovens e crianças.

De acordo com o artigo 53º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2002), ter acesso ao lazer e ao esporte é um direito do jovem, incluído no direito à liberdade (brincar, praticar esportes e divertir-se) e estando de forma equivalente com a Educação (no capítulo IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer).

Tendo a criança e o adolescente direito ao esporte, a atuação do psicólogo em projetos sociais tem como base a produção da autonomia e da cidadania. Para Paes (2002), em atividades coletivas busca-se desenvolver o espírito de equipe e o respeito aos limites, tanto de si quanto dos outros, assim como possibilitar uma ruptura na postura de alienação e um reencontro dos aspectos culturais.

Além do mais, os profissionais psi, em Guatarri (2008), devem engajar em outros contextos individuais e coletivos como: saúde, educação, cultura, esporte, moda, arte, mídia e outros.

De acordo Marquês e Kuroda (2000), o profissional de Psicologia do Esporte auxilia trabalhando valores, disponibilizando conhecimento, ajudando na formação e desenvolvimento de senso crítico, para que jovens inseridos em projeto social voltado para o esporte se tornem protagonistas sociais de suas próprias vidas, conhecendo seus deveres e direitos e sabendo pleiteá-los. Um espaço para que outras capacidades e potencialidades sejam reconhecidas e que saibam identificá-las e desenvolvê-las. Isso se faz para que o esporte possa ser uma opção e não única saída, e que a motivação seja o talento e não obrigação. Além disso, as famílias também podem ser participantes deste processo quando orientadas.

O psicólogo do esporte, para os autores acima, não deve ignorar questões que atravessam o esporte, como sexualidade, auto-estima, aprendizado escolar, relações familiares e de convivência com os membros de uma equipe; assim como, questões outras pertinentes à infância e à adolescência, mas sempre adequando as intervenções à realidade dos atletas em formação; uma vez que são argumentações em pauta nesses períodos e influenciam o rendimento presente e futuro.

Nestas diretrizes, e de acordo com Korsakas (2002), a atuação do psicólogo no esporte vai além da melhora de qualidade de vida ou da descoberta de talentos; proporciona o desenvolvimento não só físico e motor, mas também das capacidades afetivas ao interagir com um grupo heterogêneo; além de ter que elaborar derrotas e vitórias; superar limites; tolerar frustrações. Além disso, são trabalhadas capacidades cognitivas como: coordenação, percepção espacial, propriocepção, tomada de decisão, velocidade de reação e raciocínio. Também, o controle emocional ao passar por experiências de medo, timidez, ansiedade, raiva, angústia, euforia, ciúme, nervosismo. Aspectos como a assimilação de regras e compreensão de suas respectivas funções, respeito ao semelhante e identificação nacional que dão raízes e alicerce ao ser humano. Todas essas atitudes contribuem para a construção de um adulto mais ativo e saudável física e emocionalmente.

Psicologia do esporte e desenvolvimento local

No Brasil, para Llorens (2002), a Constituição Federal transfere à União e aos estados o papel de gerar o desenvolvimento econômico. No entanto, a proximidade com o público-alvo faz com que os municípios sejam entes capazes e eficazes nas políticas de desenvolvimento. Tirando proveito dessa característica, cabe aos municípios o fomento dos setores produtivos com a articulação das instituições de ensino e pesquisa, das entidades de trabalhadores, das entidades de empresas, de projetos sociais, das associações de bairros e de todos os fatores que potencializem o desenvolvimento local.

Em Hochman, Arretche e Marques apud Souza (2008), realizar uma política pública de fomento capaz de impulsionar o desenvolvimento seja econômico, cultural, social e educacional encontra dificuldades, pois depende de um sistema de coalizões que muita vezes não ocorre.

Contudo, para que tais ações tenham sucesso dependendo ao não de coalizões, é necessário propiciar um ambiente favorável ao desenvolvimento do município, no caso Franca, seja por meio de obras de infra-estrutura, da qualificação do ensino e da cidadania e, fundamentalmente, de ações empreendidas no campo projetos sociais.

E como defende Becker e Wittman (2010), para que um local ou uma região tenha o desenvolvimento deve-se promover e adotar o acumulo do capital sociocultural.

Mesmo com muitas características a ser explorada, na visão de Moraes (2003), a teoria do desenvolvimento local permite uma razoável compreensão dos processos de desenvolvimento espacial. Diversos são os fatores que podem influenciar esse processo, entre eles: o investimento regional com o adequado reconhecimento dos fatores de natureza social e políticos. O reconhecimento destes fatores é de fundamental importância, uma vez que o desenvolvimento local está totalmente ligado à organização social e às relações cívicas, ou seja, quanto maior o civismo, maior é o desenvolvimento econômico e social.

Na perspectiva de Markunas (2000), civismo refere-se às atitudes e comportamentos que no dia-a-dia manifestam os diferentes cidadãos na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para uma vida coletiva de modo a preservar a sua harmonia e melhorar o bem estar de todos os seus membros.

E pelo enfoque de Sen (1999), civismo faz parte do componente do capital social que trabalha os valores éticos predominantes em uma sociedade e que a deixa mais harmônica.

Pelo exposto acima, a psicologia do esporte, na visão de Rubio (2000), pode possibilitar que o senso cívico possa aflorar por meio do esporte e que é possível colocar-se a serviço da sociedade, na perspectiva da criação de um mundo melhor; de condições de vida digna; de respeito aos direitos humanos desenvolvendo, assim, instrumentos para o capital social e humano.

O capital social e capital humano, para Correia (2003), são alavancas para o progresso, uma vez que a política de desenvolvimento local, todavia, pretende superar os desequilíbrios da desigualdade através do fomento das potencialidades da capacidade de cada pessoa. Ou seja, tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no local em seu aspecto humano.

Assim, é importante que os psicólogos, que trabalham em projetos sociais voltados para o desenvolvimento local no foco esportivo, para Markunas (2000), tenham uma prática mais cuidadosa e contextualizada, que vá além de uma lógica do rendimento do esporte, e a percepção de que podem fazer a diferença e serem colaboradores na produção de autonomia e cidadania.

Conclusão

Sendo assim, a construção da cidadania pode mudar a situação do ser humano e é direito de todos. O profissional da psicologia em projetos sociais voltados ao esporte pode fazer a diferença em uma sociedade, ajudando a romper com o ciclo vicioso da desigualdade, dando oportunidade de uma formação cívica para jovens e criança através de acesso a cultura, que como visto por Sen e Kliksberg (2011) englobam valores, percepções, imagens, formas de expressão e comunicação que representam parâmetros que definem a identidade de uma pessoa ou de uma região, tornando-a cidadã. Com a possibilidade de um acesso a aspectos culturais o ser humano tem condições de sair do ambiente criado pela sociedade capitalista marcada pela valorização do poder e contribuir para o

desenvolvimento local, uma vez que o desenvolvimento local está totalmente ligado à organização social e às relações cívicas, ou seja, quanto maior o civismo, maior é o desenvolvimento econômico e social.

Referências bibliográficas:

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. – Brasília: IPEA-Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, Junho 2001.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências huma¬nas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECKER, Dinizar F. & WITTMANN, Milton Luiz. (orgs.). **Desenvolvimento regional:**
abordagens interdisciplinares. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. São Paulo: hucitec; 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

CORREA, Marcus de Souza. (org.). **Capital social e desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 2008.

KORSAKAS, P. O esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa. In.: D. De Rose Jr. (org.) **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed.rev. ampl. São Paulo: Atlas 2001.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARKUNAS, M. Reabilitação esportiva ou esporte como reabilitação? In: K. Rubio (Org.) **Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MARQUES, J. A.; KURODA, S. J. Iniciação Esportiva: Um instrumento para a socialização e formação de crianças e jovens. In: K. Rubio (org.). **Psicologia do Esporte:** Interfaces, Pesquisa e Intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MATOS, Joana Bastos e ANDRADE, Alexandro. Intervenção do profissional de educação física em jovens em situação de risco social: a contribuição da psicologia do esporte**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**. Campinas, v. 9, n. 2, p. 133-156, maio/ago. 2011. ISSN: 1983-9030.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, UNIFOR – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

KUZNETS, Simon. **Crescimento econômico moderno:** ritmo, estrutura e difusão. Trad.: Benedito de Carvalho. – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia.** Trad.: Ottolmy Strauch. – São Paulo: Abril Cultural, 1982. Vol. 1 (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da economia política. Livro I, Vol. I. 15ª edição. Rio de

Janeiro: Bertand Brasil, 1996.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Trad.: N. Palhano. – 3. Ed. – Rio de Janeiro/GB: Editora Saga, 1972. (pag. 31-68).

PAES, R. R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In.: D. De Rose Jr. (org.) **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

RUBIO, Kátia. O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In.: K. Rubio (org.) **Psicologia do Esporte***:* interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: A Ética do Desenvolvimento e os Problemas do Mundo Globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas.** In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil. RJ: Fiocruz, 2008, p.65-86.

A cultura das organizações como influência do Desenvolvimento Regional

Vencer os desafios empresariais, aumentar a produtividade e contribuir para o ambiente de forma geral, são responsabilidades que estão cada vez mais presentes nas organizações. Sendo assim, surge a necessidade de melhor gerenciar seus recursos, dentre eles, as pessoas são consideradas um diferencial nas organizações e, portanto, precisam ser conduzidas de forma que promovam o ambiente onde está inserido. Este trabalho tem como objetivo analisar a gestão do comportamento organizacional, garantindo a satisfação do trabalhador e agregando valor para sua atuação profissional e pessoal que contribuí diretamente para o desenvolvimento regional. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico exploratório e informações secundárias com análise qualitativa. Concluiu-se que a aplicação de uma gestão cultural e comportamental no ambiente organizacional, pode garantir a motivação e maior satisfação do indivíduo, que por sua fez contribui tanto para sua atuação profissional como também social, refletindo de forma direta para o desenvolvimento regional.

115-2436

Gilberto Florêncio Faria
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
gilbertoflorencio@hotmail.com

Marcus Lúcius de Carvalho Corrêa
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
publicitario_marcuslucius@hotmail.com

Hélio Braga Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
hb@facef.br

Leonardo Henrique Cardoso de Andrade
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
leo.hca@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das organizações modernas, pós-revolução industrial, novas formas de gestão vem ganhando espaço para manter o equilíbrio e garantir sua sobrevivência. Muitas teorias e modelos estratégicos são aplicados no ambiente organizacional, alguns ligados a gestão de materiais, métodos, técnicas e processos e outros ligados às pessoas, seu comportamento, competência, habilidades e formas de remuneração.

Este artigo tem como objetivo central, analisar a gestão do comportamento organizacional, garantindo a satisfação do trabalhador e agregando valor para sua atuação profissional e pessoal que contribuí diretamente para o desenvolvimento regional. Para tanto é necessário compreender os aspectos culturais da organização e sua relevância para a gestão do comportamento organizacional, bem como identificar as contribuições para o desenvolvimento regional.

Dessa forma este artigo aborda o conceito de cultura e cultura organizacional, desenvolvimento regional, política econômica e formação de cluster que afetam diretamente o desenvolvimento regional.

1. CULTURA NA EVOLUÇÃO DO HOMEM

A definição de cultura é bem ampla, porém, neste artigo abordaremos a cultura dentro da visão da antropologia, como sendo um conjunto de conhecimentos, crenças, ritos que passam de geração em geração, sempre acrescentando algo novo a sociedade atual.

Tylor (1871) propôs uma das primeiras definições de cultura, como sendo todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Através desta visão, o conceito foi se modificando e, hoje, pode ser considerado como todo o conhecimento e o uso que as pessoas fazem deste conhecimento.

Desde os primórdios da civilização, quando o homem passou a viver em sociedade, podemos observar que os costumes começaram a ser transmitidos dentro do grupo. O homem exercia o papel de provedor do lar, indo a caça para o sustento e a segurança da família e a mulher, por sua vez, era a responsável pelo cuidado dos filhos, educação e organização.

Tais funções foram transmitidas através dos tempos, de acordo com as nações e os povos, porém, cada um a sua maneira, fazendo da cultura algo autêntico, pois na verdade somos produtos do meio e produtos voltados para a

sociedade, assim pertencemos a um processo coletivo e não individual onde nossas experiências entram em confronto com as novas, fazendo com que agregamos valor, mudanças e evoluções.

> A nosso ver, é necessário politizar a questão da cultura, em nossa proposta ela é concebida como um conjunto de valores e pressupostos básicos expressos em elementos simbólicos que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elemento de comunicação e consenso como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação (FLEURY, 1987, p. 67).

Desta forma é possível demonstrar que não podemos sobrepor uma cultura a outra, ou seja, cada cultura é entendida como uma manifestação de um povo, impossibilitando assim, que continuamos tendo uma visão etnocêntrica, de querer hierarquizar as culturas. Temos que olhar para cada um como sendo um ser único, relativizando assim o referencial do olhar.

Além das organizações primárias tradicionais, a cultura também pode ser encontrada em organizações modernas conhecidas como empresa. Neste campo o estudo é voltado para a cultura organizacional.

1.1. Cultura nas Organizações

O homem ao ingressar nas organizações trás consigo sua cultura, ou seja, o seu modo de agir, pensar e trabalhar, Não se pode pensar no funcionário como sendo uma folha em branco que vem para as organizações para ser moldado e preparado de acordo com os interesses da empresa. Ao contrário, essa pluralidade é o que enriquece as organizações, mas também, pode comprometer o meio de campo fazendo com que os conflitos se instalem diante de um possível choque cultural.

Visando entender os desafios culturais que cada funcionário trás para a organização, na década de 1980 foi dado o primeiro passo para a criação do termo “cultura organizacional”.

Para Barbosa (2002, p.22) a cultura vista pelas organizações esta:

> Diretamente ligada à sua capacidade de oferecer novos e melhores instrumentos de intervenção na realidade. Por conseguinte, identificar e classificar os diferentes tipos de cultura e medir sua eficácia tornaram-se um imperativo gerencial.

A definição abordada por Schein (1986) é a mais conhecida, que caracteriza a Cultura Organizacional como o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu e desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas.

A cultura nas organizações pode ser entendida como as regras, o modo de pensar e agir, sejam elas de forma explícitas ou implícitas, faz parte do DNA da organização, sendo transmitida através dos ritos, crença. Toda a cultura inerente a uma organização esta diretamente ligada aos interesses de seus proprietários e gestores, cabendo aos colaboradores consumirem e integralizá-la em seu dia a dia.

Para Schein (1986), toda cultura existe em três diferentes níveis de apresentação: artefatos, valores compartilhados e pressuposições básicas. Abaixo o autor destaca cada um deles:

1. Artefatos. Constituem o primeiro nível da cultura, o mais superficial, visível e perceptível. São as coisas que cada um vê, ouve e sente quando se depara com uma organização cuja cultura não é familiar. Artefatos são todas aquelas coisas que, no conjunto, definem uma cultura e revelam como a cultura dá atenção a elas. Incluem produtos, serviços e os padrões de comportamento dos membros de uma organização. Quando se percorrem os escritórios de uma organização, pode-se notar como as pessoas se vestem, como falam, sobre o que conversam, como se comportam, quais as coisas que são importantes e relevantes para elas. Os artefatos são todas as coisas ou eventos que podem nos indicar visual ou auditivamente como é a cultura da organização. Os símbolos, as histórias, os heróis, os lemas, as cerimônias anuais são também exemplos de artefatos;

2. *Valores compartilhados.* Constituem o segundo nível da cultura. São os valores relevantes que se tornam importantes para as pessoas e que definem as razões pelas quais elas fazem o que fazem. Funcionam como justificativas aceitas por todos os membros. Em muitas culturas organizacionais, os valores são criados originalmente pelos fundadores da organização.

3. Pressuposições básicas. Constituem o terceiro nível da cultura organizacional, o mais íntimo, profundo e oculto. São as crenças inconscientes, percepções, sentimentos e pressuposições dominantes em que os membros da organização acreditam. A cultura prescreve “a maneira certa de fazer as coisas” adotada nas organizações, muitas vezes, através de pressuposições não escritas e nem sequer faladas.

Para compreendermos a cultura de uma organização é necessário identificarmos cada nível, ou seja, percebermos a história, seus rituais, para então, compreendermos a cultura imposta pelos proprietários ou gestores.

A partir do momento que tivermos o retrato da cultura da organização ficará mais fácil compreender sua essência, uma vez, que já teremos identificados cada uma das etapas, porém, perceberemos muitas crenças, sentimentos e certos tabus que podem ser identificados, mas, jamais explicados.

1.2. Cultura como Estratégia Organizacional

As organizações agem com o intuito de moldar o colaborador de acordo com a sua cultura, ou seja, na difusão da Missão, Visão, Políticas e Valores que são transmitidas e incorporadas pelos mesmos.

Para Weber (1968) o líder passa a ter influência a partir do momento que os seus seguidores enxergam o seu talento, de modo que possam ser envolvidos e se sintam parte integrante da organização. A liderança não é imposta, ou seja, um líder é líder a partir do momento que o mesmo é elevado pelas massas.

Segundo Freitas (2000, p.139) o líder deve guiar os seus seguidores:

> O líder promete aos seus seguidores acompanha-los em seu caminho árduo e inseguro, como a mão que guia o cego. O carisma do líder possui uma carga de emoção e paixão suficiente para tirá-los do mundo real e conduzi-los a uma existência extraordinária, em que cada qual possa experimentar o sentimento de transcendência.

A partir do momento com que os colaboradores percebem que são envolvidos dentro do sistema, o líder consegue despertar sentimentos de confiança, admiração e respeito.

As organizações com sua missão grandiosa, cria no imaginário dos colaboradores a ideia de que a cultura organizacional seria o motor capaz de contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional. É nesta ideia que poderá surgir os problemas, uma vez, que a partir do momento que os colaboradores entenderem o real significado da cultura em benefício somente da organização, haverá uma ruptura no consumo de tal cultura (FREITAS, 2000).

Percebe-se, portanto que a cultura somente será integralizada a partir do momento que os colaboradores enxergarem que a cultura seja uma via de mão dupla, ou seja, satisfaça a necessidade de ambos.

Chiavenato (2010) comenta que da mesma forma que não existem duas empresas iguais, também não existe culturas iguais, porém as culturas são adaptáveis e flexíveis, desde que o comportamento humano seja gerenciado.

Portanto toda cultura é mutável, de forma constante, assim a cada inovação ou descoberta, uma nova concepção e uma reforma de conceito é formada, e juntamente com ela a manutenção da cultura existente, que influenciará no comportamento organizacional, funcionando como norteador junto à estratégia da empresa.

2. Influencia macroeconômica nas organizações

É fato que a cultura organizacional, sofre impacto também das políticas econômicas adotadas, uma vez, que o sucesso de um empreendimento pode ser afetado pelas decisões nessa alçada. O que vemos é, que desde o princípio tivemos uma divisão entre países de centro e de periferia, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, metrópole ou colônia, como queiram chamar e, historicamente as resoluções e impulsos econômicos vindos do centro e, que buscam manter sua hegemonia, dita a maneira como os países menos desenvolvidos deveriam e devem alcançar seu desenvolvimento e, a respeito disso o economista Raul Prebisch, já nos alertava:

> Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico (...) Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos às influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente, quando a Grã-Bretanha tinha o papel de centro cíclico principal…" (RODRÍGUEZ 1981, p. 34-35).

Assim, como tudo nas organizações, depende-se muito do mercado consumidor e, nos países menos desenvolvidos, historicamente os mercados têm uma característica de menor poder aquisitivo em função de suas estruturas econômicas estarem mais desenvolvidas nos setores primários (pecuária, agrícola, extrativo mineral) e, nos setores industriais em ramos de alta necessidade de mão de obra e pouca tecnologia, com produtos de menor valor agregado, onde a remuneração média por trabalhador é baixa, como já havia nos mostrado Kuznets (1961) em seu trabalho, "Crescimento Econômico Moderno", com dados de 1958.

Estrutura essa que nos dias atuais ainda obedece a essa relação, fazendo com que as corporações tenham que buscar os mercados externos para firmarem seu desenvolvimento ficando a mercê das resoluções tomadas por estes mercados que defendem seus interesses, impondo seus pensamentos a respeito das políticas macroeconômicas,

conforme nos mostra Luiz Carlos D. Prado, no livro "Desenvolvimento Econômico e Crise" onde os Estados Unidos através do consenso de Washington determina como os demais países devem buscar seu desenvolvimento.

> A ortodoxia convencional é o meio pelo qual os Estados Unidos, no nível das políticas e instituições econômicas, expressam sua hegemonia ideológica sobre o resto do mundo e principalmente sobre os países em desenvolvimento dependentes que carecem de nações suficientemente fortes para desafiar essa hegemonia, como tradicionalmente tem acontecido com os países latino-americanos. Essa hegemonia pretende ser "benevolente", enquanto, na verdade, é o braço e a voz do neoimperialismo – isto é, do imperialismo sem colônias formais que caracteriza a relação dos países ricos com os países dependentes que são formalmente independentes. (PRADO, 2012, pág. 51)

Essas decisões impactam nas estruturas corporativas na medida em que para competir nesse mercado mundial, é necessário abrir mão de alguns fatores que podem fortalecer o mercado interno, pois para entrar nesse jogo é preciso colocar os produtos ao preço que esses mercados desenvolvidos querem pagar, isso faz com que a força de trabalho perca sua força de reivindicação de melhores condições de trabalho e melhores níveis de salário. O que, por sua vez, poderia fortalecer o mercado interno com um melhor poder aquisitivo, diminuindo também a dependência dos mercados externos.

Dessa forma a esfera política tem um papel fundamental no desenvolvimento e na forma como as corporações agem para se manter no mercado, como afirma Becker, no livro "Desenvolvimento Regional, abordagens interdisciplinares".

> Dessa forma e por necessidade do próprio sistema, a esfera da Política transforma se, por um lado, na esfera de superação das contradições e resolução dos conflitos do desenvolvimento passado e, por outro lado, na esfera de viabilização do processo de interação / integração dos agentes locais do desenvolvimento regional. Portanto, a esfera da política transforma-se na esfera de mediação entre o movimento do econômico e o contra movimento do social (BECKER, 2008, pg. 39).

E como vemos, a esfera política trabalha com recomendações de instituições internacionais, comandadas pelos países desenvolvidos, que exigem certos controles nas contas nacionais de cada país, para que mandem ajuda financeira necessária para o desenvolvimento.

É certo que os países em desenvolvimento dependem dessa ajuda, para fazer investimentos em infra-estrutura e modernização, buscando dar possibilidades para o avanço econômico, porém essa ajuda vem atrelada a certas exigências, que privilegiam as grandes corporações multinacionais, deixando o capital livre para entrar e sair do país a qualquer momento, dependendo unicamente de seus interesses. Essas exigências afetam os juros sobre o capital, que é usado como forma de controle da inflação, mas que encarecem e dificultam o investimento por parte dos empresários locais, que acabam pagando mais caro para poder investir em melhorias visando aumento da produtividade e maior competitividade.

Isso impacta também na impossibilidade de oferecer uma maior remuneração por empregado, o que tornaria o mercado interno mais forte e homogêneo.

Assim, como vimos às decisões macroeconômicas, impactam na cultura das organizações uma vez que o empresário, que deve se preocupar também com o retorno de seu empreendimento para poder dar continuidade no mesmo e, até buscar algum crescimento, fica exposto a essas decisões, nas políticas de juros, cambiais, e principalmente na facilidade/dificuldade de crédito que irá encontrar para dar andamento a seus projetos.

3. Desenvolvimento local e regional

Neste sentido, cada vez mais os municípios e regiões constituem-se em um espaço estratégico para o desenvolvimento, muitas vezes, com profundas consequências econômicas, sociais e espaciais. O objetivo está na busca por alternativas para a manutenção e criação de postos de trabalho; início de novas atividades econômicas, estabilidade de rendas, entre outros. Para Brose (1999) o desenvolvimento visa atingir também a pluriatividade na agricultura familiar, manutenção de uma paisagem rural equilibrada, ativa participação da população nas decisões, nos seus espaços econômicos, como também, novas formas de gestão pública.

Segundo Furtado (1961) do ponto de vista econômico, o desenvolvimento representa um aumento do fluxo de renda real, ou seja, concentrado em alternativas que possam aumentar a capacidade produtiva e os efeitos desse aumento sobre o comportamento do fluxo da renda na sociedade.

> Em uma economia que haja alcançado certo grau de desenvolvimento, a produção apresenta uma estrutura tal que a acumulação se torna um processo quase automático. Destarte, para que o aparelho produtivo funcione normalmente é indispensável que também a procura apresente certa composição. Ora a composição da procura esta determinada pela distribuição da renda, isto é, pela forma como os distintos grupos se apropriam do produto (FURTADO 1961. p. 121-122).

Para Veiga (1998) um país com vocação para ser semiperiférico como o Brasil, a ideia de desenvolvimento não pode significar ilusão sobre a ascensão para o primeiro mundo, ou a generalização dos padrões de consumo dos países centrais.

> O desenvolvimento brasileiro exige mais uma agenda centrada na distribuição de renda que uma agenda centrada na erradicação da pobreza pelo crescimento econômico sem alteração da concentração de poder e riquezas na sociedade, pois o potencial de crescimento econômico depende fundamentalmente da redução das desigualdades. A redução das desigualdades é vista não só como básica para a consolidação da democracia, mas é a principal estratégia para um desenvolvimento real e sustentado (BROSE 1999, p. 49).

Desta forma, podemos entender que para uma localidade conseguir se desenvolver, deve-se primeiramente investir em uma política que favoreça a distribuição de renda entre os seus habitantes. A diversificação econômica surge como uma alternativa de impedir que somente um segmento domine a cultura local. Para isso é importante fortalecer a cidadania, trabalhar com a cultura e fazer com que as pessoas possam se envolver mais. De acordo com Becker as regiões que conseguem se desenvolver mais em relação às outras, são as que participam ativamente dos processos, há envolvimento, confiança e a vontade de mudar, de buscar alternativas que possam melhorar a condição social e que as lideranças políticas junto com a comunidade sejam os principais atores do processo.

> (...) As regiões ganhadoras são aquelas que conseguem transformar a ação cooperativa intrarregional e inter-regional no principal elemento integrador do seu processo de desenvolvimento regional. Ou melhor, as regiões ganhadoras ou perdedoras resultam, diretamente, do dinamismo da interação/integração dos seus agentes regionais de desenvolvimento em torno de um projeto/modelo próprio de desenvolvimento regional (BECKER 2010, p. 38).

Para que haja desenvolvimento, além das fundamentações já citadas, faz-se necessário que exista um potencial de recursos naturais; capacidade empreendedora das pessoas; acesso a informação, conhecimento e novas tecnologias, aceitabilidade a investir em mudanças e um mercado que consuma novos produtos, criando assim, novos mercados.

4. Influência da cultura organizacional no desenvolvimento de um cluster regional: o caso da indústria madeireira da região de Curitibanos/SC

Das lições de Barquero (2002) extrai-se que com a organização do sistema produtivo local formando redes de empresas, cria-se um ambiente favorável à geração de economias de escala e à redução dos custos de transação, assim como aos rendimentos crescentes e ao crescimento econômico.

Desse modo e seguindo a linha desenvolvida no presente trabalho, pertinente analisar se a cultura organizacional exerce influência na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de um cluster regional.

Nesse sentido, para ilustrar a referida questão com um caso concreto, citamos interessante trabalho desenvolvido por Zuanazzi e Carvalho (2005). O estudo, realizado na indústria madeireira da região de Curitibanos/SC, teve como objetivo identificar, dentre outras questões, traços da cultura organizacional que pudessem ter influência no desenvolvimento do cluster.

Para tanto, foi realizada pelos autores uma pesquisa quantitativa e qualitativa, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados questionários e entrevista sem-estruturada. Ponto interessante do referido trabalho foi a análise dos relacionamentos entre as empresas do aglomerado madeireiro com os demais atores regionais.

O trabalho analisou o relacionamento das empresas do aglomerado madeireiro com nove atores sociais; governo, universidade, Sebrae/SENAI/SESI, Associação Comercial, Sindicato da Industria Florestal de Curitibanos, produtores associados/fornecedores especializados, serviços de transporte, instituições financeiras e concorrentes. Citamos aqui o resultados em relação ao governo e universidade local.

Em relação ao governo, os níveis de relacionamentos apresentados foram fracos com as esferas governamentais; 68,6% das empresas optaram por não responder, alegando não haver qualquer tipo de relacionamento.

Contudo, 11,8% das empresas mostraram-se com relacionamentos fortes com este ator. Isto demonstra o distanciamento entre empresários e governo, sobretudo municipal, contrário do que se espera para um ambiente de cluster, pois o governo passa a ser um ator regional essencial no processo de desenvolvimento local.

No que tange às relações com a universidade local são predominantemente fracas, na medida que 70% das empresas responderam não haver quaisquer tipos de relacionamentos com esta entidade. No entanto, 18% dos respondentes mostraram haver relacionamentos, porém são fracos e específicos, na medida em que ocorrem ações conjuntas eventuais e não contínuas.

Concluíram os pesquisadores que as empresas estudadas focam os fatores internos de competitividade, independente das mudanças ambientais externas. Tal conclusão foi corroborada pelos fracos relacionamentos sistêmicos encontrados, tanto na cadeia produtiva, como com concorrentes, governos, instituições de ensino, associações e sindicatos.

Para os pesquisadores, a cultura organizacional vigente no aglomerado madeireiro de Curitibanos/SC valoriza traços de pessoalidade e de apego ao presente, o que caracteriza uma gestão conservadora e familiar, em que se evita o risco e priorizam-se os relacionamentos de poder pessoal, em detrimento de relacionamentos profissionais. Sendo assim, concluíram os pesquisadores que estes traços culturais, mormente da cultura organizacional, influenciam negativamente no desenvolvimento do cluster regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações modernas aproximaram mais dos seus relacionamentos frente aos recursos humanos e, portanto, os considera como seu ativo principal de desenvolvimento.

Furtado (1980), apresenta dois diferentes conceitos de desenvolvimento. O primeiro deles relaciona-se com a evolução do sistema de produção, através de acumulação e progressos técnicos, elevando a produtividade. O segundo é definido como sendo ligado à satisfação das necessidades humanas.

Em síntese, o autor propõe que o desenvolvimento abrange três dimensões: a otimização da produção, a satisfação das necessidades humanas e o atendimento de interesses de grupos dominantes.

Martins e Joyal (2004), complementam afirmando que as variáveis socioculturais devem ser consideradas ao se pensar o desenvolvimento, trazendo à evidência as relações entre os diferentes atores sociais envolvidos no contexto.

Furtado (1980), ainda destaca que, ao se falar do prisma de desenvolvimento ligado à satisfação das necessidades humanas, deve-se visualizar duas faces complementares: a primeira delas trata das satisfações das necessidades básicas, como saúde, alimentação, de vestuário e fisiológicas. A segunda face está ligada às necessidades não essenciais, mais difíceis de serem observadas e contextualizadas.

Por fim, Furtado (1980) propõe que, ao se pensar as três dimensões, produtividade, necessidades humanas e interesses de grupos dominantes, isoladamente, ocorrem distorções. Caso os avanços na produção sejam priorizados sem pensar na satisfação das necessidades humanas, isso tende a gerar custos sociais consideráveis e que degradem a qualidade de vida de uma parcela da população, ou até da população como um todo.

O presente artigo demonstra o quanto é importante analisar a cultura, seja de uma organização ou localidade, para tentarmos compreender a sua essência e, o quanto as mesmas, podem impactar no desenvolvimento local. Mediante o artigo podemos perceber que a cultura pode tanto influenciar de forma positiva quanto negativa, exercendo assim influência direta no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, I. **Administração:** teoria, processo e prática. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

BARBOSA, Lívia. **Cultura e empresas**. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

BECKER, Dinizar F; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares.** 2 edição, Santa Cruz do Sul, Edunisc 2008.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc**, 1 edição 1999.

CARVALHO, Carlos Eduardo; ZUANAZZI, Jeancarlo. **Traços da cultura organizacional influenciando no desenvolvimento de um cluster industrial.** XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Porto Alegre, 2005.

FLEURY, M. T. L. **Cultura organizacional – os modismos, as pesquisas e as intervenções; uma discussão metodológica**, 1987.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura Organizacional: Identidade, sedução e carisma?** Editora FGV, 2 Ed. Rio de Janeiro, 2000.

FURTADO, Celso. **Breve introducción al desarrollo**: um enfoque interdisciplinario. México: Fondo de Cultura Econômica, 1980.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. **Desenvolvimento Local e o Papel das pequenas e médias empresas.** Barueri, SP: Manole, 2004.

SCHEIN, Edgard. **Organizational culture and leadership**. San Francisco, Jossey Bass, 1986.

TYLOR, E. **Primitive Culture**, 1871 apud Laraia, Roque B., **Cultura Um Conceito Antropológico**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Trad. Ricardo Brinco. – Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/Editora da UFRGS, 2001.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Rural. O Brasil precisa de um projeto**. USP, 1998. Mimeo.
RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária. 1981.

PRADO, Luiz Carlos D. **Desenvolvimento econômico e crise. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria Conceição Tavares**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

A educação superior: caminho para expansão

O presente artigo é fruto da primeira parte de uma dissertação de mestrado que teve inicio em 2014, cujo objetivo é conhecer as mudanças na universidade após a expansão do ensino superior, tendo como cenário a Universidade Federal do Triângulo Mineiro durante e após a implantação do programa REUNI. Tendo em vista que esse programa tem modificado a realidade da universidade, acarretando portanto, algumas consequências, as quais se faz necessário uma discussão critica e reflexiva. Para um discussão a respeito dessa temática é necessário situar historicamente como se inicia a educação superior no Brasil, pois o resgate histórico nos sinaliza para alguns aspectos que foram aos poucos construídos e encontram-se arraigados inclusive nas políticas que subsidiam o ensino superior. É importante também destacar que a partir de um olhar mais critico para o processo histórico, fica claro o jogo de interesses e disputas que envolvem o cenário educacional. A concepção de educação superior enquanto direito e enquanto algo libertador e para emancipação do sujeito não foi muito comum no decorrer da nossa história, como veremos desde a colonização do país, a educação é tida como um instrumento de poder para manter a ordem, favorecendo a uma determinada classe social, assim não é diferente quando no Brasil são criadas as primeiras escolas de ensino superior, enquanto algo restrito, com os cursos que favorecessem o aperfeiçoamento profissional de uma pequena elite que não mais precisaria ir ao exterior para serem advogados ou médicos. Na sociedade em que estamos inseridos, no sistema capitalista, tudo passa a ser mercadoria, o que reflete diretamente na educação, pois essa educação mercadoria, forma apenas trabalhadores que não precisavam pensar, se limitando muitas vezes ao ensino técnico sem maiores reflexões a respeito da realidade social e politica que vivenciamos. Entretanto apesar dos resquícios históricos dessa educação restrita e muitas vezes privada temos alguns avanços atualmente, como alguns programas do governo federal, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo decreto N0 6.096 em 24 de abril de 2007, que visa ampliar o numero de vaga nas universidades, oportunizando a muitos alunos da classe baixa inserção no ensino superior. Para que o mesmo fosse implantado nas universidades federais, as mesmas escreveram um projeto de expansão do ensino, prevendo um aumento de cursos e vagas nas respectivas universidades, entretanto esses projetos não foram escritos de maneira adequada como coloca alguns autores, justamente pelo fato de que: a educação vai além da vaga, pois o aluno precisa de mais, como: condições de permanência no ensino superior, condições adequadas para realização do tripé: ensino pesquisa e extensão, infra estrutura de recursos materiais e humanos suficiente, dentre outros aspectos que compõem a educação realmente democrática e libertadora, e a pesar de novo o REUNI já tem mostrado algumas consequências desses projetos, nesse trabalho, trataremos do projeto da UFTM, como o mesmo tem refletido na qualidade da educação superior.

013-2328

Bruna de Melo Vitorino
Unesp Franca
brunamelov@hotmail.com

Célia Maria David
Unesp Franca
cmdavid@franca.unesp.br

1. Introdução:

O presente artigo é fruto de uma pesquisa para dissertação de mestrado que teve inicio em 2014. O objetivo é conhecer as mudanças na universidade após a expansão do ensino superior, tendo como cenário a Universidade Federal do Triângulo Mineiro durante e após a implantação do programa REUNI. Tem-se em conta que esse programa tem modificado a realidade da universidade, acarretando portanto, alguns desdobramentos que demandam análise reflexiva e critica.

Para uma discussão a respeito dessa temática faz-se necessário situar historicamente a educação superior no Brasil, pois o resgate histórico nos sinaliza para alguns aspectos que foram aos poucos construídos e encontram-se arraigados inclusive nas políticas que subsidiam o ensino superior, ainda hoje. É importante também destacar que a partir de um olhar mais critico para o processo histórico fica claro o jogo de interesses e disputas que envolvem o cenário educacional.

A concepção de educação superior enquanto direito e enquanto algo libertador e emancipatório não foi a prática corrente no decorrer da nossa história. Desde a colonização do país a educação é tida como um instrumento de poder para manter a ordem, favorecendo a uma determinada classe social, assim não é diferente quando no Brasil são criadas as primeiras escolas de ensino superior, enquanto algo restrito, com os cursos que favorecessem o

aperfeiçoamento profissional de uma pequena elite que não mais precisaria ir ao exterior para serem advogados ou médicos.

Na sociedade em que estamos inseridos, regida pelo sistema capitalista, tudo passa a ser mercadoria, o que reflete diretamente na educação, pois essa educação mercadoria, forma apenas trabalhadores que não precisavam pensar, se limitando muitas vezes ao ensino técnico sem maiores reflexões a respeito da realidade social e politica que vivenciamos.

Entretanto apesar dos resquícios históricos dessa educação restrita e muitas vezes privada temos alguns avanços, como é o caso de alguns programas do governo federal, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo decreto N^{0} 6.096 em 24 de abril de 2007, que visa ampliar o numero de vaga nas universidades, oportunizando a muitos alunos da classe baixa inserção no ensino superior.

A implantação nas universidades federais se deu por intermédio da apresentação de um projeto de expansão do ensino, prevendo um aumento de cursos e vagas nas respectivas universidades. Vale destacar que esses projetos não foram escritos de maneira adequada como coloca alguns autores, justamente pelo fato de que a educação vai além da vaga, pois o aluno precisa de mais, como: condições de permanência e a Universidade precisa garantir o cumprimento do tripé: ensino pesquisa e extensão, demandando infraestrutura, recursos materiais e humanos dentre outros aspectos que compõem uma educação realmente democrática e libertadora. Embora o REUNI já tenha mostrado algumas alterações nesses projetos, nesse trabalho, trataremos do projeto da UFTM, visando conhecer como o mesmo tem refletido na qualidade da educação superior.

2. Retrospectiva Histórica da educação no Brasil

Para entender a educação superior atual, suas configurações e, sobretudo, como a mesma se estabelece após a implantação do programa REUNI faz-se necessário primeiramente um olhar para a história do país, e como a educação vem modificando-se ao longo do tempo.

Desde o descobrimento do Brasil a educação já se fazia presente inclusive com uma função bem delimitada, dado que o período colonial representou uma "arma" burguesa para a expansão do comercio e principalmente do capital. Nesse sentido os objetivos da burguesia na colonização brasileira iam ao encontro ao sistema educacional, que era regido pelos os jesuítas.

> Preocupados com a difusão da fé e com a educação de uma elite religiosa, criaram no Brasil colônia um sistema educacional que, em última instância, fornecia aos elementos das classes dominantes uma educação clássica e humanista como era o ideal europeu da época. (XAVIER, 1990, p. 21).

O sistema educacional jesuíta teve como objetivo a doutrinação dos nativos, sobretudo visando os interesses da coroa portuguesa e alienação dos brasileiros. Entretanto a partir de 1759 com a expulsão dos jesuítas, a educação começa a mudar e, saindo do controle dos jesuítas,

> A educação colonial ficou reduzida a algumas poucas "escolas e aulas Régias". Nem mesmo a introdução de um "Diretor de Estudos" responsável pela administração escolar, ou a criação de "subsídio literário", que nunca levantou qualidade e quantidade, sem currículo regular e com lições de uma e outra disciplina avulsa, fracassassem completamente. (XAVIER, 1990, p. 22)

Com a independência do país em 1822, o cenário econômico, que muito influenciou no sistema educacional, não se alterou muito, "permaneceu o sistema de monocultura regional, no regime latifundiário escravista" (XAVIER, 1990, p. 85).

Assim também o direito à educação foi apropriado pela classe burguesa para manter a ordem, pois no período pós-independência, iniciam-se alguns debates sobre a educação publica nacional, entretanto os mesmos ocorriam na assembleia legislativa constituinte, inaugurada em 1823. Segundo Xavier (1990), essa assembleia discutia principalmente dois projetos "o projeto tratado de educação para mocidade brasileira, e o projeto de criação de universidade.".

Neste artigo trataremos mais especificamente o segundo desses projetos, pois teremos aqui como foco a educação superior, e seu percurso histórico. Entretanto é necessário deixar claro que a educação básica também influenciou no processo do qual refletiremos a seguir.

Este segundo projeto, de criação das universidades foi amplamente discutido e implementado pela necessidade da elite brasileira estudar seus filhos e formá-los no país, esse também foi um projeto permeado por vários entraves.

A primeira questão que se colocava na discussão desse projeto é com relação ao número de universidades no país, onde elas se localizariam e quem arcaria com os custos da mesma.

> Foram colocados os aspectos da sua efetivação (fundos necessários, provimento de mestres, etc.) a primeira discussão do projeto de criação de universidades no Império do Brasil assumiu um caráter de disputa regionalista, girando quase que exclusivamente em torno do numero e da localização da ou das universidades brasileiras. (XAVIER, 1990, P. 31)

Nas discussões a respeito do projeto também aparecia a preocupação com o financiamento das universidades, assim "as discussões, giravam em torno da questão: os fundos para as universidades devem vir do tesouro nacional, ou devem ser levantados através de doações particulares?" (XAVIER, 1990, p. 35).

Após tantas discussões fica aprovado então que seriam criadas duas universidades, uma se localizaria em Olinda e outra em são Paulo, os fundos para as mesmas seriam oferecidos pelos habitantes dessas províncias assim como pela fazenda nacional. Dentro os mestres da universidade o Imperador escolheria um de boa índole para servir inteiramente de vice-reitor. (XAVIER, 1990).

Percebe-se que a universidade no Brasil foi também criada para atender os interesses da classe dominante, tendo em vista que o próprio acesso a universidade era restrito, como salienta Xavier (1990, p. 59) "O sistema educacional brasileiro constituiu-se no agente exclusivo de formação das camadas superiores para o exercício das atividades político- burocráticas e das profissões liberais, consolidando padrão de ensino humanístico e elitista."

A partir do desenvolvimento industrial no país começam a surgir novas demandas para a educação, mais uma vez a favor da manutenção da ordem pela elite.

> [...] numa segunda fase, quando o paradigma da produção não mais é a manufatura (seja agraria ou urbana), mas a grande indústria, o modo de produção já dispõe de sua base especifica, podendo-se assim falar de modo de produção capitalista. (BORBA, 2013).

Sendo assim esse novo modo de produção colocava a necessidade de formar mão de obra qualificada para o trabalho, por isso:

> Verificou-se um crescimento acelerado da demanda social por escola, acompanhado de uma intensa mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e da expansão do sistema educacional vigente. (XAVIER, 1990, p. 59).

O modo de produção capitalista não altera somente a demanda por escolas que qualificassem o trabalhador, pois acreditamos que "a educação é a forma como a sociedade educa seus membros para viverem nela mesma [...]" (ORSO, 2013, p. 50) e no próximo item desse artigo veremos alguns aspectos e consequências do capitalismo na educação

O primeiro aspecto a ser destacado é que a educação em uma sociedade capitalista também tem função específica, nesse contexto a escola "é incumbida da tarefa de socializar e, ao mesmo tempo, passar os conhecimentos que possam ser operacionalizados no sentido desejado ao capital." (SANTOS, 2013, p.43). Nessa perspectiva, a função da educação na sociedade em que vivemos é de "em geral preparar o individuo para o mercado, para explorar ou para ser explorado, ou seja, para adaptação das condições vigentes." (ORSO, 2013, p. 58).

Essa influencia burguesa na educação superior pode ser percebida inclusive na expansão da universidade brasileira.

3. Expansão do ensino superior: O programa REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo decreto N^0 6.096 em 24 de abril de 2007, visando, em síntese, a democratização do ensino superior.

> No segundo semestre de 2006, inicia-se uma campanha contra o atual formato do ensino ministrado na maioria das universidades, com diagnósticos e análises variados, baseados em dados estatísticos, sobre vagas nas universidades públicas e as altas taxas evasão no ensino superior. (LÉDA e MANCEBO, 2009, p. 52).

Segundo as autoras, essa campanha a favor do projeto "universidade nova" teve como principal percursor o reitor da UFBA Prof. Naomar Monteiro de Almeida Filho, que divulgava esse projeto REUNI, com o objetivo de:

> Congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (BRASIL, 2007 p.4)

Para que o REUNI chegasse ás universidades federais foi necessário, inicialmente, que cada uma delas elaborasse um projeto para proposta de expansão nas universidades, segundo suas diretrizes gerais "as universidades precisam assegurar que a reestruturação e expansão programada seja realizada com garantia de qualidade acadêmica." (REUNI, 2007, p.10). Entretanto segundo nota divulgada pela ANDES-SN em 2007, o prazo máximo para envio dessas propostas era dia 15 de outubro de 2007, ou seja, as universidades teriam apenas dois meses para elaborarem a proposta de uma "nova universidade", o que seria um prazo pequeno para um projeto que envolve toda a estrutura de um a universidade.

Os objetivos do programa ficam explícitos também nas suas metas, que segundo suas diretrizes gerais são:

> A elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Nesse sentido o REUNI abriu as portas da universidade para a classe trabalhadora, esse é um fato muito importante considerando todo percurso histórico da universidade brasileira sempre elitizada. Entretanto o ensino de qualidade exige maior número de professores para que todos os alunos possam estar inseridos no tripé universitário, exige , ainda ,infraestrutura para que essas atividades possam ser realizadas de forma realmente democrática e com qualidade, pois garantir o direito a educação vai além do acesso ao ensino superior. Mészáros (2008, p.11) alerta que "O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos.".

Esse processo exige que o estado se responsabilize pela qualidade da educação superior, inclusive pela permanência do discente na graduação e por uma educação de qualidade. Entretanto, a realidade vivenciada pelos cursos oriundos desse programa tem sido abordada por autores que relatam alguns aspectos a serem refletidos, inclusive o trabalho de conclusão de curso que dá origem às primeiras indagações do presente trabalho e apontam algumas fragilidades do REUNI, que precisam ser melhor investigadas.

Garantir o direito a educação vai além do acesso ao ensino superior, pois segundo Mészáros (2008) o acesso à educação é necessário, entretanto é importante que o estado se responsabilize pela permanência do discente na graduação e por uma educação de qualidade. Entretanto a realidade vivenciada pelos cursos oriundos desse programa revela alguns problemas:

> A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa [...] (LIMA, 2001. p. 5).

Apesar de novo o programa vem sendo um desafio nas universidades federais. O projeto que originou esse artigo trata especificamente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em que o REUNI foi implementado em 2008 assim aumentando significativamente o numero de cursos, com um impacto relevante para a população de Uberaba, quebrando alguns paradigmas.

Algumas pesquisas apontam esses reflexos do REUNI em diversas universidades. Percebemos a contradição do programa como relata Ferreira (2011).

> [...] foi possível perceber os paradoxais efeitos do REUNI sobre a formação profissional dos assistentes sociais: se, de um lado, ele representa a real expansão dos cursos de Serviço Social em universidades federais (o que é indiscutivelmente um avanço e uma conquista), de outro, não garante a qualidade desta formação e acaba contribuindo, em alguns momentos, para o seu processo de debilitação. (p. 265)

Esse contexto atual demanda mais estudos, pesquisas e maior aprofundamento a respeito do tema, esse é apenas o inicio de um estudo que já nos permite algumas considerações que avaliamos como fundamentais para estudos posteriores.

Conclusão

Pelo recorte realizado é possível perceber que a educação superior vem passando por diversas mudanças ao longo do tempo; nesse percurso histórico fica evidente que a educação superior foi por vezes utilizada como instrumento burguês, assim como o acesso ao ensino superior esteve por vezes restrito a apenas uma classe social.

São anos de muita luta e engajamento dos profissionais em busca do acesso pleno a educação superior, assim como maiores investimentos para com as políticas de educação para que se possa garantir o acesso e permanência no ensino superior para todos.

O programa do governo federal de ampliação das universidades publicas, o REUNI, sem duvida representa um avanço pois, oportunizou a muitos alunos se inserirem no ensino superior, e a pesar de novo já tem impactado no ambiente acadêmico.

As pesquisas apontam que o REUNI ainda é novo e precisa se repensado, pois apesar do potencial do programa de abrir as portas da universidade, não tem se avaliado a forma como isso tem ocorrido, muitas vezes comprometendo a qualidade da educação. Um exemplo claro desse fato são os recursos humanos e materiais dessas universidades ,equivalendo dizer, com o aumento do numero de cursos e de alunos os mesmos deveriam também crescer e não é o que tem ocorrido, sobrecarregando professores, funcionários que estão diretamente ligados à qualidade do ensino publico universitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 6096 de 24 de abril de 2007**. Institui o

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -14 REUNI. **D.O.U.**, Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>.

Acesso em: 11 de jun. de 2013

CUNHA, André Moreira. **A Colonização e o Desenvolvimento do Brasil**. DECON / UFRGS, Porto Alegre, Junho 1997. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/Textodid14.pdf.>.Acesso em: 10 jun. 2014

FERREIRA. Débora Spotorno Moreira Machado. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social:** uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

LIMA, Kátia **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF.** Disponível em <http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf> acesso em 15-03-2013 ás 17h00min

LÉDA, Denise Bessa e MANCEBO, Deise. **REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente.** Revista educação e Realidade, vol.34(1) p. 49-64. Jan./abril. 2009

MÉSÉRIOS, Istiván. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORSO. Paulino José, GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. MATTOS, Valci Maria (org.). **Educação e Luta de classes** 2 e.d. São Paulo: expressão popular, 2013

SOUZA. Rosa Fátima; VALDEMARIN. Vera Teresa; ALMEIDA. Jane Soares. **O legado Educacional do século XIX.** Araraquara: UNESP- Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

XAVIER, Maria Elizabete S.P. **Poder político e educacional de elite**. 2 e.d. São Paulo; Cortez Editora, 1990.

A estrutura produtiva do território de Franca/SP: frente ao impacto da reestruturação capitalista

O presente artigo tem o objetivo de verificar a respeito dos aspectos econômicos-sociais que caracterizam o pólo industrial de Franca/SP, com foco no período marcado pelo aprofundamento dos processos de globalização econômica e consequentemente, pela reestrutura produtiva do capitalismo. Observando que no município de Franca a indústria de calçados desempenha o papel de protagonista na sociedade e na economia, gerando emprego e renda, fabricação e distribuição de sapatos e o fomento do mercado, sendo o maior produtor de calçados masculino brasileiro. Em uma abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, tem a proposta de analisar como o processo de reestruturação produtiva, em curso desde as duas últimas décadas do século XX, impacta na indústria de calçados, ocasionando a fragmentação do tecido empresarial (que reflete na "explosão" no número de microempresas e terceirizados) e crises crônicas no que diz respeito ao emprego. Com a perspectiva de reflexões que aponte caminhos de políticas alternativas possíveis, na construção de estratégias de desenvolvimento, que possam dirimir o impacto social negativo dessa dinâmica, a partir da organização político-social local.

148-2470

Édina Helena de Morais Ferracioli
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Franca SP
ehmferracioli@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Vivenciamos um período histórico de profundas transformações no mundo do trabalho, diante da necessidade de garantir a sua hegemonia, o Capital tem cada vez mais se livrar do trabalho vivo. O artigo em questão se fundamentou no objetivo de analisar como o processo de reestruturação produtiva, desde as duas décadas do século XX impacta na indústria de calçados de Franca/SP, ocasionando a fragmentação do tecido empresarial (que reflete na "explosão" no número de microempresas e terceirizados) e crises crônicas no que diz respeito ao emprego. É imprescindível acompanhar os esforços com políticas alternativas e específicas de desenvolvimento produtivo e empresarial adequado aos desafios atuais da mudança de estrutura, no contexto da globalização econômica crescente.

Por mais controverso que possa parecer, o local tem tido cada vez mais destaque na era da globalização, tornando territórios antes esquecidos, fundamental, nessa nova fase de reestruturação produtiva do capitalismo. O que vem se tornando relevante com relação ao desenvolvimento, são os desafios vindos com a globalização. Alguns fatores deste fenômeno se intensificam, com a retração de custos mediante a força do trabalho e a diminuição dos postos de trabalho nas fábricas de calçado. Com isso, municípios e outros atores locais passaram a sofrer as consequências de uma competição em nível global.

Em medida significativa verificar as características econômico-produtivas do contexto produtivo de Franca, as singularidades da estrutura de produção de calçados, assim como, para o perfil do seu tecido empresarial. Tais aspectos são fundamentais para a compreensão do efetivo impacto da reestruturação produtiva capitalista neste ramo produtor.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DO CALÇADO.

Franca está localizada á 400 km do estado de São Paulo, 526,09 hab/km² e área de 605,681 km². (IBGE, 2010). É o maior pólo produtor de sapatos masculinos do Brasil, os fabricantes de calçado são o grande destaque da produção local, com um volume pouco superior a 25,9 milhões pares em 2009, equivalente a 3,2% da produção nacional de calçados. Em valores monetários, o setor coureiro-calçadista local produziu em 2009 R$ 1,2 bilhão, o qual é equivalente a 0,17% do valor da receita liquida da indústria de transformação paulista. Os empregos gerados pelo setor produtor de calçado somaram 32,3 mil postos de trabalho em 2009, ou o equivalente a 1,24% do total dos trabalhadores alocados na produção do Estado, neste mesmo ano, o que demonstra que além da sua grande relevância econômica, este é um segmento de forte impacto social. Seu parque industrial apresenta 1.015 indústrias cadastradas no sindicato da Indústria Calçadista de Franca. Distribuindo-se a quantidade de indústrias do pólo segundo seu tamanho, verifica-se que: 63%(639) delas são de porte micro (de 1 a 19 empregados), 29,2% (296) de pequeno porte (20 a 99 empregados), somam 7,3% (74) de porte médio (100 a 499 empregados) e 0,6% (6)de grandes (500 ou mais empregados), ou seja, micro e pequenas empresas de calçados representam quase 90% desse parque industrial em 2009 (SINDIFRANCA, 2009).

A indústria de produção de calçado no Brasil é um dos ramos mais antigos da indústria nacional e quanto ao seu desenvolvimento tecnológico pode se dizer que a confecção do sapato permanece “[...] intensiva em trabalho vivo e extremamente artesanal.” (COSTA, 2007, p. 22).

No polo calçadista de Franca a “[...] produção é mais intensa no ramo de sapatos masculinos de couro, e atende tanto consumidor de menor poder aquisitivo, quanto aos mais exigentes, com poder aquisitivo maior; abrangendo uma grande fatia do mercado de sapatos masculinos.” (COSTA, 2007, p. 23).

Segundo Barbosa (2013, p. 33) e Navarro (1998, p. 152) a indústria de calçado vivenciou um período extremamente favorável na década de 1980, com aumento de produção e procura por mão-de-obra especializada, consolidou o crescimento de produção do mercado interno e a crescente produção voltada para a exportação, provocando incremento no volume da produção, na ampliação das unidades produtivas e no número de mão-de-obra empregada. Em 1980 as exportações já atingiam 35% da produção e assim foi até 1993 e no ano de 1984, foram exportados mais da metade dos 32 milhões de pares de calçados (11,6% da produção nacional) fabricados no município, com as vendas para o exterior atingiu o faturamento de US$ 164,5 milhões, o equivalente a 15% do total das exportações brasileiras de calçados (GORINI et al, 2000). "No contexto do setor calçadista nacional, Franca detinha à época representatividade superada apenas pelo pólo industrial do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, formado por cerca de duas dezenas de municípios" (BARBOSA, 2013, p. 34).

De outra parte observa-se o arrefecimento desse processo produtivo, onde com a reestruturação produtiva capitalista dos anos 90, há um crescente movimento de descentralização da produção.

> Entretanto, o período que se seguiu a esse apogeu foi particularmente dramático para o arranjo produtivo de Franca. Esse polo industrial local sofreu como poucos o impacto das mudanças decorrentes da abertura da economia brasileira, engendrada como resposta á intensificação do processo de globalização, sendo o efeito mais agudo desse processo o acirramento da concorrência com produtores chineses e do sudeste asiático na disputa do mercado nacional e internacional. (BARBOSA, 2013, p. 34).

Há uma dinâmica de instabilidade, quanto a se manter no mercado externo, com uma acentuada queda nos valores e volume de exportação nessa época, contrariando o bom momento vivido entre 1992 e 1993. O mesmo podendo observar do mercado interno onde, "após um pico de vendas atingido em 1986 (26 milhões de pares), houve um decréscimo abrupto no ano anterior, seguido por um modesto crescimento nos dez anos seguintes, sendo que apenas em 1999 se chegou próximo (25,4 milhões de pares) ao número alcançado treze anos antes". (BARBOSA, 2013, p. 34). Quando se compara Franca com outros pólos produtivos Barbosa vem corroborar que:

> Quando se é comparado o desempenho econômico do arranjo produtivo de Franca com o pólo industrial de Birigui, aglomeração industrial especializada na produção de calçados infantis, a perda de competitividade do primeiro adquire contornos ainda mais destacados. Enquanto a produção de Franca cresceu modestos 18,5% entre 1990 e 200, passando de 27 para 32 milhões pares fabricados, em Birigui a elevação da ordem de 240%, passando de 21 para 71,4 milhões de pares fabricados. No que diz respeito à exportação, enquanto em Franca há um decréscimo de 51,6% no mesmo período, indo de 8,9 milhões para 4,3 milhões de pares vendidos no mercado externo, em Birigui o número de pares exportados aumenta 540% - passando de irrisórios 700 mil pares no início da década de 1990 para 4,5 milhões de pares, um pouco acima do número obtido por Franca. A diferença de desempenho entre os dois pólos calçadistas se torna ainda mais significativa quando se considera o fato de que o segmento produtivo predominante em Birigui – tênis infantis em matéria sintético – sofreu muito mais fortemente a concorrência asiática que os tradicionais sapatos masculinos de couro característicos de Franca. De valor agregado mais baixo, sobretudo em virtude da matéria-prima mais barata e confexão menos complexa (fator que converge com o baixo custo da mão-de-obra), os calçados sintéticos fabricados na China, Índia, Taiwan, Indonésia, Tailândia e Vietnã, entre outros competidores mais importantes, colocaram o mercado do setor sob agressiva concorrência em todo o mundo. (BARBOSA, 2013, p. 36/37).

Posteriormente a década de maior impacto devido dos efeitos da reestruturação produtiva, o setor produtivo de Franca evidencia ter sofrido como a indústria calçadista brasileira as implicações da concorrência asiática no mercado internacional. Ao se retornar a comparação com o pólo calçadista citado anteriormente ver-se-á que concorrendo internacionalmente em um mercado dominado pelos países asiáticos, a "indústria de Birigui conseguiu agregar valor ao seu produto em níveis ainda superiores aos de Franca: o preço médio do par exportado elevou-se em 104%, enquanto assistiu-se a um decréscimo de 6% na média nacional". (BARBOSA, 2013, p. 39). Aspectos característicos da produção desse setor ilustram muitos dos fatores pertinentes à estrutura local, colaborando para o entendimento do perfil empresarial, no que diz respeito à sua concepção social, quanto da sua conduta empreendedora.

A relevância da pesquisa justifica-se pelo intuito de avaliar os efeitos de determinado processo econômico-social (a reestruturação produtiva do capital), em um território com determinadas características em sua estrutura produtiva: o pólo industrial de Franca.

A primeira reflexão a ser feita quanto à estrutura produtiva do calçado diz respeito às especificidades das condições de produção que caracterizam a fabricação do calçado, principalmente se comparadas às profundas transformações tecnológicas e desenvolvimento de novos processos que distinguem o capitalismo industrial na atualidade. Não podemos pensar da indústria calçadista de uma "expansão do trabalho intelectual e de redução e desvalorização do trabalho manual", onde Sorj (2001, p.78) emprega para expor as características do processo de acumulação do capital decorrente das transformações globais em curso nas duas últimas décadas do século XX.

O empresariado do calçado teve sua gênese em modestos empreendimentos iniciados por "pequenos artesãos" sapateiros à frente das primeiras unidades manufatureiras de sucesso, e a evolução dessa indústria demonstra que mesmo após a sua consolidação há uma intensa predominância do trabalho manual. Barbosa (2006, p. 105), corrobora que "o trabalho manual não apenas se manteve como fator determinante na estrutura produtiva, como foi e talvez ainda o seja, o elemento de ligação na gênese de inúmeras trajetórias empresariais".

Em sua avaliação do setor, Reichert (2004) considera "a quase inexistência de barreiras à entrada de novos competidores no mercado". Outros autores apontam as características do processo produtivo do calçado que; "apresenta fortes descontinuidades, o que estimula a sua fragmentação" e as "reduzidas barreiras à entrada verificadas no setor" (GORINI, 200, p. 8), como fatores que explicam o aumento de microempresas nesse ramo industrial.

As microempresas são formadas relativamente com baixo investimento financeiro, e "montar uma pequena empresa é motivada por aspectos relacionados á sobrevivência, considera-se a atividade industrial como um emprego, assim a formação dessa estrutura permite a sua sobrevivência individual e a dos núcleos familiares que deles dependem" (MELLO, 2004, apud COSTA, 2007, p. 24). Denise Gisele Silva Costa (2007, p.28) assinala que há o "entrelaçamento da vida doméstica com produção do sapato, membros da família trabalhando todos juntos dependendo única e exclusivamente do ofício de fazer sapato".

O trabalho em domicílio, característico da fase pré-fabril ainda persiste de forma predominante na produção da indústria do calçado. Em muitos casos não se pode distinguir onde começa o espaço produtivo e termina a casa e vice-versa. O espaço doméstico se transforma junto com o processo produtivo do calçado e são muitas "trajetórias de vidas" que se iniciam nesses lugares de produção na busca por uma condição melhor. "E nesse sentido a cadência social e cultural que a cidade vive é ampliada, influenciando não somente o aspecto produtivo, mas, sobretudo, a maneira de viver e pensar o mundo". (MENDES, 2009, p. 65-66). Com isso há precarização e o agravamento nas condições de trabalho, pois a fabricação do calçado é realizada em locais inadequados e improvisados, invadindo o espaço destinado a família.

Os microempresários francanos começam sua produção com poucos funcionários e em sua maioria são parentes, que com um pouco de conhecimento na fabricação de calçado e uma dose de empreendedorismo iniciam assim suas próprias empresas, mas permanecem com características muito próximas do operariado e distante do empresário, enquanto detentor do capital. Como nos mostra Costa (2007, p. 75), "suas trajetórias são semelhantes no que diz respeito às dificuldades, sendo a principal delas a falta de dinheiro e crédito, além do próprio ambiente competitivo/nocivo vivenciado pelo setor produtivo de sapatos em Franca". Na década de 1980 proporcionam números ainda mais impressionantes; precisamente neste que é o momento histórico de maior impacto no país das mudanças que deram ensejo à reestruturação capitalista em escala global, "o número de microempresas calçadistas mais que dobra num curto espaço de tempo: de 204 em 1985 para passar a 449 em 1990". (BARBOSA, 2013, p. 45).

Todavia, ainda que de modo enviesado, tal situação não deixou de favorecer as micro e pequenas empresas, que multiplicaram suas indústrias, outrossim, esse processo favoreceu o surgimento de micro e pequenas unidades produtivas, que puderam "emergir já dispensados das obrigações de uma série de atividades, desde seu início transferidas a terceiros – o que diminuiu ainda mais o capital necessário á entrada no ramo". (BARBOSA, 2013, p. 47).

3. O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DIANTE DO IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

O impacto mais contundente da reestruturação do capitalismo neste setor é marcada por elementos bastante singulares considerada as características desse processo em nível global. É possível analisar, por um lado, uma intensa fragmentação do tecido empresarial representada pela maioria absoluta de micro, pequenas empresas e terceirizados especializados na fabricação de calçados. Por outro lado, essa dinâmica tem como fator importante a hiperintensificação da subcontratação, denominada de terceirização. As consequências dessa reestruturação para a classe trabalhadora vão ser drásticas, com elevação das taxas de desemprego e um notável aumento da informalização do trabalho, com a prática de se retirar da fábrica e transferir para o domicílio ou para bancas a produção de alguns serviços, o que chamamos de terceirização. Como afirma:

> Em meio á aceleração do processo de reestruturação produtiva, a partir dos anos 90, assistimos a um crescente movimento de descentralização da produção, que passa a ser denominado pelo neologismo 'terceirização', cujo padrão adotado no Brasil tem sido referenciado como "fraudulento", "espúrio" ou "predatório", por buscar a redução de custos através da exploração de relações precárias de trabalho que se objetivam de diferentes formas: na subcontratação de mão-de-obra; nos contratos temporários de trabalho; no trabalho á domicílio; no trabalho por tempo parcial e no trabalho sem registro em carteira, mecanismos esses que buscam neutralizar a regulação estatal e a sindical e que colocam em risco uma série de direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados. (NAVARRO, 1998, p. 178).

Para a socióloga Vera Navarro, o sistema de reestruturação capitalista, tem como forma, o da precarização das relações de trabalho. Conforme argumenta:

> O processo de terceirização em curso no país, na sua variante "espúria", intensifica a extorsão de mais-valia absoluta, e o comportamento da indústria calçadista francana diante dessa nova lógica do mercado serve de exemplo, pois naquele industrial a subcontratação ou terceirização, como tem sido referenciada ultimamente, é velha conhecida e convive com formas não especificamente capitalistas de exploração do trabalho, como o trabalho em domicílio, que pode, ou não, assumir características de trabalho familiar. (NAVARRO, 2006, p. 413).

É fundamental entender a multiplicação das microempresas, bem como auto-emprego resultante dos efeitos do processo de reestruturação capitalista, como fatores determinantes por sustentar a manutenção do trabalho e da competitividade econômica deste setor mesmo diante da turbulência enfrentada no contexto da globalização. Dessa forma é imprescindível acompanhar os esforços com políticas alternativas e específicas de desenvolvimento produtivo e empresarial adequado aos desafios atuais da mudança de estrutura, no contexto da globalização econômica crescente. Assim, as iniciativas de desenvolvimento econômico local constituem formas de ajustes tecnológicos e de capacitação de recursos humanos, com elementos para conseguir dotar os territórios com subsídios capazes de promover as inovações necessárias. O norte americano Michael Hardt (24/09/2000), professor de literatura e filosofia vem afirmar em entrevista à Folha de S. Paulo que a "globalização capitalista trouxe formas novas de exploração, mas isso não significa que nós devamos ressuscitar os poderes do Estado-Nação; a globalização capitalista atual apresenta as condições para uma globalização não-capitalista, alternativa".

Há a dominação, como também estratégias e o pensar alternativas para fortalecer os trabalhadores, onde a cooperação é necessária para trocar informações e deste modo alcançar uma eficiência comum. Da mesma maneira que o capital se beneficia do trabalho, há também a possibilidade de superação, com o fazer coletivo de todos os assalariados envolvidos em atividades produtivas. Nesse modo de perceber o trabalho social estão as possibilidades para que este seja sujeito de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais de nossa época. Glaucia Campregher complementa:

> Acreditamos, isso sim, que é possível colocar as novas estruturas informacionais e comunicacionais a serviço de um projeto que tanto pode ser o do crescimento da dependência social da ciência e da técnica comandada pelo capital, como pode ser do crescimento das possibilidades da auto-organização dos trabalhadores. (CAMPREGHER, 2004, p. 132).

Assim, o desafio deste estudo da realidade presente das empresas e terceirizados calçadista de Franca, é a formação de redes, visto que como já foi dito, é a maior economia local e desempenha um importante papel na sociedade e na economia, promovendo a circulação de riquezas, fabricação e distribuição de sapatos, bem como o fomento do mercado.

Haja vista que, o quesito união, ou a sua falta, é extremamente forte neste setor, tornando muitas vezes a impossibilidade cabíveis de evolução e melhoria e como consequência a competição predatória, formando traços extremamente contraria a cooperação, tornando difícil competir com mercados distantes e mesmo de se especializarem, pois para se ter uma rede forte local é necessário que as microempresas se complementem uma ás outras. Pois, "[...] inserir-se em mercados muito competitivos, somente é possível de maneira estável e permanente se a fragilidade do empresário isolado é substituída pela força da associação." (AROCEMA, 1987, p. 33). E segundo observa Hubert Schmitz.

> O problema de muitos pequenos produtores não é seu tamanho, mas estarem isolados. Decerto, poderia ser arguido que a formação de clusters eleva a capacidade de responder a crises e a oportunidades, uma vez que as capacidades, nos clusters, das firmas especializadas podem ser combinadas de muitas maneiras diferentes e que o domínio de um processo ou de um produto pode assentar a base para se passar a novas linhas de produção. (SCHMITZ, 1997, p. 171).

É fundamental tentar romper este isolamento entre empresas, do qual é objeto estas pequenas unidades produtivas, assim, poderem se fortalecer como categoria e como sujeito e a "[...] formação de clusters possibilitam ganhos de eficiência que produtores individuais raramente conseguem obter. Define eficiência coletiva como vantagem competitiva derivada de economias externas e ação conjunta." (SCHMITZ, 1997, p. 189). E segundo o economista e cientista político alemão Jörg Meyer-Stamer (2001, p. 8) "[...] as políticas de promoção de clusters também prosperam para além do contexto europeu".

Nas aglomerações industriais nas quais a maioria são micro e pequenas empresas, e em "um distrito industrial, a pequena empresa não está sozinha; uma condição para o seu sucesso é o êxito de toda a rede de firmas da qual faz parte" (SENGENBERGER, 2002, p. 103) e tais ganhos são preponderantes para que sejam equilibradas as desvantagens do tamanho, obtendo resultados que dificilmente conseguiriam atuando individualmente. Neste sentido, em nível internacional, cito a dos chamados Distritos Industriais Italianos (DIIs), como (BECATTINI, 2002, p. 51) corrobora "a proliferação das pequenas unidades e sua concentração em sistemas territoriais impulsionaram a industrialização do que denominamos a terceira Itália" e também por (SILVA, 2006, p. 96, apud Porter, 1999) "pequenas e médias empresas – a maioria de base local – conseguem desenvolver formas de cooperação produtivas altamente flexíveis, inovadoras e competitivas, com capacidade de penetração nos mercados internacionais".Cocco salienta que:

> Vimos renascer a pequena indústria. Esse fenômeno aconteceu também na Itália onde, em alguns anos, regiões inteiras passaram de uma economia baseada nas atividades agrícolas a uma economia industrial fundada justamente sobre as pequenas empresas. Mesmo nos centros tradicionais da grande indústria se implantaram, pequenas empresas, novas e dinâmicas, frequentemente avançados em termos de progressos tecnológicos. (COCCO, 2002, p.29).

No entanto, os microempresários e terceirizados produtores de calçado muitas vezes não dispõem de condições necessárias para gerarem/explorarem inovações tecnológicas e tem dificuldades de obter um resultado satisfatório de seu desenvolvimento, por não compartilharem informações valiosas em suas empresas. "Nesse sentido, reforça-se a importância da articulação de pequenas empresas em sistemas produtivos, arranjos e redes de divisão social do trabalho". (PIRES, 2011, p. 76-77). Clovis Leopoldo Reichert complementa que:

> O setor calçadista precisa de parceiros competentes que ajudem na orientação para a concepção e o estabelecimento do planejamento estratégico e tático. (...) Além do treinamento e qualificação de seu pessoal, o setor calçadista também precisa de mais ajuda para qualificar o processo de tomada de decisões no que diz respeito à avaliação e introdução de novas tecnologias e processos. (REICHERT, 2004, p. 67).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante explicar a realidade produtiva de um território no qual predomina uma atividade quase artesanal, na qual parte dos microempresários (denominação local) vem do 'chão de fábrica'. E vislumbrar iniciativas da esfera pública de um elemento importante para a dinâmica de desenvolvimento vivenciada pelo pólo industrial de Franca, que resultem em maior competitividade deste setor. Atualmente os microempresários e terceirizados tem o trabalho precarizado para as grandes fábricas de calçados assim, o assistente social vai ser a "ponte" de buscar junto às instituições; tecnologia, informação para ser competitivo e se inserir no mercado. Como bem o diz Barbosa "exemplos neste sentido podem ser a criação de instituições de ensino a pesquisa, organizações de pesquisa de mercado, design e informações sobre comércio exterior, agências de desenvolvimento, consórcios de exportações, etc.". (BARBOSA, 2012, p. 23).

Conforme foi explanado acima, tais singularidades não devem ser analisadas somente pelo lado da precarização, desconsiderando o potencial desses pequenos produtores, destacando somente a vitimização desses atores sociais envolvidos. Mas também, não se pode desprezar suas fragilidades e, por conseguinte, da estrutura de produção na qual representam o papel imprescindível para o desenvolvimento local. Por isso o empenho na

investigação, facilitando as necessárias alianças e a articulação de atores territoriais para o desenvolvimento econômico local e geração de emprego e renda. Para isso, é indispensável uma atuação dos governos territoriais locais como catalisadores na criação inovador institucional, social, econômico, político e cultural que impulsione o desenvolvimento do potencial empresarial e produtivo territorial.

> Diante das fragilidades observadas, o Estado e seus agentes institucionais representam a possibilidade de oferta de serviços que possam suprir as deficiências e debilidades; sua ação é essencial para o fortalecimento de atores sociais que sem apoio oficial certamente terão dificuldades em sobreviver à agressividade da competição na nova lógica global do capitalismo. (BARBOSA, 2012, p. 58).

Para um adequado estudo desses desdobramentos, é necessário que atentamos ao universo das possibilidades do território como pólo organizador do trabalho, com estratégia de reordenamento da atuação desses pequenos produtores em um trabalho coletivo, que passaria a envolver também intervenção governamental ou de outros atores, sito: entidades de classe e de apoio empresarial, universidades, institutos de pesquisa, centros de desenvolvimento tecnológico, etc., com vistas ao estabelecimento de estratégias e investimentos conjuntos, ao compartilhamento de infraestruturas e outras medidas, como analisar propostas, induzir demandas e promover articulações institucionais, que levem à melhoria da qualidade dos produtos e processos produtivos e assim, o aumento da competitividade das microempresas e seu desenvolvimento nas cadeias produtivas. Conforme corroba Barbosa (2012, p. 23) que "exemplos neste sentido podem ser a criação de instituições de ensino e pesquisa, organizações de pesquisa de mercado, design e informações sobre comércio exterior, agências de desenvolvimento, consórcios de exportações, etc.".

REFERÊNCIAS

AROCENA, José. El desarrollo de la pequeña y microempresa. **Cuardernos Del CLAEH,** Montevidéu, v. 12, n. 43, p. 29-36, 1987.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa; MENDES, Alexandre; BRAGA FILHO, Hélio. **Verso e reverso da reestruturação produtiva: expressões da precarização do ambiente fabril na indústria do calçado de Franca-SP**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CÁTEDRA, 2.; 2005. São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNESCO: UNISINOS, 2005. p. 1-5.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico:** empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado para o Serviço (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec:FAPESP, 2006.

_____.**Atuação pública e eficiência coletiva em arranjos produtivos locais.** O caso do polo industrial de Franca-SP. Relatório de pesquisa apresentado como requisito parcial do Relatório Final de Estágio Probatório Docente. Franca. 2013.

BECATTINI, Giacomo. "Os distritos industriais na Itália". In: COCCO, Giuseppe; URANI, André & GALVÃO, Alexander P. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP & A, 1999, pp. 45-58.

CAMPREGHER, Gláucia. Das novas possibilidades do trabalho coletivo. **EconomiA,**Niterói (RJ) v. 5, n. 1, p. 123-159, jan./jun. 2004.

COCCO, Giuseppe. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália;** André Urani / Giuseppe Cocco / Alexander Patez Galvão (Orgs.). 2. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Territórios produtivos:** oportunidades e desafios para o desenvolvimento local / Geraldo Silva, Giuseppe Cocco (orgs.). – Rio de janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006..

COSTA, Denise Gisele Silva. **Mentalidades:** Desafio para o Serviço Social e para o sapato francano. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2007.

CREMONINI, Daniel. Microempresa e empresa de pequeno porte e suas vantagens legais. **Jornal Diário da Franca**, Franca, p. 2, 4 nov. 2010.

GORINI, Ana Paula Fontenelle et al. **A Indústria Calçadista de Franca.** Área de Operações Industriais 1-AO1. Brasília: BNDES, 2000. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato. (Acesso julho/2014).

HARDT, Michael. Entrevista à **Folha de S. Paulo** – São Paulo, domingo, 24 de setembro de 200.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estátistica. **Censo Demográfico 2010.** Brasília, 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. (Acesso em julho/2014).

MENDES, Rita de Cássia Lopes de Oliveira. **O social e Ambiental na lógica do Capitalismo.** Franca: UNESP, 2009.

NAVARRO, Vera Lucia. **A produção de calçados de couro em Franca-SP:** a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho.Tese de Doutorado-Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Araraquara, 1998.

_____. "A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação". In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006, PP. 387-424.

PORTER, Michel. **Vantagens Competitivas das Nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SCHMITZ, Hubert. "Eficiência Coletiva: Caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte". In: **Ensaios FEE.** Porto Alegre, v.18,n.2, 1997ª, pp. 164-200.

SENGENGERGER, Werner & PIKE, Frank. "Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política". In COCCO, Giuseppe; URANI, André & GALVÃO, Alexander P. (Orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O Caso da Terceira Itália.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, pp. 101-146.

SINDIFRANCA – Sindicato da Indústria de Calçados de Franca. **Mapeamento do setor calçadista.** Franca/SP, 23-07-2012.

SINGER, Paul. **"Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo",** Proposta, n. 72, março/maio de 1997.

SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A garantia da alfabetização na idade certa como proposta de política pública para a infância

Este estudo tem por objetivo apresentar a proposta da política pública educacional – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que traz como foco a garantia da alfabetização aos alunos até os oito anos, idade que corresponde ao final do ciclo de alfabetização (3º ano do Ensino Fundamental). A história da educação no Brasil demonstra uma dura realidade: crianças concluindo seu processo de escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Nesse sentido, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual da sociedade brasileira. Através de pesquisa bibliográfica e documental verificamos a importância desta proposta, assim como a relevância da efetivação das parcerias envolvidas para o sucesso de sua implementação – Governo Federal, Estadual, Municípios e Instituições de Ensino Superior (públicas), para a melhoria da qualidade do ensino da alfabetização no país.

091-2411

Silvia Cristina Soggio del Monte
UNESP/FCHS - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Campus Franca
silvia.soggio@yahoo.com.br

Andrea Marqueti
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais
amarqueti@gmail.com

THE GUARANTEE OF LITERACY AT THE RIGHT AGE AS A PROPOSAL OF PUBLIC POLICY FOR CHILDHOOD

Abstract: This study has as its objective to present the educational public policy proposal, named as PNAIC – *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, that focuses to guarantee that students are fully literated before they reach the age of eight, and that corresponds to the end of the basic literacy process (3rd year of the fundamental cycle). The history of education in Brazil provides a hard reality: children finishing their educational process without being totally literated. In this context, the literacy is, with no doubt, one of Brazil's priorities. Through a bibliographical and documental research we verified the importance of PNAIC, as well as the relevance of partnership among the Federal, State and Municipal governments and the Institutions of Superior Education - IES in order to implement the proposal and improve the literacy teaching in Brazil.
Keywords: Public Policy; Literacy; Teacher training.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo apresentar o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que tem como proposta um conjunto de ações que visam garantir a plena alfabetização às crianças até os 8 anos de idade à luz da legislação educacional vigente no Brasil.

Os governantes já travaram grandes diálogos, seja no poder legislativo, no executivo ou no judiciário, com a intenção de promover políticas que atendam às reivindicações da população e sanem problemas existentes no sistema educacional nacional. Prova disto são as leis, decretos, portarias e estatutos promulgados para esse fim, como exemplo o ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente* e a LDB – *Lei de Diretrizes e Bases,* que protegem os menores e garante seus direitos básicos no que tange a educação.

Neste artigo, serão ressaltadas essas Legislações as quais refletem a preocupação com a qualidade da educação e culminaram na implementação do Decreto nº 6094, que dispõe sobre o plano de metas *Compromisso Todos pela Educação* do governo federal em regime de colaboração com municípios e estados, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica no país; e a Portaria nº 867 que institui o PNAIC e define suas ações e diretrizes gerais e a Lei 13.005/14 que define o Plano Nacional de Educação, em especial a meta que define a alfabetização na idade certa, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

O PNAIC vem como resposta às mais recentes reivindicações sociais de uma educação mais eficaz e eficiente para o processo de alfabetização. A Portaria nº 867, que institui o Pacto amplia a atenção para com as crianças brasileiras, uma vez que vem para garantir o direito de serem alfabetizadas na idade certa e por profissionais que procuram, cada vez mais, melhorar suas práticas pedagógicas.

1. Políticas públicas e a educação no Brasil

De acordo com o dicionário Aurélio (1999), define-se política como sendo a ciência do governo dos povos; a direção e a determinação das formas de organização do Estado, assim como o conjunto de negócios do mesmo, e a maneira como ele o conduz. Uma vez que política refere-se ao modo como o Estado conduz seu povo, e esse último refere-se a um coletivo de pessoas vivendo em um ambiente comum, compartilhando cultura, lazer,

conhecimento etc. Sobre o conceito de "público", também de acordo com Aurélio (1999), diz respeito a tudo o que é de interesse geral e que é relativo ao governo de um país ao realizar negócios públicos.

Existe, portanto, um caminho para que sejam aprovadas as políticas públicas no Brasil, que vai desde a reivindicação da sociedade até a promulgação e intervenção nos setores ao qual essa política é destinada. Pode-se verificar, então, que para se propor uma política pública deve-se ter em mente as premissas que regem os conceitos de "política" e de "público", ou seja, a ideia de que se está construindo uma proposta de intervenção que tenha como objetivo o que é de interesse geral dos indivíduos que compõem uma sociedade, determinando sua organização e a maneira como o Estado irá conduzi-lo de maneira comum a todos.

Freitas e Papa (2003) ao apresentarem caminhos democráticos e participativos que permeiam a proposição de políticas públicas, afirmam que a estas se associa um conjunto de ações articuladas que envolvam uma dimensão temporal e alguma capacidade de impacto na sociedade; uma dimensão ético-política e que deve estar alinhada a um projeto de desenvolvimento econômico-social, implicando sempre nas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade que este rege.

O papel do formulador das políticas públicas é o de detectar, perceber, compreender e selecionar as diversas demandas. Compreendidas, este fará a seleção de prioridades para, em seguida, oferecer as respostas. Apesar de não conseguir contemplar a todos com um só projeto, o governo terá de formular e desenvolver ações para buscar atender as expectativas, integral ou parcialmente, voltado sempre para o interesse público, buscando maximizar o bem estar social. Antes de serem atendidas as reivindicações da sociedade, é necessário, porém, que estas sejam reconhecidas e ganhem força ao ponto de chamar a atenção das autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

A educação, por exemplo, é um direito de todo cidadão brasileiro, garantido pela Constituição Federal do Brasil (1988) e, portanto, também é alvo da proposição de políticas públicas que garantam a todos os integrantes de nossa sociedade o acesso às escolas. Desse modo, o governo Federal, os Estados e os municípios se empenham para atender às demandas da população, assim como aos planos governamentais promulgados para satisfazer essa necessidade de conhecimento.

Ao garantir-se, então, a educação para todos no Brasil, estamos dando às massas uma boa educação prática para a vida, na qual a escola, de acordo com Teixeira (1970, p. 392), é "transmissora de padrões de hábitos, atitudes, práticas e modos de sentir e julgar". Seu papel, portanto, pode ser compreendido como a forma de dar continuidade ao modo de ser e a concepção de mundo dos grupos sociais e classes, através da troca de experiências e de conhecimentos mediatizados pela autoridade pedagógica do educador.

Para a garantia da educação a todos os brasileiros, os governantes promulgaram a *Lei de diretrizes e bases da educação nacional* – LDB/96, que institui as regras para o ensino básico fundamental, como a quantidade de anos a serem cumpridos pelos estudantes; o papel dos pais e responsáveis pelas crianças e pela instituição escolar; e a importante contribuição da sociedade para que esses menores venham a se tornar um adulto capaz de exercer sua função na comunidade, trabalhando e contribuindo para o desenvolvimento de sua região. Nesta política, os representantes da sociedade, eleitos pelo voto democraticamente, determinaram como deverão ser atendidas as reivindicações da população por uma educação de qualidade e acessível a todos as crianças e adolescentes brasileiros.

A LDB/96 inicia seu texto explicitando qual o papel da educação e como a sociedade deverá organizá-la, assim como as obrigações de quem se responsabiliza para executá-la. Perpassa pela responsabilidade da família em matricular os menores na escola; a organização do ensino em educação infantil, fundamental, médio e superior, assim como qual a função de cada um deles, suas responsabilidades, dentre outras regulamentações.

Para este artigo, o conteúdo de maior importância a ser analisado nesta LDB/96 são as diretrizes que regem a educação fundamental básica, na qual será iniciada a alfabetização. A esta faixa etária de estudantes fica estabelecido que a União, conjuntamente com os Estados e Municípios nortearão as diretrizes curriculares mínimas, de modo a assegurar a formação básica comum. No capítulo II, seção I, artigo 22, é disposto que as finalidades desse nível educacional são "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

A LDB/96 também orienta a construção dos currículos das disciplinas a serem ministradas, estabelecendo em seu artigo 26º do capítulo II que devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Do mesmo modo como define que os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, diretrizes como a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; a consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento e a orientação para o trabalho.

Mais recentemente, essas obrigações com a educação fundamental básica tomaram uma maior proporção, e com isso, foi promulgado o PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, que vem atender à demanda verificada na sociedade de se alfabetizar as crianças logo nos primeiros anos do ensino fundamental, de

acordo com o estabelecido na Meta de número cinco, do Plano Nacional de Educação, a saber, "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental".

Como Freitas e Papa (2003) bem apontam, quando tratam das políticas públicas voltadas para a criança, geralmente, o que é observado é que são considerados os ciclos de vida, nesse caso a infância, do ser humano e não os sujeitos, ou seja, cada criança em particular. E, por esse motivo, sustentam o pressuposto de que cada um desses momentos encerra singularidades que demandam modos diversos de intervenção do Estado.

Um dos exemplos mais significativos de intervenção a favor da infância é o ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Esse documento nacional representa um novo ordenamento jurídico-legal em torno do direito dos indivíduos que se encontram nessa fase da vida, principalmente aos que estão expostos a condições de existência inferior, ou seja, dispõe sobre a doutrina de proteção integral para todas as crianças e adolescentes, em especial aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a quem os direitos sociais são negados.

Em 1990, tendo como antecedente a mobilização da sociedade em torno dos direitos da infância e da adolescência, foi instituído o ECA, de acordo com Freitas e Papa (2003). A partir dessa década começa a se reconhecer e emergir problemas que afetam esse grupo, como saúde e violência.

Desse modo, o ECA vem garantir em seu Livro I, título I, artigo 4º:

> É de dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Assegurando o direito de ser zelado por toda a sociedade, o Estado garante, conjuntamente, algumas necessidades desses impúberes como a de ser educado em uma instituição escolar de qualidade e que vise seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o, até o final de seus estudos, para atuar no mercado de trabalho, como está previsto no capítulo IV, artigo 53. Neste capítulo é também garantido o direito de igualdade a todas as crianças e adolescentes, a ver:

> I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – direito de ser respeitado por seus educadores;
> III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
> IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
> V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, art. 53)

Instituindo que todas as crianças são iguais, o ECA permite que uma parcela maior dessa população possa frequentar a escola pública que lhes é de direito. Ressaltando a obrigação dos pais e responsáveis de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

O Estatuto infere também em seu artigo 54, inciso I, que o ensino fundamental será obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade correspondente. Nessa vertente, e para diminuir a quantidade de cidadãos que não frequentam a escola na idade certa, é que o presente artigo vem apresentar o PNAIC – *Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa,* que foi promulgado para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, através de um ensino de qualidade e com educadores bem preparados e qualificados para exercer suas funções nas escolas.

2. *Pacto Nacional da Alfabetização na idade certa* - PNAIC

A história da educação no Brasil demonstra uma dura realidade: crianças concluindo seu processo de escolarização sem estarem plenamente alfabetizadas. Nesse sentido, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual da sociedade brasileira.

Uma vez que a questão do acesso à escola pública é ponto de avanço no sistema educacional brasileiro, a qualidade do ensino oferecido durante toda a permanência do aluno no seu processo de escolarização tem sido alvo da elaboração de políticas públicas que visam a garantia deste direito.

O ingresso das crianças na Educação básica passou por inúmeras transformações nesta busca da garantia do acesso à escola e um destaque a ser considerado é a entrada aos seis anos no Ensino Fundamental[1].

Assim como a mudança da idade de ingresso dos alunos no Ensino Fundamental, outras ações desafiaram gestores, dirigentes de ensino e educadores a rever os objetivos do ensino e as melhores estratégias para melhorar a aprendizagem dos alunos.

A divulgação pública dos resultados das avaliações externas, de iniciativa do MEC, como a Prova Brasil (para alunos de 5º e 9º anos do Ensino fundamental e 3º ano do Ensino Médio) permitem avaliar a qualidade do ensino público, o aumento da oferta de programas de formação para professores sobre a perspectiva da alfabetização e uma maior aproximação dos professores de Educação Básica com professores que atuam nas formações iniciais dos docentes. Tais resultados favorecem, também, uma reflexão voltada para a elaboração de estratégias de gestão para escolas e redes na busca pela melhoria da alfabetização.

O *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* - PNAIC é uma política pública que surge, no ano de 2012, no sentido de garantir a plena alfabetização dos alunos, com qualidade e no tempo certo, a partir deste contexto abordado.

Trata-se de um acordo formal, assumido pelo Governo Federal, Estados, Municípios e entidades com o compromisso de alfabetizar crianças até, no máximo aos oito anos, idade que coincide com o final do ciclo de alfabetização (o que corresponde ao 3º ano do Ensino Fundamental).

O PNAIC foi instituído pelo MEC – *Ministério da Educação*, através de Portaria[2], articulando o que prevê o Decreto nº 6094[3], no inciso II do art. 2º, quanto à responsabilização dos entes governamentais de "alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico", e a meta nº 5 da Lei nº 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação[4] e prevê "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental".

Todas as escolas de educação básica do país são convidadas a participar do PNAIC, inclusive as escolas do campo, que possuem como especificidades às turmas multisseriadas e com multietapas. Para essas, os conteúdos de formação são adequados, atendendo as diversidades existentes.

O destaque relevante do PNAIC é a união das diferentes esferas educacionais: Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, Universidades e Faculdades, dentre outras agências responsáveis pela Educação Básica. A contribuição das instituições de ensino superior na condução da formação dos professores alfabetizadores e orientadores de estudo faz da proposta desta política, um momento histórico para a educação básica brasileira.

Nesse sentido, a política prevista no PNAIC prevê um conjunto integrado de programas, ações, materiais pedagógicos e curriculares, disponibilizados pelo Ministério da Educação, pautando-se, de acordo com o Caderno de Apresentação PNAIC (2012), quatro eixos:

1. Formação Continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
   Através de curso, com duração de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano, na perspectiva da alfabetização, conduzidos por orientadores de estudos (professores das redes de ensino que passarão por curso de capacitação ministrado por Universidades Públicas com foco em alfabetização e formação de professores).
2. Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
   Há um conjunto de materiais disponíveis, específicos para a alfabetização, que articulam novos materiais elaborados e os acervos já produzidos pelo *Ministério da Educação* em outros programas, como: *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), *Programa Nacional de Biblioteca Escolar* (PNBE), dicionários de língua portuguesa, jogos pedagógicos, obras literárias (de literatura e de pesquisa), obras de apoio pedagógico aos professores e tecnologias educacionais voltadas a alfabetização.
   Esses materiais são entregues em todas as escolas públicas, onde os acervos são calculados por número de turmas de alfabetização de cada escola, possibilitando ao professor explorar melhor todos os recursos disponíveis com seus alunos.
3. Avaliações sistemáticas;
   Este eixo compreende etapas de avaliação do PNAIC, durante o processo formativo, avaliações dos alunos através da Provinha Brasil (aos alunos dos 2º anos) e aplicação de avaliação externa universal aos alunos dos 3º anos, elaborada pelo *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas* – INEP. Estas três etapas avaliativas permitem que as redes avaliem o nível de alfabetização alcançado pelos alunos ao final do ciclo e programem medidas e políticas corretivas de avanços.
4. Gestão, controle social e mobilização.
   Neste eixo, a proposta para se gerir o PNAIC é formada por quatro instâncias: I) Comitê Gestor Nacional; II) Coordenação institucional em cada Estado – formada por entidades que tem atribuições estratégicas em torno dos objetivos do PNAIC; III) Coordenação Estadual – responsável pela implementação e monitoramento das ações na rede estadual e municipal de seu domínio; IV) Coordenação Municipal – responsável pela implementação das ações no município (nesta instância o MEC recomenda a articulação com os Conselhos Escolares, Conselhos de Educação e outras instâncias)

Durante todo o processo de formação, os participantes do curso de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores recebem bolsa do *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* - FNDE, instituída a partir da Portaria nº 90[5], de 6 de fevereiro de 2013. Fazem parte desse sistema de bolsas os coordenadores gerais, adjuntos e supervisores da IES; coordenadores das ações do Pacto nos estados, distrito federal e municípios, orientadores de estudos e professores alfabetizadores.

Em todo o PNAIC é nítida a preocupação em formar, nos sistemas educacionais, estratégias de gestão para a melhoria da qualidade de ensino. Como destaque, há a proposta de se constituir equipes de trabalhos nas redes de ensino e nas próprias escolas para planejar, monitorar e avaliar as ações no âmbito de todo o ciclo de alfabetização.

Alertam também para a importância da política de formação continuada de todos os docentes, gestores e profissionais de apoio à docência, através de cursos de especializações, ações de estudo e planejamento coletivo nas próprias redes e escolas e estudos individuais, sempre na intenção de "reafirmar a escola como espaço do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a construção da cidadania" (MEC Caderno de Apresentação PNAIC, 2012, p.13).

Em relação ao foco do PNAIC para a elaboração de todo o conteúdo da formação, vale ressaltar que, para as crianças se alfabetizarem aos oito anos de idade, é necessário o trabalho com o sistema de escrita, durante o ciclo de alfabetização, a começar pelo primeiro ano do Ensino Fundamental, conforme orienta o Caderno de Apresentação PNAIC:

> Não basta dominar o sistema de escrita alfabética, a criança deve desenvolver a habilidade de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas. Assim, é importante que no planejamento didático, possibilitemos a reflexão sobre conhecimentos do nosso sistema de escrita, situações de leitura autônoma dos estudantes e situações de leitura compartilhada em que os meninos e as meninas possam desenvolver estratégias de compreensão de textos, bem como situações em que sejam possibilitadas produções textuais de forma significativa (BRASIL, 2012, p.7).

Toda a formação do professor alfabetizador é pautada na responsabilidade social que ocupa os conhecimentos escolares, na prática do letramento, objetivando oportunizar que os alunos possam se perceber enquanto sujeitos políticos possuidores de cultura e interventores da realidade.

2.1 Abrangências do PNAIC

Tendo início efetivamente no ano de 2013, neste mesmo ano a abrangência dos participantes no eixo de Formação Continuada de Professores Alfabetizadores foram: 53 Coordenadores Estaduais, 5424 coordenadores municipais, 78 coordenadores no âmbito das Instituições de Ensino Superior, 170 Supervisores e 645 formadores das Instituições de Ensino Superior, 15.950 Orientadores de Estudos e 317.462 professores alfabetizadores das redes estaduais e municipais de Ensino. Como coordenadores do processo de formação continuada, tem-se 38 IES - Institutos de Ensino Superior parceiros, sendo 31 Federais e 7 Estaduais.

Dados do ano de 2014 ainda não se encontram consolidados para Pesquisa, porém cabe ressaltar que os municípios que participaram no ano de 2013 foram automaticamente mantidos no PNAIC, e aqueles que não participaram tiveram a oportunidade de formalizarem a adesão até o final de fevereiro de 2014. Todos os dados para efeitos de planejamento da abrangência total desta política são pautadas no Censo Escolar do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas* – INEP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se para sua existência e permanência a sociedade necessita da educação, a recíproca também é verdadeira, pois, a primeira precisa contar com a colaboração dos demais grupos sociais.

Ao estabelecer uma educação de qualidade para todos, o governo federal, através de suas políticas públicas, como a LDB/96, o ECA e o PNAIC, permite à população menos favorecida economicamente seu desenvolvimento e aponta para possibilidades reais de transformação e mudança, além de conferir maior liberação aos trabalhadores, ao garantir a permanência de seus filhos na escola, afirma Rodrigues (1988). Na perspectiva de uma gestão democrática da educação, a proposta é fornecer as mesmas oportunidades para todos os sujeitos que compõem a sociedade, apresentando a diferenciação a partir das diferenças de aptidão e vocação que cada indivíduo possui.

O principal ideário de liberação da instituição escolar, de acordo com Cunha (1977) é o de que a educação não deve estar a serviço de nenhuma classe, mas deve estar a serviço do indivíduo. Tratando-os igualmente,

e procurando habilitá-los a participar da vida social na medida e proporção de seus valores intrínsecos, uma educação de qualidade torna-se aliada da justiça social de um país.

Garantir o acesso e a permanência na escola, assim como o sucesso na alfabetização de todas as crianças que a frequentam, é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, e que vem atender às necessidades da sociedade, bem como aos direitos previstos na legislação.

Esta é uma tarefa complexa, que exige análise do objeto de estudo em questão – a alfabetização, a diversidade cultural, as condições de vida encontradas no país e a avaliação, por parte das secretarias municipais e redes estaduais de ensino, da gestão de suas escolas.

A LDB/96 se apresenta como um balizador mínimo para a educação das crianças e dos adolescentes brasileiros, enquanto o ECA vem garantir que os direitos desses cidadãos sejam respeitados, incluindo o direito de ir à escola e se integrar plenamente na sociedade, através dos conhecimentos adquiridos na instituição escolar.

O PNAIC, por sua vez, caminha no sentido de garantir às crianças o direito de se alfabetizarem no tempo certo, com estratégias de ensino que as tornem capazes de ler e escrever em diversas situações sociais e que possam participar ativamente do mundo letrado, uma vez que as demandas sociais e tecnológicas exigem pessoas cada vez mais proficientes nas práticas de linguagens diversas contribuindo para a formação da cidadania das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador**. Caderno de apresentação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____.Lei nº 11.271, de 6 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11271-02.12.2002.html> Acesso em 22 jul. 2014.

_____.Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em 22 jul. 2014.

_____. Portaria nº 867, de 4 de jul. 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: < http://ws.mp.mg.gov.br/ biblio/informa/060717508.htm> Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: < http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em 22 jul. 2014.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de jun. 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: < http://presrepublica. Jus brasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14> Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Letra** – jornal do Alfabetizador. CEALE - Centro de alfabetização, Leitura e Escrita – Faculdade de Educação/UFMG. Belo Horizonte, março/abril de 2014 – Ano 10 – nº 37. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/noticias/125-caderno-especial-com-balanco-do-pacto> Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Documento orientador Pacto 2014. Coordenação de Formação Continuada de professores. DAGE/SEB/MEC. Janeiro 2014. Disponível em: < http://pacto.mec.gov.br/images/ pdf/Pacto%20da%20Alfabetizao%20Documento%202014%20Versao%20Final.pdf>. Acesso em 20 jul. 2014.

_____. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: < http://www.agenda21comperj.com.br/sites/local host/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf> Acesso em: 01 ago. 2014.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente.** 7.ed. Série legislação ; n. 25. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 225 p. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 01 ago. 2014.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977. 291 p.

FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In*:* **Políticas públicas: juventude em pauta***.* São Paulo: Cortez, 2003.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1999.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Pedagogia social e política**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 239 p. (Coleção Atualidades pedagógicas, v. 77).

RODRIGUES, Neilson. **Lições do Príncipe e outras lições.** São Paulo: Cortez, 1988. 111 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 8).

TEIXEIRA, Anísio. A educação escolar no Brasil*.* In: FORACCHI, Marialice Mencarini; PEREIRA, Luiz. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. 449 p.

URIQUI, Victor, L. Aspectos sociais do desenvolvimento a educação*.* In: FORACCHI, Marialice Mencarini; PEREIRA, Luiz. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. 449 p.

1 Lei nº 11.271, de 6 de fevereiro de 2006, que altera as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.
2 Portaria nº 867, de 4 de jul. 2012, Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Ministério da Educação.
3 Portaria nº 867, de 4 de jul. 2012, Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Ministério da Educação.
4 Decreto nº 6094 Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.
5 Portaria nº 90, de 6 de fev. de 2013, define o valor máximo das bolsas para os profissionais participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa. Ministério da educação. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/ portaria90_6_fevereiro_2013.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

A implantação dos programas de Residências Multiprofissionais no Estado de Minas Gerais e seus impactos na efetivação do Sistema Único de Saúde

Este trabalho é fruto dos estudos oriundo do Projeto de Pesquisa intitulada "O impacto dos programas de Residência Multiprofissional implantados no Estado de Minas Gerais na formação de especialistas em saúde para o Sistema Único de Saúde, financiado pelo CNPQ. OBJETIVO: a investigação tem como objetivo geral: avaliar o impacto dos programas de Residências Multiprofissional implantados no Estado de Minas Gerais na formação de especialistas em saúde para o Sistema Único de Saúde. METODOLOGIA:A pesquisa é de abordagem quanti-qualitativa, exploratória. No conjunto dos procedimentos metodológicos será utilizado: revisão de literatura, pesquisa documental e de campo. A revisão de literatura esta sendo realizada sobre a saúde, modelos assistenciais de saúde, recursos humanos em saúde, educação permanente em saúde; construção e consolidação dos princípios do SUS entre outros.Esta teve como consulta as base de dados: BVS; Bireme, Medline, Lilacs e no Scielo, tendo alguns descritores como foco de pesquisa. Com relação a pesquisa documental foi feita uma investigação nos sites das Universidades e Institutos que disponibilizam residências multiprofissionais no Estado de Minas Gerais com o intuito de encontrar documentos como projetos pedagógicos,regulamentos, atas de reuniões entre outros que poderiam subsidiar os estudos. Estes documentos produzidos trazem o resultado do diálogo, entre as categorias profissionais que compõem as residências, aponta os atores sociais sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e trabalho e protagonistas sociais. RESULTADOS: A pesquisa obteve resultados parciais, uma vez que a revisão da literatura realizada proporcionou à construção do arcabouço teórico da presente investigação. Os sites das Universidades não dispõem de informações pertinentes a este estudo. Percebe-se a necessidade de investimentos por parte das universidades em compartilhar a dinâmica deste tipo de educação na saúde. A pesquisa encontra-se na fase inicial do trabalho, mas ao termino desta espera-se entender as principais contribuições da possibilidade de desvelar como se efetiva os programas de Residências Multiprofissionais no Estado de Minas Gerais no contexto das políticas de saúde e efetivação do SUS. Busca-se ainda, avaliar a formação dos residentes e o impacto das mudanças no modelo de atenção à saúde e conseqüentemente melhoria da qualidade da assistência oferecida aos usuários do SUS. Por fim, espera- se com esta pesquisa uma leitura atualizada da realidade das residências pesquisadas no Estado de Minas Gerais e a análise da contribuição da Residência Multiprofissional em saúde ao fortalecer e qualificar a gestão do SUS.

101-2421

Ana Jecely Alves Pereira Lima
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
aninhajecely@hotmail.com

Rosane Aparecida de Sousa Martins
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
drarosane.martins@gmail.com

Marta Regina Farinelli
Universidade Federal do Triângulo MIneiro
martafarinelli@gmail.com

Rosana Freitas Arantes
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
rosanafreitasarantes@gmail.com

Priscila Maitara Avelino Ribeiro
Universidade Federal do Triângulo MIneiro
maitara@hotmail.com

INTRODUÇÃO:

As transformações ocorridas no modelo de atenção à saúde, a partir da Constituição Federal de 1988 e nas legislações infraconstitucionais, a ampliação da cobertura de serviços assistenciais de saúde, bem como a ampliação do número de trabalhadores no Sistema Único de Saúde - SUS, especialmente no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), colocam novas exigências para o campo da educação na saúde e impõe mudanças na formação e qualificação dos profissionais da área da saúde.

Nesse contexto, Motta (1998, p. 14) afirma que a partir da instituição do SUS, a área de desenvolvimento de recursos humanos, especialmente os processos formativos da graduação e de desenvolvimento da força de trabalho em saúde, passaram a ter maior visibilidade, por sua importância e necessidade de novos aportes teórico-metodológicos. Para o autor, a necessidade de um novo modelo assistencial, evidenciada pelo novo sistema de saúde

instituído a partir da década de 1990, coloca a área da educação na saúde como estratégica desse processo de reorganização do modelo assistencial.

Com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) o do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (2003), o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade de formular políticas públicas orientadoras da gestão, formação e, qualificação dos trabalhadores para o setor de educação permanente dos profissionais inseridos no SUS.

Nesse processo, o Ministério da Saúde em parceria com os órgãos de fomento à pesquisa, vem induzindo por meio de recursos financeiros o desenvolvimento de políticas de educação na saúde nos estados brasileiros, como verificado na implantação de modalidade de financiamento de Residências Médicas, Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde, denominada PRÓ-RESIDÊNCIA em 2009.

Com esse processo de expansão das residências, os processos avaliativos na área da educação na saúde assumem lugar de destaque no âmbito do Ministério da Saúde que pode ser verificado na existência de múltiplas iniciativas, como o incentivo de investigações como a presente pesquisa.

Assim, em virtude da expansão dos Programas de Residências no território nacional, propôs-se uma investigação sobre os programas de Residência Multiprofissional em Saúde do Estado de Minas Gerais, acreditando que os resultados a serem alcançados contribuirão para análise da efetivação das políticas de saúde.

O estudo de abordagem quanti - qualitativa objetiva avaliar o impacto dos programas de Residência Multiprofissional em Saúde, implantados no Estado de Minas Gerais, na formação de especialistas em saúde para o Sistema Único de Saúde.

A opção por esta abordagem decorre de que as análises qualitativas se preocupam com aspectos particulares da realidade e buscam os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências, suas relações, num quadro amplo do sujeito enquanto ser social e histórico. E os números exercem uma função crítica e possibilita “conhecer a cobertura, a concentração e a eficiência de programas, ações e intervenções para avaliar os objetivos específicos, além do que propicia "estabelecer relações significativas entre variáveis” (MINAYO,2009, p.72).

No conjunto dos procedimentos metodológicos foram propostos a revisão de literatura, pesquisa documental e de campo. A revisão de literatura versa sobre a saúde, modelos assistenciais de saúde, recursos humanos em saúde, educação permanente em saúde; construção e consolidação dos princípios do SUS, entre outros visando à construção do arcabouço teórico da investigação proposta. Para tanto a revisão, uma das primeiras etapas da investigação foco do presente trabalho, foi realizada em consultas nas base de dados: Biblioteca Virtual de Saúde; Bireme, Medline, Lilacs, Scielo e CAPES, tendo como descritores: capacitação de recurso humanos em saúde; recursos humanos em saúde; formação continuada ; educação continuada e residência multiprofissional.

A pesquisa documental contempla o exame de leis, portarias, deliberações entre outros que tratam a política nacional de saúde, de educação permanente, de educação em saúde, de formação e desenvolvimento para o SUS, a Lei Orgânica da Saúde (LOS) 8.080/90, Lei 8.142/90, Resolução nº 466/2012 Conselho Nacional de Saúde.Lei 11.129 /2005, Portaria Interministerial MEC/MS 1.077/2009; Resoluções expedidas pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional, dentre outras e documentos referentes ao trabalho na área.

Nesta direção, para compreender a relevância da implantação dos programas de residências multiprofissionais no estado de minas gerais e seus impactos na efetivação do sistema único de saúde faz-se necessário apontar aspectos significativos do processo histórico da saúde no Brasil e o contexto das Residências Multiprofissionais.

1. SAÚDE NO BRASIL: MARCOS SIGNIFICATIVOS

As políticas sociais no Brasil passaram por diferentes configurações de acordo com o período histórico em que elas se encontram. Entre elas podemos destacar que a política de saúde assumiu durante longo período anterior à Reforma Sanitária, a postura médico-sanitarista acoplada aos interesses corporativistas e subordinados aos interesses do capital.

Com a política brasileira cada vez mais subalternizada à ideologia neoliberal, há uma constante perda de força de ações estatais, dando espaço cada vez maior para o atendimento das demandas da classe dominante em detrimento dos direitos e necessidades dos cidadãos. Com a crise da Ditadura Militar, e com a redemocratização do país, diversos atores sociais entram em cena para pensar uma nova forma de gestar e implantar uma política de saúde universal e que responda aos interesses da classe trabalhadora.

O Ministério da Saúde data de 1953, porém suas atividades eram apenas de cunho legal, o que deixava várias ações de sua responsabilidade a cargo de outros setores. Ao longo dos anos, várias transformações ocorreram nesse órgão de acordo com as reivindicações dos movimentos sociais e de um novo reordenamento da política de saúde.

Os principais marcos da política de saúde podem ser citados a partir da Reforma Sanitária, movimento que combatia a saúde como forma de mercadoria na intensa exploração capitalista. O movimento defendia uma política de saúde universal e integral, que fosse capaz de responder às reais necessidades da classe trabalhadora

Com a Constituição Federal de 1988, marco da regulação da cidadania no Brasil, a saúde é garantida legalmente como sendo um direito de todo cidadão e dever do Estado, dando subsídios para a implantação do SUS. Desde então várias leis infraconstitucionais são asseguradas bem como políticas transversais com vistas a efetivação de um dos direitos sociais: o direito de acesso à saúde.

.Para além do padrão normativo e jurídico era preciso implantar uma nova cultura no processo de trabalho em saúde, com a intenção de superar traços de conservadorismo existentes rumo à efetivação de uma política de real alcance e efetividade. Segundo Mourão, et. al (2009, p. 354):

> O Brasil tem sua tradição corporativa centrada na setorização de interesses financeiros e políticos que desconsidera a formulação de um programa de ação integrado, capaz de unificar os vários setores com finalidades correlatas em torno de objetivos comuns. A resultante desse tipo de comportamento é a fragmentação da articulação de interesses, determinando a falta de percepção da dimensão pública das demandas sociais.

Foram grandes os esforços de vários segmentos da sociedade na tentativa de efetivar um novo paradigma da saúde em conformidade com as intensas discussões e mobilizações ocorridas na Reforma Sanitária desde a década de 1970. Entretanto, ao mesmo tempo em que se efetivava a saúde como direito por meio da Constituição Federal de 1988, conforme referido , o Brasil assumia um novo rumo político, alinhado à preceitos internacionais que defendiam o neoliberalismo. Assim, era preciso enxugar as ações do Estado no âmbito público para se garantir maior desenvolvimento econômico. O que denominou Reforma Gerencial do Estado, ocorrida no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi a busca de uma nova forma de conduzir a máquina pública, diminuindo as ações do Estado na esfera pública, abrindo caminho para o capital privado internacional e incentivando as privatizações de serviços públicos.

Desde o começo das discussões de uma nova forma de garantir a saúde no Brasil, a questão do trabalho e educação em saúde tem sido colocada em pauta, exigindo que as forças de trabalho em saúde estivessem em consonância com o modelo proposto pela Reforma Sanitária. Entretanto, Teixeira; Oliveira; Arantes (2012), apontam que o campo de gestão do trabalho e da educação em saúde sofre mudanças com a reestruturação produtiva na década de 1990. As relações de trabalho no setor público são profundamente alteradas a partir do marco gerencialista. O setor de trabalho em saúde foi atingindo pela flexibilização de contratos de trabalho, aumento de horas trabalhadas e diminuição de salários, culminando em uma crise nesse setor, o que dificultou a manutenção de trabalhadores capacitados em atividade na política de saúde.

Closs (2013,p.32) em seus estudos ressalta que a reestruturação produtiva acaba por reeditar a moralização e a criminalização das expressões da questão social, reduzindo os investimentos para o atendimento às necessidades sociais. Ainda segundo a autora, o projeto neoliberal significou a privatização, a descentralização e a focalização no setor da saúde, gerando assim, uma universalização excludente. É possível também perceber um retrocesso de atenção à saúde pautada em um modelo privatista reforçado pelo projeto neoliberal.

Diante das dificuldades encontradas para se efetivar as premissas da política de saúde no Brasil e principalmente de se garantir qualidade na formação de seus trabalhadores numa diretriz equivalente aos princípios do SUS, o Governo Lula retoma ações de expansão do Estado na tentativa de se ampliar a cobertura de tais políticas.

Teixeira; Oliveira; Arantes (2012) enfatizam que uma das características desse governo é o aumento dos concursos públicos e a implantação de uma política de desprecarização do trabalho, o que de certa forma, resultou em maiores ações do Estado em se garantir qualidade de trabalhadores do SUS e sua respectiva fixação nos campos de trabalho, garantindo uma continuidade de ações. No âmbito da saúde, foi criada a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGETS) em 2003 objetivando aglutinar a regulamentação do trabalho e educação em saúde, embora haja dois segmentos internos: Gestão da Educação em Saúde (DEGES) e Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS). A junção no âmbito do Ministério

> [...] sinaliza a tentativa de ruptura com a lógica anterior de organização da área de recursos humanos na saúde, cuja fragmentação dificultava o trabalho articulado das dimensões da educação e do trabalho. Ressalta-se que essa estrutura reuniu políticas que tinham trajetórias e envolviam atores sociais distintos e que, até então, atuavam sob regras próprias, lidavam com problemas e demandas específicas de cada área e com diferentes graus de autonomia para responder a eles. (Teixeira; Oliveira; Arantes, 2012, p.206)

Dessa maneira, a partir do governo Lula há algumas ações pautadas no resgate dos princípios da reforma sanitária, bem como de se garantir uma estruturação efetiva de um modelo de saúde pautado nos princípios do SUS.

No âmbito da educação em saúde, diversas experiências ao longo da história foram realizadas com a intenção de se adequar o ensino de práticas na saúde em consonância com os princípios da Reforma Sanitária. A exemplo tem-se programas como:Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde); Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde); Residência Multiprofissional em Saúde; Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS);Rede Observatório de Recursos Humanos de Saúde; Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB), assim como as novas diretrizes curriculares para os cursos da área da saúde.

Pode-se perceber assim, a importância da educação em saúde para a formação de trabalhadores para o SUS assim como a centralidade do trabalho nesse segmento profissional. Considera-se que por meio do trabalho e da educação em saúde é possível garantir reais modificações nas formas de se implantar a saúde universal. Para tanto essa mudança

> [...] implica um processo de reorientação do modelo assistencial que materialize a Reforma Sanitária no plano da atenção em saúde, o que implica mudanças no plano do trabalho, de modo que este efetive um cuidado em saúde ampliado que contemple as necessidades emergentes do processo de saúde /doença dos sujeitos usuários dos serviços de saúde. (CLOSS, 2013, p. 36)

Nas ações de reorientação da força de trabalho e de educação em saúde, são pensadas estratégias em nível de ensino técnico, de graduação e pós-graduação no sentido de se garantir uma formação de profissionais voltada para a defesa e gestão de um novo modelo de atenção em saúde de acordo com as premissas do SUS.

Nesse cenário, o contexto da regulamentação das Residências Multiprofissionais em Saúde foram pensadas a partir da concepção de trabalho multidisciplinar, atenção integral em saúde e fusão do binômio ensino-trabalho.

2- OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA O SUS

A instituída Política de formação e desenvolvimento para o SUS[2], contribuiu para que a formação dos trabalhadores da área da saúde ganhasse maior atenção na agenda pública brasileira. Com essas estratégias, as políticas de educação na saúde passaram a ser concebidas de forma articuladas entre os campos da educação a partir das seguintes diretrizes:

> i) articulação entre ensino e trabalho;ii) vinculação entre formação, gestão setorial, atenção à saúde e participação social; iii) construção da rede do SUS como espaço de educação profissional;iv) reconhecimento de bases locorregionais como unidades políticos-territoriais onde estruturas de ensino e de serviços devem se encontrar em 'co-operação' para a formulação de estratégias para o ensino, assim como para o crescimento da gestão setorial, a qualificação da organização da atenção em linhas de cuidado, o fortalecimento do controle social e o investimento na intersetorialidade (CECCIM; FERLA, 2006, p. 107).

Tomando a 'educação permanente em saúde como eixo estruturante' (Haddad, 2009) e como dispositivo pedagógico estratégico para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para a saúde, o Programa de Residência Multiprofissional de Saúde[3] entre outros se insere no conjunto das políticas de formação para o SUS, induzidas pelo Ministério da Saúde, como umas das estratégias de implementação das políticas de formação de recursos humanos para a saúde, com objetivos de contribuir com a mudança do desenho tecnoassistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como possibilitar a formação profissional pautada no trabalho em equipe e na construção da integralidade do cuidado na formação em saúde.

> O Programa de Residência Multiprofissional de Saúde foi apresentado como estratégia de reorientação da Atenção Básica para a implantação/reorganização dos serviços públicos embasados na lógica do SUS, como objetivo de produzir as condições necessárias para a mudança no modelo médico-assistencial restritivo, ainda hegemônico, de atenção em saúde. (Rosa e Lopes, 2009, p. 487)

[2] A Política de formação e desenvolvimento para o SUS foi concebida em 2004 pela SGTES a partir de um amplo e participativo envolvendo trabalhadores da saúde, intelectuais, gestores, estudantes, controle social. Ver Brasil (2004).

[3] A Residência Multiprofissional de Saúde constitui-se como uma modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, sob a forma de especialização, destinado às profissões da saúde, abrangendo os seguintes cursos: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, a Residência Multiprofissional em Saúde constitui-se como um programa de cooperação intersetorial envolvendo os Ministérios da Educação e da Saúde, orientado pelos princípios e diretrizes do SUS, a partir das necessidades e realidades locais e regionais, de forma a contemplar os seguintes eixos norteadores:

i) cenários de educação em serviço representativos da realidade sócio-epidemiológica do País;
ii) concepção ampliada de saúde que respeite a diversidade, considere o sujeito enquanto ator social responsável por seu processo de vida, inserido num ambiente social, político e cultural;
iii) política nacional de gestão da educação na saúde para o SUS;
iv) abordagem pedagógica que considere os atores envolvidos como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem-trabalho e protagonistas sociais;
v) estratégias pedagógicas capazes de utilizar e promover cenários de aprendizagem configurados em itinerário de linhas de cuidado, de modo a garantir a formação integral e interdisciplinar;
vi) integração ensino-serviço-comunidade, por intermédio de parcerias dos programas com os gestores, trabalhadores e usuários;
vii) integração de saberes e práticas que permitam construir competências compartilhadas para a consolidação da educação permanente, tendo em vista a necessidade de mudanças nos processos de formação, de trabalho e de gestão na saúde;
viii) integração dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde com a educação profissional, a graduação e a pós-graduação na área da saúde;
ix) articulação da Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde com a Residência Médica;
x) descentralização e regionalização, contemplando as necessidades locais, regionais e nacionais de saúde;
xi) estabelecimento de sistema de avaliação formativa, com a participação dos diferentes atores envolvidos, visando o desenvolvimento de atitude crítica e reflexiva do profissional, com vistas à sua contribuição ao aperfeiçoamento do SUS;
xii) integralidade que contemple todos os níveis da Atenção à Saúde e a Gestão do Sistema (BRASIL, 2009[4]).

Estas diretrizes fundamentam a construção dos projetos pedagógicos das Residências, que devem ser direcionados também por estratégias pedagógicas capazes de utilizar e promover cenários de aprendizagem configurados em itinerários de linhas de cuidado nas redes de atenção à saúde. Faz-se necessário também a adoção de metodologias e dispositivos da clínica ampliada, de modo a garantir a formação fundamentada na atenção integral, multiprofissional e interdisciplinar. O projeto pedagógico deve prever metodologias de integração de saberes e práticas que permitam construir competências compartilhadas, tendo em vista a necessidade de mudanças nos processos de formação, de atenção e de gestão na saúde (CECCIM, 1998 *apud* CECCIM: FERLA, 2009, p. 451).

Instituídos em 2005, os Programas de Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde somavam em 2007 “139 Programas, sendo 14 deles (10%) multiprofissionais e 125 (90%) em área profissional da saúde” (BRASIL, 2009). “Até 2006, a SGTES apoiava programas de Residência Multiprofissional em 11 estados. A ampliação do apoio em 2008 permitiu a expansão para 24 dos 27 estados brasileiros. Entre 2006 e 2008, o Ministério da Saúde financiou a formação de 1487 profissionais pela Residência Multiprofissional em Saúde” (HADDAD, 2009, p. 228).

A partir de 2009, os Ministérios da Educação e da Saúde instituíram o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde por meio da Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, aumentando de forma expressiva o número de profissionais inseridos nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde. Em 2009 o governo publicou o Edital MEC/MS nº 24/2009 para a seleção dos projetos enviados pelas instituições de ensino para criação e renovação de Programas de Residências. Por meio desse Edital foram aprovados 59 projetos e concedidas 499 bolsas, distribuídas pelas seguintes categorias profissionais: “141 bolsas para a área de Enfermagem; 108 para Psicologia; 42 para Nutrição; 38 para Serviço Social; 37 para Fisioterapia; 35 para Farmácia; 18 para Educação Física; 17 para Terapia Ocupacional; 15 para Fonoaudiologia; 01 para Ciências Biológicas” (BRASIL, 2011, p. 24).

Dando continuidade a esse processo, em 2012 “52 programas receberam financiamento, segundo dados da coordenação geral de residências em saúde do MEC, tendo sido distribuído um total de 79 bolsas para os Programas

[4] A Portaria Interministerial MEC/MS 1077 de 12 de novembro de 2009 dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. (BRASIL, 2009).

de Residências Multiprofissionais e 159 para Programas em Área Profissional da Saúde" (SCHMALLER et. al, 2012, p. 352).

Ao instituir o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde os Ministérios da Educação e da Saúde deram um passo importante no processo de consolidação do sistema de saúde brasileiro, na medida em que esses programas "visam - pelo seu caráter pedagógico de formação em serviço, operacionalizar mudanças na educação profissional em saúde, mediante a inserção de profissionais comprometidos com atenção integral aos usuários do SUS" (SCHMALLER et. al, 2012, p. 357), e tomam como uma de suas diretrizes "a integração de saberes e práticas que permitam construir competências compartilhadas para a consolidação da educação permanente, tendo em vista a necessidade de mudanças nos processos de formação, de trabalho e de gestão na saúde" (CECCIM; FERLA, 2009, p. 451).

De acordo com dados informados pelo Ministério da Educação[5] , Minas Gerais possui 69 Programas de Residência Multiprofissionais e Área Profissional em Saúde, em análise ou em homologação pelos órgãos competentes.

Deste universo, as Instituições formadoras que apresentam o caráter multiprofissional em seus programas, tendo como recorte temporal os programas iniciados a partir de 2009, quando da instituição do programa identificaram-se 12 instituições. Assim, destacam-se Universidade Federal de Montes Claros; Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de belo Horizonte; Colégio Metodista Isabela Hendrix Contagem; Universidade Federal de Uberlândia; Centro Universitário do Sul de Minas Varginha; Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS); Centro Metodista Izabela Hendrix; Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; PUC Minas; Faculdade de Ciências Médicas de Juiz de Fora; Universidade Federal de Juiz de Fora; Faculdade de Medicina de Itajubá (AISI).

3. A PRODUÇÃO TEÓRICA ACERCA DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA

Na fase inicial definiu-se a necessidade de aprofundamento teórico acerca dos desafios e avanços da proposta de formação dos trabalhadores da saúde aliadas à pesquisa documental sobre os 12 programas de Residência multiprofissional em saúde, definidos como universo de pesquisa.

A investigação estruturou-se através da busca de informações nos sites das referidas unidades formadoras de residentes multiprofissionais em saúde como subsídios para a pesquisa documental. Esta busca foi pautada em informações acerca de editais, projetos pedagógicos, seleção dos programas, informações de diretrizes, disponibilidade de atas da Comissão de Residências Multiprofissionais entre outras.

No entanto, foi percebida uma ausência de informações na maioria dos sites das instituições formadoras e quando se encontra dados acerca do programa, estes apresentam-se fragmentados e fora de contexto ou restritos a informações sobre os processos de seleção. Por meio da pesquisa constatou-se que os sites das unidades formadoras não dispõem de informações pertinentes a este estudo. Percebe-se a necessidade de investimentos por parte das universidades em compartilhar a dinâmica deste tipo de educação na saúde.

Embora a criação dos programas multiprofissionais de residência em saúde seja recente, a ausência de regulamentação ou fiscalização por parte dos órgãos responsáveis pela implantação dos referidos programas quanto à necessidade de socializar informações e atender à premissa da transparência dos investimentos do dinheiro público, apresenta como um restritivo para a divulgação dos programas, e consequentemente para visibilidade dos mesmos.

Como parte da primeira fase da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico em bases de dados com o intuito de conhecer as produções científicas mais recentes sobre a temática e auxiliar na construção do referencial teórico da pesquisa.

A revisão de literatura foi realizada através de levantamento na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Bireme, Medline e Lilacs e no Portal CAPES. Para o descritor: Educação Continuada o resultado foi de 56.767 artigos nas bases nacionais o assunto principal: Educação Continuada/Atitude do Pessoal de Saúde/Capacitação em Serviço . Idioma : Português/Espanhol. Tipo de Documento: Artigo. O resultado com filtro foi de 140 artigos e dentre estes foram selecionados 13 sendo aqueles que apresentavam vinculação com a temática da pesquisa.

Para o descritor Formação Continuada os resultados sem o filtro foram de 22 artigos com assunto principal: Desenvolvimento de Pessoal/Educação em Saúde Idioma : Português/Espanhol . Tipo de Documento: Artigo. Os resultados com o filtro foi de 01 artigo este mesmo foi selecionado.

O descritor Recursos Humanos em Saúde o resultado sem o filtro de artigos foram o total de 73.819, pesquisados na base de dados nacionais tendo como assunto principal Recursos Humanos em Saúde/Atitude do Pessoal de Saúde/Recursos em Saúde/Assistência à Saúde/Atenção Primária à Saúde Idioma: Português/Espanhol Tipo de Documento:Artigo. O total de artigos com o filtro foi de 256 e dentre estes foram selecionados 20.

[5] Informações disponíveis no site do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior – Sesu/ Mec; Diretoria De Hospitais Universitários E Residências DHR. Acesso: julho de 2013.

Para o descritor: Capacitação de Recursos Humanos em Saúde, obteve 4.033 artigos sem filtro, tendo como critérios as bases de dados nacionais e assunto principal: Capacitação em Serviço/Atitude do Pessoal Saúde /Desenvolvimento de Pessoal/Recursos Humanos em Saúde Idioma : Português/Espanhol Tipo de Documento:Artigo. O resultado foi de 19 artigos filtrados e 07 selecionados.

O descritor Educação continuada em cruzamento com o descritor: Recursos Humanos em saúde, foram de 272 artigos sem filtro, tendo como critério as bases de dados nacionais e o assunto principal: Recursos Humanos em Saúde/Educação Continuada/Educação em Saúde/Desenvolvimento de Pessoal/Ocupações em Saúde/Capacitação de Recursos Humanos em Saúde/Sistema Único de Saúde/Saúde Pública/Pessoal de Saúde Idioma : Português/Espanhol .Tipo de Documento:Artigo. Com o filtro o resultado foi de 71 artigos e 17 selecionados.

O descritor: Educação Continuada cruzados com o descritor Capacitação de Recursos Humanos em Saúde teve como resultado 27 artigos, nas bases de dados nacionais com o assunto: : Capacitação de Recursos Humanos em Saúde/Educação Continuada/Educação em Saúde/Sistema Único de Saúde Idioma : Português/Espanhol Tipo de Documento:Artigo. O resultado foi de 03 artigos e sendo nenhum selecionado devido à não compatibilidade com o enfoque da pesquisa. No descritor Residência Multiprofissional, o resultado foi de 102 artigos e dentre eles foram selecionados 30 artigos.

No portal CAPES foram encontrados para o descritor: educação continuada, apresentou 171 resultados sem filtros. Com o filtro de educação continuada e a escolha do idioma português, foram apresentados 69 resultados. Após leitura dos resumos, foi escolhido apenas um artigo que mais se aproximou do tema da pesquisa (Educação permanente em saúde: a experiência do serviço social com Equipes Saúde da Família).

O segundo descritor, formação continuada, apresentou 47 resultados sem filtros. Com a escolha do idioma português e delimitação do tópico como formação continuada, restaram 31 resultados, dos quais nenhum artigo foi selecionado. O terceiro descritor, recursos humanos em saúde, apresentou 169 resultados sem filtros. Com a escolha do idioma português e tópico recursos humanos em saúde restaram 79 artigos dos quais 10 foram selecionados. A partir da leitura dos resumos, foram escolhidos dois artigos para análise (Gestão do trabalho e da educação em saúde: recursos humanos em duas décadas do SUS; as reformas do Estado, da saúde e recursos humanos: limites e possibilidades).

Os investigadores estão na fase das leituras dos artigos selecionados e acredita-se que o levantamento bibliográfico irá proporcionar construção teórica significativa que subsidiarão as análises e interpretações da pesquisa de campo a ser realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se compreender por meio do levantamento do referencial teórico e com leitura acerca da temática, que são vários avanços estão presentes no cotidiano dos Programas de Residência Multiprofissional em formar profissionais de saúde comprometidos com um modelo de Saúde pautado na integralidade, intersetoralidade e interdisciplinaridade.

Reconhece-se que os desafios postos são imensos para a efetiva materialização deste modelo de saúde implementado pelo SUS. Dentre eles destacam-se as questões socioeconômicas, políticas e culturais e o interesse do poder dominante. Tais fatores muitas vezes condicionam a política de saúde e o trabalho nesta área de forma que a gestão dos serviços públicos na esfera municipal, estadual e, federal assumam uma posição e condição divergente do Conselho Nacional de saúde

A partir da investigação inicial pode-se afirmar que a comunicação necessária para dar visibilidade aos programas está deficitária. Tal fato impede a divulgação e socialização dos Programas Multiprofissionais de Residência em Saúde como uma das formas de formação profissional qualificada. A ausência de informação também impede a realização de ações coletivas que estejam em consonância com os princípios estabelecidos na Reforma Sanitária bem como as ações com enfoque no controle social através da participação dos sujeitos coletivos tendo em vista que os programas de residência são um bem público financiado com recursos do Estado.

A investigação encontra-se na fase inicial do trabalho, mas ao término desta espera-se entender as principais contribuições da possibilidade de desvelar como se efetiva os programas de Residências Multiprofissionais no Estado de Minas Gerais no contexto das políticas de saúde e efetivação do SUS. E ainda será possível, avaliar a formação dos residentes e o impacto das mudanças no modelo de atenção à saúde e consequentemente na melhoria da qualidade da assistência oferecida aos usuários do SUS.

Por fim, espera- se com esta pesquisa a leitura atualizada da realidade das residências pesquisadas no Estado de Minas Gerais e a análise da contribuição da Residência Multiprofissional em saúde ao fortalecer e qualificar a gestão do SUS.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei Federal Nº. 11.129**, de 30 de junho de 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Residência multiprofissional em saúde: experiências, avanços e desafios.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Educação e Ministério da Saúde. **Portaria nº 1077 de 12 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/ DF, 2009

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Brasília, 2009. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. **Resolução da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS - Nº 2 de 13 abril/2012**. Diário Oficial da União. Brasília, 16 abril/2012.

_____. MEC/MS**. Portaria Interministerial n°.593**/2008.
_____. Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 2, de 4 de maio de 2010.** Diário Oficial da União, nº 84 Seção 1 – p. 13. Brasília, 5 mai.2010**.**
_____. Ministério da Educação (MEC). **Residências em saúde**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12501&Itemid=813> Acesso em: jul.2013.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 41-65, jun. 2004.

CECCIM, R.; FERLA, A. Educação permanente em saúde. In: **Dicionário da educação profissional em saúde.** Organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Estação de Trabalho Observatório de Técnicos em Saúde. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.

_____. Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trab. Educ. Saúde,** v. 6 n. 3, p. 443-456, nov.2008/fev.2009.
DALLEGRAVE, Daniela e KRUSE, Maria Henriqueta. No Olho do Furacão, na Ilha da Fantasia: a invenção da residência multiprofissional em saúde. **Inteface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 213-37, jan-mar de 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra. 1996.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, A. E. Sobre a residência multiprofissional em saúde. **Revista Interface,** Botucatu, v. 13, n. 28, p. 227-228, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves;SOUZA, Edinilsa Ramos. (Orgs) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

MENDES, Eugênio Villaça. **O Distrito Sanitário:** o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde, SP: Hucitec/Abrasco, 1993.

_____. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo; Hucitec; 1996.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde:** a cartografia do trabalho vivo. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOTTA, J.I. E**ducação Permanente em Saúde: da política do consenso à construção do dissenso.** Rio de Janeiro, 1998. 225F. Dissertação (Mestrado em Educação em Saúde) – Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NUNES, T. C. M. **A especialização em saúde pública e os serviços de saúde no Brasil:** de 1970 a 1989. (Tese de Doutorado defendida na ENSP/Fiocruz), Rio de Janeiro, 1998.

NUNES, T. C. M. **Democracia no ensino e nas instituições**: a face pedagógica do SUS. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

ROSA, S. D.; LOPES, R. E. Residência multiprofissional em saúde e pós-graduação lato sensu no Brasil: apontamentos históricos. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 479-498, nov. 2009/fev. 2010.

SCHMALLER, V.P.V. *et al.* Trabalho em saúde, formação profissional e inserção do Serviço Social na residência multiprofissional em saúde da família. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 346 - 361, ago./dez. 2012.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

A luta dos catadores: avanços e necessidades

A preocupação com os resíduos sólidos urbanos, produzidos pela população vem preocupando cada vez mais a gestão pública. Não há território suficiente que aguente as toneladas diárias de resíduos produzidos e dispostos de forma inadequada no meio ambiente. O ramo da reciclagem no Brasil vem em constante ascensão e hoje se torna alvo de estratégias para melhorar sua eficiência. Dentre seus planos, a inserção econômica e social do catador entra como peça-chave para alavancar este mercado. Sendo um público que sofre com a dicotomia vivida por trabalhar com o 'lixo', em que lhe possibilita a inserção econômica, mas ao mesmo tempo é discriminado por exercê-la. Com os avanços das lutas e discussões sobre o assunto, presenciamos alguns progressos e com eles é preciso vir acompanhado de constante análise e reflexão sobre seus resultados e impactos gerados na categoria em geral. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar o perfil nacional dos catadores de recicláveis, para compreender suas demandas e desafios de acesso a direitos fundamentais, como também é meta investigar as principais tecnologias, formas organizativas e legislações que o município de São Paulo compreende em seu território, no tocante à reciclagem. A metodologia será investigativo-exploratória, com a pesquisa embasada em levantamento bibliográfico-documental, ancorada na teoria da racionalidade dialética, sob a categoria da mediação, para a análise do material encontrado. As principais fontes utilizadas será: IPEA-Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada; MNCR-Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável; IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; MMA-Ministério do Meio Ambiente e dados da Prefeitura de São Paulo.

050-2368

Iara Maki Endo Marubayashi
Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho'
iaramarubayashi@gmail.com

Analúcia Bueno dos Reis Giometti
UNESP - Campus Franca
analuciagiometti@yahoo.com.br

Lucia Regina Tanaka Bovo
Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho'
lucia.miami@com4.com.br

Introdução

Temos avançado nas discussões e tratamento da problemática ambiental. Ao longo da caminhada, várias expressões, das mais imediatas como a destruição das florestas, o perigo de extinção de espécies de animais, a poluição de ar, mares, rios e solo, entre muitas outras questões, estão sendo debatidas. Dentre essas expressões, assuntos que, por sua vez tem um caráter de transversalidade clara e que vem ser muito mais próximo do cotidiano da população humana; é o lixo.

Resíduos estes, produzidos pela prática humana, que com a conjuntura capitalista neoliberal, são produzidas de forma exacerbada e descontrolada. A descartabilidade dos tempos pós-modernos, causa intenso impacto ambiental e social, a terra não consegue repor os recursos naturais com tamanha intensidade que são retirados. E na dimensão social, o consumismo virou ideal, um modo reprodutor da vida contemporânea, permeada pela lógica mercantil e alienante destes tempos tão voláteis.

> A vida líquida é uma vida de consumo. Projeta o mundo e todos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo, ou seja, objetos que perdem a utilidade (e portanto o viço, a atração, o poder de sedução e o valor) enquanto são usados. Molda o julgamento e a avaliação de todos os fragmentos animados e inanimados do mundo segundo o padrão dos objetos de consumo (BAUMAN, 2007, p.16-17).

A vida é reificada e se torna estranhada, provocando o distanciamento entre as pessoas e aproximando-as mais das "coisas". O ato de comprar se tornou uma proclamação de existência do indivíduo, reflexo da insatisfação constate que é provocado na existência humana.

"Consumo, logo existo", se tornou a palavra de ordem, para a "inclusão social". Inclusão esta, limitada e longe da proposta de emancipação humana. O princípio é lucratividade a qualquer custo e manutenção de suas estruturas, na qual o estimulo ao consumismo cumpre com este papel de forma louvável. Pois, se possibilita um controle social efetivo, das condições materiais e ideológicas da população.

> Comprar se torna solução fictícia, porém estimulante: a impotência aos problemas efetivos parece diluir-se na compra de substitutivos (em lugar da saúde, o tranquilizante; em lugar do alimento, a comida envenenada; no lugar da beleza, a contratação química ou cirúrgica). Converte-se no pior anestésico, pois a compra inútil aplaca a tensão, mas repõe e aprofunda a espiral (FONTES, 2012, p.30).

Podemos afirmar que o consumismo se apresenta como um dos mais poderosos tônicos do capitalismo neoliberal. Seus mecanismos de manutenção se encontram tanto na dimensão do pensamento, como em nível técnico de construção do bem a ser consumido. A cada dia, se busca a diminuição do tempo entre consumo, uso, descarte e novamente consumo.

Esta forma de reprodução social traz consequências físicas graves. Hoje, há uma preocupação mundial, quanto aos resíduos produzidos pela atividade humana, em que se encontram dificuldades na sua disposição final. No Brasil, o cenário é de que 50,5% dos municípios abrigam lixões a céu aberto, segundo dados do IPEA (2012); agravando ainda mais este quadro de negligência do poder público para esta questão.

Dentre as formas de tratamento e disposição do 'lixo', existem basicamente três: (1) aterro sanitário; (2) incineração e (3) reciclagem (DASHEFSKY, 2001, p.233).

Considerando as premissas do ideal de Desenvolvimento Sustentável, iniciaríamos o processo pela triagem e captação dos materiais recicláveis e reutilizáveis, destinando os rejeitos encontrados no meio, para o aterro sanitário controlado, e já os materiais considerados contagiosos ou de risco, como os resíduos hospitalares, são destinados à incineração.

Dentre estas opções, o ramo da reciclagem é uma indústria em plena ascensão no país. Já se lucra substancialmente na área, faturando R$240 milhões por ano, com estimativas de alcançar 1 bilhão de reais, com expectativas de crescimento de 10% a.a., segundo a ABETRE – Associação Brasileira de Tratamento, Recuperação e Disposição de Resíduos Especiais (2012).

Contudo, esta indústria enfrenta dificuldades para se consolidar. A maior adversidade se localiza no processo de captação destes materiais com regularidade, condições e quantidade suficientes, por conta da dispersão do material pós-consumo, que tem um fator cultural determinante neste caso. E no Brasil, a resolução para esta questão, foi encontrada na necessidade de subsistência de uma população pauperizada e fora do mercado de trabalho formal, os catadores de materiais recicláveis.

1. Os trabalhadores do "lixo"

A indústria da reciclagem brasileira tem como pilar sustentador o trabalho de pessoas precarizadas e tratadas de maneira preconceituosa por conta de sua matéria-prima de labor ser o "lixo". Pessoas, mesmo que determinantes para a manutenção e continuidade da reciclagem no país, não usufruem da riqueza socialmente produzida, pois ela é majoritariamente apropriada por apenas alguns atores de todo este processo produtivo.

O perfil nacional dos catadores no Brasil, a partir da pesquisa do IPEA (2013), se verifica relevante, por apresentar indicadores sociais pertinentes a compreensão das demandas desta população, visando a construção de estratégias inteligentes e condizentes com a realidade enfrentada.

Informações como por exemplo, que temos um contingente de quase 400 mil catadores em todo o Brasil, concentrados nas regiões mais desenvolvidas como Sul e Sudeste. E por trás destes trabalhadores, há quase um milhão e meio de pessoas que dependem do dinheiro retirado da atividade no lixo. Mais de 50% deles são negros ou pardos. O analfabetismo chega a 20% da categoria, com inclusão digital de 17,7%. E em relação a contribuição da previdência, verificamos que 57,8% dos catadores são contribuintes.

Chama-se à atenção para esta pesquisa, devido a falta de informações sobre o perfil nacional desta população, até o momento. Considerando que, há registros desde o início do século XX, de pessoas vivendo do e no lixo. Mas, foi a partir destas duas últimas décadas, que se voltou o olhar para estes trabalhadores.

O primeiro marco legal dos catadores, está no registro da atividade pela CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, que ocorreu somente em 2002. A partir disso veio decretos e artigos em algumas leis federais que vem mencionar e estimular sua inserção social e produtiva.

Dentre elas, a última lei referente, e pode-se dizer com toda certeza que é a mais representativa para a categoria profissional até agora, é a PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela traz a proposta de inserção produtiva do catador por meio da participação na gestão dos resíduos sólidos nos municípios. Como também, incentiva a construção de associações e cooperativas que venham a ser parceiros, tanto do setor público como privado, para o gerenciamento inteligente do ciclo de vida dos produtos e alcance do objetivo de se tornar mais eficiente a indústria da reciclagem brasileira.

No mês de agosto, a determinação do fechamento de todos os lixões do país, chegou a seu prazo final com a clara falta de adesões municipais. Segundo o IPEA (2014, online), dos 5.564 municípios, 2.507 continuam a destinar seus resíduos para os lixões. Os poucos municípios que cumpriram com a determinação, estão encontrando

dificuldades no tocante a inserção produtiva dos catadores dentro de seus planos de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Desta forma, muito tem-se noticiado das dificuldades que os catadores vem enfrentando para garantirem esse direito de não serem marginalizados novamente. A estratégia sustentável pensada, de proteção ambiental, justiça social e viabilidade econômica vem se afastando de seu objetivo, tanto por despreparo dos gestores públicos, da falta de interesse dos prefeitos que muitas vezes trabalham somente através da troca de favores com empresas financiadoras da sua campanha política, como por vezes, há a clara dificuldade do Estado em fiscalizar toda a extensão de seu território para averiguar o andamento de suas determinações; além de outros bloqueios.

No quesito sobre organização categorial dos catadores, há uma entidade muito forte de articulação nacional que é o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – MNCR. Fundado em 2001, surge com o objetivo de lutar pela valorização e reconhecimento do catador, tendo como princípios organizativos: a independência de classe, a auto-gestão, a solidariedade entre classe, a ação direta popular e a democracia direta.

Dentro deste contexto, é preciso recordar, que mesmo com todas estas conquistas dos catadores, no plano representativo, legislativo e reconhecimento de sua importância por parte do poder público e empresariado, hoje, ainda sim, são pessoas que permanecem em seu status de trabalhadores precarizados. Na qual, 90% de sua categoria se encontra na informalidade, trabalhando de forma individual e desarticulada de qualquer movimento ou coletivo dos catadores.

Lembrando que, o coletivo surge como o maior tônico para o enfrentamento da exploração, alienação e desigualdade estrutural. Ao se unirem, os catadores conseguem construir um empreendimento social, na qual é auto-gerenciado, permitindo que façam parcerias público-privado, adquiram maquinário que agregue maior valor aos materiais por meio de financiamento governamental, na qual se possibilita melhor qualidade e também a negociação direta dos produtos com a própria indústria recicladora, aumentando o rendimento de todos.

Este tipo de empreendimento social, tem clara inspiração sustentável, com bandeiras de outros movimentos socioambientais, como a economia solidária, que se assemelham os princípios fundantes de solidariedade mútua, auto-gestão, defesa de uma outra lógica orientadora do nosso desenvolvimento.

Portanto, em se tratando das tecnologias empregadas, o direcionamento é claro no sentido das tecnologias sociais. Tecnologias que se diferenciam, por serem "[...] técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social" (Rede de Tecnologia Social – RTS apud BAVA, 2004, p.106).

Elas podem ser produtos, técnicas ou formas organizativas a serem empregadas e reproduzidas com adaptações para as particularidade de cada comunidades, tendo como objetivo central o desenvolvimento territorial pleno e distribuído de forma horizontal.

Na indústria da reciclagem internacional, a elaboração e constante busca de tecnologias que tornem mais eficaz o ramo da reciclagem, já tem seu espaço e público crescente a cada ano. Desde maquinário até formas inteligentes de se organizar, são pensadas para otimizar essa cadeia produtiva.

Não obstante, a conjuntura que nos encontramos, as tecnologias das mais convencionais são as mais almejadas. Carregando uma lógica industrial de produtivismo e constante manutenção da lucratividade, essas tecnologias se sobressaem. Basta ver que os coletivos de catadores, envoltos pela estrutura conjuntural vigente, acabam por serem pressionados a atingir metas cada vez maiores e com níveis de qualidade cada vez mais exigentes.

Neste cenário, percebemos o desafio de se externalizar no cotidiano destes coletivos o ideal que os orienta, mesmo que envolto num contexto neoliberal, em que contradições fazem naturalmente parte do contexto, espera que se trabalhe rotineiramente com elas, para transforma-las. Contudo, diante do amadurecimento destas organizações, surgem outras questões.

Como podemos citar aqui, a aparente divergência que cresce entre solidariedade versus produtivismo. Posto que, presenciamos coletivos de catadores serem pressionados pela lógica capitalista a produzirem numa lógica frenética. Daí, no intento de atingirem esse nível industrial, observamos a instalação de metas individuais dentro do trabalho, passando a diferenciar o salário de acordo com a produção individual.

Ponderando que, apesar da capacidade de se organizarem, a preocupação com a eficiência no trabalho, fez surgir soluções que a curto prazo atinjam resoluções práticas, verificamos que a longo prazo vemos que estas medidas se distanciam do ideal fundante destes empreendimentos sociais, embasados na solidariedade mútua, visando o fortalecimento do coletivo, para caminharmos por vias emancipatórias.

Estas decisões acabam por fragilizar o coletivo, no tocante a igualdade e na reprodução de um trabalho alienador. Isto deve ser refletido para construção de soluções aliadas a luta categorial, visando a apreensão de que a precarização pode ser reproduzida em qualquer contexto, e portanto, deve ser combatida sempre.

É necessário ressaltar que a construção destes coletivos é louvável e deve ser disseminado em todo o Brasil, pois sua construção é baseada no diálogo e na militância da luta por outra sociabilidade. Tendo em vista, que as associações e cooperativas, conferem aos catadores, identidade e força categorial para poderem representar a si mesmo, trazendo vivências e percepções dos próprios catadores, o que atribui imensa fidelidade das demandas e reivindicações apresentadas.

> A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações pré-concebidas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça (IASI, 2011, nº.29).

Considerações Finais

Em um sistema que tudo é mercadoria ou se transforma em tal, os pilares do discurso ambiental hegemônico tem se apoiado na fé das inovações tecnológicas e em uma Educação Ambiental Comportamentalista, preocupada com as mudanças do comportamento humano, sem fazer provocações no sentido do questionamento e da mudança de pensamento.

Sob estes aspectos, inova-se nas maneiras de controle da situação e nas condições de produtividade, em que as mudanças são intenções de manutenção do sistema. "A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades" (HARVEY, 2007, p.103).

No caso, a sustentabilidade é utilizada como vestimenta para a proposta de um capitalismo verde, em que somente o imediato e o aparente passam a ideia de equilíbrio e harmonia. Dentre suas ações, que incorporam um tratamento sobre a problemática ambiental, ao mesmo tempo em que promove sua ideologia mercantilista, podemos citar a reciclagem como exemplo.

No momento, em que a reciclagem é tratada fragmentada de seu pensamento de origem, relacionada à práxis de totalidade e construção de um Desenvolvimento Sustentável, presenciamos que os catadores, sendo o elo mais frágil deste processo vem ser contemplado na medida e da forma que o interesse capitalista convêm, por isso encontra dificuldades na sua ultrapassagem e posterior superação dessa lógica.

A reciclagem, não deve ser uma ação meramente técnica, mas também reflexiva. Apresentada não como via única para a resolução existente para a problemática ambiental no que confere ao consumo. É preciso que se apresente opções que mexam com as estruturas sustentadoras desta pós-modernidade, como por exemplo a redução e reutilização dos produtos.

Por fim, pensar sobre a dinâmica da reciclagem no Brasil, é desafiador. Ainda mais, pelo olhar da sustentabilidade, em que a complexidade da totalidade nos impõe uma postura de considerar todas as dimensões intimamente ligadas ao assunto da reciclagem. Desde conquistas palpáveis, como a inserção produtiva dos catadores, as legislações criadas e o debate público constante sobre o assunto, temos também que considerar a carga ideológica sobre o assunto ambiental.

Desta forma, pensar que é certa a participação dos catadores na gestão municipal sobre os resíduos sólidos, sua inserção social a longo prazo e a perspectiva de alcance de um Desenvolvimento Sustentável, ainda é incerto, por se pairar a dúvida se a essência de práxis holística é o ideal que embala este movimento. Mas, diante da conjuntura, é preciso que agarremos os determinantes, na medida em que buscamos estratégias alternativas para as adversidades que surgem ao longo da caminhada, e no caso dos catadores, o antagonismo é claro, como também a busca por reflexões alternativas que garantam um pensar para além do que está posto e dado.

O debate que envolve os catadores vai para além de uma única dimensão, ela traz elementos conjunturais e requer contemplação e práticas de acordo com sua necessidade. As tecnologias sociais, a logística inclusiva e eficaz, aliada a legislações construídas a partir da realidade, são questões que devem se articular e trabalharem juntas, para que todo este discurso embasado no Desenvolvimento Sustentável, em que social, ambiental e economia se desenvolvam em equilíbrio, não fique somente num discurso falaz e distorcido.

A sabedoria não reside na
Constância nem na mudança
Mas na dialética entre ambas.
Octavio Paz

Bibliografia

ABETRE. Disponível em: < www.abetre.org.br >. Acesso em: 19 set 2012.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. São Paulo: Zahar, 2007

BAVA, S.C. Tecnologi Social: uma estratégia para o desenvolvimento. **Tecnologia social e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DASHEFSKY, H.S. Dicionário da Educação Ambiental – Um guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 2001

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

IASI, M. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IPEA. Comunicado nº145. Disponíve em: <www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_contentHYPERLINK ">. Acesso em: 17 set 2012

_____ . Situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situação_social/131219_realtorio_situaçao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em 20 jan 2014.

MNCR. Disponível em: < www.mncr.org.br >. Acesso em: 10 jan 2014.

FONTES, V. A humanidade se dilui no shopping. **CAROS AMIGOS**, ano XVI, edição especial, nº57, Casa Amarela, p.30, São Paulo, 2012.

A Materialização do Projeto Ético Político no Cotidiano do Assistente Social do Hospital de Clínicas

A presente pesquisa teve como objetivo desvelar a materialização do Projeto Ético Político Profissional do Assistente Social no Hospital de Clínicas da UFTM, compreendendo o trabalho profissional na saúde, a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social. A fim de buscar identificar a compreensão dos assistentes sociais da saúde em relação ao Projeto Ético Político e analisar a contribuição da intervenção do assistente social no Hospital de Clínicas da UFTM para a materialização do projeto ético político da profissão. A investigação teve uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório; utilizando a revisão de literatura por meio do uso de fontes bibliográficas sobre o tema, e pesquisa documental para a parte teórica do debate. Para a pesquisa de campo foi utilizada a amostra não probabilística; questionário estruturado e como análise e interpretação dos dados utilizou-se da categorização, agrupando as características comuns dos resultados obtidos. A investigação esteve pautada no materialismo histórico dialético, entendendo a realidade como um processo dinâmico. Os resultados apontam a necessidade de se atentar aos tempos de ambiguidades e contradições do mundo do trabalho, em que as expressões da questão social se acirram, refletindo diretamente na prática profissional do assistente social. O que torna desafiador encontrar um profissional que articule plenamente a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, capaz de identificar os determinantes e condicionantes econômicos, políticos, culturais e sociais e que respeitem os princípios norteadores de sua profissão contida no Código de Ética de 1993. A busca pela efetivação dos princípios éticos se apresenta como luta e resistência, na incessante busca do novo, em favor da construção e materialização do desafiador e desafiante Projeto Ético Político do Serviço Social.

008-2323

Priscila Maitara Avelino Ribeiro
Universidade Federal do Triângulo MIneiro
maitara@hotmail.com

Marta Regina Farinelli
Universidade Federal do Triângulo MIneiro
martafarinelli@gmail.com

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político;Trabalho Profissional

1 INTRODUÇÃO

> [...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.
>
> José de Paulo Netto

A presente pesquisa teve como objeto de estudo, a materialização do Projeto Ético Político profissional do assistente social no âmbito do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Esta investigação desvelou o exercício profissional do assistente social na saúde, buscou investigar como se materializa o trabalho deste, no Hospital de Clínicas/UFTM, tendo como respaldo o projeto ético político da profissão.

A pesquisa foi relevante, uma vez que oportunizou um conhecimento novo acerca da importância da materialização do projeto ético político, no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais contribuindo de forma significativa para a praxis profissional, que certamente refletirá na prestação de serviços aos usuários do Hospital de Clínicas da UFTM; fomentando assim a discussão acerca da construção de um novo projeto societário, com mais justiça e igualdade social.

Os objetivos desta investigação desvelaram o trabalho profissional do assistente social na saúde a partir das dimensões teórico- metodológica, ético-político e técnico-operativa do Serviço Social; identificou a compreensão dos assistentes sociais da saúde em relação ao projeto ético político e por fim analisou a materialização deste projeto na intervenção do assistente social do Hospital de Clínicas da UFTM

A escolha para o tema proposto, iniciou-se num primeiro momento por meio de estudos e discussões realizadas na formação profissional da acadêmica pesquisadora, entre as diversas disciplinas obrigatórias do Curso de Serviço Social da UFTM, e posteriormente por meio do contato com supervisor de campo no Estágio Supervisionado. As leituras de autores que discutem esta temática instigante e relevante, para a categoria de Assistente Sociais fez com que a acadêmica despertasse o interesse e curiosidade em pesquisar o assunto.

Deste modo, grande desafio desta invetigação foi descobrir como se efetiva a materialização do Projeto Ético Político no trabalho do assistente social do Hospital de Clínica. Toda e qualquer indagação se efetiva por meio da incessante busca de resposta e do novo, por isso segundo Iamamoto:

> Para finalizar, a sugestão do poeta brasileiro *Carlos Drummond de Andrade: "Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível".[...]*. O projeto ético-político do Serviço Social é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade: o que se apresenta como obstáculo é apenas a casca do impossível, que encobre as possibilidades dos homens construírem sua própria história. (DRUMMOND apud IAMAMOTO, 2012,p. 35) (Grifo da autora)

O Serviço Social é uma profissão, que como qualquer outra sofre as mudanças ocorridas no interior das relações do mundo do trabalho e no modo de produção.

É inquestionável as mudanças, que a introdução da máquina no processo produtivo, ocasionaram na estrutura social, econômica e política da sociedade. Concretizado como prática econômica e política a partir da segunda metade do século XVIII e intensificado no século XIX com o fortalecimento da Revolução Industrial, o sistema capitalista apresenta suas bases estruturadas na propriedade privada dos meios de produção, em que as relações são organizadas na exploração de uma classe sobre a outra: burguesia e proletariado. E esta relação e marcada por contradições, pela intensificação da produção de mercadoria para geração de bens, consumo e riquezas.

Por sua natureza contraditória, o capitalismo é composto por movimentos cíclicos de crise e prosperidade. O período mais agudo da crise capitalista ocorreu a partir da década de 1970 quando o esgotamento do padrão de acumulação capitalista do pós-guerra fordista, grande facilitador de estratégias de expansão do trabalho e da acumulação para os capitalistas, evidencia-se no cenário internacional. (SILVA, 2008).

De forma geral o fordismo é caracterizado como um modelo de gerenciamento que visa à organização da produção e do trabalho. Inspirado na Teoria Geral da Administração elaborada por Taylor, que objetivava promover o aumento da produtividade na indústria, por meio de uma melhora do nível operacional. Neste processo, a ênfase é na tarefa, na eliminação de desperdícios de tempo e matéria prima. Este modelo provoca mudanças significativas na esfera produtiva, porém encontrou resistência dos trabalhadores, devido comprometer a saúde dos mesmos. Por um lado o fordismo potencializa a produção, por outro fragmenta a execução do trabalho tornando o mesmo desmotivador, gerando inquietações na classe operária.

Com a degradação do padrão de acumulação fordita/taylorista,é concretizado um novo modelo de produção assentado em bases flexíveis, o chamado toyotismo: com produção flexível e diversificada, tendo a qualidade e o predomínio tecnológico como fatores essenciais. Esse modo de produção é uma alternativa de superação da crise do capital trazendo graves conseqüências à classe trabalhadora. (SILVA, 2008)

Neste sentido, as transformações no modo de produção afetam o mundo do trabalho, a classe trabalhadora. Diante deste cenário é importante ressaltar como o processo de acumulação capitalista está atrelado ao Serviço Social.

Como a profissão possui um código de ética, o capitalismo também tem sua ética voltada para o capital, na acumulação flexível na exploração acirrada da força do trabalho, dentre outras características que se confrontam com os princípios norteadores do projeto ético político: construção de uma sociedade democrática participativa e da riqueza socialmente produzida.

Nesta contradição, Silva (2008) aponta em seus estudos que a maior dicotomia não é a da teoria e prática, mas entre instituição empregadora e o compromisso ético – político do assistente social na relação entre capital e trabalho.

Esta dicotomia apontada é um dos grandes desafios para o Assistente Social inserido neste contexto contraditório, Certamente, o cotidiano profissional torna-se um campo desafiador e conflituoso. É preciso que o profissional se atente e compreenda a relação entre os projetos existentes: da lógica capitalista e o projeto profissional, para que possa estabelecer estratégias para uma atuação profissional coerente com seu projeto ético político.

> É preciso ter clareza que a lógica capitalista e o projeto profissional são contrários, porém disputam espaços dentro da mesma realidade, e o assistente social tem contato com ambos, devendo conhecê-los para que possa distingui-los e trata-lá com suas contradições. Do contrário, poderá construir um agir profissional permanente de equívocos e ilusões.(SILVA,2008,p.189)

Uma das estratégias é a articulação com outras profissões no espaço de trabalho, uma vez que o enfrentamento das manifestações da questão social não é atributo somente do assistente social, mas também de outros movimentos, sindicatos e associações.(SILVA,2008)

Destarte, não se pode precipitar de que no Serviço Social na teoria e uma coisa na prática e outra, pois a teoria sintetiza a prática, porém a realidade da prática é dinâmica, mas não contrárias e ambas se complementam, a chamada práxis.

Netto e Braz (2004, p.44) afirmam:

> A categoria de práxis[...], o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo* e *autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto- atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.(grifo dos autores)

Os autores deixam explícito o significado de práxis e enfatiza que somente o ser humano pode criar e recriar, por meio da auto-atividade. Esta relação está implicada na prática profissional do assistente social. Para explicar o que é prática profissional Iamamoto (2012, p.94) ressalta: ”[...] “prática profissional” usualmente tem-se em mente “o que o assistente social faz”, ou seja, o conjunto de atividades que são desempenhadas pelo profissional.” Porém, enfatiza que não deve ser considerada isoladamente em si mesma, mas em condicionantes internos (os que dependem do desempenho profissional) e externos (determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social (IAMAMOTO, 2012, p.94)

E por dizer de prática, faz-se importante ressaltar o trabalho do Assistente Social na saúde. Bravo e Matos (2009) em suas reflexões revelam que desde o surgimento da profissão no Brasil a formação profissional pautou-se por algumas disciplinas voltadas para a saúde. Pensar que desde o surgimento do Serviço Social havia interesses para a área da saúde, é pertinente considerar que até hoje este ainda é um dos setores que mais emprega o assistente social.

A saúde acompanhou o processo político, econômico, e social vivenciado pelo país, com suas crises e avanços liderados pelo sistema capitalista. Segundo Bravo e Matos (2009), nos anos de 1980, com o início da tentativa de redemocratização do país, as reivindicações pela política de saúde foram fortalecidas. Com o término do regime militar no Brasil, em 1985, o movimento sanitário ganhou força na luta melhorias no campo da saúde pública.

Este movimento denominado Reforma Sanitária consolidou na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), onde se discutiu a reforma financeira ou administrativa, como também o repensar do significado da saúde e sua efetivação por meio da participação do Estado e sociedade civil.

A Reforma Sanitária buscou a universalização e ampliação acerca dos direitos sociais atrelados á saúde, com vistas à construção de um sistema unificado de saúde tendo como referencias os determinantes sociais.Sendo assim, o texto Constitucional de 1988 assume as diretrizes principais da referida Conferencia garantindo, os direitos sociais básicos da população brasileira e entre eles a saúde.

A Constituição Federal/1988 assume também questões reivindicadas pelo movimento sanitário: Sistema Único de Saúde:

> [...] a nova organização do sistema de saúde por meio da construção do SUS, em consonância com os princípios da intersetorialidade, integralidade, descentralização, universalização, participação social e redefinição dos papéis institucionais das unidades políticas (União, Estado, municípios, territórios) na prestação dos serviços de saúde; e efetivo financiamento do Estado.(CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010,p.19)

No que tange os avanços conquistados na saúde pela profissão, Bravo e Matos (2009, p.205) apontam a incipiente alteração da prática institucional e mostra o restrito envolvimento dos profissionais no movimento da Reforma Sanitária

> Os avanços apontados são insuficientes, pois o Serviço Social na área da saúde chega à década de 90 ainda com uma incipiente alteração da prática institucional; continua enquanto categoria desarticulada do Movimento da Reforma Sanitária e, com isso, sem nenhuma explícita organização ocupação na máquina do Estado pelos setores progressistas da profissão[...]

Em relação aos desafios Pós Constituição, Bravo e Matos (2009) enfatizam em seus estudos: a construção efetiva de modelos de saúde integral, agenda da Reforma Sanitária, o trabalho em equipe, controle social e assistência médica, entre outros. Na tentativa de superação dos desafios posto no âmbito da saúde, foram criadas algumas

estratégias, com a finalidade de minimizar obstáculos, como: a educação em saúde, capacitação dos profissionais nos conselho da saúde,ampliação dos programas existentes como a saúde da família, dentre outros. (BRAVO, MATOS, 2009).

Frente à intensificação do projeto neoliberal a partir dos anos de 1995 as pautas reivindicadas pelo referido movimento tornam-se fragilizadas e acentua-se o Projeto Privatista Neoliberal, cuja finalidade é interferir nas conquistas postas pela Constituição de 1988, além de colocar os princípios do capital frente aos princípios da classe trabalhadora.

Assim, em meados dos anos 2000, vários mecanismos de participação são criados com o intuito de fortalecer a luta pela saúde. Ressalta-se como relevantes os Fóruns de Saúde existentes em diversos estados brasileiros e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Esta tem como "referência o projeto da Reforma Sanitária que concebe a saúde como direito de todos e dever do Estado, e se posiciona contra a privatização da saúde e em defesa da saúde pública estatal e universal, procurando articular as lutas, no campo da saúde a um novo projeto societário. (BRAVO; MENEZES,2011)

> O projeto privatista vem requisitando ao assistente social, entre outras demandas, a seleção socioeconômica dos usuários, atuação psicossocial por meio de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo por meio da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais. Entretanto, o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010,p.26)

Olhar para o Serviço Social na atualidade, em especial na área da saúde, é necessário compreender os desafios e conquistas da profissão, tendo como marco fundamental o Movimento de Reconceituação na década de 1980, que traz à tona a ruptura da categoria com a tradição conservadora, aderindo a vertente crítica marxista, que contribuiu positivamente para a luta da categoria profissional na afirmação da Reforma Sanitária e negação do projeto Privatista Neoliberal referido anteriormente.

Então, para o Serviço Social está posto o desafio para que a pauta de luta do projeto da Reforma Sanitária seja permanente, visto a relação existente entre este e o projeto Ético Político Profissional principalmente:

> [...] nos seus grandes eixos: principais aportes e referências teóricas, formação profissional e princípios. Os dois projetos são construídos no processo de redemocratização da sociedade brasileira e se consolidam na década de 1980. As demandas democráticas e populares, a mobilização e organização dos trabalhadores urbanos e rurais colocam na agenda política brasileira a exigência de transformações políticas e sociais e a necessidade de articulação dos projetos profissionais aos projetos societários que são propostos para o conjunto da sociedade. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010,p.26)

Deste modo, os dois projetos possuem características que os aproximam, tanto pelo fim que é a democratização quanto ao período histórico marcado por lutas e mobilizações da classe trabalhadora, onde ambos buscam a construção de um projeto societário que o bem comum da sociedade.

Assim, entende-se que o Serviço Social, junto com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde, precisa formular estratégias para a efetivação do direito á saúde. Certamente, os documentos legais que dispõe o Serviço Social, com ênfase no Código de Ética subsidiam o trabalho do assistente social na área da saúde.

> As atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras.(CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010,p.33)

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A investigação teve uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório acerca da materialização do projeto ético político no trabalho do assistente social do Hospital de Clínicas da UFTM.

Foi utilizado a revisão de literatura por meio fontes bibliográficas de autores que discutem a temática

presente , bem como estudos em periódicos e anais de encontros científicos, teses e dissertações para complementar a revisão de literatura . Utiliza-se também a pesquisa documental, em documentos legais específicos do Serviço Social,bem como pesquisa de campo.

O cenário da pesquisa foi o Hospital de Clínicas da UFTM, tendo como universo o setor de Serviço Social do HC/UFTM com os assistentes sociais contratados pela Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba – FUNEPU.O setor de Serviço Social possui atualmente, 17 profissionais – assistentes sociais 09 destes são estatutários e 8 celetistas contratados pela FUNEPU.

Utilizou–se de amostra não probabilistica intencional tendo como crítérios: a escolha do regime de trabalho – celetista (pela CLT- Consolidação das Leis do Trabalho), por se tratar de vínculo diferenciado no contrato do Hospital de Clínicas da UFTM,. Do universo de 17 profissionais a amostra foi de 08 assistentes sociais.

Para a coleta de dados foi utilizado de questionário semi estruturado composto de perguntas abertas e fechadas, enviado por email para todos os participantes selecionados com o esclarecimento e solicitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A investigação se pautou no materialismo histórico.

A análise e a interpretação dos dados foram realizadas de forma processual, com a articulação das bases das pesquisas – bibliografia, documental e de campo, bem como na apropriação das categorias de análise presente no discurso dos participantes.Ressalta-se que a presente investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM e foi observada as determinações das Resoluções 466/12.

A pesquisa apresenta as seguintes categorias de análise:

a) Projeto ético político:

Foi questionado aos participantes sobre a percepção/compreensão sobre o Projeto Ético Político da profissão, este foi compreendido como um instrumento de trabalho que irá nortear as ações éticas do cotidiano profissional. Restringi-lo somente nesta ótica da dimensão ética é negar a importância das dimensões teórica-metodológica e técnico operativa fundamentadas nos princípios estabelecidos pela categoria (Código de ética de 1993)

Outro aspecto foi a visão de forma mais genérica da prática profissional, pautada nos valores éticos do Código de Ética de 1993, como liberdade, compromisso com a autonomia, emancipação e expansão plena, visando qualidade nos serviços prestados.

O profissional deve ter clareza e conhecimento que o Projeto Ético Político enquanto projeto profissional está interrelacionado ao projeto societário de construção de uma nova ordem social, contra hegemônica do atual cenário neoliberal.

É importante salientar, que outros documentos legais além do Código de Ética balizam a qualidade técnica das ações profissionais, com vista a direção crítica clara e consciente, como a Lei de Regulamentação da profissão que traz em seu bojo as competência, atribuições privativas da profissão que nortearão os limites e possibilidades da atuação profissional e que permitirá ao profissional imprimir junto a equipe multiprofissional da qual trabalha, sua identidade profissional.

O Projeto Ético Político do Serviço Social é um dos referencias políticos e ideológicos da profissão. Este é fruto de reflexões da contradição entre teoria e prática, em um dado momento histórico do Serviço Social, marcado fortemente no movimento de ruptura com o conservadorismo ou neo-conservadorismo do Serviço Social.

b) Materialização do Projeto Ético Político

Foi questionado sobre quais os documentos e como era efetivada a materialização do referido projeto. Os participantes apontaram compreender que a materialização do Projeto Ético Político, se efetiva na relação com outros profissionais quer seja da mesma categoria ou não. E ainda que a concretização deste projeto, não se restringe a relação e/ou inter-relação,mas também na interlocução dos conhecimento teórico- metodológico, ético-político e técnico-operativo. Outros participantes expressam que a materialização do referido Projeto no cotidiano se efetiva de forma mais ampla envolvendo o compromisso ético, identificando os usuários como sujeitos de direitos e também aponta a necessidade de buscar respostas as demandas sociais.

Entretanto, a pesquisadora ainda indaga como os Assistentes Sociais no setor de saúde, espaço dinâmico que requisita do profissional ações pontuais e imediatistas garantem conquistas para a efetivação das ações no campo teórico-metodológico, ético político e quais as estratégias adotadas para manter-se crítico, propositivo investigativo e combatido em face da atual conjuntura capitalista.

Aqui se remete aos estudos de Braz (2004) quando enfatiza que a materialização do referido projeto envolve três dimensões fundamentais: a política atrelada ao conhecimento com respaldo da teoria crítico e reflexiva tendo a intervenção conectada a dimensão investigativa; a jurídica e política com os documentos legais que expressam os anseios e condutas dos profissionais e por fim a política administrativa que são os espaços de deliberação e organização da categoria.

A concretização do projeto ético político na contramão das expectativas neoliberais é algo complexo e os desafios colocados são muitos e enfrentar estes desafios requer do profissional apreensão das situações concretas do cotidiano profissional e compreensão das “situações que condensam na vida dos indivíduos as diferentes expressões

da questão social, buscando-se sua compreensão no contexto da totalidade onde são produzidas" (BRAZ, 2004, p.65) para então atender as reais necessidades dos usuários dos serviços de saúde.

Portanto, o conhecimento por parte dos assistentes sociais das suas atribuições privativas, competências contidas na Lei de regulamentação da profissão (8.662/93) entendimentos acerca do Código de Ética de 1993 facilitam a intervenção profissional critica, criativa e investigativa e contribui para que a prática profissional não se torne apenas interventiva, burocrática e reprodutiva (TORRES, 2007)

Foi indagado aos pesquisados sobre os documentos legais que utilizam na materialização do Projeto Ético Político da profissão. Os participantes não relacionaram o projeto aos documentos legais específicos do Serviço Social fruto de embates e muitas conquistas da categoria na contemporaneidade.

c) Projeto Ético Político e Intervenção profissional:

Quando questionados sobre as influência em relação a materialização do projeto com a intervenção profissional junto aos usuários, os participantes apontam a importância do compromisso desta materialização junto aos usuários. Enfatizam princípios contidos no Código de Ética e o compromisso com o mesmo.

Silva (2009,p.122) ainda apresenta:

> Como podemos perceber, a luta pela consolidação da cidadania, enquanto momento da construção de um projeto societário alternativo, é inseparável do processo de democratização da vida social e do Estado. Envolve uma mudança substancial tanto na política como no modo de existência coletiva.

d) Importância e contribuições dos documentos legais do PEPSS para o trabalho profissional.

Questionou-se acerca da importância e contribuição do Código de Ética, da Lei de Regulamentação e a das Diretrizes Curriculares, para a prática profissional no Hospital de Clínicas.

Os participantes, consideram os documentos legais como significativos para o desenvolvimento efetivo da profissão, bem como sua importância na formação /graduação. Reconhecem que a garantia destes documentes são frutos das reflexões realizadas pela categoria a partir de 1960, e principalmente com a materialização do Movimento de Reconceituação.

O (re)pensar dos aspectos teóricos, metodológicos, éticos, técnicos e operativos tendo como " pano de fundo" o momento político, econômico, social avassalador (crise econômica, repressão, governo ditatorial) não foi uma tarefa fácil, mas os resultados de todo o processo de construção coletiva de um Serviço Social crítico são significativos principalmente para o amadurecimento teórico e político do Serviço Social concretizado a partir da década de 1990. Abramides (2007) em seus estudos salienta que este período (1990) é marcado pela maturidade teórica do PEPSS, com o legado marxista, aderência da categoria a teoria crítica, os direitos sociais sendo garantidos constitucionalmente.

e) Projeto profissional e projeto societário:

Finalmente, foi questionado acerca da relevância do Projeto Ético Político considerando que traz em seu bojo um modelo de projeto societário, que visa um nova concepção de homem, mundo e sociedade As respostas indicam que o mesmo é muito significativo para a atuação e desenvolvimento profissional do Assistente Social.

Assim, Silva (2009) pontua em seus estudos o caráter contra-hegemônico do Projeto Ético Político do Serviço Social, uma vez que contrapõe com a ordem social atual. Ressalta o quanto um projeto profissional, propositivo, crítico precisa estar vinculado a um projeto societário comprometido com uma nova projeção de sociedade, justa, democrática, igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Os riscos externos ao Projeto Ético Político são imensos em tempos de pós e neos e é imperioso que atentemo-nos para os riscos internos para o Projeto Ético Político. Ambos têm que ser acompanhados, conhecidos e combatidos.
>
> Marcela Mary José da Silva

Em tempos de intensas transformações e modificações no mundo do trabalho, as expressões da questão social se acirram cada vez mais, refletindo diretamente na prática profissional do assistente social. Dessa forma, torna-se desafiador encontrar um profissional que articule a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, diante de tantas contradições e ambiguidades. Que seja capaz de identificar os determinantes e condicionantes econômicos, políticos, culturais e sociais da realidade, abrangendo a totalidade dos sujeitos; além de se nortear pelos princípios de sua profissão, contidos no Código de Ética de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93.

Neste sentido, observa-se que ainda é um grande desafio a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social, tendo em vista as fragilidades e contradições das relações no mundo do trabalho., bem como a falta de

articulação da categoria para a discussão das dimensões mencionadas anteriormente; uma vez que elas devem sempre estar articuladas, o que se apresenta ainda como um desafio a ser debatido, refletido e concretizado.

Vale salientar que compreender o que seja o Projeto Ético Político da profissão, é algo que demanda estudos e discussões; visto que ele está em permanente construção, e se apresenta como um projeto profissional que busca articulação com um modelo de sociedade que seja justa e igualitária, e que busque a emancipação humana. Um projeto que se contrapõe ao projeto neoliberal vigente, e busca atitudes e posicionamentos de toda a categoria, para uma atuação crítica e propositiva.

Com os resultados da pesquisa, fica evidente que os participantes compreendem o que seja o Projeto Ético Político, fazem menção a atitudes éticas, reconhecem que é um instrumento que norteia a prática profissional, e que possui valor central com o compromisso em favor da equidade e justiça social. No entanto, ainda percebe-se a ausência de posicionamento acerca de como se dá a materialização do Projeto Ético- Político do Serviço Social.

Os resultados apontam para respostas ambíguas em relação a quais documentos legais são utilizados para a materialização do PEPSS, uma vez que as falas são dadas de forma genérica, e até mesmo equivocada, como por exemplo, quando questionado acerca dos documentos,as respostas foram visita domiciliar, entrevista dentre outros, que são alguns dos instrumentais utilizados no cotidiano profissional.

Embora o Projeto Ético- Político esteja articulado as legislações contidas na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos direitos humanos e cidadania; o processo de luta e de ruptura já se instaurou em tempos passados, pois este movimento contra o conservadorismo e o tradicionalismo, já vêm sendo debatido desde meados dos anos 1970, com muita luta, participação política e organização da categoria. Definindo assim os referenciais de documentos, como o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação 8.662/93 e as Novas Diretrizes Curriculares de 1996; demonstrando um novo compromisso de alguns profissionais, que, infelizmente, não é hegemônico na profissão; mas que o conjunto CFESS/CRESS defende como a construção e a materialização do PEPSS, visando uma sociedade justa, igualitária, a fim de alcançar a emancipação política e efetivação dos direitos sociais a todos os cidadãos.

Deste modo, a falta de conhecimento do Projeto Ético Político por parte de alguns profissionais, ainda se apresenta como uma dificuldade para a sua materialização; ou seja, deve haver um constante aprimoramento intelectual, articulado a uma formação profissional de qualidade, participando de discussões e debates que articulem a teoria e a prática profissional.

O discurso teórico está posto, necessita-se agora que os profissionais possam apreender na prática profissional, pois, o Serviço Social defende uma sociedade diferente da ordem capitalista, isto é, em favor da classe trabalhadora. Caso ele não assuma esta postura crítica em favor do Projeto Ético Político da profissão, corre-se o risco de reproduzir e reafirmar a sociabilidade do projeto neoliberal.

Outra questão relevante, e que os resultados, diz respeito a importância da materialização do Projeto na intervenção do assistente social no Hospital de Clínicas para com os participantes. Aponta-se que esta intervenção precisa pautar-se no atendimento qualificado, com respeito e compromisso ético. Porém, fica a indagação de como efetivar esse atendimento, se não estão sendo concretizadas as dimensões: ético-política,técnico- operativa e teórico-metodológica devido o desconhecimento até mesmo de algumas legislações que embasam a prática profissional.

Como discutir, debater e propor questões em relação ao Projeto Ético- Político em tempos de barbárie? Como articular fóruns de discussões e reflexões com a categoria, quando a construção do PEPSS não é hegemônica na categoria? Ou ainda, como buscar uma sociedade justa de forma coletiva quando a fragmentação se expande cada vez mais? Como partilhar valores, normas e referências políticas e ideológicas em conjunto com a sociedade civil? Tais indagações são instigações desafiadoras, porém merecem serem refletidas, debatidas e articulada, na categoria e com demais profissionais distintos.

Destarte, esta pesquisa não se finda aqui, pois o desafio apenas inicia-se com essas reflexões; e dar continuidade a este trabalho requer um aprimoramento intelectual árduo, porém prazeroso, pois o conhecimento é desafiador. Neste sentido, este trabalho demonstra um despertar de muitas reflexões e discussões que virão pela frente, está posto o desafio, cabe aos profissionais-pesquisadores a dar seguimento a este debate. Para tanto, a dimensão investigativa deve estar sempre presente, fomentando trabalhos futuros, com novos questionamentos e discussões, que permitam a produção e socialização de conhecimentos para toda a categoria profissional, bem como para toda a sociedade civil.

Enfim, a busca do "novo", de mudanças da sociedade, da superação da lógica do capital e da materialização do projeto contra-hegemônico é um desafio não apenas para o Serviço Social, mas do compromisso da sociedade em buscar a efetivação dos seus direitos. E o Serviço Social, como classe trabalhadora, deve lutar pela categoria, em busca da materialização do desafiador e desafiante Projeto Ético Político do Serviço Social.

Sendo assim: “ Eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível”(ANDRADE, 2014)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drumomond.**Transcrição do Extra 02**- esquecer para lembrar.2014 Dissponivel em < http://www.pactoaudiovisual.com.br/mestres_final/drummond/transc_extra02.htm> Acesso 23 jan 2014.

ANTUNES, Ricardo**. A Dialética do Trabalho**. São Paulo:Expressão Popular,2004.

BRAVO, Maria Inês Sousa; SOUSA, Oliveira de Rodriane. Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional.In **Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 1, nº1, outubro de 2004.

BRAVO, Maria Inês; MENEZES, J. S. B. (Orgs.) **Saúde na atualidade**: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: /www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15 jan 2013.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético poítico do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.78, p.48-67 jul. 2004.

CARVALHO, Raul. IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasi**l: esboço de uma interpretação histórico-metodológico, São Paulo, Cortez, 2012.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a Assistente Social**: Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. rev. atual. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013

_____. **Parâmetro de atuação do assistente social na saúde.** Brasilía,2010. Disponivel<http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf>.Acesso em 12 de set 2013

GUERRA, Yolanda. Artigo: **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/08.pdf Acesso em 14 mar 2013.

GUERRA,Yolanda.O projeto profissional crítico:estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.91.p.5-48, nov.2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2010

MARX, Karl. Para a crítica da economia política: introdução á crítica da economia política. In: AUTOR. **Título**. São Paulo: Cultural, 1974. p. 125. (Os Pensadores).
MOTA,.Ana Elizabete. **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. O Movimento de reconceituação 40 anos depois.**Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.84,p.5-15, nov.2005.

_____. Projeto profissional e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.91, p.5-38, 2007. Especial.

_____. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out./dez. 2009.

_____.. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social,1999.Disponivel http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf> acesso 3 dez 2013

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Pulo: Cortez, 2009.
.
SILVA, Claúdio Gomes. Serviço Social e reestruturação produtiva:entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.94. p.176, jun. 2008.

SILVA, Iolani Soares. O projeto ético político profissional do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.97, p.3, jan/mar. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço social e o popular**; resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Marcela Mary José. **A materialização do projeto ético- político do serviço social**. São Paulo: Papel Social, 2012.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no
Exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 49-69, jun. 2007. Disponível em: < http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/atribuicoes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

A Ponte e a Cidadania: uma experiência de trabalho social com as famílias rurais de reforma agrária

A comunidade pertencente ao Assentamento Nova Pantano Mariano, localizada a 45 km da cidade de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais- Brazil é constituída por 18 famílias e está inserida na política de Reforma Agrária brasileira que tem enfrentado dificuldades para contemplar as necessidades básicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Este assentamento faz limites com uma vasta área de preservação ambiental do cerrado e uma parte das famílias ficava separada da outra por um pântano com várias nascentes de água, ocasionando problemas de mobilidade que refletiam no desenvolvimento coletivo da organização do trabalho para a sustentabilidade da comunidade, bem como, no acesso às políticas públicas (saúde, educação, assistência social e outras). Dessa forma, o curso de serviço social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia, está desenvolvendo um projeto de extensão universitária, objetivando a emancipação das famílias desta comunidade rural. Para tanto, por meio da mobilização comunitária, utilizando estratégias de educação e organização popular, articulou um processo de organização das famílias, empoderando-as para a construção de uma ponte de madeira rompendo a divisão do território onde vivem as 18 famílias, possibilitando a efetivação da organização comunitária para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em bases de associativismo rural. Assim, ao romper a limitação da mobilidade, as famílias passaram a viver numa nova fase do processo de organização. O curso de Serviço Social ao alavancar este processo, a partir de metodologias de educação popular, baseadas em Paulo Freire, valorizou as potencialidades das famílias na direção do empoderamento político e social, objetivando criar mecanismos para efetivação das políticas públicas no contexto das lutas da reforma agrária brasileira.

083-2401

Flander de Almeida Calixto
Universidade Federal de Uberlandia Campus Pontal
flander@ufu.br

Julia Francisca Gomes Simões Moita
Universidade Federal de Uberlandia Campus Pontal
juliamoita@pontal.ufu.br

Introdução

Este trabalho é o resultado das ações de extensão universitária empreendidas por docentes e discentes do Curso de Serviço Social vinculado às Faculdades de Ciências Integradas do Pontal, situada na cidade de Ituiutaba-MG que é um campus avançado da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

O trabalho inicialmente contou com o apoio do curso de Administração (FACIP/UFU) que desenvolvia uma parceria com as universidades federais da Bahia (UFBA) e do Ceará (UFC), recebendo recursos do programa federal PRONINC 07/2009, destinados à realização dos encontros na região do Pântano Mariano. Essa equipe inicialmente era composta de três professores (dois do curso de Serviço Social e um do curso de Administração), uma técnica e cinco estagiárias do curso de Serviço Social (PET Conexão Saberes), que foram fundamentais na condução das ações de organização comunitária, visando a construção da ponte.

Nos últimos dez anos os governos brasileiros criaram várias universidades pelas cidades do interior do Brasil, e criaram programas de acesso a universidade para os estudantes brasileiros. O curso de Serviço Social é uma desses novos cursos universitários. No ano de 2010 fizemos a primeira visita técnica no território rural onde foi realizada reforma agrária no referido assentamento. Desde então, algumas ações coletivas foram empreendidas no local.

O assentamento

O presente artigo visa discutir o processo que desencadeou a contrução de uma ponte de madeira no Projeto de Assentamento Nova Pântano Mariano (P.A. Pântano Mariano). Tal ação possibilita diversas reflexões a respeito do papel da universidade pública e das estratégias de organização coletiva empreendidas naquela comunidade rural.

O P.A. Pântano Mariano é composto de 18 famílias que receberam o título de proprietárias da terra no ano de 2008. A comunidade é composta de 33 pessoas, sendo que 6 são crianças em idade escolar. Todas cursam a escola na zona rural. Os demais são adultos em situação de conjugalidade. A maioria dos assentados é analfabeta. O nível de precarização do assentamento é elevado e pode-se observar que os direitos básicos das pessoas humanas não estão ali presentes: falta acesso à informação, à água potável e saneamento básico. A maioria dos agricultores não é atendida por programas de políticas públicas. Eles estão isolados politicamente dos movimentos sociais de luta pela terra.

O processo de acesso à terra é complexo. A luta pela terra foi liderada pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Após realizada a distribuição dos lotes, percebe-se um gradual afastamento do Movimento de luta. Segundo

algumas falas entre os agricultores locais, o Movimento acompanha o assentamento até a partilha dos lotes, entre as famílias pleiteantes. Nossa hipótese inicial sobre esse processo é que à medida que o grupo de agricultores distancia-se da articulação política inicial há uma tendência de enfraquecimento do poder de luta e da organização comunitária, que vem do período de luta da fase de pré-assentamento.

Os agricultores enfrentam problemas que são de difícil solução para a associação, como o problema da água potável, indispensável a vida humana. A comunicação com os órgãos governamentais de apoio aos agricultores é muito trabalhosa, burocratizada e onerosa para a associação, refletindo a racionalidade técnica implícita na gestão de políticas públicas. Dessa forma, a solução para tais problemas é demorada e demanda exigências de tempo dos agricultores para resolver as pendências que envolvem coletivamente decisões da comunidade. Entre elas, a perda de dias de trabalho na propriedade, há gastos com transporte e custos administrativos, além de deixarem a atividade laboral diária deslocando-se até a cidade, que fica a 45 km das propriedades.

A propriedade rural que foi desapropriada para fins da reforma agrária, para estas 18 famílias, possui uma vasta reserva florestal com vegetação de cerrado, entrecortada por várias nascentes de água e pequenos córregos. Isso faz com que a região seja geoeconomicamente problemática para produção agro-pecuária, dificultando a vida produtiva dos assentados, além disso, amplia o isolamento das famílias e a perspectivas de integração na região. O problema se agrava quando pensamos nos assentados que se situam do lado oposto a um dos rios (7 famílias), já que eles nem acesso à estrada vicinal possuem. Além da violação de direitos fundamentais, as famílias não transitam com sua produção e atendem suas necessidades de locomoção. Quando ocorre um problema de saúde com alguém não há a possibilidade de conduzir a pessoa doente ao socorro médico. O único acesso possível era uma estrada vicinal que passava por dentro de uma propriedade rural vizinha, mas, o fazendeiro proibiu o trânsito pelas suas terras aumentando os problemas. Entre os agricultores as dificuldades crescem na época chuvosa quando aumenta o volume das águas que separa os dois territórios do assentamento, inviabilizando a passagem a pé de um lado para o outro.

> Tem uma estrada chamada Boiadeiro, que é do estado, mas que passa perto da fazenda de um vizinho e ele não permite que nós passemos por lá. Se alguém adoece a dificuldade é muito grande para levar para a cidade. (Assentado 1)

> Foi muito sofrimento conseguir essa terra, esta é a única coisa que deixaremos de herança para nossos filhos. Temos um sonho de que construa a ponte para que possamos produzir pois nada entra ou sai das terras porque não tem acesso. (Assentado2)

Tal problema gerou motivações entre os agricultores no sentido de articular uma solução. Os episódios se sucediam e as famílias cada vez mais prejudicadas na sua locomoção. Dessa forma, conforme relatos dos assentados, houve um estopim que provocou a mobilização no sentido de propor a construção de uma ponte.

Uma das mães se viu obrigada a levar seus filhos a um hospital à noite, para tanto, ela teria de passar pela propriedade do fazendeiro vizinho que teve as terras desapropriadas, causando constrangimento e medo de retaliação. Dessa forma, a mãe se viu obrigada a pedir autorização para seguir pela estrada na direção da cidade. A partir deste episódio houve uma mobilização local no sentido de construírem uma ponte que possibilitasse a livre circulação sem envolvimento com a estrada do fazendeiro vizinho.

A organização popular

Entendemos aqui que a organização popular é uma importante chave para a transformação da realidade. Mikhail Bakunin já afirmava que não deveríamos discutir se o povo era capaz de rebelar-se mas, sim, se era capaz de organizar-se.

De acordo com Maria da Glória Gohn, ao analisar o sujeito na obra de Paulo Freire, “a atenção ao pequeno, ao miúdo, ao cotidiano” é fundamental se desejamos compreender a organização e a educação popular como processo de fortalecimento dos laços sociais coletivos.

Para o notório educador pernambucano, o trabalho é parte integrante do processo de conscientização popular. O estar junto proporcionado pelas práticas cotidianas que acontecem coletivamente é fundamental para pensar a transformação social. Hernani Maria Fiori, na introdução do livro *Pedagogia do Oprimido (1987),* explica as relações entre trabalho e conscientização:

> Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer o mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir

> conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo. (FIORI, 1987)

As metodologias de intervenção na comunidade rural se pautam pelas diretrizes freirianas e podem ser encontradas no modo como a aproximação da universidade junto aos assentados foi realizada. Isso pode ser constatado na importância de valorizar o saber popular em conjunto com o conhecimento acadêmico, diretriz definida pela equipe de trabalho.

A organização comunitária foi pensada nos moldes de aplicação da estratégia identificada como "rodas de conversa" em que o grupo de assentados pôde expor seus anseios e ideias, trocar experiências e aprender uns com os outros multiplicando os saberes no coletivo. A voz dos assentados, uma vez pronunciada, apontou para caminhos alternativos na solução do problema. A importância do Estado para dar materialidade aos anseios expressos pelos assentados pode ser identificada na parceria com a universidade, que articulou os contatos com o município de Ituiutaba e com órgãos do governo federal, notadamente, o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, responsável pelo acompanhamento dos assentamentos no país.

Outra questão discutida nas "rodas de conversa", dizia respeito à divisão interna do grupo de assentados. Havia quase que uma segregação entre aqueles "do lado de cá" e aqueles "do lado lá" do rio. A união de todas as famílias parecia imprescindível para a realização de qualquer ação coletiva que beneficiasse todos. As rodas de conversa, propuseram um cronograma de almoços comunitários mensais. Em tais ocasiões, esses encontros permitiam que os problemas locais fossem tratados de maneira espontânea, quebrando as animosidades e aumentando a sociabilidade relacional no coletivo.

Depois de alguns encontros, pode-se notar que o diálogo entre o grupo havia aumentado e que as soluções para a construção da ponte estavam sendo gestadas de maneira autônoma, coletiva e consensual.

A partir de então, a Associação de Assentados em parceria com a UFU, estabeleceu um cronograma de reuniões objetivando viabilizar a demanda da construção da ponte. Vários atores foram envolvidos neste processo. A prefeitura municipal de Ituiutaba, que subsidiou informações técnicas importantes para que a construção da ponte estivesse dentro de parâmetros de segurança. Com recursos do PRONINC (Governo Federal), foram financiados os serviços de uma retroescavadeira para a preparação do solo.

O trabalho de montagem da ponte foi realizado pelos homens e mulheres da comunidade em mutirão, até sua conclusão. Os assentados fizeram um levantamento do madeiramento disponível em cada lote oriundo de árvores que caíram por motivos ligados às intempéries climáticas ou que já estavam cortadas quando os lotes foram ocupados.

Os agricultores procuraram o INCRA para as devidas orientações que envolviam a legislação ambiental, a autorização do município, orientação do órgão de engenharia civil, entre as inúmeras taxas e impostos que a associação deveria pagar para ter o direito a ter a ponte ligando as duas áreas. A ponte foi construída em dez dias de trabalho, em que todos deixaram suas atividades nas pequenas propriedades e se uniram para a construção da obra.

Importante ressaltar que um dos moradores, o que menos interesse tinha na construção da ponte, considerando que sua propriedade estava do lado de fácil acesso a estradas vicinais, foi o artífice fundamental deste processo. Com pouca escolaridade, este agricultor coordenou a execução da construção, que foi finalizada, com êxito, ao fim de dez dias.

Conclusão

O panorama contemporâneo da reforma agrária no Brasil não é muito animador, considerando a ausência de políticas públicas eficazes para o pleno desenvolvimento da agricultura familiar, que é responsável por 84% do total de estabelecimentos rurais no país, de acordo com o IBGE. Entretanto, ocupam apenas 24% das terras agrícolas (IBGE).

A expansão da universidade pública brasileira em regiões que antes eram esquecidas pelos governos anteriores provocou alterações importantes para as populações em vulnerabilidade.

Um caso simples como a construção dessa ponte pode ser identificado como uma solução pequena considerando a magnitude de problemas que a agricultura familiar enfrenta no Brasil. Porém observamos a importância da organização comunitária por meio da educação popular em parceria com a universidade pública brasileira no sentido de fomentar a cidadania por meio do empoderamento de segmentos populares.

À medida que os investimentos públicos começam a atingir os mais pobres, mudanças significativas na qualidade de vida dessas populações favorecem o entendimento de que a organização política ainda é a chave para a transformação da realidade cotidiana dos segmentos marginalizados.

A experiência vivenciada pelos estudantes e professores naquela comunidade foi de extrema relevância no que se refere a uma prática extensionista que tomou como parâmetro compreender a extensão universitária na perspectiva da cidadania entendida como "Comunicação" (FREIRE, 1977), seguindo os passos do educador Paulo Freire:

> A auto suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus

> companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. (FREIRE, 1987)

Foi possível perceber que em uma comunidade de agricultores com pouca escolarização a cultura popular assume um papel importante na estruturação do conhecimento. A cultura popular é uma conquista acumulada na vida dos sujeitos e quando os homens e mulheres reúnem seus saberes acumulados durante a vida é possível inventar uma alternativa mesmo quando não há estradas que nos conduzam aos nossos alvos. A invenção é a grande resposta dos pobres do mundo, quando as respostas da sociedade do capital são para eles negadas.

Bibliografia

BALDI,L. A. de P. e DURIGUETTO, M. L. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

FIORI, H.M. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, M. da G. **Paulo Freire e a Formação de sujeitos sociopolíticos**. UTP: Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional. Vol. 8. Maio-ago, 2013.

IBGE. Censo Agropecuário 2006.

GANDOLFI, P., GUIMARÃES, R. F. e MARIANO, E. M. **Reflexões sobre o trabalho com famílias no Assentamento Pântano Mariana – Ituiutaba/MG.** UFU, 2012. (Anotações de campo)

A psicologia do esporte como ferramenta para construção de cidadania no processo de desenvolvimento social

Este artigo refere-se ao projeto de Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Uni-facef na linha de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas e que se encontra em andamento. O trabalho traz a seguinte problemática: como a psicologia do esporte pode contribuir para construção de cidadania no processo de desenvolvimento social, sabendo-se que na teoria de Furtado (2000) as dimensões do desenvolvimento são múltiplas é o social é uma delas e que na ótica de Vieira et. al. (2010) esta profissão deve estar voltada ao comprometimento e á constante atualização. O objetivo geral é, a princípio, analisar o posicionamento da psicologia do esporte no âmbito de desenvolvimento social. A metodologia empregada é a pesquisa qualitativa e a coleta de dados bibliográficos em livros e em artigos sobre o assunto. Também, serão mostradas outras técnicas empíricas que foram levantadas no decorrer da investigação científica, uma pequena retrospectiva histórica e algumas considerações parciais.

071-2389

Cláudia Maria Pereira Brentini
Centro Universitário de Franca
claudiabrentinipsicologa@hotmail.com

Daniela de Figueiredo Ribeiro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
ribares@netsite.com.br

Palavras-chave: psicologia do esporte, promoção de cidadania, projetos sociais, educação e desenvolvimento social.

Abstract

This article refers to an aspect of the Master Project in Regional Development Uni facef in the line of Social Development and Public Politics that is being in progress. This work brings up the following question: what is the contribution of the sports psychology for construction of citizenship in the process of social development. The general objective is, at first, to analyze the psychology of sport as a tool for the construction of citizenship linked to social development. The methodology employed is the research of bibliographic informations on books and articles about of the subject. Also, were researched other participations of Sport Psychology in social projects, a small historical retrospective of the profession and some partial considerations that has been investigated to this moment.

Keywords for this page: Sport Psychology, promotion of citizenship, social projects, education and social development.

Introdução

Esta composição, que neste momento encontra-se em curso, trata de um angulo do projeto de Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Uni-facef e que conta com uma coleta de dados bibliográficos inicial.

A coleta bibliográfica, de acordo com Lakatos (2001), tem como objetivo saber em que estado se encontra o problema, ou seja, que trabalhos já foram realizados sobre o tema e informações sobre o mesmo.

Este projeto surgiu devido ao seguinte questionamento: como a psicologia do esporte pode contribuir para construção de cidadania no processo de desenvolvimento social.

Este questionamento enfoca um tema atual, a Psicologia do Esporte, devido a Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil, como demonstra Cozac (2013), ao longo da projeção dos jogos de futebol, percebeu-se a necessidade da atuação deste profissional mais próximo do atleta (tanto em conjunto como individualmente).

Pensando desta maneira, será que a Psicologia do Esporte se encaixa somente em contexto de preparação, de rendimento e de elaboração das vitórias e das derrotas. Poderá ela ligar-se a outras formas de lidar com o contexto esportivo, como: educacional, social e outros.

Nas coletas de dados bibliográficos e por Bueno, Mazon e Chaves (2014), as áreas de atuação desta carreira encontradas foram:

- no alto rendimento, que busca a otimização do desempenho numa estrutura formal e institucionalizada;
- no esporte escolar, que tem por objetivo a formação, norteada por princípios sócio-educativos, preparando para a cidadania e para o lazer;
- na recreação, que visa o bem-estar e qualidade de vida, em todas as idades;

- na reabilitação, que desenvolve um trabalho voltado para a prevenção e intervenção em pessoas portadoras de algum tipo de lesão decorrente da prática esportiva, ou não, e também com portadores de deficiência física ou mental;
- nos projetos sociais, onde cabe ao psicólogo do esporte, segundo Rúbio (2000), fazer uma leitura crítica com a perspectiva de superar a visão simplista do esporte como via de ascensão social e formação de futuros atletas;
- assim como: na iniciação esportiva, na transição de carreira de atletas e no campo de pesquisa científica.

Ao analisar as opções de atuação desta profissão, nota-se uma variedade de campo de trabalho e também de estudo, sendo assim, os contextos que mais se enquadram neste estudo científico tendo como linha de pesquisa o desenvolvimento social seriam á área de projeto social e/ou á área educacional.

No âmbito da educação, segundo Freire (2001), em sua teoria do ensino como prática libertadora, pode-se numa perspectiva crítica, progressiva, engendrar, estimular, favorecer, o exercício à participação por parte dos que estão envolvidos no processo. Principalmente, as crianças e os jovens, que na ótica de Papalia et. al. (2000), a personalidade encontra-se em formação.

Pelo mesmo autor, o exercício da participação faz parte da formação da cidadania, do ser cidadão com seus direitos e deveres, mas de maneira consciente e atuante desses atributos para poder exercê-los.

Ainda para Freire (2001), é necessário que o próprio ser humano no seu mundo real, cultural, político e social possa assumir a sua própria vida, ou seja, ser protagonista de sua própria história, tomar sua existência em suas mãos, desta forma conduzirá a dinâmica da conscientização de si mesmo e do meio em que vive.

No projeto social, o fazer educativo, visto acima, também tem espaço para ser trabalhado como prática de uma participação comunitária, assim como traz Rúbio (2006) a intervenção do psicólogo neste espaço, que pode estar voltada para o incremento de habilidades sociais, de cidadania e de construção de outra identidade.

Pensar o exercício da participação dentro da educação e do projeto social, nos parâmetros anteriores, vincula-se, também, as diretrizes de Sen (1999) em sua teoria sobre desenvolvimento com liberdade, que considera o desenvolvimento além do enfoque de crescimento econômico, mas, também, social cultural e outros.

Para o mesmo autor, envolve: a capacitação de realização da vida (saúde, educação, cultura e auto-estima), elaboração das funcionalidades referentes ao auto-respeito e à vida em comunidade (direitos civis com liberdade de participação) e que pode ser fomentado pelo psicólogo do esporte nestas duas áreas.

Com vista nas argumentações anteriores, no decorrer do artigo, serão apresentadas pesquisas sobre a utilização da psicologia do esporte em projetos sociais e educacionais com vistas à promoção de cidadania e desenvolvimento social, uma retrospectiva histórica da profissão e algumas considerações parciais.

Estudos empíricos

A Importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant-Brasil.

No texto de Pereira et.al. (2013), um artigo decorrente do projeto de pesquisa de Mestrado em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) no Brasil, onde o local da pesquisa foi o IBC, Referência Brasileira nas questões da pesquisa, aprendizagem e fomento do desenvolvimento integral dos cegos e deficientes visuais. Tendo como objetivo investigar o esporte de alto rendimento como contribuição para inclusão social de atletas cegos do Instituto Benjamin Constant. Observou-se, no artigo, que os alunos egressos do Instituto, até duas décadas atrás, não davam prosseguimento aos seus estudos, embora tivessem oportunidades igualitária e constitucional como cidadão brasileiro.

Foram entrevistados dez atletas cegos egressos do Instituto, que estudaram entre 1994 e 1998, tendo na época da pesquisa a condição de atletas de alto rendimento e ao mesmo tempo cidadãos, que trabalham, estudam e eram independentes. O método utilizado foi o qualitativo, empregando como instrumento de investigação a entrevista semi-estruturada, que envolve perguntar questões previamente estabelecidas, assim como questões formuladas no momento da entrevista.

Para tratamento dos dados utilizou-se a técnica de “Análise de Conteúdo” (Minayo, Deslandes, Neto, & Gomes, 2002). Os resultados foram organizados em torno de três sub-categorias: a importância do esporte, orientação e mobilidade, e a vida antes e depois de ser atleta. Para formular as categorias utilizamos primeiro a análise cross-question, que analisa cada entrevista individualmente provendo ao pesquisador uma idéia da complexidade de cada entrevista. Após essa etapa, feito a análise cross-interview, visando comparar as entrevistas para encontrar as similaridades e diferenças entre as respostas dos entrevistados (Mayring, 1994, citado por Schilling, 2006). A redução dos dados também chamada de condensação dos dados é uma forma de análise que separa, seleciona, sintetiza e organiza. A exposição dos dados consiste em organizar de uma forma compacta um conjunto de informações (Miles & Huberman, 1994). Com esses dois princípios foi criado um quadro com categorias e sub-categorias, que serviu para visualizar o conjunto de resultados da pesquisa, dos quais para esse artigo selecionamos três sub-categorias já mencionadas anteriormente.

A pesquisa concluiu que o esporte de alto rendimento contribuiu para a inclusão social de todos os entrevistados. Seus depoimentos responsabilizam o esporte como fator primordial para realização de parte de seus ideais, sugerindo esta prática em todas as instituições de ensino especial.

O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil.

Em Machado et.al. (2007), um estudo que avaliou o impacto de um projeto de educação pelo esporte por meio do desempenho escolar, *stress*, qualidade de vida e atitudes acadêmicas e sociais de crianças participantes do mesmo, desenvolvido em parceria entre uma universidade federal e uma organização não-governamental. Neste programa, o esporte é o articulador de ações educativas, com atividades que enfatizam a saúde, a arte e o apoio à escolarização. Vários projetos educativos interdisciplinares são apresentados às crianças, visando à construção participativa, orientada nos princípios da Educação pelo Esporte e nos Quatro Pilares da Educação, propostos pela UNESCO (Delors, 1998).

Os Quatro Pilares da Educação para o Desenvolvimento Humano visam promover o desenvolvimento de competências e habilidades das crianças O pilar *Aprender a Conhecer* relaciona-se ao desenvolvimento de competências cognitivas. Para que seja possível a aquisição de novos saberes e a vivência no mundo de conhecimentos, é necessário desenvolver competências mínimas, como a leitura, a escrita e a resolução de problemas. O segundo pilar, *Aprender a Fazer*, tem por objetivo o desenvolvimento de competências produtivas e está associado ao Aprender a Conhecer, uma vez que trata da aplicação, em uma profissão ou atividade, dos conhecimentos adquiridos no ensino formal e em outros espaços educativos. *Aprender a Conviver* é o pilar que visa ao desenvolvimento de competências relacionais e objetiva a convivência a partir de valores humanos pautados pela ética e pelo conhecimento de regras de convivência. Por último, o pilar *Aprender a Ser* está relacionado ao desenvolvimento de competências pessoais e integra os três pilares anteriores, o que significa a possibilidade de ser tudo o que se é capaz, despertando as potencialidades do indivíduo nas dimensões cognitiva, produtiva, social e pessoal de forma global.

Trata-se de um estudo com delineamento longitudinal que envolveu a avaliação de impacto de um projeto de educação pelo esporte a partir da influência no desenvolvimento dos participantes. Foi utilizado um pré-teste (T1) e pós-teste (T2) que avaliou o impacto de um projeto esportivo no desenvolvimento infantil. A aplicação das atividades, baseadas nos Quatro Pilares da Educação, era desenvolvida por bolsistas universitários dos cursos de graduação, participantes do programa, sob a supervisão dos professores coordenadores de várias áreas (Psicologia, Pedagogia, Educação Física, Nutrição etc.).

Participaram 39 estudantes de 6 a 11 anos, matriculados da 1a a 4a séries do Ensino Fundamental de escola pública. Eles foram distribuídos em dois grupos: G1 (24 integrantes do projeto esportivo) e G2 (15 crianças do grupo comparativo) e os professores dos estudantes também participaram. O impacto foi avaliado pelas diferenças em desempenho escolar, *stress*, qualidade de vida e avaliação de atitudes acadêmicas e sociais do aluno pelo professor.

Pelos resultados, de T1 para T2, houve aumento significativo no desempenho escolar em G1 e G2. O *stress* diminuiu para todas as crianças, de T1 para T2, embora seja significativo apenas para G1. A percepção da qualidade de vida diminuiu, entre T1 e T2, para G1 e G2, sendo significativo apenas para G2. Não houve diferença significativa na avaliação dos alunos de G1 e G2, em T1 e T2, pelos professores.

Promoção de saúde e cidadania: a experiência do grupo de ação solitária com portadores de ler\dort.

Outro procedimento narrado por Netz e Amazarray (2006), relata a experiência do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre junto ao Grupo de Ação Solidária (GAS), constituído de bancários portadores de LER/DORT e outras doenças relacionadas ao trabalho. O Grupo de Ação Solidária do sindicato constituiu-se a partir de uma parceria com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da FRGS e o Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da PUCRS.

A metodologia de trabalho foi inspirada no modelo dos grupos operativos (PICHON-RIVIÈRE, 1998). Os assuntos abordados nas reuniões são determinados a partir de um “emergente grupal”, que pode ser uma tarefa solidária entre os membros do grupo (proporcionar apoio a um participante que se encontra em difícil situação, por exemplo) ou o encaminhamento de propostas coletivas (por exemplo, uma campanha de prevenção das LER/DORT nas agências bancárias). A partir do momento em que uma ‘situação problema’ é apresentada ao grupo, por um de seus participantes, promove-se a sua análise coletiva. Estimula-se que os membros do grupo, com base em suas experiências e vivências, sistematizem os seus conhecimentos, subsidiando a busca de soluções coletivas para os problemas apresentados e a proposição de ações de intervenção. Tal metodologia tem o objetivo de desenvolver a consciência crítica e os laços de solidariedade entre os participantes.

O resultado encontrado foi que as ações coletivas e a participação social promovida pelas inúmeras atividades nas quais o grupo se engajava são elementos que potencializam o resgate do bem-estar e da qualidade de vida desses trabalhadores. Além do papel terapêutico do grupo em propiciar aos seus membros uma consciência crítica e a possibilidade de apropriar-se de um conhecimento coletivamente construído. Assim o Grupo de Ação

Solidária direciona-se para a realização de três objetivos, concebidos como estando articulados entre si: informação e educação em direitos, exercício de cidadania e promoção de saúde.

A prática esportiva como uma atividade potencialmente promotora de resiliência.

No artigo, que retrata a prática esportiva como promotora de resiliência escrito por Sanches (2007), os participantes foram 11 adolescentes de uma instituição localizada em Campinas-SP, que ensina a prática do atletismo. O objetivo desta pesquisa foi investigar como a prática esportiva pode ser uma atividade potencialmente promotora de resiliência.

Foi utilizado um instrumento denominado Mapa dos Cinco Campos (Samuelson, Therlund & Ringstron, 1996), que avalia a rede de apoio social e afetivo, associado a uma entrevista semi-estruturada, com questões referentes aos dados sócio-econômicos dos participantes e à sua entrada e experiência no projeto de atletismo, assim como perguntas sobre a rotina dos adolescentes e sobre outros contextos de sua vida (escola, família, amigos, etc).

O Mapa é apresentado em uma folha de papel, contendo um círculo no centro. Esse círculo foi dividido em 5 "fatias", cada uma representando um aspecto a ser avaliado. O círculo no centro do instrumento também contém 5 círculos no seu interior, como um "tiro ao alvo". O participante posiciona a pessoa nesses círculos de acordo com a proximidade que a considera de si próprio. A ordem de preenchimento dos campos fica a critério do participante. No canto esquerdo do instrumento estão os símbolos que a criança irá utilizar para representar as pessoas que deseja colocar no seu Mapa. Os homens também eram simbolizados por triângulos preenchidos, as mulheres por círculos preenchidos, as crianças do sexo masculino por triângulos não preenchidos e as crianças do sexo feminino por círculos não preenchidos Porém sentiu-se necessidade de incluir mais um conjunto de símbolos: um triângulo não preenchido sobreposto por um traço em diagonal para representar os adolescentes do sexo masculino e um círculo não preenchido para simbolizar as adolescentes do sexo feminino.

A coleta de dados foi realizada com a pesquisadora sendo apresentada para alguns professores que eram responsáveis pelo treinamento de atletas entre 14 e 17 anos, faixa etária escolhida para o estudo, explicando sobre o que o trabalho se tratava e como seria feita a coleta de dados. Em seguida mostrou a eles o termo de consentimento que seria enviado para os pais assinarem autorizando a participação do atleta na pesquisa. Os professores juntaram os seus grupos de atletas e a pesquisadora foi passando de grupo em grupo, distribuindo os termos de consentimento para os atletas, lendo-o em voz alta para os adolescentes e solicitando que quem quisesse participar da pesquisa trouxesse o termo assinado ou pela mãe, ou pelo pai ou por um responsável, se possível dentro de 3 dias. A busca se iniciou com uma ordem aleatória para as entrevistas.

Os dados foram coletados na biblioteca da faculdade de Educação Física da PUCC, pois o projeto se encontra nesse local. A entrevistadora levava o atleta até a biblioteca e no caminho já ia iniciando um rapport, conhecendo o participante, conversando sobre o projeto. Ao chegar à biblioteca, a pesquisadora apresentava o Mapa dos Cinco Campos, explicando o instrumento de forma detalhada. Era dito ao participante que ele iria fazer "o mapa da sua vida", onde ele estava no centro e ao seu redor se encontravam as pessoas que de alguma forma influenciavam em sua vida, positiva ou negativamente, pessoas que eram importantes para ele, que ele gostava e também aquelas que ele não gostava, mas que faziam parte do seu cotidiano. A pesquisadora explicava para os adolescentes sobre o que cada campo do Mapa se referia e como ele deveria ser preenchido. Enquanto o adolescente preenchia o Mapa, a pesquisadora anotava as informações necessárias nas folhas de registros. Após o término do preenchimento do Mapa, a entrevistadora pedia a autorização dos participantes para gravar a entrevista e inicia a aplicação do próximo instrumento.

Os resultados apontaram que o campo referente ao projeto de atletismo foi o que obteve o maior número de pessoas citadas e o maior Fator de Proximidade. Identificou-se que a maioria dos participantes considera tanto o seu técnico quanto os colegas do projeto muito próximos de si. Os dados qualitativos destacaram muitas outras contribuições do projeto, como a maior aceitação do seu corpo, o aumento da auto-estima, da auto-confiança, motivação e da competência social, a atribuição de uma função social, aumento da responsabilidade, a ocupação do tempo ocioso, a mudança dos hábitos de vida e o estabelecimento de metas para suas vidas. Portanto os dados confirmaram que o projeto fortaleceu a rede de apoio social e afetivo dos adolescentes, além de promover muitos outros aspectos considerados essenciais para a promoção de resiliência.

Psicologia do esporte no desenvolvimento do papel profissional de atleta.

No texto de Markunas (2007), que trata o desenvolvimento do papel do atleta, que teve como objetivo conhecer o percurso da formação de atletas e o desenvolvimento do papel profissional, explicitando e discutindo possíveis contribuições da psicologia do esporte.

Foram sujeitos da investigação 34 jovens atletas do sexo feminino, de uma instituição particular de formação em basquetebol. As atletas foram divididas em três grupos, segundo suas respectivas categorias: grupo Mini (12 a 13 anos) n= 15, Infantil (15 anos) n= 12 e Juvenil (18 a 19 anos) n = 7, representando as categorias inicial, intermediária e final num processo de formação, de acordo com os critérios de divisão da Federação correspondente à modalidade esportiva praticada.

Foram tomados como metodologia de investigação os preceitos do Psicodrama preconizado por Moreno (1993), a partir da Teoria de Papéis, o desenvolvimento de um determinado papel passa por três momentos característicos, em que o indivíduo começa tomando o papel (Role Taking), a partir de ações predominantemente de imitação, passando pela fase em que experimenta o papel, jogando-o (Role Play) até chegar ao período em que é capaz de exercitá-lo com suas características próprias, criando seu próprio papel (Role Creating).

De acordo com os procedimentos, foi realizado um encontro com cada um dos grupos (Mini, Infantil e Juvenil), a fim de traçar o imaginário das jovens sobre o que é ser atleta e então analisar as diversas vivências em relação às fases de desenvolvimento e integração de papéis conforme as hipóteses teóricas. Em cada encontro as atletas deveriam responder inicialmente à questão: "Ser atleta é..." Em seguida, diferentes procedimentos psicodramáticos (Teatro Espontâneo e Sociodrama) foram realizados com cada grupo a fim de explicitar o imaginário coletivo. Todas as jovens deram consentimento para participação nesta pesquisa. Deste modo, cada grupo produziu expressões-tema sobre o questionamento "ser atleta é..." e em seguida estas idéias foram agrupadas e dirigidas, gerando ao final cenas dramáticas, vivências e reflexões coletivas gerando um conteúdo relativo a como cada grupo etário compreende a questão levantada.

A partir da análise dos conteúdos produzidos foi possível apontar as características específicas de cada grupo investigado. Nas expressões apresentadas pelo grupo Mini (12-13 anos) está presente o sonho, o gosto pela prática, associados com características relativas aos benefícios 'externos' do esporte. Assim como, o distanciamento ainda existente entre a vivência destas meninas e a vida de atleta profissional, em particular no que diz respeito às limitações, às dificuldades como distância da família etc. Neste grupo inicial também apareceu à figura do ídolo, o modelo a ser seguido, copiado, que corresponde à etapa do Role Taking (Tomada do Papel), que prescindem da imitação na construção.

Sobre a análise das expressões finais do grupo Infantil (15 anos), é importante destacar a riqueza possibilitada pelo método utilizado, o Teatro Espontâneo, no qual as atletas construíram personagens a fim de concretizar o 'ser atleta', revelando características marcantes para esta etapa, explicitado pela construção dos personagens como o Robô por ser diferente e não ter sentimentos. Destas descrições foi evidenciado o Ser atleta para este grupo corresponde ao ser diferente, precoce – dar frutos antes da hora, não poder expressar seus sentimentos livremente e ter que saber se controlar ou mesmo não saber o que fazer, mas ter que corresponder às expectativas. Estes personagens podem auxiliar na justificativa do uso do psicodrama como facilitador do desenvolvimento do papel profissional de atleta na medida em que atua explicitando a necessidade de mudanças no comportamento individual em relação às necessidades e situações emergentes que o papel profissional exige ao longo do tempo.

O grupo (juvenil) trouxe como expressões-tema os Prazeres e Vantagens em ser atleta, evidências das restrições e desvantagens desta vivência profissional, questionando as dificuldades em ter uma vida 'normal' paralela ao mundo esportivo, podendo estudar etc. O grupo produziu uma cena de uma atleta batendo em um obstáculo (uma parede), sem saber como sair do lugar, o que em análise conjunta denotou a dificuldade em lidar com os conflitos centrais vividos por aquele grupo: "ser ou não atleta ?".

Enquanto no Mini as expressões manifestam características coletivas, como o ser campeão, que é inevitavelmente realizado em grupo, no Juvenil tem presentes os dramas individuais, como o conflito entre estudar ou não, seguir ou não a carreira. No grupo Infantil (intermediário) começam a surgir os conflitos entre o trabalho coletivo e as exigências individuais, pois as meninas que até então privilegiavam a prática lúdica e o prazer de estar em grupo de amigas, começam a se dar conta que apenas algumas delas seguirão no caminho competitivo e exigente da profissionalização, a diferenciação entre o que pode e o que não pode ser feito, o que conduzirá umas ou outras à profissionalização passa a ser evidenciado.

O que se percebe pelos estudos empíricos apresentados é que as opções de procedimentos podem ter muitas variações, mas todas vão ao encontro da busca do pesquisador científico em encontrar o melhor método que se adéqüe a situação e as pessoas envolvidas, como esclarece Chizzotti:

> "A pesquisa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação. O pesquisador deverá, porém, expor e validar os meios e técnicas adotadas, demonstrando a cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos" (CHIZZOTTI, 2000, p. 85).

Não esquecendo, que para realizar uma pesquisa, de início, é necessário fazer uma contextualização histórica para uma melhor compreensão do ambiente estudado.

Resumo da história da psicologia do esporte

A trajetória histórica da psicologia do exercício e do esporte pode ser sintetizada em seis períodos, conforme Weinberg e Gould (2008):

a) Os primeiros anos (1895-1920) – o psicólogo Norman Triplett (1861-1931) foi o precursor da psicologia do esporte na América do Norte. Em 1897, ele investigou em que ocasião os ciclistas pedalavam mais rápido, se acompanhados ou sozinhos;
b) A era Griffith (1921-1938) – Coleman Griffith (1893-1966) é considerado o pai da psicologia do esporte nos Estados Unidos. Ele desenvolveu o primeiro laboratório desse ramo da psicologia e publicou dois livros clássicos: "Psychology of Coaching" (1926), no qual discutiu os problemas levantados pelos métodos de treinamento da época, e "Psychology of Athletics" (1928);
c) Preparação para o futuro (1939-1965) – no Brasil, a psicologia do esporte teve início na década de 1950, quando o psicólogo João Carvalhaes programou uma unidade de seleção de candidatos, de natureza psicotécnica, na Escola de Árbitros da Federação Paulista de Futebol (FPF). Após esse trabalho, Carvalhaes iniciou o acompanhamento psicológico dos jogadores do São Paulo Futebol Clube (COSTA, 2006). No plano mundial, o primeiro Congresso Internacional de Psicologia do Esporte foi realizado em Roma, na Itália, em 1965;
d) O estabelecimento da psicologia do esporte como disciplina acadêmica (1966- 1977) – com o estabelecimento do curso superior de educação física, a psicologia do esporte passou a ser considerada uma disciplina desse curso, separando-se da disciplina de aprendizagem motora. Nessa época, surgiram as consultorias de psicólogos direcionadas a atletas e a equipes. Nos Estados Unidos, foram estabelecidas as primeiras sociedades científicas da área;
e) Ciência e prática multidisciplinar na psicologia do exercício e do esporte (1978-2000) – a psicologia do exercício ganhou espaço. Nesse período, houve um aumento do número de eventos e de publicações científicas na área, que passou a contar com mais estudantes e profissionais. As pesquisas e as intervenções começaram a apresentar um viés multidisciplinar, à medida que os estudantes realizavam mais trabalhos de curso relacionados a aconselhamento e psicologia;
f) Psicologia do exercício e do esporte contemporânea (2000 até o presente) – no Brasil, psicólogos passaram a integrar equipes olímpicas e paraolímpicas. No nível mundial, observou-se um aumento da importância conferida às pesquisas em psicologia do exercício e do esporte, em virtude dos benefícios que o esporte traz à saúde e à qualidade de vida.

Considerações parciais

No decorre da preparação do projeto e nas explorações investigativas foi constatado que a psicologia do esporte encontra-se em duas dimensões, como afirma Silva (2007), os das elites que formam atletas e os comunitários que estão engajados em projetos sociais e educacionais. Entre eles estão os pesquisadores com o compromisso de demonstrar a realidade em que se encontra a profissão.

Além disso, falta muito a ser feito e estudado sobre o assunto e não se tem muito material a respeito, pois há pouco incentivo a pesquisa neste campo, principalmente neste país, como afirma Epiphanio (1999, p. 70-73) "No entanto, quando falamos da realidade brasileira, nos deparamos com uma negligência em termos de formação profissional para esta atuação e no campo de pesquisa".

Percebe-se pela história da psicologia do esporte que ela está muito atrelada ao do exercício e com isso outros profissionais como: educador físico ou fisioterapeutas, por exemplo, se apoderam de contextos que pertencem a área da psicologia, como afirma Epiphanio (1999, p. 70-73) "outros profissionais atuando como psicólogos do esporte, que não possuem a sensibilidade aos processos psíquicos, que apenas a formação em Psicologia garante".

No Brasil, demorou a conscientização da necessidade deste profissional no âmbito esportivo e isso reflete até na grade curricular dos cursos de psicologia, como aparece na analise de Epiphanio (1999, p. 70-73) "No Brasil, ao contrário do que acontece no mundo, a Psicologia do Esporte não faz parte do currículo básico da grande maioria das Universidades".

Com relação às pesquisas encontradas, todas tiveram resultados positivos, para os benefícios trazidos pelo contexto esportivo, seja no ambiente da saúde, da educação, do social e que em comum envolveram o esporte visto pelo olhar da psicologia.

Enfim, a partir deste panorama, fica claro que o víeis da psicologia do esporte que utiliza a profissão como ferramenta para construção da cidadania promovendo o desenvolvimento social e que foi escolhido para a realização da Pesquisa de Mestrado foi à área de projetos sociais.

Referências bibliográficas

BUENO, Mariana, MAZON, Erika e CHAVES, Svendla. Conquistas e desafios da Psicologia do Esporte. **Revista Pis (CRP).** São Paulo: nº 178, março/abril/maio, 2014.

CHIZZOTTI, A**. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000, pg. 85.

COSTA, H. Resgatando a memória dos pioneiros: João Carvalhaes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 15-22, 2006.

COZAC, João Ricardo L. **Psicologia do esporte:** atleta e ser humano em ação. São Paulo: GEN, 2013.

Delors, J. (Ed.). Educação: Um tesouro a descobrir: **Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** São Paulo: Cortez/Brasília - MEC/Unesco, 1998.

EPIPHANIO, Erika Höfling. Psicologia do esporte: apropriando a desapropriação.**Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 19, n. 3, p. 70-73, 1999 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000300008&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 18 jun. 2014.

FREIRE, Paulo**. Política e Educação.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed.rev. ampl. São Paulo: Atlas 2001.

MACHADO, Paula Xavier et al. O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil. Psicologia **Escolar e Educacional**, v. 11, n. 1, p. 51-62, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a06.pdf>. Acessado em: 24 de junho de 2014.

MARKUNAS, Marisa. Psicologia do esporte no desenvolvimento do papel profissional de atleta. **Rev. bras. psicol. esporte**, São Paulo , v. 1, n. 1, dez. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-91452007000100011&lng=pt&nrm=iso . Acessos em 18 jun. 2014.

MILES, M. B. e HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis**: an expanded sourcebook (2nd ed.). Thousand Oaks: SAGE, 1994.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Oppositionor Complementarity?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993. Dispinível em: < HTTP: www.scielosp.org/.>. Acessado em julho de 2014.

MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F., NETO, O. C., & GOMES, R. **Pesquisa social**. Petrópolis – RJ:Vozes, 2002.

MORENO, J. L. **Psicoterapia de grupo e Psicodrama**. Campinas: Psy, 1993.

NETZ, Jacéia Aguilar e AMAZARRAY, Mayte Raya. Promoção de saúde e cidadania: a experiência do grupo de ação solidária com portadores de ler/dort. **Boletim da Saúde.** Vol. 20: nº 1, Porto Alegre: Jan./Jun.2006. Disponível em: www.esp.rs.gov.br/img2/v20n1_12PromSaude.pdf. Acessado em: 21 de junho de 2014.

PAPALIA, D. E., OLDS, S. W. e FELDMAN, R. D.**Desenvolvimento Humano**, tradução: Daniel Bueno, 8ª. Ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2006.

PEREIRA, R. ; OSBORNE, R. ; PEREIRA, A. ; CABRAL, S. I. A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant—Brasil. **Motricidade**, April-June, 2013, Vol.9(2), p.94(12). Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/2671>. Acessado em: 03 de junho de 2014. ISSN: 1646-107X.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RUBIO, Kátia. O trajeto da Psicologia do Esporte e a formação de um campo profissional. In.: K. Rubio (org.) **Psicologia do Esporte:** interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SAMUELSON, M., THERLUND, G. & RINGSTRÖN, J. **Using the five field map to describe the social network of children:** A methodological study. International Journal of Behavioral Development, 19, 327-345, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Schilling, J. On the Pragamatics of Qualitative Assessment. Designing the Process of Content Analysis. **European Journal of Psychological Assessment,** 2006. 22(1), 28-37.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. Taubaté, SP: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, v8, n2, p.344-369, maio-ago/2012. Disponível em: www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679 >. Acessado em abril de 2014.

VIEIRA, Lenamar Fiorese, a et al. Psicologia do Esporte: uma área emergente da Psicologia. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 2, p. 391-399, abr./jun. 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n2/a18v15n2>. Acessado em:03 de junho de 2014.

WEINBERG, R.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício.** 4. ed. Porto 36 Alegre: Artmed, 2008.

A região sul no Brasil-Colônia e os colégios menores da Companhia de Jesus

Diferente da região sul atual, no Brasil-Colônia, a mesma era composta pelo Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Missão dos Patos, Rio Grande do Sul, Rio da Prata e os Sete Povos das Missões. Com exceção do Rio de Janeiro, que dispunha de amplo colégio, a exemplo do Espírito Santo, a Casa de Santiago, existente desde 1551, era formada apenas pelas primeiras letras (alfabetização) e por aulas de latim, sendo que dependia financeiramente do Colégio do Rio de Janeiro, na qualidade de colégio maior e que contemplava todos os graus de ensino da época. Situado em Vitória, o mencionado colégio enfrentou o problema referente às incursões holandesas, entre 1625 e 1640 e, para tanto, encerrou temporariamente as atividades de ensino. Neste ínterim, os holandeses ocuparam as dependências do mesmo e conseguiram interromper toda a qualquer iniciativa da Companhia de Jesus, em se tratando das atividades de ensino. Assim sendo, tal temática pretende explorar, como tema fundante, os embates entre Reforma e Contra-Reforma na região sul do Brasil, partindo do estudo detalhado dos fatos ocorridos com os colégios desta região, nesta época. Para tanto, a pesquisa fundamentou-se em Mário Alighiero Manacorda e Agnes Heller, a fim de caracterizar o cotidiano vivenciado pelos colégios, a partir da problemática em questão. Para a metodologia, foram pesquisados todos os registros de Serafim Leite, como historiador precípuo da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia, bem como estudos de contextualização.

134-2456

Rachel Silveira Wrege
UNESP - FCT
rachelsw72@terra.com.br

A região Sul tinha como sede no Brasil-Colônia o Rio de Janeiro, sendo que também comportava o Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Missão dos Patos, Rio Grande do Sul, Rio da Prata e os Sete Povos das Missões (SERAFIM LEITE, tomo X, p. 289-294).

Na capitania do Espírito Santo um seminário existiu desde 1551, chamado de Casa de Santiago, onde os jesuítas davam aulas de primeiras letras (alfabetização) e de latim. Como os alunos deste curso de latim eram poucos, as aulas eram praticamente particulares. Por volta de 1647, devido ao desenvolvimento econômico de Vitória e à boa situação financeira do então seminário, o reitor do Colégio do Rio de Janeiro, na qualidade de representante da região Sul, formalizou uma solicitação ao padre geral de Roma a fim de que tal instituição de ensino se transformasse em colégio, fato que ocorreu em 1654. O curso elementar se manteve, bem como o de latim, com o diferencial de que os estudantes se organizaram sob a forma que ficou conhecida na época como “congregação”, ou seja, se reuniam para fins religiosos, atividades de lazer e para discutir questões relativas à qualidade do ensino (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 133-135).

Nas férias escolares, os alunos jesuítas do Colégio de Santiago faziam estágio nos aldeamentos indígenas, situados proximamente. Por volta de 1742, um fato inusitado ocorreu entre os estudantes e os índios. Por conta de desacordos entre as partes, os alunos ficaram sem o estágio, assim como os índios foram transferidos para outros aldeamentos mais distantes. Serafim Leite como historiador dos jesuítas no Brasil interpretou tal ocorrido como “comportamento selvagem” da parte dos índios. Sendo assim, depreende-se que o referido conflito se deu porque os alunos jesuítas, sendo educados nas dependências apenas internas de um colégio, ao entrarem em contato com os aldeamentos, viam que não dispunham de preparo, visto que o currículo seguia as normas do “Ratio Studiorum”, além do que os índios não eram facilmente doutrinados (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 143-149, 160-161, 178).

A manutenção do Colégio de Santiago se dava por meio de pessoas ricas que possuíam terras e que doavam parte delas para os jesuítas. Por conseguinte, esta instituição de ensino se mantinha através de três fazendas que foram produtoras de açúcar, frutas, legumes, farinha, além de uma olaria:

> A evolução económica da terra veio a aconselhar a concentração de todas as fazendas em três grupos, cada qual com a sua actividade especializada: criação de gado (Muribeca); engenho de açúcar (Araçatiba); fábrica de farinha (Itapoca) (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 152).

Referente ao Colégio de São Paulo, o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, o padre Serafim Leite, se alonga e se aprofunda de forma mais significativa do que o Colégio de Santiago. Para tanto, este colégio passou a existir desde 1554, sendo que anteriormente existiu um colégio em São Vicente, que foi o mesmo que vigorou em São Paulo. No seu início, o colégio de São Paulo se caracterizava com casa de ensino, ou seja, não separava índios de colonos e tinha como ensino as primeiras letras e doutrina cristã, conforme recomendações do padre Nóbrega. Ao figurar como “Casa de São Paulo” ou “Casa de Santo Inácio”, a escolaridade em Piratininga não foi contínua, pois em

1585, por causa de problemas financeiros e, principalmente, em consequência da incursão inglesa, os padres deixaram o local e fecharam temporariamente o colégio, sendo que retornaram as atividades em 1600. A ideia dos padres de fechar o colégio e a de deixar a Vila de São Paulo foi pensada pelos jesuítas em 1682 por conta de sérios conflitos entre colonos e índios no tocante à posse de terras. Porém, o colégio não foi fechado, pois os jesuítas atuaram como "conciliadores" no conflito, sempre procurando amenizá-lo (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 304-323, 394-398).

No fim do XVII, São Paulo de Piratininga possuiu ensino de primeiras letras e o curso de latim, sendo este estudado a partir de filósofos, como Cícero, Virgílio e Ovídio. O alunado era composto por externos, isto é, por aqueles que não se destinavam ao sacerdócio e, em menor número havia internos, tendo a seguinte característica:

> ...e com modéstia e regularidade devida, usavam de máscara para melhor disfarçarem a galantaria dos bandos, danças e entremeses e alardes, em que por muitos dias antecedentes ao da Festa das Santas Virgens costumavam andar pelas ruas.
> Outras festas celebravam os Estudantes desde a "Procissão das Rosas" até às grandes festas das beatificações e canonizações como a de Santo Inácio e S. Francisco Xavier. Esta celebrou-se em Santos e em Piratininga com tal grandeza que até o governador, em fogo prêso e de artifício, "gastou tanta pólvora que mal se pode acreditar" (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 403).

A fala de Antônio Vieira referendava a peculiaridade inicial da Casa de São Paulo, ao afirmar, como dirigente geral da Companhia de Jesus na Colônia, que ela propunha unir índios e filhos de colonos, uma vez que não se caracterizava como colégio maior, quer dizer, não possuiu, a princípio, os cursos superiores de Filosofia e Teologia. Entretanto, esta união inexistia no curso de latim, dado o fato de que os índios não faziam este curso e, sim apenas os filhos de colonos e também por causa dos conflitos anteriormente mencionados (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 399-404).

Ao não sofrer mais interrupções, o Colégio de Santo Inácio ou de São Paulo, ampliou-se com a abertura dos cursos superiores de Filosofia e Teologia na primeira metade do século XVIII, para alunos internos e externos, e abrangia moradores do local, assim como de Santos. Tal curso formou padres jesuítas, contudo, teve relevância ao preparar alunos externos para serem líderes de capitanias, bandeirantes junto às minas e filhos de colonos da elite paulista (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 400-413)

Quanto ao alcance do referido colégio fora de seus arredores, os jesuítas pertencentes a ele, realizavam um trabalho de catequese sobre os índios, bem como os admitiam para trabalhar nas terras da mesma instituição de ensino, sendo que, para tanto, recebiam o que se conhecia como estipêndio, que se traduzia no pagamento diário aos índios, sob a forma de alimentos e roupas. Na realidade, este trabalho não se diferenciava do trabalho do escravo negro, que juntava os mesmos esforços nas fazendas da Companhia de Jesus. A liberdade indígena era apenas defendida em tese por parte dos padres jesuítas, a fim de se defenderem de acusações provenientes dos colonos (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 348-369, 402-414).

Acrescem-se às fazendas do Colégio de São Paulo, que o mesmo tinha pequenos lotes arrendados como aluguel para pequenos produtores. No caso de Cubatão, os jesuítas faziam outro uso do local:

> Merece atenção particular a Fazenda que os Jesuítas possuíam na raiz da **Serra de Cubatão**, que veio a ter importância por ser pôrto e passagem entre a terra firme e a Ilha e pôrto de Santos. Tendo-se incorporado à Coroa tôdas as "passagens", ventilou na segunda década do século XVIII a situação desta. Os Jesuítas traziam-na arrendada. Verificou que eles não arrendavam a "passagem", mas "só a sua Fazenda, em que está o pôrto de Cubatão, aonde se embarcam as pessoas que dela vêm para a Vila". E não se tratava de cobrar direitos de passagem, mas de serviços prestados, em canoa e remadores...
> Nas informações económicas do Colégio de S. Paulo menciona-se sempre, o "arrendamento do porto de Cubatão", cujo rédito em 1694 era de 120 e em 1757 de 400 escudos romanos, conta redonda (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 365-366).

No mais, do ponto de vista político, tal ordem religiosa detinha certo poder, devido ao fato do seu reitor (diretor) ter conseguido do rei de Portugal, licença para a Vila de São Paulo ser transformada em cidade. Outra demonstração das estritas relações dos jesuítas com a política de terras foi a posse de uma fazenda em Araçariguama. Um dos padres era filho do capitão local e, assim sendo, doou-a para a Companhia de Jesus, desde que a sua capela

fosse enfeitada toda em ouro, com o intuito de simbolizar o poder político local no interior da mesma. Como em outras fazendas, nesta havia o cultivo de milho, feijão, trigo, amendoim, marmelo, algodão, vinho, aguardente de cana, açúcar e arroz, para fins da própria subsistência do colégio e da comercialização destes produtos (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 370-371).

Na região do Paranapanema, os jesuítas se empenharam com a criação de gados, porém, não obtiveram os resultados almejados, por conta da escassez de escravos negros que ali pudessem trabalhar. Já em Botucatu e em Guaru, terras foram ganhas de pessoas particulares que desejavam certo destaque. Devido à existência de trabalho negro escravo, o mesmo tipo de criação de gados foi bem sucedido, tendo como finalidade o emprego das verbas ali adquiridas, para o sustento do mesmo colégio e da igreja, anexa a ele (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 372-374).

Em Pacaembu, local bem próximo de São Paulo, além do aluguel de terras, foi lá que os jesuítas possuíram a maior fazenda relativa ao colégio, se comparada com as outras propriedades. Esta fazenda, chamada de Santa Ana, tinha 140 escravos trabalhando no plantio de mandioca, legumes e frutas, que também cuidavam de bovinos. Os escravos negros residiam na fazenda em moradias separadas das dos padres. Não bastando tal trabalho, havia ali carpintaria, ferraria, depósito e instrumental relacionado ao cultivo da terra e demais, como: arados, carroças, roda d'água, pilões e fornos. Em Itu, os jesuítas do mesmo colégio, ao supervisionar algumas terras para a criação também de gado, aproveitaram para doutrinar os índios que trabalhavam para eles, o que os motivou a tentar fundar uma casa de ensino, que pudesse oferecer aulas de primeiras letras e latim. Porém, este plano apenas se manteve como objetivo e não veio a se efetivar porque colonos ricos morreram antes de viabilizá-lo (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 375-380).

Ao ficar onerosa a manutenção dos filhos no Colégio de São Paulo, uma casa de ensino em Paranaguá foi criada por volta de 1708, onde eram ministradas aulas de primeiras letras somente para filhos de colonos e por causa da precariedade financeira dos padres jesuítas no local, os colonos, que tinham seus filhos estudando na casa de ensino, os sustentavam. Isto se deu mediante a doação de um sítio para os padres, onde escravos eram mantidos, da mesma forma, pelos colonos. Quanto à sua mudança para estatuto de colégio, houve problemas. Um confronto se deu entre os moradores que queriam um colégio e o ouvidor político local, que tinha a função de avaliar as condições dos bens pertencentes à Companhia de Jesus em Paranaguá, ou seja, se os padres podiam ou não se sustentar por conta própria. Desse modo, como o mesmo era contrário ao estabelecimento de um colégio no local, ele efetuou a troca das terras dos padres por outras, impróprias para cultivo, na tentativa de colocar empecilhos. Foi assim que em 1723 os moradores recorreram à Câmara de Vereadores, que por sua vez solicitou providências ao padre geral da Companhia de Jesus no Brasil e ao padre geral de Roma. O ouvidor entendia que os jesuítas precisavam se dedicar integralmente ao processo de catequese junto aos índios e, não cabia a eles atividade de ensinar pelo fato do Brasil ser Colônia. Ele acreditava que a existência de escola, impedia e comprometia o processo de colonização. Em meio às referidas inter-relações políticas e as devidas negociações, a Casa de Paranaguá permaneceu ensinando primeiras letras e latim, e os jesuítas dividiam tal atividade com a catequese, de acordo com os quesitos do ouvidor local, sendo que colégio nunca veio a existir (SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 446-460).

Na Vila do Desterro, em Santa Catarina, alguns jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro se estabeleceram lá a partir de 1748, onde ensinaram para filhos de colonos as primeiras letras e doutrina cristã para índios. No entanto, o ensino deu-se somente desta forma, não havendo prosseguimento em termos de nível de ensino, apesar da Casa do Desterro ser tida como colégio depois de 1751(SERAFIM LEITE, tomo VI, p. 468-471).

No que tange ao Rio Grande de São Pedro, assim como no Desterro, os padres do Rio de Janeiro iniciaram um trabalho no Rio da Prata em 1635, sendo também conhecido como Colônia do Sacramento. Por mandado do rei de Portugal, com o custeio da capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas portugueses ficaram de assegurar a colonização portuguesa da região, então ameaçada por espanhóis. Havendo a presença de padres jesuítas espanhóis, bem como a de portugueses, mesmo sendo ambos da mesma ordem religiosa, a defesa do território colonial português predominou, de tal maneira que os aspectos políticos, no caso, foram preponderantes em relação aos religiosos. Por isso, a catequese ao se vincular ao propósito colonizador, não ensejou o desenvolvimento de um ensino de maior fôlego no local. Uma casa de ensino de fato existiu no Rio da Prata desde 1680, só que ela se restringiu a depender do Colégio do Rio de Janeiro e a ensinar as primeiras letras. Os conflitos pela tomada do local por parte dos espanhóis foi inevitável, tanto é que esta casa de ensino foi incendiada por eles em 1704, o que tornou inviável a sua permanência até 1717, quando o conflito cessou temporariamente e os portugueses voltaram a possuir a localidade, retornando para o mesmo problema em 1736. Dadas as suas características colonizadoras e de descontinuidade, a casa de ensino não obteve maior desenvoltura, pois a prioridade incidia sobre a catequese e forte inferência colonizadora. Como em 1750, a Colônia do Sacramento passou para o domínio espanhol, pode-se evidenciar que o ensino jesuítico no local encerrou suas atividades, ao menos do lado português (SERAFIM LEITE, tomo VI, 533-554).

A partir dos estudos realizados acerca das escolas menores da região Sul no Brasil-Colônia, a leitura sistemática da obra do padre jesuíta Serafim Leite tornou-se imprescindível. Pode-se dizer que ele escreveu extensa obra sobre a temática abordada, configurando-se como fundamental os 10 tomos que compõem a "História da Companhia de Jesus no Brasil", editados nas décadas de 1930 e 1940, tanto no Brasil, como em Portugal. Por conter informações significativas referentes à história das escolas jesuíticas no Brasil-Colônia, é que me propus a desenvolver

um estudo sobre as escolas menores da região Sul, ao considerar que o Colégio do Rio de Janeiro já foi objeto de outros estudos, como colégio maior.

Por conseguinte, através do levantamento das características das escolas menores da determinada região da Colônia, cabe salientar que as mesmas eram marcantemente destinadas a alfabetizar filhos de colonos e em alguns casos a ensinar latim, estando na sua maior parte, dependentes do Colégio do Rio de Janeiro. Quanto às especificidades das mesmas, neste texto tive o fim de abordá-las de modo detalhado, com a intenção de deixar em aberto que o leitor avente suas próprias considerações.

REFERÊNCIA

SERAFIM LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa e Rio de Janeiro: Liv. Portugália e Civ. Brasileira, 1938-1949.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES DE MATTOS, Luiz. **Primórdios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BAÊTA NEVES, Luís Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na Terra dos papagaios.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva e Edusp, 1978.

_____. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1985.

CUNHA, Luís Antônio. **A universidade temporã.** Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1980.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. O colégio dos jesuítas de São Paulo: que não era colégio nem se chamava São Paulo. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-USP,** 39 (1996): 169-180.

FERREIRA, Tito Lívio. **História da educação lusobrasileira.** São Paulo: Saraiva, 1966.

LINS, Ana Maria Moura. **A burguesia sem disfarce:** a defesa da ignorância versus as lições do capital. Campinas: FE/Unicamp, 1992.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

A tecnologia como aliada no ensino de História e a sua adesão nas escolas de educação básica

Esta pesquisa procurou apreender a utilização das tecnologias de informação e comunicação na rede pública de ensino básico do estado de São Paulo, mais especificamente em relação ao ensino de História. Procedeu-se a uma contextualização histórica da defesa do uso dessas tecnologias nas instituições de ensino. Pesquisadores das diferentes áreas da educação (LÉVY, 1997; DOWBOR et. al. 2001; KENSKI, 2007; entre outros) têm apontado, ao abordar o uso das tecnologias, para a necessidade de uma maior capacidade de articulação da escola com a realidade cotidiana dos estudantes. No ensino de História, especialistas, são praticamente unânimes em apontar diversos recursos das tecnologias de informação e comunicação capazes de potencializar o ensino da disciplina. Nessa área destacam-se aqui os estudos e proposições de Bittencourt (2011), Fonseca (2007) e Karnal (2012). O levantamento dos dados qualitativos sobre a utilização desses recursos teve como recorte a cidade de Franca e contou com a participação dos alunos do quarto ano do curso de História da Unesp-Franca. Apreende-se da análise dos dados à luz da discussão teórica sobre o tema que, apesar da extensa bibliografia comprobatória das vantagens da utilização dos recursos tecnológicos para o ensino de História nas aulas de educação básica e, ainda da forte defesa em relação ao uso desses recursos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; a realidade prática das instituições de ensino ainda encontra-se enraizada em um processo educativo que se restringe, essencialmente, a figura do professor e ao livro didático, ou aos cadernos de aprendizagem fornecidos pelo Estado. Essa realidade apresenta como causas mais explícitas a estrutura material, ainda precária em muitas escolas e, mais fundamentalmente, a conservação da resistência de grande parte dos docentes em adotar os recursos tecnológicos como estratégia sistemática para o ensino de História.

019-2336

Hilda Maria Gonçalves da Silva
Universidade Estadual Paulista - FCHS-Franca
hilda_gs@yahoo.com.br

Raquel de Oliveira Arruda
UNESP Universidade Estadual Paulista"Júlio Mesquita Filho"
raqueloarruda@gmail.com

Almir Mantovani
Universidade Estadual Paulista - FCHS-Franca
almir@facef.br

Célia Maria David
Universidade Estadual Paulista
cmdavid@franca.unesp.br

Introdução

O acelerado processo de globalização ocorrido nas últimas décadas, promovido, fundamentalmente, pelo avanço tecnológico, pelo desenvolvimento da microeletrônica e dos sistemas de telecomunicação, trouxe como uma de suas consequências a intensificação das relações sociais em níveis mundiais jamais imaginados anteriormente. (GUIDDENS, 1991)

Esse processo deslocou as barreiras espaciais de acesso à informação e à comunicação, tendo como resultado a redução do espaço/tempo e a ampliação da velocidade de sua circulação de tal ordem que esse fenômeno ficou conhecido como “encolhimento do mundo” (HARVEY, 1992).

Essa nova dinâmica de acesso, de relação com a informação e de modo mais complexo com o conhecimento na sociedade atual levou alguns estudiosos do tema a afirmarem que estamos diante da “sociedade do conhecimento”. Cardoso ao tratar desse advento, faz os seguintes apontamentos:

> A aplicação do conhecimento científico a situações empíricas redundou no rápido desenvolvimento de tecnologias, complexificando cada vez mais os processos produtivos de bens e serviços, em uma dinâmica auto-alimentadora, na qual cada mudança tecnológica engendra necessidades e imperativos que são, por sua vez, detonadores de outras soluções e produtos, indefinidamente. Chegamos então a chamada “sociedade do conhecimento”, termo significante de uma situação social, sobre a qual pode ser feita a analogia com a acumulação de capital financeiro necessária ao desenvolvimento da

> industrialização: assim como o acúmulo de dinheiro permitiu o investimento em fábricas e maquinarias, na fase atual o recurso produtivo mais importante passa a ser o conhecimento estocado; seu acúmulo permite o avanço tecnológico, a flexibilização da produção e a segmentação do consumo (1996, p.66).

Desse modo, investir em educação tornou-se condição *sine qua non* para os países que lograssem alcançar a competitividade econômica internacional e a redução das desigualdades sociais. E mais ainda era necessário investir em uma educação que inserisse o Brasil nessa perspectiva da "sociedade do conhecimento", ou seja, na dinâmica complexa que envolvia toda a transformação trazida pelo anuncio da era digital.

Nesse contexto, o Brasil se encontrava numa situação bastante desfavorável, uma vez que o índice médio de escolarização da população não alcançava cinco anos na década de 1980 e o analfabetismo ultrapassava a marca dos 30% da população.

Esse contexto histórico coincide ainda no Brasil com o processo de redemocratização do país, marcado pela promulgação da Constituição de 1988 que ficou conhecida como Constituição "Cidadã", pois trouxe em seu bojo diversos avanços em relação aos direitos sociais e humanos.

Em relação ao direito à educação, inserido no âmbito mais amplo dos direitos sociais na Carta Magna, ao menos três aspectos merecem destaque:

- a educação nos diversos níveis foi reconhecida como responsabilidade do Estado e da família;
- o caráter de gratuidade da educação pública nos diversos níveis;
- a preocupação em conferir um padrão de qualidade à educação, mesmo este não estando muito claro.

Passados mais de vinte anos da promulgação da Constituição brasileira, alguns direitos à educação, por ela proclamados ainda não foram totalmente concretizados. Um exemplo disto é a média de escolarização da população que, embora tenha crescido significativamente alcançando 7,3 anos entre os maiores de 24 anos, não chegou aos oito anos declarados pela Carta Magna.

Ademais, o acesso à informação e ao conhecimento, hoje, está extremamente relacionado ao acesso às novas tecnologias, desse modo, "mecanismos que filtram ou restringem o acesso à informação" se configuram como "uma violação do direito universal" de comunicação e de acesso à educação. "Por esse motivo, se faz necessário estabelecer políticas públicas que possam garantir ao cidadão a possibilidade de acesso ao mundo digital de forma legítima e justa" (BURUNI, 2013). Esse acesso inclui, além do recurso material, saber apropriar-se desse mundo digital, o que remete, mais uma vez, à educação. Débora Buruni Ufscar. Para ficar somente no acesso material, os domicílios brasileiros que possuem computadores, hoje, não chegam a 50%, os dados do IBGE de 2013, mostram, ainda, que 53% da população não tem qualquer tipo de acesso à internet.

Assim, a concretização do artigo 205 da nossa Carta Magna, "educação, **direito de todos** [...], **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho" ainda está longe de se tornar uma realidade. Muitos são os aspectos que concorrem para essa concretização. No âmbito das políticas educacionais, como afirma Palma Filho (2010, online):

> Para que a intenção do legislador se torne realidade é necessário que os responsáveis pela condução da política educacional em âmbito nacional, estadual e municipal criem condições para o efetivo cumprimento do que dispõe a Constituição Federal, a LDB e o Plano Nacional de Educação.

Importante, nesse ponto, insistir que para além dos aspectos mais gerais as mudanças promovidas pelo avanço tecnológico descritos nas linhas acima, trazem consigo a questão mais específica da significativa transformação sobrevinda na dinâmica que envolve a busca e a construção do conhecimento. Ora, essa transformação impacta diretamente nas questões pedagógicas que envolvem a formação dos sujeitos. As tecnologias hoje são ferramentas importantes na vida dos sujeitos, de tal sorte que conforme viemos balizando, a exclusão digital tem forte impacto na inserção social.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível o uso das tecnologias de comunicação e informação nas escolas públicas de educação básica, quando se busca atender a "algum" padrão de qualidade. Lévy (1993) ao declarar a existência de três categorias de conhecimento, a saber: a oral, a escrita e a digital; demonstra que, na sociedade atual, a ausência de uma dessas categorias restringe a inserção social do individuo e o seu acesso à cidadania. Isso porque essas três formas de apropriação do conhecimento apresentam particularidades no que diz respeito à complexidade das ações, às formas de pensar e de representar a realidade enfim ao acesso aos meios de inserção social.

As categorias escrita e digital, surgidas em tempos diferentes, promoveram mudanças determinantes na constituição das sociedades. Objeto desta pesquisa, a categoria digital, a mais recente, surgida do aperfeiçoamento tecnológico promoveu alterações decisivas no espaço/tempo, isto é, "transformou o modo como nós dispomos, compreendemos e representamos o tempo e o espaço em nossas relações cotidianas" (KENSKI, 2003, p. 31).

Não se pode ignorar a relevância das alterações trazidas pelas Tics, quando se trata de conferir qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. Para além do uso puro e simples de novos equipamentos, o conhecimento digital, ao qual se refere Lévy (1993), promoveu novas formas de construção e de apropriação do conhecimento, surgindo daí uma outra (uma nova variação do) forma de organizar o conhecimento, a qual reivindica uma adequação do processo de ensino-aprendizagem.

A concretização do uso das Tics na educação básica começa pela necessidade da construção de uma estrutura que garanta de fato o acesso a essas ferramentas. Ou seja, é imprescindível equipar as escolas com computadores, acesso à internet e sistemas de redes, softwares atualizados entre outros. Mas, a infraestrutura se configura apenas como o primeiro passo, a escola precisa ter um projeto pedagógico e uma equipe que adote o conhecimento digital como parte do processo de formação dos alunos. Faz-se necessário que esse seja um projeto da escola e de cada professor.

As tecnologias de informação e comunicação e o ensino de História

O ensino de História apresenta uma dinamicidade característica do fazer histórico, o qual se encontra constituído, principalmente, pelo diálogo entre o passado e o presente. A construção histórica, enquanto representação de um acontecimento, de uma conjuntura de uma realidade, não é estática, está em constante mutação.

A representação que a História constrói das feições do passado, consideradas relevantes, estão sujeitas às transformações, às quebras de paradigmas características da dinâmica da construção do conhecimento científico. E como não poderia deixar de ser a História ensinada na educação básica também sofre a influencia dessa dinâmica, não numa transposição pura e simples, mas pela interação das legitimações presente nas dimensões acadêmica e escolar.

As transformações tecnológicas trazidas pelas últimas décadas, bem como seus reflexos na educação formal, apresentam para o professor de História o desafio de além de possuir e ter consciência do domínio do conhecimento historiográfico em sua dinamicidade acadêmica (já que este deveria ser premissa da profissão), ser capaz de assumir o papel de articulador na interlocução com os alunos e desses com o saber histórico, construindo sentidos que garantam uma real apropriação do conhecimento. Para Schmidt:

> A aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de um esforço e de uma atividade com a qual ele edificou esse conhecimento. [...] A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constroem sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa. Na sala de aula se evidencia, de forma mais explícita, os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica (2002, p. 57).

Esse desafio no ensino da História implica, ainda e não menos, trazer para a sala de aula os novos espaços de busca desse conhecimento, ou seja, aqueles espaços próprios da categoria digital que se relacionam com as novas possibilidades de produção, apropriação e transmissão do saber histórico.

Muitas são as ferramentas que podem contribuir na construção dessa nova perspectiva teórico-prática para o ensino de História. Entre elas pode-se destacar: os artigos, as cartas, as reportagens, as obras de arte, os filmes e documentários, a música.

Esses instrumentos não são novidades de fato, muitos existem desde meados do século XX, outros são ainda bem anteriores. A novidade é que o avanço tecnológico permite hoje acessar todos esses instrumentos em alguns clicks, ou seja, é possível trabalhar com toda essa diversidade de formas de leitura da História, sem sair da sala de aula e, ainda, em se utilizando de sistemas de rede, debater, receber informações e trocar experiências com grupos diversificados.

Todo esse aparato permite adotar uma outra perspectiva de espaço/tempo na sala de aula, bem como, de possibilidade de utilização de documentos, tão cara ao ensino de História. Muitos documentos, como algumas obras de arte, por exemplo, seriam praticamente de impossível utilização, sem os recursos da informática. Isso, sem mencionar, o volume de material que o professor teria que transportar para trabalhar com boa parte desses instrumentos. Corroboramos com as palavras de Silva e Fonseca:

> É preciso pensar sobre algumas perspectivas básicas no contato com a informática no campo do conhecimento histórico, tanto na pesquisa, quanto no ensino e na aprendizagem. As redes de comunicação colocam professores e alunos em contato permanente com catálogos de museus, arquivos, e bibliotecas, bem como com textos e

> imagens pertencentes a esses acervos e sites que oferecem informações e análises de diferentes tópicos daquela área do saber. Além disso, os computadores permitem acumular informações e processá-las de diferentes formas, ampliando enormemente as possibilidades de acesso aos dados. Por fim, os grupos de discussão e outras comunidades da internet viabilizam compartilhar saberes e trocar interpretações com pessoas que, muitas vezes, estão fisicamente longe da sala de aula ou do laboratório de pesquisa (2007, p. 111).

Todas essas possibilidades trazidas pelas Tics. já se configurariam como argumentos irrefutáveis da importância da sua utilização para o ensino de História, contudo, cumpre destacar um aspecto fundamental dessas ferramentas, o qual retoma a concepção de Lévy (1993), já mencionada, sobre a categoria digital como uma nova forma de conhecimento.

Em História isso implica dizer que a música de protesto de Chico Buarque, não me diz mais sobre o momento histórico da ditadura presente nos livros didáticos, ela me diz outra coisa, do mesmo modo que uma visita virtual pelas coleções de artefatos do Egito antigo, no museu do Louvre, me traz outras impressões daquela civilização que não as trazidas pela leitura de textos que abordam o tema, ou pela explanação do professor.

Em suma, o que se defende nesse artigo em relação ao ensino de História é, a diversificação da atividade de sala de aula, mantendo a preocupação com a assimilação dos conceitos históricos básicos, mas integrando a categoria digital de conhecimento ao trabalho docente, num exercício de reconhecimento e apropriação da complexidade que constitui a prática docente do século XXI, articulando as categorias de conhecimento oral, escrito e digital.

O (des)uso das Tics. nas aulas de História das escolas públicas estaduais de Franca

A cidade de Franca possui 55 escolas estaduais de educação básica, das quais 40 atendem alunos dos ciclos finais do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio.

O levantamento dos dados para a análise da utilização das tecnologias nas salas de aula de História contou com a colaboração dos alunos do 4º ano do curso de História (ano de 2013) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp-Franca.

Os alunos estiveram em 20 escolas da rede pública estadual de ensino durante o segundo semestre de 2013, observando as aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Cumpre esclarecer que a análise *in loco* centrou-se na verificação da intensidade do uso das tecnologias de informação e comunicação, pelos professores de História da educação básica de Franca. Desse modo, a apreensão da qualidade do uso dessas ferramentas, bem como, dos motivos da não utilização das mesmas, não se configuraram como objetos específicos desta análise.

O levantamento dos dados demonstrou que ao longo do segundo semestre de 2013, aproximadamente 80% dos professores de História das escolas analisadas utilizou como recurso didático em suas aulas somente o Caderno do Aluno e/ou o livro didático. Compete explicar que o Caderno do Aluno, consiste em um conjunto de apostilas distribuídas pela Secretaria de Educação a todos os alunos dos ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, da rede estadual paulista.

Esse dado demonstra que apenas 20% dos docentes participantes da pesquisa utilizaram, em algum momento das aulas observadas, ferramentas didáticas como documentos, filmes, músicas, sistema de redes etc.

Observou-se ainda que em todas as escolas visitadas os materiais utilizados regularmente nas aulas de História são os livros, os Cadernos dos Alunos e/ou o Power Point. O uso dos demais recursos – filmes, músicas, internet etc. – é esporádico, mesmo entre aqueles 20% que lançam mão deles.

De modo geral, entre os entraves, mais explícitos, para a utilização das Tics, que puderam ser observados estão: a falta dos recursos materiais – TVs, computadores, internet; a dificuldade de acesso a esses recursos – por exemplo: a existência de somente uma sala com TV na escola; a reprovação por parte de alguns gestores do uso regular desses materiais.

Considerações Finais

A irreversibilidade da presença das novas tecnologias de informação e comunicação no cotidiano da sociedade atual é um fato que merece maior atenção dos setores voltados para a formação do sujeito.

Faz-se necessário entender que a carência do conhecimento digital é hoje uma forma de exclusão. Embora o discurso de muitas das políticas educacionais defenda a inserção das novas tecnologias na formação dos estudantes da educação básica, esse discurso não tem se concretizado nas instituições escolares.

No Estado de São Paulo ao acessar o site da Secretaria de Educação e se deparar com os discursos sobre o uso das Tics. tem se a impressão de que estas são uma constante no cotidiano das escolas.

A análise desenvolvida por esta pesquisa mostrou que, ao menos na cidade de Franca, essa primeira impressão está bastante equivocada. A quase ausência do uso pedagógico das novas tecnologias nas salas de aula analisadas chama a atenção para o quanto estamos distantes de atender a essa demanda irreversível.

Causa preocupação saber que mesmo o que seria um primeiro passo nesse sentido, ainda não é realidade nas escolas estaduais paulistas, uma vez que foi verificado que a promoção de estrutura física, ou seja, dos recursos materiais, ainda deixa muito a desejar.

Ainda que esta pesquisa tenha trabalhado com uma pequena amostra, fica evidenciado que a carência em relação ao desenvolvimento do conhecimento digital nas escolas estaduais paulistas é um problema que precisa ser debatido e enfrentado sob o risco de se aprofundar cada vez mais as desigualdades já existentes nos processos de formação para as diferentes camadas sociais.

Referências

CARDOSO, Ana Maria Pereira. **Pós-modernismo e informação: conceitos complementares?** In: Perspec. Ci. Inf. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP. 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas. Papirus. 2003.

LÉVY. Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro. 34. 1993.

_____. **A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo. Loyola. 1998.

PALMA FILLHO, João Cardoso. **A Política Educacional do Estado de São Paulo** (1983-2008). Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) Congresso 2010 Ibero-Luso-Brasileiros. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/ acesso em julho de 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A Formação do Professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula. In: BITTENCOURT, Circe. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo. Contexto. 2002.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas. Papirus. 2007.

A trajetória do ensino de História no Brasil: aspectos históricos e curriculares da disciplina

O presente trabalho tem por intuito pautar uma análise a respeito da trajetória do ensino de História no Brasil. Ou seja, identificar subsídios característicos do processo de construção histórica do ensino de História, tendo como alusão ao conceito de disciplina da História. Realizaremos uma discussão bibliográfica a cerca do tema, a fim de prospectar, mediar e analisar a bibliografia a cerca da temática. Para tanto, nos utilizaremos das obras de Célia David, Selva Fonseca, Jörn Rüsen, Maria Auxiliadora Schmidt e Kátia Abud como fundamentação e debate bibliográfico. Ademais, nosso trabalho entende a necessidade de contextualizar a trajetória do ensino de História, no Brasil, como fruto das tendências e influências políticas, ideológicas de cada período e que trazem indeléveis marcas na constituição do currículo, do ensino e da epistemologia da História.

075-2393

Diego Lopes de Campos
Universidade Estadual Paulista - UNESP/FRANCA.
diegolopescampos@gmail.com

Vânia de Fatima Martino
Universidade Estadual Paulista - UNESP/FRANCA.
vaniamartino@uol.com.br

Palavras chave: disciplina escolar, História, currículo, cultura escolar, cultura histórica e ensino de História.

1 – A "História" do ensino da disciplina de História, no Brasil: apontamentos iniciais.

Ao se pensar a trajetória do ensino de História, no Brasil, autores como Goodson (1997) tem nos chamado a atenção para se compreender os saberes escolares, ou disciplinas escolares, em suas especificidades, articulados, contextualizados às continuidades e rupturas de cada época, e tendo como principal aporte analítico o livro didático, pois este materializa a epistemologia da disciplina, sua metodologia de ensino relativo aos saberes desta área do conhecimento.

Desta forma, Moniot (2001) nos atenta a importância de se analisar a trajetória do ensino de História, no Brasil, é preciso que se faça referencias a história dos historiadores, bem como ao conceito de transposição didática que em muito se compreende o sentido no qual é norteado à construção do livro didático e os conceitos que permeiam a transposição didática do saber histórico. No bem da verdade são estas especificidades que configuram a disciplina histórica, em dada época, em dada cultura política, em dada filosofia social vigente. Seria possível analisar as prerrogativas escolares da disciplina: História, sem mediar-se ao contexto do pensamento cultural, científico vigente a época em que se presta a tal análise?

Justamente, neste sentido Schmidt (2012) insiste em uma necessária articulação entre o contexto dessa instituição escolar, quais os seus sujeitos que atuam nesta instituição, bem como a própria natureza social e cultural dessa escola, e como ela se insere nesta sociedade; e se há e qual são as demandas das políticas públicas relativas a este contexto, pois só a partir dessa articulação é possível refletir de maneira substancial a respeito das práticas de ensino dessa determinada disciplina, no nosso caso a História.

> Admite-se, ainda, a noção de cultura escolar como uma das categorias norteadoras para a análise da constituição da História enquanto um conhecimento escolarizado, pois, a cultura escolar pode ser considerada como um conjunto de teorias, ideias, princípios, rituais, hábitos e práticas, formas de fazer e de pensar, mentalidades e comportamentos sedimentados ao longo do tempo sob a forma de tradições, regularidades e regras (SCHMIDT, 2012).

Este conhecimento ou saber escolar, produto da cultura dessa instituição escolar, bem como do seu contexto histórico deve ser dialogado com as perspectivas cientificas dessa época, este dialogo, o que Russel denomina como cultura histórica. Na lógica do pensamento ruseniano, o conceito de cultura histórica abarca os procedimentos da memória histórica pública; bem como as diferentes concepções epistemológicas/cientificas e metodológicas em relação à ciência histórica; traz para a discussão a necessidade de se compreender as relações entre os jogos de força e poder hegemônico, dentro dessa instituição ou mesmo no meio acadêmico para se compreender as características dessa disciplina, em dado contexto, ao longo do tempo e do espaço dado (Russel, 2010).

Neste sentido, como critério de analise para se entender o processos de institucionalização escolar, da disciplina história, sua didática e os processos que envolvem o seu ensino e aprendizagem, faz necessário uma dialética entre a cultura escolar e cultura histórica, ou seja, um diálogo entre o que os historiadores pensam sobre a sua profissão e as

demandas educacionais e pedagógicas relativas ao currículo e as práticas de ensino. Não se pode pensar sobre a disciplina escolar apartada dos conceitos que envolvem os referenciais pedagógicos e didáticos.

> (...) deixou de ser o centro de reflexão dos historiadores sobre sua própria profissão. O resultado dessa atitude foi empurrar a didática da história para mais perto da pedagogia e abrir uma lacuna entre ela e os estudos normais de história. A fascinação com as reformas curriculares tendeu a subestimar as características peculiares da história como campo de aprendizado. (Rüsen, 2010, p.31)

Justamente neste sentido, a professora Maria Auxiliadora Schmidt (2012) nos traz uma importante contribuição quanto ao entendimento dessa questão, onde Schmidt propõe uma sistematização da disciplina escolar: História, no Brasil, levando em consideração questões como currículos, livros didáticos, manuais destinados aos professores da disciplina que são influenciados pelas teorias historiográfico-acadêmicas e epistemologias/ideológicas de ciência histórica, do período em questão. A professora sistematiza tais elementos sobre o ensino de História no Brasil, da seguinte forma:

> **(1º momento)** construção do código disciplinar da história no Brasil (1838-1931**); (2º momento)** consolidação do código disciplinar da história no Brasil (1931-1971); **(3º momento)** crise do código disciplinar da história no Brasil (1971-1984); **(4º momento que abarca até os dias de hoje)** reconstrução do código disciplinar da história no Brasil (1984-?) (SCHIMDT, 2012, p. 78, grifos nossos).

Esclarecido as impressões iniciais a respeito de como pensar a analise dessa trajetória da disciplina história, no Brasil. Utilizaremos esta sistematização apresentada pela professora Schmidt, porém endossadas pelas bibliografias que tratam do tema como Célia David, Kátia Abud e Selva Fonseca.

2- Aspectos gerais sobre a construção do código disciplinar da história no Brasil (1838-1931).

O ano de 1838 é palco da primeira aparição oficial do código da disciplina de História nas bancadas escolares brasileiras. O Regimento do Colégio D. Pedro II a reboque da criação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) mostra a preocupação do governo imperial, com a construção de um ideário de nação, por isso um necessidade de um arquivamento metódico de fontes históricas, publicação de pesquisas com a intenção de pensar uma identidade nacional, com símbolos, genealogia que expõe elementos comuns a constituição do povo brasileiro (DAVID, 2010).

As experiências de ensino de História, neste contexto, configuradas nas experiências de ensino, nos manuais didáticos destinados aos alunos sofreram forte influencia das concepções historiográficas europeias, em particular das escolas metódica e positivista francesa.

> a História da Europa Ocidental fosse apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relagada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas (NADAI, 1993, p. 146)

O colégio D. Pedro II tinha uma clara prerrogativa de formar futuros quadros de Estado, o colégio era ponto de encontro de uma elite branca provincial que se dirigia a corte, Rio de Janeiro, em busca de uma formação intelectual que fosse comum aos futuros dirigentes, portanto, o colégio traduzia em seu currículo a sistematização da “alta cultura” europeia clássica, em terras tupiniquins.

Célia David (2012, p. 143) nos atenta para uma informação importante ao perceber que a disciplina de História, neste contexto do colégio imperial, não constituía prioridade com a disciplina cognome, uma vez que o currículo da disciplina de História versava por todos os conteúdos humanísticos. A história de grandes homens, os exemplos morais estampados nas grandes biografias: de reis ou heróis se moldavam como fio condutor de uma História Universal que dá ênfase ao estudo de Oriente Médio para introduzir os estudos sobre o berço do monoteísmo, que avança sob os clássicos grego-romanos como forma de corroborar com a construção de um ideário próxima a civilização branca, européia e católica; uma vez que a base sagrada da providencia divina era a perspectiva e “motor” da História: o principio de o fim dos acontecimentos.

O currículo de História, dentro desse contexto de constituição do estado brasileiro, a preocupação com símbolos e a construção dessa identidade nacional faz com que a lógica de ensino dos santos católicos, como forjadores da moral civilizatória, seja substituída por um ensino de História preocupado em revelar heróis nacionais, mitos

civilizatórios, além de exemplos e biografias de "grandes homens do passado", em uma clara prerrogativa de instigar a formação de identidade nacional, dessa elite, portanto, de afirmação do estado brasileiro nascente.

Tal perspectiva de ensino de História, fundamentada pela historiografia produzida no IHGB é estimulada pelos concursos de ensaios e dissertações propostas imperador D Pedro II que é o grande mentor intelectual da proposta do Instituto, comparecendo inclusive, pessoalmente as várias dessas reuniões e debates de ideias. O pensamento produzido pelo Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro que muitos dos seus membros eram professores do Colégio D. Pedro II, e que no caso específico do currículo referente à História, a influencia de Von Martius na elaboração dos currículos da educação secundários de ensino (DAVID, 2010)

Von Martius propõe um ensino de História que segue a uma escrita linear, hierárquica e evolutiva do processo histórico. E em sua obra que funda o mito "civilizatório brasileiro", o autor traça a genealogia do povo brasileiro, referendando os três principais raças/culturas que participam da constituição da história nacional: portugueses (branco/europeu), os indígenas e o escravo negro africano. Tal mosaico ideológico perpetra nos livros didáticos e perdura alguma ressonância ao longo do tempo a lógica civilização brasileira formada: pelo negro e sua cultura, seus costumes, suas virtudes e defeitos de raça; pelo índio romantizado, um típico bom selvagem e até ingênuo que tem no português o seu protetor; e por ultimo o europeu, branco que se destaca no empreendimento colonizador, portanto lhe cabe o papel de liderança e superioridade cultural neste esquema social (DAVID, 2010).

Para que se entenda melhor o funcionamento do currículo escolar, neste contexto, no Brasil, faz-se necessário ter-se claro que o Colégio Pedro II até a Reforma Capanema, no governo Vargas, era o único modelo curricular de ensino secundário existente no país, além de funcionar como modelo de parâmetro curricular e referencia de ensino para outras instituições escolares, de ensino primário e ginasial, espalhadas pelo território nacional, principalmente pela inexistência de um órgão governamental federal específico nesta questão. Desta forma, ficando responsável pela laboração dos programas curriculares e de ensino e até certificação conclusão do ensino secundário, o passaporte para o ensino superior. (MANOEL, 2006; ABUD, 1998).

> No caso brasileiro, aliás, e talvez em razão de nossa ascendência ibérica, o currículo sempre foi um forte instrumento de controle social. Basta lembrar que durante a Monarquia e mesmo com a República, o currículo escolar desenvolvido no Colégio Pedro II era o instrumento escolhido para que se aplicasse o instituto da equiparação de estudo aos estabelecimentos de ensino estaduais e particulares. (PALMA FILHO, 2006, p.22)

Com o fim do Império, uma nova configuração política e de forças sociais, dois grupos sociais disputam a hegemonia política do Estado: os militares que tinham os seus quadros influenciados pelo positivismo e os barões do café paulista representados pelo Partido Republicano, e uma ideologia liberal.

Com a inicial vitória do grupo ligado a Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca a frente do Estado Nacional, o discurso republicano, nos finais do século XIX, sob a inspiração positivista. Tal perspectiva, "dos vencedores", baseia-se em uma mordaz critica os atrasos da monarquia, denunciada em suas práticas e motivações muitas das vezes discricionárias, simbolizada pelos atos do imperador, bem como do jogo de interesses dos grupos políticos que atrapalham o desenvolvimento do país, que pela lógica positivista deve-se pautar por ideais de disciplina, ordem e racionalidade; neste sentido, bem diferente de como este grupo entendia ser o cenário político e social, na época do império.

A construção dos programas curriculares de ensino de História, neste contexto, traz a preocupação com a construção de uma nacionalidade nacional, diferente dos moldes propostos pelo IHGB: sob os aspectos civilizatórios e patrióticos. O produto dessa nova forma de ensino de História, proposto com Proclamação da Republica era a formação de um cidadão patriótico, em um protótipo que separa claramente o laico e o sagrado (DAVID, 2010).

Sob forte inspiração e orientação positivista que entendia a História, enquanto um processo teleológico que se pretende chegar a um Estado Positivista, portanto, de bases racionalistas e cientifica, o grupo hegemônico no poder entende que o ensino de História tem a importante prerrogativa de lançar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental, sob a visão linear, evolutiva, determinista e eurocêntrica da História (DAVID, 2010, p. 144).

> se atentarmos para as questões postas pelos programas, currículos, materiais de ensino e pelas produções didáticas, a História, enquanto disciplina educativa, ocupou, nas suas origens, não só no Estado de São Paulo mas em todas as escolas secundárias e primárias (oficiais e particulares) que foram sendo implantadas pelo território nacional um lugar específico, que pode ser sintetizado nas representações que procuravam expressar as ideias de nação e de cidadão embasadas na identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos da nacionalidade brasileira. (Nadai, 1993, p. 149)

Observa-se neste momento, um maior dialogo da História com as outras disciplinas: como Sociologia e a Psicologia, além de uma preocupação com aspectos ligados a técnicas e métodos de ensino, além de uma didática, em

relação ao ensino de História. Maria Auxiliadora Schmidt entende este processo como "pedagogização" da História. Neste sentido, há uma intrínseca relação entre a metodologia de ensino de História com a metodologia, filosofia da ciência em si, o que acaba por delimitar também os objetivos, as finalidades, bem como a forma como se ensina História (SCHMIDT, 2012, p. 79 e 80).

O que podemos concluir desse período?

Dessa forma, é plausível crer que a influência da escola metódica e do positivismo, neste contexto, baseou o substrato que formulou as transposições didáticas relativas ao ensino de História, a imposição de aspectos psicológicos e pedagógicos que resultaram em uma perspectiva de ensino de História: linear, evolutiva, eurocêntrica e com assaz importância ao aspecto polilítico, enquanto processo histórico, talvez, por isso a estratégica preocupação com a construção de uma identidade nacional, no período.

3- Breves considerações sobre consolidação do código disciplinar da história no Brasil (1931-1971).

> Após a revolução de 1930, o quadro da educação brasileira se altera e, de maneira sensível, também o ensino de História. Criou-se o Ministério da Educação e da Saúde Pública, tendo à sua frente Francisco Campos que empreendeu uma profunda modificação no sistema educacional do país ao baixar o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931(DAVID, 2012, 144.).

A década de 30, com o governo Vargas marca o fim de federalismo e, por conseguinte, é nítido de concentração de poder, em esfera federal, de forma a pensar uma estrutura política burocrática que modernizasse o carcomido patrimonialismo institucionalizado no aparelho de Estado brasileiro. A propaganda varguista entoava o cântico da modernização do país, com reformas em seu modelo econômico, juridicopolitico e institucional. Neste contexto, a reforma proposta por Francisco Campos se delineia, como um fator de "coesão nacional" e a disciplina de História, como o seu currículo encampavam estrategicamente tal prerrogativa, pois buscaria as raízes históricas da nação, além de exercitarem o conceito de cidadania em suas preocupações (Abud, 1993, p. 165).

> Esse movimento (de construção de uma identidade nacional brasileira) **[grifo nosso]** consolida-se com a Revolução de 1930, no bojo do movimento de defesa da importância da educação para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país. Entre as bandeiras de luta dos educadores brasileiros deste período, estavam a necessidade da difusão da escola, principalmente a escola pública; a formação profissional dos novos mestres e a renovação pedagógica. Este tripé, difusão da escola, formação de professores e renovação pedagógica, em função das demandas nacionais, embasa e estimula a produção e difusão de elementos constitutivos de uma cultura escolar, como os manuais didáticos para alunos e manuais de didática da História destinados à formação renovada de professores. Essas publicações destinadas a professores consolidar-se-ão como documentos importantes para orientação das práticas pedagógicas escolares, de modo geral, e de História, em particular (SCHMIDT, 2012, p, 79).

Mas afinal, quais as causas explica a consolidação da disciplina de História, neste contexto, no Brasil?

A centralização do poder nas mãos de Vargas e a institucionalização a burocrática que normatiza as esferas da vida pública e social, dão o tom das instruções de ensino formalizadas por Francisco Campos que indicam os objetivos e as técnicas de ensino, bem como as ênfases curriculares relativas da disciplina de História. Esta maior presença do Estado revela-se pela implementação tanto da institucionalização de Ministério da Educação e da Saúde Pública que se responsabiliza pela orientação, normatização do sistema educacional brasileiro: com instruções normativas e formulação de um currículo unificado, diferente do que acontecia, até então quando os currículos eram em boa parte elaborados pelos próprios professores do Colégio D. Pedro II; além da obrigatoriedade do ensino de História.

Bittencourt (1998) faz menção a uma consolidação da disciplina de História, na grade curricular das escolas brasileiras, sancionado pelo Estado e que neste contexto uniformiza o sistema de ensino, padronizando-se os métodos e conteúdos. Tais métodos e conteúdos são claramente influenciados pelas obras de John Dewey, que traz uma forte ascendência sobre o pensamento dos escolanovistas, grupo hegemônico que ocupa os cargos institucionalizados pela burocracia de Estado varguista, relativo à educação. O Estado e os Pioneiros de mãos dadas para atender ao processo crescente de industrialização e urbanização (DAVID, 2010, p. 145).

> Uma empreitada daquele naipe, que se pretendia uniformizadora, para ter êxito demandou acompanhamento direto, o que foi feito com a elaboração de uma série de avaliações, previstas no mesmo decreto, que por via de consequência exigia dos professores o cumprimento do programa à risca. O ensino restringia-se à preparação para

> as provas, o que comprometia o cumprimento do programa, tendo em vista a extensão do conteúdo e o número insuficiente de aulas atribuídas para cada série. Evidenciava-se a centralização da educação, e o caráter elitista de suas bases; o processo seletivo já se anunciava pelo avultado número de avaliações (DAVID, 2012).

A Reforma Capanema, em 1942 estabelece o ensino de História Geral e História do Brasil, como parte integrante do currículo do ensino ginasial e no curso Colegial, mantendo as orientações de civismo: que tornava obrigatório o ensino que versava sobre as instituições oficiais, grandes eventos políticos, biografias de grandes personalidades, além de um conhecimento enciclopédico com forte teor classicista e humanista, em sua constituição. A lei orgânica do ensino secundário é sancionada neste mesmo contexto, estruturando o ensino secundário por um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginasial, e outro ciclo de três anos, voltado ao ensino clássico ou científico. (MANOEL, 2006).

> Esta centralidade nos conteúdos específicos da História também foi incorporada pela portaria n. 1.045, de 1951, da reforma da Escola Secundária brasileira, cujos princípios básicos para o ensino de História eram a valorização dos fatos do presente e deles partir para o passado; desenvolver um ensino intuitivo e crítico; focalizar os indivíduos como expressões do meio social e, principalmente, desenvolver os processos de fixação, investigação, raciocinativos, ilustrativos e outros, abrangendo esquemas, formas de representação, literatura, exame, discussão, e também onde os julgamentos de valores eram recomendados (SCHMIDT, 2012, p. 181).

Após anos de ditadura as aspirações redemocratizantes, no Brasil, que permeiam os anos de 1945 a 1961são marcados por investimentos do governo brasileiro em expansão e valorização da escola secundária. Em 1953, no segundo governo Vargas, com criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) no intuito de cooperar e integrar ações ao Ministério da Educação e Cultura há um claro movimento da burocracia institucional em inspecionar e possibilitar a adequação das práticas de ensino com os interesses do aparelho de Estado, tal ação é materializada pela publicação de manuais e periódicos especializados em constituir a formação continuada dos professores brasileiros, no período.

O protagonismo do Cades, no contexto, revela uma preocupação não só com expansão do ensino secundário, no país, mas uma maior orientação pedagógica aos docentes para melhor adequar os métodos de ensino as exigência do alunado; a constituição de avaliações institucionais escolares que analisam o rendimento escolar secundarista; além de uma maior publicidade de experiências pedagógicas sucedidas, relativo ao ensino secundarista; outra importante ação revela-se por um programa de melhoria de infraestrutura e mobiliário das escolas e encampam a estratégia governamental de promoção de uma opinião pública que valorizasse a escola secundária. (SCHMIDT, 2012, p. 81).

A LDB, Lei nº 4024/61 apresentada, durante o governo Jango, institui um currículo nacional que se flexibilizar em detrimento das necessidades e realidade sociais regionais. Tal currículo traz características que destoam das pretensões industriais brasileiras, no período, pois mantém as bases humanísticas em sua perspectiva constitutiva (MANOEL, 2006).

O fato é que o código disciplinar da História é consolidado como disciplina obrigatória e participante do currículo da educação básica brasileira, forjado frente às relações com o poder do Estado que trouxe indeléveis marcas na constituição curricular do ensino de História. Este processo traz ainda forte relação com a produção intelectual entre as práticas de ensino e as políticas públicas educacionais fomentadas, nas décadas de 50, 60 e 70, no Brasil.

4- Discutindo a crise do código disciplinar da história no Brasil (1971-1984).

Somente na LDB de 1971, ou Lei nº 5672/71, já durante o governo militar é evidenciado a disputa entre as perspectivas que defendem um currículo de teor humanista e os que defendem a necessidade de formatação curricular que constitua a geração de mão de obra técnica, dentre o alunado.

Neste sentido, a vitória tecnocrata reformula a grade curricular favorecendo em sua lógica um maior espaço para disciplinas, como: Matemática, Física e Química, em favor de História Geografia, uma vez que as disciplinas, da área de exatas pragmaticamente atenderiam melhor as exigências do Estado, frente ao novo cenário de desenvolvimento industrial, do país. (DAVID, 2010; MANOEL, 2006).

Esta nova lógica que organizava as políticas publica em educação, sacramentada em 1971, já se antevinha constituindo algumas mudanças de concepções que alteraram o currículo e o ensino de História, em 1964: oficializando o ensino dos Estudos Sociais em detrimento do ensino da disciplina curricular História.

> Com esta perspectiva, o Inep publicou, em 1964, a obra de Castro e Gaudenzi (1964), Estudos Sociais na Escola Primária, destinada a professores da Escola Normal e outros que já atuavam de 1a a 4a séries (antigo curso primário). Ao contrário do manual destinado a

> professores da escola secundária, esse manual não revelava nenhuma preocupação em relacionar o trabalho do historiador com o do professor e nem apresentava sinais ou referências à renovação historiográfica dos Annales (SCHMIDT, 2012, p 84).

Os Estudos Sociais propunha "[...] a integração espaço - temporal e social do educando em âmbito gradativamente mais amplo. Os seus componentes básicos são a Geografia e a História, focalizando-se na primeira a Terra e os fenômenos naturais referidos à experiência através dos tempos" (BRASIL, 1971)[6]. A disciplina de Estudos Sociais pautava-se no princípio de estudos do local ao global, imergindo na realidade do aluno e expandindo-se até conhecimentos de ordem global, de forma despolitizada e que alia uma concepção humanista de ensino travestida de uma roupagem técnica (MANOEL, 2006).

Os Estudos Sociais nortearam o ensino de História, em uma perspectiva interdisciplinar apartada das principais discussões historiográficas, do período que apontavam para a construção de um ensino de história: crítico, dialógico a novas temáticas, novos objetos de estudo e acima de tudo preocupado em dar "voz" não só aos vencedores, como também os "vencidos". Porém, o currículo desenvolvido, no país, se organizava em círculos concêntricos: família, escola, bairro, cidade, país; em que os conteúdos de História eram diluídos aos outros conteúdos disciplinares. A grande prerrogativa deste currículo dá-se na construção de uma nacionalidade cívica, alicerçada a partir do legado das gerações passadas (SCHMIDT, 2012, p. 84).

O ensino de História antes possuidor de uma prerrogativa filosófica e crítica, agora pertencente à disciplina de Estudos Sociais, que englobam uma ferramenta de controle social estrategicamente realizado pelo Governo Militar, na área da educação. Pois tolhe a autonomia da disciplina da História, redimensionando o seu ensino e currículo a disciplina de Estudos Sociais, em um dialogo com as novas disciplinas escolares de Educação Moral de Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). O resultado desse processo foi à exclusão de disciplina História, do ensino primário, e a total descaracterização do objeto da História, no colegial.

> As bases desse ensino foram consideradas "filosóficas demais" e a proposta vigente após 1971 delas se livrou. Concentrou-se na tentativa de formação técnica dos alunos, visando à aceleração do processo de inserção do Brasil nos marcos da sociedade moderna além de reforçar o repúdio às teorias políticas de esquerda. (MANOEL, 2006, p.71-72)

O contexto de obrigatoriedade do ensino de Estudos Sociais foi palco de embates ideológicos em favor da defesa do ensino de História, em detrimento das criticas ao regime militar e marcou um novo momento da disciplina da História, no Brasil: um período de crise, da perda de autonomia da disciplina frente ao currículo do Estado. Porém, que constitui mais um elemento na construção e trajetória da disciplina da História, no país.

5- A abertura política e a reconstrução do código disciplinar da história no Brasil, de 1984 aos dias de hoje.

A reconstrução do código disciplinar de História, no Brasil se contextualiza junto aos movimentos sociais de redemocratização frente à Ditadura Militar. O movimento de crítica aos Estudos Sociais, no currículo vigente, formulava um movimento que reivindicava a "volta do ensino de História" ao currículo da educação básica, liderado pela ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) da qual outros educadores e professores da educação básica merecem destaque pela militância, junto ao tema.

Bittencourt (1998) destaca a existência de um total de 23 propostas curriculares, neste contexto de redemocratização e movimentação social, em prol da educação, elaboradas tanto por sistemas estaduais, quanto sistemas municipais de ensino que defendiam a reformulação curricular reconsiderando o ensino de História, como disciplina obrigatória na educação básica.

Porém, o grande marco definidor deste processo de reconstrução do disciplinar da História, no Brasil é delimitado pelos PCNs, ou Parâmetros Curriculares de História, encaminhado pelo MEC como parâmetro norteador e que define marcos essenciais referentes ao ensino de História, em eixos temáticos sugeridos ao 1º ao 4º ciclo do ensino Fundamental.

> Entretanto, esse quadro motivou uma aproximação política entre a Academia e os demais níveis de ensino, todos preocupados com a qualidade do ensino e com o seu direcionamento. As discussões, que envolveram todos os níveis de ensino, se direcionaram para a elaboração de um projeto que recuperasse a especificidade teórica e metodológica, tanto para Geografia, quanto para a História, e se voltasse para a formação da consciência crítica do aluno. (MANOEL, 2006, p.72)

[6] BRASIL. Parecer nº 853/71, de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei nº 5.692.

O documento introdutório dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresenta uma concepção que marca um conceito-chave das relações de ensino-aprendizagem atuais, em que os fracassos escolares nos fornecem indicadores para reformularmos as nossas concepções de um ensino que referendasse uma maior interação dos alunos com a sua realidade social (Brasil, 1998a).

O documento ainda atualiza a percepção de ensino da História, no país, com recentes discussões historiográficas produzidas pela Escola do Annales, referentes a novos objetos e temáticas ao estudo de História. Pois, foi enfatiza que o conhecimento histórico pode ser percebido nas várias e múltiplas manifestações sociais, como: uma festa popular, no ambiente familiar, pela televisão, enfim, na vida social. Esta perspectiva requalifica o ensino de História, pois considera o aluno, enquanto sujeito de História: recriando, reinventando o tempo e o espaço às suas vivências, memórias e convívio social.

> apropriação de noções, métodos e temas próprios do conhecimento histórico, pelo saber histórico escolar, não significa que se pretende fazer do aluno um "pequeno historiador" e nem que ele deve ser capaz de escrever monografias. A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época (Brasil,1998b, p. 40).

Preconiza-se neste sentido um ensino de História que desenvolva a capacidade analítica e critica do discente, e que a partir dessa consciência possa desenovelar compreender e participar enquanto cidadão da vida social e política de sua época. Porém, parece que há maior preocupação em se estimular a compreensão dos temas em sua dimensão histórica, por meio de diferentes atividades e pesquisas do que propriamente uma aprendizagem propriamente histórica, na perspectiva de Rusel.

Ou seja, organizando-se o tempo histórico, a partir de uma articulação entre passado e o presente, em que a datação cronológica não abarca uma aprendizagem histórica, pois se configura como uma analise externa ao processo histórico e que portando não capta as especificidades temporais do processo histórico, em que a temporalidade é interna ao processo (RUSEL, 2010).

> os processos de aprendizado da História precisam ser pensados para além de serem considerados como processos dirigíveis e controláveis, mas, em que pese o fato de estar ainda em construção uma teoria da aprendizagem histórica referenciada em uma cognição situada na própria História, isso pode ser fecundado por concepções teóricas do aprendizado histórico que tenham como finalidade principal a formação e desenvolvimento da consciência histórica, constituindo-se, assim, a possibilidade de uma relação mais orgânica entre a cultura histórica e a cultura escolar de uma sociedade. (SCHMIDT, 2012 APUD RUSEN, 2010).

Neste sentido o PCN relativo à História não possibilita, em seu ensino, uma compreensão histórica da realidade, se limitando apenas a descrever objetivos da aprendizagem histórica, em termos como: "reflete", "utiliza fontes" e "caracteriza fontes". Tal postura é nítida de um pensamento que não concebe uma teoria da História, que esclareça a finalidade da consciência histórica, pois reformulou didaticamente os seus currículos, levando em consideração o pensamento historiográfico traduzido em saber escolar. Talvez um discurso que se aproxime mais do teor político em seu texto, do que das proposições dos especialistas em currículo de História e o que tem se debatido na academia (SCHMIDT, 2012).

> Observa-se, nessas afirmações, alguns dos pressupostos que norteariam a elaboração dos parâmetros curriculares nacionais como um todo e, em particular, as diretrizes sugeridas para o ensino de História, nas quais predominam aspectos multifacetados de concepções historiográficas e a ênfase na concepção de currículo elaborada por especialistas, pautada na perspectiva atitudinal e procedimental dos conteúdos.
> A transformação de determinados procedimentos e atitudes, em conteúdos pertinentes ao ensino de História, pode ser entendida a partir de referenciais paradigmáticos em que a própria noção de conteúdo é empobrecida, fragmentada e pragmatizada e onde os temas perderam seu valor conceitual, tornando-se apenas palavras, pois não estão organicamente articulados com a pluralidade das experiências daqueles que lutam e fazem a história do povo brasileiro, no presente e no passado e, portanto, não respondem às suas demandas de transformação da sociedade contemporânea (SCHMIDT, 2012, 89).

Em suma, percebemos que há uma clara separação entre a Histórica Acadêmica e didática da História, muitas vezes proferida nas instituições de ensino básica. Esta separação traz como consequência uma formação de um código disciplinar de História com características especificas a cada contexto político da sociedade brasileira. Portanto, a trajetória do ensino de História, no Brasil, e a sua dimensão cognitiva de ensino se alinha mais a dimensão política do contexto em questão, do que a dimensão historiográfica e os seus debates. Talvez até certo esvaziamento teórico do ensino de História, agravado pelo vendaval pós-moderno que apregoa o discurso em detrimento da síntese.

Conclusão

Percebemos ao longo da trajetória do ensino de História, no Brasil, que a constituição do currículo da disciplina esteve relacionada aos vários contextos políticos vigentes que tencionaram a estruturação do ensino de História aos interesses e demandas políticas aos grupos hegemônicos de Estado, distanciando-se do debate historiográfico proposto pela academia e do objeto de História, compondo-se de um ensino de História mais preocupado com perspectivas atitudinais e procedimentais do que conceituais que tem sua origem na transposição didática.

Referencias Bibliográficas:

ABUD, Kátia Maria. **O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/ Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.163-174.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto,1998. BITTENCOURT, Circe. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In. BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). *Os currículos do ensino fundamental.*

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Introdução. Brasília: MEC/ SEF, 1998a.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: História. Brasília: MEC, 1998b.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.

MONIOT, Henri. La **question de la référence en didactique de l'histoire.** In. TERRISE, André. *Didactique des disciplines*: les références au savoir. Bruxelles: De Boeck & Larcier, 2001, p.65-75.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.

RÜSEN, Jörn. **Que es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia.** FÜßMANN, Klaus, GRÜTTER, Heinrich Th; RÜSEN, Jörn (eds.). *Historiche Faszination, GeschichtsKultur Heute.* Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994, p. 3-26. Disponível em <www.culturahistorica.es>. Acesso em 10 set. 2010.

RÜSEN, Jörn. **Didática da história: passado, presente e perspectives a partir do caso alemão.** In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: UFPR, 2010.

DAVID, Célia Maria. **Currículo de História – mudanças e persistências:** a proposta curricular do Estado de São Paulo/2008. Franca: 2010. 301 f. Tese (Livre-Docência em Educação). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

_____. Implantação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo/2008; o Caderno do Professor. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.7, n. 3, p. 185-195, 2012.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política educacional brasileira:** educação brasileira numa década de incertezas (1990-2000): avanços e retrocessos. São Paulo: Cte, 2005. (Políticas Públicas)

A utilização das tecnologias pelos licenciandos em Matemática: a experiência da disciplina "Matemática Computacional"

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as práticas desenvolvidas por licenciandos em Matemática em uma disciplina – Matemática Computacional - voltada para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em um curso de licenciatura em Matemática. Tal disciplina, ministrada no primeiro semestre do curso que teve início em 2006, e é oferecido pelo Centro Universitário de Franca, visa preparar os futuros professores de Matemática para utilizarem as TIC como ferramentas para a sala de aula e sobretudo desenvolver nos professores habilidades para o uso das tecnologias. Através de um estudo qualitativo, foi possível averiguar a grande discrepância entre os níveis de conhecimento das TIC dos ingressantes e as várias possibilidades criadas pelos licenciandos em aulas diferenciadas para o ensino de Matemática na Educação Básica. Essa pesquisa evidenciou em questionários aplicados, que por se tratar de uma área onde é necessária uma mudança substancial nos índices de sucesso, tal disciplina tem um caráter fundamental para a preparação dos futuros professores. É importante ressaltar que tal discussão visa contribuir com a montagem de matrizes curriculares para os cursos de licenciatura em Matemática e também para fomentar a discussão da necessidade imediata da inserção do professor de Matemática em uma sala de aula onde seja possível atrelar construção de conhecimento matemático e inserção de TIC, como vários autores (Borba,2010; Costa, 2004; Borba e Penteado, 2001; entre outros) vem salientando em suas pesquisas.

150-2472

Silvia Regina Viel
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
silviaviel@facef.br

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem, Matemática, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Licenciatura.

Introdução

> O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma "cantiga de ninar". Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1997, p. 96).

O Centro universitário de Franca, que iniciou suas atividades em 1951, hoje é uma instituição de ensino superior onde são oferecidos onze cursos de graduação, entre eles o curso de Licenciatura em Matemática.

Este curso, que teve início em 2006, tem como finalidade formar professores para os Ensinos Fundamental e Médio, bem como dar embasamento aos formados para a continuidade de estudos em pós-graduações para atuarem no ensino superior, tem em sua matriz curricular a disciplina Matemática Computacional, oferecida no primeiro semestre letivo.

Esta disciplina, que busca ajudar o ingressante a se adaptar ao novo nível de ensino e principalmente a entrar em contato com as TIC, desenvolve habilidades e prepara os futuros professores de matemática a utilizá-las como ferramentas educacionais. Ainda, visa discutir o papel das metodologias baseadas nas tecnologias para o ensino de Matemática.

A partir da pesquisa realizada junto aos alunos matriculados nesta disciplina durante esse período (2006 à 2014) como docente, foi possível perceber a importância da inserção das tecnologias no início da vida acadêmica desses alunos, já que proporcionou a muitos as primeiras noções do uso das TIC e à outros o aprimoramento deste uso. Para os futuros professores foi possível observar a mudança de paradigma, visto que a maioria não havia aprendido Matemática com o auxilio das tecnologias e se surpreenderam com os resultados das atividades desenvolvidas. Disciplinas com esse fim são essenciais para a formação dos futuros professores de Matemática.

É importante ressaltar que apesar de não ter como objetivo principal o ensino de Matemática, é surpreendente a construção de conceitos matemáticos que acontece sem que este seja o foco das atividades, nas aulas onde são discutidas ferramentas e alternativas metodológicas para o ensino de Matemática.

Este artigo contará com uma sessão onde será discutida a utilização das TIC no ensino aprendizagem de Matemática, e posteriormente uma discussão sobre a formação de professores, em especial de Matemática, finalmente o trabalho desenvolvido na disciplina Matemática Computacional e as considerações sobre as implicações da disciplina para o curso e para a formação dos futuros professores de Matemática.

Utilização das TIC no ensino aprendizagem de Matemática

É sabido que, como parte das últimas mudanças, surge a disseminação e apropriação das TIC em nossa sociedade, com uma utilização maior da informática e da automação nos meios de produção e serviços, gerando novos comportamentos e novas ações humanas (MISKULIN et al., 2006).

Essas mudanças passam a exigir um cidadão crítico, reflexivo, com capacidade de aprender, de trabalhar em grupo, de se conhecer como indivíduo e como membro participante de uma sociedade que busca o seu próprio desenvolvimento, bem como o de sua comunidade. Cabe, à educação, formar este profissional.

Mas desta forma, a educação não pode mais restringir-se ao conjunto de instruções que o professor transmite a um aluno passivo, mas deve enfatizar a construção do conhecimento pelo aluno e o desenvolvimento de novas competências necessárias para sobreviver na sociedade atual (VALENTE, 2002). Enfim, educar em uma sociedade da informação é muito mais do que "treinar" pessoas no uso das novas tecnologias; trata-se de formar os indivíduos para "aprender" de forma a prepará-los para a contínua e acelerada transformação do conhecimento tecnológico (MISKULIN, 1999).

Para Valente (2002), a sociedade do conhecimento requer indivíduos criativos e com capacidade para criticar construtivamente, pensar, aprender sobre aprender, trabalhar em grupo e conhecer seus próprios potenciais. Este indivíduo precisará ter uma visão geral sobre os diferentes problemas ecológicos e sociais que preocupam a sociedade de hoje, bem como profundo conhecimento em domínios específicos. Isto requer um indivíduo atento às mudanças que constantemente melhoram e depuram suas ideias e ações.

Desta forma, professores-educadores da área de Educação Matemática seriam chamados a proporcionar contextos favoráveis para que o processo educativo tomasse outra dimensão: inovadora e compatível com os avanços da ciência e da tecnologia.

Partindo desse pressuposto, Borba e Penteado (2001) e Miskulin et al. (2006) apontam que, com a calculadora e o computador na sala de aula, o professor pode se transformar em mediador do processo educativo e desse modo, o saber matemático vivenciado no contexto tecnológico; se assim não for, infere-se que a exploração, pelos alunos, das possibilidades inerentes ao desenvolvimento científico e tecnológico que perpassam a sociedade estará cada vez mais restrita.

As TIC, aplicadas à Educação, devem migrar de laboratórios separados da sala de aula para uma concepção de ensino e aprendizagem que as integre com o desenvolvimento de temas relacionados às diversas áreas do conhecimento (BORBA, 2010) e cujo acesso ocorra dentro da própria sala de aula, tornando-se um recurso pedagógico de apoio ao professor no desenvolvimento do plano de aula, possibilitando, também, uma integração aluno-professor com o tema em discussão, estimulando e criando novas habilidades para o desenvolvimento do raciocínio lógico, comunicativo e criativo.

Como mencionado anteriormente, as TIC pressupõem uma nova maneira de gerar e adquirir o conhecimento. Sabe-se que o desenvolvimento tecnológico proporciona uma nova dimensão ao processo educacional, uma dimensão que transcende os paradigmas não apropriados do ensino tradicional, pontuado pela instrução programada, pela transmissão de informações e pelo "treinamento" do pensamento mecânico e por meio de algoritmos. Essa nova dimensão prioriza um novo conhecimento, um conhecimento que considera o desenvolvimento do pensamento criativo como aspecto fundamental da cognição humana (MISKULIN et al., 2006).

Borba e Penteado (2001) sugerem que os seres humanos são constituídos por técnicas que estendem e modificam seu raciocínio e, ao mesmo tempo, esses mesmos seres humanos estão constantemente transformando essas técnicas. Baseado nesta ideia entende-se que conhecimento é produzido com uma determinada mídia ou com uma tecnologia da inteligência. É por isso que se adota, nesta pesquisa, uma perspectiva teórica que se apóia na noção de que o conhecimento é produzido por um coletivo formado por seres-humanos-com-mídias ou seres-humanos-com-tecnologias e não, como sugerem outras teorias, por seres humanos solitários ou coletivos formados apenas por seres humanos.

Segundo os autores acima, não se observava que a própria mídia do lápis e papel estava presente em toda a educação e que não se obrigava a criança a utilizar apenas a oralidade para lidar com todos os conteúdos da escola. Em outras palavras, lápis e papel são tecnologias que estendem a memória, como coloca Lévy (1993). Esses autores enfatizam que a dicotomia entre técnica e ser humano, na prática desarma a todos, pois não permite que se observe como a história da humanidade está sempre impregnada de mídias e que se deve, de fato, se preocupar com as transformações do conhecimento nesse momento em que uma mídia, no caso a informática, está se tornando cada vez mais presente no cotidiano (BORBA; PENTEADO, 2001).

É importante notar que, tanto na análise da história das mídias feita por Lévy (1993) quanto em pesquisa como de Borba e Penteado (2001), fica patente que uma mídia não extermina outra. De maneira geral, o cinema não acabou com o teatro, o vídeo não eliminou o cinema; da mesma forma, a oralidade não foi substituída pela escrita, pelo contrário, foi criada uma nova manifestação a partir da leitura da escrita. Não se deve acreditar que a informática irá terminar com a escrita ou com a oralidade, nem que a simulação acabará com a demonstração em Matemática.

Isso significa que a mudança pedagógica que se pretende não é passível de ser resolvida com uma solução mágica, com a compra de equipamentos sofisticados. Essa mudança é muito mais complicada e os desafios são enormes. Porém, se eles não forem atacados com todos os recursos e energia que os educadores dispõem, corre-se o risco da obrigatoriedade de trabalhar em um ambiente obsoleto e em descompasso com a sociedade atual (VALENTE, 2002).

Muitos países, incluindo o Brasil, conseguiram garantir o acesso à educação básica de quase toda a população jovem. O desafio que se coloca hoje é o de proporcionar educação de qualidade para todos (ZUFFO, 2009). Será possível explorar os avanços tecnológicos para vencer, também, esse desafio? Vencer esse desafio dependerá sobremaneira de como são formados os professores.

Passam, portanto, pelo foco desta discussão o papel do professor e suas mudanças, a licenciatura, políticas públicas e a utilização de tecnologias; e apesar do grande número de pesquisas realizadas em todas essas linhas e da significativa produção brasileira de pesquisa em Educação Matemática, Gonçalves (2000) e Fiorentini et al. (2002) avaliam que seus resultados pouco vêm sendo incorporados à prática de formação de professores e levados em consideração durante os processos de reestruturação curricular dos cursos de licenciatura em Matemática.

O desafio de formação de professores

Segundo Freitas et al. (2005), ser professor no Brasil, desde a segunda metade do século XX, não tem sido tarefa fácil. No entanto, nos últimos dez anos, essa tarefa parece estar se tornando ainda mais difícil. As políticas públicas de educação, decorrentes de modelos econômicos globais vêm promovendo uma série de reformas padronizadas e prescritivas, alavancadas por agências financeiras internacionais. Para definir o que é ser professor hoje poder-se-ia descrever páginas e páginas de qualidades necessárias para se desenvolver um bom trabalho nas condições mais adversas possíveis de sala de aula, atribuindo funções diversas e objetivos variados à profissão docente. No entanto, o que se percebe é que, a cada dia, mais cobranças são feitas e mais responsabilidades atribuídas ao professor.

Segundo Hargreaves et al. (2002), em referência a Gramsci (1971), todas as pessoas são intelectuais, mas apenas algumas têm a função de intelectual. Os professores pertencem a esse grupo. Esses profissionais ajudam a formar as gerações do futuro. Seu trabalho não pode e não deve ser reduzido à técnica e à habilidade. O ato de ensinar deve ser imbuído de um propósito moral e de uma missão social que desenvolva os cidadãos de amanhã.

Ao mesmo tempo em que os professores são desafiados a criar e renovar a sociedade informacional ou do conhecimento, são também convocados pelos educadores críticos a assumir o papel de contrapontos à perspectiva pragmática da sociedade tecnológica atual, amenizando seus efeitos perversos, questionando e problematizando o consumismo e o individualismo, denunciando as injustiças e a desigualdade social. Espera-se, ainda, que os professores promovam: valores éticos, respeito mútuo e bem comum; trabalho colaborativo e cooperativo; relações de cuidado com o outro e com o bem-estar social; desenvolvimento social e emocional (FREITAS et al., 2005).

Segundo Freitas et al. (2005), a expectativa da sociedade informacional é considerar os professores como catalisadores dessa sociedade, atribuindo-lhes a responsabilidade de formar o sujeito global com as habilidades e competências requeridas por ela.

Se, por um lado, é esperado dos professores – agentes centrais na sociedade informacional atual – que sejam comprometidos, que estejam continuamente engajados para a construção de uma nova profissionalidade e, acima de tudo, que desenvolvam a "capacidade para assumirem riscos, lidarem com mudanças e conduzirem investigações quando novas demandas e novos problemas lhes são confrontados" (HARGREAVES, 2001, p. 9), por outro lado, as políticas públicas impõem condições de trabalho incompatíveis com tais exigências.

Os professores não podem continuar sendo acusados de serem os únicos culpados – principalmente pela mídia, com a divulgação de dados de avaliações externas – pela má formação que os alunos estão recebendo. A qualidade da formação que vem sendo ofertada em muitas licenciaturas aos futuros professores ou aos professores em exercício não condiz com as atuais necessidades da escola e do trabalho docente. É urgente a ruptura das políticas públicas de formação, pautadas na racionalidade técnica e na lógica do mercado. O trabalho docente é complexo e desafiador, o que exige professores críticos-reflexivos. Esse novo perfil só é possível de ser concretizado com mudanças nas condições de trabalho, ou seja, que os professores sejam efetivos e com carga integral numa mesma escola, e que parte da carga horária seja destinada ao trabalho coletivo (participação no projeto pedagógico da escola, constituição de grupos de estudos e pesquisas, atendimento aos alunos), tornando a escola uma comunidade efetivamente aprendente. Essas condições também incluem a valorização salarial para que o professor possa reduzir sua jornada de trabalho e tenha, assim, tempo para aprofundar seus estudos e para o lazer.

Os resultados do estudo mostram que os professores reivindicam mudanças amplas e profundas na escola, que vão desde aquelas referentes à estrutura e à cultura escolar até à gestão da vida escolar, a qual deveria prioritariamente comprometer-se com a função precípua de promover a educação de jovens e crianças.

A formação de professores de Matemática

Retomando uma breve e recente história, as novas diretrizes curriculares, propostas em 2006, tentaram romper com um modelo de formação de professores ancorada na racionalidade técnica, isto é, três anos de formação teórica acrescido de um ano de formação prática, mas o que na verdade aconteceu, foi a mudança de uma relação dicotômica dissociativa para uma relação dicotômica associativa entre teoria e prática . Essa relação dicotômica, que tem se mantido nessas reformas, é a relação entre formação pedagógica e a formação específica ou Matemática.

Em julho de 2007, novas avaliações levantaram prementes questões relativas à formação do professor de Matemática no Brasil: o Relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE), intitulado "Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais" (IBAÑEZ RUIZ; RAMOS; HINGEL, 2007). Nele a Comissão Especial do CNE, que elaborou o documento, qualificava de "apagão" do Ensino Médio a situação da falta de professores para este nível de ensino, evidenciada pelas estatísticas, sobretudo na área de Ciências e Matemática.

Parece muito preocupante, frente a quantidade de informações que o governo colhe todos os anos da Educação do Brasil, não ter sido observado situação tão grave com relação à necessidade de professores para atuar no ensino Médio e serem necessárias soluções emergências tão comprometedoras para este nível de ensino.

Em contrapartida, aparece na contramão o documento referência organizado na Conferência Nacional da Educação - CONAE, ocorrida em Brasília em 2010, que apesar de não ser um documento com valor legal, aponta caminhos opostos aos que vínhamos percorrendo na Educação e, principalmente, na formação de professores no país. Entre os novos rumos apontados por este documento cita-se: a formação e a valorização dos profissionais do magistério, que devem contemplar aspectos estruturais, particularmente, e superar, paulatinamente, as soluções emergenciais, tais como: cursos de graduação (formação inicial) a distância; cursos de duração reduzida; contratação de profissionais liberais como docentes; aproveitamento de alunos de licenciatura como docentes; e uso complementar de telessalas. A extinção, ainda, de todas as políticas aligeiradas de formação por parte de "empresas", por apresentarem conteúdos desvinculados dos interesses da Educação pública, bem como a superação de políticas de formação que têm como diretriz o parâmetro operacional do mercado e visam a um novo tecnicismo, separando concepção e execução na prática educacional.

Voltando ao papel do professor, atender a todas as expectativas não é tarefa fácil, visto que espera-se que os professores tornem-se superdocentes, capazes de desenvolver e aplicar estratégias de sala de aula cognitivamente profundas, emocionalmente envolvidas e socialmente ricas.

Tal papel é decorrente do fato de, na atual sociedade da informação (HARGREAVES, 2001), atribuir-se à escola e a seus professores o papel fundamental "para 'consertar' a educação" (HARGREAVES et al., 2002, p. viii). Em contrapartida, inúmeros são os debates quanto à preparação dos professores, tida como inadequada (SILVER, 2006).

Assim, é real a crise no recrutamento de professores, visto que a imagem do magistério e da sala de aula caracterizam a atividade do professor como uma atividade altamente estressante, exigente e cada vez mais sujeita à regulação e ao controle externos, o que não colabora muito para a valorização deste profissional (HARGREAVES et al., 2002).

Aponta-se hoje que o curso de formação deve criar condições para que o professor saiba recontextualizar o aprendizado e as experiências vividas, durante a sua formação, para a sua realidade de sala de aula, compatibilizando as necessidades de seus alunos e (com) os objetivos pedagógicos que se propõe a atingir (VALENTE, 2002).

Neste estudo, parto do pressuposto, de acordo com Gonçalves e Fiorentini (2005), de que o formador de professores do curso de licenciatura em Matemática é também um estudioso que tem como objeto de reflexão e investigação sua própria prática como formador; ou seja, é, ou deveria ser, alguém capaz – tanto teórico-metodologicamente quanto institucionalmente – de transformar sua sala de aula e seu trabalho de formador em um laboratório de estudo no qual ele, como formador, e seus alunos, como futuros professores, podem e devem desenvolver pesquisa e refletir sobre a prática docente em Matemática, seja a de outros ou a própria.

Outro aspecto, também em evidência, é a discussão sobre a implantação da informática como co-participante do processo de construção do conhecimento, que implica em mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidade de pais – estejam envolvidos com as propostas de mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional.

A formação que deve ser dada aos professores para implantar as transformações pedagógicas, que hoje são vistas como necessárias, exige uma abordagem que supere as dificuldades em relação ao domínio do computador e ao conteúdo da disciplina que este profissional ministra. Infelizmente, vários profissionais demonstram que os avanços tecnológicos têm desequilibrado e atropelado o processo de formação, fazendo com que professores sintam-se eternamente no estado de principiantes em relação ao uso do computador na educação (VALENTE, 2002).

Segundo Valente (2002), formar professores, neste contexto, significa promover condições para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica e seja capaz de superar barreiras, principalmente de ordem administrativa e pedagógica. Essa prática possibilita a transição de um sistema fragmentado de ensino para uma abordagem integradora de conteúdo,

voltada para a resolução de problemas específicos do interesse de cada aluno e, finalmente, viabiliza condições para que o professor consiga recontextualizar sua formação e sua vivência em sala de aula para a realidade exigida no mundo de hoje. Além do professor, é necessário trabalhar também com outros segmentos da escola, como a administração e a comunidade de pais, para que possam dar apoio e minimizar as dificuldades de implantação de mudanças na escola.

Como já ressaltado, por essa razão, a educação não pode mais restringir-se ao conjunto de instruções que o professor transmite a um aluno passivo, mas deve enfatizar a construção do conhecimento pelo aluno e o desenvolvimento de competências necessárias para sobreviver na sociedade atual (VALENTE, 2002).

Neste sentido, a formação do profissional, para atuar nessa sociedade, implica em entender a aprendizagem como um processo contínuo, o que provoca um redimensionamento dos conceitos já conhecidos e possibilita a busca e compreensão de novas ideias e valores. Segundo Valente (2002), entender a aprendizagem, requer a análise cuidadosa do que significa ensinar e aprender e, consequentemente, rever o papel da escola e, principalmente, do professor. No entanto, implantar mudanças na escola é hoje um enorme desafio e envolve muito mais do que formar o professor. Embora a formação do professor seja um dos fatores importantes dessa mudança, ela não pode ser vista como o único fator que suscita mudança da educação.

Interagem, ou pelo menos devem interagir, com a vida do professor – considerada nas dimensões profissional e pessoal, incluindo os âmbitos emocional e afetivo. Guérios (2005) afirma que é esta composição – a do conhecimento formalmente adquirido pela experiencialidade – que constitui a lógica profissional, que se torna referência na construção dos saberes no transcurso profissional do professor. Ela entende como lógica profissional a que vai se estabelecendo, aos poucos, no decorrer da prática cotidiana. É essa lógica que, muitas vezes, leva o professor a rejeitar o que lhe é imposto verticalmente, em momentos formais de formação. É ela também que provoca nos professores afirmações, como as que se está acostumados a ouvir, de que o conhecimento produzido alheio à realidade da sala de aula não lhes serve, por ser dissociado daquilo que o trabalho cotidiano exige.

A partir desse contexto teórico, a autora expõe três conceitos por ela construídos os quais

> 1) entendo 'formação' como o movimento contínuo de elaboração interior que ocorre no âmago da experiencialidade de cada ser humano em sua interação com o mundo, com os programas oficiais, com os conhecimentos institucionalizados e com outros sujeitos; 2) 'desenvolvimento profissional' é, a meu ver, um processo contínuo de permanente transformação resultante do movimento interior protagonizado pelo professor em sua dialógica relação com o campo de conhecimento que lhe é pertinente e com sua experiencialidade. 3) 'educação permanente' designa um estado de abertura para o espírito: crescer a cada dia, desenvolver-se sempre, fazer-se na prática, embasando-a e subsidiando-a teoricamente, em um movimento cíclico e encadeado em que cada experiência teoriza-se e fundamenta o que há por vir (GUÉRIOS, 2005, p.136).

O desenvolvimento profissional do professor, portanto, acontece ao longo de sua experiência pessoal e profissional com o ensino "e é influenciado por crenças e valores desenvolvidos durante a história de vida" (FERREIRA, 2003, p. 34).

Finalizando, em meio a todas as discussões acima, que foram marcadas pela ênfase na concepção de professor e pelo seu papel, fica evidente as inúmeras mudanças e transformações pelas quais são envolvidos esse profissional. Assim, para completar estas ideias passo a discutir as mudanças no cotidiano docente.

O cotidiano docente

Segundo Hargreaves et al. (2002), é importante que se entenda o quão tecnicamente complexo pode ser o ato de dominar algumas das mudanças educacionais contemporâneas no ensino e no aprendizado, visto que os professores não alteram, e não devem alterar, suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada e eles se sentem forçados a cumpri-la. Eles não podem evocar novas práticas a partir do nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Tudo demanda tempo e reflexão.

A maioria dos professores, hoje em dia, está tendo de aprender a ensinar de uma forma diferente daquela para a qual eles foram preparados. Isso é intelectual e emocionalmente exaustivo (HARGREAVES et al., 2002).

Em comparação a isso, os encarregados de propor reformas, muitas vezes, reconhecem a existência desses desafios ao ensino e proporcionam, pelo menos, certo grau de treinamento no trabalho, buscando contribuir com o processo de implementação. Porém, os níveis de apoio fornecido, na maior parte das vezes, limitam-se a um pequeno número de workshops fora do local de trabalho, a abordagens apressadas e superficiais, ou ao treinamento de instrutores, o que torna mínima a mudança na prática dos educadores ou o retorno individual.

Colocar documentos curriculares no escaninho dos professores e esperar que os conteúdos deles penetrem, sem ser transformados ou alterados, em seus ideais e em seus sistemas de crenças é uma estratégia ingênua. De fato

nem é uma estratégia. Como seus alunos, os professores não são papéis em branco a serem preenchidos e o aprendizado não é osmótico. Mudar crenças e práticas é um trabalho extremamente difícil.

O problema da reforma educacional é "mudar a essência da prática educacional – como os professores entendem a natureza do conhecimento e o papel do estudante no aprendizado, e como essas ideias sobre o conhecimento e sobre o aprendizado se manifestam no ensino e no trabalho de aula" (HARGREAVES et al., 2002, p.115). A mudança, nesse sentido, possui, além de seu lado técnico, um lado humano indispensável. Essa dimensão humana do entendimento da mudança educacional apresenta uma natureza intelectual e emocional.

Intelectualmente, os professores são capazes de descobrir e de entender o significado de cada mudança específica. Para que eles a realizem, ela deve ter clareza suficiente e não ser tão complexa, vaga ou inocente, a ponto de desafiar o mínimo entendimento. Os professores comprometidos são sensíveis e percebem as razões para mudar, para captar a essência das mudanças e se convencer de que ela é factível e irá beneficiar os estudantes. Essas razões devem estar explícitas na política educacional, que deverá propiciar aos professores tempo e oportunidade para entendê-las individual ou coletivamente.

Esse exigente pensamento, ou trabalho intelectual profundo, não acaba quando a mudança é adotada, já que ela pode fraquejar ou tomar cursos inesperados. Nesses momentos, os professores necessitam de tempo, encorajamento e amparo para refletir sobre como a mudança está ocorrendo, para monitorar seu progresso, para garantir que seus propósitos estejam sendo cumpridos, mas sem a exclusão de outros propósitos do currículo, e para fazer ajustes à medida que aprendem com suas tentativas de inovar. O tempo que é dedicado ao planejamento e à reflexão e as oportunidades para fazê-lo com os colegas e com outras pessoas são elementos de apoio essenciais para um processo de mudança bem-sucedido.

A motivação dos professores, em relação à mudança de suas práticas, é influenciada pelo quanto eles pensam que seus objetivos pessoais são condizentes com os detalhes da reforma, pelo quanto sentem que devem ou podem adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias para implementar as mudanças e pelo quanto eles creem que a reforma irá se manter com o tempo.

Estar motivado visando a explorar uma nova forma de ensinar não é suficiente porque, sem os tipos de apoio adequados, o frágil recurso da energia humana pode estressar os professores em vez de mantê-los motivados. Privá-los do tempo necessário para buscar socorro emocional e apoio entre seus colegas talvez tenha como consequência o fato de subtrair deles a chance de descansar, de refletir e comemorar o sucesso.

A mudança não ocorre "por osmose", por ordem administrativa ou por pura vontade e determinação. O sucesso, na implantação, requer oportunidades de esclarecimento, de iniciativas, de políticas e de entendimento das reformas (conhecimento declarativo); oportunidades de desenvolver conhecimentos metodológicos associados à inovação; oportunidades de exploração de rotinas novas e de modificação de práticas. Todo esse trabalho exaustivo requer um aprendizado deliberado e contínuo dos professores (HARGREAVES et al., 2002).

Hargreaves et al. (2002) afirma em suas pesquisas que as formas mais típicas e comuns de desenvolvimento profissional são escolhidas, sobretudo, por serem administrativamente familiares, simples de organizar e fáceis de serem aplicadas e defendidas em termos políticos, e não por serem as mais eficazes do ponto de vista pedagógico.

O tempo é um dos recursos mais raros e mais valiosos no que se refere à inovação educacional: tempo de planejamento, tempo de reflexão acerca de novos temas, tempo de busca de recursos, tempo de compreensão de resultados, tempo de elaboração escrita de unidades, tempo de experiência de novas avaliações; tempo de fazer tudo isso em companhia dos colegas (HARGREAVES et al., 2002).

Segundo Hargreaves et al. (2002) uma mudança educacional, que verdadeiramente mostre aquilo que os professores fazem e os alunos alcançam na sala de aula, não é garantida apenas quando são enunciados novos padrões e quando são lançadas novas ordens, ou quando é feito o gesto da caneta. Os legisladores que agem de outra forma, porque é nisso que acreditam, trilham sobre um caminho tênue entre a ignorância e a arrogância. Uma mudança educacional significativa, que conduza ao ensino e ao aprendizado mais eficaz, é complexa e difícil mesmo para os melhores professores.

Por isso, no final da década de 70, quando teve início a discussão sobre o uso de tecnologia informática (TI) na educação, os educadores estavam frente a um novo desafio. Imaginava-se que uma das implicações da inserção das tecnologias nas escolas seria o desemprego de professores, pois muitos temiam ser substituídos pela máquina. Tal medo pode estar relacionado ao fenômeno do desemprego em diversos setores da sociedade devido ao avanço do uso de tecnologia informática. Vários funcionários eram (e ainda são) demitidos quando as indústrias e outros setores da economia passavam a utilizar máquinas computadorizadas nos setores de produção e administração. Isso porque essas máquinas realizam a tarefa de vários empregados, com economia de tempo e dinheiro (BORBA; PENTEADO, 2001).

Assim, com o passar do tempo a ameaça anterior cede lugar ao desconforto gerado pela percepção de que assumir um papel de destaque significava ter que lidar com mudanças, ou seja, começa-se a perceber que a prática docente, que tradicionalmente vinha sendo desenvolvida, não poderia ficar imune à presença da tecnologia informática.

Com isso, os profissionais da era da informação - engenheiros de computação, analistas de sistema, profissionais de saúde que operam computadores dedicados ao diagnóstico de doenças, cientistas que utilizam a internet e os computadores em suas pesquisas, professores que utilizam tecnologias para ensinar, fazendeiros que utilizam recursos de sensoriamento remoto para prever condições do tempo, entre outros, pois são profissionais da era da informação aqueles que utilizam os recursos das TIC em seu trabalho cotidiano (MISKULIN et al., 2006) – que estavam surgindo evidenciavam a necessidade de o educador matemático assumir um papel fundamental, tornando as TIC partes integrantes da realidade do aluno.

Como já enfatizado, para explorar o potencial educacional das TIC, é preciso haver mudanças na organização da escola e, particularmente, no trabalho do professor. Quanto à escola, é necessário ajustar e/ou eliminar práticas e regras já existentes e concentrar esforços na criação de situações novas. Estão em jogo as normas institucionais, o currículo, a relação com os alunos, com os pais e professores. Quanto ao professor, as mudanças envolvem desde questões operacionais – a organização do espaço físico e a integração do velho com o novo – até questões epistemológicas, como a produção de novos significados para o conteúdo a ser ensinado. Estas são mudanças que afetam a prática do professor e criam um desconforto caracterizado pelo baixo índice de certeza e controle da situação de ensino.

É importante salientar que corroboro Richit (2010), que entende que o processo de desenvolvimento profissional do professor perpassa todas as situações vividas pelo docente em sua prática social cotidiana, iniciando-se no âmbito das experiências escolares e estendendo-se ao longo da vida profissional e social, mobilizado pelas condições que lhe são oferecidas, pelo interesse e motivação do professor em investir em formação, etc. Assim, esta também é uma mudança considerável do ponto de vista de formação.

As condições de trabalho docente, descritas anteriormente, tornam-se ainda mais complexas em se tratando de um profissional da área de Matemática. Além de lidar com a indisciplina e o desinteresse dos alunos, a esse professor cabe ainda a tarefa de romper com o estigma de a Matemática ser uma disciplina difícil e privilégio de poucos (FREITAS et al., 2005).

Não é necessário abordar, aqui, a atual situação do ensino de Matemática no país, visto ser um problema que vem sendo discutido por toda a comunidade de educadores matemáticos.

Além disso, apesar de todo o envolvimento e esforço dos professores na busca de atualização e permanente desenvolvimento profissional, a escola na qual atuam vem se constituindo em um espaço de contradições e conflitos para a realização satisfatória de seu trabalho docente. Isso mostra quão complexa e desafiadora é a atividade docente, hoje, nas escolas brasileiras, em especial no tocante à Matemática.

Entretanto, segundo Freitas et al. (2005), os professores, diante desse quadro sombrio, ainda alimentam esperanças de que é possível reverter essa situação. Mas, para isso, reivindicam mudanças e melhorias: na cultura e na gestão escolar, nas condições físicas e estruturais da escola, no trabalho didático-pedagógico de sala de aula e nas políticas públicas.

Para que as mudanças no ensino de Matemática ocorram, é necessário criar possibilidades de o professor se familiarizar com as atuais recomendações e construir um conhecimento profissional que lhe permita agir na perspectiva da renovação.

Em uma destas perspectivas, ao desenvolver pedagogias apropriadas para o uso das TIC em sala de aula, é importante que o professor se sinta confortável para negociar com quem quer que seja, incluindo os técnicos em informática, sobre a aquisição de softwares e equipamentos para suprirem suas necessidades pedagógicas. Professores, em especial os de Matemática, devem ser parceiros na concepção e condução das atividades com TIC e não meros espectadores e executores de tarefas.

A sobrecarga de trabalho para explorar softwares e planejar atividades, tempo necessário que não é incluído na jornada oficial de trabalho do professor , problemas técnicos , integração das TIC no currículo e no espaço físico, alterações nas relações de poder são algumas das demandas colocadas pela presença das TIC na escola. Esse uso requer do professor uma avaliação permanente dos procedimentos adotados e disponibilidade para o engajamento num processo contínuo de atualização.

A disciplina de Matemática Computacional

Como professora da disciplina desde a primeira turma, se tornou possível observar a crescente desenvoltura dos alunos que chegam ao curso de Licenciatura em Matemática com as tecnologias. Com o passar do tempo e o avançar da popularização das tecnologias, muitas alunos já as tem como parte integrante de suas vidas. Sem deixar de observar a existência de uma parte significativa da turma que não tem contato com as TIC, e tem esse primeiro contato através da disciplina, é possível constatar a sensível mudança de postura frente ao uso das tecnologias como ferramentas para o ensino de Matemática.

Na matriz curricular do curso, essa disciplina é reconhecida como hibrida e integradora, pois não se caracteriza como uma disciplina de cunho estritamente matemático ou pedagógico. Nela se busca estudar desde a utilização de editores de texto e planilhas, até o softwares específicos para matemática e seu ensino, a pesquisa via

internet, montagem de materiais como vídeo-aulas e blogs, e também a construção de atividades com o auxilio do computador.

Utiliza-se o trabalho colaborativo para minimizar as diferenças entre os vários níveis de conhecimento das TIC, acontecendo também o nivelamento dos conhecimentos matemáticos quando possível.

Em aulas que são mescladas entre o laboratório de informática e a sala de aula, acontecem inicialmente discussões sobre a importância da utilização das tecnologias, sobretudo no mundo atual, e principalmente a possibilidade de ensinar matemática com as TIC, sendo auxiliares e verdadeiras ferramentas de aprendizagem. Tornando as aulas dinâmicas e interativas, não é difícil fazer com que os alunos mudem de postura quanto a necessidade de tornar a sala de aula de matemática um ambiente onde as TiC sejam aliadas.

Discutir em meia a uma retrospectiva história sobre a informática e o desenvolvimento de equipamentos como os computadores para o auxilio nas mais diferentes tarefas, inserir a educação e mais especificamente a escola neste panorama, se tornou imprescindível. Nas discussões preliminares da disciplina acontecem essa retomada histórica da chegada dos computadores nas escolas e de todo o processo de introdução das tecnologias na educação no Brasil.

Os alunos, no decorrer das aulas, que mesclam momentos iniciais de uso das TIC como a abertura e utilização de um e-mail, para a comunicação, e outros, mais avançados, como a análise de softwares de matemática, por exemplo, vão descobrindo como as TIC facilitam a aprendizagem de conceitos matemáticos, mas que também não podemos depositar sobre elas todas as possibilidades de sucesso das aulas.

Se posicionando como futuros professores, aprendem a se pontuar os aspectos positivos e negativos da utilização das ferramentas e, sobretudo fazer críticas aos resultados obtidos.

Em avaliações que intercalam momentos de reflexões sobre os trabalhos desenvolvidos em sala e os conteúdos matemáticos que foram vistos durante os estudos, os trabalhos em grupo se destacam como um momento de troca e integração de habilidades com as TIC.

As provas, momento de tensão para os alunos que estão ingressando no ensino superior, vão se tornando aos poucos um momento de discussão e sobretudo de auto-avaliação.

A disciplina tem mostrado sua importância na postura dos futuros professores, que ao terminarem o semestre, acreditam estarem aptos a estudar e interagir com as TIC para o ensino de Matemática

Considerações

Em meio a todas essas reflexões sobre a formação do professor de matemática, a pesquisa realizada nas turmas do curso de Licenciatura em Matemática, primeiro semestre, desde 2006, na disciplina de Matemática Computacional, vem mostrar a importância desta na matriz curricular, visto que busca integrar o futuro professor com as TIC e instrumentalizá-lo para o trabalho de sala de aula.

Tomando como base essa disciplina de caráter misto, isto é, que integra conhecimentos matemáticos e a preocupação com o ensino aprendizagem desses conhecimentos, pode-se afirmar que todos as práticas desenvolvidas em sala levam os licenciandos a refletir e a transformar suas visões metodológicas, levando em conta um aprendizado significativo.

Ao oferecer a disciplina no início do curso, possibilita a utilização das ferramentas apreendidas em outras disciplinas, além de evidenciar a continuidade da comunicação criada via redes sociais entre os alunos, e também dos espaços de discussão dos conhecimentos matemáticos que estão sendo construídos.

Com base nas respostas apresentadas pelos alunos às indagações sobre a importância da disciplina e dos trabalhos desenvolvidos durante o semestre, é possível afirmar que as implicações da disciplina para o curso e para a formação dos futuros professores de Matemática têm sido positivas e relevantes.

A partir da pesquisa realizada junto aos alunos matriculados nesta disciplina durante esse período (2006 à 2014) como docente, foi possível perceber a importância da inserção das tecnologias no início da vida acadêmica desses alunos, já que proporcionou a muitos as primeiras noções do uso das TIC e à outros o aprimoramento deste uso. Para os futuros professores foi possível observar a mudança de paradigma, visto que a maioria não havia aprendido Matemática com o auxilio das tecnologias e se surpreenderam com os resultados das atividades desenvolvidas. Disciplinas com esse fim são essenciais para a formação dos futuros professores de Matemática.

É importante ressaltar que apesar de não ter como objetivo principal o ensino de Matemática, é surpreendente a construção de conceitos matemáticos que acontece sem que este seja o foco das atividades, nas aulas onde são discutidas ferramentas e alternativas metodológicas para o ensino de Matemática.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. Tecnologias na Educação: dos caminhos trilhados aos atuais desafios. Bolema, Rio Claro, ano 21, n. 29, p. 99 -129, 2008.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANSDSZNAJDER, F. O método nas ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. 203p.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1991. 336p.

BORBA, M. C. Tecnologias informáticas na educação matemática e reorganização do pensamento. In: BICUDO, M. A. V. (Org.). Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas. São Paulo: EdUnesp, 1999. p. 285-295. (Seminários e Debates).

_____. Dimensões da educação matemática a distância. In: BICUDO, M. A. V.; _____. (Orgs.). Educação Matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004. p. 296-317.

BORBA, M. C. (Org). Tendências internacionais em formação de professores de matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____.; PENTEADO, M. G. Informática e Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Tendências em Educação Matemática, 9)

COSTA, G. L. M. O professor de matemática e as tecnologias de informação e comunicação: abrindo caminho para a nova cultura profissional. 2004. 204 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

D'AMBROSIO, B. Conteúdo e metodologia na formação de professores. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa, 2005. p. 20-32.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática: arte ou técnica de explicar ou conhecer. São Paulo: Ática, 1990.

ESPINOSA, A. J. ; FIORENTINI, D. (Re)significação e reciprocidade de saberes e práticas no encontro de professores de matemática da escola e da universidade. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Orgs.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa, 2005. p. 152-174.

FERREIRA, A. C. Metacognição e desenvolvimento profissional de professores de matemática: uma experiência de trabalho colaborativo. 2003. 367 p. Tese (Doutorado em Educação: Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FIORENTINI, D. (Org.) Formação de professores de Matemática: explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

_____; NACARATO, A.; FERREIRA, A. C.; LOPES, C. E.; FREITAS, M. T. M., MISKULIN, R. G. S. Formação de Professores que ensinam matemática: um balanço de 25 anos da pesquisa brasileira. Educação em Revista — Dossiê: Educação Matemática, Belo Horizonte, n. 36, p. 137-160, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FREITAS, M. T. M.; NACARATO, A. M.; PASSOS, C. B.; FIORENTINI, D.; FREITAS, F. F.; ROCHA, L. P.; MISKULIN, R. S. O desafio de ser professor de Matemática hoje no Brasil. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Org.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa, 2005. p. 89-105.

GONÇALVES, T. V. O. Ensino de Ciências e Matemática: marcas da diferença. 2000. Tese (Doutorado em Educação: Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____; FIORENTINI, D. Formação e desenvolvimento profissional de docentes que formam matematicamente futuros professores. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Org.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa, 2005. p. 68-88.

GUÉRIOS, E. Espaços intersticiais na formação docente: indicativos para a formação continuada de professores que ensinam matemática. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Org.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa, 2005. p. 128-151.

HARGREAVES, A. O ensino como profissão paradoxal. Pátio, Porto Alegre, ano 4, n.16, p. 13-18, fev./abr. 2001.

_____; EARL, L.; MOORE, S.; MANNING, S. Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

IBAÑEZ RUIZ. A; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. Escassez de Professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2007.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34, 1993.

MISKULIN, R. G. S. Concepções teórico-metodológicas sobre a introdução e a utilização de computadores no processo ensino/aprendizagem da geometria. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____ et al. Pesquisas sobre trabalho colaborativo na formação de professores de matemática: um olhar sobre a produção do Prapem/Unicamp. In: FIORENTINI, D.; NACARATO, A. M. (Org.). Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática. São Paulo: Musa, 2005. p. 196-219.

_____ et al. Identificação e Análise das Dimensões que permeiam a utilização das tecnologias de formação e comunicação nas aulas de matemática no contexto da formação de professores. Bolema, Rio Claro, ano 19, n. 26, p. 103-123, 2006.

SILVER, E. A. Formação de professores de matemática: desafios e direções. Bolema, Rio Claro, ano 19, n. 26, p. 125-152, 2006.

VALENTE, J. A. Diferentes abordagens de educação a distância. Coleção Série Informática na Educação – TVE Educativa, 1999. Disponível em: <http://www.proinfo.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2008.

_____. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

VIEL, S. R. A formação do licenciando em Matemática da UNESP, Campus de Rio Claro: um estudo de caso. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Matemática, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Rio Claro, 1999.

VIEL, S.R. Um olhar sobre a formação de professores de Matemática a distância. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ZUFFO, M. Aprendizagem por meio de ambientes de realidade virtual. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. M. (Orgs.). Educação a distância: o estado da Arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 332-339. Cap. 46.

Administração Pública Escolar: da burocracia à democracia

O tema administração escolar, largamente debatido no Brasil, parece-nos ter passado por poucos avanços no campo da execução das políticas pelos sistemas de ensino. Por essa razão o presente trabalho tem como objetivo apresentar brevemente a história da Administração Pública, com ênfase na administração escolar, apresentando o contexto político-social e os modelos administrativos vigentes ao longo dos tempos. Para tanto, são apresentados os conceitos de administração pública e as características principais da administração patrimonialista, burocrática e gerencial e suas as influências no contexto escolar. É importante destacar que a administração pública não deve ser confundida ou comparada com a administração das empresas privadas, pois os objetivos e o público alvo são distintos. Discute-se, assim, administração patrimonialista, burocrática e gerencial, apoiado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e em obras de Luiz Carlos Bresser Pereira e Fernando Luiz Abrucio, bem como suas influências no contexto escolar, com base nos textos de Benno Sander e Mônica Gather Thurler. Nota-se que a administração gerencial surge como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial. Com a administração burocrática a escola passou a priorizar a organização rígida baseada na normatização de ações. Há uma ênfase no saber fragmentado e especializações das funções, fortifica-se a pedagogia pragmática, no intuito de oferecer soluções de natureza técnica para resolver os problemas educacionais. Os seguidores da organização burocrática acreditavam ser impossível pensar em outro modelo de organização, pois poderia acarretar graves consequências, comprometendo a qualidade do ensino. Em busca da eficiência não alcançada pelo modelo burocrático, torna-se essencial a redução de custos e o aumento da qualidade dos serviços prestados, tendo o cidadão como beneficiário. A partir de 1995 a busca por uma gestão escolar eficiente se faz presente nos documento do MEC com a implementação da gestão pública gerencial que se contrapunha a gestão burocrática, afirmando que esta possui certa rigidez nas normas e regras, centralizando e concentrando funções no aparelho do Estado. Além disso, este trabalho aponta os princípios norteadores e as contribuições da gestão democrática nas escolas públicas, segundo Vitor Henrique Paro. A reflexão sobre o modelo de gestão democrática tão almejada na esfera pública aponta a necessidade de uma escola com princípios de autonomia e participação em busca da qualidade de ensino. Conclui-se que é imprescindível conhecermos a história da administração escolar para compreendermos a realidade atual, os avanços, conquistas e necessidades ainda evidentes nas escolas brasileiras. Somente a clareza sobre a história e as fragilidades poderá promover uma melhoria na organização e funcionamento das escolas, além disso, é necessário que a gestão democrática seja colocada em prática pelas instituições públicas de ensino do nosso país.

068-2386

Francine Leandra de Melo Rodrigues Ishida
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
flmrodrigues@hotmail.com

Tatiana Noronha de Souza
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
tati_noronha@yahoo.com.br

Palavras-chave: administração pública; administração burocrática; administração gerencial; administração escolar; gestão democrática.

Public School Management: from bureaucracy to democracy

ABSTRACT
School management, a theme that is largely debated in Brazil, looks like it has been through few advances in what concerns the accomplishment of policies by the educational systems. This paper has as its objective to present briefly the History of Public Administration, emphasizing the school management, through a political and social context as well as the management models that were in force throughout time. For that, concepts of public management are presented, and also the main characteristics of patrimonialism, bureaucracy and management approach together with their influence in the school's context. It is important to highlight that public management must not be mistook or compared to the private companies management, once their objectives and public are different. In this sense, it is going to be discussed the patrimonialist, bureaucratic and management approaches, supported by the *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* and in works of Luis Carlos Bresser Pereira and Fernando Luiz Abrucio, as well as their influence in the context of schools, that are based on papers of Benno Sander and Monica Gather Thurler. It shall be noticed that the management approach comes up as an answer to the expansion of the economic and social functions of the State; to the technological development and to the globalization of the global economy. With the

bureaucratic management, the school started to prioritize a rigid organization, based on normatized actions. Emphasizing the fragmented knowledge and specialized functions, pragmatic pedagogy gets stronger, aiming to offer solutions from a technical nature to solve educational problems. The followers of the bureaucratic organization believe to be impossible to think in another model of organization, once it could bring on serious consequences, compromising the quality of education. Searching for the efficiency that was not reached in the bureaucratic model, it turned out as essential to reduce the costs and increase the quality of the services offered to the citizens. From 1995 on, the search for an efficient management of school starts to appear into MEC's documents with the implementation of the public management approach that counteract to the bureaucratic one, claiming that the first shows some rigidity in laws and rules, centralizing and concentrating functions in the State apparatus. Furthermore, this paper shows the guidance principles and the contributions of the democratic approach in Brazilian public schools, according to Vitor Henrique Paro. The reflection about the model of democratic management that is so desired by public sphere, presents the necessity of a goof school full of principles of autonomy and participation, searching for education full of quality. The conclusion is that it is vital to know the History of school management in order to comprehend the reality of facts, advances and accomplishments and necessities that are still evident in Brazilian schools. Only this clear view about the History and frailties can promote an increase in the organization and operation of these schools, and moreover it is necessary that the democratic approach is put in practice by the public institutions of education in Brazil.

Keywords: public management; bureaucratic management; management approach; school management; democratic management.

INTRODUÇÃO

Considerando o atual cenário da educação no Brasil, o presente texto busca retratar a história da Administração Pública, com ênfase na administração escolar, apresentando o contexto político-social e os modelos administrativos vigentes ao longo dos tempos.

Primeiramente são apresentados os conceitos de administração pública e as características principais da administração patrimonialista, burocrática e gerencial e suas influências no contexto escolar. Também é apresentada a concepção de gestão democrática, apontando a necessidade de uma escola com princípios de autonomia e participação em busca da qualidade de ensino.

1. OS DIFERENTES MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado foi criado em 1995 com a finalidade de definir objetivos e estabelecer diretrizes para a reforma da administração pública brasileira, necessária após a crise econômica em consequência da crise do Estado.

De acordo com o documento, para promover a correção das desigualdades sociais e regionais e fazer cumprir as políticas públicas, é necessário que o Estado considere o aspecto político e administrativo dos serviços prestados à população.

Sendo considerados no nível político os princípios fundamentais da democracia, defendendo não apenas os direitos individuais e sociais, mas os "direitos públicos" à participação igualitária na coisa pública.

Já no nível administrativo o documento aponta que a administração pública não deve ser confundida ou comparada com a administração das empresas privadas, pois os objetivos e o público alvo são distintos. Além disso, o texto mostra que em uma perspectiva histórica a administração pública evoluiu através de três modelos, que se sucedem no tempo e sem que nenhum deles seja abandonado inteiramente, sendo eles, a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado destaca que na administração patrimonialista o Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, sendo os seus auxiliares, servidores, considerados como parte da nobreza real. Neste modelo de administração a corrupção e o nepotismo são evidentes.

De acordo com o documento, a administração burocrática surge na segunda metade do século XIX, com o objetivo principal de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Neste modelo administrativo o enfoque é no poder racional legal, considerando o desenvolvimento da profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo. Sendo necessários, portanto, controles rígidos dos processos, os quais ficam evidentes e se transformam na razão de ser do funcionário, com isso o Estado volta-se para si mesmo, esquecendo-se de sua missão básica, que é servir a sociedade.

Na administração burocrática a qualidade é a efetividade no controle dos abusos e seu defeito é a ineficiência, a incapacidade de servir aos cidadãos.

Já a administração gerencial, de acordo com o Plano, surge na segunda metade do século XX como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial. Em busca da eficiência, não alcançada pelo modelo burocrático, torna-se essencial a redução de custos e o aumento da qualidade dos serviços prestados, tendo o cidadão como beneficiário.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado considera o modelo de administração gerencial um avanço e, ao mesmo tempo, um rompimento com o modelo burocrático, porém esse ainda está apoiado no anterior, do qual conserva os princípios fundamentais, como a admissão segundo critérios rígidos de mérito, um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático, o profissionalismo e a impessoalidade. Sendo a diferença fundamental a forma de controle que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados.

Na administração pública gerencial busca-se a definição precisa dos objetivos, a garantia de autonomia do administrador, o controle e a cobrança a posteriori dos resultados, a descentralização e redução dos níveis hierárquicos, possibilitando a promoção do aumento da qualidade e da eficiência dos serviços sociais oferecidos pelo setor público, sendo considerado o modelo apropriado para ser implantado na Reforma do Estado.

2. DA ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA À GERENCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Para uma melhor compreensão da atual situação da administração escolar é necessário uma reflexão sobre a história da administração pública em nosso país.

De acordo com Pereira (1996), a administração patrimonialista das monarquias não estabelecia diferenciação entre o patrimônio público e o privado, sendo o Estado considerado propriedade do rei. O nepotismo, empreguismo e corrupção eram norma nesse modelo administrativo revelando-se incompatível com o capitalismo industrial e as democracias parlamentares do século XIX, pois para o capitalismo era necessária a clara separação entre Estado e mercado.

Com isso, surge a administração burocrática moderna, racional-legal, que não apenas deixa clara a distinção entre público e privado, mas que também diferencia o político do administrador público, tendo como característica principal o controle rígido do processo (PEREIRA, 1996).

Pensando na administração escolar, vimos que a administração burocrática chega à escola brasileira interferindo em sua organização tanto no nível administrativo quanto no nível pedagógico, bem como em sua relação com a sociedade. A imposição de funções próximas das instituídas nas empresas capitalistas marca a administração escolar, particularmente a partir dos anos de 1930, no contexto do Estado Novo.

Sander (2007) afirma que neste período a administração da educação brasileira, dá ênfase aos regulamentos para o controle organizacional da educação brasileira.

O autor destaca que a efervescência política e intelectual que marcou o começo do século XX, desde a I Guerra Mundial até a Revolução de 1930, manifestou-se também no setor público e na educação, dando início a numerosos movimentos reformistas na administração do Estado e na gestão da educação, sendo fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e impulsionando o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, no Rio de Janeiro.

A partir desse momento a pedagogia tradicional daria crescente espaço à pedagogia nova, que resultaria na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Nesse contexto, a educação é organizada e regulada por normas legais rígidas, os traços da burocratização se apresentaram na escola de maneira acentuada. A racionalidade penetra na escola e influencia o processo pedagógico, há uma grande predominância da administração burocrática presente na separação entre a concepção e a ação, o que deu origem às funções especializadas no seu interior, sendo alguns responsáveis em conceber teoricamente o ensino e outros em executar aulas.

Para Thurler (2001) o modelo burocrático é fortemente interiorizado pelos atores; influenciando na maneira em que percebem seu papel, sua autonomia, a divisão do trabalho, as relações de poder, a gestão dos processos da mudança, os mecanismos de controle.

Percebe-se que a escola passou a priorizar a organização rígida baseada na normatização de ações. Há uma ênfase no saber fragmentado e especializações das funções, fortifica-se a pedagogia pragmática, no intuito de oferecer soluções de natureza técnica para resolver os problemas educacionais. Os seguidores da organização burocrática acreditavam ser impossível pensar em outro modelo de organização, pois poderia acarretar graves consequências, comprometendo a qualidade do ensino.

Na organização da educação e da escola, os sujeitos e o ensino seguem a lógica burocrática fundamentada em procedimentos rígidos por meio do controle dos processos de trabalho, particularmente do professor e tratamento padronizado aos alunos.

Houve um excessivo processo de hierarquização das funções no espaço escolar por meio da verticalização dos comandos, em que a equipe dirigente impõe as tarefas educativas para legitimar as posições destes na atividade de mando.

O dirigente educacional representado pelo diretor impõe as normas e regulamentos que devem orientar o processo de organização da escola e cabe ao professor e demais funcionários executá-los. A escola torna-se permeada por forte hierarquização o que caracteriza a organização burocrática, sendo exercida por meio da racionalidade e impessoalidade da administração escolar.

Com essa hierarquização os professores concentram-se no trabalho pedagógico em classe sem se preocuparem efetivamente com os problemas administrativos; as tarefas são definidas de maneira clara e estável, o que permite uma não participação na análise aprofundada das relações entre as necessidades e os recursos (THURLER, 2001).

Thurler (2001) afirma que o controle desse processo não permite que os envolvidos tenham poder de decisão nas questões administrativas, pois os que detêm a autoridade formal definem as normas, cabendo aos demais segui-las rigorosamente. Desse modo, os conflitos necessários ao desenvolvimento do processo educativo são reprimidos, uma vez que existe um padrão de formalidade, em que os detentores dos cargos não permitem questionamentos das normas estabelecidas.

Com a necessidade de uma transformação na administração pública para atender as necessidades da população frente ao capitalismo e ideais democráticos, os primeiros elementos da administração gerencial começam a aparecer na segunda metade do século XX.

Pereira (1996) afirma que o Decreto-Lei 200 de 1967 foi uma tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerada um primeiro momento da administração gerencial no Brasil. O decreto tinha como ênfase a descentralização e como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento. Através da flexibilização buscava-se uma maior eficiência nas atividades econômicas do Estado e se fortalecia a relação política entre a tecnocracia estatal, civil e militar e a classe empresarial.

No entanto, o Decreto-Lei 200 teve conseqüências inesperadas, pois permitia a contratação de empregados sem concurso público, facilitando a prática patrimonialista e deixou de realizar concursos e desenvolver carreiras de altos administradores. Nesse momento o núcleo estratégico do Estado foi enfraquecido através de uma estratégia oportunista do regime militar, levando o Decreto-Lei 200 ao fracasso (PEREIRA, 1996).

A partir dos anos 70, com a crise do Estado a reforma da administração pública ganha força, levando a burocracia à crise.

De acordo com Abrucio (1997) o tipo de Estado que começou a se esfacelar em meio a crise dos anos 70 tinha três dimensões interligadas, sendo elas econômica, social e administrativa.

A dimensão Keynesiana era caracterizada pela ativa intervenção do Estado na economia, buscando garantir o pleno emprego e atuar para o desenvolvimento nacional. O Welfare State representava a dimensão social, tendo como objetivo principal a produção de políticas públicas na área social. Já a dimensão administrativa era representada pelo modelo burocrático weberiano, buscando a impessoalidade, a neutralidade e a racionalidade do governo (ABRUCIO, 1997).

Nos anos 1980 inicia-se uma grande revolução na administração pública. Com a redefinição do papel do Estado na economia e a tentativa de reduzir gastos públicos na área social foram aplicados padrões gerenciais na administração pública.

De acordo com Pereira (1996) a administração pública gerencial tem como elementos principais a descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; a descentralização administrativa, administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; organizações com poucos níveis hierárquicos; pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total; controle por resultados (a posteriori), ao invés do controle rígido dos processos administrativos; administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de auto-referida.

O modelo gerencial busca atender a opinião pública, tendo destaque o controle dos gastos públicos e a demanda pela melhor qualidade dos serviços prestados (ABRUCIO, 1997).

O autor afirma que o modelo gerencial também tem seus limites e fraquezas e que ao longo dos tempos ele foi se modificando, constatando a existência, em termos ideais de três tendências básicas: o modelo gerencial puro, o cosumerism e o Public Service Orientation (PSO).

No modelo gerencial puro os conceitos orientadores são: a administração por objetivos a atingir e prazos, em que gestor e funcionário desempenham as funções igualmente em prol dos objetivos; a descentralização administrativa, tendo uma separação de política e administração e empowerment, tendo a necessidade do desenvolvimento de competências pelos que estão na linha de frente para correr riscos. Neste modelo a população é considerada como contribuintes.

O Consumerism não descarta os princípios da administração gerencial pura, mas dá ênfase à flexibilidade, ao planejamento estratégico, à busca da qualidade no serviço público, ao atendimento das expectativas do consumidor e a qualidade, possibilitando a competição entre as agências. Neste modelo a população é considerada como clientes/consumidores.

Já o Public Service Oriented (PSO) tem como elementos principais o foco na eficácia (accountability), a transparência, a participação política, a equidade e a justiça. O que diferencia esse modelo dos demais é o conceito de cidadão (ABRUCIO, 1997).

O Brasil inicia o processo de redemocratização da sociedade na década de 1980. Os ideais democráticos e de luta pela liberdade tomam conta dos espaços políticos e são a causa das reivindicações dos movimentos sociais da época. No contexto educacional, o princípio democrático é inserido na Constituição Federal de 1988 e o direito à educação é garantido na Lei, assim como a gestão democrática da educação (PERONI, 2008).

A autora afirma que apesar das conquistas dos direitos em lei, ainda na década de 1990 há uma tensão pela dificuldade de implementá-los e essa dificuldade pode ser percebida ainda hoje nas instituições de ensino, seja pelo mau entendimento das políticas públicas educacionais sobre a democratização do ensino ou pela resistência de alguns atores.

A partir de 1995 a busca por uma gestão escolar eficiente se faz presente nos documento do MEC com a implementação da gestão pública gerencial que se contrapunha a gestão burocrática, afirmando que esta possui uma certa rigidez nas normas e regras, centralizando e concentrando funções no aparelho do Estado (ZENARDINI, 2006).

Defende-se uma gestão escolar fundada nos princípios da globalização, do neoliberalismo, inclusive como forma de reduzir a pobreza, uma vez que estaria preparando trabalhadores com as qualidades exigidas pelo mercado. Desta forma, passa-se de um modelo hierárquico e centralizador para um modelo flexível, descentralizado, cuja forma de gestão se apropria dos princípios democráticos.

3. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A democratização da escola pública tem como princípios fundamentais a participação, a autonomia e a descentralização, o que é garantido na Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN 9394/96) e no Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001).

Para Lima (2003), a autonomia é necessária para a construção da cultura de uma organização-empresa; a descentralização é coerente com a ordem do mercado, que busca a liberdade individual e a garantia de eficiência econômica; a participação é essencialmente uma técnica de gestão, um fator de coesão e de consenso.

Na escola podemos perceber que a autonomia é concretizada na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, em que a equipe escolar e comunidade local estabelecem seus objetivos e juntos assumem a responsabilidade dos sucessos e fracassos, portanto a autonomia contribui para aumentar a eficiência da escola, maximizando os resultados educacionais. A descentralização reforça a importância de todos no ambiente escolar, com a diminuição da hierarquização das funções. A participação consiste no estabelecimento de parcerias com setores sociais que se disponham a colaborar com a melhoria do ensino público, além da participação dos professores, funcionários e comunidade local, mas sabemos que a participação é algo difícil, é cultural, portanto deve ser praticada, construída.

Paro (1997), também defensor da gestão democrática, enfatiza a importância da participação da família nas decisões da escola. Para ele, enquanto fenômeno social, o processo educativo não pode estar desvinculado do ambiente familiar. Para desempenhar sua função, que é levar o aluno a aprender, a escola deve buscar a continuidade entre a educação familiar e a escolar, através da participação da população na escola em especial pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, de participação na vida da escola.

Para levar o aluno a querer aprender é necessário um acordo com os educandos, fazendo-os sujeitos, e com os familiares, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes o quanto é importante sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadãos (PARO, 1997).

Pensando nos princípios da participação, é necessário que os sistemas de ensino criem programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos; cabe à escola o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos; o envolvimento da família nas condições de aprendizagem dos filhos, nas decisões pedagógicas e administrativas da escola; o estreitamento de laços entre a comunidade e a escola; o conhecimento da realidade do aluno (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

No âmbito escolar já vencemos alguns problemas com o implemento da gestão democrática no Brasil, destacando a escola para todos e a distorção idade-série na Educação Básica, no entanto, temos que vencer alguns outros desafios, como ênfase a participação efetiva da família nas decisões pedagógicas e administrativas da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados, vimos que o conhecimento dos modelos de administração é importante para entendermos a história e a situação atual da administração pública em nosso país, tendo destaque neste trabalho a administração escolar.

Sabemos que as políticas públicas visam atender os interesses sociais da população e a garantia dos direitos de todos, mas as discussões sobre a administração pública, na maioria das vezes, questionam a qualidade dos serviços prestados, pois a população ainda se queixa da pouca eficiência e eficácia dos mesmos e essa insatisfação pode ser

observada nos movimentos sociais, nas ruas e em redes sociais, sendo apontada a insatisfação da população acerca da qualidade da saúde, do transporte e da educação.

Após vários anos de uma administração escolar burocrática, autoritária, hierarquizada ainda percebemos no contexto escolar algumas atitudes por parte de gestores que impossibilitam a participação de professores, funcionários e comunidade nas decisões da escola. Razão pela qual, os atores envolvidos ainda se sentem obrigados a cumprir ordens e aqueles que conhecem seus direitos e percebem a necessidade de opinarem sobre aspectos administrativos e pedagógicos são considerados polêmicos.

Portanto, é necessário que a escola perceba a necessidade de uma mudança de postura em sua administração e coloque realmente em prática os princípios da gestão democrática, com foco principalmente na autonomia, descentralização, participação e busca de resultados (qualidade do ensino).

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na Administação Pública:** Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, Brasília: 1997

BRASIL, Senado Federal. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado** Brasília. Presidência da República. Brasília, 1995

CASTRO, Jane Margareth & REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-familia** – subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

LIMA, Licinio C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** São Paulo. Cortez, 2003.

PARO**,** V. H. **Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18, 1997, Porto Alegre. Anais: Sistemas e instituições: repensando a teoria na prática. Porto Alegre, ANPAE, 1997. Disponível em: <http://www.geocities.ws/angesou/paro2.pdf>. Acesso em 26-10-2013

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço público. Brasília,1996

PERONI, Vera Maria Vidal. **Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado.** In: ANPED SUL, 7., 2008, Itajaí. **Anais...** Itajaí: UNIVALI, 2008.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007.

THURLER, Mônica Gather. **Inovar no interior da escola.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

AMARJA: o mundo da dependência química apreendido a partir do olhar do Serviço Social

O presente trabalho apresenta um estudo realizado na Associação Mão Amiga Recanto Janaína (AMARJA) onde através de uma pesquisa proposta em duas parte tornou possível apreender sob a ótica do Serviço Social um pouco sobre o mundo da dependência química. O objetivo foi conhecer esta expressão da questão social que perpassa um campo de grande atuação destes profissionais, analisar através do olhar do Serviço Social esta demanda, aproximar-se da realidade da pessoa em situação de dependência química através de sua individualidade, da influência da sociedade e dos papeis exercidos na família. A pesquisa foi dividida em dois momentos: a pesquisa documental de registros e as entrevistas estruturadas realizadas via telefone a ex-alunos desta associação. Para que tal pesquisa fosse possível foi utilizada como leitura fundamental o livro "conhecer para cuidar melhor: curso para líderes, voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas" tendo como organizadores Florence Kerr-Corrêa, Vitore André Zilio Maximiano – Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2013 entre outros.

055-2373

Adriana Pereira Souza
Universidade Estadual Paulista
dri_pereira20@hotmail.com

Nayara Hakime Dutra Oliveira
Universidade Estadual Paulista
nayarahakime@hotmail.com

Noelly Jayne de Oliveira Silva
Universidade Estadual Paulista
noellydeoliveira@me.com

Dapheener Sierra Gonçales
Universidade Estadual Paulista
dapheener@gmail.com

Giselle Morais Lima
Universidade Estadual Paulista
giselleamarja@outlook.com

INTRODUÇÃO

Buscando um prazer sem fim, uma experiência diferente ou até mesmo a fuga da realidade, o homem encontrou na natureza os meios de alcançar este objetivo, veremos que desde a tenra idade da civilização algumas espécies de plantas usada de formas específicas levava o homem a sentir essa sensação. Inicia-se assim o que hoje é considerado um dos grandes males da humanidade: a drogadição.

O que antes era apenas uma distração, algo passageiro se caracteriza uma doença, a praga do nosso século. Com o aperfeiçoamento de técnicas as drogas foram manipuladas e muitas são usadas para curar conhecida como remédios, outras formulas foram pensadas para destruir como no caso do crack e LSD, que usam misturas diversas.

Essas drogas combinadas com uma sociedade que vai perdendo seus valores, voltada para um consumismo desenfreado, destruindo a família, onde "ter" é mais quisto que "ser", criou um campo vasto para o trabalho dos Assistentes Sociais, que tem como objeto de trabalho a questão social. A dependência química se encaixa nesse o conjunto de expressões de desigualdades gerada pelo sistema capitalista selvagem, e mostra a necessidade de uma mudança.

Com o reconhecimento do uso exacerbado de drogas como doença surgem na sociedade a figura das comunidades terapêuticas, onde aqui abordamos o trabalho de uma delas, a Associação Mão Amiga Recanto Janaína. Neste espaço de trabalho como o serviço social tem concebido seu olhar para o sujeito que é integrante de uma família que faz parte desta sociedade escravizada que falamos? O que acontece com esses sujeitos após passarem por um tratamento? Qual o papel da família neste processo? De forma sucinta e objetiva abordaremos tais temas. Começando pela história das drogas, conhecendo um pouco sua legislação, até chegarmos nos embates atuais.

DEPENDENCIA QUÍMICA E HISTÓRIA

Não é possível afirmar quando se data o primeiro registro do uso de drogas na história da humanidade, segundo Oliveira e Kerr-Corrêa (2013, p.61) sabe-se que desde muito tempo antes de Cristo eram utilizadas plantas e substancias especificas para provocar alteração de consciência. Existem ainda sinais arqueológicos do uso do álcool

para redução da dor sendo esse usado como medicamento assim como a flor da papoula da onde é retirado o ópio, que na era Mesopotâmica era conhecida com "planta da alegria" dizia-se que essa planta permitia o "contato com os deuses". O uso do álcool como medicamento foi registrado em escrituras da Mesopotâmia em 2.200 a.C. e na América Latina há milhares de anos se usa a folha da coca pela população andina, essa folha que quando mascada atua como estimulante diminuindo a sensação de fome, frio e cansaço.

Na Antiguidade os gregos usavam vários tipos de drogas e eles acreditavam que uma substancia, dependendo de sua dosagem, poderia ser tanto um medicamento como um veneno porque segundo eles era a dosagem que determinava o poder de cura e o envenenamento de alguém, pesquisadores como Pratta e Santos (2009, p.204) ainda ressaltam que os Romanos pensavam da mesma forma vendo uma substancia como neutra e acreditando que o efeito positivo ou negativo dependia de quanto e como determinada substancia seria utilizada.

Entretanto na Idade Média a Igreja Católica considerou tais plantas diabólicas e como sinônimo de feitiçaria devido seus efeitos, utilizar determinadas espécies de plantas para uso terapêutico tornou-se heresia, pois para a Igreja Católica o sofrimento através da mortificação do corpo auxiliava na aproximação de Deus, pessoas que utilizassem essas plantas eram castigados com tortura seguido de morte pelo tribunal da Inquisição. Nessa época a única droga aceita pela Igreja Católica era o vinho por este simbolizar o sangue de Jesus Cristo. (TOSCANO Apud PRATA; SANTOS, 2009, p. 205)

Ainda segundo MacRae Apud Pratta; Santos (2009, p. 205) quando começou o Renascimento no final do século XV, a Igreja Católica começa a perder o poder e influencia o que possibilitou grandes avanços farmacológicos ligados ao uso de drogas pela aproximação da cultura oriental.

Em 1776 na Guerra Civil Americana usava-se o ópio livremente como anestésico para os soldados americanos, já na Segunda Guerra Mundial usavam anfetaminas para acabar com a fadiga dos soldados, que segundo Oliveira e Kerr-Corrêa (2013, p.62) eram bons estimulantes.

No século XIX os cientistas começaram a isolar os princípios ativos de varias plantas, foi quando descobriram a morfina (1806), codeína (1832), cocaína (1860) e a heroína (1883), a cocaína foi muito usada para melhorar as cordas vocais e para dores de dente.

Nos Estados Unidos a partir do século XIX, as drogas passaram a ser consideradas um problema de cunho social, devido ao aumento do uso de bebidas alcoólicas e dos derivados do ópio de da cocaína. Em 1919 os Estados Unidos criaram a 18° Emenda à Constituição proibia a produção, transporte, importação e exportação de bebidas alcoólicas em todos os Estados da federação, também conhecida como lei seca.

> A década seguinte principia com um gigantesco mercado ilegal criado pela Lei Seca, circundado por circuitos clandestinos relacionados a outras drogas proibidas como a cocaína. O aparato burocrático-repressivo cresce desmesuradamente para tentar dar conta das atividades ilegais e de pessoas (negros e imigrantes chineses, mexicanos, irlandeses e italianos) lançadas nesses ambientes de marginalidade. No plano internacional, os EUA mantêm a postura de enunciadores de políticas repressivas que são, em linhas gerais, tomadas como base dos tratados internacionais firmados desde então (RODRIGUES, online).

Muito também se modificou no Brasil durante as últimas décadas como analisaremos a seguir.

A SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM AS DROGAS

Como vimos anteriormente, apenas em meados do século XIX nos Estados Unidos as drogas começaram a ser proibidas, pois as substancias derivadas da cocaína e bebidas alcoólicas, por exemplo, começaram a serem vistas como problema racial, religioso, econômico e político, foi onde também se iniciaram as primeiras campanhas antidrogas que ficaram conhecidas como "proibicionistas".

> Dizia-se que as drogas e o álcool seriam os principais males da civilização. Para os proibicionistas, o uso de drogas seria um problema de vício e de degradação pessoal que levaria à formação de um perigoso mercado ilícito global. Acreditavam ser possível erradicar, permanentemente, costumes sociais milenares, relacionados ao uso de drogas, por meio de leis e da repressão policial e militar (MACRAE, 2014, 36).

O problema em si, não era especificamente relacionado à saúde do individuo que usufruía as drogas, seja ela ilícita ou não, mas sim o julgamento moral e racista perante o grupo que a utilizava. No Brasil não foi diferente, com o pensamento de que as drogas eram um fator ameaçador para o "progresso do país", devido aos grandes centros urbanos que se instalavam e o aumento do alcoolismo e as doenças sexualmente transmissíveis, as campanhas, portanto eram de caráter proibicionistas e repressoras. O verdadeiro "combate às drogas" não existia, nada mais foi que uma marca atribuída aos grupos que participava dessa ação e a exclusão dos mesmos. Na Era Vargas, se houve a

necessidade de incluir a maconha na lista de drogas privilegiadas, pois até então as primeiras leis para tratar dessa questão tinha em sua lista substancias como a cocaína e a morfina, utilizadas pelos brancos das classes altas; o que a classe empobrecida poderia correr o risco com a maconha, por exemplo, não interessava aos médicos e nem mesmo a legislação.

> Não foi levada em conta a profunda heterogeneidade dos modos de consumo, ou das razões, crenças, valores, ritos, estilos de vida e visões de mundo que sustentam o uso de psicoativos. Recorreu-se, em vez disso, a chavões generalizantes, moralistas e preconceituosos como o de "combate às drogas". Isso tornou inviável a adoção de medidas realmente eficazes para fazer prevenção ou lidar com suas consequências mais nocivas (MACRAE, 2014, p.36).

Para Ramos (2012, p.257) ainda no inicio do século XX o Brasil passava por um período de transformação da sociedade devido a Revolução Industrial, nesse contexto surgiram o movimento dos higienistas que faziam intervenções em alguns setores da sociedade, para os higienistas a presença cada vez maior de pessoas andando pelas ruas, fazendo uso de álcool e outras drogas, era prejudicial à ordem social e causava danos na assistência à saúde e essas pessoas não serviam como mão de obra para a indústria, pois essa necessitava de trabalhadores sadios para se desenvolver.

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) se dedicou a combater o alcoolismo com campanhas para conter o avanço do álcool na sociedade e ficou conhecida por Liga Antialcoólica, tentou-se controlar a industrialização, o comércio e o consumo de álcool seguindo a linha dos países como os Estados Unidos que implementou a Lei Seca, mas em beneficio das industrias de álcool a LBHM fazia campanha para que o álcool fosse utilizado somente como substituto da gasolina nos carros (RAMOS, 2012, p. 260). A LBHM ainda defendia "o aumento dos impostos sobre o álcool, a proibição da industrialização e venda aos domingos e feriados, medidas punitivas para aqueles que se embriagassem publicamente, proibição de propaganda de bebidas destiladas, educação preventiva nas escolas em todos os níveis de ensino e nos locais de trabalho e a criação de reformatórios e asilos-colônias para correção de dependentes." (CUNHA apud RAMOS, 2012, p.260).

Em 1921 foi baixado um Decreto n° 4.294 (Brasil, 1921) no qual autorizava ao Poder Executivo regulamentar a entrada no país de substâncias como o ópio, cocaína e seus derivados e criava um local para tratamento médico para alcoólatras e toxicômanos, o que fez com que pessoas que adoeceram por causa do consumo de álcool e outras drogas fossem internadas em manicômios o que se tornou discussão por parte dos psiquiatras que entre outros questionavam o tempo necessário para a internação (RAMOS, 2012, p. 262).

Entidades como a mídia, a polícia e as de cunhos religiosos, por exemplo, passa então por estigmatizar os usuários de drogas desclassificando-os. São sempre os responsáveis pelos problemas que afligem o bem estar da sociedade, e conhecidos muitas vezes por "drogado" e/ou "viciado". Fatores de extrema importância para o entendimento e reflexão "como a má distribuição de renda, as deficiências dos sistemas de educação, saúde e segurança pública não são levados em conta" (MACRAE, 2014, 40).

O que é visto e realizado pela sociedade é a criminalização das drogas, perante as classes subalternas, as mais pobres e as sem acesso aos direitos. As guerras dos traficantes são a insegurança e a ameaça do bem estar da sociedade brasileira, não se consegue identificar então, que esses buracos foram cavados porque houve falhas no sistema público de saúde, educação e segurança. Contudo, a classe média e alta pode utilizá-las e mesmo assim não aparentar o mesmo risco a estrutura do país. Em 2006 foi sancionada a nova lei n.º 11.343/2006 que visa à prevenção de drogas e a reinserção social dos dependentes químicos. Mas ainda sim, mantém o sistema carcerário lotado pela população de baixa renda e negra, enquanto os grandes financiadores ficam livres.

> Ocorre, assim, uma seletividade do sistema penal que permite que a política de drogas acabe, mais uma vez, servindo para a manutenção da tradição brasileira de criminalizar a pobreza e a negritude (MACRAE,2014, p.40).

Para que a mudança do olhar para a dependência química mudasse levou tempo e continuará levando. Na atualidade esta é vista como doença, e o Serviço Social vai além analisando a drogadição como uma expressão da Questão Social.

> Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Dentro dos conceitos apreendidos pelos profissionais do Serviço Social, é importante ressaltar a analise da situação de dependência química na sua totalidade, isso significa:

> que estas demandas não aparecem da forma como elas realmente são, com todas as suas complexidades, mas de forma camuflada e distorcida do seu significado real. É através da mediação, de sucessivas aproximações com o real, que o assistente social irá desvelar as aparências (CAVALLI, 2012, p.7).

No caso da dependência química é necessário analisar não só o contexto social e o individual, mas também o familiar. E sendo a família o primeiro núcleo social que o individuo vivencia dedicaremos um pouco mais de tempo a ela.

O PAPEL DA FAMÍLIA E A DEPENDENCIA QUIMICA

Ao considerarmos a família o primeiro grupo social no qual os indivíduos estão inseridos, ou seja, é a primeira referencia da pessoa, o inicio do laço familiar, pressupõe-se que neste local todos terão apoio e acolhimento necessário para se desenvolver. É também onde o individuo tem a primeira noção de mundo, de relações afetivas e onde realmente se inicia a formação pessoal.

> A inclusão da família é muito importante na construção de qualquer processo de compreensão e intervenção com o usuário, devendo ser incluída desde o começo em todas as ações em saúde, o que torna funda- mental conhecê-la, em suas potencialidades e fraquezas, suas redes e suas determinações para as possibilidades (ou não) de mudanças. Assim, a família deveria ser protagonista de todo o processo de acompanhamento do sujeito (COSTA, 2014, p. 58).

A família se torna responsável por conduzir seus membros a situações fora da zona de conforto familiar, favorecendo suas relações sociais, tais como os novos laços afetivos que virão.

Tendo isso em vista, a família ocupa um ponto central no crescimento do indivíduo, tão importante que a ausência ou excesso dos papeis vivenciados por esta poderão se tornar fatores de risco.

> Sabe-se que entre os principais fatores de risco identificados estão os problemas relacionados entre pais e filhos: ausência de regras e normas claras dentro do contexto famílias (limites): o uso de drogas pelos pais, irmãos ou parentes próximos: a violência familiar: a dificuldade de comunicação: e a falta de acompanhamento e monitoramento constante dos filos por parte dos pais entre outros fatores (SIMÃO; SMAIRA, 2013, p. 224).

Quando as drogas ultrapassam as fronteiras do que antes era apenas momentos de rituais religiosos ou de tratamento, começou-se a considerar como um problema. Problema este de cunho individual e também de grupo, pois todos que estiverem por perto perceberão os danos causados. Em muitos casos, famílias inteiras são completamente destruídas, por passar a conviver com os problemas causados pela dependência.

Para as famílias, o primeiro impacto em saber que um membro está fazendo uso de drogas é marcante; tão marcante que ocorre a negação desse fato, de que as drogas não causam problemas ao convívio familiar. Há então, a inversão de papeis entre seus membros, ocultando ao usuário a possibilidade de perceber os problemas que as drogas lhe causam, pois alguém já assumiu sua tarefa e pra esse indivíduo se encontra tudo nos conformes. Após isso, muitas vezes há ruptura familiar devido à exaustão emocional, e também a forte pressão sofrida ao se tentar melhorar as condições de relacionamento.

E para proporcionar uma maior efetividade no tratamento do individuo em situação de dependência, é preciso dar a possibilidade a este e sua família de trazer de volta o vínculo, renovar a confiança. É necessário que a família se faça presente no tratamento, durante e após. É por ela na maioria das vezes, que o individuo lutará para melhorar, pois sabe que lá fora há alguém que o quer bem e de volta. Já sem esse apoio familiar, o tratamento fica relativamente mais complicado, os obstáculos são maiores e a determinação em sua luta também, não que não seja possível, mas a presença da família a torna mais viável. “Uma das metas do tratamento e resgatar a autonomia de cada pessoa e da família, além de encorajar para as mudanças, considerando o contexto e as particularidades de cada uma dessas pessoas. (226)”

Essa participação familiar é necessária também devido a um sintoma chamado co-dependência, momento este em que a família também adoece e por isso necessita do tratamento, ela deve se fortalecer para contribuir no tratamento do membro que sofre com a dependência química. A família ou parte de seus membros passam a viver em função da doença deixando de viver sua própria vida, e para inicio de conversa se faz uma conscientização com estes.

Na pesquisa verificamos este papel da família com mais autonomia voltaremos a discorrer sobre parte tão importante mais a frente.

A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

Enfim chegamos a parte que consideramos mais deleitosa deste artigo que é confrontar a teoria com a pratica. Falar de dependência química e não falar do tratamento é vão.

Com o avanço dos anos como analisamos na parte histórica deste artigo foi necessário a criação de ferramentas que atendesse a população que se encontrava em situação de dependência química. Atualmente existem 3 tipos de tratamentos: Voluntários, Involuntários e Compulsórios.

Os tratamentos voluntários consistem na participação da pessoa em situação de dependência química de livre e espontânea vontade a atendimentos psicoterapêuticos e/ou médicos através de internação ou não. Quando a necessidade de internação surge a figura da Comunidade Terapêutica a qual nos prenderemos mais tempo posteriormente por ser esta o nosso território de pesquisa.

Os tratamentos involuntários são feitos contra a vontade da pessoa, quando diagnosticado a necessidade médica ou por solicitação da família.

O terceiro e ultimo tipo de tratamento é compulsório, realizado através de internação em clinica por ordem judicial.

Neste trabalho focaremos no tipo de tratamento oferecido pelas Comunidades Terapêuticas (CT´s) onde realizamos a referida pesquisa.

Surgimentos das Comunidades Terapêuticas

As CT´s surgem no Norte da America, especificamente nos Estados Unidos da América por volta de 1920:

> Na segunda década do século XX, Frank Buchman, ministro evangélico luterano fundou uma organização religiosa, a First Century Christian Fellowship, que transmitia como mensagem essencial o retorno à pureza e à inocência dos primórdios da Igreja cristã. Os transtornos mentais e o alcoolismo eram contemplados pelas preocupações do movimento por serem considerados sinais de “destruição espiritual”. Parte das ideias e práticas incluía a ética do trabalho, o cuidado mútuo, a orientação partilhada e os valores religiosos da honestidade, da pureza, do altruísmo e do amor, o autoexame, a reparação e o trabalho conjunto (FRACASSO, 2013, p.38).

Nesta época ainda não era usado o termo Comunidade Terapeutica, que só aparece mais tarde com Dr. Jones, psiquiatra americano:

> O termo “comunidade terapêutica” (CT) foi primeiro usado por Maxwell Jones, que dirigia o hospital Dingleton, na Escócia. O Dr. Jones era um psiquiatra preocupado com o fato de que a psiquiatria tradicional parecia não estar ajudando os pacientes. Para solucionar esse problema, convidou vários profissionais para o que chamou de “reunião mundial”, visando investigar como falar diretamente com seus pacientes, procurando desmistificar a imagem autoritária dos profissionais que atuavam nos hospitais, insistindo bastante na ideia de autoajuda, de ajuda mútua e de que todos deveriam trabalhar juntos para ajudarem a si mesmos e aos demais (FRACASSO, 2013, p.38).

A primeira CT psiquiátrica foi no Hospital de Belmont, na Inglaterra em 1940, tinha 100 leitos e foi considerado o hospital social padrão para tratamento de transtornos psiquiátricos. O ambiente tinha uma natureza terapêutica.

> A natureza terapêutica do ambiente total (motivação geral das CTs de Maxwell Jones) é precursora do conceito fundamental de comunidade como método de tratamento de substâncias psicoativas. Esse modelo, fundamentado como uma abordagem de mútua ajuda, manteve essa característica essencial e diversificou- se, englobando e combinando com eficácia outros modelos psicossociais vigentes, tais como a prevenção da recaída e técnicas motivacionais, além de inúmeros serviços adicionais relacionados à família, à educação ou trabalho e à saúde física e mental (FRACASSO, 2013, p.40).

Já em 1970 essa modalidade de tratamento se expande e chega na américa latina, porém no brasil só é regulamentado no ano de 2001:

> Nos anos 1970, devido à flexibilidade de suas propostas, as CTs multiplicaram-se sem qualquer regulamentação, evidenciando-se um funcionamento precário para muitas delas. Nesse cenário, e com o apoio das comunidades terapêuticas organizadas em federações, surgiu a necessidade do estabelecimento de um padrão básico para o funcionamento destes serviços, que garantisse a segurança e a qualidade do trabalho de recuperação das pessoas com dependência química. Em 30 de maio de 2001, a diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), adotou a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC 101/01 como Regulamento Técnico para o Funcionamento das Comunidades Terapêuticas – Serviços de Atenção às Pessoas com Transtornos decorrentes do Uso ou Abuso de Substâncias Psicoativas (SPA), segundo Modelo Psicossocial (ANVISA, 2001) (FRACASSO, 2013, p.43).

Com esta história sobre as CT´s podemos agora apresentar a Associação Mão Amiga Recanto Janaína (AMARJA), a qual serviu de campo de pesquisa.

A história desta instituição se inicia em um momento de partilha familiar e um então, sonho começa a ser gerado quando Janaina uma adolescente de 17 anos relata a seus familiares a respeito de seu ideal: "no futuro farei deste sitio um centro de recuperação para dependentes químicos". O referido Sitio pertencia a família e era localizado no Municipio de Monte Santo/MG. Janaina faleceu menos de um ano depois e o que antes se tratava apenas de um sonho tornou-se realidade diante a responsabilidade assumida por seus familiares.

Em 21 de setembro de 2005 é fundada a Associação Mão Amiga Recanto Janaina (AMARJA) com o compromisso de cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas na recuperação de dependentes químicos. Através de atendimento aos alunos e as famílias, mediante terapia em grupo, na conscientização em lidar com a doença e também com internações no sítio. Tendo como foco principal a recuperação do ser humano, baseado na laborterapia, psicoterapia, disciplina, autodesenvolvimento e espiritualidade.

Após 5 anos de pleno funcionamento, a demanda de atendimento a usuários da cidade de Franca e região aumentou, e percebeu-se a necessidade de mudar o local das internações. O endereço até novembro de 2010 foi em Cássia dos Coqueiros / MG. O que também se mostrou propício naquele momento dado as adequações que seriam necessárias para estar em consonância com as exigências da Vigilância Sanitária.

A partir de 2011 a sede da AMARJA, local onde seriam realizadas as internações foram estruturadas à Rua Emiliano Di Cavalcanti, 201, Recreio Campo Belo, atendendo as normativas da RDC 29/2011. E a sede administrativa foi fixada na Rua Ouvidor Freire, 2090 no centro da cidade de Franca.

No dia 2 de fevereiro de 2010, a Câmara Municipal de Franca votou por unanimidade a favor do Projeto de Lei nº 195/2009 de autoria do Vereador Pastor Luís Otávio Rodrigues Pinheiro, que concedia a AMARJA o título de Utilidade Publica Municipal através da Lei nº 7.352, de 09 de fevereiro de 2010. Pouco tempo depois, também foi concedido a AMARJA através do projeto Lei nº 135/12 de autoria do Deputado Estadual Roberto Engler, o Título de Utilidade Publica Estadual através da Lei nº 14.934, de 09 de janeiro de 2013.

Neste mesmo ano de 2013 a Câmara Municipal de Franca concedeu a esta Associação o Diploma de Honra ao Mérito pelos relevantes serviços prestados à comunidade através da Resolução 489/2013 de autoria do Vereador e Presidente da Câmara Dr. Jepy Pereira.

Em setembro de 2013 após todo processo de concretização da parceria com a SENAD (Secretaria Nacional de Politica Sobre Drogas), foi então aprovado o convenio, possibilitando apoio de cunho nacional a instituição. De acordo com contrato 133/2013 – SENAD/MJ procedido a partir do Edital de Chamamento Público n°. 001/2012 – SENAD/MJ.

Em 25 de junho de 2014 através da portaria 1.136 o Ministro de Estado da Justiça concede então, a Amarja o título de Utilidade Pública Federal.

Os títulos para a instituição é simplesmente um detalhe "a cereja do bolo", pois os maiores resultados se tem todos os dias ao ver todas as mudanças que ocorrem na vida dos indivíduos que por ali passam, não por questão milagrosa, mas pela dedicação de vários profissionais envolvidos nessa equação sem resultado exato.

O programa terapêutico psicossocial desenvolvido na AMARJA tem como objetivo ajudar o dependente químico a reformular seu estilo de vida. E podendo se desenvolver nas diversas dimensões do ser humano, aprendendo a reconstruir relações de honestidade, transparência, autenticidade, além de uma postura madura e responsável pela sua vida e história pessoal. Para tanto, disponibiliza profissionais para prestar atendimentos e serviços especializados viabilizando tal aprendizado/desenvolvimento, além do interesse e disposição pessoal imprescindível para o tratamento.

Hoje a CT tem capacidade para atender até 20 internações para homens acima de 18 anos.

Neste espaço pudemos conhecer melhor o tratamento em si, as dificuldades enfrentadas para se conseguir a internação e como é significativo a perda dos vínculos familiares.

Como recorte temporal utilizou-se o primeiro semestre de 2014, onde a Associação realizou atendimentos a 100 homens, dos quais resultaram 51 internações. Destas internações 2 tiveram alta terapêutica(concluíram o

tratamento), 1 alta administrativa (exclusão devida a falta grave de comportamento), 10 permanecem em tratamento e 38 desistências (abandonaram o tratamento).

É importante ressaltar aqui a participação da família, menos de 10% deste numero de internações tiveram como responsáveis o pai e a mãe, enquanto quase 50% dos casos a mãe era a única responsável. Foram atendidos neste ano ainda casos onde os laços familiares estavam completamente rompidos e o responsável pelas internações acabavam sendo assistentes sociais da Rede de Apoio de Acolhimento (Abrigo Provisório e Centro Pop).

Para contato com as famílias foram usadas ligações telefônicas dadas o grande número de internações.

Das ligações realizadas obtivemos sucesso em 69% delas, estes resultaram que: 17% dos ex-alunos estão bem, a maioria dos que não retornaram ao padrão antigo está trabalhando. Outros 17% estão vivenciando um novo tratamento. Apenas 15% retornaram ao padrão antigo e continuam com o uso de drogas e 20% foi embora e o familiar não tem noticias.

Entre as drogas mais utilizadas está o CRACK em primeiro lugar, seguido da cocaína e do álcool. Das 51 internações realizadas no primeiro semestre de 2014, 55% dos casos a principal substancia utilizada era o crack.

CONCLUSÃO

Com estes estudos e pesquisa realizada na AMARJA pode-se ver claramente a importância do trabalho em rede, que envolve principalmente saúde e a assistência no caso da dependência química. Tais resultados refletem que o trabalho do assistente social quando articulado com os demais serviços oferecidos tendem a ter mais produtividade e assertividade.

Outro percepção é sobre a participação da família, os resultados obtidos nos trouxeram a inquietude sobre a importância dos desenvolvimentos dos papeis principalmente relacionados a figura da mãe e do pai. Quanto pode ser considerado fator de risco ou proteção a participação ou ausência dos pais? E com dados em mãos percebemos o quanto o Serviço Social pode estar mais próximo das famílias viabilizando o acesso ao tratamento.

O que tem acontecido com a sociedade é a inversão de valores, e as pessoas buscam nas drogas algo que nunca encontrarão. Essa busca aliada aos fatores de risco ou proteção é que definirá a probabilidade da doença se instaurar e fazer com que tantas pessoas necessitem do tratamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.294, de 6 de Julho de 1921**. Estabelece penalidades para os contraventores na venda de cocaina, opio, morphina e seus derivados; crêa um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo alcool ou substancias venenosas; estabelece as fórmas de processo e julgamento e manda abrir os creditos necessários. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-publicacaooriginal-92525-pl.html> Acesso em: 24 de jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm> Acesso em: 23 de jun. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Politicas sobre Drogas – SENAD. **Capacitação para comunidades terapêuticas – Conhecer para cuidar melhor: curso para lideres, voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas**. Organizadores Florence Kerr-Correa, Vitore André Zilio Maximiano – Brasília, DF: SENAD, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 6. ed. – Brasília, DF : SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

CAVALLI, Michelle. **A categoria mediação e o processo de trabalho no serviço social:** uma relação possível? Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Instrumentais-SS.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2014.

COSTA, Ileno Izídio da. **O sujeito, os contextos e a abordagem psicossocial no uso de drogas.** In: Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias / Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 6. ed. – Brasília, DF : SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

FRACASSO, Laura. **As mudanças no processo de criação das Comunidades Terapêuticas.** In: Capacitação para comunidades terapêuticas – Conhecer para cuidar melhor: curso para lideres, voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas, Organizadores Florence Kerr-Correa, Vitore André Zilio Maximiano – Brasília, DF: SENAD, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MACRAE, Edwrad. **A história e os contextos socioculturais do uso de drogas.** In: Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias / Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. – 6. ed. – Brasília, DF : SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

OLIVEIRA, Janaina Barbosa de; KERR-CORRÊA, Florence. **Os aspectos socioculturais do uso de crack, álcool e outras drogas.** In: Capacitação para comunidades terapêuticas – Conhecer para cuidar melhor: curso para lideres, voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas, Organizadores Florence Kerr-Correa, Vitore André Zilio Maximiano – Brasília, DF: SENAD, 2013.

PRATTA, Elisângela Maria Machado. SANTOS, Manoel Antonio dos. **O Processo Saúde - Doença e a Dependência Química**: Interfaces e Evolução. Revista: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Abr-Jun 2009, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a08v25n2.pdf> Acesso em: 24 de jun. 2014.

RAMOS, Renata C. B. Marques. **O ideário higienista nas questões do álcool e outras drogas.** In: Higiene mental: ideias que atravessaram o século XX Org: Maria Lúcia Boarini; prefácio Alfred Schechtman. - Maringá: Ed. da UEM, 2012.

RODRIGUES, THIAGO M. S.. **A infindável guerra americana**: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 16, n. 2, June 2002 (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000200012&script=sci_arttext)

SIMÃO, Maria Odete; SMAIRA, Sumaia Inaty. **Abordagem familiar na dependência de crack, álcool e outras drogas.** In: Capacitação para comunidades terapêuticas – Conhecer para cuidar melhor: curso para lideres, voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas, Organizadores Florence Kerr-Correa, Vitore André Zilio Maximiano – Brasília, DF: SENAD, 2013.

Análise do discurso midiático sobre o fim de uma profissão

Sabe-se que o trabalho doméstico no Brasil, além de representar fonte de ocupação e de entrada no mercado de trabalho para mulheres pobres e com baixa escolaridade, tem importância ímpar no desenvolvimento social e econômico do país. Apesar disso, é marcado por uma discriminação legalmente articulada, pois a Constituição Federal brasileira, no parágrafo único do seu artigo 7º, ainda exclui a categoria de vários direitos que beneficiam as demais classes laborais. Nesse cenário, o presente trabalho tem por foco a análise do discurso da repercussão midiática em relação à legislação sobre o trabalho doméstico no Brasil. O intuito é refletir acerca das condições discursivas dos trabalhadores domésticos na mídia, considerando-se a desigualdade que jamais deixaram de sofrer em relação aos trabalhadores de qualquer outra categoria profissional no tocante à concessão de direitos trabalhistas. Partindo-se da premissa de que a mídia é lugar por excelência da sociedade contemporânea de produção e circulação de discursos, e considerando-se que é no campo midiático que a discussão sobre o trabalho doméstico no Brasil ganha corpo, pois viabiliza identificar as posições discursivas acerca do tema, acredita-se que a análise do discurso midiático que advém dos enunciados normativos que regulam a profissão, promulgados no ordenamento jurídico, conforme aqui está sendo proposto, faz-se importante para se refletir sobre como as relações de força fazem evoluir e transformar a sociedade. Para se dar conta do objetivo traçado, necessário se faz reunir notícias veiculadas na mídia sobre a promulgação das principais leis que tratam do trabalho doméstico no país, material que, a propósito, integrará o corpus de análise. Nesse sentido, o foco são os seguintes marcos histórico-legislativos: 1) a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943; 2) a lei 5.859, de 1972; 3) a Constituição Federal de 1988; 4) a lei 10.208, de 2001; 5) a lei nº 11.324, de 2006; e 6) a Emenda Constitucional n. 72, de 2013. Pretende-se reunir notícias veiculadas em veículos de forte apelo como formadores de opinião em nível nacional. Nessa perspectiva, elege-se, como base, os jornais O Estado de S. Paulo e O Globo e as revistas Veja e Isto é. Diante disso, as investigações sobre as construções discursivas produzidas a partir da promulgação de cada legislação específica conduzem à investigação do modo como a mídia responde, em suas práticas discursivas, ao processo de mudanças legislativas em prol dos domésticos. A análise do papel da mídia na produção e circulação de sentidos e na transformação das práticas discursivas será realizada sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa, somada às contribuições de Michel Foucault para o estudo do discurso.

041-2359

Diane Heire Silva Paludetto
Universidade Federal de São Carlos
diane.hsp@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por foco a análise do discurso da repercussão midiática em relação à legislação sobre o trabalho doméstico no Brasil, desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, até a recente Emenda Constitucional n. 72, de 2013. Nesse contexto, o intuito é refletir acerca das condições discursivas dos trabalhadores domésticos na mídia, considerando-se a desigualdade que jamais deixaram de sofrer em relação aos trabalhadores de qualquer outra categoria profissional no tocante à concessão de direitos trabalhistas.

Para tanto, se faz necessário investigar e percorrer o cenário de evolução jurídica que marcou a luta da categoria pela proteção trabalhista desde a década de 1940, possibilitando-se constatar as transformações sociais e políticas dos sujeitos dos discursos.

Em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) especificou que seus preceitos, salvo determinação em contrário, não se aplicam aos empregados domésticos, regra ainda contida nesse texto legal. Tal exclusão marcou, assim, a marginalização da categoria, que foi vencida na luta de se ver reconhecida no mundo do trabalho, luta cujo oponente foi a representação da resistência das classes dominantes, do discurso centralizador de que o trabalho doméstico não seria um trabalho equiparado aos demais.

A situação da categoria obteve uma melhora com o advento da lei nº 5.859, de 1972, que incluiu o doméstico na condição de segurado obrigatório da Previdência Social e determinou a obrigatoriedade da anotação do contrato de trabalho em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Ademais, concedeu-lhe o direito a férias de 20 dias úteis.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve mais um avanço na conquista da classe no que diz respeito aos direitos trabalhistas, uma vez que concedeu a garantia do salário mínimo, da irredutibilidade do salário, do décimo terceiro salário, do repouso semanal remunerado, das férias anuais, da licença à gestante, da licença paternidade, do aviso prévio e da aposentadoria. No texto constitucional, o artigo 7º relacionava os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos em 34 incisos, mas, em seu parágrafo único, excluía o trabalhador doméstico da maioria dos direitos, visto que a eles assegurava apenas nove dos direitos relacionados.

Na sequência, a lei 10.208, de 23 de março de 2001, facultou ao empregador o recolhimento das contribuições ao FGTS, o que permite aos beneficiados usufruir o seguro-desemprego no caso de dispensa imotivada. Contudo, devido ao caráter de liberalidade, a medida atingiu menos que 2% dos empregados com registro formal.

Outro marco legislativo importante se deu com a promulgação da lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que representou um dos poucos acréscimos normativos referentes ao trabalho doméstico nos últimos 20 anos até a promulgação da Emenda Constitucional n. 72. Na ocasião, foram garantidos os seguintes direitos: férias de 30 dias, estabilidade gestante e a proibição do desconto no salário por fornecimento de alimentação, higiene, moradia e vestuário. Porém, ficaram de fora direitos elementares, reconhecidos aos demais trabalhadores, como a limitação de jornada, o adicional noturno, o FGTS obrigatório e a indenização por tempo de serviço.

Também em 2008, houve avanço em relação ao tratamento dado ao trabalho doméstico no Brasil, através do decreto 6.481, em que o governo federal proibiu o trabalho doméstico para menores de 18 anos, acatando assim a Convenção 182 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 1999, ratificada pelo Brasil, que considera o labor doméstico como uma das piores formas de trabalho infantil.

Nota-se, então, que após a promulgação da Constituição brasileira de 1988, leis esparsas ampliaram os direitos dos domésticos, mas não ao ponto de equipará-los às demais categorias. Daí a razão pela qual tramitou a discussão sobre a Proposta de Emenda Constitucional, a PEC n. 478, que propôs a exclusão do parágrafo único do artigo 7º, da Constituição Federal, como forma de superar o histórico déficit de direitos assegurados a essa classe trabalhadora. É, pois, de longa data o movimento classista que revela a tendência de se tornarem cada vez mais equânimes os direitos dos trabalhadores domésticos em relação aos direitos das demais categorias profissionais.

Em junho de 2010, em Genebra, na Suíça, a Conferência Internacional do Trabalho, em sua 99ª edição, pela primeira vez incluiu em sua pauta a discussão acerca dos problemas e desafios do emprego doméstico no mundo, tratando-o como tema central (JB ONLINE, [s.d]). Cerca de 20 representantes da categoria no Brasil participaram como debatedores (INFONET, [s.d]). O resultado foi uma importante conquista: a garantia da criação de uma convenção, seguida de recomendação para garantir a proteção para esses trabalhadores (SINDIPETRO, [s.d]).

Esta convenção foi concretizada em junho de 2011, também em Genebra, bem como a Recomendação sobre as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos, que, no meio a várias disposições, recomendou aos países membros da ONU adotarem medidas para a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

O Brasil foi participante ativo na Convenção[i] e, portanto, se pensava que seria o primeiro país a ratificá-la. Devido à inércia, movimentos surgiram para pressionar o governo brasileiro (CONTRACS, 2012). Isso fez com que se reascendesse a discussão da Proposta de Emenda Constitucional n. 478 de 2010, que na ocasião estava interrompida. Com a efetiva votação da PEC, que originou a Emenda Constitucional n. 72, o Brasil, ao menos teoricamente, aderiu à Convenção da OIT.

Diz-se *ao menos teoricamente* porque a finalidade da proposta originária de emenda à Constituição, que previa a equiparação plena, não foi atendida. O texto final aprovado garante constitucionalmente os seguintes direitos: garantia de salário não inferior ao mínimo; proteção do salário, proibida a retenção; limitação da carga horária, que não poderá ultrapassar 44 horas semanais; pagamento de horas extras, caso haja; redução dos riscos inerentes ao trabalho; reconhecimento das convenções e acordos coletivos; proibição de diferença de salários por motivo de sexo, raça, idade ou estado civil; proibição de discriminação do trabalhador portador de deficiência; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; e proibição de trabalho noturno ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Com exceção da limitação de jornada de trabalho e do pagamento por horas extraordinárias, que, de fato, são significativas conquistas, os demais direitos, em sua maioria, já eram garantidos à categoria, ainda que dependessem da provocação jurisdicional para serem concedidos. O que mudou em relação a eles foi tão somente o fato de adquirirem *status* de normas garantidas constitucionalmente.

Isto posto, é então no cenário legislativo do campo do Direito Constitucional e do Trabalho que se pretende analisar a repercussão midiática das conquistas ou estagnações legislativas em relação aos trabalhadores domésticos. A articulação entre a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, conforme foi concebida por Michel Pêcheux, e o Direito sugere uma reflexão interdisciplinar, cuja abordagem se faz propícia no presente estudo, para se pensar a instituição jurídica como construtora de discursos que refletem os anseios de classes distintas, bem como para se permitir observar o processo de construção identitária do trabalhador doméstico a partir do discurso midiático.

Com efeito, crê-se possível identificar, nos enunciatários das notícias veiculadas na mídia brasileira acerca da legislação trabalhista referente aos domésticos, diferentes formações discursivas. E, para que se possa apreendê-las, a análise da produção midiática e o modo como ela interfere nas relações sociais, da forma como é proposta neste trabalho, depende da compreensão teórica acerca do discurso midiático, especialmente a partir das contribuições da AD de linha francesa, permitindo-se, assim, explorar a relação entre o simbólico (enunciados presentes nos recortes do *corpus* de análise) e o contexto sócio-histórico, conjugando a língua com a história na produção de sentidos.

Assim, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Nesse contexto, as propostas desenvolvidas por Michel Foucault no estudo do discurso merecem destaque, especialmente em noções exploradas em *A arqueologia do saber*, *A ordem do discurso* e *Microfísica do poder*. E, para dar conta dos efeitos de sentido advindos das posições discursivas dos enunciadores das notícias midiáticas, recorre-se também ao trabalho de Marc Angenot, com ênfase em suas formulações acerca do discurso reacionário.

A partir dessa perspectiva teórica, o objetivo geral da pesquisa é analisar o discurso midiático acerca da desigualdade jurídica e legislativa do trabalhador doméstico frente às demais categorias profissionais, desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, até a recente Emenda Constitucional n. 72, de 2013.

Para se permitir tal feito, a atividade discursiva, assim como a sua ligação com as instituições sociais que regulam a vida social, sendo uma delas a Mídia, deve ser colocada em um contexto temporal mais amplo, ao ponto de se permitir encontrar as condições que facilitam a emergência de determinado discurso. A questão é saber quais são os discursos disponíveis, como se desdobram e para que eles são utilizados.

Em estudo intitulado "Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia e mercado", Payer (2005, p. 9) propõe compreender:

> [...] a Mídia como texto fundamental do Mercado: um grande e disperso texto pelo qual o sujeito é constituído na Sociedade Contemporânea, assim como o Texto Bíblico funcionou como base para a constituição do sujeito em face da Instituição Religiosa na Idade Média e o Texto Jurídico (Constituição, Leis) foi base para a constituição do sujeito junto ao funcionamento do Estado na Modernidade.

Segundo Piovezani (2004, p. 147), a força da mídia consiste atualmente numa das mais fundamentais instâncias de constituição de representações imaginárias e, por isso, objetiva e naturaliza o mundo, constroi e propaga uma série de "verdades". Conforme Baronas (2003, p. 97), "o que os textos das mídias oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta".

Nesse contexto, as comunicações em massa suscitam interesse investigativo na medida em que produzem discursos sobre outros campos sociais. E, segundo Fausto Neto (2012, p. 35), a Análise do Discurso é utilizada para estudar a performance discursiva midiática a partir da especificidade do seu modelo enunciativo. É nessa perspectiva que se pretende apresentar a análise do discurso midiático sobre a legislação do trabalho doméstico no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a relevância acadêmica e social da pesquisa proposta, o fato de a categoria profissional que representa o trabalho doméstico no Brasil ser significativamente numerosa, ainda a maior categoria profissional basicamente feminina do país. Contudo, está inserida, na hierarquia ocupacional capitalista, em uma classe de desprestígio, da qual se exige pouca qualificação, uma vez que exerce funções tidas como inferiores e menos dispõe das garantias legais do trabalhador.

A luta da categoria por condições mais equânimes no tocante ao reconhecimento de direitos trabalhistas é uma representação da busca pela renovação dos direitos em benefício de uma classe. O discurso que daí decorre, crê-se, não difere daqueles advindos de tantas outras lutas que se travaram na história da humanidade em busca de igualdade, ainda que com objetos distintos.

Partindo-se da premissa de que a mídia é lugar por excelência da sociedade contemporânea de produção e circulação de discursos, e considerando-se que é no campo midiático que a discussão sobre o trabalho doméstico no Brasil ganha corpo, pois viabiliza identificar as posições discursivas acerca do tema, acredita-se que a análise do discurso midiático que advém dos enunciados normativos que regulam a profissão, promulgados no ordenamento jurídico entre a década de 1940 e a atual, faz-se importante para se refletir sobre como as relações de força fazem evoluir e transformar a sociedade.

BASE TEÓRICA

Na medida em que a teoria do discurso é a determinação histórica dos processos de significação (ORLANDI, 2007, p. 25), isto é, problematiza a relação do sujeito com o sentido, da língua com a história, a proposta intelectual em que se situa a Análise do Discurso Francesa, concebida por Michel Pêcheux, de que a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história, é fundamental para trabalhar o sentido que revela as condições discursivas do sujeito trabalhador doméstico no Brasil.

Segundo Pêcheux (2011, p. 69-70), na perspectiva da AD, o conceito científico de língua opõe-se a noção de fala, que representa a maneira pela qual cada indivíduo utiliza a língua, a maneira única pela qual cada sujeito falante manifesta sua liberdade. Porém, essa liberdade aparece imediatamente submetida a leis, não somente no sentido de coerções jurídicas, mas também no sentido de determinações sócio-históricas dessa liberdade da fala. Assim, em dada

época e por um dado meio social, a fala se organiza necessariamente em sistemas regidos por leis. Na lição de Michel Foucault (2004), aquilo que é dito tem de se submeter aos procedimentos de controle, ou melhor dizendo, há de se passar pelo crivo da ordem do discurso.

A partir da concepção de discurso como efeito de sentidos produzidos pelos sujeitos na história, Piovezani e Sargentini (2011, p. 15) lecionam que:

> Se outras vertentes dos estudos linguísticos se debruçam sobre vários aspectos dos usos da língua, somente a Análise do Discurso busca descrever e interpretar a constituição, a formulação e a circulação dos sentidos na sociedade, mediante a articulação necessária e indissociável da língua com a história. Em meio às relações sociais de acordo e de disputa das condições de produção, é a ordem do discurso que controla o dizer e produz o sentido [...].

É nesse sentido que a AD apresenta-se como uma perspectiva teórica e metodológica apropriada para o estudo da problematização discursiva acerca do trabalho doméstico no Brasil, que envolve campos de saberes distintos, seja no âmbito jurídico, legislativo, econômico, político ou midiático, com o fito de se enxergar todas essas áreas a partir de uma postura historicista, levando-se em conta as transformações em curso na sociedade. Nessa articulação de campos de conhecimento, os conceitos foucaultianos que consideram a concepção histórica da produção de sentido, serão também de grande valia para esta pesquisa, especialmente o conceito de *Formação Discursiva* (FD)[ii].

O discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e os enunciados que o integram, e que "não se apresentam de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical e lógica" (FOUCAULT, 2010, p. 126), são caracterizados por diferentes formações discursivas que aparecem graças a um jogo de relações de poder. A esse sistema de enunciados, Foucault denominou "arquivo", isto é, "a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares", ou melhor, "o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados" (FOUCAULT, 2010, p. 147-148). Na breve síntese de Sargentini (2006, p. 35), "operar com a noção de arquivo é, portanto, salientar que a análise desenvolve-se pautada em um conjunto de enunciados efetivamente produzidos".

Para tanto, parte-se do instrumento de Focault que, segundo Veyne (2011, p. 26), trata-se de "uma prática cotidiana, a hermenêutica, a elucidação do sentido". Nesse contexto, o maior compromisso do filósofo, e ao qual também se reporta no presente estudo, se traduz na postura epistemológica que consiste em saber que, sempre que um real é enunciado, ele já está discursivamente estruturado (SCHAFFER apud VEYNE, 2011, p. 85).

A partir dessas premissas, Michel Foucault propõe uma análise que busca determinar a capacidade de circulação e de troca dos enunciados, sua possibilidade de transformação, suas regras de aparecimento e condições de apropriação e utilização, bem como a questão do poder, que, para ele é objeto de uma luta política (FOUCAULT, 2010). Segue, então, do princípio de que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é a luta pelo poder (FOUCAULT, 2005).

O discurso é, assim, o lugar em que o poder se exerce, mas é também o lugar da resistência do sujeito a esse mesmo poder, resistência tal que se encontra prevista ou dissimulada no próprio dispositivo de poder (CORACINI, 2007, p. 17).

Como Nietzche, Foucault via a verdade como um produto, o resultado de um jogo de forças, e daí problematizava essa verdade pelo questionamento do próprio processo de sua produção (ADORNO, 2004, p. 42-43). A verdade é, então, vista como uma invenção das classes dominantes, de forma que, o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem, mas a discórdia entre as coisas, o disparate (FOUCAULT, 2007, p. 18). A verdade seria fruto da relação entre poder e saber: aquilo que está tomado como verdadeiro está ligado ao sistema de poder (FOUCAULT, 2010).

Na lição arqueológica foucaultiana, há condições discursivas que permitem o aparecimento de determinados enunciados e de outros não, ou seja, há ideias que devem ser enunciadas e outras silenciadas. A esse respeito, Gregolin (2007, p. 15) afirma que silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades.

Nesse cenário, cuida-se de se pensar a relação entre memória e acontecimento, possibilitando uma melhor compreensão das marcas discursivas implícitas nas estratégias de produção e validação dos discursos midiáticos. É na observação do interdiscurso que se permite remeter os dizeres dos recortes das matérias midiáticas, objetos de análise no presente estudo, a toda uma filiação de dizeres, de já ditos, a uma dada memória que autoriza identificá-las em suas historicidades.

Trazendo a reflexão ao universo midiático, Gregolin (2007, p. 13) ensina que:

> Pensando a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a

> circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória. Trata-se, portanto, de procurar acompanhar trajetos históricos de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia.

Há, pois, que se compreender que o acontecimento é mais que um surgimento na atualidade. Ele é fruto de uma articulação com um passado que tem uma carga de significação inscrita na memória social (FERREIRA, 2012, p. 49). A questão é saber como se dá a construção do acontecimento no campo midiático. Segundo Garcin-Marrou (apud FERREIRA, 2012, p. 50), o problema está posicionado na natureza discursiva do acontecimento, ou seja, na produção do acontecimento pelo discurso midiático.

Com efeito, as notícias, "ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade" (SOUSA, 2002, p. 119).

É nesse cenário do universo midiático que se pretende identificar as posições dos enunciadores das notícias veiculadas acerca da legislação trabalhista em prol da categoria dos domésticos, considerando-se que é a posição discursiva dos enunciadores que, em última instância, constroi os efeitos de sentido.

Em outra perspectiva, para se identificar se há presença do discurso reacionário implícito no discurso midiático sobre a legislação acerca do trabalho doméstico no Brasil, e quais seriam as estratégias que a mídia se vale para produzir identificação do enunciatário, pretende-se recorrer ao trabalho de Marc Angenot (2008), cujos estudos retóricos se fazem aqui pertinentes, ressalvadas as diferenças entre a posição desse estudioso e a Análise do Discurso francesa[iii].

Angenot concebe, na esteira de Hirschman (1991), os traços do que denominam retórica reacionária, cujos elementos argumentativos se baseiam nos efeitos de *inocuidade, perigo* e *perversidade*.

Nessa seara, há de se pensar o que diz o discurso midiático sobre o tema em análise. Há que se questionar se as mudanças legislativas mudam efetivamente a natureza das coisas ou se são inócuas; se coloca em perigo alguns benefícios adquiridos; e, por fim, se a medida destinada ao progresso da sociedade ou para a eliminação de um dado mal traz um resultado contrário ao esperado.

Angenot (2012, p. 7-9) ainda acrescenta um quarto elemento para dar conta das estratégias mais recorrentes de toda argumentação antiprogressista e reacionária, intitulado *declinação fatal*. Esse argumento mostra ao sujeito, quando fala de determinada posição discursiva, que ele não domina todo o encadeamento das consequências prováveis das medidas "progressistas" que enaltece. É o caso de se pensar, por exemplo, se o sujeito do discurso favorável à equiparação trabalhista plena aos domésticos tem ciência das consequências que a medida acarretaria à classe, se benéficas ou maléficas. E se a sociedade quer, de fato, tais consequências.

Esses são, em resumo, os efeitos do discurso reacionário tratados por Angenot e que, somados ao aporte da AD francesa concebida por Michel Pêcheux e às contribuições de Michel Foucault, fazem parte da base teórica que se pretende utilizar para a investigação do discurso midiático acerca da legislação do trabalho doméstico no Brasil.

OBJETIVO

Para se atingir o objetivo primordial da pesquisa, que é analisar o discurso midiático acerca da legislação sobre o trabalho doméstico no Brasil, promulgada entre a década de 1940 e a atual, tendo como ponto de vista a interferência das relações de força na transformação da sociedade, faz-se necessário delinear certos objetivos específicos.

Primeiramente, com o aporte da Análise do Discurso francesa somado às contribuições de Michel Foucault aos estudos do discurso, pretende-se apresentar o contexto jurídico-social em que o trabalho doméstico no Brasil está inserido, bem como as condições histórico-sociais e discursivas dos trabalhadores que integram a categoria. Isso implica em discorrer, aparte por ora do discurso midiático, sobre o discurso jurídico que valida o tratamento desigual em razão da suposta natureza diferenciada desse trabalho; o discurso cultural que associa o trabalho doméstico ao escravismo brasileiro; o discurso econômico que protege a classe média de uma possível majoração das despesas no orçamento familiar; e o discurso social que atribui ao trabalho doméstico um labor sem prestígio, secundário, exercido por pessoas, maciçamente mulheres, com baixa ou nula escolaridade.

A partir de então, será possível identificar quais são os discursos de exclusão que se fazem presentes na legislação brasileira, considerando, especialmente, dois marcos históricos: a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, ocorrida em um momento de intensa repressão política; e a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorrida em um momento de redemocratização.

Refletindo-se em como a concessão de direitos trabalhistas aos domésticos têm, ao longo dos anos, mobilizado refutadores de diversas posições, propõe-se ainda fazer aparecer, conforme a lição de Angenot, as táticas refutativas e acusativas, as teses e os argumentos, que formam o arsenal em que se constata o discurso reacionário acerca do trabalho doméstico no Brasil.

Na sequência, parte-se para a reflexão sobre o discurso midiático em relação à legislação que dispõe sobre o trabalho doméstico no Brasil, desde a década de 1940 até a atual, que traz como marco legislativo a recente Emenda Constitucional n. 72, de 2013. Crê-se possível, a partir de então, identificar as posições dos enunciadores das notícias veiculadas nas mídias acerca da legislação trabalhista em comento.

Por fim, pretende-se refletir sobre o modo como esses discursos midiáticos, perpetuados ao longo dos últimos 80 anos, criam efeitos de sentido para a representação do trabalho doméstico no Brasil, permitindo-se nesse momento, um estudo comparativo e analítico acerca da evolução da ciência jurídica brasileira e da transformação social.

METODOLOGIA

Para se dar conta do objetivo traçado, necessário se faz reunir notícias veiculadas na mídia sobre a promulgação das principais leis que tratam do trabalho doméstico no país, material que, a propósito, integrará o *corpus* de análise.

Nesse sentido, o foco são os seguintes marcos histórico-legislativos: 1) a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943; 2) a lei 5.859, de 1972; 3) a Constituição Federal de 1988; 4) a lei 10.208, de 2001; 5) a lei nº 11.324, de 2006; e 6) a Emenda Constitucional n. 72, de 2013.

Pretende-se reunir notícias veiculadas em veículos de forte apelo como formadores de opinião em nível nacional. Nessa perspectiva, elege-se, como base, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e as revistas *Veja* e *Isto é*.

Entende-se que por meio da análise das notícias acerca dos marcos legislativos relacionados, é possível perceber o que a sociedade diz da representatividade do trabalho doméstico no país, pois que são perceptíveis as práticas discursivas e identitárias dos sujeitos que integram o arquivo, bem como a memória discursiva que reitera o já dito.

Diante disso, as investigações sobre as construções discursivas produzidas a partir da promulgação de cada legislação específica conduzem à investigação do modo como a mídia responde, em suas práticas discursivas, ao processo de mudanças legislativas. Tal feito crê-se possível através da análise das reportagens selecionadas.

A título de demonstração (apresentada aqui apenas de maneira sucinta), é possível apreender a problemática evocada a partir da análise dos recortes de algumas das reportagens sobre a recente Emenda Constitucional n. 72, conforme segue na sequência. Ressalta-se que essa demonstração é tida como *modus operandi* em relação aos demais contextos de legislação trabalhista que precederam.

Fonte: http://www.istoe.com.br/reportagens/286696_A+BOMBA+RELOGIO+NO+TRABALHO+DOMESTICO

O título de chamada da matéria, implícita na seção comportamento, representa a dramatização e o espetáculo a partir do uso do termo “bomba-relógio”, fazendo chamar a atenção dos leitores, na sequência, para a necessidade de mudança na legislação tributária para que a bomba não exploda, ou seja, trata-se de um discurso de alerta.

Percebe-se que o discurso do enunciador vem pela história, pela memória discursiva, pela filiação de sentidos constituídos em muitas outras vozes (“Congresso corrige injustiça histórica”) e pelas relações de poder. Assim, sua manifestação constitui identidades através da reativação da memória discursiva.

O que aparece no discurso não é o jornalista visto empiricamente, mas sim enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. O jornalista se expressa de um lugar em que suas palavras têm autoridade junto àqueles que ignoram a informação reproduzida. Logo, sua escrita, sustentada não na verdade, mas no poder do lugar de onde a diz, é passível de controlar e dominar a reprodução discursiva na sociedade.

Devido ao formato de aparente imparcialidade, há um apagamento de que o conteúdo do enunciado “é preciso reduzir os encargos para não ampliar a informalidade e provocar demissões” é uma visão particular do enunciador. Essa sentença taxativa leva à construção de um efeito de verdade de que, caso não haja redução dos encargos, haverá aumento da informalidade e demissões. Partindo-se da norma de que apenas a União pode instituir ou reduzir impostos, o enunciador transfere para o governo a responsabilidade pelo futuro da profissão.

É ainda possível identificar em seu enunciado “equipara cidadãos a corporações” um efeito de sentido de que houve uma efetiva equiparação trabalhista em prol da categoria dos trabalhadores domésticos. O formato de afirmativa em sua escrita representa a utilização de uma técnica para referendar a opinião que se defende e dar a ela *status* de verdade.

Depreende-se, assim, que é esse o poder capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos. Daí se questionar, a partir dos ensinamentos de Michel Foucault, como o poder que se exerce sobre o sujeito trabalhador doméstico produziu o discurso “verdadeiro” acerca do futuro dessa categoria profissional.

O mesmo se pode observar nos próximos recortes.

Fonte: http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx

Não apenas o que se diz, mas também as imagens são aptas a produzirem efeitos de sentido. Em plena era de ascensão das famílias monoparentais e após a efetiva entrada da mulher no mercado de trabalho, os enunciados acima mostram, na forma de novidade, que, por conta da nova legislação, os homens farão serviços domésticos (“Você amanhã”) e as mulheres com filhos e inseridas no mercado de trabalho terão que fazer jornada dupla (“Nada será como antes”). É como se isso já não fizesse parte da rotina de muitos brasileiros.

Nesse sentido, crê-se que para parte do alvo receptor desses enunciados, dependendo do grau de esclarecimento acerca da questão posta à mostra, os efeitos supostos pelo suporte midiático não teriam sido os efeitos efetivamente produzidos. Contudo, essa discrepância não desfaz a intencionalidade de surpreender e seduzir os leitores para incitar neles o interesse pela informação difundida.

Com efeito, as imagens não aparecem aleatoriamente junto aos textos midiáticos, elas se articulam com outros discursos e formam (imagens e palavras) uma rede discursiva que intervém no modo de (re)construção de verdades legitimadas e de sujeitos de discurso. Observa-se que o formato escolhido diz muito sobre a construção discursiva acerca do tratamento dado ao doméstico, especialmente no tocante ao desprestígio da profissão, a partir do momento em que coloca pessoas na qualidade de ex-empregadores realizando tarefas domésticas com aparente contrariedade.

Partindo-se da evidência de que o público alvo da Revista *Veja*, entre os sujeitos discursivos aqui tratados, é de empregadores e não de trabalhadores domésticos, é possível perceber que o enunciador diz para um público que é seu cúmplice (“Você amanhã”). É também possível observar a evidência do discurso de que a nova lei provocará demissões (“em breve as tarefas domésticas serão divididas para toda a família”).

De outra senda, denota-se, assim como na reportagem da revista *Isto é*, o lugar de marginalidade em que os trabalhadores domésticos estariam inseridos antes da nova lei, que “corrige injustiça histórica”, é “um marco civilizatório para o Brasil” e “melhora a vida das domésticas”. Porém, essas relações sociais, essa memória que remete ao discurso que concebe ao trabalho doméstico uma representação de segregação sócio-histórica, são vistas nessas reportagens do ponto de vista do empregador, construindo um efeito de sentido de que a ampliação de direitos será mais prejudicial à categoria que o tratamento jurídico desigual.

Pelo que se pode observar é que esse posicionamento discursivo enfatiza a dimensão de novidade da conquista trabalhista a respeito dessa categoria e conjuntamente com essa produção de efeito de novidade absoluta

vem, na esteira do discurso reacionário, o efeito perverso que lhe acompanha, constituindo a conquista como um novo ruim.

Com efeito, a persuasão utilizada em "Nada será como antes" permite que a linguagem se consolide na criação de sentimentos políticos de resistência, pois coloca como algo já concretizado um hipotético processo de demissão em massa. Existe, portanto, nesses discursos midiáticos, a construção de um efeito de verdade que visa mostrar que efetivamente "nada será como antes".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Francesco Paolo. "A tarefa do intelectual: o modelo socrático", in GROS, Frédéric (org.). *Foucault:* a coragem da verdade. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004. pp. 39-62.

ANGENOT, Marc. *Hégémonie, dissidence et contre-discours*: réflexions sur les périphéries du discours social en 1889. 1989. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/etudlitt/1989/ v22/n2/500895ar.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

ANGENOT, Marc. *La notion d'arsenal argumentatif*: l'inventivité rhétorique dans l'histoire. 2012. Disponível em: <http://marcangenot.com/wp-content/uploads/2011/12/La-notion-darsenal-argumentatif.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

ANGENOT, Marc. *Les dialogues de sourds*: traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et Une Nuits, 2008.

BARONAS, Roberto Leiser. "A língua nas malhas do poder", in: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia:* a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

CONTRACS. Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. *2º Encontro nacional das trabalhadoras domésticas*. Apostila, dez. 2012.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro***:** arquivo, memória e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FAUSTO NETO, Antonio. "AD. Rumos de uma nova analítica", in FERREIRA, Giovandro Marcus; SAMPAIO, Adriano de Oliveira; FAUSTO NETO, Antonio. *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: EDUFBA, 2012.

FERREIRA, Giovandro Marcus. "Pistas sobre instrumentos analíticos acerca da cobertura midiática do acontecimento-crise", in FERREIRA, Giovandro Marcus; SAMPAIO, Adriano de Oliveira; FAUSTO NETO, Antonio. *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: EDUFBA, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber***.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* Tradução de Graciano Barbachan. Digitalizada: Coletivo Sabotagem, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas***.** Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GARCIN-MARROU apud FERREIRA, Giovandro Marcus. "Pistas sobre instrumentos analíticos acerca da cobertura midiática do acontecimento-crise", in FERREIRA, Giovandro Marcus; SAMPAIO, Adriano de Oliveira; FAUSTO NETO, Antonio. *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: EDUFBA, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosario. *Análise do discurso e mídia*: a (re)produção de identidades. In: Comunicação, mídia e consumo n. 11. v. 4. São Paulo, nov. 2007. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaeconsumo/article/viewFile/6865/6201>. Acesso em: 25 jun. 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia:* a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. *The rhetoric of reaction*: perversity, futility, jeopardy. USA: Harvard College, 1991.

INFONET. *Empregada doméstica representa Sergipe em conferência em Genebra.* Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=98290& titulo=especial>. Acesso em 5 jun. 2013.

JB ONLINE. *Encargos e pouca fiscalização mantêm trabalhador doméstico na informalidade.* Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2010/04/26/e2604 7511.asp>. Acesso em 5 jun. 2013.

PAYER, Maria Onice. Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado. *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, UNICAMP, Campinas, n. 11, março 2005.

PIOVEZANI, Carlos. "Entre vozes, carnes e pedras: a língua, o corpo e a cidade na construção de subjetividade contemporânea", in SARGENTINI, Vanice (org.); NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). *M. Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. *Legados de Michel Pêcheux*: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. "Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em análise do discurso", in NAVARRO, Pedro (org.). *Estudos do texto e do discurso*: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

SILVA, Francisco Paulo da. "Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault", in SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs). *M. Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz: 2004. pp. 159-179.

SINDIPETRO. Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo. *Criação de Convenção para o trabalho doméstico é aprovada na 99ª Conferência da OIT*. Disponível em: <http://www.sindipetrosp.org.br/?q=node /2085>. Acesso em 18 jun. 2013.

SCHAFFER, Jean-Marie apud VEYNE, Paul. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SOUZA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

VEYNE, Paul. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Apontamentos sobre a teoria da representação Social do Processo Saúde-doença

O presente estudo tem por objetivo fazer uma breve reflexão sobre o conceito de saúde- doença. Aborda a natureza polissêmica da expressão, argumentando que pode ser analisada sob várias vertentes. Busca realizar uma explanação sobre as várias teorias que permeiam o tema, pontuando os aspectos intraindividuais e psicossociais do adoecer. Busca detalhar sobre a teoria da representação social referente à produção de sentidos e de conhecimento da sociedade, na construção coletiva e simbólica sobre o processo saúde- doença.

152-2475

Patrícia Lopes Pereira Santos
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
pati7099@hotmail.com

Patrícia S.M.F.do Espírito Santo
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
patrice.san@gmail.com

Palavras Chave: Processo saúde\doença. Representação Social. Produção de sentidos.Produção de conhecimento.

Abstract
This paper has the objective to make a brief reflection on the concept of health-disease. It addresses the polysemic nature of the term, arguing that it may be analyzed from various aspects. It aims to accomplish an explanation on the many theories which permeate the theme, punctuating the intraindividual and psychosocial aspects of illness. It seeks to give details on the theory of the social representation, referring to the production of feelings and knowledge about the society, in the collective and symbolic construction on the health-disease process.

Keywords: Health\Disease Process. Social Representation. Production of Feelings. Production of Knowledge.

Em conformidade com o pensamento de Collet(2006) as palavras expressam ideias, ações e conceitos. Cada palavra é composta por um significante (a forma) e por um significado (o conteúdo).

O significado é a ideia, o conceito transmitido pela palavra.

Toda palavra tem um sentido, aquelas que apresentam vários significados são denominadas polissêmicas. A cada um destes sentidos dá-se o nome de acepção.

O sentido das palavras também tem estreita relação com o contexto na qual ela está sendo empregada, bem como com o estilo de texto ou discurso no qual ela integra.

Sendo assim, os vocábulos saúde e doença podem ser analisados sob várias acepções e sob os diversos contextos filosófico, jurídico, científico, político, social, popular, mitológico, religioso, biológico, simbólico, etc.

Numa reflexão sobre o conceito de Saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde (1948), esta preconiza que aquela é um estado de completo bem-estar físico, mental, social e não somente ausência de afecções e enfermidades.

É certo que a expressão “bem estar” envolve um componente subjetivo dificilmente quantificável, é uma imagem desejada, é um conceito que ultrapassa a ausência de doença certificada pela falta de sinais e sintomas de um órgão humano.

Ocorre que só se pode falar em “completo bem estar” para um sujeito que dentro de suas crenças e valores desse sentido e o legitimasse.Tal categoria só é válida quando expressa dentro de um contexto que lhe empreste significado, a partir da linguagem e da expressão íntima do sujeito.

Ainda sobre outras acepções do processo saúde\doença, Spink (2007) discorre sobre a tese intraindividual e a psicossocial deste processo.

Na vertente intraindividual, a doença é vista como organismo individual, que é influenciada por duas correntes.

A primeira corrente da vertente individual tem como foco a psicogênese da doença, a ideia era de que os conflitos inconscientes geram tensões emocionais, que podem resultar em disfunções no corpo humano. Esta tese perdeu força devido ao reconhecimento de que a doença apresenta múltiplas causas.

A segunda vertente da teoria intraindividual é relacionada com as teorias da personalidade. O tema central é que existe uma relação entre certas enfermidades e determinados tipos de personalidades.

Numa outra perspectiva, abordando os aspectos psicossociais do adoecimento, os estudos enfatizam a cadeia multicausal responsável pelo surgimento da doença, enfocando a íntima relação entre o stress e o aparecimento da doença.

Esta vertente busca um nexo de causalidade entre as experiências da vida e o adoecer, sem perder de vista que o que se conta não é a experiência em si, mas o sentido pessoal que ela tem para o indivíduo. Portanto,neste viés também é perceptível a presença do elemento simbólico.

Sobre a regulamentação da Saúde pelo Constituinte Brasileiro, ela é classificada pela Constituição Federal Brasileira como Direito Social, previsto tanto no artigo 6°, de forma genérica, quanto de forma específica no artigo 196 que assim preceitua:" a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante medidas sociais e econômicas,que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação" (BRASIL, 1988)

Esta mesma Carta Magna estabeleceu o Sistema Único de Saúde no Estado Brasileiro, que é uma ferramenta criada para dar efetividade a este Direito Social.

A teoria tridimensional de Miguel Reale, (1999), preconiza que o Direito pode ser concebido como fato, valor e norma. Neste artigo, urge abordar o Direito como valor, na medida em que a sociedade elege dentre os bens físicos e metafísicos aqueles que serão tutelados por seu ordenamento jurídico. E neste processo de valoração axiológica destes bens, a coletividade transita pelo universo da produção de sentidos e significados.

Como se pode observar, as concepções de saúde e doença acima explanadas revelam timidamente o mundo dos sentidos, demonstram como o homem é modelado pelo universo simbólico e cognitivo que lhe é preexistente.

A teoria da representação social trata explicitamente deste universo simbólico, ela tem raízes na sociologia de Durkheim, ganhou força com Serge Moscovici e foi aprofundada por Denise Jodelet.

A partir dos anos 60 houve um interesse pelos domínios do simbólico, recorrendo às noções de consciência social e de imaginário.

Esta teorização passa a servir de ferramenta para os campos da saúde, da educação, da didática e do meio ambiente.

Segundo Spink (2007), a teoria da representação social está no campo da psicologia social, ela reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir de sua inscrição social, cultural. É a análise de como a sociedade se conhece e constrói este conhecimento com os indivíduos.

Em apertada síntese, a teoria trata de como se relacionam os atores sociais e a sociedade para construir a realidade, e nesta arquitetura há uma parceria que sem dúvida passa pela comunicação.

O pensamento social demonstra que em cada sociedade existe um discurso próprio sobre a saúde\doença, este fenômeno ultrapassa a verdade do saber médico, é principalmente uma questão de valor e relação de sentido para aquela sociedade.

Na perspectiva construcionista do processo saúde\doença, a enfermidade é tratada como um fenômeno social, e é um forte indicador da ideologia vigente sobre o adoecer em certa sociedade.

A doença não é vista como uma experiência pessoal, mas como um fenômeno coletivo, a ótica do paciente passa a ser privilegiada na construção deste conhecimento.

Esta valorização da visão do paciente instiga uma busca pela verdade.

De acordo com Reale(1999), a busca pela verdade decorre de indagações filosóficas. A palavra filosofia significa amizade ou amor pela sabedoria e reflete uma paixão pela verdade essencial.

O filósofo autêntico é semelhante a um pesquisador incansável, que procura sempre renovar as perguntas formuladas, e este estado de inquietação culmina numa atitude crítica diante da realidade e da vida. Para Aristóteles a filosofia inicia com a perplexidade.

A atitude filosófica depende apenas de saber captar e renovar os problemas universais sobre a vida, a filosofia não é posse da verdade plena, mas uma orientação perene para a verdade.

É uma atividade do espírito ditada pelo desejo de renovar-se a universalidade de certos problemas, embora o tempo e o espaço condicionem a formulação de antigas perguntas.

Esta universalidade da filosofia está mais nos problemas do que nas suas soluções.

A Saúde é uma vertente do Direito à Vida, justamente por ser um conceito universal é passível de indagação filosófica. É algo que possui valor universal, experiência histórica e social.

O objetivo das indagações filosóficas sobre saúde é aguçar o espírito crítico diante da realidade social, no sentido de se analisar as determinantes que influenciam no processo saúde\doença.

Sendo assim, na medida em que a filosofia proporciona uma compreensão crítico-sistemático do universo e da vida, ela auxilia o homem a responder a seguinte questão: como damos sentido ao mundo em que vivemos**?**

O processo de produção de sentidos e o de produção de conhecimento têm foco na visão construtivista de saúde acima explanada, bem como nas práticas discursivas, com ênfase no uso da linguagem

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA FILHO, N. de. **O conceito de Saúde: ponto-cego da Epidemiologia?.** Rev. bras. epidemiologia. [online]. 2000, vol.3, n.1-3, pp. 4-20. ISSN 1415-790X.
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

OLIVEIRA B.R.G.; COLLET N.; VIERA C.S. **A Humanização na Assistência à Saúde.** Revista Latino-americana Enfermagem.2006. março-abril; 14(2):277-84.
REALE, M. **Filosofia do Direito**.19° ed. São Paulo Saraiva,1999.
SAÚDE, Constituição da Organização Mundial da Saúde.(1946)

SPINK, M. J. P. **Psicologia Social e Saúde**: práticas, saberes e sentidos. 4° Edição.Petrópolis,RJ.Vozes,2007

SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2° edição. São Paulo: Cortez, 2000**.**

As Políticas Públicas e as Leis de Incentivo à Cultura e sua Relação com o Egresso do Curso Superior em Audiovisual - Criação e Produção de Ribeirão Preto/SP

Este artigo tem o propósito de discutir a relação das Políticas Públicas e as Leis de Incentivo à Cultura com o egresso do curso superior em Audiovisual – Criação e Produção do Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto/SP, período de ascensão dos cursos sequenciais entre os anos de 2008 a 2012. A proposta é traçar um perfil da realização profissional do egresso na área de atuação do graduado em Audiovisual e sua relação com o desenvolvimento regional. A pesquisa envolveu uma abordagem exploratória e uma pesquisa de campo. Na abordagem da pesquisa com caráter descritivo foram realizados estudos sobre o egresso através de questionário por e-mail. Na pesquisa de campo, na perspectiva de uma metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas com os egressos por telefone, com o objetivo de traçar um perfil da realização profissional deste graduado e sua relação com as Políticas Públicas e as Leis de Incentivo.

024-2342

Rafael Junqueira Venturi
Centro Universitário de Franca - Uni-FACEF
rafaelventuri@ig.com.br

Paulo de Tarso Oliveira
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
paulotarso@facef.br

Palavras-chave: audiovisual; ensino superior; egresso; leis de incentivo; políticas públicas

INTRODUÇÃO

As Leis de Incentivo são instrumentos cada vez mais utilizados pelos profissionais de Audiovisual para a realização de obras artísticas, culturais ou comerciais.

As Políticas Públicas contribuem também para a abertura de empresas e para certificar o profissional audiovisual em categorias técnicas dentro do mercado de trabalho.

Por ser um mercado novo e em expansão, faz-se necessário estudar o comportamento dos profissionais que atuam nos diversos segmentos, que necessitam dessa qualificação, como produtoras, estúdios, cinemas, emissoras de TV, jornais, rádios, agências, entre outros.

Sendo assim, é necessária a apresentação do estudo sobre Ribeirão Preto/SP, o Centro Universitário Barão de Mauá, os Cursos Superiores Sequenciais, o curso de Audiovisual – Criação e Produção, o perfil deste aluno, as Políticas Públicas e as principais Leis de Incentivo.

Na pesquisa exploratória, foi aplicado questionário aos egressos com o objetivo de traçar um perfil da realização profissional deste graduado e na pesquisa de campo o questionário teve a função de analisar a utilização das Políticas Públicas e das Leis de Incentivo.

Para realizar a pesquisa foi utilizada uma lista oficial obtida junto a instituição Barão de Mauá de ensino da cidade supracitada com os e-mails dos ex-alunos que já concluíram o curso, desde a primeira turma, formada em 2008, até os recém-concluídos da primeira metade do ano de 2012.

A lista continha nome e e-mail de 180 produtores audiovisuais. Desse número total, obtivemos resposta de 64 deles. 50 e-mails retornaram com mensagens de que já não existem mais e 66 não responderam.

Foi com base nos 64 ex-alunos que colaboraram com a pesquisa exploratória, agora profissionais do campo do audiovisual, que nos orientamos para obter as respostas de nossa investigação.

Os ex-alunos responderam utilizando um questionário, onde selecionaram a alternativa que correspondia a realidade em que vivem atualmente.

Desta população, foram selecionados 10 egressos ativos no mercado de trabalho para ser aplicado o questionário, por telefone, sobre Políticas Públicas e Leis de Incentivo.

Suas respostas foram armazenadas em uma planilha e dela geramos os gráficos com as porcentagens.

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Desde os primórdios da civilização, o Homem procura representar as “imagens em movimento”, passando pelas pinturas rupestres das cavernas, esculturas gregas até o advento da fotografia. Mas, foi apenas em 1895 que os franceses Irmãos Lumière, na iluminada Paris, recriaram a ilusão de movimento real. Aqui, reside a primeira

transformação na cultura organizacional sustentada pela Revolução Tecnológica: a passagem das imagens estatísticas da fotografia para as imagens em movimento do cinema.

Hoje, passamos por uma fase de transição crucial para a cultura organizacional, tanto na captação quanto na exibição de imagens em movimento. Com o crescimento do Digital de Alta Definição e sua consequente aceitação pelo mercado e pelo público, a película cinematográfica, que foi o primeiro suporte de captação e exibição de imagem, acabará sendo extinta.

Assim, tanto a captação quanto a exibição de imagens em movimento, hoje, são feitas com o suporte digital, em detrimento dos analógicos, símbolo de qualidade de captação e exibição referentes ao século passado.

A internet é hoje o fio condutor e tripé da comunicação global mediada pelos computadores. Hoje existem milhões de usuários da rede mundial de computadores pelo mundo, buscando os mais variados temas possíveis, como comunicação, política, sexo, religião e comércio.

A televisão é uma poderosa ferramenta utilizada pela sociedade, que trouxe diversas mudanças na forma de fazer e transmitir conteúdo. A TV teve início, no Brasil, ainda na década de 50, tomando o espaço conquistado pelo rádio na vida dos brasileiros oferecendo entretenimento e informação, conquistando rapidamente todo o público, tornando sua principal fonte de lazer. Hoje, a televisão ainda é utilizada amplamente e considerada ainda um dos meios mais eficaz de comunicação de massa.

Devido ao aumento da influência e dependência dos indivíduos em relação a tais ferramentas, bem como da agilidade na consecução de prazeres, poucos tem aproveitado a tecnologia em favor da sua melhoria de qualidade de vida.

A convergência midiática é um caminho sem volta, porém, é um processo em andamento. Afinal, é preciso estar conectado.

Nunca foi tão importante se relacionar. Sem dúvida o mundo moderno é muito mais imagético e audiovisual. Um mercado cheio de oportunidade para o profissional graduado em audiovisual.

O profissional, que busca formação no curso de audiovisual vivencia também essa mudança de comportamento da sociedade. Hoje as mídias sociais já são uma realidade e estão a todo momento estimulando a criação e a produção audiovisual, através das diversas ferramentas de compartilhamento.

RIBEIRÃO PRETO

Histórico

José Mateus dos Reis, dono da maior parte da Fazenda das Palmeiras, fez a primeira doação de terras no valor de 40 mil réis, "com a condição de no terreno ser levantada uma capela em louvor a São Sebastião das Palmeiras". Em 2 de novembro de 1845, no bairro das Palmeiras, era fincada uma cruz de madeira como tentativa de demarcação de um patrimônio para a futura capela de São Sebastião.

[...] Os doadores de terras de Ribeirão Preto para o patrimônio são ainda os seguintes: João Alves da Silva Primo, Severiano Joaquim da Silva, José Borges da Costa e Ignacio Bruno da Costa e Ana Zeferina Terra, a última doadora de terras para o patrimônio.

Segundo o historiador Rubem Cione em seu livro História de Ribeirão Preto, volume 2, segunda edição, muitos dos que trabalharam pelo progresso da cidade também são considerados fundadores (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, Ribeirão Preto e seus fundadores, online).

Desenvolvimento regional

Ribeirão Preto é o centro da região que mais se desenvolve no Brasil. Desenvolvimento com base na diversificação da economia e da qualidade de vida.

Nascida em 1856, em uma clareira onde, um século antes os Bandeirantes estiveram de passagem, a cidade ganhou impulso com a lavoura de café, cultivada pelos imigrantes e fertilizada pela terra vermelha - "rossa" para os italianos e "roxa" no linguajar caboclo.

A terra de Ribeirão Preto transformou a região no maior produtor de grãos na virada do século XIX. Abastecia o mundo inteiro com o que se chamava "ouro verde".

A antiga clareira, banhada por dois córregos, logo se transformou em uma importante cidade, ligada ao país por ferrovia, telefonia e rodovias.

O desenvolvimento trouxe novas culturas, como a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o algodão, a laranja e implantou uma forte agroindústria.

Mais de 80 municípios compõem a região de Ribeirão Preto. São 3 milhões de habitantes que ocupam uma área de 30 mil km². A renda per capita é semelhante à de alguns países da Europa Mediterrânea e praticamente o dobro da média brasileira (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, Uma região em pleno desenvolvimento, online).

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

A Organização Educacional Barão de Mauá nasceu em Ribeirão Preto em 1966, fruto da união de duas famílias, a Favaro – José Favaro Júnior e Profª Neuza Picerno Teixeira – e a Spinelli – Dr. Domingos João Baptista Spinelli e Drª. Elza Aparecida Dinamarco, que constituíam uma sociedade civil, sem fins lucrativos, a Associação Ribeirãopretana de Educação, objetivando a criação de uma Faculdade, no Bairro Jardim Paulista.

Tudo começou com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Barão de Mauá", que mantinha os cursos voltados para formação de professores na região. A grande maioria de docentes obtinha autorização para o magistério por meio de exames realizados pelas inspetorias do MEC (Ministério da Educação e Cultura).

Centro de formação específica

Reiterando que a busca da excelência é um processo, e, como tal, não pára nunca, e atento às implicações do mercado de trabalho e às normas e orientações do MEC/CNE, novas oportunidades de serviços à educação e à comunidade são identificadas com a publicação da Resolução n.º1, de 27 de janeiro de 1999, Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior, dispondo sobre os Cursos Superiores de Formação Específica, nos termos do art. 44 da Lei 9.394/96: cursos superiores de formação específica com destinação coletiva, conduzindo a diploma [como é o caso do Curso de Audiovisual - Criação e Produção].

Centro tecnológico Barãotec

[...] Em 2005, foi criado o Centro de Educação Tecnológica, para o futuro profissional cumprir duas exigências fundamentais: ter uma sólida formação geral e uma boa educação profissional.

Em 2011, objetivando a revitalização do Centro Tecnológico, foi instalado o BarãoTec que abriga os seguintes cursos Graduação Tecnológica: Sistemas para Internet, Design Gráfico, Jogos Digitais, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, (CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ, Institucional, online).

O Curso Sequencial de Audiovisual - Criação e Produção passou a adotar a nomenclatura dos novos cursos de tecnologia seguindo oficialmente a tabela do MEC. Agora ele chama-se Produção Audiovisual (CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ, Graduação Tecnológica, online).

O CURSO DE AUDIOVISUAL - CRIAÇÃO E PRODUÇÃO

Os produtos audiovisuais são hoje instrumentos de comunicação nas mais variadas atividades produtivas da sociedade, além do espaço tradicionalmente ocupado nos meios de comunicação de massa. Desse modo, houve um aumento considerável na demanda por profissionais habilitados em produzir filmes, vídeos, programas para televisão e internet.

O Centro Universitário Barão de Mauá, considerando as necessidades do mercado e da alocação de pessoal especializado, que atenda as novas exigências mercadológicas, abriu o curso superior em 2 anos de Audiovisual - Criação e Produção coordenador pelo professor Rafael Junqueira Venturi.

Objetivos gerais

Formar profissionais capacitados em atuar na área de comunicação, atendendo a estruturação de toda a rede de criação e produção audiovisual, possibilitando ao aluno identificar oportunidades e possibilidades de obter os resultados esperados.

Capacitar o futuro profissional a fazer a interligação entre o processo criativo, a tecnologia necessária para a sua concretização e a sua distribuição no mercado. Que o aluno conheça todos os processos da elaboração de produtos relacionados ao som e a imagem desde o primeiro tratamento até a finalização, distribuição e posterior exibição.

Apresentar os mais importantes elementos que formam a linguagem audiovisual e sua aplicação significativa na linguagem do cinema, fotografia, filmes publicitários, internet, assim como as relações estabelecidas com outras manifestações culturais e áreas do conhecimento.

Objetivos específicos

Apresentar o estudo da linguagem e história da imagem e do som e sua aplicação direta com a linguagem utilizada no cinema, na publicidade e propaganda, nas artes em geral, bem como sua relação com as demais manifestações artísticas e culturais.

Despertar o aluno para a importância individual de cada elemento que compõe a arte audiovisual e sua posição e aplicação dentro do conjunto da obra que constitui a mídia digital.

Introduzir, percorrer e desenvolver a História do Audiovisual, sua influência histórica e sua evolução artística e técnica, relacionando a utilização de suas manifestações, escolas e movimentos no contexto e no panorama local e mundial.

PERFIL DO EGRESSO

Hoje, cada vez mais, os processos de mudanças sociais, tecnológicas e midiáticas e suas interfaces articulam no campo da comunicação uma nova vivência, transmissão e pesquisa do conhecimento.

Tem como público-alvo profissionais da área de imagem e som, estudantes que concluíram o ensino médio, cinéfilos, videomakers, fotógrafos, roteiristas, atores, diretores e produtores de imagem e som, iluminadores, diretores de arte, técnicos de som, sonorizadores, editores, animadores, publicitários, web designers, produtores gráficos, profissionais que trabalham com música, pintura, dança, literatura, teatro ou que atuam em empresas de comunicação.

As questões que permeiam a formação de profissionais para trabalhar na produção audiovisual propõe sólida formação geral além de formação profissional racional, crítica, atualizada e direcionada.

O perfil do aluno buscado pelo curso parte da constatação de que hoje é indispensável para o profissional da área audiovisual não apenas a base geral de formação no campo da imagem e do som, mas também o mínimo de especialização em alguma das suas áreas fundamentais.

Assim, faz-se necessário, o estímulo ao desenvolvimento do dom e do talento de cada aluno durante o processo de aprendizado.

Características do Curso de Audiovisual

Identificação: Curso Superior de Formação Específica em Audiovisual – Criação e Produção do Centro Universitário Barão de Mauá (atual Produção Audiovisual)
Nº. de vagas: 60
Turno: noturno
Nº. de aluno por turma: 60
Regime: semestral
Carga horária: 1600 horas/aula
Atividades Complementares: 270 horas
Carga horária Total: 1870 h/a
Duração: 04 semestres (2 anos)
Integralização: Mínima: 04 Semestres
Máxima: 06 semestres
Localização: Unidade Independência
Rua José Curvello da Silveira Jr., 110 – Jd. Califórnia – Ribeirão Preto/SP

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E LEIS DE INCENTIVO

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Em relação ao campo das políticas públicas, o Desenvolvimento Humano procura conceber, realçar, medir, avaliar e expressar o alcance e a satisfação dos direitos básicos do ser humano, essencialmente os da liberdade e da dignidade, para além da noção de desenvolvimento como crescimento econômico. Nessa acepção, existe desenvolvimento humano quando há direito de expressão e de participação, quando há segurança e condições para uma vida saudável e longa, quando existem formas de acesso ao conhecimento e de obtenção de um padrão de vida aceitável, dentre outros. Trata-se, portanto, de um critério para se avaliar o bem-estar de uma nação ou população em várias dimensões da existência e não no plano da riqueza material (GIOVANI; NOGUEIRA (Org.) IZUMINO; ABRÃO, Dicionário de Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano, online).

POLÍTICAS PÚBLICAS

"Políticas públicas" são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não-ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

[...] É certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando efetivamente se muda a composição do poder, mas pode-se obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando

esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica. Para isso, é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais.

Essa é a realidade do atual processo social em que a sociedade civil, articulada em suas organizações representativas em espaços públicos, passa a exercer um papel político amplo de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado e de oferecê-las ao debate público, coparticipando, inclusive, na sua implementação e gestão.

Há, hoje, no país, uma série de experiências desenvolvidas por ONGs e organizações de base que podem servir de referência para a elaboração de propostas e alternativas de políticas públicas (TEIXEIRA, 2002, online).

Os conceitos e temas das políticas públicas integram, hoje, a linguagem da vida cotidiana. Chegam ao conjunto da cidadania. Falam delas governos, movimentos sociais, sindicatos, partidos, mídia e ONGs.

Políticas públicas são fatos complexos, dinâmicos e multifocais. Não podem ser reduzidos ao momento "administrativo". São formas de exercício do poder e resultam da abrangente interação entre Estado e sociedade. Trata-se de uma intervenção estatal, de uma modalidade de regulação política e de um expediente como qual se travam lutas por direitos, justiça social e espaços políticos. Sobre elas, pesam diferentes aspectos da economia, da estrutura social, do modo de vida, da cultura e das relações sociais.

Políticas públicas são mais eficazes quando implementadas em ambientes sociopolíticos qualificados, impregnados de democracia, de capacidade coletiva de formular agendas e de uma cultura política que impulsione a formação de um léxico técnico rigoroso e facilite sua tradução para a sociedade (GIOVANI; NOGUEIRA (Org.), Dicionário de Políticas Públicas, online).

LEIS DE INCENTIVO À CULTURA

Lei do Audiovisual

Lei Federal 8.685/93 de investimento na produção de obras cinematográficas e audiovisuais.

Permite que o investimento seja de até 100% dedutível do Imposto de Renda.

Lei Rouanet

Criada em 1991 por Sergio Paulo Rouanet, Lei Federal nº 8313/91, ou Lei do Mecenato.

Instituiu o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura que possui o mecanismo: FNC – Fundo Nacional da Cultura: Incentivo direto do Governo aos projetos via edital.

Financia até 80% do projeto e 20% são contrapartida do proponente.

PROAC

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei nº12.268/06) instituiu o PROAC – Programa de Ação Cultural.

Lei do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

PIC – Programa de Incentivo à Cultura da Prefeitura de Ribeirão Preto pela Secretaria Municipal da Cultura.

A premiação no valor unitário de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às propostas classificadas no concurso é atendida pela rubrica orçamentária da Expansão da Produção Cultural.

(outras) POLÍTICAS PÚBLICAS

Ancine

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) é um órgão oficial do governo federal cujo objetivo é fomentar, regular e fiscalizar a indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.

DRT (Delegacia Regional do Trabalho)

Registro na carteira de trabalho técnico ou profissional.

MEI - Microempreendedor Individual

É a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. É necessário faturar no máximo até R$ 60.000,00 por ano.

É enquadrado no Simples Nacional e fica isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins e IPI).

Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R$ 39,90 (editor, filmador, fotógrafo, etc).

Microempresa

Empresa individual com receita bruta anual de até R$ 360.000,00 (microempresa).

Para o profissional de Audiovisual a categoria que se enquadra é a de Produtora de Vídeo.

MÉTODO DE PESQUISA

Este projeto de pesquisa foi realizado a partir de levantamento bibliográfico, dados secundários e pesquisa de campo de caráter exploratório. Foi aplicado questionário estruturado e entrevistas semiestruturadas na metodologia qualitativa.

Este artigo, como dito anteriormente, tem o propósito de analisar a atuação do egresso do curso superior em Audiovisual – Criação e Produção do Centro Universitário Barão de Mauá no mercado de trabalho de Ribeirão Preto/SP, traçando um perfil da realização profissional deste ex-aluno em sua área de atuação e sua relação com as Políticas Públicas e as Leis de Incentivo, no período de ascensão dos cursos sequenciais entre os anos de 2008 (formados no final do ano) a 2012 (formados no meio do ano).

Ano de Ingresso no curso de Audiovisual - Criação e Produção											
2007		2008		2009		2010		2011		2012	
janeiro	julho	janeiro	julho	janeiro	julho	janeiro	julho	janeiro	julho	janeiro	julho
turma 1	turma 2	turma 3	turma 4	turma 5	turma 6	turma 7	turma 8	~~turma 9~~		~~turma 10~~	
Ano de Formatura no curso de Audiovisual - Criação e Produção											
2007		2008		2009		2010		2011		2012	
julho	dezembro	julho	dezembro	julho	dezembro	julho	dezembro	julho	dezembro	julho	dezembro
			turma 1	turma 2	turma 3	turma 4	turma 5	turma 6	turma 7	turma 8	~~turma 9~~

É importante salientar que as turmas 9 e 10 não foram analisadas devido ao seu caráter adaptativo e transitório dos Cursos Sequenciais para os Cursos Tecnológicos. A primeira turma de Audiovisual, agora denominada Produção Audiovisual, oficialmente dentro dos moldes dos Cursos Tecnológicos, foi formada no início do ano de 2013.

Na abordagem de caráter descritivo foram realizados estudos sobre o egresso através de questionário por e-mail.

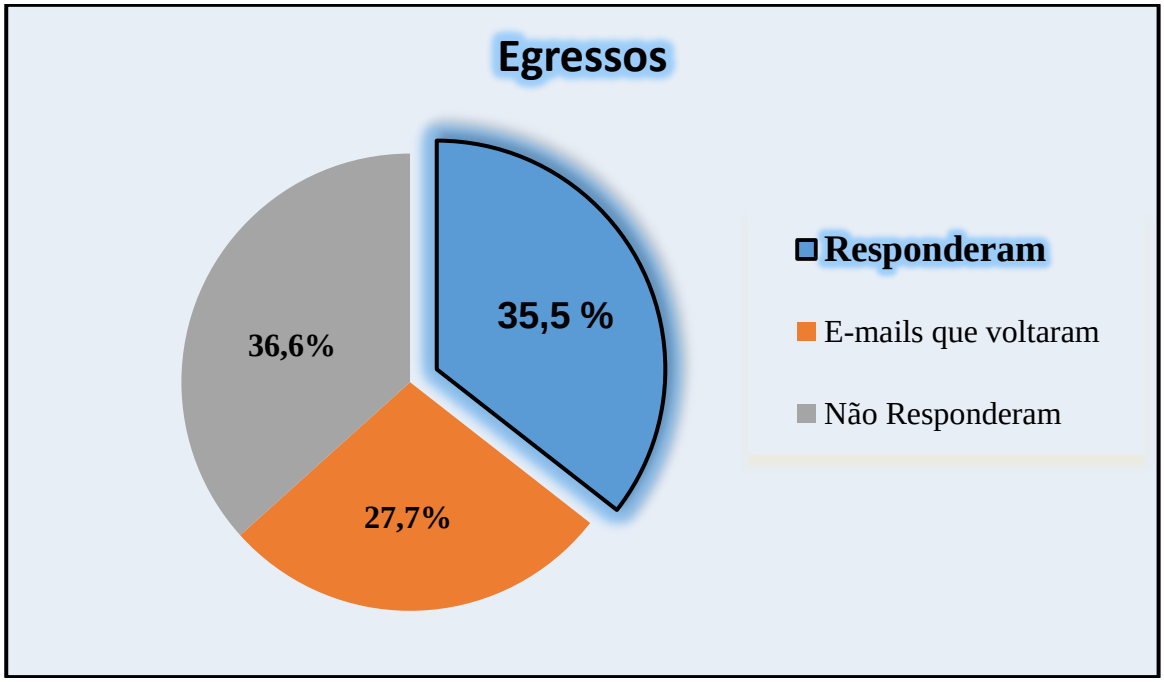
Na pesquisa de campo, na perspectiva de uma metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas com o objetivo de traçar um perfil da realização profissional deste egresso e sua relação com as Políticas Públicas e Leis de Incentivo.

Para realizar a pesquisa foi utilizada uma lista oficial obtida junto a instituição de ensino da cidade supracitada com os e-mails dos ex-alunos que já concluíram o curso, desde a primeira turma, formada no final de 2008 (dois mil e oito), até os recém concluídos da primeira metade do ano de 2012 (dois mil e doze).

A lista continha nomes e e-mails de 180 (cento e oitenta) produtores audiovisuais egressos de 8 (oito) turmas (uma média de 22,5 alunos por turma). Desse número total, foi obtida a resposta de 64 (sessenta e quatro) deles. 50 (cinquenta) e-mails retornaram com mensagens de que já não existem mais, e 66 (sessenta e seis) não responderam.

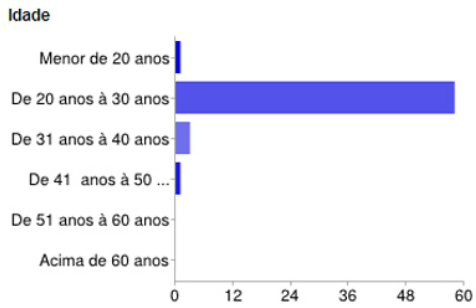
Egressos	180 alunos
Responderam	64
E-mails que voltaram	50
Não Responderam	66
Total	180

Foi com base nos 64 (sessenta e quatro) ex-alunos, cerca de 35,5% dos egressos, que colaboraram com a pesquisa, agora profissionais do campo do audiovisual, que foi orientada para obter as respostas desta investigação. Eles responderam utilizando um questionário, onde selecionaram a alternativa que correspondia a realidade em que vivem atualmente.

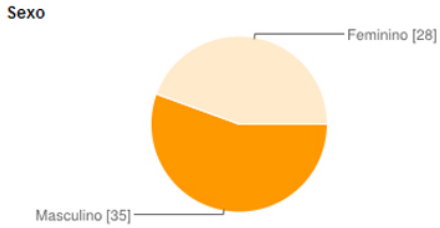


Suas respostas foram armazenadas numa planilha e dela foi gerada os gráficos com as porcentagens.

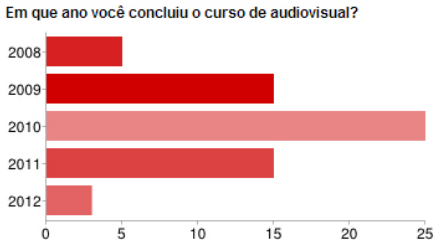
Gráficos dos resultados da pesquisa



Menor de 20 anos	1	2%
De 20 anos à 30 anos	58	92%
De 31 anos à 40 anos	3	5%
De 41 anos à 50 anos	1	2%
De 51 anos à 60 anos	0	0%
Acima de 60 anos	0	0%

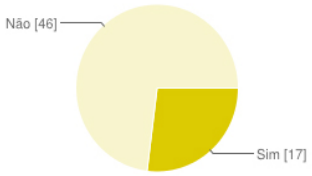


Masculino	35	56%
Feminino	28	44%



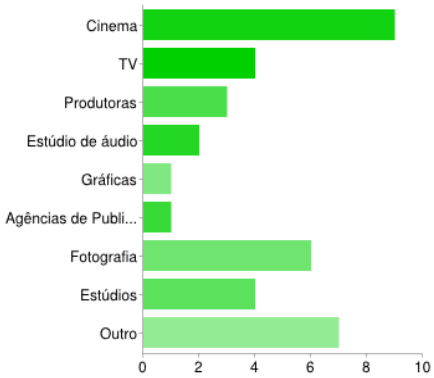
2008	5	8%
2009	15	24%
2010	25	40%
2011	15	24%
2012	3	5%

Você já trabalhava na área ligada ao audiovisual quando iniciou o curso?



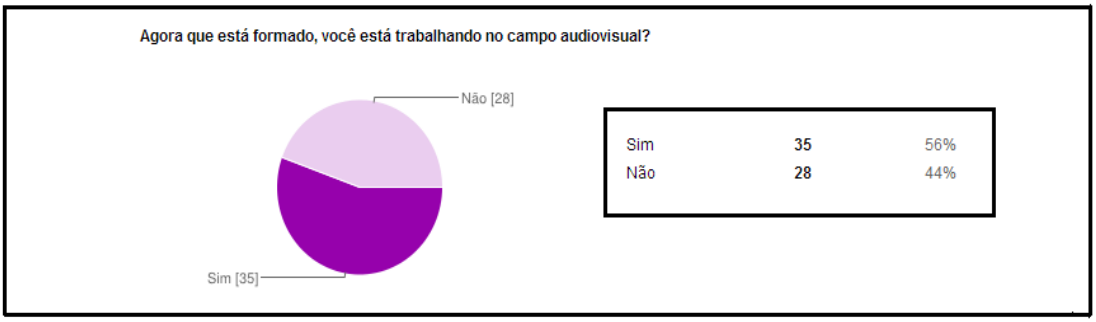
Sim	17	27%
Não	46	73%

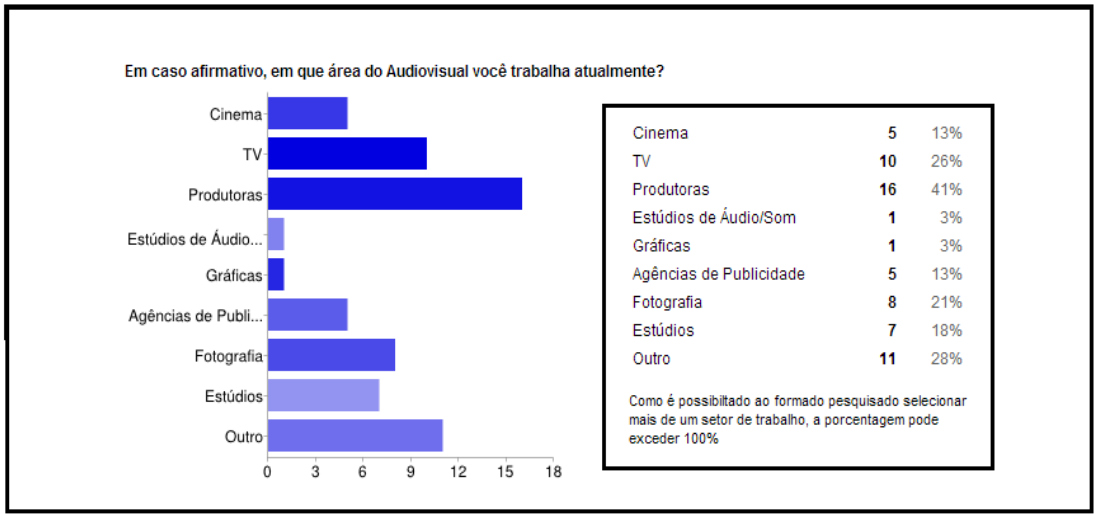
Em caso afirmativo, em que setor audiovisual você trabalhava?

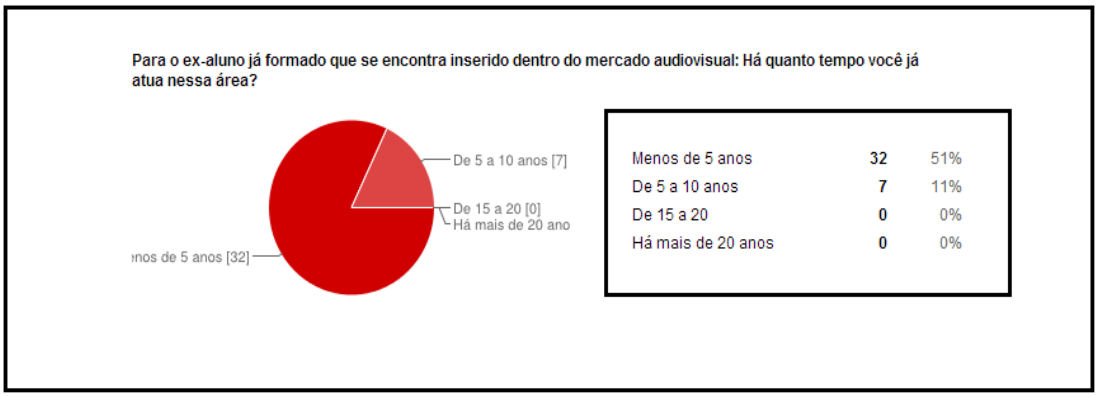


Cinema	9	43%
TV	4	19%
Produtoras	3	14%
Estúdio de áudio	2	10%
Gráficas	1	5%
Agências de Publicidade	1	5%
Fotografia	6	29%
Estúdios	4	19%
Outro	7	33%

Como é possibiltado ao formado pesquisado selecionar mais de um setor de trabalho, a porcentagem pode exceder 100%







Análise dos resultados da pesquisa

Pelo observado ao término da pesquisa, a idade dos alunos formados se encontram em sua maioria, entre os vinte até os trinta anos. Noventa e dois por cento dos pesquisados se encontram inseridos nessa faixa de idade. Cinco por cento estão entre os trinta até quarenta anos e apenas dois por cento abaixo dos vinte anos de idade, bem como outros dois por cento na faixa dos quarenta anos para cima. Isso mostra claramente que os alunos que procuram o curso de Audiovisual - Criação e Produção e depois se formam são, em sua grande maioria, jovens.

Cinquenta e seis por cento são homens e quarenta e quatro por cento mulheres. Dos sessenta e quatro produtores audiovisuais investigados, oito por cento dos pesquisados se formaram em dois mil e oito e vinte e quatro por cento em dois mil e nove. Do ano de dois mil e dez, quarenta por cento de profissionais responderam, enquanto que em dois mil e onze foram vinte e quatro por cento.

Finalmente, do ano de dois mil e doze foram obtidas respostas de cinco por cento, observando o fato que esse último englobou apenas os formados da metade do ano.

Quando os atuais profissionais produtores audiovisuais formados ingressaram na faculdade como alunos, apenas vinte e sete por cento já trabalhavam na área audiovisual.

Esses profissionais que buscaram aprimoramento fazendo o curso de audiovisual se encontravam inseridos nos setores de cinema (curtas-metragens e estúdios de cinema), televisão, produtoras de vídeo, estúdios de áudio e música, gráficas, fotografia, agências de publicidade e outros setores (autônomos, funções ligadas às secretarias de cultura, ONGs que abrangiam o setor audiovisual, dentre outros).

Atualmente, de todos os formados no curso de Audiovisual - Criação e Produção da cidade de Ribeirão Preto/SP, que responderam a pesquisa, cinquenta e seis por cento estão inseridos no mercado de trabalho no campo do audiovisual.

Na área de cinema (filmes e estúdios de cinema) temos cinco profissionais atuantes, dez produtores audiovisuais estão na televisão em áreas como edição, produção, direção de arte, cinegrafistas, dentre outras funções inerentes à necessidade operacional dessas emissoras.

Já na área das produtoras de vídeo encontram-se trabalhando dezesseis profissionais formados que foram alvo da investigação.

Nos setores de gráficas e estúdios de áudio e som temos apenas um profissional atuante para cada um deles, o que corresponde apenas a três dos cinquenta e seis por cento que responderam estar no mercado de trabalho atualmente pela pesquisa realizada.

Treze por cento estão em agências de publicidade, oito produtores audiovisuais no campo da fotografia e sete trabalham em estúdios.

Além desses listados, onze se encontram atuando no campo audiovisual em situações diversas às acima elencadas, quer como profissionais autônomos (editores, produtores), ou em cargos públicos que envolvam de alguma forma a área audiovisual, dentre outros possíveis nichos que o eclético mercado de imagem e som possa necessitar.

É interessante observar que, dentro desses cinquenta e seis por cento de profissionais alvos do estudo que se encontram atuantes e inseridos no contexto audiovisual da cidade de Ribeirão Preto/SP, cinquenta e um por cento está trabalhando a menos de cinco anos na área.

Isso demonstra junto com a idade média dos formados que ingressam no mercado de trabalho do campo audiovisual que esse é um curso formador de profissionais qualificados relativamente novo e constituído em sua maioria por jovens.

Entrevistas

Dentre os alunos que estão no mercado de trabalho, foram selecionados alguns egressos para uma pesquisa mais direta através de entrevistas, com o objetivo de identificar como eles estão hoje e sua relação com o desenvolvimento local e seu envolvimento com as Políticas Públicas.

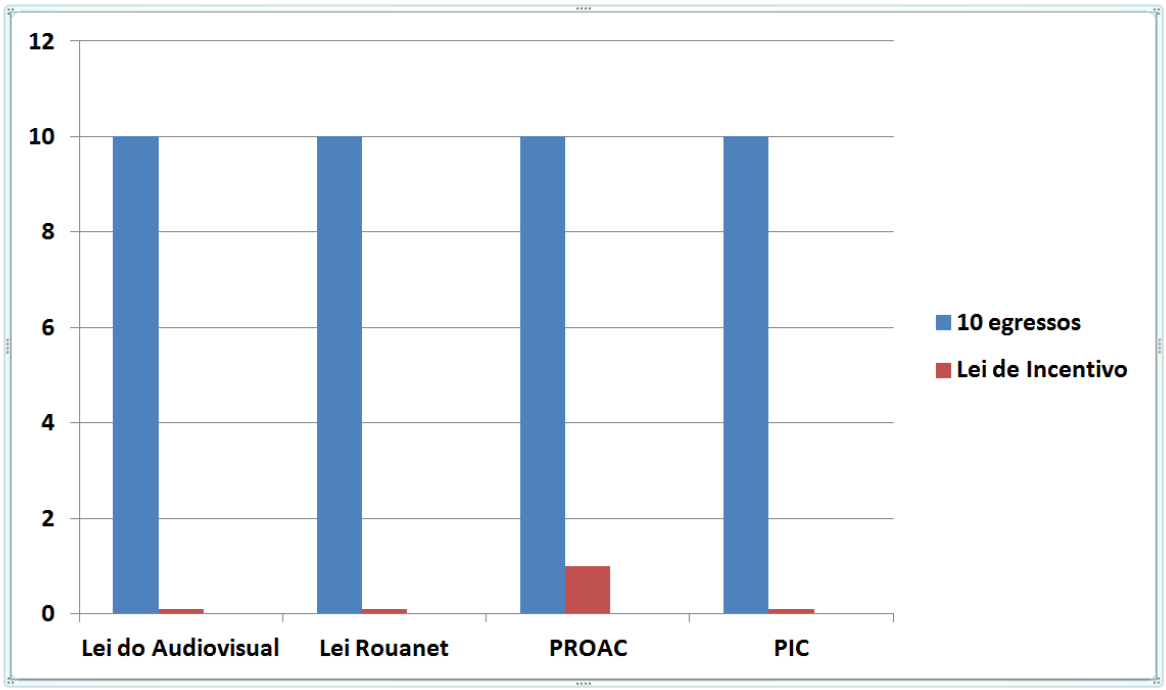
Assim, com base nos 64 ex-alunos que colaboraram com a pesquisa exploratória, agora profissionais do campo do audiovisual, que nos orientamos para obter as respostas de nossa investigação.

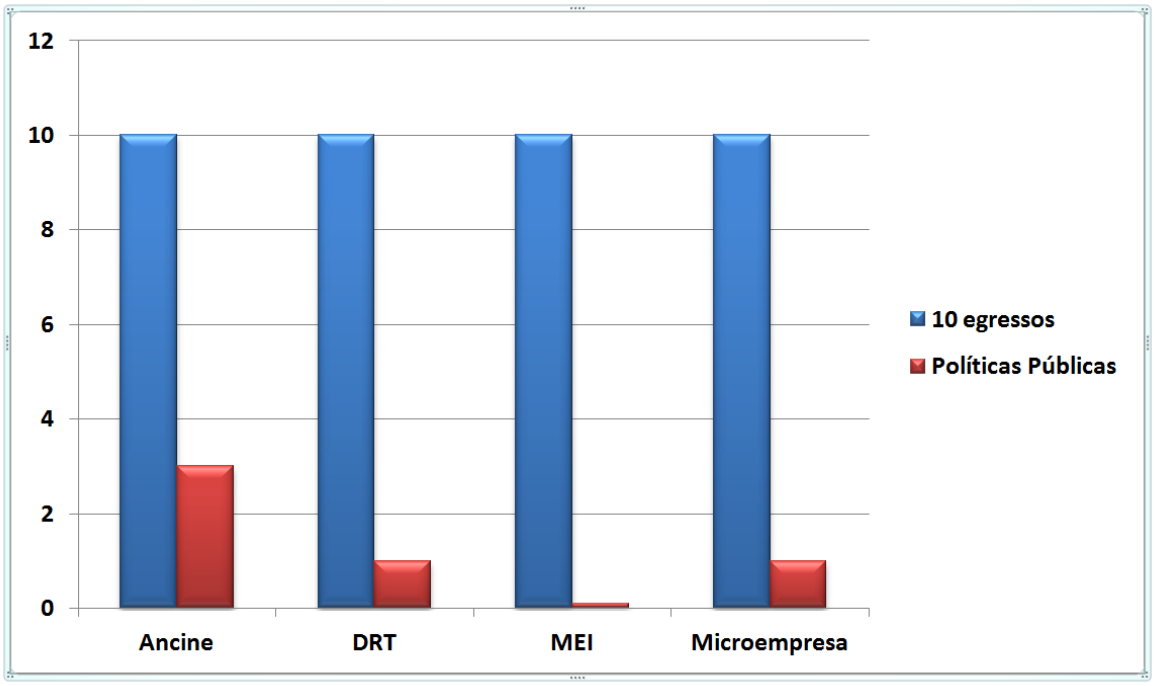
Desta população, foram selecionados, baseados na iniciativa e voluntariado (foram os primeiros ex-alunos a responder o questionário por e-mail), 10 egressos ativos no mercado de trabalho para ser aplicado o questionário, por telefone, sobre Políticas Públicas e Leis de Incentivo.

Procuramos relacionar o egresso às principais Leis de Incentivo à Cultura (Lei do Audiovisual, Lei Rouanet, PROAC - Lei do ICMS, PIC – Programa de Incentivo à Cultura da Prefeitura de Ribeirão Preto) e também com as demais Políticas Públicas (a Agência Nacional do Cinema (Ancine), DRT (Delegacia Regional do Trabalho), MEI - Microempreendedor Individual e Microempresa).

As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2013 e suas respostas foram armazenadas em uma planilha e dela geramos os gráficos com as porcentagens.

Gráficos dos resultados da entrevista





CONCLUSÃO

Podemos concluir que o egresso do curso de Audiovisual – Criação e Produção não utiliza substancialmente as Leis de Incentivo, nem tampouco as demais Políticas Públicas, dando preferência para trabalhar em empresas (Produtoras de Vídeo em sua maioria) já existentes.

A Lei do Audiovisual é mais utilizada por grandes empresas que trabalham com grandes orçamentos. Para o aluno que acabou de sair do curso de Audiovisual, a lei é bastante burocrática, o que inviabiliza a produção de curtas-metragens, já que este formato não encontra espaço economicamente no mercado de trabalho.

A Lei Rouanet financia até 80% do projeto e 20% são contrapartida do ex-aluno. Assim, torna-se também inviável a utilização desta lei visto que o egresso está tentando inserir-se no mercado de trabalho e não possui recursos suficientes para arcar com os 20% proposto para o proponente.

O PROAC é a Lei do ICMS que apenas 1 (dos 10 egressos entrevistados) conseguiu. Mas, mesmo tendo sido aprovado na lei, o mesmo não conseguiu alavancar os recursos junto às empresas alegando que era um número muito grande de projetos selecionados para poucas empresas. O mesmo tentará novamente levantar os recursos para seu projeto audiovisual agora em 2014.

Segundo a ex-secretária da Cultura de Ribeirão Preto, Adriana Silva, o PIC – Programa de Incentivo à Cultura não possui ampla divulgação. Sendo assim, o egresso do Audiovisual não possui a iniciativa de aproveitar o incentivo para suas obras audiovisuais, mesmo tendo uma disciplina no curso voltada diretamente para as Leis de Incentivo chamada "Ética e Legislação (Marketing, Distribuição e Exibição)".

Em relação as demais Políticas Públicas, o registro da Agência Nacional do Cinema (Ancine) é o mais utilizado pelos ex-alunos (dos 10 entrevistados, 3 possuem o registro Ancine, 30%). Isto porque é o mais acessível e o aluno consegue o registro mesmo sem ter concluído o curso, apenas apresentando a declaração de matrícula no curso e os trabalhos práticos que realizou durante os semestres.

Já o DRT (Delegacia Regional do Trabalho), registro na carteira de trabalho técnico ou profissional, somente no final de 2013 um aluno conseguiu (10%). Isto porque as leis que regulamentam as profissões são muito antigas (datam de 1978), fazendo com que a Declaração de Aptidão fornecida pela secretaria do curso fosse adaptada à legislação vigente.

O MEI - Microempreendedor Individual e a Microempresa também não são muito utilizadas devido ao alto custo da montagem de uma Produtora de Vídeo.

Assim, o egresso do curso de Audiovisual prioriza empresas já estabelecidas no mercado.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Tiago. Vende-se em 30 segundos. Manual do Roteiro para filme publicitário. São Paulo: Senac, 2004.

BOAS, Sérgio Vilas. Ensino superior particular: um vôo histórico. São Paulo: Editora Segmento, 2004, p. 134.

CARVALHO, Nelly de. Publicidade: A linguagem da Sedução. São Paulo: Ática, 1984.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ. Institucional. Disponível em: <http://www.baraodemaua.br/institucional/index.php>. Acesso em: 28 de set. de 2013.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ. Graduação Tecnológica. Disponível em: <http://www.baraodemaua.br/tecnologico/detalhar/producao-audiovisual>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. JC Publicidade e Propaganda RP. Agências de Publicidade e Propaganda. AG PPG Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.cidadederibeiraopreto.com.br/categoria270--agencias-de-publicidade-e-propaganda-ag-ppg-ribeirao-preto.html>. Acesso em: 1º de out. de 2013.

CINÉFILOS RIBEIRÃO PRETO. Reportagens. Cine Clube Cauim comemora 30 anos. Disponível em: <http://cinefilosrp.net/Reportagens/cauim_30anos.html>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

CONCLA - COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO. CNAE 2.1 - Subclasses. Hierarquia. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/subclasse.asp?CodSecao=J&CodDivisao=59&CodGrupo=591&codclasse=5911-1&CodSubClasse=5911-1/99&TabelaBusca=CNAE_201@CNAE 2.1 - Subclasses@0@cnaefiscal@0>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

CONSELHO, Deise Elen Abreu do Bom; BESSA, Pedro Pires. Ensino Superior Particular no Brasil: Histórico e Desafios. Disponível em: <http://www3.mg.senac.br/NR/rdonlyres/eoqcsmybxfmyfq5kq3bpqd7pplftb76aww24x4griymjsunbt6goq5w3qdubmetjpzpswcfba5o72d/deise.PDF>. Acesso em: 26 de out. de 2013.

COSTA, Caio Túlio. Ética, jornalismo e nova mídia. Uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes – Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 13 e 14.

EWALD FILHO, Rubens. Dicionário de cineastas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002, p. 133 .

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. Disponível em: <http://dicionario.fundap.sp.gov.br/>. Acesso em: 28 de se. de 2013.

GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.) IZUMINO, Eduardo; ABRÃO, Adriana Thomé Yázigi. Dicionário de Políticas Públicas. Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Verbete/75>. Acesso em: 28 de set. de 2013.

GORDON, George N. Comunicação pela TV. Rio de Janeiro: Fórum, 1999.

HAVELOCK, Eric A. The literate revolution in Greece and its cultural consequences – Princeton, NJ: Princeton University Press, 1982.

IGUATEMI. Shopping. Iguatemi Ribeirão Preto. Ficha Técnica. Disponível em: <http://institucional.iguatemi.com.br/index.php/shopping/iguatemi-ribeirao-preto/>. Acesso em: 30 de set. de 2013.

KAULING, Flávio Augusto Serra; MORÉ, Rafael Pereira Ocampo; COSTA, Alexandre Marino; BUNN, Denise Aparecida; PEREIRA, Mércia; AZEVEDO, Paola. Acesso à Educação Superior no Brasil: O Desafio da Inclusão dos Jovens Brasileiros segundo o PNE. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/162.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 10ª edição. São Paulo; Prentice Hall, 2005.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LISTAMAIS. Filmes. Produtoras em Ribeirão Preto - SP. Disponível em: <http://www.listamais.com.br/a-111-2255/filmes-produtoras-em-ribeirao-preto.aspx>. Acesso em: 1º de out. de 2013.

MARCONDES, Ciro Filho. Por uma reflexão consequente da estética. 2001. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/analisi/02112175n27p173.pdf>. Acesso em: 09 de ago. de 2012.

MATTOS, João Roberto Loureiro de. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática – São Paulo: Saraiva, 2005, p. 69, 74 e 121.

MEC. Parecer homologado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pces968_98.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

MEC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Cursos sequenciais. Disponível em: <http://www.inf.ufrgs.br/mec/ceeinf.sequencial.html>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

McLUHAN, Marshall. Os meios de Comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969.

NOVO NEGÓCIO. Como montar uma produtora de vídeos. Disponível em: <http://www.novonegocio.com.br/ideias-de-negocios/como-montar-uma-produtora-de-videos/>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

NOVO SHOPPING. Institucional. Nosso Histórico. Disponível em: <http://www.novoshopping.com/institucional.php#.Ukf4jN25fX4>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL. Definição de Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp?lumPageId=FF808181274E7A9001274E8D91BC0B98>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

OLIVEN, Arabela Campos. A paroquialização do ensino superior. Petrópolis: Vozes, 1990.

ORIGEM PRODUÇÕES. Disponível em: <http://www.origemproducoes.com.br/>. Acesso em: 30 de set. de 2013.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. A universidade em debate. 3. ed. Caxias do Sul: Educs, 1984.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Atividades Permitidas. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/atividades-permitidas>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. MEI - Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Conheça Ribeirão. História de Ribeirão. Histórico de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto e seus fundadores. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71fundadores.htm>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Conheça Ribeirão. História de Ribeirão. Histórico de Ribeirão Preto. Uma região em pleno desenvolvimento. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71regiao.htm>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Conheça Ribeirão. Educação. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71educacao.htm>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

RIBEIRÃO SHOPPING. Conheça o shopping. Disponível em: <http://www.ribeiraoshopping.com.br/o-shopping/>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

RIO FILM COMMISSION. Sobre a Rio Film Commission. Atribições. Disponível em: <http://www.riofilmcommission.rj.gov.br/sobre-a-rio-film-commission>. Acesso em: 30 de set. de 2013.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. O ensino superior no Brasil: o setor privado. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000. p. 408.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

SÃO PAULO FILM COMMISSION. Entidade. Disponível em: <http://www.saopaulofilmcommission.org.br/entidade/>. Acesso em: 30 de set. de 2013.

SÃO PAULO FILM COMMISSION. O município de Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.saopaulofilmcommission.org.br/ribeirao/>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

SEBRAE. Setores. Economia Criativa. Artes Visuais. Audiovisual. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/economia-criativa/o-setor/audiovisual>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

SEBRAE. Produtora de Vídeos. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/ideais/default.asp?vcdtexto=2555&%5E%5E>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

SCHULTZ, Don E; BARNES, Beth E. Campanhas Estratégicas de Comunicação de Marca. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

SHOPPING SANTA ÚRSULA. Shopping. Shopping Santa Úrsula presente em cada detalhe. Disponível em: <http://www.shoppingsantaursula.com.br/site/shopping.asp>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações – Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 1 e 26.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em: 28 de set. de 2013.

UNIVERSIA. História do Ensino Superior. Disponível em: <http://universidades.universia.com.br/universidades-brasil/historia-ensino-superior/>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

WIKIPÉDIA. Comissão fílmica. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_f%C3%ADlmica>. Acesso em: 30 de set. de 2013.

WIKIPÉDIA. Empreendedorismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo>. Acesso em: 17 de out. de 2013.

WIKIPÉDIA. Ensino superior. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ensino_superior>. Acesso em: 25 de out. de 2013.

WIKIPÉDIA. Ribeirão Preto. Cultura. Artes Cênicas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeir%C3%A3o_Preto#Cultura>. Acesso em: 29 de set. de 2013.

Capital Humano e Taxa de Crescimento da Economia: teoria e aplicações para a cidade de Osasco SP

O objetivo geral deste trabalho foi de aplicar em um modelo teórico no efeito da expansão do capital humano, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM - considerando apenas a variável educação, sobre o crescimento econômico do município de Osasco durante o período de 2006 a 2009. O método utilizado de mínimos quadrados ordinários indicou uma relação positiva entre as duas variáveis em estudo. Constatou-se que quanto maior o nível de capital humano, maior o crescimento econômico da cidade.

107-2427

Fernandina Fernandes de Lima Medeiros
Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho
fernandinafernandes@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Considerando as diferenças existentes nas taxas de crescimento entre os países, têm surgido cada vez mais estudos na literatura econômica referindo-se a essa questão. À medida que novos avanços teóricos modificam-se, surgem novas recomendações de política econômica para estimular o crescimento econômico.

Atualmente, as recomendações sobre as políticas capazes de elevarem a taxa de crescimento, têm concentrado sua atenção nos investimentos em capital humano, em particular, nos investimentos de educação. Em grande medida, este papel de destaque da acumulação de capital humano como forma de elevar a taxa de crescimento econômico, reflete nos desenvolvimentos teóricos ocorridos em meados dos anos 80. Lucas (1988) e Romer (1990) reacenderam o debate na macroeconomia sobre crescimento econômico ao desenvolverem os chamados modelos de crescimento econômico endógeno.

No modelo de crescimento endógeno, o crescimento da renda *per capita* é explicado internamente ao modelo, com a eliminação dos retornos marginais decrescentes ao capital. Lucas (1988) chamou a atenção para o capital humano, a educação e o *learning by doing,* como os principais fatores de acumulação de capital. Romer (1990) mostra que a educação também desempenha um papel importante, pois qualifica os indivíduos a trabalharem na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Assim, a educação teria um papel fundamental no aumento da capacidade dos indivíduos em terem novas idéias e produzirem novas tecnologias.

Logo, nas recomendações de política econômica para elevar a taxa de crescimento de países e regiões, os investimentos em educação passaram a ter um destaque fundamental, inclusive maior do que os investimentos em capital físico.

Dessa maneira, esse trabalho analisa econometricamente a relação existente entre capital humano, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM- considerando apenas a variável educação, e o crescimento econômico, para o município de Osasco.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é o de aplicar em um modelo teórico desenvolvido pela autora dessa monografia na dissertação de Mestrado em Economia cursado na Universidade Estadual de Maringá e finalizado em 25 de janeiro de 2005, juntamente com o orientador Prof. Dr. Joilson Dias, o efeito da expansão do capital humano, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM- considerando apenas a variável educação, sobre o crescimento econômico do município de Osasco durante o período de 2006 a 2009.

Os objetivos específicos são:

- Demonstrar os dados sobre crescimento econômico no município de Osasco medido através do PIB;
- Apresentar os valores do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, com ênfase apenas para a educação no município de Osasco;
- Estimar o efeito da expansão do capital humano sobre o crescimento econômico do município de Osasco.

2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A literatura econômica oferece uma variedade de teorias e modelos que tratam a relação entre educação e crescimento econômico. A educação aumenta o ganho potencial do indivíduo, e pode apresentar uma série de externalidades positivas. O estudo realizado por Michaelowa (2000) apresenta um diagrama do impacto da educação tanto em níveis micro quanto macro, como segue:

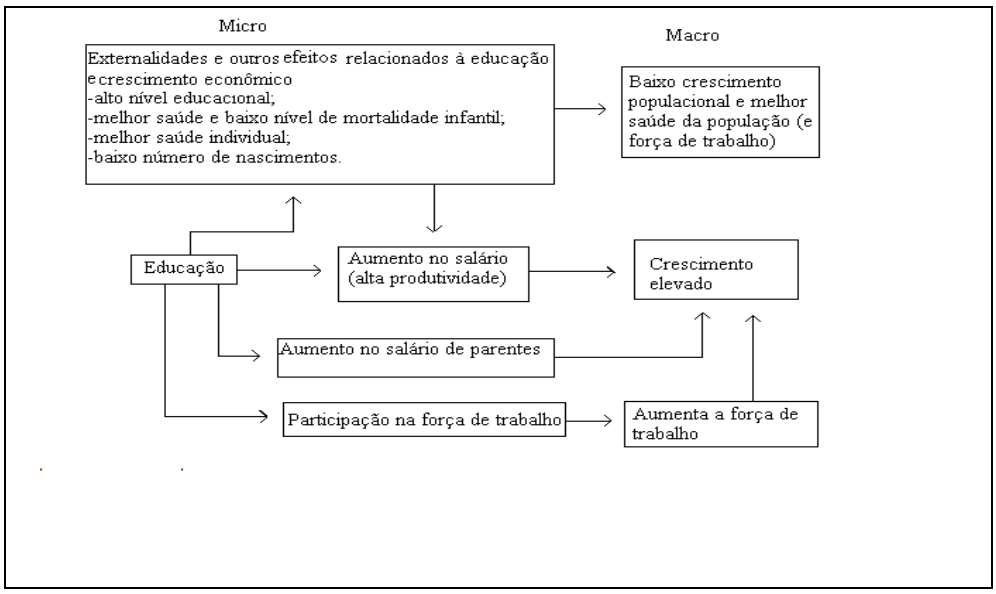


Figura 1- Efeitos da Educação no Crescimento Econômico
Fonte: Michaelowa, (2000), adaptada pela autora.

Na Figura 1, nota-se que a evidência microeconômica sugere que aumentos salariais acompanhando a escolaridade adicional, são universais, logo, aumentos na escolaridade causam o crescimento. Já a evidência macroeconômica apresenta que a educação não tem tido o impacto generalizado sobre o crescimento, apontado pela evidência microeconômica. Uma primeira e clara resposta para essa contradição foi apontada por Temple (1998): que o impacto da educação pode ter variado muito entre os países.

As teorias de crescimento econômico têm sido muito discutidas atualmente, contudo, o ponto mais importante desse estudo está centrado na relação entre educação e crescimento econômico.

2.1 EDUCAÇÃO E RENDA

A relação entre a educação e renda tem como efeito o reflexo da distribuição da educação sobre a distribuição da renda, ou seja, a desigualdade da educação é um sinônimo da desigualdade de renda. As relações entre educação e desigualdade de renda, evidentemente remetem a múltiplas e complexas dimensões sociais, econômicas e culturais.

A análise da influência da escolaridade na desigualdade de rendimentos permeia toda a literatura econômica sobre o tema. No Brasil, o debate precursor entre Fishlow (1993) e Langoni (1973), colocou frente a frente aqueles que consideravam a educação - tanto a sua distribuição como a natureza dos retornos - como principal determinante da distribuição de renda brasileira e o que atribuíam papel determinante ao funcionamento do mercado de trabalho.

Após o trabalho de Langoni (1973), vários estudos se dedicaram, a saber, sobre o papel da educação na determinação da desigualdade de rendimentos no Brasil. Reis e Barros (1991), por exemplo, mostram que a educação e idade explicam cerca de 510% da desigualdade de rendimentos no trabalho, sendo que a eliminação dos diferenciais salariais associados à educação por si só reduziria a desigualdade em 40%. Isso ocorre tanto devido à má distribuição da educação na força de trabalho quanto aos elevados retornos econômicos à educação existentes no Brasil.

Barros e Mendonça (1995), afirmaram que poucos países no mundo conseguiam atingir níveis de desigualdade educacional entre trabalhadores como os do Brasil. Os autores citam os resultados obtidos em extensa literatura dedicada a estimar a contribuição das desigualdades educacionais para a desigualdade salarial no Brasil. E afirmam:

No Brasil há desigualdade absoluta e relativa na escolaridade da população, e esse é um dos principais fatores que explicam a desigualdade na distribuição de renda, pois um ano adicional de escolaridade no Brasil implica em valorização salarial elevada o que, aliado à escassez de mão de obra qualificada, contribui para concentração de renda pessoal no país. Especificamente, no que se refere ao mercado de trabalho, observamos que a heterogeneidade da escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos adicionais de escolaridade representa os principais determinantes da desigualdade salarial (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2002).

Mas pode-se dizer que, um aumento de um ano na escolaridade média do brasileiro aumentaria, segundo análise de Barros e Mendonça (1994), em 0.35% a taxa de crescimento da renda per capita no Brasil. O mesmo estudo aponta que um aumento de um ano a mais de escolaridade para o trabalhador brasileiro aumentaria em 20% a

renda per capita do país. Considerando que, no início dos anos 90, a renda *per capita* brasileira (US$ 5 mil) equivaleria cerca de 1/3 da renda per capita observada nos países industrializados (US$ 15 mil), os autores mostram que uma elevação na educação formal da força de trabalho brasileira para níveis idênticos aos dos países industrializados tenderia a dobrar a renda per capita no Brasil. Como decorrência, a renda per capita brasileira passaria de 1/3 para 2/3 do valor correspondente nos países industrializados, sugerindo que a metade do enorme hiato de renda per capita entre o Brasil e os países industrializados origina-se no baixo nível educacional da população brasileira.

Especificamente no que se refere ao impacto da educação sobre a renda per capita e o nível de salários, veem-se, por exemplo, que Barros e Mendonça (1998), mostram para a região metropolitana de São Paulo que cada ano adicional de educação superior aumentaria os salários, em média, em 16%.[1]

Assim, espera-se que um trabalhador com maior nível de instrução seja mais produtivo que outro com nível inferior, portanto, a educação torna-se um elemento importante no processo de desenvolvimento econômico, especialmente com relação à melhoria de produtividade de longo prazo.

Portanto, países com altas taxas de produtividade como os alcançados por alguns países asiáticos, tem demonstrado esforço em superar a taxa de conhecimento alcançado por países altamente desenvolvidos. Neste sentido, a relação entre produtividade e educação tem-se mostrado clara e direta, conforme explicitado em Dias e Dias (1999).

2.2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesta seção será apresentada a evolução da educação no Brasil, durante a década de 90, objetivando analisar os principais aspectos educacionais ao longo desse período.

2.2.1 Analfabetismo

A extinção do analfabetismo é, sem dúvida, o primeiro degrau a ser alcançado para a construção de um sistema educacional integrador e indutor do desenvolvimento social e econômico. Os resultados do Índice do Desenvolvimento Humano[7] mostraram que, em 2000, enquanto a Argentina ocupava o 34º lugar no *ranking* de IDH, o Brasil ocupava a 73º posição, em situação bem inferior à de outros países da América Latina conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano e Taxa de Analfabetismo da População acima de 15 anos de idade – 2000.

País	Valor	IDH-Posição	Taxa de Analfabetismo (%)
Noruega	0.942	1º	0.0
Austrália	0.939	5º	0.0
Áustria	0.926	15º	0.0
Espanha	0.913	21º	0.0
Portugal	0.880	28º	7.8
Argentina	0.844	34º	3.2
Chile	0.831	38º	4.2
Costa Rica	0.820	43º	4.4
México	0.796	54º	8.8
Colômbia	0.772	68º	8.4
Brasil	0.757	73º	13.6
Peru	0.747	82º	10.1
Equador	0.732	93º	8.4
Cabo Verde	0.715	100º	26.2

Fonte: PNUD e UNESCO (2014).

[7] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado segundo metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: 1) a longevidade da população – expressa pela esperança de vida; 2) seu grau de conhecimento – traduzido por duas variáveis educacionais: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e 3) sua renda ou PIB *per capita,* ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre países. O índice situa-se entre os valores 0 (zero) e 1 (um). Segundo a classificação internacional utilizada, os países são agrupados em três categorias: países de alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800; países com grau médio de desenvolvimento humano, para valores de 0,500 a 0,800; e os países com baixo grau de desenvolvimento humano, quando o IDH for inferior a 0,500.

De acordo os dados do IPEA[8], pode-se dizer que o Brasil ainda detém uma das mais elevadas taxas de analfabetismo, com 13,6% da sua população de mais de 14 anos nessa condição, representando, em termos absolutos, um expressivo contingente de 16,3 milhões de pessoas. Essa situação torna-se ainda mais desconfortável quando comparada com países que apresentam menores potencialidades de desenvolvimento.

As conquistas do sistema educacional brasileiro mostram, com clareza, significativa redução do analfabetismo na população adulta jovem. Por outro lado, na população com mais de 50 anos, o contingente populacional mais difícil de ser atingido pelos programas governamentais de combate ao analfabetismo, à taxa encontra-se no patamar de 29,4%.

De acordo com Pierro e Graciano (2003), as características culturais do Brasil não definem o analfabetismo como fator discriminatório entre homens e mulheres. A situação de analfabetismo para ambos os sexos, apesar de igualmente preocupante, diverge em apenas 0,3 % a favor das mulheres. Para ilustrar esse quadro, os índices de analfabetismo da população residentes na zona rurais são três vezes a registrada na zona urbana.

Tabela 2 – Taxa de Analfabetismo da população por faixa etária, gênero e localização no Brasil – 1991/2000

Faixa Etária	1991	2000
15anos ou mais	20.1	13.0
15 a 19 anos	12.1	5.0
20 a 24 anos	12.2	6.7
25 a 29 anos	12.7	8.0
30 a 39 anos	15.3	10.2
40 a 49 anos	23.8	13.9
50 anos ou mais	38.3	29.4
Gênero		
Homem	19.8	13.6
Mulher	20.3	13.5
Localização		
Urbano	14.2	10.2
Rural	40.5	29.8

Fonte: IBGE (2014).

Numa ordem mundial onde a escolaridade faz parte do rol de pré-requisitos básicos para a conquista da cidadania e para o acesso ao mercado de trabalho, fica evidente que os mais elevados índices de analfabetismo conduzem aos mais baixos rendimentos. A Tabela 3 mostra que a taxa de analfabetismo da população com rendimento superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, enquanto que, aquele que recebe menos de um salário mínimo esse índice é de 28,8%%.

Tabela 3 – Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos – Brasil de acordo com os rendimentos – 1991/2001

Rendimento	1991	2001
Até 1 salário mínimo	34.9	28.8
1 salário mínimo até 3	26.6	19.7
3 salários mínimos até 5	14.8	9.7
5 salários mínimos até 10	7.4	4.7
Mais de 10 salários mínimos	2.4	1.4

Fonte: IBGE (2014).

Nota: Exclusive a População rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

3 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE OSASCO

Nesta seção será apresentada a evolução da educação na cidade de Osasco, nos anos de 2006 a 2009.

[8] Veja, www.ipeadata.gov.br.

3.1 GRAU DE ESCOLARIDADE

Numa ordem mundial onde a escolaridade faz parte do rol de pré-requisitos básicos para a conquista da cidadania e para o acesso ao mercado de trabalho, fica evidente que os mais elevados índices de analfabetismo conduzem aos mais baixos rendimentos.

O sistema educacional possui como meta à promoção do aumento dos níveis de escolarização da sua população. Assim, como pode ser visto na Tabela 4, no ano de 2006, a quantidade de analfabetos na cidade de Osasco foi de 306, considerando o total de 121.600 pessoas analisadas no ano.

Tabela 4 – Grau de Escolaridade na cidade de Osasco no ano de 2006.

Grau de Instrução	Quantidade	%
Analfabeto	306	0,25
Até o 5º ano Incompleto do Fundamental	2.681	2,21
5º ano Completo do Fundamental	5.660	4,67
Do 6º ao 9º ano Incompleto do Fundamental	10.730	8,85
Fundamental Completo	18.676	15,4
Médio Incompleto	11.584	9,55
Médio Completo	44.083	36,35
Superior Incompleto	7.904	6,52
Superior Completo	19.212	15,84
Mestrado Completo	264	0,22
Doutorado Completo	160	0,13
Total	121.260	

Fonte: FIESP (2014).

A quantidade do ensino médio completo representou uma quantidade muito expressiva no ano de 2006, 36,35% do total de pessoas consideradas.

No ano de 2009, a quantidade de pessoas observadas passou para 149.437, como é apresentado na Tabela 5. Nesse ano, o número de analfabetos foi de 370. Novamente o ensino médio merece destaque com 42,9% da população considerada.

O grau de instrução superior completo no ano de 2009 compreendeu 16,46% do total de 149.437, indicando que mais pessoas conseguiram ter acesso ao ensino superior completo.

Tabela 5 – Grau de Escolaridade na cidade de Osasco no ano de 2009.

Grau de Instrução	Quantidade	%
Analfabeto	370	0,25
Até o 5º ano Incompleto do Fundamental	2.872	1,92
5º ano Completo do Fundamental	5.245	3,51
Do 6º ao 9º ano Incompleto do Fundamental	10.679	7,15
Fundamental Completo	19.804	13,25
Médio Incompleto	12.471	8,35
Médio Completo	64.103	42,9
Superior Incompleto	8.852	5,92
Superior Completo	24.594	16,46
Mestrado Completo	315	0,21
Doutorado Completo	132	0,09
Total	149.437	

Fonte: FIESP (2014).

A Figura 2 apresenta uma comparação do grau de escolaridade na cidade de Osasco entre 2006 a 2009, indicando uma evolução no grau de instrução médio completo e a inserção no ensino superior.
Os alunos que ingressaram no ensino superior não correspondem ao total daqueles que concluíram o ensino médio, mas representaram uma fatia considerável no período analisado, indicando um maior nível de escolaridade na cidade de Osasco.

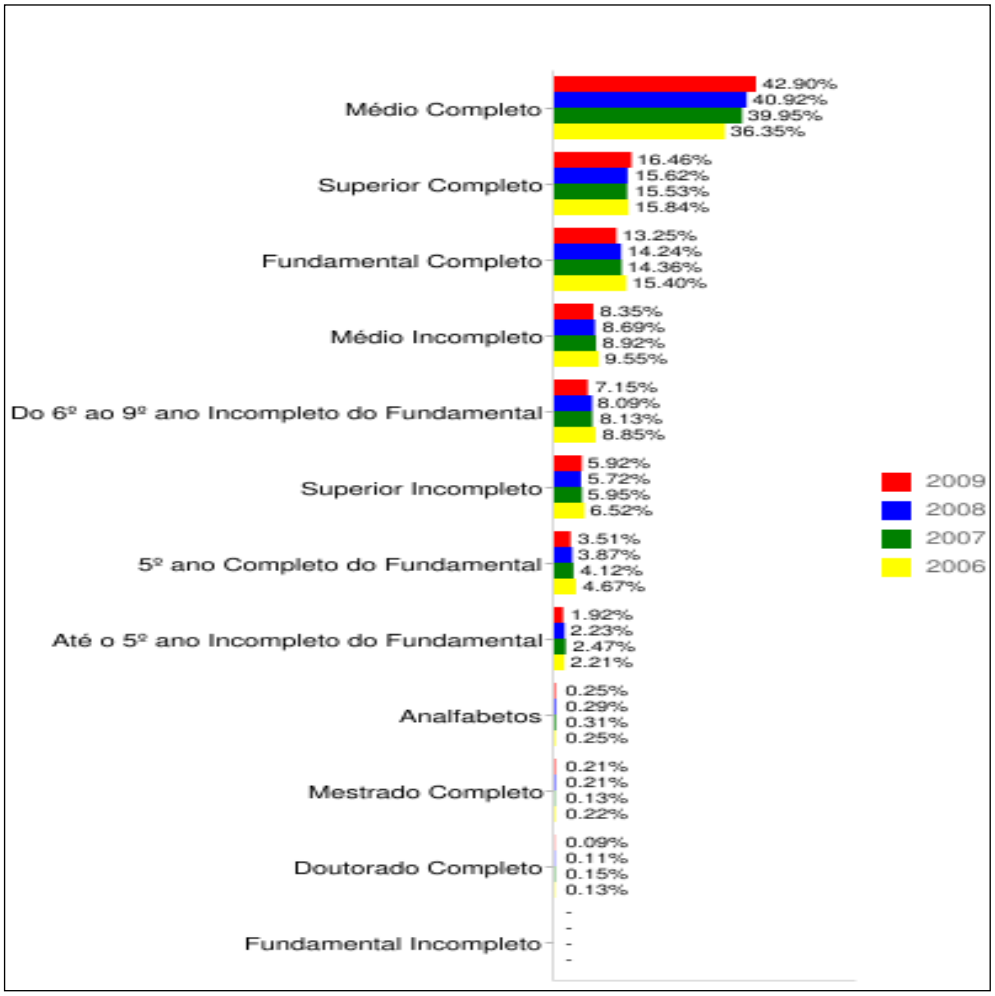


Figura 2- Comparação do grau de escolaridade na cidade de Osasco nos anos de 2006 a 2009.
Fonte: FIESP (2014).

3.2 PRODUTO INTERNO BRUTO

Produto Interno Bruto é uma estatística macroeconômica que mede duas grandezas: a renda total de todas as pessoas da economia e a despesa total com os bens e serviços produzidos na economia. O PIB poder ser calculado para o país, estado ou município, em um determinado período de tempo, e representa o crescimento econômico da unidade de federação analisada.

O Produto Interno Bruto (PIB) na cidade de Osasco, no período de 2006 a 2009, pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 6 – Produto Interno Bruto em mil (R$) na cidade de Osasco.

2005	2006	2007	2008	2009
R$ 10.633.872,29	R$ 10.566.470,77	R$ 13.805.340,20	R$ 15.563.561,48	R$ 15.268.038,96

Fonte: IPEADATA (2014).
A taxa de crescimento do PIB demonstra o quanto esse indicador aumentou ou diminuiu em determinado período de tempo, e se teve crescimento econômico. Na cidade de Osasco, a taxa de crescimento do PIB está apresentada na Tabela 7.

Tabela 7 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto na cidade de Osasco em %

Ano	Taxa de crescimento do PIB
2005	8,12
2006	-0,63
2007	30,65
2008	12,58
2009	-1,76

Fonte: IPEADATA (2014).

Analisando a Tabela 7, é possível identificar um significativo aumento no crescimento econômico no ano de 2006 para 2007 em 30,65%, indicando uma melhoria nas condições econômicas da cidade.
A taxa de crescimento no período de 2008 para 2009 foi negativa em -1,76%, indicando que o Produto Interno Bruto no ano de 2009 foi menor que no ano de 2008.
Analisando a Tabela 7, é possível identificar um significativo aumento no crescimento econômico no ano de 2006 para 2007 em 30,65%, indicando uma melhoria nas condições econômicas da cidade.
A taxa de crescimento no período de 2008 para 2009 foi negativa em -1,76%, indicando que o Produto Interno Bruto no ano de 2009 foi menor que no ano de 2008.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre capital humano e crescimento econômico tem sido muito estudado nos últimos anos. Barro e Sala-i-Martin (1995) chegaram à conclusão de que a escolaridade está positivamente correlacionada com a taxa de crescimento do PIB *per capita* entre os países.

A fundamentação teórica utilizado nesse trabalho foi desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada Escolaridade e Taxa de Crescimento Ótimo: teoria e aplicações de dados de painel para os estados brasileiros, da autora dessa monografia, juntamente com o orientador Professor Doutor Joilson Dias.

4.2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO – UM BREVE RELATO

A preocupação com a educação não foi notada durante muitas décadas, principalmente depois da interpretação que Marshall teria feito a respeito do assunto[9]. Mas a verdadeira motivação para o retorno do interesse pela educação se encontra nas dificuldades enfrentadas pelos estudos empíricos que procuravam explicar o crescimento econômico de longo prazo à luz de Robert Solow (1956).
Theodore Schultz (1962)[10] e Edward Denison (1962) incluíram a educação na função de produção, na tentativa de resolver os problemas de estimação das fontes de crescimento econômico. Becker (1964), por sua vez, defendeu a importância do investimento em capital humano sob o ponto de vista individual. Como fruto dos esforços destas duas linhas de pesquisa desenvolvidas simultaneamente, nasceu a teoria do capital humano. Além de procurar medir a contribuição da educação para o crescimento econômico, buscavam trazer respostas a diversos outros fenômenos para as quais a teoria econômica tradicional não havia conseguido encontrar mais do que respostas frágeis ou *ad hoc*[11], como, por exemplo, no que se refere a: estruturas salariais e suas tendências históricas, evolução dos salários no ciclo de vida determinantes da distribuição de renda, desemprego, relação entre habilidades inatas e rendimentos monetários, importância do treinamento oferecido pelas empresas e seus trabalhadores.

4.3 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

[9] Marshall discutiu algumas distorções na área de educação e apontou receitas para corrigi-las. Neste aspecto sua visão é a seguinte: os pais não investem na educação dos filhos porque não tem recursos para financia-las ou porque não percebem que os retornos à educação são elevados; assim sendo, para benefício de toda a sociedade, caberia ao estado financiar a educação. Corrigindo as falhas deste mercado e estendendo a educação a todos, a sociedade poderia aprender os benefícios sociais da educação (MARSHALL, 1982).
[10] Theodore William Schultz, seguido por outros economistas, partindo da constatação de que o fator trabalho não pode ser tomado como um fator de produção invariável, foi pioneiro na exploração das repercussões e implicações do investimento em capital humano para o crescimento econômico e para as questões econômicas relacionadas.
[11] Schultz (1962), classificava estes fenômenos de “mistérios duradouros” (long-standing puzzles) e Becker (1964) dizia que eram fenômenos empíricos que vinham, havia muito tempo, “frustrando os pesquisadores” (have baffled investigators).

Convencionalmente, três abordagens têm sido utilizadas para explicar a relação entre capital humano e crescimento econômico: a primeira que considera o capital humano como sendo totalmente exógeno a função de produção; a abordagem neoclássica, a qual apresenta o capital humano como um insumo da função de produção; e uma abordagem alternativa que tem como ponto de partida os modelos de crescimento endógeno. Nesta abordagem o progresso tecnológico é modelado como função do capital humano.

Durante muito tempo a teoria neoclássica predominou como referencial principal nas investigações sobre o crescimento econômico. Em razão disso, tais investigações tradicionalmente se concentravam em aspectos relativos às dotações dos três fatores de produção: terra, capital e trabalho.[12] Neste contexto, o capital era o principal fator na criação de riqueza, estando inserido, quase sempre, a maioria dos modelos de crescimento da época, referindo-se a captação de poupanças e acumulação de capital, como sendo capazes de sustentar o investimento e o posterior crescimento. Tais modelos tinham como base uma função de produção simples, como visto na equação 1:

$$Y= F(K,L) \qquad (1)$$

Onde, Y = renda ou produto, K = capital físico empregado na produção e L = mão de obra utilizada na produção.
No entanto, esse tipo de função de produção não era capaz de explicar o aumento considerável da renda nacional. Segundo Schultz (1973), a origem exata do crescimento ainda não havia sido tratada de forma satisfatória. Neste âmbito, o que estaria provocando o aumento do produto, além dos fatores de produção, seria uma variável ainda não incorporada nos modelos até então: o progresso técnico. Essa nova variável, ao elevar a eficiência na função de produção, trazia como consequência um aumento no produto total. Ou seja, com a utilização das mesmas quantidades iniciais do insumo capital (K) e trabalho (L), a produção aumentaria. Desta forma, a função de produção do tipo anterior Y = F(K,L) passaria a incorporar a variável do progresso técnico, que passaria a ser representada da seguinte forma: Y= A F (K,L). O termo A, neste caso, traduz-se em unidades de eficiência do capital (K) e do trabalho (L).
Contudo, a inserção do progresso tecnológico na função de produção não deixara clara a dinâmica do crescimento econômico, dado seu caráter exógeno[13] ao modelo e, desta forma, incapaz de auto explicar. Sendo então adequada, mas não convenientemente tratada, a abordagem do progresso técnico não era consistente com a realidade do crescimento econômico. Somente a partir da concepção da heterogeneidade do capital é que se torna viável, relacionar de forma correta, o fator conhecimento na geração de novas tecnologias, bem como destacar a importância de um novo conceito de pesquisa (SCHULTZ, 1973).
Muitas linhas de pesquisa foram desenvolvidas a partir dos anos 80 visando explicar o progresso tecnológico na função de produção, surgindo, assim, novas pesquisas. Nessas novas abordagens, agrupadas sob a denominação de Nova Teoria do Crescimento Econômico Endógeno, o progresso tecnológico foi tratado como uma variável endogenamente determinada, ou seja, ele passou a ser entendido como fruto de investimentos propositais em pesquisa e desenvolvimento. Além disso, essa nova proposta considerava a geração de externalidades e levava em conta a inter-relação do crescimento com fatores educacionais, legais e políticos (PEREIRA; ARAÚJO, 1997).
Com o renascimento do interesse pelas teorias de desenvolvimento econômico que seguiu Romer (1986), surgiu uma nova geração de modelos que pretendiam explicar o crescimento. Essa nova geração baseou-se na idéia de

[12] O modelo de crescimento neoclássico, com suas hipóteses básicas de progresso tecnológico exógeno, poupança exógena e retornos marginais decrescentes dos fatores de produção, tem como resultado principal à tendência ao estado estacionário. Dessa forma, as possibilidades de crescimento econômico dos países mais ricos, supondo um determinado nível tecnológico constante, tenderiam a se esgotar devido à queda na taxa de retorno dos novos investimentos. Assim, países que possuem idênticas preferências e tecnologia, mas que se encontram em estágios diferentes de uso dos fatores de produção, cresceriam a taxas diferenciadas; já os países que possuem idênticas preferências e relativamente mais pobres cresceriam a taxas maiores e acabariam alcançando os mais ricos em termos de renda per capita (convergência absoluta). Assim, existiria apenas um ponto de equilíbrio estável e todas as economias teriam o mesmo nível de renda per capita no longo prazo. Essa visão é criticada, inicialmente, por Romer (1986) e Lucas (1988) que contestam a validade da hipótese de convergência absoluta e reabrem o debate sobre o papel da mudança tecnológica no crescimento econômico. Romer (1986) argumenta que, se os efeitos *spillovers* do conhecimento ocorrem na produção, economias com maior grau de capital humano podem apresentar ganhos continuados de produtividade. Neste caso, a função de produção dessas economias teria retornos crescentes. Isso teria como implicação o fato que as economias ricas, com maior nível de renda e, também, de capital humano, poderiam continuar relativamente mais ricas do que as economias atrasadas, de forma que a distância entre elas possivelmente aumentaria, levando à existência de convergência condicional ou à formação de clubes de convergência com rendas per capita distintas.

[13] Segundo Simonsen (1991) parecia ser o progresso técnico uma variável caída do céu.

que o crescimento econômico podia ser explicado a partir da existência de externalidades. A nova abordagem partia do princípio de que a presença de externalidades tornava possível a existência de rendimentos crescentes ou constantes em nível agregado, enquanto, no nível da firma, observava-se à existência de rendimentos decrescentes. Neste caso, era possível conciliar a existência simultânea de crescimento endógeno e equilíbrio competitivo.

O estudo de Lucas (1988) privilegia o capital humano incorporado na força de trabalho como a causa do crescimento de longo prazo. No enfoque neoclássico tradicional, as variáveis que alteravam as taxas de crescimento de longo prazo eram determinadas fora do modelo, exogenamente. Assim, por exemplo, o modelo de Solow (1956) dependia do comportamento exógeno da taxa de crescimento populacional, da taxa de poupança da economia e da taxa do progresso tecnológico; nele não havia um mecanismo explicativo para variação na poupança ou no padrão tecnológico. Os novos modelos se diferenciam, nestes aspectos, ao tratarem tanto a poupança como o progresso tecnológico e os gastos com pesquisa como componentes endógenos.

Apenas Romer (1990), introduz a teoria da mudança tecnológica, onde o crescimento poderia acontecer indefinidamente porque o retorno para o investimento em uma ampla classe de bens de capital (que a partir daí inclui o capital humano), não necessariamente diminui com o crescimento da economia.

Assim, entra em cena a questão dos retornos do conhecimento entre produtores e externalidades sobre o capital humano que então participam no próprio processo, mas somente porque ajudam a evitar a tendência dos retornos decrescentes do capital.

Ambos, capital humano e progresso tecnológico endógeno, seriam uma consequência do crescimento da renda *per capita*, processo esse que seria auto-alimentado. Assim, o crescimento do estoque de capital físico e humano geraria externalidades positivas, que teriam repercussão sobre o acúmulo de conhecimento, expandindo a taxa de progresso tecnológico, o que, no mínimo, faria com que tanto o capital como o trabalho apresentasse retornos constantes e/ou crescentes[14].

Rebelo (1990), apresenta um modelo de crescimento endógeno, com retornos constantes de escala e fatores de produção reprodutíveis e não-reprodutíveis. O modelo analisa as implicações da política econômica, como taxação da renda e diferenças na taxa de crescimento de uma economia. O autor apresenta um modelo de crescimento endógeno linear, e considera que na função de produção "tudo é capital", no sentido de que todos os fatores de produção podem ser acumulados. Com esse modelo, Rebelo (1990), pôde capturar as principais características qualitativas de uma economia, sem fazer distinção entre capital físico e capital humano. O autor conclui que, a tecnologia, para produzir capital, não necessita ser linear, mas apenas apresentar retornos constantes de escala.

Assim, fica evidente que somente a partir dos trabalhos de Lucas (1988), Romer (1990) e Rebelo (1990), é que o capital humano assume a importância como fator preponderante na criação de novas idéias e, por conseguinte novos produtos contribuindo, sobremaneira na evolução do progresso técnico.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O estudo entre a taxa de crescimento e a escolaridade, tem como um de seus debates a questão se a relação entre estas variáveis são entre as suas taxas e ou seus níveis. A implicação em termos teóricos é bastante relevante, pois se for entre as taxas temos que a função de produção agregada tem como insumo o capital humano e a taxa de crescimento deste influenciando a taxa de crescimento da economia.

O modelo teórico que será utilizado nesse trabalho foi desenvolvido na dissertação de mestrado intitulada Escolaridade e Taxa de Crescimento Ótimo: teoria e aplicações de dados de painel para os estados brasileiros, da autora dessa monografia, juntamente com o orientador Professor Doutor Joilson Dias. O mestrado cursado foi em Economia na Universidade Estadual de Maringá e finalizado em 25 de janeiro de 2005.

O período considerado nesse estudo, de 2006 a 2009, está restrito a disponibilidade dos dados para estudos acadêmicos.

5.1 O MODELO TEÓRICO: A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO

O modelo a seguir é um modelo simples que combina capital humano e físico em conjunto e os denomina de capitais sem distingui-los. A estrutura básica deste modelo é de uma função de produção da seguinte forma (REBELO, 1990):

[14] Esse fato geraria um problema adicional, que é a tendência à concentração do capital, pois os grandes conglomerados obteriam vantagens de escala. Outra dificuldade seria remunerar P&D, que seria um bem não rival pelo valor de sua produtividade marginal. Não haveria estímulo para produzir bens como tecnologia se esses continuassem sendo remunerados pelo equivalente às suas respectivas produtividades marginais (Teorema de Euler), ou seja, isso implica abandonar a hipótese de mercados competitivos para esses fatores. A solução de Arrow (1962) seria incorporar a noção de learning by doing que evita a necessidade de remunerar tecnologia.

$$y = Ak \qquad (2)$$

Onde se tem:

a) y é a produção por trabalhador (produtividade);
b) A é o nível tecnológico;
c) k é o estoque de capitais (humano e físico). Portanto, a acumulação simples de uma função agregada de capitais gera como consequência aumentos do nível de produtividade na economia.

O efeito externalidade pode ser facilmente introduzido neste modelo. Primeiro é necessário compreender que a existência de externalidades captada nos novos modelos de crescimento permite que o crescimento seja endógeno e sustentado através do tempo. É este aspecto das teorias de crescimento endógeno que explica taxas de crescimento econômico positivas por longos períodos no tempo.

Em particular no modelo de Lucas (1988), a externalidade é consistente com o padrão onde pessoas que possuem determinados níveis de habilidades são mais produtivas em ambiente de mais elevado capital humano. Assim, o autor aproveitou a idéia de externalidades para sugerir um modelo no qual o capital humano era o motor do desenvolvimento. Seguindo os modelos de dois setores apresentados por Uzawa (1965), a existência de um setor para a produção de capital físico, e um setor que produz capital humano (as escolas), criando no modelo a condição básica de que o capital humano agregado geraria externalidades para os demais setores. Neste modelo, o capital humano poderia ser acumulado somente por meio do ensino formal.[15] De acordo com Romer (1990), a função de produção no modelo de Lucas (1988) pode ser representada por:

$$y = A(H)F(k, h) \qquad (3)$$

Onde A(H) informa que o nível de tecnologia está associado ao estoque efetivo de capital humano. Sendo que o estoque agregado da economia é igual a H=hn, onde n é o número total de trabalhadores. Ainda nesta mesma equação vê-se que *k* representa o estoque de capital físico por trabalhador e h o estoque de capital humano. A função de produção agregada apresenta retornos constantes ao capital humano, e crescente quando considerado capital físico e capital humano em conjunto.

A partir da equação (3), torna-se fácil escrever uma equação com a hipótese de que f(*k,*h) é igual k (capital composto). Portanto, a única alteração é de que o nível de tecnologia da economia, agora, depende do estoque de capital humano.

Outro enfoque que associa capital humano ao progresso tecnológico é o modelo de Romer (1990). Neste modelo o setor produtor de tecnologia é o motor do crescimento econômico. Assim, o progresso tecnológico é endógeno e o seu nível é determinado pelas firmas no seu processo de maximização do lucro. Desta forma, o progresso técnico endógeno propicia um crescimento contínuo da economia. Nesta visão, o setor produtor de capital humano é o indutor do setor produtor de tecnologia. Ainda de acordo com o autor a formação de idéias ou conhecimento gera avanços tecnológicos, onde estas idéias têm um caráter não-rival[16] e não-excludente[17], assim as idéias geram externalidades, bem como a incorporação das idéias há retornos crescentes.

É o setor de pesquisa que fundamenta a hipótese do progresso tecnológico ser endógeno, onde A é dado pelo número de idéias geradas ao longo do tempo, com isso a taxa de crescimento tecnológico será dado pelo número de pessoas que se dedicam à pesquisa, isto é, o estoque de capital humano existente no setor de pesquisa (ROMER, 1990).

Assim, quanto maior for à quantidade de projetos existentes na economia e capital humano vinculado ao setor de pesquisa, maior tenderá ser a quantidade de projetos novos. O conhecimento assim afeta o setor de pesquisa através da geração de projetos novos e pelo aumento do próprio estoque de conhecimento existente.

Uma vez aumentado esta quantidade de pesquisadores no setor produtor de tecnologia, estaria aumentando a produtividade da economia como um todo. Mais especificamente, o modelo combina as teorias de, Lucas (1988), Rebelo (1990) e Romer (1990) na seguinte função de produção:

[15] O modelo de Arrow (1962) admite a importância do aprendendo fazendo (*learning by doing*) existente nas economias. É importante que compreendamos que o *learning by doing* é afetado imensamente pelo nível de capital humano da economia e, portanto, torna-se um fator dependente do capital humano.

[16] Isto implica uma ausência de rivalidade entre as idéias, que dá a elas a oportunidade de oferecer rendimentos crescentes à escala. Onde a modelagem desses retornos crescentes em um ambiente competitivo com pesquisa intencional exige necessariamente a concorrência imperfeita.

[17] A característica das idéias serem não-excludentes diz respeito ao que o uso de uma idéia não exclui o seu uso por outra pessoa, e assim é que o grau de exclusibilidade de qualquer bem é o grau a que o proprietário da idéia pode cobrar uma taxa pelo seu uso.

y = A(h,H)k (4)

Na equação acima, quanto maior é o nível médio do conhecimento (escolaridade) h, maior é a produção de tecnologia e, por conseguinte a produtividade e o crescimento econômico. Mas, também quanto maior é o estoque agregado, ou seja, quanto maior for à quantidade de pessoas que possuem capital humano, maior é esta produtividade. Este efeito gera benefícios agregados para a economia de forma simples permitindo que a decisão de acumulação de k pelos indivíduos se torne independente das demais variáveis.
Para a análise nesse trabalho, o modelo teórico consiste em uma simplificação da equação 4, considerando apenas que quanto maior o nível de conhecimento (escolaridade) h, maior é o crescimento econômico, y, conforme a equação 5, que segue a equação padrão do método de mínimo quadrado ordinário.

$$Yi = \alpha + \beta hi + \mu i \quad (5)$$

Dessa maneira, tem se então, um modelo teórico que relaciona a taxa de crescimento de longo prazo com a escolaridade da economia de forma não-linear. Mais, importante ainda é que a equação (4) pode ser estimada por métodos econométricos.

5.2 ANÁLISE DE DADOS E APLICAÇÕES ECONOMÉTRICAS

As variáveis a serem estudadas tiveram como fonte de dados o IPEA[18], e o Sistema FIRJAN, São as seguintes:

a) Produto Interno Bruto (PIB) do município de Osasco, necessários para a construção da taxa de crescimento do PIB (y), que é a variável dependente do modelo;

b) O índice FIRJAM (h), utilizando apenas a educação, que abrange as seguintes características:
- Taxa de matrícula na educação infantil
- Taxa de abandono
- Taxa de distorção idade série
- Percentual de docentes com ensino superior
- Média de horas aula diárias
-Resultado do IDEB

É a variável explicativa do modelo, e necessária para a construção da taxa de crescimento do como capital humano.

Com a finalidade de dimensionar formalmente o efeito da expansão do capital humano, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM- considerando apenas a variável educação, sobre o crescimento econômico do município de Osasco durante o período de 2006 a 2009, emprega-se o modelo de mínimos quadrados ordinários (MQO), que se constitui em uma regressão linear simples, sendo realizado através do software econométrico Eviews.

Usando o método MQO, estimou-se a equação (5) Os resultados se encontram na Tabela 8:

[18] www.ipeadata.gov.br.

Tabela 8 – Resultado Econométrico
Dependent Variable: Y
Method: Least Squares
Date: 03/10/12 Time: 16:06
Sample: 2006 2009
Included observations: 4

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-182.0681	45.15187	-3.948023	0.0015
H	0.715307	0.007726	90.23861	0.0000

R-squared	0.988305	Mean dependent var	2780.073
Adjusted R-squared	0.988212	S.D. dependent var	356.5512
S.E. of regression	20.83122	Akaike info criterion	8.791201
Sum squared resid	5665.798	Schwarz criterion	9.084348
Log likelihood	-64.58240	Durbin-Watson stat	2.081720
F-statistic	2012.423		
Prob(F-statistic)	0.000000		

Fonte: dados da pesquisa.

Os valores apresentados na Tabela 8 confirmam a relação entre a variável capital humano com a variável crescimento econômico. A hipótese de que quanto maior o nível de capital humano, maior o crescimento econômico da cidade, foi confirmada. Essa confirmação se deu por meio da comparação de variáveis relacionadas à educação e economia.

O resultado do modelo estimado mostra que a variável explicativa apresenta o sinal esperado para a relação entre crescimento econômico e capital humano.

Porém, cabe ressaltar, que o capital humano não é a única variável que contribui para explicar a variação do PIB. Outro aspecto a destacar se refere ao curto período em que o modelo foi estimado, pela disponibilidade de dados para estudo acadêmico.

Observa-se que a estatística "t" foi significativa, assim como, a estatística F que é significativa para o efeito da variável explicativa sobre a variável explicada.

Nota-se, também, que o teste Durbin-Watson, para o nível de significância de 1%, não rejeita a hipótese nula, indicando que há forte probabilidade de não haver presença de autocorrelação entre os resíduos.

O sinal resultante na variável h, que é o capital humano, é positivo, indicando uma relação positiva com o crescimento econômico. Pois à medida que os anos de estudo e o número de pessoas empregadas aumentam, o PIB tende a crescer. Em conjunto, proporcionam melhores resultados nos setores econômicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou mostrar a relação existente entre o capital humano e o crescimento econômico no município de Osasco.

Como pode ser visto no capítulo dois, através dos principais indicadores educacionais, a educação no Brasil apresentou um crescimento positivo em todos os índices analisados.

O capítulo três foi reservado para a apresentação de alguns dados da cidade de Osasco. O grau de escolaridade na cidade de Osasco, nos anos de 2006 e 2009, mostrou um aumento considerável. O produto interno bruto manteve um crescimento significativo, principalmente entre os anos 2006, 2007 e 2008.

No capítulo quatro apresentou-se um referencial teórico sobre educação e crescimento econômico, tornando possível concluir que a relação entre essas duas variáveis tem sido muito estudada nos últimos anos. Apresentou-se um modelo econômico que relacionou a taxa de crescimento da economia prazo com o capital humano, chegando a uma equação que pôde ser facilmente estimada por métodos econométrico.

Assim, o quinto capítulo buscou fazer uma análise empírica para a relação de capital humano com o crescimento econômico na cidade de Osasco. Para tanto, utilizou-se o método de mínimos quadrados ordinários.

Pode-se concluir que, de acordo com o objetivo geral do trabalho que foi aplicar em um modelo teórico, o efeito da expansão do capital humano, medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM- considerando apenas a variável educação, sobre o crescimento econômico do município de Osasco durante o período

de 2006 a 2009, verificou-se através de resultados empíricos encontrados, que o objetivo proposto foi alcançado, indicando a relação positiva entre crescimento econômico e educação.

REFERÊNCIAS

ARROW, K. The Economic Implications of learning by doing. Review of Economic Studies, London, U, n. 29, p. 153-173, June 1962.

BARRO, R. J.; SALA-i-MARTIN, X. Economic growth. New York: McGraw-Hill, 1995.

BARROS, P. P.; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 329-352, abr./jun. 1995.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Por que o Brasil é mais pobre do que os países industrializados? O Brasil no fim do Século: desafios e propostas para a ação governamental. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. O impacto de três inovações institucionais na educação brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 07 jan. 2012.

BECKER, G. Human capital: a theorical and empirical analysis, with special reference to a education. New York: Columbia University Press, 1964.

DENISON, E. The sources of economic growth in the United States. New York: Committee for Economic Development, 1962.

DIAS, J.; DIAS, M. H. Crescimento econômico, emprego e educação em uma economia globalizada. Maringá: Eduem, 1999.

FIESP – Disponível em: <http://apps.fiesp.com.br/regional/DadosSocioEconomicos/GrauEscolaridade.aspx>. Acesso em 10 jul. 2014.

FIRJAM. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/40288094212F790101213013CD7D651D.htm> Acesso em: 02 jul. 2014

FISHLOW, A. et al. Distribuição de renda no Brasil e na Argentina: uma análise comparativa. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p.1-32, abr. 1993.

IBGE. Estatísticas do século XX. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br.htm>. Acesso em: 14 ago. 2014.

IPEAdata – Indicadores IPEA. Disponível em: <http://www.IPEAdata.gov.br.htm>. Acesso em: 13 jul. 2014.

LAM, D.; LEVINSON, D. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. Journal of Development Economics, Cambridge, MA, v. 37, p.199-225, 1990.

LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LIMA, F. F. de. Escolaridade e Taxa de Crescimento Ótima: Teoria e Aplicações de Dados de Painel para os Estados Brasileiros entre os anos de 1985 e 2000. 2005. 91 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, UEM, Maringá (PR).

LUCAS, R. On the mechanics of economic development. Journal of Monetary Economics, Cambridge, MA, v. 22, p. 3-42, July 1988.

MICHAELOWA, K. Returns to education in low income countries: evidence for Africa. German, Sept. 2000.

PEREIRA, C. M.; ARAÚJO, J. T. Crescimento econômico: uma resenha da literatura. Viçosa: UFV, 1997.

PIERRO, M. C.; GRACIANO, M. A educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe, jun. 2003.

PNUD. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/home/>. Acesso em: 02 ago. 2014.

REBELO, S. Long-run policy analysis and long-run growth. Journal of Political Economy, Chicago, v. 99, p. 500-521, June 1990.

REIS, J.; BARROS, R. Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. Journal of development Economics, Cambridge, MA, v. 36, p.117-143, Jan. 1991.

ROMER, P. M. Endogenous technological change. Journal of Political Economy, Chicago, v. 98, p. S71-102, Oct. 1990.

ROMER, P. M. Increasing returns an long-run growth. Journal of Political Economy, Chicago, no. 96, p. 500-521, june 1986.

SCHULTZ, T. W. Reflections on investment in man. Journal of Political Economy, Chicago, v. 70, no. 5, p. 1-8, Oct. 1962.

SCHULTZ, T. W. O Capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOLOW, R. M. A Contribution to the theory of economic growth. Quarterly Journal of Economics, Cambridge, MA, v. 70, p. 65-94, Feb. 1956.

TEMPLE, J. Equipment investment and the Solow model. Oxford Economics Papers, New York, v. 50, p.39-62, Jan. 1998.

UNESCO. Disponível em: < http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>. Acesso em: 02 jul. 2014.

Capital, Estado e políticas sociais: que determinações impõem ao serviço social?

O presente ensaio téorico é um recorte de tese de doutorado em andamento e objetiva apresentar a direção das políticas sociais contemporâneas. Para tanto, elaborou-se a partir da revisão bibliográfica o desenho histórico, político, econômico e social do contexto do liberalismo, neoliberalismo e do capital fetichizado e rentista que imprime novos rumos às políticas sociais. A fundamentação teórica da pesquisa foi amparada no legado da teoria sócio-crítica e marxiana. A metodologia do estudo priorizou o levantamento das principais fontes téoricas a partir de fichamento de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e pesquisa em sites. As indicações aqui postas apontam políticas sociais com perfil caotizado combinado ao cenário de barbárie da dinâmica capitalista que aponta a afirmação de políticas sociais voltadas apenas para assistencialização da extrema pobreza fato que subjuga o trabalho do/da assistente social ao tareferismo e imediaticidade frente ao engrossamento das demandas sociais que requisitam respostas humanas imediatas.

065
2383

Lígia da Nóbrega Fernandes
Universidade Estadual Paulista-UNESP
ligia.nobrega@bol.com.br

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca
cirleneoliveira@terra.com.br

Palavras-Chave: Capital, políticas sociais, serviço social.

INTRODUÇÃO

As políticas sociais na cena contemporânea estão inseridas em *pântanos movediços*. Essa afirmação parece à primeira vista escabrosa, porém é uma metáfora que procura expressar a forma *agonizante* e *mutilada* de como vem sendo desenhada as atuais políticas sociais na cena contemporânea, projetadas no máximo para manter o conformismo, o controle e a ordem social.

Este cenário é orquestrado pelas novas formas de acumulação e reprodução do capital que ordena e incita a necessidade de um redesenho dos estados nacionais que conjugado ao aparato neoliberal e da reestruturação produtiva agrava e complexifica a questão social e a possibilidade de seu enfrentamento através de políticas sociais periféricas, fato que também contribui para o *engessamento,* até certo limite, do exercício profissional do/da assistente social nas diferentes áreas de atuação.

Foi a partir desse olhar que o presente trabalho se desenvolveu.

O DESPONTAR DO IDEÁRIO LIBERAL BURGUÊS: breves aproximações

Entre as décadas de 1929-1932 se legitimaram firmes argumentos para a negação de um sistema de proteção social. Esses argumentos são fortalecidos pela ideologia liberal que defendia a concepção de indivíduos “livres” para as disponibilidades mercadológicas. O entendimento central dessa premissa estava focado no princípio de que as formas de proteção limitavam as potencialidades para o autodesenvolvimento individual, social, intelectual e principalmente econômico. Assim, tanto os indivíduos como o mercado deveriam ter ampla liberdade.

Essa lógica não previa a intervenção estatal principalmente em matéria de regulação trabalhista ou quaisquer direitos relacionados ao mundo do trabalho, aspecto que possibilitava a ampliação da exploração dos mercados, instituindo e alargando as diferenças de classes enquanto elemento essencial para manutenção da hegemonia e trajetória capitalista.

Durante o século XIX são esses os fundamentos reinantes que dão o tom e o compasso para a expansão e reprodução capitalista engrossando a pobreza extrema, a exclusão e complexificando a questão social, sempre articulada a obscuras crises sistêmicas do capital.

De 1929 a 1945 com a crise sistêmica do capitalismo, instaura-se a recessão generalizada na economia capitalista promovendo a queda na taxa de lucro nas grandes corporações empresariais.

Os resquícios do pós Guerra somado a crise econômica advinda da Grande Depressão intensificou o clima de insegurança econômica, política e social, contribuindo para pôr em cheque “os pressupostos do liberalismo econômico”, pois nesse momento é forte a presença do desemprego, da desaceleração produtiva e industrial, da

estagnação da esfera financeira, do consumo e do protagonismo dos trabalhadores no cenário político, aspectos que reunidos geram um clima de instabilidade e insegurança para o sistema capitalista e sua reprodução.

A partir dessas contradições se reconhece os limites e fragilidades da ideologia liberal evocando-se a necessidade de saídas para expansão capitalista.

O novo horizonte de saída é apontado por Jonh Maynard Keynes.

Porém em seu fim último suas proposições não apresentam grande impacto ou mudanças de porte no que diz respeito à universalização da proteção social, uma vez que sua proposta não aponta para a socialização dos meios de produção nem da riqueza coletiva produzida, mantendo assim intocável a gênese do modo capitalista de ser.

Assim, Keynes rompe apenas parcialmente com as concepções liberais se mantendo, portanto inalterado o pano de fundo que origina a expansão capitalista: a subsunção e exploração da força de trabalho ao capital enquanto forma *sui generis* de reproduzir, transmitir e criar valor.

No entanto, sobretudo a partir de um olhar conformista, a proposta keynesiana apresenta-se como alternativa "robusta", se comparado ao ideário liberal, na medida em que coloca em questão a autorregulação da economia capitalista.

É importante destacar que ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista da produção em massa visando também o consumo em massa. Essa pactuação objetivou garantir o "pleno" emprego e firmar acordos coletivos com os trabalhadores em tornos dos ganhos de produtividade do trabalho, sendo também uma forma de alavancar a produção e as taxa de lucros.

O keynesianismo ganha propulsão e perdura durante três décadas (pós Segunda Guerra até 1970), principalmente no continente europeu onde segundo Granemann (2008, p. 16) são implementados "enormes programas de intervenção estatal, em geral denominados de Estados de bem-estar (*Walfere State*)".

O adensamento e a origem das políticas sociais conforme Granemann (2008, p. 11-13) tem um caráter histórico bem demarcado. Estão intrinsecamente vinculadas ao capitalismo monopolista com a função precípua de manter e preservar a expansão desse próprio modo de produção.

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO E OS IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS

A subserviência dos Estados-Nação e seus governos à logica do capital nunca foi segredo ou novidade na trajetória e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Porém, essa subserviência e perda de autonomia se agravam a partir das décadas de 1960-1970, quando se instaura nas esferas econômicas e políticas o ideário neoliberal caracterizada pela "curva" do Estado a estes princípios que decorre mais uma vez da crise econômica.

O ideário neoliberal sustenta a tese de que o poder do Estado é largo frente a regulação econômica e ao gasto público. Essa indicação contribui para promover entre outros elementos a crise fiscal que em última instância é geradora da crise econômica.

É imprescindível frente a esse corolário deixar o mercado livre, diminuir o financiamento público, desmontar os direitos sociais e frear a ofensiva reivindicatória dos trabalhadores, ou seja, esfacelar sua possibilidade organizativa para qualquer empreitada por ampliação de direitos. Desta feita, se alargará a potencialidade de acúmulo do capital, conforme o ideário burguês.

Essa ideia desponta com toda potencialidade no limiar dos anos 1990 conjugada com a mundialização do capital e reestruturação produtiva formando um trinômio cuja *ponta de lança decepa sem anestesia o coração* da classe trabalhadora.

Como e onde fica o Estado nessa relação?

O Estado, assim como o trabalhador, tornam-se *servos* e *marionetes* da acumulação, se colocando em regime de *plantão* permanente para atender os interesses nefastos da acumulação de maneira passiva, havendo, no entanto diferença básica, porém fundamental entre ambos: o trabalhador se insere nessa dinâmica de forma não consensual sendo contrário o posicionamento assumido pelo Estado que suplanta-se ao capital monopolista.

As resultantes desse *pântano arenoso* são: a ampliação das misérias humanas, a intensificação da barbárie, a complexificação da questão social e a agonização das políticas sociais; estando sempre incólumes os Estados Nacionais, os governos por eles representados e o capital finaceirizado-monopolizado que exerce todo domínio necessário para promover seu progresso creditício e de lucro. Neste limiar o argumento de Lessa (2013, p. 189) ganha todo sentido:

> O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação dos mercados, e um poder de pressão política sobre o Estado, incomparáveis a qualquer outra fortuna burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos seus Estados nacionais. [...] há a possibilidade de se empregar o Estado de modo mais imediato [...] para atender às necessidade de reprodução do grande capital. [...]

Qual o impacto dessa reconfiguração na conjuntura brasileira?

O Estado brasileiro diferentemente de alguns países europeus como França, Inglaterra, Alemanha, implementa tardiamente ações de políticas sociais. De forma mais genérica isso vai ocorrer a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988-CF/88. Antes disso, as ações são meramente pontuais e vinculadas às questões de ordem e direitos trabalhistas.

Na contramão da história, a Carta Magna brasileira emerge se defrontando com duas realidades contraditórias e ameaçadoras para expansão de direitos sociais.

A primeira diz respeito à nítida agonização do desenvolvimentismo econômico *tardio,* adotado em governos anteriores, cuja marca é a ausência de ruptura com o colonialismo agrário exportador e a *cega* obediência aos ditames imperialistas; já a segunda e até talvez mais grave que a primeira, diz respeito aos ideários neoliberais que adentram as projeções governamentais apenas dois anos após a aprovação da Constituição, sendo assim internalizados e legitimados pelos governos de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e seus sucessores: Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Roussef.

Como consequência disso há o arrefecimento contínuo da CF/88 em todos os seus aspectos, pois os direitos, vale dizer, de mal grado aprovados, passam a ser *prematuramente* esfacelados a partir principalmente da *onda* neoliberalizante adotada no país, cujas palavras de ordem serão: políticas e programas sociais focalista, parcializados, reducionista e simplificadores e até judicializados onde terá preferencialmente acesso aqueles que estão inseridos na miséria extrema e que apresentem condicionalidades necessária para tal.

Reedita-se com isso a tão *afamada* Lei dos Pobres de 1834 que de acordo com Pereira (2013, p. 643) prevê:

> a) A distinção conceitual entre pobreza e indigência, para focalizar a assistência pública nos mais pobres entre os pobres.
> b) A ativação compulsória dos pobres capazes de trabalhar para atividades produtivas, remuneradas, geralmente providenciadas pelo Estado.
> c) A instituição dos testes de meios ou as famigeradas comprovações de pobreza para selecionar os merecedores da ajuda pública dos não merecedores.
> d) A adoção de condicionalidades e do princípio da menor elegibilidade de acordo com o qual o valor monetário dos benefícios sociais terá de ser menor do que o pior salário.

A ideologia subjacente a todos os programas e projetos governamentais nessa órbita será essencialmente: o retorno ao trabalho e ao consumo sempre na órbita de fazer *girar* a economia capitalista onde se engendram políticas, projetos e programa cuja meta central não é a eliminação da miséria, mas no máximo seu alívio e administração.

Conducente com isso, está o *arrojado* discurso do neodesenvolvimentismo que hoje *captura*, através dos seus governos *populistas* os países emergentes, sobretudo da América Latina - desde a década de 1980 - apoiando-se na defesa da utopia de: promover amplamente e sem conflito a esfera econômica e social em países que grassa uma população de perfil pobre (40%) e com mais de 15% na indigência conforme anunciado por Mota *et al* (2010, p. 162).

É nessa *baila* que caminha um dos polêmicos Programas governamentais no Brasil: o Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família - presente hoje em todos os municípios brasileiros, cujo aumento de 10% foi concedido no dia primeiro de maio de 2014 pela atual presidente Dilma passando então de R$ 70,00 para R$ 77,00 a partir dessa data.

Não pode passar de maneira nebulosa nessa análise que os próprios critérios no que diz respeito a classificação de pobreza e de miséria são alterados em nome da acumulação. Pereira (2012, p. 747) sobre isso afirma:

> [...] a presidente Dilma rebaixou, formalmente, os critérios preexistentes para a definição da pobreza e da miséria no Brasil, conseguindo, desse modo, diminuir estatisticamente um bom número de pobres e miseráveis. Para tanto, adotou como critério definidor de pobreza e indigência o utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na definição de suas metas do milênio, o qual, por ser o mais restrito entre outros disponíveis, considera pobre a família de até 120,00 reais[iv] e indigente a que ganha mensalmente até 70,00 (1,25 dólares/dia). [...]

Essa reversão pode alterar de forma contundente o mapa estatístico da extrema pobreza e da miséria no país, mas não altera de forma exponencial as determinações e dinâmica que dão origem a realidade desigual secularmente instaurada no país pela elite-política econômica favorecedora do capital nativo e internacional que cada vez tem espaço e domínio midiático para aqui se implantar e agora promover mega-eventos, como são exemplos exponenciais a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Que repercussões isso provoca no trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros?

Sabe-se que historicamente a atuação dos/das assistentes sociais no Brasil está cronologicamente datada. A emergência da profissão se dá por volta dos anos de 1930 e não é legitimada em sua gênese pela classe trabalhadora, mas por frações da classe burguesa e do Estado "como partícipe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes" (Iamamoto e Carvallho, 1986, p. 112).

Assim, desde sua origem o profissional é *recrutado* para atuar com políticas sociais com caráter eminentemente assistencialista para fins de *contensão* das insatisfações da classe trabalhadora, caráter que vai perdendo legitimidade com o adensamento do Movimento de Reconceituação, aproximação e enlace da categoria com a teoria social crítica que possibilita evidenciar de maneira mais nítida que a profissão esta diante de projetos societários em disputa para atender relações sociais e interesses conflitantes.

Sem tentar aqui alcançar a processualidade desse movimento sócio-histórico que demarca a relação do serviço social com as políticas sociais, vai se percebendo que essa vinculação está sempre mediada por políticas sociais que assumem na dinâmica do real formas diferenciadas mas quem em seu fim último tenta estabelecer um modo hegemônico de dominação via assistencialização dos pobres incapacitados para atividades laborais.

Neste sentido, o caráter de minimalização, focalização e residualidade vão ganhando espaço e legitimidade no decurso da história das políticas sociais, passando na contemporaneidade a ser carros-chefes dessas políticas, esfacelando os serviços sociais públicos de educação, saúde, habitação, previdência, etc. que se deslocam da esfera estatal para a *privada* - mas com subvenções estatais - cabendo ao cidadão-consumidor a responsabilização pelo provimento de tais necessidades.

Esse contingenciamento no campo das políticas públicas invade o campo de trabalho profissional obrigando os/as assistentes sociais a atuarem - ou *acolherem/recolherem o resto dos sobrantes para o capital* - com políticas sociais limitadíssimas do ponto de vista da garantia da universalidade dos direitos como preceitua a Constituição Federal de 1988 e suas Leis Ordinárias (SUS-Sistema Único de Saúde, LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, etc.).

Além disso, paulatinamente essas políticas são *rechaçadas* de uma concepção assistencialista por parte do bloco hegemônico no poder, instigando o/a assistente social a substituir de seu horizonte, um *saber-fazer* guiado pela perspectiva da emancipação humana, visto que a falta (ou mínimo) de condições éticas e técnicas, de recursos materiais, humanos e estruturais nas instituições empregadoras instiga uma prática social *acrobática*, residual e de *administração* dos excluídos socialmente, levando-o muitas vezes o exercício da profissão, quando em muito, a se limitar a garantia da sobrevivência material do/da próprio/a assistente social.

Soma-se a isso os parcos salários e horas intensificadas das jornadas de trabalho - que nem sindicatos ou conselhos de classe conseguem regular - dado ao crescimento das filas e demandas por atendimento enquanto resultante do enxugamento das políticas sociais, que vale dizer, incita em demasiado a classificação e a elegibilidade minuciosa.

Nesse sentido, o planejamento das atividades se esfacela, se esvazia, *desmancha-se no ar* prevalecendo e ganhando impacto a lógica *do apagar incêndios* já que na dinâmica institucional e conjuntural se torna individualmente impossível *esfriar* e atender - e até mesmo entender - os elementos conjunturais que lhe deram origem.

Se perde nessa dinâmica, em muitas situações, a possibilidade do estudo e reflexão situacional que alguns atendimentos exigem como também a possibilidade da capacitação continuada, tolhida - não muito raro - pelas jornadas de trabalho que se estendem nos contra-turnos ou finais de semana facilitada pelas novas tecnologias vigilantes e de plantão vinte e quatro horas por dia.

Nesta dilemática, se esvai também os elementos sociais, históricos, políticos e econômicos que dão origem ao aumento das demandas e precarização do trabalho profissional, o que tende a cercear e *engessar* a profissão levando-se a não visualizar prospecções otimistas de respostas frente a *grande vala aberta* pelo capitalismo monopolista contemporâneo.

CONCLUSÃO

No decurso desse ensaio reflexivo se percebeu a partir de diferentes contextos que as políticas sociais se desenvolveram atravessadas principalmente por estratégias políticas e econômicas que buscam pulverizar a ação estatal em prol dos sujeitos sociais e em favor da ordem rentista da acumulação do capital.

Um dos entendimentos que circunda está lógica guia-se pela percepção de que não se deve investir em políticas sociais que são geradoras da acomodação, da preguiça e portanto da negação da ética capitalista em que o desinteresse pelo trabalho assalariado e explorado enquanto *tendão* de sustentação dessa ordem seria posta em questão. Daí se retira a principal justificativa para a negação dos direitos à proteção social pondo em movimento novas forças e formas de proteção onde à marca principal é a assistencialização da extrema pobreza tão presente hoje na política social latino-americana e brasileira a exemplo dos programas de transferência de renda.

Não se perde de vista frente a isto, o incentivo para o trabalho e para o consumo enquanto necessidade de mover a esfera do lucro. Diante disso implementam-se políticas sociais em condições caótica e agonizante somente enquanto forma de justificar e manter o controle social.

Neste sentido, é necessário estar atento aos dilemas da complexificação e *caotização* da política social brasileira, enquanto expressão também de um contexto internacional que tem direção hegemônica sobre sua formulação e implementação das políticas sociais mais sempre na perspectiva de cindir direitos, sobretudo àqueles vinculados a esfera do trabalho assalariado.

Apanhar essas determinações torna-se fundamental para o exercício profissional do assistente social, transformado nesta dinâmica num técnico social bem qualificado e cerceado de instrumentais técnicos-burocráticos para administrar e *filtrar* de forma instrumentalizada a velha-*nova* pobreza.

Neste jogo multifacetado em que os discursos ideológicos mascaram as facetas da realidade e das políticas sociais é importante nunca se perder de vista os seus determinantes, uma vez que é na própria dinâmica do real que se podem apanhar as *brechas* das possíveis saídas coletivas já que a realidade social não é imanente ou estática, sendo nesse ínterim, fundamental sempre tentar recuperar o Projeto Ético Político Profissional e a teoria social crítica que tem como horizonte uma sociedade livre e igualitária, o que pressupõe a emancipação humana para além das *amarras* das políticas sociais do contexto capitalista.

REFERÊNCIA

GRANEMANN, Sara. **Políticas sociais e serviço social**. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. (Orgs.). Serviço Social e políticas sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

IAMATOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 5. ed. São Paulo: Cortez-CELATS, 1986.

LESSA, Sérgio. **O que é, mesmo, o Estado de bem-estar?**. In: Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela S.; PERUZZO, Juliane F. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. In: _____. As ideologias da contrreforma e o serviço social. Recife: Ed. Universitária-UFPE, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Proteção social contemporânea:** *cui prodest?* In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº 116, São Paulo: Cortez, out./dez., 2013.

_____. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº 112, São Paulo: Cortez, out./dez., 2013.

Reajuste do Bolsa Família garante que extremamente pobres vivam com mais de U$$ 1,25 por dia. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/reajuste-do-bolsa-familia-garante-que-extremamente-pobres-nao-vivam-com-menos-de-us-1-25-por-dia>. Acesso em 12.05.14

Confiança e Durabilidade: prospecção de Cenários para uma indústria metalúrgica da cidade de Franca/SP

As crises econômicas mundiais constantes, a rapidez das mudanças tecnológicas, culturais e de hábitos de consumo, instigando cenários de incertezas, implicam na necessidade de planejamento e visão de longo prazo, para a prosperidade dos negócios. Nesta perspectiva o objetivo deste artigo é a prospecção de cenários futuros para uma indústria metalúrgica da cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo no horizonte temporal de 5 anos (2015-2019). Foi utilizado o método DELPHI, na prospecção dos eventos que permitiram a construção da matriz de probabilidade e favorabilidade. Os cenários otimista, realista e pessimista, foram construídos a partir da metodologia proposta por Blanning e Reinig (1998). A Matriz de Impactos Cruzados – Motricidade x Dependência, proposto Marcial e Grumbach (2002), foi a metodologia aplicada na definição das forças motrizes do sistema. Os cenários prospectados mostram uma situação positiva para os negócios, pois 50% dos eventos compõem o Cenário Otimista, estando a maioria presente também no Cenário Realista. Em conclusão é possível se verificar que, apesar de pequenas incertezas, a tendência é de um ambiente de negócios bastante favorável para a empresa, no período de tempo considerado.

063-2381

Maria Amélia Duarte Oliveira Ferrarezi
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
maria.adoliveira@sp.senac.br

Alex Roniere Gonçalves
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
algoncalves@planejamento.sp.gov.br

Alfredo José Machado Neto
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
alfredo@facef.br

Palavras-chave: Prospecção de cenários. Indústria metalúrgica. Solução para bombeamento de água.

INTRODUÇÃO

A busca por informação é um processo humano, social e empresarial no que tange a formação ou mudança do conhecimento para o processo decisório. Decisões pautadas em significados formados por uma teia informacional podem elevar as chances de perenidade de um negócio.

Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é a prospecção de cenários futuros para uma indústria metalúrgica da cidade de Franca, interior do Estado de São Paulo, que produz solução para bombeamento de água em propriedades rurais de qualquer atividade, no horizonte temporal de 5 anos (2015-2019).

Os eventos que podem impactar a empresa corpus desta pesquisa aplicada no espaço de tempo considerado foram definidos por especialistas dos departamentos consultados na empresa com a utilização da Metodologia Delphi. O ponto de partida para levantamento dos eventos, servindo como base de inspiração e análise dos especialistas são as análises macro ambiental sugerida por Born (2007). Para Born (2007) as análises macro ambiental, podem assim serem estruturadas:

- Ambiente demográfico: Tamanho do mercado, taxas de crescimento da população, tendências e mutações culturais em relação ao sexo, questão étnicas, faixas etárias, grupos sociais e etc.
- Ambiente econômico: Poder de compra da população, crescimento do produto interno bruto, taxa de inflação, comercio internacional.
- Ambiente socioambiental: Questões ambientais, climáticas e ecológicas, as externalidades negativas do processo produtivo, responsabilidade social das empresas.
- Ambiente Tecnológico: Tendências de novas tecnologias e inovações.
- Ambiente Político - legal: Alteração na composição do poder político, mudanças na legislação, grupos de influência nas atividades da instituição.
- Ambiente Sócio - cultural: Tendência de mudança nas crenças e valores da sociedade, alteração no comportamento dos consumidores.

1. CONHECENDO E PENSANDO OS CENÁRIOS COMO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A projeção de cenários foi utilizada de forma pioneira pela Força Aérea americana como método de planejamento militar logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Nos anos 60, Herman Kahn, ex-membro do grupo, aprimora o método para uso comercial e fica conhecido como o maior visionário da América. A metodologia Delphi utiliza opiniões de especialistas de várias áreas do conhecimento sobre a probabilidade de ocorrência de certos eventos no futuro com o objetivo de prever e, na medida do possível, controlar.

Na década de 70, Pierre Wack, planejador da Royal Dutch/Shell, desenvolve a metodologia incluindo novos elementos. Analisando o mercado do petróleo, observa que os árabes poderiam exigir preços maiores para seus produtos. Havia probabilidade do fato ocorrer antes de 1975, data em que os preços dos contratos firmados seriam revistos na maioria dos países. Junto com sua equipe elabora dois cenários com histórias e gráficos com projeções de preços. Contudo, essa forma de exposição não alterou as atitudes dentro da empresa.

Insatisfeito com a situação e para tornar efetivo o uso dos cenários, utiliza um ''tratamento de choque'' com a finalidade de que as pessoas “sentissem” o impacto desses eventos na realidade. Abandona as simples projeções e por meio de exemplos fornece situações concretas da possível realidade futura. Cita casos extremos de países da Opep tomando os campos de petróleo e, o mais importante, destaca as forças motrizes do mundo na época e sua influência sobre o mercado. Isso funcionou, quando eclode a crise, em 1973, os executivos da companhia estavam emocionalmente preparados, reagiram com rapidez e a Shell aumenta seu poder diante de suas rivais. Acreditava que as fontes de informações tradicionais eram limitadas, procuradas por todo mundo, assim, necessitava de pessoas incomuns que podiam enxergar forças importantes e surpreendentes para provocar mudanças.

Peter Schwartz, sucessor de Wack na Shell após a aposentadoria, descreve a projeção de cenários como ferramenta para antecipar situações futuras que impactam de forma positiva ou negativa a empresa. Segundo sua definição “(...) uma ferramenta para ordenar as percepções de uma pessoa sobre ambientes futuros alternativos nos quais as conseqüências de sua decisão vão acontecer” (2006, p.15). O mesmo autor define as forças motrizes “(...) são os elementos que acionam o mapa dos cenários, que determinam o desenrolar da história” (2006, p. 92). A questão é que forças óbvias para alguns são ocultas para outras pessoas. Elas estão presentes em diversos setores como tecnologia, economia, política, sociedade e meio-ambiente, mas nem todos são capazes de percebê-las. São pouco ou nada controláveis, por isso a importância de reconhecê-las e compreendê-las para lidar com seus efeitos.

O uso de cenários aprimora o planejamento estratégico empresarial e proporciona um instrumento para raciocinar estrategicamente:

> […] um salto de sofisticação no processo de planejamento estratégico, seja ele empresarial ou não, pode-se valer do uso da técnica de cenários, cuja relevância tem-se mostrado elevada ao longo dos anos, principalmente porque eleva o nível de reflexão sobre o futuro, de maneira corrente com a visão que se tem do mesmo, internamente à organização. Portanto, não se trata de mais uma técnica de previsão, mas sim de uma forma diferente de raciocinar estrategicamente, envolvendo mais profundamente os executivos da organização na sua construção, implementação e avaliação, quebrando resistências e favorecendo, sobretudo, uma visão melhor sobre o futuro (CAETANO, 2001, p. 110).

Para Mintzberg (2004), há diferença entre planejamento e pensamento estratégico. O pensamento estratégico é um processo de síntese que utiliza a intuição e a criatividade e produz a integração dentro da empresa em determinado ambiente. O planejamento estratégico é um processo analítico orientado à programação das estratégias já identificadas que resulta num plano. Ou seja, essa visão desenvolvida de forma racional e pragmática, utilizando concomitantemente a intuição e a criatividade do pensamento estratégico, dirigida para ações concretas ligadas ao ambiente que empresa atua e sua realidade. Assim,

> ¨(...) pode-se defender a posição de que o Pensamento Estratégico é uma base que, quanto melhor trabalhada e depurada, permitirá que o subseqüente plano tenha uma sustentação adequada e condizente com a dinâmica inerente ao tempo de sua execução” (SALAZAR, 2001, p. 127).

Na década de 80, segundo Salazar (2001, p. 133), provavelmente, a recessão e a utilização de técnicas simplistas criaram confusão entre cenários e prognósticos. A projeção de cenários não conseguiu evitar as perdas gigantescas de muitas empresas norte-americanas. Michael Potter (1986) observando a vantagem competitiva dessa técnica e os problemas que a metodologia enfrentava recomenda a construção de cenários para analisar a sensibilidade para entender e visualizar tendências. A empresa pode observar as incertezas de forma sistemática e controlada e, assim, posicionar-se de forma adequada para atingir a posição que almeja no futuro. Nesse contexto, Huss e Hontom (1987, pp.21-29) identificam três categorias para a Construção de Cenários:

- Lógica Intuitiva baseada na metodologia da Lógica Intuitiva –GBN e do Future Mapping.
- Análise do Impacto de Tendências a metodologia utiliza a mesma nomenclatura.
- Análise de Impacto Cruzado utiliza a metodologia Interax, Basics ou Análise Prospectiva.

A lógica intuitiva GBN desenvolvida por Peter Schwartz, paralelamente a proposta da Shell, demonstra preocupação maior com a mentalidade do tomador de decisão. Integra o planejamento estratégico na avaliação ambiental, segundo Bethlem (1999, p.188-193 apud AULICINO, p.96) e Oliveira (2001, p.125 apud AULICINO, p.96) e por meio da análise da situação estratégica identifica fatores e analisa o problema potencial que colaborará na formulação de estratégias contemplando as ações de prevenção e/ou de proteção.

O Future Mappin, desenvolvido pela Northeast Consulting Resources Inc, retoma os conceitos da lógica aplicada pela Shell. O planejamento é focado na percepção do funcionamento do ambiente de negócios com a participação ativa dos executivos. Essa participação facilita a construção dos cenários e a implementação de estratégias, além disso, identifica problemas potencias apresentados nos eventos e verifica se a organização está preparada para enfrentá-los.

A Análise dos Impactos de Tendências desenvolvida pelo Future Group, remonta a década de 70 e baseia-se na projeção independente de variáveis-chave que são depois ajustadas pelo impacto da ocorrência de certos eventos. Citado por Oliveira (2001, p.125 apud AULICINO p.96), a decisão sobre a utilização dos cenários construídos fica a cargo dos gestores, caso concordem, são formuladas estratégias para a empresa diante dos problemas potenciais e das forças motrizes identificadas.

O Basics, software criado pela organização Battele, adapta a metodologia desenvolvida pela Rand Corporation na década de 60 aos impactos cruzados. Pretende compreender os efeitos complexos de variáveis inter-relacionadas no ambiente de negócios. Enfoca os eventos inter-relacioniados e quantifica estas relações de modo mais flexível que as técnicas econométricas tradicionais integrando-se ao planejamento estratégico. Identifica os problemas potenciais gerados por fatores relevantes, conforme a probabilidade de ocorrência e nível de gravidade, são colocados no sistema.

A metodologia Interax parte da premissa de que não era realístico prever um evento isolado da ocorrência de outros eventos. Nesse método o especialista utiliza modelos analíticos para compreender melhor as alternativas do ambiente futuro. Assim, gera cenários de intervalo de um ano, aquele que elabora a política pode interagir em cada cenário, enquanto está sendo gerado para experimentar outras opções de política. Integrado ao planejamento estratégico possibilita identificar problemas potenciais de fatores relevantes. Segundo a probabilidade de ocorrência e a gravidade são realizadas ações de prevenção e/ou proteção.

Por fim, a Análise Prospectiva, desenvolvida em 1974 por Michel Godet na França, combina a lógica intelectual do método dos cenários e os instrumentos criados nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos como a Análise de Impacto Cruzado e a Análise do Impacto das Tendências. Integrada ao planejamento estratégico identifica variáveis-chave da organização e de seu ambiente e permite análise dos problemas potenciais a probabilidade de sua ocorrência e a gravidade para propor ações de prevenção e/ou proteção.

Cada uma das metodologias para construção de cenários expostas foram desenvolvidas conforme a necessidade e as particularidades das organizações. Dessa forma não existe uma metodologia única, perfeita, pronta e acabada para ser aplicada. O ponto de partida é a troca de informações entre pessoas com conhecimento sobre o assunto para antever possíveis problemas e aproveitar oportunidades de crescimento. Dentro da proposta de Kahane (2013), mais importante do que antever situações que podem ou não acontecer de fato, a construção de cenários melhora os relacionamentos e a capacidade de trabalhar em grupo. O conhecimento adquirido pela troca de experiências amplia os horizontes, altera a visão das pessoas e influencia as ações.

Em tempo, segundo Kahane (2013, p. 33) "*Na metodologia de cenários as pessoas conversam sobre o que acreditam que poderia acontecer, não sobre o que vai ou o que acreditam que deveria acontecer*". Dessa forma, previsões e crenças são descartadas, são expectativas que dentro de uma probabilidade estimada e reconhecida pelos demais pode tornar-se realidade no futuro. As pessoas despem-se das suas crenças e pensam coletivamente sobre o amanhã. O futuro é um espaço neutro, ninguém é capaz de afirmar com convicção o que vai acontecer. Fica mais fácil administrar as diferenças e trabalhar em grupo.

Quadro 1 – Comparativo das etapas das abordagens da construção de cenários

Etapa do processo de cenários	Lógica Intuitiva-GBN	Future Mapping	Análise do Impacto das Tendências	BASICS	INTERAX	Análise Prospectiva
Identificar as decisões principais	Identificar a decisão estratégica principal	Definir decisões principais	Definir decisões principais e horizonte temporal	Definir questão principal	Definir questão principal e o tempo de análise	Definir fenômeno e ambiente
Relacionar variáveis de impacto	Especificar forças ambientais	Pesquisar ambiente Preparar estados e eventos	Selecionar variáveis	Identificar fatores de influência	Identificar os indicadores-chave	Relacionar variáveis do sistema
Analisar as variáveis	Identificar as forças motrizes Descobrir elementos predeterminados e incertezas críticas		Identificar forças motrizes Construir conjunto de cenários Escolher cenários	Definir fatores relevantes e escrever ensaios Atribuir probabilidades simples		Selecionar variáveis-chave Identificar estratégia dos atores e tendências Adotar hipóteses
Extrapolar tendências			Relacionar tendências Coletar dados históricos Extrapolar tendências		Projetar os indicadores-chave. Identificar o impacto dos eventos	
Analisar impacto cruzado				Determinar efeitos cruzados	Estimar os impactos cruzados Completar as análises dos impactos cruzados	Determinar probabilidades condicionais
Preparar cenários iniciais	Estabelecer a lógica dos cenários	Analisar cenário convencional	Relacionar eventos Definir probabilidades dos eventos Ajustar extrapolações	Processar programa e calcular probabilidade dos cenários	Processar o modelo	Construir cenários para cada hipótese Hierarquizar os cenários
Realizar análise de sensibilidade				Conduzir análise de sensibilidade		Efetuar análises de sensibilidade
Construir cenários detalhados	Descrever cenários em narrativas	Selecionar eventos e a evolução para estado final	Documentar cenários com gráficos e narrativas	Selecionar cenários Escrever narrativas		Descrever cenários em narrativas
Analisar as implicações dos cenários	Interpretar as implicações na decisão principal	Planejar estratégias Escolher direção estratégica	Analisar implicações nas decisões estratégicas	Estudar implicações nos negócios		Analisar opções estratégicas
Monitorar o ambiente	Selecionar indicadores	Monitorar o ambiente				

Fonte: HUSS & HONTON (1987) apud AULICINO, 2002, p. 95.

O envolvimento das pessoas é fundamental, como vimos no exemplo de Schwartz (2006), as projeções e os gráficos com estimativas de preço não foram capazes por si só de modificar o comportamento das pessoas. Nesse sentido:

> São unânimes quando relevam o uso do planejamento para melhoria das atividades futuras das organizações, principalmente no que tange às incertezas que as envolvem. Nenhum deles coloca o planejamento como instrumento auto-suficiente e acima das pessoas para a resolução dos problemas organizacionais, mas todos o indicam como um caminho interessante, o que facilita e aumenta o aprendizado das pessoas nas ocasiões em que têm de lidar com o futuro. Talvez esse seja o maior ganho de todos os ganhos (CAETANO, 2001, p. 110).

Valorizando as relações interpessoais e a experiência humana, visualiza o futuro e analisa situações positivas e negativas com probabilidade de impactar a atuação da empresa. A projeção de cenários dentro dessa concepção, parafraseando Kahane (2013), modifica a compreensão que as pessoas possuem da situação, amplia os relacionamentos tornando-os mais confiáveis e aumenta a habilidade para trabalhar junto com outras pessoas. Assim, afeta, inclusive, as intenções e conseqüentemente as ações dentro da empresa. Enfim, todos envolvidos passam a atuar de forma mais consciente e com maior sabedoria.

2. CONTEXTO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA EM FRANCA/SP

A indústria metalúrgica surge na cidade de Franca/SP antes da primeira metade do século XX. Em 1947, pós-segunda guerra mundial, quando o Brasil na era Vargas dava impulso ao seu jovem processo de industrialização, as primeiras máquinas de bombeamento de água de rios e córregos para grandes alturas foram colocadas no mercado. O projeto foi patenteado e como pioneiro no segmento de movimentação de água prestigiou o município e o país com sua invenção, e contribuiu com a consolidação do sudeste como região mais industrializada do Brasil. Esta indústria com sustentável processo de gestão e sucessão, investimentos em P&D e tecnologia cresceu e hoje com 67 anos é ícone nacional de roda d´água tendo como diferencial a confiabilidade e durabilidade do produto.

Concomitante ao desenvolvimento e consolidação da indústria de máquina de movimentação de água em Franca/SP, nos anos 60 surge na cidade indústrias de máquinas para produção de calçados, as quais significativamente contribuíram com a cadeia produtiva local, a produção de calçados masculinos, que com sua consolidação se tornou um polo calçadista de referencia nacional. Através de investimentos em pesquisa, desenvolvimento em tecnologia e inovação a indústria metalúrgica de máquinas para calçados de Franca/SP expandiu e passou a atender não só a indústria calçadista local, mas também outros polos calçadistas, como o vale dos sinos, localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS e um dos maiores potenciais econômicos e industrial do país.

Galgando postos como pioneirismo e liderança no Brasil em bombeamento de água, líder mundial na fabricação de máquinas para costurar solados (blaqueadeira) , único fabricante de máquinas de costura industrial para segmento de couro na América Latina, as indústrias metalúrgica de Franca/SP fizeram das suas histórias a história da metalurgia na cidade. Histórias que promoveram o desenvolvimento local industrial e econômico, mas não só estes, como também o desenvolvimento social através da geração de renda, e principalmente o cultural no que tange a especialização técnica da mão-de-obra ativa.

A empresa pesquisada, pioneira no segmento de movimentação de água, e pioneira na indústria metalúrgica de Franca/SP, trás solução para bombeamento de água em propriedades rurais de qualquer atividade, através de um produto que não utiliza energia elétrica, acionado pela própria água, sendo esta uma opção econômica quando se pretende um abastecimento de água prático, seguro e principalmente sustentável. A ampla aplicação do produto, sua essência ecologicamente correta, e características de robustez, qualidade e durabilidade agregam ao negócio e a marca a confiabilidade do consumidor e uma perpetuação de 67 anos.

A empresa selecionada é uma empresa de pequeno porte com 70 funcionários conforme RAIS, de constituição jurídica Ltda., cuja origem remonta há 67 anos. Tem como atividade fim à fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas, fabricando máquinas agrícolas e industriais, como solução para bombeamento de água em propriedades rurais de qualquer atividade. Esta atividade está enquadrada na tabela da classificação nacional de atividades econômicas disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com o código 28.12.7-00 referente á fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos peças e acessórios, exceto válvulas.

A escolha da empresa investigada deve-se a vários fatores, tais como sua importante participação e contribuição no setor metalúrgico de Franca/SP, a sua condição de empresa familiar com administração profissionalizada, à questão da gestão pelos princípios da qualidade e teoria das restrições. Para resguardo do necessário sigilo comercial e dos aspectos éticos, o nome da empresa e dos participantes da pesquisa será devidamente omitido.

3. METODOLOGIA

Este estudo é desenvolvido na área da administração, utilizando métodos adotados nas Ciências Sociais, que possuem como objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade nos estudos, segundo GIL (1999). Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e bibliográfica de natureza aplicada, segundo a classificação de Andrade (1995). Descritiva em função levantamento de dados, no caso os eventos, através de entrevistas, discussão em grupos, e oferecido uma interpretação dos cenários prospectados, confirmando hipóteses levantadas na formulação do problema de pesquisa. E bibliográfica decorrente da exploração da literatura disponibilizada sobre a prospecção de cenários, esperando conseguir contribuir com a gestão estratégica da empresa através uma perspectiva informacional, na abordagem qualitativa e quantitativa.

Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo será dividido em quatro etapas: a primeira envolverá o levantamento bibliográfico acerca do tema para tecer o referencial teórico e subsidiar as demais etapas da prospecção de cenários.

A segunda etapa ocorrerá dentro do ambiente da empresa, definindo as áreas e os especialistas respondentes da pesquisa, tabulação e análise dos dados e relatório final do corpus deste estudo, no espaço temporal estabelecido, utilizando a metodologia DELPHI. As áreas definidas como participantes da pesquisa foram administração, mercado e indústria, com especialistas de gestão, controladorias, financeiro, marketing, produto, planejamento, produção e engenharia, formando o grupo de peritos, assim denominado por Marcial e Grumbach, 2002 e denominado pela empresa grupo de liderança. Inicialmente uma explanação do conceito de prospecção de cenários, das metodologias aplicadas, e o objetivo da pesquisa. Na sequencia, no prazo de duas semanas houve a primeira coleta de dados, eventos, através de entrevistas individuais com os especialistas dos departamentos, utilizando e-mail, chat e encontros como ferramentas de apoio às entrevistas.

Na terceira etapa utilizou-se a Matriz de Probabilidade e Favorabilidade, elaborada com base na metodologia proposta por Blanning e Reinig (1998), onde se estabeleceu, por consenso, os eventos com possibilidades de ocorrência futura. Definiu-se a probabilidade dos eventos e o grau de favorabilidade de cada um deles para a empresa em foco, possibilitando a construção de três cenários: pessimista, realista e otimista, assim conceituados por Quintana e Machado Neto (2013, p.8).

- Cenário otimista - Contém os eventos medianos ou muito favoráveis (F) à empresa ou ao setor para o qual se está construindo cenários, com médias e altas probabilidades (P) de virem a ocorrer.
- Cenário pessimista - Contém os eventos medianos ou muito desfavoráveis à empresa ou ao setor, com de médias e altas probabilidades (P), de virem a ocorrer.
- Cenário realista - Contém todos os eventos com alta probabilidade (P), de virem a ocorrer, favoráveis ou desfavoráveis para a empresa ou setor.

Ao final das etapas anteriores, a quarta etapa tratou do levantamento e avaliação das forças motrizes, ou seja, os eventos que deverão ter uma maior atenção por parte dos líderes e dos gestores do negócio, na formulação das estratégias e nas tomadas de decisões. Para isso foi utilizado o Método dos Impactos Cruzados, proposto por Marcial e Grumbach (2002). Método que, em uma abordagem analítica, visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, permitindo verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros.

4. RESULTADOS

A partir da metodologia proposta, o grupo participante do projeto, definiu por consenso os eventos macro ambiental que permeiam o negócio de produção de máquinas de movimentação de água no Brasil com possibilidades de ocorrência futura que impactarão de alguma forma o ambiente de negócio da empresa. Após a elaboração da lista final com os 20 eventos que irão compor os cenários, os participantes através de suas vivências, e visão de longo prazo indicaram a probabilidade de cada evento vir a ocorrer e se seriam favoráveis ou não para a empresa objeto deste estudo.

A tabela 1 é composta por eventos e estimativas percentuais que refletem a média das opiniões dos especialistas que participaram da pesquisa.

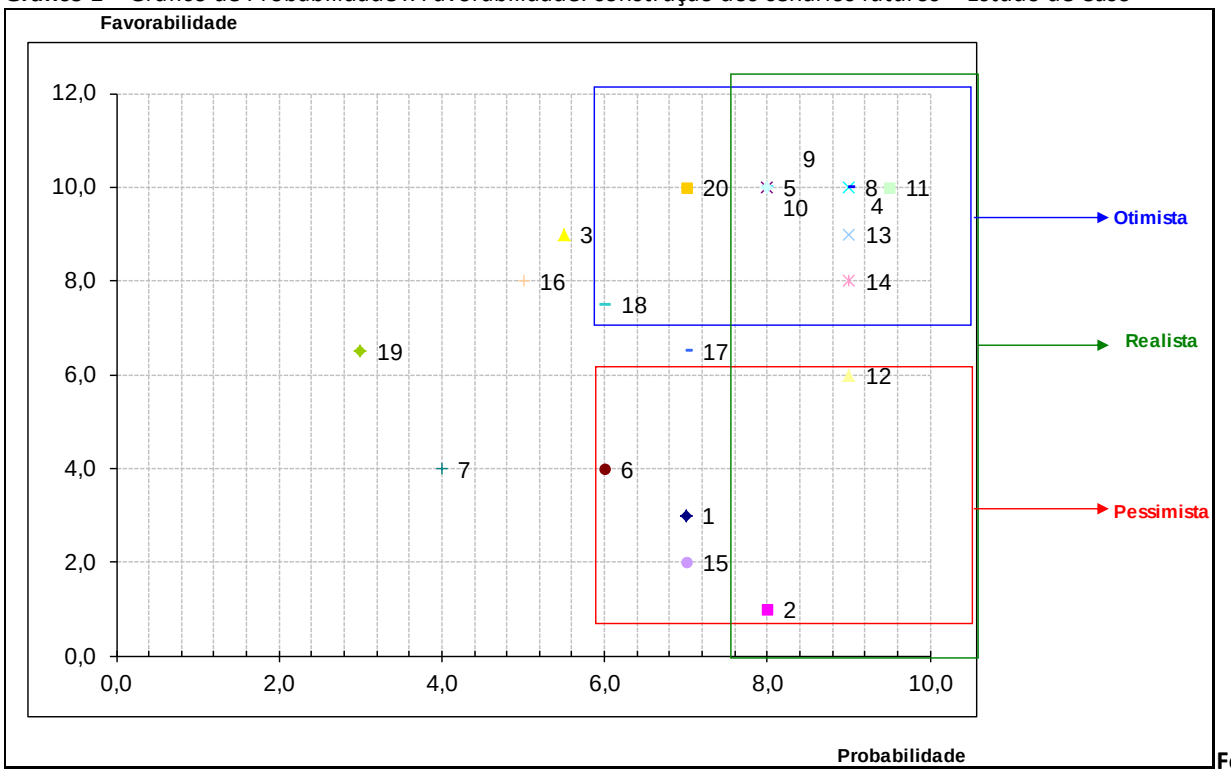
Tabela 1 – Eventos possíveis de ocorrência futura que impactarão de alguma forma o ambiente de negócio da empresa - Estudo de caso.

Matriz de Probabilidade e Favorabilidade

Nº		Prob.%	Favorab.%
1	Redução das águas de superfícies	7,0	3,0
2	Oscilações climáticas extremas nas regiões Sul Sudeste	8,0	1,0
3	Falta de infraestrutura na geração de energia elétrica	5,5	9,0
4	Manutenção dos benefícios fiscais para a atividade	9,0	10,0
5	Crescimento no segmento de pecuária	8,0	10,0
6	Tendência de falta de mão-de-obra especializada em instalações rurais	6,0	4,0
7	Outorga para instalação do principal produto fabricado	4,0	4,0
8	Continuação do programa de sucessão	9,0	10,0
9	Diversificação no desenvolvimento de equipamentos utilizando outras fontes de energias renováveis	8,0	10,0
10	Ampliação em inovação tecnológica de produtos existentes e novos	8,00	10,0
11	Disseminação da cultura organizacional	9,5	10,0
12	Elevação das vendas do comércio eletrônico	9,0	6,0
13	Ofertas facilitadoras de credito rural - FINAME - BNDES - Agricultura Familiar	9,0	9,0
14	Desaceleração da cultura da cana - Crise setor sulcroalcooleiro	9,0	8,0
15	Continuidade na segmentação do canal de distribuição (Comércio e Prestação Serviços)	7,0	2,0
16	Crescimento do investimento em recursos tecnológicos para o processo de fabricação	5,0	8,0
17	Disseminação de informações técnicas e conceituais da solução	7,0	6,5
18	Desenvolvimento de líderes	6,0	7,5
19	Ampliação do Market Share internacional	3,0	6,5
20	Ações para exposição da marca	7,0	10,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

Gráfico 1 – Gráfico de Probabilidade x Favorabilidade: construção dos cenários futuros – Estudo de Caso



Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

Os resultados obtidos na matriz de probabilidade e favorabilidade foram expressos em gráfico cartesiano, colocando-se os resultados das probabilidades no eixo horizontal e os resultados da favorabilidade no eixo vertical, o que resultou na elaboração de três cenários, conceituado por Quintana e Neto (2013),como cenários otimista, realista e pessimista.

O cenário otimista, composto pelos eventos com elevada possibilidade de virem a ocorrer que são favoráveis ao negócio, compôs-se com 50% dos eventos elencados na pesquisa. Entre eles a manutenção dos benefícios fiscais para a atividade, crescimento no segmento da pecuária, continuação do programa de sucessão, diversificação no desenvolvimento de equipamentos utilizando outras fontes de energia renováveis, ampliação em inovação tecnológica de produtos existentes e novos, a disseminação da cultura organizacional, oferta facilitadora de crédito rural – FINAME-BNDES-Agricultura Familiar, a desaceleração da cultura da cana, o desenvolvimento de líderes e por fim ações para exposição da marca.

O cenário realista, aquele que apresenta os eventos com grande probabilidade de ocorrer, favoráveis ou não para o negócio foi formado na maioria pelos eventos pertencentes ao cenário otimista, sendo já analisado pela perspectiva otimista, o que deixa a empresa em situação confortável.

O cenário Pessimista, onde retrata os eventos que apresentam probabilidade de virem a ocorrer e que não sejam favoráveis, obteve a minoria dos eventos, apenas 25%. Os que estão sobe o controle da empresa são possíveis ações estratégicas evitando que ocorram, os que não estão sobe o controle da empresa também é possível ações estratégicas preventivas minimizando o impacto nos resultados.

Os eventos relacionados como a falta de infraestrutura na geração de energia elétrica, outorga para instalação do principal produto fabricado, crescimento do investimento em recursos tecnológicos para o processo de fabricação, ampliação do Market Share internacional , são eventos com baixa probabilidade de ocorrerem e sendo de baixa favorabilidade não geram preocupação, mas os que são altamente favoráveis devem ser verificadas a possibilidade de direcionamento de esforços para aumentar a probabilidade, desde que seja um evento de controle da empresa.

Na Tabela 2, constam as médias das notas fornecidas pelos especialistas, questionados sobre o impacto da ocorrência de cada evento em relação ao outro, o que determinaria uma relação de motricidade ou dependência para cada uma dessas variáveis.

Tabela 2 – Matriz de impactos cruzados: construção dos cenários futuros – Estudo de Caso

Evento	**Prob.%**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**Dep.**
Redução das águas de superfícies	7,0%		10	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,6
Oscilações climáticas extremas nas regiões Sul Sudeste	8,0%	0		0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,1
Falta de infraestrutura na geração de energia elétrica	5,5%	0	1		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,1
Manutenção dos benefícios fiscais para a atividade	9,0%	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Crescimento no segmento de pecuária	8,0%	2	4	3	0		2	0	0	0	0	0	0	9	7	0	0	9	0	0	0	1,9
Tendência de falta de mão-de-obra especializada em instalações rurais	6,0%	0	0	1	0	5		0	0	2	0	0	2	2	6	4	0	0	0	0	0	1,2
Outorga para instalação do principal produto fabricado	4,0%	10	8	0	0	7	0		0	2	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	1,8
Continuação do programa de sucessão	9,0%	0	0	0	0	0	0	0		0	0	9	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0,6
Diversificação no desenvolvimento de equipamentos utilizando outras fontes de energias renováveis	8,0%	7	8	8	0	4	1	8	5		9	6	2	2	0	0	10	0	7	1	0	4,1
Ampliação em inovação tecnológica de produtos existentes e novos	8,0%	8	8	8	8	5	5	6	5	7		3	0	2	2	0	10	0	4	1	0	4,2
Disseminação da cultura organizacional	9,5%	0	0	0	0	0	0	0	9	0	3		0	0	0	0	1	0	9		0	1,2
Elevação das vendas do comércio eletrônico	9,0%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		1	0	7	0	10	0	6	6	1,6
Ofertas facilitadoras de credito rural - FINAME - BNDES - Agricultura Familiar	9,0%	0	3	1	0	9	0	3	0	1	3	0	3		2	3	0	5	0	0	0	1,7
Desaceleração da cultura da cana - Crise setor sulcroalcooleiro	9,0%	1	2	6	0	8	2	0	0	0	0	0	0	2		0	0	0	0	0	0	1,1
Continuidade na segmentação do canal de distribuição (Comércio e Prestação Serviços)	7,0%	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0,4
Crescimento do investimento em recursos tecnológicos para o processo de fabricação	5,0%	0	0	0	10	0	4	0	5	9	10	6	0	2	1	0		0	1	2	0	2,6
Disseminação de informações técnicas e conceituais da solução	7,0%	0	0	0	0	0	0	0	1	4	8	1	9	0	0	8	0		9	9	7	2,9
Desenvolvimento de líderes	6,0%	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	10	0	0	0	0	0	0		0	0	1,0
Ampliação do Market Share internacional	3,0%	7	0	6	0	0	2	0	1	5	5	0	0	0	0	0	0	3	6		10	2,3
Ações para exposição da marca	7,0%	0	0	0	0	0	0	0	6	0	9	5	7	8	0	0	4	2	5	7		2,7
Motricidade (Média)		1,8	2,3	1,7	0,9	2,1	1,1	1,1	2,2	1,6	2,5	2,1	1,2	1,5	0,9	1,2	1,3	1,9	2,3	1,4	1,2	

Como podem verificar as forças motrizes do sistema, os eventos de ligação, autônomos e de resultados, estão assim classificados:

Quadro 2 – Classificação dos eventos de motricidades e dependência

Classificação	**Eventos**
Eventos forças motrizes	Redução das águas de superfícies, Oscilações climáticas extremas nas regiões Sul Sudeste, Falta de infraestrutura na geração de energia elétrica, Crescimento no segmento de pecuária, Continuação do programa de sucessão, Disseminação da cultura organizacional, Desenvolvimento de líderes.
Eventos de ligação	Diversificação no desenvolvimento de equipamentos utilizando outras fontes de energias renováveis, Ampliação em inovação tecnológica de produtos existentes e novos, Disseminação de informações técnicas e conceituais da solução.
Eventos autônomos	Manutenção dos benefícios fiscais para a atividade, Tendência de falta de mão-de-obra especializada em instalações rurais, Outorga para instalação do principal produto fabricado, Elevação das vendas do comércio eletrônico, Ofertas facilitadoras de credito rural - FINAME - BNDES - Agricultura Familiar, Desaceleração da cultura da cana - Crise setor sulcroalcooleiro, Continuidade na segmentação do canal de distribuição (Comércio e Prestação Serviços),
Eventos de resultados	Crescimento do investimento em recursos tecnológicos para o processo de fabricação, Ampliação do Market Share internacional, Ações para exposição da marca

Fonte: Elaborado pelos autores (2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao proposto, a pesquisa atingiu o objetivo, prospectando os cenários da empresa estudo de caso, os quais serão importantes ferramentas para a gestão estratégica tomar ações. Ações para a realização dos cenários positivos e realista, e ações preventivas para passar pelo cenário pessimista com menores impactos.

Ao se preparar para o futuro, a empresa aumenta consideravelmente suas chances de perenidade e de interferir sobre fatores determinantes de sucesso no ambiente em que atua, condição que se estabelece como ponto de gestão ao desenvolvimento organizacional e do negócio de solução de movimentação de água.

Todavia sugere-se um monitoramento constante das ações estratégicas implementadas bem como dos eventos macroambientais, com intuito de realinhar estratégias a medida que os cenários possam ir se modificando. Tal monitoramento é totalmente cabível dado a característica de instabilidade econômica que atravessa o Brasil.

Isto posto acredita-se que a presente pesquisa justifica-se na medida em que a articulação dos colaboradores da empresa corpus da pesquisa, dos temas pertinentes às questões pesquisadas proporcionará um constructo teórico de entendimentos e significados sobre o negócio, que a partir da articulação interdisciplinar e sistêmica a contribuição deve se estender ao consumidor final através de estratégias que garantam a continuidade da confiabilidade e durabilidade existente na solução há quase 70 anos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação**. São Paulo: Atlas, 1995.

AULICINO, Antonio Luis. **Identificação de problemas potenciais na construção de cenários e na formulação de estratégias em uma organização**: proposição de um método - um estudo de caso. (Dissertação) São Paulo, FEA/USP, 2002.

BORN, R.; et al. **Construindo o plano estratégico**: casos reais e dicas práticas.
Porto Alegre: ESPM/Sulina, 2007.

BLANNING, R. W.; REINIG, B. A. **Building scenários for Hong Kong using EMS**. Long Rang Planing, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.

CAETANO, Gilberto. **Cenários Estratégicos**. In: CAVALCANTI, Marly (org.). Gestão estratégicas de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira, 2003. cap. 4, p 97-121.

GIL, Antônio Carlos**. Método e Técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUSS, W.R. and HONTON, Edward J. **Scenario Planning** – What Style Should You Use?. Long Range Planning. Vol. 20. nº4, 1987.

KAHANE, Adam. **Planejamento de Cenários Transformadores**. São Paulo, SENAC, 2013.

MARCIAL, E. C. e GRUMBACH, R. J. S. **Cenários prospectivos**: como construir um futuro melhor. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2002.

MINTZBERG, Henry. **A Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico**. São Paulo, Bookman, 2004.

NETO, Alfredo José Machado; QUINTANA, Henrique Macedo. ***Break points* e o atacarejo: prospecção de cenários para uma loja de auto-serviço da cidade de Franca/SP.** XVI SEMEAd – FEA/USP – 2013. Disponível em: <http://semead6.tempsite.ws/16semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=715>. Acesso em 20 Jul. 2014, 12:11:15.

SALAZAR, José Nicolas Albuja. **Pensamento Estratégico e Cenários**. In: CAVALCANTI, Marly (org.). Gestão estratégicas de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação. São Paulo: Pioneira, 2003. cap. 5, p 123-172.

SCHWARTZ, Peter. **A arte da visão de longo prazo**: Planejando o futuro em um mundo de incertezas. Tradução Luiz Fernando M. Esteves - 4 edição. Rio de Janeiro, BestSeller, 2006.

Crescimento econômico do Brasil: a influência da classe média no período de 2002 a 2010

O Brasil na última década teve uma grande expansão econômica e social o que trouxe vantagens ao país ao lidar com a crise internacional de 2008. O crescimento de uma determinada classe brasileira tem sido um diferencial para a economia, e por essa razão os olhos de empresas e empresários estão voltados para ela. Essa classe social é a classe média também conhecida como classe C, composta hoje por mais de 52% da população de constituída especialmente por jovens e mulheres, sendo este um dos principais fatores de crescimento da renda dessa classe. Apresentando um nível educacional melhor ela está à frente de uma economia que não para de crescer. A justificativa para a confecção desse artigo se dá pelo interesse em conhecer um pouco mais sobre o poder econômico e a influência de uma classe que está ainda em formação, mas que já domina metade da economia nacional. Esse trabalho tem o objetivo de saber como se desenvolveu e desenvolve a classe média no país. Além de mostrar a abordagem que peritos da área atribuem a esse assunto. A pesquisa, no entanto vai tentar visibilizar os benefícios trazidos por essa expansão. E responder a problemática de que se esse crescimento é temporário ou uma realidade em expansão? Essa pesquisa será elaborada através da metodologia de pesquisa bibliográfica, levantamentos estes realizados em biblioteca, e meios eletrônicos.

086-2405

Evandro Gabriel de Oliveira
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
evandrogabrieloliveira@hotmail.com

Ana Tereza Jacinto Teixeira
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
anatereza@facef.br

INTRODUÇÃO

A ascensão da classe média no Brasil é um tema atualmente bastante recorrente pela dimensão de seu impacto dentro do país, pelos indivíduos beneficiados e pela denotação de programas governamentais que se mostraram resultados positivos para economia e a sociedade.

Abordagens serão feitas através de pesquisas por pesquisadores organizações de pesquisas da área socioeconômica na tentativa de tentar explicar quais os fatores que influenciaram para esse crescimento dessa classe no país.

A justificativa para confecção desse trabalho se dá ao fato de conhecer um pouco mais sobre o poder e influencia econômica de uma classe ainda em formação, mas que já domina mais da metade na economia nacional. A pesquisa tem como objetivo saber como se desenvolveu e desenvolve a classe média no país e responder a problemática de que se crescimento é temporário ou uma realidade em expansão?

Para a efetivação deste projeto será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, através de levantamentos realizados em biblioteca, banco de dados e meios eletrônicos.

1 A CLASSE MÉDIA

No Brasil a classe média segundo o pesquisador Marcelo Neri (2011, p.14) é mais do que o consumo e o otimismo, ela também tem o seu lado produtor que é feito através da educação e trabalho.

> O lado produtor se apoia na literatura de economia do trabalho, leia-se emprego, mas também na de empreendedorismo. Se empregadores e por conta própria são trabalhadores, eles também são empresários, pois, vivem do lucro. São capitalistas sem capital na maioria dos casos, ficando, apenas com os riscos e não as riquezas capitalistas. (Neri, p. 18).

Ainda segundo o pesquisador “a nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que diferencia de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos nos quais a concentração de renda sobe”.

Neri conceitua o termo Nova classe média dizendo que o mesmo foi um apelido dado a classe C, já que o termo dessa classe dava a impressão de inferioridade em relação das classes A e B. O nome Nova classe média, no entanto tem um sentido positivo e prospero, deixando a impressão de que os inclusos estão em processo de evolução social e financeira.

Pertencer a nova classe média significa consumir serviços públicos, de melhor qualidade no setor privado como, planos de saúde, colégios particulares. Esses serviços não atribuídos tanto ao setor publico como no setor privado, e seu consumo pode garantir uma sustentabilidade maior ou menos no sonho que se ter uma vida de melhor posição social.

1.1. PODER ECONÔMICO

De acordo com Darlan Alvarenga, jornalista no Portal G1, se a classe a média no Brasil se reunisse para se formar um país sua colocação em nível populacional a colocaria na posição de 12º no mundo e em 18º em nível de consumo o que segundo o jornalista a colocaria dentro no grupo do G20 (grupo formado pelas 20 maiores economia do mundo).

No ano de 2013 a classe média no Brasil movimentou cerca de 1,17 trilhões de reais no país o que representou 58% do crédito do Brasil. E segundo a pesquisa "Faces da Classe Média" esse seguimento representou certa de 108 milhões de pessoas (o que hoje representou 54% da população) em 2013 e a previsão é de que a ser 125 milhões de pessoas em 2023. A pesquisa ainda classifica a classe média em quatro grupos: promissores (19%), batalhadores (39%), experientes (26%) e empreendedores (16%). E suas concentrações estão no Sudeste (43%) da população, Nordeste (26%) e Sul (15%).

> Segundo a classificação feita pelo estudo, o segmento dos promissores representa o grupo da população mais jovem e os formadores de opinião. Os batalhadores são aqueles que acabaram de sair da classe D e geralmente passaram a ter emprego com registro em carteira. O grupo dos experientes é formado predominantemente por chefes de família aposentados e com baixa escolaridade. Já os empreendedores são classificados pela pesquisa como "a classe A da classe C", aqueles que acreditam no poder do próprio negócio. (G1 Economia, 2014)

Nessa pesquisa podemos ver a evolução da classe dentro da própria classe, sendo a classificação mais elevada a de empreendedores, pessoas que acreditam no seu potencial e não tem medo de arriscar.

De acordo com FECOMERCIO SP (FECOMERCIO SP, 2012), o Brasil obteve nos últimos dez anos um crescimento socioeconômico que surpreendeu todos prognósticos. Para acabar com um dos mais graves problemas brasileiros, a desigualdade, se pensava que seria precisa conseguir crescer dentro de condições sustentáveis e isso aconteceria a passos lentos.

> A nova classe média vem ao longo do dos anos vem, ao longo dos anos, ganhando cada vez mais espaço no mercado consumidor brasileiro. São milhares de pessoas que passaram a ter acesso aos mais variados produtos e serviços que, até então, pareciam foram de cogitação em época não muito distante. (FECOMERCIO, p.22 2012).
>
> A estabilidade econômica, a expansão do emprego, renda e crédito conciliados com as políticas governamentais de proteção proporcionavam a ascensão de renda por parte das famílias da classe média.
>
> No entanto é preciso da classe média consideração que é preciso levar em consideração que tais fatores positivos só puderam ocorrer em razão da existência de duas circunstancias primárias, sem as quais nenhuma das causas apontadas conseguiria mostra os resultados observações: a estabilidade de preços (inflação) e o inédito e prolongado ciclo de cruzamento econômico mundial. (FECOMERCIO, p.22 2012).

A avaliação socioeconômica feita pela FECOMERCIO SP nesse trecho aponta o fato de que a classe média atualmente desfruta de benefícios que antes não era possível ou fácil de obter, e hoje só é devido a conquista e política implantadas nos últimos gestores do governo.

Segundo a FECOMERCIO (FECOMERCIO, 2012) o credito para pessoa jurídica foi de 212% nos últimos 10 anos, o que chegou ser cerca de 12% ao ano. O montante no ano de 2009 foi de 1 trilhão, um valor que é considerado o poder total de compra da classe média brasileira.

Com rendimento médio real de 4,9% entre os anos de 2002 a 2009 e com taxas desemprego em torno de 11,7%, o país deu salto na questão de emprego e chegou em 2010 com um índice bem abaixo, algo em torno de 6,11%, aumentando a massa de salarial em 30% aproximadamente.

> O cenário brasileiro descrito foi tão importante para formação de uma classe média brasileira de forma mais estruturada que nem mesmo a crise financeira internacional, vivenciada em 2008, que restringiu o consumo de uma forma geral, foi suficiente para quebrar o ciclo virtuoso de redução das desigualdades sociais.
>
> De acordo com levantamento realizado pela FECOMERCIO SP, com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2009 (PCF 2009) do IBGE, no Brasil existe pouco mais de 57 milhões de famílias. Deste total, mais da metade concentra-se na classe média (52%). As demais se concentram na classe dividem-se da seguinte forma: classe E (22%), classe D (17%), classe B (5%) e classe A (4%). No estudo considerado, a classe C é denominada classe média. (FECOMERCIO, p.23 2012).

Com uma população com índices de desemprego cada vez menores o poder econômico do trabalhador brasileiro misturado com incentivos do governo foi suficiente para que durante a crise de 2008 que assolou o mundo não causou na época uma redução de consumo.

> Nota-se também um processo de migração das famílias de renda mais baixa para a classe média, comprovando que com estabilidade as famílias conseguiram mudar o seu patamar social. Prova direta disso é que, entre 2003 e 2009, houvesse queda no número de famílias pertencentes às classes D e E.
>
> A renda média da nova classe média é de R$ 2.857 por mês, ou seja, praticamente a mesma verificada no total das famílias brasileiras (R$ 2.928). Da mesma forma, quando se analisa o potencial de consumo anual das famílias brasileiras (R$ 203 trilhões) nota-se que a classe média corresponde a metade do respectivo valor (R$ 1,03 trilhão). (FECOMERCIO, p.24 2012).

Fica comprovada então que houve um crescimento de renda e uma elevação de classe social por parte das classes D e E para a C. E também fica em evidência o fato de que a classe C domina metade do poder de consumo do país.

1.2. A CLASSIFICAÇÃO DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

Para Marcelo Neri (Neri, 2011) o Brasil é um país tão desigual economicamente como diverso. Em uma avaliação realizada em 2010 foi feito um mapeamento da diversidade das classes sociais brasileiras.

> "O município mais classe A é Niterói com 30,7% na elite econômica, seguido de Florianópolis (27,7) e Vitória (26,9%)."
>
> "O município de São Paulo tem 17,71% de sua população na classe A, 17º do ranking nacional, mas apresenta maior participação na classe A nacional."
>
> "Os municípios com maiores participações das classes A, B, C estão na região Sul, fruto da menor desigualdade de renda." (Neri, p. 29 2011).

Nessa citação é feita uma avaliação da situação econômica do país é apresentado um ranking de posições de localidades onde ficam as cidades com maior numero de classe A. O ranking é liderado por capitais de estados e uma região metropolitana. Além de mostra que é na região sul onde se situa a menor desigualdade do país.

> Começando do topo da distribuição de renda, entre os dos 5.568 municípios brasileiros aquele com maior proporção de sua população na classe A é Niterói, com 30,7% na elite econômica. Depois vem Florianópolis (27,7%), Vitória (26,9%), São Caetano (26,5%), Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%).
>
> Se ampliarmos o espectro da classe mais alta e incluir a classe B, acontecem algumas inversões no topo do ranking desses cinco municípios: Niterói (42,90%), São Carlos do Sul (42,55%), Florianópolis (41,61%), Santos (39,25%) e Vitória (39,22%).
>
> Se formos menos elitistas e incluirmos a classe C, no páreo, acontece uma forte reviravolta no ranking das classes mais altas. O município gaúcho Westfália apresenta a maior classe ABC, com 94,2% de sua população nessas classes. Quase todos os 30 municípios com maiores participações nas classes A, B, C estão na região Sul do país, fruto da menor desigualdade de renda lá observada. (Neri, p. 30. 2011).

Quando a análise de renda é avaliada de forma decrescente se tem uma mudança nos rankings dos municípios. Brasília e Portos aparecem no ranking de município com maior proporção de classe A, mas ao se tratar de classe B as duas cidades não aparecem mais. E quanto se fala em incluir a classe C vê-se que a cidade mais igualitária é Westfália mostrando ter 7,8% da população D ou E, ela por sua vez está situada no sul do país.

Neri (Neri, 2011) se utiliza de um conceito de taxa de para que se possa ver uma distribuição de renda em alguns estratos econômicos. A taxa tem como objetivo mostra o que quanto de cada classe econômica existe em um determinado município. A posição de São Paulo é de 17º dentre 5.568 municípios nacionais, como cerca de 17,71% de classe A. Entretanto ao fazer o inverso, ou seja, querer saber o quanto de uma classe nacional esta dentro de uma cidade, vê-se que devido o tamanho de São Paulo é ela que concentra maior participação da classe A do Brasil.

Ao se fazer uma análise menos exigente no critério de classes econômicas nota-se que no território nacional o poder de concentração de renda está diminuindo.

1.3. DETERMINAÇÃO DA CLASSE SOCIAL NO BRASIL

Para Marcelo Neri (Neri, 2011) o critério renda usado para se fazer a definição de classes merecem algumas considerações.

> Em primeiro lugar, o conceito de classes se refere à família e não aos indivíduos, pois há solidariedade interna na transformação dos proventos em consumo. Uma pessoa pertence ou não, a uma família da classe média. (Neri, p. 81. 2011).

O primeiro faz menção ao fato de ao falar de classes econômicas, avalia-se a família e não os indivíduos em separado, portanto, tem-se que se avaliar se a pessoa mesmo tendo uma renda uma pouco mais elevada que os demais habitantes de seu domicilio, pertence\ a classe a classe média.

> Em segundo lugar, também seguimos a literatura de bem-estar social. Usando renda per-capita e não renda total da família, ou dos domicílios. Isso porque é necessário distinguir famílias que têm a mesma renda total e números de membros distintos. Por exemplo, em nossa classificação, uma família que tem renda total de R$ 1.500,00 mensais, divida entra dez membros, digamos, serão dedicados exclusivamente à subsistência de seus membros, é considerada pobre, enquanto outra, composta de uma única pessoa, terá a condição de comprar alguns bens ou serviços considerados supérfluos. Se usássemos o conceito de renda total da unidade estaríamos tratando de maneira igual pessoas em condições de vida bastante. Existem significativos erros de classificação quando se usa renda domiciliar total, em vez do conceito per capita. Esse erro corresponde aos diferentes estratos de renda: 29,2% na classe AB, 29,5% na classe C, 19% na classe D e 12,4% classe E. O problema maior aqui é que, como tem havido redução sistemática na média de pessoas morando nos domicílios, função da transição demográfica em curso (de 4,4 para 4,04 entre 2003 e 2009), o crescimento da renda total de 21,09% acumulando no período subestima o crescimento da renda total de 31,88%. Essa diferença de quase dez pontos de porcentagem, ou 50% do crescimento da renda total observada, é o tamanho do erro cometido no período. (Neri, p. 81. 2011).

Uma segunda consideração é feito ao se utilizar uma s renda per capita de uma família, ou seja, uma família é considera com condições diferentes de poder de compra ou consumo, dependo do número de habitantes que há dentro de sua residência.

> Em terceiro lugar, evitamos o uso de faixas de salários mínimo na literatura brasileira, por pelo menos duas razões, a saber: o poder de compra do salário-mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo. Em 2004 quando lançamos o estudo “Mapa do fim da fome II”, baseando nas informações do Censo 2000, nossa linha de pobreza superava a linha de ½ salário-mínimo (a preços de 2000 era de R$ 75,50, com salário-mínimo de R$ 151,00, contra R$79,00 de nossa de pobreza), Apreços de 2011, nossa linha de pobreza equivale a pouco mais de ¼ de salário-mínimo, cerca de R$ 127,50 (salário-mínimo de R$ 510,00), contra R$ 140,00 de nossa linha, ajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Ou seja, do salário-mínimo com numerário falho em manter constante o poder de compra ao longo do tempo, que seria uma motivação inicial para seu uso como linha de pobreza absoluta. O uso do salário-mínimo, em geral, não vem acompanhante de diferente da pobreza absoluta. O uso do salário-mínimo, em geral, não vem acompanhado de diferenciadores do custo de vida regional, conforme usado em nossos índices de classes econômicas e de pobreza. (Neri, p. 81. 2011).

Na terceira consideração vemos que não se faz uso do salário mínimo para, pois nos últimos anos, pois a nossa linha de pobreza se aproxima muito, em alguns anos até mesmo em metade do valor do salário-mínimo. O que se constata uma falha do governo em possibilitar uma melhor condição de econômica, ao se falar em poder de compra, para a sua população.

Quadro 1. - Definição das classes econômicas
Renda domiciliar total as fontes
Limites (preços de 2011)

	Inferior	Superior
Classe E	R$ 0	R$ 751,00
Classe D	R$ 751	R$ 1.200,00
Classe C	R$ 1.200,00	R$ 5.174,00
Classe AB	R$ 5.174,00	

Fonte: Neri, Marcelo p.82, 2011.

No quadro acima estão estabelecidos os valores para a definição das classes econômicas brasileiras. Esse quadro foi feito no ano de 2011 por Marcelo Neri. Nele pode notar que o valor para se definir a classe média é inferior ao do salário-mínimo.

2 MERCADO DE TRABALHO

Segundo Marcelo Neri (Neri, 2011) existe três formas de inserção ao mercado de trabalho brasileiro: trabalho com carteira assinada, sem carteira assinada e por conta própria.

O mercado com carteira assinada é regido por leis trabalhistas enquanto as outras duas não possuem ou são regulamentadas por leis. Porém trabalhar sem carteira assinada é diferente do que trabalha por contra própria, já que na primeira os trabalhadores sem salário, mas não está regulamentado e na segunda, o trabalhador não participa do mercado, pois não oferta mão de obra sendo que seus ganhos são feitos através de ofertas de serviços e produtos.

> Os trabalhadores de salário de base respondem atualmente pela metade do total de ocupações no Brasil; desse universo, mais de 75% são assalariados, dos quais dois de cada três possuem carteira assinada.
> Depois do interregno na expansão do emprego assalariado formal ocorrido na década de 1990, a formalização das ocupações de salário de base dos últimos quarenta anos.
> Além disso, percebe-se também a força da expressão das ocupações de maios escolaridade no período recente. Na década de 2000, o Brasil gerou 14,7% milhões de ocupações para trabalhadores de salário de base acima de 9 anos de estudos contra 3,9 milhões nos anos 1990 e 3,7 milhões na década de 1980. Já com relação aos trabalhadores de sua redução absoluta e relativa. Nos anos 1990, houve a redução de 1,7 milhão na década de 2000. Ou seja, uma queda de 3,2 milhões de postos de trabalhos em duas décadas.
> Em função disso, a composição dos trabalhadores de salário de base no Brasil se alterou profundamente. Em 2009, 43% dos ocupados possuíam mais de 9 anos de escolaridade, em comparação com apenas 9% em 1979, 15,1% em 1989 e 23% em 1999. (PORCHMANN, p. 39 e 40, 2012).

Pode-se confirmar aqui que houve mudanças nas condições de trabalho no Brasil mais da metade da população hoje para o país metade o do poder de compra. Além disso, a condição educacional das pessoas que ocupam postos de trabalho formalizado também melhorou muito.

> Também se verifica uma profunda modificação na composição dos trabalhadores de salários de base segundo a faixa estaria. Os ocupados com mais de 35 anos respondem por 49% do total dos trabalhadores de salário de base em 2009, ao passo que em 1979 representavam 37%. Do mesmo modo que se registra o processo de envelhecimento dos ocupados na base da pirâmide social brasileira, ocorre a redução dos mais jovens, pois os números de ocupação com até 24 anos de idade reduziu relativamente de 39,4% em 1979, para 24%, em 2009.
> No quesito gênero sexual, a composição dos ocupados de salários de base segue modificando-se com o passar dos anos tendo em vista que a presença feminina no total dos ocupados de baixa remuneração tem crescido. Em 2009, por exemplo, a cada dois ocupados de salários de base, um é mulher, ao passo que, em 1979, o sexo feminino representava apenas um terço dos trabalhadores de reduzida remuneração.

> Da mesma forma, em relação a composição dos trabalhadores de salário de base segundo raça/etnia, percebe-se a passagem para a condição de maioria dos ocupados não brancos. Em 2000, os trabalhadores não brancos eram mais de 57% do total da ocupação de baixa remuneração, ao passo que em 1979, eram menos de 50%.
> Transformação significativa pode ser observada na evolução da composição dos trabalhadores na base da pirâmide social. Em 2009, as ocupações agrícolas respondem por menos de 14% do total dos trabalhadores de baixa remuneração, ao passo que, em 1979, eram quase 30%. A indústria perde levemente a sua participação relativa, passando de 25,3% em 1979 para 23,% em 2009. Em 1999, havia sida reduzida para 20,8%.(PORCHMANN, p. 41, 42 e 43, 2012).

Observa-se aqui alguns aspectos sócio econômicos bem interessantes. O fato de que o numero de jovens no país está diminuindo, e claro aumento o numero de pessoas a chegar na terceira idade. O fato também é que as mulheres já comandam metade dos postos de trabalho e a população não branca com básico de base aumento ao longo dos anos.

3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA MELHORIA DAS CLASSES SOCIAIS

De acordo com Neri (Neri, 2011) a educação é uma política publica que afeta a vida de um individuo seja no aspecto de melhorias de vida ou em condições de acesso. A educação é a maneira de se alavancar a produtividade tanto do trabalhador quanto do empregado quanto da empresa.

> Obviamente a politica educacional não deve se guiar pela bússola da equidade ou mesmo, da eficiência agregada coletiva é preciso avaliar os impactos da educação em transformar a vida de quem a recebe. Caso contrário, uma escola para pobres de qualidade duvidosa e de alto custo poderia ser eleita como norte.
> A hierarquia educacional se reflete na hierarquia trabalhista, leia-se ocupação e salários. Indo desde os R$ 329,00 de salário dos analfabetos até os R$ 4.800,00 de salário médio daqueles que já frequentaram a pós-graduação. O ganho em média é de 15% adicional por ano completo do estudo, mas no primeiro da pós-graduação esse ganho corresponde a 42%. De acordo similar taxa de ocupação entre os extremos do aspecto educacional sobe de 60% para aqueles que nunca passaram de um ano de estudo, até 81,5% daqueles que já conheceram os bancos da pós-graduação. Mesmo quando comparamos pessoas com as mesmas características sócio demográficas – como sexo, idade, raça e geografia – menos a educação os salários dos universitários é 540% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação 308% maior. O que impressiona nesses dados é a regularidade do ranking com que cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista.
> Indo além da geração de renda, uma maior escolaridade da população impacta outros elementos da vida dos indivíduos como fecundidade entre outros. No caso da ação da vida dos indivíduos como de fecundidade, criminalidade entre outros. No caso da ação pública, deve-se atuar em que os retornos sociais são maiores que os retornos privados em função da operação de externalidade. A cada ano adicional de estudo a expectativas de vida sobe dois anos, o crescimento populacional cai 0,26 pontos percentuais (p.p.), as exportações aumentam 0,7 p.p. e o crescimento da renda per capita sobe 0,35 p.p.. É difícil imaginar investimento, social ou privado, mais rentável do que uma criança passar de ano aprendendo. (Neri, p. 170. 2011).

Bem ficou claro nesse trecho que a educação é uma política que se faz necessária quando o assunto é hierarquia trabalhista, uma vez que uma pessoa mais estudada passar a ter condições de vida em sentidos financeiros mais amplos quando esta tem um nível de escolaridade maior. Além de afetar na existência física da pessoa diretamente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porém apesar uma de ser uma classe em formação, tem se mostrado Podemos supor até o presente momento que a denominada classe média é uma categoria em ascensão na economia brasileira, porém a mesma necessita de alguns auxílios advindos do governo por se tratar de um grupo econômico em formação ainda não possuem uma mentalidade capitalista de desenvolvimento academiado e de desenvolvimento de seu produto ou serviços oferecidos para um mercado cada vez mais acirrado. Um mercado de consumo e serviço que só tende a crescer, e como os investimentos e recursos certos conseguiram uma grande e produtiva evolução econômica.

Com melhores condições de vida agora do que a anos atrás a classe média pode agora usufruir de bens consumo e serviços entes sequer imaginados, como obter computadores, televisão de ultima geração e qualidade e afins (eletroeletrônicos) além de eletrodomésticos representando os bens de consumo e realizar viagens, cuidar da vaidade indo a salões de beleza em uma frequência mais assídua representando o usufruto de serviços.

Talvez seja correto afirmar que esta classe tenha tendências a continuar se desenvolvendo e alavancando a economia por onde passa afinal se tem demanda, obviamente se criará ofertas para se possa supri-la.

REFERÊNCIAS

FECOMERCIOSP. Evolução da classe média e o seu impacto no varejo: diagnósticos e tendências. 2012. Disponível em: < http://www.fecomercio.com.br/arquivos/arquivo/economico/estudoclassemediafa35e192.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

G1. ECONOMIA. Classe média brasileira é o 18º maior "país" do mundo em consumo. 2014. Disponível em: < http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/classe-media-brasileira-e-o-18-maior-pais-do-mundo-em-consumo.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. Estrutura e formação de trabalhos acadêmicos. 3. Ed. (SP): Uni-FACEF, 2011. 73p.

PORCHAMANN, Marcio. Nova Classe Média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira. 1. Ed. São Paulo. Boitempo, 2012.

Cuidar do cuidador: assistência à família no final da vida

O cuidado paliativo surge como uma filosofia humanitária de cuidar de pacientes em estado terminal, aliviando a sua dor e o sofrimento. A forma de encarar a morte modificou-se ao longo do tempo e, atualmente, este acontecimento causa certo pavor. Esse sentimento de pavor pode se agravar no caso de pacientes terminais, pois, além de terem que enfrentar uma gama de dificuldades relativas à doença que possuem, passam a lidar constantemente com a questão da morte. Estudo brasileiro evidenciou que o doente terminal passa a ser o foco de atenção e o cuidador familiar apresenta mais fatores de risco para o cansaço e o estresse diante da morte e da falta de apoio emocional e prático para o cuidado domiciliar. O oferecimento de uma assistência holística aos cuidadores familiares, por meio de uma equipe multidisciplinar, consiste em uma função essencial dos cuidados paliativos. O objetivo da presente pesquisa é investigar a conduta dos profissionais da saúde, envolvidos diretamente com os pacientes terminais em tratamento, diante da morte e do morrer, identificando o diferencial que pode se estabelecer para uma melhor preparação desta equipe, para que exista uma 'boa morte' e um menor grau de sofrimento para a família. A pesquisa vai se configurar na perspectiva qualitativa. O universo da pesquisa será constituído pelo Hospital Regional do Câncer (HRC) localizado na cidade de Passos, estado de Minas Gerais. Os sujeitos da pesquisa serão: equipe multiprofissional que atua no HRC de Passos, Minas Gerais; equipe multiprofissional que atua no HC IV do INCA, Rio de Janeiro; familiares em luto antecipatório. A definição da amostra será correspondente à quantidade de profissionais e pacientes no período da pesquisa. Este estudo iniciar-se-á com um levantamento bibliográfico e com uma pesquisa documental. A produção dos dados terá como instrumento principal o emprego de entrevistas semi-estruturadas (audiogravação) com roteiro pré-estabelecido e questionários estruturados. Os dados produzidos serão analisados por intermédio de uma análise interpretativa dos mesmos, já que uma interpretação dos dados é possível. A análise dos dados será do tipo inferencial, a partir de uma interpretação dos dados produzidos por meio da transcrição das audiogravações (entrevistas) e dos questionários aplicados.

100-2420

Rosely de Melo Grillo
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Campus Franca
roselymgs@ig.com.br

Ana Cristina Nassif Soares
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – Campus Franca
anassif@netsite.com.br

PALAVRAS-CHAVES:Câncer; Cuidados Paliativos; Morte; Luto; Família.

I. REVISÃO TEÓRICA

1.1 A morte e o morrer

Desde os primórdios da civilização que o nascimento e a morte despertam no ser humano uma grande curiosidade e inquietação. A morte, assim como a doença e o sofrimento, são partes integrantes da condição humana.

A ideia de morte encontra-se presente na existência humana e, com ela, um conjunto de concepções relacionado às experiências, histórias de vida e vivências de cada indivíduo numa dada cultura. Deste modo, os significados atribuídos individualmente à morte estão distantes de serem unívocos, uma vez que se relaciona à idade, às experiências familiares diante das perdas, à crença religiosa ou fé, à cultura, bem como a convicções e valores pessoais e sociais (KOVÁCS, 2002).

> As ciências do homem negligenciam sempre a morte. Contentam-se em reconhecer o homem pelo utensílio (*Homo Faber*), pelo cérebro (*Homo Sapiens*) e pela linguagem (*Homo Loquax*). Contudo, q especíe humana é a única para a qual a morte está presente durante a vida, a única que faz acompanhar a morte de ritos fúnebres, a única que crê na sobrevivência ou no renascimento dos mortos. (MORIN, 1976, p. 13)

A morte pode ser definida como a cessação definitiva da vida (LOVISOLO, 1993). O morrer como o intervalo entre o momento em que a doença se torna irreversível e o êxito letal. A morte é a cessação das funções vitais do organismo, o fim da vida ou extinção do processo homeostático de um organismo.

Na Grécia antiga, acreditava-se que a morte ocorria por uma necessidade da natureza. Os romanos enterravam seus mortos em tumbas isoladas e os temiam, por isso realizavam sacrifícios para impedir que retornassem à vida. Na idade antiga, surgiram os ritos familiares para a morte que eram presenciados pela

comunidade. O moribundo encarava seu fim próximo com calma, pois morrer era o destino coletivo e mantinha um papel ativo diante da sua morte (ZAIDHAFT, 1990).

A partir do século V, surgiram os primeiros cemitérios junto às igrejas cristãs. Esses cemitérios tornaram-se o centro da vida social, tinham o papel da praça pública, eram os lugares dos julgamentos, das execuções, dos encontros amorosos, das feiras públicas, etc. Na Idade Média, enquanto os pobres eram colocados em covas coletivas e seus ossos serviam para alimentar animais, os nobres eram enterrados dentro das igrejas. Já no século XVI, o cemitério começa a perder o seu caráter de centro da vida social e a morte passa a ser encarada como o fim da vida terrestre. Como fruto do Renascimento e da separação corpo/alma, que torna o corpo e a morte objetos de estudo, o cadáver passa a ser disputado para a pesquisa médica (ZAIDHAFT, 1990).

No século XVII, os mortos eram vistos com indiferença o que permitia que o seu corpo se tornasse um objeto de estudo. O médico no século XVI era considerado impotente diante da morte e, até o século XIX, a sua única função em relação à morte era a de espectador. A partir do século XVIII um novo papel começa a ser atribuído ao médico que passa a lutar contra a morte, e a Medicina passa a ter o papel de prolongar a vida (ZAIDHAFT, 1990).

Ao longo dos tempos, o olhar do homem sobre a morte, tanto dele próprio quanto do outro, passou por diversas transformações. Ariès esclarece que:

> A câmara do moribundo convertia-se então em lugar público. A entrada era livre... Os transeuntes que encontravam na rua o pequeno cortejo do sacerdote com o viático acompanhavam-no e entravam atrás dele no quarto do doente. (1981, p. 24)

Durante o século XIX a morte é vista como uma transgressão ao afeto e à união ao tirar o homem de sua vida cotidiana. Nessa fase, gerava sentimentos de melancolia. O sentimento de morte como fracasso ainda não era uma característica desse período. Somente em meados do século XX é que a cume da morte passa a ser vista como algo que deve ser escondido enquanto for possível. Ariès coloca que:

> O círculo de relações do moribundo tende a poupá-lo, escondendo a gravidade do seu estado; admite-se, porém, que a dissimulação não pode durar muito tempo e o doente acaba por saber, mas nesse caso os parentes não têm já a coragem cruel de serem eles mesmos a dizer a verdade. (1981, p. 55)

A partir da Primeira Guerra Mundial, o médico transformou-se em herói na luta contra a morte. Todavia, essa luta em determinadas ocasiões, tornar-se impossível e o médico passa a sentir-se impotente. Pode ser constatado que há uma estreita correlação entre religião, medicina e ética. Na Europa, do início da era cristã até o final do século XVI, a influência do cristianismo sobre a ética de compaixão pelos doentes e responsabilidade pelos pobres se manifestou institucionalmente na fundação e manutenção de hospitais (MARTIN, 1993).

Hospitalis é uma palavra latina que significa o que hospeda ou dá agasalho. Nos dias de hoje, hospital é definido como uma instituição destinada ao tratamento, cuidado e cura dos doentes e feridos, para o estudo das doenças e para o treinamento de médicos e enfermeiras. É comumente, considerado o centro do sistema de atenção à saúde e está entre as mais complexas e dinâmicas instituições da nossa sociedade (SHUTZ e JOHNSON, 1990).

No século XX, a morte modernizada pode ser qualificada por 5 (cinco) características: um ato prolongado gerado pelo desenvolvimento tecnológico, um fato científico gerado pelo aperfeiçoamento da monitoração, um fato passivo já que as decisões pertencem aos médicos e aos familiares e não ao enfermo, um ato profano por não atender a crenças e a valores do paciente e finalmente um fato de isolamento já que o ser humano morre socialmente em solidão (MORITZ, 2002).

Nas ultimas décadas, assistimos ao envelhecimento progressivo da população, assim como ao aumento da prevalência de câncer e outras doenças crônicas. Em contrapartida, o avanço tecnológico alcançado principalmente a partir da segunda metade do século XX, associado ao desenvolvimento da terapêutica, fez com que muitas doenças mortais se transformassem em crônicas, levando a longevidade de seus portadores. Apesar dos esforços dos pesquisadores e do conhecimento acumulado, a morte continua sendo uma certeza e ameaça o ideal de cura e preservação da vida.

Campos (1995) lembra que os indivíduos em nossa sociedade aparentam não possuir suporte emocional para a notícia referente a uma doença grave, pois a morte é sinônimo de uma experiência desconhecida e muitos não apresentam uma preparação para enfrentá-la. Esse fato é bastante comum em nossa cultura ocidental, onde a morte é encarada como o fim de tudo e onde há uma supervalorização da vida. Para Kübler-Ross (2005), a morte, atualmente é vista como um acontecimento trágico.

1.2 Cuidados paliativos

Nas fases iniciais do câncer, o tratamento geralmente é agressivo, com objetivo de cura ou remissão, e isso é compartilhado com o doente e sua família de maneira otimista. Quando a doença já se apresenta em estágio avançado ou evolui para esta condição mesmo durante o tratamento com intenção curativa, a abordagem paliativa entra em cena no manejo dos sintomas de difícil controle e de alguns aspectos psicossociais associados à doença. Na fase terminal, em que o paciente tem pouco tempo de vida, o tratamento paliativo se impõe para, através de seus procedimentos, garantir qualidade de vida.

O cuidado paliativo se confunde historicamente com o termo *hospice*, que definia abrigos (hospedarias) destinados a receber e cuidar de peregrinos e viajantes. O relato mais antigo remonta ao século V, quando Fabíola, discípula de São Jerônimo, cuidava de viajantes vindos da Ásia, da África e dos países do leste, no Hospício do Porto de Roma. Varias instituições de caridade surgiram na Europa no século XVII, abrigando pobres, órfãos e doentes. Essa prática se propagou com organizações religiosas católicas e protestantes que, no século XIX, passaram a ter características de hospitais. (ANCP, 2009)

> O Movimento *Hospice* Moderno foi introduzido pela inglesa Cicely Saunders, com formação humanista e médica, que em 1967 fundou o St. *Christopher's Hospice*, cuja estrutura não só permitiu a assistência aos doentes, mas o desenvolvimento de ensino e pesquisa, recebendo bolsistas de vários países (PESSINI, 1996, p. 7) (grifos do autor).

Na década de 1970, o encontro de Cicely Saunders com Elisabeth Kluber-Ross, nos Estados Unidos, fez com que o Movimento *hospice* também crescesse naquele país.

> Em 1982, o Comitê de Câncer da Organização Mundial da Saúde (OMS) criou um grupo de trabalho responsável por definir políticas para o alívio da dor e cuidados do tipo *hospice* que fossem recomendados em todos os países para pacientes com câncer. O termo cuidados paliativos, já utilizado no Canadá, passou a ser adotado pela OMS devido a dificuldade de tradução adequada do termo *hospice* em alguns idiomas (CREMESP, 2008, p. 18).

No Brasil, iniciativas isoladas e discussões a respeito dos cuidados paliativos são encontradas desde os anos 1970. Foi nos anos 1990 que começaram a aparecer os primeiros serviços organizados, ainda de forma experimental. Ressaltamos o pioneirismo do Prof. Dr. Marco Túlio de Assis Figueiredo, que abriu os primeiros cursos e atendimentos com filosofia paliativista na Escola Paulista de Medicina (UNIFESP/EPM). Outro serviço importante e pioneiro no Brasil é o do Instituto Nacional do Câncer (INCA), do Ministério da Saúde, que inaugurou em 1998 o hospital Unidade IV, exclusivamente dedicado aos Cuidados Paliativos.

A OMS publicou sua primeira definição de cuidados paliativos em 1990: "cuidado ativo e total para pacientes cuja doença não é responsiva a tratamento de cura. O controle da dor, de outros sintomas e de problemas psicossociais e espirituais é primordial. O objetivo do cuidado paliativo é proporcionar a melhor qualidade de vida possível para pacientes e familiares". Essa definição foi revisada em 2002. (ANCP, 2009, p.15). Ainda,

> Segundo a definição da OMS, revista em 2002, Cuidado Paliativo é "uma abordagem que promove a qualidade de vida de pacientes e seus familiares, que enfrentam doenças que ameacem a continuidade da vida, por meio da prevenção e do alivio do sofrimento. Requer identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual". (ANCP, 2009, p. 16)

"O cuidado paliativo não se baseia em protocolos, mas em princípios. Não se fala mais em terminalidade, mas em doença que ameaça a vida." (ANCP, 2009, p. 16) Indica-se o cuidado paliativo desde o diagnóstico, ampliando o campo de atuação. Não se fala também em impossibilidade de cura, mas na possibilidade ou não de tratamento modificador da doença, afastando dessa forma a ideia de "não ter mais nada a fazer". Pela primeira vez, uma abordagem inclui a espiritualidade entre as dimensões do ser humano. (ANCP, 2009)

1.3 O luto antecipatório e a família

Luto é uma palavra derivada do latim *Luctus* e significa morte, perda, dor e mágoa. O luto é uma experiência individual e depende do nível de desenvolvimento de cada um, da sua personalidade e características pessoais, experiências anteriores, da cultura e da adaptabilidade às situações. Todas as definições do processo de luto giram em

torno de um sentimento individual de perda ou tristeza. O processo de luto trata de conciliar os sentimentos pessoais de perda. É a maneira como se desenvolve uma paz consigo mesmo e se inicia uma nova vida.

As primeiras visões sobre luto mostram um fenômeno entendido como causa potencial de doença física ou mental. É importante observar como se deu a evolução desse conceito; até os dias atuais, se define o luto como um processo normal e esperado em consequência do rompimento de um vínculo.

Parkes (apud CREMESP, 2008), ao fazer uma revisão histórica sobre o estudo do luto, nos conta que, em 1621, o médico Robert Burton publicou *The Anatomy of Melancholie,* obra na qual apresenta o pesar como sintoma e causa principal da melancolia ou daquilo que, modernamente, chamamos de depressão clínica. Nos séculos XVII e XVIII, o luto era considerado causa de morte e prescreviam-se medicações para o chamado luto patológico. Em 1835, Benjamin Rush, médico americano, receitava ópio para enlutados e considerava que aqueles que morriam de problemas cardíacos tinham como causa o que ele chamara de "coração partido".

Bolwby (1998) refere que o processo de luto começa a partir do momento em que é dado o diagnóstico, iniciando então o que chamamos de luto antecipatório, ou seja, é iniciado um luto pela pessoa viva, mas a sua perda já é sentida. Há um luto pela pessoa que não apresenta mais as mesmas características de quando estava saudável. (KOVÁCS, 2008).

O processo vivido pelo paciente e sua família entre o período de diagnóstico, evolução da doença, progressiva ameaça de perda e a morte propriamente dita denomina-se de luto antecipatório.

A respeito da morte, Carter e McGoldrick (1995) elucidam que este tema ainda é apresentado como um tabu no campo da teoria de família, justificando o fato de que a morte impõe desafios adaptativos muito dolorosos à família, tanto na visão de sistema, como para seus membros individualmente, pois apresentam repercussões em todos os seus demais relacionamentos.

Mas, o que é família? A palavra família deriva do latim *famulus* que significa doméstico, servidores ou escravos. O conceito de família tradicional era composta por um matrimônio e filhos. Para definir de forma extensa o conceito de família podemos falar que é um conjunto de pessoas que moram no mesmo teto que estão organizados e contam com regras e normas para o correto funcionamento dela, além de contar com vínculos afetivos ou consanguíneos.

Segundo a sociologia a família é um conjunto de pessoas que se encontram unidos por laços de parentesco. Estes laços podem ser de dois tipos: vínculos por afinidade como o casal e consanguíneos como a filiação entre pais e filhos.

A família apresenta-se como um sistema constituído por vínculos afetivos, sociais e econômicos, os quais compõem uma dinâmica específica, passível de mudanças em diversos momentos da vida de seus membros, exigindo deles estratégias capazes de se reequilibrar aos diversos tipos de situações. (LEAL et al, 2009).

Para Nichols e Schwartz (2007), quando pensamos no ciclo de vida do ser humano, pensamos nos indivíduos se movendo ao longo do tempo, podendo essas mudanças e transformações se dar de forma ordenada, não regular, porém de forma contínua. Já no ciclo de vida familiar, as famílias necessitam se reorganizarem para acomodarem as mudanças no ciclo individual de cada membro. Na mudança no ciclo de vida familiar há impacto em todos os membros, necessitando reajuste de toda a família.

A família constitui um dos núcleos centrais na formação de crenças, valores, conhecimentos do indivíduo e, em geral, quando um indivíduo adoece, toda a família adoece, sofrendo e sentindo as consequências desse momento vivenciado. (INOCENTI, RODRIGUES e MIASSO, 2009). Para os autores, a família sofre com o adoecer e com a proximidade de morte do seu familiar, vindo à tona as questões a respeito da vivência do cuidador durante o cuidado com o paciente fora de possibilidade de cura.

A fase terminal do paciente é representada por perspectivas de regressão da doença esgotadas. No entanto, é mais frequente que as pessoas só comecem a pensar na morte pouco antes de morrer. A sociedade exalta a saúde, a vida e a mocidade, já a morte é um assunto em geral evitado. Ela é com frequência negada, mesmo quando iminente. Apesar disso, a morte não é uma ocorrência rara nas enfermarias dos hospitais ou entre a população enferma na comunidade. Durante a fase terminal, o paciente e sua família esgotam todas as suas perspectivas de regressão da doença.

Silva et. al (2010), no que se refere à família com presença de um quadro terminal em um de seus membros, coloca que esta situação gera no cotidiano da família a necessidade de uma nova organização em função do tratamento, que se constitui em momento de grande ruptura dos laços familiares. A família experimenta a desorganização de suas rotinas e um forte sofrimento gerado pela convivência limitada, gerando desta forma uma desestruturação familiar.

Frente à morte ou a sua possibilidade, aparecem desafios adaptativos comuns, exigindo a reorganização imediata e em longo prazo dentro do sistema familiar, assim como mudanças nas definições de identidade e objetivos da família. Potter e Perry (2002) mencionam que, a partir do momento em que a família começa a conviver com o familiar doente e se envolve com os cuidados diários, os sentimentos de medo, negação e desespero acabam se transformando em aceitação.

Receber o diagnóstico de uma enfermidade como câncer ou qualquer outra doença grave é um choque tanto para o paciente como para sua família. Em geral, não se está preparado para encarar a morte, por mais que ela seja a única certeza que o ser humano tenha na vida. Aparece uma cascata de sentimentos confusos como o próprio medo da morte, o desconhecimento da doença e o que será dali para frente. Em muitos casos, o paciente recorre aos tratamentos tradicionais, às internações, até que não reste mais nada a fazer.

Ao tratar dos diferentes estágios vivenciados pelo paciente terminal, Kübler-Ross (2005) desenvolve algumas considerações sobre o papel da família no processo da morte. Um dos argumentos é de que a família não sabe como lidar com a morte. Neste sentido, a autora ressalta que, ao receber a notícia da provável morte de um ente querido, a reação manifesta pela família tanto pode contribuir para que o mesmo se revolte ou aceite sua condição. Quanto a isso, ela coloca que:

> Se não levarmos em conta a família do paciente terminal, não poderemos ajudá-lo com eficácia, os familiares desempenham um papel preponderante, e suas reações muito contribuem para a própria reação do paciente. (KÜBLER-ROSS, 2005, p. 163)

Nesse contexto, cabe à equipe de profissionais que atua com cuidados paliativos contribuir para que as famílias e os pacientes compartilhem seus sentimentos uns com os outros e fortaleçam os laços que existem entre eles. Em geral, há uma tendência de afastamento, de um lado, o paciente não quer incomodar a família e, de outro, a família não quer acompanhar o paciente para que ele não sinta que seu fim está próximo.

Os profissionais da saúde, na atualidade, cresceram em uma sociedade que evita as questões relativas à morte. Na maioria dos serviços públicos, como as escolas e os hospitais, quase nunca são abordadas as questões essenciais relativas à morte a ao sentido da vida (HENNEZEL e LELOUP, 1999). Historicamente, as profissões da área da saúde são definidas como aquelas destinadas a Promover a Saúde.

O oferecimento de uma assistência holística aos cuidadores familiares, por meio de uma equipe multidisciplinar, consiste em uma função essencial dos cuidados paliativos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, os cuidados paliativos são direcionados a pacientes, e seus familiares, que enfrentam uma doença ameaçadora à vida/doença terminal, visando o estabelecimento do cuidado que não acelere a chegada da morte, nem a prolongue com meios desproporcionais. Os cuidados paliativos devem proporcionar o alívio da dor e de outros sintomas; oferecer apoio espiritual e psicológico; fornecer uma rede de apoio para que o paciente possa ter uma vida ativa até que a morte sobrevenha e, também, dar apoio à família para que ela possa enfrentar a doença e o período de luto.

A literatura revela que os cuidadores familiares parecem lidar melhor com o luto após a morte de um ente querido se o apoio suficiente é fornecido em casa durante o estágio paliativo da doença (NEERGAARD et al, 2008).

A esse respeito, estudo brasileiro evidenciou que o doente terminal passa a ser o foco de atenção e o cuidador familiar apresenta mais fatores de risco para o cansaço e o estresse diante da morte e da falta de apoio emocional e prático para o cuidado domiciliar (FERREIRA, SOUZA E STUCHI, 2008).

Todos os aspectos descritos apontam para a necessidade de os profissionais da saúde efetivar a família como parceira e alvo no cuidado do paciente e incluí-la como sujeito de pesquisa, favorecendo assim, a compreensão do paciente em sua singularidade.

1.4 Instituto Nacional de Câncer (INCA)

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) é um órgão brasileiro vinculado ao Ministério da Saúde, e à Secretaria de Atenção à Saúde, auxiliando no desenvolvimento e coordenação de ações integradas para a prevenção e controle do câncer no Brasil. (INCA, 2013)

Tais ações são de caráter multidisciplinar e compreendem a assistência médico-hospitalar, prestada direta e gratuitamente aos pacientes com câncer, no âmbito do SUS, e a atuação em áreas estratégicas como a prevenção e a detecção precoce, a formação de profissionais especializados, o desenvolvimento da pesquisa e a informação epidemiológica. Todas as atividades do INCA têm como objetivo reduzir a incidência e mortalidade causada pelo câncer no Brasil. (INCA, 2013)

O INCA recebe o apoio da Fundação do Câncer, entidade privada sem fins lucrativos, criada em 1991, com a finalidade de colaborar com o Instituto em todas as suas áreas de atuação. Sua principal receita vem do Sistema Único de Saúde (SUS), que remunera os serviços de assistência oncológica prestados pelo Instituto. (INCA, 2013)

Coordena vários programas nacionais para o controle do câncer e está equipado com o mais moderno parque público de diagnóstico por imagem da América Latina, o Centro de Pesquisa em Imagem Molecular, inaugurado em outubro de 2009. O modelo de gestão participativa e compartilhada foi implementado na instituição e está em vigor desde 2004. (INCA, 2013)

Conta com um hospital destinado aos cuidados paliativos onde o atendimento iniciou-se em 1986, no Hospital do Câncer II, através do Programa de Atendimento ao Paciente Fora de Possibilidade Terapêutica. Em 1989,

em razão do crescimento no número de pacientes atendidos, o programa foi transformado em serviço Suporte Terapêutico Oncológico (STO) e ampliou suas atividades para um programa de visitas domiciliares. Em 1990 foi criado o Grupo Especial de Suporte Terapêutico Oncológico (Gesto), entidade filantrópica que dava apoio financeiro ao STO.

Em 1991, o INCA inaugurou o primeiro serviço de Cuidados Paliativos do Hospital do Câncer I. Com a proposta de trabalho cada vez mais consolidada, em 1998 foi construída e inaugurada a Unidade de Cuidados Paliativos do INCA, inicialmente chamada de Centro de Suporte Terapêutico Oncológico (CSTO). (INCA, 2013)

Em 2004, a unidade recebeu o nome de Hospital do Câncer IV (HC IV), unificando a nomenclatura dos hospitais do INCA, por solicitação dos próprios pacientes e familiares que se sentiam excluídos da Instituição, quando de seu encaminhamento para os Cuidados Paliativos. (INCA, 2013)

O HC IV é a unidade de Cuidados Paliativos do INCA, responsável pelo atendimento ativo e integral aos pacientes do Instituto portadores de câncer avançado, sem possibilidades de cura. Tem como missão promover e prover cuidados paliativos oncológicos da mais alta qualidade, com habilidade técnica e humanitária, com foco na obtenção da melhor qualidade de vida a seus pacientes e familiares. (INCA, 2013)

A Unidade trabalha com equipes multiprofissionais e conta com estrutura para a prestação de consultas ambulatoriais, visitas domiciliares, internação e serviço de pronto atendimento. Com o objetivo de facilitar a permanência do paciente em casa, o hospital disponibiliza material de conforto e medicamentos para o controle de sintomas e bem-estar. Além do trabalho assistencial, o HC IV promove a formação e o treinamento de profissionais na área de Cuidados Paliativos e realiza atividades educativas junto aos cuidadores e/ou familiares que assistirão o paciente em casa. (INCA, 2013)

II. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de analisar o serviço prestado pelo Hospital Regional do Câncer de Passos (HRC), no que concerne ao atendimento à família frente ao luto antecipatório. Ressalta-se, portanto, que esta pesquisa é inovadora, uma vez que ainda não há pesquisas realizadas com esta temática no HRC.

De resto, este estudo possibilitará a caracterização dos cuidados paliativos, seus avanços e peculiaridades; o impacto no ciclo familiar do luto antecipatório; o serviço de uma unidade base (INCA) e o atendimento desenvolvido pela equipe multiprofissional do HRC em relação à assistência dada à família do paciente no final da vida. Contribuindo assim, para que o HRC se consolide na área dos cuidados paliativos.

III. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

O objetivo da presente pesquisa é investigar a conduta dos profissionais da saúde, envolvidos diretamente com os pacientes terminais em tratamento, diante da morte e do morrer, identificando o diferencial que pode se estabelecer para uma melhor preparação desta equipe, para que exista uma 'boa morte' e um menor grau de sofrimento para a família.

3.2. Objetivos específicos

- ✓ Identificar e compreender os impactos engendrados pelo luto antecipatório na família;
- ✓ Arrolar e analisar as principais intervenções da equipe multidisciplinar do HRC, no que concerne ao luto antecipatório, à morte e ao morrer diante a família do paciente terminal;
- ✓ Realizar um estudo comparativo entre um serviço de cuidados paliativos consolidados pelo INCA e o serviço realizado pelo HRC.

IV. METODOLOGIA

4.1. Procedimentos metodológicos: pesquisa qualitativa

Entende-se a pesquisa como a principal atividade acadêmica, pois é por meio do conhecimento adquirido, isto é, a partir dessa experiência que se pode formular um pensamento crítico e renovador a respeito do tema em estudo.

> Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma dúvida ou problema. Em se tratando de Ciência a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não gosto de dizer que se

> faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é, portanto, o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento. (BELLO, 2005, p.16)

Opta-se por trazer o pensamento de Pedro Demo quando alude que: "[...] embora a metodologia não deva ser supervalorizada, por ser apenas uma disciplina instrumental, desempenha papel decisivo na formação do cientista, à medida que o faz consciente de seus limites e de suas possibilidades." (DEMO, 1981)

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objeto a família do paciente terminal, bem como as intervenções da equipe multidisciplinar atinente ao luto. Objetiva-se analisar e descrever as práticas que se efetivam no cotidiano dos profissionais de saúde do HRC em relação à família do paciente terminal.

Para tanto, a pesquisa será desenvolvida na linha metodológica da Pesquisa Qualitativa que tem seu referencial na metodologia da Pesquisa Social, viabilizando a participação ativa do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa, na constituição do conhecimento.

> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissolúvel entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerente e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1991, 79)

Nossa pesquisa vai se configurando na perspectiva qualitativa porque a temática a faz emergir da prática dos profissionais de saúde do HRC, tendo a pesquisadora à função primordial de identificar os aspectos que possam ser úteis para a análise do objeto em estudo.

4.2. Lócus da pesquisa

O universo da pesquisa será constituído pelo Hospital Regional do Câncer (HRC) localizado na cidade de Passos, estado de Minas Gerais. O município atualmente computa aproximadamente 107.619 habitantes, sua economia baseia-se principalmente no agronegócio, em pequenas indústrias de confecções e móveis, além de um forte setor de serviços, por ser um pólo regional.

A escolha pela cidade de Passos, como lócus privilegiado da pesquisa, justifica-se porque a pesquisadora reside neste município e desenvolveu vários trabalhos dentro da área de saúde.

4.3. Sujeitos

1. Equipe multiprofissional que atua no HRC de Passos, Minas Gerais. A definição da amostra será referente à quantidade de profissionais no período da pesquisa.
2. Equipe multiprofissional que atua no HC IV do INCA, Rio de Janeiro. A definição da amostra será relativa à quantidade de profissionais no período da pesquisa.
3. Familiares em luto antecipatório. A definição da amostra será correspondente à quantidade de pacientes no período da pesquisa.

4.4. Instrumentais para a pesquisa

Este estudo iniciar-se-á com um levantamento bibliográfico e com uma pesquisa documental, realizados a partir de um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados acerca do tema escolhido.

Enfatiza-se que a pesquisa bibliográfica abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, assim como aqueles inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999).

A produção dos dados terá como instrumento principal o emprego de entrevistas semi-estruturadas (audiogravação) com roteiro pré-estabelecido e questionários estruturados.

4.5. Forma de análise dos dados

Os dados produzidos serão analisados por intermédio de uma análise interpretativa dos mesmos, já que uma interpretação dos dados é possível. A análise dos dados será do tipo inferencial, a partir de uma interpretação dos dados produzidos por meio da transcrição das audiogravações (entrevistas) e dos questionários aplicados.

Entendemos que para um conjunto de dados uma interpretação seja possível. Dessa forma, apresentamos para a análise a nossa interpretação.

V. RESULTADOS ESPERADOS

A morte faz parte da existência humana tanto quanto o nascimento, o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo. No entanto, nossa sociedade ainda a nega, não apresentando suporte cultural para ajudar as famílias em seu processo de adaptação diante da perda. Estabelecer o equilíbrio durante o processo de terminalidade de um familiar é uma das tarefas mais difíceis que uma família pode enfrentar.

A produção teórica resulta da investigação da prática e conduta dos profissionais da saúde, que atuam com os pacientes terminais em tratamento no Hospital Regional do Câncer de Passos/MG (HRC), diante da morte e do morrer.

A presente pesquisa anseia conhecer o impacto gerado no ciclo da vida familiar, assim como as principais intervenções utilizadas pela equipe multiprofissional em relação ao luto antecipatório na família diante da presença de um quadro terminal em um de seus membros.

Busca-se, com esse trabalho, a possibilidade de construir um diferencial que pode se estabelecer para uma melhor preparação da equipe frente à morte, para que esta aconteça de forma mais digna e com menor grau de sofrimento para a família.

Por meio da descrição e análise das questões com os sujeitos, objetiva-se provocar o esclarecimento do tema para a tomada de consciência dos próprios pesquisados das suas condições, a fim de elaborar os meios e estratégias de resolvê-los. Ainda, almeja-se ampliação da compreensão do tema estudado, bem como de posteriores intervenções profissionais que fortaleçam a formação dos profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

A. C. CAMARGO. Disponível em: <http://www.accamargo.org.br/>. Acesso em: 15 fev. 2010.
ABRALE. Disponível em: <http://www.abrale.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2011.
ABRASCO. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2010.
ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Famílias, redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2007.
ARIÉS, P. **Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989a.
_____. **O homem diante da morte.** Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v.1, 1989b.
ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da "sistematização da prática" em Serviço Social**.** In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2006.
AYRES, J. R. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 16-29, 2004.
BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, L. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
BELLO, J. L. P. **Metodologia científica:** manual para elaboração de textos acadêmicos, monografias, dissertações e teses. Trabalho realizado para fins de orientação e consulta dos estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Veiga de Almeida – Uva. Rio de Janeiro: Ed. UVA, 2005.
BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil.** São Paulo: Ática, 1996.
BOEMER M. R., ROSSI L.R.G., NASTARI R.R. A ideia da morte em unidade de terapia intensiva - Análise de depoimentos. In: CASSORLA RMS, editor. **Estudos Brasileiros da Morte.** Campinas: Papirus. p145-57, 1991.
BOLWBY, John. **Apego e perda:** tristeza e depressão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BRASIL. Decreto-lei n. 3.643, de 23 de setembro de 1941. Institui, no Departamento Nacional de Saúde o Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Nacional do Câncer e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 25 set. 1941. Seção I. p. 18558. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3643-23-setembro-1941-413887-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2012.
_____. Ministério da Saúde. **As cartas da promoção da saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenação de Prevenção e Vigilância.** A Situação do Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2006e.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais para os Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.** Brasília, DF, 2006a. (Série A. Normas e manuais técnicos).
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** Princípios e Diretrizes. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Instituto Nacional de Câncer. Controle do Câncer de Mama:** Documento do Consenso. Rio de Janeiro: INCA, 2004a.
_____. Ministério da Saúde. **Pacto pela Saúde –** Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: < http://portalweb04.saude.gov.br/sispacto > Acesso em: 12 jan. 2011.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria nº2439/GM de 08/12/2005.** Política Nacional de Atenção Oncológica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005b.
_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Saúde Brasil 2006:** uma análise da situação de saúde no Brasil. Brasília, DF, 2006. (Série G. Estatística e informação em saúde).
BRAVO, M. I. de S. **Serviço social e reforma sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez, 2000.
_____. **As políticas brasileiras de Seguridade Social:** saúde". In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise contemporânea, questão social e serviço social. Módulo 1, CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UNB, Brasília, 1999.
_____. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.
_____; MATOS, M. C. de. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, M. I. de S. (Org.). **Política social e democracia.** 2. ed. SãoPaulo: Cortez, 2002.
BRAVO; Reforma Sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, M. I. de S. et al. **Saúde e Serviço Social**. SãoPaulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004
CAMARGO, M. **Ética, vida e saúde.** 7. ed. Curitiba: Vozes, 1993.
CAMPOS, Terezinha Calil Padis. **Psicologia Hospitalar:** A atuação do psicólogo em hospitais. 1 ed. São Paulo: EPU, 1995.
CARTER, B.; McGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. et al. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, . p. 7-29, 1995.
CARVALHO, V. A. A vida que há na morte. In.: BROMBERG, M. H. P. et al. **Vida e morte:** laços da existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
CECILIO, L. C. O; MERHY, E. E. A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.). **Construção da integralidade:** cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: Ed. UERJ : IMS : Abrasco, 2003.
CFESS. **Atribuições do Assistente Social na Área da Saúde.** Brasília: Revista Teorias e Práticas, 2009.
CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.
COE, A. J. H. **A morte no século XIX e a transferência dos enterros das igrejas para os cemitérios em São Luís, 2005**. Disponível em: http://www.uema.br/revista_emfoco/anaisagostinho.htm. Acesso em: 08 out. 2013.
COHN, A.; ELIAS, P. E. **Saúde no Brasil políticas e organização de serviços.** 5. ed. SP: Cortez : CEDEC, 2003.
_____. **A saúde como direito e como serviço.** São Paulo: Cortez, 1991.
COSTA, M. D. H. **O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Serviço, n. 62, p.35-71, 2000.
CRESS, 6ª REGIÃO. **Coletânea de leis:** um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. 2 ed. Belo Horizonte: CRESS, 2003.
CRESS – 7ª Região, Comissão de Saúde / Grupo de Trabalho de Hospitais**. O Serviço Social em Hospitais:** Orientações Básicas. Rio de Janeiro, Maio/2003.
CRESS – 7ª Região, Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UERJ. **O Serviço Social Clínico e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Rio de Janeiro, Maio/2003.
DEMO, P. **Conhecimento moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.
_____. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981.
DONAGELO, M. C. F., PEREIRA, L. **Saúde e sociedade.** São Paulo: Duas Cidades, 1976.
EGGERS, S. A história do câncer em direção à cura. **Revista Hands,** São Paulo, v. 2, n. 10, p. 14-16, 2002.
ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L. A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L. et al. (org.), **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.
FERREIRA, J. O. P. Experiências e Qualidade de Vida de Mulheres Submetidas à Mastectomia na Cidade de João Pessoa-PB. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Saúde). Universidade Cruzeiro do Sul. São Paulo, 2011.
FERREIRA, N.M.L.A.; SOUZA, C.L.B.; STUCHI, Z. Cuidados paliativos e família. **Rev. Ciênc. Méd.** 17(1): 33-42, 2008.
FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/> Acesso em: 10 mai. 2011.
FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2003.
_____. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978 – 1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
França G.V. Bioética. **Rev Conselho Federal de Medicina.** Mai-Jun: 8-9, 2000.

GIACOIA, J. O. **A visão da morte ao longo do tempo.** Disponível em: http://www.fmrp.usp.br/revista/2005/vol38n1/1_a_visao_morte_longo_tempo Acesso em: 10 out. 2013.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.
_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.
GIACOIA, J. O. **A visão da morte ao longo do tempo.** Disponível em: http://www.fmrp.usp.br/revista/2005/vol38n1/1_a_visao_morte_longo_tempo Acesso em: 10 out. 2013.
GUTIRREZ, P. L. O que é o Paciente Terminal? **Revista da Associação Médica Brasileira**. v. 47, n. 2. ano 01, 2001.
HENNEZEL, M.; LELOUP, J.Y. **A arte de morrer.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Disponível em: <http:// www.inca.gov.br> Acesso em 16 out. 2013.
_____. **Estimativa 2012**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2011.
_____. Prevenção do câncer do colo do útero. Normas e recomendações do INCA. **Revista Brasileira de Cancerologia.** Rio de Janeiro: v.49, n.4, p.205, 2003.
_____. Ações de enfermagem para o controle do câncer. 3. ed. Rio de Janeiro: INCA, 2008.
INOCENTI, Aline; RODRIGUES, Inês. GIMENES; MIASSO, Adriana Inocenti. Vivências e Sentimentos do cuidador familiar do paciente oncológico em cuidados paliativos. **Rev. Eletr. Enf**. v. 11, n.4, p. 858-65., 2009**.** Disponível em <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n4/pdf/v11n4a11.pdf>. Acesso em 15 out. 2013.
KOVÁCS, Maria Júlia. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. **Paidéia.** Ribeirão Preto, v. 18, p. 457-468, 2008.
_____. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
Kübler-Ross, E. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiros, religiosos e aos seus próprios parentes.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
KLÜBER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho cientifico.** São Paulo: Atlas, 1989.
_____. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
LEAL, Dalila Teixeira; FIALHO, Flavia Andrade; DIAS, Ieda Maria Avila. Vargas; NASCIMENTO, Lílian do; ARRUDA, Wivian Cristiane. **Diabetes na infância e adolescência:** o enfrentamento da doença no cotidiano da família. 2009. Disponível em <http://ojs.hurevista.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/831/285> Acesso em 05 set. 2013.
LIPORONI, A. A. R. C. **Os caminhos da participação e do controle social na saúde:** estudo das realidades do Brasil e Espanha. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.
LOVISOLO E. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Larousse, 1993.
LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999. 108 p.
LUZ, M. T. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sau.html>. Acesso em: 20 de Julho de 2013.
_____. Cultura Contemporânea e Medicinas Alternativas: Novos Paradigmas em Saúde no Fim do Século XX. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 15(Suplemento):145-176, 2005.
MARANHÃO, J. L. S. **O que é morte**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
MARTIN, LM. **A ética médica diante do paciente terminal**. São Paulo: Santuário, 1993.
MARTINELLI, M. L. **Serviço social em hospital-escola:** um espaço diferenciado de ação profissional. Serviço Social e Saúde. Campinas: n. 1, p.1-11, 2002.
MARTINS, M. C. F. N. **Humanização das relações assistenciais:** a formação do profissional de saúde. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
MATTOS, R. A. **Cuidado prudente para uma vida decente.** In: PINHEIRO, R. (Org.). Cuidado: as fronteiras da integralidade. Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2004. p.119 - 131.
MEDEIROS, F. A. **Informação para a comunidade:** estratégia para a intervenção do Serviço Social. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade, 1991.
MELLO, Lucrécia Stringhetta. **Pesquisa Interdisciplinar: um processo em constru(a)ção.** São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 1999.
MENDES, Juliane Alacaires; LUSTOSA, Maria Alice; ANDRADE, Maria Clara Mello. Paciente terminal, família e equipe de saúde. **Revista da SPBH,** Rio de Janeiro, v.12, n,1, 2009.
MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
_____. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade**.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/controle_cancer> Acesso em 03 out. 2010.
_____. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/> Acesso em: 29 jul. 2010.
_____. **Estimativa 2010: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer.** Rio de Janeiro: INCA, 2009.
_____. **Lei Orgânica da Saúde (LOS):** Lei Nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1990.
_____. **Lei Orgânica da Saúde de nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1990.

_____. Portaria nº 2439/GM, de 8 de dezembro de 2005. Institui a Política Nacional de Atenção Oncológica: Promoção, Prevenção, Diagnóstico, Tratamento, Reabilitação e Cuidados Paliativos, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 9 dez. 2005. Seção I. p. 80-81.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Controle do câncer de mama:** documento do consenso. Rio de Janeiro: INCA, 2004
_____. Portaria nº 3.535/GM, de 2 de setembro de 1998. Estabelece critérios para cadastramento de centros de atendimento em oncologia. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF. 14 out. 1988. Seção I. p. 53-54.
MINISTRY OF HEALTH. **Interim report on the future provision of medical and allied services.** London, 1920. Disponível em: <http://www.sochealth.co.uk/history/Dawson.htm.> Acesso em: 25 dez. 2011.
MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Publicações Europa – América. Mem Martins, 2ª edição, 1976.
MORITZ, Rachel Duarte. **O efeito da informação sobre o comportamento dos profissionais de saúde diante da morte.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção-Egonomia) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC. Florianópolis, 2002
MOTTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
NEERGAARD, M.A.; OLESEN, F.; JENSEN, A.B.; SONDERGAARD, J. **Palliative care for cancer patients in a primary health care setting:** Bereaved relatives' experience, a qualitative group interview study. BMC Palliat Care, 2008; 7:1
NICHOLS, Michael P; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia Familiar:** conceitos e métodos**.** 7 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2007.
OMS – Organização Mundial de Saúde. <Disponível em: http://www.who.int/en/> Acesso em: 12 jun. 2010.
OPAS. **Conferência internacional sobre cuidados primários de saúde.** OPAS: 1978. Disponível em: <http://www.afro.who.int/pt/centromedia/eventos/details/197.html> Acesso em: 16 set. 2010.
OPAS/OMS. **Declaração de Alma-Ata.** Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde. 1978. Disponível em: <http://brasil.campusvirtualsp.org/node/180975> Acesso em: 25 nov. 2011.
OTTO, S. E. **Oncologia.** Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2009.
POTTER, P. A.; PERRY, A. G. O contexto familiar de enfermagem. In: POTTER, P. A.; PERRY, A. G., (Ed.) **Grande tratado de enfermagem prática clínica e prática hospitalar**. 3 ed. São Paulo: Ed. Santos, p. 313-321, 2002.
QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988, p. 68-80.
PAIM, J. S; TEIXEIRA, C. **Política, planejamento e gestão em saúde:** balanço do estado da arte. Rev. Saúde Pública. São Paulo: p.73-8, 2006.
PALMA, D. **A Prática Política dos Profissionais:** o caso do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1986.
PARADA, R.; ASSIS, M.; SILVA, R. C. F.; ABREU, M. F.; SILVA, M. A. F. S.; DIAS, M. B. K.; TOMAZELLI, J. G. **A política nacional de atenção oncológica e o papel da atenção básica na prevenção e controle do câncer.** Rev. APS. Juiz de Fora: v. 11, n. 2, 199-206, 2008.
PERES, Laerte Aparecido. **Breve histórico das políticas de saúde deste século no Brasil.** Disponível em: <http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/polsaude.html> Acesso em: 20 mar. 2011.
POLIGNANO, Marcus Vinícius. **Histórias das Políticas de Saúde no Brasil:** Uma Pequena Revisão. Cadernos do Internato Rural - Faculdade de Medicina/UFMG, 2001. Disponível em: <http://internatorural.medicina.ufmg.br/saude_no_brasil.pdf> Acesso em: 20 mar. 2011.
RONCALLI, Angelo Giuseppe. **O desenvolvimento das políticas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde.** In: Pereira, A. C. Odontologia em Saúde Coletiva: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre: Artmed, 2003.
_____; SOUZA, E. C. F. **A saúde no Brasil:** trajetórias de uma política assistencial. In: Odontologia Social: textos selecionados. Natal: UFRN, 1998.
ROSEN, G**. Uma História da Saúde Pública.** São Paulo: Hucitec : UNESP, 1994.
SANGLARD, G. **Entre os salões e o laboratório:** Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
SANTOS, M. S. R. **O sentido da perda na cidade.** Mestranda pelo PPGS-UFPb (Campus I - João Pessoa). Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/00santos> Acesso em: 08 out. 2013.
SARRETA, F. O.; BERTANI, I. F. **A construção do trabalho em equipe do Serviço Social no SUS de Franca/SP.** In: Interdisciplinaridade: integração entre saberes e práticas. Franca: UNESP, p. 55 -78, 2006.
_____. O Pólo de Educação Permanente em Saúde e a construção de estratégias coletivas para a formação de trabalhadores no SUS. **Serviço Social & Realidade.** Franca: v. 14, p. 177 – 195, 2005.
SAUDE PÚBLICA BRASIL. **Portal de revistas.** Disponível em: <http://revistassp.bvs.br> Acesso em: 11 mai. 2011.
SBPO - Sociedade Brasileira de Psico-Oncologia. Disponível em: <http://www.sbpo.org.br/> Acesso em: 14 fev. 2010.
SILVA, Mônica de Assis Salviano; COLLET, Neusa; SILVA, Kenya de Lima Silva; MOURA, Flavia Moura de. Cotidiano da família no enfrentamento da condição crônica na infância. **Acta Paul Enferm**, v.23, n. 3, p. 359-65, 2010.

SOUZA, M. B. **A morte esperada.** 2002. Disponível em:<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/mirellabravodesouza> Acesso em: 03 set. 2013.
SHUTZ R, JOHNSON AC. 1990. **Administrações de hospitais**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1990.
TEIXEIRA, L. A. **O Câncer na Mira da Medicina Brasileira.** Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro: 2009.
TEIXEIRA, L. A. **O controle do câncer no Brasil na primeira metade do século XX.** Rio de Janeiro: Cad. Saúde Coletiva, 2010.
_____.; FONSECA, C. M. O. **De doença desconhecida a problema de saúde pública:** o INCA e o controle do câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007.
_____; PORTO, M. A.; NORONHA, C. P. **O Câncer no Brasil:** passado e presente. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.
_____; PORTO, M.; HABIB, P. A. B. B. **Políticas públicas de controle de câncer no Brasil:** elementos de uma trajetória. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Colet., 2012.
TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma Sanitária:** em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.
TORRES, W. C. A redescoberta da morte. In: GUEDES, W. G; TORRES, R. C; _____ (Orgs). **A Psicologia e a morte**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
VARGAS, Jeferson Dutra de. **História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil:** revisão da literatura. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD52%201%BA%20Ten%20Al%20JEFERSON%20DUTRA%20DE%20VARGAS.pdf> Acesso em 30 jan. 2011.
VILAR, M. **Luto e Morte:** uma pequena revisão bibliográfica. João Pessoa, 2000. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/01-vilar.htm-25> Acesso em 18 set. 2006
World Health Organization. **The World Health Report 1998:** Life in the 21st century a vision for all. Geneva: WHO; 1998.
ZAIDHAFT, S.; BATISTA, A.D.; REGO, G.C.; BINES, J.; RUBNSTEIN, L.; DRUMOND, L.E.F. **O estudante de Medicina e a morte. In: Júlio de Melo Filho. Psicossomática Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 57-63, 1992.
ZAIDHAFT, S. **Morte e formação médica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
ZAVARIZ, A**. Análise da distribuição epidemiológica do câncer de mama nos municípios de vitória e vila velha- ES.** Universidade Federal do Espírito Santo, 2003.

Desenvolvimento e crescimento: uma reflexão sobre o município de Ituiutaba (MG)

O conceito desenvolvimento ganhou nova conotação quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 1990. O IDH passou a ser divulgado anualmente pela Organização das Na¬ções Unidas (ONU) e esse índice se difere de outros, por não se re¬sumir à renda per capita ou exclusivamente à renda do trabalhador. Ele indica referências qualitativas do bem-estar populacional. De¬pois dele, vários indicadores passaram a integrar essa perspectiva, como é o caso do IDH-M – referente aos municípios –, divulgado na publicação Novo atlas do desenvolvimento no Brasil; do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), conduzido pela Funda¬ção Estadual de Análise de Dados (Seade) a pedido da Assembleia Legislativa de São Paulo; o DNA-Brasil, produzido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que compara índices da Espanha e do Brasil, e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae). A partir de 1990, com a publicação do primeiro relatório do IDH, ficou evidente para os estudiosos a necessidade de "[...] re¬fletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava. Ficara patente que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estrutura¬das por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica" (Veiga, 2008, p.32). É a partir deste referencial (entre outros) que a pesquisadora está refletindo sobre Ituiutaba (MG), município localizado no Triângulo Mineiro, que possuiu, segundo dados do IBGE, 102 mil habitantes. O enfoque norteador da pesquisa é "Como pensar Ituiutaba na próxima década, adotando políticas sérias de desenvolvimento que realmente beneficiarão a população?". Para tanto, foram ouvidos representantes dos setores público, privado e terceiro setor, destacando-se os indicadores da cidade os quais possam ser discutidos o binômio crescimento x desenvolvimento. É o caso dos investimentos na distribuição de água tratada e ampliação da rede de esgoto para tratamento, cujo montante atual é de R$ 14 milhões para garantir estrutura a uma cidade com até 150 mil habitantes (projeção para a próxima década). O IDH para os estudos de referências é de 0,739 (2010), 13,17% a maior do que em 2000, 0,653.

106-2426

Soraia Veloso Cintra
Universidade Federal de Uberlândia
solveloso2008@hotmail.com

O conceito desenvolvimento ganhou nova conotação quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); em 1990. O IDH passou a ser divulgado anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e esse índice se difere de outros, por não se resumir à renda *per capita* ou exclusivamente à renda do trabalhador. Ele indica referências qualitativas do bem-estar populacional. Depois dele, vários indicadores passaram a integrar essa perspectiva, como é o caso do IDH-M – referente aos municípios –, divulgado na publicação *Novo atlas do desenvolvimento no Brasil*; do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), conduzido pela Fundação Estadual de Análise de Dados (Seade) a pedido da Assembleia Legislativa de São Paulo; o DNA-Brasil, produzido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que compara índices da Espanha e do Brasil, e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) (Veiga, 2008).

A partir de 1990, com a publicação do primeiro relatório do IDH, ficou evidente para os estudiosos a necessidade de "[...] refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava. Ficara patente que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica" (Veiga, 2008, p.32). Contudo, alguns autores verificam o desenvolvimento apenas de forma quantitativa:

> Ignoram os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não linear da sociedade, as abordagens éticas, e até prescindem dos impactos ecológicos. Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres [...] não reparam nas profundas disfunções qualitativas estruturais, sociais, culturais e ecológicas que prenunciam a inviabilidade dos "quase-Estados-nação subdesenvolvidos". (Rivero, 2002 apud Veiga, 2008, p.23).

Os países carecem de desenvolvimento tecnológico, o que provoca a saída de produtos de baixo valor agregado (exportação). Outro fator bastante polêmico aborda a explosão demográfica que pode levar pobreza a 3 bilhões de pessoas em 2020 (Veiga, 2008). Para Rivero (2002 apud Veiga, 2008, p. 23), a superação dessa realidade é necessária e só ocorrerá quando for alcançado "[...] equilíbrio entre o crescimento da população e o de recursos vitais como alimentos, energia e água, de modo a ser viável pelo menos um ambiente sociopolítico estável que viabilize o processo de modernização".

O Brasil vivenciou o desenvolvimento intensamente na década de 1950. Politicamente, o então presidente da República Juscelino Kubitschek (1902-1976) direcionou suas ações a partir da ideologia desenvolvimentista da

época visando ao crescimento econômico do Brasil. Seu plano foi composto de trinta metas que abordavam cinco setores – energia, transporte, indústria, alimentação e educação, com prioridade absoluta aos três primeiros. A ideologia dominante levava a crer que o desenvolvimento econômico traria o desenvolvimento social, mas não foi o que aconteceu. Mesmo com todo o entusiasmo do presidente e acreditando no crescimento do Brasil, Juscelino Kubitschek não ficou livre de protestos pela inflação crescente e pelas novas tecnologias implantadas nas indústrias que havia aumentado a produtividade sem o acompanhamento do aumento salarial, um indício de melhoria social.

O economista Celso Furtado (1920-2004) vivenciou esse período porque trabalhava na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), participando de pesquisas sobre a economia dos países da América Latina. Uma dessas pesquisas foi base do plano de metas de Juscelino Kubitschek. Sobre os primeiros anos do século XX, Furtado (1998, p.17) ressaltava o fato de o Brasil ser um país essencialmente agrícola e que ele acreditava que a classe industrial poderia "[...] assumir o papel de 'classe dirigente' capaz de formular um projeto de transformação do país". Na década de 1950, Furtado (1998, p.20) também acreditava que o desenvolvimento econômico e a industrialização do Brasil "[...] eram condições necessárias para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, as desigualdades sociais, a concentração de renda".

Anos mais tarde, ele percebeu que isso não aconteceria, pois o crescimento econômico do Brasil produziu certa anestesia na população que deixou de perceber os graves problemas sociais do país. Ao mesmo tempo, viu que o período da ditadura militar trocou a meta do desenvolvimento social pelo crescimento econômico "[...] inerente criador de desigualdades e privilégios". (Furtado, 1998, p.20).

Para Veiga (2008, p.46), o desenvolvimento não se resume ao aumento *per capita*, apesar de os países durante todo o século XX terem associado os dois conceitos. "[...] o papel da renda e da riqueza tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação. A pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas e não apenas como baixa renda."

Desenvolvimento é um processo que produz coisas nem sempre aliado a grandes obras de infraestrutura. "O que o processo exige é essencialmente pessoas criativas. E os seres humanos são naturalmente criativos" (Veiga, 1998, p. 54-5). Apesar dessa afirmação, o autor destaca impedimentos para que as pessoas exerçam essa criatividade, o que pode ser prejudicial. "Não é de admirar, por exemplo, que sociedades machistas, que oprimem as mulheres e desdenham de seu trabalho, tenham economias lamentavelmente fracas". (Veiga, 2008, p.55).

> Ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa. E sob vários prismas a expansão econômica chega a ser bem mais intrigante que o desenvolvimento. (Veiga, 2008, p. 56).

Veiga (2008, p.59) afirma que toda comunidade precisa de pelo menos algum recurso utilizável para se desenvolver: "[...] toda e qualquer comunidade precisa de pelo menos algum recurso utilizável que é dádiva da natureza [...] se não houver um recurso ou uma combinação de recursos disponíveis a comunidade sequer poderá se estabelecer naquele local". Veneza e Copenhague são exemplos de cidades que aproveitaram os recursos naturais (sal e arenque, respectivamente) para garantir o seu desenvolvimento. É o mesmo caso de Osaka (Japão), Paris (França), Chicago e São Francisco (Estados Unidos) – cidades bem localizadas para centros comerciais.

Mas, afinal, desenvolvimento e crescimento econômico têm o mesmo significado?

> O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (Furtado, 2004, p.484).

A partir desta questão (desenvolvimento e crescimento) a autora do presente artigo direcionou seus estudos para pensar e refletir sobre alguns dados do município de Ituiutaba (MG), a partir do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) e outros levantamentos.

Localizada nas regiões conhecidas como Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba, Ituiutaba conta uma população estimada em 102 mil habitantes de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os valores apontados pelo IDH-M mostram que a cidade tem melhorado seu desempenho nos três levantamentos realizados: em 1991, quando da criação do índice, o valor apontado foi de 0,535 passando para 0,653 em 2000, e para 0,739 em 2010. Os valores são baseados em três indicadores principais: renda, longevidade e educação, e Ituiutaba

ocupa a posição 795 entre os municípios brasileiros, com alto desenvolvimento humano (a primeira cidade é São Caetano do Sul-SP, com índice 0,862).

De acordo com os dados apresentados no *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* 2013 (Atlas 2013), a educação é o item com mais representatividade em números absolutos, seguido pela longevidade e pela renda. Os números do Atlas 2013 são oriundos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro (FJP) e mostram que o número de matrículas e permanência na escola tem aumentado no município.

A população jovem, porém, não tem completado o ciclo de estudos, o que no próximo levantamento poderá trazer discrepância. O Censo de 2010 apontava que as(os) jovens entre 15 e 19 anos somavam um total de 7.972 pessoas em Ituiutaba. Há, porém, um diferencial que chama a atenção entre o número de frequentadores da escola que diminui nesta mesma faixa: 5.339, sendo 3.906 entre 15 e 17 anos, e 1.433 entre 18 e 19 anos. Importante salientar que 3.793 estavam matriculados no Ensino Médio, sendo 3.280 no sistema público e 512 no privado em um total de 10 escolas (6 públicas e 4 particulares). Trata-se, portanto, de população jovem, cujos indicativos mostram que parcela deles está fora da escola. O Censo 2010 mostrava ainda que 7.430 pessoas tinham entre 10 e 14 anos, população que merece atenção na permanência na escola no Ensino Fundamental e Médio posteriormente.

Neste aspecto, é interessante destacar a contribuição da Universidade Federal de Uberlândia. Em 2007, Ituiutaba recebeu o campus avançado da referida instituição com nove cursos que foram ampliados em 2010 com mais dois, totalizando onze. Os cursos têm atraído moradores da cidade e dos municípios vizinhos, além de estudantes de vários estados como São Paulo e Pará, só para citar dois. Em 2012, o número de mulheres matriculadas chegou a quase o dobro dos homens: no total, 1.509 mulheres e 815 homens estavam matriculados(as) nos onze cursos. Além de representar quase o dobro de estudantes em todos os turnos (matutino, noturno, integral), elas são maioria em nove cursos. As exceções são os cursos de Física e de Engenharia da Produção, mas neste último a diferença é de apenas quatro pessoas, conforme pode ser conferido na tabela 2.

Tabela 1
Número de homens e mulheres matriculados(as) na FACIP/UFU em 2012

Cursos	Nº Mulheres	Nº Homens
Pedagogia	277	09
Ciências biológicas	254	98
Química	174	85
Geografia	129	125
Ciências Contábeis	124	87
Engenharia da produção	123	127
Administração	117	86
Serviço Social	116	10
Matemática	81	59
História	80	63
Física	34	66
TOTAL	1.509	815

Fonte: Universidade Federal de Uberlândia (MG, 2013)

Além de contar com uma universidade pública com 11 cursos, Ituiutaba tem outros cursos de graduação em faculdades públicas e privadas com cursos presenciais e a distância. São eles:

- Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG): Agronomia, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Pedagogia, Psicologia, Química, Sistemas de Informação, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Produção Sucroalcooleiro.
- Faculdade do Triângulo Mineiro (FTM): Administração, Ciências Contábeis e Publicidade e Propaganda.
- UNOPAR: Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Serviço Social.

Quando a questão é longevidade, o município seguiu a tendência nacional. Em 1991, a expectativa de vida ao nascer era de 70 anos chegando a 75 em 2010. De acordo com dados do IBGE, em 2010, 6.501 pessoas com 70 anos e mais viviam em Ituiutaba, sendo 3.673 mulheres e 2.828 homens.

Tabela 2
Número de idosos em Ituiutaba de acordo com dados do IBGE (2010)

Idade	Mulheres	Homens
70 a 74	1.518	1.274
75 a 79	988	883
80 a 84	676	573
85 a 89	326	238
90 a 94	143	102
95 a 99	53	35
+ 100	11	6
Total	3.715	3.111

Fonte: IBGE (2010)

Neste estudo também se percebe ações da gestão municipal para os maiores de 60 anos. As atividades desenvolvidas nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) se atentam a programas de bem estar e qualidade de vida, envolvendo idosos(as) abrigados. São realizadas atividades físicas, terapia ocupacional, artesanato, bailes, apresentações culturais, coral, tudo o que possa envolver os idosos, como o livro *Gaveta de Memórias* originado das aulas de literatura e que contou com histórias e *causos* de 60 idosos(as). O município também conta com Conselho Municipal do Idoso, oficialmente instalado em 2003. Percebe-se, portanto, que a soma destas ações, aliada a outras como a melhoria no atendimento à saúde (vacinações, Programa de Saúde da Família e outros), fortalecem este grupo específico, proporcionando qualidade de vida, o que deve repercutir positivamente no próximo IDH-M, mantendo a cidade em uma boa posição.

A renda *per capta,* item também avaliado, quase dobrou no período estudado passando de 474,80 (1991) para 824,46, uma representatividade positiva de 73,64%. Este item também leva em consideração a redução daqueles que se encontravam na 'extrema pobreza' com uma redução significativa neste período de 6,23% em 1991 para 3,03% em 2000 e 1,14% em 2010. A desigualdade segundo o Índice de Gini passou de 0,59 para 0,50 (2010). O número de pobres passou de 23,94% da população para 4,16%; em números absolutos isto significa que do total de pessoas em 1991 (84.577), 20.247 eram pobres; e, em 2010, com 97.171, 4.042 pessoas estavam nesta mesma situação. A concentração de renda, porém continua nas mãos da menor parcela da população: em 2010, 56,22% da renda do município estava nas mãos dos 20% mais ricos.

De acordo com dados do IBGE (2012), o salário médio mensal do município está na casa dos dois salários mínimos, o que pode ser considerado baixo quando cruzado com o custo de vida local, não tendo o impacto no desenvolvimento social.

A Prefeitura Municipal se destaca como uma das maiores empregadoras com cerca de 2.500 funcionários(as) entre concursados, contratados e cargos de confiança (gestão 2012-2016), perdendo para a Usina *British Petroleum* (BP)[v], que emprega cerca de 4.500 pessoas (2012). A empresa multinacional Nestlé[vi] também está instalada no município, empregando cerca de 200 pessoas. Outras empresas "forasteiras" se destacam no setor comercial como Magazine Luiza, Pernambucanas, Zema, Cacau Show, Cacau Brasil. O município têm 08 agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa Federal, HSBC), e diversidade de prestadores de serviços.

Apesar do IDH-M ser considerado alto, e os dados levarem em consideração renda, escolaridade e longevidade, é importante apontar que a cidade ainda tem problemas crônicos a serem resolvidos: transporte e saúde. O transporte público é alvo de reclamações constantes e é falho no atendimento aos direitos do passe gratuito para idosos, desconto para estudantes, cumprimento de horários, aumento e renovação da frota, entre outros. A saúde enfrenta problemas sérios como ocorre em outras cidades, tendo em vista que possui um único hospital com atendimento público. O trânsito também tem seguido a tendência nacional com aumento significativo da frota de veículos: 56.299 estão em circulação, entre eles, 24.260 automóveis, 15.323 motocicletas e 4.556 caminhonetes.

Os próximos seis anos serão essenciais no município. Em 2020, novo cruzamento de dados será realizado e a cidade poderá mostrar como desenvolvimento e crescimento andaram juntos (ou não). Os investimentos que forem realizados nos próximos anos deverão impactar no futuro do município. É o caso da Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba (SAE)[vii], empresa pública responsável pelo abastecimento do município, que recebeu do governo federal, R$ 14 milhões para investimento em sua rede para garantir o abastecimento de 150 mil pessoas.

Outra forma de pensar neste impacto no futuro é acompanhar o desenvolvimento das duas universidades públicas (FACIP/UFU, UEMG). Ambas têm obrigação de devolver conhecimento e informação, além de profissionais capacitados para propor e gerir políticas públicas sérias e comprometidas com o desenvolvimento humano da cidade.

Como pesquisadora da área social, entendo como importante cruzar todos estes dados para estudar e compreender as expressões da questão social e partilhar novos horizontes. Que as políticas públicas não sejam apenas aquelas que amenizam os problemas, mas que realmente possam resolvê-los com dignidade.

REFERÊNCIAS

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP). Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/ituiutaba_mg. Acesso a

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Os desafios da nova geração**. Revista de Economia Política, São Paulo,

v. 24, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pesquisar3.asp?id=1001>. Acesso em: jul. 2009.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Desenvolvimento Humano e Social e políticas públicas: um estudo sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos no município de Franca-SP

Na contemporaneidade, grande parte da população vivencia em seu cotidiano diversas situações de vulnerabilidade social. Violência, exclusão social, pobreza e miséria são condições de vida, cada vez mais comuns, na realidade social. Concomitante a este cenário, temos experimentado grandes avanços na área de ciência e tecnologia enquanto os governantes reforçam seus discursos em torno do desenvolvimento como estratégia para o crescimento econômico, avanço tecnológico e aprimoramento social. Todavia, diante do acirramento das vulnerabilidades, a população continua ainda com condições de vida precárias diante de políticas ineficazes e mal gerenciadas. Faz-se necessário um olhar atento para esta realidade e o planejamento e implementação de políticas que possam, de maneira eficaz, intervir neste cenário. Deste modo, o presente trabalho insere-se na temática referente ao desenvolvimento humano e social e políticas públicas. Tem como objetivo geral: Compreender em que medida os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, disponibilizados para o atendimento de crianças e adolescentes, no município de Franca-SP, atendem a demanda e cumprem seus objetivos em relação às famílias e filhos atendidos enquanto um serviço de caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de tipo descritivo e explicativo, de abordagem qualitativa. A pesquisa é realizada no município de Franca-SP e tem como Universo de pesquisa as entidades que prestam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a faixa etária de 6 a 15 anos. Justificamos o interesse pelo tema de pesquisa devido à escassez de trabalhos que articulem a temática de desenvolvimento e vulnerabilidades, assim como, pela necessidade de adensamento das discussões em torno de políticas sociais públicas de cunho preventivo que possam promover ações estratégicas para o enfrentamento das vulnerabilidades presentes no território.

043-2361

Samanta Antonio Gea
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
samanta_gea@hotmail.com

Maria Zita Figueiredo Gera
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
mariazita@com4.com.br

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociabilidade marcada por profundas desigualdades. O cenário atual do Brasil, país em desenvolvimento, representa com exímio este movimento global de segregação.

Por um lado, nos últimos cem anos, avanços extraordinários nas áreas de ciência e tecnologia têm sido alcançados, contudo, paralelamente a estes avanços questões básicas como pobreza, miséria e exclusão social continuam sem respostas satisfatórias para a sua complexidade.

Temos, assim, o espaço social segregado em duas condições opostas de desenvolvimento, um espaço privilegiado de conexões globais onde a elite circula na extraterritorialidade virtual e um espaço opaco onde a população pobre é obrigada a se manter em condições de miséria e abandono.

Desde modo, o território, enquanto espaço de produção coletiva, vem sendo apropriado por uma determinada classe em detrimento de outra.

Concomitantemente a esta realidade social, os países reforçam seus discursos em torno do desenvolvimento enquanto estratégia para o crescimento econômico, aprimoramento social e avanço tecnológico.

Todavia, a perspectiva do desenvolvimento deve estar necessariamente vinculada ao homem e sua sociabilidade.

Compreendemos o desenvolvimento enquanto um processo humano e social de ampliação das potencialidades da pessoa humana e seu empoderamento, tendo como instrumental básico deste processo as políticas públicas.

Assim sendo, o presente projeto tem seu foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos compreendido dentro da Proteção Social Básica estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sendo a Assistência Social uma política social pública incluída no âmbito da Seguridade Social.

Focalizamos este serviço por se caracterizar como um serviço que tem como objetivo o desenvolvimento das potencialidades de seus usuários, como trabalho complementar com as famílias prevenindo situações de risco e vulnerabilidade social mediante atuação preventiva e proativa no território enquanto espaço de sociabilidade do sujeito.

Justificamos o interesse pelo tema de pesquisa devido à escassez de trabalhos que articulem a temática de desenvolvimento e vulnerabilidade relacionados à política de Assistência Social.

Pela atualidade da discussão no cenário atual de modificações nos sistemas de seguridade social pelo mundo.

Assim como, pelo interesse e necessidade do adensamento de discussões em torno de políticas sociais públicas de cunho preventivo que possam promover ações estratégicas para o enfrentamento das vulnerabilidades presentes no território.

A PESQUISA

No presente trabalho o objeto de pesquisa corresponde a seguinte pergunta norteadora: Qual a abrangência dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, disponibilizados para o atendimento de crianças e adolescentes, no município de Franca, enquanto atendimento da demanda e alcance de seus objetivos?

Assim, temos como objetivo geral: Compreender em que medida os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, disponibilizados para o atendimento de crianças e adolescentes, no município de Franca-SP, atendem a demanda e cumprem seus objetivos em relação às famílias e filhos atendidos enquanto um serviço de caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Para tanto são objetivos específicos:

- Conhecer a dinâmica entre demanda assistida e demanda reprimida no município;
- Conhecer a percepção do profissional de Serviço Social sobre o serviço realizado;
- Conhecer a percepção das mães sobre o impacto do serviço em sua realidade;
- Conhecer a percepção dos adolescentes sobre o impacto do serviço em sua vida;

Deste modo, no processo de construção do delineamento da pesquisa a metodologia apresenta papel central, tanto porque "Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade" (MINAYO, 1994, p. 16).

Portanto: "Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador" (MINAYO, 1994, p. 16), permitindo, assim uma abordagem em profundidade tanto teoricamente quanto no exercício prático da pesquisa.

O presente trabalho apresenta um tipo de pesquisa que se caracteriza como descritiva e explicativa, apresenta caráter descritivo porque prevê: "[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis" (GIL, 2008, p. 28).

E apresenta caráter explicativo por que: "[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos" (GIL, 2002, p. 42).

Deste modo, temos a preocupação central não somente de descrever as características do fenômeno estudado, mas também dos fatores que determinam sua ocorrência.

Em relação à abordagem, a pesquisa é primordialmente qualitativa, pois:

> [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Assim, entendemos que:

> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001, p.79).

Pretendemos, com isto, ir além da simples descrição e identificação das relações entre as variáveis, buscando determinar também a natureza dessas relações.

Portanto, a abordagem qualitativa nos permite estudar as características do fenômeno e seus determinantes tendo o sujeito concreto como foco primordial, suas vivências e significados na realidade concreta, assim como a dinâmica dialética fundamental entre a realidade objetiva vivida e a experiência subjetiva do sujeito.

Para o instrumental de coleta de dados qualitativos selecionamos três métodos, o primeiro referente às crianças e/ou adolescentes selecionados por conveniência é a realização de uma redação com o tema "Minha vida hoje".

A decisão de aplicar uma redação às crianças atendidas pelas entidades que prestam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos veio após o contato da pesquisadora com uma pesquisa da Prof.ª Dr.ª Maria Esther Fernandes em seu artigo "As representações de escolares de bairros periféricos sobre o espaço em que vivem" (FERNANDES, 2004).

A redação tem o intuito de apreender o olhar das crianças com relação ao serviço e as implicações que este serviço ocasionou em suas vidas, compreender seu olhar referente às perspectivas, mudanças e continuidades a partir de sua entrada.

Outro método selecionado é a realização de uma entrevista com a Assistente Social, com o intuito de entrever seu olhar sobre o serviço realizado.

Entendemos entrevista enquanto uma forma de abordagem técnica de conversa, mas que não se caracteriza de forma despretensiosa e neutra, pois "[...] se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada" (MINAYO, 1994, p. 57).

A forma selecionada para dirigir a entrevista é a semi-estruturada, pois permite ao pesquisador estruturar um roteiro apropriado para a pesquisa sem, no entanto, prendê-lo de forma rígida ao roteiro permitindo ao entrevistado uma maior liberdade para discorrer sobre os temas propostos.

Por fim, o último método selecionado é a realização de uma roda de conversa com as mães selecionadas aleatoriamente. A roda de conversa se caracteriza num espaço amplo e democrático no qual a pesquisadora conduz a conversa de modo que as participantes possam expor suas vivências a partir da inserção de suas famílias no Serviço de Convivência, trocar e compartilhar angústias, desejos e experiências.

O instrumental selecionado para análise dos dados é a proposta de interpretação qualitativa denominada de *método hermenêutico dialético*.

Inicialmente analisemos a categoria "dialética", a concepção moderna de dialética vincula-se ao pensamento de Marx e Engels os quais estabeleceram alguns princípios para se compreender a dialética enquanto método de interpretação da realidade.

O primeiro princípio é a unidade de opostos:

> Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte de desenvolvimento da realidade (GIL, 2008, p. 13).

O segundo princípio diz respeito à quantidade e a qualidade: "No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas [...]" (GIL, 2008, p. 13).

O terceiro princípio é a negação da negação, o qual o processo dialético de negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao original.

Assim:

> A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente , abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. (GIL, 2008, p. 14).

"A hermenêutica funda-se na *compreensão*" (MINAYO, 2010, p. 328). Enquanto processo de intersubjetividade e de objetivação humana:

> A compreensão [...] contém a gênese da consciência histórica, uma vez que significa a capacidade da pessoa humana – e no caso o pesquisador – de se colocar no lugar do outro (que é o "tu" do passado, ou o "diferente de mim" no presente, mas com o qual eu forma a humanidade) (MINAYO, 2010, p. 328).

Deste modo, na abordagem hermenêutica seu emprego está na arte de compreender os textos, utilizando o termo de forma ampla, que significa documentos, entrevistas, livros, artigos, etc.

Sendo a compreensão um processo dinâmico e nunca finalístico, está aberta a múltiplas possibilidades de interpretação.

> A leitura de qualquer realidade constitui um exercício reflexivo sobre a *liberdade humana*, no sentido de que os acontecimentos se seguem e se condicionam uns aos outros mediados por um impulso original: a cada momento pode começar algo novo (MINAYO, 2010, p. 331).

Ao encontro do conceito de liberdade está o conceito de necessidade, no qual:

> Os acontecimentos históricos ou da vida cotidiana são governados por uma profunda conjunção interna da qual as pessoas não são completamente independentes, na medida em que são penetrados por ela de todos os lados. Por isso, junto da *liberdade* está sempre a *necessidade* (MINAYO, 2010, p. 331).

Adiciona-se ao conceito de liberdade o conceito de *força* "[...] para falar de um impulso que move ou de uma projeção do sentido na ação" (MINAYO, 2010, p. 332).

Assim o conceito de força materializa a liberdade de forma que o sujeito que vive em um determinado tempo e espaço histórico possa realizar a objetivação de sua vida, sendo o conceito de necessidade uma oposição ao conceito de liberdade.

"Em síntese, compreender implica a possibilidade de interpretar, de estabelecer relações e extrair conclusões em todas as direções. Mas compreender acaba sempre sendo *compreender-se*" (MINAYO, 2010, p. 337).

Assim sendo, ao se articular a hermenêutica com a dialética, a primeira oferece os fundamentos para a compreensão dos sentidos e dos significados presentes na comunicação humana e a dialética oferece o estranhamento e a crítica.

Portanto, ao se articular o método hermenêutico dialético busca-se articular objetividade e subjetividade, no qual a hermenêutica proclama "[...] o terreno da intersubjetividade como o *locus da compreensão*" (MINAYO, 2010, p. 348).

Logo, estabelece-se um diálogo entre compreensão da consciência e compreensão das transformações dos sujeitos, compreensão das ações e compreensão das estruturas que condicionam os indivíduos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o referencial teórico selecionamos algumas obras que sustentarão a discussão proposta. O trabalho compreenderá em seu referencial teórico três discussões

Na primeira discussão, discorremos sobre a temática do desenvolvimento, caracterizando-o enquanto um conceito complexo de múltiplas perspectivas. Introduzimos as origens da ideia de desenvolvimento e algumas linhas de pensamento, correlacionando desenvolvimento a ideia de progresso, acumulação de riqueza, crescimento econômico e satisfação das necessidades humanas.

Em seguida, explanamos sobre o processo de desenvolvimento enquanto um direito humano inalienável e passível de ser exigido mediante a responsabilização do Estado em casos de omissão.

Por fim, ampliamos a perspectiva do desenvolvimento enquanto um processo humano e social.

Os autores que fundamentam esta discussão são: Furtado (1964; 1965; 2000); Rister (2007); Sen (2010); Sengupta (2002);

Na segunda discussão, trabalhamos o conceito de espaço em duas linhas, primeiramente abordamos o espaço determinado por seus limiares e intersecções com o território e a região. Na segunda linha de pensamento, abordamos o espaço enquanto lócus de socialização do sujeito e produção e reprodução das relações sociais.

Alguns autores que serviram de base para fundamentar a discussão são: Correa (2000); Simmel (2013); Santos (1982, 1988, 2006); Guattari (2001); Bauman (2009, 2011);

Na terceira discussão, abordamos, primeiramente, a conceituação de política pública e sua ligação com o Estado. Após esta primeira aproximação, nos debruçamos sobre a Política de Assistência Social no Brasil focando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, objeto deste trabalho. Sendo a discussão fundamenta na legislação vigente.

Estas são as diretrizes gerais para a construção e discussão conceitual e teórica do trabalho.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida em Fragmentos:* sobre ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais.* 5.ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

CÔRREA, Roberto Lobato. *Espaço:* um conceito-chave da Geografia. In: Geografia: conceitos e temas. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Côrrea, organizadores. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15 – 48.

FERNANDES, Maria Esther. *As representações de escolares de bairros periféricos sobre o espaço em que vivem.* Paideia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto/SP, v. 14, n.29, p. 337-345, 2004.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento.* 2º ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.* 3º ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento:* Enfoque histórico-estrutural. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de pesquisa social.* – 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUATTARI, Félix. *As três Ecologias.* 11ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Octavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Marica Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. – 12. ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

RISTER, Carla Abrantkoski. *Direito ao Desenvolvimento:* Antecedentes, Significados e Consequências. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2007.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço:* Formação Espacial como Teoria e como Método. In: Espaço e sociedade: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*, fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço:* Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SIMMEL, Georg. *Sociologia do espaço.* Tradução de Rainer Domschke e Fraya Frehse. In: Estudos Avançados [online] vol. 27, nº 79, 2013, p. 75 – 112.

SENGUPTA, Arjun. *O Direito ao desenvolvimento como um direito humano.* Social Democracia Brasileira, nº 68, Março 2002, p. 64-84. Disponível em <http://ww1.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/p7292_o_direito.pdf> Acesso em Janeiro. 2014.

Desenvolvimento social e terceira idade: o debate crítico da promoção do envelhecimento ativo na UNATI- Campus Franca

Este artigo possui como objetivos analisar a Política de Envelhecimento Ativo (2005) e sua interface com o desenvolvimento e a consolidação das Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs), particularmente propõe-se a refletir sobre as atividades desenvolvidas na UNATI/UNESP- Campus Franca. O método eleito para direcionar este ensaio teórico foi o dialético, por ele permitir a reflexão aprofundada, analisando e desvelando as contraditoriedades envoltas sob o fenômeno do envelhecimento ativo. Expomos que, o envelhecimento ativo é uma política social, de caráter preventivo, que busca promover uma imagem positiva da velhice, destacando as possibilidades do bem-envelhecer. A política de envelhecimento ativo (2005) prevê ações amplas, fundadas sobre os eixos: saúde, segurança e participação social. Contudo, é necessário ressaltar que as efetivações das propostas da política dependem de ações intersetoriais e que não são plenamente efetivadas no contexto brasileiro, visto as inúmeras expressões sociais da negação do direito da participação da pessoa idosa, os descasos na saúde precarizando a qualidade de vida do segmento envelhecido e a velhice miserável vivenciada por um grande número de brasileiros que no cotidiano se deparam com a insuficiência de renda e a insegurança alimentar. Assim, se mostra como mister compreender os avanços e os impasses da política na realidade social, especialmente nos espaços coletivos direcionados às pessoas idosas, como as UNATIs. O surgimento das Universidades Abertas à Terceira Idade contam com a Lei nº 8.842/94 denominada de Política Nacional do Idoso (PNI), que elabora normas para os direitos sociais dos idosos com a finalidade de garantir a autonomia, integração e participação social como um objeto da cidadania. Esta lei foi conquistada perante mobilizações de segmentos da sociedade, na qual valorizam o ser humano que possui necessidades biológicas, sociais, intelectuais, entre outras. Assim, a UNATI da UNESP é um programa de extensão universitária institucionalizada pela portaria nº 191 de 07 de Maio de 2001, esta que unifica todas as unidades possuidoras de um núcleo local em funcionamento voltado para a Terceira Idade. É um programa que oferece cursos e oficinas voltados ao idoso, com a finalidade de ampliação e aquisição de conhecimentos, efetivação dos direitos sociais, estimular a convivência social e a compreensão de seus direitos, por meio de um trabalho que visa à emancipação e a construção da cidadania de seus usuários, promovendo o envelhecimento ativo. O Programa UNATI foi desenvolvido com o intuito de possibilitar as pessoas idosas e àquelas que estão envelhecendo, usufruir do espaço universitário, que tange os aspectos educacional e cultural. Percebe-se assim a importância da existência de programas como a UNATI para a efetivação dos direitos sociais das mais diversas instâncias e proporciona a promoção do envelhecimento ativo.

033-2351

Joice Sousa Costa
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
joicecostasousa@gmail.com

Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
gabrisgarbi@hotmail.com

Mônica Cesaretti Borilli
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
monica.borilli@hotmail.com

Maicow Lucas Santos Walhers
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
maicow.assistentesocial@live.com

Nanci Soares
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
nancisoares@netsite.com.br

Josiani Julião Alves de Oliveira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
jjosiani@bol.com.br

Introdução

A emergência de novo perfil demográfico em escala mundial é fato consolidado nos países desenvolvidos e têm se desenvolvido aceleradamente nos países em desenvolvimento. A longevidade é uma conquista social, visto

que é resultado de um processo de lutas sociais para a garantia e melhoria das condições de vida da população. Não obstante, o crescimento do número de pessoas envelhecidas também acarreta desafios ético-políticos, de modo que a conjuntura social contemporânea não está fundada sob os pilares da diversidade e da justiça social, e nos caso brasileiro, envelhecer em um contexto marcado pela desigualdade social, sem dúvida, implica alguns desafios inerentes a população idosa, a longevidade se consolidou com o aumento da expectativa de vida da população, mas, muitas vezes sem agregar qualidade de vida à estes anos a mais vividos.

O debate, portanto, em um primeiro momento se centrará na análise dos planos de caráter mundial direcionados ao segmento idoso, que certamente trouxeram efeitos na elaboração da política de envelhecimento ativo, que foi divulgada no Brasil em 2005.

A reflexão sobre o envelhecimento ativo é pertinente decifrar a efetivação do direto à velhice ativa por meio constituição dos programas direcionados às pessoas idosas, e em particular, nos debruçamos sobre a história das Universidades Abertas á Terceira Idade (UNATIs), analisaremos em particular o caso da UNATI- UNESP/ Campus Franca.

Portanto, o ensaio busca a análise crítica do envelhecimento ativo circunscrevendo a temática sob o processo de produção e reprodução da ordem doi capital, privilegiando os avanços sociais e os retrocessos no âmbito da consolidação do direito à velhice.

I. Envelhecimento digno e ativo: direito ao acesso à cidadania

A política de envelhecimento ativo foi divulgada no Brasil, no ano de 2005 sob o título "Envelhecimento ativo: uma política de saúde", visto que ela é resultado de discussões de âmbito mundial protagonizadas pela Organizações das Nações Unidas (ONU) por meio da Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, se mostra necessário realizar uma descrição analítica das políticas públicas anteriores a 2005, para que se compreendam os avanços e permanências dessa política, circunscrevendo-a na conjuntura brasileira.

O fenômeno do processo de envelhecimento demográfico está interligado à melhoria nas condições de vida da população em âmbito mundial, proporcionada pela efetivação das políticas públicas que visavam a união do desenvolvimento humano e social com a economia de mercado capitalista. Mas para tanto, é preciso analisar que a efetivação dos direitos sociais, em linhas gerais, atende as demandas sociais evidenciadas por meio das lutas operárias e sindicalistas que emergiram no século XX, no contexto europeu.

Com o atendimento dessas demandas pelo direito ao trabalho, à previdência e saúde, a população iniciou um processo gradual de envelhecimento da pirâmide demográfica, seja pela melhoria das condições médico-sanitário e pela queda da taxa de natalidade — devido à disseminação da campanha a favor dos métodos contraceptivos — e a queda da mortalidade.

Contudo, apesar das mudanças no perfil demográfico da população, a velhice — entendida nesse trabalho como uma fase da vida —ainda era tratada como uma questão que pertencia ao âmbito privado, ou seja, não carecia de atenção pública, estatal. A velhice desponta como um tema relevante a partir da década de 1960, quando se inicia os estudos demográficos e epidemiológicos sobre a velhice, mas na década de 1980 a velhice começa a ser central nas discussões mundializadas, visto que de acordo com Campelo e Paiva (2014, p.168, grifos do autor)

> [...]contempla uma expressiva preocupação com a velhice de segmentos específicos da classe trabalhadora, localizados nos países, inicialmente, do chamado *primeiro mundo* e, depois pro motivos óbvios, do [mal] chamado — ou difamado —*terceiro mundo* em diante.

É preciso salientar que em 1982, em Viena, ocorre a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), onde foi uma elaborado um plano de ação que visava manter a "[...] a segurança econômica e social dos indivíduos idosos bem como identificar as oportunidades para a sua integração ao processo de desenvolvimento dos países" (CAMARANO, PASINATO, 2004, p.254). Por um lado, este plano é importante por ter provocado a discussão sobre o envelhecimento na ordem mundial, entretanto, o plano esta embasado na ideologia desenvolvimentista, que nesse caso atribui ao sujeito a responsabilidade sobre a velhice, desconsiderando a conjuntura socio-histórica e a pertença de classe social do indivíduo, assim

> A concepção de idoso traçada no plano era de indivíduos independentes financeiramente e, portanto, com o poder de compra. [...] suas necessidades deveriam ser ouvidas, pois agregavam valor à economia e permitiam o desenvolvimento de um novo nicho de mercado, [...] o plano também foi fortemente dotado por uma visão de medicalização do processo de envelhecimento. (CAMARANO, PASINATO, 2004, p.255)

A partir dessas recomendações e também das mobilizações sociais em prol da causa da pessoa idosas, os países considerados em desenvolvimento — como o Brasil— iniciaram a implantação de ações políticas direcionadas ao segmento idoso, dentre elas, por exemplo, a inserção no texto constitucional de 1988 a temática da velhice.

Dado esses primeiros passos, vinte anos após Viena, ocorreu em Madri em 2002, a segunda AME, que avançou em relação ao Plano de Viena, pois ela foi dirigida aos países em desenvolvimento, considerando a necessidade da efetivação de políticas públicas ao longo do curso de vida. De acordo com Campelo e Paiva (2014, p.29) "[...] a segunda AME veio reafirmar o discurso pelo Envelhecimento Ativo, indicando uma verdadeira bula a ser seguida enquanto estratégia mundial (global, nacional e local)."

Mostra-se como importante ressaltar que aAssembleia de Madri foi a pioneira em contar com a participação da sociedade civil organizada, abrindo assim um espaço profícuo para o debate. Porém, destacamos que uma das permanências do plano de Madri é a desconsideração em relação àsdiversidades culturais e, sobretudo econômicas, privilegiando assim, a ideologia de que

> Ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e à parafernália de técnicas de manutenção corporal veiculadas pela mídia, assistimos à emergência de novos estereótipos. Os problemas ligados à velhice passam a ser tratados como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e, por isso, se atinge a velhice no isolamento e na doença, é culpa é exclusivamente dele. (DEBERT, 1999, p.229).

Traçado este panorama das políticas públicas em âmbito mundial dirigidas à população idosa, podemos nos ater à análise da Política de Envelhecimento Ativo, promulgada no Brasil, em 2005. No entanto, é preciso analisar que mesmo antes de 2005, o Brasil já havia avançado legalmente na construção de políticas públicas direcionadas ao segmento idoso, das quais podemos destacar a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003).

Mas, nesse caso optamos por nos debruçar na análise sobre a política pública brasileira, denominada: "Envelhecimento Ativo: uma política de saúde" (2005), por ela apresentar e acatar as diretrizes do plano de Madri. A política de envelhecimento ativo se funda sobre os pilares: saúde, participação e segurança, visando a promoção de uma imagem positiva do processo de envelhecimento, que priorize a manutenção da autonomia e independência da pessoa idosa.

Atualmente, o imaginário social, muitas vezes, possui a compreensão de que o envelhecimento ativo se restringe à prática de exercícios físicos e uma alimentação balanceada. Todavia, envelhecer ativamente pressupõe a efetivação dos direitos humanos e sociais dos sujeitos. Assim, podemos afirmar que a política de envelhecimento ativo possui uma perspectiva ampliada de caráter preventivo, que prevê ações no âmbito da saúde, assistência social, trabalho, educação, habitação e urbanismo. Assim, "o envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas." (OMS, 2005, p.13)

Na política são esboçados os fatores determinantes do envelhecimento ativo: serviços de saúde e sociais, determinantes pessoais e biológicos, ambiente físico, determinantes sociais e econômicos, tratando o envelhecimento como um processo extrínseco e intrínseco, ou seja, um processo que depende da efetivação dos direitos civis, políticos e sociais, porém também depende das escolhas dos indivíduos.A política também considera os temas transversais: cultura e gênero. Mas exclui o caráter das diversidades regionais, a heterogeneidade da velhice e sua multidimensionalidade, pois acreditamos que, nas palavras de Beauvoir (1990, p.17) "[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice."

Essa análise permite a identificação dos avanços e desafios da sociedade do capital em relação ao processo de envelhecimento, sendo que é preciso ir além dos discursos das políticas direcionadas à velhice, desvendando assim seu caráter ideopolítico. Assim, refletir sobre esse processo do trânsito da velhice enquanto questão privada para a esfera pública é primordial para entender o movimento das políticas públicas no âmbito do segmento idoso, oferecendo subsídios para incitarmos a discussão sobre um dos programas de intervenção na velhice, que no caso elegemos, as Universidades Abertas à Terceira Idade, resgatando assim seu histórico, a nível de apreender as particularidades de sua implantação no contexto brasileiro.

II. Gênese das Universidades Abertas à Terceira Idade: do global ao local

A gênese das Universidades Aberta à Terceira Idade (UNATIs) no contexto brasileiro, contam com a promulgação da Lei nº. 8.842/94 denominada de Política Nacional do Idoso (PNI), segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, que possui como objetivo assegurar os direitos sociais, promovendo sua autonomia e participação na sociedade, o que representa um grande progresso, tendo em vista que a política é permeada pelo ideário de cidadania e entende a pessoa idosa a partir do ponto de vista biológico, subjetivo, educacional e social, tendo como premissa a promoção da qualidade de vida, sendo que

> [...] até 1994 não havia uma política de âmbito nacional destinada às pessoas idosas [...] dispõe sobre normas para os direitos sociais dos idoso garantindo autonomia,integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. [...] Tem como objetivo criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer. (SOARES, DI GIANNI, 2008, p.13)

Ela elabora normas para os direitos sociais dos idosos com a finalidade de garantir a autonomia, integração e participação social como um objeto da cidadania. Esta lei foi conquistada perante mobilizações de segmentos da sociedade, na qual valorizam o ser humano que possui necessidades biológicas, sociais, intelectuais. Além disso, a Política Nacional do Idoso (1994) reconhece o envelhecimento como um fenômeno universal, mas que tem seus rebatimentos e particularidades no que se refere às diferenças sociais, culturais e regionais. Entretanto, Teixeira aponta que "a falta de um orçamento único para a execução da PNI constitui um dos obstáculos à efetivação" (TEIXEIRA, 2008, p.280).

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.471/2003) vem para reforçar as diretrizes propostas na Política Nacional do Idoso de 1994 e de acordo com Camarano, Pasinato (2004, p.270) ele "incorpora novos elementos e enfoques, dando um tratamento integral e com uma visão de longo prazo ao estabelecimento de medidas que visam proporcionar o bem-estar dos idosos" um dos avanços indicados é a instituição de crimes e penas para o não-cumprimento da lei. Dessa forma,

> A lei aponta uma tendência de transformar os idosos em "sujeitos de direitos", ao lado de outras leis que regulam os direitos de minorias, dos invisíveis para o capital, dos "não-rentáveis", garantido-lhes direitos civis, políticos e sociais. Nessa lei o idoso ingressa na condição humana, ampliando a concepção de direitos humanos "iluminista-burguesa", entretanto, sem ruptura de fundo, mas expandido-o também para os "não-rentavéis." (TEIXEIRA, 2008, p.289)

Nessa lei, o Capítulo V – Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer - mais precisamente no artigo 24, aborda a criação das Universidades Abertas à Terceira Idade, de modo que

> Art. 25 – O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

Vale destacar que, as UNATIs são uma proposta do âmbito mundial, o programa da Universidade da Terceira Idade surgiu na França, na cidade de Toulouse, no ano de 1973. A então UniversitéduTroisièmeÂge(UTA), tendo por objetivosa busca por alternativas na área da educação permanente que possibilitasse a efetiva melhoria da qualidade de vida dos idosos franceses e a criação de um centro de pesquisa sobre o envelhecimento.

Desde então, as ideias das UTAs se propagaram rapidamente pelo mundo: na Grã-Bretanha, nasceu em 1981 na cidade de Cambridge. Essa proposta baseou-se na auto-ajuda, possibilitando uma troca de experiências entre diversos especialistas e a integração de profissionais mais velhos e mais jovens.

Já no Brasil, as primeiras iniciativas voltadas à educação permanente de idosos surgiram ainda na década de 1960 através dos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de Universidade Federal de Santa Maria(UFSM) foram pioneiras na adoção do modelo de Universidade Aberta à Terceira Idade, no Brasil a partir de 1982 e 1984, respectivamente.

A proposta das Universidades Abertas à Terceira Idade proliferou em todo o Brasil. Rapidamente, surgiram programas, projetos adaptados às condições e exigências de cada instituição. Esses programas, muitas vezes, eram elaborados por colaboradores sem maior conhecimento científico na área do envelhecimento, devido à carência, ou mesmo, quase inexistência de profissionais qualificados em lidar com as questões das pessoas idosas.

A literatura aponta que existem dois modelos de universidades voltadas à terceira idade, sendo o modelo inglês e o modelo francês:

> O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, baseando-se no ideal da autoajuda. A certeza de que todos os especialistas de todas as áreas envelhecem e se aposentam norteou a criação de um espaço de troca, dentro das universidades, entre os mais velhos e os mais jovens. Essa experiência criaria oportunidade aos participantes para manutenção da sua competência e do sentimento de autovalorização de forma mais prolongada e constante. (Pacheco, 2003, p. 223).

Já o modelo francês tem suas bases no sistema tradicional universitário daquele país e privilegia o segmento mais velho da população sem, contudo, se fechar às outras faixas etárias preocupadas com o envelhecimento ou em busca de oportunidades de educação continuada. Os cursos, as oficinas de trabalho, os grupos de estudos e outras modalidades oferecidas são diversificados e abertos, compostos de conteúdos e metodologias próprias, centradas no modelo da educação continuada daquele país. "Soma se a eles o acesso aberto e disponível a diferentes cursos universitários, especialmente nas áreas de ciências humanas e artes" (Pacheco, 2003, p. 223).

A primeira UNATI no Brasil surge no interior de São Paulo, em Campinas, em 1990, através da Pontifica Universidade Católica, no programa Universidade Aberta à Terceira Idade, "com os objetivos de promover a educação permanente e estimular a reinserção social dos idosos, utilizando um trabalho interdisciplinar e interdepartamental voltado à comunidade" (Martins de Sá, 1996, apud Pacheco, 2003).

Baseados nos estudos de Pacheco (2003), a maioria dos programas universitários destinados aos idosos obedecem ao modelo francês, centrando suas atividades em programas de educação permanente, tornando-se um espaço de relacionamento, de estudos, por meio de cursos regulares ou estruturados conforme o perfil dos alunos.

De acordo com o Estatuto do Idoso (2003) e devido a necessidades das demandas, são desenvolvidas na universidade diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados para pessoas em processo de envelhecimento. Desta maneira, o Programa Sênior Universidade Aberta à Terceira Idade da UNESP foi desenvolvido com o intuito de possibilitar as pessoas idosas e àquelas que estão envelhecendo, usufruir do espaço universitário, que tange os aspectos educacional e cultural.

Assim, a partir desse resgate histórico sobre as UNATIs, é pertinente abordar as peculiaridades da emergência do programa da UNATI- UNESP/ Campus Franca, que possui em sua desde sua gênese o protagonismo do Serviço Social, trazendo reflexos no trabalho dessa instituição.

III. Reflexão sobre as atividades desenvolvidas na UNATI/UNESP- Campus Franca

Atualmente o programa da UNATI se enquadra como uma das extensões universitárias da UNESP, entretanto a Universidade Aberta à Terceira Idade possui uma peculiaridade: ela é consolidada como um projeto institucional, sendo regulamentada pela Portaria nº 191 de 2001, que instituiu núcleos de aprendizagem permanente dirigido à terceira idade nos diversos campus da UNESP, dando assim uma garantia na continuidade do trabalho desenvolvido pela instituição junto à comunidade.

Antes mesmo, da formalização do programa a UNATI já iniciava seus trabalhos em 1993, sendo uma proposta do Serviço Social, funcionando assim como um projeto de extensão universitária, sendo também um campo de estágio, sendo um espaço frutífero para a formação profissional de estudantes desta área pudessem desenvolver sua prática sob a supervisão de um profissional de Serviço Social.

Vale destacar que a Universidade Aberta à Terceira Idade - Campus Franca se difere dos demais Centros de Convivência do Idoso (CCIs), por ter em seu bojo o cunho educativo, ou seja, incita a educação permanente na terceira idade, visando, sobretudo autonomia da pessoa idosa e a promoção de sua cidadania. Possuindo como pressuposto que o aprendizado independe da idade e da condição social da pessoa idosa, visto que o critério estabelecido para a participação do programa é a idade mínima de 45 anos.

Portanto, o programa conta com um público diversificado, tanto no que se refere às condições socioeconômicas quanto ao nível de escolaridade, já que o objetivo central dos unatianos é a busca pela socialização, conhecimento e cultura. Este público variado forma um terreno profícuo para a troca intergeracional e favorece a participação política das pessoas que ainda não são consideradas idosas a abraçar a luta dos direitos deste segmento via a divulgação dos mecanismos de reivindicação.

As atividades da UNATI- UNESP/Franca se desenvolvem sobre três eixos: saúde e lazer, arte e cultura, atualização e aquisição de novos conhecimentos. As aulas oferecidas na UNATI Campus de Franca são de filosofia, história da arte, inglês, espanhol, informática, memória, coral, fisioterapia, yoga, dança e biodança, que possuem como

> [...] propósito interagir com o idoso, possibilitando usufruir do espaço educacional e cultural da universidade para a ampliação dos conhecimentos, educação continuada, convivência social e troca de experiências de vida entre os participantes, bem como fornecer informação e a reflexão sobre questões da cidadania e a efetivação dos direitos sociais. (SOARES, DI GIANNI, 2008, p.11)

Considerações finais

Dessa maneira, é necessário estudar e compreender o processo de envelhecimento, buscando melhorar a vida dos usuários proporcionando a eles um envelhecimento ativo e saudável com a comunidade. A UNATI tem um importante papel para proporcionar qualidade de vida e assegurar os direitos da pessoa idosa através das atividades e debates desenvolvidos na mesma, proporcionando uma nova maneira de compreender o mundo.

A proposta do programa consiste em interagir com a pessoa idosa, possibilitando à ela usufruir do espaço educacional e cultural da Universidade para a ampliação de conhecimentos, educação continuada, convivência social e troca de experiências de vida entre os participantes, bem como fornecer informação e a reflexão sobre questões da cidadania e a efetivação dos direitos sociais.

Considera-se que a UNATI da FCHS, campus de Franca atua numa relação direta com a questão de cidadania e do desenvolvimento social, pois possui a de atuação com vistas à perspectiva da universalização dos direitos sociais, políticos e civis, que vai de encontro com o que projeto político do Serviço Social preconiza. Desta forma, o programa garante de forma intensa o alerta não só ao processo de envelhecimento, mas ao contexto social que as pessoas idosas estão inseridas, de forma a conquistar e reivindicar seus direitos e a participação social.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**: realidade incômoda. 2.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Estatuto do idoso:** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e legislação correlata. Brasília, DF: Centro de Documentação de Informação, Edições Câmara, 2008. (Série Legislação, n.14).

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**, nº 75, Ano XXIV, Ed. Cortez, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. PASINATO, Maria Tereza. **O envelhecimento na agenda das políticas públicas.** Disponível em:<http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Envelhecimento%20Populacional%20na%20Agenda%20das%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas.pdf> Acesso em 16 dez 2012.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2014

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE**. Envelhecimento ativo:** uma política de saúde. Brasília: DF: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

PACHECO, Jose. L. **As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre gerações.**In: SIMSON, O. R. de M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Org.). As múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas: Alínea, 2003.

SOARES, Nanci; DI GIANNI, Victalina Maria Pereira. UNATI/Franca: construindo cidadania na era do envelhecimento. In: JOSÉ FILHO, Mário; SOARES, Nanci (Orgs.). **UNATI:** construindo cidadania. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

Distribuição do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais e nas mesorregiões mineiras: uma comparação entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010

Este trabalho tem como objetivo analisar o comportamento da distribuição do rendimento das pessoas ocupadas no Estado de Minas Gerais e nas mesorregiões mineiras, usando os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. De acordo com os Censos de 2000 e 2010, o número de pessoas ocupadas com rendimento, em Minas Gerais, cresceu 29,5. Os resultados, também, mostram que o rendimento médio real no Estado aumentou 9,5%. Tanto o índice de Gini como o índice T de Theil indicam uma redução considerável na desigualdade de renda nas mesorregiões no período analisado, especialmente, nas regiões Central, Noroeste, Oeste e Sul/Sudoeste.

020-2338

Rosycler Cristina Santos Simão
Instituto Federal de São Paulo
rosycler@ifsp.edu.br

Palavras-chave: rendimento, desigualdade, pessoas ocupadas, Minas Gerais

1. Introdução

O objetivo do presente trabalho foi comparar as distribuições de rendimento das pessoas ocupadas do estado de Minas Gerais, de acordo com os Censos Demográficos de 2000 e 2010. Os resultados foram apresentados para as 12 mesorregiões mineiras e para o Estado.

Na organização da divisão territorial brasileira, há as classificações de microrregiões e mesorregiões. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002, p.16),

> "As microrregiões são um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração. As mesorregiões são um conjunto de microrregiões também agrupadas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e de lugares".

As mesorregiões analisadas são: 1) Noroeste de Minas, 2) Norte de Minas, 3) Jequitinhonha, 4) Vale do Mucuri, 5) Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba, 6) Central Mineira, 7) Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), 8) Vale do Rio Doce, 9) Oeste de Minas, 10) Sul/Sudoeste de Minas, 11) Campo das Vertentes e 12) Zona da Mata.

De acordo com o IBGE (2011, p.30), considera-se como ocupada na semana de referência[19] do censo aquela pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou a pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada (por motivo de férias, greve, doença e outros) nessa semana.

Segundo Hoffmann (2013, p.208), na terminologia do IBGE denomina-se "rendimento do trabalho" todo rendimento associado ao exercício de uma atividade econômica, incluindo o lucro do empreendimento. Nesse sentido, é importante não confundir o "rendimento do trabalho" do IBGE com o significado dessa expressão em teoria econômica, especialmente nas escolas de pensamento clássico e marxista.

Na próxima seção descreve-se a respeito da fonte de dados. Na terceira seção é analisada a distribuição do rendimento das pessoas ocupadas. Na última seção estão sumariadas as conclusões.

Fonte de dados

Nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 foram utilizados dois tipos de questionário: i) Questionário básico que é aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra e ii) Questionário da amostra que é aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Para a obtenção dos resultados, são usados os microdados[20] da amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Todas as análises estatísticas apresentadas neste trabalho foram ponderadas, usando os fatores de expansão da amostra. Segundo o IBGE (2012, p.38), numa pesquisa realizada por amostragem probabilística, cada unidade selecionada na amostra representa, também, outras unidades que fazem parte da população-alvo. Assim, para cada unidade domiciliar selecionada na amostra do Censo Demográfico é associado um fator de expansão ou peso. O peso obtido para uma determinada unidade domiciliar é atribuído também a cada um de seus moradores.

[19] A investigação das características de trabalho no Censo Demográfico de 2010 teve como semana de referência a semana de 25 a 31 de julho de 2010. Para o Censo de 2000 a semana de referência foi de 23 a 29 de julho de 2000.

[20] Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações.

A variável analisada foi o rendimento positivo (maior que zero) de todos os trabalhos das pessoas ocupadas. O rendimento de todos os trabalhos é a soma dos rendimentos nominais mensais (dos meses de referência[21] dos censos) do trabalho principal e dos demais trabalhos, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.
Para tornar comparáveis as rendas declaradas nos dois Censos Demográficos analisados, os rendimentos de 2000 são expressos em reais de 2010, usando como inflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) [22], conforme proposto por Corseiul e Foguel (2002).

Na amostra do Censo de 2000 para Minas Gerais há 2.347.758 pessoas, representando uma população de 17.905.134 pessoas. No Censo de 2010 esses números são 2.506.265 e 19.597.330, respectivamente. Em 2000, do total da população mineira 7.153.508 eram consideradas ocupadas[23] e, em 2010, 8.970.284 estavam classificados como ocupados.

A Tabela 1 mostra o número de pessoas ocupadas com rendimento positivo em todos os trabalhos em Minas Gerais e nas mesorregiões mineiras. Entre 2000 e 2010, o numero de pessoas ocupadas com rendimento (maior que zero), em Minas Gerais, cresceu 29,5%. Nota-se que a RMBH apresentou o maior crescimento percentual no número de pessoas ocupadas (37,1%) e o menor crescimento de pessoas ocupadas foi no Vale do Mucuri (11,8%).

Tabela 1. Número de pessoas ocupadas na amostra e correspondente número de pessoas ocupadas na população, em cada ano, com rendimento positivo.

Estado e Mesorregiões	2000		2010		Variação percentual da população
	Amostra	População	Amostra	População	
Minas Gerais	862.017	6.771.575	1.060.830	8.771.014	29,5
1. Noroeste	15.504	120.883	23.101	158.353	31,0
2. Norte	58.438	437.635	81.340	579.240	32,4
3. Jequitinhonha	29.323	193.731	37.255	230.891	19,2
4. Vale do Mucuri	17.477	119.183	20.896	133.293	11,8
5. Triângulo/Alto Par.	94.878	798.114	115.876	1.063.545	33,3
6. Central Mineira	20.573	150.823	28.637	186.212	23,5
7. RMBH	237.349	2.171.410	244.618	2.977.128	37,1
8. Rio Doce	69.396	512.914	94.437	620.286	20,9
9. Oeste de Minas	46.061	361.851	63.838	479.194	32,4
10. Sul e Sudoeste	137.368	954.441	179.272	1.167.351	22,3
11. C. das Vertentes	23.395	186.233	35.691	234.057	25,7
12. Zona da Mata	109.255	764.359	135.869	941.464	23,2

Fonte: Elaboração própria, a partir dos Censos Demográficos.

Na amostra das pessoas ocupadas com rendimento positivo optou-se em excluir as seguintes observações: a) sem informação de cor, b) trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo, c) as classificadas em atividades mal definidas, d) com idade acima de 100 anos, e) com rendimentos mensais iguais ou superiores a R$ 100.000[24], f) as pessoas que declararam número de horas trabalhadas habitualmente em todos os trabalhos superior a 99 ou inferior a 10 horas por semana.
Cabe reconhecer que há certa arbitrariedade nessas exclusões, mas como a amostra utilizada é muito grande, isso não afeta a validade dos resultados. Após todas as exclusões, em 2000, a amostra utilizada ainda tem 830.198 pessoas, correspondendo a uma população de 6.517.343 pessoas ocupadas com rendimento positivo. No Censo de 2010 esses números são 973.684 e 7.970.596, respectivamente.

Características das pessoas ocupadas nas mesorregiões de Minas Gerais

A Tabela 2 mostra o rendimento médio das pessoas ocupadas em Minas Gerais e nas suas 12 mesorregiões. No Estado como um todo, o rendimento médio foi de R$ 1.079 para o ano de 2000 e R$ 1.182 para o ano de 2010, um crescimento de 9,5%. Usando a renda média como indicador de riqueza, as regiões mais ricas do estado são: RMBH e

[21] Para os Censos Demográficos de 2000 e 2010 o mês de referência foi julho.
[22] Foi utilizada a média geométrica do INPC de julho e agosto de cada ano dos censos.
[23] Há pessoas ocupadas com rendimento igual à zero na amostra.
[24] Nos Censos 2000 e 2010 foram contabilizadas 39 e 94 pessoas, respectivamente, com rendimento de todos os trabalhos igual ou maior que R$ 100.000.

Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Por outro lado, as regiões mais pobres são: Norte de Minas e Jequitinhonha. Quando se compara o rendimento médio das pessoas ocupadas das mesorregiões com o rendimento médio do Estado como um todo, apenas RMBH e Triângulo/Alto Paranaíba superaram o rendimento médio do Estado, no período analisado. Em 2010, a renda média da RMBH foi de R$ 1.467, valor 24,2% maior que do Estado (R$ 1.182,2).

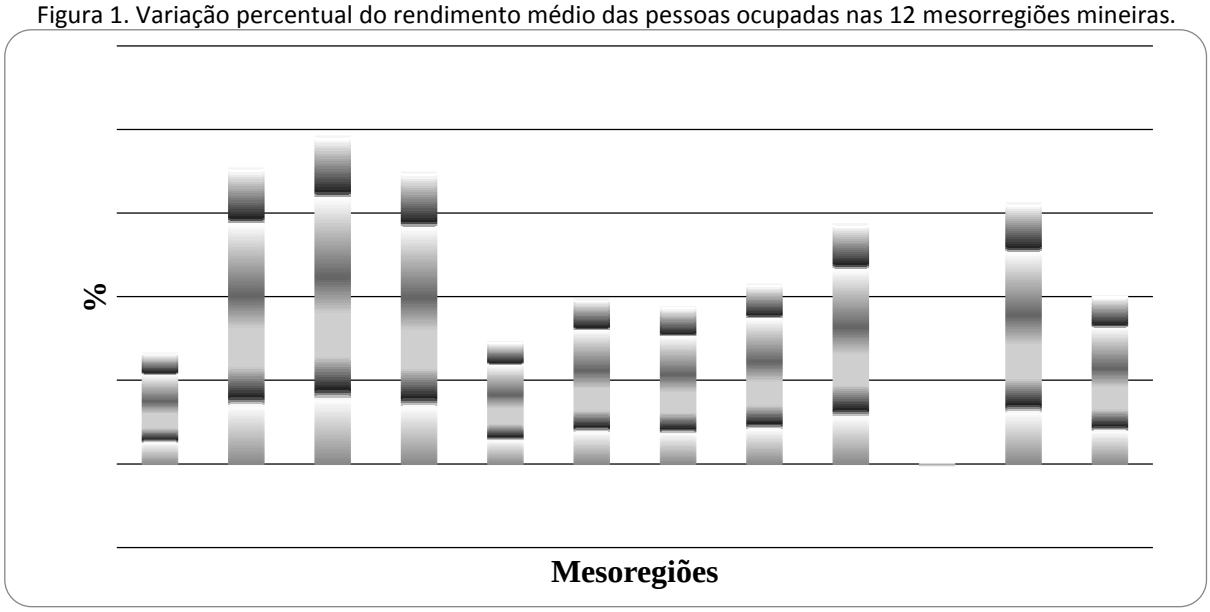
Tabela 2. Rendimento médio das pessoas ocupadas, em Minas Gerais e nas mesorregiões mineiras de acordo com os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Estado e Mesorregiões	2000	2010
Minas Gerais	1.079,8	1.182,2
1. Noroeste	970,3	1.034,3
2. Norte	684,1	805,0
3. Jequitinhonha	571,0	682,9
4. Vale do Mucuri	740,9	870,1
5. Triângulo/Alto Par.	1.220,6	1.309,7
6. Central Mineira	881,7	968,5
7. RMBH	1.341,8	1.467,8
8. Rio Doce	906,8	1.004,0
9. Oeste de Minas	924,3	1.056,8
10. Sul e Sudoeste	1.043,9	1.043,2
11. Campo das Vertentes	900,5	1.041,0
12. Zona da Mata	936,9	1.031,1

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que o rendimento médio aumentou em 11 mesorregiões entre 2000 e 2010, exceto no Sul/Sudoeste que teve um pequeno decréscimo (0,1%). As regiões que apresentaram maior crescimento na renda média foram: Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, ultrapassando 17%, conforme pode ser visualizado na Figura1. É importante destacar que essas regiões são consideradas as mais pobres do Estado.

Figura 1. Variação percentual do rendimento médio das pessoas ocupadas nas 12 mesorregiões mineiras.



Fonte: Elaboração própria.

Nota: 1- Noroeste, 2- Norte, 3- Jequitinhonha, 4- Vale do Mucuri, 5- Triângulo/Alto Paranaíba, 6- Central, 7 - RMBH, 8 – Rio Doce, 9- Oeste, 10- Sul e Sudoeste, 11- Campo das Vertentes, 12- Zona da Mata.

A Tabela 3 mostra o índice de Gini de Minas Gerais e das 12 mesorregiões mineiras. Este índice foi proposto por Corrado Gini em 1914 e sua construção é baseada numa curva denominada curva de Lorenz, a qual é obtida a partir da ordenação das pessoas segundo o seu nível de renda. O índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição. Explicações detalhadas sobre essa medida podem ser encontradas em Hoffmann (1998).

De acordo com a Tabela 3, o índice de Gini mineiro, passou de 0,583 em 2000 para 0,58 em 2010, isto é, uma redução de 14,2% na desigualdade mineira. O índice de Gini indica que as três mesorregiões com maior desigualdade na distribuição do rendimento do trabalho entre as pessoas ocupadas, no ano de 2000, são: Vale do Mucuri, Noroeste e RMBH, em ordem decrescente de desigualdade. Já para o ano de 2010, as três mesorregiões com maior desigualdade, também em ordem decrescente, são: RMBH, Vale do Mucuri e Zona da Mata.

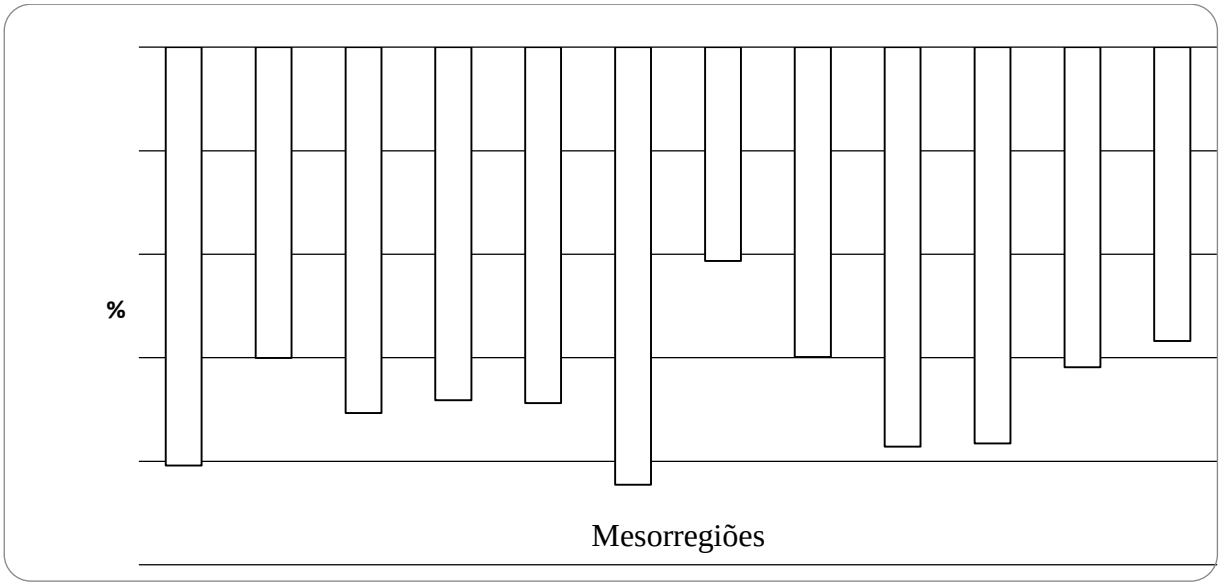
Tabela 3. Índice de Gini de Minas Gerais e das mesorregiões mineiras, 2000 e 2010.

Estado e Mesorregiões	2000	2010
Minas Gerais	0,583	0,500
1. Noroeste	0,594	0,474
2. Norte	0,573	0,487
3. Jequitinhonha	0,566	0,466
4. Vale do Mucuri	0,604	0,501
5. Triângulo/Alto Par.	0,576	0,477
6. Central Mineira	0,563	0,444
7. RMBH	0,581	0,521
8. Rio Doce	0,568	0,483
9. Oeste de Minas	0,534	0,431
10. Sul e Sudoeste	0,559	0,452
11. Campo das Vertentes	0,563	0,476
12. Zona da Mata	0,571	0,490

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 2 apresenta a variação do índice de Gini entre 2000 e 2010 nas mesorregiões mineiras. Nota-se que houve uma redução intensa na desigualdade das regiões, especialmente, nas regiões Central, Noroeste, Oeste e Sul/Sudoeste que tiveram uma redução do índice de Gini mais expressiva, com queda superior a 19%, enquanto, a RMBH teve a menor queda na desigualdade no período (10,3%).

Figura 2. Variação percentual do Índice de Gini da distribuição de renda das pessoas ocupadas nas 12 mesorregiões mineiras



Fonte: Elaboração própria.

Nota: 1- Noroeste, 2- Norte, 3- Jequitinhonha, 4- Vale do Mucuri, 5- Triângulo/Alto Paranaíba, 6- Central, 7 - RMBH, 8 – Rio Doce, 9- Oeste, 10- Sul e Sudoeste, 11- Campo das Vertentes, 12- Zona da Mata.

Como mostra a tabela 4, o valor real da mediana na população analisada cresceu 20,7% de 2000 a 2010 em Minas Gerais. Nota-se que o valor da mediana da distribuição cresceu bem mais do que o rendimento médio[25]. Isto

[2525] Veja Tabela 2.

ocorre porque há uma redução da assimetria da distribuição, acompanhando a redução da desigualdade. É interessante perceber também que, para ambos os anos analisados, as regiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentaram o menor valor da mediana em comparação às demais regiões, sendo que o rendimento mediano de 2010 era igual ao valor do salário mínimo daquele ano (R$ 510,00).

Há de se considerar que o 9º decil que delimita os 10% mais ricos, em Minas Gerais, passou de R$ 1972 em 2000 para R$ 2064 em 2010, um pequeno aumento de R$ 4,7%. Em 2000, os 10% mais ricos se apropriavam de 49,6% da renda total mineira, já em 2010 há uma redução nesse percentual passando para 43%.

O índice de T de Theil indica que as três mesorregiões com maior desigualdade, em ordem descrente, em 2000, são Noroeste, Vale do Mucuri e Central Mineira e em 2010 essa classificação é alterada, passando a serem mais desiguais as regiões RMBH, Vale do Mucuri e Zona da Mata.

Observa-se que há uma diferença de classificação entre o índice de Gini e o T de Theil para as mesorregiões mais desiguais no ano 2000. Segundo Hoffmann e Simão (2005), a mudança na ordenação decorre do fato de que essas medidas de desigualdade diferem na sensibilidade a mudanças em determinadas partes da distribuição. O índice de Gini é mais sensível a modificação ao redor da mediana e o índice de T de Theil, por outro lado, é relativamente mais sensível a mudanças na cauda direita da distribuição.

Tabela 4**.** Principais características da distribuição do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas nas Mesorregiões de Minas Gerais, conforme dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Estado e Mesorregiões	2000				2010			
	Mediana	90º perc.(1)	10+ (2)	T(3)	Mediana	90º perc.	10+ (1)	T(3)
Minas Gerais	547	1972	49,6	0,776	660	2064	43,0	0,561
1. Noroeste	463	1659	52,7	0,939	600	2000	40,2	0,526
2. Norte	295	1269	49,1	0,777	510	1500	41,6	0,543
3. Jequitinhonha	295	976	47,8	0,758	510	1200	38,9	0,478
4. Vale do Mucuri	295	1562	52,1	0,903	510	1530	43,3	0,578
5. Triângulo/Alto Par.	586	2343	49,6	0,797	800	2500	40,6	0,511
6. Central Mineira	441	1562	49,4	0,835	600	1600	38,8	0,475
7. RMBH	590	2928	48,5	0,731	800	3000	44,7	0,590
8. Rio Doce	390	1952	49,5	0,772	560	2000	40,9	0,519
9. Oeste de Minas	508	1757	46,2	0,693	700	2000	37,4	0,427
10. Sul e Sudoeste	586	1952	48,3	0,749	600	2000	39,3	0,476
11. C. das Vertentes	439	1757	48,1	0,707	580	2000	41,2	0,507
12. Zona da Mata	441	1952	48,8	0,742	550	2000	42,5	0,544

Fonte: Elaboração própria.

(1) 90º percentil ou 9º decil.
(2) Porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos.
(3) Índice T de Theil.

Considerações finais

Neste artigo buscou analisar o comportamento da distribuição do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais e nas mesorregiões mineiras entre 2000 e 2010, usando como base de dados os Censos Demográficos. A distribuição do rendimento das pessoas ocupadas revela grande contrates regionais na desigualdade de renda mineira, entretanto, chama a atenção a expressiva queda da desigualdade em Minas Gerais e em suas mesorregiões no período analisado, especialmente, nas regiões mais pobres do Estado.

Referências Bibliográficas

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Texto para discussão nº 897.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, 1998. 275p.

HOFFMANN, R.; SIMÃO, R. C. S. Determinante do rendimento das pessoas ocupadas em Minas em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e as diferenças entre mesorregiões. Nova Economia, v. 15, nº 2, mai-ago. 2005.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). *In* Campello, T. e Neri, M. C. (org.), Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania, IPEA, 2013, p. 207-216.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra do censo (compact disc). Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

Educação a Distância e a contribuição do curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP para a formação continuada de professores

O ensino a distância surge para atender às novas demandas educacionais que caracterizam o mundo globalizado e a sociedade do conhecimento. Nos últimos anos essa modalidade de ensino vem sendo implantada em grande parte das instituições públicas e particulares de ensino em nosso país, mas ainda é alvo de constantes críticas. Por essa razão esse trabalho tem como objetivo principal apresentar um breve histórico da Educação a Distância, apontando suas contribuições. A Educação a Distância é entendida como o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, em que professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias diversas, sendo o tutor indispensável no processo de orientação dos alunos de um curso a distância, pois é ele quem deve fazer com que os alunos percebam o quanto o trabalho colaborativo pode ajudar o processo de ensino e aprendizagem. Neste estudo a história da EaD é apresentada com base nos textos de José Manuel Moran, Lícia Giesta Ferreira de Medeiros e o papel do tutor fundamentado nos textos de Liliana Dias Machado/Elian de Castro Machado e Rejane Leal Schlosser. O presente trabalho também apresenta o curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP que foi criado em 2010 com o objetivo de oferecer formação em nível superior para professores do Estado de São Paulo em exercício na Educação Básica, preferencialmente na rede pública de ensino. Para a oferta do curso a UNESP fez parceria com a UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). Para a fundamentação teórica sobre o curso em questão foram utilizados o Manual Acadêmico do Curso de Pedagogia Unesp/Univesp e o site do Núcleo de Educação a Distância (NEaD). A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e o relato de experiência. Conclui-se que, os cursos oferecidos na modalidade EaD atendem às novas demandas educacionais, e contribuem de forma significativa na formação continuada de professores, tendo destaque o curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP.

069-2387

Francine Leandra de Melo Rodrigues Ishida
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
flmrodrigues@hotmail.com

Palavras-chave: educação à distância, tutor, pedagogia, formação continuada.

The distance mode education and the contribution of the UNESP/UNIVESP part-time mode course of pedagogy to the continuous training of teachers

Abstract
The distance learning emerges to attend new educational demands which characterize the globalized world and the society of knowledge. Lately this kind of education is being instituted in the majority of public and private Brazilian institutions of education, but it is also seen as target of innumerous criticisms. In this sense, this paper comes to present a brief historical of the distance mode education, reporting its contributions. Distance education is known as a process of teaching-learning, with technologic support, in which teachers and students are separated in space and/or time, but connected and interlinked by different technologies, being the tutor's role compulsory in the process of orienting the students, once it is him/her who must show them the importance of the collaborative work in the teaching-learning process. In this study, the history of EaD is presented based on works from José Manuel Moran, Lícia Giesta Ferreira de Medeiros and the role of tutor is based on texts from Liliana Dias Machado/Elian de Castro Machado e Rejane Leal Schlosser. This paper also presents the part-time mode course of Pedagogy of UNESP/UNIVESP which was created in 2010 with the objective of offering a higher educational level to teachers who work in São Paulo state at the basic level education, preferably at the public schools. In order to offer these courses, UNESP created a partnership with UNIVESP (Virtual university of São Paulo State). To theoretical support about this subject were used the *Manual Acadêmico do Curso de Pedagogia Unesp/Univesp* and the site of the *Núcleo de Educação a Distância* (NEaD). The methodology used in this work was the bibliographical research and the report of experience. It is concluded that these courses meet the needs of new educational demands and contribute to the continued training of teachers in a significant way, with a highlighting note to the UNESP/UNIVESP part-time mode course of Pedagogy.

Keywords: distance mode education; tutor; pedagogy; continued training.

INTRODUÇÃO

Para abordarmos o tema educação no Brasil, devemos primeiramente refletir sobre o que é educação. Para isso é necessário recorrermos aos principais documentos que regem a educação brasileira, sendo eles a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394 de 1996).

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).
> A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Com base nesses documentos vimos que a escola, por ser uma instituição responsável pela educação formal, deve proporcionar momentos reflexivos e práticos que permitam o desenvolvimento de um indivíduo autônomo capaz de conviver em sociedade e exercer um ofício. Mas sabemos que apesar dos documentos, dos extensos estudos e constantes debates ainda há muitas instituições escolares que se preocupam apenas em transmitir conteúdos e obter bons resultados em avaliações internas e externas, não se importando com a individualidade e não garantindo a aprendizagem efetiva de todos os educandos.

A Educação no Brasil é alvo de constantes pesquisas tanto no meio acadêmico quanto fora dele. A busca pela melhoria da educação faz com que a sua história seja constantemente estudada e refletida. As instituições que oferecem educação básica e aquelas que oferecem o ensino superior, as metodologias, os materiais, as práticas dos docentes estão sempre em discussão, visando sempre a melhoria da aprendizagem dos alunos.

Os resultados obtidos em indicadores externos como: PISA (PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS), o SAEB (SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA), o SINAES (SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO SUPERIOR), o IDEB (INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA) e o IDESP-(INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO) são constantemente analisados e ações são elaboradas para aumentar os índices do país e/ou das instituições.

Para a melhoria da educação no Brasil todos esses estudos e reflexões são realmente relevantes, mas sabemos que um maior investimento financeiro nesta área pelo Estado também se faz necessário. Além disso, devemos também refletir sobre a educação que acontece fora do contexto escolar, lembrando-se de considerar outras instâncias sociais que também são responsáveis pela educação dos cidadãos brasileiros.

Brandão (2007) afirma que ninguém escapa da educação. Para ele, estamos aprendendo em todo lugar e em qualquer situação, pois todos os dias misturamos a vida com a educação, seja para aprender, para fazer, para ser ou para conviver.

De acordo com o autor:

> Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2007, p.9).

Com isso, podemos refletir sobre o ensino superior oferecido nas modalidades de ensino a distância (EaD) e semipresencial, em que a aprendizagem não acontece em um espaço físico e temporal específico, mas que conta com material didático elaborado por professores, a mediação dos tutores e o uso da internet e outras tecnologias, que permitem o acesso à informação, a interação entre tutor-aluno e aluno-aluno e, consequentemente, a construção do conhecimento.

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Sabemos que o ensino a distância surge para atender às novas demandas educacionais que caracterizam o mundo globalizado e a sociedade do conhecimento.

> Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes (MORAN, 2008, p.1).

Portanto, para entendermos o que é a EaD no mundo contemporâneo é importante conhecermos um pouco de sua história.

Segundo Maia e Mattar (2007), citados por Medeiros (2012), alguns autores defendem a ideia de que EaD existe desde as cartas de Platão e as Epístolas de São Pedro, mas ela surge efetivamente no século XIX, por causa do desenvolvimento dos meios de transporte (trens) e comunicação (correio).

Para eles a história da EaD pode ser dividida em três gerações, em que a primeira é caracterizada pelo uso de material impresso enviado pelo correio. A segunda é marcada pela utilização de mídias como o rádio, a televisão, as fitas de áudio e vídeo e do telefone. A terceira geração, que é considerada a mais atual, é conhecida por EaD on-line, assinalada pelo uso do videotexto, do microcomputador, das tecnologias multimídia, do hipertexto e da Internet.

Essa terceira geração é distinguida pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. O desenvolvimento explosivo da Internet, por volta de 1995 faz com que ocorra um ponto de ruptura na história da educação a distância, surgindo o espaço virtual da aprendizagem (MAIA E MATTAR, 2007, citados por MEDEIROS, 2012).

Sendo assim, surge um novo formato do processo de ensino e aprendizagem, capaz de romper com a tradição e planejar o novo.

> ...aberto, centrado no aluno, baseado no resultado, interativo, participativo, flexível quanto ao currículo, às estratégias de aprendizado e envio e não muito preso a instituições de aprendizado superior, porque pode também se dar nos lares e nos locais de trabalho (MAIA e MATTAR, 2007, p.22, citados por MEDEIROS, 2012).

Não há uma geração mais importante que a outra e elas são indissociáveis, pois sempre uma é o alicerce para o surgimento da próxima. Não existem tecnologias superiores ou mais atuais, o que devemos considerar é o contexto educacional, pensando em qual é a mais apropriada. Muitos fatores devem ser levados em consideração para que possamos adequar as tecnologias às necessidades reais dos alunos, das comunidades e das organizações.

Com base nesta afirmação, podemos refletir sobre o contexto atual das diferentes instituições que oferecem cursos na modalidade EaD, pois sabemos que cada uma utiliza diferentes recursos e estratégias de acordo com o plano do curso, o público alvo e as crenças institucionais.

No Brasil a EaD seguiu os passos da educação a distância no mundo, primeiramente com a oferta de cursos por correspondência. Logo após, com a utilização das mídias como o rádio e a televisão, utilizadas com bastante sucesso, antes da introdução da Internet. (MAIA e MATTAR, 2007, citados por MEDEIROS, 2012).

De acordo com Maia e Mattar (2007), citados por Medeiros (2012), foi no início do século XX que surgiram no Brasil os primeiros cursos a distância sendo eles: o curso por correspondência de datilografia das Escolas Internacionais; o uso do rádio, cinema e imprensa para a modernização e a democratização da educação brasileira, proposto pelos professores com o Manifesto da Escola Nova; o serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação; os primeiros cursos profissionalizantes por correspondência oferecidos pelo Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro (IUB); os cursos oferecidos através de rádio pelo SENAC e SESC.

Já na segunda metade do século XX o Ministério da Educação fez uma parceria com a Fundação Padre Landell de Moura, que possuía experiência em EaD desde 1967 e com a Fundação Padre Anchieta para oferecer cursos específicos para a educação e inclusão social de adultos. Nesta mesma época, a Fundação Roberto Marinho dá início ao chamado hoje Telecurso2000 que utiliza como recursos os livros, os vídeos e a televisão (Rede Globo de Televisão) (MEDEIROS, 2012 apud MAIA e MATTAR, 2007).

O Colégio Anglo-Americano, através de seu Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER), também oferece os Ensinos Fundamental e Médio para crianças que mudaram temporariamente para o exterior, e que desejam continuar a estudar pelo sistema educacional brasileiro.

O ensino superior brasileiro dá início ao uso do sistema virtual através do pioneiro Programa de Ensino a Distância da Universidade de Brasília (UnB), que oferece cursos de extensão universitária nesta modalidade. Essa Universidade cria, em 1989, o seu Centro de Educação a Distância - CEAD/UnB (MAIA e MATTAR, 2007, p.23, citados por MEDEIROS, 2012).

O programa “Salto para o Futuro” foi incorporado à TV Escola no ano de 1995 e é um marco na EaD nacional, sendo para formação continuada de professores. Os programas do Salto para o Futuro são ao vivo e os professores presentes nas telessalas se interagem, com a mediação de orientadores de aprendizagem.

Também em 1995, foi criada a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED - sociedade científica, sem fins lucrativos, que visa a contribuição para o desenvolvimento do conceito, métodos e técnicas que promovam a educação aberta flexível e a distância, visando o acesso de todos os brasileiros a educação.

O Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 oficializa a EaD como modalidade educacional no Brasil, como vemos abaixo:

> Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.
>
> § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
>
> § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.
>
> § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.
>
> § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

> I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
> II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
> III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996 criou a Secretaria de Educação a Distância – SEED, contribuindo para a incorporação das TIC e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos.

Maia e Mattar (2007), citados por Medeiros (2012) mostra que em 2000 foi criada a Rede Nacional de Teleconferência que transmitia aulas, via satélite, pela Rede Sesc-Senac de Televisão. A interação com os alunos se dava através de e-mail, fax e telefone em todas as unidades do Sistema Senac.

Em 2001 o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria 2.253, que regulamenta, no ensino superior, a oferta de disciplinas a distância para atender até 20% da carga horária dos cursos reconhecidos.

O MEC cria, em 2002, uma comissão assessora de especialistas em educação a distância, que produziu um relatório sobre as diretrizes para o desenvolvimento da EaD no Brasil com a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Em 2005, ocorre a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo MEC, com a finalidade de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância (MAIA E MATTAR, 2007, citados por MEDEIROS, 2012).

Hoje, sabemos que há muitas instituições públicas e privadas que oferecem cursos semipresenciais e a distância, tendo destaque os cursos de formação continuada para professores, os quais, devido à extensa jornada de trabalho, optam por essa modalidade de ensino por ser mais flexível em relação aos horários para a realização das atividades. Nestas instituições vemos diferentes maneiras de conceber a EaD, dependendo das abordagens escolhidas.

O aluno ao escolher um curso seja ele presencial, semipresencial ou a distância deve estar atento aos objetivos da instituição, pois há abordagens que priorizam a quantidade e outros a qualidade de ensino.

1.1. CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL UNESP/ UNIVESP

Pensando no cenário educacional do Brasil, pautado na descentralização das políticas públicas, que gera dificuldades nos municípios, por não possuírem profissionais qualificados, e com a necessidade de formar profissionais capazes de estabelecer e interagir com as novas condições de participação que hoje são necessárias, a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 2010 inicia o curso semipresencial de Pedagogia, cujo objetivo é oferecer formação em nível superior para professores do Estado de São Paulo em exercício na Educação Básica, preferencialmente na rede pública de ensino. Este é o primeiro curso de graduação a distância oferecido pela Universidade e teve início em março de 2010 com 1.350 alunos (MANUAL ACADÊMICO DO CURSO DE PEDAGOGIA – UNESP/UNIVESP, 2010).

Para a oferta do curso a UNESP fez parceria com a UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) criada através do decreto nº 53.536, de 09 de outubro de 2008 como programa de expansão do ensino superior público do Governo do Estado de São Paulo. Neste convênio a UNIVESP é a responsável pelo suporte material, financeiro e tecnológico e a Universidade é responsável por elaborar os projetos acadêmicos, conteúdos, processo de seleção (vestibular) e avaliação dos alunos (NEaD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNESP, 2013)

O projeto foi elaborado por professores da UNESP, especialistas em Educação e em Educação a Distância, tendo as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas que proporcionam a construção de ambientes de aprendizagem contextualizados e significativos.

O curso semipresencial de Pedagogia, oferecido pelo convênio UNESP/UNIVESP habilita os alunos para a atuação na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental e na gestão de unidades escolares.

A carga horária total é igual aos cursos oferecidos na modalidade totalmente presencial, sendo 3.390 horas – distribuídas ao longo de três anos. O curso está dividido em 60% com atividades a distância, desenvolvidas por meio da plataforma virtual de aprendizagem, em que os alunos realizam atividades individuais e coletivas e 40% em atividades presenciais, realizadas em dois encontros semanais nos polos, distribuídos por 21 cidades do Estado de São Paulo (NEaD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNESP, 2013)

Os conteúdos do curso são apresentados aos alunos através do material impresso (para cada disciplina é produzido um Caderno de Formação, que contém o material de leitura dos alunos – textos de professores autores e especialistas, além das agendas de atividades que serão desenvolvidas durante a disciplina.), da televisão (canal digital da Fundação Padre Anchieta, Univesp TV, com a apresentação de vídeos e entrevistas) e da plataforma web (acesso ao material didático, suporte à comunicação, links de vídeos, mural, enquetes, fóruns e correio para troca de mensagens virtuais). A plataforma utilizada é o Teleduc, que oferece um ambiente de suporte para ensino-aprendizagem a distância, o AVA (Ambiente virtual de aprendizagem) - principal canal de comunicação entre alunos, tutores e professores. O contato com o AVA é através do Portal Edutec.

A organização, produção, projeto gráfico e distribuição dos Cadernos de Formação é realizada pela equipe do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da Unesp, criado em 2009 para atender o crescimento de iniciativas de educação a distância e o constante incentivo dos órgãos governamentais para o aprimoramento desta modalidade de ensino. A publicação do material é da Editora Unesp, pelo selo Cultura Acadêmica (NEaD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNESP, 2013)

Todo o material elaborado para o curso visa não apenas a qualidade relacionada ao conteúdo de ensino.

> A formação dos professores deve proporcionar-lhes, além do conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, os recursos necessários para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico que ofereça às crianças as condições necessárias para a construção de um mundo orientado pela solidariedade e respeito às diferenças (MANUAL ACADÊMICO DO CURSO DE PEDAGOGIA – UNESP/UNIVESP, 2010, p.10):

Nóvoa (2010) afirma que os cursos de formação de professores devem assumir uma componente prática, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos; basear-se na aquisição de uma cultura profissional, exercendo os professores mais experientes um papel central na formação dos mais jovens; considerar as dimensões pessoais; valorizar o trabalho em equipe e o exercício coletivo da profissão e ter responsabilidade social, favorecendo a comunicação pública e a participação dos professores no espaço público da educação.

Por essa razão, o material, as atividades presenciais e a distância do curso de Pedagogia UNESP/UNIVESP buscam a formação de professores reflexivos, capazes de aliar teoria e prática, trabalhar em equipe; desenvolvendo saberes relacionados à ação docente; assegurando uma articulação entre a formação inicial e continuada.

Por já possuírem uma licenciatura em áreas específicas e já atuarem como professores na rede pública e/ou particular (PEBII), os alunos do pólo de Franca, principalmente durante as aulas presenciais, realizam ricas reflexões sobre conteúdos e práticas pedagógicas, compartilhando suas experiências nas diferentes disciplinas, diferentes níveis e em diferentes escolas em que atuam. Os alunos apontam que através das trocas é possível um maior conhecimento sobre os aspectos pedagógicos, necessários a qualquer nível e disciplina da Educação Básica, e alegam que suas práticas em sala de aula modificaram a partir dos estudos e reflexões realizadas durante o curso.

Apesar de o curso capacitar os alunos para atuarem em diferentes níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e gestão escolar), alguns na turma de Franca optaram por realizá-lo para aperfeiçoamento na área em que já atuam.

2. O PAPEL DO TUTOR NA EaD

Sabemos que a relação aluno-professor é tema relevante no contexto educacional, tornando então fundamental as reflexões sobre o papel do tutor em um sistema de ensino a distância.

> ...a tutoria como método nasceu no século XV na universidade, onde foi usada como orientação de caráter religioso aos estudantes, com o objetivo de infundir a fé e a conduta moral. Posteriormente, no século XX, o tutor assumiu o papel de orientador e acompanhante dos trabalhos acadêmicos, e é com este mesmo sentido que incorporou aos atuais programas de educação a distância. (SÁ, 1998, citado por MACHADO e MACHADO, 2004, p.2)

O perfil do estudante em EaD exige dele uma atitude sistemática no ato de aprender e estudar, tendo total autonomia para decidir quando, como e onde realizará suas leituras e atividades, mas temos que lembrar que, ao contrário do que se possa imaginar, o estudante da modalidade a distância não está solitário. (SCHLOSSER, 2010)

De acordo com a autora, nesse grupo, estão os professores especialistas/pesquisadores responsáveis em organizar o material didático básico para a orientação do aluno, a equipe técnica, a coordenação do curso e o tutor ou orientador, habilitado em observar e ajudar na condução da trajetória de conhecimento desse aluno.

Esse novo educador é um facilitador da aprendizagem e tem como uma de suas principais funções possibilitar a mediação entre o professor especialista, o estudante, o material didático do curso e as atividades práticas.

Segundo Peters (2001), citado por Schlosser (2010, p.6): “O tutor é uma peça indispensável no processo de orientação dos alunos de um curso a distância. É ele quem, aos poucos, deve fazer com que os alunos percebam o quanto o trabalho colaborativo pode ajudar o processo de ensino e aprendizagem.”

Sabemos que é necessário ao tutor diferentes qualidades para desenvolver o seu papel com excelência, entre elas podemos destacar as qualidades humanas (empatia e cordialidade), as qualidades científicas (conhecimento teórico e prático), e as qualidades técnicas (saber trabalhar em equipe e com eficiência).

Além disso, sabemos que para que o curso seja oferecido na modalidade EaD são necessários outros aspectos, sendo eles o ambiente de ensino (proposta da instituição), o material didático, a reflexão sobre quem são os alunos, o acompanhamento aos alunos com dificuldade, a utilização de tecnologias apropriadas para proporcionar a interação entre os alunos e o tutor.

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (2007) ressalta que o domínio do conteúdo é imprescindível para o tutor a distância e permanece como condição essencial para o exercício das funções. Esta condição fundamental deve estar aliada à necessidade de dinamismo, visão crítica e global, capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação. Em função disto, é indispensável que as instituições desenvolvam planos de capacitação de seu corpo de tutores. Um programa de capacitação de tutores deve, no mínimo, prever três dimensões: capacitação no domínio específico do conteúdo; capacitação em mídias de comunicação; e capacitação em fundamentos da EaD e no modelo de tutoria. Portanto o tutor deve estar em constante capacitação para atender todos os requisitos necessários para realizar um trabalho que atenda às expectativas da instituição e do aluno.

2.1 O PAPEL DO ORIENTADOR DE DISCIPLINA E ORIENTADOR DE TURMA NO CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL UNESP/UNIVESP

Vimos nas reflexões anteriores que a identidade do tutor nos cursos semipresenciais e a distância ainda está em construção. Sabemos que as diferentes instituições estabelecem diferentes funções aos tutores de acordo com os seus planos de curso.

No curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP a nomenclatura utilizada para os responsáveis em orientar e acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos educandos foi orientador de disciplina e orientador de turma.

Neste programa os professores da Universidade e especialistas convidados são responsáveis pela elaboração do material e avaliações, os orientadores de disciplina são selecionados através de concurso – análise de currículo e prova objetiva e redação e os orientadores de turma são professores titulares da UNESP convidados para participarem do programa.

Na primeira seleção de orientadores de disciplina (março/2010) foram classificados dois profissionais para cada turma de 50 alunos, sendo responsáveis pelas aulas presenciais (dois encontros semanais, às 2ªs e 5ªs feiras), apresentação do conteúdo do material aos alunos, tendo autonomia para adaptá-lo da melhor forma que encontrar para garantir a aprendizagem dos mesmos, são também responsáveis por orientar os educandos na execução das atividades propostas no material didático, corrigi-las, dar as devolutivas necessárias, além de aplicar e corrigir as avaliações (MANUAL ACADÊMICO DO CURSO DE PEDAGOGIA – UNESP/UNIVESP, 2010)

Para a atuação do orientador de disciplina neste curso ficam evidentes as qualidades necessárias para a realização de um bom trabalho, pois é ele que tem o contato direto com os alunos, precisando saber ouvir o outro, respeitar as individualidades e as diferentes opiniões, saber aliar o conteúdo apresentado à prática de sala de aula, compartilhando opiniões e experiências e ter bom relacionamento com os outros orientadores e com o estagiário, além de dominar os recursos tecnológicos.

Há também dois orientadores de turma para auxiliar no processo de formação dos alunos, sendo eles responsáveis pelas orientações e acompanhamento do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Com a finalidade de garantir a qualidade do curso, os orientadores de disciplina e orientadores de turma participam de capacitação mensal (especialização) durante os três anos do curso.

As capacitações possibilitam o contato com professores especialistas nas diferentes áreas da Educação e uma aprendizagem efetiva, tendo destaque aquelas sobre Leis com o Professor Pós-doutor João Cardoso Palma Filho, Educação e Linguagem com o Professor doutor Juvenal Zanchetta Junior, Conteúdos e Didática de Matemática com o Professor Doutor Marcelo de Carvalho Borba e a Professora Doutora Kátia Cristina Stocco Smole e Gestão Escolar com o Professor Doutor Celestino Alves da Silva Júnior.

As orientações dos professores autores das disciplinas sobre os conteúdos e dicas de práticas contribuem para a atuação dos orientadores junto aos alunos nos diferentes pólos em que o curso é oferecido.

A experiência com a turma de Franca foi única, pois foi estabelecida uma excelente relação entre orientadores e alunos, os educandos participaram com interesse de todas as atividades propostas (presenciais e a distância) e contribuíram para as discussões e aprimoramento dos conhecimentos teóricos e práticos, a interação foi significativa e todos saíram professores diferentes e, com certeza, melhores do que quando iniciaram o curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos descrever, de forma sucinta, o contexto atual da Educação no Brasil, com ênfase nos cursos de graduação oferecidos na modalidade EaD voltados para a formação inicial e continuada de professores, mostrando a história da EaD no Brasil, o papel do tutor e o curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP (objetivo, estrutura, organização e papel do orientador de disciplina e orientador de turma)

Concluímos que a oferta de cursos em EaD para a formação inicial e continuada de professores é importante, pois sabemos que professores são constante aprendizes, necessitando de aprimoramento dos seus conhecimentos

sempre, mas os mesmos possuem carga horária de trabalho extensa, com isso os curso em EaD possibilitam a adequação dos estudos de acordo com suas necessidades e possibilidades.

De acordo com Nóvoa (2010) os cursos de formação de professores devem ser interativos e dinâmicos, estimulando a visão crítico-reflexiva dos professores e o curso de Pedagogia semipresencial UNESP/UNIVESP atende a essa perspectiva, proporcionando um curso de qualidade aos professores em exercício do Estado de São Paulo, capacitando-os para desenvolverem competências necessárias para atuarem frente aos alunos da Educação Básica, contribuindo para a excelência do fazer pedagógico nas escolas deste Estado.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007 – coleção primeiros passos; 20 – 49ª reimpressão da I. Ed. de 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, 1996.

BRASÍLIA. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, 2007.

MACHADO, L. D.; MACHADO E. C. **O Papel da Tutoria em Ambientes de EaD** Abril/2004. Disponível em <http://www.lanteuff.org/formacaotutores/mod/assignment/view.php?>. Acesso em: 29 de agosto de 2013.

Manual Acadêmico do Curso de Pedagogia – Unesp/Univesp. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

MEDEIROS, L. G. F. **Dando Movimento à Forma: As transformações geométricas no plano na formação continuada a distância de professores de matemática** Universidade Severino Sombra - Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação Matemática. Vassouras, 2012. Disponível em: <http://www.lanteuff.org/formacaotutores/mod/assignment/view.php?>. Acesso em: 30 de agosto de 2013.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. 1994 (atualizado em 2002). Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2013.

NEaD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO a DISTÂNCIA DA UNESP, 2013. Disponível em: <http://www.unesp.br/portal#!/univesp/programa-unesp-univesp/>. Acesso em: 30 de agosto de 2013.

NÓVOA, A. **Profissão docente.** Revista Educação. São Paulo: Editora Segmento, n.154, fevereiro de 2010.

SCHLOSSER1, R. L. **A Atuação dos Tutores nos Cursos de Educação a Distância** Revista Digital da CVA - Ricesu, ISSN 1519-8529 Volume 6, Número 22. Disponível em: <http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora>. Acesso em: 27 de agosto de 2013.

Educação inclusiva e desenvolvimento humano e social
Este estudo tem o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e social dos AD-NEE no processo de educação inclusiva. O desenvolvimento social e humano recorrente da educação inclusiva acontecem no fazer ativo de ensino e aprendizagem e esboça a prática dos profissionais da educação que atuam com alunos com deficiência que têm necessidades educacionais especiais – AD-NEE. A pesquisa foi realizada na cidade de Itamogi, cidade situada no Estado de Minas Gerais. Foi constituída uma categoria de análise: INCLUSÃO, expectativas, desafios e projetos, avaliados como uma possibilidade para os AD-NEE e, de acordo com a percepção das mães e dos docentes, o atendimento especializado oferecido pela escola de Educação Especial é bom, e tanto o trabalho dessa escola como o da escola regular é favorável ao desenvolvimento e à construção da autonomia de seus filhos, havendo a expectativa de que vençam desafios e, como cidadãos, tenham condições de estarem integrados à sociedade, podendo contribuir conforme suas possibilidades.

117-2438

Adriana Regina Silva Leite
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
adrianareginaleite@yahoo.com.br

Maria Zita Figueiredo Gera
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
mariazita@com4.com.br

Palavras – chave: inclusão educacional; desenvolvimento humano; desenvolvimento social

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do desenvolvimento humano e social[26] decorrente da educação inclusiva de alunos com algum tipo de deficiência que tenham necessidades educacionais especiais – NEE que neste estudo serão nomeados pela sigla AD-NEE[27].

O artigo tem por objetivo: ampliar conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e social dos AD-NEE no processo de educação inclusiva.

A pesquisa de campo foi conduzida na cidade de Itamogi – MG envolveu uma ex-diretora, professores e pais. Os dados foram coletados através de entrevistas.

Elaboramos a sigla AD-NEE porque a expressão NEE pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens que possuem dificuldades de aprendizagem, seja em virtude de sua elevada ou restrita capacidade para aprender e não está vinculada à deficiência (BRASIL, 1998) e queríamos dar ênfase em alunos com NEE que cursavam o 3º ano do Ensino Fundamental.

Em virtude disso, novos olhares passam a influenciar o processo de ensino e aprendizagem que trata da ação pedagógica em salas de aula, espaços privilegiados, onde se espera contribuir para o efetivo desenvolvimento do aluno. Daí a possibilidade gradativa na construção da personalidade cidadã que uma sociedade democrática exige.

As relações entre o desenvolvimento humano e social e a inclusão dos AD-NEE no contexto regular de ensino do 3º ano do Ensino Fundamental, que configura o último ano do ciclo inicial de alfabetização[28], acabaram por influenciar este estudo. Observamos que essas relações constituíam problemáticas em nossas próprias salas de aula, e nas salas de outros docentes do contexto do Ensino Fundamental, especificamente no ciclo inicial de alfabetização (Corresponde aos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos, MINAS GERAIS, 2004d). A realidade vivenciada por nós como docente municipal dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresenta dúvidas quanto às especificidades de aprendizagem dos AD-NEE incluídos no 3º ano do Ensino Fundamental.

Nesse contexto, a preocupação de como trabalhar as mediações entre as capacidades cognitivas, físicas e emocionais dos AD-NEE e os conteúdos de ensino regular, que não se configuram como sendo uma transmissão mecânica de informações, mas sim, uma construção ativa de conhecimento que exige da prática docente uma reciprocidade com os objetivos e metas da educação atual, direciona a reflexão das contribuições da socialização e aprendizagens planejadas pedagogicamente no desenvolvimento humano dos AD-NEE.

O fato é que as modificações apresentadas pelas especificidades expostas nas bases legais destinadas à inclusão escolar no sistema educacional geram impactos no âmbito escolar, o que exige dos profissionais da educação mudanças que levam tempo para se concretizarem. Essas são consequências de acontecimentos históricos

[26] Desenvolvimento decorrente da educação inclusiva que objetiva preparar sujeitos autônomos para atuar em sociedade.
[27] AD-NEE – Alunos com Deficiência que têm Necessidades Educacionais Especiais e cursam o 3º ano do Ensino Fundamental.
[28] Corresponde aos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos (MINAS GERAIS, 2004d).

que apresentam a gradativa busca e as conquistas dos AD-NEE mediante o desenvolvimento de capacidades individuais de aprendizagem e da inserção social que cada tipo de deficiência demonstra.

1 DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL DECORRENTE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em nossa realidade social, o desenvolvimento qualitativo enfrenta desafios históricos de desigualdade, e o combate a essa realidade "...requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidade econômica, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos..." (VEIGA, 2006, p. 34).

Desse modo, há discussão em torno de um sistema bem planejado de educação, que garanta o desenvolvimento humano, com o qual concordamos, juntamente com a opinião de Freire (1996, p. 110), de que "... como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo" e social, que, entre os direitos desta natureza, está o direito ao trabalho, direito à educação gratuita e o direito de acesso à cultura. Esses dois tipos distintos e intimamente ligados de desenvolvimento passam por momentos de avanços e retrocessos no que diz respeito a uma educação de qualidade que garanta a equidade. Segundo Dornelles (2006, p. 30), "trata-se, portanto, não apenas de enunciar direitos nos textos constitucionais, mas também, de prever os mecanismos adequados para a viabilização das suas condições de satisfação".

Diante do exposto, o sistema educativo tem por meta a preparação de indivíduos à atuação social. Assim, a educação inclusiva "conforme define a nova LDB, trata de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania" (BRASIL, 1998, p. 21). Nas sociedades atuais, os projetos comuns vão além da ordem do político em sentido rigoroso. É na prática diária, nas atividades profissionais, familiares e sociais que cada indivíduo assume suas responsabilidades em relação aos outros (DELORS, 2006).

A discussão abaixo, mostrar que a educação possibilita o desenvolvimento humano através da ampla e rica socialização dos AD-NEE no âmbito regular de ensino, este se encontra implícito nos tópicos de discussão.

Sendo assim, refletimos que o processo da educação inclusiva no ensino regular dos AD-NEE e as especificidades do trabalho pedagógico desse universo que propende à efetivação da inclusão dos referidos alunos passa por definições que respaldam a quebra de preconceitos e a construção de novos paradigmas pedagógicos que favorecem o desenvolvimento dos AD-NEE. Dentre importantes definições sobre os AD-NEE podemos destacar que:

> A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldade de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência(s) (BRASIL, 1998, p 23).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o termo NEE surge no contexto da inclusão para caracterizar todos os indivíduos que necessitem de atenção específica em momento constante ou não e exigem intervenções e respostas específicas e adequadas, por exemplo, o reforço escolar extraclasse.

Dessa forma, busca-se evitar que as diferenças dos AD-NEE tenham efeito desfavorável na socialização que ocorre no "[...] contexto educacional – deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados [...] para referir-se aos portadores de deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais" (BRASIL, 1998, p. 23). Com isso, objetiva-se reduzir a ênfase nas especificidades do aluno, que pode interferir na sua aprendizagem e escolarização, e direcioná-la às ações e resultados da escola para as necessidades que eles apresentam. "É uma forma de reconhecer que muitos alunos, sejam ou não portadores de deficiências ou de superdotação, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas." (BRASIL, 1998, p. 23).

Em busca de uma socialização agradável Menicucci (2011, p. 13) pontua algumas dicas importantes de convivência com a diversidade:

> 1 – Tenha sempre em mente que conviver com a diversidade é uma oportunidade importante na vida de cada um de nós. Aproxime-se das pessoas com deficiência, sem medo!
> 2 – Faça sempre um esforço para enxergar sempre a pessoa e não a deficiência; ninguém gosta de ser visto pelo prisma das suas dificuldades.
> 3 – Trate a pessoa com deficiência com a mesma consideração e respeito com que você trata as demais pessoas.
> 4 – Quando quiser uma informação de uma pessoa com deficiência, dirija-se a ela e não ao seu intérprete ou acompanhante.
> 5 – Quando puder oferecer ajuda, pergunte qual a melhor forma de ajudar. A própria pessoa auxiliará você quanto à melhor forma de ajudá-la.
> 6 – Trate a pessoa com deficiência como alguém com limitações específicas da deficiência, porém com as mesmas qualidades e defeitos de qualquer Ser Humano.
> 7 – Permita que a pessoa com deficiência desenvolva ao máximo suas potencialidades, ajudando-a apenas quando for necessário.

> 8 – Chame a pessoa com deficiência pelo Nome, como se faz com qualquer outra pessoa.
> 9 – Permita que a pessoa com deficiência, como qualquer Ser Humano, tenha o direito de expressar as suas emoções, qualidades e defeitos.

De acordo com o texto do Parecer nº 17 (Brasil, 2001b), a educação tem hoje o desafio de proporcionar oportunidade igual a todas as pessoas ao acesso dos conteúdos básicos de aprendizagem, inclusive às pessoas deficientes com NEE - necessidades educacionais especiais.

Historicamente, a exclusão e extinção de seres humanos considerados improdutivos era uma realidade comum, portanto, é imprescindível que tais práticas sejam eliminadas da sociedade, seja em forma de ação ou de preconceito. A dignidade humana não permite que se faça esse tipo de discriminação, e, também, a democracia estabelece as bases para viabilizar a igualdade de oportunidade e um modelo de sociedade que permite a expressão das diferenças. Logo, devem valer a liberdade, a tolerância e a sabedoria de conviver com a diferença. O texto do Parecer nº 17 ainda assevera que:

> A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidade (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001b, p. 11).

A igualdade de direitos e de oportunidades educacionais constitui a representação de valores simbólicos importantes, mas que ainda encontra sérias resistências, principalmente no que diz respeito à ideia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A efetivação e obrigatoriedade das políticas públicas inclusivas por parte da sociedade brasileira reafirmam o direito público, que tem o intuito de atingir toda a educação básica.

Acreditamos que a ideia de Mantoan (2006, p. 23) contribui para reafirmar a igualdade de direitos no que diz respeito a oportunidades de qualidade pautada nas políticas públicas do processo de educação inclusiva, pois explicita que a:

> [...] inclusão escolar tem sido mal entendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condição de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminação nem espaços segregados de educação.

A nosso ver, a educação especial passa, além da ideia dos direitos adquiridos em relação ao ensino regular aberto e organizado a todos, também a ideia de participação em sociedade que permeia todos os níveis de desenvolvimento humano no qual todo indivíduo passa ao longo da vida. “A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços” (MANTOAN, 2006, p. 16). E ainda assevera que:

> [...] as sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular (MANTOAN, 2006, p. 16).

Diante do exposto, evidencia-se um processo de inclusão preocupado com o sujeito incluído, com o ambiente que acolherá suas especificidades e com as definições e esclarecimentos de cada tipo de deficiência que este ambiente atenderá. Também discute a importância de realizar a inclusão dos AD-NEE preferencialmente no âmbito regular de ensino como direito humano adquirido por lei, atentando em todo o texto para o atendimento que garanta a dignidade humana dos educandos com NEE.

1.2 EXPECTATIVA DE ALFABETIZAÇÃO E APRENDIZAGEM

Incluir alunos com deficiência nas salas de aula da rede regular de ensino demanda a organização de várias propostas de trabalho que busquem atender às especificidades da aprendizagem humana ocorridas nos contextos das diversas dificuldades de estrutura física da escola, pedagógicas, de relacionamento professor/aluno/aluno com deficiência/professor existentes no contexto escolar.

A escola atenderá a três tipos de deficiência, sendo que uma delas se divide em duas, e outra é subdividida em vários graus que se fazem saber: 1) as deficiências físicas (de origem motora: amputações, malformação ou sequelas de vários tipos); 2) as deficiências sensoriais que se dividem em deficiência auditiva (surdez total ou parcial) e visual (cegueira também total ou parcial); 3) deficiências mentais (de vários graus, de origem pré, peri ou pós-natal). As deficiências múltiplas se definem pela existência de um ou mais tipos de deficiência em um mesmo indivíduo (MINAS GERAIS, 2006).

A aprendizagem escolar e, especificamente a alfabetização, tem o intuito de "... provocar intencionalmente as aprendizagens necessárias para que se produzam desenvolvimentos que não teriam lugar espontaneamente..." (COLL, 1995, p. 39). A pessoa com deficiência busca, nas interações com o outro, formas específicas de aprendizagem, utiliza outras formas de desenvolvimento, biologicamente pré-determinadas numa realidade comum. Procura novos acessos para participar do social a sua volta através de recursos mentais, materiais e tecnológicos. Cabe à escola, então, perceber as possibilidades de cada AD-NEE e "... provocar certos desiquilíbrios, não espontâneos e intervir no processo de reequilíbrio favorecendo-o ou, mais concretamente, mediando entre o conhecimento e o indivíduo..." (COLL, 1995, p. 39).

É importante, durante a interação inicial do aluno com deficiência e a escola regular, diagnosticar o nível de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética – SEA e, a partir daí, dar continuidade ao trabalho pedagógico. "a escola deve disponibilizar recursos e tecnologia assistiva (sic), a fim de promover condições de acessibilidade assegurando, assim, plena participação e possibilidade de aprendizagem às crianças com deficiência..." (BRASIL, 2012, p. 08), da mesma forma que é oferecida aos outros alunos.

> No âmbito da teoria sócio-histórica (sic), uma educação inclusiva deve ser fundamentalmente de caráter coletivo e considerar as especificidades dos estudantes. Por meio das interações sociais, e pela mediação simbólica, dá-se a reorganização do funcionamento psíquico de pessoas com e sem deficiência, favorecendo-lhes (sic) o desenvolvimento superior (BRASIL, 2012, p. 08).

Na prática de sala de aula, constata-se a cada início de ano: "... o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola..." (VYGOTSKY, 2007, p. 94). No caso dos AD-NE, esse fato é ainda mais importante no que diz respeito ao diagnóstico precoce, ao atendimento especializado e à vivência dos AD-NEE em experiências sociais comuns na vida cotidiana de crianças sem deficiência.

O ambiente escolar, como responsável por garantir a ampliação de conhecimentos organizadamente sistemáticos e habilidades, proporciona várias situações nas quais a criança se reporta a experiências anteriores. Segundo Vygotsky (2007, p. 94 - 95), "qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia [...] o aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança". Fato que valoriza o diagnóstico do nível de aprendizado em que a criança da rede regular ou o AD-NEE se encontram ao iniciar sua participação na escola comum. "Porém, a sistematização não é o único fator; há o fato de que o aprendizado escolar produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança..." (VYGOTSKY, 2007, p. 95). Esse autor pontua pelo menos dois níveis de conhecimento:

> O [...] nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabelecem como resultados de certos ciclos de desenvolvimento já completados. [...]. A zona de desenvolvimento proximal [...] é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente do problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKI, 2007, p. 95-97).

Dessa maneira, o conjunto de informações, adequadamente planejadas, que o processo de aprendizagem e alfabetização oferecido pela escola regular efetiva, contribui positivamente para o desenvolvimento pessoal e social do AD-NEE.

Tacca (2004, p. 101) afirma que:

> Os momentos em sala de aula são inundados por situações interativas. [...] Nesses processos dinâmicos confirmam-se relações que se tornam constitutivas de desenvolvimento das pessoas presentes em cada situação. Como organizador e diretor das atividades escolares, está sempre na posição de confirmar o aluno como sujeito, devolvendo-lhe seu valor como pessoa e aprendiz. É o "outro social" essencial para o desenvolvimento intelectual, afetivo, social e de todas as outras dimensões e aspectos que integram o aluno como ser humano.

As orientações para a proposta pedagógica para as pessoas com deficiência mental esclarecem que as situações interativas citadas por Tacca (2004) devem abolir os sentimentos de piedade e a descrença nas potencialidades esses alunos. A proposta pedagógica deve envolver atividades que lhes possibilitem a aquisição da leitura, da escrita, do cálculo e dos demais conteúdos escolares.

> A pessoa com deficiência é capaz de aprender. Dessa forma, o professor não deve considerar o laudo de deficiência intelectual como uma condição de incapacidade da aprendizagem, colocando a culpa [...] na deficiência dele (MINAS GERAIS, 2012, p. 17).

E Mazzotta e D'Antino (2010) asseveram aspectos que podem dificultar tanto a inclusão quanto o desenvolvimento dos AD-NEE:

> No entanto, situações como a quantidade de alunos por professor, ausência de recursos materiais e pedagógicos, precariedade de orientação e suporte das instâncias administrativas das redes de escolas públicas reforçam, em numerosos casos, dificuldade para a concretização da inclusão escolar de tais educandos e contribuem para o entendimento equivocado de que caberia exclusivamente aos professores especializados a educação de alunos com deficiências.

Verifica-se que a expectativa de alfabetização e aprendizagem requer da escola como um todo e, especificamente do professor, "... clareza de vários aspectos constituintes da tarefa que realizará..." (TACCA, 2004, p. 102-103) durante o convívio com os AD-NEE.

A expectativa de ensinar exige da escola a elaboração de objetivos previamente socializados com os pais e/ou responsáveis do AD-NEE, fato que estabelece papéis distintos ao aluno (com apoio familiar) e ao professor. Eles precisam ser preparados e orientados no decorrer do processo, no entanto, se estiverem em posições ou direções contrárias, o resultado será de frustração. "A realização de ambos só acontecerá se houver a disposição para o encontro, isto é, a perspectiva de criarem o "entre" [...] Encontro é, assim, a situação na qual a relação ocorre" (TACCA, 2004, p. 108 -109).

O clima de aconchego disponível à aprendizagem ocorre em sala de aula sob a administração do professor, por isso, se ele "não se colocar de forma inteira no encontro com o aluno, e se este também não se mostrar em sua inteireza, a relação não ocorre; o processo fica truncado, esvaziado, comprometido, não realizado plenamente" (TACCA, 2004, p. 108).

A culminância desse encontro produz resultados, os quais precisam ser avaliados pelo professor para que possa dar continuidade à próxima etapa de aprendizado. Nesse ínterim, faz-se primordial a elaboração de meios adequados para analisar o produto desse encontro.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta pesquisa elaboramos um estudo que envolveu dados qualitativos. Sendo assim, desenvolvemos um estudo exploratório que segundo Lakatos e Marconi (2012b, p. 71) "são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema"; dessa forma uma de suas finalidades, segundo as autoras, é "aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente".

A pesquisa foi realizada em Itamogi, do Estado de Minas Gerais, situado na microrregião de São Sebastião do Paraíso.

A rede municipal de ensino possui quatro escolas que atendem a crianças que cursam os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental. Os anos finais do Ensino Fundamental e os três anos do Ensino Médio são mantidos diretamente pelo Estado e não fazem parte do nosso universo de pesquisa, apesar de possuírem alunos com deficiência.

O município dispõe de uma escola de educação especial, que oferece o Atendimento Educacional Especializado – AEE às escolas municipais; atende a 42 AD-NEE, abrange todas as necessidades especiais: deficiência mental, física, múltipla, sensoriais: auditiva e visual, além de condutas típicas.

A amostra foi composta por 4 professores da rede municipal de ensino, que vivenciavam as práticas inclusivas do processo de inclusão e familiares que possuíam filhos envolvidos no processo de inclusão das escolas municipais, que cursavam o 3º ano do Ensino Fundamental e que se dispuseram a colaborar com a pesquisa e 1 ex-diretora. Embora tivéssemos o propósito de compor a amostra com um número significativo de pais ou responsáveis apenas 3 mães quiseram participar.

Os dados foram coletados através de entrevistas do tipo semiestruturada e contou com três roteiros especificamente elaborados para esse fim.

Nosso primeiro procedimento foi entrar em contato com a Secretária Municipal, solicitando-lhe autorização para realizar a pesquisa nas escolas municipais de Itamogi. Esta autorizou, mostrou-se interessada e se colocou à disposição para atender a outras necessidades da pesquisa.

A primeira escola visitada foi a Escola de Educação Especial Elisa Lana Minto, porque precisávamos saber quantos AD-NEE estavam estudando no 3º ano do ensino regular e em quais escolas se encontravam matriculados. Na ocasião, a diretora nos informou que a escola atendia a 42 alunos e que, destes, 6 alunos estavam estudando no ano escolar objetivado pela pesquisa.

Decorrente a isso, foram efetuados contatos prévios com as outras diretoras municipais, que disponibilizaram acesso ao interior das escolas para a realização das entrevistas. As diretoras informaram às professoras que precisávamos da participação delas na coleta de dados e estas se mostraram solícitas à realização da

pesquisa; as diretoras ainda informaram às famílias sobre o teor do estudo e a importância da participação delas na pesquisa.

Realizado o contato prévio com os participantes, através da mediação das diretoras, ocorreu o agendamento prévio das entrevistas com os 4 professores, com as 3 mães e com a ex-diretora da escola de educação especial. As entrevistas foram realizadas no próprio recinto escolar, o que facilitou o contato entre nós e os envolvidos na pesquisa atendendo recomendação de Goldenberg (2007, p. 87) que afirma "o indivíduo pesquisado precisa ser convencido da importância de suas respostas para o sucesso da pesquisa". Dessa forma, um bom pesquisador deve estar atento a tal aspecto.

1.3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste artigo apresentamos uma síntese das falas das mães, da ex-diretora e dos professores no que se refere pertinente ao desenvolvimento e autonomia decorrente da educação escolar.

Esse é um assunto que, dentre outras coisas, define que cabe à escola ensinar ao aluno conhecimentos considerados importantes dentro de uma determinada cultura a fim de que este atue autonomamente como cidadão. Segundo Freire (2005, p.37), "Educação não transforma o mundo, a Educação muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo", dessa forma, alguns participantes contribuíram para a ideia de desenvolvimento humano decorrente da educação escolar.

A fala de Demo (1999) assegura que a aprendizagem reconstrutiva é estratégia para a edificação da cidadania e que a educação é um dos fatores decisivos do desenvolvimento.

De acordo com Machado (1997) a educação para a cidadania ultrapassa o discurso da postulação de direitos humanos, e enfatiza que, em todos os ambientes nos quais a pessoa em formação esteja, assume responsabilidades relativas ao interesse da comunidade.

A mãe Carolina, cuja filha ficou cega por causa de um problema de saúde, reforça a questão discutida aqui, quando diz que:

> *Apesar de todas as dificuldades de saúde da minha filha, o desenvolvimento dela, como pessoa, foi bom, devido à escola.*

As mães Ana e Beatriz também forneceram informações relevantes:

> *Sim, ajudou no desenvolvimento da fala, a ser autônomo. Aquele monte de criança falando ao mesmo tempo, eu tenho até dó da professora da escola regular. Ele gosta mais da escola regular, porque tem mais crianças da idade dele [...] dia de quarta, ele gosta de ir à Escola de Educação Especial, porque têm atividades na casa da família, ele aprende artesanato, faz caixinhas de madeira de guardar objetos dentro, portanto, a semana passada, ele ganhou uma de amigo oculto e outra eu tive que comprar lá na Escola Especial, porque tinha sido ele que fez. Ele fala que quer ser mecânico igual o pai dele (o adotivo) – mecânico que arruma máquina de costura. De vez em quando, o pai o leva lá no Chico da fábrica, e ele fica lá de cima mexendo, olhando. Ele tem uma cabeça, vixii!!! (Mãe Beatriz)*
>
> *Ela desenvolveu muito na escola. De manhã, pode ser a hora que for, ela acorda de manhã... sem ninguém chamar, ela acorda, arruma sozinha, com chuva ou com sol ela vai para a escola, pode estar o frio que for ela vai. Hoje faz umas quatro semanas que ela está lendo... emoção no olhar. Ela tem muita vontade. Pode estar cansada do jeito que for que ela vai à escola. Por isso que ela é assim, ela tem vontade, ela aprendeu a ler porque ela tem muita vontade. Ela procura tudo, ela quer que compra livro para ela, quer que compra não sei quê, tudo que tem escrita, ela quer que compra para ela (Mãe Ana).*

Essas falas demonstram fatores intrínsecos contidos na fala de Delors (2006), segundo ele, é missão de caráter geral da educação o desenvolvimento de capacidades à vida cidadã dos educandos. O autor assevera que o ensino inicial consiste em desenvolver uma alfabetização política a fim de subsidiar uma prática democrática. Os fragmentos de fala expõem o desenvolvimento particular dos AD-NEE diversas, mas que puderam participar de ambientes educacionais, o que os levou a mudanças pessoais.

Aos professores entrevistados, em momento seguinte, foi indagado diretamente se consideravam a presença dos AD-NEE no sistema regular de ensino importante para o desenvolvimento subjetivo e quais aprendizagens tornavam-se explícitas, e, segundo eles:

Não, não contribui para o desenvolvimento pleno do aluno. Com certeza, esse aluno tem sim que estar inserido no ensino regular, mas com todas as condições favoráveis a ele, com alguém para auxiliar, por exemplo, o surdo teria que ter o intérprete, com todas as condições à estrutura física adequada a ele. Mas a questão é que nós não temos todos esses recursos. A escola não está adaptada para eles, não vou contradizer o que eu disse anteriormente, mas o corpo docente, apesar de buscar, ainda não está preparado para receber, nem o psicológico preparado para isso (Professora Jéssica).

Muitas vezes, no meu caso, eu tenho uma criança incluída, não consigo entender o que a criança fala, vejo o desespero dela em querer me passar, mas eu não consigo entender. Quando ela encontra dificuldade, muitas vezes ela chora, eu tento auxiliar, mas nem sempre consigo resultados positivos (Professora Jéssica).

Tem vezes que ela chora por não querer errar, e eu, após tentar ajudá-la e não conseguimos, peço para a eventual ficar na sala e, enquanto a aluna chora dentro da sala, eu choro no corredor; quando me organizo novamente, volto à sala e continuo a aula (Professora Jéssica).

Tudo isso, mesmo tendo curso de LIBRAS e Psicopedagogia Institucional. Quanto a essa aluna, ela não é surda, mas apresenta uma dificuldade em falar que eu não consigo entender. A sala é numerosa (28 alunos), consiste em outro fator que não ajuda, a sala numerosa, a criança ali precisando de ajuda e não tem ninguém para ajudar, é onde fica a falha (Professora Jéssica).

Eu acho que a socialização ficou explícita no desenvolvimento dessa criança até o momento, pois, desde o começo do ano, ela gosta de vir, ela se sente feliz, se sente incluída. Procuro não fazer a diferenciação, procuro não deixar explícito que ela é diferente, procuro conduzir a situação para que ela se sinta bem e jamais para que ela sinta essa diferença (Professora Jéssica).

Como você pode ter notado, eu defendo muito, por ter dois alunos, vi que realmente dá resultado. É trabalhoso? É trabalhoso. É reponsabilidade dobrada? É responsabilidade dobrada. Só que faz bem para eles; se eu estou preocupada com o bem-estar e desenvolvimento dos meus alunos, por que não trabalhar verdadeiramente com esse aluno para que ele tenha um melhor desenvolvimento?

Pode-se notar que todas as suas habilidades sofreram desenvolvimento em comunicação, a relação com as outras crianças. A minha aluna já está lendo textos simples, a comunicação entre os dois é ótima. E, por fim, quero desejar a todos os alunos que estão fazendo esse mestrado que tenha um desenvolvimento satisfatório. Que Deus possa abençoar cada um dando muita sabedoria, discernimento da aprendizagem para passar para seus alunos muito amor, carinho... choro dela e meu... e eu amo a minha profissão...me abraçou muito emocionada. (Professora Amora).

Sim, porque as crianças do ensino regular já sabem que esse colega é da escola especial e, no começo do ano, a minha turma era uma turma muito custosa. E trabalhando e considerando que ele é um aluno especial e através dos resultados que ele mesmo conseguiu, não fui eu que mostrei, ele mostrou o resultado. [...]. Uma prática comum em sala é, ao entregar as avaliações, os alunos entre si mostram suas notas e o que ajudô foi ele mostrar notas parecidas ou iguais às notas dos outros. O espanto dos outros alunos foi: "O nosso coleguinha tirou essa nota!", e eu perguntei: "Por que ele tirou essa nota?" " Porque ele sabe". E se ele consegue, a mania de chamá-lo de burro cessou. Concluí que os alunos refletiram, assim, se ele sabe ele, não é burro, se não é burro, merece respeito (Professor Jorge).

As experiências de sala de aula da professora Jéssica se contrapõem às experiências da professora Sofia no que diz respeito ao desenvolvimento dos AD-NEE no âmbito regular de ensino. Jéssica salienta que, além da falta de materiais específicos, a especialização do professor ainda é insatisfatória. No entanto, a LDB (Brasil, 2006),

utilizada no 1º capítulo, em seu artigo 59, prevê atendimento individualizado, professores com especialização adequada, regulares e capacitados para a integração dos AD-NEE nas classes comuns.

Quanto ao Parecer 17, confirma que:

> A educação escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, bem como ajudas e apoios intensos e contínuos e flexibilização curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover – pode efetivar-se em escolas especiais, [...] É importante que esse atendimento, sempre que necessário, seja complementado por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social (Brasil, 2001, p 26).

Um dos objetivos da escola, seja regular ou especial, é preparar sujeitos autônomos para a atuação em sociedade. Por isso, buscou-se o ponto de vista das mães entrevistadas quanto ao desenvolvimento da autonomia do filho à medida que participaram do meio educacional. Elas foram unânimes ao afirmar que a autonomia foi desenvolvida satisfatoriamente.

> *A escola ajuda muito, ajuda bastante porque se olha assim e acha normal. Quando vamos ao mercado, ela sabe tudo, em casa, ela ajuda, ela que arruma o quarto dela. Ela arruma seus brinquedos, a mochila, ela qué arrumá tudo. Só que ela é apavorada. Se eu falar assim (esses dias ela queria arrumar o quarto dela): "Deixa que depois a mães limpa!", ela emburrou, então eu disse: "A mãe pega e torce e você vai e limpa, mas não, ela queria fazer sozinha". Aí eu a deixei fazer sozinha. Aquele apavoramento, ela quer dar conta...riso emocionado. (MÃE ANA).*
>
> *Contribuiu e muito, aprendeu a caminhar na rua usando a bengala, quando chega a um ambiente fechado desconhecido, sabe se locomover sem ajuda. Tirando o preconceito, a escola regular ofereceu muitos conhecimentos novos que ela não sabia (MÃE CAROLINA).*

As falas acima demonstram o desenvolvimento em vários aspectos dos AD-NEE, decorrentes da educação escolar, fatos que nos levam a outro ponto discutido que se refere ao laudo médico do AD-NEE. O texto do documento "A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva" (Minas Gerais, 2012) assevera que os AD-NEE são capazes de aprender, e o professor não deve considerar o laudo fechado, que expõe as características da deficiência da criança como limite finito de aprendizagem.

Podemos, também, constatar, mediante as informações da *ex-diretora* Angélica, como a organização do trabalho inicial da Escola de Educação Especial Elisa Lama Minto se processa. Ela fala da importância do trabalho desenvolvido e como este contribui para a autonomia e inserção dos alunos deficientes que apresentam NEE no âmbito social através da escola.

> *Tem a aluna T., que é surda, que hoje em dia tem trinta anos, está casada, ela estava na APAE e veio para a gente. Depois eu a encaminhei... A história dessa aluna é muito interessante, porque o pai não aceitava que ela tivesse título de eleitor, que fosse para a escola regular por medo, mas eu batalhei para isso, e eu tenho orgulho de mim mesma porque eu consegui que ela fizesse a prova comigo lá, sabe essa prova de primeiro a quinto ano?*
>
> *Eu propus para o pai, se ela conseguir fazer a prova comigo e eu me responsabilizar no ginásio de estar ajudando ela nas dificuldades, porque a T precisa crescer, ela não tem comprometimento mental e é normal como a gente, ela tem as mesmas vontades que eu, que sou quase da idade dela.*
>
> *Então. É eu batalhei muito com o pai e com a mãe, foi muito difícil, foi uma luta de um ano mais ou menos, não foi fácil... Aí eu consegui que ela fizesse a prova e ela conseguiu com uma nota boa, conseguiu o diploma do primeiro ao quinto ano e depois ela foi para o ginásio. Lá no ginásio, ela ficou muito feliz, foi pra EJA e lá, né, convivendo, fez muita amizade, conheceu um moço, começou a namorar, tirou o título de eleitor, ela nunca tinha votado, ela não era cidadã, era como se ela não existisse.*
>
> *Todas as mudanças na vida dela ela foi me contando, pedindo ajuda, foi muito interessante porque eu participei. Foi alfabetizada em LIBRAS. Voltando no namoro, eles*

> *começaram a namorar e casaram, eu fui madrinha de casamento dela, tenho o maior orgulho, já é mãe hoje, tem uma filha, passou até na minha frente, que eu nem casada sou, e ela...*
>
> *A família, toda vez que me vê, agradece muito, porque ela tem uma filha normal, família normal. Hoje eu vejo que ela tem até facebook, posta as coisas nesse portal, comunica com os outros surdos da redondeza de São Sebastião do Paraíso, ela é muito ativa, e eu vejo ela sempre conversando com eles, os outros surdos. Quando ela posta mensagem lá, vemos as frases incompletas, as frases do surdo vão ser sempre incompletas, não vai ser o Português convencional. Então, é o meu orgulho.*

A experiência vivenciada pela ex-diretora com a aluna descrita mostra o poder da educação de qualidade para todos, a qual se traduz em meios pessoais que resultam no tríplice da prática histórica de Severino (2009): existência física, existência subjetiva e existência social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos como positivo o trabalho realizado pela Escola de Educação Especial Elisa Lana Minto que atende alunos com deficiências variadas dentre os quais estão alunos com deficiência severa, que não estão incluídos no ensino regular, até alunos em idade escolar incluídos na Educação Infantil, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, realidade que demonstra o subsídio externo às especificidades dos AD-NEE que estão incluídas nas escolas regulares.

Para as mães o atendimento realizado pela Escola de Educação Especial Elisa Lana Minto é bom e auxilia no desenvolvimento de seus filhos, já os professores afirmaram não terem vivenciado o atendimento da referida escola, mas pelos resultados verificados nos AD-NEE durante o ano letivo julgaram, também, ser um trabalho bom.

Quanto ao outro aspecto destacado, o desenvolvimento intelectual e o da autonomia dos AD-NEE, a fala dos docentes deixou claro que o âmbito regular de ensino favorece o desenvolvimento de AD-NEE. As mães relataram não só as aprendizagens escolares conquistadas pelos seus filhos como também a conquista da autonomia dentro de casa, na escola e no campo social.

Os professores consideraram que seus alunos, apesar de sua deficiência, tiveram crescimento em relação aos conhecimentos trabalhados por eles e desenvolvimento da autonomia. A minoria citou que não acreditava no desenvolvimento satisfatório de AD-NEE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. Ministério da Educação. *Plano de desenvolvimento da educação.* Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *A alfabetização de crianças com deficiência:* uma proposta inclusiva. Brasília: 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. ***Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência***. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto DE 2009.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. ***Decreto*** *nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. ***Decreto*** *nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretoria de apoio à gestão educacional. Caderno de educação especial: alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva.* Brasília: MEC, 2012. 48 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. ***Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE***. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. ***Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001***Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais:* adaptações curriculares, estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. 64 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais:* Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2001a. 126 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Marco político-legal da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: 2010. 72 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.* Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 06 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão:* avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 2. ed. Brasília: 2006. 92 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.* Disponível em: http://www.redhbrasil.net/documentos/bilbioteca_on_line/PNEDH_2007.pdf. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério da Justiça. *Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf. Acesso em: 08 out. 2013.

_____. Ministério das Relações Exteriores. ***Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001***. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 08 out. 2013.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 394 p.

DELORS, Jacques. *Educação:* um tesouro a descobrir. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006. 288 p.

DEMO, Pedro. *Educação e desenvolvimento*: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa. Campinas: Papirus, 1999. 183 p.

DORNELLES, Jorge Ricardo Wanderley. *O que são direitos humanos.* São Paulo: Brasiliense, 2006. 80 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 79 p.

_____. *O menino que lia o mundo.* São Paulo: Editora UNESP, 2005. 152 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012a. 314 p.

_____. *Técnicas de pesquisa:* planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012b. 277 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Org.) *Inclusão escolar:* pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. 104 p.

MAZZOTTA, Marcos; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. *Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais:* cultura, educação e lazer. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf. Acesso em: 08 out, 2013.

MENICUCCI, Maria do Carmo. Educação inclusiva: *possibilidades e desafios atuais.* Disponível em: www.virtualpucminas.br. Acesso em: 03 abr. 2011.

_____, Marcos. *Educação especial no Brasil:* história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

MENICUCCI, Maria do Carmo. Educação inclusiva: *possibilidades e desafios atuais.* Disponível em: www.virtualpucminas.br. Acesso em: 03 abr. 2011.

_____. Secretaria de Estado de Educação. ***Portas abertas para todos os alunos***. Disponível em: http://www.educacao.mg.gov.br/cidadao/programas-e-acoes/program/1207-projeto-incluir. Acesso em: 26 set. 2013a.

ONU. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 5 mar. 2012.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS - Jomtien – 1990. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html. Acesso em: 28 mar. 2013.

PUC MINAS. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *Educação inclusiva para profissionais da rede pública de ensino de Minas Gerais*. Disponível em: www.virtual.pucminas.br. Acesso em: 23 mar. 2011.

TACCA, Maria Carmen V. R. Além de professor e de aluno: a alteridade nos processos de aprendizagem e desenvolvimento. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjàns; SIMÃO, Lívia Mathias. (Orgs.) *O outro no desenvolvimento humano:* diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia (Org.). São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004. cap. 6, p. 101-130.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável:* o desafio do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 220 p.
VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A formação social da mente:* o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.

Experiência em estágio clínico: algumas reflexões de um caso a partir da psicoterapia analítico junguiana

O artigo expõe algumas reflexões a respeito da experiência de um estágio em Psicoterapia Analítico Junguiana, realizado na Clínica Escola do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF, no ano de 2013. O objetivo do estágio é proporcionar aos alunos de 5º ano do curso de Psicologia a integração da teoria com a prática clínica, a fim de atender pessoas da comunidade local em sua saúde psíquica. A Psicologia Analítico Junguiana, como uma psicologia da profundidade, criada por Carl Gustav Jung, possui uma visão ampla a respeito do inconsciente, introduzindo conceitos como inconsciente coletivo, arquétipos, sombra, persona, individuação, entre outros. O artigo apresenta alguns conceitos de acordo com um caso atendido no período de março a novembro de 2013. O estágio é anual e as reflexões e discussões suscitadas referem-se aos vinte atendimentos realizados neste período. Foi possível identificar a forma como a paciente relaciona-se com as pessoas ao seu redor e consigo mesma, como a "pessoa boa" e "vítima" caracterizam sua persona e como sua sombra "agressiva" atua nas relações interpessoais, sendo que o arquétipo do Trickster se destaca em seu funcionamento psíquico. Os movimentos psíquicos da paciente consistiram em aproximações com sua realidade, identificando e sentindo as dores, evitadas há tempo. Além disso, foi possível ter a experiência de vivenciar, como estudante, o papel de psicoterapeuta e suas implicações.

124-2446

Bruna Sordi Carrara
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
brunasordi.c@hotmail.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
mcherubina@facef.br

Introdução

O presente artigo refere-se a uma experiência de estágio clínico em psicoterapia analítico-junguiana. Serão apresentadas algumas reflexões a respeito de um caso, à luz da abordagem teórica analítica. Para contextualizar a teoria de Jung com o caso apresentado, serão discutidos apenas alguns conceitos da Psicologia Analítica para o enfoque do artigo.

Jung, influenciado pelas ideias de Freud e impulsionado por suas próprias percepções, buscou sua teoria e aprofundou seus métodos ao deparar-se com imagens, cenas, fantasias e emoções que se repetem nos mitos e contos, em temas universais, levando a introdução da noção dos arquétipos, formas psíquicas herdadas de um inconsciente coletivo (SANTOS, 2008).

A noção de um inconsciente é fundamental para todas as psicologias de profundidade (STEIN, 2006) e a constatação da repetição de imagens individuais e grupais é um destaque da teoria analítica quanto à noção de inconsciente na constituição da psique humana. Esta representa a totalidade, sendo ao mesmo tempo consciente e inconsciente, e possui a finalidade de equilibrar estes opostos. A psique é preenchida com representações simbólicas já existentes na humanidade.

O inconsciente é definido por Jung (2003) como a totalidade de todos os conteúdos no qual não há reconhecimento da consciência, sendo que existem duas camadas, o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo.

O inconsciente pessoal é a camada mais superficial e contém lembranças perdidas e reprimidas, evocações incômodas e dolorosas, ou seja, percepções e conteúdos que não amadureceram para atingirem a consciência. Os conteúdos do inconsciente pessoal são reconhecidos em sonhos, fantasias e abrangem as recordações mais remotas do indivíduo (JUNG, 2003).

A ideia de inconsciente coletivo vem da possibilidade de existência de uma concordância psíquica geral no que se refere às vivências pessoais ao longo da vida, observada no ser humano inserido em diferentes épocas e contextos (JUNG, 2003). O inconsciente coletivo é a camada mais profunda da psique, "onde estão contidas todas as predisposições do vir a ser do ser humano, na forma de arquétipos" (SANTOS, 2008, p. 39). É no inconsciente coletivo que estão armazenadas a vida psíquica dos antepassados, a memória da humanidade.

Segundo Jung (2003), as imagens universais presentes na psique de toda a humanidade são os chamadas de arquétipos. "O arquétipo é uma espécie de aptidão para reproduzir constantemente as mesmas ideias míticas; se não as mesmas, pelo menos parecidas" (JUNG, 2003, p. 62). Para Stein (2006), os arquétipos são estruturas psíquicas presentes no inconsciente coletivo, e o reconhecimento de quais deles estão ativados no inconsciente do indivíduo é fundamental no processo terapêutico.

O arquétipo do trickster será brevemente apresentado em função do caso discutido. O trickster é o símbolo representativo do pregador de peças, do trapaceiro, é um tipo ambíguo e contraditório, pois falta a ele o controle entre o bem e o mal, e suas características se manifestam pelos impulsos, cometendo atrocidades com o outro; é o infantil e o adulto, e também, o infantil no adulto (SANTOS, 2008).

Os arquétipos, como conteúdos psíquicos do inconsciente coletivo, se expressam como herança universal, e o arquétipo do trickster se manifesta através de atitudes impulsivas, até estúpidas, conseguindo aquilo que outras pessoas não conseguem, revelando suas ironias e trapaças.

De acordo com Stein (2006), a personalidade de uma pessoa possui subpersonalidades, e pela perspectiva analítica, estas se formam pela sombra e pela persona, imprescindíveis de serem trabalhadas em qualquer processo terapêutico. A sombra é a personificação de alguns aspectos inconscientes da personalidade, é o lado escondido e mal visto socialmente, porém, não possui, apenas, aspectos negativos, possui, também, aspectos que impulsionam o ser humano para a criatividade (SANTOS, 2008). O indivíduo que projeta a sua sombra é sempre a vítima e o outro, o monstro cruel (STEIN, 2006).

A persona, em contraponto, é o rosto usado para a adaptação do mundo social e se relaciona com os papeis desempenhados na sociedade, sendo este o lado positivo do arquétipo, já o lado negativo refere-se à fixação, à identificação com a persona, o que impede seu desenvolvimento (STEIN, 2006; SANTOS, 2008).

As estruturas psíquicas relacionam-se, promovendo uma dinâmica e, dessa forma, o ego e a persona, por exemplo, oferecem uma dupla perspectiva, ou há predominância do ego e desvalorização da persona, ou o contrário, quando a persona se sobressai em função da adaptação social. Na relação do ego com a sombra, ocorre da mesma forma, um dominando o outro, e quando a sombra se destaca, o indivíduo age de maneira desconhecida, espantosa. Entre sombra e persona, os papeis sociais do indivíduo podem resultar diretamente de conteúdos sombrios que invadem a realidade psíquica e agem de forma inconsciente, já a necessidade de aceitação social pode fazer com que o indivíduo se esconda. São os complexos dominando o ego e formando a cadeia de relacionamentos do indivíduo, podendo ocorrer irregularidades no desenvolvimento psíquico (SANTOS, 2008).

No entanto, esses conceitos permeiam no atendimento psicoterápico concomitantemente aos conteúdos da vida cotidiana do paciente e de acordo com tempo necessário a ele para criar confiança no psicoterapeuta e se mostrar sem amarras.

De acordo com Hall (1992), quando a pessoa inicia uma análise junguiana, é comum que deposite a expectativa de que o analista ajudará na resolução dos problemas, em busca de aliviar os sintomas, e também, de que será preciso explorar situações da infância, pois existe a ideia de que as experiências passadas podem explicar as dificuldades do presente, influenciada pela psicanálise freudiana. Na análise junguiana, é importante ultrapassar essa análise redutiva, ampliando a compreensão do inconsciente a partir do presente.

A psicoterapia não é um método simples e evidente, trata-se de um método científico, um diálogo ou discussão entre duas pessoas, sendo que os sistemas psíquicos entram em interação. O psicoterapeuta, em um tratamento psíquico de um indivíduo, deve renunciar sua superioridade e capacidade de influenciar e adquirir o diálogo do confronto e captar o material mais completo desse indivíduo, a fim de identificar o funcionamento de seu sistema psíquico. Nesse sentido, o psicoterapeuta é alguém que vivencia junto com o paciente o seu processo em psicoterapia (JUNG, 2004).

A relação analítica é fundamental para um processo terapêutico, mas há aspectos que o favorecem, e outros que o retardam, pois as fantasias inconscientes permeiam tanto o paciente quanto o analista. São as chamadas transferência e contratransferência presentes no processo analítico (JACOBY, 1991). O fenômeno da transferência pode se dar de forma positiva ou negativa, e o analista deve conduzir o tratamento de acordo com a situação. É possível que o paciente procure análise e espere que o analista tenha poderes que o ajude a resolver suas dificuldades, havendo o risco de projetar seus conteúdos a fim de adiar suas responsabilidades. A contratransferência ocorre quando o analista é tocado por conteúdos do paciente e transfere para o processo o seu complexo (SANTOS, 2008).

Torna-se importante trabalhar a transferência e a contratransferência para a relação e processo terapêuticos, a fim de discriminar os sentimentos envolvidos. Para poder diferenciar tais sentimentos, é relevante a percepção do analista diante das emoções suscitadas, sendo possível de ser trabalhada em sua análise pessoal. No presente caso, a transferência ocorreu no sentido de projetar no analista a resolução dos problemas e os sentimentos de raiva, e a contratransferência, no sentido de captar a reação emocional que a paciente provoca em suas relações interpessoais. No entanto, ocorreu de forma positiva, pois foram construtivas para o processo.

Metodologia

Este artigo apresenta experiências do estágio que ocorreu na Clínica Escola do Centro Universitário de Franca Uni-FACEF, iniciou-se em fevereiro de 2013 e foram realizados 20 atendimentos semanais, com duração de 50 minutos cada. O estágio continuará por mais um mês, até ser finalizado. O objetivo do estágio é proporcionar ao aluno do último ano do curso de Psicologia atendimentos psicoterápicos com adultos, nos quais recebem supervisões semanalmente, instrumentalizando-o com técnicas específicas da abordagem analítica, como a utilização dos sonhos, e amparando-o em suas intervenções.

Em relação ao contrato terapêutico, cabe a ressalva de que, como trata-se de um contexto clínico de aprendizagem, o mesmo foi adaptado pelas normas da clínica-escola, com certa flexibilidade, de acordo com as

necessidades decorrentes. As características deste contrato terapêutico consistiram no direito do paciente a ser atendido dentro do seu horário reservado, mesmo que chegasse atrasado, na atenção ao número de faltas do paciente (duas faltas consecutivas sem aviso, desligamento), na responsabilidade do estudante com o cumprimento de horários e normas clínicas e de atendimento, e também nos limites da dupla.

Os resultados serão apresentados sintetizando as vinte sessões de terapia, que foram nomeadas de acordo com as percepções da estagiária a respeito dos movimentos psíquicos da paciente.

Resultados e Discussões

Identificação

O paciente é do sexo feminino, tem 29 anos, solteira, possui ensino superior completo em Administração, trabalha em uma escola de idiomas e iniciou o atendimento psicoterápico em 2012 com outro estagiário, portanto está em processo analítico há dois ano. Possui dificuldades em seus relacionamentos, e como material clínico, expressa, principalmente, dificuldades com seu namorado, do trabalho e com a mãe. Para exposição do caso, a paciente receberá o nome, fictício, de Alice.

Faces e idealizações

Na primeira sessão, Alice relatou que não consegue ficar sem o atendimento, pois ainda tem muitos problemas e se sente muito ansiosa. Expôs que ficou interessada no estagiário que a atendeu no ano anterior, pois se viu próxima do "cara ideal que toda mulher quer". Essa fala mostrou, já na primeira sessão, a relação transferencial que ocorre na psicoterapia e, também, possíveis indícios de idealizações. Diz ser uma pessoa muito carente e explosiva, exemplificando com questões relacionadas ao seu trabalho, pois seu cargo de supervisora exige que tenha uma postura na qual as pessoas se afastam dela. Namora e mora, há quatro anos, com um moço cinco anos mais novo, com quem comprou um apartamento e com quem briga inúmeras vezes, principalmente em relação ao fato de ele jogar pôquer com os amigos duas vezes na semana.

Possui uma relação conflituosa com a mãe, expressando que sua mãe é uma pessoa ruim, uma péssima mãe, diferentes das "mães". "Minha mãe não faz nada, só trabalha e dorme, é uma dopada... [...] Você olha suas amigas falando das mães... Que nem quando eu morava em república, as meninas que moravam comigo comentavam 'minha mãe fez torta de bacalhau nesse fim de semana', e eu nunca tive disso... Minha mãe nunca me deu atenção... Quando me perguntam sobre minha família, eu penso, 'que família?'... Minha família é minha irmã... se eu ainda tivesse um pai presente, mas nem isso...". A idealização apareceu mais uma vez e, junta e implicitamente, a procura de um cuidador através de sua persona, um ser frágil, dolorido, vitima de qualquer relação e situação. No entanto, sua sombra se apresenta pelo "jeito explosivo", prejudicando suas relações, o convívio com as pessoas.

Busca ser uma pessoa mais equilibrada e menos ansiosa, pois reconhece o prejuízo em suas relações. O acolhimento foi realizado pela estagiária e, a partir disso, se dá a espera para a fortificação do vínculo, o tempo da Alice e maiores intervenções.

Impulsos e pedidos

Na segunda sessão, Alice levou dificuldades do trabalho e o quanto está cansada. "Já estou desgastada com isso, fico nervosa, sabe? Tô cansada desse trabalho, não quero mais trabalhar lá". Relatou uma discussão que teve com o namorado, relacionada ao jogo de pôquer, justificando que é carente, pois a única pessoa que tem é ele e não gosta de ficar sozinha em casa. Alice contou que um amigo a convidou para tomar um passe e quando chegou ao lugar, percebeu que era um terreiro de Umbanda; descreveu o local com medo e arrependimento por ter ido, dizendo que nunca mais voltaria e questionou a estagiária sobre o que ela achava. Contou de um episódio do trabalho, exemplificando seu jeito explosivo "Ontem choveu muito, né, aí tinha um aluno, criança, que falou que queria ir no elevador... Ao invés de eu falar 'fulano, tá chovendo, você vai se molhar', não, eu falei 'vai, quem vai se molhar é você mesmo' (risos)". Relatou ter percebido que não se lembra de acontecimentos recentes, perguntando o que poderia ser; perguntou se há um tempo ideal para fazer terapia e pediu ajuda para perder o medo de dirigir.

Alice, em seu relato sobre a vontade de sair do emprego, demonstrou atitudes impulsivas e irrefletidas para resoluções diante de situações conflitivas ou tomada de decisões. As perguntas para a estagiária refletem, de certa forma, essa busca por respostas rápidas a fim de encerrar seus problemas, assim como a ida ao terreiro, que por mais que tenha sido contra sua vontade, reflete a busca por soluções imediatas e, também, a forma como se posiciona na vida. A estagiária buscou compreendê-la, mas não deu respostas e tentou mostrar que a ajuda não parte, apenas, do terapeuta, mas, principalmente, do paciente. Isso evidencia, também, a expectativa que o paciente deposita no analista, de forma consciente ou inconsciente.

O primeiro sonho

Na terceira sessão, Alice levou, novamente, as dificuldades que tem vivenciado no trabalho, referentes ao comportamento e reclamações do "outro". Novamente, também, levou as dificuldades em seu relacionamento, contando que saiu com uma amiga no mesmo dia em que seu namorado foi jogar pôquer com os amigos. "Eu me ocupei, e ainda cheguei depois que ele em casa, ele já tava dormindo, aí na hora que eu cheguei ele perguntou – você saiu? – saí. – ah, ta – ele falou... Só isso, ele não ficou bravo". Contou que não iria sem o namorado em um churrasco para o qual foi convidada "Se for pra ser assim, pra quê ficar com ele? É melhor largar dele, então... Esse pôquer tá acabando com ele, ele fala que não, mas eu acho que ele ta ficando viciado nisso, ele ta no último ano de faculdade, Bruna, um curso de Engenharia, e aí fica jogando, bebendo, com ressaca no dia seguinte, não vai na aula... desse jeito não dá!". Questionada sobre o que mais precisaria mudar nessa relação, "Mas por que sempre eu? Eu que preciso aceitar? Sempre eu que preciso aceitar tudo, por que que ele não tem que mudar?". Relatou um medo de si mesma quando briga com o namorado, contando um episódio "Eu não tinha intenção de machucar ele, mas eu peguei a faca... Ele falou – você é louca, você é louca! Eu nunca machucaria ele, Bruna, nunca! Mas olha o ponto que eu cheguei!?".

Questionada a respeito de algum sonho: "Ah, eu sonhei um dia... [...] Eu não lembro direito, mas sonhei que a minha chefe me falou que eu tinha melhorado no jeito de escrever, por causa do curso de português... Só isso". Ao explorar o sonho, a chefe representa uma profissional de sucesso, guerreira, que conquistou várias coisas, sendo a pessoa que Alice gostaria de ser um dia. O "escrever" é algo de difícil realização para Alice, assim como o curso de português, que é "bem puxado". O sonho expressa um aspecto forte presente Alice (a chefe que tem dentro de si) em relação às produções (escrever) em sua vida. Alice contou que o sonho ocorreu no dia em que alguns alunos da escola de idiomas em que trabalha mataram aula, os pais foram avisados e uma mãe deu "barraco", gritando com o filho na frente de todos os presentes, sendo algo mal visto pela paciente, que se interrogou com a possibilidade de agir como a mãe do aluno em alguns momentos. O sonho pode ter surgido como um avanço para o reconhecimento de sua capacidade de enfrentamento (a chefe presente em Alice diante das próprias dificuldades, da aceitação da sombra, identificada na mãe do aluno). O sonho não foi elaborado com Alice, pois a interpretação não partiu da mesma, porém, permanece para quando for oportuna sua utilização.

Relatou que precisava decidir a respeito do seu relacionamento. O imediatismo apareceu, novamente, e a estagiária questionou para quê decidir com rapidez, sendo que as decisões a serem tomadas necessitam de reflexão e amadurecimento.

Ilusões

Na quarta sessão, Alice levou, novamente, as dificuldades no trabalho e no seu relacionamento, sendo que o foco trabalhado foi a urgência de ter que decidir as situações. "Eu queria que meus problemas acabassem, assim, rápido...

Eu sempre acho que isso podia acontecer, mas eu sei que não é assim. Eu sei que não dá pra resolver tudo e rápido... Mas eu queria que fosse assim...". A intervenção da estagiária foi bem pedagógica, no sentido de esclarecer que as mudanças na vida não ocorrem de um dia para o outro e que as tomadas de decisões feitas com impulsos podem não ser a melhor alternativa. Alice relatou uma situação que a fez pensar no fato de as pessoas não gostarem dela, e justificou seu "jeito explosivo e sem educação", mais uma vez, devido ao cargo exercido em seu trabalho, que exige "ser firme". O esclarecimento de que "ser firme" e não ter educação são formas diferentes de agir, assim como questionamentos referentes à contribuição que Alice dá para que suas relações não sejam boas, foram feitos pela estagiária.

Ajudas

Alice, na quinta sessão, contou que sua irmã cometeu, nos dias anteriores do atendimento, tentativa de suicídio pela terceira vez. Relatou que ficou muito nervosa e muito brava com irmã e que se arrependeu da forma como falou com ela, pois pegou uma faca dizendo que deveria enfiar no coração se quisesse morrer. Além disso, insistiu e obrigou a irmã a ir a um centro espírita a fim de passar por uma desobssessão, pois conversou com um amigo a respeito da tentativa de suicídio e o mesmo argumentou que deveria ser algum problema espiritual. No decorrer de seu relato, manifestou medo destes "fenômenos", mas também, crença em ser a única solução para determinados problemas, resgatando ocasiões passadas vivenciadas, relacionadas ao espiritismo e processos de desobsessão, como a melhora de sua mãe quando esteve internada devido à anorexia. Isso é um indício, apenas, que pode mostrar que Alice olha, apenas, para o resultado, o fim dos acontecimentos, sem se atentar para o processo, no que é feito para chegar em determinado lugar. A rapidez, o imediato, a urgência, sempre dominando a forma como se coloca na vida. Alice expressou sua vontade de ajudar a irmã através de sua persona, pois, ao investigar a relação

entre elas e, também, com o relato da forma como agiu diante da tentativa de suicídio, foi mostrado que, na realidade da relação, na vida cotidiana, a sombra domina.

Talvez, o medo que sente de tais fenômenos espirituais, indicam, de alguma forma, o contato com a realidade, com as dores, e estas são evitadas. Para Alice, entrar em contato com a espiritualidade, pode causar sofrimento, não apenas

pelo estranhamento de alguns fenômenos, mas por pausar, refletir, reviver situações que ameaçam sua força, sentir sua vida.

(In)certezas

A sexta sessão foi mais curta, pois Alice chegou 35 minutos atrasada, mas, outra vez, levou para a psicoterapia as brigas e discussões com o namorado. Ela estava convicta que iria terminar o namoro, pois está cansada de ceder e não aceita que o namorado jogue pôquer duas vezes por semana. Relatou que se o namorado fosse mais velho, se já tivesse se formado, tudo seria diferente, pois ele ainda precisa amadurecer. Interrogada se sua vida mudaria apenas com a mudança do outro, Alice respondeu certa de que sim.

A criança em mim

Na sétima sessão Alice relatou que conheceu um moço em uma festa de aniversário e se interessou por ele, pois suas atitudes correspondem ao que deseja em um relacionamento. Mais uma vez apareceu a idealização, a distância da própria vida, da própria realidade. Racionalmente, Alice reconhece suas imaginações e fantasias, mas suas emoções estão afastadas de si mesma. Para que ela entre em contato com sua vida real, foi realizada uma proposta referente ao seu relacionamento, no qual foi perguntado o que ela faz que agrada e o que desagrada o namorado, e sugerido que fizesse, por uma semana, apenas o que agrada, e que compartilhasse a proposta com o namorado, pedindo a ele que também fizesse. Suas respostas em relação ao agrado e desagrado foram, respectivamente, “não cobrar, não mandar, não impedir que jogue pôquer” e “cobrar, mandar, impedir que jogue pôquer”, e sua reação à sugestão foi incrivelmente comparada a de uma criança, dizendo que seria muito difícil a realização “Eu não vou aguentar! Uma semana inteira???? Sem pegar no pé dele?? Será que eu aguento? Mas tá... Eu tento...”. Sua expressão corporal aproximou-se de uma criança sapeca; a paciente tirou os sapatos e, em seguida, começou a balançar suas pernas. Simbolicamente, o fato de ter tirado os sapatos, colocando os pés diretamente no chão, representa o contato com a realidade, o caminhar em sua vida e, quanto à reação infantil, permitiu a identificação do arquétipo do trickster. Este foi evidenciado, de forma mais intensa, na sessão seguinte.

Forças e poderes

Alice relatou, na oitava sessão, que tentou fazer a proposta, mas não conseguiu todos os dias, pois além de ter sentido dificuldade, foi para sua cidade natal devido a um tratamento dentário que recebe de graça. Relatou que o namorado não quis fazer, ignorou a conversa e não respondeu o que faz que a agrada e o que desagrada. Alice contou que brigou muito com sua mãe e, na discussão, disse tudo o que sempre teve vontade de dizer, e nunca conseguiu. Contou tudo o que aconteceu, chamando-a de “vagabunda”, “doente”, “bêbada”, de forma intensa e, quando reproduziu o que disse para sua mãe, a estagiária sentiu a força e o poder de destruição de Alice, sendo capaz de perceber e sentir o que ela pode provocar no “outro”. Sua mãe tem diversas dificuldades, anorexia, depressão e, possivelmente, problemas com bebida alcoólica, e Alice encontrou atrás do fogão uma garrafa de pinga. O trickster agiu, se constelando e tomando as “rédeas” da personalidade, e ela contou maliciosamente seu impulso: “Sabe o que eu fiz? Joguei tudo fora e coloquei água com detergente, aí quando ela for beber vai beber água com detergente!”. Questionada como se sentiu e se achava que ofendeu a mãe, Alice respondeu que se sentiu aliviada e que não ofendeu, pois o que disse é a verdade. Na maioria das sessões, Alice chora, e nesta, apesar de levar conteúdos densos, não chorou, estava forte e poderosa, podendo indicar ou significando que o choro vem quando ela se coloca como vítima nas situações. Alice disse que sempre sonha com seu primeiro namorado, e a estagiária a estimulou que anotasse e levasse nos próximos atendimentos.

Provocações, extremos

Na nona sessão, Alice levou um acontecimento em seu trabalho no qual alguém realizou um “malfeito” com ela, violando seu armário e colocando papeis higiênicos. Isso a mobilizou relatando a percepção de que as pessoas a odeiam. As intervenções foram realizadas no sentido de apontar a seta para a forma como ela se coloca em suas relações, ou seja, mostrar sua sombra com questionamentos para que ela mesma chegasse em si, em seu lado obscuro. A resistência ficou explícita quando Alice colocou seu cargo para justificar sua postura. A identificação com a persona faz com que o ego defenda o indivíduo, por mais que haja reflexão e introspecção (ou mesmo estimulação) para o reconhecimento de sua sombra. Alice contou de um sonho; sonhou que havia ganhado 10 mil reais na loteria e que deu um pouco para sua mãe, um pouco para sua irmã e depois foi comprar um secador de cabelo. Questionada a respeito do significado do dinheiro, respondeu que, na sua vida, significa “falta”. Não foi possível ampliar este sonho,

pois já estava no término do atendimento e não houve estímulo suficiente da estagiária para que Alice fizesse suas associações.

Percepções

Na décima sessão as intervenções foram realizadas com o objetivo de mostrar para Alice um pouco de sua sombra, em um diálogo no qual a estagiária expressou a postura de vítima e a possibilidade de Alice machucar as pessoas. Os dois polos, "boazinha e vítima" e "agressiva e destrutiva", foram apresentados e, inicialmente, Alice comportou-se na defensiva, discordando, mas, posteriormente, concordou parcialmente com algumas colocações da estagiária, principalmente quando exemplificou com o fato de agir com bondade e, quando não correspondida, sentir raiva e se colocar com agressão, prejudicando as relações interpessoais.

Alice ficou bastante irritada com as intervenções, demonstrando agressividade em suas falas, porém, a estagiária recebeu tais emoções como passos positivos para seu processo. Além disso, Alice manifestou preocupação por entrar de férias da terapia, se questionando como poderia sobreviver.

Resistência

O décimo primeiro atendimento foi o primeiro depois de um mês das férias acadêmica. Relatou que várias coisas aconteceram e que passou por várias crises durante as férias do atendimento psicoterapêutico, comentando que foi ao neurologista e começou a tomar anti-depressivo, contra sua vontade, pois percebe que não se sente bem, não se sente a mesma pessoa com a medicação.

Envergonhada, disse que pela primeira vez pensou em desistir da terapia, pois não estava vendo evolução. Questionada sobre o que seria a evolução, respondeu "Conseguir fazer as coisas certas e não repetir as burradas de sempre". Disse que não fez Psicologia, então gostaria de saber se ela não poderia ter respostas da estagiária. Interrogada sobre o tipo de resposta, disse "Chegar aqui, contar dos meus problemas e ouvir de você o que devo fazer (risos)". A estagiária esclareceu que isso não é função da terapia, e sim, "bagunçar a cabeça", no sentido de fazê-la refletir, pensar sobre as situações que leva para a terapia, criar certo caos, para que Alice pense com seus próprios pensamentos e entre cada vez mais em contato consigo mesma, mostrando que o papel do terapeuta é e ajudar a pensar e refletir sobre os problemas e dificuldades. Alice relatou que uma vez ouviu da estagiária que ela sempre falava das pessoas, e não de si própria. Começou a chorar dizendo que não consegue se olhar, mudar e quer sempre mudar as pessoas, e não consegue mudar a si mesma. No final da sessão, levantou da poltrona e, pela primeira vez, deu um abraço forte na estagiária. O abraço pode ser significado como uma concretização do vínculo terapêutico e, para Alice, a experiência de poder se vincular a alguém de verdade, sem amarras, podendo expressar sua raiva e agressividade sem abandonar a relação, vivenciando a polaridade.

Reflexão

Na décima segunda sessão, demonstrou sua pressa em ver os efeitos do anti-depressivo, relatando que ligou para o médico para saber se demorava, e soube que sim. Contou que gostaria que fosse rápido o efeito, pois está muito devagar. A estagiária questionou "devagar que nem aqui?". Respondeu que sim, envergonhada. Relatou a participação em uma palestra sobre qualidade de vida e que percebeu, em uma atividade realizada, devido a sua pontuação, que vários aspectos de sua vida não estão bem e disse "Eu sempre falo aqui que o que eu mais quero na minha vida é melhorar, é ter equilíbrio, mas como, se na verdade eu não sei quem eu sou?". A estagiária identificou Alice refletindo pela primeira vez e comentou, com empolgação, que ficou feliz por ter escutado o que Alice havia dito, pois a impressão que teve foi de uma aproximação consigo mesma. Alice, no entanto, questionou o que poderia fazer para descobrir quem é, e a estagiária sorriu, dizendo que com calma, estava ali para auxiliá-la a chegar em suas próprias respostas. Falou sobre seu pai, "acho que tem muita coisa pra resolver, a gente não conversa há oito anos e não sei, na verdade, se odeio tanto ele mesmo...". A estagiária disse que poderiam falar mais sobre isso em outra sessão, mas naquele dia o tempo já havia esgotado. Saindo da sala de atendimento, Alice disse, rindo, que quando criança, desenhava sua família toda junta, mas o pai sempre afastado.

Sempre o outro

Na décima terceira sessão, Alice relatou inúmeras brigas com o namorado, dizendo que nunca vai aceitar seu jeito de ser, pois discorda de suas diversões e sente-se carente, não recebe atenção de seu namorado. A estagiária tentou refletir, com ela, a respeito da aceitação do outro, das diferenças e do que Alice espera de uma relação. Ficou evidente que há uma espera incansável do outro, repleta de cobranças e insatisfações. A estagiária propôs que Alice desenhasse sua família, devido ao comentário que fez na sessão anterior, mas ela recusou, manifestou vergonha quando o desenho foi sugerido.

Fortalecendo o vínculo

No décimo quarto atendimento, Alice relatou um sonho de três semanas atrás. "Eu tava em uma casa e começou a aparecer um monte de rato". A associação feita com rato foi "bicho nojento", "não gosto", "tenho medo".

A estagiária ampliou, dizendo que os ratos ficam escondidos em bueiros, é sujo, causa asco, e questionou se poderia estar relacionado a algum aspecto que não gosta em si mesma. Alice não conseguiu relacionar e a estagiária retomou a sessão anterior ao período de férias, na qual foi conversado sobre um lado escondido que as pessoas têm, geralmente negado, ignorado, por não ser algo bom. Alice entrou na defensiva, demonstrando raiva. Na contratransferência, a estagiária expôs os sentimentos, questionando se Alice estava com raiva. Confirmou e justificou, dando exemplo de sua relação com o namorado, que não dá motivos para ele brigar e discutir com ela. "No meu relacionamento eu sou perfeita, eu só brigo com ele porque é ação e reação, ele provoca, dá motivo, eu não aguento, brigo mesmo". A estagiária explicou que existem formas diferentes de motivos para implicância nas relações. Alice expressou que estava com raiva, sim, da estagiária, que explicou que sua função não é passar a mão em sua cabeça. Ela concordou dizendo que não era isso que queria. No final da sessão, disse que sempre quis fazer uma pergunta: "Eu sou um desafio pra você?". A estagiária afirmou dizendo: "Claro, você é minha primeira paciente!".

O sonho ativou manifestações sombrias de Alice, em sua agressividade, e também em seu lado argumentativo, forte e poderoso, podendo entender como uma identificação com seu animus.

A "boa samaritana"

Na décima quinta sessão, Alice chegou meia hora atrasada e contou de um conflito no trabalho no qual uma outra funcionária, em discórdia com Alice, disse, na frente do chefe em uma conversa, que está cansada de conviver com a "boa samaritana" – apelido pejorativo que as colegas do trabalho deram para Alice, em função de se fazer de pessoa boa – indicativo de como Alice se comporta em sua função no seu trabalho. Alice ficou irada e pediu ao chefe que fosse demitida; como ele negou, foi embora de seu trabalho, chorando. No dia seguinte não foi trabalhar e não atendeu as inúmeras ligações da escola em seu celular. No outro dia, foi ao trabalho, percebendo que não poderia abandonar o emprego, pois dele depende.

Esta sessão foi importante para o processo terapêutico no sentido de Alice perceber a forma como as pessoas a enxergam e o que ela pode fazer para contribuir com esta visão.

Identificando as dores

Nesta sessão, a décima sexta, Alice relatou que seu chefe contratou uma profissional que presta serviço em empresas, para auxiliar em seus comportamentos em função de seu cargo de supervisora. Relatou que "surtou" por conta de uma discussão com o namorado, dizendo que foi a gota d'água de tanto problema acumulado. Combinou com o namorado que chegasse em determinado horário do jogo de pôquer, e ele não cumpriu. "Eu to morrendo de vergonha dos meus vizinhos, eu explodi, surtei de vez". Brigou, pois não aceita a rotina do namorado.

Relatou que, apesar da reação dela, pela primeira vez o namorado tomou a iniciativa de conversar com ela, e que a conversa foi boa; ele disse que, entre as duas possíveis formas do homem se colocar no mundo, existem o índio e o escravo, e ele é o índio e que gosta de estar com os amigos e não adianta ela tentar mudá-lo, pois não vai conseguir, e muitas vezes não chega mais cedo em casa, pois o que sempre encontra é descontrole e discussão, pois Alice só grita, só briga, e as pessoas que não são tão próximas não devem reconhecê-la. Alice chorou muito, um choro diferente, coerente com sua fala, contando que pensou, pela primeira vez, em se matar. A estagiária questionou se ela conseguia identificar o motivo que a levou pensar assim e respondeu a relação com o namorado. Relatou que não está tomando mais o anti-depressivo, pois não quer. Contou que, no mesmo final de semana, soube, por sua irmã, que seu pai estava desempregado e foi despejado de onde morava por não pagar aluguel, e com isso estava dormindo na rodoviária. Comentou que não quer encontrá-lo no casamento de sua irmã, que não quer contato com ele. O choro, nesta sessão, foi um choro diferente, sem birra, que mostrou uma aproximação com sua realidade, com suas dores tão evitadas. Além disso, o fato de saber da condição atual de seu pai, mobilizou o complexo paterno, repleto de dores de abandono e identificação de como é sua realidade diante do pai que possui.

Depois da chuva vem o sol

Na décima sétima sessão, Alice contou que, novamente, pensou em se matar, dizendo que seria mais fácil se jogar na frente de um carro para acabar com tudo de uma vez. A estagiária conversou a respeito do contato que ela está tendo com as dores e a própria realidade. Alice disse que agora, parece que juntou todos os problemas que sempre teve, pois antes, quando ela não reclamava do namorado, reclamava do trabalho e vice-versa, agora, não, sente que acontece tudo ao mesmo tempo. A estagiária comentou que percebe que antes ela contava com distanciamento, como se não fizesse parte, agora, conta se incluindo na própria vida. Ela relatou que decidiu separar do namorado e que chamou um corretor para avaliar o apartamento; disse que não pode, mas quer largar do namorado. Chorou e a estagiária utilizou a metáfora da dor de crescimento, que se sente quando criança, a fim de suscitar a compreensão de que para crescer, a dor é necessária. Além disso, no final da sessão, a estagiária citou o trecho de uma música, "Quando chover, deixar molhar, pra receber o sol quando voltar", dando sentido ao momento pelo qual Alice tem vivenciado.

Alice, em seu processo de contato com a dor, manifestou pensamentos suicidas, significando o esgotamento com o sofrimento. Foi um momento difícil para a estagiária, que sentiu medo de Alice, realmente, tentar se matar. No

entanto, a crença no processo de individuação foi significativa a ponto de confiar na compreensão do caso e dos movimentos psíquicos de Alice, e entender que o caminho terapêutico ocorre em um paradoxo: de mãos dadas com o paciente, e deixando-o trilhar sua própria estrada.

Enxergando o lado bom e o medo de perder

Na décima oitava sessão, Alice contou de uma situação envolvendo mais uma discussão com o namorado, na qual ele descobriu uma conversa dela com um rapaz nas redes sociais. Relembrou que conversou com o rapaz porque não recebia atenção do namorado dentro de casa, mas não passou de amizade. Assumiu para o namorado que conversou com o rapaz, mas omitiu ao dizer que não tinha seu telefone. Ela perguntou à estagiária se deveria contar a verdade, e a mesma questionou o que ela espera da relação com o namorado, devolvendo a pergunta, causando irritabilidade em Alice. A estagiária comentou que seria mais fácil responsabilizar o outro com suas próprias ações. Ela concordou e disse que não ia buscar mais problema e que o melhor seria continuar omitindo, pois não levaria a nada e, apesar de tudo, gosta do namorado e sabe que é uma pessoa boa. Este comportamento sugere o medo em perder o namorado e deparar-se com a solidão, pois contando a verdade, a possibilidade de o namorado a deixar, segundo Alice, é real e grande. Além disso, foi motivo para que começasse a valorizar o que tem de real em sua vida, a observar as qualidades do namorado e da relação.

Insatisfação

No décimo nono atendimento, Alice disse que não tinha nada para falar. A estagiária permaneceu em silêncio e logo Alice perguntou se havia contado que seu namorado a perdoou em relação ao fato de conversar com o rapaz pela internet. Começou a rir dizendo que estava acontecendo algo engraçado, pois não está aguentando o “grude” do namorado. “Ele fica em cima o tempo todo, a gente tá ficando mais junto, saindo mais junto, ele tá mais atencioso... Até demais, to me sentindo sufocada...”. A estagiária questionou se não era isso o que queria, pois antes reclamava de falta de atenção. Respondeu que sim, mas perguntou: “Não existe o meio termo?”. A estagiária disse que, para ela, geralmente as coisas acontecem nos extremos. Relatou que tem constatado que é, realmente, uma pessoa carente, sozinha na vida, sem amigos, e disse: “Acho que a única amiga que eu tenho é você”. A estagiária esclareceu que a relação não era de amizade, apesar de escutar tantas coisas íntimas de sua vida. Alice disse que gostaria de receber conselhos, pois pensa que a estagiária sabe o que é o melhor para sua vida. A estagiária disse: “Te incomoda bastante, né, o fato de eu não te dar respostas?”. Ela confirmou, dizendo que sabe também que assim não funciona, mas que seria mais fácil. Contou que não sente vontade de ter relação sexual com o namorado e ele percebe, pois fala que ela fica parecendo uma geladeira quando transam. A dificuldade para ter relação sexual aparece como sintoma, representando, simbolicamente, a dificuldade em ter relações mais profundas com as pessoas, em poder se vincular de forma inteira nos seus relacionamentos interpessoais. São possíveis reflexos de seu histórico de relação familiar, da experiência com o materno e o paterno, permeada por rejeições, falta de carinho e atenção.

Sentindo as dores

Na vigésima sessão, Alice comentou que no final de semana foi para a casa de sua mãe com o namorado, e só brigou. Relatou que tentou impedir sua mãe de beber muito, mas não adiantou. “Minha mãe encheu a cara, ela não se controla, ela não pode beber tanto assim, toma oito comprimidos por dia”. Seu namorado dizia que era para deixar a mãe à vontade e parar de ser chata. Contou que pela primeira vez teve um sentimento esquisito pela mãe, mas não sabia o que era exatamente, mas que não quis deixar seu namorado sozinho com ela; “minha mãe é uma vagabunda, é horrível o que vou falar, mas pensei que ela pudesse dar em cima do [namorado]”. Contou que no dia seguinte sua mãe acordou e apareceu na cozinha só com uma blusa e de calcinha, e a partir disso foi se lembrando de cenas da infância (sempre que seu pai chegava de viagem, Alice via um homem correndo, saindo pelos fundos, e imagina que era o amante de sua mãe) e do “barraco” que sua mãe deu em sua formatura por conta de bebida. Começou a chorar e disse que dói muito ter uma mãe assim. A estagiária, na contratransferência, sentiu seu sofrimento e concordou com sua dor, expressando que é uma realidade que, realmente, machuca, porém, é a sua realidade. Alice comentou que a ausência de seu pai em sua vida também dói muito, mas acredita que ele foi e é a maior vítima de toda a história, pois sempre aturou as “vagabundices” da mãe, e que apesar de tudo, não quer encontrá-lo no casamento de sua irmã, mesmo sabendo que não terá como evitar. Chorando, disse que agora concorda com a estagiária, quando fala que está entrando em contato com as dores, pois antes fingia, tentando ignorar os fatos, e agora parece que está olhando mais e vendo o tanto que dói. A estagiária questionou se ela consegue ver que pode sair algo bom de tanta dor. Esperou um pouco para responder e disse: “Ainda não vejo”. A estagiária tentou, através de perguntas relacionadas às relações que a paciente construiu durante a vida, como por exemplo, o vínculo com a mãe, associar sua dificuldade em se relacionar de forma inteira com as pessoas. Contou que por um período, anterior ao falecimento de seu tio e consequente doença de sua mãe, esta era mais cuidadosa, carinhosa e dedicada com os filhos, mas a relação nunca foi boa e próxima. Questionada se teve, durante a vida, alguma relação com uma ligação mais forte, chorou relembrando de seu primeiro namorado e sua família, evidenciando o tipo de família que não tem e gostaria de ter. Alice comentou que duas pessoas de sua família, um tio e um irmão por parte de pai, disseram que

não irão ao casamento de sua irmã por seu motivo. Depois de relatar as situações envolvidas se questionou: "O que eu tenho de tão ruim que as pessoas não gostam de mim, não se aproximam?". O tempo estava esgotado e a estagiária respondeu que poderiam entender juntas.

Intervenções

Inicialmente, as intervenções foram pedagógicas, a fim de esclarecer o papel do terapeuta e o objetivo da terapia, assim como discriminar o entendimento dos tipos de comportamentos que possui que prejudicam suas relações. Aos poucos, a persona foi sendo exposta e a sombra desvelada. A paciente mostrou resistência e irritabilidade com a terapeuta, sendo possível fortalecer o vínculo da relação terapêutica e ampliar o processo analítico. Durante as intervenções, relatou repetidas vezes ter pensamento suicida, além de identificar a decisão de terminar seu namoro como solução dos problemas. Interrompeu, por conta própria, o uso do anti-depressivo, fato atrelado a um contato maior com seus sentimentos e à capacidade de elaborar suas dores, evitadas há tempo. Suas verbalizações e emoções ficaram mais próximas e coerentes e a paciente encontrou-se em um movimento de percepção das qualidades do namorado e de contato maior com a realidade e com suas próprias dores, evidenciando movimentos psíquicos da paciente que constituem seu processo de individuação. Após relatar insatisfação com a relação com seu namorado – depois de sentir-se sufocada com o excesso de carinho e atenção que conquistou – entrou em um processo de sentir as dores que estavam sendo identificadas, como a de seu histórico familiar.

Considerações finais

Nota-se, com os vinte atendimentos realizados, a maneira pela qual a paciente se coloca diante de sua vida, das pessoas ao seu redor e de si mesma, com dificuldades em seus relacionamentos interpessoais, principalmente com seu namorado, sua mãe e com as pessoas de seu trabalho. Com uma postura de ser sempre a vítima em diversas situações, os atendimentos estiveram voltados para o contato da paciente com essa realidade, no sentido de desvelar sua sombra, seu lado escuro, ignorado e até desconhecido. Ficou evidente que, na relação terapêutica, analítica, o vínculo entre analista e analisando é essencial para que o diálogo ocorra de forma confiável. Essa confiança é construída, muitas vezes de forma imperceptível, em cada atendimento, e o olhar atento do analista, tanto para o outro quanto para si, para os sentimentos que permeiam a relação, é um importante fator para que avanços possam acontecer. A maior reflexão esteve voltada para a necessidade de respeitar o tempo do paciente, atrelando-o ao tempo do analista, ou do estudante exercendo papel de analista, ou seja, a necessidade de respeitar a relação analítica.

Esse respeito foi possível e alcançado. O reconhecimento de que a primeira experiência, assim como as demais que virão, demandam aprendizados constantes por parte do analista, foi essencial para poder acompanhar o caso de forma inteira. Além disso, a análise pessoal foi fundamental durante a primeira vivência de psicoterapeuta. A relação analítica acontece invisivelmente. Existem algumas evidências de fortalecimento do vínculo durante todo o processo, mas há algo além, que une a dupla.

Dentro do possível, Alice começou a encarar algumas de suas condições, sendo possível fazer referência ao seu primeiro sonho contado em terapia, no qual sonhou que sua chefe lhe disse que havia melhorado no jeito de escrever por causa do curso de português. O sonho, como discutido acima, pode ter representado um aspecto forte em Alice em relação às produções em sua vida. Evidenciou a capacidade de reconhecimento de sua sombra e de enfrentamento diante das adversidades.

Referências

HALL, James A. A estrutura da análise. IN: ____. A Experiência Junguiana: análise e individuação. São Paulo: Cultrix, 1992. p.75-96

JACOBY, Mario. O Encontro Analítico. In: ____ . O Encontro Analítico: transferência e relacionamento humano. São Paulo: Cultrix, 1991.p.13-25.

JUNG, C. G. A natureza da psique. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
_____. A prática da psicoterapia. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

SANTOS, R. S. (Org.). Jung: um caminho pela psicologia analítica. Rio de Janeiro:
Wak Editora, 2008.

STEIN, M. O mapa da alma: uma introdução. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Formação profissional contábil e a atuação no mercado de trabalho como instrumento de promoção ao desenvolvimento regional: um estudo de caso dos alunos egressos de Ciências Contábeis do Uni-FACEF

A pesquisa tem como objetivo identificar a atuação no mercado de trabalho dos alunos egressos do curso de Ciências Contábeis do Uni-FACEF que ingressaram na Pós Graduação desta IES no período de 2012 a 2014, e a contribuição destes para o desenvolvimento regional. Dentre os objetivos específicos da pesquisa pretende-se: identificar a colocação profissional dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis do Uni-FACEF que atualmente frequentam os cursos de Pós desta mesma IES; quantificar a contribuição destes no mercado de trabalho e as implicações no desenvolvimento regional. Para isto pretende-se contextualizar a colaboração da proposta pedagógica do curso com a formação e a atuação dos egressos. A metodologia utilizada foi o método descritivo e exploratório de abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental de fonte secundária realizada pela Secretaria de Pós Graduação do Uni-FACEF. Inicialmente será realizada pesquisa bibliográfica e documental, em livros, dissertações, teses, periódicos e páginas eletrônicas, buscando referencial teórico sobre: proposta pedagógica do curso de Ciências Contábeis, mercado de trabalho, qualificação e formação profissional, desenvolvimento regional e egressos do curso de Ciências Contábeis e que ingressaram na Pós Graduação do Uni-FACEF no período de 2012 a 2014. Os cursos de formação profissional cooperam para o desenvolvimento econômico na cidade de Franca/SP, buscando contribuir com a redução do índice de desemprego ampliando o nível da qualidade de vida. Daí a importância do profissional contábil, responsável pela gestão contábil que deve contribuir para o êxito da gestão empresarial, que na IES será formado, na extensão do seu necessário envolvimento como requisito mínimo nos assuntos econômicos, tributários, organizacionais e comportamentais. Os resultados da pesquisa apontaram que 93,94% da amostra dos egressos do curso de Ciências Contábeis estão inseridos no mercado de trabalho e atuam nas seguintes áreas: contábeis, administrativa e financeira de empresas dos setores de prestação de serviços, indústrias, estabelecimentos bancários e comércio; sendo que apenas 6,06% estão sem colocação no mercado de trabalho.

062-2380

Angela Cristina Basílio de Freitas
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
angelafreitas@facef.br

Bárbara Fadel
Universidade Estadual Paulista - UNESP
bafadel@facef.br

Introdução

Mediante as exigências do mercado de trabalho e devido ao grande volume de informações demandados aos profissionais da área de Ciências Contábeis ressalta-se a importância da Instituição de Ensino Superior na formação destes.

O Projeto Pedagógico, do curso de Ciências Contábeis do Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca (reconhecido pela Portaria Ministerial 609/86 e de acordo com o Parecer CEE nº 143/72), visando atender às mudanças e necessidades atuais dos discentes e do mercado está em constante análise e adequação. Para isso são adotadas algumas práticas formais como: avaliações semestrais, seminários, pesquisas, desenvolvimento de projetos, trabalhos de conclusão de curso, estudos de casos, jogos de empresas, simulações, estágios e outras, com o objetivo de atender a demanda do mercado de trabalho em relação a estes profissionais. Além disso, a IES tem como preocupação a educação continuada, visando a atualização dos egressos através de oferecimento de cursos de Especialização e MBA.

Com o intuito de pesquisar a formação acadêmica dos profissionais contábeis e se esta contribui para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, o objetivo desta pesquisa é identificar a atuação profissional dos alunos egressos do curso de Ciências Contábeis do Uni-FACEF que ingressaram na Pós Graduação desta IES no período de 2012 a 2014, e a contribuição destes para o desenvolvimento local e regional. Para se alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado no primeiro momento um levantamento bibliográfico sobre o tema tratado; no segundo momento foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa em fonte secundária para conhecer a atuação profissional destes egressos.

1. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO Uni-FACEF

O curso de Ciências Contábeis do *Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF,* reconhecido pela Portaria Ministerial 609/86 e de acordo com o Parecer CEE nº 143/72, “visa uma formação profissional vinculando teoria à

prática, com intuito de alcançar as habilidades técnicas, conceituais e éticas, facilitando ao contador acesso às necessidades sociais, políticas, econômicas e empresariais".

Dentre os objetivos da Proposta Pedagógica do Curso, o principal é de preparar e capacitar o aluno de Ciências Contábeis para atuar como empreendedor e gerenciador na tomada de decisões. A formação de nível superior do profissional contábil proporciona a atuação em diversas áreas: financeira, custos, gerencial, auditoria, análise de balanço, perícia contábil, consultoria contábil e outras.

Pode-se afirmar que o objetivo da Proposta Pedagógica do Uni-FACEF está diretamente relacionado ao conceito de contabilidade dado por Iudícibus (1997, p.8): "contabilidade é o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação".

A Instituição de Ensino prioriza na proposta pedagógica do curso de Ciências Contábeis a capacitação deste profissional para atuar no mercado de trabalho de forma socialmente responsável, destacando a relevância das informações contábeis no papel do desenvolvimento das organizações.

O contador atualmente tem um enfoque gerencial nas empresas, além das habilidades e competências desenvolvidas na formação destes profissionais contábeis, estes são preparados para exercerem o papel de cidadãos competentes, socialmente responsáveis, comprometidos com a Ética e o futuro das organizações empresariais.

Para isto são desenvolvidas atividades para proporcionar a efetivação do perfil profissional dos egressos, como: atualização do conteúdo, análise e atualização dos programas e bibliografia das disciplinas, visitas técnicas através de intercâmbios com empresas de variadas atividades de nossa região, estágios, pesquisas e vários outros recursos didáticos.

Mediante as necessidades atuais dos discentes e do mercado, o projeto pedagógico do curso está em constante análise e adequação, sendo adotadas algumas práticas formais como: "avaliações semestrais, seminários, pesquisas, desenvolvimento de projetos, trabalhos de conclusão de curso, estudos de casos, jogos de empresas, simulações, estágios e outras".

Na Proposta Pedagógica do Curso de Ciências Contábeis da IES em estudo, com o intuito de atender os requisitos técnicos essenciais à contabilidade é oferecido o desenvolvimento de algumas habilidades, como:

> [...] habilidades de comunicação (falar e escrever), relações humanas (interpessoais), administração (liderar e trabalhar em equipe),além de negociar, ter flexibilidade e adaptar-se ao ambiente organizacional e às novas tecnologias, controlar e avaliar trabalhos, tomar decisões, administrar sistemas de informação, interpretar números, solucionar problemas através das informações obtidas pelo sistema contábil, pesquisar e produzir conhecimento científico (PROJETO PEDAGÓGICO, 2011).

Estas habilidades e competências que constam no projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis visam atender as necessidades exigidas pelo mercado de trabalho, bem como procura formar cidadãos críticos e com espírito empreendedor.

Franco (2000), afirma que a Contabilidade exige de seus profissionais uma constante atualização e complementação de conhecimentos, buscando a capacidade de acompanhar a constante evolução da técnica e da economia em geral.

2. O MERCADO DE TRABALHO, A DEMANDA POR PROFISSIONAIS CONTÁBEIS E O DESENVOLVIMENTO.

Diante de um cenário empresarial competitivo e cada vez mais exigente para a contratação de profissionais contábeis qualificados; torna-se relevante alinhar a proposta pedagógica do curso para a capacitação destes contadores e ou gestores administrativos, com as necessidades de conhecimento e de adequação à demanda do mercado.

> O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial. (Silva, 2003, p. 3)

A atualização constante dos contadores é uma necessidade real para a atuação no mercado de trabalho e possibilita melhores salários e cargos.

Destaca-se como diferencial a possibilidade de se especializar na área realizando cursos de Pós-Graduação e posteriormente continuar ampliando o currículo: participando de eventos, congressos, seminários, grupos de estudos e pesquisas.

As possibilidades de ampliar o conhecimento e o papel dos egressos de Contabilidade contribuem tanto para o desenvolvimento humano como para o desenvolvimento econômico (regional ou local).

Entende-se por desenvolvimento como sendo um processo de transformação econômico, político e social, podendo obter o crescimento do padrão de vida de uma determinada população ou pelas modificações na estrutura econômica de um determinado local ou região.

O desenvolvimento do contador está fortemente ligado ao desenvolvimento econômico, pois as informações tratadas por este profissional é relevante para a tomada de decisões e resultado favoráveis para se alcançar nas empresas.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamentou-se pela realização de um levantamento de caráter exploratório, qualitativo e baseado exclusivamente em dados secundários. Para se alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, foi realizado no primeiro momento um levantamento bibliográfico sobre o tema tratado; no segundo momento foi realizada uma pesquisa em fonte secundária de abordagem qualitativa através do perfil cadastrado pela Secretaria de Pós Graduação lato sensu, com o intuito de se conhecer a atuação profissional destes egressos.

A escolha pelo método utilizado foi baseada de acordo com a conceituação de Gil (2007) que define as pesquisas exploratórias como tendo objetivo central aperfeiçoar ideias e elevar a familiaridade do pesquisador com o tema, podendo, inclusive, criar hipóteses que determinem a relação entre a associação de duas variáveis.

Nesse caso, identificar a atuação no mercado de trabalho dos alunos egressos do curso de Ciências Contábeis do Uni-FACEF que ingressaram na Pós Graduação desta IES no período de 2012 a 2014, e a possibilidade de contribuição destes para o desenvolvimento por meio da inserção e atuação no mercado de trabalho. A justificativa da escolha da pesquisa com base em dados secundários ou bibliográfica reside no fato de que esta objetiva, conforme afirma Marconi e Lakatos (2010), colocar o pesquisador em contato com o que já foi publicado a respeito do tema, podendo abranger revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e outros.

A definição do universo restringiu-se a pesquisa dos alunos egressos do Curso de Ciências Contábeis que se matricularam nos cursos de Pós Graduação *lato sensu* de Controladoria e Finanças, e Gestão Empresarial no período de 2012 a 2014 de uma universidade pública, localizada na cidade de Franca, estado de São Paulo.

Para um universo populacional de 149 alunos matriculados, 33 alunos caracterizaram-se como egressos do Curso de Ciências Contábeis desta mesma IES, o que representa 22,14%. O tipo de amostragem enquadrou-se na amostragem aleatória estratificada simples (MATTAR, 1996), na qual os estratos da população dos alunos egressos foram aqueles que se matricularam nos cursos de Pós Graduação de Controladoria e Finanças, e Gestão Empresarial desta mesma IES no período de 2012 a 2014. A tabela a seguir resume o perfil da amostra obtida frente ao universo pesquisado:

Tabela 1: Egressos do Curso de Ciências Contábeis e de Pós Graduação *lato sensu* de Controladoria e Finanças, e Gestão Empresarial no período de 2012 a 2014.

	Universo	Amostra
Matriculados Pós Graduação em 2012	61	08
Matriculados Pós Graduação em 2013	78	16
Matriculados Pós Graduação em 2014	10	09
Totais	**149**	**33**

Fonte: elaborado pela autora.

Os cursos de Pós *lato sensu* em Controladoria e Finanças, e Gestão Empresarial têm como objetivo o enfoque gerencial para a tomada de decisões pelos gestores empresarias, que são responsáveis pela administração e controle das operações realizadas pela empresa.

A controladoria está diretamente relacionada as atividades do contador e de acordo com Menezes a mesma tem como objetivo:

> Monitorar os paradigmas de qualidade, devendo informar e interagir proativamente com as diversas funções da organização na busca da excelência empresarial, calcada na crença de que estratégia, custos e qualidade são responsabilidades de todas as funções da empresa (MENEZES, 2001, p. 85).

A estratégia para a seleção dos cursos de Controladoria e Finanças, e Gestão Empresarial se deu pelo fato destes cursos terem o maior índice de procura junto à Instituição e pela preferência dos alunos em se especializarem nessas áreas.

A amostra servirá de base para a apuração dos resultados, com o objetivo de identificar o número de egressos que atuam no mercado de trabalho em sua mesma área der formação.

4. RESULTADOS

Para análise dos resultados foi utilizado um levantamento documental dos dados no cadastro dos alunos da Pós Graduação *lato sensu* para pontuar a atuação profissional destes egressos.

Na tabela 2 do total de alunos egressos do Curso de Ciências Contábeis procurou identificar o número de matriculados em dois cursos específicos, sendo: Controladoria e Finanças, e Gestão Empresarial.

Tabela 2 – Distribuição da amostra pelos cursos

Curso de Pós	Nº alunos	%
Controladoria e Finanças	29	87,88
Gestão Empresarial	04	12,12
Totais	**33**	**100,00**

Fonte: elaborado pela autora.

A distribuição dos egressos na amostra demonstra que 87,88% estão matriculados no curso de Controladoria e Finanças, e que 12,12% estão no curso de Gestão Empresarial; comprovando que a maioria busca a especialização e atualização na própria área de formação, visto que a Controladoria possibilita maiores oportunidades na carreira profissional da área contábil.

Tabela 3 – Distribuição dos alunos de Ciências Contábeis por sexo

Série	Frequência	%
Masculino	12	36,36
Feminino	21	63,64
Totais	**33**	**100,00**

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 3, verifica-se que, do total dos egressos, a maioria são mulheres, o que corresponde a 63,64% da amostra; o que está acima da média do indicado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC (2008), que afirma que "39.479 são contadoras na região Sudeste", este total representa, portanto 37,77% do número de contabilistas na região.

Tabela 4 – Distribuição dos egressos por atuação profissional

Série	Frequência	%
Área Administrativa	05	15,15
Área Contábil	17	51,52
Área Financeira	05	15,15
Área de Logística	02	6,06
Outros cargos	02	6,06
Sem colocação	02	6,06
Totais	**33**	**100,00**

Fonte: elaboração própria.

Pode-se observar na Tabela 4 que 51,52% dos egressos de Ciências Contábeis do Uni-FACEF estão atuando na Área Contábil, e em seguida temos 15,15% que atuam na Área Administrativa e 15,15% na Área Financeira. Isso demonstra que o Curso contribui para as áreas diretamente ligadas ao setor contábil. Em relação ao percentual de egressos que não possuem colocação no mercado, representa apenas 6,06% da amostra.

Na tabela 5 procurou-se evidenciar o setor de atuação destes egressos, de forma a quantificar a colaboração dos mesmos em cada setor da economia.

Tabela 5 – Distribuição dos egressos por setor de atuação profissional

Série	Frequência	%
Associações e Terceiro Setor	04	12,12
Comércio	05	15,15
Indústria	07	21,21
Estabelecimento Bancário	05	15,15
Prestação de Serviços	08	24,24
Serviço Público	01	3,03
Usina	01	3,03
Sem área atuação	02	6,06
Totais	**33**	**100,00**

Fonte: elaboração própria.

A Tabela acima evidencia a porcentagem dos egressos em cada setor de atuação no mercado de trabalho, ressalta-se que os maiores percentuais estão respectivamente no setor de Prestação de Serviços em 24,24% e nas Indústrias em 21,21%, seguido de Comércio e Estabelecimento Bancário cada um com 15,15%.

Os resultados apurados nesta pesquisa poderão contribuir para que a IES tenha um parâmetro para direcionamento e alinhamento de suas propostas pedagógicas, objetivando demonstrar a atuação destes egressos do curso de Ciências Contábeis junto ao mercado de trabalho, bem como as diferentes áreas e setores em que estão inseridos, como: organizações do terceiro setor, comércio indústria, estabelecimentos bancários, prestação de serviços, assim como em empresas de diferentes portes.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstra que na IES 93,94% dos egressos de Ciências Contábeis estão inseridos no mercado de trabalho, e 81,82% atua diretamente nas áreas contábeis, administrativa e financeira.

Percebe-se ainda que os egressos atuam nos setores que contribuem diretamente para o desenvolvimento local e regional.

A contribuição do artigo justifica-se pela possibilidade de traçar um perfil da formação e atualização do contador para sua inserção no mercado de trabalho que está sujeito às mudanças constantes na área tecnológica, na legislação e no setor econômico.

Para isto o conhecimento técnico e científico adquirido por estes egressos na IES torna-se um diferencial para sua capacitação para o mercado de trabalho, por ser uma área que necessita de atualizações constantes e de adequações às novas necessidades.

REFERÊNCIAS

FRANCO, M. L. P. Barbosa. Avaliação de cursos. In: SOUZA, E. C. B. M. (org.). *Avaliação de currículos e programas*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

GIL, A. C. *Como Elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade.* São Paulo: Atlas, 1997 p. 08

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa***.** São Paulo: Atlas, 2008.
MATTAR, F.N. *Avaliação do ensino de administração: Modelo conceitual e aplicação*. Disponível em <http://fauze.com.br/artigo22.htm>. Acesso em 10/08/2014.

MENEZES, L. L. Os *novos paradigmas para a Controladoria em face da economia digital: uma abordagem como gestor da informação*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, A. C. R. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.* São Paulo: Atlas, 2003.

Uni-FACEF. Perfil dos Alunos de Pós Graduação lato sensu. 2012, 2013, 2014.

Uni-FACEF. *Projeto Pedagógico*, 2011.

Gestão da Informação: um diferencial no tratamento da imagem em movimento no contexto televisivo

Imagem uma linguagem que ultrapassa os limites do espaço e do tempo. Com ela percebe-se e compreende-se o mundo a sua volta. A informação contida nas imagens, seja ela estática – fotografia, seja em movimento – na tela da televisão, traz consigo significados capazes de criar conhecimentos variados no sujeito que as capturam. O conhecimento adquirido através da relação entre sujeito e o objeto, traz consigo o entendimento em que: para que se obtenha o conhecimento é preciso que haja uma transformação, ou seja, que o dado inicialmente apresentado ao sujeito possa ser impregnado de significados fazendo com que este dado passe a ser informação, e uma vez que o sujeito tenha em mãos esta informação ela também possa passar por uma transformação através da junção de experiências do autor para se tornar um novo conhecimento. A informação, imagem em movimento no meio televisivo, passa também por este mesmo processo, uma vez que a imagem passa a ser um instrumento de captação de sensações para o telespectador, e este, através das notícias jornalísticas possa gerar novos conhecimentos. Então, em se tratando de imagens em movimento, vemos a relevância desta informação neste nicho organizacional. As emissoras de televisão lidam com esta informação, contidas nas imagens em movimento, em seus telejornais, e é essa informação que precisa ser compreendida e tratada de modo a garantir um entendimento maior quanto a sua relevância. E, é neste sentido que a gestão da informação é de vital importância no estabelecimento e na gerência deste fluxo informacional, de forma a assegurar um tratamento adequado quanto à captação, o armazenamento, a disseminação, a indexação e a recuperação desta informação. Outro fator importante na gestão desta informação diz respeito aos profissionais que trabalham com esta informação, pois há a necessidade de especialistas conhecedores deste material, do ambiente, dos usuários e das tecnologias associadas às telecomunicações. Associado a toda esta gestão está em destaque os bancos de dados, pois são eles que garantem todo o armazenamento desta informação e sua recuperação.

128-2450

Maria Valéria Bertachini do Nascimento Gonçalves
Universidade Estadual Paulista - UNESP
mariavaleriagon@gmail.com

Regina Célia Baptista Belluzzo
Universidade Estadual Paulista - UNESP
rbelluzzo@gmail.com

Palavras-chave: Informação. Imagem em Movimento. Gestão da informação.

A imagem sempre se fez presente, mesmo antes da linguagem falada e escrita. Na pré-história, por exemplo, os homens se comunicavam através de seus desenhos nas paredes das cavernas, deixando assim, registrado seu modo de vida, como era sua sobrevivência naquele lugar e tempo, deixando para seus descendentes ensinamentos e experiências vividas por eles.

Hoje no mundo contemporâneo a imagem é muito presente no dia a dia das pessoas, independentemente da classe social, da cultura, da profissão, basta um clique, para deixar registrado um momento, seja através de máquinas fotográficas digitais, ou simplesmente com uma ferramenta tecnológica de comunicação que está ao alcance de todos, o celular, um equipamento que além do registro fotográfico imagem estática, também registra vídeos – imagens em movimento, esses arquivos poderão ser disseminados a qualquer momento através das redes sociais.

Aqui, além da informação contida nas imagens em movimento, tem-se a comunicação como algo intrínseco neste simples ato de compartilhamento. Neste gesto trivial observa-se a presença da comunicação como um elemento importantíssimo para a criação do conhecimento. Esses três elementos: informação, comunicação e conhecimento, permeiam a vida do ser humano desde os primórdios.

Na antiguidade, os gregos já tratavam de forma sistematizada o conhecimento. Os grandes pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, já abordavam suas teorias do conhecimento.

Na perspectiva do Hessen, o conhecimento é uma relação que se estabelece entre um sujeito cognoscente e um objeto cognoscível, entre um sujeito que conhece e um objeto que se dá a conhecer. Então, ele vai nos ensinar que o verdadeiro problema do conhecimento coincide exatamente nesta relação entre sujeito e objeto.

> O conhecimento representa uma relação entre o sujeito e um objecto. O verdadeiro problema do conhecimento consiste, portanto, no problema da relação entre o sujeito e o objecto. Vimos já que o conhecimento apresenta-se à consciência natural como uma determinação do sujeito pelo objecto. (HESSEN, 1980, p. 87).

Então, de um lado o sujeito, do outro o objeto e a partir da relação que se dá entre esses dois polos, tem-se então o conhecimento. Conhecimento este que poderá surgir de qualquer relação entre o sujeito e o objeto analisado. Parece-nos algo simples, mas não o é.

Antes mesmo de gerar, criar, conceber, reproduzir, possibilitar um novo conhecimento, é preciso ter em mente, que o conhecimento não nasce assim, aleatoriamente, ele é fruto de muita energia, inquietação, ação e aprendizagem do sujeito, e para que o sujeito possa adquirir esses conhecimentos vindo da relação entre ele e o objeto é preciso nos ater num processo.

Para Ilharco o conceito de conhecimento é bem didático, onde temos a informação como peça chave, agregado a ela a experiência do sujeito, ou seja, toda a sua vivência ao longo da sua existência, e com isso se chegará ao conhecimento. Mas, antes disso acontecer é preciso atentar-se que para se chegar à informação propriamente dita, a mesma também passou por transformação, modificando-se de dado a informação, e como isso acontece? Na visão de Ilharco é simples: um dado para se transformar em informação é preciso que o mesmo seja somado a significados diversos do sujeito, então teremos: um dado somado a significados é igual à informação, esta informação somada à experiência do sujeito gerará um novo conhecimento.

> Esta distinção entre dados e informação, obtida mediante a adição da noção de significado, pressuposta como evidente e inquestionável (dados + significado = informação), e posteriormente desenvolvida pela adição da noção de experiência, também esta tal como a de significado tida por óbvia, ao conceito de informação, obtendo-se assim o conceito de conhecimento (informação + experiência = conhecimento). (ILHARCO, 2003, p. 136).

Este é o processo para se chegar ao conhecimento, aparentemente é algo descomplicado na teoria, mas na prática é trabalhoso e árduo para cientistas e pesquisadores, pois são necessárias muitas informações para se chegar ao tão almejado conhecimento.

Mas o que a imagem em movimento tem haver com tudo isso?

A imagem é tida a *priori* como uma informação, mas é através do olhar do sujeito que tudo se modifica, ou seja, se a informação é um 'dado' transformado através de significados, podemos falar que: cada frame[29] de uma imagem em movimento é tido como um dado, estes dados/frames acrescidos com a percepção do sujeito por meio de movimentos, cores, texturas, contextos, locais, sentimentos, estabelecem significados subjetivos ao sujeito, gerando e proporcionando uma nova leitura do que está sendo visto e captado sob o contexto da informação, neste ponto, o sujeito é impactado por uma avalanche de informações no seu íntimo e essas informações geradas levarão a um conhecimento. Neste contexto, tudo isso é apreendido de forma praticamente instantânea sem que haja um impacto brutal, é de forma natural que pessoas passem a adquirir algum tipo de conhecimento através de um simples noticiário televisivo, ou de um documentário a respeito de algo. Não estamos falando aqui em um conhecimento científico (especial) e sim no conhecimento humano (geral).

> Deste modo indicamos o lugar que a teoria do conhecimento ocupa no conjunto da filosofia. É, como vimos, uma parte da teoria da ciência. Podemos defini-la como a *teoria material da ciência*, ou, como a *teoria dos princípios materiais do conhecimento humano*. Enquanto que a lógica investiga os princípios formais do conhecimento, isto é, as formas e as leis mais gerais do pensamento humano, a teoria do conhecimento dirige-se aos pressupostos materiais mais gerais do conhecimento científico. [...]. É comum dividir-se a teoria do conhecimento em *geral* e *especial*. A primeira investiga as referências do pensamento ao objecto em geral. A última toma por tema de investigações críticas os princípios e conceitos fundamentais em que se exprime a referência do nosso pensamento aos objectos. (HESSEN, 1980, p. 20-21).

Mesmo que a informação imagem em movimento, a primeira vista, seja compreendida como um conhecimento humano, este tipo de conhecimento irá fazer com que o indivíduo/sujeito estabeleça relações com tudo que é captado no seu derredor.

A visão pode ser considerada a porta de entrada para o conhecimento, uma vez que:

[29] Frame na tradução do inglês quer dizer quadro, estrutura, armação, moldura. Na linguagem audiovisual um frame é uma imagem congelada no processo de movimento e representa a posição do objeto em um ponto específico no tempo. (DAVID, 2014).

> na superioridade da visão, na sua identificação com o pensar e com a verdade, está em si mesma uma concepção de ser. [...]. Santo Agostinho havia também notado esta prioridade da visão sobre os outros sentidos humanos, bem como a correspondência entre o ver e conhecer. (ILHARCO, 2003, p. 86).

O ser humano sim, é dotado de cinco sentidos fundamentais que propiciam seu relacionamento com o meio em que vive: a audição, o olfato, o paladar, o tato, e a visão. Mas, é na visão que o homem se liberta para entender, conhecer, explorar o mundo a sua volta.

> ver é determinante e é determinante para a acção, mas o que vemos depende do que somos, por isso, depende do que vimos, do que soubemos e do que sabemos. Nada é mais difícil do que estabelecer precisamente o que vemos, [...]. O que um homem vê depende da forma como olha para o quê e também daquilo que a sua prévia experiência visual e conceptual o ensinou a ver. (ILHARCO, 2003, p. 88).

Então, uma simples imagem poderá causar no sujeito um turbilhão de sensações, sentimentos e significados que o levarão a relacionar-se com tudo que está a sua volta de modo novo.

A mídia televisiva, com seus infinitos programas de entretenimento e noticiários veicula todos os dias milhares de informação, contidas nas imagens em movimento, e como essas imagens são captadas pelos telespectadores? De que forma os sujeitos se apropriam dessas informações? Como o meio de comunicação de massa, no caso a televisão, administra esse bem imaterial tão precioso para o seu negócio?

> O que conta, a realidade, o mundo, a vida, a relevância, são hoje o conteúdo da televisão. Não tanto porque aquilo que a televisão transmita seja relevante na sua própria natureza, mas porque a própria relevância é implícita, inequívoca, imediata e intuitivamente assente, concedida e ganha na visão que é a televisão. E o que é visão? Uma *visão tele*? É uma visão ao longe, conforme às origens da palavra televisão, grega (tele: ao longe, à distância) e latina (visão: ver, ter cognição visual). Olhando para conhecer, vemos ao pé, na televisão, no mesmo tempo do resto do mundo, o que se passa ao longe. Vemos ao longe, comunicamos ao longe, sentimos ao longe, somos parte da comunidade que se espalham por todo o planeta, por isso, e dessa forma, novas possibilidades e novos significados emergem e efectam-nos. (ILHARCO, 2003, p. 88).

Estamos falando aqui em informação – imagens, onde este universo é de suma importância para a televisão e para o setor audiovisual. Destaca-se que na sociedade contemporânea a imagem exerce um fascínio envolvente e a visualidade é considerada como um dos recursos cognitivos mais importantes. Desta forma, pode-se entender que:

> a imagem surge como simples forma de registro, mas se apresenta hoje, como um novo conceito de conhecimento.[...]. A imagem se transforma em linguagem adequada para um conhecimento igualmente sem limites. À palavra cabia a representação de um conhecimento restrito. À imagem, enquanto nova linguagem universal, cabe a representação de um novo saber, produto de uma inteligência coletiva, interligada pelas redes de informação, sem fronteiras, planetária, produto de um novo processo de expansão da consciência humana. (GONÇALVES, 2005, p. 2-3).

É diante deste cenário, onde a televisão, como meio de comunicação de massa, utiliza a imagem em movimento, subliminarmente, como informação para formar e informar seus telespectadores, todo o conteúdo distribuído através destes canais, são detalhadamente estudados e planejados, para informar e entreter seus usuários.

> A TV tem grande capacidade mobilizadora e manipuladora. Com isso, ganham importância os programas jornalísticos na programação das emissoras, não só pelos índices de audiência mas pela sua capacidade de informar. Apesar da trajetória histórica repleta de controvérsias e de crises tanto de conteúdo quanto de audiência, estudos recentes demonstram o grande interesse do público pelos telejornais (GONÇALVES, 2005, p. 50).

Com isso, essas informações distribuídas por essa rede de comunicação é capaz de proporcionar conhecimentos diversos, com variações múltiplas, ou seja, cada indivíduo receptor destas diversas mensagens perceberá estes dados, e converterá a 'informação', e com isso transformará esta informação a um grau de conhecimento único e pessoal.

> A diferença entre o conhecimento e a informação está essencialmente no verbo *formar*: i*nformar* é uma atividade mediante a qual o conhecimento é transmitido; *conhecer* é o resultado de ter sido informado. 'Informação' como ato de informar é produzir *state of knowing* na mente de alguém. 'Informação' enquanto aquilo que é comunicado torna-se idêntico a 'conhecimento' no sentido do que é conhecido. Portanto a diferença não reside nos termos quando eles se referem àquilo que se conhece ou aquilo sobre o que se é informado; ela reside nos termos apenas quando eles devem se referir respectivamente ao ato de informar e ao *estado* do conhecimento. (MACHLUP *apud* MATTELART, 2006, p. 69).

A informação é considerada matéria prima essencial para o desenvolvimento individual, profissional e organizacional. Na mídia televisiva a informação – imagem em movimento, é instrumento primordial para assegurar um entendimento maior nas notícias veiculadas, dando maior realismo e ilustrando um acontecimento. Segundo Gonçalves (2005, p. 8-9) "respeitar a palavra é muito importante no texto da televisão, no entanto, é não esquecer que a palavra está casada com a imagem. O papel da palavra é enriquecer a informação visual". Ou seja, a imagem por si só já informa, o texto acoplado na imagem irá apenas e tão somente contextualizar aquela situação. Pois, a informação contida nestas imagens traz para o indivíduo um misto de sensações e produções de sentidos, capazes de criar significações e com isso a geração de conhecimento. (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Entretanto, emissoras de televisão que lidam e tratam desta informação todos os dias em seus noticiários, necessitam ter uma visão macro da importância desta informação para seus usuários internos. É neste ambiente que a gestão da informação 'imagem em movimento' se faz necessária para propiciar um tratamento adequado para utilização desta imagem, captando, armazenando, disseminando, indexando e recuperando.

A gestão, nada mais é, do que a tomada de decisão para alcançar objetivos dentro de uma unidade organizacional. Esta gestão da informação requer o estabelecimento de processos, etapas ou fluxos sistematizados e estruturados, associado às pessoas responsáveis e capacitadas por sua condução para que se obtenham os resultados almejados.

De uma forma mais específica e voltada para o ambiente da televisão, McGee e Prusak (1994, p. 5) afirmam que "a criação, captação, organização, distribuição, interpretação e comercialização da informação são processos essenciais" para organizações preocupadas com a gestão da informação. E, tem importância nesse processo os fluxos de informação, uma vez que permitem o estabelecimento das etapas de obtenção, tratamento, armazenamento, distribuição, disseminação e uso da informação em contextos organizacionais. Castells (1999, p. 501) nos oferece uma visão a respeito desses fluxos, ao mencionar que

> fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. [...] Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade.

Por outro lado, a gestão da informação, de imagens em movimento, necessita de profissionais cada vez mais especializados e criteriosos, pois a tecnologia neste cenário está diretamente associada à informática e às telecomunicações. Devido à complexidade do material tratado é extremamente importante, profissionais capacitados para dar suporte a uma equipe multidisciplinar que precisa deste material de forma rápida e precisa.

Acoplado a tudo isso, temos os bancos de dados das emissoras de televisão, esses bancos de dados são extremamente personalizados e criados especificamente para gerir este material. Em vista disso, as imagens são indexadas de forma a assegurar a seus usuários sua recuperação. "A tendência no campo da informação indica o advento de grandes bancos de dados [...], em associação com seletivos serviços personalizados, voltados para usuários de interesses específicos." (JAMBEIRO, 2013, p. 3).

Os usuários desse sistema de informação são os atores principais uma vez que todo este processo de tratamento da informação contida nas imagens em movimento são direcionadas a eles. É por essa razão que os profissionais que lidam com esta informação neste ambiente precisam ser especialistas e ter domínio deste fluxo informacional intenso que ocorre diariamente neste ambiente.

Conclui-se que a informação, seja ela: impressa, visual ou auditiva, permeia a vida das pessoas de tal forma que gera em seu intimo indagações e sensações diversas. Esses sentimentos estão em todas as coisas, e são sentidas a

todo instante. O conhecimento como fator primordial para o desenvolvimento intelectual e social requer a primeira instancia os dados, esses dados irão gerar ao sujeito que o compreender em informação, e através desta informação é que o sujeito poderá transformá-la em conhecimento, mediante suas experiências. Este ciclo ocorre a todo o momento no intimo de cada ser humano e é apreendido de formas distintas em cada um.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAVID, Wanderson. **Como usar um key frame para fazer movimento**. Disponível em: < http://www.ehow.com.br/key-frame-movimento-como_12222/>. Acesso em 14 jul. 2014.

GONÇALVES, Antonio Claudio Brasil. **A revolução das imagens**: uma nova proposta para o telejornalismo na era digital. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 7. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1980.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da informação**. Lisboa: Universidade Católica, 2003.

JAMBEIRO, Othon. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. **São Paulo Perspectiva**, n. 12, v. 4. 1998. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_01.pdf >. Acesso em: 26 out. 2013.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2006.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

OLIVEIRA, Ronni. **Fundamentos da gestão da informação em imagens**: para bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros profissionais da informação. São Paulo: Projeto Informação Audiovisual. 2013.

Guarda Compartilhada: um caminho para inibir a Alienação Parental?

Esta pesquisa resume-se ao instituto jurídico da Guarda Compartilhada, uma das modalidades de guarda presente no ordenamento jurídico brasileiro, introduzida pela Lei nº 11.698/2008. Contudo, muito há de se discutir a respeito deste instituto, uma vez que a guarda compartilhada exige alguns requisitos que muitas vezes impede sua aplicação, pois, só trará vantagens caso haja perfeita harmonia na relação entre os genitores. A lei que trata da alienação parental, nº 12.318/2010, também é abordada por este trabalho, esta legislação prevê a mudança de guarda para guarda compartilhada como uma das principais sanções para inibir a prática de alienação parental. No entanto, pretende-se comprovar que esta não é a medida mais adequada, pois, o ato de alienação parental em si rompe qualquer possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada. Caso haja a imposição de guarda compartilhada, neste contexto, poderá agravar ainda mais a Síndrome de Alienação Parental, que pode provocar sequelas irreversíveis ao infante. Entretanto, cada caso deve ser analisado de forma particular, tendo em vista que o principal sujeito de toda esta disputa é o filho, que deve ser protegido pelo princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. O método escolhido pra a realização da pesquisa é o dedutivo, ou seja, parte-se de conceitos pré-estabelecidos para desdobrá-los ao longo dos fatos na realidade social.

026-2344

Edwirges Elaine Rodrigues
Membro da Comunidade
edwirges_elaine@yahoo.com.br

Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga
Membro da Comunidade
draamaliaalvarenga@yahoo.com.br

ABSTRACT

This research summarizes the legal institution of joint custody, one of the custody modalities present in the Brazilian juridical ordering, introduced by the law number 11.698/2008. However, there is much to discuss about this institute, considering that the joint custody requires certain requirements that often prevents its application, therefore, only bring benefits if there is perfect harmony in the relationship between the parents. The law which deals with parental alienation, number 12.318/2010, is also approached by this article, this legislation brings the change of custody to joint custody as the main penalties to inhibit the practice of parental alienation. However, each case must to be analyzed in a particular way, considering that the main subject of this whole dispute is the child who must be protected by the principle of the best interests of the child and adolescent.

Keywords: family law. institute of the custody. shared custody. harmony. parental alienation.

INTRODUÇÃO

O direito de família é de extrema importância na vida dos cidadãos brasileiros, que têm a suas questões familiares abordadas tanto pelo Código Civil, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e em especial pela Constituição Federal.

O direito brasileiro, sobretudo o direito de família, vem enfrentando diversas transformações na contemporaneidade, atendendo aos anseios da sociedade que se transforma a cada dia.

Se na antiguidade o casamento era indissolúvel, hoje, o divórcio pode ser decretado sem a exigência da discussão da culpa pelo rompimento da conjugalidade.

E, é neste contexto, de separações que surge o tema deste artigo, pois, o instituto da guarda está intimamente relacionado com a dissolução do casamento em que há filhos menores.

Existem duas modalidades de guarda que são abordadas pela legislação brasileira.

A guarda Uniparental, ou Unilateral, art. 1.583, do Código Civil, é considerado o modelo tradicional e mais utilizado em nosso ordenamento jurídico. Neste tipo de guarda o menor fica com um dos pais, em residência fixa, e ao outro genitor é conferido o direito de visitas.

Em junho de 2008 a Lei nº 11.698, alterou os art. 1.583 e 1.584 do Código Civil, para instituir e disciplinar a Guarda Compartilhada, que há tempos era aplicada, entretanto sem uma regulamentação legal.

Este modelo de guarda consiste em um sistema no qual os filhos e pais separados mantêm uma convivência harmoniosa, e todas as decisões referentes à prole são tomadas em conjunto com a opinião de ambos os genitores.

Embora, seja o modelo recomendado pela legislação, a guarda compartilhada exige alguns requisitos que muitas vezes impede sua aplicação. Pois, a guarda conjunta só trará vantagens caso haja perfeita harmonia na relação entre os genitores, sendo que todas as decisões acerca da vida dos filhos deverão ser tomadas em conjunto, além de serem consentidas tanto pelo pai como pela mãe.

Sabe-se que com o advento do divórcio, muitos ex-casais não conseguem manter um relacionamento amigável, dificultando assim, a aplicação da guarda compartilhada.

É importante frisar que, no contexto das disputas pela guarda dos filhos, tem ocorrido um ato extremamente prejudicial às crianças/adolescentes, este ato é denominado de alienação parental, que pode ocasionar a Síndrome da Alienação Parental (SAP).

Haja vista o envolvimento da prática de alienação parental em muitos casos onde é aplicada a guarda unilateral, a Lei que trata desta alienação (Lei nº 12.318/2010), traz como forma de inibir este ato, a mudança da guarda uniparental para a modalidade de guarda compartilhada.

Desta forma, com um estudo mais detalhado a respeito da guarda compartilhada, chegar-se-á a uma conclusão a respeito deste tema.

1 PODER FAMILIAR

O poder familiar compreende a reunião dos direitos e deveres dos pais em relação aos filhos menores não emancipados, conforme preceitua o art. 1.630 do Código Civil.[viii]

As crianças e adolescentes são incapazes de prover suas necessidades e reger seus bens, necessitando que alguém o faça. Os direitos e obrigações visam à formação integral desse ente, formação física, mental, moral, espiritual, social, ou seja, tudo o que necessário for para uma vivência sadia, realizada e completa.

Maria Helena Diniz (2010, p. 564), assim define o poder familiar:

> Conjunto de direitos e obrigações, quanto à pessoa e bens do filho menor não emancipado, exercido, em igualdade de condições, por ambos os pais, para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e a proteção do filho.

Busca-se, através do significado do instituto do poder familiar, que haja, na família, a convivência e a participação dos membros do grupo, sendo fundamental o diálogo, compreensão e entendimento.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente trata da igualdade de poderes entre os pais:

> Art. 21: O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

2 INSTITUTO DA GUARDA E SUAS MODALIDADES

A palavra guarda, encontra raízes no antigo alemão wargen (guarda, espera), do inglês warden (guarda), e do francês garde, é empregado em sentido genérico para exprimir proteção, observância, vigilância, segurança ou administração, um direito/dever que os pais estão incumbidos de exercer em favor de seus filhos (SILVA, 1994, pp. 365-366).

Conforme art. 1.634, inciso II, do Código Civil[ix], e art. 21[x] e 22[xi] do Estatuto da Criança e do Adolescente, o vocábulo guarda está intimamente relacionado ao poder familiar, conferindo caráter de posse do menor.

Neste sentido preceitua o art. 33, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, "A guarda destina-se a regular a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros".

Por fim, a guarda integra o conjunto de direitos e obrigações que o ordenamento jurídico impõe aos pais em relação à prole.

Com a decorrência da maternidade/paternidade surge o primeiro modelo de guarda, o qual não é judicial, mas sim natural este modelo é conhecido como guarda comum ou originária, em que ambos os genitores exercem plenamente todos os poderes decorrentes do poder familiar, neste tipo de guarda tanto o pai quanto a mãe são guardiões dos filhos.

Porém, a separação entre os casais é comum, e muitas vezes se dá através de conflitos, em razão disso é que surge a importância do instituto da guarda, que segundo o art. 229, da Constituição Federal, visa assegurar a toda criança o direito de ter um guardião para protegê-la.[xii]

Insta mencionar que a guarda também pode ser confiada a uma terceira pessoa, assim, é possível que o poder familiar permaneça com os pais e a guarda com um terceiro (VIANA, 1993, p. 38).

Dentre as modalidades de guarda, o sistema denominando Uniparental, ou Unilateral é considerado o mais utilizado em nosso ordenamento jurídico. Neste tipo de guarda o menor fica com um dos pais, em residência fixa, e ao outro genitor é conferido o direito de visitas.

Diante do art. 1.583, § 2º, do Código Civil, a guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos, afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, saúde e segurança e educação.

No mais, segundo o § 3º do dispositivo acima mencionado a guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, além de deter o direito de visitas à prole.[xiii]

Pode-se considerar tal modalidade de guarda, como desvantajosa, pois na maioria dos casos, o filho deseja estar ao lado de seu pai e de sua mãe de formas igualitárias, e não estar com um, e visitar o outro, desta forma ocorre o afrontamento ao princípio do melhor interesse da criança.

Também há de se destacar o modelo de guarda denominado de Alternada, que se caracteriza pela possibilidade de cada um dos pais deterem a guarda do filho alternadamente, durante certo período, de forma exclusiva, detendo a totalidade dos poderes/deveres que integram o poder paternal. No término do período, os papéis invertem-se.

Esta modalidade não está prevista legalmente no ordenamento jurídico brasileiro, entretanto merece destaque, haja vista sua constante confusão com outra modalidade de guarda, denominada compartilhada, que serão mais bem abordadas no próximo capítulo.

Por fim, a Guarda Compartilhada ou Guarda Conjunta consiste na mais recente modalidade e encontra previsão legal no art. 1.538, do Código Civil, introduzida pela Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, o § 1º, segunda parte deste mesmo artigo dispõe o seguinte:

> Compreende-se por (...) guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

Constitui em um sistema no qual os filhos e pais separados mantêm uma convivência harmoniosa, e todas as decisões referentes à prole são tomadas em conjunto com a opinião de ambos os genitores.

3 DIFERENÇAS ENTRE GUARDA ALTERNADA E GUARDA COMPARTILHADA

Infelizmente o conceito e até mesmo a aplicação da guarda compartilhada é muito confundida com o instituto da guarda alternada. Algo que é prejudicial àquela, pois o modelo de guarda alternada recebe muitas críticas pelo nosso ordenamento jurídico, e por consequência não foi inserido na legislação brasileira.

A grande crítica relacionada à guarda alternada é quanto à pluralidade de lares a que a criança estará sujeita. Neste sistema, os filhos se revezarão entre as residências de seus genitores, conforme o tempo determinado por eles, podendo ser esta alternância diária, semanal, mensal, semestral ou até mesmo anual.

Porém, este revezamento causa instabilidade aos filhos, por resultar na perda da rotina da criança/adolescente, além dos grandiosos esforços prestados por eles para se adaptarem a esta situação.

Complementando este entendimento dispõe Eduardo de Oliveira Leite (1997, p. 259): "os riscos da instabilidade material e psicológica para a criança são tão consideráveis que, hoje, a guarda alternada é presumida contrária ao interesse do menor e esta presunção é irrefragável".

A guarda alternada acaba por tutelar apenas os interesses dos pais, pois implica em exercício unilateral do poder familiar durante os períodos por eles determinados. Esta situação promove verdadeira divisão do menor, que convive cada tempo com um dos genitores, em casas diferentes.

Tal situação impede que as crianças criem laços afetivos e emocionais com seus pais, pois quando se adaptam à convivência com um dos genitores, a guarda é transferida ao outro e vice versa (AKAEL, 2009, p. 94).

A este respeito afirma Ana Carolina Silveira Akael (2009, p. 94):

> Cremos que a alternância entre lares e guardiões impede que ocorra a consolidação dos hábitos diários, da própria rotina existente nos ambientes familiares e dos valores daí decorrentes, tão importantes para a vida e desenvolvimento da prole. Da relação alternada entre pais ocorre um elevado número de mudanças, repetidas separações e reaproximações, propiciando uma instabilidade emocional e psíquica ao menor.

Contrária à guarda alternada, o instituto da guarda compartilhada, não há modificação de lares, assim, o menor possuirá uma residência fixa, podendo ser a casa do pai ou da mãe, a critério deles e também da criança. Deste modo, os filhos poderão estabelecer sua rotina, sem necessidade de constantes mudanças e adaptações, exigidas pela guarda alternada.

Insta ressaltar que a guarda conjunta tutela os interesses da criança/adolescente, pois, consiste no exercício simultâneo do poder familiar, incentivando a manutenção do vínculo afetivo dos filhos com o genitor com quem não residam (ALVES, 2012, p. 102).

O grande diferencial da guarda compartilhada é quanto à responsabilidade dos pais. Estes agirão de forma conjunta a fim de tomar as melhores decisões sobre a vida de seus filhos, lembrando que, tudo o que for referente à prole deverá passar pelo consentimento de ambos os genitores.

Conforme mencionado anteriormente, há uma prejudicial confusão entre guarda alternada e guarda compartilhada, que pode ser notada pelo julgado abaixo transcrito:

> ALTERNADA – INADIMISSÍVEL – PREJUÍZO À FORMAÇÃO DO MENOR – A guarda compartilhada pressupõe a existência de diálogo e consenso entre os genitores sobre a educação do menor. Além disso, <u>guarda compartilhada torna-se utopia quando os pais residem em cidades distintas, pois aludido instituto visa à participação dos genitores no cotidiano do menor, dividindo direitos e obrigações oriundas da guarda.</u> O instituto da guarda alternada não é admissível em nosso direito, porque afronta o princípio basilar do bem estar do menor, uma vez que compromete a formação da criança, em virtude da instabilidade de seu cotidiano. Recurso desprovido (MINAS GERAIS, 2003). g.n.

Percebe-se pelo julgamento acima transcrito, o embaraço feito entre uma modalidade de guarda e outra, pois seria inviável a guarda alternada quando os pais moram distantes um do outro, porém quanto à guarda compartilhada este não é um fator impeditivo, sendo possível que os genitores mantenham uma boa relação quanto à criação de seus filhos.

Além disso, sempre que admissível, os pais ou mães que não residam com seus filhos, poderão estar fisicamente próximos da sua prole.

Realmente é lamentável este conflito de conceitos entre estas modalidades de guarda, nota-se a confusão feita pelo advogado Sigismundo Contijo (2014):

> Prejudicial para os filhos é a guarda compartilhada entre os pais separados. Esta resulta em verdadeiras tragédias, como tenho vivenciado ao participar, nas instâncias superiores, de separações judiciais oriundas de várias comarcas, em que foi praticada aquela heresia que transforma filhos em iô-iôs, ora com a mãe, ora com o pai. Em todos os processos ressaltam os grandes prejuízos dos menores, perdendo o referencial de "lar", sua perplexidade no conflito das orientações diferenciadas no meio materno e no paterno. Não é preciso ser psicólogo ou psicanalista para concluir que, acordo envolvendo a guarda compartilhada dos filhos, não é recomendável.

Acredita-se que esta confusão mencionada, seja um dos fatores impeditivos para que a guarda compartilhada possa ser aplicada de forma mais ampla.

4 PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Este princípio é garantidor da efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, tratando-se de uma franca materialização da teoria da proteção integral, presente no art. 227 da Constituição Federal[xiv] e art. 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente.[xv]

Nota-se que a guarda compartilhada alcança o melhor interesse do menor, pois como consta neste estudo, as inúmeras vantagens proporcionadas pela guarda conjunta, faz com que os interesses dos filhos estejam amparados, pois, a harmonia entre os genitores é o desejo de todas as crianças/adolescentes, além da necessidade da presença de ambos os pais, em diversos momentos da vida dos filhos.

Contudo, caso não sejam seguidos os requisitos essenciais para a aplicação da guarda compartilhada, inúmeras desvantagens que serão mencionadas mais à frente, poderão vir à tona, ocasionando grande afetação ao princípio do melhor interesse do menor, pois em primeiro momento os filhos querem manter contato aprofundado com seus genitores, o que é recomendável. Porém caso este contato proporcionado pela guarda compartilhada seja desastroso, o melhor interesse da criança também não será cumprido.

5 VANTAGENS DA GUARDA COMPARTILHADA

É importante ressaltar que, a guarda compartilhada só trará vantagens caso haja perfeita harmonia na relação entre os genitores. Pois, todas as decisões acerca da vida dos filhos deverão ser tomadas em conjunto, além de serem consentidas tanto pelo pai como pela mãe.

Sendo os pais capazes de se comportarem adequadamente, este gesto refletirá de forma positiva em seus filhos.

Desta forma, ao invés de prevalecer o desentendimento entre os genitores, causando grande abalo psicológico e até mesmo físico aos filhos, haverá com a guarda compartilhada devidamente aplicada, melhor desenvolvimento da prole, não causando traumas com a brusca ruptura do modelo de família que antes o menor vivia.

Uma das grandes vantagens que compõem a guarda compartilhada é a não imposição dos filhos à escolha por um dos pais como guardião, sendo tal decisão motivo de angústia e desgaste emocional para aqueles, em virtude do medo de magoar o genitor que não foi o escolhido.

Ao contrário das outras modalidades de guarda, a compartilhada atribui isonomia aos pais, pois estes terão direitos e deveres de forma igualitária em relação aos filhos, devendo todas as decisões serem tomadas em conjunto, além de se estabelecer uma relação continuada entre os genitores e os filhos.

Deirdre de A. Neiva (2002), destaca o objetivo da fixação da guarda compartilhada:

> A guarda compartilhada almeja assegurar o interesse do menor, com o fim de protegê-lo, e permitir o seu desenvolvimento e a sua estabilidade emocional, tornando-o apto à formação equilibrada de sua personalidade, busca-se diversificar as influências que atuam amiúde na criança, ampliando o seu espectro de desenvolvimento físico e moral, a qualidade de suas relações afetivas e a sua inserção no grupo social. Busca-se, com efeito, a completa e a eficiente formação sociopsicológica, ambiental, afetiva, espiritual e educacional do menor cuja guarda se compartilha.

Desta forma fica evidenciado que, através deste modelo de guarda, os sentimentos de culpa e frustração do genitor não guardião, pela ausência de cuidados em relação aos filhos, são diminuídos de forma significante.

No mais, a guarda compartilhada também se mostra vantajosa por ter mais força para manter a equivalência autoritária dos pais guardiães sobre o filho. Além do fato de o filho ter o referencial tanto de pai como de mãe, presentes e participativos, o que contribui para a melhor estabilidade emocional e a compreensão das regras de comportamento.

Com este mesmo entendimento, dispõe Ricardo Rodrigues Gama (2008, p. 53.):

> Consistência emocional: a solidez sentimental contribui com a formação dos filhos e faz deles cidadãos capazes de discernir os abismos das regras de boa convivência no meio social e jurídico. Na formação da personalidade do menor, o pai imprime os referenciais masculinos e a mãe expõe os toques femininos, compondo o universo sentimental num padrão de estabilidade.

Além disso, há comprovações de que o desenvolvimento psicoemocional das crianças cuja guarda é compartilhada é de grau mais elevado do que as que desfrutam da guarda unilateral, sendo aquelas mais calmas e pacientes.

A guarda compartilhada implica a cooperação entre os genitores, criando-se uma esfera de segurança e proteção em relação aos filhos, o que contribui para seu saudável desenvolvimento. Esta relação entre pai, mãe e filho é sempre preferível para a criança, desta forma a guarda compartilhada é o instituto que melhor atende as necessidades da prole.

6 DESVANTAGENS DA GUARDA COMPARTILHADA

Como todo plano de cuidado parental, a guarda compartilhada apresenta problemas sensíveis.

Conforme destacado no título anterior, uma das principais vantagens elencadas foi quanto à harmonia existente entre os pais, o que faz com que os filhos se sintam melhor, e tenham maior desempenho em seu desenvolvimento.

Entretanto, é muito comum nos casos de separação haver discussões entre os genitores por causa dos conflitos conjugais, e muitas vezes estas discussões são agravadas quando não se chega a um consenso com relação à guarda dos filhos.

Assim, caso o instituto da guarda compartilhada venha a ser imposto pelo magistrado sem o consenso dos genitores, ou até mesmo com este, mas entre pais que vivam em constante discussão, esta experiência poderá ser desastrosa.

Os genitores que disputam constantemente e não cooperam para o cuidado dos filhos, contaminam a educação destes, tornando impossível qualquer tipo de diálogo e, transformando em uma verdadeira catástrofe a aplicação da guarda conjunta.

Caso os pais vivam em constantes conflitos, não conseguindo estabelecer uma boa convivência, nem em relação aos filhos, este modelo de guarda só irá aumentar os malefícios causados à prole, pela separação.

Normalmente os fatores que levam os casais ao divórcio, são em regra desentendimentos, brigas conjugais, falta de diálogo entre outros, todavia, dificilmente após a separação estes casais conseguirão manter uma boa convivência para juntos decidirem sobre seus filhos. Nestas situações, o modelo recomendável é o uniparental.

Percebe-se que basicamente as desvantagens da guarda compartilhada se baseiam nas dificuldades dos genitores manterem um bom relacionamento a fim de tomarem as melhores decisões acerca da vida dos filhos.

Nota-se também, que são maiores as vantagens às desvantagens, pois aquelas atendem ao melhor interesse da criança/adolescente, podendo proporcionar a eles, melhor formação física, mental e moral, além de trazer grandes benefícios aos pais que estarão mais presentes e participativos na vida de seus filhos.

Cabe ao magistrado aplicar o melhor para o bem estar dos filhos menores, devendo analisar cada caso em particular, mesmo com os aspectos negativos da guarda compartilhada, prevalecem os pontos positivos, desta forma, apenas em casos concretos saberá se esta modalidade de guarda é vantajosa ou não.

7 ALIENAÇÃ PARENTAL

A Alienação Parental, também conhecida como “implantação de falsas memórias” (RABELO E VEIGAS, 2013, p. 27), surge comumente durante as disputas pela guarda dos filhos, decorrente da ruptura da vida conjugal.

Geralmente, o genitor que não aceita o fim do relacionamento, por se sentir abandonado, rejeitado e traído, desencadeia um processo de destruição, desmoralização, contra o ex-companheiro, ocasionando a Alienação Parental.

No ano de 2010 foi criada a Lei nº 12.138/2010, que trata da Alienação Parental, e aplica sansões para os alienantes.

O art. 2º, caput, da Lei conceitua a Alienação Parental da seguinte forma:

> Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Conforme dispõe o artigo acima transcrito, o ato de alienação parental pode ser cometido por um dos genitores, bem como por qualquer outra pessoa que detenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

Embora qualquer dos genitores possa praticar alienação parental para com o filho, é comum que o alienante seja o genitor guardião, que se encontra em vantagem ao genitor que possui apenas o direito de visitas.

O parágrafo único do art. 2º exemplifica as formas de alienação parental:

> I – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
> II – dificultar o exercício da autoridade parental;

> III – dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
> IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
> V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
> VI – apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
> VII – mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

A prática destes atos de alienação parental, quando não identificados e tratados podem ocasionar a chamada Síndrome da Alienação Parental.

O termo Síndrome de Alienação Parental (SAP), foi proposto pelo psicanalista infantil Richard Gardner em 1985. A SAP é definida como um distúrbio que aparece principalmente no contexto da disputa da guarda dos filhos pelos pais, e tem como primeira manifestação uma campanha de difamação contra um dos genitores por parte da criança (GARDNER, 2002).

Com a finalidade de esclarecer as diferenças entre SAP e Alienação Parental, seguem as palavras da professora Priscila M. P. Correa Fonseca (2007, p. 5.):

> A síndrome da alienação parental não se confunde, portanto, com a mera alienação parental. Aquela geralmente é decorrente desta, ou seja, a alienação parental é o afastamento do filho de um dos genitores, provocado pelo outro, via de regra, o titular da custódia. A síndrome, por seu turno, diz respeito às seqüelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento. Assim, enquanto a síndrome refere-se à conduta do filho que se recusa terminante e obstinadamente a ter contato com um dos progenitores e que já sofre as mazelas oriundas daquele rompimento, a alienação parental relaciona-se com o processo desencadeado pelo progenitor que intenta arredar o outro genitor da vida do filho.

A Síndrome de Alienação Parental diz respeito aos efeitos emocionais e às condutas comportamentais desencadeados na criança que é ou foi vítima do processo de alienação parental, ou seja, são as sequelas deixadas pela alienação.

Assim, ilustra Maria Berenice Dias (2006):

> O filho é convencido da existência de um fato e levado a repetir o que lhe é afirmado como tendo realmente acontecido. Nem sempre a criança consegue discernir que está sendo manipulada e acaba acreditando naquilo que lhes foi dito de forma insistente e repetida. Com o tempo, nem a mãe consegue distinguir a diferença entre verdade e mentira. A sua verdade passa a ser verdade para o filho, que vive com falsas personagens de uma falsa existência, implantando-se, assim, falsas memórias.

Os efeitos provocados pela SAP podem ser devastadores, ocasionando anormalidade no desenvolvimento psíquico da criança/adolescente, ansiedade, depressão crônica, nervosismo, agressão, transtorno de identidade, incapacidade de adaptação ao ambiente normal, dentre outros.

Deste modo, quando houver indícios da prática de alienação parental, o órgão judiciário, acionado pelo genitor vítima da alienação, pelo Ministério Público ou, mesmo de ofício, poderá determinar perícia psicológica ou biopsicossocial, para averiguar se realmente há alienação parental, bem como determinar provisoriamente as medidas processuais previstas na Lei de Alienação Parental.

Assim, quando identificada a prática de Alienação Parental, através do art. 6º o juiz poderá:

> I – declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
> II – ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
> III – estipular multa ao alienador;
> IV – determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
> V – determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
> VI – determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
> VII – declarar a suspensão da autoridade parental.
>
> Parágrafo único: Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de

levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

A decretação destas sanções pode ocorrer através de ação autônoma ou mesmo incidentalmente em processos que já discutam a relação dos filhos, como por exemplo, em uma ação de guarda, regulamentação de visitas, fixação de alimentos e, principalmente em ações de divórcio.

8 GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE INIBIR A ALIENAÇÃO PARENTAL

Conforme visto no título anterior, acredita-se que o surgimento da alienação parental ocorre em situações na qual os genitores disputam a guarda de seus filhos, e, consequentemente, por não haver um consenso entre estes pais, há uma imposição de guarda unilateral, o que pode agravar a prática da alienação.

Segundo dispõe o art. 6º da Lei 12.318/2010, que trata da alienação parental, uma das medidas cabíveis para inibir ou atenuar os efeitos da dita alienação, é segundo o inciso V, determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada.

Esta sanção está intimamente relacionada com o fato de os atos de alienação parental predominarem-se nas disputas de guarda, seja esta disputa em ações de divórcio ou nas ações de guarda propriamente dita.

Em um contexto no qual, grande parte das práticas de alienação parental ocorre pela imposição de guarda unilateral, em que a criança/adolescente ficará com apenas um dos genitores, restando ao outro genitor apenas o direito de visitas, ou seja, uma menor aproximação para com seus filhos, defende-se que a guarda compartilhada seria o ideal para inibir a alienação parental, pois, não haveria disputa entre os genitores com relação aos filhos, com esta guarda, os filhos teriam sempre a presença de ambos os pais, o que diminuiria a influência de apenas um genitor sobre a prole, dificultando assim, a alienação parental.

Pode-se afirmar com certeza, que a guarda compartilhada, em que a criança/adolescente tem sempre ao seu redor ambos os genitores, e estes decidem conjuntamente sobre o que é melhor para seus filhos, é a modalidade de guarda que atinge o princípio do melhor interesse da criança/adolescente.

Entretanto, não se pode esquecer-se do que fora mencionado anteriormente neste artigo, a respeito da aplicação da guarda compartilhada, que exige antes de tudo, um bom relacionamento entre os pais, para que possa predominar o diálogo e que as decisões a respeito de tudo que envolva os filhos sejam tomadas em conjunto.

E mais, caso a guarda compartilhada seja aplicada, sem o consentimento dos pais (de ofício) ou mesmo com o consentimento destes, porém, sem que sejam preenchidos todos os requisitos para a aplicação da mesma, todas as desvantagens desta modalidade de guarda poderão vir à tona, gerando prejuízos ao principal sujeito desta história, o filho.

Assim, surge a pergunta que não cala, como pode a guarda compartilhada ser imposta para inibir a alienação parental, sendo que o surgimento desta alienação se dá justamente por haver rancor entre os genitores, chegando ao ponto de um deles denegrir a imagem do outro e embutir falsas memórias na mente do seu próprio filho, para que este passe a repudiar o outro genitor.

Pode-se afirmar que o ato de alienação parental em si rompe qualquer possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada.

No entanto, é importante ressaltar que a todo o momento não se deve esquecer que os principais sujeitos de toda esta disputa, são os filhos. Desta forma, os casos devem ser analisados de forma individualizada, com a finalidade de atingir o princípio do melhor interesse da criança/adolescente, em sua plenitude.

Portanto, mesmo havendo a incidência de alienação parental e após a análise de todos os fatos em um caso concreto, chegar-se a conclusão certeira de que a guarda compartilhada é a melhor opção, a mesma pode ser aplicada, contudo, recomenda-se que seja feito com certa desconfiança.

CONCLUSÃO

Conforme dito no início deste artigo, o Direito de Família tem se inovado cada vez mais, com o intento de acompanhar as transformações dos modelos de família contemporânea.

Uma destas inovações foi a regulamentação da guarda compartilhada pela legislação brasileira, haja vista que esta modalidade de guarda já era utilizada pelo judiciário, entretanto sem fundamentação legal.

A legislação assegura que a guarda compartilhada será aplicada sempre que possível, haja vista que este modelo de guarda é o que atende o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

A principal característica da guarda compartilhada é quanto à responsabilidade dos pais, pois, estes agirão de forma conjunta a fim de tomar as melhores decisões sobre a vida de seus filhos, lembrando que, tudo o que for referente à prole deverá passar pelo consentimento de ambos os genitores.

Embora a guarda conjunta seja o modelo recomendado, é a guarda unilateral a modalidade de maior aplicabilidade, mesmo não atingindo o melhor interesse da criança e do adolescente.

Tal situação se dá pela falta dos requisitos necessários para a aplicação da guarda compartilhada, que exige perfeita harmonia na relação entre os genitores, para que estes possam compartilhar todos os direitos e deveres relacionados à prole.

Sabe-se que em grande parte dos divórcios ou rompimentos, ao invés de permanecer a amizade entre os ex-consortes, o que prevalece são os desentendimentos e a disputa pela guarda dos filhos.

É neste contexto que surgem os casos de Alienação Parental, que tem como primeira manifestação uma campanha de difamação contra um dos genitores por parte da criança, lembrando que normalmente o genitor alienante é o detentor da guarda unilateral.

Também foi visto neste trabalho que, a lei que trata da alienação parental traz como forma de inibir os atos de alienação, a modificação da guarda unilateral para a guarda compartilhada.

Entretanto com base nas exposições anteriores, conclui-se que esta não é a medida mais adequada, pois, o ato de alienação parental em si rompe qualquer possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada.

Caso haja a imposição de guarda compartilhada, neste contexto, poderá agravar ainda mais a Síndrome de Alienação Parental, que pode provocar sequelas irreversíveis ao infante.

No entanto, é importante lembrar o principal sujeito de toda esta disputa, é o filho. Assim, os casos devem ser analisados de forma individualizada, com a finalidade de atingir o princípio do melhor interesse da criança/adolescente, em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

AKAEL, Ana Carolina Silveira. **Guarda compartilhada:** um avanço para a família. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. A guarda compartilhada e a Lei n. 11.698/2008. **Revista IOB de Direito de Família.** ano IX. n. 51. Porto Alegre: Síntese, dez-jan 2009.

AMARAL, Paulo André. Guarda compartilhada, igualdade de gênero e justiça no brasil: uma análise das interpretações da lei. **Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões.** Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFam, a. 14, n. 32. fev. e mar. 2013.

CONTIJO, Sigismundo. Guarda de filhos. **Pai Legal**, 22 de mai. 2003. Disponível em <http://www.pailegal.net/forum/viewtopic.php?t=756>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

DIAS, Maria Berenice. Síndrome da alienação parental, o que é isso?. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1119, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/8690>. Acesso em: 19 maio 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito de família. v.5. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Síndrome da alienação parental. **Revista Brasileira de Direito de Família.** v. 8, n. 40, fev/mar. 2007.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira. **Princípios constitucionais de direito de família.** São Paulo: Atlas, 2008.

GAMA, Ricardo Rodrigues. **Guarda compartilhada**: lei n. 11.698, de 13 de junho de 2008. Campinas: LZN, 2008.

GARDNER, Richard. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de síndrome de alienação parental (SAP)? Trad. Rita Rafaeli. **SAP**, 2002. Disponível em: **<** http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente**>.** Acesso em: 19 de maio de 2014.

GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família:** um caleidoscópio de relações, em direito de família e psicanálise, rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: IMAGO, 2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Famílias monoparentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais.** AC 1.0000.00.328063-3/000. Rel. Des. Lamberto Sant'Anna. Data da publicação 24.10.2003.

NEIVA, Deirdre de A. Guarda compartilhada e alternada. **Pai Legal**, 7 de jan. 2002. Disponível em: <http://www.pailegal.net/guarda-compartilhada/mais-a-fundo/analises/68-a-guarda-compartilhada-e-alternada>. Acesso em: 20 de maio de 2014.

PARREIRA, Ana Carolina Rodrigues. A alienação parental e sua relação com o direito de família. In: ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. **Os novos parâmetros da responsabilidade civil e as relações sociais.** Franca: Unesp, 2012.

RABELO, César Leandro de Almeida; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. Aspectos materiais e processuais da alienação parental. **Revista Síntese Direito de Família.** v. 14. n. 75. São Paulo, dez./jan. 2013.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário jurídico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

VIANA, Marco Aurélio S. **Da guarda, da tutela e da adoção.** Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

VIEIRA, Patrício Jorge Lobo. O dano moral na alienação parental. **Revista Brasileira de Direito de Família e Sucessões.** Porto Alegre: Magister; Belo Horizonte: IBDFam, a. 14, n. 31. dez. e jan. 2013.

Identidade feminina: o que é ser mulher na atualidade

Este estudo tem como objetivo fazer reflexões sobre a mulher contemporânea. Como é ser mulher em pleno século XXI? Com tantas conquistas e vitórias, embora ainda com muitas desigualdades, com um longo caminho a ser percorrido para que homens e mulheres ocupem os mesmos espaços nesta sociedade? A história das mulheres está marcada por avanços e conquistas recentes, mas ainda há desigualdades nas questões de gênero. Foi nesse sentido que essa pesquisa foi realizada no Assentamento 17 de Abril, se buscou saber das mulheres entrevistadas o que era para elas essa questão: ou seja, o que é Ser Mulher? Para subsidiar a análise do universo singular, sobre o qual este trabalho se coloca, é importante apreender algumas mediações fundamentais que o compõem, que se inscreve como particularidades que carregam elementos desta universalidade posta pela sociedade do capital. Afinal, ser mulher em diversos espaços, pertencer a diversas classes não elimina, mas sim reforça as mediações de gênero na configuração singular e nas trajetórias seguidas pelas mulheres. A busca de tornar-se mulher, mas tornar-se homem também, são processos contínuos de aprendizagem, oriundos de padrões sociais estabelecidos, que são reforçados por normas e valores, mas também por coerção, e modificados ao longo do tempo. Refletem as mudanças na estrutura normativa e de poder dos sistemas sociais estabelecidos pela sociedade e pela cultura em que as pessoas se encontram inseridas. Portanto, a situação das mulheres modifica-se conforme o momento histórico. Ressalta-se que atribuições e responsabilidades designadas aos homens e as mulheres são desenvolvidos conforme a perspectiva da sociedade em questão. Na busca de entender a realidade das mulheres do Assentamento 17 de Abril, optou-se por trazer o debate sobre a construção social do gênero e do universo feminino, bem como, suas histórias. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que busca conhecer o cotidiano vivenciado pelas mulheres inseridas na área rural e usuárias da política pública de saúde. Utilizou-se de entrevistas abertas com questões norteadoras. Optou-se pela análise de conteúdo, momento em que foram elencadas as categorias que pudessem favorecer a compreensão dessa realidade. São sujeitos deste estudo seis mulheres, casadas legalmente, ou que tenha união consensual com seus companheiros, que têm filhos, que assumem responsabilidades do negócio familiar na gestão dos lotes e que haviam utilizado no ano de 2009 alguma, assistência realizada pela equipe de saúde existente no assentamento. Ficou explícito o sigilo dos sujeitos deste estudo, portanto, as entrevistadas foram denominadas por nomes fictícios. Realizadas as devidas informações e esclarecimentos dos objetivos da pesquisa e de sua importância científica e acadêmica. As entrevistadas foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pautando-se pela ética e respeito a cada uma delas. Por se tratar de pesquisa com seres humanos o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa da UNESP de Franca, com sua aprovação. Os depoimentos foram categorizadas e analisadas por meio da Técnica de Análise de Conteúdo.

042-2360

Edileusa da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
edileusa@pontal.ufu.br

Introdução:

Este estudo tem como objetivo fazer reflexões sobre a mulher contemporânea. Como é ser mulher em pleno século XXI? Com tantas conquistas e vitórias, embora ainda com muitas desigualdades, com um longo caminho a ser percorrido para que homens e mulheres ocupem os mesmos espaços nesta sociedade? A história das mulheres está marcada por avanços e conquistas recentes, mas ainda há desigualdades nas questões de gênero. Foi nesse sentido que essa pesquisa foi realizada no Assentamento 17 de Abril, procurou saber das mulheres entrevistadas o que era para elas essa questão: ou seja, o que é Ser Mulher? Para subsidiar a análise do universo singular, sobre o qual este trabalho se coloca, é importante apreender algumas mediações fundamentais que o compõem, que se inscreve como particularidades que carregam elementos desta universalidade posta pela sociedade do capital. Afinal, ser mulher em diversos espaços, pertencer a diversas classes não elimina, mas sim reforça as mediações de gênero na configuração singular e nas trajetórias seguidas pelas mulheres. A busca de tornar-se mulher, mas tornar-se homem também, são processos contínuos de aprendizagem, oriundos de padrões sociais estabelecidos, que são reforçados por normas e valores, mas também por coerção, e modificados ao longo do tempo. Refletem as mudanças na estrutura normativa e de poder dos sistemas sociais estabelecidos pela sociedade e pela cultura em que as pessoas se encontram inseridas. Portanto, a situação das mulheres modifica-se conforme o momento histórico. Ressalta-se que atribuições e responsabilidades designadas aos homens e as mulheres são desenvolvidos conforme a perspectiva da sociedade em questão.

Caminhos da Pesquisa

Na busca de entender a realidade das mulheres do Assentamento 17 de Abril, optou-se por trazer o debate sobre a construção social do gênero e do universo feminino, bem como, suas histórias. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que busca conhecer o cotidiano vivenciado pelas mulheres inseridas na área rural e usuárias da

política pública de saúde. Utilizou-se de entrevistas abertas com questões norteadoras. Optou-se pela análise de conteúdo, momento em que foram elencadas as categorias que pudessem favorecer a compreensão dessa realidade. São sujeitos deste estudo seis mulheres, casadas legalmente, ou que tenha união consensual com seus companheiros, que têm filhos, que assumem responsabilidades do negócio familiar na gestão dos lotes e que haviam utilizado no ano de 2009 alguma, assistência realizada pela equipe de saúde existente no assentamento. Ficou explícito o sigilo dos sujeitos deste estudo, portanto, as entrevistadas foram denominadas por nomes fictícios. Realizadas as devidas informações e esclarecimentos dos objetivos da pesquisa e de sua importância científica e acadêmica. As entrevistadas foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pautando-se pela ética e respeito a cada uma delas. Por se tratar de pesquisa com seres humanos o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa da UNESP de Franca, com sua aprovação.

São essas mulheres, assentadas e possíveis cuidadoras, que compõem os sujeitos desta pesquisa. Atualmente, o assentamento conta com cento e cinquenta e nove famílias que tiram da terra a sua sobrevivência. Deste universo, foram selecionados, de forma intencional, sujeitos que possam contribuir, de forma significativa. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de junho e julho de 2010.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. As falas foram mantidas de acordo com a forma de se expressar das entrevistadas, a fim de manter a fidelidade dos depoimentos adquiridos, no sentido de captar e apreender a realidade por elas vivenciada. Ficou explícito o sigilo dos sujeitos deste estudo, portanto, as entrevistadas foram denominadas por nomes fictícios. Realizou-se as devidas informações e esclarecimentos dos objetivos da pesquisa e de sua importância científica e acadêmica.

Entende-se que é importante trabalhar com depoimentos, pois, significa alcançar a apropriação no plano do simbólico das lembranças, a história "oficial" e sua vivência em termos individuais (BOSI, 1979), que, dialeticamente reflete a história em sociedade. O homem é um ser social por essência e sua vida cotidiana é reveladora de sua história.

Vale ressaltar que a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva, com toda riqueza de significados dela transbordante. "Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que se possa elaborar sobre ela" (MINAYO, 1994, p. 15). Mais adiante a autora reforça que "O autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo em que as tensões e perturbações sociais" (MINAYO, 2004, p. 227). A pesquisa de campo é enriquecedora, pois é um momento em que o pesquisador interage com os sujeitos de sua pesquisa e aproxima-se da vida cotidiana deles, e nessa interação há um aprendizado mútuo.

Para a realização dessa pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico de produção pertinente ao tema, que corroborou para iluminar e dar sustentação teórica a construção dessa tese.

Na busca de entender a realidade das mulheres do Assentamento 17 de Abril, optou-se por trazer o debate sobre a construção social do gênero e do universo feminino, bem como, suas histórias.

Relações de gênero e assimetria de poderes

Não se nasce mulher, torna-se mulher
Simone de Beauvoir

A elaboração da epígrafe tornou-se célebre quando, em 1949, a autora escreveu o "Segundo Sexo", livro que se tornou referência para discutir a situação das mulheres no mundo inteiro. Influenciou gerações nas discussões a respeito da vida e da situação das mulheres, deixando seu legado ao pontuar que os papéis atribuídos ao feminino não são de ordem biológica e sim de ordem social, pois foram construídos socialmente e, ainda assim, de maneira negativa para as mulheres, que foram relegadas a uma situação de inferioridade na sociedade.

A busca de tornar-se mulher, mas tornar-se homem também, são processos contínuos de aprendizagem, oriundos de padrões sociais estabelecidos, que são reforçados por normas e valores, mas também por coerção, e modificados ao longo do tempo. Refletem as mudanças na estrutura normativa e de poder dos sistemas sociais estabelecidos pela sociedade e pela cultura em que as pessoas se encontram inseridas. Portanto, a situação das mulheres modifica-se conforme o momento histórico. Ressalta-se que atribuições e responsabilidades designadas aos homens e as mulheres são desenvolvidos conforme a perspectiva da sociedade em questão. Faz-se necessária a busca na desconstrução de que os papéis atribuídos às mulheres são naturais e pontuá-los na esfera social, pois o que é construído socialmente é passível de mudanças.

Segundo Beauvoir (2009), não importa como a mulher apresenta-se na sociedade: "provedora, vassala, acolhedora"; nas mais diversas denominações que se queira elencar, o lugar dela sempre foi definido pelo homem. O homem relegou à mulher um papel de coadjuvante, e a ele um papel central. Isso fez com que as mulheres ficassem na situação de subalternidade.

A mesma autora ainda traz a tona o debate sobre como as mulheres foram subjugadas ao universo masculino, reclusas na esfera privada. De onde vem essa submissão da mulher? Ressalta que uma categoria

consegue subjugar a outra, muitas vezes por uma desigualdade numérica, tendo assim um papel decisivo, "[...] a maioria impõe sua lei à minoria ou os persegue [...]" (BEAUVOIR, 2009, p.19). No caso, as mulheres não são minoria no mundo. Cabe lembrar que os proletários também não são minoria, e estão subordinados aos burgueses, que, por sua vez detém os meios de produção e os proletários só tem sua força de trabalho, ficando reféns assim da burguesia.

Para Beauvoir, uma das questões levantadas para discutir a subalternidade das mulheres é que elas não se veem como essenciais, sentem-se e comportam-se como dispensáveis. Para a autora, os negros e os proletários colocam-se como "nós" quando se referem a si mesmos, apresentam-se como sujeitos e referem-se aos brancos e aos burgueses como os outros. Entretanto, as mulheres identificam-se com seus opressores, tem com eles laços de afinidades e interesses em comum e "nem em sonho pensam em dizimar os homens" (BEAUVOIR, 2009, p.19).

Ainda para a mesma autora "[...] A mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de outro" (BEAUVOIR, 2009, p.22).

Na análise de Beauvoir (2009), as mulheres não se veem como sujeitos e não se unem na busca de mudança; a mulher branca não se une com a negra, mas sim com o homem branco, a burguesa não se alia a proletária, mas ao burguês. Questões essas que, na perspectiva da autora, dificultam a superação e a busca pela sua emancipação; não se identificam com sua classe social, o que ratifica o célebre título do livro de Cecília Toledo (2008) "Mulheres: O gênero nos une, e a classe nos divide".

Identidade feminina: o que é ser mulher

Como é ser mulher em pleno século XXI? Com tantas conquistas e vitórias, embora ainda com muitas desigualdades, com um longo caminho a ser percorrido para que homens e mulheres ocupem os mesmos espaços nesta sociedade?

A história das mulheres está marcada por avanços e conquistas recentes, mas ainda há desigualdades nas questões de gênero. Dentre as conquistas, pode-se elencar o direito ao voto, recente na vida das mulheres brasileiras. Na atualidade, é um ato comum a mulher votar e ser votada, mas isso só aconteceu na história no Brasil, a partir de 1932, quando foi promulgado o novo Código Eleitoral; até este período, as mulheres não podiam participar da vida política do seu próprio país. O sufrágio feminino foi uma conquista, mas se deu devido à manifestação de grupos feministas que lutaram em defesa das mulheres no mundo inteiro.

No que tange a educação, pode-se afirmar que houve avanços também. A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001 com 2.502 mulheres acima de 15 anos de idade, investigou e analisou os mais variados dados sobre a população feminina, o que possibilitou análise da situação das mulheres. Os resultados deste estudo foram apresentados ao público com a edição do livro intitulado "A mulher brasileira nos espaços público e privado". Esses dados foram trabalhados por vários autores. Venturini e Racamán (2004) debatem aspectos relativos à educação e ressaltam que 66% das mulheres não concluíram o ensino fundamental. Destacam que, entre as brancas, o patamar é de 62%, contra 82% das negras e 84% referem-se às mulheres que cresceram e vivem no campo. No que tange o ensino superior, apenas 7% das brasileiras conseguiram graduar-se; entre as brancas 9%. Quando a pesquisa afunila para as mulheres negras, têm-se ínfimos 2% e a situação piora ainda mais quando se restringe às mulheres que vivem no campo, as quais totalizam apenas 1%.

Em relação à vida política, em 1997, elas ocupavam 7% das cadeiras da câmara dos deputados federais, 7,4% do senado e 6% das prefeituras (IBGE, 2009). Porém, cabe ressaltar que as mulheres são a maioria no País (aproximadamente 89 milhões) e representam 51,2% da população brasileira, portanto, essa representatividade política está muito aquém de uma possível igualdade entre homens e mulheres. Entende-se, então, que sua participação política ainda é fragilizada.

Outro fator que merece destaque refere-se à expectativa de vida das mulheres, que tem sido maior que a dos homens. A pesquisa[30]divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA)** mostra que, entre 1993 e 2007, a expectativa de vida foi maior para as mulheres em relação aos homens, e também para a população branca na comparação com a negra. Entretanto, as mulheres adoecem mais que os homens "A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade que com fatores biológicos" (BRASIL, 2007, p.48). Portanto, fonte do próprio Ministério da Saúde indica a discriminação em relação à mulher, ao reconhecer que a saúde das mulheres se agrava por conta de atitudes discriminatórias a que estão expostas nesta sociedade.

[30] O estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça mostra que, em 1993, o total de mulheres brancas com mais de 60 anos de idade representava 9,4% da população e o de negras, 7,3%. Esses percentuais alcançaram, em 2007, 13,2% e 9,5%, respectivamente. O grupo dos homens brancos com 60 anos ou mais, em 1993, era de 8,2% e passou para 11,1%, em 2007. Já os negros na mesma faixa etária saltaram de 6,5% para 8% no mesmo período. (IPEA, 2008, p.1)

Apesar das recentes conquistas relativas ao sufrágio universal, o acesso às escolas, maior expectativa de vida, a participação das mulheres na vida política, inserção no mercado de trabalho, entre outros, foram avanços importantes, mas ainda insuficientes para superar as desigualdades entre homens e mulheres.

Mesmo com todas as mudanças, as mulheres, em pleno século XXI, ainda têm salários menores que dos homens, como se pode constatar em pesquisa realizada no Estado de São Paulo. Em 2008, o rendimento médio anual das mulheres empregadas na Região Metropolitana de São Paulo equivalia a R$ 961 e o dos homens, a R$ 1.451. No entanto, como a jornada de trabalho na esfera pública é maior para os homens (45 horas semanais) do que para as mulheres (39 horas), o rendimento médio real por hora é a medida de comparação mais adequada. O rendimento médio, por hora, das mulheres era de R$ 5,76, em 2008, 0,9% abaixo do registrado no ano anterior. Para os homens, correspondia a R$ 7,53,1,0% acima do patamar de 2007. Com isso, o rendimento médio por hora das mulheres passou a corresponder a 76,5% daquele recebido pelos homens, em comparação a 77,9%, em 2007. (SEP. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.).

Outro fator que merece destaque é a violência que as mulheres ainda continuam expostas em todas as suas modalidades: física, psicológica, sexual. As mulheres são vítimas de violência urbana, a que todos os cidadãos estão expostos, mas também de violência doméstica. Os dados apontam que 11% das brasileiras com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamento. Nestes casos, o marido ou companheiro é responsável por 56% desses casos de violência. Ou seja, as mulheres estão, muitas vezes, expostas às pessoas com as quais deveriam ter relacionamentos de amor e cumplicidade. Para Saffioti (2004), as estatísticas não deixam dúvidas, "175 mil mulheres são espancadas por mês no Brasil, 5,8 mil por dia; 240 por hora ou 4 por minuto. Disto resulta uma mulher espancada a cada 15 segundos". (SAFFIOTI, 2004, p.56).

Foi nesse sentido que se buscou saber das mulheres entrevistadas no Assentamento 17 de Abril, o que era para elas essa questão: ou seja, que é Ser Mulher?

Deste universo de pesquisa uma alega que não é bom, "preferia ter nascido homem"; para outra, hoje é mais fácil que antigamente, pois as mulheres podem sair, têm condições de trabalhar e têm mais liberdade. Para outra entrevistada, essa liberdade apareceu também, como um componente na esfera moral, no sentido de que as mulheres precisam se valorizar mais, interessante que não se refere a uma valorização enquanto ser humano, mas numa perspectiva moralista, de ser mais reservada, mais recatada. Pode-se observar uma fala impregnada de valores morais.

> *Ser mulher pra mim é se valorizar, certo é ser honesta, dedicar aquilo que você tá fazendo como mulher, é você ter uma responsabilidade que uma mulher, dona do lar precisa, eu me sinto bem ser mulher, tem gente que diz que eu queria ser homem, eu me sinto bem ser mulher, e acho que a mulher tem se valorizar mais hoje, falo muito pra minhas filhas eu falo que ser mulher é um dom de Deus. Deus deixou a mulher, mas que ela se valorize a gente vê tantas mulheres por ai não tá se valorizando, mas a mulher tem que ser valorizada ela mesma se valorizar, certo não são todas, mas elas não estão se valorizando muito tão se perdendo o valor por muito pouco (Cecília Meireles).*

Dificuldades com excesso de trabalho, de responsabilidades, que traz em seu bojo a dupla e a tripla jornada de trabalho como aspecto negativo, foram elencadas por Narcisa Amália.

> *Ah, não é muito bom, se a gente pudesse escolher teria nascido homem, é fácil demais, em tudo mulher é sofrida, não sei dizer muito, mas sei que sofre trabalha mais, tem que cuidar de tudo, negócio de tudo doença essas coisas. A muié é mais sofrida, devia tá comprovado. (Narcisa Amália).*

É possível perceber em seus argumentos como sentem, no cotidiano, as cobranças e responsabilidades que são atribuídas às mulheres, e ressalta, ainda, que essa questão da situação da mulher "já devia estar comprovada". Muitos autores já se debruçaram sobre este assunto e demonstraram que a situação das mulheres ainda é desfavorável em diversos aspectos, dentre os quais pode-se destacar o trabalho, a inserção na vida política, ainda de forma fragilizada, bem como a representação feminina nos cargos de comando no País, conforme já destacado no item anterior.

Os papéis tradicionais de mãe e esposa, avó aparecem como identificação em ser mulher, ser carinhosa, ser paciente, saber cuidar bem de uma casa.

> *Pra mim, ser mulher é ser carente com as pessoas, cuidar, aprender a dar conselhos, cuida de um lar, a dar carinho pras crianças é ser gentil com todo mundo. tem pessoas que não tem nenhuma bondade no coração.(Clarice Lispector)*
>
> *Ai gente...eu acho que ser mulher é ser mãe...ser dona de casa...um monte de coisa....um monte de coisa...sei lá...ser mulher é uma benção...se tiver que nascer mulher, quero ser mulher de novo...eu gosto muito...(Adélia Prado).*

> *ser mulher é , sei lá...fazer ... a gente tem que fazer a parte da gente... o dever de mulher, de mãe, de esposa, tudo certinho.... sou avó... minha caçula... 23 anos.... to com este netinho de 10 anos...e um de doze, anos.. este nunca me largou...peguei ele pequeno...tava com quatro dias...eu que criei...(Nísia Floresta).*

É pertinente apontar que a maternidade foi construída socialmente como forma de valorização da mulher, definindo o papel que elas deveriam desempenhar na construção da sociedade: "É a partir do convencimento que a maternidade é defendida como a mais perfeita realização de suas vidas" (ROHDEN, 2003, p. 221).

Cora Coralina evidencia ser mais fácil ser mulher nos dias atuais, no seu entendimento há mais liberdade em trabalhar e estudar. Porém, suas atitudes ainda estão impregnadas de subalternidade em relação ao homem, o coloca como dependente que necessita da mulher para tudo e, assim, leva toalha e chinelo para ele no momento do banho, tenta justificar dizendo que ele esquece.

> *Ser mulher é muito bom...mas a vida da mulher é sacrificada...antigamente não...antigamente você tinha que ficar só em casa...não podia trabalhar...hoje não, é tudo mais liberal...então ser mulher hoje...você tem que trabalhar...estuda...você ajuda as pessoas...que precisam... está tudo mais liberado..parece que a vida de hoje tá mais fácil...acho que a vida de hoje tá mais fácil, que antigamente....,pois antigamente era um tabu danado...para trabalhar fora...e hoje não...hoje é mais liberado...a mulher ajuda mais o marido do que o marido ajuda a mulher...o meu ver é esse...o homem é dependente da mulher pra tudo...até pra tomar banho...por que, aí... me dá toalha...me dá o chinelo que esqueci lá...(risos) não sei como ele se vira lá...por que não tem ninguém em casa, ai tem que se virar...pede... a toalha...esquece de levar...nada... faz que esquece...(risos) (Cora Coralina).*

Este relato traz em seu bojo a posição em que a mulher se coloca, como cuidadora, de forma subalterna em relação aos homens; é como se eles dependessem dos seus cuidados.

Segundo Muraro (2002), historicamente, a mulher foi colocada em uma situação de submissão e reduzida ao domínio do privado com função de cuidar da geração e da manutenção da vida biológica e/ou cotidiana. Desde criança ela foi treinada para se portar como inferior.

Considerações Finais

É, sem dúvida alguma, um desafio adentrar neste universo, pois envolve muitas questões do universo feminino, subjetividades, mas é com o olhar alicerçado na realidade concreta material que certamente interfere no subjetivo que se desenvolveu esta pesquisa, para que possa de alguma forma contribuir para a emancipação das mulheres, ou que possa somar com estudos e ações políticas em prol de melhores serviços destinados ao público feminino e, portanto, na construção de uma sociedade mais justa.

Consta-se que neste universo da pesquisa as mulheres se colocam como cuidadoras, responsáveis pela casa, pelos filhos, não se colocam como essenciais. Mas, reconhecem os avanços da mulher ter maior liberdade para estudar e trabalhar.

Espera-se que as questões abordadas neste estudo possam contribuir e subsidiar trabalhos efetivos com mulheres e respectivas famílias nas questões que envolvem a saúde e nas mais diversas áreas de atuação e do conhecimento do Assistente Social e de outros profissionais comprometidos na busca de maior equidade nas relações de gênero nesta sociedade, bem como na elaboração de políticas públicas que visem à superação desta realidade injusta e desigual.

Bibliografia

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:** princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As mulheres fazem história.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/mulherhistoria.html>. Acesso em: 26 set. 2009.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

ROHDEN, F. **A arte de enganar a natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no inicio do século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

SAFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

----------. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. Novembro de 2004. WWW. Cfemea.org. br. acesso em 29/07/2010.

_____; VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

VENTURINI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA Suely (org). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. 1. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTURINI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. As mulheres Brasileiras no início do século XXI. IN: VENTURINI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA Suely (org). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. 1. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. P. 15 a 29.

Informação, comunicação e conhecimento: uma tríade no contexto da televisão digital

Comunicação, informação e conhecimento, três palavras, três conceitos distintos que se entrelaçam para impulsionar a sociedade. Informação e comunicação dão vida ao conhecimento, fazendo dele uma mola propulsora para o enriquecimento intelectual e material. A função dos meios de comunicação de massa é proporcionar a interação entre o emissor e o receptor da mensagem, de modo a informar seus telespectadores através de seus programas de entretenimento e noticiários. Para isso, conta com a ajuda das teorias da comunicação para direcionar de forma conclusiva seus processos, produtos e serviços. A audiência está diretamente ligada ao processo de comunicação e pode ser entendida como um conjunto de respostas dos receptores aos conteúdos exibidos pelos meios de comunicação, além do mais, é a través dela que os meios de comunicação de massa delimitam sua programação devido aos interesses e aceitação do seu público. A televisão ganha uma nova roupagem com as novas ferramentas tecnológicas, passando da era analógica para a era digital. A digitalização vez com que a televisão passasse a ser mais interativa e dinâmica. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) facilitaram o modo de interpretar este universo da informação, destacando-se a imagem em movimento. Considerando-se esse cenário, este artigo busca contribuir com uma visão de natureza teórica sobre a gestão da informação no âmbito da imagem em movimento, uma vez que ela é o elemento fundamental na elaboração de matérias jornalísticas. Destaca-se a importância do tratamento adequado da informação 'imagem em movimento', inseridas nessas matérias, que para chegar ao produto final passa por três etapas: a produção, a execução e a edição. Entretanto, é na fase da edição que se presencia a construção desta nova linguagem, que deverá ser tratada e armazenada de forma a ser recuperada com precisão e rapidez, sendo esse o desafio das equipes de profissionais que atuam nesses ambientes comunicacionais.

035-2353

Maria Valéria Bertachini do Nascimento Gonçalves
Universidade Estadual Paulista - UNESP
mariavaleriagon@gmail.com

Regina Célia Baptista Belluzzo
Universidade Estadual Paulista - UNESP
rbelluzzo@gmail.com

Palavras-chave: Comunicação. Informação. Conhecimento. Teorias da Comunicação. Audiência. Televisão Digital. Imagem em Movimento.

1 INTRODUÇÃO

A informação e o conhecimento estão em todas as esferas da sociedade contemporânea. O atual cenário social vem sendo estruturado de forma diferente, sendo que a informação é considerada matéria prima essencial para o desenvolvimento individual, profissional e organizacional. No entanto, isso não seria possível sem a presença e o novo advento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). É esse tripé: a informação, a comunicação e as tecnologias que sustenta a era que estamos vivenciando, influenciando de maneira pontual a comunicação, a mídia e em especial a televisão no seu formato atual, inserida em era digital.

A informação e o conhecimento e, principalmente, o desenvolvimento de tecnologia da informação e da comunicação, trouxeram consigo um novo paradigma sócio cultural, onde os processos de comunicação, os processos de construção do conhecimento, de utilização de novas linguagens, de novos formatos, criam um novo modo de interação e conhecimento. Essa tríade: informação, comunicação e conhecimento tem importância para a televisão digital como uma mídia de comunicação massiva.

Inicia-se, assim, esta contribuição teórica com uma reflexão sobre a comunicação, uma palavra tão simples e ao mesmo tempo tão complexa. Segundo o dicionário: comunicação é o "processo de transmissão e recepção de mensagem" (HOUAISS; VILLAR, 2001, p.102). O verbo *communcare* vem do latim, que significa participar, fazer, saber, tornar comum, ou seja, é a forma que as pessoas têm de se relacionarem umas com as outras, trocando experiências, transmitindo informações, compartilhando dados. É o modo pelo qual a sociedade se sociabiliza regendo assim as relações humanas.

Mas, neste estudo teórico, podemos simplesmente falar que comunicação é a transmissão de uma informação, informação essa que é considerada nos dias atuais como mercadoria, e essa mercadoria tem um valor agregado cada vez maior, apesar da informação ser imaterial, ela é disseminada através de notícias, dados, imagens, cultura, etc.

Como dito anteriormente, a comunicação é a transmissão de uma mensagem através de um emissor para um receptor; e, para que haja a comunicação de massa é necessário que a mensagem seja transmitida de um emissor para um número maior de pessoas com a ajuda de um veículo de comunicação. O cinema, o rádio, o jornal, a televisão e o mais atual a internet são os meios de comunicação de massa, cada um há seu tempo e com suas particularidades.

O avanço da tecnologia relacionada com a comunicação de massa, mais precisamente a internet, trouxe mudanças e acarretou modificações em toda a sociedade. “Há diversas razões para essa mudança, mas a mais importante é que a televisão e os demais veículos clássicos de comunicação estão sendo desafiados pela internet e por outras tecnologias que oferece opções mais amplas de serviços de informação e entretenimento.” (DIZARD, 2000, p.19).

A “nova” mídia - comunicação de massa na era da informação, nada mais é que um fenômeno ou tendência de uma forma de mídia onde todos os componentes se convertem para o mesmo fim, tendo em comum a computação e a internet como principais tecnologias. E vai além “mídia de massa, historicamente, significa produtos de informação e entretenimento centralmente produzidos e padronizados, distribuídos a grandes públicos através de canais distintos”, (DIZARD, 2000, p.23), ou seja, a “nova” mídia

> não é apenas uma extensão linear da antiga. A mídia clássica e a nova mídia oferecem recursos de informação e entretenimento para grandes públicos, de maneira conveniente e a preços competitivos. A diferença é que a nova mídia está expandindo dramaticamente a gama de recursos disponíveis para os consumidores através da internet e de outros canais. Em particular, a nova mídia está começando a prover conexões interativas entre o consumidor e o provedor de informação. Essa capacidade acrescenta uma nova dimensão notável ao atual padrão da mídia de massa, que se baseia em produtos unidirecionais entregues por uma fonte centralizada – jornal, canal de TV ou um estúdio de Hollywood. A nova mídia é crescentemente interativa, permitindo aos consumidores escolher quais recursos de informação e entretenimento desejam, quando os querem e sob qual forma. (DIZARD, 2000, p.40-41).

A televisão como meio de comunicação de massa é a mais popular, entretanto, pode-se dizer que com o advento dos computadores e a internet, a televisão perdeu um pouco da sua majestade, mas, essa história é só o começo. As tecnologias recentes da informação estão causando um grande impacto nos padrões da mídia, roubando audiências televisivas, sendo que Dizard (2000) alerta que só sobreviverão àquelas organizações que se adaptarem às realidades tecnológicas e econômicas em transformação.

A capacidade de transmissão da informação é extraordinária nos dias atuais. A internet é a tecnologia que promete dominar a revolução digital no novo século. Os meios de comunicação de massa estão muito dependentes da internet, porque é através dela que se fará toda a sua distribuição:

> A internet é o prático caminho para o ciberespaço e, além disso, o software que vai pegar carona em todas as faixas da nova auto-estrada da informação eletrônica – sistema de telefone, TV a cabo, televisão aberta e canais de satélite. Os meios de comunicação de massa constituem apenas uma pequena parte de uma indústria da informação que é cada vez mais dependente das ferramentas de distribuição da internet para entregar seus produtos. (DIZARD, 2000, p.25).

Atualmente, para a indústria da mídia a internet é uma rede de distribuição de uma ampla gama de serviços avançados de informação e entretenimento, sem falar que é uma ferramenta amigável para o usuário, pois ela se torna simples na procura de informações e enquanto uma rede centrada também no entretenimento.

E é sobre este aspecto que a televisão começa a mudar, se transformando para atender o seu público e, acima de tudo, manter sua audiência, audiência esta que fomenta toda a indústria cultural.

Para entender a televisão como meio de comunicação de massa e saber mais sobre como se dá a sua audiência é preciso, antes de tudo, traçar um panorama com fundamento nas teorias da comunicação de massa.

O autor Mauro Wolf nos dá as primeiras orientações de como os modelos teóricos da pesquisa em comunicação de massa se desenrolam. A primeira teoria comentada é a teoria hipodérmica que teve seu ápice no contexto das duas grandes guerras mundiais, onde cada indivíduo da massa é único, descrevendo esta teoria como a teoria da propaganda. Desse modo:

> O principal componente da teoria hipodérmica é, de fato, a presença explicita de uma ‘teoria’ da sociedade de massa, enquanto na vertente ‘de comunicação’ age complementarmente uma teoria psicológica da ação. Pode-se também descrever o modelo hipodérmico como uma teoria da propaganda e sobre ela: com efeito, este é o tema central relativo ao universo da mídia. (WOLF, 2012, p.5).

A teoria hipodérmica é a teoria da sociedade de massa, enquanto uma vertente da comunicação. O campo de trabalho científico ligado à propaganda é justamente o estudo da comunicação de massa. Essa massa que o autor fala é composta por pessoas únicas, isoladas e que elas se unem a partir da mídia (propaganda). "A massa é constituída por um agregado homogêneo de indivíduos que – enquanto seus membros – são substancialmente iguais, não distinguíveis, mesmo se provêm de ambientes diversos, heterogêneos e de todos os grupos sociais." (WOLF, 2012, p.7). A propaganda é a principal ferramenta para atingir a sociedade de massa. "Cada indivíduo é um átomo isolado e reage sozinho às ordens e as sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados." (WOLF, 2012, p.10).

O modelo de comunicação da teoria hipodérmica – a teoria hipodérmica sustentava uma conexão entre a exposição, as mensagens e o comportamento. Se uma pessoa é atingida pela propaganda – essa pessoa pode ser controlada, manipulada e induzida a agir de modo que a propaganda almeja.

A teoria funcionalista das comunicações de massa está mais voltada à teoria sociológica estrutural, ou seja, ao social (usos e gratificações). Esta teoria estuda as funções exercidas pelas mídias na sociedade. O espectador irá captar as informações que são fornecidas, essas informações serão interpretadas a partir de significados coerentes a sua vivência, exprimindo valores culturais e simbólicos dando vida aquela informação e havendo um entretenimento do espectador, ou seja, o espectador no momento de entretenimento ele esqueça seus problemas cotidianos.

Já a teoria crítica configura-se numa construção analítica dos fenômenos, e a capacidade de relatar esses fenômenos às forças sociais que os determinam. O ponto de partida da teoria crítica é a análise do sistema da economia de troca.

> A identidade central da teoria crítica configura-se, de um lado, como construção analítica dos fenômenos que ela indaga e, de outro, contemporaneamente, como capacidade de relatar tais fenômenos às forças sociais que os determinam. [...] a teoria crítica afirma a própria orientação em direção à crítica dialética da economia política. O ponto de partida da teoria crítica é, portanto, a análise do sistema da economia de troca. (WOLF, 2012, p.73).

A teoria crítica age por meio de repetições, e é nela que surge o fenômeno da indústria cultural em que a arte passa a ser reproduzida tecnicamente e como produto de consumo de massa. Assim, pode-se dizer que:

> A manipulação do público – buscada e conseguida pela indústria cultural, entendida como forma de domínio das sociedades altamente desenvolvidas – passa, portanto, no meio televisivo mediante efeitos que se realizam nos níveis latentes das mensagens. Estas fingem dizer uma coisa e, em vez dela, dizem outra; fingem ser frívolas e, no entanto, ao se colocarem além do conhecimento do público, reforçam seu estado de dependência. O espectador, mediante o material que observa, é continuamente colocado na condição de assimilar ordens, prescrições e proscrições sem saber. (WOLF, 2012, p.82).

O efeito conseguido pela indústria cultural é a manipulação do público, de forma que este público não sente a sua influência.

A teoria culturológica tem como principal característica estudar e entender a cultura de massa, defendendo que seu objeto de estudo está ligado ao caráter de produção industrial e seu consumo cotidiano. Isso permite determinar seus elementos antropológicos mais relevantes e a relação entre o consumidor e o objeto de consumo. Portanto:

> A cultura de massa forma um sistema de cultura, constituindo-se como um conjunto de símbolos, valores, mitos e imagens, que concernem tanto à vida prática como ao imaginário coletivo: no entanto, ela não é o único sistema cultural das sociedades contemporâneas. (WOLF, 2012, p.95).

Entende-se que a cultura de massa funde a informação e a ficção de modo que:

> para o efeito do sincretismo, as notícias do cotidiano adquirem importância na informação – ou seja, a 'ampliação da realidade, em que o inesperado, o bizzarro, o assassinato, o acidente, a aventura irrompem na vida cotidiana' – enquanto a ficção ganha cores de realismo, e as intrigas romanescas aparecem como sendo reais. [...] de um lado, a dinâmica entre real e imaginário. (WOLF, 2012, p.96-97).

A cultura de massa está pautada na ética do consumo e sua lei fundamental é a do mercado, mantendo um diálogo constante entre a produção e o consumo, sem falar que com o sincretismo entre o real e imaginário, a audiência está fortemente direcionada a todos os nichos da sociedade.

O modelo de comunicação da teoria da informação – a teoria matemática da comunicação - é essencialmente uma teoria sobre a transmissão ideal das mensagens, visando "melhorar a velocidade de transmissão das mensagens, diminuir suas distorções e as perdas de informação, aumentar o rendimento total do processo de transmissão da informação." (WOLF, 2012, p.108). Shannon desenvolveu um sistema geral da comunicação, onde a mensagem vai ser transmitida através de uma fonte de informação, será emitido um sinal, este sinal irá passar por uma fonte de ruído, este sinal será recebido pelo receptor e a mensagem vai até o seu destinatário. Então a fonte de informação vai ter que ter uma mensagem para ela ser transmitida, sinal recebido (que poderá passar por alguns ruídos) pelo receptor, e o receptor irá encaminhar essa mensagem. "A transferência de informação efetua-se da fonte para o destinatário, enquanto a transferência da energia vetorial ocorre do transmissor ao receptor." (WOLF, 2012, p.109).

Todo esse processo de comunicação se desenvolve a partir deste esquema entre duas máquinas, duas pessoas, uma máquina e um ser humano. Todo o processo de comunicação entre seres humanos precisa de um sistema de significação como uma condição necessária.

Enquanto o modelo de comunicação da teoria da informação se preocupava com a eficácia da transmissão da informação, o modelo de comunicação semiótico-informativo salientava o fato da significação no esquema informacional, e a linearidade da transmissão dependia destes fatores semânticos, que foram introduzidos através do conceito de códigos, essa descodificação seria entendida de como o público interpreta as mensagens e, o elemento da ação interpretativa, operada em mensagens (códigos) e a linearidade da transmissão, essa

> linearidade da transmissão é vinculada ao funcionamento dos fatores semânticos, introduzidos mediante o conceito de *código*. Passa-se, portanto, da acepção de comunicação como *transferência* de informação à de *transformação* de um sistema ao outro. O código garante a possibilidade desta transformação. (WOLF, 2012, p.120).

Enquanto a teoria semiótico-informacional tratava do mecanismo de comunicação tanto interpessoal quanto de massa, o modelo semiótico-textual preocupa-se com certas características estruturais. Este modelo representava um instrumento mais adequado para interpretar problemas específicos da comunicação de massa. Desse modo, vale lembrar que:

> A natureza textualizada do universo das comunicações de massa tem profundas consequências nas modalidades de fruição da própria mídia: é provável que a competência interpretativa dos destinatários baseia-se e articule-se sobretudo em relação aos agregados de textos já fruídos, mais do que em relação a códigos explicitamente compreendidos e reconhecidos como tais. Paralelamente ao conhecimento dos códigos, para os emissores também é provável que entrem em ação uma competência textual orientada para o valor (o eixo) dos precedentes, para 'receitas' e 'fórmulas' organizadas. Na comunicação de massa a orientação para o texto já fruído ou já produzido é, portanto, um critério de comunicação 'forte', vinculativo; isso conduz, sobretudo para os destinatários, a uma competência interpretativa na qual o apelo aos precedentes e o confronto intertextual possuem uma resistência elevada. (WOLF, 2012, p.126).

Aqui não é a mensagem o principal objeto e sim a relação comunicativa, construída a partir de práticas textuais, estudando a dinâmica entre o emissor e o destinatário, ou seja, para este modelo o importante não é tanto a mensagem mais sim como ela irá ser corretamente entendida pelo espectador/destinatário.

Contudo, o que se pode perceber é que com todas estas teorias que envolvem a comunicação de massa e, consequentemente, a audiência, além do fato de que, pela sua complexidade, os meios de comunicação de massa não podem simplesmente adotar uma única teoria "as comunicações de massa são, 'em grande parte, caracterizadas por desigualdade, solipsismo, irracionalidade e disfuncionalidade [...], e as atividades envolvidas podem, muitas vezes, revelar-se bastante diversas para participantes 'situados' de modo diferente.'" (McQUAIL, 1981, p.54 *apud* WOLF, 2012, p.132). Então, em decorrência, é interessante abordar as principais questões que envolvem os processos comunicacionais, a audiência e a TV digital, a fim de compreender melhor as dimensões de complexidade que se fazem presentes.

2 COMUNICAÇÃO, AUDIÊNCIA E TV DIGITAL

Outro fator muito ligado aos estudos das teorias da comunicação é a audiência e ela permeia todos os meios de comunicação de massa, o rádio, a televisão, o jornal e a internet. Assim, a audiência está inserida no processo de comunicação e pode ser entendida como um conjunto de respostas dos receptores aos conteúdos exibidos pelos meios de comunicação.

Há vários fatores que levam à audiência, seja ele pelo interesse na informação:

> isso significa que nem todas as pessoas representam um 'alvo' igual para a mídia: se todos os indivíduos o fossem e o único elemento determinante da informação pública fosse a amplitude da campanha, não haveria razão para alguns indivíduos manifestarem sempre uma carência de informação. [...] Quanto mais as pessoas são expostas a um determinado argumento, mais aumenta seu interesse e, na medida em que este aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saber mais a seu respeito. (WOLF, 2012, p.21)

Ou seja, ainda, pela familiarização do veículo de comunicação (rádio, jornal, televisão ou internet), a exposição seletiva, pois:

> a formulação-padrão desse mecanismo ilustra 'a relação positiva, existente entre as opiniões dos indivíduos e o que eles escolhem para ouvir ou ler' [...] a audiência compartilha em grande parte os pontos de vista próprios dos emissores, enquanto o mecanismo que essa formulação sugere é o de uma relação causal entre as opiniões do destinatário e seu comportamento fruitivo de comunicação de massa. (WOLF, 2012, p.23).

Ou, por sua vez, seja pela percepção seletiva, onde cada indivíduo traz consigo suas experiências, sua cultura, seus conceitos e pré-conceitos. Os indivíduos carregam consigo sua bagagem, devido a isso:

> os membros do público não se expõem ao rádio, ou à televisão, ou ao jornal num estado de nudez psicológica; ao contrário, eles são revestidos e protegidos por predisposições existentes, por processos seletivos e por outros fatores. [...] Outro exemplo de mecanismo referente à percepção seletiva é oferecido pelos chamados *efeitos de assimilação* ou *contraste*: tem-se o efeito de assimilação quando o destinatário capta as opiniões expressas na mensagem como mais próximas às suas do que na verdade o são. (WOLF, 2012, p.24-25).

Ainda, seja também pela memorização seletiva, onde "os aspectos coerentes com as próprias opiniões e os próprios pontos de vista são memorizados em maior proporção do que os outros, e essa tendência acentua-se à medida que passa o tempo de exposição da mensagem." (WOLF, 2012, p.26).

Diante do exposto sobre a audiência, conclui-se que: a audiência está intimamente ligada a fatores subjetivos do espectador e que os meios de comunicação de massa lutam todos os dias pela aceitação deste público aos seus produtos de informação e entretenimento. Essa corrida pela audiência tem seu principal motivo no capitalismo, pois as instituições precisam dela para garantir seus negócios.

De certa forma, todos os meios de comunicação de massa, cada qual no seu tempo, tiveram preocupações quanto às novas tendências do mercado. Hoje a televisão passa por um momento crítico devido à tecnologia, mais precisamente quanto à sua forma de interagir com o público.

A produção da audiência no meio televisivo, depende de uma complexa estrutura, incluindo anunciantes, publicitários, pesquisa (Institutos), etc. Esta grande estrutura é montada para colocar no ar todos os dias os conteúdos elaborados.

Com a evolução da tecnologia – chegou à digitalização dos sistemas televisivos, substituindo os atuais padrões analógicos, sejam os terrestres – televisão aberta; sejam o que recorrem a cabos, micro-ondas ou satélites – TV por assinatura, pelos padrões digitais. A digitalização tem seu impacto maior na televisão terrestre, pois:

> representa uma importante inovação, cujas vantagens variam conforme as diversas modulações possíveis, mas podem ser resumidas a: superior qualidade da imagem e áudio, multiplicação da capacidade de transmissão de sinais televisivos e transporte de serviços e recursos complementares, dotando a televisão tradicional de interatividade. (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p.56).

Com isso a televisão ganha nova roupagem e começa a adotar as tecnologias da computação com uma plataforma que trará maior interatividade.

> A televisão digital apresenta-se como uma plataforma tecnológica capaz de realizar a convergência de inúmeros serviços de comunicações, podendo reduzir as fronteiras entre as indústrias culturais quanto aos modelos organizacionais característico de cada uma delas. (BOLAÑO; BRITTO, 27, p.25).

É neste aspecto que as grandes corporações estão focadas para garantir a audiência e promover uma nova forma de ver televisão, além de uma melhor definição de imagem e som, poder interagir e competir com seus produtos e serviços.

O Brasil investe fortemente no segmento publicitário televisivo, fazendo crer que a televisão é a principal mídia, e é por este motivo a necessidade de migrar para o novo sistema, mantendo-se atualizada na implantação das inovações tecnológicas da área de TV, pois a concentração de verba publicitária se dá nesta área. Portanto:

> Esse momento inicial de implantação da televisão digital – quando são debatidos regulamentação, modelos, operação, custos, abertura e mudança, com implicações em novos conteúdos, transferência tecnológica, auxílio estatal, mudanças acionárias, associações, privilégios e exclusões – é dos mais importantes. É nesta fase que se define a trajetória tecnológica que se materializará na formação de uma determinada estrutura de mercado, quando a indústria estiver consolidada. (BOLAÑO; BRITTO, 2007, p.58).

O capitalismo é quem irá ditar as regras do mercado, sendo o Estado elemento crucial nesse processo, interrompendo, promovendo ou liderando a inovação tecnológica. Em decorrência:

> Tornam-se as novas tecnologias, como a da televisão digital, estruturadoras das redes difusoras da cultura global, ordenadoras de novas sociabilidades, adequadas à restruturação capitalista atual. [...] Então, as mudanças tecnológicas representam uma evolução do capitalismo, que, em crise, reestrutura-se, para buscar um novo ciclo de acumulação. [...] A comunicação e a informação tornam-se elementos-chave da racionalidade produtiva atual, penetrando a atividade industrial, sem mudar a essência da relação entre cultura e economia no capitalismo. (BOLAÑO; BRITTO, 2007, p.60).

Então, a digitalização permite a comunicação entre computadores através das redes de telecomunicações promovendo a transmissão de dados (internet). “A televisão terrestre se apresenta, à semelhança da internet, como um novo desafio para os atores hegemônicos, nos diferentes mercados da chamada ‘convergência entre audiovisual, telecomunicações e informática.’” (BOLAÑO; BRITTO, 2007, p.68).

A digitalização é uma inovação técnica passando por diferentes suportes, oferecendo vantagens para as possibilidades, convergência e desenvolvimento da multimídia, reduzindo os custos de transmissão e permitindo uma oferta maior de canais e serviços. Ocorrendo a fragmentação do consumo ligado a estratégias econômicas e políticas globais. Desse modo:

> Com a digitalização, o aparelho televisor aproxima-se do computador, podendo ser conectado à internet, transmitir dados e um elevado número de canais, com interatividade. Além disso, não há ruídos e fantasmas, permitindo som e imagem de alta qualidade. (BOLAÑO; BRITTO, 2007, p.95).

Os autores ainda comentam que com a digitalização e esse novo modo de ver televisão, onde os consumidores “audiência” é que irão decidir o que ver, quando ver e como ver, sendo eles que estão levando as empresas televisivas a abrir o leque de possibilidades para não perder essa nova fatia do mercado. Assim, destaca-se que:

> Com a televisão digital e o sistema de *vídeo on demond* (VDO, vídeo por demanda) – um serviço interativo em alto grau, no qual filmes digitalizados, agrupados com base em informações como título, gênero, interprete, diretor e sinopse, são colocados à escolha do cliente, o qual, ao decidir, determina o horário específico

> para receber a atração que é a parte básica do funcionamento e da oferta da televisão interativa, com forte apelo de venda, há uma reviravolta completa do velho paradigma da cultura de onda, da televisão convencional, que chegaria, assim, definitivamente, a se constituir segundo um modelo editorial puro, o dos chamados 'videosserviços'. (BOLAÑO; BRITTO, 2007, p.71).

Fica claro que o consumidor 'audiência', é quem ditará as regras da oferta e da demanda, consumindo de forma singular e remunerando o audiovisual.

As tecnologias da informação, com equipamentos de última geração, têm aperfeiçoado e expandido as possibilidades do consumidor escolher, acessar e usar programas e serviços de informações. Com toda esta tecnologia, com essa produção e circulação da informação ele vai fazer com que o indivíduo consuma o que ele desejar, da forma que ele desejar. (JAMBEIRO, 1998, p.5).

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm um papel fundamental em toda esta dimensão, pois permitiu e permite a troca rápida de informações e consequentemente uma eficiência organizacional surpreendente.

Quando falamos em tecnologias, logo o nosso pensamento voa longe e imagina por instantes a revolução que ela causou aos olhos da humanidade. Não foram poucas as menções e indagações sobre o que as tecnologias poderiam causar no nosso dia a dia, sejam positivas ou negativas, sejam importantes ou frívolas, enfim, a tecnologia está aí e deve-se entendê-la, usá-la e aplicá-la em todos os setores da sociedade.

Toda essa tecnologia, vivenciada e aplicada, induz cada vez mais ao aprimoramento, a aprendizagem e ao conhecimento em geral. E, não podemos falar em conhecimento sem informação. A informação é que permeia a vida das pessoas, é com ela que se compreende o mundo e sobrevive-se a ele. Segundo Jambeiro, a mudança decorrente do impacto da informação na sociedade é justamente sua revolução:

> a revolução da informação poderá modificar de forma permanente a educação, o trabalho, o governo, os serviços públicos, o lazer, as formas de organizar a sociedade e, em última análise, a própria definição e entendimento do ser humano. A nova sociedade caminha para a multidisciplinaridade, flexibilidade operacional, velocidade, precisão e pontualidade da informação. (JAMBEIRO, 1998, p.3).

É neste contexto que a informação torna-se moeda forte nas mãos de quem as detêm,

> na base tecnológica das mudanças tem estado um intenso desenvolvimento científico e tecnológico que, desde os anos 70, vem apontando fortemente para a convergência entre a eletrônica, a informática e as comunicações. [...] Constata-se ainda que o desenvolvimento da Informática, das Comunicações e da Eletrônica está permitindo uma explosão mundial na produção e circulação de informações de toda a natureza (dados, imagens, sons, notícias, mensagens privadas, etc.) via cabo, satélite, ondas hertzianas e suportes materiais como disquetes, discos óticos, videotapes, etc. (JAMBEIRO, 1998, p.3-5).

Em vista disto, podemos afirmar com clareza que tudo isso veio facilitar o modo de disseminar a informação. Portanto:

> O conteúdo dos serviços de comunicações, isto é, a informação – aqui compreendido como dados, notícias, literatura, imagens, sons – começou a ser tratado de maneira tecnológica e economicamente igual. Não importa a natureza da informação, a tecnologia necessária para transformá-la, editá-la, transportá-la ou armazená-la é a mesma, embora em certa medida persistam métodos e qualificações diferenciados para os processos de concepção e produção de serviços e produtos. (JAMBEIRO, 1998, p.3).

Para que a informação seja disseminada e com isso atinja sua função de mudança é fundamental a presença das tecnologias para dar uma roupagem específica e cumprir seu papel, é neste momento que profissionais especializados entram em ação – tratando a informação para que a mesma seja armazenada, classificada e recuperada.

A gestão da informação necessita de profissionais cada vez mais especializados:

> em consequência, as mais recentes tecnologias, que permitem o acesso quase indiscriminado ao uso da informática, isoladamente ou associado às telecomunicações, dentro e fora das instituições, impõem a necessidade de profissionais aptos a usarem estas possibilidades e a geri-las para outros indivíduos ou organizações. (JAMBEIRO, 1998, p.6).

O autor ainda complementa que "crescerá a necessidade de captar, filtrar, tratar, recuperar, distribuir, disseminar informações de tal forma que a gestão da informação passou a ser atividade vital para qualquer organização da sociedade, nos âmbitos internacional, nacional e também no local." (JAMBEIRO, 1998, p.7).

Tudo indica também uma mudança comportamental do profissional que lida com a produção, distribuição e o consumo da informação, tratando-a de forma adequada. Toda transformação causada pela tecnologia traz consigo mudanças, essas mudanças são sentidas em vários setores, sejam eles governamentais, institucionais, familiares ou individuais.

Essas transformações tiveram papel fundamental na maneira de ver e assistir o meio de comunicação de massa mais popular que é a televisão, passando do analógico ao digital. E um dos modos de disseminar a informação neste meio é através das notícias transmitidas pelos telejornais.

É neste âmbito que a informação no formato de "imagens" é tratada de maneira tecnológica possibilitando seu armazenamento, tratamento, disseminação e recuperação. A tecnologia neste cenário é de vital importância para a organização deste material, tendo em vista a sua complexidade. Com isso as empresas investem fortemente em Bancos de Dados para tratar as informações geradas por elas. "A tendência no campo da informação indica o advento de grandes bancos de dados [...], em associação com seletivos serviços personalizados, voltados para usuários de interesses específicos." (JAMBEIRO, 1998, p.3).

Estamos falando aqui em informação – imagens, onde este universo é de suma importância para a televisão e para o setor audiovisual. Destaca-se que:

> A imagem ocupa, na sociedade contemporânea, lugar fundamental, e a visualidade torna-se, reconhecidamente, um dos mais importantes recursos cognitivos. Existe uma demanda, cada vez maior, pela utilização sistemática dos recursos audiovisuais tanto para a divulgação de informações como para a pesquisa. (GONÇALVES, 2002, p.4).

3 IMAGEM: UMA LINGUAGEM MIDIÁTICA

Então, o que é imagem?

Imagem para Jambeiro (1998) é uma informação e como tal deverá ser tratada com uso das tecnologias, Gonçalves (2002) já é mais poético em descrever a imagem, mas também comunga da mesma ideia, onde "a imagem tem seu início como simples forma de registro, se transfigura na própria idolatria de suas representações religiosas mas se apresenta hoje em um novo conceito de conhecimento." (p.3).

Para que a imagem seja tratada como informação ela precisa ser revestida de tal forma que ela cumpra seu papel de informar, é neste sentido que a imagem precisa se transformar em uma linguagem. Assim:

> A imagem caracteriza-se por proliferar sem que haja um horizonte que limite sua ocorrência. Desta forma, a imagem se transforma em linguagem adequada para as descobertas de um conhecimento igualmente 'sem limites'. [...] A imagem, enquanto nova linguagem universal, cabe a representação de um saber, produto de uma possível forma de inteligência coletiva. Um saber interconectado pelas redes de informação, sem fronteiras, planetária, produto de um processo dinâmico de expansão da consciência humana. (GONÇALVES, 2002, p.3).

A imagem enquanto informação ela tem que ser tratada/vista como um documento informacional, no entanto, ela tem que ser conduzida de forma diferenciada e de modo a transpor barreiras pré-concebidas, para este tipo de documento, fazendo com que de maneira simples e lógica esta informação possa ser armazenada e classificada propiciando seu acesso futuro de forma rápida e precisa. Considera-se que:

> O acesso às imagens tem sido tradicionalmente indicado por sistemas de classificação baseados em palavras ou 'indexadores descritores' na forma de vocabulários controlados, conhecidos como 'tesauros' além da escolha de

> 'palavras-chave' voltadas essencialmente para a descrição semântica de conteúdos informacionais. (GONÇALVES, 2002, p.4).

Hoje, com as transformações e as novas tecnologias da informação é preciso ficar atento, pois

> numa era de digitalização crescente de imensos arquivos imagéticos, principalmente, no campo da multimídia, depara-se com uma multiplicidade de novos documentos que geram repositórios ainda maiores de imagens, as imagens em movimento. Arquivos complexos armazenam grandes volumes e novas formas de documentos digitais que incluem vídeos científicos, jornalísticos ou artísticos. Sua disseminação enquanto conhecimento comunicacional depende do desenvolvimento paralelo de novas formas de indexação e recuperação condizentes com a própria dinâmica desses novos documentos. (GONÇALVES, 2002, p.4).

Analisando o exposto, pode-se observar que a imagem em movimento é uma informação e como tal precisa ser entendida para ser classificada e, a grande indagação é: de que forma essa imagem poderá ser tratada para que o fluxo informacional ocorra? Vale lembrar que:

> O saber acumulado pelas imagens necessita de instrumentos mais eficientes para a sua utilização no cotidiano das pesquisas informacionais. Sistemas indexacionais mais eficientes e ágeis deverão contribuir para uma maior sociabilização destes repositórios de imagens visando prioritariamente o usuário final como principal agente receptor beneficiário. (GONÇALVES, 2002, p.5).

Mas não é tão simples assim, a imagem para poder ter sua função informacional, ela deverá ser representada de tal forma que possibilite sua recuperação dentro de grandes bancos de dados. Essa representação poderá se dar "com palavras ou ícones", mesmo assim "necessita ainda de uma descrição oral ou textual com o recurso semântico para sua compreensão." (GONÇALVES, 2002, p.5).

Para tanto, a escolha de um sistema de indexação adequado para este tipo de material é bastante complexo e difícil. "Dentro desse âmbito multidisciplinar, a ideia motriz dessa pesquisa está baseada numa mudança de paradigma em relação à utilização e escolha singular de sistemas de indexação de imagens por parte de agentes indexadores." (GONÇALVES, 2002, p.5).

Gonçalves é muito categórico quando afirma que diante de um sistema de indexação voltado para o tratamento da informação - imagem em movimento, é preciso considerar vários aspectos, dentre eles, o profissional que irá tratar esta informação, como essa informação irá ser condensada de forma a ser recuperada pelo sistema, e acima de tudo o usuário deste sistema.

Em sua pesquisa Gonçalves (2002) trabalha com arquivos telejornalísticos e científicos, visto que, ele mesmo coloca que:

> a comunidade de usuários dos Bancos de Imagem e Movimento pode ser classificada genericamente, em dois grandes grupos, especializados e não especializados. Interessa-nos, neste momento, o segmento especializado e, em especial, os jornalistas de televisão e cientistas. (GONÇALVES, 2002, p.6).

É neste cenário, que o autor vai conduzindo a um conceito, onde

> um serviço de informação no qual os usuários e as empresas não apenas se apoiem, mas reciprocamente se produzam. Trazer e integrar o usuário a esses modelos de Transferência de Informação através de suas próprias informações, representa uma mudança de concepção de informação como suprimento, para informação como demanda. (GONÇALVES, 2002, p.6-7).

O próprio usuário deste documento informacional opera nas duas pontas do sistema, ou seja, de um lado busca a informação, produzindo material – imagem em movimento, que quando chega irá gerar um arquivo televisivo, este arquivo televisivo irá ser arquivado no Banco de Imagem e este mesmo "autor/usuário" poderá requisitá-lo *a posteriori* para relembrar a matéria, enquanto conhecimento construído. É um ciclo que acontece todos os dias nas organizações que geram e usam estes materiais audiovisuais, o os jornalistas, editores, produtores é que são os autores e usuários do sistema informacional de imagens em movimento, permitindo criar produtos e linguagens que veiculadas na TV digital trazem consigo a recepção e construção de novos conhecimentos.

É nesta seara que iremos nos ater mais um pouco, de modo a conhecer como se dá a reportagem de televisão, e, para isso, o autor Cruz Neto irá nos levar nesta viagem. Ele inicia dizendo que "o jornalismo pretende descrever a realidade atual e, através dos meios de comunicação, causar impacto sobre várias pessoas." (CRUZ NETO, 2008, p.11). Isso todos já temos em mente, mais como se dá é que iremos descrever nos próximos parágrafos.

As características da televisão – é um meio de comunicação de massa mais popular que temos atualmente "está presente na maior parte dos lares dos países civilizados, não importando a classe social." (CRUZ NETO, 2008, p.12). Uma de suas características é ser niveladora, ou seja, ela consegue passar a mensagem e a mesma se faz compreendida, usando uma linguagem que atinja todos os níveis sociais e culturais.

A televisão é intimista, ou seja, fala com seu público telespectador como se fosse íntimo dele, fazendo com que ele se sinta acolhido, mobilizando dois principais sentidos humanos: a audição e a visão.

A televisão tem muitos aspectos positivos, porém, é constatado um aspecto negativo que é a dispersão, onde os telespectadores a qualquer momento deixam de assisti-la para fazer outra coisa, é neste ponto à preocupação maior quanto à elaboração de produtos televisivos (noticiários e programas de entretenimentos).

Nosso foco neste momento é quanto aos telejornais, e, neste sentido, a televisão é seletiva, porque como o tempo de telejornal é pequeno, há uma "seleção rigorosa sobre os assuntos que devem ser levados ao ar. Em muitas vezes, uma reportagem de televisão não passa de dois minutos. E uma entrevista dentro da reportagem é geralmente menor que quinze segundos." (CRUZ NETO, 2008, p.12-13).

Para que uma notícia ou reportagem passe pelo processo de seleção, ela precisa de alguns elementos básicos: "atualidade, novidade, veracidade, periodicidade, interesse público, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências." (CRUZ NETO, 2008, p. 17). Não precisa de todas essas características juntas, mas sim alguns elementos, tais como: "informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas." (CRUZ NETO, 2008, p.18).

Há todo um processo até se chegar à matéria jornalística propriamente dita, para tanto as etapas são: a produção, a execução e a edição.

Na etapa da produção que é a primeira etapa da reportagem temos a pauta – Antes da equipe de reportagem (repórter e cinegrafista) sair para fazer seu trabalho externo, é necessário que outro profissional 'jornalista-produtor' tenha feito todo um trabalho anterior de preparação para dar suporte à reportagem. Assim:

> A principal função do produtor é preparar a pauta, o instrumento que vai orientar o trabalho do repórter. A pauta é definida em uma reunião específica chamada reunião de pauta. E, como os repórteres não participam desta reunião, então, a pauta deve ser bem clara para que ele saiba que tipo de matéria deve ser realizada. A reunião é realizada, geralmente, com os produtores, chefe de reportagem e/ou diretor de jornalismo e todas as sugestões são discutidas. (CRUZ NETO, 2008, p.22).

O produtor tem um papel fundamental, pois é ele que irá preparar a pauta, que é o instrumento que irá nortear a equipe (repórter e cinegrafista) na hora da execução da reportagem, planejando toda a sua execução. Passando para a equipe o que ela terá que fazer, onde e quando (com marcação de locais e horários), com quem (nomes e profissão dos entrevistados) e como (enfoque da reportagem). Ressalta-se que:

> Uma pauta para TV tem que prever, também, com que imagens as informações vão ser cobertas. Existem alguns assuntos que são difíceis de serem divulgadas em televisão justamente por causa da dificuldade em se obter imagens. Por exemplo, uma pesquisa divulga que as adolescentes estão fumando cada vez mais cedo. Com cobrir isso já que não podemos mostrar imagens das adolescentes? A solução encontrada por uma emissora de televisão que exibiu a reportagem foi desfocar todas as imagens na hora da gravação. (CRUZ NETO, 2008, p.27).

Isso é muito importante, pois se as imagens na hora da gravação não forem desfocadas, irá inviabilizar a edição do material, visto que, na edição das imagens não tem como fazer este tipo de efeito. É por ter esta visão do todo que o produtor tem um papel importante, pois, se assim não fosse, muitas reportagens deixariam de ser exibidas por detalhes pequenos e ao mesmo tempo importantíssimos.

A etapa da execução de matérias jornalísticas é quando a equipe de reportagem sai às ruas para executar as pautas já elaboradas pela produção. "antes de sair da redação é necessário que o repórter e o cinegrafista leiam a pauta e juntos recebam todas as instruções da chefia de reportagem." (CRUZ NETO, 2008, p.39).

Toda a reportagem de televisão precisa de um texto, texto este que está e será inserido na reportagem,

> o texto é utilizado no *off* (texto falado pelo repórter e coberto com imagens); passagem (texto falado pelo repórter no momento em que ele aparece na

> matéria); cabeça (texto lido pelo apresentador para chamar a matéria) e, também, nota de rodapé (texto lido pela apresentador depois da exibição da matéria para complementar com alguma informação). (CRUZ NETO, 2008, p.48).

Todo o texto de uma reportagem traz consigo algumas informações e dados importantíssimos, mas se tratando de matérias jornalísticas em televisão esses textos veem acompanhados de imagens, que darão a roupagem para a matéria. Cruz Neto (2008, p.49) alerta que "as imagens, por si sós, já trazem significação e o texto não deve, de maneira nenhuma, descrever o que a imagem já mostra, mas deve explicá-la".

E, ainda, o repórter e a edição deverão tomar cuidados, pois

> o texto para televisão é um texto que vai ser ouvido; portanto, antes da gravação, se faz necessário que o repórter leia-o em voz alta para perceber algumas falhas, como por exemplo a rima, a repetição de palavras, além de perceber, também, se falta alguma informação. (CRUZ NETO, 2008, p.49).

Tanto o texto como a imagem são fundamentais para a elaboração de uma matéria telejornalística. "É senso comum dizer que uma imagem vale mais do que mil palavras" Porém, as imagens precisam de um texto explicativo que a façam sentidos, tendo em vista que a maioria das imagens podem ter vários significados, então, "imagem e texto devem ser complementares na realização de uma matéria jornalística para a televisão." (CRUZ NETO, 2008, p.72).

Na terceira etapa da matéria jornalística temos a edição, depois de produzida e executada toda a parte da reportagem, chega o momento de editar a matéria, mais o que significa isso? A edição é a montagem do áudio e vídeo de uma reportagem, para posterior exibição.

Depois que a equipe de reportagem saiu às ruas para produzir o material descrito na pauta, a equipe volta para redação, para que todo o material produzido seja trabalhado pelos editores de texto e também pelos editores de imagem, "o editor de texto torna-se, então, o responsável pela matéria." (CRUZ NETO, 2008, p.82), é neste momento que a matéria toma forma.

A primeira parte da edição é 'esqueletar' o material, colocando os trechos escolhidos das sonoras, e editor de texto irá fazer a lauda da matéria colocando os créditos, a cabeça e a nota pé quando for necessária, enquanto isso o editor de imagem irá cobrir os trechos do *off* com as imagens correspondentes. O editor de texto vai "esqueletando", direcionando o que ele necessita e, o tempo de cada sonora dos entrevistados, passagem do repórter, etc. Portanto:

> A primeira parte do trabalho de edição é 'esqueletar' ou montar a matéria, ou seja, levando em consideração o *off* do repórter, o editor de texto vai inicialmente passando os trechos de *off* para a fita base e colocando os trechos escolhidos das sonoras. Depois que terminar este trabalho e a matéria já estiver 'esqueletada' o editor de texto vai fazer a lauda da matéria colocando os créditos, a cabeça e a nota pé, quando necessária. Enquanto isso, o editor de imagens vai cobrir os trechos do *off* com as imagens correspondentes. (CRUZ NETO, 2008, p.82).

A lauda da reportagem do telejornal é feita após a matéria ter sido "esqueletada", ou seja, o editor de texto irá creditar as sonoras – identificando-as para que o gerenciador de caracteres possa creditar os nomes no momento de sua aparição na reportagem, irá também indicar a cabeça da matéria e nota de rodapé se houver.

Com todas as etapas da reportagem concluídas, temos em mãos o produto final, ou seja, a matéria jornalística. Todo o processo tem que ser cumprido de forma ética, desde a base que é a produção onde a matéria foi concebida e gerada, dando continuidade na execução pelos seus autores e por fim na hora da sua finalização, na edição.

A questão da ética na produção da informação televisiva é de vital importância para a credibilidade da emissora e de seus programas, pois:

> o telejornal é o principal meio de informação da população. Milhões de pessoas assistem à mesma reportagem do telejornal diariamente. Ser ético em todos os níveis de produção da informação é fundamental para que se possa produzir um programa com qualidade e credibilidade. (CRUZ NETO, 2008, p.100).

A maioria das profissões regulamentadas é regida por um código de ética, onde são norteadas as normas e condutas do profissional, na profissão do jornalista isto não é diferente. Mas, vale lembrar que a ética aqui é muito mais abrangente, pois se tratando de um meio de comunicação de massa de grande repercussão, qualquer informação imprecisa ocasiona um dano muito grande, tanto no individual como no coletivo.

A informação tem que ser tratada de forma clara e precisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunicação e informação são duas palavras distintas que se complementam e que interagem para dar vida ao conhecimento. Conhecimento este que é vital para impulsionar todas as coisas, em todos os setores da sociedade. Mas, antes da informação propiciar este conhecimento tão esperado ela precisa passar pelo processo de transmissão e recepção da mensagem tornando-se comunicável.

Imagina-se todo este processo sendo atingido por milhares de pessoas no mesmo instante, de uma só vez. Esta é a função dos meios de comunicação de massa ao propiciar a interação entre o emissor e o receptor da mensagem. A televisão é sem dúvida o meio de comunicação de massa mais popular, pois atinge milhões de lares em todo o mundo, e o modo dela informar seus telespectadores é através de seus produtos televisivos (notícias em seus telejornais e programas de entretenimento).

É lógico que, para alcançar seus objetivos, as emissoras de televisão tiveram como aliados os princípios que envolveram às inúmeras teorias da comunicação para direcionar seus processos, produtos e serviços. De forma que, ao longo dos anos, criaram-se vínculos extraordinários e obtiveram-se ideologias que imperam até os dias de hoje o que se denomina “indústria cultural”.

Entretanto, com a “nova” mídia de comunicação de massa na era da informação, houve uma mudança drástica, onde as emissoras de televisão tiveram que se adaptarem as novas ferramentas tecnológicas para manter sua audiência, em vista das tendências de migração dos telespectadores para essa “nova” mídia, onde os usuários dispõem de facilidades para interagir com os conteúdos vinculados. Desta forma, a televisão teve que se adaptar a esta nova realidade.

Com isso, essa mídia massiva ganha nova roupagem, passando da era analógica para a era digital. Com a digitalização a televisão começa a ser mais interativa e dinâmica, fazendo com que os telespectadores continuem garantindo audiências para os seus programas, sejam aqueles voltados ao entretenimento, ou noticiários.

Toda essa tecnologia capacita cada vez mais, instigando a busca da informação para gerar o conhecimento. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) trouxeram facilidades e impulsionaram o modo de entender este universo da informação, onde esta pode estar presente em vários setores e em diferentes suportes, destacando-se a imagem em movimento.

A ‘Gestão da Informação de Imagens em Movimento’ de matérias jornalísticas em banco de dados na TV Digital, é de vital importância, devido ao grande fluxo destas informações. A quantidade de informações geradas a cada minuto é extremamente alta, e todos os dias são geradas uma quantidade considerável de imagens para retratar suas notícias. Fazendo com que pesquisadores e usuários deste sistema de informação fiquem perplexos de ver tanta informação ao mesmo tempo.

Quem trabalha diretamente com esta informação, seja produzindo-a (especialistas, jornalistas, escritores, pesquisadores, etc.), seja tratando-a (bibliotecários, arquivistas, profissionais da informação, etc.), depara-se com este universo, esta quantidade imensurável de informações, fazendo necessário entender a imagem em movimento como uma nova linguagem a ser tratada armazenada a fim de que seja, consequentemente, recuperada de forma ágil e com a qualidade desejada.

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valéria Cruz. **A televisão digital brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

CRUZ NETO, João Elias. **Reportagem de televisão**: como produzir, executar e editar. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GONÇALVES, Antônio Claudio Brasil. Os novos paradigmas da imagem em movimento: em busca de metalinguagens de representação para bases de dados virtuais visando a recuperação de conteúdo semântico. **DataGramaZero**, Revista da Ciência da Informação, v. 3, n. 1, fev. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev02/Art_01.htm>. Acesso em: 21 set. 2013.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAMBEIRO, Othon. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. In: LUBISCO, Nídia M. L.; BRANDÃO, Lídia M. B. (Orgs.). **Informação e Informática**. Salvador: EDUFBA, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Lavanderia de Hotel

O conceito de lavanderia hoteleira cada vez mais se torna sinônimo de expansão, principalmente com a modernização técnica e o aumento da demanda por esse tipo de serviço. O correto dimensionamento e treinamento do quadro funcional e o planejamento adequado de uma lavanderia são de fundamental importância, tanto para seu funcionamento, como para otimização dos seus custos. Atualmente, na hotelaria, a lavanderia não tem tido a atenção devida, frequentemente, este setor é mal dimensionado e instalado, sem fluxo operacional correto e com funcionários sem o devido treinamento, resultando em custo alto, roupa mal lavada, perdas e constante reclamação por parte dos hóspedes. Geralmente, devido a falta de conhecimento técnico por parte dos gerentes, os hotéis estão optando por terceirização externa desse tipo de serviço. O objetivo desse trabalho é estudar os sistemas de lavagem, os equipamentos e processos necessários para sua correta implantação, para que se possa atender com maior eficiência os hóspedes, para maior controle e durabilidade do enxoval, resultando em economia para o hotel. Portanto, destaca-se a viabilização desse tipo de negócio para o segmento hoteleiro, buscando mostrar aos empreendedores da área da hotelaria, sugestões para que esse setor cresça cada vez mais e melhor e para que a demanda seja atendida da melhor forma possível, sempre pensando na satisfação dos clientes/hóspedes. A metodologia adotada foi uma ampla pesquisa bibliográfica de todos os setores que compõem uma lavanderia hoteleira, equipamentos e processos de lavagem.

053-2371

Nara Lúcia Facioli
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
girasonhos2001@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O bom desempenho de um hotel depende da qualidade dos produtos e serviços oferecidos, que devem caminhar lado a lado, um complementando o outro, com o propósito de satisfazer os hóspedes. É necessário ter sempre novos produtos e serviços a oferecer, estar sempre atualizado com as tecnologias e com o mercado. É importante que os gerentes estejam sempre atentos à forma com que os hóspedes usufruem dos serviços e avaliem a sua satisfação (CRISÓSTOMO, 2004).

O conceito de lavanderia hoteleira cada vez mais se torna sinônimo de expansão, principalmente com a modernização técnica e o aumento da demanda por esse tipo de serviço. Isso porque, essa demanda pode ser caracterizada pela mudança no hábito e no ritmo de vida das pessoas, visto que nos dias de hoje, a vida é muito corrida e as pessoas tentam otimizar ao máximo seu tempo. Além disso, quase não existem mais lavadeiras (está se tornando uma profissão quase extinta) e a redução da área das lavanderias residenciais proporcionam o incremento desse setor. O hábito de levar roupas para serem lavadas em lavanderias surgiu do costume dos americanos (GIOSA, 1997).

Atualmente, na hotelaria, a lavanderia não tem tido a atenção devida, pois, frequentemente, este setor é mal dimensionado e instalado sem fluxo operacional correto e com funcionários sem o devido treinamento, resultando em custo alto, roupa mal lavada, perdas e constante reclamação por parte dos hóspedes. Geralmente, devido à falta de conhecimento técnico por parte dos gerentes, os hotéis estão optando por terceirização desse tipo de serviço. No projeto de construção de um hotel, a lavanderia deve ter seu lugar, seu estudo e seu planejamento feito por técnicos e profissionais competentes. É um setor importante que merece cuidados especiais, como o restaurante, a recepção, os apartamentos e outras áreas do hotel (CÂNDIDO, 2001).

Considerando-se a capacidade produtiva do hotel, que é analisado pela quantidade de unidades habitacionais, as UH's, pode-se verificar se é necessário ampliar, ou até mesmo, se o hotel deve construir sua própria lavanderia, para que não precise terceirizar esse tipo de serviço, levando mais conforto aos hóspedes e otimizando os custos para o hotel. Para tanto, é necessário verificar a relação custo/benefício como forma de conhecer a realidade para depois fazer os devidos investimentos de implantação e desenvolvimento desse empreendimento, que requer funcionários treinados e local apropriado para sua instalação, seguindo todas as exigências técnicas.

O correto dimensionamento e treinamento do quadro funcional e o planejamento adequado de uma lavanderia hoteleira são de fundamental importância, tanto para seu funcionamento, como para otimização dos seus custos. O objetivo desse trabalho é estudar os sistemas de lavagem, os equipamentos e processos necessários para a correta implantação desse setor, a fim de que se possa atender com maior eficiência os hóspedes, para maior controle e durabilidade do enxoval, resultando em economia para o hotel.

O presente trabalho aborda o desenvolvimento das lavanderias dentro dos hotéis, a composição e o funcionamento dessas lavanderias e a apresentação dos aspectos mais importantes quanto à instalação e

equipamentos. De maneira geral, destaca a viabilização desse tipo de negócio para o segmento hoteleiro. Além desse tópico, o trabalho também traz algumas definições do que é o turismo e hotelaria e quando e porque surgiu.

A metodologia adotada foi uma ampla pesquisa bibliográfica de todos os setores que compõem uma lavanderia hoteleira, equipamentos e processos de lavagem.

Portanto, destaca-se a viabilização desse tipo de negócio para o segmento hoteleiro, buscando mostrar aos empreendedores da área da hotelaria sugestões a fim de que esse setor cresça cada vez mais e melhor e para que a demanda seja atendida da melhor forma possível, sempre pensando na satisfação dos clientes/hóspedes.

1. LAVANDERIA DE HOTEL

Sabe-se que a lavanderia é o setor responsável pelos cuidados de higiene e pelo controle de todo o enxoval de um hotel, além de cuidar das roupas dos hóspedes e funcionários e ser responsável pelas roupas desde o seu recebimento no setor, passando pelos processos de lavagem, secagem, passadoria, até a embalagem das mesmas para serem enviadas novamente aos respectivos setores.

De acordo com Cândido (2001), todo e qualquer setor de um hotel precisa ser bem estruturado e organizado, para que haja um bom funcionamento. Com a lavanderia essa regra não é diferente. Para que o setor de lavagem de roupas seja bem planejado, o estudo deve começar pelo projeto de construção do hotel, sendo necessário que o projetista considere fatores como: localização, fluxos, acessos, entre outros. Toda essa estruturação, além de reduzir custos, proporciona melhores condições de trabalho aos funcionários, melhora a produtividade e a qualidade.

Produtos químicos estão sempre presentes nas lavanderias. Os funcionários devem ser bem treinados, pois esses produtos podem danificar as roupas ao longo do processo de lavagem, os equipamentos, além de serem nocivos à saúde.

O hotel pode oferecer o serviço de lavagem de roupas para seus hóspedes, que pode ser feito de duas maneiras: a primeira, quando o hotel possui a sua própria lavanderia, e o segundo é quando terceiriza este serviço, mas continua sendo responsável pelas roupas dos clientes.

O ritmo de trabalho de uma lavanderia e de uma rouparia dentro de um hotel está intrinsecamente ligado aos demais setores do hotel.

Por ser um setor que exige rapidez em seu atendimento, a lavanderia deve possuir, como uma de suas características, um fluxo de trabalho coerente e rápido. Para que essa rapidez seja atendida sem que haja atropelos, o fluxograma de trabalho (equipamentos) precisa ser bem projetado.

Os ambientes de trabalho devem seguir os padrões estabelecidos pelas normas técnicas de iluminação do Brasil. Uma de suas normas, é a exigência de 1000 a 2000 luxes de iluminação para o local destinado à inspeção, à classificação, à marcação das roupas, ao controle de qualidade e, por último, à dobragem das peças.

Verificações periódicas da temperatura setorial podem acusar uma eventual saturação por vazamentos de vapor e distribuição do calor e umidade pelos equipamentos. Para que isso não aconteça, regulou-se uma escala de temperatura, segundo afirmam Cândido e Vieira (2003):

* condições normais de conforto: temperatura até 23ºC;
* condições de desconforto até condições precárias: 30ºC;
* condições que podem gerar perturbações metabólicas e risco à saúde: de 35ºC a 37ºC;
* acima de 37ºC: situação de alarme e passível de interdição da lavanderia pela troca térmica. Estado de perigo à vida dos funcionários.

Toda lavanderia necessita de um sistema de ventilação adequado, pois naturalmente, é um ambiente com o ar saturado, seja ele oriundo do calor, umidade, odores gerados pelos equipamentos, entre outros. A ventilação é fundamental para que se tenha uma renovação de ar eficiente e que não restrinja-se apenas à circulação do ar, como é o caso quando utiliza-se ventiladores, que fazem somente a movimentação do ar saturado.

Existem também, odores provenientes dos equipamentos de produtos químicos, umidade e calor excessivos, e há aqueles que são causados pelas roupas sujas. Além desses, pode haver odores provenientes de óleo e graxa, que por uma razão, vazam dos equipamentos, também pela queima dos forros dos ferros de passar roupa, e da água do deságue, quando é mal canalizada.

Os mesmos autores afirmam que a forma de proteção desses odores fortes e nocivos à saúde, é a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's) e sistemas de detecção e eliminação dos mesmos, principalmente no que se refere aos ambientes de seleção, marcação e lavagem das roupas.

Ainda, segundo os mesmos autores, outros itens imprescindíveis em uma lavanderia são as portas e as janelas. É através delas que os vapores são eliminados, pois, se há uma boa ventilação, o acúmulo de mau cheiro é quase nulo. além do que, quando as janelas são largas e altas, facilitam a entrada de luz natural e ar fresco. Além disso, as portas e janelas também devem permitir a passagem de carros e araras que carregam as roupas.

Um detalhe importante e fundamental para manter a lavanderia em bom estado e em pleno funcionamento, é proteger os batentes das portas e as janelas com uma borracha, para que não haja danos no momento em que carros e araras de roupas passarem por elas.

Outro fator importante é a altura entre o teto e o piso que deve ser de pelo menos três metros e sessenta centímetros (3,60m), da mesma maneira que as janelas e portas sejam largas e altas, contribuindo para que a ventilação seja melhor e deixe o ar menos poluído.

A lavanderia também deve possuir pisos e paredes de cor clara, preferencialmente, branco, e revestidas de azulejos, do piso ao teto. Já o piso tem que ser feito de um material antiderrapante, que pode ser emborrachado ou de cerâmica especial, que não escorregue, e nem impregne sujeira, com facilidade de ser limpo.

O maquinário e os equipamentos da lavanderia devem ser compatíveis às necessidades de lavagem e devem também apresentar facilidade de manutenção. O espaço para que os funcionários transitem entre eles, deve ser planejado e mensurado antes da construção do espaço, não podendo esquecer-se dos espaços que englobam os canais de escoamento da água e o deságue.

Os mesmos autores afirmam que uma lavanderia hoteleira é projetada de acordo com o tipo e tamanho do hotel, o volume diário de roupas a serem lavadas, a classificação (estrelas) e o serviço que o empreendimento se comprometeu a fornecer, considerando para isso o cálculo do dimensionamento.

Para se obter esse dimensionamento, o atendimento e a qualidade são aspectos essenciais na sua elaboração, pois, é através desses fatores que o hotel poderá proporcionar satisfação aos hóspedes quanto às suas expectativas referentes ao serviço prestado.

1.1. Dimensionamento do enxoval de hotel

A Tabela 1 mostra a quantidade média de roupa, em Kg, que uma UH consome por dia, de acordo com a classificação do hotel.

Fica claro que a quantidade de roupa a ser lavada diariamente aumenta de acordo com a qualificação do hotel, ou seja, quanto mais conforto ele proporciona ao hóspede, maior é seu enxoval.

Tabela 1- Consumo diário de roupas de uma UH

Categoria do Hotel	Média de consumo - UH/dia (kg)
2 estrelas	1 a 2
3 estrelas	3 a 4
4 estrelas	5 a 6
5 estrelas	6 a 7
5 estrelas plus	10

Fonte: Cândido e Vieira (2003, p. 22)

Além disso, existem outros aspectos relevantes a serem considerados na hora de se fazer o dimensionamento para a aquisição dos equipamentos .de uma lavanderia e para se fazer o cálculo do consumo de roupa no hotel. Leva-se em consideração se o hotel tem piscina, sauna, restaurante, o clima da região, o tamanho da jornada de trabalho, o número de unidades habitacionais e a classificação do hotel.

Uma lavanderia tem que funcionar de acordo com o fluxo de roupas do hotel. Se o hotel conta com enxoval de piscinas, saunas e restaurantes, a lavanderia tem que ter uma capacidade maior para que a demanda seja atendida.

1.2. Equipamentos de uma Lavanderia

Para o correto dimensionamento de uma lavanderia, deve-se considerar três fatores (CASTELLI, 2001):

- *Coeficiente de consumo:* avaliação do volume de todos os tipos de roupas que o hotel lava diariamente, considerando sua taxa média de ocupação. A partir desse dado, deve-se adquirir os equipamentos com a capacidade adequada.

- *Tempo operacional:* é o tempo total de trabalho do equipamento somado ao tempo necessário para o seu carregamento e descarregamento.

- *Jornada de trabalho:* é o total de horas diárias ou semanais de funcionamento da lavanderia, que pode trabalhar em um ou dois turnos.

Portanto, os equipamentos devem ser adquiridos com capacidade que supra a demanda, baseada no tamanho e na taxa de ocupação do hotel.

A lavanderia de hotel assemelha-se muito a uma lavanderia comercial, isso porque os tipos de equipamentos são muito semelhantes, diferindo apenas nas suas capacidades. Além dos equipamentos, uma lavanderia necessita de profissionais especializados e capacitados, para que o seu funcionamento seja eficiente. Nos hotéis, essa preocupação deve ser ainda maior, porque este setor deve ter uma boa sincronia com os demais setores, a fim de alcançarem o sucesso.

Cândido (2001, p. 55) afirma que:

> As máquinas da lavanderia, para terem um bom funcionamento, deverão estar em condições perfeitas, e algumas providências podem e devem ser tomadas pelo pessoal de serviço da própria lavanderia, com verificações periódicas e análises de ruídos, vazamentos e de possíveis odores estranhos vindo das máquinas.

O tipo de máquina que cada lavanderia deve adquirir depende muito dos objetivos que o setor pretende alcançar. Para tanto, este setor deve ter bem claro sua visão e missão, para atender às necessidades de seu público-alvo sem perder o foco no que se propuseram a assumir.

Segundo o mesmo autor, alguns equipamentos básicos de uma lavanderia são: lavadora, centrífuga ou extratora, secadora, calandra e passadeira. A seguir veremos as funções e os processos dessas máquinas.

Máquina de lavar:

É responsável pelos processos de lavagem e enxágue das roupas. A lavagem pode ser realizada com água quente ou fria. O funcionamento da máquina pode ocorrer através da energia elétrica, gás ou vapor. Os produtos químicos usados nas lavagens como o detergente, o alvejante e o amaciante, podem ser inseridos automaticamente por dosadores mecânicos, eletropneumáticos ou manualmente, pelos medidores.

O enxágue envolve o processo de retirada dos produtos usados para a lavagem, adicionando água limpa.

Para que a máquina apresente resistência e durabilidade, sua construção é feita com chapa de aço com acabamento antioxidante de alta aderência ou de aço inoxidável.

> As roupas, antes de serem levadas para o processo de lavagem propriamente dito, devem passar por um processo de seleção na lavanderia, para serem identificadas por tipo de roupa (toalhas, lençóis, uniformes, etc.) e principalmente pelo estado das roupas (desgastes, avarias, sujidades intensas etc.). Os tecidos também devem ser identificados e classificados antes de entrarem para a máquina de lavar. Com isso, evita-se a mistura de tecidos mais resistentes com os menos resistentes, pois alguns tipos de tecidos não podem ser lavados em máquinas industriais, bem como tecidos desbotáveis (CÂNDIDO, 2001, p. 59).

Dosador eletropneumático:

O dosador eletropneumático é responsável pela dosagem de produtos químicos nos processos industriais de lavagem de roupas. Para a realização de sua função, o equipamento tem um propulsor de ar comprimido que faz a dosagem das quantidades requeridas dos produtos, em tempo predeterminado, dispensando a manutenção e a aferição periódica, pelo fato do controle do dosador ser sistematizado.

O dosador é um sistema de dosagem automática, dotado de válvulas eletropneumáticas que garantem precisão na dosagem e na repetição das operações. Ele possui um painel regulador de pressão com o objetivo de manter a pressão constante dos reservatórios dos produtos químicos. Apresenta válvulas de linha que transportam o produto até a lavadora, executando ao mesmo tempo a lavagem da rede.

Os reservatórios são pressurizados e translúcidos dotados de capacidades variadas. São produzidos com material PVC rotomoldados de alta resistência, armazenam produtos químicos e permitem a visualização do nível dos produtos (CÂNDIDO, 2001).

Máquina de lavagem a seco:

As máquinas de lavagem a seco, também são conhecidas como *dry-cleaning*. São máquinas compactas que removem as sujeiras e as manchas das roupas com a utilização de solventes. Esses produtos não contém água em sua composição, surgindo daí a expressão “a seco”. A lavagem a seco, além de prolongar a vida da roupa, remove manchas que podem aparecer após a lavagem convencional (CÂNDIDO, 2001).

O funcionamento da máquina compreende lavar, centrifugar e secar as roupas em circuito fechado. Todo o processo dura em torno de 40 minutos.

Centrífuga ou extratora:

A centrífuga tem a função de eliminar o excesso de água das roupas. Cândido (2001, p. 62) define assim a centrifugação básica:

> É o processo que as máquinas lavadoras normais fazem com o escoamento da água após a inclusão do amaciante e consiste em uma primeira retirada de água das roupas, processo esse a que deverá ser dada continuidade pela inclusão das roupas na centrifugadora.

Secadora:

Após as roupas serem lavadas e centrifugadas, precisam passar pelo processo de secagem. A secadora tem a função de eliminar o excesso de água, mas não deixar as roupas totalmente secas, para facilitar o processo seguinte que é o da passadoria. Elas podem ser elétricas, a gás ou a vapor.

A estrutura de uma secadora compreende um corpo externo em aço com isolante térmico interno, para que não ocorra passagem de calor, enquanto o acabamento é feito com antioxidante de alta aderência. Ela pode possuir cesto, porta, resistências elétricas, serpentinas, queimadores, timer, termostato, alarme sonoro e sistema de proteção. O ar que fica saturado no interior do cesto é retirado através do processo de exaustão (CÂNDIDO, 2001).

Calandra:

A calandra é o equipamento responsável pelo alisamento e pelo acabamento nos tecidos planos (lençóis, fronhas, colchas, toalhas de mesa, etc.).

Como a calandra é a responsável pelo acabamento de 60 a 70% das roupas do enxoval de um hotel, ela exige uma capacidade produtiva que requer uma atenção especial. Cândido (2001, p. 68) afirma que a calandra:

> É constituída por até quatro cilindros forrados por tecido ou material especial, isolante, que comprime as roupas contra uma calha ou peça aquecida por injeção direta de calor. A movimentação das roupas é feita através de correias ou esteiras condutoras, guiadas por fitas de tecido resistentes ao calor.

Essa máquina pode se apresentar em monorrolo, que tem sua estrutura constituída por um único rolo e seu aquecimento é geralmente a vapor. Seus cilindros são fabricados em aço polido e revestidos com cromo duro e possui uma faixa de segurança que protege através do desligamento automático do processo, caso haja contato humano, ou de algum objeto estranho. Esse sistema serve para prevenir qualquer tipo de acidente.

O vapor é inserido e extraído pelas juntas rotativas que se encontram nas extremidades do rolo. Há também outra estrutura de calandra, que é a multirrolo horizontal, com mais de um rolo, apresentando algumas diferenças. Os rolos são tubos de aço protegidos por uma calha cromada, polida e revestidos com camadas de feltro e lonas especiais resistentes ao calor (CÂNDIDO E VIEIRA, 2003).

As calandras podem ser aquecidas através do vapor, ou seja, uma câmara de vapor junto às calhas polidas; por eletricidade, através de resistências tubulares blindadas e, através do gás, que acontece por meio de queimadores infravermelhos.

As calandras monorrolo e multirrolo horizontais são recobertas por tecido ou material especial isolante e comprimem as roupas do enxoval contra uma calha ou peça aquecida por inserção direta do calor.

Dobradeira/empilhadeira:

As dobradeiras/empilhadeiras são máquinas que podem ser acopladas às calandras, principalmente nas calandras monorrolo, para passar e empilhar as roupas automaticamente. Elas processam as roupas planas e são reguladas de acordo com a velocidade da calandra.

Esse tipo de máquina é totalmente automática, por isso, seu controle é feito através de um computador que pertence à própria dobradeira (CÂNDIDO E VIEIRA, 2003).

Mesa de passar a vácuo:

A mesa de passar a vácuo é um equipamento utilizado para passar tanto roupas planas como com dobras, diferentemente das calandras que servem somente para passar tecidos planos.

Cândido (2001) define este equipamento como sendo um tipo de mesa utilizada para passar qualquer tipo de tecido com grande eficiência e dando-lhe melhor acabamento com auxílio de ferro a vapor. O ferro a vapor tem localização privilegiada e de fácil manuseio com descanso protegido por amianto, para evitar que queime o próprio descanso e para proteção da base do ferro.

Prensa pneumática de engomar:

A prensa pneumática de engomar é muito parecida com a mesa de passar a vácuo. Entretanto, a prensa pneumática apresenta uma maior complexidade e também opera com o auxílio de um ferro de passar roupa a vapor. Apresenta uma base de apoio formada por um conjunto de tábuas de formatos distintos a fim de atender os mais variados tipos de roupas, que são passadas e engomadas automaticamente.

Essa máquina tem como função básica a passagem das roupas sem ou com poucos botões. Sua operacionalidade é por prensagem e requer fonte de calor oriunda de vapor ou eletricidade (CÂNDIDO, 2001).

Carros para transporte de roupas:

Esses equipamentos são utilizados tanto para transportar as roupas sujas que são coletadas nos apartamentos, quanto as roupas molhadas e secas, dentro da lavanderia. Sua construção pode ser em aço inoxidável (muito caros) ou em *fiberglass,* sendo que estes estão sendo cada vez mais produzidos e utilizados, isso porque, além do custo mais baixo, são totalmente lisos interna e externamente, são leves, possuem rodízios de borracha para facilitar o manuseio, tem drenos para o escoamento de líquidos e possuem tampa (CÂNDIDO, 2001).

Mesa tira manchas:

A mesa tira manchas tem como função a remoção de manchas a frio das roupas. Além disso, ela possui um braço auxiliar para retirar manchas em mangas. Esse processo de remoção pode ser realizado antes ou depois da roupa ser lavada, usando-se produtos específicos para cada tipo de mancha.

A mesa possui três pistolas com circuitos independentes através dos quais é possível obter uma solução de água, produtos químicos e ar. Possui também um sistema aspirante de líquidos e produtos acionado por pedal, que proporciona a realização da função sobre a mancha (CÂNDIDO, 2001).

Embaladora de roupas sobre cabides:

Essa máquina tem a função de embalar as roupas sobre cabides. Recomenda-se seu uso em hotéis que operam com grande quantidade de roupas. Possui um consumo de energia baixo, pois as resistências são aquecidas apenas no momento da sua utilização, fazendo com que não desprenda fumaça nem odores (CÂNDIDO, 2001).

Esteira transportadora:

O uso da esteira transportadora é um equipamento indicado para hotéis com uma maior estrutura e dimensionamento. Ela tem como função reduzir o espaço destinado à armazenagem das roupas já passadas e embaladas. Além disso, agiliza a entrega dos uniformes dos funcionários (CÂNDIDO, 2001).

1.3. Fluxo operacional de uma lavanderia

Para que uma lavanderia tenha seu fluxo de atividades funcionando bem, alguns passos devem ser seguidos, para que o processo não seja interrompido e/ou para que não haja problemas e falhas.

As roupas são coletadas nas UH's e transportadas até a lavanderia, mas o recebimento é a *primeira etapa* pela qual a roupa passa, onde são identificadas. Castelli (2001, p. 258) relata que:

> As roupas são coletadas nos andares, restaurantes, vestiários, etc. e transportadas até a lavanderia. Transporte, este, feito em carrinhos ou sacos apropriados, geralmente por um funcionário da lavanderia.

A *segunda etapa* consiste na conferência, revisão e marcação. Isso porque, a roupa deve ser conferida e marcada antes de entrar na área de lavagem. Castelli (2001, p. 258) diz que "as roupas ao chegarem à lavanderia são recebidas e controladas pelo pessoal da lavanderia".

A *terceira etapa* é a etapa da classificação ou separação. As roupas devem ser classificadas de acordo com o tipo de tecido, tipo de roupa e sujidade. Além disso, verifica-se se a roupa será lavada à máquina ou à mão.

> Existem diversos tipos de roupas para hotéis, tais como: roupas de cama (lençóis e fronhas), de banho (toalhas de rosto, banho e pisos), toalhas de mesa, guardanapos, colchas e cobertores (CASTELLI, 2001, p. 258).

A *quarta etapa* é a pesagem. Esse processo tem que ser muito bem feito, pois o peso das roupas é muito importante e pode atrapalhar a lavagem posterior.

> Uma vez feita a separação, as roupas devem ser pesadas tendo em vista que o "fator carga" é um componente importante da eficiência da ação mecânica. Deve-se respeitar a capacidade de cada tipo de máquina lavadora (CASTELLI, 2001, p. 258).

Portanto, segundo o mesmo autor, tem-se:

A) Antes da lavagem:

a- Deve haver a seleção das roupas por: tipo, cor, sujidade, desgaste, resistência
b- fechar os zíperes e botões metálicos
c- colocar roupas do avesso
d- cerzir, remendar e/ou costurar, pregar botões
e- revisar os bolsos

OBS: Os tecidos que soltam felpas e fiapos devem ser lavados manualmente.

Portanto, as roupas devem passar por uma seleção, uma preparação e separação por lotes identificados por tipo.

B) Processo de lavagem:

O processo de lavagem de roupas depende: do tipo de roupa; grau de sujidade; tipo da sujidade e estado de conservação da roupa, assim, pode-se escolher o tipo de lavagem entre: suave; quente; fria; curta; normal; longa ou pesada.

A durabilidade das roupas dependerá: da qualidade do tecido; de sua rotatividade; dos procedimentos de lavagem/centrifugação/passadoria; da escolha adequada dos produtos químicos; e do treinamento dos funcionários.

O processo de lavagem, propriamente dito, consiste de algumas etapas:

- *A primeira delas é a umectação*, que nada mais é do que uma emulsificação, suspendendo e removendo a sujeira. Essa etapa pode ser feita com a ação do detergente que é um facilitador da umectação dos sólidos.

- *A segunda é o enxágue* das roupas, que é o processo de renovação da água para retirar toda a sujidade, assim como os resíduos dos produtos químicos usados na lavagem antes da colocação do alvejante e/ou amaciante, que é feito no final da operação. O alvejante serve tanto para o branqueamento das roupas como também tem ação bactericida, desinfetando as roupas.

O acabamento final do processo de lavagem se dá quando a alcalinidade é neutralizada, protegendo a roupa do amarelamento e desgaste, preservando a brancura, e, além disso, prepara a roupa para o amaciamento e evita a ação das traças.

O amaciamento tem como função amaciar as fibras, evitando a proliferação de microorganismos na roupa após ser lavada, centrifugada e estocada. Além disso, evita carga eletrostática e auxilia o alvejamento óptico cumulativo para roupas brancas.

Entre uma etapa e outra tem-se a centrifugação, que elimina o excesso da água com ou sem produtos químicos.

Assim, os controles existentes durante o processo de lavagem das roupas são: carregamento da máquina; qualidade da água (dureza, alcalinidade e pH); ação mecânica; níveis de água; temperatura X tempo; enxágue (uso adequado de alvejante e amaciante); controle de extração; controle de secagem e passadoria (calandras e manual).

Após as roupas passarem por todas essas etapas, ela precisa ser embalada para se manter limpa. A embalagem evita o contato direto com as mãos, facilita na hora de estocar e de distribuir, e, fica com uma melhor aparência quando prontas (CASTELLI, 2001).

1.4. Equipamentos industriais

Nas Tabelas 2 e 3 estão os equipamentos, de dois fornecedores (Fujimoto e Mamute), que podem ser usados em lavanderias industriais, com seus respectivos preços (junho de 2014).

Tabela 2- Equipamentos de lavanderia industrial e preços

EQUIPAMENTOS (FUJIMOTO)	**Capacidade de roupa por ciclo (Kg)**	**Valor do equipamento (R$)**
Eletro Lavadora Horizontal Tipo ML-200	20	13.000,00
Eletro Lavadora Horizontal Tipo ML-300	30	17.000,00
Eletro Centrifugadora Fixa Tipo CF-140	14	9.900,00
Eletro Centrifugadora Tripé Tipo CT-200	20	15.000,00
Eletro Secador - Elétrico ou Gás - Rotativo Tipo SE-200/ SG 200	20	15.300,00

Tabela 3- Equipamentos de lavanderia industrial e preços

EQUIPAMENTO (MAMUTE)	**Capacidade de roupa por ciclo (Kg)**	**Valor do equipamento (R$)**
Lavadora Extratora Automática High Spin	30	50.500,00
Lavadora Extratora Automática High Spin	21	37.000,00
Secador - Aquecimento a Gás LP	30	17.950,00
Secador - Aquecimento a Gás LP	20	15.900,00
Calandra Monorrol Compacta - Aquecimento a Gás LP	de 60 a 85	49.200,00

1.5. Estimativa de custo para montagem de uma lavanderia

Para esse exercício, será considerado:
- um hotel de negócios com 100UH's;
- uma taxa média de ocupação de 60%;
- 180 Kg de roupas de cama e banho a serem lavadas diariamente.

Com os dados dos equipamentos da Tabela 2 pode-se concluir que um turno de trabalho de 8 horas é suficiente para lavar e passar o enxoval diário do hotel considerado.
Portanto, na Tabela 4 tem-se os equipamentos selecionados para comporem a lavanderia com seus respectivos custos.

Tabela 4- Equipamentos e seus custos para um hotel com 100 UH's

EQUIPAMENTO	FORNECEDOR	Valor do equipamento (R$)
Eletro lavadora horizontal Tipo ML-300	Fujimoto	17.000,00
Eletro centrífuga fixa Tipo CF-140	Fujimoto	9.900,00
Secador - Aquecimento a Gás LP	Mamute	15.900,00
Calandra Monorrol Compacta – Aquecimento a Gás LP	Mamute	49.200,00
TOTAL		**92.000,00**

Observa-se que mais de 53% do custo dos equipamentos refere-se à calandra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas grandes cidades, e até mesmo em cidades menores, o espaço físico e o tempo estão cada vez mais restritos, fatores determinantes para que hotéis e outras empresas terceirizem algum tipo de serviço. No caso da lavanderia de hotel, este fato deve ser muito bem estudado e planejado pelos gerentes, pois, além do custo de lavagem do enxoval do hotel devem ser considerados outros dois fatores importantes no caso da terceirização desse serviço, ou seja, a insatisfação dos hóspedes em não ter sua roupa pronta em um curto espaço de tempo e a falta de controle sobre o processo de lavagem e sobre os produtos químicos utilizados, afetando diretamente a durabilidade dos tecidos e, portanto, do enxoval.

O trabalho teve por objetivo estudar os processos de lavagem, os equipamentos e as necessidades de planejamento arquitetônico e de treinamento da mão-de-obra operacional, pois, cada empreendimento hoteleiro tem suas necessidades e limitações específicas. Como ilustração, simulou-se o custo dos equipamentos montar uma lavanderia de um hotel de negócios com 100 UH's (R$92.000,00).

Mediante esse resultado; levantando-se o custo do serviço da terceirização de lavagem do enxoval do hotel e considerando-se as observações acima, o empresário e/ou gerente de hospedagem poderão decidir ou não pela implantação de uma alvanderia.

Espera-se que essa pesquisa possa agregar conhecimentos sobre as necessidades e o funcionamento de uma lavanderia, passando pelos maquinários até os produtos e tipos de ambiente exigidos, principalmente, devido à escassa bibliografia sobre o tema.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Índio. **Governança em hotelaria**. 4ª ed. Caxias do Sul (RS) : EDUCS, 2001.

CÂNDIDO, Índio; VIEIRA, Elenara de. **Lavanderia hoteleira: técnicas e operações**. São Paulo : Educs, 2003.

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9ª. ed. São Paulo : Educs, 2001.

CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. **Turismo & hotelaria**. São Paulo : Difusão Cultural do Livro, 2004.

GIOSA, Lívio Antônio. **Terceirização: uma abordagem estratégica.** São Paulo : Pioneira, 1997.

Neoliberalismo e a crise da educação na formação em Serviço Social

Este artigo trata de aspectos do neoliberalismo e a política de educação, que tem como principal objetivo identificar o atual contexto econômico e social neoliberal que permeia a política de educação no Brasil; desvelar os resultados deste cenário para o ensino superior e as consequências na formação em Serviço Social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória e de análise qualitativa, numa visão de homem e mundo orientada no método Materialista Dialético. O texto tece algumas considerações acerca do neoliberalismo na atualidade e a política de educação no Brasil, as semelhanças com a política educacional nos Estados Unidos na visão de Michel Apple e demais autores brasileiros da área da Educação, o trabalho docente em época de crise da educação. Ao relacionar tais discussões, se identificam importantes elementos que fomentam reflexões de aproximação com a realidade vivenciada no exercício docente em Serviço Social. Assim, o reconhecimento das estratégias utilizadas numa visão crítica, revelam a mercantilização da educação no ensino superior, a precarização das condições do trabalho docente, da qualidade do ensino e da formação. Portanto, tais apontamentos e reflexões podem servir como subsídios para fundamentar estudos e intervenções capazes de promover transformações ainda que em nível individual com vistas ao coletivo.

122-2444

Valquiria Alves Mariano
Unesp Franca
valquiria.mariano@uniube.br

Marcia Cristina Freitas Silva
Unesp Franca
marcia.silva@uniube.br

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Política de Educação. Docente. Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de um artigo que tem como objeto de estudo o neoliberalismo e a política de educação, teve como objetivo analisar o atual contexto econômico e social neoliberal que permeia a política de educação no Brasil; desvelar os resultados deste cenário para o ensino superior e as consequências na formação em Serviço Social. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória e de análise qualitativa, numa visão de homem e mundo orientada no método Materialista Dialético.

Para iniciar as reflexões que estabelecem relação com a proposta deste artigo, se fez necessário contextualizar sobre a política neoliberal e seus rebatimentos na política de educação na atualidade, tais pontos foram eleitos como essenciais para a discussão fundamentadas nas obras de Michel Apple. Em continuidade se destaca algumas considerações dos resultados no ensino superior e a inserção das reformas presentes na formação acadêmica do Serviço Social.

Ao abordar a Política de Educação e de forma mais específica, a Política Nacional de Educação Superior, se reconhece as transformações neste campo quanto as reformas promovidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em especialmente o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Programa Universidade para Todos (PROUNI), que corroboram para a mercantilização da educação.

Neste sentido, as contribuições das bibliografias apresentadas no conteúdo programático e discutidas na disciplina foram fundamentais para análise crítica do neoliberalismo e a política de educação, e desta forma as novas configurações postas ao trabalho docente na atualidade.

2. NEOLIBERALISMO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

O capitalismo vigente nos séculos XX e XXI tem profundo interesse nos objetivos neoliberais, por agregar seus ideais convenientes à acumulação capital. Neste sentido, o mercado globalizado se processa pelo livre mercado, onde a eficiência fica ao encargo individual da livre concorrência ao disseminar sua ideologia, enfraquecendo os ideais do âmbito coletivo.

Ao tratar do neoliberalismo e a Política de Educação, neste caso utilizou-se como base autores Apple (2010), Palma Filho (2007), Romão(1998), Gadotti (1998) e Cury(2002), ainda que alguns destes não tratem especificamente da realidade brasileira, trazem importantes contribuições para compreensão da política e econômica atual num cenário globalizado do mercado, uma vez que os investimentos internacionais destinados ao Brasil, encontram-se

condicionados aos ditames das instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e outros, estes exercem influência direta sobre as políticas públicas e também na Educação neste país.

A ênfase na relação estabelecida com as obras de Michel Apple, em especial as que tratam do neoliberalismo e neoconservadorismo da educação no Estados Unidos, pareceu oportuna diante da realidade vivenciada em nosso país. Michel Whitman Apple é pedagogo, leciona desde 1970, é especializado em educação, reformas educacionais, poder educacional, política cultural, teoria curricular, pesquisa e desenvolvimento de escolas democráticas, teve sua formação constituída vivencia educacional nos Estados Unidos desde o ensino básico em bairros da periferia até a formação de docentes, atualmente leciona currículo e instruções e estudos de política educacional na *Teachers College* da *Universidade de Columbia*, apresenta em seu direcionamento critico embasamentos marxistas, que por ora se afinam com a proposta deste artigo.

No Brasil, desde o final da década de 1920, as leis e posteriormente as políticas da educação, vem passando por mudanças significativas, conforme enfatizado por Palma Filho (2007), de forma mais expressiva com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as Políticas Nacionais de Educação em vários níveis. A partir dos anos de 1970, delineia-se a ação do Estado, tornando-o mais retraído quanto aos recursos destinados ao desenvolvimento e concretização das políticas públicas sociais. Neste sentido, a ideologia dominante é a da economia, que limitará as forças contrárias aos seus ideais.

O neoliberalismo ultrapassa as particularidades dos Estados Nações, enfraquecendo a economia destes países. O "Estado nacional é internacionalizado com novas obrigações ou funções que são impostas por esse processo" (ROMÃO, 1998, p.50), submetendo-os a economia do mercado globalizado, que resultará na condução das políticas sociais públicas. Conforme assinala PALMA FILHO (2007, p. 12), "Descentralização, privatização e focalização são estratégias adotadas pelo Estado Nacional para se adaptar aos novos tempos da globalização".

Essas estratégias também impactaram na educação brasileira, com o corte dos gastos para as políticas do âmbito público e a privatização nos diversos setores, agora ofertados como serviços privados, sinônimo de qualidade para os neoliberais; O individual é priorizado em detrimento do coletivo, que parece enfraquecer, e a participação popular importante pilar da democracia também se dissipa, sob a ideologia da despolitização, que encontra na educação campo fértil num contexto de profundas desigualdades sociais e econômicas, que atingem grande parcela da população brasileira.

O processo de educação determinado pela ideologia hegemônica irá dominar e alienar os indivíduos para a manutenção do poder neoliberal, consolidando o conformismo e supremacia das leis de mercado. Neste sentido, há "uma política da não política em educação escolar" (CURY, 2002, p.152).

Tais fontes são nutridas em suas bases no neoliberalismo, que apresenta várias características como: a reintegração da educação a economia; a depreciação do Estado; a eficiência como parâmetro ético para análise do mercado; a generalização de que o mundo é um grande mercado, com vários produtos a disposição do cidadão, reduzido a mero consumidor, que exerce uma democracia transfigurada pelo neoliberalismo, em que este exerce a mesma ao ter a liberdade de escolha dentre as mercadorias ofertadas.

Ainda que a análise crítica de Apple (2010) se desenvolva com relação ao contexto dos Estados Unidos, os resultados denotam semelhanças no Brasil. Quanto aos investimentos na política de educação em era neoliberal tem seu direcionamento para a maximização da economia, em um mundo globalizado, no acirramento da competição sobre o empenho – canalizado para o âmbito individualizado em relação a responsabilização da condição determinada e determinante – e os resultados socializados entre a classe dominante, detentora do poder econômico e político. As escolas devem ser construídas para atender as necessidades do capital, a educação deve dar ênfase na preparação para o trabalho e o consumo.

Os neoliberais remetem a culpa do fracasso da educação – quanto ao não atendimento pleno do mercado – ao Estado e a população empobrecida. E ainda, a culpa é atribuída também a falta de empenho dos professores (historicamente representado pelo trabalho do gênero feminino), que "quanto mais paciente mais eficiente". (Romão, ano, p.53)

Tal perspectiva, refere-se a educação sob um viés mercadológico, em que o aluno também é o próprio "capital humano" (APPLE, 2010, p.75), ou seja, mercadoria que também é negociada, sobre a falsa esperança de uma educação transformadora. Outras características neoliberais também se fazem presentes como a despolitização, por meio da legitimação do valor e do sentido, da reprivatização em redefinir os âmbitos: público e privado em "direções" conservadoras, mediante os conflitos econômicos e ideológicos, também naturalizados pela competição global. Neste prisma a transformação social só será possível por meio da eficiência como resultante da análise do custo e do benefício dos recursos empregados na política educacional. E ainda, a reforma da educação se remete a retomada da excelência, dos padrões e da elevação da barra de empenho, onde as contradições que se apresentam neste contexto, entre os neoliberais não abrem concessões quanto aos objetivos que almejam atingir. (APPLE, 2010). Este exibe características no campo educacional que não se limitam a um Estado (Nação), não há limites numa visão macro globalizada, as transformações das políticas educacionais, correm por meio das transferências das responsabilidades do que são atribuições do Estado, porém remetidas a sociedade sob forte apelo a solidariedade para a efetivação das

políticas educacionais, repassando a responsabilidade para o setor privado. Assim, os serviços públicos não tem valor, somente aqueles que pertencem ao setor privado são valorizados. (APPLE, 2010)

A agenda da privatização do ensino é um resultado claro deste fenômeno – nova reconfiguração do campo educativo -, encarada pela perspectiva da eficácia e da competitividade econômica (NÓVOA, 2002). Assim, os neoliberais ofertam a falsa esperança à população (pobre), quanto as possibilidades de ascensão, que neste sentido se traduz, a capacidade de consumo, sendo este somente direito daquele que é merecedor, que se lança na competição do mercado e vence os desafios de uma sociedade de classes. E ainda, no âmbito cultural, seus valores são reduzidos ao capital humano, em que se considera "cidadão" aquele que tem a capacidade de consumidor, assim, o acesso a educação de qualidade e ofertada pelo setor privado, somente para aquele que reúne condições para comprar este serviço.

Neste sentido, a democracia e cidadania são ideologicamente remetidas ao viés da autonomia neoliberal que pertence ao mercado, que determina a mesma. As necessidades da população são reconhecidas por meio das formulações das políticas sociais, numa ideologia da despolitização, como resultado se tem uma formação do senso comum, onde não há valores morais e sim, a reintegração à economia. (APPLE, 2010)

Diante deste contexto neoliberal, torna-se necessário a reflexão quanto as possíveis alternativas, que podem passar pelo âmbito da gestão democrática (em seu real sentido, que não o liberal), instrumento que deve estar centrado no pleno desenvolvimento da educação para além dos interesses capitalistas, tendo como norte a participação democrática e princípios como: respeito, liberdade e igualdade. Em busca de melhor desenvolvimento da educação – formal -dos sujeitos de diretos, a partir de uma consciência política, como partícipe da edificação histórico social para uma plena cidadania.

Assim, a gestão democrática deve se contrapor à educação voltada simplesmente para a transmissão de conhecimentos que não se responsabiliza pela edificação de um processo educacional comprometido com o futuro da humanidade, não possibilitando uma consciência crítica de si e do meio, ratificando interesses capitalistas, limitando a capacidade e desenvolvimento dos sujeitos.

Ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não se efetive com vista a democracia, possui pontos positivos relevantes que devem ser considerados quando comparados a outros momentos de ausência democrática. Assim, pode-se citar os seus artigos 12 e 13 que significamente propõe a construção do Projeto Ético Político Pedagógico da instituição de ensino, elaborado por docentes, membros da escola e comunidade local. Neste sentido, a autonomia e participação devem nortear o ideal pedagógico do espaço educacional em questão, ir além dos provisórios regimentos, com a responsabilidade de respeitar a diversidade a partir de uma convivência coletiva.

Dessa forma, é preciso compromisso, ética, autonomia, que estão além dos paradigmas e da legislação pertinente a educação, assim como exercer a democracia gestada no cotidiano mesmo que a relatividade permeie o sistema de relações, sendo imprescindível "criar a cultura de participação, combater antigos vícios da administração das políticas públicas no país" (PALMA FILHO, 2007, p.28) em todos os segmentos.

Uma importante ferramenta no enfrentamento dos desafios pode ser o Projeto Político Pedagógico, construído sobre os preceitos da autonomia e democracia para o exercício da cidadania, que leve em consideração o pleno desenvolvimento humano ligado à luta pela justiça, igualdade, liberdade da sociedade.

3. A FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE EM ÉPOCA DE CRISE DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

A política da educação sobre o prisma neoliberal apresenta grande exigência em relação ao docente, no cumprimento de metas, desconsiderando todo o contexto do trabalho em que este se forja, em um mercado cada vez mais competitivo, voltado a quantificação dos resultados em detrimento do desenvolvimento pedagógico capaz de proporcionar uma consciência crítica.

A formação docente, tem sido alvo de grandes discussões, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Destaca-se ainda sobre velhos e novos desafios, que se mostram reticentes devido as reformas, que não conseguiram desfazer as tradições na cultura educacional sem se atentarem à formação do professor.

Dentre os desafios que se mostram novos mesmo sendo velhos, pode se citar as condições de trabalho: jornada, de trabalho, salário, vínculos empregatícios entre outros. Dificuldades que se contrapõem ao modo de produção capitalista, que necessitam de maior articulação dentre os profissionais para a superação das limitações impostas pelo sistema capitalista.

Assim, faz-se necessário tecer algumas considerações no intuito de contribuir para o processo de formação docente, como o reconhecimento da realidade vivenciada pelos discentes, inclui-se neste sentido a cultura predominante; o fomento a participação coletiva na construção de projetos políticos pedagógicos, resgatando o significado social e histórico de sua função; a ampliação de alternativas pedagógicas que fundamentam as práticas de ensinar e as de aprender e a análise critica da conjuntura atual como subsídio para o enfrentamento da realidade com ações inovadoras.

As reformas neoliberais "considera-se a educação um serviço e não como um direito. (PALMA FILHO, 2007, p.64) principalmente quando se trata de ensino superior, são centradas no ensino e não na aprendizagem. Ainda em relação a crise da educação, em especial no ensino superior o neoliberalismo na atualidade segue a ideologia embasada no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), de forma especifica no Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Programa Universidade para Todos (PROUNI). Este último tem um importante papel nesta análise, pois contribui diretamente para a mercantilização do ensino superior privado, com a ampliação dos cursos de nível superior em todos países, assim como o acesso aos mesmos.

Em relação ao acesso, este é um direito do sujeito, porém o que se questiona aqui são condições em que são ofertados estes cursos, com objetivo de uma formação voltada somente ao atendimento do mercado de trabalho, tendo como eficiência o alcance dos níveis quantitativos, a excelência no ensino e não na aprendizagem, numa formação que não favorece o desenvolvimento crítico, em que se tem mera reprodução do conhecimento que vem ao encontro com a formatação utilizada na educação fundamental e média, com a ausência do estímulo ao pensar, criar, analisar para transformar a realidade.

Quanto aos aspectos qualitativos, estes são debitados ao docente a "baixa qualidade" no processo da educação, sobre uma proposta de desprofissionalização da docência, buscando alternativas na "terceirização", contratando-se docentes por meio de concorrência pública, como trabalhadores temporários, docentes não formados para "formá-los" em serviço de forma aligeirada.

A crise da educação no ensino superior (pública e agora também em larga escala privada) remete a retórica conservadora, em que as dificuldades no trabalho docente – neste caso o foco deste estudo -, "se expressa na exaustão do docente muitas vezes provocada pelo aumento de quantidade de trabalhos e pela despersonalização provocada pela sua baixa valorização social e reduzida realização pessoal". (GADOTTI, 1998, p.68)

Dada a importância do processo de formação profissional e o compromisso assumido pela categoria profissional dos Assistentes Sociais por meio do Projeto Ético Político Profissional, torna-se necessário que este se estenda no ensino e aprendizagem da formação acadêmica. O trabalho docente neste contexto neoliberal se desenvolve com base nos conhecimentos específicos da profissão do Serviço Social e com a ausência de conteúdos da metodologia didática pedagógica em seu currículo, essenciais na habilitação profissional para o exercício da docência.

Assim, busca-se pesquisar sobre alternativas capazes de ampliar a qualidade da formação, por meio da inserção dos conteúdos de metodologia didático-pedagógicas na pós-graduação *stricto sensu*, contribuindo para o trabalho docente em Serviço Social na superação dos desafios no processo ensino e aprendizagem.

Tal situação tem chamado a atenção em decorrência da ampliação das ofertas de curso de Serviço Social, mais especificamente em Minas Gerais. (CARVALHO, 2009). Uma vez a precarização do ensino, que por ora corrobora de forma acentuada com a exploração capitalista na mercantilização do ensino superior, ao contribuir com ações inovações em respostas as necessidades apresentadas nas relações estabelecidas àqueles que se propõem a "ensinar e aprender".

Sabe-se que esta situação se apresenta em demais áreas do conhecimento, em que as exigências para o exercício da docência, são na maioria pautadas na exigência do conhecimento técnico profissional, ou seja, do profissional conhecer os conteúdos específicos de determinada área, em que não se tem atrelado a estes, os conhecimentos teórico-metodológicos e habilidades para o exercício de práticas pedagógicas necessárias ao exercício docente.

A discussão deste tem como recorte específico a área do Serviço Social, neste caso especificamente desta profissão e que tem na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8662/93 em seu art.5º que se constitui dentre as atribuições privativas "V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular" (CFESS, 1993, p.4).

Portanto, ao se estabelecer que para ministrar matéria específica do Serviço Social, somente o profissional graduado nesta área poderá fazê-lo, o assistente social, profissional inserido na divisão sócio técnica do trabalho, depara-se com o desafio de exercer o papel de professor, numa era globalizada, de inovações tecnológicas, de heterogeneidade e na maioria das vezes sem a formação pedagógica, metodológica e didática necessárias à docência.

Para se fundamentar esta discussão buscou-se a princípio compreender a docência e as práticas didático pedagógicas. Desta forma, buscou-se indagar quanto a etimologia das palavras, pois acredita-se que estas são carregadas de sentido e significados, recorreu-se a pesquisa sobre a etimologia destas palavras conforme a seguir: a docência, que tem origem do latim *docere* significa ensinar, fazer aprender, e encontra-se associado a discência do latim *disceres,* que se traduz o sentido de aprender segundo Gasparin (1994, p.70-72), por estudo das obras de *Comênius*. Portanto, a relação de ensinar e aprender são indissociáveis, inseparáveis.

Neste sentido, buscou-se por refletir sob o papel do docente que conforme Paulo Freire (1998) é aquele que deve ter o compromisso com as práticas sociais transformadoras. Para Gatti "o papel do professor é propiciar a intermediação" (2009, p.1), intermediação esta que envolve o docente e o discente, o ensinar e o aprender, num processo dialético da construção do conhecimento.

Portanto, torna-se importante conhecer o processo de formação do docente em Serviço Social. Tal campo de atuação exige que o profissional assistente social esteja diretamente articulado à proposta de formação na graduação em Serviço Social.

> Ora, a sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. [...] Reside aí a necessidade de que a reformulação de um projeto de formação profissional esteja afinada com o novo perfil da demanda profissional no mercado de trabalho, destacando-o e decifrando-o para que se possa qualificar profissionais que, não só confirmem sua necessidade, mas sejam capazes de responder crítica e criativamente aos desafios postos pelas profundas transformações incidentes nas esferas da produção e do Estado, com profundas repercussões na conformação das classes sociais (IAMAMOTO, 2000, p.172).

Neste contexto o Serviço Social tem sua formação profissional direcionada ao bacharelado, e não à docência especificamente. O que exige habilidade do profissional no que tange à didática em ensino superior. Diante dessa realidade, o trabalho profissional na docência provoca reflexões acerca da atuação em sala de aula e como estas habilidades podem ser desenvolvidas de forma mais resolutiva no processo de ensino-aprendizagem durante a formação acadêmica e profissional.

O trabalho do assistente social na contemporaneidade indica situações a serem enfrentadas pela categoria, como além de comprometer-se em ser um profissional propositivo, é necessário que seja instigado a buscar pelo novo em sua atuação e que apreenda as transformações decorrentes na realidade social. Neste aspecto a docência enquanto espaço sócio-ocupacional do assistente social não deixa de ter desafios para serem superados,

> Baixos salários, nível intelectual de alunos, condições precárias de trabalho, falta de tempo para dedicação ao estudo ou à atualização, elevado número de alunos por turmas, ”Falta de preparo para a docência”, cursos noturnos e elevada carga horária de trabalho do professor. (CARVALHO, 2009, p. 21)

Pensar nas atribuições do docente na relação ensino-aprendizagem é fomentar as discussões sobre os espaços sócio-ocupacionais e a construção da identidade profissional tanto docente quanto discente.

Por muitas vezes o profissional docente domina os conteúdos para sua atuação, mas não sabe como transpor estes conhecimentos para a situação de aprendizagem, com “didáticas eficazes para o desenvolvimento da autonomia dos acadêmicos” (GATTI, 2009, [s.p]). Neste sentido, tem-se uma lacuna na atuação que fica comprometida, pela ausência de uma formação com o conhecimento da didática pedagógica, ou seja, da prática docente, na busca por uma formação profissional que supere as dificuldades que se apresentem neste contexto.

O espaço do trabalho docente deve buscar pela superação destes desafios, que acabam por comprometer a qualidade do ensino e aprendizagem, onde a universidade deve zelar pela,

> [...] qualidade e eficácia do ensino por parte dos professores, e a qualidade e eficácia da aprendizagem por parte dos alunos. Ou seja, a universidade existe para que os alunos aprendam conceitos, teorias; desenvolvam capacidades e habilidades de pensar e aprender, formem atitudes e valores e se realizem como profissionais e cidadãos.(LIBÂNEO, 2003, [s.p.])

No Serviço Social outra vertente que condiz com o projeto ético político que direciona as ações profissionais, diz respeito a ação transformadora e no empoderamento dos sujeitos, portanto, o docente deve buscar métodos didáticos pedagógicos que impulsionem o discente ao exercício autônomo da construção o conhecimento.

> É neste contexto de relações entre a construção da autonomia na aprendizagem universitária que a Didática, campo de conhecimentos vinculado à Pedagogia, ganha força para dimensionar o ensino, isto é, a docência no ensino superior. Esta, por sua vez, exige articulação dos saberes complementares. Frente aos desafios postos para o ensinar, o domínio específico de uma área científica do conhecimento não é suficiente. O professor universitário deve desenvolver também outros saberes: pedagógico e político. (ALTHAUS, 2004, p.99)

Em relação aos saberes pedagógicos, Libâneo relata que o ensinar refere-se *“a adquirir meios do pensar, através dos conteúdos”* (LIBÂNEO, 2003, p.2*).* Assim, o docente tem que dispor de metodologias capazes de

desenvolver a capacidade e competências para pensar, além de promover meio para que este aprenda com autonomia.

Neste sentido, "ensinar é colocar o aluno numa atividade de aprendizagem. A atividade de aprendizagem é a própria aprendizagem, ou seja, aprender habilidades, desenvolver capacidades e competências para que os alunos aprendam por si mesmos." (LIBÂNEO, 2003, p.3)

Assim, refletir sobre a docência em Serviço Social é desvelar novas possibilidades de investigação acerca do processo de formação e trabalho profissional. A dinamicidade da sala de aula provoca reflexão referente ao seu trabalho, ao perfil enquanto atuante no campo da docência. No entanto pensar que o profissional docente é responsável pelo ensino-aprendizagem e a sua concretização do projeto ético-político nos instiga a entender como ocorre o processo de formação e trabalho do docente em Serviço Social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões provocadas nestes estudos demonstram importantes facetas do neoliberalismo em especial quanto a políticas de educação, ampliando os conhecimentos quanto as estratégias do capitalismo globalizado. Desta forma, entende-se que o objetivo deste foi atingido, ao promover outros questionamentos quanto a este contexto que permeiam o objeto de estudo do projeto de pesquisa para tese de doutorado.

Sabe-se que promover as transformações á nível macro social, envolve mudanças de ordem coletiva, ou seja, em que todos devem convergir no mesmo ideal. Porém, as mudanças á nível micro social podem ter início, a partir de cada um, ou seja, de nós mesmos. Assim, recordo o pensamento de Marx (1985), que o homem por meio do trabalho transformar a natureza e neste processo transforma-se a si mesmo.

Ao se recordar também o pensamento de Paulo Freire que "a esperança é ontológica" (*apud* Palma Filho, 2007, 67), neste sentido após várias reivindicações de rua de âmbito nacional brasileiro, em que nas pautas incluem a melhoria da Educação. No entanto, entende-se este, como resposta da população aos reflexos da política neoliberal globalizada, que por meio de resistências e persistência (DAVID, 2013), enche de esperança a luta por um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michel. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: educação e conservadorismo em um contexto global. In: PALMA FILHO, João Cardoso e TOSI, Pedro Geraldo (orgs). **Pedagogia Cidadã** : Cadernos de Formação: Política e economia da educação. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2004.

ALTHAUS. Maiza Taques Margraf. Ação Didática no Ensino Superior: A Docência em Discussão. In: **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v.7, n.1, p.98-103, jan./abr. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Nº. 9.394/96, 20 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>Acesso em 20 de março de 2012

CARVALHO, Clarice da Costa. **Serviço Social e Privatização Do Ensino** – A Precarização Do Trabalho Docente n'as Instituições Privadas De Ensino Superior Na Zona Da Mata Mineira. In: CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 3, ed. 7, mai./ago. 2009, p. 11-30. Disponível em <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/view/493/451>. Acesso em 20 de março de 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social/1993 e Lei 8662/1993,** que regulamenta a profissão de Serviço Social. Brasília: 1993.

CURY) Carlos Roberto. Políticas da educação: um convite ao tema. In: FÀVERO, Osmar e SEMERARO, Govanni (orgs). **Democracia e Construção do Público.** Petrópolis: Vozes, 2002.

DAVID, Célia Maria. **Resistências e Persistências**. Anotações em aulas ministradas na Disciplina : Dimensão Social nas Políticas Educacionais: a interface da Educação e do Serviço Social no período de Março a Maio de 2013 no curso de pós-graduação em Serviço Social (Mestrado/Doutorado). UNESP/Franca, 2013.

GADOTTI, Moacir. Educação e globalização neoliberal: um olhar a partir da América Latina. *In*: **Educação e Linguagem.** Programa de Pós-Graduação. Universidade Metodista de São Paulo. v1,n.1.São Bernardo do Campo:UMESP,1998

_____. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2a ed.; São Paulo: Scipione, 1991.

GASPARIN, J.L. **Comênio ou da arte de ensinar tudo a todos**. Campinas: Papirus, 1994.

GATTI, Bernadete A. Formação de Professores: Condições e problemas atuais. In: **Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP**. Vol.1, n.1, p-90-102, Maio/2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos **Questões de metodologia do ensino superior –** A Teoria Histórico-Cultural da atividade de aprendizagem, 2003, p.1-6. Disponível em http://www.ucg.br/site_docente/edu/libaneo/pdf/questoes.pdf. Acesso em 18 de Mar de 2012.

MARX, K. **O capital:** critica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. Livro I Tomo I, 1985.

NÓVOA, Antônio. Relação escola- sociedade: novas respostas para um velho problema. In: **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. Módulo Introdutório. São Paulo. Pró- Reitoria de Graduação, 2002.

PALMA FILHO, J. C. Impactos da globalização nas políticas públicas em educação.

In: PALMA FILHO, J. C.; TOSI, P. G. Política educacional. Cadernos de Formação. **Pedagogia Cidadã**. PROGRAD (UNESP)/Páginas e Letras, 2007.

ROMÃO, José Eustáquio. Globalização e educação. In: **Educação e Linguagem.** Programa de Pós-Graduação. Universidade Metodista de São Paulo.v1,n.1.São Bernardo do Campo: UMESP, 1998

O adolescente versus violência e as Políticas Públicas de Assistência Social

Este artigo contextualiza as ações da Política Pública de Assistência Social direcionadas ao adolescente envolvido com a violência. Ressaltem-se as Leis como a Constituição Federal de 1988, LOAS, ECA e SUAS. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental. É possível observar que as ações da Assistência Social em muitos municípios no Brasil estão de acordo com as Leis, faltando a construção de indicadores que melhor avaliem os resultados.

141-2463

Cynthia Machado
Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho
cynthiasilvamachado@yahoo.com.br

Claudia Fernandes Silva Souza
Faculdade de História, Direito e Serviço Social Dr. Julio Mesquita Filho - Unesp
claudiasfsouza@hotmail.com

Palavras-Chave: adolescente; violência; assistência social.

"Se a sociedade(humana) está em perigo, não é por causa da agressividade do homem, mas devido à repressão da agressividade pessoal dos indivíduos." (Winnicott)

I - INTRODUÇÃO

Tendo como propósito a contextualização das Políticas Públicas de Assistência Social direcionadas ao adolescente autor de ato infracional, prioritariamente conceituaremos adolescência segundo Organização Mundial de Saúde [i]OMS) e depois violência, a partir de David Levisky, dentre outros.

Atualmente, a OMS circunscreve a adolescência, a segunda década da vida (10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 16 aos 24 anos de idade. Este conceito recente permite ainda designações ambíguas, tais como adolescentes jovens (16 a 19 anos) e adultos jovens (20 a 24 anos). A utilização de critério cronológico convencional se ajusta à necessidade de se identificar os requisitos que orientem a investigação epidemiológica, as estratégias de elaboração de políticas de desenvolvimento coletivo e as programações de serviços sociais e de saúde pública.

"O termo violência vem do latim *violentia*, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual se pode acrescentar a coação ou coerção psicológica."(LEVISKY, 1997, p. 24). E reitera o psicanalista Jurandir Freire Costa ressaltando vários conceitos sobre a violência:

> a educação e o processo cultural são frutos de um poder arbitrário, de um arbítrio cultural. Porém esta condição é inerente à organização do homem em sociedade e depende de sua capacidade adaptativa e dos constantes processos de transformação para a manutenção da sociedade num relativo estado de equilíbrio instável, os quais são determinados pelos grupos que detém o poder sobre a mesma.[...] A violência é um artefato da cultura e não o seu artífice...Ela é uma particularidade do viver social, um tipo de "negociação", que pelo emprego da força ou da agressividade visa a encontrar soluções para conflitos que não deixam resolver pelo diálogo e pela cooperação.(apud LEVISKY,1997,p.24)

Alguns autores salientam, entre eles Maurício Knobel que o tema está intimamente ligado ao da agressão. Assim salienta em seu artigo: "Normalidade, Responsabilidade e Psicopatologia da Violência na Adolescência"(LEVISKY, 1997, p.47), que etimologicamente, a palavra "agressão"provém de *ad gradior*, que significa mover-se para diante, o que é oposto a "regredir", ou seja, o movimento para trás. Pode ser definida pela capacidade de atacar, lutar ou enfrentar; ou que se opõe a evitar o combate ou fugir das dificuldades. A partir de uma conceitualização psicanalítica, ela contribui para o progresso e a criatividade para vencer o estatístico e o retrógrado.

O Estado, enquanto organização destinada a perseguir a paz social, desenvolve uma série de ações tendentes à reversão desse quadro, reveladas por meio de um conjunto de obrigações que se manifestam através de Políticas Públicas nas mais diversas áreas.

É mister dizer que este artigo vislumbra a discussão de atos infracionais praticados por adolescentes, lembrando que às crianças(menores de 12 anos) autoras dos mesmos são imputadas medidas protetivas[31]. As

[31] As medidas de proteção encontram-se arroladas no artigo 101, do ECA. Sendo elas: I- Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade:II- Orientação, apoio e acompanhamento temporários; III- matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV- inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. VII- abrigo em entidade; VIII- colocação em família substituta.

medidas de proteção e as socioeducativas representam ordens de medidas jurídicas. São compostas de medidas em espécies. Entre as primeiras o tratamento psicológico ou de saúde, e entre as últimas, a medida branda da advertência, passando pela liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, semi-liberdade e a severa da internação.

Os avanços experimentados na passagem do Código de Menores para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) é notório, e ainda neste viés, vermos a implementação das medidas socioeducativas aos adolescentes, como prevê esta legislação, é um progresso dentro das Políticas Públicas de Assistência Social.

Destacamos aqui que o ECA considera o adolescente autor de ato infracional como uma categoria jurídica, passando a ser sujeito de direitos e deveres, e em qualquer circunstância, os adolescentes devem ser vistos sempre como pessoas em desenvolvimento. São sujeitos de direitos, garantidos pela Constituição Federal e pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

O que hoje podemos assistir são adolescentes que cometem atos infracionais, julgados pelo Juizado da Infância e Juventude cumprirem uma medida socioeducativa de acordo com a gravidade de seus atos.

Nietzsche já afirmava a necessidade de separar-se o crime de seu autor. Assim, para que se possa conhecer e compreender o jovem autor de ato infracional, é necessário conhecer as forças psicológicas que o levaram ao crime. Esta compreensão só se obtém examinando-se os aspectos psicológicos daquele que pratica o ato.

Ressalte-se que as 05 medidas previstas no Estatuto tem um teor pedagógico e coercitivo, cuja premissa é a retificação subjetiva nos jovens autores de atos infracionais. Tendo em vista que o acompanhamento destes se dão também através de atendimentos individuais e semanais por profissional qualificado(psicóloga ou assistente social), bem como em oficinas terapêuticas, como prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Salienta-se ainda ter sido a Resolução n˚ 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprovou a esta tipificação, organizando-se por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social- SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

O Serviço de Proteção Social a Adolescente em cumprimento às Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, segundo esta tipificação, está dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade e pressupõe, como medidas em meio aberto: Liberdade Assistida(LA) e as de Prestação de Serviços à Comunidade(PSC).

Lembramos que o que se pretende com a medida socioeducativa é que seja possível reflexão sobre pontos de suas vidas e, assim a responsabilização pelo ato praticado. Assim sendo, estes jovens podem retificar algo em suas vidas e cessar a prática destes atos.

A escuta do caso a caso é essencial, considerando-se a subjetividade de cada jovem e o contexto em que o ato infracional foi praticado. Seriam quatro vertentes deste acompanhamento: a relação do jovem com a escolarização, com a profissionalização, com a família e com a comunidade. O ingresso ou restabelecimento do jovem na escola, a oferta de cursos profissionalizantes, objetivando o ingresso no mercado de trabalho, e o restabelecimento de vínculos familiares e sociais é o que se pretende com o acompanhamento dos mesmos.

A prevenção ao delito assume papel preponderante no seu combate. Prevenir tem o sentido de impedir, atalhar, evitar, neste viés pensemos que as Políticas Públicas deveriam ter por escopo interromper a marcha da criança e adolescente em direção ao crime. O que nós presenciamos são índices cada vez maiores de adolescentes, por sua vez cada vez mais jovens envolvidos com a violência. Razão pela qual nos faz interrogar sobre a eficiência de políticas atuais.

II - A evolução das leis relacionadas ao adolescente e as Políticas Públicas de Assistência Social

No início do século XX, doutrinadores brasileiros passaram a discutir e defender que a justiça brasileira necessitava de reforma fazendo necessário elaborar leis específicas e modernas, devido ao aumento significativo de delitos causados por menores abandonados.

> As primeiras duas décadas do século XX constituem o período mais profícuo da história da legislação brasileira para a infância. É grande o número de leis produzidas, na tentativa de regular a situação da infância, que passa a ser alvo de inúmeros discursos inflamados nas Assembleias das Câmaras Estaduais e do Congresso Federal (RIZZINI, 2009, p. 109).

O Decreto n°. 17943-A de 1927 o Código de Menores, conhecido popularmente como Código de Mello Mattos, trouxe significativos avanços com essência protetiva e assistencialista e mostrando-se feito para ter controle e vigilância na vida social dos menores abandonados.

A substituição do Código de 1890 veio através do Decreto-lei n°2.848 de 1940, que estabelece o Novo Código Penal, que implementou novas regras ao se tratar dos menores, instituindo a nova idade limite para os inimputáveis, no artigo 23 do Código Penal de 1940: “Os menores de 18 anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas da legislação especial.”

Segundo Rizzini (2009) com a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, Decreto-lei n. 3.799, foram retiradas da responsabilidade dos juízes as funções de organizar os serviços de assistência, fazer o estudo

e ministrar o tratamento aos menores. Apenas a fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internatos permaneceram sob a responsabilidade dos juízes.

> A criança pobre e sua família passaram a ser objeto de inúmeras ações do governo Vargas no período de 1940 e 1943. Em 1940, o governo criou uma política de proteção materno-infantil, tendo como meta a preparação do futuro cidadão, de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como "capital humano" do país, através do preparo profissional, e o respeito à hierarquia através da educação da criança. Instalou-se, então, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão responsável pela coordenação das ações dirigidas à criança e à família (RIZZINI, 2009, p. 262).

Em seguida veio a Lei n. 4.513/1964 que cria a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor(FUNABEM), que defendia a descentralização do poder sobre o menor, interiorizando a fundação, criando-se as Fundação Estadual do Bem Estar de Menores(FEBEMs).

> A FUNABEM – Fundação Nacional do Bem – Estar do Menor -, criada em 1964 pela Lei n° 4.513, se propôs a fixar as diretrizes fundamentais da política de Bem – Estar do Menor em substituição à repressão e segregação, através dos programas educacionais. Criada como uma entidade normativa, previa ramificações nos estados e municípios, através das FEBEMS – Fundações Estaduais de Bem – Estar do Menor. Fugindo, porém, de suas propostas originais e diante de problemas sociais vinculados à infância, a FUNABEM passou a atuar diretamente como agente; desvirtuada dos objetivos inicialmente previstos, em nome de sua finalidade educacional de atendimento em internatos e semi-internatos, conduziu a sua atuação através de programas indefinidos, marcados por irregularidades e mesmo regimes carcerários de internação (PEREIRA, 2008, p. 11).

O novo Código de Menores de 1979, não modificou praticamente nada em relação ao seu antecessor, pois manteve os mesmos princípios legislativos, ou seja, a essência punitiva.

Como visto, anterior à década de 1980 não houve praticamente políticas públicas para estruturar famílias. Somente com a queda do governo militar que a sociedade após vários anos de luta consegue recuperar o Estado Democrático de Direito que foi extinto pela ditadura militar, através da Constituição Federal de 1988. A CF 88 estabeleceu normas para regular os direitos de toda a sociedade, inclusive os direitos da criança e adolescente.

Com a essência revolucionária da CF 88 e baseando-se na Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas (ONU) adotada em 20 de novembro de 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, nasceu a Lei 8.069/90, o ECA, que revogaria o Código de Menores de 1979.

> O ECA instituiu a doutrina da proteção integral, que se situa num processo histórico de confronto de projetos ético-políticos na sociedade brasileira, na medida em que não é fácil sua implementação. Representa um marco no processo de ruptura do Estado em face do poder dominante das elites, emblematicamente estabelecido pelas ditaduras de Vargas e dos militares pós-1964. O movimento de democratização da sociedade se aprofundou nos anos 80, na luta pelas eleições diretas e pelo Estado de Direito, trazendo em seu bojo a reforma democrática do Estado e o fim do autoritarismo. Esse movimento é que possibilitou a definição dos direitos da criança e do adolescente na Constituição de 1988 (artigos 227 e 228), regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (REBELO, 2010, p. 41).

O art. 2° desta legislação, substituiu o que seria o termo menor utilizado em legislações anteriores devido seu sentido discriminatório, definindo em criança pessoa menor de 12 anos e adolescente pessoas de 12 aos 18 anos de idade.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 3° do ECA, mudou a forma com que o judiciário e a sociedade, abordava as crianças e adolescentes no Brasil, pois estes passaram a ser sujeitos de direitos, sem discriminação como se constatava nas legislações anteriores, os referidos artigos, seriam apenas uma extensão para intensificar os direitos previstos no art. 5°, pois este já engloba todos os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, inclusive das crianças e adolescentes, ainda o art. 228 prevê a inimputabilidade dos menores de 18 anos.

Vicente de Paula Faleiros apud Irene Rizzini assim expressa:

> A Comissão Nacional Criança e Constituinte, instituída por Portaria Interministerial, com vários órgãos do governo e da sociedade, consegue 1.200.000 assinaturas para sua emenda e, além disso, fez intenso lobby junto a parlamentares para que se crie a Frente Parlamentar suprapartidária pelos direitos da criança e do adolescente, multiplicando-se no país os fóruns DCA de Defesa da Criança e do Adolescente. Os direitos da criança perpassam as diferentes áreas, mas ficam bem estabelecidos nos artigos 227, 228, 229 da Constituição de 1988. Garante-se à criança e ao adolescente, "como dever do Estado e da sociedade os direitos à vida, à saúde, à

> educação, ao lazer, à vivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". A inimputabilidade penal fica definida até os 18 anos, e o trabalho proibido até a idade de 14 anos, salvo na condição de aprendiz (art. 7°, item XXXIII) (RIZZINI, 2009, p. 75).

O ECA trouxe grandes avanços em matéria assistencial e protetiva para os direitos da criança e do adolescente, porém o processo de implementá-la ao longo dos anos não vem sendo cumprido pelas forças políticas do país, conforme o artigo 4°, do Estatuto da Criança e Adolescente:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e a juventude.(ECA,1990)

O autor Liberati (2004, p.19) comenta sobre o artigo 4° do ECA:

> Por absoluta prioridade entende-se que, na área administrativa, enquanto não existirem creches, escolas, postos de saúde, atendimento preventivo e emergencial às gestantes, dignas moradias e trabalho, não se deveriam asfaltar ruas, construir praças, sambódromos, monumentos artísticos etc., porque a vida, a saúde, o lar, a prevenção de doenças são mais importantes que as obras de concreto que ficam para demonstrar o poder do governante.

Os direitos fundamentais estão previstos no art. 5° e 227 da CF no título II do ECA do art. 1° ao 69° e tiveram papel determinante para que, crianças e adolescentes tornassem sujeitos de direitos. E que fossem garantidos de forma prioritária pelo estado, o seu pleno desenvolvimento, de forma sadia e harmoniosa.

Em relação aos direitos fundamentais inseridos pela Constituição Federal e pelo ECA, assim entende Tânia da Silva Pereira:

> Ao incluir no elenco de Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente o direito à dignidade, procurou o legislador estatutário ressaltar que a prioridade absoluta prevista no art. 4° deve compreender procedimentos indispensáveis a proporcionar à população infanto-juvenil vida digna que lhe permitirá ser no futuro um adulto não marginalizado, nem portador de carências (PEREIRA, 2008, p. 166).

Evidencia ainda Pereira que:

> [...]a sociedade brasileira, ao longo do tempo, nunca respeitou o direito à dignidade de milhões de crianças e adolescentes marginalizados, que são discriminados, social e economicamente, desde a gestação, passando pela infância e adolescência, continuando pela idade adulta e terminando, muitas vezes, na morte violenta ou decorrente da subnutrição. Toda esta situação leva-nos a afirmar que o menor, antes de ser infrator ou abandonado, é vítima de uma sociedade de consumo, hipócrita, desumana e cruel (PEREIRA, 2008, p. 167).

O artigo 7° do ECA engloba todos os direitos fundamentais da criança e adolescente desde sua gestação até seu pleno desenvolvimento, responsabilizando o estado em executar políticas públicas sociais, para que atendessem todas as especificações da referida lei.

Os direitos fundamentais sobre educação, cultura, esporte e lazer, estão previstos do art. 53 a 59 do ECA e do art. 205 a 214 da CF, que asseguram e garantem o direito a educação a todos os brasileiros, especialmente para as crianças e adolescentes. A educação é o meio pelo qual os jovens se desenvolvem até chegar à vida adulta, e é a principal fonte para resolver os problemas relacionados aos atos infracionais executados por eles.

A escola é fundamental para o processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes, e tem por objetivos efetivar as diretrizes estabelecidas pela sociedade, para que os jovens se tornem adultos felizes, realizados e responsáveis, porém a estrutura oferecida para esta área não é a ideal para que isso se concretize, o índice de desigualdade social também é determinante para que as famílias menos favorecidas não consigam colocar ou manter seus filhos na escola.

> O que se pretende com o "Direito Fundamental à Educação e à Cultura", como proposta constitucional e legal, não é somente a melhoria quantitativa de instituições escolares, mas, a melhoria qualitativa dos espaços educativos em nosso País, para que sejamos capazes de dar às classes desfavorecidas a possibilidade de acesso a uma Educação de qualidade e, assim, tornar o Brasil um país mais justo (PEREIRA, 2008, p. 486).

O ECA e a CF, transmitem a responsabilidade de garantir e efetivar os direitos fundamentais da criança e adolescente para a família, sociedade e o estado, com o propósito de todos trabalharem juntos para que realmente as leis que estão escritas passem a se tornar realidade dentro do contexto social. Essa intenção do legislador é de extrema importância, porém isso ainda não se concretizou ao longo da implementação destas legislações, a sociedade não se mobiliza para que seus direitos se concretizem, o individualismo na sociedade brasileira está em um patamar muito elevado, deixando o coletivo fora desse contexto.

Vale ressaltar as palavras de Tânia da Silva Pereira:

> Além de o Estado ser um dos responsáveis pela definição de políticas sociais, implementando ações e serviços coletivos que resultem em benefícios concretos para a população, cabe à sociedade civil se envolver em uma atuação ético-política mais ampla, de forma a influenciar os rumos da Educação no contexto político do Município, do Estado e da União (PEREIRA, 2008, p. 566).

Com a implementação do ECA, passaram a ser descentralizadas as políticas sociais de atendimento ao adolescente, ficando sob responsabilidade das três esferas do governo, os Municípios, os Estados e a União, trabalhar em conjunto para garantir a implementação de políticas sociais básicas voltadas para esta parte especial da sociedade, como elenca o art. 86 desta lei.

Além da descentralização política-administrativa a CF88 também trouxe a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Por isto, a sociedade deve se utilizar dos canais de participação popular através dos conselhos de direitos (assistência social, criança e adolescente, educação, cultura e lazer, saúde) de forma articulada para assegurar que todos os direitos sociais sejam efetivados. Está assim descrito na CF de 1988:

> Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I-descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

O artigo 87 do ECA expõe quais são as linhas de ação das políticas atendimento. São elas: políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus- tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação, e localização de pais, responsável, crianças e do adolescente; proteção jurídico social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente; políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades especificas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, reformulada pela Lei nº 12,435 de 2011, cita em seu Art. 1º:

> Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Coloca como objetivos da assistência social:

> I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 em seu texto trata da questão da proteção social de forma articulada com outras políticas do campo social, visando a garantia de direitos e de condições dignas de vida. A Assistência Social implementada como política pública de direitos, deve se realizar por meio de uma estrutura político-

administrativa que ressalte a relevância do processo de descentralização e a reorganização de organização dos serviços do Estado Brasileiro, que possa facilitar a transferência das ações para os territórios mais próximos da população e de suas necessidades, e a distribuição dos recursos financeiros e operacionais de forma mais equitativa, articulando a participação dos municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, tanto no co-financiamento, quanto na implementação dos benefícios e na execução direta e, ou, compartilhada dos serviços socioassistenciais. Trata-se de um modelo emancipatório, que requerendo a provisão das medidas da Política de Assistência Social que responda às necessidades sociais e coletivas, e que seja capaz de atuar situação de vida das famílias. Tal padrão se realiza a partir dos parâmetros de proteção, elencados na PNAS/2004, que demarcam a sua especificidade no campo das políticas sociais e das responsabilidades de Estado, próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros: a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade.(*www.mds.gov.br/.../Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social)*

Complementando sobre as proteções, vejamos o que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) descreve:

> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.
>
> A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).
>
> Essa Proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização.
>
> A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.
>
> A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.
>
> As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.
>
> O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.(http://www.mds.gov.br/assistenciasocial)

As Leis referidas são excelentes, e buscam a total prevenção e atendimento à saúde dos jovens brasileiros, porém o grande problema é que na prática isso não acontece, pelo fato dos ministérios da educação, saúde,

assistência social, cultura esporte e lazer, não terem as estruturas ideais, em escolas, hospitais, clínicas de recuperação entre outros, para implementação dessas leis na sociedade. As ações são segmentadas e seletivas.

Hoje há os mais diversos serviços públicos (CREAS, CRAS, CAPS, etc) que deverão ser acionados sempre que surgir determinada situação de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes, que deverão agir de forma integrada, na perspectiva de que o problema seja solucionado da forma mais rápida e eficaz possível (arts. 1º, 4º e 259. par. único, do ECA) visa proporcionar a todas as crianças e adolescentes (assim como, é claro, também a seus familiares), de maneira concreta, o direito a um nível de vida adequado, capaz de permitir o seu pleno desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social, atendendo ao princípio elementar da dignidade da pessoa humana.

Avaliação das políticas sociais

Carvalho(2005) expõe que avaliar é o ato de julgar ou ajuizar valores.É também estabelecer critérios, que servem como ponto de referência à leitura que o avaliador fará do objeto avaliado e de seus objetivos almejados. É um processo metodológico, político e questionador. É multidimensional, produzindo diagnóstico que abre possibilidades de novos caminhos.

> Avaliação tem importância estratégica para acompanhar o comportamento das ações sociais e realimentar decisões e opções políticas e programáticas. A escolha de prioridades a serem atendidas e de alocação de recursos, é crucial para responder a demandas realmente relevantes e coletivas. A avaliação é imprescindível à boa gestão social. (CARVALHO,2005, p.49)

Para avaliar se determinada política, programa ou projeto social estão surtindo os efeitos desejados, há parâmetros a serem verificados, tendo em vista:

Eficiência – avalia-se o menor custo e maior benefício de um programa ou projeto. No Brasil devido a escassez de recursos públicos isto é muito cobrado.

Eficácia – avalia-se o cumprimento de metas e os resultados alcançados. Está relacionada ao alcance dos objetivos.

Efetividade – está relacionada à capacidade de alterar as situações encontradas. “[...]é medida, portanto, pelas mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto ou política foi capaz de produzir”.(CARVALHO, 2005, p.63)

Estes parâmetros avaliativos já estão inseridos no planejamento de cada esfera de governo. O que se questiona é que ele é setorizado e não visa o todo, somente o programa em si, se houve realmente transformação da realidade social, ou só a parte emergencial e curativa. São estas questões que os Conselhos, através da participação efetiva de todos os envolvidos (sociedade, família, adolescente, governo) devem buscar respostas.

III - CONCLUSÃO

Percebe-se um avanço significativo nas leis de proteção à criança e adolescente, do Código de Menores para ECA, em especial, substituindo a configuração dos adolescentes como “menores”, que traz em seu bojo discriminação e a forma como lhes era atribuído a responsabilidade de serem um “problema para a sociedade”, passando à “sujeitos de direitos” e ainda os responsabilizando, dividindo esta responsabilidade com Estado, família e sociedade. Para tanto a mobilização desta última, torna-se essencial.

Para que a proteção integral e a política de atendimento especificadas no artigo 86 do ECA, sejam eficazes e se tornem realidade no Brasil, é necessário que esse assunto seja tratado de forma interdisciplinar em conjunto com a sociedade e o governo em todas suas esferas para que realmente se crie uma rede de proteção e atendimento para crianças e adolescentes, eficazes e eficientes.

Os canais de participação da sociedade são através dos respectivos Conselhos de Direitos, buscando serem atores desde a implantação, implementação, controle e avaliação social de todas as políticas públicas para a proteção do adolescente.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. 10ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL**. Código Penal Brasileiro,** 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL**. Estatuto da Criança e Adolescente,** 1990. Belo Horizonte:ISJB-CESAP,1999.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005. Disponível em: <*http://*www.mds.gov.br/.../Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social>Acesso em: 20 de ago 2014.

BRASIL.**Sistema Único de Assistência Social.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>. Acesso em: 20 de ago 2014.

CARVALHO, M. C. B.(coord). **Avaliação: construindo parâmetros das ações socioeducativas**.São Paulo: Cenpec, 2005.

IEE-PUC/SP – CBIA/SP. **Liberdade Assistida: uma polêmica em aberto.** Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, 1994.

LEVISKY, D. L. **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

_____ **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

LIBERATI, W. D. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 8ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2004.

MACHADO, C.S; QUEIRÓZ, A. S. L. **Reflexões acerca do trabalho realizado com adolescentes autores de atos infracionais na cidade de Passos – MG.** Anais XIII ENPESS, Juiz de Fora/MG, 2012.

PAULA, P. A. G. **Ato infracional e natureza do sistema de responsabilização.** In: socioeducação e responsabilização. ABMP. SEDH; UNFPA(org.). São Paulo: Ilanud, 2006.

PEREIRA, T. S**. Direito da Criança e do Adolescente – Uma proposta interdisciplinar**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2008.

REBELO, C. E. B. **Maioridade Penal e a Polêmica Acerca de sua Redução**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Luz, 2010.

RIZZINI, I; PILOTI, F. **A Arte de Governar Crianças**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

O caminho de transformação da borboleta: atendimento clínico na abordagem junguiana

O processo analítico não é linear, encontra-se em contínua transformação, a essência da análise é a abertura para novas possibilidades. O processo de análise ultrapassa a lógica da mente consciente, o analista se concentra em compreender o que o inconsciente está tentando fazer para auxiliar a pessoa a sair da dificuldade. Para Jung o processo de individuação é o caminho que a pessoa trilha para integrar todas as suas partes distintas, para viver a experiência de totalidade. A função do analista é auxiliar o paciente a ter um relacionamento produtivo e fluido com o seu inconsciente, portanto deve abordar as imagens arquetípicas que emergem do inconsciente do paciente e relacioná-las conscientemente e criativamente. A ampliação dos sonhos é uma das técnicas mais utilizadas para abordar as imagens arquetípicas. Considerar o que está ocorrendo na relação terapêutica, e se atentar à transferência e à contratransferência, é importante para ter maior compreensão do caso. Este artigo tem o objetivo de apresentar um estudo de caso clínico atendido em estágio na abordagem junguiana. A paciente atendida foi A., 37 anos. Durante os atendimentos e com as análises de sonhos, foi identificado que nesta etapa do processo de individuação, a paciente precisa desenvolver o arquétipo materno para cuidar da sua saúde psíquica. Foram realizadas intervenções semanais e supervisionadas na Clínica-escola do Uni-FACEF (Centro Universitário de Franca), no período de agosto a outubro de 2013.

126-2448

Samanta Mendes Spirlandeli
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
sammdeli@hotmail.com

Maria Cherubina de Lima Alves
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
mcherubina@facef.br

Palavras-chave: Atendimento Clínico, Psicologia Analítico Junguiana, arquétipos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo de caso clínico atendido na abordagem junguiana em estágio na clínica-escola do Uni-FACEF (Centro Universitário de Franca).

1. Psicologia Analítica Junguiana

"A alma costuma possuir todas as qualidades humanas que faltam na disposição consciente" (STEIN, 2006, p. 124).

A seguir serão apresentados os principais conceitos da teoria analítica junguiana que embasaram o atendimento clínico que será apresentado neste artigo.

Na psicologia analítica, o Ego é o ponto de partida para investigar a psique. O Ego é o centro da tomada de decisões, ele organiza e movimenta os conteúdos da consciência (STEIN, 2006).

A consciência é um campo, é o estado de conhecimento e entendimento de eventos externos e internos. A consciência contém mais do que somente o Ego, mas ele é o centro da consciência. O Ego refere-se à experiência que a pessoa tem de si mesma, é um centro de desejo, ação, vontade e reflexão. O Ego determina o que permanece no domínio da consciência e o que deve ir para o inconsciente, e também pode recuperar conteúdos armazenados no inconsciente. O ego está mais ou menos limitado à consciência, a psique inclui o inconsciente, portanto o inconsciente é potencialmente acessível ao Ego (STEIN, 2006).

O ego tem duas bases: somática e psíquica. O Núcleo essencial do Ego permanece o mesmo ao longo da vida. Jung refere-se a duas características do ego, Personalidade nº 1: ego nuclear inato, Personalidade nº 2: camada cultural do ego, obtida ao longo do tempo na interação social (STEIN, 2006).

Quando a pessoa está com o Ego forte pode obter e movimentar os conteúdos conscientes e conseguir encarar os desafios com coragem, confia e acredita em si, vive o sofrimento sabendo que irá lhe proporcionar crescimento. Quando a pessoa está com o Ego fraco sucumbe facilmente às reações emocionais e aos impulsos, as pequenas coisas frustrantes que ocorrem a destroem. O Ego fraco é facilmente distraído e precisa de foco e motivação. Os conflitos com o ambiente externo e as frustrações em certa dose são importantes para o crescimento do ego (STEIN, 2006).

O ego não é equivalente à pessoa toda, é apenas um foco da consciência. "O Ego gravita em torno de uma entidade psíquica maior, o Si-Mesmo (*Self*)" (STEIN, 2006, p. 38).

O ego tem sua autonomia e liberdade, mas o individuo é composto de estruturas inconscientes que limitam este livre-arbítrio. “Uma reflexão mais atenta revela que somos tão escravos da nossa própria estrutura de caráter e demônios interiores quanto da autoridade externa [...] Somos os nossos piores inimigos, os nossos mais implacáveis críticos e os que mais exigimos de nós próprios em nosso trabalho” (STEIN, 2006, p.38).

O inconsciente pessoal é povoado por complexos, que são conteúdos inconscientes responsáveis pelas perturbações da consciência (STEIN, 2006).

Na teoria junguiana a palavra “constelação” refere-se a um momento psicológico carregado, onde a consciência se perturba por um complexo. Uma situação exterior pode ter desencadeado um processo psíquico que atualiza estes conteúdos inconscientes, provocando no indivíduo uma reação emocional. Quando o arquétipo está constelado a pessoa pode perder o controle sobre suas emoções e comportamentos, reagindo irracionalmente, pois os complexos tem sua energia própria, levando o ego a perder o controle sobre a consciência. “Sob o domínio de um complexo, uma pessoa pode sentir-se totalmente impotente e incapaz de controlar suas emoções” (STEIN, 2006, p. 53).

Um complexo nunca pode ser eliminado, mas quando o Ego está forte pode conter parte da energia do complexo, e minimizar os impulsos emocionais e físicos. Quanto mais fortes são os complexos, mais restringem a liberdade de escolha do Ego. Portanto o foco terapêutico quando emergem os complexos, é fortalecer o ego do paciente (STEIN, 2006).

Na análise procura-se desvendar os complexos e levá-los à reflexão consciente do Ego. Na terapia, a Personalidade pode ser reestruturada, pois através da transferência o terapeuta pode representar o pai, a mãe e outras figuras da psique (STEIN, 2006).

A libido ou Energia Psíquica é o que move o funcionamento psíquico. Em estado de progressão da libido, há um equilíbrio interno, que permite o avanço e a adaptação ao mundo, e em estado de regressão esta energia inverte a sua direção e desaparece no inconsciente, reativando os complexos, e provoca sofrimento, paralisação e embate, mas também possibilita a transformação através de uma nova adaptação (STEIN, 2006). Para Jung a energia de vida tem caráter pessoal e coletivo. Os conteúdos arquetípicos podem mobilizar o fluxo da energia do individuo em direção a conteúdos espirituais.

O inconsciente coletivo é a camada mais profunda da psique, é constituído de heranças dos nossos antepassados. Esta dimensão coletiva é composta de instintos e arquétipos. Os arquétipos são fonte primária de energia e padronização psíquica, se situam além do alcance da percepção humana, só conseguimos percebê-los indiretamente, ao observar as suas manifestações. As imagens arquetípicas emergem do inconsciente coletivo, são polarizadas no inconsciente pessoal e emergem na consciência, mas não são vistos em sua forma pura, a consciência apreende apenas a polaridade que foi constelada. Quando um arquétipo aparece, tem caráter numinoso, proporciona forte emoção e impele o indivíduo a trilhar um caminho profundo e pleno. As imagens arquetípicas tem poder para influenciar a consciência (STEIN, 2006).

As pessoas são compostas de várias subpersonalidades: ego, Persona, Sombra, Anima/Animus, complexos e arquétipos.

Sombra e Persona são estruturas complementares. Persona é a máscara que usamos socialmente, é a pele psíquica entre o ego e o mundo, serve para relacionar-se com o objeto e proteger o sujeito, pode expressar e esconder aspectos da Personalidade. É formada através da percepção que a pessoa tem das expectativas e demandas sociais, da identificação com o mundo externo, e também é formada pelos seus objetivos e aspirações pessoais (STEIN, 2006).

A Persona pode ser prejudicial quando o indivíduo se identifica excessivamente com ela, passando a se preocupar em excesso em agradar e se adaptar ao mundo social, acreditando ser esta a verdadeira imagem da sua Personalidade. Ou então a pessoa desliga do mundo externo, e passa a se envolver exageradamente no seu mundo interior (STEIN, 2006).

A Sombra é um dos fatores inconscientes que o ego não consegue controlar. A Sombra é formada por conteúdos que a consciência do ego rejeita, pois são incompatíveis com o ego e a Persona, portanto o ego se defende para não conhecer a Sombra. A Sombra emerge para executar operações que não são aprovadas pelo ego. Por ser inconsciente, projetamos a nossa Sombra no outro, e é através do outro que a conhecemos. A pessoa psicologicamente ingênua ou defensivamente resistente ignora a parte projetada no outro, e coloca-se no papel de vítima inocente, ou de simples observador, e a outra pessoa é considerada o monstro cruel (STEIN, 2006).

“A integração da Sombra constitui um problema psicológico e moral extremamente espinhoso. Se uma pessoa rechaça completamente a Sombra, a vida é correta, mas terrivelmente incompleta” (STEIN, 2006, p. 101-102). A integração depende da aceitação que a pessoa tem de si mesma.

Jung refere-se à Anima e ao Animus como figuras arquetípicas da psique, que permite que o ego tenha acesso à camada mais profunda da psique (Self). A Anima é a parte feminina inconsciente no homem, e Animus é a parte masculina inconsciente na mulher. Esta estrutura ajuda a pessoa a se adaptar às exigências e necessidades dos sentimentos, pensamentos e emoções que o Ego defronta (STEIN, 2006).

Quando o ego é possuído pela Anima/us, conteúdos inconscientes o dominam. Os homens dominados pela Anima tendem a refugiar-se em sentimentos de mágoa e resignação, afundam-se num mau humor opressivo ao invés de expressar a sua sensibilidade e emoção. As mulheres sob o domínio do Animus tendem a atacar, pois seus pensamentos e opiniões adquirem elevada carga emocional e a dominam. Mas quando há um desenvolvimento escasso da Anima, o homem buscará uma mulher que o ajude a dominar suas emoções, e o desenvolvimento insuficiente do Animus leva a mulher a buscar um homem que possa receber seus inspirados pensamentos (STEIN, 2006).

"O homem de aparência muito masculina, que é inflexível, obstinado, insensível e agressivo, contém uma Personalidade interior que é sentimental, suscetível, fácil de ser magoado, vulnerável" (STEIN, 2006, p. 126).

Sem a tomada de consciência do nosso inconsciente pessoal, sem a integração da Sombra, é impossível conhecer a Anima/us. Só podemos conhecer a Sombra quando nos relacionamos com o outro, e só conhecemos a Anima/us na relação com o sexo oposto, pois projetamos estes conteúdos nas relações. O trabalho de confronto entre ego e Anima/us permite que conheçamos as nossas projeções e românticas ilusões. Quando a Anima/us é mobilizada, nos proporciona desejo de união e transformação (STEIN, 2006).

O Self é fundamental para compreender a teoria junguiana. O Self é transcendente, situa-se além do domínio psíquico, é a base para o que existe no sujeito que é comum com o mundo. O Self é o mediador de todas as estruturas psíquicas, é o centro magnético que "atrai a agulha da bússola para o norte verdadeiro" (STEIN, 2006, p. 142). Este é o arquétipo primordial, todos os outros arquétipos se derivam dele. O Self atua no sistema psíquico para produzir símbolos de integridade, que proporcionam o equilíbrio psíquico. O arquétipo do Self é inato, e todos o possuem.

Para Jung, o processo de individuação é o caminho pelo qual o individuo trilha para se tornar uma unidade consciente, separada e indivisa, para se tornar um todo distinto, capaz de conhecer e integrar todas as suas partes distintas, podendo viver a experiência total de integridade (STEIN, 2006).

Abordar as imagens arquetípicas que emergem do inconsciente do paciente e relacioná-las conscientemente e criativamente, é a peça central da individuação. Uma das técnicas mais utilizadas para abordar as imagens arquetípicas é a ampliação dos sonhos (STEIN, 2006).

1.1. A análise junguiana

A psicoterapia junguiana consiste no encontro entre duas pessoas, a fim de tentar entender o que está acontecendo no inconsciente do paciente (JACOBY, 1991). O analista se concentra em compreender o que o inconsciente está tentando fazer para auxiliar a pessoa a sair da dificuldade (HALL, 1992).

No início da análise deve-se fazer o acordo analítico, estabelecendo as fronteiras da análise. O processo analítico não é linear, o curso da análise encontra-se em continua transformação, portanto a abertura para novas possibilidades é a essência da análise. O processo de análise é imprevisível, pois ultrapassa a lógica da mente consciente. "A psique é um organismo vivo e a interação com ela assemelha-se a um diálogo com outra Personalidade" (HALL, 1992, p.99).

O primeiro passo da análise é o autoexame, a auto-observação, o segundo passo é ter compaixão de si próprio, para evitar autocrítica excessiva, mas desenvolver uma autocrítica madura (HALL, 1992).

O paciente pode ficar resistente à análise, escondendo algo por algum tempo, mas quando se torna consciente da sua resistência interna, esta revela pontos nodais de crise de autoimagem. Na realidade, não é temida a crítica do analista, mas o severo autojulgamento (HALL, 1992).

No primeiro momento, o paciente mostra para o analista a forma como acredita realmente ser, a Persona. Há uma relutância em permitir que o analista veja por trás da Persona, pois há um medo de não conseguir usar a Persona novamente quando for necessário (HALL, 1992).

O paciente é livre para falar o que quiser, e na medida em que o paciente se revela como de fato é, pode se assustar com conteúdos que passam a ser percebidos. Com a aceitação não crítica por parte do analista, o paciente percebe que a rejeição temida é na realidade auto-rejeição, que costuma ser projetada no mundo exterior (HALL, 1992).

Após penetrar a Persona, é possível identificar a Sombra. A Sombra é identificada em características de pessoas do mesmo sexo que não gostamos ou desaprovamos. A Sombra não contem apenas características indesejáveis, ela contém qualidades necessárias para o nosso crescimento da Personalidade. A integração da Sombra, a retomada dos aspectos escondidos da Personalidade enriquece o ego (HALL, 1992).

A próxima camada da psique Anima/us, é um passo importante e difícil, pois esta estrutura costuma ser projetada em pessoas do sexo oposto que nutrimos sentimentos de fascínio. A Anima e o Animus podem assumir formas positivas – quando facilitam a vinculação entre as pessoas – e negativas – quando suas defesas são neuróticas, e protegem o ego do perigo, impedindo que vivencie o crescimento, os relacionamentos e o amor. A forma negativa e defensiva da Anima/us ocorre quando a pessoa faz observações críticas às pessoas com quem tem proximidade emocional, pois as pessoas mais distantes são tratadas com a Persona polida (HALL, 1992).

O Self, é o cento da psique não-pessoal, é o centro coordenador da psique como um todo, é o local de origem da função transcendente, que é a capacidade de produzir símbolos, que são expressos ao ego principalmente em sonhos, proporcionando a superação da tensão entre os opostos (HALL, 1992).

O ego tenta manter a tensão entre opostos, sem deixar que nenhum deles se manifeste no mundo. Isso causa desconforto no ego, pois ele é projetado para interagir de forma natural no mundo. Quando a tensão dos opostos Sombra-Persona é retida de forma bem sucedida, a psique está preparada para realizar a função transcendente, onde surge uma solução simbólica, pois a solução lógica é impossível. Esta solução simbólica provoca mudanças no ego, e a tensão deixa de ser sentida de forma aguda (HALL, 1992).

Somos mais capazes de suportar a carga emocional da análise se estivermos recorrendo em vão a outros caminhos. Quando estamos bloqueados ou absolutamente no final das nossas forças, adquirimos motivação mais forte para fazer análise. No processo analítico os problemas não são solucionados, mas precisam ser vistos numa perspectiva mais saudável, num contexto mais compreensível e aceitável. O movimento da análise costuma distanciar a pessoa dos problemas externos, e aproximá-la dos problemas internos (HALL, 1992).

Para maior compreensão do caso, é importante considerar o que está ocorrendo na relação terapêutica, se atentando à transferência e à contratransferência. Jung considerava a transferência uma ocorrência natural nos relacionamentos, ele se preocupou não apenas com a causa, mas com a finalidade da transferência (JACOBY, 1991).

Conteúdos arquetípicos inconscientes podem acionar a transferência, esta é a projeção de conteúdos internos psíquicos do paciente ao analista, mas geralmente não estamos conscientes que estes conteúdos são elementos da nossa estrutura psíquica. A observação dos conteúdos projetados são pistas fornecidas ao analista. A transferência pode revelar os complexos do paciente, pois os objetos do passado podem ser transferidos para a figura do analista (JACOBY, 1991).

Jung diz que é inevitável não se afetar na relação com o paciente, mas é importante estar consciente disso. A contratransferência, que é o sentimento provocado no analista a partir da relação terapêutica, pode revelar conteúdos internos do paciente (JACOBY, 1991).

No início da análise há um acordo consciente entre analista e paciente. Inicialmente, o paciente conta suas dificuldades e vivências no plano consciente e, pouco a pouco, ocorrem comunicações consciente-inconsciente e quando há empatia, o analista consegue acessar o inconsciente do paciente, através da comunicação inconsciente-inconsciente, esta comunicação facilita o paciente a entrar em contato com suas estruturas mais profundas (JACOBY, 1991).

A função do analista não é curar, mas auxiliar o paciente a ter um bom relacionamento com o seu inconsciente (JACOBY, 1991).

Um dos instrumentos de acesso ao inconsciente é a ampliação dos sonhos que são compreendidos a partir da história de vida do paciente, e do seu ponto de vista consciente (JACOBY, 1991).

1.2. Sonhos na abordagem junguiana

Os sonhos são expressões naturais da força vital, e tem a finalidade de sintetizar experiências em imagens, eles ajudam no processo de individuação. O sonho permite o acesso a áreas inconscientes, seus símbolos podem ajudar o sonhador a resolver problemas, a ter inspirações, a se desenvolver psicologicamente e a se aprofundar em experiências espirituais (WHITMONT; PERERA, 1995).

De forma simbólica o sonho revela ao terapeuta as estruturas ou complexos do sonhador, a forma como o paciente se relaciona com os outros, onde são projetadas as estruturas e os complexos. O sonho revela a dinâmica psicológica, os padrões de desenvolvimento e as possibilidades do sonhador (WHITMONT; PERERA, 1995).

O sonho deve ser visto como um objeto desconhecido, que deve ser olhado de todos os lados. Todas as interpretações são hipóteses, são tentativas de ler um texto desconhecido (WHITMONT; PERERA, 1995).

Na prática clínica, os sonhos proporcionam o diagnóstico de como estão se relacionando as estruturas internas do paciente; o prognóstico, pois aponta prováveis desenvolvimentos clínicos; o momento oportuno das intervenções, o terapeuta deve estar atento aos símbolos dos sonhos que podem revelar as questões que devem ser abordadas, de que forma e quando; os sonhos também revelam a realidade psicológica e os pontos cegos da consciência. “Cada sonho pode ser visto como uma seta dirigida à ampliação da consciência” (WHITMONT; PERERA, 1995, p. 17).

Neste artigo foram apresentados alguns sonhos relatados pelo paciente (apresentados no item III), que contribuíram para a compreensão do caso. Segundo Whitmont e Perera (1995), o sonho pode ter a função de compensação, apresentando características opostas às que tem em excesso no plano consciente. E também pode exercer a função de complementação, de acrescentar fragmentos ausentes, não necessariamente opostos. Estas funções dos sonhos são úteis para corrigir os nossos pontos cegos.

2. Metodologia

Este artigo é pré-requisito para aprovação no Estágio Específico-IV, do Curso de Psicologia do Uni-FACEF (Centro Universitário de Franca). Este artigo tem o objetivo de apresentar um estudo de caso clínico atendido em estágio na abordagem Junguiana.

Foi realizado um estágio clínico na abordagem Junguiana, no período de 25/02/13 à 21/10/13. Os estagiários participaram de supervisões semanais de duas horas cada, onde foram discutidos textos sobre a teoria e a prática clínica na abordagem Junguiana, que instrumentalizaram os estagiários para a intervenção.

No presente artigo serão apresentados e discutidos os dados referentes à intervenção semanal, que ocorreu no período de 09/08/13 à 18/10/13, totalizando onze sessões de atendimento, de 50 minutos cada. A paciente será caracterizada a seguir.

3. Análise e Discussão

Rosa[32] tem 37 anos, é casada com Manuel, e eles têm duas filhas, uma de 15 anos e outra de 11 anos. A paciente tem estatura baixa, cabelos curtos e aparência de uma pessoa mais velha. É muito observadora, está sempre atenta às plantas do jardim, aos quadros da clínica, e a todas as minucias que encontra no percurso até a sala de atendimento. Diante do seu comportamento e da forma como descreve o mundo, a estagiária identificou que o tipo psicológico de Rosa é Sensação Extrovertida.

As pessoas cuja função principal é a sensação extrovertida, usam os órgãos dos sentidos para obter dados do mundo. Estas pessoas se relacionam com os objetos externos de forma concreta e prática, são mestres em percepção dos detalhes das coisas que estão no ambiente (FRANZ; HILLMAN, 2005).

Rosa aparenta ser uma pessoa simples, serena e doce, estas são características da sua persona, que esconde os conteúdos sombrios de agressividade, que surgem ao serem acionados os seus complexos, que são constelados quando Rosa se sente pressionada, injustiçada e ameaçada.

A Sombra é um dos fatores inconscientes que o ego não consegue controlar. A Sombra é formada por conteúdos que a consciência do ego rejeita, pois são incompatíveis com o ego e a Persona, portanto o ego se defende para não conhecer a Sombra. A Sombra emerge para executar operações que não são aprovadas pelo ego (STEIN, 2006).

A principal queixa de Rosa é que ela não consegue organizar os seus horários de trabalho. Atualmente trabalha com costura em sua casa, mas não consegue dedicar o tempo necessário ao trabalho, pois gasta o seu tempo fazendo os afazeres domésticos. Ela gostaria de ser independente, mas acredita que agindo desta forma, não consegue ser.

Na primeira sessão Rosa relatou sobre os seus problemas físicos. Teve uma doença chamada Capsulite Adesiva, onde paralisava o ombro esquerdo, sentia que “colava o braço no corpo” a impedindo de se movimentar. O sintoma surgiu a partir da morte da amiga de suas filhas, pois Rosa ficou com medo das meninas terem sido contaminadas com a Meningite da amiga. Outro fato foi o assédio que recebeu do marido de sua irmã, que propôs que eles namorassem escondido, ela negou, ficou assustada, sentiu nojo da situação, quando lembrava vomitava, parou de comer, emagreceu muito, não conseguia sair de casa e entrou em depressão. Contou o fato ao seu marido, que ficou inconformado e falou para ela pedir ajuda à sua mãe, que disse que o genro também assediava a sua outra filha.

Rosa trabalhou como técnica de enfermagem em um hospital, e os médicos de lá diziam que a sua doença era psicossomática, o que a levou a procurar a psicóloga do hospital, que a diagnosticou com síndrome do pânico. Rosa se sente aliviada por terem descoberto a “sua doença”. Quando a estagiária pediu que a paciente descrevesse o que sente quando tem crise do pânico, ela respondeu que sente falta de ar quando está nervosa, masesta característica não preenche os critérios diagnósticos da síndrome do pânico.

Ao longo dos atendimentos, a paciente relata que teve crises de pânico durante a semana.As “crises” ocorrem quando ela sente raiva de alguém ou de alguma situação, mas como ela não acha correto sentir raiva, se culpa. Acredita-se que a síndrome do pânico é uma justificativa que ela encontra para ter os seus sentimentos de raiva, pois com este diagnóstico ela sai da posição de um ser humano mal, que quer atacar, para um ser humano doente, que precisa de cuidados.

Rosa sente raiva quando alguém que tem poder rebaixa uma pessoa indefesa ou que não tem coragem de se defender. Quando presencia situações desse tipo, sente vontade de atacar, de bater na pessoa que está com o poder, mas depois se culpa por sentir raiva, a culpa a paralisa, levando-a a se perder nos seus pensamentos massacrantes, tais como: “Deveria ter dado umas chineladas nele... Deveria ter falado mais, pois ele merece ouvir...” “Não posso sentir a raiva que estou sentindo, sou uma pessoa má, não mereço ser feliz por causa disso”.

[32] Todos os nomes do trabalho são fictícios para preservação da identidade da paciente.

Percebe-se que a sombra de Rosa está desintegrada, ela é vista como uma coisa ruim, que deve ser exterminada. Ao longo do processo terapêutico foi trabalhado a importância da integração da sombra, que estes conteúdos são importantes para a sua completude, se a sua agressividade for bem integrada, pode ser convertida em força de proteção da sua própria vida.

"A integração da Sombra constitui um problema psicológico e moral extremamente espinhoso. Se uma pessoa rechaça completamente a Sombra, a vida é correta, mas terrivelmente incompleta" (STEIN, 2006, p. 101-102). A integração depende da aceitação que a pessoa tem de si mesma.

A paciente não gosta da família do marido, pois eles falam de sexo e bebem muito, isso a incomoda e ela tenta proteger as filhas destes assuntos. Quando vai ter churrasco na chácara da família do marido, ela fica mal a semana toda, e quando está lá não consegue dormir junto com a família, e vai "acampar" com as filhas embaixo de uma árvore.

Os primeiros sonhos de Rosa foram trazidos na quarta sessão:

Primeiro sonho: "Estou numa casa abandonada que está em ruínas, tinham pessoas pegando alguns objetos que estavam no chão, eu achei uma xícara linda, azulzinha com filetinhos dourados, e levei-a pra mim, mas não achei o pires, fiquei procurando, achei um monte de pires, mas não era o parzinho dela".

Este sonho revela que o seu mundo interno, representado pela casa, está debilitado, e está sendo invadido por saqueadores que pegam os objetos. Ela encontra a xícara, um objeto precioso que serve para alimentá-la, porém está faltando o seu par, o que indica que ela está desintegrada do seu animus, que é representado pelo pires.

Animus é a parte masculina inconsciente na mulher. Esta estrutura ajuda a pessoa a se adaptar às exigências e necessidades dos sentimentos, pensamentos e emoções que o Ego defronta. As mulheres sob o domínio do Animus tendem a atacar, pois seus pensamentos e opiniões adquirem elevada carga emocional e a dominam, e o desenvolvimento insuficiente do Animus leva a mulher a buscar um homem que possa receber seus inspirados pensamentos. Só conhecemos a Anima/us na relação com o sexo oposto, pois projetamos estes conteúdos nas relações. Quando a Anima/us é mobilizada, nos proporciona desejo de união e transformação (STEIN, 2006).

Quando Rosa ataca as pessoas (domínio do Animus) ou quando se sente fragilizada (desenvolvimento insuficiente do Animus), indica que ela precisa integrar o Animus na sua personalidade, que lhe proporcionará força e segurança para viver.

Segundo sonho: "Estava dormindo, e quando virei pro lado vi dois ETs grandes atrás e um pequeno na frente, mas eu só conseguia ver a sombra do pequeno e fiquei com medo".

Este sonho representa que Rosa está começando a ter contato com os seus conteúdos sombrios. Diante do sonho a estagiaria perguntou "que características você descobriu que tem e gostaria de não ter, ou queria esconder?", Rosa respondeu "o meu azedume, sou muito irritada, gosto de brigar por causa de muita coisa, inclusive brigar por política...". No início do processo terapêutico, Rosa disse que mudou muito de uns tempos pra cá, que antes quando não estava gostando de algo só chorava, e hoje briga pelos seus direitos, mas se assusta com o seu novo jeito de ser.

A agressividade de Rosa é um conteúdo sombrio que está começando a ser manifestado nos seus atos diários, ela não acha certo ter essa agressividade e se pune por isso. A sombra está se manifestando de forma desintegrada da personalidade, e acaba tomando proporções que lhe fogem o controle, levando-a a entrar em batalhas que não precisam ser travadas, exemplo: quando o médico disse que sua filha está gorda, Rosa se alterou, disse a ele algumas verdades e o fez pedir desculpas à garota.

Em outra situação Rosa utilizou uma dose moderada de agressividade que foi utilizada como fator de proteção, exemplo: quando recebeu a visita da sogra, que criticou a sua casa dizendo que estava muito colorida, e Rosa se defendeu dizendo "casa onde mora criança tem que ser colorida mesmo", ela afirmou que queria ter dito mais coisa, indicando que Rosa não consegue se assumir sem mascaras, não conseguiu dizer que a casa é colorida porque ela gosta de cor, e porque cada membro da família escolheu uma cor que gosta para pintar a casa. A defesa que Rosa usou também indica que ela considera que as filhas ainda são crianças, não as vê como pré-adolescente e adolescente que são.

Rosa se queixa que as filhas se incomodam quando ela as obriga a cumprir a rotina diária da casa. Ela pega no pé das filhas para tomar banho no horário marcado para não atrasar o jantar, e as filhas se incomodam quando a mãe fica lembrando o que elas têm que fazer.

A paciente descreve a filha mais velha como preguiçosa, amorosa e calma, e a filha mais nova como mandona, esperta e criativa. Rosa identificou que tem características parecidas com a das filhas e que estes seus dois lados são conflitantes, quando sente preguiça e não faz os deveres diários, o seu lado autoritário a pune por isso, mas como Rosa não suporta receber ordens, fica paralisada quando sente culpa. Rosa contou que um dia as filhas brigaram, e ela amarrou as duas numa correia, elas estavam se batendo, mas logo fizeram as pazes. Foi discutido que os seus conteúdos conflitantes internos também tem que ficar próximos para fazerem as pazes.

Terceiro sonho: "estou amamentando um bebê que estava morrendo"

O arquétipo da criança divina representa a renovação da consciência, está relacionada ao começar, ao nascimento do ser inocente, espontâneo e criativo, das qualidades que o homem tem em potencial. A criança divina é uma imagem sagrada, que brota da camada arquetípica mais profunda do ser humano, é o símbolo de transformação

que permite a aproximação do eixo ego-Self (SANTOS, 2008). O sonho de Rosa revela que o seu conteúdo divino interno, a sua potencia para a transformação e integração do eixo ego-Self (representado pelo bebê), está frágil, mas ela tem a potência interna para alimentá-lo.

Na sexta sessão, Rosa trouxe uma revista que fala da relação mãe-bebê, e relatou que sua mãe nunca lhe deu carinho, que ela dava muitas ordens aos filhos e era muito rígida. Rosa sente um vazio e sente falta por não ter tido uma mãe carinhosa. Por conta disso tenta ser uma mãe diferente para as suas filhas, apesar de ser rígida com elas, Rosa dá carinho e atenção.

Diante desta situação relatada, é possível fazer uma conexão com o sonho de que ela estava amamentando um bebê, indicando que Rosa precisa desenvolver o arquétipo materno para cuidar de si. Apesar de ter sofrido a falta da mãe, conseguiu dar carinho às filhas, o que indica que Rosa tem a potencia para ser mãe, a mãe que cuida da sua psique.

O arquétipo da grande mãe se refere a uma imagem interna que atua na psique, e não a uma mãe literal. Este arquétipo possui as características: acolhimento, cuidado, sabedoria, e suporte. O arquétipo pode ser vivenciado de duas formas: a mãe bondosa e a mãe terrível, que desafia o herói a lutar contra os perigos, para fortalecê-lo (SANTOS, 2008).

Rosa tem pavor de mandruvá, para ela, este é uma coisa disforme, que invade o seu espaço, e que destrói o que é bonito (plantas). Ao descrever as características do mandruvá, Rosa associou com os seus sentimentos e pensamentos, que também tem caráter disforme, invadem a sua mente e o seu corpo, e tem caráter destrutivo, que emergem quando são acionados os seus complexos.

Quarto sonho: “os mandruvás do coqueiro do vizinho estão invadindo o meu jardim, não via os mandruvás, só o cocô deles. Não consegui limpar, pois as minhas filhas me chamaram, e eu entrei em casa”.

Este sonho indica que as filhas de Rosa podem salvá-la da preocupação excessiva com os problemas, ou podem ser uma fuga dos problemas.

O marido de Rosa fez uma cirurgia de apendicite, e está muito “manhoso”, Rosa reconheceu que o mimou a vida toda, e agora ele está exigindo que ela faça parar a sua dor, mas isso não é possível, e os seus pedidos a irritam.

Na primeira sessão Rosa relatou que não suportava sentir dor física, e foi aproveitado o momento de sofrimento do marido para a reflexão sobre as possibilidades de transformação e de aprendizado diante da dor, utilizando as metáforas do carvão, que sobre pressão vira diamante; a lagarta fica presa em um casulo para passar pelo processo de transformação, que lhe permite virar borboleta; e a concha que acolhe o grão de areia e o transforma em uma pérola.

Quinto sonho: “Está tendo uma guerra, estou em baixo da mesa cuidando das minhas filhas, estou com medo. O lugar é sujo e eu também estou suja. Tem uma moça querendo nos salvar, mas tenho medo de sair debaixo da mesa, tem umas bolas flutuando no ar, elas me assustam”.

Rosa associou a guerra às mudanças que estão ocorrendo em sua vida, o marido está querendo investir no ateliê e Rosa está com medo, com medo do novo. O sonho indica que não está na hora de Rosa desenvolver a coragem, pois apesar da moça (que pode ser associada à terapeuta) estar querendo ajudar, Rosa opta por ficar em baixo da mesa cuidando das filhas. Primeiramente é preciso desenvolver o arquétipo materno, para depois desenvolver a coragem.

Rosa construiu um ateliê de costura no fundo de sua casa, ela fala do ateliê com muito carinho, pois ficou do jeitinho que queria. Porém, a grande queixa de Rosa é que ela não consegue trabalhar, pois se distrai com afazeres domésticos e não sobra tempo para o trabalho como costureira, depois se culpa por isso. Inicialmente parecia que Rosa estava desorganizada em seus horários, mas ao longo do processo terapêutico foi possível perceber que existe algo mais.

A paciente relatou que não merece ter a vida que tem, que não merece sentir prazer, sente prazer ao costurar, mas acha que ela não merece ser feliz.

A costura para Rosa é uma arte que lhe proporciona o contato com o Self, através da criação ela acessa o divino em seu interior. O sonho relatado na nona sessão deixou evidente a potencia de vida que a costura lhe proporciona:

Sexto sonho: “Estou numa feira de exposição de artesanato, tinha um monte de barracas com peças feitas com costura fina, também tinha um lindo jardim, cheio de árvores lindas. De repente vi uma senhora que estava bordando, ela pediu que eu ensinasse uma moça a costurar, fiquei tão feliz, perguntei ‘você quer mesmo que eu a ensine?’ ela disse que sim”.

Este foi o primeiro sonho de Rosa que mostra a figura de uma pessoa sábia, que pode estar representando o Self. Este sonho indica que o Self está começando a se manifestar na sua consciência.

Na sessão seguinte Rosa disse que saiu da clínica e foi em uma loja de tecidos, não queria sair de dentro da loja, não conseguia descrever os seus sentimentos, era um misto de coisa boa e ruim, algo que estava além da sua compreensão. Os sentimentos proporcionados após a manifestação simbólica do Self lhe proporcionou a vivência do numinoso.

Para Jung (2011), o numinoso é aquele fator que se apodera e domina o sujeito independente da sua vontade, com o intuito de alterar algum aspecto unilateral da consciência. Pode-se entender que o Self é que potencializa o efeito numinoso das vivências ou fatos.

Quando Rosa acessou os seus sentimentos sobre a costura, começou a chorar ao pensar nos seus antigos sonhos, ela queria conhecer o mundo, ser livre, mas a sua infância foi muito difícil, não teve o apoio dos pais, e logo se casou para sair de casa. E Hoje surgiu a possibilidade da sua filha mais velha concorrer a uma bolsa para fazer intercambio, e Rosa sofre por sentir que as filhas estão crescendo e que podem sair de casa, e ao mesmo tempo as incentiva a conhecer o mundo. Rosa queria ser livre, mas se sente presa aos afazeres domésticos, e às responsabilidades, ela queria ser livre pra criar, pra ter um tempo de desenhar modelos de roupas. Em lágrimas Rosa diz "antes o meu coração gritava, hoje ele berra pra eu costurar", "os tecidos conversam comigo, eles pedem pra eu fazer deles uma saia, um vestido, as pessoas não entendem, eu falo isso e elas acham que eu sou doida". Neste momento a estagiária afirmou que as pessoas não a compreendem, pois elas não têm o dom divino pra costura como Rosa, que tem as sensações muito apuradas, sente com profundidade a textura, o cheiro, a cor, e este é o seu combustível divino que a motiva a viver.

Sétimo sonho: "estou andando de carro com o meu marido e a minha filha, paramos na beira de um rio e entramos em um barco cheio de gente, e fomos parar em uma ilha, onde tinha um monte de casas sujas e antigas, e lá moravam muitas pessoas carentes. O Papa Francisco estava dando uma palestra na ilha, eu fiquei assistindo toda emocionada. Eu queria ficar lá pra ajudar a arrumar as casas das pessoas, falei pro meu marido e a minha filha irem embora, e eu fiquei, mas me arrependi de ter ficado. De repente eu estava em outro lugar, tava contando sobre a ilha pra Dona Concebida, uma senhora muito sábia que ajuda no Centro Espírita onde eu frequento, e no sonho ela me disse que eu não deveria ficar na ilha, que eu tenho que ir e voltar de lá, até que um dia eu consiga ficar lá de vez, e ai eu percebi que eu estava banguela".

Neste sonho a ilha pode estar representando um pouco de consciência no inconsciente, que está cercado por águas desconhecidas e incontroláveis. Rosa está começando a acessar conteúdos profundos do inconsciente, mas percebe-se que a ilha precisa de cuidados, as pessoas vivem na pobreza, mas há uma figura divina na ilha, o Papa Francisco, que pode ser a representação do velho sábio. Santos (2008) diz que o velho sábio aparece nos sonhos para representar a inteligência, o saber, o conhecimento, a sabedoria, a reflexão e a intuição.

Papa Francisco escolheu este nome em homenagem a São Francisco de Assis, que abandonou a riqueza para viver na "irmã pobreza", onde encontrava a verdadeira felicidade junto aos pobres, vivendo a humildade e contemplando as criações divinas. Rosa contempla as criações divinas, as plantas, a natureza... Mas tem dificuldade de aceitar a pobreza, frequentemente se queixa de ter nascido pobre, ao deparar com a sua pobreza são acionados complexos que lhe causam dor. Este arquétipo de São Francisco pode ter surgido para "ensinar algo às pessoas carentes", ou seja, para ensinar algo ao inconsciente de Rosa.

Ao analisar o sonho de Rosa neste contexto de sua vida, ele pode estar querendo sinalizar que ainda não é hora dela "se entregar" totalmente à costura, a senhora sábia no sonho diz que Rosa deve ir e voltar, pois ela está frágil pra ficar na ilha, pois está sem dentes, que simbolizam a agressividade utilizada para a caça de alimentos, ou para a facilitação do processo de digestão, sem os dentes Rosa é incapaz de se alimentar. Rosa ainda não está forte o bastante para se dedicar à costura, pois no momento ela teria que abandonar a família, e isso a entristece. O sonho indica que Rosa deve entrar no universo da costura aos poucos, ir e voltar da ilha, até que esteja preparada para ficar.

A perda dos dentes foi associada por Rosa à perda da capacidade de autoestima e autoconfiança, ela precisa desenvolver estes aspectos para conseguir "ficar na ilha".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rosa colaborou muito para o seu processo terapêutico, sempre chegou pontualmente e nunca faltou às sessões. Rosa entrou profundamente em terapia, além da sua disponibilidade interna para o autoconhecimento, também houve uma grande abertura do inconsciente, pois logo no inicio da terapia a paciente começou a sonhar com frequência e a lembrar dos sonhos, que serviram para ampliar a compreensão do seu caso.

No processo terapêutico, Rosa começou a olhar para a sua sombra, apesar de se culpar por ter estes conteúdos internos, foi trabalhado a importância da integração da sombra na sua personalidade, que se for utilizada com sabedoria, pode proteger a sua saúde psíquica.

A paciente está em busca de integração com o Animus, enquanto isso não ocorre, ora o Animus a domina e ela fica agressiva, ora ele perde a potência e ela fica frágil.

Nos sonhos de Rosa foi possível perceber as manifestações do Self, sinalizando que a sua criança divina está enfraquecida e que precisa de cuidados maternos, indicando que ela precisa desenvolver o arquétipo materno para cuidar da sua saúde psíquica. O arquétipo materno começou a emergir a partir do sonho que teve com a grande mãe, que lhe confiou a tarefa de ensinar a costura a uma moça.

Inicialmente Rosa falava do seu trabalho como uma obrigação, mas ao longo do processo terapêutico, e com a colaboração dos sonhos que a colocaram em contato com os seus profundos sentimentos, Rosa descobriu que

a costura é fonte de criatividade e de vida, que a sua alma pede para que ela mergulhe no universo da costura, sendo esta uma potência de cura. Porém os seus sonhos finais revelam que o mergulho no universo da costura tem que ser feito com cautela, pois Rosa ainda não está totalmente preparada.

A estagiária continuará atendendo esta paciente na clínica de psicologia do Uni-FACEF até o final deste ano. E no final dos atendimentos será feito um convite para a paciente continuar sendo atendida pela profissional em sua clínica particular, respeitando o critério de não cobrar pelo atendimento durante um período, ou se ela optar poderá continuar recebendo atendimento na clínica do Uni-FACEF por mais um ano.

REFERÊNCIAS

VON FRANZ, Marie L. ; HILLMAN, James. **A tipologia de Jung: a função inferior**. São Paulo: Cultrix, 2004.

HALL, James A. **A Experiência Junguiana:** análise e individuação. São Paulo: Cultrix, 1992.

JACOBY, Mario. **O Encontro Analítico:**transferência e relacionamento humano. São Paulo: Cultrix, 1991.

STEIN, Murray. **Jung: o mapa da alma: uma introdução**. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WHITMONT, Edward. C.; PERERA, Sylvia B. **Sonhos: um portal para a fonte**. São Paulo: Summus, 1995.

SANTOS, Sandra R. **Jung: um caminhar pela psicologia analítica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

O Comportamento das Ondas Longas de Crescimento Econômico sob uma Perspectiva Neo-Schumpeteriana

Diversos autores em diversos momentos no desenvolvimento da teoria econômica trabalharam no sentido de definir e caracterizar o processo de formação dos ciclos longo de crescimento econômico. Dentre os expoentes destacam-se Nicolai Kondratiev e Joseph Schumpeter, que abriram os caminhos para o desenvolvimento de uma ampla gama de teorias que tentam explicar o processo. O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de formação das ondas longas e sua interação com o ambiente econômico baseado na análise dos conceitos de mudanças tecnológicas/inovações definidos por autores neo-schumpeterianos. Trata-se de um artigo-resenha na intenção de fazer uma revisão bibliográfica dos principais trabalhos e das principais idéias desses autores.

030-2348

Pedro Henrique Nascimento
Faculdade de Ciências Gerenciais - FACIG
ph_economia@yahoo.com.br

Flávio Arantes dos Santos
Universidade Estadual de Campinas
flarantes@yahoo.com.br

Abstract

Several authors in different periods of the development of the economic theory have tried to define and characterize the formation process of the long cycles of economic growth. Among then we overtop Nicolai Kondratiev and Joseph Schumpeter, who have opened the ways for a wide range of theories that try to explain the process. The paper has the object of discussing the long waves formation process based on the neo-schumpeterians conceits of technological changes/innovations. This is a article which attempts to make a bibliographic review of the main papers and of the main ideas of these authors.

Key words: technological revolution, techno-economic paradigm, long waves, financial capital.

Introdução

A existência de regularidades no comportamento econômico há muito tempo preocupa os teóricos; seja pelo fato de que, a partir delas, pode-se entender melhor a dinâmica do crescimento e da desaceleração econômica, seja pela possibilidade de se "prever" uma suposta fase de declínio da atividade econômica, seja pela viabilização de políticas públicas para evitar fases de recessões ou depressões profundas.

Desde os trabalhos pioneiros de Nicolai Kondratiev no primeiro quartel do século XX a respeito dos ciclos longos de crescimento econômico, há um esforço empreendido por muitos autores na tentativa de determinar as causas do surgimento, a caracterização, a periodização e mesmo a ocorrência de fato desses fenômenos cíclicos na economia.

Recentemente, uma gama de autores que seguem as linhas de pensamento da teoria econômica anunciada por Joseph Schumpeter vem demonstrando interesse em desenvolver uma teoria que explique as causas do surgimento das flutuações de longa duração no crescimento da economia mundial a partir dos princípios de mudanças técnicas, econômicas e suas interações com o ambiente sócio-institucional. Os autores dessa corrente, chamada de neo-schumpeteriana, vêem num conjunto amplo mudanças tecnológicas e na sua viabilidade econômica os fatores que determinam a emergência e o declínio desses ciclos longos, que por eles são também chamados de "ondas longas" de crescimento.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir o processo de formação dessas ondas longas e sua interação com o ambiente econômico baseado na análise dos conceitos de mudanças tecnológicas/inovações definidos por autores neo-schumpeterianos. Trata-se, antes de qualquer aspiração maior, de um artigo-resenha, na intenção de fazer uma revisão bibliográfica dos principais trabalhos e das principais ideias desses autores. Além dessa introdução, o artigo possui, uma seção destinada à apresentação dos conceitos utilizados na abordagem neo-schumpeteriana das mudanças técnicas; uma seção que propõe algumas interpretações diferentes sobre as causas do surgimento das "ondas longas" no ambiente econômico e ainda uma seção destinada à interpretação específica de Carlota Perez sobre a caracterização e o comportamento dessas ondas. Enceraremos o trabalho levantando algumas considerações finais.

1 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Essa seção tem como objetivo apresentar alguns dos conceitos utilizados na abordagem de autores neo-schumpeterianos das mudanças técnicas ocorridas em determinado período do tempo. Como a intenção do artigo é a de apresentar algumas visões sobre os condicionantes das mudanças tecnológicas que ocorrem no ciclo de crescimento, daremos maior atenção aos conceitos de mudança técnica que abranjam um aspecto "macroeconômico", no sentido de englobar variáveis que não se restringem ao âmbito da competitividade de uma firma individual, ou indústria específica, mas que se relacionem a todo o sistema em que essas mudanças estão inseridas e que são determinadas por elas.

Para mostrar uma interpretação com relação ao comportamento dos ciclos (ou ondas[33]) de crescimento econômico, retomaremos aqui uma breve revisão da bibliografia que insere os conceitos de mudanças técnicas como fatores condicionantes desses ciclos. Para tanto, usaremos os trabalhos de Perez (1983, 2002), Freeman (1984) e Freeman e Perez (1988) que partem da visão de Schumpeter sobre o papel das inovações como determinantes do comportamento cíclico da economia capitalista, mas que, ampliando as categorias de análise desse autor, dão sua contribuição particular.

Schumpeter (1912, 1942) defendia que as mudanças tecnológicas são o motor que a cada instante no tempo impulsiona o desenvolvimento da economia capitalista, argumentando que as firmas são os locais de atuação do "empresário inovador" e de desenvolvimento de suas ações. De certa maneira completando a visão de Schumpeter, para os autores que trataremos aqui, "o progresso técnico resulta do desenvolvimento de inovações que dependem não apenas da natureza do setor em que as inovações são geradas ou adotadas como também de fatores institucionais[34]". Nessa visão neo-schumpeteriana, o progresso técnico é visto como elemento que introduz transformações nos sistemas socioeconômicos e que altera as decisões produtivas das empresas, e que, a partir da interação dos diversos agentes que compõem o ambiente em que as inovações serão introduzidas, determinam a trajetória do crescimento econômico.

Tentaremos apresentar os conceitos de uma maneira que nos leve, construtivamente, à concepção das ondas longas por parte desses autores, iniciando por Freeman (1984). No artigo "Prometheus Unbound", Cristopher Freeman trata do papel da tecnologia e da inovação tecnológica no crescimento econômico de longo prazo e da mudança no paradigma tecnológico[35] como a característica principal de cada ciclo sucessivo ou da formação das grandes ondas de crescimento econômico.

O autor ressalta que essas mudanças se devem a "revoluções tecnológicas", que são, na sua concepção, clusters de inovações tecnológica e economicamente relacionadas e que levam a um "sistema tecnológico[36]" novo, sistema esse que, como veremos na discussão sobre os ciclos, já está de certa maneira presente no ciclo de crescimento prévio. Entretanto, antes de detalhar seu conceito de "revolução tecnológica", Freeman (1984) se preocupa em distinguir dois tipos de inovações que também são importantes na dinâmica do crescimento e na caracterização das ondas: as inovações incrementais e as inovações radicais. As inovações incrementais são aquelas que ocorrem com relativa frequência, mas a taxas diferentes em indústrias diferentes ao longo do tempo, e que se referem a aperfeiçoamentos em produtos e processos existentes. Essas inovações, embora sejam importantes em termos de crescimento, não conseguem, por si, causar efeitos dramáticos importantes sobre o sistema. As inovações radicais, por sua vez, "são aquelas que introduzem novos produtos, novos processos e novas formas de organização

[33] Trataremos de ciclos ou ondas de forma quase indistinta nesta primeira parte do trabalho. A distinção é feita em Perez (1983) e Perez (2002), ao tratar dos conceitos de Kondratiev (1928) e Schumpeter (1939); usaremos um ou outro conceito conforme melhor a ocasião.

[34] La Rovere (2006) pág. 286.

[35] O conceito de "paradigma tecnológico" é definido e discutido em Dosi (1982, 1988a e 1988b) como um conjunto, "(...) um modelo e um padrão de soluções de problemas tecnológicos selecionados, baseados em princípios selecionados e derivados das ciências naturais e em tecnologias 'materiais' selecionadas" (Dosi (1982) pág. 152). Ou seja, um conjunto de procedimentos que definem os problemas tecnológicos relevantes e a maneira, baseada em conhecimentos específicos, de solucioná-los. Não discutiremos esse conceito mais a fundo neste artigo pois se trata de uma interpretação mais restrita aos objetivos de nossa análise. Para maiores discussões ver bibliografia sugerida e também La Rovere (2006) págs. 287-89.

[36] "Sistema tecnológico" é um conceito trazido por Freeman (1982) para elaborar uma teoria que coloca maior ênfase no papel das descobertas cientificas e na inter-relação técnica e social de "famílias" de inovações e das muitas inovações que surgem durante o período de difusão de determinada tecnologia. São "sistemas" de inovação porque, embora estejam associados a um rápido crescimento de uma ou mais indústrias específicas, elas sempre tem efeitos mais amplos, sobre outras indústrias e serviços. Ver Freeman *et al*.(1982) e Freeman e Perez (1988). Usaremos esse conceito mais a frente na discussão.

da produção[37]" e que são, segundo o autor, eventos descontínuos que tomam uma forma cíclica e que acompanham os ciclos longos da economia como um todo. São importantes para ampliar o potencial de crescimento do mercado e para gerar ondas de investimentos associados aos *booms* de crescimento[38].

Quando há uma combinação das inovações incrementais com inovações radicais juntamente com o surgimento de inovações gerenciais e organizacionais, temos ainda o que Freeman e Perez (1988) denominam de "mudanças no sistema tecnológico[39]". Segundo os autores, elas se constituem de mudanças na tecnologia que afetam vários ramos da economia ao passo que também dão origem a novos setores, não se restringindo apenas a uma ou poucas firmas de uma determinada indústria.

A partir de então, tendo em mente essas distinções os autores definem o conceito de "revolução tecnológica". Freeman (1984) define as revoluções tecnológicas como "ondas de destruição criadora[40]" ("*creative gales of destruction*"), que são a base da teoria das ondas longas de Schumpeter (1939). Essas revoluções têm a característica de causar grandes transformações na economia, pois carregam consigo muitos *clusters* de inovações radicais e incrementais e abarcam, muitas vezes, uma série de novos sistemas tecnológicos. Nas palavras do autor, esse tipo de mudança técnica "deve ter efeitos generalizados pela economia, isto é, deve não só levar a emergência de novos ramos de produtos e serviços na sua própria atividade, mas deve também afetar qualquer outro ramo da economia através da mudança da estrutura de custo dos insumos e das condições de produção e distribuição através do sistema[41, 42]".

Além desses efeitos pervasivos sobre o sistema econômico[43], Freeman (1984) ainda define uma revolução tecnológica como aquela que tem a capacidade de reduzir drasticamente os custos de muitos produtos e serviços; que causa um aperfeiçoamento dramático nas características técnicas de muitos produtos e processos; que tem aceitação social e política – no sentido de que mesmo econômica e tecnicamente viáveis algumas tecnologias têm sua aplicação postergada ou frustrada por não serem compatíveis com costumes de determinada sociedade e por não apresentarem respaldo político; e que possuem aceitação ambiental, ou seja, que não provoquem danos (excessivos, pelo menos) ao meio ambiente.

Neste ponto, através do conceito de "revoluções tecnológicas" a nossa intenção de mostrar como as mudanças tecnológicas na visão desses autores neo-schumpeterianos dão origem aos ciclos de crescimento econômico e como elas afetam o comportamento das ondas longas de crescimento, começa a ficar mais clara. Nosso intuito é o de tornar ainda mais claro o entendimento desse processo através da utilização do conceito de "paradigmas tecnoeconômicos" trazido por Perez (1983).

Em seu artigo "*Structural change and the assimilation of new technologies in the economic and social system*" Carlota Perez trabalha inicialmente com o conceito de "estilo tecnológico" como sendo "um 'tipo ideal' da organização produtiva ou o melhor 'senso comum' tecnológico que se desenvolve como uma resposta ao que é percebido como a dinâmica estável da estrutura de custos relativos para um dado período do desenvolvimento da economia capitalista[44]". Segundo a autora, conforme o padrão esperado das mudanças nas estruturas de custos relativos seguem tendências mais ou menos definidas, os empresários, gerentes ou engenheiros responsáveis pelo processo de produção vão aplicar o "senso técnico comum" para aperfeiçoarem as tecnologias que estão no "caminho ideal" ou para promoverem uma revolução naqueles ramos de produtos e serviços em que esse "caminho ideal" não foi atingido. Assim, num dado período, cada vez mais ramos da economia se esforçarão para aplicarem o estilo tecnológico prevalecente, visto como a maneira mais racional de se adquirir vantagens na estrutura de custos relativos. Como conseqüência disso, surge uma constelação de inovações inter-relacionadas, que melhoram os padrões técnicos e gerenciais quando comparados aos padrões anteriores.

Mesmo que em Perez (1983) "estilo tecnológico" é tratado de forma quase indistinta de "paradigma tecnoeconômico", Freeman e Perez (1988) refinam o conceito afirmando que se trata de uma concepção bem mais ampla que a de apenas *clusters* de inovações ou de sistemas tecnológicos. Quando tratam de paradigmas tecnoeconômicos, os autores se referem "a uma combinação inter-relacionada de produtos e processos, de inovações

[37] La Rovere (2006) pág. 287.
[38] Ver Freeman (1984) pág. 497 e Freeman e Perez (1988) págs. 45-46.
[39] Pág. 46-47.
[40] As traduções são feitas pelos autores do artigo. Não são oficiais, mas prendem-se ao máximo à intenção dos autores estudados. Pedimos desculpas se de alguma forma nos afastarmos da intenção original.
[41] Freeman (1984) pág. 498.
[42] A mesma definição se encontra em Freeman e Perez (1988), pág. 47. Aqui, entretanto, os autores colocam o refinamento de tratarem do conceito de paradigma tecnoeconômico, ao qual nos referiremos logo em seguida na exposição.
[43] O autor ressalta que para que uma nova tecnologia seja capaz de afetar o comportamento do sistema econômico como um todo ela deve ser capaz de criar opções para decisões de investimentos em quase todas, ou pelo menos na maioria dos setores econômicos. Freeman (1984), pág 498-99.
[44] Perez (1983) pág. 3.

técnicas, organizacionais e gerenciais que incorporam um salto quantitativo na produtividade para toda ou quase toda a economia e que abre uma gama incomum de oportunidades de investimentos e de lucros[45]". Nesse conceito, portanto, as combinações novas não devem trazer apenas técnicas superiores, mas, além disso, devem conter vantagens econômicas não contempladas anteriormente e, ainda, aumentar a produtividade potencial para praticamente toda a economia.

Perez (2002) explica que essas características se referem ao conceito kuhniano[46] de "paradigma" por se tratarem de um modelo ou uma área comum da prática inovadora "normal" onde todos os que almejam algum sucesso aplicam os princípios que estão sendo adotados pelas indústrias centrais do processo revolucionário. Por outro lado, é "(tecno)econômico" porque cada transformação tecnológica traz consigo uma mudança na estrutura de preços relativos que levam os agentes ao uso de insumos e tecnologias cada vez mais poderosos, realimentando o processo[47].

Como podemos perceber, o conceito de paradigma tecnoeconômico trás consigo a idéia de mudança, de variação, de aperfeiçoamento, de saltos quantitativos tecnológicos e econômicos, devendo então ser analisado em termos de processos que mudam com o tempo, já que está intimamente relacionado à dinâmica da economia capitalista. Freeman e Perez (1988)[48] já apresentam esse conceito em "termos dinâmicos" quando tratam das revoluções tecnológicas que, para eles, nada mais são do que "mudanças no paradigma tecnoeconômico" propriamente representadas[49].

De acordo com esses autores, cada revolução tecnológica resulta numa explosão de novos produtos, processos, serviços e práticas gerenciais e organizacionais que mudam e dão origem a novas indústrias e a diferentes infraestruturas, configurando um novo paradigma tecnoeconômico. Esse novo paradigma, ao ser estabelecido, orienta os empresários, gerentes, consumidores, inovadores e investidores no caminho a ser seguido durante o período de propagação e estabelecimento de uma nova gama de tecnologias.

Para os autores aqui considerados, em cada surgimento de um novo paradigma tecnoeconômico um conjunto de insumos emergem como fatores-chave daquele determinado paradigma e, para serem definidos como tal, devem preencher as seguintes características: terem, para os agentes competentes, uma percepção de custos mais baixos ou de uma redução mais rápida dos custos relativos de maneira a mudar as regras de decisões desses agentes[50], sejam eles os engenheiros ou os gerentes; os insumos devem ter uma oferta aparentemente ilimitada em todos os sentidos práticos[51] e disponível por um longo período; terem alto potencial de uso e incorporação em todos ou em muitos produtos e processos de todo o sistema econômico (o que dá seu caráter pervasivo)[52]; e além de reduzir os custos de capital, trabalho e produtos, terem capacidade de mudá-los qualitativamente.

Além de possuírem esses fatores-chave, cada paradigma tecnológico envolve (i) uma nova "melhor prática" de organização produtiva; (ii) nova qualificação da mão de obra; (iii) nova gama de produtos; (iv) novas tendências nas inovações radicais e incrementais que levam ao uso dos novos fatores-chave; (v) novos padrões e oportunidades de investimento; (vi) ondas particulares de investimentos em infra-estrutura compatível com os fatores-chave; (vii) entrada de novas e pequenas empresas inovadoras se aproveitando das oportunidades abertas[53]; (viii) tendência à concentração e ao crescimento das grandes firmas juntamente ao processo de diversificação das mesmas[54]; (ix) novos padrões de consumo e bens e serviços e novos tipos de distribuição e de comportamento do consumidor[55].

Como é observável sem maiores digressões, toda essa mudança que vem com o surgimento de um novo paradigma tecnoeconômico, traz consigo, promove ou precisa vir acompanhada de uma série de mudanças nas estruturas institucionais e sociais para que o aproveitamento das sucessivas revoluções tecnológicas seja dado em sua potencialidade máxima. Conforme veremos nas seções que seguem, Perez (1983, 2002) indica que as características das fases de ascensão e de declínio das ondas de crescimento dependem de um "bom ou mau casamento" ("*good*

[45] Freeman e Perez (1988) pág. 48.
[46] Kuhn (1962)
[47] Para uma discussão sobre os diversos paradigmas tecnológicos definidos historicamente pela autora, ver Perez (2002) (especialmente Capítulo 2) e La Rovere (2006) páginas 292-98.
[48] Pág. 47.
[49] Já no artigo de 1984 Freeman sugere que o melhor conceito a ser levado em consideração na análise da dinâmica do processo inovador em termos de revoluções tecnológicas é o de paradigma tecnoeconômico, sugerido por Perez (1983) em contraposição ao conceito de paradigma tecnológico de Dosi (1982).
[50] Freeman e Perez (1988) afirmam que somente as mudanças grandes e persistentes conseguem esse objetivo. Pág. 48.
[51] Perez (1983) pág. 4.
[52] Freeman e Perez (1988) pág, 48 e La Rovere (2006) pág. 291.
[53] Como em Schumpeter (1912).
[54] Como em Schumpeter (1942)
[55] Esses pontos foram levantados originalmente na discussão em Freeman e Perez (1988) pág. 59. Entretanto, uma versão resumida dos argumentos dos autores se encontra em La Rovere (2006) pág. 291.

match or mismatch") entre o paradigma tecnoeconômico e a estrutura institucional e social sobre as quais ele tentará se consolidar.

Os ciclos longos de Kondratiev e as ondas de destruição criadora de Schumpeter são apresentados por esses autores como uma sucessão de paradigmas tecnoeconômicos associados a uma estrutura institucional específica e característica de um determinado período, que só emerge enquanto tal depois de mudanças profundas na sua configuração estrutural prévia. Para Perez (1983) e Freeman e Perez (1988), o conceito de ciclos longos de crescimento foi apenas (de certo modo) verificado por Kondratiev (1928), que não se preocupou em colocar nenhuma relação causal profunda entre os processos que os determinam e as conseqüências trazidas por cada novo ciclo de crescimento; afirmando apenas que são processos "inerentes na essência de uma economia capitalista[56]". O papel da inovação, não mencionado por Kondratiev, foi levantado por Schumpeter nos seus trabalhos[57] como a raiz principal (única) do comportamento cíclico da economia. Mas na visão dos autores que estamos estudando, a maneira em que foi o papel da inovação exposta por Schumpeter, não explica a natureza das ondas longas de crescimento da economia capitalista. Para Perez (1983) apesar de Schumpeter ter em mente que as condições sociais e a estrutura institucional são condicionadas e condicionam a evolução econômica, elas não formam uma estrutura integrada com o sistema econômico sendo, portanto, excluídas do mecanismo de causalidade do comportamento cíclico.

Neste sentido, os autores neo-schumpeterianos aqui apresentados pretendem dar sua contribuição ao entendimento dos ciclos de crescimento ou das ondas longas com base na utilização do conceito de paradigmas tecnológicos, tentando preencher as lacunas deixadas pelos autores que primeiro analisaram esses fenômenos.

Veremos posteriormente que esses conceitos estão direta ou indiretamente presentes nas diversas teorias a respeito do surgimento das ondas longas. A seção que segue pretende mostrar algumas diferentes interpretações a respeito do surgimento dessas ondas de crescimento para que o caminho até a apresentação da visão específica de Perez (2002) seja traçado.

2 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS "ONDAS LONGAS"

Após a discussão apresentada na primeira seção, passaremos ao estudo das ondas longas com base na literatura envolvida em esclarecer esses fenômenos econômicos - fenômenos estes que são revestidos de muita mística por carregarem características próprias que parecem se repetir em um intervalo aproximado de 50 anos.

Assim como destacado por Thompson em seu artigo "... às vezes parece que para cada estudo no qual se encontra suporte para a existência das ondas longas, um outro estudo aparece e produz evidências empíricas negando a sua existência[58]". Essa expressão só vem a ressaltar o fato de que estamos lidando com um assunto não muito bem delimitado dentro da teoria econômica e com certeza longe de ser esgotado em seus estudos e análises.

Em virtude disso, deixaremos de lado toda a controvérsia envolvida em torno da existência ou não dessas "ondas longas", e tomaremos ao longo do restante do artigo uma linha de argumentação favorável à existência desses ciclos econômicos regulares. Para tanto apresentaremos nessa seção uma revisão dos principais determinantes do aparecimento desse fenômeno de acordo com algumas das mais importantes correntes de pensamento. Devemos frisar que essa revisão, a qual estará toda baseada na divisão de linhas de pensamento proposta por Thompson (1990), buscará projetar uma base para a exposição da teoria desenvolvida por Carlota Perez (2002) a respeito do comportamento da economia durante uma onda longa, assunto esse que será tratado na seção seguinte.

2.1-Determinantes para o surgimento de uma "onda longa" segundo Thompson (1990).

Com o desenvolvimento das políticas Keynesianas logo após o *crash* da bolsa de valores norte-americana em 1929, as ideias envolvendo os ciclos dentro da teoria econômica ficaram bastante desacreditadas, uma vez que, àquela época, tinha-se a convicção de que seria possível manter a economia operando sempre próxima (ou quase próxima) do seu ideal de pleno emprego. Entretanto, o período de baixo crescimento acompanhado de crescentes taxas de inflação nos anos 70 deu novo impulso para as pesquisas nesse campo e também para as tentativas de compreender o funcionamento do sistema econômico a partir desse ponto de vista.

Com isso, as ideias pioneiras de Kondratiev (1928) e Schumpeter (1939) voltaram à tona trazendo, com elas, novas e revisadas interpretações sobre as teorias acerca das ondas longas. Boa parte dessa literatura procurou de alguma forma fornecer interpretações sobre a origem desses ciclos econômicos, além, é claro, de tentar situá-los dentro das diferentes fases do desenvolvimento capitalistas segundo as suas evidências empíricas apresentadas.

Dentro desse contexto, a divisão proposta por Thompson (1990) em seu artigo servirá como um guia capaz de nos introduzir dentro da literatura de ciclos econômicos e de suas linhas de pensamento. Não pretenderemos

[56] Perez (1983) pág. 2.
[57] Schumpeter (1912, 1939 e 1942).
[58] Thompson (1990), pág. 202

analisar aqui cada "onda longa" em sua especificidade, mas apenas estabelecer um padrão que, segundo os diferentes autores, seria responsável por desencadear tal flutuação na economia.

A primeira linha de pensamento analisada por Thompson em seu artigo refere-se ao grupo dos autores neo-schumpeterianos[59], os quais têm como base os fundamentos contidos no livro de J. Schumpeter, "*Business Cycles*", de 1939 e discutidos intensamente durante a primeira seção. Nessa obra toda a ênfase recaiu sobre o importante papel desempenhado pela inovação tecnológica na economia, no sentido descrito por Thompson (1990) de que seria o bom momento proporcionado pelas inovações em si o principal responsável por gerar tal flutuação de onda longa.

Essa visão refere-se à discussão apresentada na primeira seção deste artigo e envolve os chamados "*clusters"* de inovação, os quais surgiriam, segundo Thompson, aumentando os lucros e empregos, que por sua vez gerariam novos investimentos e estimularia a economia como um todo[60]. Freeman *et al.* (1982) analisa esse conjunto de ideias como algo semelhante aos "*animal spirits"* descritos por Keynes (1936) em sua Teoria Geral[61], pois, embora o autor não tenha especificamente incluído as inovações como fator possível de trazer um bom momento para a economia, a idéia de expectativas favoráveis para novos investimentos é a mesma descrita pelo estudo de autores neo-shumpeterianos.

Já o segundo grupo analisado por Thompson (1990) tem E. Mandel como seu principal expoente e a taxa de lucro como fonte primeira de produção de onda longa. Mandel (1975) identifica uma série de variáveis exógenas capazes de influenciar a taxa de retorno, tais como novos mercados, mudanças na produtividade, entre outros. Dessa forma, quando essas variáveis tiverem um resultado positivo sobre os lucros, novos capitais estarão disponíveis para investimentos, enquanto o oposto ocorrerá quando a interação entre as variáveis exógenas não for tão satisfatória assim.

O terceiro grupo discutido por Thompson (1990) é, na verdade, o pioneiro dentro da análise cronológica do estudo das ondas longas e talvez, por isso, contenha uma interpretação mais simples, focada apenas no sentido do reinvestimento, ou seja, daqueles investimentos que ocorrem com o objetivo de revitalizar a produção e os bens de capital que haviam se depreciado. Segundo Freeman *et al.*(1982) esta foi a proposta original sugerida por Kondratiev (1928), a qual tinha por trás a idéia da inflexibilidade do capital a longo prazo. Dessa forma, teríamos grandes investimentos em um período (ou como descreve Thompson (1990), surtos de investimentos), os quais só voltariam a ocorrer quando os bens de capital se desgastarem. Ainda, segundo Freeman *et al.*(1982), essa idéia até chegou a fazer algum sentido no pós-guerra, entretanto, é incapaz de adequar-se a realidade dos dias atuais..

A quarta linha de pensamento analisada por Thompson (1990) chama a atenção para as flutuações cíclicas dos preços das *commodities* primárias, tais como alimentos, materiais naturais (especialmente materiais energéticos). Representante desse grupo como Rostow (1985) afirmam que quando há um aumento no preço dessas *commodities,* os fluxos de investimentos são deslocados dos setores lideres de expansão tecnológica para esses setores primários, reduzindo, assim, os níveis de crescimento econômico. É bem provável que os autores desse grupo tinham em mente, ao formularem essa teoria, o efeito das graves crises do petróleo sobre a economia mundial na década de 70, mas resta-nos questionar se tal teoria poderia ser aplicada à nossa realidade atual, e se esse recente aumento dos preços dos alimentos poderia ser encarado como um prenuncio de baixo crescimento para o futuro.

O último grupo analisado no artigo, no qual tem o próprio Thompson (1988) como principal representante, discorre sobre o papel da guerra no que diz respeito às flutuações de ondas longas. Aqui, segundo Thompson (1990), a guerra pode ser analisada como um possível elemento capaz de moldar os preços e estimular as inovações tecnológicas[62], ou ainda como um possível resultado de um ponto alto de uma onda longa (*upswing)* passível de acirrar os ânimos entre os principais produtores, levando-os, inclusive ao conflito armado.

Dessa forma encerramos nossa descrição de algumas visões a respeito dos determinantes dos movimentos de ondas longas. Esperamos, com isso, ter criado uma base suficientemente razoável para que seja possível introduzirmos a teoria contida em Perez (2002), a qual ocupará as páginas da próxima seção[63].

---

[59] Entre os principais nomes destacamos C. Freeman, C. Perez, J. Clark, L. Soete, entre outros.

[60] Thompson (1990) pág. 204.

[61] Para maiores detalhes sobre o assunto, ver capítulo 11 de Keynes (1936).

[62] Veja mais detalhes sobre esse tópico em Mowery e Rosenberg (2005).

[63] Poderíamos abrir espaço, nesse momento, para sugerir uma possível causa de ondas longas de crescimento em países subdesenvolvidos como o Brasil, ao propor um modelo capaz de mostrar que nosso país sempre esteve condicionado a um ambiente econômico mundial positivo capaz de exacerbar toda esta confiança em forma de investimentos, sejam eles, apenas para repor o capital desgastado (assim como sugerido por Kondratiev (1928)) ou para grandes investimentos como aqueles realizados durante a segunda metade da década de 70 no chamado 2° PND.

3 O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA DURANTE UMA "ONDA LONGA"

Após analisarmos as principais correntes teóricas acerca do surgimento dos ciclos longos de crescimento, bem como algumas de suas características, passaremos, neste instante, para a compreensão de como se comporta a economia como um todo durante um processo de "onda longa".

Esse assunto, que não é constantemente abordado nas publicações sobre o tema, é tratado de maneira clara e concisa com as evidências históricas em Perez (2002). A autora, em seu livro, além de propor uma inovadora descrição das diferentes fases dentro de uma mesma onda longa, incorpora o sistema financeiro, que, agora, passa a ter um papel preponderante no desenrolar dos diversos períodos, sobretudo no que diz respeito a ser o fator propulsor para a busca de novas invenções, as quais poderiam revolucionar toda a economia fazendo surgir um novo paradigma tecnoeconômico.

Dessa forma, a obra de Carlota Perez tornar-se-á a base para as discussões realizadas nesta seção, a qual terá, por sua vez, no próximo tópico, uma sucinta descrição das fases sugeridas pela autora (irrupção, frenesi, sinergia e maturidade). Neste tópico, ainda faremos uma pequena distinção entre os conceitos de capital financeiro e capital produtivo que será útil tanto para compreender o desenvolvimento das fases como para explicar o momento de "turning point", apontado pela autora como o divisor de períodos dentro de um ciclo de ondas longas.

3.1 - O ciclo resumido

O objetivo deste item está em fornecer uma visão geral do que ocorre dentro de uma onda longa antes de prosseguirmos para uma análise mais profunda de cada uma dessas fases nos próximos tópicos. Para isso, entretanto, devemos revisar as principais diferenças entre o capital produtivo e capital financeiro segundo a visão de Perez (2002) antes de continuarmos com nosso estudo.

Carlota Perez enfatiza no capítulo 7 de seu livro que o capital financeiro representa o comportamento dos "agentes que possuem riqueza em forma de dinheiro ou outros ativos" e que buscam utilizar-se dessa "... riqueza para produzir mais riqueza[64]". Já os agentes englobados no conceito de capital produtivo são aqueles que, segundo a autora, "... geram riqueza ao produzir produtos ou fornecer serviços[65]" e que muitas vezes para conseguir atingir esse objetivo necessitam da ajuda do capital financeiro.

Essa divisão, além de fundamental para o entendimento do sistema econômico, se faz presente ao longo das diversas fases de uma onda longa, a começar pelo período subseqüente ao aparecimento de uma grande inovação que dará origem a um novo paradigma tecnológico. Nesse período, apelidado de "caso de amor" do período de irrupção por Perez (2002), capital financeiro e produtivo caminham juntos, com o primeiro auxiliando na superação dos mercados saturados e dos baixos rendimentos do capital produtivo, o qual, por sua vez, forneceria aos capitais ociosos uma nova oportunidade de investimento com o surgimento de um novo paradigma.

Na próxima fase, denominada de frenesi, a autora destaca que após a crescente confiança adquirida, o capital financeiro se convence de que ele pode crescer e prosperar sozinho. Neste momento, há um "descolamento" na economia com o capital financeiro passando a reinar e o capital produtivo, que se torna mais um meio de especulação, tendo que se adaptar a nova realidade[66].

O resultado dessa separação será uma inevitável inflação dos papéis devido a enorme especulação envolvida e também pela incapacidade de se avaliar de forma fiel o valor real dos ativos do novo paradigma. Essa elevação dos papéis acabará resultando em um grande colapso no momento em que os agentes percebam que o capital produtivo não terá meios de fazer frente às expectativas presentes nos valores das ações.

Esse seria o momento do "turning point" descrito na introdução dessa seção e extremamente importante para que haja uma reavaliação nos valores dos ativos e, consequentemente, um novo emparelhamento nos valores dos capitais, de modo a proporcionar a difusão de todos os benefícios e vantagens envolvidos no novo paradigma tecnológico. Teríamos assim a fase mais próspera de uma onda longa que duraria por um longo período até que lucros começassem a diminuir como resultado da saturação dos mercados, de tal forma que somente um novo "big bang" seria capaz de revigorar novamente todo o sistema econômico.

Fechamos dessa forma, uma descrição resumida de uma onda longa. A análise completa de cada fase, porém, fica na responsabilidade dos demais itens dessa seção. Devemos deixar claro que seguiremos a mesma linha de pensamento de Carlota Perez tanto em sua divisão das fases do ciclo econômico[67] quanto na cronologia das fases adotadas em sua obra[68]. Por essa razão, daremos início à discussão pelo período da maturidade, período este que

[64] Perez (2002) pág. 71
[65] Idem pág. 72
[66] Idem pág. 75
[67] Perez (1983 e 2002).
[68] Perez (1983 e 2002) e Freeman e Perez (1988).

segundo o esquema da autora corresponde à última fase de uma específica onda longa e que guarda o desenvolvimento embrionário da próxima revolução tecnológica.

3.2-Maturidade: Onde tudo termina ou onde tudo começa?

Nessa última fase da onda longa, encontramos um panorama econômico composto por empresas originais do paradigma enfrentando problemas devido a mercados saturados e sérias dificuldades para manter o bom nível de produtividade da fase anterior[69], além de um número crescente de novas empresas que, em virtude do já bem estabelecido paradigma tecnológico, atingem sua maturidade de maneira muito mais rápida do que as empresas originais.

Perez (2002) afirma que, nesse momento, o capital financeiro ainda colabora com o capital produtivo no que tange ao enfrentamento dos mercados saturados. Dessa forma, há um número crescente de aquisições de firmas menores pelas empresas dominantes, no intuito dessas de apoderarem-se de uma maior fatia de mercado. Entretanto, esta medida se revelará apenas paliativa e incapaz, portanto, de constituir-se em uma solução definitiva para o problema.

Neste mesmo sentido, os investimentos realizados nos países periféricos que, até então, eram marginalizados pelas empresas dominantes do paradigma tecnológico, também se apresentam como uma alternativa para a massa de capitais ociosos dessas empresas. Esse movimento de capitais para fora de suas fronteiras originais fica claro pela análise da autora dos investimentos realizados pela Grã-Bretanha em países estrangeiros durante os anos de 1850 e 1914[70]. Estes aumentaram significativamente durante a fase de maturidade da segunda[71] e terceira onda longa[72] (40,1% e 51,9% respectivamente) justificando assim a procura por mercados não saturados.

Tal resultado também pode ser observado ao se analisar os dados econômicos de países periféricos como o Brasil, que durante o final da década de 60 e início da década de 70 passou por uma fase conhecida como “Milagre Brasileiro”. Essa fase, caracterizada pelo grande aporte de investimentos estrangeiros no país permitindo altas taxas de crescimento, correspondeu coincidentemente ao período de maturidade da quarta onda longa[73], segundo a divisão proposta por Perez (2002).

Entretanto, essa medida que, assim como o aumento do grau de concentração de mercado, mostrar-se-ia incapaz de trazer de volta os mesmos níveis de rendimento das fases anteriores de uma onda longa, ainda traria sérios problemas para as economias periféricas quando esses empréstimos não mais chegassem a esses países. Este fato ocorreria quando os capitais financeiros dispostos a investir fora do paradigma já estabelecido encontrassem uma inovação que fosse capaz de revitalizar todo o sistema econômico e de gerar, portanto, uma nova onda longa.

Dessa forma, podemos afirmar que a fase da maturidade tanto guarda o final de uma onda longa e os últimos resultados positivos de um paradigma tecnoeconômico que já não mantém o mesmo ritmo de crescimento, como o “embrião” que poderá, no futuro, se transformar na principal fonte de lucros para o capital financeiro e, consequentemente, a solução para uma economia estagnada. Mas a divisão entre as duas funções só fica clara com o advento da primeira fase de uma onda longa, assunto que trataremos no próximo tópico.

3.3-Irrupção de uma onda longa

A fase da irrupção representa a primeira fase de uma onda longa, a qual surgiria com o aparecimento de um “big bang” capaz de oferecer um potencial universo de novas possibilidades. Entretanto, este é, sobretudo, um artifício didático, muito diferente da realidade empírica na qual existe a convivência do novo e do antigo paradigma em praticamente todo o período[74], o primeiro apresentando grandes taxas de crescimento, em oposição ao antigo paradigma que sofre com os lucros diminutos desde a fase anterior.

Perez (2002) afirma que, nesse momento, o capital financeiro, o qual ainda apoiava o capital produtivo e suas tentativas de driblar os problemas típicos da maturidade, fica fascinado diante das inacreditáveis taxas de crescimento e lucros do novo paradigma. Este, portanto, passa a ser, o cenário perfeito para o início do “love affair” envolvendo o capital financeiro e o paradigma que surge.

---

[69] Fase da sinergia, que será discutida posteriormente.

[70] Carlota Perez (2002) pág. 84.

[71] Período compreendido pela autora entre 1829 a 1874, sendo que a fase da maturidade representaria os anos entre 1865 e 1874.

[72] Já a terceira onda longa, na visão da autora compreende os anos de 1865 a 1920 com o período de 1095 a 1914 sendo entendido como a fase de maturidade dessa onda.

[73] A quarta onda longa, denominada pela autora de *Age of Oil, Automobiles and Mass Production*, teve início do ano de 1908 e o seu fim no ano de 1974.

[74] Carlota Perez menciona, inclusive, que durante o período de 1908-18, a fase de maturidade e a irrupção coincidem.

O "romance", por sua vez, tem todos os ingredientes para dar certo, já que contempla de um lado, inovações que não requerem uma quantia muito grande de recursos, (em comparação com as economias de escala do paradigma precedente) e pelo outro, uma quantidade de capital ocioso pronto para ser utilizado em atividades mais lucrativas, e que, desta forma, garantiria o apoio financeiro necessário para os primeiros testes a fim de aperfeiçoar as inovações dessa novíssima revolução tecnológica.

Entretanto, um problema que surge nesta fase diz respeito ao apetite dos investidores quanto ao potencial de crescimento desse novo paradigma, o qual, apesar de apresentar um elevado rendimento, é parte integrante de uma pequena parcela da economia e, sendo assim, incapaz de absorver todos os maciços investimentos nele realizados. Nas palavras da autora, "... uma vez que o capital financeiro considere normais os enormes ganhos das bem sucedidas novas empresas, ele passa a esperar tal resultado de qualquer investimento[75]".

Esse fato se torna um problema quando a ansiedade por lucros do capital financeiro fala mais alto frente ao não tão preparado capital produtivo. Nesse momento, haverá o "descolamento" dos dois capitais, devido às novas técnicas de "se fazer dinheiro com dinheiro" incorporadas pelo mercado financeiro. O início desse descolamento marca o fim da fase da irrupção e o começo das divergências entre os capitais produtivos e financeiros, divergências estas que serão a tônica da próxima fase de uma onda longa.

3.4-Frenesi e a ilusão dos capitais financeiros

A última fase do período de instalação que se inicia pode ser considerada a época na qual as divisões dentro do ambiente econômico tornam-se mais intensas. Neste momento, temos o agravamento do "*gap*" que separa os setores mais dinâmicos da economia daqueles que ainda não estão munidos com os benefícios da nova revolução tecnológica, além do descompasso envolvendo as instituições e as práticas sociais, as quais se encontram inertes e a nova economia[76].

Nesse contexto, Perez (2002) afirma que o "descolamento" do capital financeiro do capital produtivo tende a agravar o problema, uma vez que, agora, as firmas, sejam elas velhas ou novas, devem basear suas decisões de acordo com os possíveis ganhos de curto prazo requeridos pelo capital financeiro[77]. Essa mudança de atitude representa a vitória do capital financeiro frente ao capital produtivo, com o primeiro cada vez mais deixando de lado o seu papel de apoiar o capital produtivo na geração de riqueza.

Além desse clima de presente divisão na economia, o período do frenesi ainda guarda uma peculiar característica de tanto permitir que outros países alcancem as nações precursoras no surgimento da revolução tecnológica, como proporcionar crises nos países de maior fragilidade dentro do ambiente econômico. A autora cita, no primeiro caso, o exemplo de países como os EUA, França e Bélgica, que, durante, a segunda onda[78] obtiveram um bom resultado em acompanhar o país de origem do paradigma e a experiência dos EUA e da Alemanha, países esses, que além de não ficarem para trás na difusão da revolução tecnológica, ainda tornaram-se líderes no processo de difusão da terceira onda longa[79]. Já com relação as possíveis crises envolvendo os "*latecomers"*, Perez (2002) destaca o caso de vários países que, muitas vezes terminam de instalar a tecnologia referente a uma onda, quando, uma nova tecnologia superior já está disponível.

Entretanto, os problemas referentes ao período não ficariam restritos aos "*latecomers"*, uma vez que as sementes para as graves crises que viriam posteriormente estariam sendo cultivadas durante esse período do frenesi. Neste sentido, Perez (2002) relata a intensa perseguição por uma lucratividade cada vez maior vinda desde o cidadão comum, que chega ao ponto de tomar empréstimos para investir em ações até as grandes empresas, as quais se fundem e criam oligopólios a fim de evitar a concorrência através de preços e, consequentemente, a redução de seus lucros.

Ainda nesse contexto, o exemplo do total "desemparelhamento" do mercado de ações norte americano momentos antes do colapso da NASDAQ em 2000 (que representaria o ponto máximo de tensão envolvendo o lado monetário e real da economia) e a analogia[80] realizada pela autora entre a crescente criminalidade e a respectiva fase de frenesi durante as diversas ondas, mostram claramente que tanto as instituições quanto a economia em si não estão preparadas para desfrutar dos benefícios da nova revolução tecnológica. E para que isso ocorra, é preciso passar por um violento e doloroso período de crise, o qual será abordado no tópico que se segue.

[75] Perez (2002) pág. 98.
[76] Perez (2002) pág. 99.
[77] Idem.
[78] *Age of Steam and Railways*, cuja precursora foi a Inglaterra.
[79] *Age of Steel, Eletricity and Heavy Engineering*.
[80] Perez (2002) pág. 110

3.5 O Colapso divisor de águas.

Perez (2002) descreve o período posterior ao frenesi como aquele onde as tensões estruturais se acumulam na economia a ponto de por em risco todo o funcionamento do sistema. Esse momento, porém contrariaria o desenrolar da revolução tecnológica, a qual já reuniria todas as condições necessárias para a sua completa difusão, tais como a escolha do paradigma, os principais produtos e os padrões dominantes determinados, além do próprio "senso comum" difundido na economia do poder de sua produção e do crescimento de sua produtividade.

Entre essas tensões estruturais, a autora cita o problema envolvendo o descompasso entre o ritmo que a economia real tem produzido riqueza (apesar de seu contínuo dinamismo das indústrias revolucionárias) e a velocidade com a qual ganhos de capital são criados pela esperança dos investidores[81]. Em adição, teríamos ainda a questão do aumento das desigualdades sociais acarretado pela redistribuição de renda em benefício daqueles diretamente ligados ao capital financeiro.

Sendo assim, o resultado do panorama descrito não poderia ser outro diferente da eclosão de uma grave crise na economia culminando com o estouro da "bolha" produzida pelo mercado acionário. Essa crise que, tanto poderia se apresentar na forma dos pânicos dos canais e das ferrovias (da segunda e terceira onda respectivamente), como nas proporções megalomaníacas tomadas durante a recessão de 1929, representaria a incapacidade do capital do capital financeiro em levar adiante o processo de difusão do paradigma tecnológico.

A autora, neste momento, defende que o capital produtivo teria um desempenho superior ao do capital financeiro na propagação dessa revolução tecnológica, já que as decisões tomadas pelo capital produtivo, além de terem um maior respaldo da economia real, são baseadas em conseguir uma maior consolidação a longo prazo, muito diferente, portanto, da busca incessante por lucros cada vez maiores no curto prazo do capital financeiro. No corroborar de seu argumento, Perez (2002) afirma ainda que o colapso do período é o principal exemplo de que esse método de organização não é totalmente confiável e que alguma atitude deveria ser tomada no sentido de controlar a euforia utópica presenciada durante o momento de domínio do capital financeiro.

O capital financeiro, por sua vez, não aceitaria perder tão facilmente a posição de hegemonia que manteve durante tantos anos na economia, e só concordaria com a regulação de suas atividades quando, segundo Perez (2002) "… grande parte de seus lucros ter evaporado e no momento que a recessão mostra ser praticamente impossível revigorar o sistema[82]", ou seja, justamente no momento de "*Turning Point"* descrito ao longo desse tópico.

Fecha-se, neste instante, segundo a divisão realizada pela autora, o período de instalação de um paradigma tecnoeconômico e inicia-se o período de "*deployment"*. Esse momento de separação não é como vimos nada fácil para a economia em geral, entretanto, ele proporciona os requisitos para se repensar o que foi feito até agora e modificar o que estava errado no sistema econômico. O resultado disso virá com a fase de sinergia, a qual será analisada no próximo tópico.

3.6-Sinergia com o capital produtivo no comando do "navio"

Chegamos, enfim, a fase mais próspera dentro de uma onda longa de crescimento. Nessa fase, como o próprio nome indica, existe uma interação positiva tanto por parte do capital financeiro e produtivo quanto das instituições para que o movimento em prol do crescimento baseado na difusão do paradigma tecnoeconômico seja conquistado.

A recessão vivida no período anterior tem papel fundamental para essa retomada já que serviu para "abrir os olhos" da economia com a relação à ineficácia do capital financeiro em conduzir o processo. Este por sua vez, passa por um processo de regulamentação e começa a servir como um instrumento necessário de apoio ao capital produtivo na missão de expandir os mercados e aumentar o emprego.

Nesse mesmo sentido, mudanças institucionais e no sistema financeiro também seriam realizadas a fim de acomodar o "novo" paradigma. Perez (2002) aponta que a multiplicação do número de bancos na Inglaterra ocorrida durante a primeira onda longa para auxiliar os industriais com seus pagamentos tem função semelhante ao acordo de Bretton Woods, o qual estabeleceu a paridade dólar-ouro e, permitiu o aparecimento da era ouro que marcou a fase sinérgica da quarta onda longa.

Com todos jogando a favor da difusão do paradigma, o resultado é brilhante. Altas taxas de crescimento de produto e da renda são comuns, assim como a redução do desemprego. E esse clima de prosperidade não se limita às indústrias originais do paradigma (as quais ainda avançam e se expandem), uma vez que, agora, outros níveis da economia também passam a experimentar os efeitos das externalidades proporcionadas pela difusão dessa revolucionária tecnologia.

Esse clima de alegria, entretanto, teria prazo para acabar quando as taxas de lucros não forem mais as mesmas e os mercados derem sinais de exaustão. Toda semelhança, neste momento, não será mera coincidência com

[81] Idem pág. 115
[82] Carlota Perez (2002) pág. 114

as características da maturidade apresentadas no início dessa seção, pois teríamos, com isso, atingido a última fase de mais uma "onda longa" de crescimento.

Considerações finais

Este artigo buscou, antes de mais nada, apenas introduzir-se na teoria das ondas longas. Para tanto, seguimos uma trajetória que teve início com a análise dos principais conceitos e fundamentos de ciclos longos na visão de autores neo-schumpeterianos. Mostramos que nos conceitos de mudanças de paradigmas, revoluções tecnológicas são essenciais para o entendimento do início e desenvolvimento de cada nova onda longa na visão desses autores. Essa visão, que foi contrastada com a de outros teóricos sobre o tema na seção 2 – a qual buscou também descrever os determinantes para o surgimento destes ciclos, bem como alguma de suas principais características – foi retomada na última seção do artigo.

No intuito de aprofundarmos numa perspectiva neo-schumpeteriana específica, analisamos o comportamento da economia durante um ciclo de onda longa através dos mais importantes tópicos abordados por Perez (2002). Essa autora, assim como destacado anteriormente, teve o mérito de apresentar uma teoria que não somente mostrou-se muito coerente com as evidências empíricas, mas que também pode introduzir o conceito de sistema financeiro dentro do arcabouço do estudo de ondas longas.

Não procuramos expor aqui a teoria de Carlota Perez como uma verdade universal na qual possamos incluir cada momento do desenvolvimento capitalista em cada uma de suas fases, mas como um modelo capaz de caracterizar o comportamento dessas ondas ao longo do tempo, além de um guia para entendermos como se dá a eclosão das graves crises que assolaram o ambiente econômico durante os três últimos séculos.

Bibliografia

DOSI, G. (1982). Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. Research Policy, (11):147-162.

DOSI, G. (1988a) The Nature of the Innovative Process. *In*: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON,R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (Eds.). Technical Changes and Economic Theory. London:Pinter 1988.

DOSI, G. (1988b). Sources Procedures and Microeletronic Effects of Innovation, journal of Economic Literature, vol XXVI, Sept.

FREEMAN, C. (1984). Prometheus Unbound. Futures, October, p.494-507.

FREEMAN,C.; CLARK, J.; SOETE,L. (1982). Unemployment and Technical Innovation: a Study of Long waves and Economic Development, London, Pinter. Cap. 2, 3,4.

FREEMAN, C. PEREZ,C. (1988). Structural crises of adjustment: business cycles and investment behaviour. *In* DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON,R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (Eds.). Technical Changes and Economic Theory. London:Pinter 1988 p. 38-66.

KEYNES, (1936) Keynes, J. M. (1937). A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, 1978.

KONDRATIEFF, N. (1928). The Long Wave Cycle, New York, (Richardson & Snyder, 1928)

KUZNETS, S. (1940). Schumpeter´s Business Cycles, American Econoic review, 30 (nº 2 June) pp.257-271.

LÈBRE LA ROVERE, R (2006). Paradigmas e Trajetórias tecnológicas, *in*: SZMRECSÁNYI, T. PELAEZ, V. orgs. (2006). Economia da Inovação Tecnológica, Hucitec, São Paulo 2006

MALERBA, F.; BRESCHI, S.; ORSENIGO,L. (2000). Technological Regimes and Schumpeterian Patterns of Innovation. The Economic Journal, nº110, April, 388-410.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. (2005). Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Prefácio e Parte I, pp. 7-81.

MANDEL, E. (1975). Late Capitalism, London: New Left Books, 1975.

MOWERY, D C., ROSEMBERG, N (2005) Trajetórias da inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

PEREZ, C. (1983). Structural change and the assimilation of new technologies in the economic and social system. Futures vol.15 nº 4, October, pp.357-75.

PEREZ, C. (2002). Technological revolutions and Financial Capital: Northampton: SPRU, 2002.

PEREZ, C. (2004). Finance and Technical Change: A long Term view SPRU, University of Sussex, UK London 2004

ROSTOW, W. (1978). The World Economy: History na Prospect, Austin, University of Texas Press, 1978.

SCHUMPETER, J. (1912). A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural (1985).

SCHUMPETER, J. (1939). Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process. Philadelphia : Porcupine, 1989, c1964.

SCHUMPETER, J. (1942). Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Abril Cultural (1985).

THOMPSON, W.; GARY, Z. (1982). War Inflation and Kondratieff´s Long Waves, Journal of Conflict Resolution, 26, December 1982.

THOMPSON, W. (1990). Long Waves, technolgical innovation, and relative decline. International Organization 44, nº2, Spring 1990.

UTTERBACK, J. (1996). Dominando a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Qualitymark. Introdução, capítulos 2 e 4.

O crime organizado e o Rio de Janeiro

O presente trabalho tem por objetivo lançar bases para compreender como o progresso natural do ser humano advindo das conquistas tecnológicas, do avanço dos diversos ramos das ciências, da informática e de tantas outras descobertas, oriundas de um novo mundo globalizado, trouxe consigo o incremento e a modernização das atividades criminosas que estão cada vez mais complexas, voltadas para as práticas delituosas de forma organizada. Dessa forma, lança bases para compreender o que são organizações criminosas e como elas podem ser caracterizadas dentro da realidade brasileira em pleno século XXI. Por outro lado, o presente trabalho busca revelar quais são e como se estruturam as políticas públicas adotadas para combater e coibir a prática do crime organizado no Brasil e revelar também como a conjuntura histórica do brasileiro e, em especial, do carioca favorece a permanência de um discurso do medo na sociedade. O medo vem de uma demanda por ordem. Para combatê-lo o Estado acaba por gerar um contra-discurso que não questiona a origem do medo, mas que aposta em uma crescente dogmatização da pena e em uma superestrutura jurídica e policial. A partir de doutrinadores como Vera Malaguti e Raúl Zafaroni o trabalho busca destacar como esse contra-discurso, muitas vezes, é manipulado pelo Estado para criar inimigos e medo à sociedade para justificar as políticas de segurança pública que não respeitam direitos humanos e que legitimam as violências penais, punitivas e que, inclusive, legitimam a desigualdade social. Discutir a violência e o medo por um viés exclusivamente penal não resolve o problema chave da violência e da desigualdade social. O exercício dessa política pública da pena serviu para a construção do cenário atual, no qual é evidente o aumento da prática de crimes e um exponencial aumento dos presos e das prisões carcerárias. No período pós ditadura, o excesso policial era visto sob uma perspectiva de incômodo e não como uma operação de sucesso, conforme é visto hoje. A insegurança urbana vira mercadoria política e serve de justificativa para a expansão do poder punitivo. Para tratar do tema escolhido, buscou-se utilizar o método dedutivo que partiu de argumentos gerais, centrados nos Direitos Humanos, analisado a partir da perspectiva das teorias críticas e nos fundamentos do Estado Democrático de Direito, para argumentos particulares e pontuais, referentes a casos atuais na realidade brasileira. Como bem destaca Konrad Hesse, a Constituição jurídica está condicionada pela realidade histórica. Sendo assim, foi utilizado também o plano da historicidade como forma de compreender a origem de alguns institutos e como seu tratamento evoluiu na legislação.

061-2379

Stella Mendes Costa
Membro da Comunidade
stella_mendesc@hotmail.com

Brenno Roberto Amorim Barcelos
Universidade Estadual Paulista - Unesp (Campus Franca)
brenno.roberto@hotmail.com

Palavras chave: *crime organizado; milícias; segurança pública*

Introdução

O progresso natural do ser humano advindo das conquistas tecnológicas, do avanço dos diversos ramos das ciências, da informática e de tantas outras descobertas, oriundas de um novo mundo globalizado, trouxe consigo o incremento e a modernização das atividades criminosas que estão cada vez mais complexas, voltadas para as práticas delituosas de forma organizada, infiltrando-se na Administração Pública, nos crimes de colarinho branco, violentando a sociedade sorrateiramente, corroborando para que tais delitos sejam consumados com extrema eficiência sem qualquer alarde, ficando impunes.

Em decorrência desse panorama, necessário se torna que os meios para a repressão da criminalidade organizada estejam aptos para tal tarefa. Nesse diapasão a legislação criminal tem se mostrado obsoleta e ineficaz, sendo imprescindíveis as reformas legislativas com o escopo de modernizar e adequar as leis à realidade social de forma que a produção de legislações esparsas tem sido a solução encontrada, fazendo do ordenamento criminal uma verdadeira colcha de retalhos, lançando mão dos meios disponíveis para dar uma resposta, ainda que ínfima, aos agentes do crime.

Posto isto, é de primordial importância a definição do que seria uma “atividade criminosa organizada”. Esta expressão não foi empregada de forma aleatória e muito se assemelha a definição de empresa, visto que esta última é tida como “atividade econômica organizada”, desta feita, a “atividade criminosa organizada” pode ser compreendida como uma empresa do crime.

Apesar da singela comparação a verdade é que entre os estudiosos o que existe é um vácuo na definição de organizações criminosas, conceito este que deveria abarcar todos os meios e formas de crime organizado, estando nesse quesito a grande dificuldade de tal definição. A ausência conceitual leva a impossibilidade de se determinar a

partir de critérios objetivos aqueles que seriam considerados como integrantes de uma organização criminosa, consequentemente, inviabilizando a criação de um tipo penal.

A Lei nº 12.850/2013 buscou preencher a lacuna normativa definindo o que é organização criminosa e dispondo também sobre a investigação criminal e o procedimento criminal a ser aplicado.

Na definição desta Lei em norma de caráter explicativo (art.1º, §1º):

> Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Em seu art. 2º confere pena de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas, para aquele que promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por pessoa interposta, organização criminosa.

Neste ponto é importante que se diferencie organização criminosa daquilo que nosso Código Penal tipifica como associação criminosa. O CP, também em recente alteração pela Lei nº 12.850/2013, definiu no art. 288:

> Art. 288 Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes.
> Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.
> Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança o adolescente.

Assim, para a subsunção no art. 288 do CP basta a associação de três ou mais pessoas para o fim de práticas criminosas, pois esta união de vontades com finalidade delituosa é considerado como um abalo à ordem pública, demonstrando maior periculosidade destes agentes que ensejam maior esforço e dedicação por parte dos órgãos do Judiciário e da administração da Justiça para a investigação e repressão de tais condutas.

Apesar das características mencionadas, grandes são as diferenças entre associação criminosa e organização criminosa. No primeiro caso entende-se que há mera associação para a prática de delitos, representando uma comunhão de vontades. Por outro lado, as organizações criminosas têm como substancial diferença o termo "organização", este comprova que os indivíduos estão divididos de forma hierarquizada e integrada para a coordenação e cooperação com objetivos bem definidos, quais sejam, os fins ilícitos a que se propõem. Portanto, as organizações criminosas se mostram extremamente complexas, com regras próprias, articuladas, são organizadas para consecução de crimes de forma mais segura.

Várias foram as tentativas de se definir o que é uma organização criminosa, o FBI, a INTERPOL, a ONU, dentre outros órgãos buscaram esclarecer esta dúvida, no Brasil, Guaracy Mingardi apresentou uma das mais famosas definições:

> "Grupo de pessoas voltadas para atividades ilícitas e clandestinas que possui uma hierarquia própria e capaz de planejamento empresarial, que compreende a divisão do trabalho e o planejamento de lucros. Suas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fonte de lucros a venda de mercadorias ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como características distintas de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da Lei do silêncio aos membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinação porção de território" [xvi]

Nesse impasse, é inevitável que se formule a questão outrora proposta por Patrick Ryan "Sem uma definição funcional, como poderemos identificar e combater uma Organização Criminosa?" e a resposta vem do próprio autor "Um consenso está se formando que cada definição funcional deverá refletir o tipo de atividade, melhor do que definir o tipo de crime – o que ela faz, melhor do que ela é".[xvii]

Outra definição interessante do tema é feita por Hassemer o qual afirma que o crime organizado:

> (...) não é apenas uma organização bem feita, não é somente uma organização internacional, mas é, em última análise uma criminalidade difusa que se caracteriza pela ausência de vítimas individuais, pela pouca visibilidade dos danos causados bem como por um novo *modus operandi* (profissionalidade, divisão de tarefas, participação de "gente insuspeita", métodos sofisticados etc).[xviii]

1 Características

As organizações criminosas se instalam em muita das vezes em decorrência da ausência ou mau funcionamento do aparato Estatal. Circunstância como esta é um campo fértil para a instalação dessas entidades criminosas que acabam por exercer a função de um "Estado paralelo"[xix] que demanda certo grau de organização, gestão, administração e execução, concorrendo de forma direta com o Estado e no decorrer desta competição inúmeras infrações penais são cometidas para a obtenção do sucesso da atividade criminosa.

São características das estruturas das organizações criminosas: ordem e legitimidades, funções essenciais das organizações criminosas, de modo a garantir a sua perpetuidade no tempo, consolidando e disciplinando ações individuais e resolvendo os conflitos internos eventualmente surgidos. Aparecem como instituição constituída através de ações contrárias ao ordenamento jurídico e interesses do Estado.

O escopo desses grupos criminosos não é outro senão a busca de enriquecimento e poder, sendo o acúmulo de riquezas o objetivo primário que permitirá através do poder econômico que se obtenha poder político. Assim, para a consecução de tais fins, os crimes cometidos são de três ordens: o crime principal que será a forma da organização criminosa obter renda; os crimes secundários que darão suporte para a execução dos primeiros com sucesso; e, por fim, o terceiro nível sempre será a lavagem do dinheiro.

Dentre os principais delitos cometidos estão: o tráfico de entorpecentes, extorsões, corrupção e concussão, além de outros crimes contra a administração pública, contrabando, exploração de jogos de azar, promoção e favorecimento à prostituição e tráfico de pessoas, sobretudo, de mulheres, receptações em grandes proporções, falsificação de moedas, roubo ou/e furto de cargas, homicídios, seqüestros, lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de influência, diversas fraudes, estelionatos, falsificações de documentos entre outros.

Como se nota os mais diversos crimes são cometidos por uma organização criminosa. Especialistas defendem que o combate ao terceiro nível, ou seja, a lavagem de dinheiro é a melhor forma de desarticular tais organizações, uma vez que coibindo a lavagem de dinheiro impede-se a realização do objetivo primordial dos grupos organizados que é a obtenção de lucros, assim, a falta de dinheiro diminui a potencialidade da organização e por conseqüência há a diminuição de todos aqueles delitos, principais ou secundários. A repressão à lavagem de dinheiro leva a redução dos demais crimes que movem a atividade organizada que ao final enfraquece as suas estruturas internas, levando a um colapso daquele complexo sistema hierárquico, consubstanciando na extinção da organização criminosa.

Fica demonstrado assim o caráter indispensável do crime de lavagem de dinheiro para o bom funcionamento de uma organização criminosa, sendo necessário o processamento dos lucros dando a aparência de licitude a esse dinheiro "sujo", por isso é que muitos autores defendem que tal crime está presente em todos esses entes vinculados ao crime, pois este é o único capaz de torna viável a utilização dos ganhos da empresa criminosa.

Analisado a forma que se dão os crimes, volta-se de imediato ao estudo das características internas das organizações criminosas. A primeira delas é a divisão em uma estrutura hierárquico-piramidal composta por chefes, subchefes, gerentes e "aviões". Os chefes são os situados no posto máximo da organização, possuem alguns subchefes que são o meio de comunicação entre eles e os gerentes, os subchefes também tomam algumas decisões, principalmente na ausência do chefe. Ambas as classes, chefes e subchefes, quase não aparecem, pois exercem suas funções através dos denominados "laranjas" ou "testas de ferro", geralmente coincidem com as pessoas dos gerentes, isto dificulta a produção probatória contra eles e acaba levando à condenação exclusiva dos gerentes, ficando aqueles, quase sempre, imunes de qualquer repressão penal.

Os gerentes são aqueles que recebem ordens da cúpula mafiosa e as transmitem aos "aviões", por vezes, determinadas execuções tidas por especiais também podem ser designadas aos gerentes, além de serem utilizados, como já visto, como "testas-de-ferro" ou "laranjas", assim eles protegem fielmente e emitem as ordens dos superiores.

Por sua vez, os "aviões" são as pessoas desempenharão atividades em favor da organização criminosa, a definição das características que deverá possuir um "avião" ou "truta" dependerá do ramo de atividade que este for exercer. Esta escala hierárquica ora desenvolvida possui suas origens nas famílias italianas mafiosas em que cada membro detinha deveres absolutos com os seus superiores e possuía direitos incontestáveis perante seus subalternos.

A segunda característica das organizações criminosas é o fato de existir uma minuciosa divisão das tarefas, estas que possuem subdivisões. Desta feita, a primeira divisão é concernente aos diversos crimes realizados e as subdivisões se dão de forma interna a determinado crime, assim no caso do tráfico de entorpecentes, por exemplo, há a divisão de funções para a aquisição da droga, para a mistura, revenda e distribuição. Esta "divisão do trabalho" se dá da mesma maneira com os demais crimes.

Outra característica é a restrição dos membros que integram a organização. Para manter toda estrutura hierárquica já desenhada é imprescindível que exista uma restrição ao número de membros de forma que estes sejam conhecidos por todos dentro do órgão, de forma que fique bem definida sua posição dentro da escala, sabendo a quem deve subordinação e quem são os seus subordinados. Para integrar um grupo criminoso o "candidato" passará por uma espécie de "processo seletivo" no qual deverá mostrar suas habilidades, sua ficha criminal, além de outras

"qualidades" entre elas: disposição para a prática das mais variadas condutas criminosas, capacidade de manter sigilo, de se subordinar às ordens de seus superiores e às regras vigentes.

Marcelo Mendroni entende que a participação de agentes públicos envolvidos de alguma forma com uma organização criminosa, auxiliando-a na execução ou na ocultação de práticas ilícitas é uma característica marcante no caso brasileiro. Há o conhecimento de que ao se atingir determinado grau de complexidade da organização o apoio de agentes públicos é quase indispensável para a continuidade e perenidade da atividade empresarial criminosa. A clássica frase de Paul Castelano[xx] revela esta realidade "Eu já não preciso mais de pistoleiros, agora quero deputados e senadores".[xxi]

Por fim, o último aspecto caracterizador das entidades criminosas é o domínio territorial. É necessário para a organização possuir domínio de determinada área de modo que ali possam ocorrer as reuniões de forma segura, que se forme a "clientela". Assim os cidadãos que na região moram ou trabalham sabem que a área é dominada por certa organização, gerando temor e obediência a tal facção. Apesar desse modelo tido como clássico, não podemos deixar de relatar os novos modelos de organizações criminosas, modelo este que não possui domínio de qualquer território, uma vez que se unem para a prática de delitos em local certo e determinado, entretanto, exaurido o(s) crime(s) e obtido o lucro pretendido a organização migra para outro local do globo onde possa voltar a realizar suas atividades criminosas. Essa nova forma de se organizar e posteriormente evadir do local dificulta e torna quase impossível a persecução penal por parte das autoridades locais, ficando os crimes impunes pela impossibilidade de encontrar os autores.

2 Mecanismos de combate às organizações criminosas

O primeiro instrumento de combate ao crime organizado se dá pelos grupos de força-tarefa. Estes grupos são formados pela união de diversos órgãos de persecução penal com as mais variadas atribuições e áreas de atuação (representantes do Ministério Público, das Polícias, da Receita Federal, da Procuradoria, da Magistratura, os serventuários da justiça, entre outros), com diretrizes preestabelecidas e estrategicamente organizadas, que passam a trabalhar em conjunto, direcionando seus esforços visando o desmantelamento de organizações criminosas. Geralmente, estas forças-tarefa são convocadas em situações em que a organização criminosa passa a causar danos catastróficos e irreparáveis instalando o caos e abalando a ordem pública.[xxii]

Cada órgão que integrar a força-tarefa auxiliará com todos os recursos disponíveis, não apenas com seus agentes, mas também com a utilização de equipamentos, veículos, armas, além de outras ferramentas de inteligência, como computadores e *softwares*, criando uma rede de integração para o cruzamento de dados viabilizando a identificação de integrantes, chefes, endereços, bens, território de atuação, de forma a se criar uma estrutura material capaz de se combater efetivamente a criminalidade organizada.

Realizada a mobilização de todos esses entes estatais é imprescindível que a legislação seja adequada à realidade do crime organizado, possibilitando a consecução dos objetivos almejados, em especial a extinção dessas organizações, de acordo com a ordem constitucional instalada. Assim, uma investigação hodierna desdobra-se no estudo dos mais variados crimes, executados por diversos integrantes da organização investigada. *A priori* a investigação terá caráter amplo e geral sendo, posteriormente direcionadas àquelas condutas que se tornem mais facilmente comprovadas, de modo que se utilize dos meios processuais adequados para obtenção das provas necessárias à condenação e punição dos infratores. Entre esses meios temos: a obtenção de dados junto aos órgãos públicos; a autorização de escutas telefônicas e o rastreamento de contas bancárias; realização de busca e apreensão; a decretação de prisão temporária ou preventiva; aplicação da delação premiada; utilização de vias sigilosas e a obtenção de informações privilegiadas graças aos agentes infiltrados, visando sempre atingir os chefes da organização, seus bens e dinheiro[xxiii].

É possível perceber que a legislação possui papel fundamental no controle da criminalidade e, especificamente, em relação ao crime organizado. O aparato estatal subordina-se a um sistema burocrático, no qual a organização criminosa executa suas ações e provoca prejuízos a sociedade. Para tanto não basta uma legislação eficaz é necessário ainda, uma estruturação dos órgãos de persecução penal, sobretudo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia. Outrora já ressaltado, tais entes devem possuir pessoal qualificado com o incremento de vultosos investimentos indispensáveis à modernização do aparato estatal de modo a adequá-los à realidade das organizações criminosas.

No tocante ao Poder Judiciário é importante proporcionar a segurança necessária para que os magistrados possam exercitar a judicatura de forma imparcial, neutra e livre de coações, sendo dever do Estado preservar a sua segurança física e mental, seja por meio de policiais destinados a tal feito, seja com a disponibilização de veículos blindados, dispondo de todas as formas para assegurar o efetivo e pleno trabalho daqueles incumbidos de julgar os membros das organizações criminosas.

Em relação às atribuições do Ministério Público é de grande importância a interligação do banco de dados das Promotorias de Justiça dentro do mesmo Estado e entre o Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, que se tenha uma divisão nas áreas de atuação entre as promotorias e entre os promotores de justiça, cada qual se incumbindo de determinada função, facilidade no acesso a informações disponibilizadas pelos órgãos públicos,

realização de investimentos em infraestrutura, modernização das ferramentas de inteligência e demais instrumentos utilizados para uma eficiente persecução penal.

Por fim, a atuação da Polícia, que possui o primeiro contato com a atividade criminosa, seja para a prevenção ou investigação, tendo experiências empíricas imprescindíveis para o conhecimento dos modos, locais e agentes da entidade criminosa. É este órgão que está na rua vivenciando as mais diversas formas de organizações criminosas, buscando combatê-las e, quando não presente nas ruas, permanece em alerta em suas repartições aguardando à sua solicitação seja para tentar impedir a consumação do crime, ou para evitar seus mais gravosos resultados, ou ainda, é quem receberá a notícia do crime, tomando as providências necessárias para a preservação do local do delito, visando angariar o máximo de elementos que possam levar à autoria e a materialidade do fato.

Assim, tratando-se de atividade investigatória ela deve estar devidamente amparada possuindo a sua disposição todos os materiais necessários à investigação, que proporcionará uma conclusão fundada em provas concretas. Quanto mais célere se der o início das investigações, mais eficaz será a atividade policial e maiores serão as possibilidades de um esclarecimento completo o que, consequentemente, produzirá maiores chances de responsabilizar os agentes que praticaram a conduta criminosa. Esta assertiva nos leva a seguinte conclusão: a execução da atividade policial tardia dificulta e diminui o recolhimento de elementos probatórios, diminuindo a probabilidade da formação da culpa, tornando ineficaz a prestação deste ente, que por sua vez, gerará impunidade e inoperância da justiça.

3 O crime organizado ataca

Na noite de 11 de agosto de 2011, a juíza Patrícia Acioli foi sumariamente assassinada quando chegava a sua casa no bairro Piratininga, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo a perícia, os criminosos, que estavam em dois carros e duas motos, dispararam no mínimo 20 tiros de pistolas de calibre .40 e .45.[xxiv] A juíza foi responsável pela prisão de policiais militares envolvidos em um grupo de extermínio em 2010, além de ter travado flagrante luta contra as milícias policiais do Rio de Janeiro. A família afirmou que a juíza vinha sofrendo ameaças há tempos.

Segundo a Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil), o nome da juíza constava em uma lista com mais 11 nomes todos marcados para morrer encontrada com um suspeito de tráfico de drogas detido no Espírito Santo. O presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, reforçou o papel desempenhado pela magistrada na luta contra o crime organizado.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal à época, Cezar Peluso[xxv], em nota, afirmou que crimes covardes contra a pessoa de magistrados constituem atentados à independência do Judiciário, ao Estado de direito e à democracia brasileira. A preservação do império da lei em nosso país exige a rápida apuração dos fatos e a punição rigorosa dos responsáveis. O Ministério Público do Rio de Janeiro, no dia 10 de outubro de 2011, denunciou 11 policiais militares por envolvimento na morte da juíza, entre estes o coronel tenente Cláudio Oliveira, apontado como o mentor do crime.

Em lista divulgada pela Corregedoria Nacional de Justiça, em 25/08/2011, revela que há aproximadamente 134 magistrados ameaçados em todo o país.[xxvi] A Corregedoria vem desenvolvendo um trabalho para traçar o mapeamento geral da situação; a então ministra Eliana Calmon alertou que há casos em que os juízes ameaçados estão sendo escoltados pelos policiais militares que são réus em processos julgados pelo próprio juiz.

A juíza Patrícia Acioli, entre outros casos, investigava o possível homicídio de Diego Beliene, morto em um confronto com a polícia. Dois policiais do Grupo de Ações Táticas foram presos acusados de terem forjado a morte do jovem em um suposto “auto de resistência” durante confronto, fato que poderia ter sido o estopim para a morte da juíza.

No início do ano, a polícia federal em uma operação denominada Guilhotina apurou o envolvimento de 44 pessoas, entre elas 32 policiais civis e militares, em condutas de desvio de armas apreendidas, vazamento de operações civis e militares a criminosos e, ainda, formação de milícias, além de crimes como corrupção passiva, formação de quadrilha (crime modificado pela Lei 12850/13, hoje denominado de associação criminosa), peculato, extorsão, comércio ilegal de armas.[xxvii]

Segundo a Polícia Federal, os policiais se dividiam em quatro setores: dois deles eram responsáveis pelo fornecimento de armas a traficantes de drogas, um deles estava ligada a atividades de milícias atuantes nas comunidades do Rio e o quarto setor realizava o trabalho de segurança privada dos grupos criminosos.[xxviii] A operação contou com a cooperação entre os serviços de inteligência da Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Segurança e da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Dois meses depois (abril de 2011) as pessoas presas durante a Operação foram liberadas.

A secretaria de segurança do Rio de Janeiro injetará, segundo informação do jornal Folha de São Paulo, R$ 3 bilhões em projetos de segurança e desenvolvimento até os Jogos de 2016.[xxix] Momento em que os olhos de grande parte do globo estarão voltados diretamente ao Brasil.

Segundo o Informe 2011 da Anistia Internacional: o estudo dos direitos humanos no mundo reforçou o perfil que é confirmado no cotidiano diário da sociedade brasileira pelos meios de comunicação. O índice de violência policial, principalmente nas comunidades pobres, aumentou nos últimos anos:

> A pobreza, a violência do crime e a proliferação de armas de pequeno porte criaram e perpetuaram as condições para que as violações dos direitos humanos prosperem. Os moradores dos centros urbanos mais pobres, principalmente no México, na América Central, no Brasil e no Caribe, continuaram encurralados entre a violência das gangues criminosas, de um lado, e os abusos cometidos pelas forças de segurança, de outro. (...) Em muitos casos, a corrupção endêmica dentro das instituições do Estado minou a capacidade desses órgãos responderem adequadamente ao crime organizado.[xxx]

O documento da Anistia não só critica a demora nas investigações sobre milícias nos Estados do Rio de Janeiro e Ceará, como também destaca várias chacinas ocorridas, no Estado de São Paulo, ligadas a grupos policiais de extermínio. Segundo dados oficiais do Governo do Rio de Janeiro, a polícia, em 2010, matou 855 pessoas.[xxxi]

4 Segurança pública e o crime organizado

A questão da segurança pública aparece de forma muito pontual com o surgimento das teorias contratualistas. A necessidade de segurança na vida em sociedade justifica o poder e a "razão de ser" do Estado. A Constituição Federal de 1988 destaca a segurança pública como um dever do Estado. Em verdade, a dogmática jurídica alemã já a considerava até mesmo como um direito fundamental. Por segurança pública deve-se entender segurança social, segurança jurídica, segurança nacional e segurança da ordem pública; direitos fundamentais de natureza transindividual e indivisível, cuja tutela interessa a toda a coletividade.[xxxii]

O direito à segurança pública engloba uma série de garantias e proteções que auxiliam o Estado na obtenção da paz social e ordem pública[xxxiii]. O Estado é o responsável pelo serviço de segurança pública, mas delega à atividade policial a obrigação constitucional de prestar serviços de proteção e de organização à ordem pública, aos membros da sociedade civil.

A palavra "polícia" surgiu na Grécia, vista como "arte de governar" e adquiriu o sentido como é entendida hoje, a partir de Roma, quando passou a ser entendida como "a ação do governo para manter a ordem pública, a tranqüilidade e a paz interna".[xxxiv] A Constituição Federal de 1988 estabelece como atribuições da Polícia Militar[xxxv] a "polícia ostensiva e a preservação da ordem pública".

Mas o que acontece quando o Estado passa a falhar em sua tutela? Ou ainda, o que acontece quando a tutela passa a se mostrar insuficiente porque os criminosos são justamente aqueles que deveriam proteger a sociedade?

Quando o Estado não consegue cumprir seu dever de efetivar a segurança pública, abre-se espaço para o fortalecimento do denominado popularmente "poder paralelo".

O crime organizado não se traduz como um fenômeno recente. Nos séculos XVII e XVII, as atividades contrabandistas demonstraram alto grau de desenvolvimento. Entretanto, havia nessas atividades certo de grau de aposta, ou seja, chances iguais de sucesso ou fracasso. O crime organizado atual, por sua vez, estrutura de tal forma suas atividades, que acaba por garantir maior previsibilidade e menores chances de erro.[xxxvi]

Uma organização criminosa se estabelece em um território e começa a exercer certo grau de poder sob aquele espaço delimitado. Como não há a presença da figura estatal nesse espaço, a organização cresce e se fortalece substituindo o Estado em suas funções. Surgem, então, a partir da fraqueza do Estado, núcleos de poder à margem da lei, constituídos por leis próprias. Esses núcleos passam a manter um estrito e severo controle em seu território, não só passam a impedir a entrada de outros criminosos na região, como passam a controlar a própria sociedade civil com o intuito de manter a ordem.

O clientelismo, cuja contrapartida se dá pela corrupção, é uma das características principais do crime organizado territorial[xxxvii]. Nessa relação de clientela a sociedade se torna cliente do patrono (figura preenchida pelos integrantes da organização criminosa); o patrono se torna o protetor dos clientes e em troca estes passam a ter o dever de retribuir com obediência e certas incumbências, como auxílio econômico, para não serem penalizados por seus patronos.

Os políticos aproveitando essa relação entre os chefes das comunidades e a população ali inserida se envolvem com os líderes em uma verdadeira simbiose de interesses políticos e econômicos.

5 As milícias e o Rio de Janeiro

A organização criminosa territorial se mostra bem evidente nas favelas do Rio de Janeiro, denominadas também de comunidades. Esses espaços se revelam brutalmente segregados da sociedade, não há intervenções estatais suficientes para o desenvolvimento da infraestrutura ou mesmo para garantir o bem estar social. A forma de

atuação mais expressiva do Estado nessas regiões se dá por meio da repressão policial; os moradores, diante dessa situação, criam verdadeiro ressentimento do Estado que é traduzido em desconfiança das autoridades e do próprio Estado.[xxxviii]

As milícias presentes nas favelas do Rio de Janeiro se utilizaram desse cenário criado e justificaram sua existência como forma de combate ao crime e à violência nessas comunidades. As milícias, ao fim da ditadura, denominadas até então de "Esquadrões da Morte", foram combatidas pelos governos democráticos e por suas políticas democráticas de segurança pública. Buscava-se eliminar o controle exercido por esse grupo e a lei paralela em que ele se estruturava. Foram, todavia, retomadas com o nome "Milícias" e passaram a ser vistas como um poder que iria combater o comércio de drogas e seus líderes.[xxxix]

Muitas milícias, organizações compostas por parapoliciais foram de fato responsáveis pela expulsão de traficantes e criminosos dos morros, mas muitas delas passaram a competir no comércio de drogas e a controlar a atividade econômica dentro dessas comunidades, cobrando taxas de moradores, atuando na agiotagem. Tornaram-se, com sua prática de execuções sumárias, torturas físicas e psicológicas, legítimos violadores de direitos humanos.

Em 2006[xl] já havia discussões acerca do real papel das milícias dentro das comunidades. A ocupação das milícias nos espaços abandonados pelo Estado vista em um primeiro momento como algo positivo, acabaram revelando ao decorrer do tempo algo errado nessa atuação. As milícias, após a ocupação, passam a cobrar taxas e a exigir participação nos lucros em negócios ilegais, como transmissão irregular de TV a cabo. Além disso, passam a atuar sob a comunidade com regras próprias. Se utilizam da justificativa de que buscam o bem comum, o bem da comunidade e a paz dessas regiões, longe do domínio do tráfico, mas acabam por se corromper por objetivos financeiros e políticos. As sanções realizadas pelas milícias envolvem desde tortura até pena de morte.

A secretaria de segurança pública do Rio, diante dos problemas enfrentados, tem encontrado dificuldades para buscar uma política de contenção e mesmo desmantelamento das milícias. As UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora – tem sido uma forma de enfrentá-las, mas já há críticas em relação a uma não mudança na cultura policial. O nome "pacificadora" revela que há nessas comunidades verdadeira conjuntura de guerra.[xli] As críticas põem em dúvida se essas unidades tem o objetivo de diminuir a violência policial exercida pelas milícias e se elas adotam mecanismos menos arbitrários e agressivos. As UPPs defendem uma política de proximidade, mas dependem, para seu sucesso, do respeito à cidadania e incentivo ao processo de democratização.

Conclusão

Vera Malaguti Batista[xlii] afirma que a conjuntura histórica do brasileiro e, em especial, do carioca favorece a permanência do discurso do medo na sociedade. O medo vem de uma demanda por ordem. Para combatê-lo o Estado acaba por gerar um contra-discurso que não questiona a origem do medo, mas que aposta em uma crescente dogmatização da pena e em uma superestrutura jurídica e policial. Em uma crítica elucidadora a esse sistema, revela que esse contra-discurso é manipulado pelo Estado para criar inimigos e medo à sociedade para, assim, justificar as políticas de segurança pública que não respeitam direitos humanos e que legitimam as violências penais, punitivas e que, inclusive, legitimam a desigualdade social.

Malaguti constrói esse pensamento apoiada no pensamento de Raúl Zaffaroni, o qual afirma que "está empiricamente verificado que nenhum crime de Estado é cometido sem ensaiar ou apoiar-se em um discurso justificante". [xliii]

Discutir a violência e o medo por um viés exclusivamente penal não resolve o problema chave da violência e da desigualdade social. O exercício dessa política pública da pena serviu para a construção do cenário atual, no qual é evidente o aumento da prática de crimes e um exponencial aumento dos presos e das prisões carcerárias. No período pós ditadura, o excesso policial era visto sob uma perspectiva de incômodo e não como uma operação de sucesso, conforme é visto hoje. A insegurança urbana vira mercadoria política e serve de justificativa para a expansão do poder punitivo.[xliv]

Perceber as falhas, se mostra uma tarefa mais fácil que encontrar meios e formas de supri-las e corrigi-las. A corrupção de todo o sistema só reafirma suas falhas e vícios. As UPPs tem tido importante tarefa na contenção das milícias, mas se utilizam também de meios violentos para conter a violência. Assassinatos, desaparecimentos, torturas são legitimados em nome do combate ao crime organizado e da garantia à segurança nacional. Não há uma preocupação, por exemplo, para o investimento nessas regiões de programas para desenvolvimento sócio-cultural dos membros das comunidades.

Loic Wacquant[xlv] afirma que o estado de exceção passou a ser em alguns lugares, como o Rio de Janeiro, paradigma de governo. [xlvi]

A morte da juíza Patrícia Acioli, verdadeiro atentado à democracia e à Justiça brasileira, de forma muito infeliz, exemplifica mais uma vez as falhas do sistema. Morta pelos policiais corruptos que investigava. A política de segurança pública condenada pela corrupção que a permeia deve ser repensada por pontos jurídicos e extrajurídicos. Aumentar a pena, aumentar o número de prisões, aumentar o número de presos, não tem contribuído para diminuir os altíssimos índices de violência.

Referências

BORGES, Paulo César Corrêa. **Direito penal democrático.** Franca: Lemos & Cruz, 2005.

BORGES, Paulo César Corrêa. **Reparação do crime pelo Estado.** Franca: Lemos & Cruz, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Realismo Marginal:** criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo**.** Disponível em:<http://www.ovp-sp.org/debate_teorico/debate_vera_malaguti.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em <www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/ CON1988 _ 05.10.1988/CON1988.shtm >. Acesso em: outubro 2011.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro. Del 2.848/1940**. Publicado no Diário Oficial da União de 31/12/1940, p. 2391.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013**. Diário Oficial da União de 05/08/2013.

GOMES, Luiz Flávio. **Crime organizado: enfoque criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MATOS, George. **O Estado de exceção virou regra**. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/ politica/george-matos-o-estado-de-excecao-virou-regra.html> Acesso em: 16 de outubro de 2011.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado** – aspectos gerais e mecanismos legais. 3ª. ed.São Paulo: Atlas. 2009.

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**, São Paulo: IBCCrim, 1998.

O dano existêncial aplicado ao âmbito trabalhista

O dano existencial no Direito do Trabalho decorre de conduta patronal que venha a impossibilitar o empregado de se relacionar e conviver em sociedade, executando atividades recreativas, afetivas, espirituais, culturais, esportivas, sociais e de descanso. O ato de privar o trabalhador de tais atividades gera impacto direto em seu bem-estar físico e psíquico e, por consequência, prejudica sua felicidade e seus projetos de vida. Portanto, o dano existencial é a lesão ao conjunto de relações que propiciam o desenvolvimento normal da personalidade humana, alcançando o âmbito pessoal e social. Significa, ainda, uma limitação prejudicial, qualitativa ou quantitativa, que a pessoa sofre em suas atividades cotidianas. Oriundo da doutrina italiana, o dano existencial é uma espécie de dano indenizável e imaterial, sendo absolutamente distinto do dano moral. Em decorrência desse dano, o indivíduo se vê privado do direito fundamental e constitucional de livre dispor de seu tempo fazendo ou deixando de fazer o que bem entender, nos limites da lei. Nos casos mais extremos, ele se vê privado de seu direito à liberdade e de sua dignidade humana, como nos casos de condição análoga a de escravo. No Brasil, o fundamento legal da reparação do dano existencial é encontrado nos arts. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, os quais estipulam o princípio da ressarcibilidade dos danos extrapatrimoniais. Por sua vez, o Código Civil oferece amparo à indenização, consoante se extrai do disposto nos arts. 12, caput, 186 e 927. Tais dispositivos são plenamente aplicáveis ao âmbito laboral, em razão da previsão contida no art. 8º, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, a qual autoriza a aplicação subsidiária do direito comum ao Direito do Trabalho. Contudo, a utilização do dispositivo em comento ainda é recente e pontual nos Tribunais brasileiros. Devido à realidade social e econômica brasileira, a matéria esbarra em fatores os quais agravam politicas empresariais avessas às leis trabalhistas e, consequentemente, prejudiciais aos trabalhadores. Há situações de violação frequente da norma, motivada pela expectativa de ganho com o descumprimento desta, e facilitada pelo debilitado sistema brasileiro de fiscalização das relações de trabalho, que carece de servidores suficientes para fiscalizar todas as empresas existentes nesse país. Diante disso, o presente trabalho visa analisar o dano existencial, desenhando seus contornos teóricos e distinguindo-o do dano moral, além de analisar como este vem sendo assimilado pelo Direito do Trabalho e utilizado pelos aplicadores do Direito. Para isso, utilizar-se-á do método bibliográfico, pesquisando artigos jurídicos, interpretando textos legais e apresentando julgados recentes relacionados ao tema.

058-2376

Camila Martinelli Sabongi
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Campus Franca
camilamartinellisabongi@gmail.com

Victor Hugo de Almeida
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Campus Franca
victorhugo.professor@gmail.com

INTRODUÇÃO

O dano existencial no Direito do Trabalho decorre de conduta patronal que venha a impossibilitar o empregado de se relacionar e conviver em sociedade, executando atividades recreativas, afetivas, espirituais, culturais, esportivas, sociais e de descanso. O ato de privar o trabalhador de tais atividades gera impacto direto em seu bem-estar físico e psíquico e, por consequência, prejudica sua felicidade e seus projetos de vida.

Portanto, o dano existencial é a lesão ao conjunto de relações que propiciam o desenvolvimento normal da personalidade humana, alcançando o âmbito pessoal e social. Significa, ainda, uma limitação prejudicial, qualitativa ou quantitativa, que a pessoa sofre em suas atividades cotidianas.

Oriundo da doutrina italiana, o dano existencial é uma espécie de dano indenizável e imaterial, sendo absolutamente distinto do dano moral. Em decorrência desse dano, o indivíduo se vê privado do direito fundamental e constitucional de livre dispor de seu tempo, fazendo ou deixando de fazer o que bem entender, nos limites da lei. Nos casos mais extremos, ele se vê privado de seu direito à liberdade e de sua dignidade humana, como ocorre nos casos de trabalho reduzido à condição análoga à de escravo.

No Brasil, o fundamento legal da reparação do dano existencial é encontrado nos artigos 1º, inciso III, e 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, cujos dispositivos estipulam o Princípio da Ressarcibilidade dos danos extrapatrimoniais. Por sua vez, o Código Civil oferece amparo à indenização, consoante se extrai do disposto nos artigos 12, *caput*, 186 e 927.

Tais dispositivos são plenamente aplicáveis ao âmbito laboral, em razão da previsão contida no artigo 8º, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, que autoriza a aplicação subsidiária do Direito Comum ao Direito do Trabalho.

Devido à realidade social e econômica brasileira, o assunto em exame esbarra em fatores atrelados a políticas empresariais avessas às leis trabalhistas e, consequentemente, prejudiciais aos trabalhadores. Nesse sentido, o descumprimento da legislação laboral, motivado pela expectativa de ganho com a exploração desmedida e perversa da força de trabalho, favorece a ocorrência de dano existencial, sobretudo ao se considerar o debilitado sistema brasileiro de fiscalização, que carece de agentes suficientes para garantir a observância da legislação trabalhista pelos empregadores.

Diante disso, o presente trabalho visa analisar o dano existencial, desenhando seus contornos teóricos e distinguindo-o do dano moral, além de analisar como esse instituto vem sendo assimilado pelo Direito do Trabalho e pelos operadores do Direito. Para isso, adotou-se a técnica de pesquisa bibliográfica em materiais publicados (por exemplo, doutrinas, legislação, jurisprudência, dissertações, artigos científicos, etc.), cujos dados foram analisados através do método dedutivo.

1 Conceito de dano existencial

A ideia de dano existencial surgiu na Itália. Trata-se de uma construção da doutrina italiana que trouxe nova moldura à responsabilidade civil, incluindo o dano existencial como nova categoria dos danos indenizáveis (LORA, 2013). No seu país de origem, o estudo sobre o dano existencial encontra-se mais avançado se comparado com o Brasil.

No início dos anos 60, em decorrência da ausência de previsão legal para reparação do dano imaterial decorrente de ato ilícito civil, a doutrina italiana passou a classificar nova espécie de dano injusto causado à pessoa, que foi denominado de dano à vida de relação. Tal espécie consiste na ofensa física ou psíquica a um indivíduo, que o prejudica, total ou parcialmente, de forma a extirpar da rotina desse trabalhador qualquer prazer oriundo de atividades recreativas. Por esse motivo, a lesão provoca considerável interferência no estado de ânimo e, por consequência, no relacionamento social e profissional do indivíduo, reduzindo as chances de progresso profissional, gerando reflexos patrimoniais negativos. Como exemplo, pode-se citar situação de erro médico que compromete a higidez física e impossibilita a prática de esportes (LORA, 2013).

O reconhecimento do dano à vida de relação, que exigia repercussão no patrimônio da vítima para gerar indenização, fundamentou os estudos que culminaram na admissão do dano existencial, mais amplo que o primeiro, pois enseja indenização independentemente do prejuízo financeiro e representa consagração da tutela da dignidade humana em sua plenitude (NETO, 2005).

No ordenamento pátrio o dano existencial é conhecido como um tipo de dano não patrimonial, ou extrapatrimonial, e imaterial. É concebido como lesão que atinge negativamente interesses sem natureza e expressão

econômica mediata, podendo afetar pessoas singulares ou coletivas, dotadas ou não de personalidade jurídica (SOARES, 2007).

Nos danos desse gênero o ofendido se vê privado do direito fundamental, constitucionalmente assegurado, de livre dispor de seu tempo, fazendo ou deixando de fazer o que bem entender. Em última análise, ele se vê despojado de seu direito à liberdade e à sua dignidade humana (FILHO; ALVARENGA, 2013). O dano existencial consiste na violação de qualquer um dos direitos fundamentais da pessoa, tutelados pela Constituição Federal, que cause uma alteração danosa no modo de ser do indivíduo ou nas atividades por ele executadas que visem ao projeto de vida pessoal, prescindindo de qualquer repercussão financeira ou econômica (ROSARIO, 2013).

No Brasil, o fundamento legal da reparação do dano existencial é encontrado nos artigos 1º, inciso III, e 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, que estipulam a proteção à dignidade da pessoa humana e o Princípio da Ressarcibilidade dos danos extrapatrimoniais. Por sua vez, o Código Civil oferece amparo à indenização, consoante se extrai do disposto nos artigos 12, *caput*, 186 e 927.

2 Elementos do dano existencial

Existem três elementos que são comuns a toda espécie de responsabilidade civil, seja ela material ou imaterial: erro de conduta do agente, prejuízo do autor e relação de causalidade entre os dois primeiros elementos.

Para Caio Mario da Silva Pereira (2011), o fundamento primário da reparação está no erro de conduta do agente, em seu procedimento contrario a predeterminação da norma, que se relaciona com a própria noção de culpa e dolo. Já o segundo elemento é a ofensa a um bem jurídico. Outrora, tal elemento era conhecido como ofensa ao patrimônio, sendo que esta expressão podia importar na exclusão do dever de reparação em casos de dano a bem jurídico não patrimonial; porém, o Código Civil de 2002 não admite mais tal expressão, adotando expressamente a possibilidade do dano moral (PEREIRA, 2011).

Por fim, é necessária a presença do terceiro elemento: uma relação de causalidade entre a antijuricidade da ação e o dano causado. Significa dizer que não basta que o agente cometa um erro de conduta e que o queixoso aponte um prejuízo, sendo indispensável a sua interligação (PEREIRA, 2011).

Além dos elementos inerentes a qualquer forma de dano, conforme supramencionado, o conceito de dano à existência é integrado por outros dois elementos, quais sejam: o projeto de vida e a vida de relações.

Na ofensa ao projeto de vida, o indivíduo se volta à própria realização pessoal integral, direcionando sua liberdade de escolha para proporcionar concretude, no contexto espaço-temporal em que se insere, às metas, objetivos e ideias que dão sentido à sua existência (FROTA, 2011).

Já o prejuízo à vida de relação refere-se ao conjunto de relações interpessoais, nos mais diversos ambientes e contextos, que permite ao ser humano estabelecer a sua história vivencial e se desenvolver de forma ampla e saudável, ao compartilhar pensamentos, sentimentos, emoções, hábitos, reflexões, aspirações, atividades e afinidades, prosperando por meio do contato contínuo com a sociedade ao seu entorno (FROTA, 2011).

Vale ressaltar que a relação entre o projeto de vida e a vida de relações é tão íntima que é possível afirmar que um elemento não existe sem o outro. Essa afirmação é sustentada pelo fato de que o ser humano é um ser social, que necessita de convívio e interação para se desenvolver de maneira feliz e realizada (FROTA, 2011).

3 Quantificação da indenização por dano existencial

Nas palavras de Caio Mario da Silva Pereira (2011, p. 326):

> Descumprindo a obrigação, absoluta ou relativa, nasce, em primeiro lugar, para o credor a faculdade de obter o cumprimento coativo, isto é o provimento judicial, em virtude de que o devedor seja compelido a execução específica, entregando a *res debita* ou realizando o fato, ou desfazendo o de que se devia abster. Mas não sendo isso possível, como frequentemente não é, resta a outra hipótese segundo a qual o inadimplemento converte a prestação *id quod interest*, isto é, torna-se o devedor obrigado pela reparação de perdas e danos.

No caso do dano existencial deve-se passar para o segundo passo descrito pelo autor, ou seja, como não há forma de devolver a coisa, ou realizar o fato de maneira a reparar o dano sofrido, resta a conversão da prestação em indenização, cujo montante deve ser pago pelo devedor.

Uma vez verificados os pressupostos essenciais da determinação do dever de reparação, estudados no item anterior, constrói-se uma equação que considera o montante da indenização como correlato do bem lesado. O que predomina nesta matéria é que a indenização do *id quod interest* não pode ser fonte de enriquecimento, não se institui com o objetivo de proporcionar ao credor uma vantagem, devendo restabelecer o equilíbrio rompido pela prática do ato culposo. Em outras palavras, a indenização deve compreender a totalidade do dano, porém, limitar-se a ele, exclusivamente (PEREIRA, 2011).

Contudo, a fixação da indenização em caso de dano existencial não é tarefa simples, pois não depende de critérios estritamente matemáticos, sendo a indenização pelo equivalente pecuniário, fixada por arbitramento, a mais aceita para a reparação dos danos imateriais (SOARES, 2007).

Com relação à fixação do *quantum* indenizatório do dano existencial, ao analisar o caso prático, deve-se observar não só a dimensão do dano experimentado pelo lesado, mas também a capacidade patrimonial do lesante. Para surtir um efeito pedagógico e econômico, o valor fixado deve representar um acréscimo considerável nas despesas do lesante, desestimulando-o à reincidência. Todavia, no caso de uma empresa, deve-se, ainda, considerar a saúde financeira empresarial como forma de preservá-la (FILHO; ALVARENGA, 2013).

Por fim, registre-se que a mera alegação de dano existencial, sob o argumento de prorrogação de jornada de trabalho ou frustração do projeto pessoal, não constitui fato suficiente para configurar o alegado dano. Dessa forma, para que o julgador possa analisar se existe o dano apontado, é preciso demonstrar nos autos do processo uma narrativa adequada do fato danoso, de forma que reste claro a existência do dano e do nexo de causalidade entre este o a ato ilícito, posto que o *onus probandi* é do autor, ou seja, do próprio lesado (ROSARIO, 2013).

4 Dano existencial e dano moral

O conceito de dano moral, a rigor, é de estreita abrangência, mais comumente é identificado como um sentimento de uma profunda prostração do ânimo, um abatimento do espírito, aflição, angústia e desgosto causados à pessoa pelo ato ilícito; não acarreta uma repercussão econômica ao patrimônio econômico da pessoa, mas é passível de indenização, como qualquer outro prejuízo, servindo o ressarcimento em dinheiro como um conforto, uma espécie de compensação para o ofendido, bem assim como um poderoso desestímulo à reincidência da prática do ato ilícito pelo ofensor (NETO, 2005).

Por ser um conceito amplo, é impossível estabelecer um rol taxativo das situações que acarretam dano moral, sendo que a sua efetiva ocorrência deve ser analisada no plano concreto, caso a caso.

O artigo186 do Código Civil faz menção explícita ao dano moral ao definir o ato ilícito como “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral”.

Segundo Amaro Alves de Almeida Neto (2005), o enunciado do supracitado artigo merece uma interpretação mais abrangente do que a atualmente encontrada na doutrina e na jurisprudência, uma vez que não há restrições à

espécie de dano injusto previsto no artigo 927 do mesmo Diploma: “aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Conclui-se que, pelo fato do artigo 927 apresentar-se como um tipo aberto, pretendeu o legislador não restringir o campo de incidência dos artigos 186 e 187, de forma a promover uma proteção integral à pessoa. Para Amaro Alves de Almeida (2005), ao dispor que o dano moral deve ser indenizado, a lei também consagra o principio segundo o qual todo dano imaterial também deve ser indenizado.

Para Caio Mario da Silva Pereira (2011), a vinculação da indenização do dano ao patrimônio não se apresenta adequada, sendo mais pertinente uma formula mais genérica, que englobe a possibilidade de indenização por dano moral e extrapatrimonial em geral; ou seja, o patrimônio do indivíduo deve ser entendido de maneira ampla, abrangendo a universalidade de interesses que compõem a existência do ser humano, composta por seus bens materiais, móveis e imóveis, e por seus bens imateriais.

Dessa forma, resta claro que o Código Civil de 2002 acolheu a reparação dos danos imateriais, dentre os quais se encontram o dano moral e o dano existencial, mesmo não havendo menção expressa ao último.

Quanto à distinção, o dano existencial distingue-se do dano moral porque não se restringe a uma amargura, a uma aflição; não se trata de um dano restrito a um sentimento negativo, mas sim a um dano decorrente de uma renúncia a uma atividade concreta.

Segundo Ilse Marcelina Bernardi Lora (2013), o dano moral propriamente dito afeta negativamente o ânimo da pessoa e é relacionado ao sentimento, enquanto o dano existencial é um não mais poder fazer, forçando o sujeito a necessidade de mudança de rotina contra a sua própria vontade. O dano existencial frustra o projeto de vida da pessoa, prejudicando seu bem-estar e sua felicidade (LORA, 2013).

5 O dano existencial no Direito do Trabalho

Como estudado nos itens anteriores, o dano existencial pode ser conceituado como uma lesão ao conjunto de relações que propiciam o desenvolvimento normal da personalidade humana, alcançando o âmbito pessoal e social. Em outras palavras, é a limitação prejudicial, qualitativa ou quantitativa, que a pessoa sofre em suas atividades cotidianas (LORA, 2013).

O dano existencial pode ser constatado no âmbito trabalhista, sendo conhecido nessa seara como “dano à existência do trabalhador”. Decorre da conduta patronal que inabilita o empregado a se relacionar e a conviver em sociedade. Essa interferência possui consequências diretas no estado de ânimo do trabalhador, prejudicando o seu relacionamento social e profissional (FILHO; ALVARENGA, 2013).

Como já visto anteriormente, o dano existencial divide-se em dois elementos: o projeto de vida e a vida de relações. Ao aplicar o dano existencial ao âmbito trabalhista os referidos elementos também são encontrados.

O primeiro elemento pode ser invocado quando o trabalhador é privado de algumas formas de suspensão ou de interrupção do contrato de trabalho previstas na legislação, como as licenças para tratamento médico, para formação profissional ou até para prestar exame vestibular, lesando o projeto de vida do trabalhador que possuía o objetivo de se ver curado de determinada doença ou crescer profissionalmente (FILHO; ALVARENGA, 2013).

Já o dano à vida de relações decorre de condutas ilícitas regulares do empregador, como a constante utilização de mão de obra em sobrejornada, impedindo o empregado de desenvolver regularmente outras atividades em seu meio social. Mesmo o dano geralmente sendo uma consequência de uma sequencia de atos, que pela sua constância lesam o trabalhador, não se pode descuidar da hipótese de o dano à vida de relação poder ser causado por um único ato (FILHO; ALVARENGA, 2013).

Constata-se que ambos os elementos são decorrentes de descumprimento de dever do empregador, o qual, com o intuito de aumentar seu lucro, desrespeita os institutos de Direito do Trabalho destinados a viabilizar a plena busca de equilíbrio entre vida e trabalho. Tal situação ainda é agravada pelo frágil sistema de fiscalização, incapaz de alcançar todas as empresas existentes nesse país (FILHO; ALVARENGA, 2013).

É de suma importância ressaltar que o dano aqui discutido não decorre do inadimplemento das parcelas decorrentes de sobrejornada, haja vista que tal dano é material. Discute-se aqui o dano à vida, ao convívio social e à saúde do trabalhador decorrente do trabalho excessivo. Ainda que as horas extras trabalhadas sejam devidamente quitadas, o prejuízo que essa política causa ao trabalhador, privando-o do convívio dos amigos e família, persiste.

Para Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho e Rúbia Zanotelli Alvarenga (2013), o impasse se agrava quando se constata no caso prático que a exploração da mão de obra do trabalhador ocorre à revelia da vontade do mesmo, seja por precisar do acréscimo salarial correspondente, seja por temer sua demissão (FILHO; ALVARENGA, 2013).

O dano existencial também pode ser encontrado em hipóteses de assédio moral no ambiente de trabalho, uma vez que este prejudica a saúde do trabalhador, que apresenta desde sintomas físicos, que incluem dores generalizadas até sintomas psíquicos, com destaque para distúrbios do sono, depressão e ideação suicida. Em adição, o assédio moral pode causar prejuízos patrimoniais ao empregado, cuja motivação e capacidade laboral são comprometidas. O dano ao trabalhador nesses casos pode ser amplo, englobando tanto o dano existencial como o dano moral (LORA, 2013).

O trabalhador vítima de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) também pode padecer de dano existencial. Tais expressões abrangem os distúrbios ou doenças do sistema músculoesquelético-ligamentar, que podem ou não estar relacionadas ao trabalho. Quando causadas em razão da atividade laboral, surge o dano existencial, decorrente do prejuízo não apenas relacionado à atividade laboral, mas também às tarefas do dia a dia, tais como a higienização pessoal, a execução de instrumentos musicais e outras atividades de lazer (LORA, 2013).

Caso extremo de dano existencial pode ser observado na manutenção do trabalhador em condições análogas à de escravo. A impossibilidade de autodeterminação que o trabalho escravizado acarreta, bem como as restrições severas e as privações que ele impõe, modificam, de forma prejudicial, a rotina dos trabalhadores a ele submetido, principalmente, no horário em que estão diretamente envolvidos na atividade laboral para a qual foram incumbidos (FILHO; ALVARENGA, 2013).

6 Aplicação aos tribunais

Como já visto, o fundamento legal da reparação do dano existencial é encontrado nos artigos 1º, inciso III, e artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, que consagram o Princípio da Ressarcibilidade dos danos extrapatrimoniais. O Código Civil também empresta amparo à indenização, consoante se extrai do disposto nos artigos 12, *caput*, 186 e 927. Vale ainda ressaltar que tais dispositivos são aplicáveis no âmbito laboral, em razão da previsão contida no artigo 8º, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, que autoriza a aplicação subsidiária do Direito Comum ao Direito do Trabalho.

O tema aqui estudado possui grande relevância, entretanto, ainda é pouco aplicado pelos Tribunais brasileiros no âmbito trabalhista, que têm zelado pela prudência, sob pena de banalização de tão importante instrumento de tutela, apto, em razão de sua natureza e desde que adequadamente interpretado, à preservação da normalidade do cotidiano do trabalhador (LORA, 2013).

Dessa forma, o magistrado deve agir ponderadamente ao aplicar o dano existencial, considerando todas as circunstâncias do caso concreto e aquelas previstas na lei, de maneira a aferir a real corporificação do dano existencial e estipular indenização coerente com o caso concreto. No entanto, mesmo sendo poucos os casos trabalhistas nos quais foram aplicados o dano existencial, não se pode ignorar os precedentes jurisprudenciais.

A Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, ao apreciar o processo nº 28161-2012-028-9-00-6, decidiu que a longa jornada de trabalho que afeta a vida pessoal do trabalhador merece indenização por dano existencial, condenando o empregador, no caso, uma indústria de bebidas de Curitiba, a pagar R$10.000,00 a título de reparação do dano existencial. O reclamante se ativava como motorista entregador e fazia horas extras além do limite legal permitido, qual seja, duas horas diárias.

Em seu recurso, o motorista alegou que a rotina diária, por ser muito exaustiva e intensa, frustrou seu projeto de vida: voltar a estudar e montar seu próprio negócio. Em complemento, afirmou que lhe restava poucas horas de convívio familiar, fato que gerou ruptura de relação matrimonial e prejuízo do convívio com sua filha.

Este ano, a Primeira Vara do Trabalho de Esteio, no Rio Grande do Sul, deu provimento parcial ao recurso de um trabalhador que pleiteava reparação de dano existencial decorrente de conduta patronal que o impossibilitou de conviver socialmente e executar seus projetos de vida, em razão do não pagamento de horas extras e gozo de férias:

> DANOS EXISTENCIAIS. O dano existencial decorre de conduta patronal que impossibilita o empregado de se relacionar e de conviver em sociedade, ou que o impede de executar, de prosseguir ou mesmo de recomeçar os seus projetos de vida, que serão, por sua vez, responsáveis pelo seu crescimento ou realização profissional, social e pessoal. Configurada a situação de dano existencial, além da culpa do empregador, estão preenchidos os requisitos para responsabilização civil. Apelo do reclamante provido. (TRT-4 - RO: 00012550720115040281. RS 0001255-07.2011.5.04.0281, Relatora Iris Lima de Moraes. Julgamento: 21/05/2014 - 1ª Vara do Trabalho de Esteio).

Em Recurso ordinário, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, manifestou-se no sentido de acolher o pedido da trabalhadora, reconhecendo o dano existencial, fruto da jornada de trabalho diária de 14 horas, em média, com trabalho aos domingos e apenas uma folga compensatória:

> DANO MORAL. DANO EXISTENCIAL. SUPRESSÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS. (...) DIREITO DA PERSONALIDADE. VIOLAÇÃO. 1. A teor do artigo 5º, X, da Constituição Federal, a lesão causada a direito da personalidade, intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas assegura ao titular do direito a indenização pelo dano decorrente de sua violação. 2. O dano existencial, ou o dano à existência da pessoa, - consiste na violação de qualquer um dos direitos fundamentais da pessoa, tutelados pela Constituição Federal, que causa uma alteração danosa no modo de

> ser do indivíduo ou nas atividades por ele executadas com vistas ao projeto de vida pessoal, prescindindo de qualquer repercussão financeira ou econômica que do fato da lesão possa decorrer. - (ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. Dano existencial: a tutela da dignidade da pessoa humana. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 6, n. 24, mês out/dez, 2005, p. 68.). 3. Constituem elementos do dano existencial, além do ato ilício, o nexo de causalidade e o efetivo prejuízo, o dano à realização do projeto de vida e o prejuízo à vida de relações. Com efeito, a lesão decorrente da conduta patronal ilícita que impede o empregado de usufruir, ainda que parcialmente, das diversas formas de relações sociais fora do ambiente de trabalho (familiares, atividades recreativas e extralaborais), ou seja que obstrua a integração do trabalhador à sociedade, ao frustrar o projeto de vida do indivíduo, viola o direito da personalidade do trabalhador e constitui o chamado dano existencial. (...). (RR - 727-76.2011.5.24.0002, Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 19/06/2013, 1ª Turma, Data de Publicação: 28/06/2013). No caso, o trabalhador era submetido a jornada de trabalho diária de 14 horas, em média, com trabalho aos domingos e apenas uma folga compensatória, revelando conduta contrária ao disposto nos artigos 6º, 7º, XIII, da Constituição Federal e 59 da CLT, refletindo a ilicitude patronal na privação do direito aos convívios social e familiar do empregado, caracterizando dano moral passível de reparação pela via indenizatória. (TRT-10. RO: 01235201310210008 DF. 01235-2013-102-10-00-8 RO. Relator: Dorival Borges de Souza Neto. Julgamento: 23/07/2014 – 1ª Turma. Publicação: DEJT 04/08/2014).

Constata-se, pois, que os Tribunais do Trabalho, ainda que a curtos passos, passaram a admitir a ocorrência de dano existencial no contexto laboral, evidenciando a necessidade de proteção e a fundamentalidade do projeto de vida e da vida de relações.

CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a demonstrar o instituto do dano existencial no contexto laboral, evidenciando seu conceito, seus elementos caracterizadores e sua aplicação em casos concretos apreciados pela Justiça do Trabalho brasileira.

Evidenciou-se que a organização do trabalho influencia no modo de vida do trabalhador, tanto na circunscrição do meio ambiente do trabalho como em ambientes externos. Por isso, uma organização do trabalho perversa que vise apenas ao aumento dos lucros empresariais pode causar danos irreparáveis ao trabalhadores, sobrevindo o que atualmente se convencionou chamar de dano existencial.

O reconhecimento dessa modalidade de dano no âmbito laboral vem restabelecer o equilíbrio jurídico ao indenizar o lesado, ou seja, o trabalhador, e não permitir o enriquecimento ilícito do empregador. Contudo, a efetivação do Direito ao Trabalho e o dever indenizatório em caso de dano existencial esbarram na precária realidade estrutural e social brasileira, que ostenta trabalhadores desinformados e uma estrutura de fiscalização trabalhista precária.

Assim, inexistindo ampla fiscalização inibitória, é comum se deparar com trabalhadores coniventes com a perversidade da organização do trabalho e com empresas que acreditam no beneficio da exploração da forma de trabalho humana.

Cabe ao Direito do Trabalho harmonizar o instituto do dano existencial ao contexto laboral, buscando definir seus contornos, elementos caracterizadores e medidas preventivas no âmbito trabalhista, a fim de garantir a todos um trabalho digno que possibilite que o trabalhador se realize como profissional e, principalmente, como cidadão.

Diante disso, conclui-se que o trabalhador deve ter seus direitos respeitados, preservando sua cidadania e valorizando sua integridade física, psíquica e moral. O dano existencial visa à proteção do indivíduo no exercício de seu trabalho, de forma a preservar sua dignidade e seu bem-estar, devendo ser amplamente aplicado, quando constatados seus elementos nos casos práticos, quais sejam, o ato ilícito do empregador, o dano causado ao empregado, o nexo de causalidade, o projeto de vida e a vida de relações.

REFERÊNCIAS

COPRUCHINSKI, Nélson. Longa jornada de trabalho que afeta a vida pessoal do trabalhador merece indenização por dano existencial. **Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.** Disponível em: <http://www.trt9.jus.br/internet_base/noticia_crudman.do?evento=Editar&chPlc=3392883>. Acesso em: 26 ago. 2014.

FILHO, Jorge Cavalcanti Boucinhas; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. O dano existencial e o Direito do Trabalho. **Revista eletrônica do Tribunal regional do trabalho do Paraná**, Dano existencial, Curitiba, v. 2, n. 22, set. 2013.

FROTA, Hidemberg Alves da. Noções fundamentais sobre o dano existencial. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3046, 3 nov. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/20349>. Acesso em: 24 jul. 2014.

LORA, Ilse Marcelina Bernardi. O dano existencial no Direito do Trabalho. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho de Paraná**, Curitiba, v. 2, n. 22, set. 2013.

NEITSCH, Joana. Dano existencial tenta reparar tempo perdido. **Gazeta do Povo**, 26 out. 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/conteudo.phtml?id=1311239>. Acesso em: 29 jul. 2014.

NETO, Amaro Alves de Almeida. Dano existencial – A tutela da dignidade da pessoa humana. **Revista Síntese – Direito Civil e Processual Civil**, n. 80, p. 9-36, nov./dez. 2012.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. II.

ROSARIO, Murilo. Do dano existencial no Direito do Trabalho. **Jusbrasil**, fev. 2014. Disponível em: <http://murilorosario.jusbrasil.com.br/artigos/113028683/do-dano-existencial-no-direito-do-trabalho>. Acesso em: 29 jul. 2014.

SOARES, Flaviana Rampazzo. **Dano existencial**: uma leitura da responsabilidade civil por danos extrapatrimoniais sob a ótica da proteção humana. Dissertação (Mestrado) – Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SZNIFER, Moyses Simão. Reparação do dano existencial. **Atualidades do direito**, 21 out. 2013. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/moysessimaosznifer/2013/10/21/reparacao-do-dano-existencial/>. Acesso em: 29 jul. 2014.

O desenvolvimento brasileiro em perspectiva: avanços e retrocessos

Para romper com a situação de atraso e de subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil, no inicio do século XX fora colocado em curso no país um processo de industrialização nos moldes da substituição de importações. Ademais, os teóricos do desenvolvimento depositaram acentuada esperança na industrialização, pois, por meio deste processo seria possível alcançar o tão sonhado desenvolvimento rompendo definitivamente com a sua herança colonial. Diante de inúmeras limitações, o capitalismo industrial brasileiro fora erguido sob as bases de uma aliança formada entre o Estado, o capital privado nacional e o capital privado estrangeiro. No entanto, o rompimento com o modelo de dependência clássica conduziu a economia do país a uma situação de subdesenvolvimento industrializado, a qual, por sua vez, acabara criando uma nova modalidade de dependência, qual seja, a tecnologia. A partir de então, de 1930 até a década de 1980, importante mudanças ocorreram na estrutura econômica, social e politica do país. Todavia, de 1990 em diante, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro minara sua capacidade de formar poupança e de investir, razão pela qual, com a força do pensamento neoliberal iniciava-se no país intenso processo de desestatização. Ao mesmo tempo, interessante movimento de inflexão da produção ocorrera na economia brasileira, ou seja, a indústria de transformação descrevia progressiva redução da sua participação no PIB, fenômeno que reacendeu o debate em torno do problema da possível desindustrialização do país. Mais recentemente, apesar dos avanços na área social com a redução da quantidade de pobres e de extremamente pobres e do aumento da classe "C", o mecanismo de reprodução da desigualdade ainda persiste. Além do mais, os avanços nas áreas de C&T e de P&D não foram suficientes para aumentar nossa capacidade de inovação, sem contar com a qualidade de serviços públicos de saúde e de educação que acabam fragilizando a equidade social e prejudicam a competitividade da nossa indústria. Assim, é através do incessante movimento para frente e para trás, que o artigo tem por objetivo examinar esta mesma trajetória do tão decantado e almejado desenvolvimento brasileiro.

049-2367

Hélio Braga Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
hb@facef.br

Jonatan Pousa
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
jonatan_cnl@hotmail.com

Márcio Benevides Lessa
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
marcio_lessa@facef.br

Palavras-Chave: economia brasileira, desenvolvimento econômico e social, indicadores econômicos e sociais.

INTRODUÇÃO

O quadro econômico-social, sobretudo o mais recente, conforma um provável trade-off entre avanços e retrocessos, contudo, o resultado final aponta que o Brasil, ainda continua perseguindo o tão almejado desenvolvimento.

Tanto que, a despeito disto, sob a luz do binômio transformações versus desenvolvimento econômico, o professor associado da FEA/USP, Raul Cristovão dos Santos (2011) tece comentários um tanto provocadores. Primeiro afirma que o desenvolvimento econômico do país já dura décadas, quando de fato o processo de ruptura com o passado deve se efetivar num período de pelo menos 20 anos. O segundo, já conclusivo, diz respeito ao fato de que o desenvolvimento é apenas um modismo, pois, concebida no exterior, a ideia foi senão adaptada no nosso país para preservação do status quo social.

Por sua vez, apesar do avanço na redução da desigualdade social entre ricos e pobres, a concentração da renda e da riqueza, ainda conserva uma situação de tamanha heterogeneidade que levou Furtado (2002) a concluir que o Brasil não se desenvolveu, apenas modernizou-se.

Ora, para romper com a situação de atraso e de subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil, os teóricos do desenvolvimento depositaram acentuada esperança na industrialização, pois, por meio deste processo seria possível alcançar o tão sonhado desenvolvimento rompendo definitivamente com a sua herança colonial.

Assim, no início do século XX fora colocado em curso no país um processo de industrialização nos moldes da substituição de importações. Diante de inúmeras limitações, o capitalismo industrial brasileiro fora erguido sob as bases de uma aliança formada entre o Estado, o capital privado nacional e o capital privado estrangeiro. Nesta mesma triangulação, coube ao governo federal a tarefa de realizar pesados investimentos em setores estratégicos,

bem como, em áreas inviáveis ou de pouca atratividade ao capital privado, tal como a de infra-estrutura econômica e social. Do mesmo modo, coube também ao Estado brasileiro criar as bases iniciais da infra-estrutura de ciência e tecnologia (C&T) no país.

Por esta forma, a crescente participação do Estado na economia associada ao processo mais denso da industrialização substitutiva de importações, promoveram alterações significativas na estrutura econômica e social do país. No entanto, o rompimento com o modelo de dependência clássica conduziu a economia do país a uma situação de subdesenvolvimento industrializado, a qual, por sua vez, acabara criando uma nova modalidade de dependência, qual seja, a tecnológica.

Ademais, ao final da década de 1970 esgotaram-se as possibilidades de crescimento econômico devido a crise de endividamento externo do país, além do que, os grandes investimentos públicos cessariam por conta da crise fiscal do Estado. A década de 1980 marcaria o início da transição democrática com o fim do regime militar, o que denotaria considerável avanço político do país.

O avanço político dado pelo país no início dos anos de 1980 rumo à sua redemocratização, colidira também com o fim do ciclo de crescimento econômico do período denominado de "milagre econômico e início de um ciclo caracterizado pela combinação de inflação alta com crescimento econômico baixo.

A crise de endividamento externo demandou para o seu equacionamento um conjunto de medidas de política econômica convergentes à geração de superávit comercial, além do que, exagerada proteção do governo central fora concedida à indústria nacional. Por um lado, ao longo da década de 1980 a economia brasileira conseguiu êxito na produção de superávit comercial, por outro lado, a indústria nacional acumulou obsolescência e atraso tecnológico. A crise fiscal do Estado brasileiro marcava ainda o fim dos grandes investimentos públicos - principalmente do governo federal - , razão pela qual, no início da década de 1990, nossa infra-estrutura econômica se encontrava em situação de apreciável deterioração. Acrescenta-se também o fato de que a passagem dos anos 1970 para a década de 1980, resultou o fim da agenda de governo baseada no planejamento de prazo mais longo, para o início de agendas restritas ao curto prazo e convergentes à promoção da estabilização da economia.

A década seguinte, isto é, a de 1990, inaugurava uma etapa de mudanças radicais em vários setores da sociedade brasileira. Entre outras, após décadas de ditadura militar, pela primeira vez seria eleito por plebiscito direto um governo civil, contudo, seu mandato fora interrompido dois anos após a sua posse por meio de um impeachment.

Mesmo assim, o país dava os primeiros passos na direção de sua inserção na era da globalização neoliberal. Deste modo, a inflação elevada e persistente fora finalmente erradicada, além do que, o patrimônio público construído ao longo de décadas pelo Estado brasileiro seria posto à venda por meio do processo de desestatização da economia. A abertura da economia removera a proteção até então concedida à indústria nacional e, sua exposição à uma acirrada e assimétrica concorrência internacional, forçou-a a realizar um profundo ajuste estrutural, o qual, por sua vez, acabou desencadeando desdobramentos como os processos de fusão e aquisição, de relocalização industrial, de liquidação de empresas, entre outros.

Também a partir de 1990, outro interessante movimento de inflexão da produção ocorrera na economia brasileira, ou seja, enquanto a indústria de transformação descrevia progressiva redução da sua participação no produto global, o setor terciário, na direção contrária, aumentava sua participação. A fase mais aguda da estabilização da economia impactou negativamente no mercado de trabalho com o aumento da taxa de desemprego, do mesmo modo que a apreciação do real acabou provocando entre 1995 a 1998 déficit constante do balanço de pagamentos, levando o país a pedir socorro ao FMI. Após este período de ajuste a economia brasileira seria a partir de 2003 em diante beneficiada por uma conjuntura externa favorável, cujo dinamismo em grande medida fora comandado pela China. Daí em diante, o espetáculo do crescimento parece ter invertido o sentido do desenvolvimento. Não resta dúvida de que o país realizou importantes avanços em diferentes setores da sociedade, entretanto, determinados fatos parecem contradizer estes mesmos avanços.

Na área social a redução continuada da taxa de desemprego reduziu a informalidade com a criação de empregos mais estruturados com carteira de trabalho assinada. As políticas sociais de transferência de renda articuladas a programas de qualificação profissional, avançaram consideravelmente na redução da miséria e da pobreza. A ação conjunta de redução do desemprego, das políticas sociais compensatórias, da expansão da massa salarial e do crédito, sustentaram por um bom tempo o crescimento da economia pela expansão do consumo doméstico, sobretudo dos bens de consumo duráveis subsidiados pelo governo central. Porém, entre outros efeitos adversos, as vendas de veículos automotivos dispararam, aumentando, por seu turno, os congestionamentos, a descarga de poluentes na atmosfera, sem falar que a velocidade média dos veículos reduzira, além do que o nível de endividamento das famílias com o SFN aumentara consideravelmente.

A modernização do consumo turbinada pelo efeito renda, não foi suficiente para romper definitivamente com o mecanismo de reprodução da desigualdade, pois, as classes de baixa e de média baixa renda, ainda carecem de serviços públicos de educação de qualidade, que acabam debilitando as suas chances de competir no mercado de trabalho em condições de igualdade com os segmentos mais privilegiados da população.

O tamanho do endividamento público do governo federal solapa sua capacidade de formação de

poupança e de realização de investimentos, ao passo que a estrutura tributária, em grande medida incidente sobre fluxos, penaliza a população de renda mais baixa e, compromete todo esforço do aparelho produtivo na busca por maior competitividade.

Apesar de todo esforço nas áreas de C&T e P&D, os avanços ainda não foram suficientes para aumentar a nossa capacidade de inovação. Do mesmo modo, a perda de participação do volume de produtos manufaturados - principalmente os industrializados de alta e de média alta tecnologia - na nossa pauta de exportações, em contraste com o aumento da participação dos produtos primários e de commodities, parece declinar nítido movimento da economia brasileira em direção da sua reprimarização.

Os problemas urbanos de moradia, poluição ambiental e sonora, de criminalidade e de violência, de produção em escala de lixo, de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, de saúde e de educação, entre tantos outros, não apenas exigirão para o seu equacionamento notável esforço dos governos, como também deles urge radical mudança de postura no sentido de romper com o ultrapassado e ineficiente método de tratamento e de gestão de problemas baseado em critério político para uma metodologia calcada na técnica.

Diante deste incessante movimento para frente e para trás, o artigo tem por objetivo examinar esta mesma trajetória do tão decantado e almejado desenvolvimento brasileiro.

Por sua vez, em razão do volume acumulado de antigos problemas e dos novos desafios a serem doravante enfrentados, indagamos se de fato o desenvolvimento brasileiro é senão uma promessa de futuro ou apenas uma ilusão?

Para examinar este movimento para frente e para trás do desenvolvimento econômico-social empregou-se um variado conjunto de indicadores de conteúdo quantitativo relacionados a diferentes dimensões da realidade brasileira.

O artigo esta estruturado em três seções. Na primeira, uma breve síntese histórica aborda os aspectos mais gerais do desenvolvimento brasileiro com ênfase no processo de industrialização, como também alguns de seus desdobramentos, tais como o movimento de migração campo-cidade e o de concentração da atividade industrial. Destaca-se ainda o papel do Estado brasileiro na construção do capitalismo industrial do país e, dos grandes investimentos realizados pelo governo federal em setores estratégicos como o de infra-estrutura econômica e de ciência e tecnologia. A segunda seção examina determinadas mudanças que ocorreram na economia brasileira em decorrência da sua transição do período de inflação crônica com proteção industrial, para a fase de estabilidade duradoura com abertura comercial. Nesta mesma seção examina-se uma outra ordem de ocorrências que se manifestara na economia brasileira, como são os casos dos processos de desestatização e de reestruturação industrial, bem como, do progressivo aumento da dívida pública do governo central e da perda gradual de participação da indústria no PIB nacional. A última seção procura condensar em seu conteúdo um exame de velhos problemas ainda persistentes e de novos desafios a serem enfrentados pelo país na sua constante marcha rumo ao desenvolvimento.

Aspectos gerais do desenvolvimento brasileiro - antecedentes históricos

Ainda que, tardiamente, por volta de 1930 a economia brasileira - sob os efeitos transmitidos pela Grande Depressão provocada pelo crash da bolsa de valores norte-americana - inaugurava uma nova etapa de desenvolvimento, o qual, por sua vez, orientava-se para dentro e assentava-se sob o comando da indústria nos moldes da industrialização substitutiva de importações (ISI).

Convém assinalar que embora a Grande Depressão de 1930 tivesse exercido em alguma medida relevante papel na reorientação do desenvolvimento do país, outras interpretações explicam as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, tal como assinalara Suzigan (2000)[1]. Mesmo porque, por volta do século XIX já se registrava incipiente atividade industrial no país, haja visto que, de 1849 até 1889 - as Estatísticas históricas do Brasil - Séries estatísticas retrospectiva do IBGE - mostravam que aproximadamente 636 estabelecimentos industriais já operavam no país em vários gêneros da manufatura, tais como a produção de têxteis, produtos químicos, alimentação e bebidas, vestuário, calçados e fumo. De 1890 a 1913, estes mesmos gêneros já contavam com 9.475 estabelecimentos industriais.

Tabela 1: Estabelecimentos industriais e pessoal empregado segundo os gêneros da indústria de acordo com o inquérito industrial no Brasil – 1912

Gêneros da Indústria	Estabelecimentos		Pessoal Empregado	
	Qtdade	%	Qtdade	%
Indust. Extrat. Sal	756	7,98	7.170	4,96
Ind. Têxteis	198	2,09	73.179	50,64
Ind. Químicas	673	7,10	8.096	5,60
Ind. Alimentação	1.934	20,41	14.253	9,86
Ind. Vestuário	4.654	49,12	25.865	17,90
Calçados	4.183	44,15	20.372	14,10
Out. Indústrias	1.260	13,30	15.957	11,04
Fumo	1.251	13,20	15.298	10,59
Total	**9.475**	**100,00**	**144.520**	**100,00**

Fonte: IBGE - Adaptada pelos autores.

As estatísticas do Inquérito Industrial de 1912, retratam que a estrutura da indústria brasileira estava fortemente concentrada, tendo em vista que, têxteis, alimentação e vestuário, juntos somavam o equivalente a 71,6% do total de estabelecimentos industriais e, representavam 78,3% do total de pessoas empregadas na atividade industrial. Por sua vez, em quatro décadas (1849 até 1889) a quantidade de estabelecimentos industriais chegara a 636, contudo, em pouco mais de vinte anos (1890 a 1913) já se computava algo em torno de 8.732 estabelecimentos industriais instalados no país.

Apesar disto, dois períodos importantes merecem ser observados, pois ambos distinguem um período de expansão industrial daquele que caracteriza a industrialização propriamente dita do país.

> [...], não seria correto falar de um processo contínuo de industrialização, começando na década de 1890. Gostaríamos de diferenciar entre uma era de crescimento industrial e um período de industrialização. O primeiro caracteriza acontecimentos até o fim da década de 1920.[...]. apesar do rápido crescimento de algumas indústrias, um período de simples crescimento industrial não provoca modificações estruturais profundas na economia.[...]. É evidente que somente nos anos 30 a indústria tornou-se o setor lider, influenciando fortemente o crescimento geral da economia. (BAER,1988,p.296-297).

De fato, a partir de 1930 a indústria tornou-se a locomotiva do crescimento da economia e o processo de industrialização foi gradualmente imprimindo acentuadas modificações de ordem estrutural tanto na economia, como na área social.

A expressiva força política até então exercida pela oligarquia agrícola, cederia gradativamente espaço para o baronato advindo da indústria.

O processo de industrialização arrastou importante alteração estrutural na economia ao reduzir progressivamente a participação do setor primário - agricultura, pecuária, caça e pesca, agricultura, extrativa vegetal-, na composição do produto total da economia e na estrutura ocupacional da força de trabalho.

> O processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. (SINGER, 1998, P.30).

Além da produção industrial apoiar-se em técnicas mais refinadas e, exigir trabalhadores mais qualificadas, o processo de industrialização altera substancialmente a relação capital-produto (K/Y), cria demanda intermediária, sobretudo por insumos intermediários, matéria-prima, máquinas e equipamentos, ou seja, estimula encadeamentos e complementariedades e, ainda estabelece interdependências tecnológicas. Por isto mesmo, acaba provocando profundas alterações na divisão social do trabalho, pois sob o comando da indústria, novas e diferentes especializações profissionais passam a ser requeridas, emergindo desta mesma divisão social do trabalho, novas e diversificadas categorias profissionais, as quais, por conseguinte, criam novas classes de renda e novas classes sociais. Estas por sua vez, ampliam e diversificam pelo efeito-renda o consumo de bens e serviços, o qual, por seu turno, estimula novos e diversificados investimentos. Além disto, a industrialização induz simultaneamente a outros dois movimentos, a saber, o de migração e o de urbanização.

> A industrialização, por sua vez, fez surgir uma grande variedade de serviços (de educação, de pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade etc.). Sendo os serviços atividades que têm de ser executadas junto aos usuários, a cidade acabou sendo o lugar onde todas estas atividades passaram a se realizar. (SINGER, 1998, p.31)

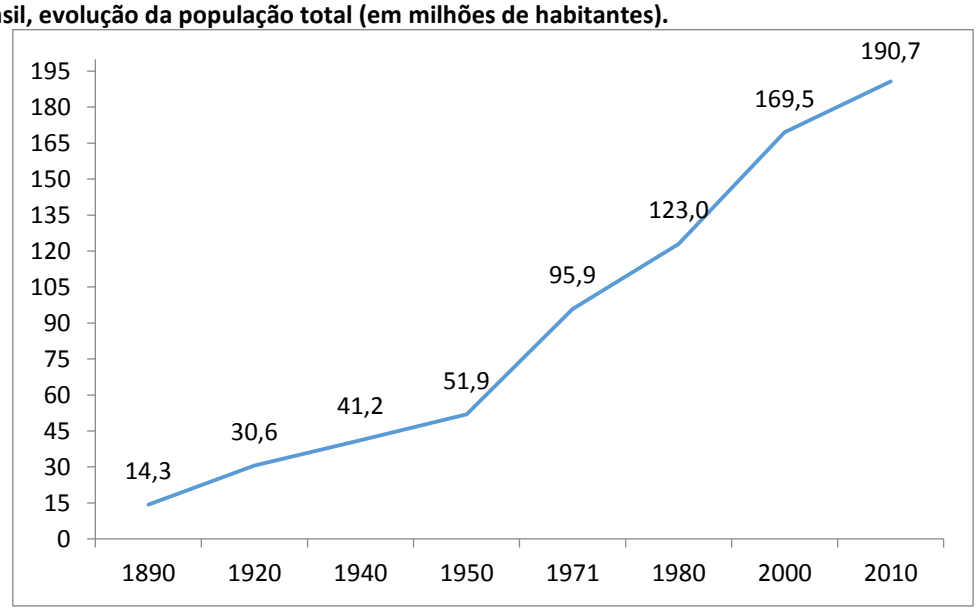
Por outro lado, a espacialidade da atividade industrial obedece à lógica da localização, a qual, além de demandar diferentes modalidades de serviços, condiciona-se aos efeitos proporcionados pelas economias externas e pelas economias de aglomeração.

> A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes, comunicações, etc.) e às economias externas que decorrem da complementariedade entre os estabelecimentos industriais. Para reduzir os custos de transporte que consubstanciam estas economias externas, as empresas que realizam intenso intercâmbio de mercadorias tendem a se localizar próximas umas das outras. Surge daí a cidade industrial. (SINGER, 1998, p. 30).

Contudo, esta mesma tendência de localizar empresas com o propósito de se aproveitar dos benefícios advindos da proximidade de empresas, das economias de aglomeração e de economias externas, provocou senão outra ordem de problemas derivados do processo de industrialização. Ocorre que, muito embora a dimensão da população brasileira assuma significativo papel em termos de mercado consumidor e como força de trabalho, a sua distribuição espacial conforma considerável desequilíbrio regional, bem como, entre o campo e a cidade.

Entre 1890 e 1950, ou seja, em seis décadas, a população total do país cresceu em termos absolutos de 37.610.482 habitantes ao passar de 14.333.915 para 51.944.397 habitantes. Já na seis décadas seguintes, a população total do país atingira um total de 190.755.799 habitantes, isto é, quase dez vezes o aumento registrado entre 1890 e 1950.

Gráfico 1: Brasil, evolução da população total (em milhões de habitantes).



Fonte: IBGE, Elaboração do autor.

O vertiginoso crescimento demográfico registrado até a década de 1970, sofre, daí em diante, uma apreciável inflexão, contudo, os efeitos decorrentes deste movimento são significativos e preocupantes. Ocorre que a partir da década de 1980, a taxa de crescimento demográfico no Brasil, iniciou um processo de progressiva desaceleração, visto que, reduziu-se de 3,8%a.a. aproximadamente na década de 1970, para algo em torno de 1,6% a.a. na década de 1990.

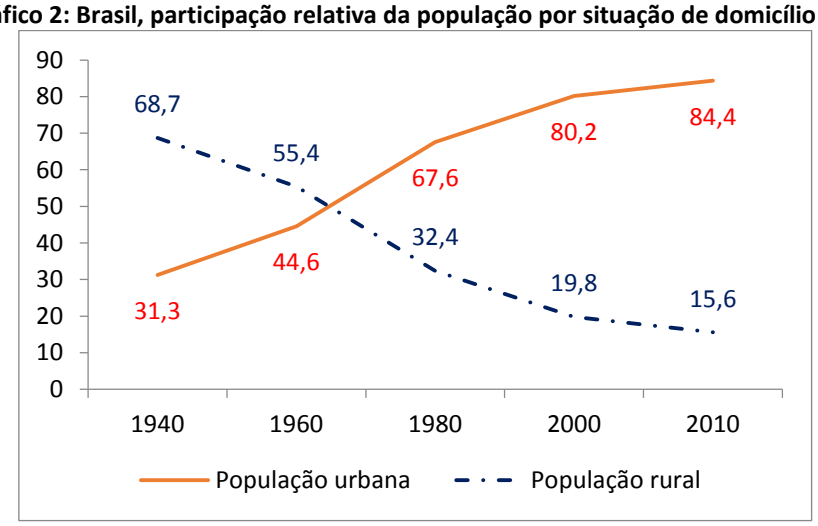
Entretanto, significativas mudanças na estrutura demográfica ocorreram, tendo em vista que a população economicamente ativa (PEA) aumentou consideravelmente a partir dos anos 1990, conquanto a população idosa (65 anos ou mais) passou a aumentar progressivamente a base da população pré-produtiva (de 0 a 15 anos) cresceria mais lentamente.

O reflexo deste movimento acarreta significativos e preocupantes desdobramentos para a sociedade brasileira, posto que, de um lado o aumento da PEA sinaliza crescimento da força do trabalho, o que, por sua vez, aponta para necessidade de geração de empregos, por outro lado, o aumento da taxa de envelhecimento, converge para a contínua pressão a ser exercida doravante sobre a Previdência Social Pública, sem contar com a necessidade de reorientação da política pública para a Terceira Idade.

Além disto, convém acrescentar que outra ordem de problemas se manifestaria em decorrência do processo de industrialização do país. Em primeiro plano, o êxodo rural e, o consequente movimento migratório no sentido campo-cidade acrescido da expansão demográfica, resultaria do esvaziamento do campo e do inchaço da área

urbana, principalmente nas áreas metropolitanas e, secundariamente, nas aglomerações urbanas dotadas de vantagens locacionais e/ou economicamente mais atrativas.

Gráfico 2: Brasil, participação relativa da população por situação de domicílio (em %)



Fonte: IBGE, Elaboração do autor

À medida que o processo de industrialização avançava, o movimento migratório ganhava força, acelerando desta maneira, a urbanização do país, a qual, por sua vez, desencadearia uma série de efeitos adversos. Basta verificar, que conforme aumentava a população urbana, a paisagem das áreas metropolitanas e, das demais aglomerações urbanas se alterava profundamente em decorrência da contínua expansão física destas áreas. Ao mesmo tempo, a população residente nestas mesmas áreas ampliava a demanda por serviços essenciais como habitação, educação, saúde, transportes, segurança pública, entre outros. Do mesmo modo, a demanda por infra-estrutura econômica e social também aumentava. O crescimento da população iria requerer para sua própria mobilidade na área urbana em constante expansão, consoante ampliação dos meios de transporte e da malha rodoviária urbana.

A expansão física da área urbana, principalmente nas áreas metropolitanas, materializada mediante o surgimento de novos e diferentes objetivos espaciais, não só modificava a paisagem natural destes mesmos lugares, como erguiam ali mesmo complexas e amplas estruturas urbanas. Ademais, as redes de abastecimento de água e as de esgoto invadiam o subsolo, enquanto o emaranhado de fios de distribuição de energia elétrica criava autêntica rede de

poluição visual. Ao lado da descarga de poluentes tóxicos produzidos pela crescente atividade industrial, a frota de veículos automotivos aumentava a emissão de gases poluentes e de ruídos excessivos, os quais, por conseguinte, acabavam provocando sérios problemas para a saúde da população residente nestas áreas.

Além disto, a contínua expansão da área urbana contribuía para o aumento do tempo de deslocamento, principalmente, no sentido residência-trabalho e vice versa de grande parte da força de trabalho o que aumentava o seu desgaste físico e afetava sua produtividade. Soma-se a estes sintomas, o fato de que no longo prazo o aumento dos custos acaba por criar deseconomias de aglomeração.

Cabe ainda acrescentar outros problemas que se manifestaram em decorrência do acelerado processo de urbanização que ocorrera nas áreas metropolitanas e demais aglomerações urbanas. Entre outros, o surgimento de grandes áreas habitadas de risco e de qualidade inferior, o desemprego e a falta de oportunidades para a população jovem, o tráfico de entorpecentes, a violência, a criminalidade e a prostituição, sem margem de dúvida comprometem e degradam as condições de vida de grandes contingentes populacionais.

Como se não fosse suficiente, a espacialidade da população brasileira, em boa medida, resulta da ocupação desigual do território nacional, enquanto consequência do descontínuo e concentrado desenvolvimento regional do país.

Tabela 2: Distribuição da população brasileira entre as grandes regiões da federação (em %)

Região	População Residente (em %)		
	1890	1950	2010
NORTE	3,3	3,6	8,3
NORDESTE	41,9	34,6	27,8
SUDESTE	42,6	43,4	42,1
SUL	9,9	15,1	14,4
CENTRO-OESTE	2,3	3,3	7,4
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE, Elaboração do autor

Decorridos mais de um século (1890-2010), a geografia da população brasileira ainda retrata a desigual ocupação do território nacional, pois, enquanto grandes contingentes populacionais estão concentrados em pequenas áreas, grandes áreas territoriais conformam baixa densidade demográfica.

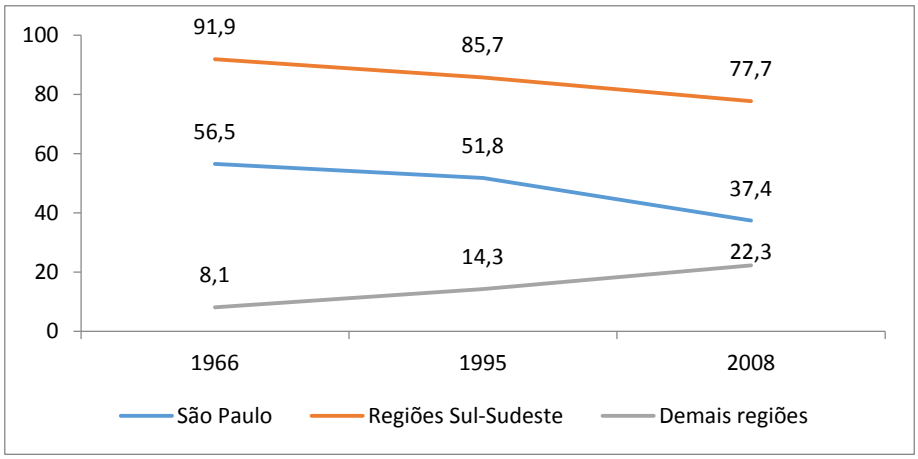
Muito embora a industrialização do país fosse suficientemente capaz de promover substanciais mudanças de natureza estrutural- na composição do produto global da economia, na estrutura do produto industrial e do consumo e, na composição das exportações - a mesma não fora capaz de atenuar os desequilíbrios regionais no país devido o seu caráter concentrador, pois na sua fase inicial adquiriu nítida convergência para o Sul-Sudeste, concentrando-se mais intensamente no eixo Rio- São Paulo.

> O fenômeno da existência de regiões dentro de um mesmo país, que mostram diferentes níveis de desenvolvimento econômico é bastante conhecido em todo o mundo. O Brasil é um dos países que, frequentemente, é mencionado como exemplo nos estudos de desigualdades regionais e como um caso de dualismo extremamente grave, onde as diferenças econômicas e sociais entre o Norte, Nordeste e o Centro-Sul são bem amplas, (...). (HADDAD,1980,p.58-59).

Tomando como referência o Valor da Transformação Industrial (VTI) do ano de 1996, constata-se que as regiões Sul-Sudeste detinham o equivalente a 92% daquela variável –isolado, o estado paulista representava 56,5%– enquanto as demais regiões somavam pífios 8% do VTI.

No entanto, a partir de 1970 iniciou-se um processo de desconcentração industrial, impulsado, sobretudo pelos grandes investimentos públicos que aumentaram de 14,7% (1970) para 22,5% (1985) a participação do interior paulista – notadamente as regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba — e, por consequência a Grande São Paulo teve sua participação no VTI reduzida de 43,4% para 29,4% respectivamente. CANO (1998) e PACHECO (1998).

Gráfico 3: Brasil, participação relativa no VTI das regiões Sul-Sudeste, demais regiões e estado de São Paulo (em %) - 1966, 1995, 2008.



Fonte: IBGE/PIA, Elaboração do autor.

Enquanto os estados de Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em conjunto aumentaram sua participação no VTI, de 19,9% (1970) para 28,8% (1985), em direção oposta, o estado do Rio de Janeiro teve sua participação reduzida de 15,7% para 9,5% respectivamente. CANO, PACHECO (1998). Mesmo que a partir de 1970 tivesse iniciado um movimento de desconcentração industrial, ainda assim, quando examinamos

as estatísticas oficiais mais recentes, constata-se acentuado desequilíbrio entre as grandes regiões da federação brasileira.

Tabela 3: Brasil, participação relativa das grandes regiões no PIB (em%) - 1995 e 2010.

Região	Participação Relativa no PIB (em %)	
	1995	2010
NORTE	4,2	5,3
NORDESTE	12,0	13,5
SUDESTE	59,1	55,4
SUL	16,2	16,5
CENTRO-OESTE	8,5	9,3
TOTAL	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE, Elaboração do autor

Embora o quadro denote um suave movimento de alteração de participação relativa das grandes regiões no produto global da economia, acredita-se que um longo e árduo caminho ainda deve ser percorrido na direção de um país regionalmente menos desigual.

Não resta dúvida de que a industrialização promoveu modificações importantes na composição setorial do PIB, na estrutura dos empregos, na composição das exportações e, na diminuição das importações de bens de consumo, na estrutura da demanda na diversificação do consumo e na estrutura social, contudo, acarretou além dos problemas anteriormente elencados, uma outra gama de problemas e de desequilíbrios.

De 1901 a 1961, as importações de bens de consumo (BC) em porcentagem das exportações totais, despencaram de 36,9% para 7,4%, o que poderia ser interpretado como que a economia do país já havia dado um passo deveras importante ao passar a produzir internamente aquela mesma categoria de bens, que até então eram importados. Entretanto, as importações de bens de capital aumentaram no mesmo período de 7,1% para 31,6%, denotando claramente que ao romper com o modelo de dependência clássica, a industrialização dava início a fase denominada de desenvolvimento dependente.

> Entretanto, exceção feita da industrialização que fato ocorreu, as demais previsões dos economistas do desenvolvimento e de todos aqueles que colocaram suas esperanças na industrialização para resolver o problema do subdesenvolvimento, não se concretizaram. [...]. A dependência, que antes se manifestava principalmente através das relações comerciais desfavoráveis aos países subdesenvolvidos, agora definia-se como uma dependência tecnológica, através das empresas multinacionais. (BRESSER-PEREIRA, 1979,p.92).

Ocorre que a industrialização do país só se tornou possível devido a uma "tríplice aliança" firmada entre o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro através das empresas multinacionais (EMNs). A participação do Estado fora decisiva, tanto que, no modelo de desenvolvimento que vigorou no país entre 1930-1961, coube a ele conceder estímulos aos empresários industriais encorajando-os a investir no circuito produtivo de sorte a alterar a relação produto capital(Y/K) com vista a aumentar a produtividade. Além disto, caberia ao governo federal realizar pesados investimentos em infra-estrutura econômica de apoio (IEA) de modo a suprir a demanda privada oriunda do processo mais denso de industrialização. Do mesmo modo, o governo federal deveria investir na infra-estrutura social (IES) para garantir e suprir as demandas sociais requeridas pelo processo de urbanização.

Por um lado, os grandes investimentos realizados pelo governo federal em setores inviáveis e/ou não atrativos ao capital privado não ficaram restritos somente a áreas estratégicas como infra-estrutura econômica e social entre outras, mas se estenderam principalmente à pesquisa científica e tecnológica. Tanto que, sob o comando dos militares, juntamente com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), no campo da pesquisa básica como no da pesquisa aplicada as prioridades eram:

> 1. Desenvolvimento tecnológico de setores industriais básicos: indústria eletrônica (com ênfase em computadores); indústria de bens de capital; indústria química e petro-química; indústria siderúrgica e metalúrgica; indústria aeronáutica (aproveitando o sucesso da integração universidade –empresa representado pela EMBRAER);
> 2. Tecnologia de infra-estrutura (energia, transporte e comunicações);
> 3. Tecnologia agrícola através da EMBRAPA e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural);
> 4. Pesquisas aplicadas em saúde e educação; e
> 5. Programa nuclear, atividades espaciais, oceanografia. (LANGONI, 1978,p.168).

Por outro lado, a crescente participação do Estado em setores estratégicos da economia atingira tamanha magnitude, que na década de 1970, o número de novas empresas estatais criadas atingira o total de 180, ou ainda, a quantidade de empresas estatais criadas quase que triplicou em comparação às novas estatais criadas entre as décadas de 1930 e de 1960, grandes empresas de natureza totalmente pública como de economia mista foram criadas no país.

> Lóide Brasileiro (1937); Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Companhia Nacional de Alcalis (1943); Companhia Vale do Rio Doce (1942); Petrobrás (1953); Rede Ferroviária Federal (1957). Eletrobrás (1962). Embratel (1965); Embraer (1969). (LANGONI, 1978, p. 184).

Além do mais, um outro aspecto peculiar do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro mostrava o quão significante eram as participações do capital privado estrangeiro e do setor público e, quão limitada era a contribuição do capital privado nacional, tendo em vista, que, enquanto o setor privado nacional era constituído por um limitado número de grandes firmas e de um considerável número de pequenos empresários, uma outra parte da indústria era composta por um poderoso setor privado estrangeiro que se somava a um outro setor de importância crescente representado pelas empresas públicas. (Furtado,1978).

Assim, sob a ótica do valor do capital e da lucratividade, entre as dez maiores empresas operando no país em 1969, havia nítida predominância conjunta das empresas estrangeiras e das estatais brasileiras.

Tabela 4: Empresas operando no Brasil segundo a origem, o valor do capital a lucratividade - 1969.

Empresas segundo o valor do capital	Origem	Empresas segundo a lucratividade	Origem
Petrobrás	P	Volkswagen	E
Centrais Elétr.SP	P	Petrobrás	P
Light	E	Texaco Brasil	E
Eletrobrás	P	Wills-Overland	E
Telefônica Brasileira	P	Light	E
Rede Ferroviária Nacion.	P	Souza Cruz	E
I.R.F. Matarazzo	N	RFF	P
Cia Siderúrgica Nacion.	P	Cia Vale do Rio Doce	P
Central Elét.Furnas	P	Rhodia	E
Cia Vale do Rio Doce	P	Telefônica Brasil	P

Fonte: Rezende Filho (1999), Adaptada pelo autor

P= empresa púbica E= empresa estrangeira N= empresa privada nacional

O alargamento das funções do Estado, quer seja através da criação de empresas públicas, quer seja por meio dos investimentos públicos federais, embora tivesse ampliado sobremaneira a sua presença na economia, entre outras razões, em alguma medida teria sido inclusive motivado pelo baixo grau de sofisticação tecnológica da indústria brasileira, tanto que, entre 1950 e 1960 iniciava-se no país a construção de uma importante infra-estrutura científica e tecnológica com a criação da CAPES, do CNPg, Finep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Além do mais, ao romper com o modelo de dependência clássica, a industrialização por substituição de importações aumentava o grau de dependência da economia, concentrava a renda, grande parcela da população fora marginalizada, e a indústria de bens de consumo desenvolvera-se em detrimento da indústria de bens de capital, situação esta denominada por Furtado (1972) de " subdesenvolvimento industrializado". (BRESSER-PEREIRA, 1979).

Por mais paradoxal que possa parecer as modificações que se sucederam na estrutura da indústria brasileira, muito provavelmente, foram ocasionadas pela própria distribuição da renda, visto que, seu caráter concentrador favoreceu e estimulou o surgimento de um mercado interno de bens de luxo destinados à sofisticação dos deleites de uma minoria privilegiada da população detentora de renda média elevada.

Porém, a produção de bens de consumo duráveis e de luxo fora praticamente dominada pelos grupos estrangeiros.

> As firmas estrangeiras podem ser creditadas por terem introduzido a fabricação local não apenas de carros e pneus, mas também de geladeiras, locomotivas, rádios e máquinas de lavar. O crescimentos do capital industrial estrangeiro foi um reflexo do aparecimento de novas indústrias nas quais o capital nacional não estava preparado para competir, e não

> foi causado pelo afastamento de grupos nacionais de indústrias nas quais viessem atuando até então. (EVANS, 1982, p.104).

A presença do capital estrangeiro, sobretudo nos ramos de fabricação de bens de consumo duráveis teve fato papel decisivo no processo de industrialização, pois, contribuiu de forma efetiva para alterar substancialmente a estrutura industrial do país, contudo, a presença praticamente predominante de firma estrangeiras em determinados segmentos da produção industrial conformou uma estrutura de mercado bem oligopolizada.

Se no início do processo de industrialização o setor de transformação fora liderado pelas indústrias tradicionais, já a partir do final de 1950, verificou-se progressiva ampliação da participação das indústrias consideradas dinâmicas na composição do produto industrial. Assim, enquanto os ramos industriais de metalurgia; mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transporte; produtos químicos; produtos farmacêuticos e de plásticos delineavam participações crescentes na estrutura da produção industrial, em sentido oposto os segmentos de produção de têxteis; vestuário e calçados; produtos alimentares; madeira; de bebidas e fumo sofriam contínua redução

. **Tabela 5: Indústria brasileira, participação relativa de gêneros da indústria no valor da produção industrial - 1939, 1959 e 1989**

Gêneros de Indústria	Participação no valor da Prod. Indust.%		
	1939	1959	1989
Prod.min.não metál.	3,7	4,5	3,4
Metalurgia	6,3	10,5	15,5
Mecânica	1,0	2,8	7,7
Mater.Elétr.Comunic.	0,9	3,9	7,6
Mater.de transporte	2,9	6,8	9,5
Madeira	2,8	2,6	0,9
Mobiliário	1,6	1,8	0,9
Papel e papelão	1,7	2,9	3,6
Borracha e matér.plást.	0,6	3,2	3,8
Couros e peles	1,9	1,1	0,5
Química	5,8	8,9	15,2
Prod.farmac. veterinário	1,6	1,9	1,2
Perfumaria, sabões e velas	2,0	1,5	1,0
Têxtil	23,0	12,5	5,4
Vest.,calçados e artef. tecidos	4,6	3,4	4,8
Prod. Alimentares	31,4	24,1	13,0
Bebidas	2,6	2,4	1,2
Fumo	1,7	1,1	0,7
Editorial e gráfica	2,6	2,3	1,4
TOTAL	**98,7**	**98,2**	**97,3**

Fonte: IBGE, Elaboração do autor.

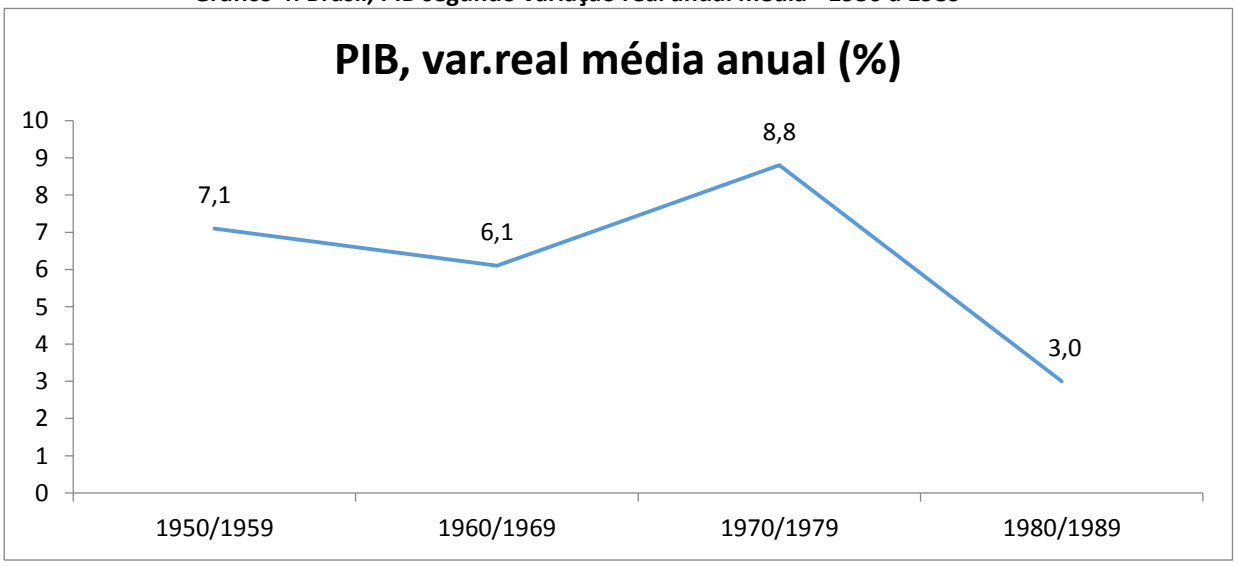
Diante de importantes modificações que ocorreram na economia, na estrutura da indústria e na estrutura social do país — apesar da acentuada concentração da renda e da riqueza —, o vigoroso crescimento do PIB brasileiro entre 1970 a 1973, sofreria considerável inflexão devido os dois choques sucessivos de petróleo e a crise financeira global que acabaram levando ao fracasso o Projeto Brasil Potência.

> Internamente, seu fracasso pode ser explicado por duas contradições básicas. Primeira, a ênfase no transporte rodoviário como motor do desenvolvimento planejado, enquanto o país importava cerca de 80% de seu consumo global de derivados de petróleo. Quando a partir de 1973 os preços internacionais do petróleo bruscamente triplicaram, a fragilidade do modelo ficou totalmente exposta. [...]. Se entre 1969 e 1973 o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média anual de 10,9%, as importações haviam crescido 24% anualmente. (REZENDE FILHO, 1999, p. 135).

Diante da crise que se instalou na economia global, tanto os países do capitalismo central, como as economias periféricas, foram obrigados a promover profundo ajuste macroeconômico em suas economias. No Brasil, de 1970 a 1974, a taxa média de crescimento do PIB de 11,1%, cairia para 6,3% entre 1975 a 1979, a balança comercial acumulara déficit constante, a inflação ganhava força e, as dívidas externas e a pública interna mobiliária federal saltaram respectivamente de US$5,053 milhões para US$44,297 milhões e de CR$10,112 milhões para CR$521,127 milhões de 1970 a 1979.

Ao final dos anos de 1970, entre outros fatores, a crise de endividamento externo e a falência financeira do Estado potencializaram o fim do ciclo de expansão econômica do país.

Gráfico 4: Brasil, PIB segundo variação real anual média - 1950 a 1989



Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor.

Além disto, o quadro de instabilidade que se instalou na economia brasileira, em decorrência, principalmente da inflação crônica, persistente e elevada desencadeou uma onda de efeitos deveras danosos sobre o país, pois:

a) deteriorava o real poder de compra das classes de renda baixa e enfraquecia a capacidade arrecadadora do Estado;

b) comprimia a demanda interna (consumo), sobretudo pelo fato de que as classes de renda média baixa, a não ser a correção do salário nominal, não dispunham de nenhum outro mecanismo de proteção dos seus respectivos rendimentos;

c) inibia os investimentos privados destinados à ampliação da capacidade de oferta e à modernização/ atualização tecnológica, visto que, as aplicações financeiras de curto prazo de cunho especulativo- dadas as elevadas taxas de juros praticadas - eram muito mais atrativas e rentáveis;

d) as desvalorizações cambiais estimulavam as exportações- sem contar com os estímulos oferecidos pelo governo federal -, conquanto, em sentido oposto, câmbio e outros expedientes de proteção industrial coibiam as importações;

e) a redução dos investimentos privados e das importações - notadamente de máquinas e equipamentos - travaram a atualização/modernização do parque industrial, debilitando, por seu turno, a própria competitividade da indústria nacional; e

f) a crise financeira e fiscal do Estado agra pelo seu mesmo elevado nível de endividamento reduzira a capacidade de poupança e, por consequência, de investimento do próprio governo, deixando em situação degradante a infra-estrutura econômica do país.

Além do mais, as sucessivas tentativas de estabilizar a economia ao longo dos anos de 1980 fracassaram, transferindo para a década seguinte a árdua tarefa de erradicar a inflação e, ao mesmo tempo, recuperar o atraso tecnológico da indústria brasileira diante dos desafios impostos pelo novo padrão de acumulação, a globalização.

> O atraso tecnológico da indústria brasileira se manifesta principalmente em termos da defasagem dos equipamentos e das tecnologias de processo e de produto, da baixa difusão das inovações gerenciais e organizacionais, e do reduzido investimento em P&D. Mas esta presente também no inexpressivo desenvolvimento das indústrias ou atividades

> representativas dos novos paradigmas tecnológicos - com exceção parcial da informática, inclusive equipamentos de automação. (SUZIGAN, 1992, p. 102).

O primeiro quinquênio da década de 1990 (1990-94), exigira notável esforço do governo federal em equacionar a grave situação em que se encontrava a economia do país, tendo em vista, que a vertiginosa escalada do índice geral de preços configurava um quadro de hiperinflação, além do que, a dívida externa e a dívida interna pública do governo central atingiram patamares sem dúvida preocupantes. A este quadro, acrescentavam-se a debilitada condição em que se encontrava a infra-estrutura econômica, a reduzida competitividade da indústria nacional e, na área social, entre outras questões, a pobreza e a concentração da renda.

2. Desenvolvimento brasileiro: o quadro econômico mais recente

A década de 1990 inauguraria o fim da era da instabilidade provocada pela inflação alta e persistente, contudo, marcaria também uma nova etapa para a economia e para o desenvolvimento brasileiro.

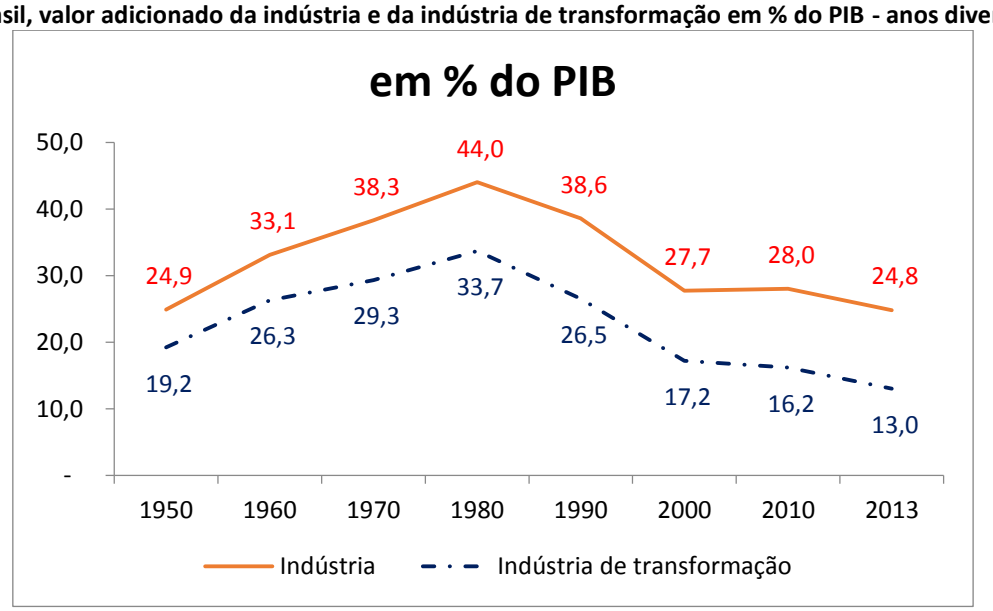
As expressivas taxas de crescimento econômico registradas entre as décadas de 1950 a 1970, sofreram daí em diante, abrupta redução, tanto que, na década de 1980, o PIB brasileiro cresceu em média 3% a.a. e, na década de 1990, a taxa média de crescimento do produto alcançara reduzidos 1,6%a.a. Durante os governos civis de Collor Mello/ Itamar Franco e FHC-1 e FHC-2, a taxa média de crescimento do PIB brasileiro fora de 2,4%a.a. Nos oitos anos do governo Lula(PT) (2003 a 2010) atingira 4,0%a.a., contudo, nos três primeiros anos de sua sucessora Dilma Roussef, o crescimento do produto global do país registrara uma média de reduzidos 2,0% entre 2011-2013.

Convém observar que no período correspondente aos anos de 2003 a 2012, a taxa média de crescimento anual do PIB mundial fora de 2,7%a.a. Abaixo da média mundial, ficaram a Europa (1,4%);França (0,9%); Alemanha (1,2%);Japão (0,9%); Reino Unido/ Irlanda do Norte (1,3%) e EUA (1,9%).

Na direção oposta, a Ásia cresceu em média 4,8% a.a.; a Ásia Central 7,6%; a Federação Russa 4,7%; Índia 7,8%; América Latina e Caribe 3,7%; China 10,4% e, o Brasil, bem abaixo, registrou crescimento médio anual de 3,6% ao ano. [2]

A perda de dinamismo decorrente das baixas taxas de crescimento do produto total da economia do país, colidia com um movimento por sinal intrigante e preocupante da indústria nacional.

Gráfico 5: Brasil, valor adicionado da indústria e da indústria de transformação em % do PIB - anos diversos.



Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor.

No auge da Grande Depressão Mundial de 1930 e com o firme propósito de romper com o modelo de dependência clássica, como também superar a situação de atraso e de subdesenvolvimento, o governo brasileiro deu impulso a um intenso processo de industrialização no país, o qual, por sua vez, baseou-se na substituição de importações.

Mesmo diante de enormes dificuldades e de apreciáveis limitações para se implantar no país um parque industrial, a tríplice aliança firmada entre o governo, o capital privado nacional e o capital estrangeiro, constituiu a base sobre a qual ergueu-se o capitalismo industrial no Brasil.

A indústria que se instalava no país, progressivamente ganhava peso e importância na economia e na composição do seu produto, assim como, gradativamente sua própria estrutura se modificava.

Em apenas três décadas (1950-1980), a participação da indústria de transformação no valor adicionado industrial quase que dobrou, o mesmo ocorreu com a indústria em geral.

Entretanto, como advento da Terceira Revolução Industrial novos produtos passaram a ser elaborados em decorrência da exitosa junção da eletrônica com a tecnologia de informação (TI), como também, a microeletrônica que ao articular-se com o complexo mecânico aumentou de modo substancial a participação destes mesmos segmentos no valor da produção industrial. (CARDOSO DE MELLO, 1992). No plano microeconômico o emprego de novas tecnologias aplicadas ao processo de fabricação (CAD, CAM, CGMS, entre outras) e, de ferramentas gerenciais mais arrojadas (KANBAN, JIT, TQC) somavam-se aos modelos de gestão e de estratégicas empresariais mais requintadas, que, por sua vez, conferiam as empresas e setores da indústria maiores vantagens competitivas.

Por outro lado, novas formas de organização da indústria - industrial district, clusters, APL's, pólos tecnológicos, etc - reforçavam as bases da sua competitividade concedendo novo impulso a diferentes segmentos industriais.

No entanto, de 1980 em diante, a indústria de modo geral e, em particular a indústria de transformação no Brasil, iniciavam nítido movimento de declínio traduzido pela contínua redução de suas respectivas participações em porcentagem do PIB. Esta mesma trajetória colidia com o aumento da participação do setor terciário no produto — fenômeno qualificado pela denominada " terceirização da economia" — e, inaugurava amplo debate sobre a possível desindustrialização do país.

Embora a discordância de opiniões entre os economistas sobre o fenômeno da desindustrialização constitua traço marcante das discussões, pelo menos é consensual que a situação da indústria brasileira denota preocupação.

Tabela 6: Participação relativa de grandes setores da atividade econômica do PIB segundo países selecionados (em %) - 1970 e 2012.

Países	População Relativa no PIB (em %)					
	Agricultura		Manufatura		Outras Atividades	
	1970	2012	1970	2012	1970	2012
Brasil	12	5	27	13	32	39
China	35	10	-	31	12	28
França	8	2	23	10	37	56
Alemanha	3	1	33	24	28	47
India	43	17	14	14	24	31
Itália	9	2	27	16	30	49
EUA	3	1	24	12	37	59
Japão	5	1	33	19	25	48
Reino Unido	3	1	27	10	33	54
México	9	4	19	18	35	34
Argentina	9	9	36	19	24	37

Fonte: UNSTADS, Elaboração do autor.

A esperança depositada pelos economistas brasileiros, de que a industrialização seria capaz de superar o seu atraso e promover significativas mudanças na estrutura econômica e social do país, vale dizer conduzi-lo para uma situação de desenvolvimento teria fracassado? Pelo menos duas arguições sobre esta questão em épocas bem diferentes, ainda que insuficientes, parece-nos adequadas pelo menos para saber se o desenvolvimento brasileiro foi de fato um objetivo a ser atingido ou, tratava-se apenas de um engodo.

> [...], exceção feita da industrialização que de fato ocorreu, as demais previsões dos economistas do desenvolvimento e de todos aqueles que colocaram suas esperanças na industrialização para resolver o problema do subdesenvolvimento não se concretizaram. (BRESSER-PEREIRA, 1979,p.92).

Não resta dúvida de que a industrialização ocorreu de fato, porém, ao romper com o modelo de dependência clássica, o Brasil teria ingressado numa outra modalidade de dependência, qual seja, a tecnológica, tendo em vista que o processo de industrialização baseou-se [...] de fato na substituição da importação de produtos pela importação de empresas estrangeiras. (CRISTOVÃO DOS SANTOS, 2011,p. 90).

Ocorre que, a presença predominante do capital estrangeiro nos gêneros da produção de bens de consumo duráveis, acabava criando pelo menos dois tipos de novos problemas para a economia do país, ou seja, além

de aumentar a demanda por bens importados, aprofundava a dependência tecnológica da indústria. Para evidenciar o problema da dependência tecnológica, uma versão mais atualizada da teoria clássica da vantagem comparativa, conhecida como "modelo de clico de vida do produto", em boa medida presta-se para explicar esta situação.

> Segundo o modelo de ciclo de vida do produto, os novos artigos provavelmente serão produzidos e vendidos no centro, e mais tarde produzidos no centro e exportados para a periferia e , finalmente, produzidos na periferia. Com o tempo, um número cada vez maior de produtos serão manufaturados na periferia, mas continuarão a ter certas características em comum. A produção só se transfere para a periferia depois que a tecnologia em causa se transforma em rotina. (EVANS, 1982, p.39).

Concebendo o processo de desenvolvimento econômico como o resultado de um conjunto de transformações da estrutura produtiva por meio de inovações - embora a indústria brasileira tivesse passado na década de 1990 por um intenso processo de reestruturação produtiva - podemos creditar exito à primeira mudança, contudo, em respeito à inovação, em muito o país se distanciou deste propósito.

> [...] existe um flagrante descompasso entre o conceito de desenvolvimento econômico (de Schumpeter) e a realidade dos fatos da economia brasileira. [...], embora a estrutura produtiva do Brasil tenha se transformado no sentido de elevar a produtividade do trabalho, essa transformação não foi fruto de um processo endógeno de inovação tecnológica, nem mesmo propiciou um sistema de inovação tecnológica. (CRISTOVÃO dos SANTOS, 2011, p.90).

Embora tenha ocorrido mudanças na estrutura produtiva, o comportamento mais recente da IT segundo a densidade tecnológica corrobora o mencionado descompasso com o conceito Schumpeteriano de desenvolvimento econômico (inovação).

Tabela 7: Brasil - Participação dos grupos de intensidade tecnológica no Valor da Transformação Industrial (VTI) da Indústria de Transformação (IT) - anos selecionados (%)

	1996	2000	2003	2006	2009
AT	6,0	6,6	5,7	7,2	7,4
MAT	27,4	25,3	27,6	25,9	30,2
MBT	33,4	36,9	33,8	32,6	29,4
BT	33,2	31,1	32,9	34,3	33,0
IT	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cario, da Silva (2012) AT: alta tecnologia; MAT: média alta tecnologia; MBT: média baixa tecnologia; BT: baixa tecnologia; IT: indústria de transformação.

Ainda que os gêneros da IT de AT e de MAT tenham aumentado suas participações relativas no VTI, tendo em vista que de 33,4% em 1996 passaram a representar 37,6%, a estrutura da indústria brasileira ainda conforma acentuada concentração do VTI em segmentos de média baixa e de baixa tecnologia.

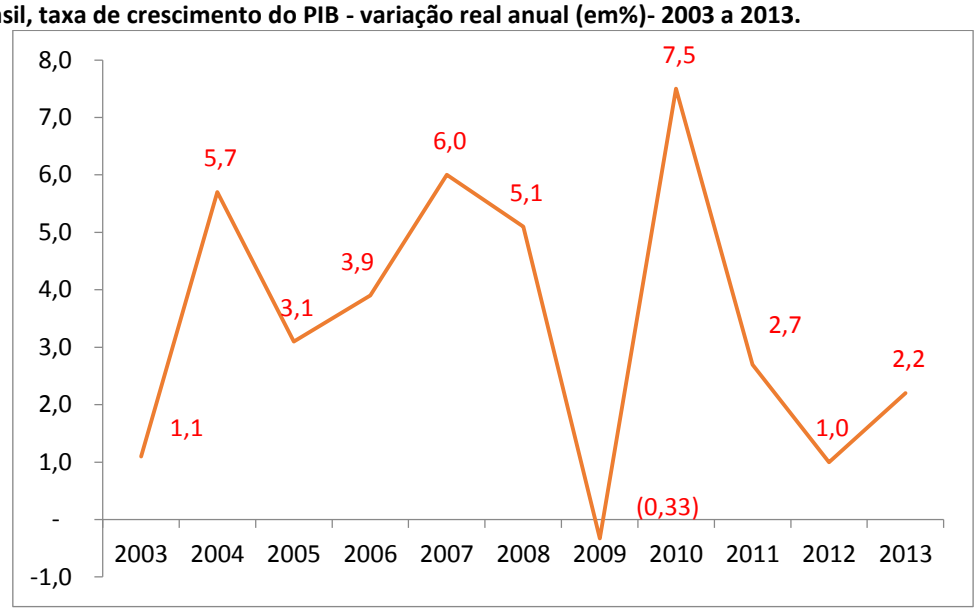
Analisando a evolução da estrutura industrial brasileira Feijó e Carvalho (2008) revelam certa preocupação com o quadro recente em que se encontrava o setor de transformação.

> Os dados da PIA 2006 mostram que nos últimos anos continua o movimento de ganho de peso e consequente especialização da indústria em setores intensivos em recursos naturais.[...]. Uma avaliação geral indica que o quadro de transformações na estrutura produtiva da indústria é preocupante, na medida em que cada vez mais a indústria se especializa na produção de commodities enquanto setores importantes do ponto de vista tecnológico apenas mantêm espaço. (Feijó e Carvalho, 2008, p.21-24).

O vigoroso movimento de expansão da economia da China e da Índia, traduzidos pelas elevadas taxas de crescimento dos seus respectivos PIBs e, em menor porcentagem, EUA, Europa, Japão, Reino Unido e a economia mundial entre 2003 e 2008, apesar de ser interrompido em 2009 em razão da crise global, foi deveras positivo para a economia brasileira. Os efeitos gerados por essa conjuntura internacional favorável propagaram-se sobre a economia brasileira de forma positiva, na retomada do crescimento da economia, na recuperação e contínua expansão do emprego formal e da massa salarial, na expansão do crédito e do consumo das famílias, no crescimento das exportações e produção de robusto superávit comercial, o que propiciou formação de apreciável volume de reservas internacionais, ao passo que contribuiu, ainda que provisoriamente para a redução da vulnerabilidade externa do país. Todavia, se por um lado o período pré-crise global e pós-crise dinamizou a economia brasileira entre

2003 a 2010, daí em diante, constata-se uma reversão daquele movimento, o qual não deixa de ser preocupante.

Gráfico 6: Brasil, taxa de crescimento do PIB - variação real anual (em%)- 2003 a 2013.



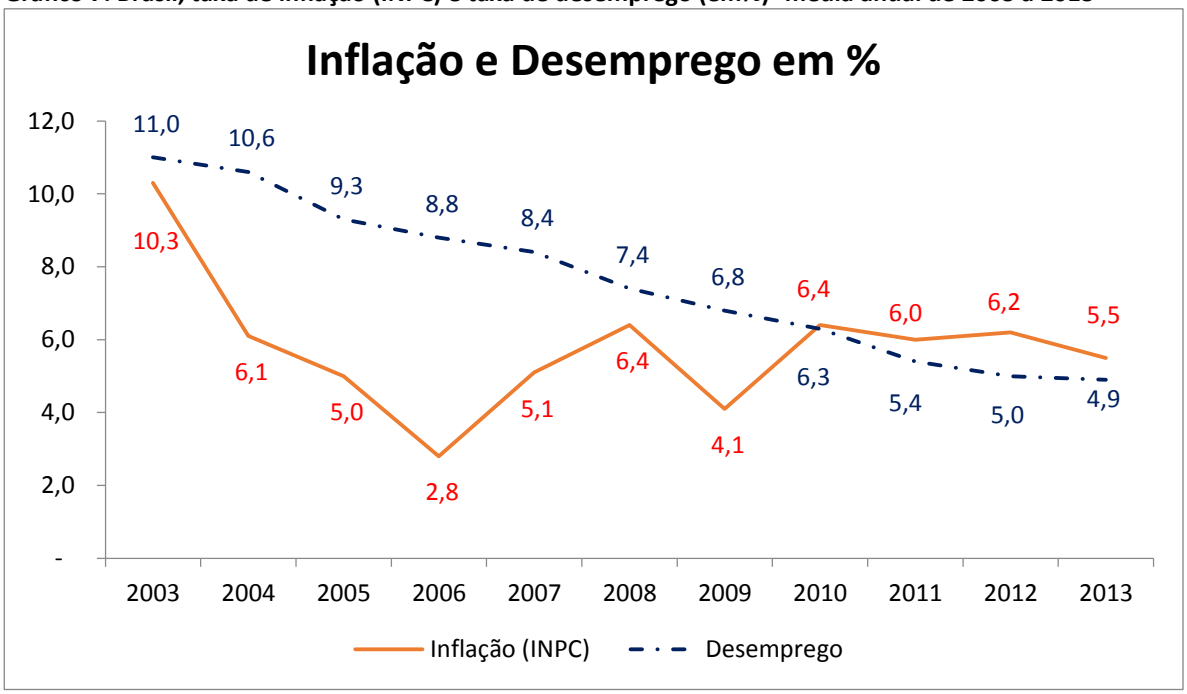
Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor.

A exceção de 2009, a expansão não regular do PIB brasileiro, fora até o ano de 2010 dinamizada principalmente pela expressiva participação do consumo das famílias e, secundariamente pelos investimentos (FBCF) e pelas exportações em conjunto.

Entretanto, comparativamente à composição do PIB sob a ótica da demanda (em%) da República Popular da China, o PIB brasileiro configura considerável contraste. Em 1995 e 2012, o produto global brasileiro registrara a seguinte composição da demanda: o consumo das famílias manteve-se em torno de 62%, os gastos do governo 21%, a FBCF também não se alterou, permaneceu em torno de 18%, conquanto em relação à componente externa, as exportações aumentaram sua participação no PIB de 7% para 13% e, as importações do mesmo modo ampliaram-se de 9% para 14%. Nos mesmos anos, o produto chinês computara um declínio do consumo das famílias de 45% para 36%, os gastos de governo foram mantidos em torno de 13%, os investimentos aumentaram de 33% para 46%, as exportações avançaram de 19% para 28%, assim como as importações de 17% para 25%. [3]

Paralelamente ao não-regular crescimento do PIB brasileiro, constatam-se outros movimentos da economia dignos de serem comentados quais sejam, a cadente trajetória descrita pela inflação - medida pelo INPC- em contraste com a redução progressiva da taxa de desemprego, além da ampliação da massa salarial vis-a-vis ao crescente endividamento das famílias.

Gráfico 7: Brasil, taxa de inflação (INPC) e taxa de desemprego (em%)- média anual de 2003 a 2013



Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor

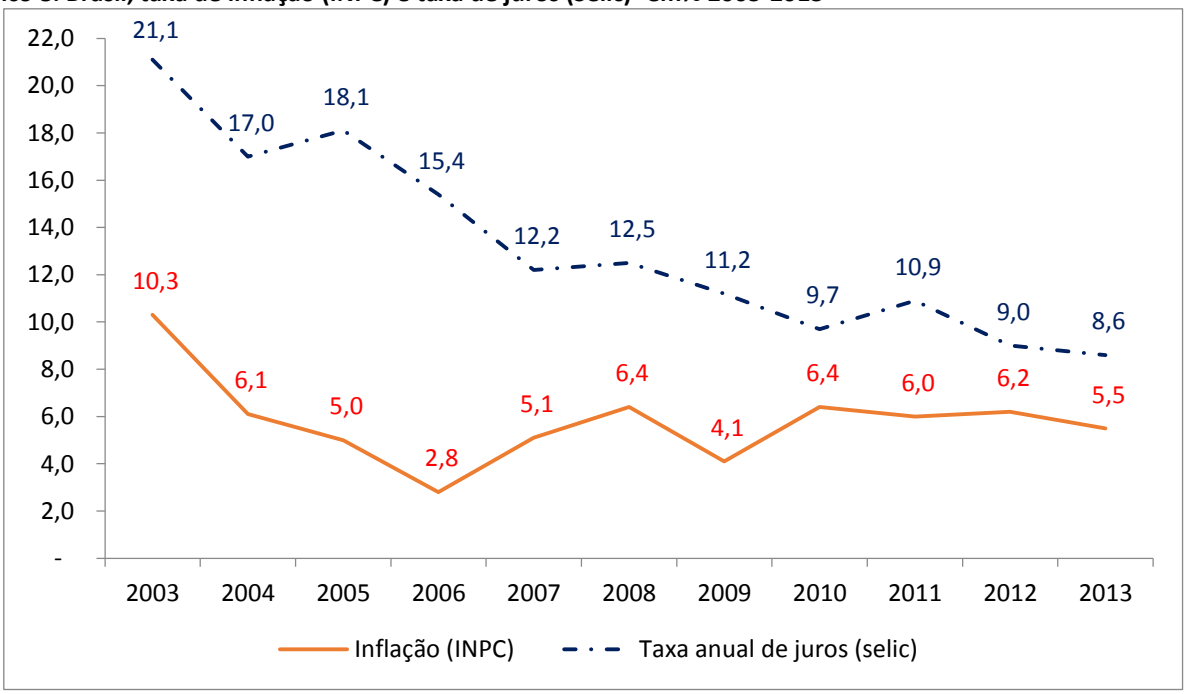
Enquanto a taxa de desemprego diminui, a taxa de inflação segue a mesma trajetória no período de 2003 a 2006, já em 2007 e 2008 a inflação volta a subir e o desemprego continua em ritmo de queda. De 2009 em diante, a constante queda da taxa de desemprego foi acompanhada de um movimento ascendente da inflação. A trajetória mais recente da inflação (INPC), comparativamente a do desemprego chamou a atenção do economista Luiz Carlos Mendonça de Barros que constatara um quadro de típico trade-off nos moldes da curva de Phillips.

> A curva de Phillips é uma relação negativa entre a taxa de desemprego (u), e a taxa de inflação (TT), (...). Altas taxas de crescimento da demanda agregada estimulam a produção e, assim, baixam a taxa de desemprego. Essas altas taxas de crescimento na demanda também causam um aumento na taxa de crescimento dos preços (isto é, elevam a taxa de inflação. Assim, a curva de Phillips postula um trade-off entre inflação e desemprego; taxas mais baixas de desemprego podem ser obtidas, mas apenas ao custo de taxas de inflação mais altas. (FROYEN,1999, p.272).

Quando observamos a trajetória descrita pela taxa de desemprego e pela inflação de 2003 a 2006 ambas as taxas caem simultaneamente da mesma forma, constata-se redução contínua da taxa de juros (Selic). A inflação volta a subir em 2007 e 2008, conquanto a taxa de desemprego continua em queda e a taxa de juros praticamente não se altera, visto que a taxa média anual oscilou entre 12,2% e 12,5% a.a. Em plena crise, as taxas conjuntas de desemprego, inflação e de juros experimentam redução. Entretanto, a partir de 2010, o desemprego continuava a reduzir-se, a inflação iniciara movimento de alta e, a exceção de 2011, a taxa de juros entrava, por assim dizer, num ciclo temporário de baixa.

Ora, o que se questiona é porque a taxa de juros anual (SELIC), entre 2002 a 2006, se manteve em patamares tão elevados se a partir de 2010 a 2013 esta iniciara movimento de queda com inflação mais alta?

Gráfico 8: Brasil, taxa de inflação (INPC) e taxa de juros (Selic)- em% 2003-2013



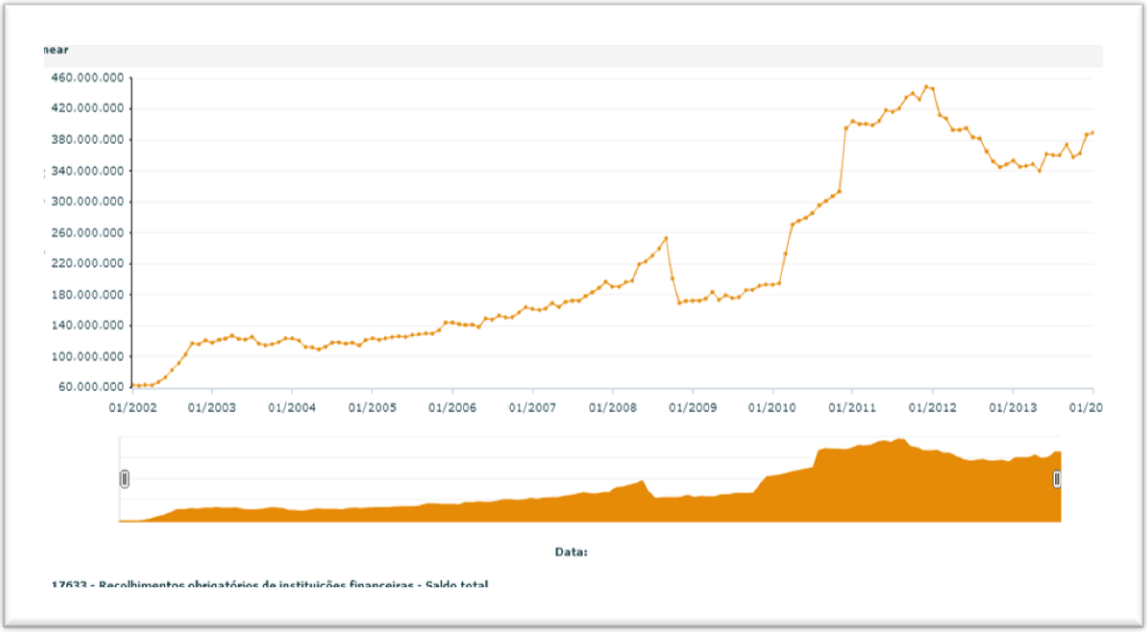
Fonte: IPEADATA e BACEN, Elaboração do autor

Levando em conta a influência exercida por diferentes grupos no poder, a condução da política monetária, vale dizer, a administração da taxa de juros nem sempre condiciona-se a critérios estritamente objetivos ou técnicos, mas, submete-se a outra ordem de motivações.

> [...] o regime de política macroeconômica durante o governo Lula foi a expressão dos movimentos contraditórios [...], o debate a respeito do nível da taxa de juros não pode ser resumido apenas ao campo do pensamento econômico e de suas soluções técnicas, já que esta variável é o elemento central para expressar os conflitos das frações do bloco no poder.[...], o manejo da política macroeconômica condensa ao mesmo tempo: [...]; ii) o poder político da fração bancário-financeira, que se materializa pela sua representação no "centro de poder" do sistema estatal brasileiro: o Banco Central; iii) e o poder econômico desta fração bancário-financeira, que pode ser observado pelas elevadas taxas de lucros dos grupos econômicos dos segmentos bancário-financeiro, e iv) o poder ideológico dessa fração, que conseguiu incorporar de forma incontestável ao conjunto da sociedade a idéia de que o combate à inflação deve ser realizada a qualquer custo e, mais importante, com um único instrumento: a taxa de juros elevada. (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p.21).

Convém observar que no governo Lula a inflação perdera força entre 2004 e 2006 diante de uma taxa de juros (Selic) ainda elevada, porém em trajetória de queda. Do mesmo modo, mas em sentido contrário, a inflação volta a subir em 2007, 2008 e 2010 quando a taxa de juros descrevia nítido movimento de queda. Além disto, curioso é o fato de que a inflação ficara em 2006 bem abaixo do centro da meta e, em 2009 abaixo do mesmo, exatamente quando a taxa de juros exibia movimento nitidamente cadente.

Gráfico 9: Brasil, recolhimentos obrigatórios de instituições financeiras- Saldo total (em R$ milhões) - 01-2002 a 01-

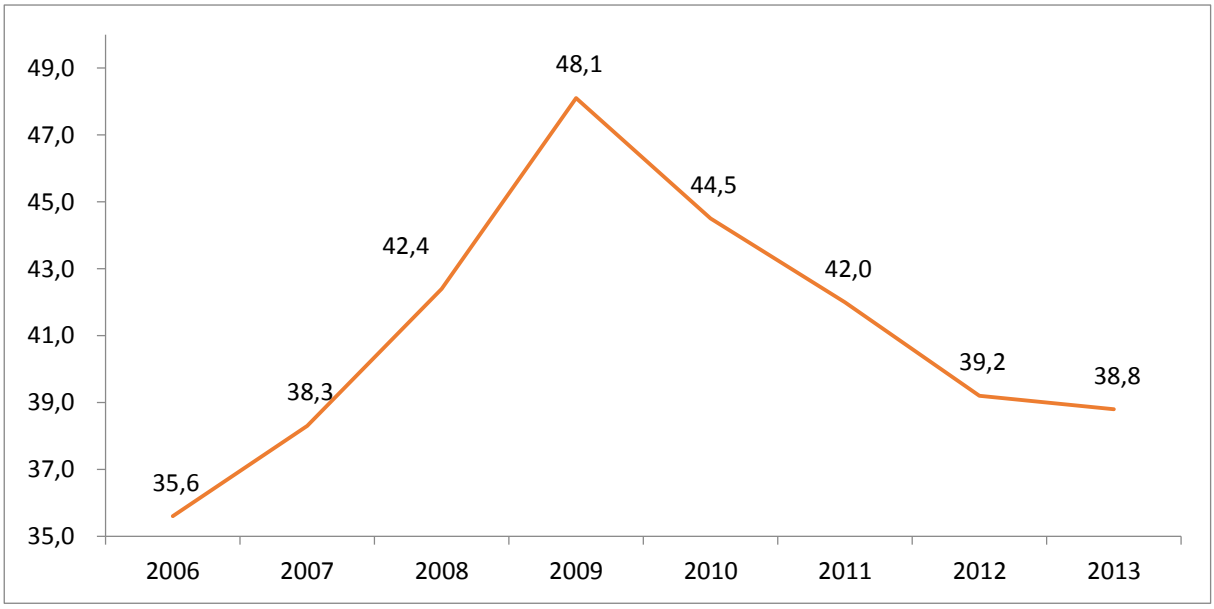


2014
Fonte: BACEN

Enquanto a taxa de juros (Selic) manteve-se em patamar elevado, o volume de recolhimentos obrigatórios de instituições financeiras pelo Banco Central situara-se em nível relativamente baixo, contudo à medida que aumentam de forma mais acentuada a taxa de juros progressivamente declinava.

Independentemente de se qualificar o emprego dos instrumentos de política econômica, notadamente os de natureza monetária, qual teria sido então o motivo de se praticar no país pelo governo federal, taxas de juros tão elevadas?

Gráfico 10: Brasil, Dívida Bruta do Governo Federal, segundo a participação por indexador - taxa Selic (em%) - 2006 a 2013



Fonte: BACEN, Elaboração do autor
* Selic- média anual

Embora o aumento da participação da taxa Selic na composição da Dívida Bruta do Governo Federal entre 2006 e 2009 colida com o movimento invertido da taxa Selic, ou seja, de contínua redução, a sua expressiva participação na DBGF e o elevado patamar em que se situara entre 2003 a 2008, atendia a outros propósitos.

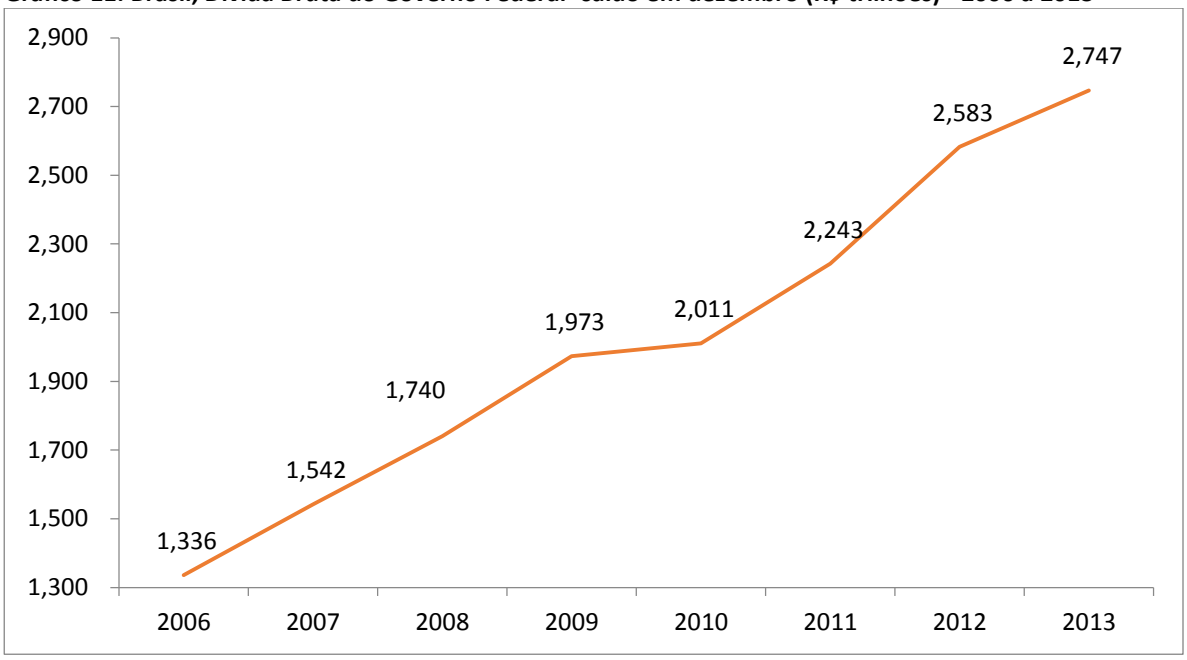
> [...] a respeito das origens das receitas do sistema bancário-financeiro no Brasil evidencia que, a partir de 2001 até 2007, o maior componente das receitas do sistema bancário-financeiro foi a renda de títulos e valores mobiliários que é constituída, basicamente, por títulos da dívida pública interna. Dado que a taxa real de juros da Selic, pelo seu fator capitalizado, é positivamente correlacionada com os títulos da dívida pública interna, pode-se inferir que a manutenção de elevadas taxas de juros permite a manutenção do poder econômico e político da fração bancário-financeira. (TEIXEIRA & PINTO), 2012,p.23)

Contudo, para que o segmento bancário-financeiro pudesse obter receitas tão expressivas e manter o seu respectivo poder econômico e político, a viabilização de tal propósito demandaria uma forte representação dentro do próprio governo.

> O poder econômico da fração bancário-financeira, viabilizada pelo regime de política macroeconômica foi a expressão de seu poder político no aparelho de Estado, materializado pela independência operacional do Banco Central - principal " centro de poder" do sistema estatal brasileiro - que foi comandado por representantes dos interesses diretos e indiretos desse segmento. (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p.23)

O resultado líquido desta transferência de renda do setor governo para principalmente a banca financeira, foi o aumento expressivo do estoque da Dívida Bruta do Governo Federal.

Gráfico 11: Brasil, Dívida Bruta do Governo Federal- saldo em dezembro (R$ trilhões) - 2006 a 2013



Fonte: BACEN, Elaboração do autor

Quando examinamos as trajetórias conjuntas da taxa de juros (Selic), da sua participação relativa na composição da DBGF, assim como do saldo da DBGF, verifica-se que: a) o aumento do saldo da DBGF de 2006 a 2009 coincide com o aumento da participação da taxa Selic na composição da dívida bruta e num patamar mais elevado da taxa de juros, porém o aumento foi em termos absolutos de R$637 bilhões; b) já a partir de 2010 a 2013, a taxa Selic em queda e a redução da sua respectiva participação na composição da DBGF resultaram em valores absolutos, de um aumento do saldo da dívida bruta do governo federal da ordem de R$736 bilhões aproximadamente.

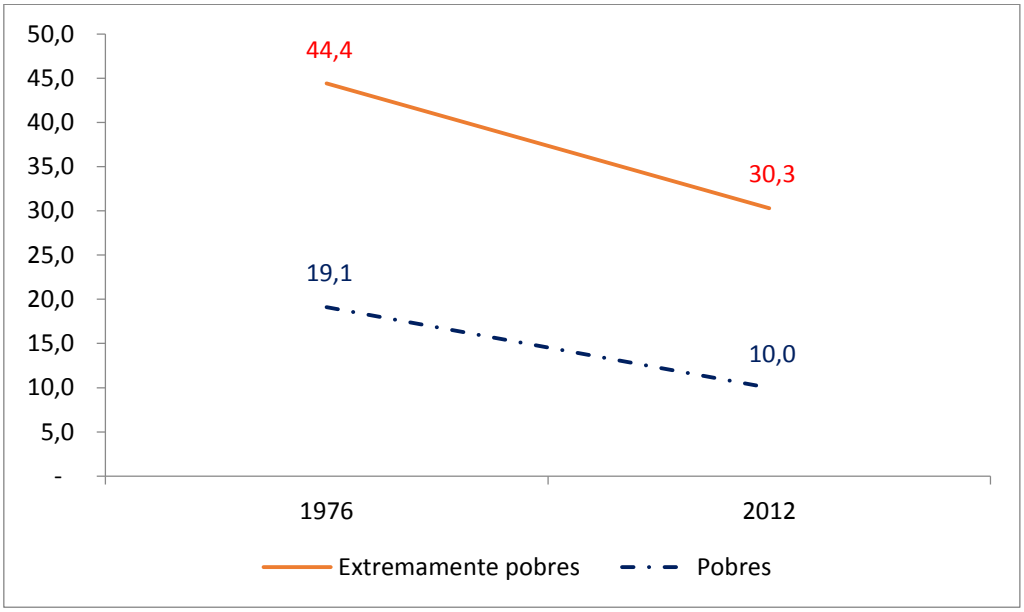
Convém ainda ressaltar em relação à pratica de juros elevados pelo Banco Central – como também dos expressivos spreads bancários – e, da substancial fonte de receitas do grupo bancário – financeiro que o papel desempenhado por seu legítimo representante no aparelho de Estado, diga-se o Banco Central, não fora gratuito.

> Analisando-se os valores doados, entre as eleições de 2002 e de 2006, para a campanha eleitoral de Lula, de acordo com dados de Filgueiras & Gonçalves (2007), vemos um expressivo aumento dos recursos doados pelo setor financeiro (que passam de R$6.080 milhões para R$12.705 milhões); pelo setor de construção civil (de R$2.490 milhões para R$18.028 milhões); e pelo setor primário-exportador e indústria de commodities (de R$1.610 milhões para R$12.511 milhões). (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p.25)

Como se pode perceber os grupos financeiro, de construção civil, primário-exportador e produtor de commodities, ainda que alternadamente, se instalaram no aparelho de Estado, para, através dele, reproduzir em alguma medida seus próprios interesses.

Contudo, não podemos nos esquecer do compromisso firmado pelo governo Lula com a classe trabalhadora e a fração mais pobre do país materializado na política de valorização do salário mínimo e nos programas de transferência de renda.

Gráfico 12: Brasil, número de pessoas extremamente pobres e de pessoas pobres (em milhões de pessoas) - 1976 e 2012



Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor

Quando comparamos o quadro social da pobreza no país entre os anos de 2012 com o ano de 1976, temos a impressão que a redução da quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza e de pobreza não fora tão significativa. Mas, se examinarmos a situação mais recente, ou seja, o ano de 2012 comparativamente ao de 1996, constatamos um quadro bem diferente, pois, a população dos extremamente pobres teria reduzido de 23.3200.367 (1996) para 10.081.225 pessoas (2012), já, a quantidade de pessoas pobres diminuirá de 51.800.588 para 30.350.786 pessoas, respectivamente.

Diante desses números é perceptível que houve substancial melhora no quadro social, porém muito ainda há que se fazer para se erradicar definitivamente a pobreza no país, tanto como em muito é preciso avançar para melhorar o perfil distributivo da renda.

Tabela 8: Brasil, renda domiciliar per capita média (em R$ de out/2012) - 2006 e 2012.

Renda Domiciliar per capita média	2006 (R$)	2012 (R$)	Var.% 2012/2006
dos extremam. pobres	69,04	58,19	(15,72)
dos pobres	136,98	139,59	1,91
média	758,52	962,10	26,84
do 1º mais rico	9.685,91	12.099,88	24,92

Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor

Tomando a renda domiciliar per capita como referência, se a distância que separa a população dos extremamente pobres e pobres em relação a renda domiciliar per capita média já é alta, quando então comparada com o 1% mais rico, a diferença entre os valores é notoriamente extraordinária.

No entanto, embora o valor do rendimento médio mensal nominal das famílias residentes em domicílios particulares conserve apreciável diferença, a sua distribuição por classes de rendimento retrata um contorno diferente.

Tabela 9:Brasil, famílias residentes em domicílios particulares (%) e valor do rendimento médio nominal mensal (R$) por classes de rendimento - 2001 e 2012.

Classes de Rendimento Mensal Familiar	Famílias residentes em domicílios particulares (%)		Valor do rendimento médio mensal das famílias (R$)	
	2001	2012	2001	2012
até 1 S.M.*	13,09	13,46	137	471
mais de 1 a 2 S.M.	19,26	23,07	281	976
mais de 2 a 3 S.M.	14,66	17,06	451	1.554
mais de 3 a 5 S.M.	18,14	19,73	708	2.413
mais de 5 a 10 S.M.	16,51	13,85	1.266	4.291
mais de 10 a 20 S.M.	8,97	4,94	2.503	8.469
mais de 20 S.M.	4,45	1,90	6.628	21.911
Total	**100,00**	**100,00**	**993**	**2.557**

Fonte: IBGE, Elaboração do autor
*S.M salário mínimo

A ação conjugada de redução progressiva da taxa de desemprego, política de valorização do salário mínimo, e programas sociais de transferência de renda, em grande medida, contribuiu para que a porcentagem de famílias residentes em domicílios particulares pertencentes às classes de rendimento mensal de até 1 S.M a mais de 3 a 5 S.M. aumentasse de 65,15% (2001) para 73,32% (2012). Além disto, as classes de rendimento mensal familiar de até 1 S.M. a mais de 3 a 5 S.M. tiveram os maiores aumentos do valor do rendimento médio mensal entre 2001 e 2012. Em sentido oposto, as três últimas classes de rendimento mensal familiar – de mais de 5 a 10 S.M. a mais de 20 S.M — tiveram suas participações relativas em relação ao total de famílias residentes em domicílios particulares diminuídas em conjunto, de 20,03% para 20,69%, enquanto os percentuais de variação do valor do rendimento médio mensal (2012/2001) foram menores. Entretanto, vale lembrar que o valor do rendimento médio mensal das famílias situadas nos quatro primeiras classes de rendimento mensal - de até 1S.M. até mais de 3 a 5 S.M. - tanto em 2001, como em 2012, ficou abaixo da média nacional.

Todavia, estas mudanças não ocorreram a esmo, mas, em, alguma medida, foram alcançadas graças a uma conjuntura internacional favorável, pois, de 2003 a 2007, puxada pelo forte crescimento econômico da China e das demais economias, pela liquidez internacional e, sobretudo pela elevação da demanda e dos preços internacionais dos primários e das commodities, a economia brasileira ingressaria num circuito também virtuoso de crescimento econômico.

O quadriênio 2003-2007 referente ao 1° governo Lula fora marcado por uma condução da política econômica alinhada à consolidação de fundamentos macroeconômicos mais sólidos, tais como obtenção de elevado superávit fiscal convergente à redução da relação dívida/PIB, inflação próxima ao centro da meta e superávit comercial. A obtenção e manutenção desses fundamentos visavam reduzir o risco-país, ou seja o risco de default, aumentar a sua credibilidade perante a banca internacional ao ponto de receber a recomendação de investiment grade.

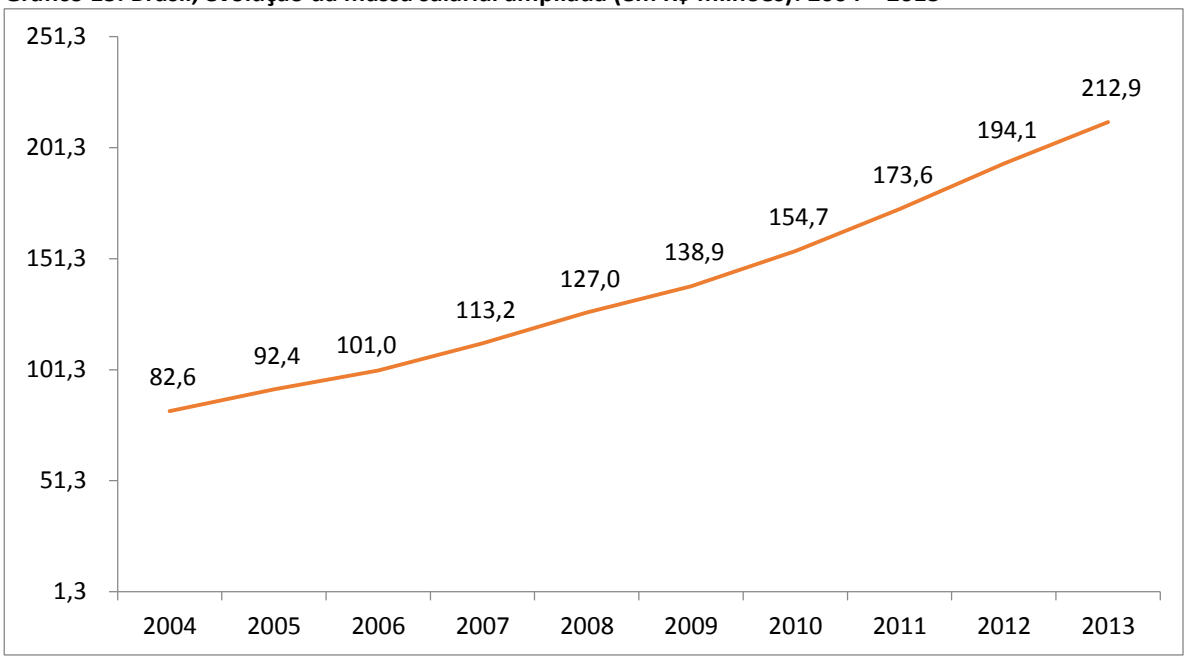
Contudo, o seu 2° mandato fora caracterizado por flexibilização da política econômica que se materializara por meio

> (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado; e (v) das medidas anti-cíclicas de combate a crise internacional , a partir de 2009. (TEIXEIRA & PINTO, 2012, p.17)

Assim, o crescimento econômico induzido até então pela conjuntura favorável acrescido de medidas de política econômica mais flexíveis suscetíveis de estimularem a expansão da economia pela demanda interna, dariam início a um insustentável ciclo de crescimento econômico do país.

A progressiva compressão da taxa de desemprego, concomitante à política de valorização do salário mínimo, produziriam contínua expansão da massa salarial.

Gráfico 13: Brasil, evolução da massa salarial ampliada (em R$ milhões): 2004 – 2013



Fonte: BACEN, Elaboração do autor

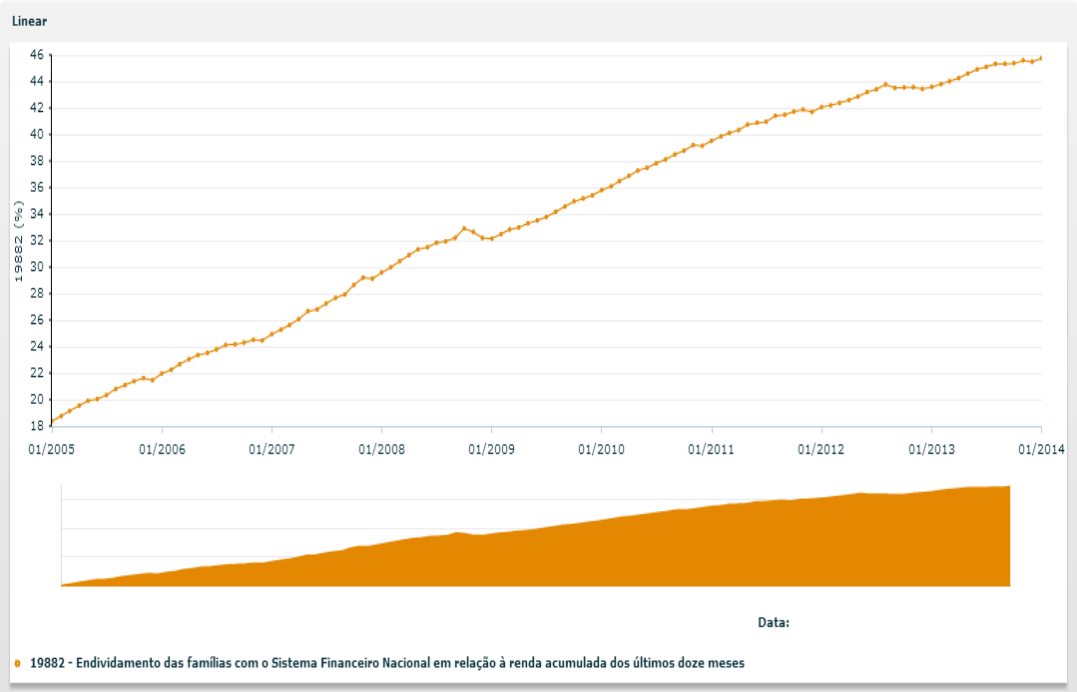
O efeito da redução da taxa de desemprego e a valorização do salário mínimo combinado com a também crescente expansão do crédito sustentaram contínua ampliação do consumo das famílias, que por sua vez, reaqueceu a produção industrial. Entre os gêneros das indústria de transformação, a fabricação de máquinas e equipamentos, máquinas para escritório e equipamentos de informática, a produção de veículos automotores e outros equipamentos de transporte experimentaram substancial aumento de produção de 2004 a 2008. Do mesmo modo, registrava-se aumento contínuo do índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado sobretudo os segmentos de móveis e eletrodomésticos; equipamentos para escritório, informática e comunicação; veículos e motocicletas; material de construção; produtos alimentares, bebidas e fumo; varejo de tecidos; vestuário e calçados.

O movimento conjugado de expansão da produção física industrial e do volume de vendas no varejo, colide com a trajetória de ampliação das operações de crédito do Sistema Financeiro, tanto que, em porcentagem do PIB aumentaram de 23,4% (jun-2004) para 36,6% (jun-2008).

Entre as operações de crédito totais do SF por faixa de valor e prazo, entre junho 2005 e junho de 2008, aquelas que mais cresceram foram as operações de até R$5.000,00 a R$50.000,00 e, em relação ao prazo, as de curtíssimo, médio e longo foram as que mais cresceram. [5]

Entretanto, a conjugação do aumento da massa salarial com ampliação do crédito e expansão do consumo provocaram imoderado movimento de endividamento das famílias com o SFN (Sistema Financeiro Nacional).

Gráfico 14: Brasil, endividamento das famílias como SFN (em %): 2005- 2014



Fonte: BACEN

Esgotadas as possibilidades de crescimento da economia brasileira pela expansão do consumo, a partir de 2011 uma nova conjuntura se instalaria no país, por sinal, bem diferente do último mandato de Lula.

3. Brasil, economia e desenvolvimento: velhos problemas e novos desafios

Não pretendemos nesta última seção examinar com profundidade o quadro sócio-econômico do país, mas, limitamo-nos apenas a elencar determinados desafios que virão pela frente.

Conforme fora assinalado na seção 1, o processo de industrialização além de ter provocado forte concentração da atividade produtiva – sobretudo o acentuado adensamento espacial da indústria – , arrastou consigo notável movimento migratório do campo para a cidade. Por seu turno, a acelerada urbanização acumulou ao longo de décadas problemas que além de não terem sido sequer atenuados, acabaram se avolumando, os quais, daqui para frente exigirão maior rigor no seu tratamento e menos improvisação.

Nas áreas metropolitanas em maior escala, mas nas aglomerações de médio e de grande porte a envergadura dos problemas de trânsito, habitação, saneamento básico — principalmente a questão mais recente de abastecimento de água — , saúde, educação e segurança pública, exigirão tratamento muito mais técnico de prazo mais longo do que a utilização de enganosas e falaciosas promessas de campanha eleitoral com prazo de validade limitado pelo tempo de mandato.

Todavia, o equacionamento destas questões não depende apenas de terapia adequada e preferencialmente técnica para a sua resolução, pois condiciona-se a outra ordem de motivos, tal como o compromisso firmado entre aqueles que governam com seus respectivos representados como também, da imperiosa necessidade de recuperação da poupança pública e/ou redirecionamento do gasto público.

> O que ocorre com o desenvolvimento de uma sociedade quanto mais de um terço de seus membros dependem de políticas sociais compensatórias? [...]. Nas avaliações feitas em estudos econômicos mais recentes, contrapõem-se de um lado, os impactos distributivos benéficos dessas políticas, em um país que se prima por ter uma distribuição de renda e de riqueza altamente concentrada ao longo de toda a sua história, e, do outro lado, os impactos deletérios dessas políticas sobre a redução dos investimentos do governo federal em infra-estrutura econômica. (HADDAD, 2011, p.297).

A título de ilustração do confronto das políticas sociais compensatórias com o investimento do governo federal em infra-estrutura econômica, o citado autor assinalara que o investimento público da União em infra-estrutura reduzira-se de 39% em 1987 para anêmicos 3% 2005, enquanto na direção oposta, os benefícios sociais passaram de 3% para 21% respectivamente.

Esse aparente "trade-off" entre políticas sociais compensatórias e investimento público em infra-estrutura econômica, configura ao nosso ver, uma intricada situação de conflito entre a competitividade econômica

com eqüidade social.

> [...] às transformações da estrutura produtiva brasileira não correspondeu uma melhora generalizada nas condições de vida da sua população. Na verdade, suas condições pioraram, pois o crescimento verificado do PIB concentrou mais ainda a renda do trabalho, em particular, nos 10% mais ricos do país. (DOS SANTOS, 2011, P. 90).

A priori, para a superação do seu atraso e mesmo da sua situação de subdesenvolvimento na tradição do modelo agro-exportador, a estratégia adotada pelo governo brasileiro foi a industrialização. Ora, se nem mesmo as transformações que se sucederam no aparelho produtivo do país corresponderam à crença depositada pelos economistas do desenvolvimento,de que a industrialização promoveria melhora nas condições de vida da sua população, o quê, ou quem, então teria fracassado neste mesmo processo?

Muito embora tenha ocorrido alguma mudança no perfil distributivo da rendo no país, convém ressaltar que a inclusão de milhares de brasileiros no mercado de consumo não rompeu com o mecanismo de reprodução da desigualdade.

> O importante é participar do consumo, prática e simbolicamente, uma atitude bem exemplificada pela corrida ao crédito, que se percebe entre os setores de mais baixa renda (e os novos riscos de desequilíbrios individuais ou familiares que isso acarreta). (SORJ & MARTUCCELLI, 2008, p.222).

De fato, o recente fenômeno social de redução de tamanho das classes de rendimento D e E e a expressiva dilatação da denominada " nova classe C", acabaram compondo um potencial segmento de mercado de consumo enquanto resultado da ação conjugada do aumento do emprego formal, das políticas sociais compensatórias e da valorização do salário mínimo. Contudo, uma quase certa manifestação dos novos riscos e/ou desequilíbrios pode ser corroborada pela expansão do endividamento das famílias como o SFN. Assim, o acesso ao crédito oportunizou a aquisição de bens de consumo, mas, além de ter aumentado o passivo de inúmeros indivíduos ou famílias, apenas modernizou a situação de desigualdade.

> À medida que se procura avançar em, políticas sociais progressivas, aparecem novos desafios políticos e sociais. [...]. No caso da educação, isso faz com que se reproduza a desigualdade social, que já é alimentada pelo diferencial de recursos culturais fornecidos pelos lares pobres e ricos. (SORJ & MARTUCCELLI, 2008, p. 224).

A reprodução da desigualdade social estaria desta maneira definida: famílias pobres dispõe de parcos recursos culturais (baixo estoque de capital humano), devido o baixo nível de renda tornam-se, automaticamente, dependentes/usuários do serviço público de educação de nível básico, dada a situação de precariedade deste mesmo serviço, aos indivíduos pertencentes a estas mesmas famílias as oportunidades desiguais e limitadas de acesso ao ensino superior gratuito e de ingresso no mercado de trabalho acabam realimentando sob a forma de um círculo vicioso a desigualdade social.

Para agravar ainda mais a situação social do país, outro problema de grande dimensão — como é também o caso da América Latina – relaciona-se à escalada vertiginosa da violência e da criminalidade.

> No Brasil, a taxa de homicídios por arma de fogo foi multiplicada por três em duas décadas. De 7 mortes por arma de fogo por cada 100 mil habitantes em 1982, se passou para 21 em 2002. [...]. Portanto, o problema cresce na região a partir dos anos 1980 ou 1990, de acordo com o caso, e se transforma em um grave problema a partir de 2000. (SORJ & MARTUCCELLI, 2008, p. 164).

Diante do que fora anteriormente exposto e, com certa dose de ingenuidade questiona-se: a) o que poderia acontecer caso as políticas sociais compensatórias avancem em detrimento do investimento público em infra-estrutura econômica?; b) em sentido oposto, o que ocorreria caso o governo central aumentasse os seus gastos com infra-estrutura econômica e reduzisse aqueles destinados às políticas sociais?; c) o que poderia acontecer caso o governo aumentasse os gastos com a educação (exceto a de nível superior) em detrimento dos outros dois (políticas sociais e infra-estrutura econômica)?; d) e se for o caso de ampliar os gastos com segurança e políticas sociais, o que aconteceria com a educação e a infra-estrutura econômica?. Avançar numa direção poderia resultar em recuo noutra direção? Onde deveríamos avançar mais e onde poderíamos avançar menos? O estado dispõe de recursos financeiros para avançar em todas as direções?

Ainda que se tenha alcançado algum êxito em setores importantes da sociedade, como é o caso da saúde e da educação, muito ainda falta para melhorar a situação de ambos os setores no país.

Tabela 10: América Latina, taxa de mortalidade infantil em países selecionadas: 1950 - 1955 e 2005 - 2010.

Países	Taxa de mortalidade infantil	
	1950-1955	2005-2010
Argentina	65,9	13,4
Brasil	134,7	23,6
Chile	120,3	7,2
Colômbia	123,2	19,1
Costa Rica	93,8	9,9
Cuba	80,6	5,1
Equador	139,5	21,1
El Salvador	151,1	21,5
México	121,2	16,7
Nicarágua	172,3	21,5
Paraguai	73,4	32,0
Uruguai	57,4	13,1
Am.Latina/Caribe	126,1	21,4

Fonte: CEPAL, Elaboração do autor.

No quinquênio 1950-55, a exceção da Argentina, Paraguai, Uruguai, Costa Rica e Cuba, os demais países ficaram, ou muito próximos ou, bem acima da taxa média de mortalidade infantil da América Latina. Já no período de 2005-2010, apesar das taxas da maioria dos países ter registrado pronunciada redução, Cuba e Chile, muito provavelmente apresentaram taxas de Primeiro Mundo, assim como, bem abaixo da média ficaram Costa Rica e Argentina, enquanto Paraguai e o Brasil registraram taxas acima da média. Quando examinamos o gasto público total em porcentagem do PIB o quadro brasileiro é no mínimo preocupante.

Tabela 11: América Latina, gasto público total do governo central com educação e saúde em % do PIB em países selecionados.

Países	Gasto Público Total em % PIB			
	Educação		Saúde	
	1990	2009	1995	2009
Argentina	3,52	6,68	4,21	6,21
Brasil	3,98	5,88	3,59	5,21
Chile	2,26	4,69	1,76	4,07
Colômbia	2,36	3,07	0,93	1,92
Costa Rica	4,07	7,02	4,96	6,64
Cuba	10,07	17,51	4,58	11,28
Equador	2,56	5,42	1,13	1,77
México	2,25	3,92	2,52	2,81
Nicarágua	3,13	6,05	3,07	4,06
Paraguai	1,28	4,66	0,22	2,28
Uruguai	2,51	5,15	2,83	4,92

Fonte: CEPAL, Elaboração do autor

O gasto público do governo central (em % do PIB) com educação aumentou em todos os países selecionados, todavia, aumentou bem mais na Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Nicarágua, Paraguai e Uruguai do que no Brasil, na Colômbia e no México.

Já na saúde, o dispêndio do governo central em 2009, comparativamente ao ano de 1995, elevou-se bem mais na Argentina, Chile e Cuba do que nos demais países, a exceção da Colômbia, Equador e México.

Diante da grandeza da economia brasileira em relação às demais economias da América Latina e Caribe, os gastos do governo central com educação e saúde, aparentemente em porcentagem do PIB, são até que bem modestos, sobretudo se comparados com os elevados percentuais de Cuba, muito embora, haja considerável

desproporção entre os dois países.

> Em 1985 registraram-se 256,4 milhões de consultas públicas e 202,8 milhões de consultas particulares, números que em 1997 saltaram para 676 milhões e 388,9 milhões, respectivamente. Enquanto a demanda por serviços de saúde privados cresceu 1,9 vez, o setor público registrou um aumento de 2,6 vezes. [...]. O alargamento dos sistemas ligados à satisfação de necessidades universais tem sido, no Brasil, sempre mais lento que o volume da demanda. (SILVEIRA, 2005, p. 168).

A esse descompasso entre a oferta de serviços essenciais de natureza pública e a demanda por esses mesmos serviços, soma-se o fator qualidade. Assim, a ampliação da oferta de serviços públicos, tal como, a educação e a saúde, deve ser acompanhada de aprimoramento da qualidade destes serviços.

Outra questão que merece destaque e a devida atenção relaciona-se à mudança que ocorreu mais recentemente na componente demográfica do país. Por um lado, como demonstraram Brito e Carvalho (2005), as estimativas um tanto mais pessimistas da ONU de que ocorreria uma " explosão demográfica " no país, não se realizaram.[6] De 1950 a 1960 e, de 1960 a 1970, a taxa de crescimento anual da população brasileira de fato – em torno de 3% aproximadamente — revela considerável preocupação caso a mesma pronunciasse irreversível tendência. Entretanto, de 1970-80, em diante, ocorre progressiva desaceleração, chegando a registrar por volta de 2000-10, taxa anual de crescimento próxima a 1% a.a. No entanto, essa cadente trajetória da taxa de crescimento populacional desencadeou pronunciada mudança da pirâmide demográfica do país, de um lado reduziu o tamanho da sua respectiva base, mas, por outro lado, ampliou a dimensão do seu topo. Esse movimento criou/abriu uma significativa janela de oportunidades, porém inaugurou novo desafio para os governantes, sobretudo para as políticas públicas.

> Do ponto de vista puramente demográfico, oportunidades estão sendo criadas para superar alguns problemas sociais crônicos, como aqueles relacionados a saúde, nutrição e educação das crianças e jovens, pois esses grupos estão diminuindo os seus pesos relativos na população [...]. Ademais, o rápido processo de envelhecimento coloca para a sociedade brasileira a necessidade de se definir um novo aparato institucional, sobretudo nas áreas de saúde e previdência, [...]. Daí o grande desafio: se não como retardar as tendências demográficas, cabe antes de tudo acelerar as mudanças sociais e econômicas. (BRITO & CARVALHO, 2005, p.203-204-205).

A questão a saber é em qual das duas áreas devemos acelerar as mudanças, tendo em vista, que conforme haviam afirmado anteriormente Sorj e Martuccelli (2008), ao se avançar em políticas sociais progressivas novos desafios sociais e políticos acabam surgindo.

Não menos importante que os problemas de ordem social, no âmbito da economia são merecedoras de atenção a questão regional, sobretudo o movimento de desconcentração/ concentração industrial e, o desempenho mais recente do setor externo da economia do pais. Antes porém, de examina-las, é intrigante o fato de que, ao mesmo tempo que a participação da indústria na composição do PIB diminuiu, em sentido oposto, ganhou peso o setor financeiro.

> Segundo a firma de consultoria Austin Asis, mais de 40% da receita dos bancos com intermediação financeira advém de empréstimos dos bancos ao governo por meio da negociação de títulos públicos; o restante vem do crédito a pessoas físicas e jurídicas, em decorrência da grande diferença entre as taxas pagas pelas instituições financeiras para captar recursos e as que elas cobram em operações de crédito (o chamado "spread") - (...), captam recursos (...) a juros de 0,5% ao mês e emprestam a juros de 10%, como no uso do cheque especial. (DIAS, 2005, p. 55-56).

Se a industrialização não foi suficientemente capaz de promover mudanças estruturais mais significativas no país, principalmente reduzir/eliminar o passivo social herdado pela nossa colonização, com a crescente financeirização da economia a tarefa parece ser mais ainda difícil. O endividamento do governo central serve de rentismo ao segmento bancário-financeiro, do mesmo modo, a modernização da desigualdade patrocinada pelo consumo via crédito engorda ainda mais por meio do "spread" os lucros bancários em detrimento do endividamento das famílias.

> Dessa forma, os bancos ganham em todas as frentes: conseguem rentabilidade alta com riscos baixos comprando títulos da dívida pública federal e realizam empréstimos a juros muito superiores à media internacional - a rentabilidade média das operações de crédito no Brasil é de 32% contra a média internacional de 11%. (DIAS, 2005, p. 56).

Julgamos pertinentes tal observação em decorrência do nível de endividamento do governo federal, bem como dos movimentos mais recentes da taxa de juros (Selic), pois, se a DBGF aumenta, muito provavelmente, o

investimento em IEA fica comprometido, debilitando dessa forma, a própria competitividade industrial.

Em relação à espacialidade da atividade industrial, o movimento de desconcentração da indústria de acordo com DINIZ FILHO (2005) tende a persistir. Com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA/ IBGE), a distribuição do Valor da Transformação Industrial nos anos de 1996 e de 2000, entre as microrregiões da capital e do interior das macrorregiões e das unidades da federação, mostram a exceção da região Sul, que nas demais ocorreu uma redução da participação das microrregiões da capital contra um aumento das microrregiões do interior.

> [...] a analise dos trabalhos produzidos recentemente pelos especialistas em geografia econômica, à luz dos indicadores econômicos disponíveis, demonstra que a desconcentração da indústria brasileira teve continuidade nas últimas décadas, foi favorecida pela abertura comercial dos anos 1990 e tende a prosseguir nos próximos anos. Considerando-se a natureza altamente seletiva dessa desconcentração e a diversidade de um país de dimensões " continentais", pode-se mesmo afirmar que a heterogeneidade regional do país continuará a se ampliar. (DINIZ FILHO, 2005, p. 97).

Em termos nominais, os dados da PIA mostram entre as grandes regiões da federação as que mais obtiveram aumento do VTI no comparativo de 2011/1996, foram: a Centro-Oeste com aumento de 1.063,6%,o Nordeste 577,1%, e a região Sul com 520,8&, já a região Norte obteve uma alta de 470,0% e, a região Sudeste que registrou aumento de 349,5%.

Tabela 12: Brasil, distribuição do VTI da indústria de transformação segundo as grandes regiões da federação (%): 1996 e 2011.

Região	VTI	
	1996	2011
NORTE	4,23	4,66
NORDESTE	7,32	9,57
SUDESTE	68,48	59,52
SUL	17,79	21,36
CENTRO-OESTE	2,18	4,89
TOTAL	**100,00**	**100,00**

Fonte: PIA/IBGE, Elaboração do autor

Embora os percentuais de distribuição do VTI entre as grandes regiões da federação brasileira – em termos agregados — revele suave movimento de desconcentração da produção industrial regional, sobretudo em razão da perda registrada pela região Sudeste, ainda assim, o eixo Sul-Sudeste concentrava mais de 80% do valor da transformação industrial. Contudo, é oportuno salientar que um exame mais detalhado da distribuição do VTI, por gênero da indústria de transformação com certeza deve conformar um quadro diferente.

Por outro lado, caso a busca por vantagens competitivas – que entre outros fatores seja também influenciada por deseconomias de aglomeração—fique submetida exclusivamente à racionalidade do cálculo econômico, muito provavelmente, a movimentação da indústria pelo território nacional deve aumentar a heterogeneidade regional.

Por último e não menos importante, tema que desperta preocupação relaciona-se ao desempenho do setor externo nacional, haja visto, que mais recentemente, a inflexão que ocorreu na estrutura das exportações, como também na sua respectiva composição por densidade tecnológica, no encolhimento do seu resultado comercial (exportações menos importações), e na composição das importações, reacende o debate econômico em torno da especialização regressiva da economia brasileira.

Tabela 13: América Latina e Caribe, participação dos produtos primários e manufaturados no total das exportações segundo países selecionados (em%): 1970 e 2012.

Países selecionados	Participação relativa no total das exportações			
	Produtos Primários		Produtos Manufaturados	
	1970	2012	1970	2012
Argentina	86,1	68,8	13,9	31,2
Brasil	86,6	65,3	13,4	34,7
Chile	95,2	86,2	4,8	13,8
Colômbia	91,0	83,5	9,0	16,5
Costa Rica	81,3	39,0	18,7	61,0
El Salvador	71,3	29,7	28,7	70,5
Equador	98,2	91,2	1,8	8,8
México	66,7	27,3	33,7	72,7
Paraguai	91,0	91,2	9,0	8,8
Uruguai	82,4	76,2	17,6	23,8
Total	89,2	55,6	10,8	44,4

Fonte: CEPAL, Elaboração do autor

De acordo com os percentuais de participação dos produtos primários e manufaturados no total das exportações, a exceção de Costa Rica, El Salvador e México, os demais países selecionados da América Latina e Caribe registraram participação dos primários no total das exportações acima da média. Embora a média de participação relativa dos produtos primários, em porcentagem do total das exportações do continente latino-americano tenha recuado de 89,2% para 55,6%, dos dez países selecionados, sete detinham elevados percentuais de participação dos primários em suas respectivas pautas de exportação.

No caso específico do Brasil, o avanço dos produtos primários acompanhado do recuo dos manufaturados indicaria tendência à reprimarização das exportações – aprofundamento da especialização regressiva , aumento da dependência tecnológica e da vulnerabilidade externa do país. Ademais, entre 2000 e 2012, a participação brasileira em porcentagem no Valor Adicionado da Manufatura Mundial (MVA) caiu de 1,82% para 1,70%, enquanto a da Índia aumentou de 1,32% para 2,31% e, da China passou de 6,87% para 17,44% respectivamente. (UNIDO).

Este retrocesso marcaria no Governo Lula a adoção de uma política equivocada ou, invertida do nacional-desenvolvimentismo (ND), alcunhada por Gonçalves (2013) de " Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas ".

> O ND procura a ruptura com o Modelo Centro-Periferia na esfera comercial (novo padrão de comércio via menor dependência em relação às commodities), na esfera produtiva (substituição de importações e up grade permanente da estrutura produtiva) e na esfera tecnológica (crescente capacidade de incorporação de tecnologias importadas e de inovação própria). [...]. No Governo Lula, além da desindustrialização, dessubstituição de importações e reprimarização, houve também o processo de maior dependência tecnológica. (GONÇALVES, 2013, p.93-94).

Ao lado da desindustrialização e da reprimarização das exportações, crescente movimento se registrara no volume das importações de bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital, sem contar que o saldo comercial acumulado diminuíra de US$149,5 milhões (FOB) de 2003 a 2006, para um total de US$51,7 milhões de 2011 a 2013. [7]

Tabela 14: Brasil, importações acumuladas de bens de consumo duráveis, bens intermediários e de capital (US$ milhões/ FOB): 2003- 2013

Período	Importações de bens por categoria de uso (em milhões/FOB)		
	BC	BI	BK
2003-2006	7.473	169.713	37.160
2007-2010	32.171	342.618	93.428
2011-2013	66.788	277.173	108.053

Fonte: IPEADATA, Elaboração do autor
BC- bens de consumo duráveis; BI - bens intermediários; BK - bens de capital

No período 2007-2010, comparativamente ao anterior de 2003-2006, registrou-se acelerado movimento de expansão das três categorias importadas de bens, o qual, só não agravou o resultado comercial do país, graças ao aumento da demanda e dos preços internacionais das commodities que contribuíram para o bom desempenho das exportações brasileiras. Porém, enquanto no triênio 2011-2013, percebe-se aparente diminuição das importações de bens intermediários, as categorias de bens de consumo duráveis e de capital continuaram em ritmo acelerado, isto sem contar que já nos primeiros quatro meses de 2014, ocorreu reversão do saldo comercial, de superávit passou a déficit.

Além disto, a tênue alteração que ocorreu entre os anos de 1996 a 2009 na composição do VTI (ver tabela 7), em certa medida, reflete a constituição das exportações de produtos industrializados por intensidade tecnológica comparativamente às importações.

Tabela 15: Brasil, participação das exportações e das importações de produtos industrializados por intensidade tecnológica (em%) - 1996 e 2013.

Grupos de produtos	Exportações		Importações	
	1996	2013	1996	2013
Industrializados	83,6	62,4	84,4	85,8
AT	4,3	4,1	19,5	18,3
MAT	22,8	16,5	38,7	41,2
MBT	20,5	17,1	13,0	18,4
BT	36,0	24,8	13,2	7,9

Fonte: MDIC, Elaboração do autor

No ano de 2013, em contraste com o ano de 1996, as exportações brasileiras de produtos industrializados – em porcentagem do total das exportações – sofreram apreciável retração, enquanto as importações aumentaram suavemente. Acompanhado a retração dos produtos industrializados, a exceção dos produtos de alta tecnologia que ficaram praticamente estáveis, os grupos de média alta tecnologia, de média baixa e de baixa tecnologia também experimentaram queda em suas exportações. Do lado das importações, apesar da queda mais pronunciado dos produtos de baixa tecnologia e do aumento dos de média baixa tecnologia, convém ressalvar que os produtos industrializados de alta e de média alta tecnologia representariam quase 60% das importações de industrializados.

Independentemente de se examinar mais detalhadamente a aparente perda de dinamismo das exportações de industrializados, sobretudo dos produtos de AT e MAT, admite-se que entre outras explicações, os dispêndios nacionais em P&D e a reduzida capacidade de inovação das empresas brasileiras contribuam decisivamente para que isto ocorra.

Tabela 16: Dispêndios nacionais em P&D de países selecionados (em relação ao PIB) - 2009.

País	Dispêndio/PIB (%)	Empresas (%)	Governo (%)
Alemanha	2,82	66,1	29,7
Brasil	1,17	46,3	51,6
China	1,70	71,7	23,4
Coreia	3,56	71,1	27,4
EUA	2,90	61,6	31,3
Japão	3,36	75,3	17,7
França	2,26	52,4	38,6

Fonte: Apud Menezes Filho & Kannebley Junior (2013), Adaptada pelo autor.

Dos países selecionados os gastos totais destinados à atividade de P&D, o Brasil é o que detinha a menor porcentagem em relação ao PIB e a maior em relação aos gastos do governo. Não resta dúvida de que o país avançou muito nas últimas seis décadas nas atividades de C&T e de P&D, contudo, esse esforço ainda não foi suficiente, tendo em vista inclusive o baixo nível de inovação na indústria brasileira.

> [...], dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) do IBGE mostram que a parcela de firmas inovadoras na indústria cresceu apenas seis pontos percentuais nos últimos 10 anos, passando de 32% no período entre 1998 e 2000 para 38% entre 2006 e 2008. Além disto, a proporção de empresas industriais que investem em P&D para gerar novas idéias e produtos caiu de 10% em 2000 para apenas 4,2% em 2008. (MENEZES FILHO & KANNEBLEY JUNIOR, 2013, p.418-419).

Além do mais, à fraca desenvoltura das empresas industriais brasileiras acrescenta-se o fato de que o baixo registro de patentes e, por conseguinte, a reduzida capacidade de inovação está também diretamente associada à qualidade da nossa educação.

> Países como Finlândia e Coréia do Sul têm sistemas educacionais de alto nível e consequente facilidade para lançar novos produtos e desenvolver novas idéias. Portanto, têm elevada taxa de patentes. Por outro lado, países como Brasil, Argentina, Colômbia e Peru estão na situação oposta, com notas baixas e, portanto, índice reduzido de inovações. (MENEZES FILHO & KANNEBLEY JUNIOR, 2013, p. 419-420).

Assim, avançar na direção da competitividade industrial e das exportações, requer não tão somente ampliar a capacidade de inovação do setor empresarial, mas, entre outros desafios, com certeza é prioridade nacional melhorar a qualidade da educação, notadamente do ensino público.

Resta-nos saber diante deste quadro complexo e preocupante de problemas, se ainda temos tempo suficiente para recuperar e melhorar a situação social de milhares de brasileiros e, simultaneamente promover avanços significativos em outras áreas sociais e econômicas, como também nas atividades de ciência e tecnologia e de pesquisa e desenvolvimento tão fundamentais para a competitividade econômica e maior equidade social.

Diante da deterioração mais recente de desempenho da área fiscal que para recompor o resultado primário exigirá sacrifícios, admitimos que para recuperar a sua autonomia, o governo central deve em certa medida minimizar a ingerência de determinados grupos no aparelho de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 2007 a 2010, exceto o ano de 2009, período que marca o segundo mandato de Lula (PT) na presidência da república, a economia brasileira registrou um bom desempenho. Entretanto, a partir de 2011 em diante, a situação econômica do país sofreu considerável mudança de trajetória. O ciclo virtuoso de crescimento econômico converteu-se em ciclo de baixo crescimento com inflação acima do centro da meta, forçando por sua vez, o Banco Central a interromper o movimento de redução da taxa de juros (Selic) para iniciar um novo período de sua progressiva elevação. Os estímulos ao consumo concedidos pelo governo central reduziram a meta fiscal de superávit primário, razão pela qual, para não comprometer a já difícil missão de reeleger Dilma Rousseff, o ajuste fiscal fora protelado para 2015. O ritmo de expansão do consumo doméstico teria perdido fôlego por conta da inflação, do aumento da taxa de juros e do nível de endividamento das famílias com o SFN. No front externo, o saldo comercial (exportações menos importações) além de ter encolhido, converteu-se em déficit, sem contar que a progressiva redução da participação dos manufaturados em proporção do total das exportações do país sinalizara tendência à reprimarização. A reduzida capacidade de inovação da indústria nacional enfraquece a sua competitividade, além do que, sua participação em importantes mercados de consumo estaria diminuindo.

O ciclo favorável de expansão dos preços e da demanda das commodities (agrícolas e minerais), proporcionou notável incremento das exportações brasileiras e geração de robustos superávits comerciais, contudo as exportações de produtos manufaturados experimentaram considerável retrocesso. Além disto, à reduzida contribuição das exportações na composição da demanda total do país, acrescenta-se o fato de também ser pequena a participação dos produtos manufaturados de alta e media alta intensidade tecnológica na pauta de exportações do Brasil. Como se não fosse suficiente, cabe ainda assinalar, que de 1990 em diante, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro registrou apreciável redução, despertando desta forma considerável preocupação — para o governo central e entre os economistas fora do governo — com os rumos da indústria nacional. Em se tratando de um maior balanceamento entre as grandes regiões da federação brasileira, o movimento de desconcentração industrial iniciado por volta de 1970, ainda não foi suficiente para atenuar o problema dos desequilíbrios regionais no país.

Os desafios a serem enfrentados doravante são inúmeros, na economia, na área social, em ciências e tecnologia, saúde, educação e segurança pública, meio-ambiente e energia, entre outros, cuja envergadura e ordem de complexidade, exigirão para o seu devido enfrentamento uma postura diferente daqueles que por meio do voto se tornaram legítimos representantes da grande maioria representada. Caso contrário, a maioria cansada de falsas promessas poderá se rebelar contra a minoria que as representa.

Tanto que, as manifestações populares que ocorreram no ano 2013 ——Independente de incorporarem e/ou seguirem alguma orientação política-partidária e/ou ideológica — revelaram considerável descontentamento com os governantes e os políticos em razão do descaso como vem sendo tratadas questões tão importantes de natureza pública como o transporte, a saúde, a educação e a segurança.

Ademais, a perda de confiança da sociedade em geral em importantes instituições como os governos, o legislativo, o Congresso Nacional e até mesmo a polícia, sinaliza a ocorrência de um colapso institucional no país, O que é ainda mais grave, é que a própria democracia acaba caindo em descrédito quando nem mesmo os protestos populares encontram ressonância entre os políticos e o executivo nacional, basta verificar a presença até hoje no senado de Renan Calheiros.

Assim, ao que nos parece, de que valem sólidos fundamentos macroeconômicos, bons indicadores de desempenho econômico e social, avanços em ciência e tecnologia se nossas instituições estão contaminadas e, por razões inaceitáveis, nos distanciamos do compromisso com a verdade. Mas, se a verdade foi incorporada no circuito das relações de poder como mercadoria de troca empregada para mediar operações de compra e de venda de certos interesses, então, provavelmente, resta-nos a certeza da mentira. Ocorre que empresários descontentes com o governo central manifestam-se publicamente via de regra contra a condução da politica econômica, contudo, na defesa de seus próprios interesses financiam partidos políticos com substanciosas doações. A constatação disto pode ser confrontada no caderno Poder (pág. A4) de 18/05/2014 do jornal Folha de São Paulo cuja edição informava que empresas como Camargo Correa, Odebrecht, JBS entre outras – contratadas por União, Estados e municípios – doaram no ano de 2013, R$ 79,8 milhões ao PT, R$ 20,4 milhões ao PSDB, R$ 17,7 milhões ao PMDB e R$ 8,3 milhões ao PSB.

No mesmo jornal na primeira página da edição de 22/06/2014 estava estampada a manchete: “Dilma promete novo ciclo de progresso com reeleição” ocasião na qual a presidente prometera implementar um Plano de Transformação Nacional e, que o ex-presidente Lula teria atacado a mídia que “golpeia, falseia, manipula, distorce, censura a derrocada do PT. Ora, em relação ao fato da presidente prometer um novo ciclo de desenvolvimento para o país, causa-nos a sensação de que até então nada a tinha a oferecer, ao mesmo tempo, corrobora a afirmação feita pelo professor da FEA/USP, Raul Cristovão dos Santos, de que o Brasil vive eternamente em desenvolvimento.

No que diz respeito às declarações do ex-presidente Lula sobre a mídia, convém lembrar que o PT quando era oposição incitava manifestações e criticava com apreciável dose de acidez a situação, ao passo que, quando assumiu o poder, praticou notável distanciamento com o discurso de campanha carregado de fundamentos de ética, probidade e transparência, sem falar que a proposta de ruptura converteu-se em continuidade.

Assim, ao que nos parece, nesta arena fértil e ardilosa de interesses conflitantes, vale tudo, menos a prática da transparência, da conduta ética e do compromisso com a verdade e a retidão. Diante disto, para onde devemos avançar segundo a natureza dos problemas e a ordem de prioridade, de modo a colocar o país na direção do progresso, da liberdade, da justiça e da equidade social?

Referências Bibliográficas

BACEN – Banco Central do Brasil / Séries históricas.

BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Trad: Paulo de Almeida Rodrigues - 7.ed. - Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. A economia política do subdesenvolvimento industrializado. In: América Latina: cinquenta anos de industrialização. Pedro Colil Padis (org). - São Paulo: HUCITEC, 1979.

BRITO, Fausto & CARVALHO, José Alberto M. de. Somos um país de jovens?: mitos e realidades do perfil demográfico brasileiro. In: Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo. Edu Silvestre de Albuquerque (org). - São Paulo: Globo, 2005.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995. 2.ed. - Campinas,SP: UNICAMP.IE, 1998.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CRISTOVÃO DOS SANTOS, Raul. Perspectiva histórica do desenvolvimento brasileiro: transformações versus desenvolvimento econômico. In: O Brasil e a ciência econômica em debate: O Brasil do século XXI. Antonio Delfim Netto (coord). - São Paulo: Saraiva, 2011. Vol. I.

DA SILVA, Henrique Cavalieri; CARIO, Silvio A.F. O processo de desindustrialização: uma avaliação sob a perspectiva da economia brasileira (1990-2010). – XV Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL, 2012. <http:www.pucrs.br/eventos/econtroeconomia/download/mesas.>

DIAS, Leila Christina. Porque os bancos são o melhor negócio no país? In: Que país é esse? : pensando o Brasil contemporâneo. Edu Silvestre de Albuquerque (org). - São Paulo: Globo, 2005.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Para onde irão as indústrias: a nova geografia da industrialização brasileira. In: Que país é esse? : pensando o Brasil contemporâneo. Edu Silvestre de Albuquerque (org). - São Paulo: Globo, 2005.

EVANS, Peter. A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Trad: Waltensir Dutra. - 2.ed. - Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1982.

FEIJÓ, Carmem Aparecida & CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de. A evolução da estrutura industrial. IEDI, set/2008.

FROYEN, Richard T. Macroeconomia. Trad: Esther E.H.Herskovitz; Cecília C. Bartalotti. - 5.ed. - São Paulo: Saraiva, 1999.

FURTADO, Celso. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea . - São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. - Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HADDAD, Paulo Roberto. Três notas técnicas sobre o desenvolvimento urbano e regional no Brasil. In: O Brasil e a ciência econômica em debate: O Brasil do século XXI. Antonio Delfim Netto (coord). - São Paulo: Saraiva, 2011, Vol. I.

HADDAD, Paulo Roberto (org). Economia Regional: teorias e métodos de análise. - Fortaleza: BNB, ETENE, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEADATA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas / Banco de Dados.

LANGONI, Carlos Geraldo. A economia da transformação. - 2.ed. - Rio de Janeiro: José Olympio Ed. 1978.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da nação. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior.

MENEZES FILHO, Naercio & KANNEBLEY JUNIOR, Sérgio. Abertura comercial, exportações e inovações no Brasil. In: Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Fabio Giambiagi, Samuel Pessoa [etali] (orgs). - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RATTNER, Henrique. Planejamento e bem-estar social. - São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1979.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Economia brasileira contemporânea. - São Paulo: Contexto, 1999.

SILVEIRA, María Laura. Porque há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo. Edu Silvestre de Albuquerque (org). São Paulo: Globo, 2005.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. - 14.ed. - São Paulo: Contexto, 1998.

SORJ, Bernardo & MARTUCCELLI, Danilo. O desafio latino-americano: coesão social e democracia. Trad: Renata Telles. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. - São Paulo: HUCITEC, 2000.

SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. Revista Economia e Sociedade. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1992.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves & PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira bloco no poder e desenvolvimento econômico. TD: UFRJ.IE, 006/2012.

O desenvolvimento e a apropriação do sistema de escrita alfabética do aluno com TDHA

Este artigo tem o objetivo de contribuir com reflexões que auxiliem no trabalho pedagógico escolar no atendimento clínico psicopedagógico mais adequados às crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e discutir como se processa a aquisição do sistema de escrita em uma criança com TDAH, com laudo médico, que cursa o 3º ano do Ensino Fundamental. Portanto, desenvolvemos um estudo sobre o progresso contínuo de aprendizagem. Nossa vertente de estudo foi a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética – SEA segundo Ferreiro (1995) e como uma criança com TDAH precisa ser estimulada para aprender os conhecimentos escolares a fim de se tornar autônoma em sociedade. A vista disso a linguagem escrita deixa de ser apenas a representação gráfica de ideias e pensamentos para tornar-se, também, a forma primordial de registrar e preservar conhecimentos, emitir opiniões e valores, manter a comunicação e persuadir. Por conseguinte, fizemos uma análise crítica de referenciais teóricos que embasaram o estudo de um caso com TDAH atendido por nós com fins psicopedagógicos clínicos. Desse modo, averiguamos que o processo de aquisição da leitura, escrita, interpretação e produção ocorrem de acordo com as características da fase de desenvolvimento da criança com TDAH e com as características de seu transtorno. Enfim, as práticas pedagógicas do âmbito escolar constituem espaços estruturados de aprendizagem capazes de se tornarem poderosos instrumentos de inclusão social das crianças com TDAH.

111-2432

Adriana Regina Silva Leite
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
adrianareginaleite@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética – SEA é algo que quase todos os homens estão sujeitos. Desde a mais tenra idade, a criança tem contato com diferentes tipos de escritas e representações, e isso confere à escrita o caráter de social.

Essa aprendizagem inicia-se antes da criança frequentar uma rede regular de ensino e segue um caminho de aquisições e conhecimentos. A aquisição do SEA segue por diferentes níveis que se apresentam conforme as individualidades. Cada criança tem seu ritmo de aprendizagem, e não há como generalizar esse processo como algo linear, principalmente se enfatizarmos o desenvolvimento da criança com TDAH.

Para compreender o processo de aquisição da linguagem escrita que ocorre no terceiro ano do Ensino Fundamental aplicamos a avaliação da linguagem – leitura e escrita.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que envolveu a revisão bibliográfica e o estudo das habilidades de leitura e de escrita de uma criança em processo inicial de alfabetização, que cursa o 3º ano do Ensino Fundamental, em uma escola estadual de São Sebastião do Paraíso, e possui diagnóstico clínico de um neurologista atestando que ela tem TDAH. O diagnóstico clínico do caso estudado desenvolvido pela autora ocorreu no 2º bimestre de 2014, após a autorização da família e aplicação da anamnese. A aplicação do teste foi realizada em cinco sessões de cinquenta minutos.

O caso estudado possui, de acordo com a anamnese realizada com a família e partindo da queixa principal, dificuldades acentuadas na área da Língua Portuguesa. Concluímos que o caminho diagnóstico deveria partir de uma avaliação que mostrasse o nível de leitura, escrita, interpretação e produção de texto dessa criança. Aplicamos a avaliação psicolinguística, que incluiu as etapas que se faz saber: produção de texto, a partir de desenho livre, produção livre de palavras, ditado de palavras, cópia da lousa, leitura e interpretação de texto.

REVISÃO DE LITERATURA

Um processo permanente de aprendizagem

Sabemos que o processo permanente de desenvolvimento e aprendizagem dá-se mediante a ampliação das capacidades físicas, neurológicas, emocionais e cognitivas. Estas capacidades dependem da interação do indivíduo com o mundo social para se aprimorarem, sendo assim substituídas por outras habilidades mais complexas conforme se interage com o mundo. Os desafios diários que vivenciamos nas relações sociais é o que estimulam a busca da compreensão e, também, a realização de determinadas atividades que outras pessoas realizam, seja no âmbito pessoal ou familiar, escolar ou profissional.

Segundo Bee (1996, p. 194) para Piaget “[...] a criança é uma participante ativa do desenvolvimento do conhecimento”, constrói seu próprio entendimento. Para a autora “esta ideia mais que qualquer outra, influenciou o pensamento de todos os que seguiram Piaget”.

> Ao construir esse entendimento, segundo Piaget, a criança tenta adaptar-se ao mundo que a cerca de maneiras cada vez mais satisfatórias. Na teoria de Piaget, esse processo de adaptação é constituído por vários subprocessos vitais (Bee, 1996, p. 194).

Segundo Piaget (2013, p.37):

> A coordenação de esquemas e a construção de "indícios" permitem à criança assimilar os gestos de outrem aos de seu próprio corpo, mesmo quando tais gestos permanecem invisíveis para o sujeito. Por outra parte, as combinações de relações facilitam a acomodação a novos modelos. Comecemos pela análise da primeira dessas duas aquisições, pois nenhuma outra é mais capaz de fazer compreender a íntima conexão que une o desenvolvimento da imitação ao da inteligência em seu todo.

Os esquemas são explorados pelos indivíduos durante todas as etapas da vida, pois configuram de maneira global a equilibração que é resultado do processo de assimilar e acomodar informações a esquemas existentes modificando-os a níveis mais complexos de raciocínio.

No estado de Minas Gerais o terceiro ano do Ensino Fundamental, que corresponde ao último ano do ciclo inicial de alfabetização[83], é o ano escolar que corresponde ao estágio concreto formal apresentado nos estudos de Piaget, os esquemas no âmbito escolar mineiro são estimulados a partir de particularidades pré-estabelecidas pela Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG.

Sendo assim, as crianças deste ano escolar encontram-se em um processo temporal correlativo de desenvolvimento, mas que envolve a junção em um único ato das antecipações e com base em conhecimentos anteriores, o que constitui a reversibilidade operatória. Dessa forma, a criança possui a capacidade de usar a lógica indutiva, fator que contribuirá para o melhor entendimento da linguagem oral, escrita e interpretativa dos textos que lê.

De acordo com o texto Sistema Mineiro de Avaliação - SIMAVE, que:

> [...] permeia o âmbito educacional mineiro desde 2000; a partir de então vem sendo aperfeiçoado e ampliado. Tem como intuito apontar "... as prioridades educacionais tanto para professores, especialistas e diretores quanto para os gestores do sistema, sendo fundamental na definição de ações e para subsidiar políticas públicas para uma educação eficaz... Para que isso aconteça, o SIMAVE: 1) oferece orientações pedagógicas para a formação de leitores mediante orientações contidas nos cadernos do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação (UFMG/CEALE) – CEALE; 2); norteia o trabalho do Especialista (Supervisor Escolar) através do Guia do Especialista em Educação Básica; 3) regula a intervenção pedagógica, que tem como meta atender aos alunos com dificuldade comuns de aprendizagem e alunos com deficiência que apresentem dificuldades mais graves e também organiza planos de ações gerais, que buscam sanar todas as fragilidades diagnosticadas para o ano letivo; 4) organiza o Projeto Incluir, que auxilia na relação satisfatória entre o ensino das escolas regulares, escolas de educação especial e APAEs; 5) disponibiliza o Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE para que seja feito o cadastro dos documentos da secretaria das escolas estaduais em rede *online;* 6) desenvolve "programas de avaliação cujos resultados forneçam informações importantes para o planejamento de ações em todos os níveis do sistema de ensino..." (LEITE E GERA 2014, p. 65).

Esses passos são concretizados mediante o trabalho pedagógico das escolas mineiras. Dessa forma, as capacidades a serem trabalhadas e consolidadas no terceiro ano do Ensino Fundamental, no que se refere à apropriação do SEA, são dominar as relações grafemas e fonemas, ou seja, dominar regularidades e irregularidades ortográficas. Esse domínio leva à leitura e interpretação de informações implícitas e explícitas de textos

Sendo assim, a apropriação desse sistema deverá gradativamente consolidar as atitudes e disposições favoráveis ao processo da leitura, e desenvolver capacidades relativas ao código escrito: decodificar e ler globalmente as palavras dos textos escritos, desenvolver capacidades necessárias à leitura com fluência e compreensão, interpretar os textos e serem capazes de identificar a função da leitura, antecipar conteúdos lidos mediante o reconhecimento de seu suporte, gênero e contextualização, levantar hipóteses relativas ao conteúdo do texto que está sendo lido, buscar pistas textuais, fazer inferência, ampliar a compreensão, construir a compreensão global do

[83] Corresponde aos três primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos (MINAS GERAIS, 2004a).

texto lido, localizar informações implícitas e explícitas, avaliar afetivamente o texto, fazer extrapolações, ler oralmente com fluência e expressividade (MINAS GERAIS, 2004a).

E por fim, em relação à produção escrita os alunos deverão compreender e valorizar o uso da escrita com diferentes funções, em diferentes gêneros, adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação (MINAS GERAIS, 2004a).

Os desenvolvimentos de tais capacidades favoráveis à leitura, interpretação, escrita e produção perpassam por outras significâncias que levam ao desenvolvimento de conhecimentos não inatos específicos do trabalho pedagógico e fundamentais ao trabalho psicopedagógico que é a análise de como os indivíduos aprendem e as possíveis dificuldades desse processo.

O TDAH, a aprendizagem e a apropriação do sistema de escrita alfabética

Postula-se que as crianças hiperativas não conseguem ficar paradas, correm de um lado a outro, escalam móveis e vivem "a mil", como se estivessem "plugadas na tomada"; ou daquelas desastradas, desajeitadas, não conseguem prestar atenção em nada, que sonham acordadas e que se distraem ao menor dos estímulos. Não raro apresentam dificuldades de aprendizagem e de relacionamento, transformam a sala de aula em campo de guerra, gerando incompreensão de pais, amigos e professores. Frequentemente recebem rótulos de rebeldes, mal- educadas, indisciplinadas, burras, preguiçosas, cabeças de vento, birutas, pestinhas dentre outras (Silva, 2009). Mesmo com essa realidade inquieta:

> A pessoa com deficiência ou com transtorno busca, nas interações com o outro, formas específicas de aprendizagem, utiliza outras formas de desenvolvimento, biologicamente pré-determinadas numa realidade comum. Procura novos acessos para participar do social a sua volta através de recursos mentais, materiais e tecnológicos (LEITE E GERA 2014, p. 55).

Contemplando as considerações de Leite e Gera (2014) faz-se necessário que sejam expostos aspectos que possibilitem o melhor desempenho da criança com TDAH no processo de ensino aprendizagem. Segundo Rotta et al. (2006, p. 369):

> Deixar claro quais são as expectativas do professor na realização de cada tarefa. Estabelecer uma rotina diária clara, com períodos de descanso definidos. Usar reforços visuais e auditivos para definir e manter essas regras e expectativas, como calendários e cartazes. Dar instruções e orientações de forma direta, clara e curta. Observar se o estudante possui todos os materiais necessários para a execução da tarefa; caso contrário, deve-se ajuda-lo a consegui-lo. Dividir as atividades em unidades menores. Iniciar a aula pelas atividades que requerem mais atenção, deixando para o final do turno aquelas que são mais "agradáveis e/ou estimulantes". Monitorar o tempo que falta para concluir uma tarefa.

De acordo com nossa prática docente em salas de aulas regulares das escolas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e de acordo com o diagnóstico clínico do caso estudado durante o 2º bimestre de 2014, a rotina especificada por Rotta et al. (2006) deve possuir, além de um ambiente acolhedor, normas claras de conduta que as crianças devem ter no grupo "sala de aula", que especifiquem o que é permitido ou não. O intuito é manter um clima calmo e propício ao aprendizado de todos os envolvidos. Além disso, é importante destacar que as crianças que cursam o 3º ano do Ensino Fundamental, que é o ano escolar que nosso estudo de caso cursa em 2014, gostam, conforme minhas observações como docente, de participar oralmente das aulas, de cantar, contar fatos de sua vida social e familiar, brincar, pular e uma série de outras atividades dinâmicas e interessantes que o ambiente de sala de aula não comporta a todo o momento. Os cuidados com este ambiente é importante porque "Crianças com TDA têm dificuldades em seguir regras, e, muitas vezes, apresentam significativos problemas disciplinares [...]" (PHELAN, 2005, p. 26).

Assim, a concentração, a dedicação e a responsabilidade são exigidas para que a aprendizagem ocorra, e a criança com TDAH ao perceber os limites em sua rotina procurará adequar-se para ser bem aceita e querida. A mediação do professor é fundamental para estabelecer um clima em que as crianças possam participar da construção de seus conhecimentos e ainda respeitar as regras e limites impostos nessa relação.

O caso clínico estudado, possui dificuldades acentuadas na área da Língua Portuguesa e segundo Rotta et al. (2006) os estudantes que apresentam dificuldades na leitura geralmente não apresentam problemas no reconhecimento de palavras, os problemas concentram-se na compreensão leitora. Quanto à escrita os estudantes poderão ter dificuldades tanto no aspecto gráfico, quanto nos ortográficos e nas produções de narrativa. A grafia pode se apresentar desorganizada e possuir traçados inadequados e na ortografia terão dificuldades na fixação das

representações ortográficas. Fonseca (2012) assevera que as crianças hiperativas, com dificuldades de coordenação e de relação social são a preocupação central de seus estudos porque "Consequentemente, apresentam dificuldade em uma das complexas funções psíquicas superiores [...] (FONSECA, 2012, p. 262)".

E por fim, a produção de texto será um grande desafio, geralmente apresentem dificuldades em planejar e elaborar narrativas. Rotta et al. (2006,p. 370) os estudantes poderão ser beneficiadas das seguintes estratégias:

> Ensinar individualmente ao estudante como deve organizar seu trabalho escrito [...]. Mostrar como é organizada a maior parte das narrativas [...]. Incentivar a revisar suas produções. Deixar que ele dite a história para um colega.

O Quadro 1 apresenta estratégias para que o professor favoreça a aprendizagem do aluno com TDAH:

Estratégias que auxiliam no desenvolvimento dos alunos com TDAH
Incentive ou recomende seu aluno com TDAH a sentar-se próximo, ou ao alcance do seu olhar direto, distante da janela ou da porta, num local onde tenha menor possibilidade de se distrair, no meio de colegas tranquilos. Ajude-o a organizar a carteira, retirando os objetos que possam distraí-lo. Ensine-o a deixar sobre a carteira somente o material necessário para realizar as tarefas. Quando o seu aluno começar a ficar agitado, ou atrapalhar a classe, redirecione-o para outra atividade ou situação, como levar um recado para fora da sala, recolher os livros das carteiras e apagar o quadro. Olhe sempre em seus olhos, para "trazê-lo de volta". Um olhar pode tirá-lo do devaneio ou dar-lhe liberdade para fazer uma pergunta, ou apenas dar-lhe segurança, silenciosamente. Use atividades de ensino que estimulem respostas ativas, como falar, mover-se, organizar, trabalhar no quadro. Antes de iniciar uma atividade, realce com marcador de texto as partes mais importantes daquela tarefa, para que ele tenha clareza das instruções e das informações relevantes. Use menos palavras para explicar-lhes as tarefas, pois as instruções verbais serão melhor compreendidas se repassadas objetivamente e uma de cada vez. Organize trabalhos em duplas, dê preferência para que ele trabalhe em parceria com um colega mais tranquilo e centrado. Alterne tarefas com conteúdos de alto e de baixo interesse para o aluno com TDA/H. Circule, sublinhe ou realce partes do texto em que a criança geralmente falha ao fazer seu trabalho escrito. Gradue as dificuldades das atividades, evitando dar grandes saltos de problemas fáceis para muito difíceis. Evite tarefas monótonas e repetitivas. Incentive a leitura em voz alta, o reconto de histórias, e a falar por tópicos, ajudando-a a organizar suas ideias. Utilize recursos de gravador, retroprojetor, projetor de slides, muita cor (giz colorido para o quadro, canetas coloridas para as anotações no caderno ou livro) tornando assim, as aulas mais interessantes e dinâmicas. Reforce o uso diário do agendamento das atividades, por ordem cronológica. Implante o sistema de estudos com "tutor", escolha na classe um aluno, com habilidades, para atuar como o "seu amigo de estudos". Antes de iniciar uma nova matéria, utilize alguns minutos para recordar a matéria dada anteriormente. Dessa forma, criará elo entre os assuntos, favorecendo a atenção e a fixação das informações na memória. Distribua as questões nas folhas de avaliação, espaçando-as de tal forma, que enquanto responde uma, não se distraia com as outras. Fracione as informações. Divida projetos longos em segmentos curtos. Dê significado à informação. Use a memória visual para ajudar na codificação da memória verbal. Utilize filmes, cartazes, propagandas. Se o aluno tem dificuldades em fixar o que é visual, utilize recursos sonoros, como gravar as aulas para recordá-las em casa. Utilize recurso de repetição, pois alguns alunos com TDAH só assim conseguem consolidar o aprendizado. Avise sobre o que vai falar antes, pois, crianças com TDAH aprendem melhor visualmente do que pela voz. Se puder, escreva o que será falado e como será falado. Acostume-se a dar retorno, o que ajudará a criança a tornar-se auto-observadora. As crianças com TDAH não tem ideia de como vão ou como têm se comportado. Faça perguntas como - Você sabe o que fez? Como você acha que poderia ter dito isso de maneira diferente? Seu comportamento foi bom hoje? Você conseguiu se organizar hoje durante a cópia do quadro? Preveja o máximo que puder. Alterações e mudanças sem aviso prévio são difíceis para o TDAH. Eles perdem a noção das coisas. Prepare as mudanças com antecedência. Avise o que vai acontecer e repita os avisos à medida que o momento for se aproximando. Adote o uso de um caderno escola-casa-escola. Isso contribuirá para uma melhor comunicação entre pais e professores evitando assim, as reuniões de crises e ainda ajudando no frequente retorno das informações que a criança precisa.

Quadro 1: Estratégias que auxiliam no desenvolvimento dos alunos com TDAH
Fonte: Brasil, 2012

O TDAH se caracteriza por três sintomas básicos: desatenção, impulsividade e hiperatividade física e mental (Silva, 2009). Nesse ínterim, o grupo heterogêneo no qual as pessoas com TDAH fazem parte podem ser divididas em subtipos e é fundamental que professores e todos os profissionais que trabalham com esse transtorno saibam. Esses conhecimentos contribuem para melhor desenvolver a prática profissional que auxilie no desenvolvimento dessas crianças, que se faz saber: TDAH predominantemente desatento, TDAH do tipo predominantemente hiperativo-impulsivo, TDAH com e sem agressividades e TDAH com e sem transtorno de internalização (Dupaul e Stoner, 2007).

Percebemos, mediante aos assuntos discutidos até o momento, que o trabalho pedagógico, que envolve a aprendizagem e a apropriação do sistema de escrita alfabética pelo TDAH, vai além das práticas de organizar a rotina e planejamento pedagógico. É preciso desenvolver um olhar sensível que auxilie no diagnóstico e no tratamento desse transtorno, deve-se estabelecer comunicação com o médico e com o psicopedagogo da criança a fim de obter orientações específicas e oferecer dados relativos à criança na escola, a cada mudança de dosagem medicamentosa o professor deve disponibilizar à família informações da adequação do mesmo e os reflexos do seu uso em sala de aula.

Enfim, a escola, a família, o psicopedagogo e o médico devem manter comunicação constante que objetiva verificar a adequação do tratamento prescrito pelo médico e a pertinência das intervenções clínicas do psicopedagogo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A autora desenvolveu uma pesquisa de campo que envolveu o estudo de um caso com TDAH, que cursa o terceiro ano do Ensino Fundamental, tendo como alicerce o seu aparato teórico para analisar as amostras de escritas dessa criança mediante os resultados da avaliação psicolinguística.

Segue abaixo o resultado da avaliação realizada na seguinte ordem: produção de texto a partir de desenho livre, ditado de palavras, cópia da lousa e leitura e interpretação oral de texto.

Produção de texto a partir de desenho livre

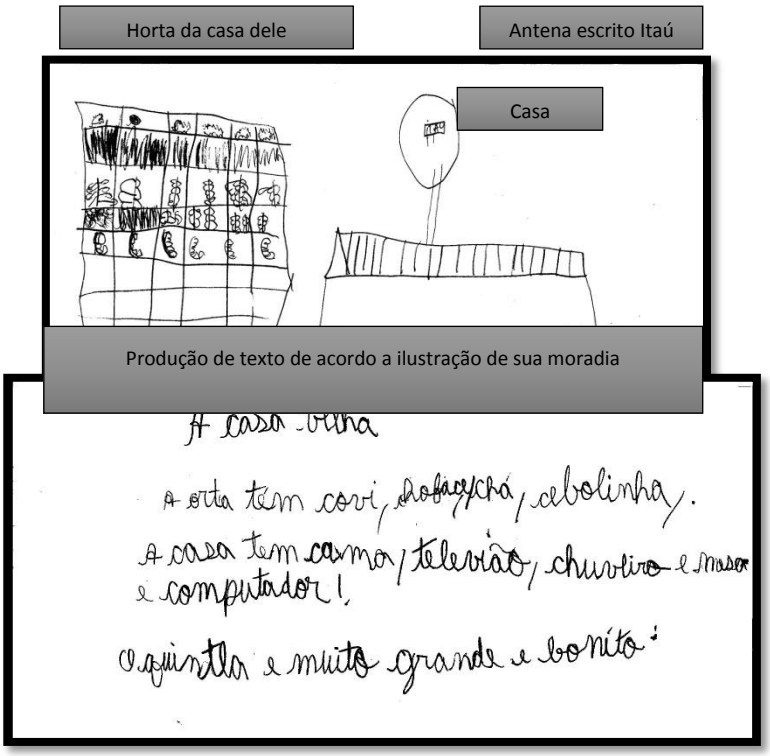


Figura 1: Produção de texto a partir de desenho livre
Fonte: Arquivo das autoras

Ele desenhou sua casa e o quintal no qual há uma horta com vários legumes plantados pela família, em cima da casa desenhou a antena parabólica e fez questão de destacar que nela está escrito Itaú.

Ao desenho deu o título de “A casa velha” e explicou que é uma casa velha e feia, explicou com alegria o que tinha dentro da casa e deixou claro que seu lugar preferido é o quintal porque nele pode fazer várias coisas do jeito que quiser, desde brincar até mexer na horta.

Em primeiro lugar analisamos o nível de concepção da escrita que ele produziu:

A orta tem cove, choface, chá, cebola,.

(A horta tem couve, alface, chá e cebola.)

A casa tem cama, televião, chuveiro, masa e computador!

(A casa tem cama, televisão, chuveiro, mesa e computador!)

O quintla é muito grande e bonito:

(O quintal é muito grande e bonito.)

Apesar de muitas palavras escritas corretamente não podemos classificá-lo como alfabético ortográfico devido à escrita incorreta das palavras horta – orta, couve – cove, alface – choface, televisão – televião, masa – mesa, quintal – quintla.

O léxico de origem não apresenta indícios de palavras decoradas devido à representação do texto elaborado na vida da criança, as características das palavras envolvem sílabas complexas como em **com**putador**, chu**veiro e **gran**de. Sendo que se percebe na palavra **computador** a regularidade ortográfica referente à regra do uso do “m” antes da letra “p” ou da letra “b”.

A elaboração do texto demonstra que apesar da criança cursar o terceiro ano do Ensino Fundamental ainda apresenta dificuldades no uso da pontuação, ainda que esse conhecimento esteja em construção nesse ano escolar, consideramos importante destacar o uso simultâneo da vírgula e do ponto final no termino da frase e o uso da vírgula no lugar da conjunção “e” que entre os membros de uma série, dá mais vivacidade à enumeração. Essa é a elaboração discutida:

A orta tem cove, choface, chá, cebola,.

(A horta tem couve, alface, chá e cebola.)

De acordo com Rotta et al. (2006) esses problemas são próprios da criança com TDAH, e ela poderá ter dificuldades nos aspectos gráfico, ortográfico e nas produções narrativas.

A seguir analisamos o ditado de palavras. Segundo Fonseca (2012) a grafia pode apresentar-se desorganizada e possuir traçados inadequados e na ortografia terão dificuldades na fixação das representações ortográficas; o mesmo ainda complementa ao dizer que as crianças hiperativas que demonstram dificuldades de coordenação apresentam na sua motricidade determinado número de características de adaptação, de relação e de aprendizagem. Se pensarmos especificamente em motricidade e no caso estudado, a criança possui movimentos dos membros maiores ligeiramente enrijecidos e pouca flexibilidade nos dedos das mãos, apesar disso sua grafia é inteligível, esta é exposta na Figura 2.

A análise quantitativa do ditado

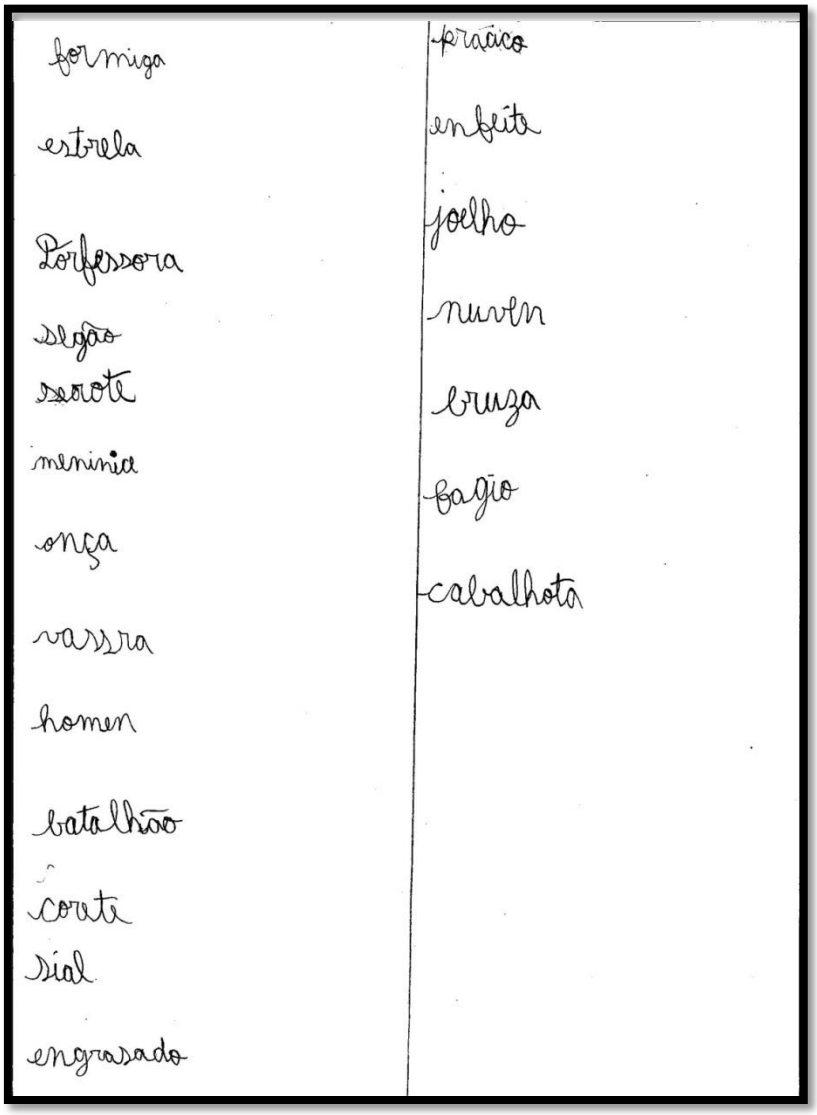


Figura 2: Ditado de palavras
Fonte: Arquivo das autoras

A análise qualitativa do ditado foi realizada em dois momentos: verificação dos tipos de erros cometidos, observação da evolução da escrita correspondente e em seguida foi realizada a análise quantitativa dos acertos que a criança obteve.

A primeira análise mostra que as inadequações de escrita cometidas por essa criança demonstram a conscientização de que as palavras são formadas por sequencias de letras que representam os sons da fala, visto que apresenta inadequações de escrita de omissão (segão, vassra, sial, fagio), transposição e transcrição da fala (prácico, bruza). Dando continuidade às observações, percebemos a falta da análise fonológica da palavra ou uma análise incorreta porque ela tem transposição da fala, troca de letras com som semelhante (porfessora, serote, engrasado, nuven). Nesse interim destacamos o traçado da palavra estrela ao grafar a sílaba “tre" utilizou o traçado da letra “b” cursiva para completar o som que era exigido nessa palavra, em fim ela apresenta oscilações entre os conhecimentos já aprendidos e o uso destes em situações variadas. Sendo assim, a evolução da escrita corresponde a fase Alfabética não ortográfica. O Quadro 2 apresenta a organização dos erros, dos acertos e a análise quantitativa realizada.

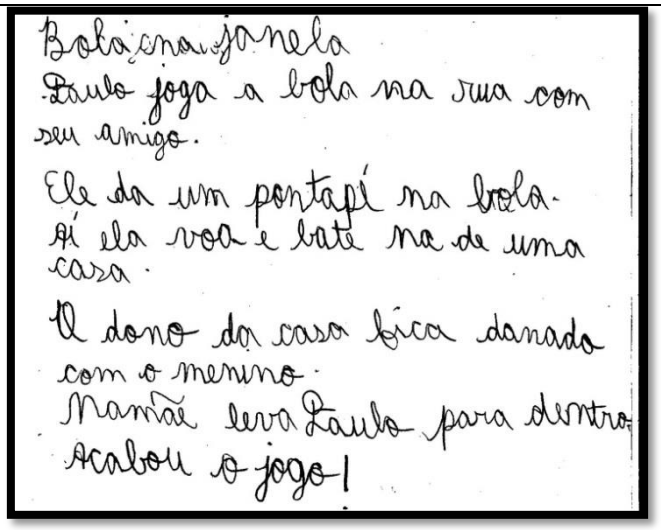
		CLASSIFICAÇÃO DOS ERROS										SÍLABAS
DITADO	PRODUÇÃO	OP	C	N	M	F	L	T	A	O	R	CERTAS nº
FORMIGA	formiga											3
ESTRELA	estrela								x			3
PROFESSORA	Porfessora							x				3
CHEGARAM	segão									x		0
SERROTE	serote		x									2
MENINICE	meninice											4
ONÇA	onça											2
VASSOURA	vassra									x		2
HOMEM	homen		x									1
BATALHÃO	batalhão											3
CORRENTE	corete			x								2
SINAL	sial									x		1
ENGRAÇADO	engrasado		x									3
PLÁSTICO	prácico		x			x						1
ENFEITE	enfeite											3
JOELHO	joelho											3
NUVEM	nuven		x									1
BLUSA	bruza		x			x						0
FRÁGIL	fagio									x		0
CAMBALHOTA	cambalhota			x								3
												40 acertos

% de acertos = 40 x 58 = 4000 = 68,9
x 100% 58

Desse modo, a criança, teve 68,9% de acertos.
Obs.: Ela gastou 8 minutos para realizar o ditado.

Quadro 2: Classificação dos erros
Fonte: Alliende e Condemarin, 1987

Os quase 70% de acertos mostram que o desenvolvimento dessa criança está acontecendo de forma gradual, mas aquém ao esperado para o ano no qual estuda. Contudo percebemos que ela conseguiu entender o processo inicial de aquisição do SEA.

Cópia da lousa


Bola na janela
Paulo joga a bola na rua com seu amigo.
Ele da um pontapé na bola.
Aí ela voa e bate na de uma casa.
O dono da casa fica danado com o menino.
Mamãe leva Paulo para dentro.
Acabou o jogo!

Figura 2: Cópia da lousa
Fonte: Arquivo das autoras

A cópia da lousa não mostrou grandes dificuldades, a criança apenas esqueceu-se de acentuar o verbo "dar – dá", desenvolveu a atividade proposta em 7 minutos, tempo considerado satisfatório. Por se tratar de um texto com dificuldade de ortografia simples conseguiu boa interpretação oral ao explicar a essência do assunto tratado.

Ademais, na análise da leitura de um texto, que tem um número maior de sílabas complexas, da escrita e da produção de texto percebemos as características descritas por Rotta et al. (2006) de que as crianças que possuem dificuldade na leitura comumente não apresentam dificuldade no reconhecimento de palavras, mas sim na interpretação das informações implícitas e explicitas do enredo do texto.

Leitura e interpretação de texto
O trapezista improvisado No sábado passado Juca foi ao circo. Ele se divertiu muito com o espetáculo, mas gostou mesmo foi das cambalhotas do trapezista. No dia seguinte, Juca subiu na árvore em frente da casa e tentou fazer igual ao trapezista, mas o galho quebrou e Juca despencou no chão. Que triste!

Quadro 2: Leitura e interpretação de texto
Fonte: Marturano, 2000

Por se tratar de uma criança que cursa o terceiro ano do Ensino Fundamental e ter tido relativo êxito nas atividades anteriores escolhemos um texto mais complexo (MARTURANO, 2000).

Classificamos nível de fluência de leitura em **vacilante**, valor 5,0 pontos, uma vez que a criança lê algumas palavras decodificando e outras palavras inteiras ou conjunto de palavras, porém com pausas frequentes e longas, sem relação com a pontuação.

A realidade da criança segue descrita no Quadro 4:

FREQUÊNCIA DA LEITURA			
1 – CACOETES E HÁBITOS DE LEITURA	Nunca	Às vezes	Sempre
Movimentos de cabeça	x		
Aponta com o dedo			x
Movimento de lábios			x
Subvocalização	x		
Perde o lugar que está lendo		x	
2 – USO DA VOZ			
Pronuncia com dificuldades		x	
Omite o final das palavras		x	
Gagueja ao ler	x		
Apresenta falhas de articulação		x	
Lê com atropelo			x
A voz parece nervosa ou tensa		x	
O volume da voz é muito alto	x		
O volume da voz é muito baixo	x		
3 – HÁBITOS DE POSTURA			
Segura o livro muito perto de si	x		
Move a cabeça ao longo da linha		x	
Mantém postura corporal inadequada Durante a leitura (descrever)	x		
Segue a linha com o dedo ou com uma régua			x
Move o livro sem necessidades			
Dá mostras de cansaço ao ler		x	
Esfrega os olhos	x		

Quadro 4: Frequência da leitura
Fonte: Alliende e Condemarin, 1987

CONCLUSÃO

No que diz respeito ao estudo sobre como se processa a aquisição do SEA em uma criança com TDAH, com laudo médico, que cursa o 3º ano do Ensino Fundamental, averiguou-se, diante das análises apresentadas no artigo sobre as produções do cliente, que o processo de aquisição da leitura, escrita, interpretação e produção ocorrem de acordo com as características da fase de desenvolvimento dessa criança e com as características esse transtorno, visto que suas dificuldades evidenciam traços de seu problema neurológico; que o ambiente em sala de aula deve ser acolhedor, organizado mediante regras e limites, a busca pela tranquilidade que garanta a atenção e a aprendizagem deve se contínua por parte do mediador da aprendizagem, o professor. E quanto aos estudos de Fonseca (2012) sobre a relação que há entre a motricidade e a dificuldade em uma das funções superiores, o caso estudado demonstra essa relação na prática observada em suas atividades pessoais, escolares e na clínica.

Verificou-se que as situações de aprendizagem da criança com TDAH devem conter ações planejadas que direcionem a sua participação e compreensão dos conhecimentos propostos a ela para o uso no meio escolar e demais setores sociais. E que a pretensão em contribuir para o trabalho pedagógico escolar e com o atendimento clínico psicopedagógico fica explícita na necessidade de desenvolver planejamentos e práticas que sejam sensíveis e possuidoras de conhecimentos específicos a esse transtorno. Uma vez que as práticas pedagógicas do âmbito escolar constituem espaços estruturados de aprendizagem capaz de oferecer adequada intervenção no desenvolvimento da criança com TDAH e concomitantemente estabelece poderoso instrumento de inclusão social dessas pessoas como sujeitos ativos na sociedade que estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE, F.; CONDEMARIN, M. **Leitura:** teoria, avaliação e desenvolvimento. Tradução de José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas,

1987.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento.** 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOSSA, N. A., OLIVEIRA, V. B. org. **Avaliação psicopedagógica da criança de 7 a 11 anos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, , 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. **Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade – TDA/H:** orientações aos professores da rede estadual de ensino do estado de minas gerais. 2012. Disponível em: http://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Cartilha%20TDA-H_final.pdf. Acesso em: 10 jun. 2014.

CARVALHO. C. de. **Para compreender Saussure**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rio, 1980.

CASTRO, C. **TDAH:** inclusão nas escolas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2009.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á.. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

DUPAUL, G. J.; STONER, G. **TDAH nas escolas:** estratégias de avaliação e intervenção. São Paulo: Books do Brasil Editora Ltda, 2007.

FONSECA, V. da. **Manual de observação psicomotoras:** significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

GROSSI, E. P. **A aquisição da língua escrita:** programa de cursos 2006. Rio de Janeiro, Positivo, 2001.

LEAL, L. C; FRANCO, R. C. **Programa de cursos**. Rio de Janeiro, Positivo, 2004.

LEITE, A.R.S.; GERA, M.Z. **Políticas públicas, o processo da educação inclusiva e o SIMAVE:** um desafio ao desenvolvimento humano e social. 2014. 183p. **Dissertação** (Mestre em Desenvolvimento Regional – mestrado interdisciplinar) – Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF, Franca, 2014.

MALLOY-DINIZ, L. F. et al. **Avaliação Neuropsicológica.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTURANO, E.M. **Protocolo para transcrição e correção do ditado:** curso de aprimoramento profissional – Psicopedagogia para pedagogos: HCRP-USP, 2000.

MATTOS, P. **No mundo da Lua:** Transtornos do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. ed.14. Rio de Janeiro: ABDA, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Alfabetizando.** Belo Horizonte: 2004a. 62 p. 2 v.

_____ Secretaria de Estado de Educação. **Ciclo inicial de alfabetização**. Belo Horizonte: 2004b. 1 v.

PHELAN, T. W. **TDA/TDAH:** transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. São Paulo: Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

_____**Seis Estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1978.

ROTTA, N. T. et al. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SÁNCHES-CANO, M.; BONALS, J. org. **Avaliação Psicopedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, A. B. B. **Mentes inquietas:** TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Dilemas, desafios e perspectivas na direção de um estágio de qualidade

Este artigo enquanto objetivo visa evidenciar o lugar do estágio supervisionado na formação acadêmica do discente de Serviço Social na atual conjuntura histórica. Pautado nas constantes reflexões no interior da categoria, dos órgãos representativos e das Instituições de Ensino - IES, a temática em questão assume um direcionamento a partir do "novo" marco regulatório do estágio, qual seja a Lei Federal 11.788/08, com vistas a redimensionar aspectos legais no cumprimento do estágio, enquanto processo de ensino e aprendizagem e sua centralidade na formação acadêmica no contexto das profissões regulamentadas, das quais, o Serviço Social é integrante. Associado a este marco legal, na esfera Federal, apoia-se na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social Lei nº8662, no Código de Ética vigente, ambos datados de 1993, na Resolução CFESS 533 de 2008, que dispõem sobre os aspectos operacionais do estágio supervisionado numa perspectiva de qualidade, apontando rumos ético-legais para a realização desta atividade tão importante no processo formativo do futuro assistente social, para além de mero cumprimento de carga horária, para a identificação do fazer profissional do assistente social, num processo constante de troca de conhecimentos; aliados aos aspectos legais mencionados. Assim, vale-se também da Política Nacional de Estágio (PNE), que não deve ser entendida enquanto Lei mas sim como um direcionamento para os assistentes sociais no contexto da supervisão que preocupados com os rumos que essa atividade tenha ganhado na atualidade, sente-se a necessidade de uma discussão maior estabelecendo critérios e normas capazes de "garantir" que o estágio supervisionado seja compreendido no seu real significado. Pensar estágio não é somente em sua esfera normativa e sim nos elementos operacionais e pedagógicos do processo – o que inclui estar de forma clara previsto nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos -, como sua característica peculiar, evidenciando os papéis de cada ator social no processo: docente supervisor, IES, instituições concedentes de estágio, discentes e supervisores de campo, na direção de um estagio supervisionado cada vez mais atento às constantes mutações da sociedade capitalista. O debate sobre a centralidade do estágio tenciona a capacitação, articulação e apreensão de todo este conteúdo teórico-metodológico e ético-político presente no processo de formação acadêmica. Deste modo, abordar se neste artigo os seguintes aspectos: A legislação e o estágio supervisionado; A atribuição do discente no processo de construção do conhecimento; A conduta das Instituições e suas responsabilidades neste processo. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. Esta se baseou numa perspectiva sócio histórica, fundamentada na corrente teórica do materialismo dialético.

120-2442

Valquiria Alves Mariano
Unesp Franca
valquiria.mariano@uniube.br

Neide Aparecida de Souza Lehfeld
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
nlehfeld@unaerp.br

Marcia Cristina Freitas Silva
Unesp Franca
marcia.silva@uniube.br

PALAVRAS CHAVE: Estágio Supervisionado; Assistente Social; Formação.

1. INTRODUÇÃO

Para que o processo de realização do estágio supervisionado do curso de Serviço Social ocorra de forma a atender as requisições teórico-metodológicas e ético-políticas, torna-se necessário adentrar aos vários elementos que compõem esse cenário, considerando as particularidades e as orientações legais do estágio supervisionado do discente de Serviço Social.

Para Oliveira (2004, p. 60): "A análise do estágio supervisionado em Serviço Social deve ser alicerçado no processo de formação profissional do qual ele é parte integrante, destacando aí seu significado e as questões que emergem de suas particularidades." Com vistas a ampliar e aprofundar as discussões relacionadas ao processo de estágio supervisionado em Serviço Social, torna-se necessário apresentar aspectos relevantes para o processo formativo do futuro assistente social, com vistas a reafirmação do compromisso com a categoria profissional, tencionando uma formação crítica, generalista e, sobretudo que rompa com o ideal mercantilista adotando por muitas Instituições de Ensino - IES e imposto à sociedade. Assim, "Se o estágio é uma atividade curricular obrigatória, tem necessariamente de ser reconhecido como espaço de aprendizagem**,** mas concretamente e não idealisticamente." (PINTO, 1997, p. 123).

O Serviço Social como uma profissão cuja dimensão interventiva e investigativa se encontra amalgamada pela preocupação de edificar, em tempo e hora, a articulação teórico-metodológica traz, na mesma medida, a busca pela apreensão da realidade social e os sujeitos que a compõe. Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o fato de que esta profissão, desde a criação da primeira escola no Brasil, ocorrida na década de 1930, trouxe de forma absolutamente deflagrada, a preocupação de inserir o discente nas atividades da realidade vivida, prática, e, na mesma medida a convivência com a população.

O estágio sempre esteve presente como elemento da formação do discente dos cursos de Serviço Social, aparece como destaque no estudo das matrizes curriculares da época. Nessa mesma direção, percorreu os períodos e as mudanças dos currículos até a contemporaneidade. Assim, o estágio supervisionado encaminhou-se como um dos elementos centrais no cenário da formação profissional. Para Buriolla (2006, p.13):

> O estágio em Serviço Social, no Brasil, existe desde a fundação das primeiras Escolas de Serviço Social, na década de trinta, sendo parte integrante e obrigatória do Curso de Serviço Social: Nesta medida, desempenha um papel decisivo na formação do aluno, possibilitando-lhe a inserção na prática profissional.

Com os constantes debates ocorridos no seio da profissão, essa atividade reflete a preocupação da categoria pela via dos órgãos representativos e, atualmente este momento da formação profissional deve ganhar espaço privilegiado, oportunizando ao discente estagiário, elementos para a realização de aproximações sucessivas acerca do sujeito de sua intervenção, ao espaço da "vida vivida". Trata-se de um momento da construção da identidade profissional do discente estagiário, e do assistente social que deve ser de formação continuada. Segundo, Pinto (1997, p. 13)

> O aprendizado de uma profissão, em parte atribuída ao estágio, envolve uma dinâmica típica e específica, que se estabelece na produção de conhecimentos da prática, o qual supõe o redimensionamento dos conhecimentos teóricos na sua relação com a realidade.

Nas esferas organizativas da categoria profissional, por meio dos órgãos de representação profissional como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, o estágio supervisionado ganha centralidade nos espaços do debate, sobretudo, nos últimos Congressos e Fóruns realizados regionalmente, surgindo assim, novos direcionamentos às normatizações que definem a trajetória operacional da atividade, com vias a "garantir" a qualidade no cumprimento do estágio supervisionado, em que os estagiários vivenciam experiências concretas do cotidiano profissional do assistente social, nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Importante mencionar a relevante contribuição dos grupos de assistentes sociais de todas as regiões, que após vários encontros e discussões, culminou na elaboração da Política Nacional de Estágio (PNE), o que obviamente significa um avanço para a categoria profissional, e uma diretriz na efetivação de um estágio de qualidade.

Esse movimento que resultou na PNE, tenciona proporcionar condições e estratégias que viabilizem embasamentos para o embate estabelecido a partir das novas exigências mercadológicas no quesito formação em Serviço Social, e os desafios contemporâneos impostos à profissão. Para (LEWGOY, 2009, p. 25).

> [...] pensar as exigências e os desafios contemporâneos à formação profissional demanda, necessariamente, refletir sobre as formas reificadas que transformam o processo educacional em mera mercadoria. Implica, também, debater as atribuições e o significado da profissão de Serviço Social perante as forças sociais presentes na sociedade e como atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional. A profissão é uma atividade historicamente determinada pelo modo como a sociedade se organiza e, ao mesmo tempo, pelo resultado do desempenho da categoria profissional, isto é, posicionamento e das respostas oferecidas por ela às demandas sociais dos distintos grupos e classes sociais.

Contudo, as expressões da questão social se manifestam pela mesma via, ou seja, é um produto da relação capital x trabalho. Para o discente estagiário, faz-se necessário compreender estas diversas nuances, para que assim, tenha-se um compromisso mais afinado com os valores assumidos coletivamente.

2. O ESTÁGIO COMO LÓCUS DE CONSTRUÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Seguindo o curso do processo de formação na graduação em Serviço Social, destaca-se aspectos relacionados a gênese da supervisão. Segundo (LEWGOY, 2009, p. 64):

> A gênese da supervisão em Serviço Social acompanha a história das condições políticas que envolveram a criação da profissão. Como lembra Marx (1978), cada nova geração tem de se apropriar das objetivações resultantes da atividade das gerações passadas. Considerando que as mutações ocorrem em todas as áreas, contextualizar a supervisão de estágio na formação profissional significa poder situá-la abarcando suas concepções, práticas e idéias, que, relacionadas ao contexto econômico, político, social e cultural, podem ser vistas de vários ângulos, ampliando o foco da análise. Desse modo, pode-se particularizar a supervisão em Serviço Social como instância do processo de formação profissional, o que impõe vinculação com as Diretrizes Curriculares, e como um legado na formação do Serviço Social, buscando a compreensão dos fatos e dos personagens que fizeram e fazem parte de sua história.

Isto posto, ressalta se a importância desse conhecimento, considerando os aspectos econômicos, tecnológicos, políticos, culturais e sociais. Dito isto, o intuito é não perder de vista que todos esses aspectos mencionados são vivenciados tanto pelos profissionais assistentes sociais, quanto pelos discentes estagiários, visto que ambos se identificam com esses e outros aspectos presentes nos diferentes campos de atuação profissional que se configuram como espaços de campos de estágio.

Nesse contexto, não se pode deixar de destacar o que Rosa Pinto (1997, p.100) apresenta a respeito dessa vivência por parte do discente, relacionada ao estágio supervisionado:

> O estágio passa a significar o momento de estar face a face com esta nova realidade. Este momento coloca o aluno diante de um espelho, o qual reflete, a princípio, a imediaticidade, a superficialidade, a espontaneidade da prática cotidiana.

Essas experiências, vivências, contradições, identificadas por assistentes sociais como refrações da questão social, nos espaços de atuação e de supervisão de estágio, são discutidos em espaços como de salas de aula principalmente, mas também nas demais disciplinas destinadas à supervisão de estágio, devendo perpassar a proposta de transversalidade entre aquelas constantes dos PPP dos cursos de Serviço Social.

Para Buriolla (2006, p. 52):

> O real concreto da prática profissional mostra-nos um quadro doloroso pelo qual passa o ser humano, difícil de se compreender, aceitar e intervir. Se esta dificuldade se depreende de um assistente social, que dirá de um estagiário que se depara surpreso, chocado e inexperiente ante a realidade alienante, caótica, conflitante, e opressiva do homem no contexto estrutural?

O que se pode apreender da citação, é que o assistente social lida no seu cotidiano profissional com as mais variadas refrações da questão social e que muitas vezes se vê limitado a prestar atendimentos burocráticos e fragmentados. A realidade da sociedade brasileira é permeada de contradições e é nesse contexto que os assistentes sociais, assumem o compromisso de prestar serviços de qualidade em observância ao disposto no Código de Ética vigente e em observância ao projeto ético político da profissão.

O questionamento feito pela autora remete a compreensão do quão o espaço de estágio, considerando todas as suas particularidades, a supervisão e o próprio envolvimento do discente estagiário podem contribuir ou não para uma formação de identidade condizente com a que a categoria profissional luta qual seja: uma profissão reconhecida pelo seu valor, pela contribuição que pode dar à sociedade. Mais que isso, a importância do assistente social reafirmar que não existe possibilidade de uma intervenção emancipatória, pautada no discurso de que na prática a teoria é outra.

> Pensar contemporaneamente, em formação profissional requer integrar o complexo debate sobre a relação educação/trabalho. Esse relacionamento é profundamente significante tendo em vista a responsabilidade do campo educacional, em razão de as universidades conviverem, neste início do século XXI, com o desafio permanente de redescoberta das pessoas na sua essência e plenitude. A universidade também tem a obrigação de atender às exigências da era do mercado informatizado e globalizado, num

> cenário em que observamos, de parte das empresas, a procura de um profissional criativo, bem informado e capacitado. (LEWGOY, 2009, p.19),

Isto quer dizer que, as IES precisam de se adequar a um processo formativo que esteja voltado para o desenvolvimento de competências profissionais amplas, generalistas, capazes de oferecerem respostas concretas às solicitações que partem dos usuários dos Serviços Sociais. Certamente isso fará toda a diferença quando o profissional formado dentro dessa perspectiva se tornar um supervisor de campo.

Como pode se visualizar, existem aspectos relevantes para o discente/estagiário, que perpassam desde a postura adotada por este, até a assimilação das informações colhidas durante o período de estágio supervisionado.

A isso denomina se de formação de identidade profissional, que certamente se reflete nos atendimentos prestados enquanto estagiários supervisionados diretamente pelo assistente social supervisor, avaliados por este e pelo supervisor acadêmico, e posteriormente durante sua prática profissional. Significando dizer então o quão importante se faz o estágio supervisionado coerente com a proposta política pedagógica dos cursos de Serviço Social, tendo como princípios as Diretrizes Curriculares.

Assim, resgatar a essência da proposta formativa se faz necessária neste caso específico, relacionado ao estágio curricular dos cursos de Serviço Social, visto a dinamicidade das transformações sociais, reflete diretamente sobre o processo de formação, para além de aspectos financistas, pensando o processo de supervisão numa perspectiva formativa e não de acúmulo de informações, distribuídas em disciplinas, ou meramente cumprimento de carga horária.

A exploração do trabalho do discente estagiário é caracterizada pelo fato de executar serviços que não são de sua competência, como sendo um favor a ele prestado pela instituição concedente e pelo supervisor. É preciso combater esta prática para não desmotivar o estagiário, que passa a entender o estágio como alguma “coisa” sem sentido e significado.

> Em relação ao estagiário, há uma tendência de identificá-lo como o profissional da instituição – campo de estágio, ficando assim responsável pelo encaminhamento das atividades que nem sempre são condizentes com a sua condição de aluno. Outro viés é o estagiário ser considerado, em muitas realidades, como mão-de-obra barata, fazendo parte do quadro funcional da instituição e, portanto, sendo subordinado às suas exigências. (OLIVEIRA, 2004, p. 68).

Por isso, a necessidade de legislações específicas que contribuam para o processo formativo do discente estagiário, “garantindo” assim, a qualidade do mesmo, evitando a configuração de mão de obra barata, o que descaracteriza o processo de ensino aprendizagem proposto pela supervisão enquanto processo importantíssimo e indispensável para o estagiário.

Dito isso, destaca se a Lei Federal 11.788 e a Resolução 533 do CFESS, que aponta os critérios necessários para a efetivação do estágio preconizado pelo projeto político pedagógico do curso de Serviço Social. Conta-se também, com a já mencionada Política Nacional de Estágio em Serviço Social, fruto de vários encontros e discussões acerca do estágio e da supervisão em Serviço Social, como forma de evitar os desmandos de algumas IES, e de algumas instituições consideradas campos de estágio.

Conforme pode se observar, com o decorrer dos períodos e os vários movimentos ocorridos no seio da profissão, cujo resultado trouxe uma nova configuração ao pensar e agir do assistente social, o estágio ganha um novo enfoque, passando de uma forma de “aprender na prática” à uma atividade de relevância.

Neste momento, acredita ser pertinente o fato de que, muito se caminhou na direção de um estágio supervisionado efetivo, de qualidade e que se dê em conformidade com as legislações específicas, com os projetos pedagógicos, mas é dever sinalizar que, os desafios para que tudo isso se cumpra ainda são muitos. E que, as organizações representativas tem papel fundamental na sensibilização das IES, da categoria profissional com vistas ao cumprimento da determinação legal no tocante ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Para a realização do estágio supervisionado, é condição primordial o conhecimento de que para sua efetivação e dinâmica devem atender a uma legislação específica garantindo as exigências mínimas para sua efetivação. E que sua efetivação deve observar o que preconiza o Código de Ética vigente e o projeto ético político da profissão:

> É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-ocupacional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8.662/93 (Lei de

> Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS; CEDEPSS, 2004, p. 75)

É um dos momentos em que o estagiário faz a articulação pensar-agir, numa perspectiva integrada; trata-se de vivenciar a dinâmica da ação-reflexão-síntese e, cuja definição ocorre nesse contexto articulado.

> O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente. (BURIOLLA, 1999, p.13).

O espaço do estágio deve transcender o imediatismo das ações repetitivas, mas deve conter o momento da aproximação reflexiva. É recorrente o lamento, entre os discentes inseridos no estágio supervisionado, de sobrecarga de atividades mecânicas em detrimento do momento da reflexão ativa das ações realizadas no *lócus d*e intervenção.

Dito de outra forma, o que evidencia se são cada vez mais raros os momentos destinados à supervisão, ou seja, a discussão de casos específicos, as orientações repassadas aos discentes sobre determinada situação e por aí vai. O que configura em um descaso com o real sentido do estágio e da supervisão.

Embora modesta, a produção que traz a discussão da temática do estágio supervisionado, deixa claro a importante contribuição do conhecimento inspirado na articulação "teórico-prática". Para que esse momento esteja próximo ao assistente social é preciso que este esteja presente e deixe fluir o sentido de pertencimento ao "mundo das idéias".

Trocando em miúdos: o assistente social tem que se inspirar nas atividades cotidianas, ricas de singularidades e que podem trazer à luz elementos inspiradores e norteadores da ação profissional, não somente direcionados ao micro espaço de atuação, mas para o macro social.

Essa pouca produção sobre experiências de estágio não se deve exclusivamente ao desinteresse dos profissionais por publicizar suas práticas profissionais e ou dos alunos em fazê-las sob o prisma da experiência do estágio supervisionado. Vários são os fatores que limitam essa produção e entre eles pode se citar alguns: o profissional vive um cotidiano profissional atribulado que mal lhe dá condições de sistematizar suas práticas mais corriqueiras, além de não contar muitas vezes com espaços e condições de trabalho adequadas; a remuneração desse profissional muitas vezes é considerada insuficiente o que acarreta em um profissional atuando em mais de um espaço com vistas a uma condição mínima de sobrevivência; tanto IES quanto instituições empregadoras dão pouca importância ao quesito produção de conhecimento; com relação ao discente estagiário: a realidade atual é de um trabalhador-discente-estagiário, o que é um fator dificultador no processo de produzir e publicizar suas experiências.

De conformidade com o pensamento de Rosa Pinto, (1997, p. 13), que sintetiza muito bem essa discussão aponta que:

> É possível afirmar que tanto estágio como supervisão não têm merecido maior atenção e cuidados, pois:
> a) na contemporaneidade dos debates acerca do ensino em Serviço Social existem escassos estudos relacionados a esta temática;
> b) os textos e pesquisas que têm abordado o problema não têm ultrapassado as concepções tradicionalmente postas ao Serviço Social há décadas, não só em relação aos estágios, mas, fundamentalmente, à supervisão.

O estágio supervisionado é encaminhado como atividade obrigatória, mas sem dúvida se constitui num momento de oferta ao discente-estagiário, de condições de aproximações a realidade e exercício profissional.

Assim, invariavelmente pressupõe a atuação direta dos sujeitos envolvidos no processo, como a Unidade de Ensino através da figura do supervisor acadêmico, a Instituição concedente, ou espaço sócio-ocupacional através do supervisor de campo e, do discente estagiário.

Para melhor formação, torna-se relevante refletir e formalizar as atribuições de cada segmento, que devem fazer parte de um documento que cada IES apresenta de acordo com seus objetivos e finalidades denominados como: normas, diretrizes, orientações para a realização do estágio supervisionado, que devem ser socializadas entre os discentes estagiários e entre os supervisores de campo.

ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.

O estágio supervisionado deve ocorrer com base nesses princípios legais, os quais "garantirão" a segurança da formação profissional do discente estagiário, no universo dos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Contribuem como elementos legais e de proteção ao discente estagiário do curso de Serviço Social, a Lei 6494 de setembro de 1977, a Resolução N. 15, de 13 de Março de 2002 que define a obrigatoriedade da realização do estágio e ainda, mais recentemente, a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Resolução 533 de 2008.

A Lei 6.494, já trazia em seu contexto, que o estágio somente poderia ser realizado nas unidades que tivessem condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário. E ainda, que os estágios deveriam propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares. (Ambos os aspectos mencionados, bem como outros dessa Lei, receberam nova redação de acordo com a Lei 8.859 de 23 de março de 1994, e foram revogados pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008).

O Decreto 87.497 de 18 de agosto de 1982 regulamenta a Lei 6494; em seu Artigo 2º destacam que é considerado estágio curricular, as atividades que se apresentem em caráter de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino, que merece destaque também nesse Decreto, que determina o que cabe às Unidades de ensino nesse processo de realização de estágio.

A Resolução 273/93 que aprova o Código de Ética Profissional do Assistente Social contando com as alterações introduzidas pelas resoluções 290/94 e 293/94 apresenta em seu Art. 4º: que é vedado ao assistente social: compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais; e que o assistente social permita ou exerça a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

Com isso, fica evidenciado que do ponto de vista legal, sempre existiu a preocupação de que o discente estagiário realize um estágio de qualidade, em espaços que de fato sejam de área de formação e que tenham condições para recebê-lo.

> A finalidade do estágio, segundo as leis citadas, é propiciar aos estudantes a complementação do ensino e da aprendizagem, devidamente planejados, executados, acompanhados e avaliados, de acordo com os currículos, programas e calendários escolares. Para que se caracterize como regular é ainda necessário que a instituição de ensino e a pessoa jurídica, pública ou privada, onde se efetuará, firme o citado termo de compromisso, um instrumento jurídico, periodicamente revisto, no qual constarão tais exigências legais. (SIMÕES, 2008, p. 442).

O Parecer 492/91 que apresenta as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, traz orientações acerca do perfil do formando, das habilidades e competências necessárias à formação do futuro assistente social, como se apresenta a organização do curso, o que deve conter os conteúdos curriculares, e aspectos relacionados à realização do estágio supervisionado, com destaque a necessidade de que seja realizado durante o processo de formação, concomitante ao período letivo, devendo ser entendido como atividade curricular obrigatória configurada a partir do momento que o aluno está inserido no espaço sócio-ocupacional, e acompanhado diretamente pelo supervisor de campo assistente social.

Já a Lei 8.662/93 que regulamenta o exercício da profissão de assistente social, contribui para esse processo no tocante ao estágio em Serviço Social, dispondo no artigo 5º sobre as atribuições privativas – conforme mencionado anteriormente, entre elas a orientação para a supervisão direta visto não poder ser designada a nenhum outro profissional que não o assistente social, e no artigo 14º merece destaque o texto legal, de que somente os discentes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Especificamente relacionado ao Serviço Social, a Lei 8.662/93 reflete a luta da categoria profissional, sobretudo no sentido de tornar público, através da normatização. Fruto dos movimentos ocorridos no seio da profissão, a mencionada Lei referenda o processo de construção do "novo" Projeto Ético-Político do Serviço Social. Traz a cena contemporânea, as possibilidades de atuação capazes de oferecer os enfrentamentos de demandas postas à profissão, que se faz sempre mediante as refrações questão social.

A regulamentação da profissão caracteriza-se pelos determinantes sócio-históricos, pela dimensão política atrelada ao compromisso com a classe trabalhadora e pelos interesses, demandas e aspirações do projeto coletivo dos assistentes sociais. O projeto Ético-Político do Serviço Social traz como elementos essenciais à defesa intransigente a

liberdade, a luta pela justiça social e equidade. Mais que palavras de efeito o Projeto se confirma no referendo e protagonismo do sujeito social, na luta pela desigualdade e pobreza, e busca pela edificação de uma sociedade democrática e igualitária. Assim, a inserção do aluno nas instituições concedentes de estágio deve estar absolutamente direcionada à perspectiva descrita pela legislação.

Assim, pode se verificar que através da Lei 8.862 de 07 de junho de 1993 será possível encontrar e, nessa medida, entender as Atribuições e Competências do Assistente Social. Estas estão traduzidas na ação do assistente social, supervisor de campo que, a luz dessa legislação, encaminhará o processo de supervisão.

É importante destacar que essa legislação contempla as especificidades da profissão, guarnecendo o profissional de segurança no desempenho de suas funções. Em muitas situações o profissional é questionado ou inquirido a desempenhar funções ou tarefas que não fazem parte de suas atribuições, e assim, não constando do rol de sua competência. Por isso a importância da presença do supervisor acadêmico e supervisor de campo; ambos oportunizarão ao estagiário, os elementos para reflexão acerca das atribuições e competências.

Para caminhar no sentido de construir o entendimento acerca do processo do estágio supervisionado, faz-se necessário definir a temática, bem como os elementos fundantes do seu processo. A Resolução 15 de 13 de março de 2002 vem trazer a garantia de que o discente em formação será encaminhado para a realização de carga horária específica de estágio supervisionado como elemento essencial à sua formação.

Cabe destacar que, anterior a essa regulamentação, as atividades de estágio nem sempre eram encaminhadas responsavelmente e, em muitas situações, não havia supervisor de campo presente no cotidiano institucional. Assim, não era raro encontrar estagiários realizando atividades especificas do assistente social, algo absolutamente impossível nos dias de hoje. Essa resolução em seu artigo 4º explicita a necessita da formatação do estágio supervisionado em Serviço Social estar contida no projeto pedagógico do curso. Além disso, a organização do curso, a importância da indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

No que se refere à Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 é possível salientar que a mesma visa garantir ao discente estagiário elementos importantes quando na realização do estágio supervisionado. Essa referida Lei vem "organizar" um momento relevante na formação do profissional uma vez que entende o estágio como espaço de formação, "ato educativo escolar supervisionado", colocando como imprescindível a celebração de convênios entre instituições, realização de planos de atividades de estágio, período de recesso, presença do professor supervisor e supervisor de campo.

Para o Serviço Social esses elementos já se constituíam em objeto de preocupação e, nessa medida, uma rotina para os segmentos envolvidos no processo de realização do estágio supervisionado dos cursos. É importante mencionarmos que a Lei Nº11.788 trata com maior evidência os aspectos relacionados também ao estágio considerado supervisionado curricular não curricular, instituindo medidas que dêem ao discente estagiário algum retorno nessa atividade como: necessidade de férias, uma contra partida da instituição que está recebendo o estagiário, como bolsa de estudo, vale transporte, férias, entre outros, isso como forma de coibir as atrocidades vivenciadas pelos estagiários como exercerem funções de qualquer outro profissional da instituição muitas vezes sem receber absolutamente nada por isso em termos financeiros e de reconhecimento.

No caso do Serviço Social, o estágio supervisionado curricular não obrigatório, se configura como uma atividade complementar de caráter opcional se for assumido pelas IES constante no projeto pedagógico do curso, o que não dispensa o acompanhamento por parte do supervisor acadêmico.

O estágio considerado não obrigatória ganha destaque com a publicação da PNE, mas ainda necessita de maiores esclarecimentos aos supervisores acadêmicos, e mais que isso, necessita de um acompanhamento por parte dos Conselhos, como forma de evitar entendimentos diversos quanto a prática do estágio não obrigatório – que muitas vezes se configura como condição para a permanência do discente na Universidade.

No que diz respeito a Resolução 533 de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta no estágio em Serviço Social, o que pode se visualizar através dos vários encontros destinados a essa discussão, e baseado na experiência de supervisora acadêmica, é que tem gerado muitas interpretações e talvez por isso, insatisfações, vez que embora considerando que sua implementação visa garantir a qualidade do estágio supervisionado, acabou por ser responsável pela diminuição de estagiários por campos de estágio e por fechamentos de outros.

A Resolução denota aspectos positivos que contribuirão significativamente para a qualidade desse estágio, desde que respeitado seu texto legal, inclusive no que diz respeito ao efetivo acompanhamento por parte dos órgãos representativos da categoria, entretanto, não se pode deixar de mencionar os aspectos negativos, principalmente no que está relacionado à inflexibilidade de numero de estagiários.

Como agravante, destaca se ainda, que os assistentes sociais que estão na base, ou seja, os supervisores de campo, os supervisores acadêmicos e os próprios estagiários não participaram de forma equânime na elaboração dessa Resolução, sendo que para muitos ela está sendo considerada arbitrária por não conhecer as realidades distintas de cada IES, com vistas a garantir que não seja simplesmente mais uma Resolução, mas para que se possa trabalhar enviesados pelo cumprimento desta, mas que seja respeitado o desejo e a opinião coletiva, princípios defendidos pela categoria profissional.

Conforme destacado por Joazeiro (2008, p. 82, grifo do autor):

> O Estágio Supervisionado é atravessado pelas normas que definem o campo de saber e o exercício profissional na profissão. Ele está em consonância com o Código de Ética do Assistente Social e com a Lei de Regulamentação da profissão, bem como com as demais normas jurídicas, administrativas, econômicas em vigor em dado tempo e lugar. Ele é realizado concomitante ao curso e, através dele, busca-se articular o *corpus* conceitual da profissão com a experiência concreta da aluna-estagiária na realização da atividade de trabalho **do** e **no** estágio, atividade esta que é realizada sob a supervisão de uma assistente social que trabalha na instituição, seja essa instituição de natureza pública, privada, confessional ou laica.

Não se pode deixar de mencionar e enaltecer a importância da provada Política Nacional de Estágio (ABEPSS), 2010 que justifica a importância dessa política, para "[...] balizar os processos de mediação teórico-prático na integralidade da formação profissional do assistente social".

Como mencionado na Política Nacional de Estágio (PNE), a discussão sobre a necessidade de sua implantação dessa política, foi iniciada em maio de 2009, com base no documento intitulado – Proposta para a construção da política nacional de estágio, e que recebeu contribuições de célebres assistentes sociais das diversas regiões do país, e que trabalharam exaustivamente para a concretização desta PNE, o que evidencia o caráter mobilizador da categoria profissional pela defesa do projeto de formação que luta contra a precarização do ensino, não só, mas, sobretudo sobre o grande numero de cursos oferecidos em modalidade Educação à Distância (EAD), o que para os órgãos representativos vem acontecendo de forma indiscriminada.

Um dos destaques dessa PNE centra-se nas diretrizes mais claras acerca do estágio supervisionado curricular não-obrigatório, que de acordo com o preconizado nessa PNE deve constar no projeto político pedagógico dos cursos, sobretudo como uma maneira de acompanhamento desse estágio pela Instituição de ensino, com vias a evitar que o discente estagiário exerça atribuições que não condizem com sua formação, dispensando erroneamente o acompanhamento didático pedagógico.

Vários são os fatores para que esse estágio ocorra sem o acompanhamento, entre eles está a questão relacionada a sobrecarga docente, que pode ser facilmente reconhecida pela ausência de carga horária destinada a esse acompanhamento do estágio não-curricular, como ocorre no curricular ainda que muitas vezes de forma precária e com carga horária bastante reduzida para esse fim.

Deste modo, o estágio emerge em uma cena dinâmica e contraditória, em que pesa fatores como: ética, compromisso, precarização do mundo do trabalho, destruição dos conceitos da educação, enfim, surge um novo tempo, um tempo que deve ser enfrentado por todos (alunos, professores e supervisores) para que assim, podermos garantir a qualidade do ensino e da prática aos estudantes de serviço social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se importante destacar que muito já foi feito em relação ao estágio supervisionado em Serviço Socoail, porém ainda há muito a se fazer. A legislação por si só não basta; A fiscalização dos órgãos representativos se apresentam muitas vezes, com caráter punitivo e não fiscalizador é um dificultador dessas relações; e a proposta de formação contemporânea deve primar pela qualidade do ensino prestado.

Esses são alguns condicionantes para a efetivação de uma Política Nacional de Estágio que venha para fazer a diferença, lembrando o quão se faz necessário o debate constante com os maiores envolvidos nesse processo formativo, sobretudo no quesito estágio supervisionado: discentes estagiários, docentes, IES, instituições campos de estágio, órgãos representativos, considerando as especificidades de cada espaço institucional e as condições objetivas de trabalho do assistente social.

O estágio supervisionado deve conter, necessariamente, a vivência da prática profissional, regada pela reflexão do fazer, ou seja, é necessário que essa vivencia profissional ocorra de forma intimamente articulada à reflexão e sistematização. Em assim ocorrendo, haverá o avanço na produção de conhecimentos. Se não ocorrer dessa forma, estamos reproduzindo a ideia da pratica do assistente social vinculada ao tarefismo e a questões burocráticas.

Para que essa produção de conhecimentos ocorra é necessária a sistematização das atividades, uma prática que infelizmente ainda não foi apropriada por toda a categoria profissional por diversos fatores, e que o discente identifica quando da sua inserção no espaço sócio ocupacional na condição de estagiário.

O estágio emerge na cena contemporânea como um elemento primordial na consolidação do projeto profissional, visto que é concebido como uma atividade integrada no processo de ensino e aprendizagem. Associada à sua importância ímpar neste contexto, associou a este os elementos integrantes deste processo de ensino-aprendizagem, com um direcionamento já delineado pela vertente da dialética presente no processo, ou seja, os

papeis de cada ator na consolidação do estágio como elemento decisivo na incorporação de valores, de conhecimento, de troca de saberes e da construção da identidade profissional crítica e competente.

Assim, foi apresentado o objetivo de tais elementos como forma de superar a visão formal-abstrata que é impingida ao estágio, concebido erroneamente como um processo puro de conhecer o fazer profissional. Portanto aqui, se quer romper com esta visão e estabelecer as mediações necessárias, afim de que o estágio saia da pequena gaveta do conhecimento e assuma seu real significado.

REFERÊNCIAS

ABESS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 79, p. 72-81, set. 2004.

_____. CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano 22, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

_____. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 nov. 1996). **Cadernos ABESS,** São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Belo Horizonte, 2010.

ABRAMIDES, M. B. C. Desafios do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 34-48, set. 2007.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia:** das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1995.

ALBUQUERQUE, R. C; VILLELA, R. **A situação social no Brasil:** um balanço de duas décadas. São Paulo: Nobel, 1991.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2006.

BONETTI, D. A et al. **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 33.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=227>. Acesso em: 5 set. 2007.

BRITES, C. M.; BARROCO, M. L. S. A centralidade da ética na formação profissional. **Temporalis,** Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 19-34, jul./dez. 2000.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____**Supervisão em Serviço Social:** o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

CADERNO ABESS. São Paulo: Cortez, n. 1, 1986.

_____. São Paulo: Cortez, n. 7, 1996.

_____. São Paulo: Cortez, n. 8, 1998.

CARDOSO, F.G. As Novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis,** Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 2000.

_____.; LOPES, J. B.; ABREU, M. M. Avaliação institucional na Universidade Brasileira e os cursos de Graduação em Serviço Social. **Temporalis,** Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 109-134, jan./jun. 2000.

CARDOSO, I. C. C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-57, 1997-1998

CARVALHO, A. M. P. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 1, p. 17-42, 1986.

CFESS. CRESS. **Resolução 533.** 2008.

CNE. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social:** Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Brasília, DF, 2002.

FERREIRA, I. B. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do Assistente Social: desafios para a ABEPSS. **Temporalis,** Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 81-97, jan./jun. 2000.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GEPE. **Coletânea:** códigos de ética profissional do (a) assistente social. 2. ed. Recife: CTC, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis,** Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 35-80, jan./jun. 2000.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
_____.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
JOAZEIRO, E. M. G. **Serviço Social e supervisão de estágio:** formação, saberes, temporalidades. Santo André, SP: ESETec, 2008.
JOSÉ FILHO, M. (Pe.). **Desafios da pesquisa.** São Paulo: Ed. UNESP-FHDSS, 2006.
KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasilia, DF: ABEPSS, 2009.
LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social:** desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.
MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1997.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes curriculares**: curso de Serviço Social. Elaborado por Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. Brasília, DF, 1999.
MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
NICOLAU, M. C. C. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano 25, n. 79, p. 82-107, set. 2004.
OLIVEIRA, C. A. H. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.
PAIVA, B. A. Algumas considerações sobre ética e valor? In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2006.
PINTO, R. M. F. **Estágio e supervisão**: um desafio teórico-prático do Serviço Social. São Paulo: Ed. PUC : NEMESS, 1997.
SÁ, J. L. M. **Conhecimento e currículo em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.
SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 3).
TEMPORALIS. Brasília, DF: Valci, ano 1, n. 1, 2000. 183 p.
_____. Brasília, DF: Valci, ano 1, n. 2, 2000. 192 p.
TURCK, M. G. M. G. **Processo de trabalho do assistente social:** elaboração de documentação implementação e aplicabilidadde. Porto Alegre: GRATURK, 2006. (Cadernos Graturck, 1).
UNIUBE. **Proposta curricular do curso de Serviço Social**. Uberaba, 2008.
_____. **Normas de estágio.** Uberaba, 2010.

O fluxo informacional como aporte a tomada de decisão em uma instituição de ensino superior do terceiro setor

A presente pesquisa objetiva analisar, especificamente, os fluxos informacionais presentes em uma IES do Terceiro Setor, demonstrando sua contribuição no processo decisório, sob a tangente da informação contábil. Ressaltamos que as IES do Terceiro Setor são entidades que destinam parte de suas vagas para um público com menores condições financeiras. Ao menos 20% do faturamento dessas entidades são destinados para esse fim. E com o passar dos tempos esse tipo de organização vem ganhando representatividade e relevância aos olhos da sociedade e do mundo empresarial. De acordo com Choo (2011), a informação funciona como um componente intrínseco em quase todos os processos de uma organização, se não houver um entendimento a respeito desses processos, pelos quais a informação se transforma as organizações não serão capazes de identificar a importância de suas fontes de informações, e com isso perderá espaço no mercado. A informação representa um alto valor estratégico para organização e todas essas implicações possuem relação com a ciência contábil, uma vez que um dos principais objetivos dessa ciência é o de demonstrar informações contábeis que tenham pertinência e possuam utilidade no processo decisório de seus diversos usuários. Sendo assim pode-se dizer que a informação contábil é a ferramenta de comunicação da situação econômico-financeiro das organizações. Podemos considerar a atividade de gestão como sendo um conjunto de procedimentos que abarcam algumas atividades de organização, distribuição, planejamento e controle de recursos, tendo como objetivo racionalizar e efetivar determinado sistema, produto ou serviço, afirma Marchiori (2002). No contexto acerca da gestão da informação, pode se perceber que essa é estabelecida de processos, fluxos, que são utilizados para gerir as informações. Nesse ponto, destacam-se os fluxos de informação, pois esses permitem o estabelecimento de etapas de armazenamento, distribuição, disseminação e uso da informação, como afirmam Vital, Floriani e Varvakis (2010). Ainda, de acordo com os autores, os fluxos de informação têm como uma das suas finalidades fornecer aporte aos gestores no momento de se tomar uma decisão. Os procedimentos metodológicos propostos para coletar, analisar e interpretar os dados da IES do Terceiro Setor objeto de estudo, verificando e mapeando seu fluxo informacional. Essa pesquisa será classificada como sendo de natureza descritiva-explicativa, aplicando um corte transversal, onde os dados coletados serão delimitados em um período temporal específico. O levantamento dos dados será realizado por meio do método survey e, no caso das variáveis, essas serão avaliadas sobre a perspectiva da escala de Likert. Quanto à abordagem do problema a pesquisa em questão classifica-se como sendo quantitativa. As variáveis a serem pesquisadas serão obtidas a partir de questionários e entrevistas a serem realizadas no ambiente interno e externo da entidade.

057-2375

Luis Fernando Conduta
Universidade Estadual Paulista - UNESP
fernando.condutta@hotmail.com

Bárbara Fadel
Universidade Estadual Paulista - UNESP
bafadel@facef.br

INTRODUÇÃO

Iniciamos as discussões tratando sobre as entidades do Terceiro Setor, essas possuem um papel de vital importância no desenvolvimento de uma sociedade, pois as mesmas ocupam as lacunas deixadas pelo Estado. No aspecto dos recursos, essas entidades do Terceiro Setor, normalmente, se mantêm por meio das mensalidades recebidas, doações de pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas, subvenções governamentais, convênios com entidades privadas e públicas, sendo importante ressaltar que essas entidades não visam fins lucrativos, de maneira que todo o seu resultado é revertido para manutenção de sua estrutura e desenvolvimento de projetos sociais.

Manãs e Medeiros (2012, p. 18) ressaltam que:

> O terceiro setor tem sido um dos agentes imprescindíveis no processo de assistência às populações carentes, em razão de sua política baseada na execução de projetos e programas capazes de incentivar a geração de emprego e renda, bem como despertar as comunidades para a exploração de atividades que possam assegurar sua sobrevivência.

É notável a relevância da participação dessas entidades do Terceiro Setor na sociedade, assim, voltando-se o foco ao aspecto do desenvolvimento profissional e intelectual, temos as Instituições de Ensino Superior (IES) legalmente formalizadas como pertencentes ao Terceiro Setor, aquelas que ofertam cursos superiores em diversas áreas do conhecimento e oferecem incentivos aos interessados em ingressar em cursos de nível superior, com o oferecimento de bolsas de estudos e/ou participação em projetos sociais vinculados a algum órgão público. Essas IES do Terceiro Setor, além da imunidade que é estabelecida na Constituição Federal, gozam de benefícios acerca das

isenções previstas na Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 no Art. 22 e 23, depois de atendido os requisitos legais presentes na Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 no Art. 29, e demais legislações, se mantendo a partir de recursos recebidos de terceiros (como anteriormente relatado); esses recursos devem ser geridos de modo que ocorra o desenvolvimento sustentável da organização. Porém, de acordo com Cazzolato (2009), ainda existe muito amadorismo na gestão dessas entidades, remetendo, também, à questão da falha na informação transmitida entre níveis hierárquicos. E essas imprecisões prejudicam o desenvolvimento dessas IES, fazendo com que, muitas vezes, elas percam sua imunidade, isenções tributárias, dentre outras perdas, ocasionando, assim, maiores dificuldades financeiras; há também a questão do ambiente externo (ameaças e oportunidades) dessas organizações, que representa outro fator de grande relevância e que merece certo cuidado e atenção. Com isso, é possível identificar alguns problemas que essas entidades encontram na gestão de seus diversos recursos organizacionais, circunstância em que tem espaço a gestão da informação (GI).

Dentre os diversos tipos de informações importantes ao desenvolvimento eficaz das organizações, este estudo destaca aquela gerada pela Contabilidade, assim classificada como contábil-financeira, pois ela fornece aos responsáveis pela administração as informações que são necessárias à gestão de qualquer negócio, demonstrando a esses usuários a situação patrimonial e econômica da entidade, como afirma Paiva (2006). A Ciência da Informação trabalha a gestão da informação sobre o aspecto da promoção do uso da informação, dando relevância e foco ao usuário, diferentemente da Contabilidade tradicional, que volta seu foco para a técnica e implantação de sistemas contábeis, completa Smith (2013).

Segundo Smith (2013) a gestão da informação é percebida de forma incorreta por alguns gestores, devido ao fato deles se atentarem apenas ao viés da implantação de equipamentos tecnológicos, esquecendo-se dos outros aspectos da GI, como, por exemplo, a estrutura dos fluxos informacionais formais e informais, a racionalização dos fluxos e processos, pois esses também são de suma importância nos processos organizacionais.

Partindo-se desses pressupostos, os estudos desenvolvidos nesta pesquisa objetivam identificar as origens dos fluxos informacionais presentes em uma IES do Terceiro Setor, compreendendo e verificando como eles contribuem no processo decisório dessas entidades, isso sob o aspecto da informação contábil-financeira. Destaca-se que a informação contábil-financeira possui caráter estratégico e, desse modo, necessita de uma gestão na mesma proporção dos demais recursos presentes na organização.

Esse estudo baseia-se na seguinte questão: de que modo se origina e como se desenvolvem os fluxos informacionais utilizados como subsídios ao processo decisório em uma IES do Terceiro Setor, sob o aspecto da informação contábil-financeira?

Ainda a repeito desse estudo o mesmo tem como objetivo demonstrar a relevância dos fluxos informacionais no processo decisório, sob a tangente da informação contábil-financeira em uma IES do terceiro setor.

REFERENCIAL TEÓRICO

Instituição de Ensino Superior (IES) do Terceiro Setor

Segundo Souza (2012, p.27), o termo Terceiro Setor é

> (...) a denominação utilizada para identificar entidades sem fins lucrativos (econômicos), que são constituídas sob a forma jurídica de direito privado. Tais organizações têm por finalidade corresponder ao interesse geral da sociedade, por ter uma atuação difusa e coletiva, sem qualquer limitação quanto ao atendimento de seus usuários.

Pode-se, dizer que essas entidades possuem autonomia, ou seja, são independentes do Estado; elas são administradas por um grupo de indivíduos que não possuem vínculos com órgãos governamentais.

Cardoso e Cunha (2005) afirmam que as entidades sem fins lucrativos, atualmente, vêm desempenhando funções mais amplas e atuando de forma mais participativa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da sociedade.

Lima (2003, p.45) destaca que as IES do Terceiro Setor são:

> Entidades que, por força de legislação, aplicam, anualmente, em gratuidades, pelo menos 20% (vinte por cento) de seu faturamento; que promovem a assistência educacional em nível superior, visando à preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, provocando, dessa forma, mudanças na sociedade e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado, a partir de mensalidades, subvenções, doações e convênios com entidades públicas e privadas.

Como relatado acima, as IES do Terceiro Setor estão cada vez mais ganhando representatividade e importância na sociedade, devido à sua contribuição no desenvolvimento de cidadãos, mediante formação científica, humanista e tecnológica, capacitando-os a atuar profissionalmente na construção de uma sociedade. Contudo, para que essas IES do Terceiros Setor desenvolvam suas atividades, são necessários recursos. Sobre isso, Lima (2003) afirma que os mesmos são provenientes de mensalidades, subvenções, doações e convênios com entidades públicas e privadas. Esses recursos devem ser geridos e aplicados de forma que haja o desenvolvimento sustentável da entidade e, assim, continuidade dos serviços prestados à sociedade.

Gestão da Informação

Podemos considerar a atividade de gestão como sendo um conjunto de procedimentos que abarcam algumas atividades de organização, distribuição, planejamento e controle de recursos, tendo como objetivo racionalizar e efetivar determinado sistema, produto ou serviço, afirma Marchiori (2002). É possível, também, direcionar o foco da atividade de gestão ao aspecto da informação e a todos os seus derivados, pois ele representa um recurso de ordem estratégica à organização.

De acordo com Moraes e Fadel (2008), gestão da informação requer que haja o estabelecimento de processos, fluxos ou etapas, a partir do qual se obtém, se desenvolve ou, então, se utilizam determinados recursos, com a finalidade de controlar a informação para a sociedade que serve. Ainda, segundo as autoras, o processo de gestão da informação tem de ser valorado de forma sistemática nas diferentes dimensões, e com o domínio de suas essências, é plausível melhorar sua aplicação nas organizações.

Evidencia-se que os fluxos de informação são objetos da gestão da informação, e, sob o âmbito da GI, temos os fluxos formais que possuem como objeto o conhecimento explícito.

Moraes e Fadel (2008) afirmam que a GI trabalha no âmbito do que é registrado (tangível), não importando a forma de disponibilização (papel, base de dados, Internet, etc.).

Informação contábil-financeira

As formas acerca da informação e seu valor estratégico possuem implicações com a Ciência Contábil, uma vez que um dos principais objetivos dessa ciência é o de elaborar e apresentar informações contábil-financeiras que tenham relevância e possuam utilidade no processo decisório de seus diversos usuários, sob o aspecto de qualquer organização, enfatiza Paiva (2006). Desse modo pode-se dizer que a informação contábil-financeira é a ferramenta de comunicação da situação econômico-financeiro da organização.

Fluxos de Informação (FI)

Na contextualização acerca da gestão da informação, pode-se perceber que essa é estabelecida de processos, fluxos ou etapas, que são utilizados para gerir as informações. Nesse ponto, destacam-se os fluxos informacionais, pois os mesmos permitem o estabelecimento de etapas de armazenamento, distribuição, disseminação e uso da informação, afirmam Vital, Floriani e Varvakis (2010). Ainda, de acordo com os autores, os fluxos de informação têm como uma das funções fornecer subsídios aos gestores no processo decisório.

Segundo Valentim (2010, p. 17), "os fluxos informacionais trafegam com dados e informação, de modo a subsidiar a construção de conhecimento nos indivíduos organizacionais, objetivando uma ação".

Morigi, Semensatto e Binotto (2006) completam dizendo que a concepção dos fluxos informacionais no âmbito da informação é descrever os tráfegos, os circuitos comunicacionais, isto é, a forma como fluem as mensagens, de forma tácita e/ou explícita.

Os fluxos informacionais alternam-se em dois níveis, são eles: o interno e os extremos dos fluxos. Smit e Barreto (2002, p. 16) descrevem esses dois conceitos assim:

> (...) os fluxos internos de informação, os quais se movimentam entre os elementos de um sistema que se orienta para sua organização e controle. (...) os fluxos de informação de segundo nível são aqueles que acontecem nas extremidades do fluxo interno, de seleção, armazenamento e recuperação da informação. Os fluxos extremos são aqueles que, por sua atuação, mostram a essência do fenômeno da transformação, um acontecimento raro e surpreendente entre a linguagem, suas inscrições e o conhecimento elaborado pelo receptor em sua realidade.

Ainda, segundo os autores, destaca-se que o fluxo interno possui uma ação prática em caráter organizacional, oportunizando o processo decisório.

Valentim (2010) destaca que os fluxos de informação podem ser classificados como sendo: formais (estruturados) e informais (não estruturados). Ainda segundo, Valentim (2010, p. 19),

> (...) os fluxos informacionais estruturados, se caracterizam por sua visibilidade, se constituem no resultado das atividades e tarefas desenvolvidas de forma repetitiva no ambiente organizacional. (...) os fluxos informacionais não

estruturados se caracterizam, quase sempre por sua invisibilidade, porquanto se constituem no resultado de vivências e experiências individuais e grupais do sujeito organizacional.

Salientamos que realizar o mapeamento desses fluxos informacionais fornecerá a alternativa de identificar possíveis falhas no processo e verificar todas as etapas pela qual a informação perpassa a organização. A partir dessa conjuntura, se faz necessário estudar os fluxos informacionais, relacionando-os com a informação contábil-financeiro, pois essa possui grande relevância no processo decisório.

METODOLOGIA

Essa pesquisa será classificada como sendo de natureza descritiva-explicativa, aplicando um corte transversal, onde os dados coletados serão delimitados em um período temporal específico.

O levantamento dos dados será realizado por meio do método survey e, no caso das variáveis, essas serão avaliadas sobre a perspectiva da escala de Likert.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa em questão classifica-se como sendo quantitativa. Essa tipologia de abordagem é caracterizada pela utilização de instrumentos de análise estatística, isso na coleta e no tratamento dos dados. Os métodos quantitativos são bastante utilizados em estudos de cunho descritivo.

As variáveis a serem pesquisadas serão obtidas a partir de questionários e entrevistas a serem realizadas no ambiente interno e externo da IES do Terceiro Setor, mais especificamente aos gestores (G1), colaboradores (G2) e os agentes externos (G3).

Nosso universo de estudos é constituído por uma IES do Terceiro Setor, localizada no interior paulista. Essa é legalmente constituída como fundação e não possui fins lucrativos, sendo sua principal atividade econômica o oferecimento de cursos de nível superior, na graduação e na pós-graduação (lato-sensu e strictu sensu), estando nesse ramo de atividade há 46 anos e tendo como missão pautada no investimento social, e provendo mudanças de caráter histórico, econômico e político, tendo como principal objetivo o investimento no potencial humano.

A seleção desta IES para ser o universo de pesquisa foi guiada por sua tradição no oferecimento de cursos de nível superior a uma população em potencial, de em torno de 306.473 (trezentos e seis mil e quatrocentos e setenta e três) pessoas, entre 18 e 34 anos, considerando a região administrativa de Marília – SP, dados coletados do SEADE/Censo (2013). Considerando também o intenso e complexo movimento financeiro de entrada e saída de erários dessa entidade, que consequentemente exige um rigoroso e eficaz controle, salientando nesse ponto o aspecto da gestão da informação contábil-financeira.

Os sujeitos que irão compor a pesquisa serão divididos em três grandes grupos (G1, G2 e G3):

G1 – Gestor: São os responsáveis pelos processos decisórios, determinando o caminho pelo qual a entidade irá seguir, esse grupo será composto pelo reitor, pró-reitora administrativa, pró-reitora de graduação, pró-reitor de pesquisa e extensão, gerente financeiro, gerente de marketing, gerente de contabilidade e controladoria, gerente de recursos humanos, encarregada da assistência social, gerente de CPD, gerente de tecnologia da informação e secretário geral.

G2 – Operacional: São os responsáveis pelo processo operacional e de análise da entidade, esse grupo será composto pelos colaboradores do departamento de contabilidade, departamento de marketing, departamento financeiro, departamento de recursos humanos, departamento de assistência social, departamento de CPD e departamento de tecnologia da informação.

G3 – Agentes externos: São os responsáveis pelas instituições bancárias fornecedoras de crédito e as entidades certificadoras.

RESULTADOS PARCIAIS

Com a realização do mapeamento dos fluxos informacionais dessa organização será possível identificar possíveis falhas no processo e verificar todas as etapas pela qual a informação perpassa a organização, e assim propor soluções para essas falhas, soluções essas por meio de um modelo de fluxo de informação.

Em primeiro momento o mapeamento de tais fluxos informacionais estará sendo por meio do organograma da entidade (para agentes internos) e em um segundo momento será tomada como base a comunicação externa a entidade (para agentes externos), sempre respeitando o processo hierárquico (grupos: G1, G2 e G3) pelo qual a informação perpassa.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir das discussões em torno de como se originam e se desenvolvem os fluxos informacionais na IES do TS que foi o universo desse estudo, discutiremos como os mesmos contribuem no processo decisório dessa organização, e assim se forem encontradas falhas nos processos iremos propor um modelo ideal de fluxo de informação contábil-financeira (para redução da incerteza) que deverá ser aplicado na entidade objeto de estudo.

Mas se por meio de nossos estudos não identificarmos falhas no processo do fluxo informacional iremos propor um modelo de FI para otimizar tais informações e desse modo minimizar ainda mais a incerteza.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. B.; CUNHA, M. A. **Contabilidade por fundos – um instrumento para aplicação em entidades sem fins lucrativos de autogestão patrocinada a saúde.** In: Congresso USP de contabilidade e controladoria, 2005. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos22005/98.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2014.

CAZZOLATO, N. K. **As dificuldades de gestão das organizações não governamentais.** Revista da faculdade de administração e economia, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 66-81, nov. 2009.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos municípios paulistas – IMP:** 2013. São Paulo, 2013.

LIMA, E. M. **Contribuição para apuração e evidenciação dos resultados das instituições de ensino superior com certificado de entidade beneficente de assistência social.** 182 f. 2003 (Dissertação em Contabilidade e Controladoria) Departamento de Contabilidade e Atuária. Universidade de São Paulo, 2003.

MANÃS, A. V.; MEDEIROS, E. E. **Terceiro Setor: Um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico.** In: Perspectiva em Gestão & Conhecimento, Periódicos. 2012.

MORAES, C. R. B.; FADEL, B. **A informação no contexto organizacional:** tipos, características e usos. In: Revista de sistemas de información y documentación, vol. 3 (2009) p. 61-65. 2009. Disponível em: <http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3724/3485>. Acesso em: 11 jun. 2014.

MORAES, C. R. B.; FADEL, B. Informação orgânica como subsídio para o processo de inteligência competitiva. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.** São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 27-40.

MORIGI, V. J.; SEMENSATTO, S.; BINOTTO, S. F. T. **Ciclo e fluxo informacional nas festas comunitárias.** In: Revista Informação & Sociedade, v.16, n.1, p.193-201, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/453/1504>. Acesso em: 14 jun. 2014.

PAIVA, S, B. **Da informação ao conhecimento contábil:** um salto qualitativo na Contabilidade. In: Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXXV, n. 158, p. 75-85, mar/abr, 2006.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. (Org.). **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. cap.1, p.9-23.

SMITH, M. S. J. **A cultura informacional como alicerce de gestão contábil nas pequenas e médias empresas.** 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista, Marília.

SMITH, M. S. J.; FADEL, B. **Gestão da informação contábil:** Influência dos valores e pressupostos culturais. XI Encontro de Pesquisadores; IV Fórum de Estudos Multidisciplinares. Franca: Uni-FACEF, 2010. Disponível em: <http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/Marin%C3%AAs%20Santana%20Justo%20Smith,%20Profa.%20Dra.pdf> Acesso em: 14 jun. 2014.

SOUZA, M. F. C. **Contabilidade do terceiro setor:** Ferramenta indispensável para prestação de contas das entidades do terceiro setor. 1. ed. São Paulo: Letras do pensamento, 2012.

VALENTIM, M. L. P. **Ambientes e fluxos de informação.** In: VALENTIM. M. L. P (Org.). Ambientes e fluxos de informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 13-22.

VITAL, L. P.; FLORIANI, V. M.; VARVAKIS, G. **Gerenciamento do fluxo de informação como suporte ao processo de tomada de decisão.** Informação & Informação, Londrina. v. 15, n. 1 , p. 85-103, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/5335/588> Acesso em: 13 jun. 2014.

O futuro do emprego doméstico após a Emenda Constitucional 72/2013: um embate entre interesses econômicos e sociais

Segundo a OIT, em publicação no site da ONU em 2011, o trabalho doméstico é responsável por 4 a 10% da economia dos países em desenvolvimento. No Brasil, a referida profissão reúne 7,2 milhões de profissionais. Diante da inconteste relevância dessa categoria de trabalhadores, o empregado doméstico vem conquistando direitos a quase se igualar ao empregado urbano e rural. Ao longo da historia do Direito Pátrio, a categoria em comento obteve avanços em relação aos direitos adquiridos. Com a Lei 5859, de 11 de setembro de 1972, estipulou-se a obrigatoriedade do doméstico apresentar a carteira profissional na hora da contratação, além do direito à férias de 20 dias. Nova ampliação nos direitos do doméstico ocorreu com a Lei 10.208, de 23 de março de 2001, a qual tornou facultativo a integração no fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS. Contudo, o avanço mais recente nos direitos dos empregados domésticos foi experimentado no ano passado com a Emenda Constitucional 72/2013, o qual será tema do presente estudo. No dia 26 de março de 2013, o Plenário do Senado aprovou por unanimidade, em seu turno, a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 66/2012, com 66 votos favoráveis, e em 2 de abril de 2013 esta foi promulgada. Assim a PEC 66/2012, conhecida como "PEC das Domésticas" se tornou a Emenda Constitucional nº 72/2013. Para que se torne possível assimilar as mudanças ocorridas, é necessário delimitar o alcance do que se convencionou chamar por trabalho doméstico, como forma de delimitar quais os trabalhadores que serão beneficiados pelas mudanças apresentadas no presente artigo. Diante disso, primeiramente, será apresentado o conceito de empregado doméstico. Em seguida, abordar-se-á os direitos oriundos da "PEC das Domésticas, inquirindo sobre a efetivação destes, uma vez que alguns dos direitos conquistados dependem de regulamentação para vigorar, a qual ainda não foi aprovada. Outro ponto de suma relevância relaciona-se com a limitação da duração do trabalho e a previsão do intervalo intrajornada, direitos anteriormente não conferidos aos domésticos, e a fiscalização dessa jornada como forma de efetivar os direitos adquiridos. Será estudado, ainda, o impacto desta Emenda Constitucional (EC), abordando as discussões e as diferentes opiniões sobre os impactos sociais e econômicos de tal mudança.

059-2377

Camila Martinelli Sabongi
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Campus Franca
camilamartinellisabongi@gmail.com

Victor Hugo de Almeida
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Campus Franca
victorhugo.professor@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, é a liberdade que escraviza e a lei que liberta.
(Lacordaire, 1802-1861)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em publicação no site da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, o trabalho doméstico é responsável por 4 a 10% da economia dos países em desenvolvimento. No Brasil, essa profissão reúne 7,2 milhões de profissionais. Diante da inconteste relevância dessa categoria de trabalhadores, o empregado doméstico vem conquistando direitos a quase se igualar ao empregado urbano e rural.

Ao longo da história do Direito Pátrio, a categoria em comento obteve avanços em relação aos direitos adquiridos. Com a Lei nº 5.859, de 11 de setembro de 1972, estipulou-se a obrigatoriedade do doméstico apresentar a carteira profissional na hora da contratação, além do direito a férias de 20 dias. Nova ampliação nos direitos do doméstico ocorreu com a Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, que tornou facultativa a integração no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Contudo, o avanço mais recente nos direitos dos empregados domésticos foi experimentado no ano passado com a Emenda Constitucional nº 72/2013, cujo regramento constitui tema do presente estudo.

No dia 26 de março de 2013, o Plenário do Senado aprovou por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 66/2012, com 66 votos favoráveis, e foi promulgada em 2 de abril de 2013. Assim, a PEC 66/2012, conhecida como "PEC das Domésticas" se tornou a Emenda Constitucional nº 72/2013.

Cabe aqui uma crítica ao termo "PEC das domésticas", amplamente utilizado pela mídia é até pelos estudiosos do tema. É de exímia importância frisar que a Emenda Constitucional 72/2013 é aplicada à totalidade dos trabalhadores domésticos, independentemente do sexo. Mesmo sendo a maioria dos trabalhadores domésticos mulheres, não se pode discriminar os trabalhadores do sexo masculino que são incluídos nessa categoria. Por tal motivo, será adotado o termo "PEC dos domésticos" ao longo do presente artigo.

Para que se torne possível assimilar as mudanças ocorridas, é necessário delimitar o alcance do que se convencionou chamar por trabalho doméstico, como forma de delimitar quais os trabalhadores que serão beneficiados pelas mudanças apresentadas no presente artigo.

Diante disso, o objetivo do presente estudo é analisar as mudanças instituídas pela Emenda Constitucional nº 72/2013, tendo como foco a situação de emprego, a proteção jurídica dos trabalhadores domésticos e as mudanças socioeconômicas esperadas com o efetivo vigor dos direitos garantidos pela Emenda Constitucional em questão.

Primeiramente, será examinado o conceito de empregado doméstico. Em seguida, serão abordados os direitos oriundos da PEC dos domésticos, bem como os desafios para efetivá-los, uma vez que alguns dos direitos conquistados dependem de regulamentação para vigorar, cuja providência encontra-se pendente de aprovação. Outro ponto de suma relevância relaciona-se com a limitação da duração do trabalho e a previsão do intervalo intrajornada, direitos anteriormente não conferidos aos domésticos que evidenciam a necessidade de fiscalização dessa jornada como forma de efetivar os direitos recentemente reconhecidos. Será estudado, ainda, o impacto desta Emenda Constitucional (EC), abordando as discussões e as diferentes opiniões sobre os reflexos sociais e econômicos de tal mudança.

1 O empregado doméstico: conceito e características

É absolutamente necessário delimitar o alcance do que se convencionou chamar por empregado doméstico, para, posteriormente estudar os novos direitos que esses trabalhadores vieram a conquistar com a Emenda Constitucional nº 72/2013.

O adjetivo doméstico deriva do latim *domus*, que significa casa ou lar. A origem do trabalho doméstico remonta à Antiguidade, desenvolvendo-se durante a Idade Média e sobrevivendo até o Século XXI. Contemporaneamente, o trabalho doméstico é considerado um tipo de prestação de serviço exercido na casa de uma determinada família por um determinado trabalhador (ALMEIDA, 2007).

A definição de empregado doméstico adotada pelo Direito Pátrio espelha esse sentido. De acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, é empregado doméstico "aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas". O conceito transcrito acima é delineado por dois elementos: o subjetivo e o objetivo. O primeiro traduz-se na pessoa ou família em favor da qual o trabalhador emprega seus serviços. Já o objetivo é o espaço no qual se realiza o trabalho doméstico, o residencial (ALMEIDA, 2007).

Analisando de forma mais detalhada o conceito de "pessoa" utilizado no supracitado artigo, deduz-se que este se refere à pessoa física, ou seja, exclui-se do papel de empregador, no caso do trabalho doméstico, a figura da pessoa jurídica, uma vez que, mesmo tratando-se de sociedade simples, fundações ou associações, faltaria ainda um dos elementos da definição legal: o âmbito residencial.

Outro conceito que faz parte do elemento subjetivo é o de família, o qual experimentou várias mudanças e um grande alargamento ao longo do desenvolvimento do Direito de Família nos últimos 20 anos, por força da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002 e de decisões judiciais que equipararam certas relações, especialmente no caso das uniões homoafetivas, ao entendimento tradicional de família para todos os efeitos previstos na legislação.

Portanto, a família como empregador é um ente amplo, apesar de não adquirir personalidade jurídica própria. Por exemplo, quem celebra o contrato com o trabalhador é tão somente um membro da entidade familiar, sem necessidade de outorga de poderes de representação pelos demais. Outro exemplo diz respeito a citações para comparecimento em audiências perante a Justiça do Trabalho, de modo que qualquer integrante da família que comparecer, sendo pessoa capaz, estará falando por todo o grupo, podendo confessar ou transigir, vinculando até o patrimônio dos demais membros em eventual execução de obrigações assumidas, o que poderíamos chamar de uma hipótese anômala de mandato judicial (SANTOS, 2013).

Como elemento objetivo, deve-se analisar o conceito de residência. A doutrina civilista sempre distinguiu os conceitos de residência, que é uma situação de fato, e de domicílio, que é uma residência qualificada pela intenção de fixação de pessoa pela estabilidade – *animus definitivo*. Contudo, o sentido buscando pelo texto do referido artigo não se confunde com a simples moradia do empregador, mas sim, abrange todos os imóveis que a pessoa ou família mantenha com alguma estabilidade, inclusive propriedades rurais, desde que não desnature o trabalho doméstico (SANTOS, 2013).

Vale acrescentar ser indispensável o caráter contínuo no trabalho doméstico, ou seja, o doméstico deve, para ver configurado o seu vínculo empregatício, prestar serviços continuamente. Esse requisito da continuidade é um importante elemento de distinção com relação ao empregado comum, cujo vínculo empregatício depende somente da não-eventualidade da prestação laboral, requisito interpretado de maneira menos restritiva do que a continuidade, sinônimo de trabalho prestado várias vezes por semana (GUSMÃO, 2007).

A ocupação nos serviços domésticos engloba várias funções como, por exemplo, cozinheiro, governanta, babá, lavadeira, faxineiro, vigia, motorista particular, jardineiro, acompanhante de idosos, entre outros.

É importante ressaltar que o indivíduo que exerce a função de caseiro, para ser considerado empregado doméstico, deve desempenhar suas funções em local que não possua finalidade lucrativa.

Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, no setor do trabalho doméstico, os poucos homens nele alocados ganham mais do que as mulheres, pois costumam exercer atividades de cozinheiros, jardineiros, caseiros ou motoristas, para as quais a remuneração tende a ser maior. A remuneração média recebida pelas mulheres nas ocupações domésticas no ano de 2011 foi inferior ao salário mínimo vigente para o período, ou seja, não ultrapassou R$545 (DIEESE, 2013). Tais dados mostram que mesmo no setor do trabalho doméstico, o qual se apresenta majoritariamente feminino, há desigualdade entre os sexos, segregando as mulheres por meio de salários mais baixos.

Como já dito, o emprego doméstico no Brasil apresenta-se essencialmente feminino e acolhe uma grande quantia de mão-de-obra. Em 2011, estimava-se que 6,6 milhões de pessoas estavam ocupadas nos serviços domésticos no país. Deste total, 92,6%, ou seja, em torno de 6,1 milhões eram mulheres (DIESSE, 2013).

De 2004 a 2011 foi registrado um crescimento de 3,1% de crescimento no total de mão de obra feminina alocado no setor do trabalho doméstico. Todavia, houve uma diminuição considerável no final desse período, sendo que de 2009 a 2011 registrou-se uma diminuição de 9,06% no número de mulheres empregadas como domésticas.

Outro dado que merece destaque é o rendimento mensal mensurado no período de 2011 a 2012. O trabalho doméstico apresentou o menor rendimento médio mensal entre todas as atividades do país, R$509,00. Esse número torna-se ainda mais assombroso se considerarmos que no período de 2004 a 2011 foi constatado um aumento de 46,0% no rendimento dos trabalhadores domésticos (DIESSE, 2013).

Em relação à escolaridade, grande parte das ocupadas em empregos domésticos possui apenas o ensino fundamental incompleto ou equivalente (alfabetizadas sem escolarização), cujo percentual foi de 48,9% em 2011. Conferiu-se, também, a elevação da proporção daquelas que cursaram ensino fundamental completo ou médio incompleto (23,1%). A forte presença de domésticas ocupadas com baixos níveis de escolaridade reflete, de certa maneira, o lugar que o trabalho doméstico ocupa na sociedade, visto como atividade em que a mulher seria "naturalmente apta" a desempenhá-la, ou seja, não precisaria obter qualificação profissional para essas atribuições, o que fortalece a desmotivação e a desvalorização dessas trabalhadoras (DIESSE, 2013).

2 A Emenda Constitucional nº 72/2013: a PEC dos Domésticos

A Emenda Constitucional nº 72/2013 ficou conhecida popularmente com a "PEC das domésticas" e foi alvo de exaltação e de severas críticas. Para o desenvolvimento do presente estudo é de suma importância compreender o objeto da Emenda Constitucional em questão.

No dia 26 de março de 2013, o Plenário do Senado aprovou por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 66/2012, com 66 votos favoráveis, e foi promulgada em 2 de abril de 2013. Assim, a PEC 66/2012 se tornou a Emenda Constitucional nº 72/2013.

A proposta original para a Emenda, que revogava o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, teve seu texto alterado justamente para ressaltar que os direitos assegurados aos domésticos permaneciam, uma vez que poderiam surgir tentativas de interpretação que excluíssem até mesmo os direitos outrora reconhecidos, de modo que os domésticos não teriam qualquer direito constitucionalmente garantido. Para evitar esta distorção da vontade do legislador, o parágrafo único do artigo 7º enumera exaustivamente quais direitos trabalhistas são estendidos aos domésticos (SANTOS, 2013).

Mesmo sendo responsável por uma considerável ampliação no direito dos trabalhadores domésticos, é forçoso reconhecer que a nova redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição não equiparou expressamente os empregados domésticos aos demais trabalhadores urbanos e rurais. Assim, subsistem direitos não estendidos aos domésticos, dentre os quais se destacam: piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho (artigo 7º, inciso V); adicionais remuneratórios para as atividades insalubres ou perigosas (artigo 7º, inciso XXIII); direito de ação, com prazo de prescrição de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho – artigo 7º, inciso XXIX (SANTOS, 2013).

É imperioso esclarecer quais foram as efetivas mudanças nos direitos dos trabalhadores domésticos para que se analise com clareza as consequências sociais e econômicas provenientes da EC nº 72/2013.

Anteriormente à EC nº 72/2013, o trabalhador doméstico possuía alguns direitos assegurados pelo artigo 7º da Constituição Federal de 1988, restritos aos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV. Contudo, tais garantias encontravam-se aquém do ideal, razão pela qual a EC nº 72/2013 foi criada como uma tentativa de amenizar tais diferenças e proporcionar a tão esperada evolução nos direitos dos trabalhadores domésticos. Entretanto, dos direitos previstos na referida Emenda Constitucional, alguns possuem aplicação imediata e outros não.

Como direitos de aplicação imediata, podem ser citados os previstos no artigo 7º da CF/88: a garantia de salário superior ou igual ao mínimo (inciso VII); proteção ao salário na forma da lei (inciso X); duração do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais (inciso XIII); remuneração superior para o serviço extraordinário (inciso XVI); redução dos riscos no ambiente de trabalho por meio de normas de saúde e segurando do trabalho (inciso XXII); vedação à diferença salarias por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (inciso XXX); proibição

de qualquer tipo de discriminação de trabalhador portador de deficiência (inciso XXXI); proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de dezoito anos e de qualquer tipo de trabalho de menos de dezesseis anos, excetuando-se a condição de aprendiz (inciso XXXIII).

Todavia, ainda há os direitos previstos na EC 72/2013 que não possuem aplicação imediata, pois dependem de regulamentação através de lei específica, Como exemplo, seguem alguns previstos no artigo 7º da CF/88: proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa (inciso I); seguro-desemprego, devido nos casos de desemprego involuntário (inciso II); fundo de garantia do tempo de serviço (inciso III); remuneração superior ao trabalho noturno (inciso IX); salário-família (inciso XII); assistência gratuita aos filhos de dependentes (inciso XXV); seguro contra acidentes (inciso XXVIII).

Como exposto acima, há direitos previstos na PEC dos domésticos que não estão efetivamente sendo aplicados por dependerem de lei específica. Por esse motivo, em 2 de abril de 2013, o Senado criou o Projeto de Lei (PLS) nº 224/2013 para regulamentar os direitos que ficaram fora do texto e não possuíam aplicação imediata.

O PLS foi aprovado com modificações em relação à proposta original, como o fim da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa e também com mudanças no pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com o PLS, o pagamento deve ser feito por empregadores e empregados, de forma conjunta, na proporção de 8% de FGTS, 8% de INSS, 0,8% de seguro contra acidente e 3,2% relativo à rescisão contratual (MARTINS, 2014).

Desde julho do ano passado, o projeto encontra-se parado na Câmara dos Deputados. O atraso para a regulamentação desses direitos tão esperados pela categoria dos domésticos gerou grande desapontamento e manifestações. No dia 2 de abril de 2014, representantes dos trabalhadores domésticos estiveram na Câmara para registrar o aniversário de um ano da promulgação da PEC e cobrar que o projeto seja discutido em plenário (MARTINS, 2014).

O texto da regulamentação já passou pelo Senado, porém, deve ser aprovado pela Câmara e, se não forem feitas alterações, seguirá para sanção presidencial.

2.1 Limitação da duração da jornada (artigo 7º, XIII)

Os empregados domésticos constituíam, até março de 2013, uma categoria profissional sem regulamentação da jornada de trabalho e, portanto, tais profissionais se sujeitavam a jornadas irregulares e demasiadamente prolongadas em comparação à média de outras categorias.

Segundo pesquisa efetuada pelo DIEESE em todo o país, entre 2011 e 2012, a proporção de empregadas domésticas mensalistas que trabalharam além das 44 horas semanais foi superior a 30% na maioria das regiões analisadas. A região metropolitana do Recife registrou o maior percentual, com 74,9%, seguida de Fortaleza, onde essa proporção foi de 56,4%, e Salvador, com uma parcela de 54,4% (DIEESE, 2013).

A jornada das domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada apresentou o maior número de horas na semana, o que sinaliza não haver uma relação entre formalização e redução da jornada, ocorrendo justamente o inverso. Em 2012, a jornada média semanal das mensalistas com carteira de trabalho assinada superou a das sem carteira em quase todas as regiões analisadas. Em Salvador, as mensalistas com carteira trabalharam, em média, oito horas a mais que as sem carteira (DIEESE, 2013).

As mais extensas jornadas verificadas entre as mensalistas com carteira ocorreram em Recife, 56 horas, Fortaleza, 49 horas, e Salvador, com uma jornada média de 47 horas semanais. No Recife, verificou-se que 84,2% dessas domésticas cumpriam uma jornada média semanal superior às 44 horas. Em Salvador, mais de dois terços (69,5%) desse segmento trabalhou além das 44 horas e em Fortaleza, 63,2% (DIEESE, 2013).

Esses dados explicitam que o impasse da proteção do trabalhador doméstico em relação à limitação da duração da jornada configurava um caso de politicas públicas e proteção legal, deficiência que tenta ser sanada com a PEC dos domésticos.

3 Consequências sociais e econômicas

Muito se tem discutido sobre o impacto econômico que tais mudanças gerariam, sendo que a evolução experimentada no âmbito dos direitos dos trabalhadores domésticos oneraria o empregador, no caso, a família brasileira.

A aprovação da PEC gerou um debate na sociedade, com muitas polêmicas sobre o tema, mostrando não haver unanimidade sobre o assunto, principalmente porque o trabalho doméstico possui uma especificidade que o diferencia dos demais: é executado dentro do domicílio e, assim, os contratantes são as próprias famílias.

A ONU organizou um estudo, denominado “Impactos de Bem-Estar de Mudanças no Mercado de Serviços Domésticos Brasileiro”, que forneceu subsídios para a afirmação de que a PEC e a formalização vêm corrigir uma dívida histórica para com milhões de mulheres brasileiras, além de gerar crescimento econômico para o país (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2013).

O estudo foi publicado em abril de 2013 e visa à avaliação dos efeitos diretos da formalização do trabalho doméstico, bem como os impactos desencadeados no restante da economia através da análise do consumo das famílias que encontram no serviço doméstico sua fonte de renda.

De acordo com os dados da pesquisa, o crescimento experimentado pelo PIB no período da pesquisa (2011 e 2012) e a geração de 630 mil empregos indiretos no mesmo período poderiam ser atribuídos ao aumento da renda dos trabalhadores. Segundo dados da ONU, entre 2005 e 2011, a demanda por trabalho doméstico se manteve estável no Brasil, de acordo com as estatísticas oficiais de emprego mensais, mesmo a média salarial da categoria aumentando em 10% ao ano no mesmo período (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2013).

Em geral, o estudo comprova que, mesmo aumentando o custo do empregado doméstico, as famílias não deixaram de contratá-los e de manter seus postos de trabalho. Dessa forma, se esse padrão se mantiver com a PEC dos domésticos, ao criar novos direitos e onerar a família brasileira, não deve vir a criar uma onda de demissões.

Destaca-se também que a PEC não trata de direitos das diaristas, cuja participação no emprego doméstico segue crescendo, principalmente nas regiões metropolitanas.

De acordo com o estudo "O Emprego Doméstico no Brasil", elaborado em 2013 pelo DIEESE, constatou-se nas regiões Sudeste e Sul os percentuais mais elevados de diaristas: 31,9% no Sudeste e 40%, no Sul (DIEESE, 2013).

Com relação à forma de contratação, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Pnad IBGE) revelam que no Brasil, entre 2004 e 2011, houve sensível diminuição das trabalhadoras domésticas mensalistas sem carteira assinada (de 57,0% em 2004 para 44,9% em 2011). Todavia, não houve aumento do total de mensalistas com carteira assinada na mesma proporção (21,6% em 2004; 24,5% em 2011) e, por outro lado, cresceu a proporção de diaristas, que passou de 21,4% em 2004 para 30,6% em 2011. Isto pode indicar que muitas mensalistas sem carteira assinada passaram a trabalhar por dia. (DIEESE, 2013)

Tal tendência já era observada antes da aprovação da PEC dos domésticos sendo o valor recebido por hora de serviço pelas diaristas maior que o recebido pelas mensalistas. Em grandes metrópoles, o número de diaristas apresentou crescimento expressivo em 2011 e 2012 por diversos motivos. Segundo estudo da Dieese:

> A vulnerabilidade vivenciada pelas diaristas é muito grande e, se ficam doentes, não trabalham e consequentemente, não recebem salário. O ritmo de trabalho também é mais intenso, uma vez que fazem em um ou dois dias, a limpeza de toda a casa. Por outro lado, o trabalho por dia pode representar para essas mulheres, além de uma jornada mais flexível, a combinação de emprego doméstico e outras atividades, como a realização das tarefas domésticas em suas próprias casas, além de melhor remuneração por hora trabalhada. Permite também que busquem outro trabalho que ofereça melhores condições. O crescimento do número de diaristas aponta para uma mudança de perfil do trabalho doméstico, mesmo antes da ampliação da legislação. O aumento do salário mínimo, a diminuição do tamanho das famílias, das residências e a incorporação de novos hábitos, entre outros fatores, podem ajudar a explicar parte dessas mudanças (DIESSE, 2013).

Segundo o Instituto Doméstica Legal, a Emenda Constitucional já gerou um aumento dos empregos formais nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, ainda se avalia se as mudanças promovidas pelos novos direitos podem gerar consequências indesejáveis, como o aumento do contrato de serviços de diaristas ou de lavanderias nos locais em que a formalização já era maior, como nas regiões Sudeste e Sul (INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL, s.d.).

A grande preocupação é o aumento de custos para o empregador, o que poderia gerar a demissão de mais de **260 mil** trabalhadores domésticos e aumento da informalidade. Mario Avelino, presidente do instituto, considera que os direitos são justos e merecidos, entretanto, deve-se atentar à necessidade de oferecer benefícios a quem contrata, para que o emprego doméstico não se extinga ou se torne elitizado (INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL, s.d.).

O PEC dos domésticos dividiu opiniões. Muitos a consideram um grande avanço, mesmo podendo gerar consequências desagradáveis, mas há uma parcela da sociedade que a critica veemente. Parte da classe média brasileira – a maior contratante do emprego doméstico – tem argumentado que as famílias não são empresas, o que tem sido o principal motivo de resistência de parte da sociedade brasileira em relação à PEC. Os argumentos deste grupo foram: encarecimento do custo de contratação das empregadas domésticas; dúvidas sobre como proceder em relação ao pagamento dos direitos; necessidade de contratação de contador para auxiliar as famílias; elevação do desemprego e da informalidade na contratação das trabalhadoras domésticas.

Para o analista político Fabio Ostermann (2013), a PEC em comento não deveria ser celebrada, pois mesmo bem-intencionada, há fortes indícios de que esta medida pode trazer consequências indesejadas aos trabalhadores domésticos. Isso ocorreria devido ao aumento do preço mínimo dos serviços prestados por domésticas, acarretando a informalidade ou o desemprego para a parcela menos qualificada dos trabalhadores dessa categoria (OSTERMANN, 2013).

Todavia, em 2011, pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-IBGE), o rendimento médio real por hora das trabalhadoras domésticas no Brasil era de R$ 4,39, o que representa um ganho real de 76,4% em relação à remuneração de 2004, que correspondia a R$2,49 (valor atualizado para setembro de 2011). O maior crescimento da remuneração média real no Brasil se deu entre as trabalhadoras mensalistas com carteira, cujo rendimento apresentou um ganho real de 92,8% de 2004 a 2011, saindo de R$ 2,72/hora para R$ 5,24/hora. (DIEESE, 2013)

Ainda assim, o estudo demonstra que houve um aumento considerável no número de mensalistas com carteira de trabalho assinada entre 2004 e 2012. Em Belo Horizonte, o aumento foi de 9%, em São Paulo 8%, Distrito Federal 13%, Porto Alegre 28,3%, Fortaleza 16,9% e Salvador 5%.

Os impactos dos novos direitos garantidos aos empregados domésticos também alcançaram a indústria de eletrodomésticos, porém, positivamente. Com a limitação da jornada de trabalho, as famílias brasileiras foram conduzidas à reorganização das tarefas diárias e à necessidade de investimento em eletrodomésticos que facilitassem a execução da rotina doméstica. Atualmente, menos de 2% das casas têm lava-louça no Brasil. Entre as classes A e B, a penetração é de 10% e, na classe C, a preferida dos fabricantes, de apenas 1%. As empresas apostam no aumento do consumo das lava-louças e outros equipamentos que visam à facilitação da limpeza da casa, como aspiradores de pó, lava-louças e lava-roupas (RITTO, 2013).

CONCLUSÃO

O trabalho doméstico tem influência relevante no mercado de trabalho brasileiro, predominando mulheres nesse segmento, que totalizam 92,6%. Contudo, não se pode legitimar a discriminação entre homens e mulheres nessa ou em qualquer atividade, sendo aconselhável a abolição do termo “PEC das domésticas”.

O emprego doméstico sempre desvalorizado no cenário brasileiro, embora possua relevante importância social, uma vez que aproximadamente 7 milhões de brasileiros dedicam-se ao trabalho domésticos, sendo, no geral, indivíduos com baixa escolaridade que veem nesse segmento laboral a única oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Diante desse cenário, fazia-se necessária a mudança empregada pela PEC, que tem como objetivo a proteção desses trabalhadores e a atenuação das diferenças entre os domésticos e os demais trabalhadores rurais e urbanos. A Emenda Constitucional nº 72/2013 propõe a correção de problemas socioeconômicos e garantia de direitos essenciais aos trabalhadores domésticos.

Contudo, espera-se ainda a regulamentação de considerável parcela dos direitos previstos na PEC, para que surtam efeitos positivos na vida dos trabalhadores. Para isso, é necessário que tal regulamentação considere a situação tanto dos trabalhadores domésticos quanto das famílias que os empregam, evitando demissão em massa ou elitização do trabalho doméstico.

Muitas dúvidas ainda existem sobre a forma como esses direitos irão impactar na relação de emprego doméstico e sobre o que deve ser alterado em relação ao que ocorria outrora no plano concreto. Diante disso, faz-se necessária a articulação de políticas educativas, pautadas na informação de empregados e empregadores domésticos sobre as recentes mudanças impostas pela Emenda Constitucional nº 72/2013, a fim de efetivar o pleno emprego nesse seara.

Conclui-se, portanto, que a Emenda Constitucional nº 72/2013 não solucionou todos os impasses que desafiam o trabalho doméstico, embora tenha, reconhecidamente, dado um grande passo em direção à valorização do trabalho e do bem-estar dos empregados dessa categoria, carecendo, ainda, de outras políticas que visem à implementação dos direitos já assegurados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dayse Coellho de. Trabalho doméstico: aspectos da Lei 11.324/2006. Revista Âmbito Jurídico. Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1764>. Acesso em: 26 ago. 2014.

CRUZ, Jamile Campos da. O trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade. Anais do Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/download/ 1632/1228>. Acesso em: 27 jul. 2014.

DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. Estudos e pesquisas, São Paulo, n. 68, ago. 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FILHO, Georgenor de Sousa Franco. A EC 72/2013 e o futuro do trabalho doméstico. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, v. 39, n. 150, p. 11–30, mar./abr. 2013.

GUSMÃO, Xerxes. Os novos direitos do empregado doméstico. Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1761>. Acesso em: 28 jul. 2014.

INSTITUTO DOMÉSTICA LEGAL. Patrão doméstico não é empresa. Disponível em: <http://www.domesticalegal.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2014.

KOMETANI, Anay Cury e Pâmela. Sem regulamentação, domésticas ainda aguardam novos direitos. G1, São Paulo, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2014/07/sem-regulamentacao-domesticas-ainda-aguardam-novos-direitos.html>. Acesso em: 30 jul. 2014.

MARTINS, Helena. PEC das Domésticas completa um ano sem regulamentação. EBC Agência Brasil, Brasília, 2 abr. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-04/pec-dos-domesticos-completa-um-ano-sem-regulamentacao>. Acesso em: 30 jul. 2014.

MENDONÇA, Giovane. Empregado doméstico e a Convenção 189 da OIT será o fim da discriminação? Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set. 2011. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10220&revista_caderno=11>. Acesso em: 28 jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. 'PEC das Domésticas' é positiva para economia e para redução da pobreza, avalia ONU. ONUBR, 1 abr. 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/pec-das-domesticas-e-positiva-para-economia-e-para-reducao-da-pobreza-avalia-onu/>. Acesso em: 30 jul. 2014.

OSTERMANN, Fábio. PEC das domésticas: boas intenções, consequências indesejadas. Instituto Ordem Livre, 9 abr. 2013. Disponível em: <http://ordemlivre.org/posts/pec-das-domesticas-boas-intencoes-consequencias-indesejadas>. Acesso em: 30 jul. 2014.

PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova urgência para projeto que regulamenta PEC das Domésticas. G1, Brasília, 22 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/camara-aprova-urgencia-para-regulamentacao-da-pec-das-domesticas.html>. Acesso em: 3 jul. 2014.

RITTO, Cecília. PEC das Domésticas: sai a empregada, entra a lava-louça. Veja, São Paulo, 13 abr. 2013. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/pec-das-domesticas-sai-a-empregada-entra-a-lava-louca>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SANTOS, Ana Claudia Schwenck dos. Empregados Domésticos: O que mudou? São Paulo: Rideel, 2013.

O impacto do trabalho doméstico na saúde das mulheres: um estudo no Assentamento Novo Pântano Mariano Ituiutaba/MG

Este trabalho representa uma pesquisa desenvolvida em um assentamento rural, que buscou estudar e investigar os impactos do trabalho doméstico na saúde das mulheres que vivem no assentamento Pântano Mariano. A investigação procurou compreender o processo histórico e cultural relacionado com a divisão sexual do trabalho, pautando na inserção da mulher no mundo do trabalho e a sobrecarga ocasionada por esta divisão, a fim de compreender os impactos decorrentes desta jornada na saúde das mulheres. O assentamento em questão apresenta falta de acesso à informação, ao desempenho na organização política e à infraestrutura; sua organização social e política são diferenciadas do projeto original. O acesso ao assentamento é limitado devido às precárias condições da estrada que permite a venda de produtos fabricados pelos assentados. As mulheres assentadas não se percebem enquanto trabalhadoras e não considera a rotina doméstica como trabalho. Elas se vêem como ajudantes de seus maridos e companheiros, e não como trabalhadoras produtivas com direitos e que estão ligadas a uma sociedade cujo perfil é reconhecê-las como esposas, mães e filhas. O trabalho no lote é considerado apenas como uma extensão do trabalho doméstico, o que culturalmente as induzem ao não reconhecimento de suas tarefas domésticas como trabalho e que influencia no adoecimento. As mulheres desconhecem a fundamentação de seu trabalho que perpassa pelo processo da luta pela terra.

046-2364

Lorrainy Dias Mendes
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal FACIP/UFU
lorrainy-nana@hotmail.com

Edileusa da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
edileusa@pontal.ufu.br

I Trabalho: cotidiano e transformação

O trabalho reintegra a valorização e a sobrevivência do homem e da mulher por meio da determinação do espaço em que estão inseridos, “é fundante do ser social” (BRAZ; NETTO, 2011, p. 47), e, conforme citado por Netto (2011), trata-se da objetivação primária do ser social no processo de humanização. Neste processo, na construção das relações sociais instituiu-se ao homem o papel de chefe, para o qual compete o sustento da casa. Às mulheres foi designado o título de mãe, cuidadora e reprodutora das atividades domésticas, retratando, portanto, uma dicotomia que perpassa os valores atribuídos pela sociedade moldada em uma ideologia conservadora e que torna a mulher o ser subordinado ao homem.

> As teorias defendidas pelo patriarcado é que o homem se responsabilize pela manutenção da prole, e a mulher pelos cuidados da casa e dos filhos. Estes papéis foram construídos socialmente e se justificam pela subordinação da mulher ao homem como uma necessidade de o “macho” dominar a “fêmea”. Assim, as mulheres vêm sendo dominadas pelos homens há séculos (SILVA, 2011, p. 69).

Culturalmente as imposições de papeis categorizam a desvalorização da mulher no trabalho, seja ela inserida no mercado de trabalho como trabalhadora assalariada seja executando trabalhos que se tornam rotineiros em sua cotidianidade.

> (...) os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

A mulher está moldada em caracterização de submissão ao homem, e, conforme afirma Saffioti (1987), o poder está intervindo nas relações do homem-mulher, submetendo-se a fazeres que extrapolam suas condições físicas, psicológicas e sociais de trabalho. Ela é subordinada a uma divisão desigual de trabalho que é norteada a partir

da exclusão induzida por uma sociedade culturalmente machista, por meio da qual o sexo feminino se sujeita a uma sobrecarga e à denominação apenas de mãe e cuidadora, sendo, portanto, responsável pela função de gerar filhos e zelar pelos cuidados da casa.

Cabe discutirmos os avanços da mulher relacionados à divisão sexual do trabalho, porém, é também importante salientar os pontos negativos apresentados junto a estes avanços, ou seja, as consequências impactadas no cotidiano das mulheres.

O sexo feminino é constantemente submisso ao "servir". Colocado em vulnerabilidade e em papel de exclusão diante da sociedade, "as mulheres ocupam uma posição subalterna na divisão sexual do trabalho" (HIRATA, 2006, apud SILVA, 2012, p. 11). É notável a relação entre dominação e luta comparada à divisão sexual do trabalho. A naturalização da mulher em ser mãe e cuidadora é predominante na sociedade que ainda consiste em uma prática conservadora.

O trabalho reproduz a partir das relações sociais, e, segundo Netto (2011), refere-se à maneira de ser dos homens e da sociedade e há uma interação entre homens e mulheres junto à natureza para atender as necessidades. O trabalho é pertinente da sociabilidade oriunda da reprodução da sociedade.

Ainda de acordo com Netto (2011), o trabalho é conceituado como aquele que se difere das relações marcadas estritamente naturais e genéticas, como os animais que agem e executam o "trabalho" por instinto. O trabalho humano exige instrumentos e meios que vão se introduzindo entre os que "executam e a matéria", determinando, assim, habilidades e conhecimentos que se originam a partir do aprendizado daquilo que se pensa, planeja e executa. O trabalho acontece a partir de necessidades remetidas pela sobrevivência, como a alimentação. Trata-se de algo projetado com finalidades a partir da relação sujeito e objeto, geralmente em busca de uma qualidade de vida relativamente estável, ou seja, o trabalho torna-se necessária a produção das relações referentes ao "gênero humano".

O trabalho doméstico não é reconhecido socialmente. As responsabilidades com os filhos, marido e parentes interferem nos espaços da vida das mulheres como, por exemplo, no lazer e no descanso, e, por consequência, ocasionam prejuízo para as mesmas. As mulheres, apesar das conquistas no mundo do trabalho, ainda se sobrecarregam com os afazeres domésticos solidificando a obrigação no que diz ao trabalho doméstico. Trata-se, portanto, de um trabalho invisível e que desvalida o crescimento social e pessoal dessas mulheres.

> Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

Sendo a assim, o termo "divisão sexual do trabalho" engloba, em amplitude, a exclusão do sexo feminino, onde dividir aliena-se apenas no que tange o trabalho produtivo e reprodutivo, na perspectiva de que o trabalho produtivo associa-se ao homem, que é considerado provedor; e, o trabalho reprodutivo associado à mulher, para qual compete os afazeres domésticos.

> O trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho. As mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados doméstico, os homens no trabalho gerador de rendas monetárias, apenas este reconhecido como produtivo. Acompanham estas distinções valorações e representações da desigualdade que sustentam, por exemplo, a noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na roça (BUTTO; LOPES, 2008, p. 22-23).

O trabalho rural estende às relações baseadas nas diferenças pautadas pela desigualdade. Neste, é constante o patriarcalismo que impõe às mulheres o trabalho reprodutivo e aos homens o produtivo, moldados na divisão sexual do trabalho.

São notórios os avanços em prol da valorização da mulher e a luta feminista na busca de espaços que são designados aos homens. A procura pela inserção da mulher no mundo do trabalho tem sido constantemente determinada por reivindicações as quais se permeiam pelo reconhecimento.

Mesmo com a inserção da mulher no mercado de trabalho é indiscutível a desvalorização e a inferioridade do trabalho feminino. É notória a configuração do trabalho em traços que remetem ao perfil do trabalho doméstico e assemelham este trabalho a atividades que percorrem a delicadeza colocada e imposta culturalmente às mulheres.

Apesar do aumento das mulheres em locais que se encontravam homens ainda são presentes as desigualdades relacionadas ao salário, pois sua renda é vista apenas como um complemento. Há uma discriminação relativa às mulheres, "pois ocorre uma segregação das mulheres em ocupações de pouco prestígio e baixos níveis de remuneração". (NEVES, 2011, p. 14).

> No mercado, dada a sua condição de mulher (paciente, obediente, dedicada etc.), vende a sua força de trabalho a preço mais baixo: o seu trabalho é considerado ajuda no orçamento familiar; concentra as atividades em setores extensivos do doméstico, a exemplo da educação, saúde, assistência social, enfermagem e têxtil; desenvolve tarefas dificultosas, que o homem, muitas vezes se nega a fazer; e permanece distante das esferas de comando e decisão entre os próprios trabalhadores (FISCHER, MARQUES, 2009, s/p).

A mulher no mundo do trabalho é protagonista das construções sociais que se limitam a construção de gênero, construção esta que determina o papel do homem e o papel da mulher diante a sociedade.

As desigualdades no mercado de trabalho referente principalmente às baixas remunerações no trabalho doméstico, o qual diz ser este um trabalho "natural", e por ser um trabalho cuja aprendizagem acontece na família, adiciona-se a desvalorização "dos processos de aquisição de competências que ocorrem fora das instituições formais" (NEVES, 2011, p. 2).

Com a transformação social, decorrente da expansão do campo de trabalho pautada na inserção da mulher no sistema capitalista, "o compromisso das mulheres com os serviços domésticos tem desfavorecido o crescimento pessoal e profissional, dificultando a realização das mesmas no universo do trabalho produtivo" (SILVA, 2011, p. 76).

De acordo com Bruschini (1994) a conciliação entre as responsabilidades com a família, atribuídas às mulheres, e o trabalho se torna exacerbada conforme o nível estrutural destas atividades, uma vez que exigem destas mulheres normas relacionadas ao horário e ao trajeto casa/trabalho, gerando, assim, "transtornos" na relação social e impedindo o processo de humanização junto à sociedade.

A tentativa de modificar a divisão sexual do trabalho, imposta por uma sociedade conservadora e seguida de avanços com a inserção da mulher no mundo do trabalho, fez com que provocasse transformações que abriram lugar à sobrecarga do trabalho feminino tanto no contexto urbano quanto no âmbito rural. Ressalta-se que nesta pesquisa enfatizamos a mulher no campo, a qual se depara constantemente com uma tripla jornada de trabalho, englobando tarefas desde o ser mãe, "dona de casa" e o manuseio com a terra.

As mulheres executam tarefas que extrapolam a carga horária de oito horas diárias, se equilibram em realizar atividades domésticas no lar, cuidados com os filhos, marido, e, também, atividades remuneradas quando inseridas no mundo do trabalho.

Sobrecarga de trabalho seguida pela desigualdade colocada na divisão sexual do trabalho por questões que englobam pensamentos que naturalizam o ser mulher, a mera designação de 'cuidadoras'.

Cabe discutir a prática exploratória das mulheres na sociedade na tentativa de modificar os conceitos advindos da religião.

No âmbito rural é reproduzida a sobrecarga da mulher na perspectiva de que a mulher se divide desde os afazeres domésticos até os cuidados com a terra se responsabilizando, muitas vezes, pela venda dos produtos resultantes de sua produção. No seio familiar as mulheres participam do trabalho agrícola realizado nas arredores do lote.

Apesar da longa jornada de trabalho a mulher tem o fruto de seu esforço oculto, quando comparado aos homens que se colocam como principais produtores e provedores da casa.

O trabalho extra doméstico está enraizado no cotidiano feminino, desmoralizando as trabalhadoras, mães e 'cuidadoras' de um reconhecimento, banalizando as conquistas advindas da família, muitas vezes adquirida pela luta da mulher.

II A mulher inserida na Luta pela Terra

A sobrecarga de trabalho doméstico não concentra apenas às mulheres que residem no setor urbano, mas se expande àquelas que são invisíveis principalmente no contexto capitalista; invisíveis por lutarem contra o sistema que

priva pela desigualdade e pela má distribuição de riquezas. Mulheres, muitas vezes alienadas, por não conhecerem a importância e o significado de sua luta. Mães e guerreiras que da terra tiram seu sustento. Porém, vitoriosas pela busca incessante no espaço e ao direito a terra.

As mulheres participantes do Movimento da Luta pela Terra são constantemente recriminadas/repreendidas e vítimas de uma desigualdade influenciada pelas relações sociais, e que destitui o papel de transformação e humanização que se baseia na objetivação do ser social. Elas também são incluídas em uma sobrecarga de trabalho, porém, são invisíveis no contexto social e expostas a violências psicológica, econômica e social.

Conforme Silva (2011) o trabalho da mulher assentada não se restringe apenas ao cuidado de casa e se amplia as tarefas no campo.

> Quando termina os afazeres da casa, começam as outras atividades, que incluem cuidar do quintal, da horta. O quintal se torna uma extensão da unidade doméstica onde a mulher se exercita na realização de algumas atividades produtivas (SILVA, 2011, p. 81).

Salvaro (2004) fez uma discussão da jornada de trabalho das mulheres em um assentamento, pertencente ao MST, e abordou características agregadas na associação que priorizam a coletividade. Alegou, portanto, que a divisão sexual do trabalho, mesmo com perfil coletivo, não submeteu a "modificações significativas", mantendo assim a dupla jornada de trabalho entre as mulheres.

Apesar da inserção da mulher no trabalho realizado na lavoura, ainda é invisível e desvalorizada as atividades, mesmo que estas sejam igualmente realizadas pelos homens. "No setor agrícola ou mesmo em muitas atividades informais na zona urbana, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, a mulher será, com probabilidade elevada, classificada como inativa" (BRUSCHINI, 1994, p. 19)**.**

> O processo de trabalho não é apenas algo que se faz. É também algo que se pensa. É uma "linguagem" por meio da qual, além de se construir a hierarquia e o gênero, se refletem sobre a condição humana. A divisão sexual do trabalho contribui com uma minimização de identidade da mulher rural em se considerar também como uma protagonista no trabalho rural (FILHO; DELESPOSTE; CARVALHO, s/d, p. 6).

De acordo com Bruschini (1994) os filhos representam um dos principais fatores que interfere na inserção da mulher no mercado de trabalho; a responsabilidade e cuidados com os filhos bem como a ausência de locais dificultam a mulher ao trabalho. No campo ou na cidade, a maternidade e a presença dos filhos são "efeitos distintos" no trabalho. Há, no âmbito rural, "facilidades" com relação ao cuidado da família, porém, os "rendimentos são inferiores e instáveis" uma vez que a mulher/trabalhadora é privada de direitos.

> Mas a presença de filhos tem efeitos distintos sobre o trabalho feminino na cidade ou no campo, assim como em regiões em níveis desiguais de desenvolvimento. Na zona urbana, a presença de um filho é um elemento muito mais constrangedor pelo tipo de atividade aí predominante, pouco favorável à conciliação de papéis. Na zona urbana brasileira, a taxa de atividade feminina cai de 46% quando a mulher não tem filhos, para cerca de 34% quando ela tem um filho. Na zona rural, embora as taxas de atividade sejam muito inferiores, o efeito provocado pela presença de filhos não constitui uma limitação ao trabalho da mulher, que mantém taxas muito parecidas tenha ou não filhos (16,4% para as não mães e 16% para as mães, em 1980) (BRUSCHINI, 1994, p. 8).

No âmbito rural é notável a sobrecarga do trabalho decorrente da divisão sexual do trabalho. Apesar de as mulheres estenderem suas atividades ao campo, elas são consideradas apenas reprodutoras condizentes ao trabalho doméstico. Já os homens são produtores e responsáveis pelo sustento da casa. Entende-se como trabalho rural aquele exercido "[...] pelo empregado rural, com vínculo de subordinação, e também é trabalho rural o desempenhado pelo parceiro, arrendatário, pequeno proprietário familiar assentado, por todo aquele que, de alguma forma, realiza uma atividade tipificada como agrária [...]" (MANIGLIA, 2002, p. 48).

Os impactos decorrentes da sobrecarga de trabalho e o papel da divisão sexual do trabalho influenciam negativamente no cotidiano das mulheres, e, principalmente, em sua saúde, devida priorização do trabalho produtivo e limitação do cuidado com a saúde.

É preciso pensar, de forma coletiva, trabalho junto com sociabilidade, pois, o trabalho não é seguido de "sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos" (BRAZ; NETTO, 2011, p. 44). Assim, é possível desmitificar a exclusão social e econômica em que estão inseridas as mulheres, na tentativa de minimizar os conflitos seguidos de violência, enfatizando, portanto, que o trabalho doméstico não cabe apenas ao sexo feminino, mas que ocorre a partir da divisão do trabalho.

> [...] a igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades por homens e mulheres, em qualquer campo de atividade, aí incluso o espaço doméstico. Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro. Trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família. Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da "ajuda" que os primeiros podem oferecer às últimas (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Apesar de as mulheres sofrerem os efeitos relacionados com a ausência de políticas, agrícola e de saúde, elas lutam por condição de vida satisfatória a fim de conquistarem espaço. Com a Constituição de 1988 as mulheres se tornaram igualitariamente comparadas ao direito da terra com o homem, e, a representação das mulheres tornou-se visível, demonstrando, assim, a capacidade e potencialidade feminina no que tange a luta pelos seus direitos (MANIGLIA, 2002).

> Com o advento da Constituição de 1988, ficou estabelecido que a terra seria concedida ao homem e à mulher, o que veio propiciar o registro social da produtora rural ou agricultora. Com isto, esta nova agente tem acesso ao crédito rural, à representação política nos sindicatos, cooperativas e outras entidades de trabalhadores e produtores rurais. [...] O acesso da mulher ao direito de propriedade da terra, como chefe de família, ainda sozinha, foi o grande passo para esta categoria demonstrar sua capacidade e talento, nas tarefas rurais. A seriedade, responsabilidade e os cuidados femininos colocam as mulheres como preferidas, não só como chefes de famílias rurais, como no trabalho do corte de cana [...] (MANIGLIA, 2002, p. 101-102).

O sexo feminino tem se destacado por lutar pela igualdade, inserção na sociedade e também por assumir o papel de provedor, na tentativa de banalizar o termo 'incapaz' imbuído a ele durante os anos. O aumento das mulheres na participação de movimentos prioriza a luta e a inserção feminina na participação política.

> Para as mulheres, a propriedade da terra também se metamorfoseia em sentidos como o de contar com um lugar de fala, de reivindicação nas relações homem e mulher, no casal, de estímulo à autoestima e sua legitimação como sujeito público, com direito a negociar em tal mundo, reivindicando, por exemplo, com a titulação, crédito e assistência técnica e apropriação de um bem para produção e para reprodução social (RUA, ABRAMOVAY, 2000, p.16).

Sendo assim, na busca pela efetivação dos direitos e do seu reconhecimento enquanto cidadã, a mulher está se inserindo nos movimentos sociais, especialmente na Luta pela Terra, a fim de conquistar um meio para sobrevivência de seus familiares. Porém, neste sentido de sobrevivência não significa que a conquista da terra facilitará a produção e a satisfação das necessidades básicas, como moradia e saúde.

> A conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, eletrificação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, apoio creditício e comercial), que pode facilitar o sucesso dos assentamentos. Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse de terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores enquanto produtores agrícolas. A precariedade e a dificuldade que as famílias sem-terra enfrentam, revelam a importância que o Estado tem dado a essa questão (FERNANDES, 2006 apud CARVALHO, 2013, p. 57).

Durante o processo de luta pela terra, as mulheres e as crianças são os principais alvos que atuam como escudo para amenizar o conflito no momento de ocupação da terra, geralmente entre membros do grupo sem terra e polícia militar, e, muitas das vezes, os confrontos entre jagunços que são "mandados" pelos grandes fazendeiros.

> A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. As mulheres têm tido ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposição de iniciativas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que têm se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida (NEVES, MEDEIROS, 2013, p. 196).

Na luta pela terra, a mulher geralmente não recebe o apoio da família. Segundo moradora do assentamento Novo Pântano Mariano, é evidente o preconceito e a imposição vinda da família, que são percebidos a partir da falta de crédito quanto ao potencial, luta e coragem com a luta pela terra.

> Aí eu fui, fiz inscrição e minha "famia" num "quiria" que eu fosse de jeito nenhum. "Ah, cê é boba". Aí eu falei "Num sô boba não. Eu vô". Porque toda vida eu tive meu sonho de "tê" um pedaço de chão (JASMIM).

A participação das mulheres na luta pela terra enfrenta impasses relacionados à família, impasses estes relacionados à subalternidade e à dominação do homem. A sociedade, culturalmente, desvaloriza as mulheres e as exclui do processo de produção e da conquista pela propriedade da terra.

Apesar de serem inferiores aos homens, são pertinentes os avanços das mulheres na busca pelo espaço relacionado ao trabalho rural. As mulheres enfrentam as condições advindas de uma dupla jornada de trabalho, da preocupação em deixar os filhos e são vítimas de sequelas relacionadas com o papel de mães. São expostas ao trabalho quando criança, e, consequentemente, não frequentaram a escola. Conforme Maniglia (2002),

> A mulher vem galgando sua posição no mercado de trabalho rural com destaque, muito embora suas condições são ainda inferiores às do homem. Enquanto a trabalhadora rural enfrenta a mesma situação de ameaça de desemprego, agravada pelas más condições da dupla jornada e pelo desalento de deixar seus filhos ao abandono durante o expediente, uma vez que não dispõe de locais para acomodação das crianças. Essas, por consequência, são vítimas em grande escala de iniciar no mundo do trabalho antes dos sete anos, deixando de frequentar escolas (raras no meio rural) e se expondo a infortúnios do tempo, do desgaste do sol, da chuva, da má alimentação, crescendo como retratos da miséria para angústia de suas mães (MANIGLIA, 2002, p. 160).

No Brasil há 12,6% de mulheres cadastradas para serem titulares de terras. Esses dados, analisados no Censo da Reforma Agrária, mostram que, apesar de não existirem restrições na legislação que coíbe a seleção de mulheres beneficiárias de uma parcela de terra, a maioria dos cadastros concentra-se homens como titulares, tendo filhos e esposas como dependentes. Os fatores que remetem a esses dados são representados pela falta de documentação pessoal, que dificulta e impossibilita que as mulheres sejam incluídas nas "estatísticas rurais" (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

> As dificuldades das mulheres em obterem os títulos de propriedade da terra expressa o peso da tradição familiar e a subalternidade do papel feminino na sociedade. [...] a ausência das mulheres no controle de produção e dos direitos econômicos como uma das faces da exclusão social das mulheres (BUTTO; LOPES, 2008, p. 65).

Os processos de exclusão, aos quais as mulheres estão inseridas, as tornam inferiores e desqualificadas diante da sociedade capitalista. Elas são vistas como seres incapazes, e, a ideia de fragilidade faz com que elas se reconheçam como impossibilitadas e inferiores aos homens.

> (...) ideologia da "inferioridade" da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua "fraqueza". Estão de tal maneira imbuída desta ideia de sua "inferioridade", que se assumem como seres inferiores aos homens (SAFFIOTI, 1987, p.12).

"Do ponto de vista biológico, o organismo feminino é muito mais diferenciado que o masculino, estando já provada sua maior resistência" (SAFFIOTI, 1987, p. 13). Esta afirmação revela que argumentos relacionados a fatores biológicos não fundamentam a ideia de "inferioridade".

> Milhões de mulheres brasileiras tomaram consciência da dominação masculina no transcorrer de lutas pela posse da terra, por salários decentes, por melhores condições de trabalho. Nestes movimentos despontaram numerosas lideranças femininas, que não só compreenderam a totalidade do sistema de dominação-exploração, como passaram também a lutar pela sua destruição (SAFFIOTI, 1987, p. 108).

É pertinente salientar que o processo das mulheres na luta pela terra é recorrente da relação do manuseio e trabalho com a terra, uma vez que enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso a subsídios que dizem respeito ao manuseio dentro do lote, e, são vulneráveis à cidadania desde o processo produtivo e reprodutivo.

> [...] Existem sólidos obstáculos culturais e sociais que inibem o pleno exercício da cidadania pelas mulheres nos assentamentos rurais. [...] Os obstáculos ao pleno exercício da cidadania da mulher rural se expressam na esfera da atividade produtiva, afetando a participação no cadastramento de beneficiários de terras, o acesso ao crédito e serviços de assistência técnica e de capacitação. Esses óbices enfrentamentos pela mulher na esfera da atividade produtiva manifestam-se em diversas dimensões: (a) o seu trabalho produtivo não é reconhecido como componente integrante da produção, mas apenas como atividade subliminar, de ajuda ao trabalhador principal – que seria o homem; (b) o seu trabalho reprodutivo não é considerado trabalho, mas algo que se situa numa esfera difusa entre, de um lado, o ócio e o lazer, e de outro, os imperativos de sobrevivência; (c) a atribuição de valor às mesmas atividades é diferenciada segundo o sexo de quem as desempenha; (d) o acesso da mulher a determinadas atividades é obstaculizado pela convicção de que ela não é física ou psicologicamente capaz de desempenhá-las, embora seja reconhecido, genérica e abstratamente, o seu direito de realizá-las (RUA, ABRAMOVAY, 2000, p. 36-37).

Guerreiras, as mulheres do campo se deparam com empecilhos que dificultam a sua formação na luta incessante pela efetivação da igualdade. Constantemente se deparam com a desvalorização imposta pela sociedade capitalista, que induz sentimento de incapacidade pela luta e sobrevivência na terra, e são consideradas inferiores e frágeis quando comparadas aos homens.

Apesar da luta por um espaço e pelo reconhecimento na política de Reforma Agrária, é notória a invisibilidade principalmente ligada à produção econômica das mulheres, que, apesar de serem cadastradas no processo, são camufladas pelo patriarcalismo pautado na hierarquia que constitui a relação de poder. Conforme Butto e Lopes (2008), no cadastramento é cabível que o titular seja o homem uma vez que ao homem compete o papel de chefe da família e à mulher a função de cônjuge. Tal exclusão, segundo as autoras, se expressa no Censo da Reforma Agrária no ano de 1996, por meio do qual foi apontado que apenas 12% das mulheres estão inseridas, cadastradas e foram beneficiadas com a Reforma Agrária, enquanto que 88% da terra cabiam ao homem.

III Política Pública de Saúde

A saúde da mulher muitas vezes é limitada em decorrência da sobrecarga de trabalho e das responsabilidades colocadas, pela sociedade, ao sexo feminino. No Brasil, conforme Ministério da Saúde, a saúde da mulher tornou-se constitutiva nas políticas nacionais de saúde, no início século XX, atendendo apenas às demandas referentes à gravidez e ao parto.

> A situação de saúde envolve diversos aspectos da vida, como a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda. No caso das mulheres, os problemas são agravados pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com as responsabilidades com o trabalho doméstico. Outras variáveis como raça, etnia e situação de pobreza realçam ainda mais as desigualdades. As mulheres vivem mais do que os homens, porém adoecem mais frequentemente. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos (BRASIL, 2004, p. 9).

A saúde das mulheres, quando associada ao pacto pela saúde, engloba prioritariamente o pacto pela vida, o qual é relacionado, direta e indiretamente, com a Saúde da Mulher, como por exemplo, controle do câncer de colo de útero e de mama.

A construção de gênero faz com que a preocupação das mulheres com sua saúde seja limitada quando comparada aos cuidados dos filhos, marido, casa e familiares mais velhos e/ou doentes, os quais são submetidos aos cuidados da mulher. A sobrecarga com o trabalho doméstico priva a perspectiva de sonhar, em ser mulher e sentir-se valorizada. Cabe ao Estado a efetivação das políticas públicas de saúde, pois a “ineficiência” desta confronta o cotidiano das mulheres de maneira intensa e faz com que as mulheres sejam expostas a uma sobrecarga que sobrepõe o trabalho no lar e no campo, estendendo aos cuidados da saúde de seus familiares (SILVA, 2011).

> As famílias frequentadoras dos serviços de saúde em geral são parte da classe que vive do trabalho, estão empobrecidas e diante de situações de fragilidade em decorrência de: desemprego, baixos salários, piores condições de trabalho e ausência de acesso às políticas públicas de qualidade e por isso acabam por incorporar a identidade atribuída de ser a única provedora de “bem - estar social” dos seus membros e não o Estado. Além de sobrecarregar a família, há a redução das despesas com os investimentos sociais, mantendo as políticas sociais frágeis, fragmentadas e parciais (SILVA, 2011, p. 112).

A Atenção Básica tem como objetivo atender as demandas dos usuários e os encaminhar para os serviços de especialidade a partir da hierarquização do SUS (SILVA, 2011). A partir das relações sociais em uma perspectiva de mudança, na busca pela equidade e tendo em vista a execução, avaliação e elaboração da política pública de saúde, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) que tinha por finalidade a descentralização, hierarquização e regionalização da saúde da mulher (BRASIL, 1984 *apud* BRASIL 2004).

> Desde os primórdios da implantação do SUS, a Atenção Básica se configura como porta de entrada para o sistema de saúde, e este deve estar organizado de forma a atender as necessidades dos usuários, e se necessário encaminhá-los para outros serviços de especialidades de média ou alta complexidade conforme definido pelo modelo de hierarquização do sistema de Saúde (SILVA, 2011, p. 114).

Em 1988 a saúde da mulher tornou-se integrante ao Estado e prioridade do governo, pois o PAISM já não se constituía como eficaz na atenção integral para a saúde das mulheres.

> No Brasil, as principais causas de morte da população feminina são as doenças cardiovasculares, destacando-se o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular cerebral; as neoplasias, principalmente o câncer de mama, de pulmão e o de colo do útero; as doenças do aparelho respiratório, marcadamente as pneumonias (que podem estar encobrindo casos de AIDS não diagnosticados); doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, com destaque para o diabetes; e as causas externas (BRASIL, 2000 *apud* BRASIL, 2004).

No Âmbito rural, os fatores condicionantes para a saúde da mulher estão correlacionados não só ao trabalho no campo e às condições de higiene e pobreza. Os assentados, muitas das vezes estão também submetidos à falta de efetivação de política e ao nível de instrução das mulheres.

> A dificuldade das mulheres rurais no acesso às informações e ações de saúde estão relacionadas, dentre outros fatores, às desigualdades das relações de gênero e de trabalho, às grandes distâncias entre a residência ou trabalho e os serviços de saúde, à maior precariedade dos serviços locais e a pouca sensibilização e organização da rede de saúde para lidar com a especificidade dos agravos decorrentes do trabalho no campo. Essa dificuldade expressa-se, por exemplo, na proporção de mulheres da área rural insatisfeitas nas suas necessidades de contra-cepção, que é duas vezes maior do que na área urbana (PNDS, 96 *apud* BRASIL, 2004).

De acordo com o Ministério da Saúde, é objetivo da política de atenção integral a Saúde da Mulher

> Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro. Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie. Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2004, p. 67).

A política pública de saúde, prioritariamente das mulheres, tem como eixo fundamental a descentralização da saúde de maneira igualitária, a fim de amenizar o processo de politização ao qual o sexo feminino está inserido, condicionando para as mulheres uma atenção integral que possibilita a garantia de melhores condições de vida.

IV Resultados e Discussão

A pesquisa foi realizada em um assentamento, no pontal do triângulo mineiro, com a finalidade de trabalhar as questões colocadas no trabalho feminino, interligando as consequências deste trabalho na saúde das mulheres, compreendendo assim, o contexto familiar, social e econômico ao qual estão inseridas.

O assentamento apresenta falta de acesso à informação e o desempenho da organização política, da infraestrutura bem como da sua organização social e política são diferenciadas do projeto original.

No assentamento há projetos que partem de princípios da Universidade, especificamente dos cursos que trabalha intervindo na realidade social e no enfrentamento das expressões da questão social, como por exemplo, o curso de Serviço Social. Junto aos projetos que buscam pesquisar e indagar questões teóricas e também questões que se interrelacionam à sociedade, por meio do PET com o projeto de pesquisa: 'Aproximações entre as políticas públicas de saúde e a população do campo'; de extensão: 'O direito a saúde das famílias assentadas – Pântano Mariano'; e de ensino: 'A Política de Saúde para a população do campo' e 'Projeto Incuba REDES', por meio dos quais foi estabelecido contato com a população de assentados, surgiram questões que dizem respeito ao fato de as mulheres moradoras no assentamento não reconhecerem o seu trabalho, instigando assim, interrogações em pesquisar para entender e responder os assuntos que são ligados aos posicionamentos e argumentos destas mulheres quanto a não consideração de sua rotina doméstica como trabalho, para então, entender o seu cotidiano e suas interferências ao cuidado e bem-estar da sua saúde.

A pesquisa foi realizada embasada em levantamento bibliográfico para fundamentação do trabalho, e buscou entender o cotidiano da mulher assentada, perpassando por teorias que englobam questões referentes às interferências do trabalho doméstico na saúde da mulher rural, a partir da análise do cotidiano das moradoras do Assentamento Novo Pântano Mariano e das influências deste cotidiano para sua saúde, a fim de entender o papel das mulheres dentro do assentamento e compreender, assim, como se dá o não reconhecimento do trabalho doméstico mediante a percepção destas mulheres.

A pesquisa teve como sujeitos mulheres moradoras do respectivo assentamento, sendo que a seleção priorizou as assentadas participantes do movimento de ocupação da terra e as que participavam das reuniões realizadas referente ao projeto Incuba Redes, junto ao PET mais Saúde.

As entrevistas foram realizadas, a priori, com um questionário previamente elaborado e que buscou desenvolver um perfil das mulheres inseridas neste universo para que, posteriormente, fosse possível realizar entrevistas com questões norteadoras.

As mulheres foram selecionadas de forma intencional com os critérios de elegibilidade, conforme descrito na metodologia deste trabalho. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho qualitativo que buscou conhecer o cotidiano vivenciado pelas mulheres inseridas na área rural e usuárias da política pública de saúde.

Para realização das entrevistas foi utilizado gravador. Posteriormente, foi realizada a transcrição das fitas e a análise do conteúdo, preservando, para tanto, a fala das mulheres da pesquisa a fim de captar e apreender a realidade por elas vivenciada. Todas as participantes receberam esclarecimentos a respeito da pesquisa, por meio da apresentação dos objetivos e do seu caráter científico e acadêmico. Com a autorização e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ficou explícito o sigilo pertinente a este tipo de estudo. Ressalta-se, portanto, que a pesquisa foi pautada pela ética e respeito a cada uma das entrevistadas.

Por se tratar de pesquisa com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo que a aprovação possibilitou o início do processo das entrevistas.

Após o processo burocrático que a pesquisa foi submetida, estendeu-se ao percurso relacionado ao contato com o assentamento. Foram vários os percalços e as dificuldades encontradas: locomoção até o assentamento, transporte, chuva e horário propício das assentadas.

O acesso ao assentamento ocorreu por meio dos projetos do PET, que foram citados anteriormente. As entrevistas foram realizadas no local dos encontros das reuniões, e, devido à falta de espaço e lugar, o procedimento da coleta de informações só foi possível dentro de uma 'Combe', a qual era o transporte da Universidade. Ressalta-se, portanto, que as reuniões foram realizadas em um "barraco" de lona que foi construído pelos moradores, e que as entrevistas foram realizadas nos horários das reuniões.

Nas entrevistas foi explanado o objetivo da pesquisa e frisado a responsabilidade ética em manter sigilo com as informações declaradas. Em seguida foi realizada a leitura e assinatura do TCLE, conforme descrito anteriormente. Para ênfase quanto ao sigilo com os sujeitos da pesquisa, optou-se por nomes fictícios, escolhidos pelas assentadas.

A amostra da pesquisa foi composta por mulheres moradoras do assentamento e que participaram das reuniões realizadas, quinzenalmente, pelo projeto vinculado ao PET e Incuba Redes. No projeto eram previstas a participação de oito mulheres que deveriam ter participado da luta pela terra e/ou das reuniões realizadas. Porém, devido ao tempo, às dificuldades encontradas e ao fato de o processo de entrevista ter ocorrido durante as reuniões, foi possível a realização somente de duas entrevistas. Uma das entrevistadas participou constantemente do processo

de luta pela terra e participou efetivamente das reuniões realizadas no assentamento; a outra entrevistada, apesar de não participar da luta pela terra, se depara com todas as dificuldades dentro do assentamento, como falta de atenção integrada do governo e dificuldades decorrentes da luta cotidiana, e participa constantemente de projetos realizados na comunidade.

As entrevistas foram gravadas, e, posteriormente, transcritas. Durante as falas das mulheres foram vivenciadas muitas dificuldades. Não havia uma estrutura específica para atender a comunidade durante os encontros, e, portanto, as entrevistas foram realizadas dentro de uma perua. A sede é a única estrutura específica, porém, é inacessível devida falta de uma ponte para travessia do córrego. Também houve dificuldades quanto à interferência de pessoas durante as falas.

O roteiro da entrevista questionava quanto à idade, escolaridade, tempo de moradia no assentamento, rotina de trabalho no lar e no lote; interrogava também quanto a questões recorrentes ao papel do homem e da mulher, aos cuidados com a saúde, perspectiva e sonhos das entrevistadas.

O nome dos sujeitos foi escolhido pelas entrevistadas. Uma delas escolheu o nome 'Jasmim' com a justificativa de que retrata uma flor bonita, delicada e cheirosa. A outra optou pelo nome 'Cristal' por considerar bonito e por representar uma pedra bela, delicada e expressiva. Ressalta-se que a escolha destes sujeitos foi determinada pela participação constante no assentamento, e também pela ligação com o processo vinculado com os projetos, visando melhorias no assentamento.

Destaca-se, por fim, que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO, 1994, p. 15). "O autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo em que as tensões e perturbações sociais" (MINAYO, 2004, p. 227).

De acordo com Maniglia (2002, p. 159) "o assentamento deve ser delegação oficial de trabalho para o homem do campo". A luta pela terra se molda na necessidade dos valores culturais atribuídos a esta, com intuito de efetivar a cidadania e tornar o campo distinto de conflitos a partir da concretização da democracia. Segundo Butto e Lopes (2008, p. 11), "após a concretização do assentamento deixa de existir a mobilização, passando a existir o individualismo".

A aproximação com o assentamento aconteceu de maneira delicada uma vez que os moradores tinham medo e receio para concretizar a parceria com a universidade. Devido processo de exclusão vivenciado por eles, mantiveram-se restritos e receosos na abertura por uma participação efetiva, a fim de conhecer a realidade da comunidade.

O assentamento Novo Pântano Mariano se diferencia dos demais assentamentos na região uma vez que, desde seus primórdios, se depara com a luta, não especifica a produtividade e algumas famílias estão isoladas por um córrego que divide o assentamento, o que impossibilita o acesso e até mesmo a integração das famílias.

De início percebemos as dificuldades de organização coletiva decorrentes da falta de diálogo, além de conversas paralelas dentro do assentamento, o que gerava intrigas entre os moradores e impedia um crescimento coletivo para viabilizar e desconstruir "o modelo de desordem" que foi intitulado à respectiva comunidade por outros assentamentos.

As mulheres são as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos, pelo trabalho na lavoura, dentre outros. Pouco se sabe sobre estas mulheres que lutam cotidianamente para manterem suas famílias, principalmente as de classes mais empobrecidas e que deparam com a falta de emprego, precárias condições de moradia, de higiene e saúde, ao mesmo tempo em que sentem a falta de perspectivas de melhorias de vida.

Compreender o trabalho feminino nos intriga a entender o não reconhecimento do trabalho e a relação deste com a liderança sobre a atuação das mulheres assentadas. Persiste uma dicotomia da banalização do trabalho feminino que perpassa a construção de gênero.

> "A mulher trabalha e isto é extremamente importante para a renda, mas as decisões quanto à definição das despesas (totais) são preponderantemente tomadas pelos homens em qualquer dos níveis de renda. Tanto os mais pobres quanto os mais abastados têm uma visão tradicional do papel feminino, a única concessão que fazem é admitir a parceria." (BUTTO; LOPES, 2008, p. 105).

Assim como as mulheres moradoras na área urbana, as mulheres do campo são protagonistas da sobrecarga de trabalho e violentadas pela má divisão sexual do trabalho, além de extrapolarem sua rotina com afazeres domésticos e no campo. Apesar de homens e mulheres exercerem o mesmo trabalho no lote, "as mulheres têm uma taxa um pouco mais alta de trabalho no lote que os membros masculinos da família." (BUTTO; LOPES, 2008, p. 167).

Com relação à maternidade, um dos fatores que contribuem com a sobrecarga de trabalho das mulheres, impactando aos efeitos negativos em sua saúde, derivada pelo não cumprimento da paternidade decorrente da não partilha dos cuidados adjacentes a educação dos filhos, é importante salientarmos a fala de Saffioti (1987) que afirma o quão benéfico é o convívio do homem na participação da criação dos filhos, para que não crie uma "conotação negativa", evitando assim, a dominação-exploração, e fazendo com que seja reduzida a sobrecarga e os danos para a saúde social, psicológica e física.

> Ao assumir a paternidade dos filhos, o homem estará partilhando a vida com a mulher. (...) O homem deve refletir sobre esta dimensão da vida, que não inclui apenas o trabalho (...). Inclui também atividades extremamente prazerosas, como conviver com a criança (...). Assim, este convívio entre pai e filhos não é benéfico apenas para as crianças, mas também para o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 84).

No que tange aos sonhos das mulheres assentadas, são manifestadas conquista materiais e melhores condições de vida, bem como sonhos que expressam o desejo por lazer e por um momento do "ser" mulher que se distancia das atividades no lar.

É evidente que as mulheres sonham, mas acima do sonho precede os cuidados, a preocupação e a responsabilidade com o trabalho realizado, dentro e fora do lar. Há também a responsabilidade com a família, e é claro, que os sonhos destas mulheres são sonhados para a família.

A pesquisa buscou compreender o contexto social que as mulheres, no assentamento Novo Pântano Mariano, estão inseridas por meio de aproximação e entrevista para coleta de dados, norteando assim, questões correspondentes ao cotidiano no trabalho e às implicações deste na saúde.

Jasmim, 69 anos de idade, cursou até o antigo quarto ano. É casada, mãe de três filhos e é natural de Araçagi, situada no Paraíba. Moradora no assentamento desde 2001, sendo que sete anos distribuídos ao tempo de moradia na faixa (local que os assentados ocupam a fim de negociarem uma terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; normalmente localiza-se nas margens das rodovias) e no acampamento; e, seis anos efetivos no assentamento. Sua jornada de trabalho é dividida ao lar e ao trabalho realizado no lote. Durante manhã, tarde e noite estende-se aos afazeres domésticos como "fazer janta", extrapolando assim, a carga horária de 12 horas diárias de trabalho.

Cristal, 54 anos de idade, cursou Ensino Médio completo. É casada, mãe de três filhos e é natural de Campina Verde, situada no interior do Estado de Minas Gerias. É moradora no assentamento desde 2009. Sua jornada de trabalho também se divide ao lar e trabalho no lote, e extrapola a carga horária de 12 horas diárias.

Entre as assentadas, a sobrecarga de trabalho é semelhante e decorrente da divisão sexual de trabalho; elas se distribuem ao trabalho doméstico, no campo e aos cuidados relacionados prioritariamente ao marido, como cozinhar e lavar, e também relacionados à saúde. Quando questionadas sobre a rotina de trabalho no lar, ambas associaram o trabalho doméstico ao trabalho realizado dentro do lote. Porém, em umas das falas é notória a desvalorização ocasionada pelo não reconhecimento do trabalho, considerando as construções de cercas e cuidados do gado como ajuda, ficando, portanto, nítida a invisibilidade construída culturalmente pela sociedade capitalista.

Entretanto, conforme Butto e Lopes (2008), a situação de subordinação a qual as mulheres estão sujeitas é reconhecida pelas próprias mulheres, que apontam a má divisão das tarefas, congruentes a desigualdade, coincididos ao pouco reconhecimento do trabalho doméstico e no campo.

Tal concepção para o trabalho feminino mostra que "o fato de que as mulheres atuam em todas as atividades do campo, os discursos de ambos os sexos permanecem caracterizando o trabalho feminino como uma "ajuda" (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 160-161), assumindo assim, a afirmativa de que as mulheres não participam dos fatores econômicos e que é imbuído a elas apenas o trabalho reprodutivo, apesar de estarem inseridas e serem participantes das responsabilidades inerentes a economia.

Na fala de Cristal, ao dizer que o marido não contribui com o trabalho realizado no lar, a mesma relata que nunca houve uma divisão. Ao ser questionado o porquê de não existir uma divisão no trabalho, e o fato de não dividirem justifica em continuar a sobrecarga, a entrevistada relatou uma parcela de culpa com relação ao trabalho doméstico, e que mesmo após o companheiro deixar de realizar atividades no campo a mesma o acostumou a agir desta maneira.

É notório o desconhecimento da diferença entre trabalho doméstico e o trabalho no lote. As mulheres dividem seu trabalho entre 12 horas diárias e se inclinam entre casa e lote.

> Uai, tudo é umas dez horas, doze. Que eu levanto às seis e vou até lá pelas seis, sete horas. (Cristal)

> Eu, é assim... se eu lavar roupa, o dia deu lavar roupa, eu vou lavano a roupa, ali eu vou fazeno a comida, eu cabo a roupa eu vou limpá a casa, ali tudo eu vou terminano assim, tudo junto. Porque eu sou sozinha, né. Se eu dexá tudo pruma hora só aí depoi eu num dô conta. Porque tem as otas coisa preufazê, né. Porque tem que oía, ir atrás duma vaca, tem que pô um sal, tem que judá ele curá um bizerro, tem que judá ele fazê uma cerca, tem que judá a fazê, aqui tá fartano um trem a gente tem que í, né. É assim. Tudo eu tem que tá junto com ele. Ele num sabe fazê nada se num fô cumigo. É... tudo é eu, minha fia. É difícil a gente casá, pô custume em homi. Vai tudo pa cacunda da muié. (risos). Não... ele tá sentado, ele fica sentado: "Regina, eu quero isso. Jasmim, eu quero aquilo". Tem hora dele tá em cima assim, ó, mas eu tenho que dá. Tem hora que as vaca tá lá e ele fala assim: "Ó, vai pô sal pro gado. E é uma coisa que ele pode ser ele. (Jasmim)

Durante a entrevista, Jasmim apresentou pontos, que referem à reprodução da desigual divisão sexual do trabalho, ressaltando o papel de cuidadora, das mulheres, e o de provedor da casa, dos homens. Examinamos que dentro do processo majoritário ao trabalho doméstico, o cuidado com a saúde da família está incluso no cotidiano das mulheres, mas, aponta também, a ausência do cuidado equivalente a sua saúde. A entrevistada afirmou que mesmo que esteja doente e com problemas de saúde é preciso "pensar" que não há problemas, pois as pessoas não precisam ter conhecimento dos "problemas" pessoais. Este fato nos leva a entender que, comparada ao sofrimento na luta pelo lote, não deve entregar a doença e que tem que lutar. Em momento algum afirma fazer o acompanhamento da saúde junto ao médico.

> Minha saúde também num é muito boa não. Eu tenho diabete, tem colesterol. To com veia, mantega assim, ó, no pescoço, mantega nas veia. [...]Mas eu num entrego não! Eu não ponho doença na minha cabeça. Eu num t ôpensano que eu tô com isso, tô com aquilo não. Num põe mesmo. Eu ali eu canto, eu pulo, eu grito, eu rio, eu brinco, mas num põe não! Cê vê eu cum raiva? (risos) O meu jeito toda vida é um só. Eu posso tá partino de raiva, mas eu num sei fazê pra ninguém. Né? Ninguém é culpado. Eu tenho meus pobrema, vô jogá im riba de ceis duas? Num pode. Ninguém tem curpação de nada. Num é?[...] Aí a gente, igual nóis, sofreu muito pra pegá, nóis chega onde chegô, e hoje nóis incostá, pegá e incruzá os pé, incruzá os braço, num dianta. Tem que ir à frente, luta. Sofreu pra chega no que tá então a gente tem que luta pra frente mais. A gente não pode dexá fazê qui nem o outro, a bandeira caí nóis tem que suspender a bandeira, num é? Não pode. Tem muitos: "Não, a senhora é animada!". Toda vida, graças a Deus eu fui animada e quero ser mais, se Deus quiser. A gente não pode discrençá das coisa. Hoje se ocê quisé as coisa cê tem que luta, se ocê tá doente, tá custano andá mas cê tem que luta. Não pode entrega os ponto. (Jasmim).

Culturalmente é determinado o papel do homem e o papel da mulher na sociedade capitalista. Ao serem perguntadas se consideram a existência de diferença no trabalho masculino com o feminino, Jasmim afirmou não sentir diferença, disse que tem a natureza/personalidade pior do que do homem e alegou que realiza serviços que muitos homens não conseguem realizar. Percebe-se que o trabalho da mulher é uma "extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe a outras atividades – principalmente na horta e no quintal" (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 284).

Pautado no senso comum e em valores culturalmente patriarcais, a responsabilidade pela casa e filhos é atribuída às mulheres, que, se equilibram com o trabalho no lar e no lote, e também com os cuidados dos familiares. Neste encargo destinado às mulheres, a responsabilidade com a saúde é função que perpassa o seu cotidiano. De acordo com as assentadas, são elas as principais responsáveis pelos cuidados com a saúde uma vez que "agem" e são as "donas" de atitudes comparadas com a responsabilidade com a família e amigos.

Nota-se que são as mulheres as principais responsáveis pela saúde, em decorrência de serem as que "agem" e que possuem "atitude". Mas é visível a despreocupação com relação a sua saúde, uma vez que são obrigadas a suportarem o mal estar e cumprirem com todas as obrigações da casa e do lote, sem receber os cuidados do companheiro e de seus familiares. Ao serem questionadas se realizam exames de rotina, como preventivos, afirmaram

que sim, mas, ressaltaram que já deixaram de cuidar de sua saúde por conta do trabalho e para cuidar da saúde de seus familiares.

Jasmim, em sua fala, oportunizou e salientou o fato de as mulheres sempre serem "sacrificadas", mas, evidenciou o orgulho em ser mulher, reconheceu a dependência dos homens com o sexo feminino e salientou que as mulheres estão à frente dos homens. É real e concreto o avanço das mulheres no mundo do trabalho e nas relações sociais, mas, ainda é notória a desvalorização e a falta do reconhecimento das conquistas do "Ser" mulher.

Em sua fala, Jasmim expôs que o trabalho da mulher tem sido valorizado atualmente, alegando que as mulheres conquistaram e já conseguem ter mais apoio que os homens, diferente do passado, onde as mulheres constantemente eram mantidas invisíveis. Afirmou ainda que, os progressos das mulheres provocam, muitas vezes, inveja aos homens.

> Tem. Por causa que eu sô assim, mais, faço mais frente, aí ele fica assim... e ele num faz. Aí ele ainda fala assim "Vai ocê. Que cê é muié, cê vai. Eu num vô não que eu num dô conta." Eu num sô muié? Era ele. Num é eu. Eu sô muié, ele é homi. Por isso que eu falo. Nóis tem que se orgulhá de sê muié. Num é verdade? (risos) [...] Valoriza. Hoje tão, antigamente num tinha não. Hoje tá seno valorizado. Antigamente não tinha. Hoje nós tem mais apoi. Em tudo, tudo, a muié tá tenho mais apoi de que o homi. E os homi tá morreno de inveja das muié. É tudo. Num é só um não. É tudo. Num é verdade? É. (Jasmim)

Assim como homens e crianças, as mulheres também sonham, mesmo com o extenso cotidiano e com a sobrecarga de trabalho. Elas alegam que os sonhos são os anseios e as expectativas com relação ao futuro. Mas, baseado em seus sonhos, nota-se que "a mulher aparece como um ser social especializado, cuja principal função é "ser de outros, para outros", depositando emocionalmente sua vida nos outros, ou sendo depositária da responsabilidade de garantir equilíbrio emocional do grupo familiar" (LAGARTE, 1993 *apud* RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 170).

Cristal relatou sonhar em ter a sua família perto. Nota-se que suas realizações são vinculadas com a necessidade da família, pois sonha com o futuro dos netos. É visível que vive um sonho relacionado com a família e que, inconscientemente, é realizado em torno dos "cuidados", mas que a torna feliz.

Já Jasmim, com relação aos sonhos, disse existir e que são voltados ao desejo de conseguir as coisas que precisa. Enfatizou o sonho relacionado ao assentamento e embasado na concretização do projeto da universidade. São sonhos moldados em benefício de todos. Ela não descartou a possibilidade de voltar a estudar e afirmou que acredita que nunca é tarde para conseguir e aprender, assim como aprender a dirigir.

Fica claro que os sonhos das assentadas se remetem a anseios de outros e tornam suas vidas submissas a cuidados, desmaterializando sua luta e seu reconhecimento. O sonho deixa de manifestar-se de forma pessoal e torna-se coletivo.

V Considerações Finais

A pesquisa buscou dar voz às mulheres, possibilitando a reflexão acerca dos seus papeis, especificamente, nos relacionados aos cuidados de sua saúde e da família.

As mulheres, apesar de visualizarem seu trabalho, estão constantemente ligadas ao senso comum uma vez que consideram o trabalho realizado no lote como extensão do trabalho doméstico e como ajuda.

A sobrecarga de trabalho das mulheres assentadas é ocasionada pela socialização que é construída desde a infância, culturalmente. Às mulheres é atribuída a função de "cuidar do lar" enquanto atividade referente ao trabalho doméstico, e, também, a função de "ser mãe", o que impulsiona as mulheres a não cobrarem de seus companheiros uma divisão relativa do trabalho. Há uma invisibilidade da sobrecarga, tanto no trabalho quanto no processo de luta pela terra, o que demonstra a necessidade de desconstruir a "moral" dita pela sociedade que impõe que as mulheres sejam submissas aos homens, e, que os homens são donos do trabalho produtivo e das suas esposas, mães e filhas.

Assim, colocadas como principais responsáveis pelo cuidado com a saúde de seus familiares e/ou companheiro, os cuidados relacionados com a saúde destas mulheres ficam em segundo plano. Mesmo que as reconheçam e sintam-se importantes no que tange ao trabalho feminino e masculino, elas abordam a sua rotina de trabalho sobre a ressalva da não contribuição de seu cônjuge, na perspectiva de que são "obrigadas" a responderem as demandas do trabalho.

O trabalho é sim um fator impactante na saúde das mulheres uma vez que a rotina diária restringe as mulheres de atribuir atenção para sua saúde. Permeiam-se, no cotidiano da labuta no lar e na terra, uma extensa jornada que influencia negativamente a vida e reconhecimento. Percebe-se que o trabalho camufla a existência das mulheres e o sentimento de reconhecimento e atuação na valorização de seus direitos.

Portanto, a partir da luta cotidiana das mulheres no assentamento, é necessária a implantação de políticas de saúde eficazes e que atendam as demandas das mulheres e de seus familiares, na tentativa de modificar a construção de uma sociedade desigual e que torna as mulheres interiorizadas a uma invisibilidade do trabalho. É importante a função feminina para os cuidados dos familiares, porém, as mulheres não devem se submeter a uma vulnerabilidade do seu cotidiano e, também, da sua saúde.

Concluímos a pesquisa com questionamentos a serem feitos com pesquisas futuras: será a sociedade humanamente igualitária, no processo de relação social? É necessária uma "revolução" radical das mulheres, para que os homens sejam homens de "ação", homens de "atitude" e homens que compartilham da responsabilidade, não só com o lote, mas com o lar e com a saúde dos familiares?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** – 12. Ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da universidade de Campinas, 2007.

ARGUS, A.; PIANA, M. C.; OLIVEIRA LIMA, M. J.; (orgs). **Serviço Social: trabalho e cotidiano.** São José do Rio Preto, SP: Raízes Gráfica e Editora, 2011.

BARRETO, M.; MARIA CARLOTO, C.; LUIZA COSTA, M. **Saúde das trabalhadoras.** São Paulo: SOF, 1998. 80p.

BRASIL, 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Saúde.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2012.

BRASIL, 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª Séries).** – Brasília: MEC/SEF. 436 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:** princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, 2004. **Política de Saúde para a População do Campo Ministério da Saúde.** Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/instrumento/arquivo/12_Politica_pop_campo.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2012.

BRASIL, 2006. **Conexões de Saberes:** Objetivos do Programa. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12360&Itemid=714. Acesso em: 01 junho 2012.

BRASIL, 2006. **PET**. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/graduacao/paginas/home.php?id=PET. Acesso em: 01 junho 2012.

BRASIL, 2006. **Ministério de Desenvolvimento Agrário** (MDA). Ellen F. Woortmam; Renata Menache; Beatriz Heredia (organizadoras). NEAD Especial. – Brasília: MDA, IICA, 2006.

BRASIL, 2006. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 22 de maio 2012.

BRASIL, 2010. **Ministério da Educação**. Programa de Educação Tutorial – PET. Manual de Orientações Básicas.

BRASIL, 2010. **Protocolo SIGProj**. Disponível em: HTTP://sigproj.mec.gov.br/projetos/comprovante.php?projeto_id=61923&modo=1. Acesso em: 07 maio 2012.

Brasil, 2012. **Presidência da República.** Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

BRASIL, 2013. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#titviicapiii. Acesso em: 28 Maio 2014.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, 2007.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Revista: **Estudos feministas**; Ano 2; 1994. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=trabalho+e+mulher+rural&btnG=&lr=. Acesso em: 21 outubro 2012.

CARVALHO, L. H. **As condições de vida dos assentados da região de Andradina:** a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária. 2013, 228 f. In. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal,Franca, 2013.

FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. 80 p.

FICHER, I. R.; MARQUES, F. **Gênero e Exclusão Social.** In: Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância e inclusão; exclusão e minorias. Relações de gênero. Faculdade Christus. 2 de Outubro de 2009.

FRANÇA, M.N.; PINHEIRO, M. S. F.; SILVA, A.M. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5ed. Ver. E ampl. – Uberlândia: UFU, 2006.

HIRATA, H. TEORIAS E PRÁTICAS DO CARE: ESTADO SUCINTO DA ARTE, DADOS DE PESQUISA E PONTOS EM DEBATE. In: FARIA, Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres (FARIA N.; MORENO, R. (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. p. 42 – 56.

LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andréa Butto. **Mulheres na Reforma Agrária:** A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

LOURENÇO, E. A. S. ... [et.al.] (orgs). **Saúde do trabalhador:** desafios para a seguridade social e movimento sindical. São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2012, 480 p.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico:** homens e mulheres têm condições iguais? Estudos Feministas, Florianópolis, maio – agosto, 2010.

MANIGLIA, ELISABETE. O trabalho rural sob a ótica do direito agrário: **uma opção ao desemprego no Brasil.**–Franca: UNESP – FHDSS, 2002.

MEDEIROS, L. S.; NEVES, D. P. (orgs). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. – Niterói: Alternativa, 2013.

MESQUITA, Gabriella Riad Iskandar. **Aspectos de gênero no meio rural:** revisão de literatura. – Goiânia: UFG, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. 17 ed.

NEVES; Magda de Almeida. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: precarização e discriminação salarial**. Brasília: 2011.

RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou "coordenadoras"? **As relações de gênero nos assentamentos rurais.** – Brasília: Unesco, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** – São Paulo: Moderna, 1987.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto**. Jornadas de Trabalho de Mulheres e Homens em um Assentamento do MST**. – Florianópolis: UFSC, 2004.

SANT'ANA, R. S. Trabalho Bruto no Canavial: **questão agrária, assistência e Serviço Social.** – São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Edileusa da.**O planejamento familiar na perspectiva feminina**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. – Franca: UNESP, 2007).

SILVA, E. **Mulheres assentadas e saúde:** uma análise a partir do PSF. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Serviço Social – Trabalho e Sociedade) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011.

O papel da infraestrutura urbana na promoção do desenvolvimento local: a história do sistema de abastecimento de água do município de Franca

Este artigo discute o desenvolvimento local que resulta da interação e sinergia entre qualidade de vida e eficiência econômica. A noção sobre desenvolvimento local bem como a compreensão do próprio local dentro de um contexto geral permitirão uma análise de um dos segmentos da infraestrutura, na vertente do sistema de abastecimento de água da cidade de Franca/SP para a promoção do desenvolvimento. Através de um estudo do abastecimento de água ao longo da história até os dias atuais, busca-se verificar se este serviço traz desenvolvimento à cidade. O desenvolvimento da humanidade ao longo da história sempre esteve relacionado à água que está inserida no meio ambiente. No Brasil, a infraestrutura urbana foi, até algumas décadas atrás, gerenciadas quase exclusivamente com investimentos públicos. Porém, a partir da década de 1990, com as privatizações e parcerias entre os setores público e privado, as grandes empresas nacionais e internacionais tem investido em infraestrutura através de contratos de concessão. Na cidade de Franca – SP, desde 1977 o sistema de abastecimento de água foi atendido através de uma concessão que continua até os dias atuais. Considerando que para que ocorra o desenvolvimento é necessária a promoção da melhoria das condições de vida nas cidades diminuindo a desigualdade social e garantindo a sustentabilidade ambiental, social e econômica, a proposta deste artigo é apresentar a importância desta infraestrutura. Para isso, apresenta-se um histórico do abastecimento de água, analisando criticamente como está a situação da cidade com relação a este recurso natural, que é a água, e sua preocupação com a qualidade e quantidade disponível. Por fim, o intuito deste trabalho é apresentar como se encontra a situação atual da infraestrutura relacionada ao abastecimento de água na cidade. Para tanto, será utilizada pesquisa exploratória descritiva e coleta de dados através de documentos, bibliografia e dados secundários. A pesquisa procurou sustentar que a infraestrutura urbana, neste caso, o atendimento da população com água potável, além de preservar a qualidade de vida da comunidade, auxilia na economia local proporcionando um desenvolvimento urbano aliado ao desenvolvimento local.

104-2424

Viviane Roberta Arantes
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
vivianerobertaarantes@gmail.com

Daniel Facciolo Pires
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
daniel@facef.br

Palavras-chave: Infraestrutura urbana; Sistema de abastecimento; Água potável; Desenvolvimento Local; Qualidade de vida.

Abstract: This article focuses on the local development resulting from the interaction and synergy between: quality of life and economic efficiency. The notion of local development as well as the understanding of the place itself within a general context will allow an analysis of one segment of Infrastructure, towards the water supply system of Franca city, located in SP State, in order to promote development as a whole. Through a study of water supply throughout history until the present day, we try to verify if this service has brought development to the city. The mankind development throughout history has always been related to water that is inserted into the environment. In Brazil, the urban infrastructure was, until a few decades, managed almost exclusively with public investments. However, from the 1990s, with privatization and partnerships between the public and private sectors, the major national and international companies have invested in infrastructure by concession contracts. In Franca city, SP State, since 1977 the water supply system was assured by a concession that lasts to the present day. Considering that, to occur development, it is necessary to promote the improvement of living conditions in the cities reducing social inequality and ensuring environmental, social and economic sustainability, the aim of this paper is to present the importance of this infrastructure. For these, we present a water supply history, critically analyzing how the situation of the city is regarding to this natural resource, that is water, and its concern with the quality and quantity available. Finally, the purpose of this work is to investigate how is the current situation of the infrastructure related to water supply in the city. To do so, it will be used a addressing descriptive exploratory research and collect data through documents, literature and secondary data. The research seeks to sustain that urban infrastructure, in this case, the population supplying with drinking water, in addition to preserving the community quality of life, helps the local economy by providing an urban development combined with local development.

Keywords: Urban infrastructure; Supply system; Drinking water; Local Development; Quality of life.

Introdução

O desenvolvimento da humanidade ao longo da história sempre esteve relacionado à água que está inserida no meio ambiente. "Este é considerado como composto por meio ambiente natural (biosfera e homem) e meio ambiente social (infraestrutura, sistema social, sistema político, etc.)" (TELLES, 2013 p.29). De acordo com este autor, o ser humano precisa da água tanto quanto de oxigênio, e, a inobservância com relação à água potável, o saneamento e às inundações (esgotos pluviais), causam mortes e atravancam o desenvolvimento de uma sociedade.

As condições do saneamento básico do País junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para a prestação de serviços nos 5 565 municípios do Brasil apresentam um cenário preocupante. Esta análise feita pelo IBGE através do Atlas de Saneamento 2011 apresenta as condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população brasileira (IBGE, 2011).

A água sempre esteve associada à vida e durante séculos foi considerada um recurso infinito. Apesar das controvérsias sobre o assunto, ela continua em mesma quantidade no chamado ciclo hidrológico, alterando as suas formas físicas, bem como a qualidade em que é disposta no ambiente. Devido a importância da água no meio em que vivemos, a partir de novembro de 2013 através de um decreto assinado pela atual Presidente da República, passou a fazer parte do saneamento básico, além das redes urbanas de água potável e de esgoto, as águas pluviais as quais estão contidas neste ciclo de sobrevivência de uma comunidade. É desta água, abastecida pelas chuvas que tem início o sistema de abastecimento. A forma como lidamos com estes três setores do saneamento é que pode ser benéfico ou acarretar grandes problemas à infraestrutura urbana como um todo. Em suma, trata-se de uma contradição, onde, enquanto os esgotos e as águas pluviais, de uma comunidade, "sujam" as águas dos rios, esta mesma comunidade precisa da água potável (limpa) captada destes mesmos rios para sua sobrevivência.

Assim como no século 19, o foco dos estudos foi dos Impérios e o século 20 das Nações, no século 21 os olhos estão todos voltados às questões urbanas tendo nos dias atuais, a cidade como foco dos estudos. As cidades estão crescendo e as megacidades são o futuro do Planeta Urbano onde devem ser criadas oportunidades de renovação e melhoria da qualidade de vida e não somente vislumbradas como problema. Braga filho (2009) assevera que de 1940 a 2000 a população do Brasil quase quadriplicou incorrendo na concentração da população na área urbana. Ele aporta tal fato devido à crescente migração rural-urbana a qual, com o aumento excessivo desta população urbana, maior a necessidade de adequação dos serviços urbanos agravando as questões inclusive de saneamento das cidades.

Observando os preceitos sanitaristas, quanto mais populoso for um município, maior deve ser o enfoque ambiental não só com a manutenção, mas com a recuperação de ambientes saudáveis promovendo, através da infraestrutura urbana, um ambiente capaz de atender a população em suas necessidades. Desta forma, tem início a ideia de gestão do sistema de saneamento das cidades respeitando tanto o ambiente interno (malha urbana) quanto o externo (efluentes gerados). Já que as cidades se formam pelos equipamentos de saneamento, estes, além de preservar a qualidade de vida da comunidade, devem proporcionar um crescimento com desenvolvimento local social, econômico e urbano.

No Brasil, a infraestrutura urbana foi, até algumas décadas atrás, gerenciadas quase exclusivamente com investimentos públicos. Porém, a partir da década de 1990, com as privatizações e parcerias entre os setores público e privado, as grandes empresas nacionais e internacionais tem investido em Infraestrutura através de contratos de concessão.

O intuito deste trabalho é apresentar como se encontra a situação atual da infraestrutura relacionada ao abastecimento de água na cidade. Para tanto, será utilizada pesquisa exploratória descritiva e coleta de dados através de documentos, bibliografia e dados secundários. A pesquisa procurou sustentar que a infraestrutura urbana, neste caso, o atendimento da população com água potável, além de preservar a qualidade de vida da comunidade, auxilia na economia local proporcionando um desenvolvimento urbano aliado ao desenvolvimento local.

1. Desenvolvimento Local

Para Buarque (2002, p. 25), desenvolvimento é um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

A água é uma necessidade básica de qualquer comunidade, esta infraestrutura específica, se corretamente dimensionada e distribuída de forma igualitária e salubre, agrega além de melhor qualidade de vida da população, redução dos desperdícios e gastos com saúde pública.

O local enquanto espaço e território que reproduzem a lógica do capital caracteriza-se, segundo Santos e Rodríguez (2002) pela produção, ainda que em escala mais reduzida, de desigualdade de recursos e poder; de formas de sociabilidade empobrecidas produzidas pela concorrência e pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo; e finalmente, pela exploração crescente dos recursos naturais.

Podemos então vislumbrar questões negativas e positivas referente a questão de governança no âmbito do desenvolvimento local: Uma consiste na crise do modelo de desenvolvimento ainda dominante, cujas características

excludentes e concentradoras ligam-se fortemente a um padrão de fomento baseado na oferta centralizada. E outra, está no reconhecimento de que os novos caminhos estão efetivamente abertos e as estratégias e os experimentos de desenvolvimento sob outros padrões estão de fato em curso, com todas as dificuldades e todos os entraves ainda existentes.

Franco apud Martinelli (2004. p.53) observa que todo desenvolvimento é local, seja ele um distrito, uma localidade, um município, uma região, um país ou uma parte do mundo. Complementa que a palavra local não deve ser sinônimo de pequeno e não se refere necessariamente à diminuição ou redução. Ele entende que existe uma dúvida acerca do verdadeiro sentido em citar desenvolvimento local. Uma sociedade deveria ser considerada desenvolvida quando passa a viver melhor aperfeiçoando a vida de seus membros.

O "local" aqui discutido, não se refere ao tamanho, mas abarca o conjunto de relações que existem em um determinado ambiente territorial, seja ele uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades deste território. Neste trabalho entenderemos como local a cidade de Franca.

1. Água, o crescimento das cidades e a escassez

As cidades em crescimento e desenvolvimento devem se preparar, criando oportunidades de renovação e melhoria da qualidade de vida.

As cidades estão cada vez mais populosas necessitando cada vez mais de água potável. A região metropolitana de São Paulo, por exemplo, está com seu sistema de abastecimento comprometido. Para melhor exemplificar a situação, segue um breve histórico dos acontecimentos: o abastecimento desta região se dá através de oito grandes complexos: o sistema Alto Cotia que fornece 1,2 metros cúbicos por segundo (m^3/s), Baixo Cotia com 0,9 m^3/s, Alto Tietê com 15 m^3/s, sistema Cantareira, o maior, fornecendo 33 m^3/s, Guarapiranga com 14 m^3/s, Ribeirão da Estiva com apenas 0,1 m^3/s, Rio Claro 4 m^3/s, e Rio Grande com 5 m^3/s. No total estes sistemas são responsáveis por uma produção de 73,2 mil litros de água por segundo (SABESP, 2014).

Para que estes, ou quaisquer outros sistemas funcionem, eles dependem da chuva e da ação do homem. No chamado Balanço hídrico, a quantidade de água disponível no sistema é a mesma, porém, em estados físicos diferentes e, pela infiltração, impermeabilização do solo e a ação do vento, ela pode estar em menor ou maior quantidade numa determinada região. Quando não acontece a chuva nos locais de captação de água, a região enfrenta problemas no abastecimento. Além disto, a falta de previsão e ação por parte das autoridades, bem como a ocupação irregular nas áreas de proteção dos mananciais, o uso descontrolado da água e a poluição dos rios, acabam interferindo negativamente neste balanço.

Atualmente, as notícias mais próximas a nós estão voltadas ao abastecimento de água da Grande São Paulo através do sistema Cantareira, o qual está sendo observado diariamente devido a sua escassez histórica. Desde o dia 15 de maio deste ano que o sistema está operando utilizando seu volume morto. Para que fique mais claro, o volume morto de uma represa fica abaixo do volume útil, abaixo do nível mínimo operacional de um reservatório, ou seja, é o volume onde ocorre a deposição das areias e sujeiras que vem na água e passam pelas grades da caixa de entrada (Sabesp, 2014). Fica mais caro para tratar esta água. Mesmo antes deste evento de seca histórica, São Paulo já se programava para buscar água a 100 Km de distância.

De acordo com o Atlas da Água de Clarke e King (2008), "as populações estão ficando cada vez maiores e mais sedentas." Seu estudo mostra que cerca de 500 milhões de pessoas vivem em países com escassez de água. Complementa que devido ao crescimento populacional desenfreado nos países com pouca água, agravará ainda mais esta situação.

No Brasil, as regiões de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro também enfrentam problema de déficit de água e precisam fazer importação de bacias vizinhas. Este problema é enfrentado por vários outros locais, onde a capacidade de abastecimento está chegando ao limite e a solução está sendo buscar novas alternativas de captação da água.

No interior não é diferente, o problema existe, porém, em proporções menores. As cidades estão tendo que buscar água cada vez mais longe para atender às suas necessidades.

Uma cidade interiorana de relevante importância para a região, no que se refere ao poder econômico, Ribeirão Preto, de acordo com o DAERP (2012) possui 103 poços artesianos ativos, a qual tem o privilégio de possuir o aquífero com maior reserva de água subterrânea do mundo, o Guarani, que é afloram-te, ou seja, a rocha chega à superfície para recarga. Mesmo assim, está também mesclando o abastecimento que foi até então subterrâneo, para a captação superficial como forma de complementação do sistema (DAERP, 2014).

O município de Franca, localizado no interior do estado de São Paulo com cerca de 318.640 habitantes (IBGE, 2010) é conhecida como a capital nacional do calçado masculino. É a 74ª maior cidade brasileira. Possui mais de 1000 indústrias de grande e médio porte e, é referência de cidade com quase 100% de água e esgoto tratado, representando assim um município de relevante importância a ser analisado quanto ao gerenciamento do seu sistema de abastecimento de água.

Franca, hoje, tem seu abastecimento através da captação superficial no Rio Canoas e o Pouso Alegre, está em processo de início de obras para ir buscar água no Rio Sapucaí a aproximadamente 30 km da cidade, sendo que

recentemente perfurou um poço artesiano em município vizinho para auxiliar o abastecimento que já está tendo problemas (SABESP, 2014). Ou seja, está mesclando entre captação superficial e subterrânea.
Para tanto, urge uma pesquisa mais aprofundada da real situação do sistema de abastecimento de água em Franca e sua relação com o desenvolvimento urbano da cidade.
Através da pesquisa bibliográfica a ser apresentada, buscamos apontar as abordagens do saneamento, no que se refere o abastecimento de água, impactando o meio ambiente e consequentemente o desenvolvimento urbano. Para se comparar a evolução histórica da cidade de Franca, devemos compreender como ocorreram as soluções para o atendimento a população com água em quantidade e qualidade suficientes ao longo da história na sequência Mundo, Brasil e por fim, da cidade.

2. Evolução histórica da água de abastecimento

"Se queres prever o futuro, estuda o passado."
Confúcio[84]

História significa conhecimento através da investigação e essa é uma palavra de origem grega "**historie**". Por isto, vamos, neste capítulo, investigar o que aconteceu ao longo da história no que se refere à utilização da água para abastecimento da população, assim como a sua relação com a qualidade de vida e os benefícios gerais que esta ação trouxe para a sobrevivência em comunidades.
Assim que o homem passou a ser sedentário, viver em comunidades e viver instalados em um lugar fixo, para garantir sua sobrevivência e buscando a produtividade necessária para o atendimento destas comunidades, buscavam sempre um local próximo aos cursos d'água. Desta forma, podiam manter a criação de animais e as atividades agrícolas necessárias para se estabelecerem por mais tempo no local onde tinham um clima bom, uma caça farta, ou seja, toda a infraestrutura para tornar a vida um pouco melhor e mais cômoda. Estas comunidades se transformaram em vilas e em cidades e com isto cresceu a necessidade da compatibilização da oferta e demanda da água.
Os primeiros documentos escritos da humanidade, obra dos sumérios de aproximadamente 4.000 a.C. continham instruções sobre a irrigação de lavouras dispostas em terraços. Na civilização egípcia, o fluxo do Nilo era controlado por meio de um dispositivo administrativo, gerindo as relações entre as partes à montante[85] e à jusante[86] do rio, e projetando os níveis d'água durante os períodos anuais.

2.1 A água de abastecimento no mundo

O abastecimento da população para consumo, banhos, cocção, etc..., era realizado diretamente nas fontes de captação, ou seja, rios, lagos e poços razos, mas se dava de forma individualizada.
Existem vestígios de obras hidráulicas datados de 4.000 a 3.000 a.C. no Egito, lraque, Índia, Paquistão, Turquia e China (ROBERSON, CASSIDY E CHAUDHRY apud BAPTISTA e LARA, 2012, p. 26). Um dos mais antigos conhecidos são alguns complexos sistemas de canais de irrigação e de navegação, construídos pelos Sumérios, na Mesopotâmia e no Egito, onde ruinas de canais de irrigação pré-históricos ainda existem (MAYS apud TSUTIYA, 2006, p. 2). Estes canais constituíram o marco fundamental da civilização Suméria (BAPTISTA e LARA, 2012, p. 26).
Através das descobertas arqueológicas, extima-se que a civilização acadiana se extinguiu devido à seca do Tigre e do Eufrates. Liebmann (1979) descreve que várias civilizações, em função de desequilíbrios ambientais, entraram em decadência. Um exemplo disto são os Maias que teriam abandonado suas cidades, provavelmente, pela carência de água e erosão do solo provocadas pela destruição da mata primitiva. O autor relata ainda que as pirâmides tinham canos em suas bases que eram utilizados para captação da água proveniente da condensação e das chuvas e aproveitadas para o abastecimento de água. Os canais eram cobertos por tampas e os canos, conduziam a água para cisternas impermeabilizadas de alvenaria construídas com um aglutinante similar ao cimento, assim como as técnicas utilizadas pelos povos mediterrâneos.
De acordo com Tsutiya (2006), a Cidade de Knossos, na ilha de Creta, por volta de 3000 a. C. era a maior cidade da região, e, por volta de 1700 a 1450 a. C. existem relatos que foram utilizados, ao invés de canais superficiais para condução da água, sistema já utilizado em outras civilizações, condutos circulares sob pressão para distribuição de água para a cidade e para o palácio. De acordo com Mays (2010. p. 2), o relato mais antigo de abastecimento de água por sistema de tubulação pressurizada foi a 2000 a. C. em Knossos.
Percebia-se já naquela época que quanto maior a cidade ia se tornando, para que se desenvolvesse, uma das principais ações era o aprimoramento do sistema de abastecimento de água.

[84] pensador e filósofo chinês do Período das Primaveras e Outonos.
[85] Diz-se de um ponto que fica acima de outro com relação à direção do fluxo de um Rio.
[86] O contrário da montante, Diz-se de um ponto que fica abaixo de outro com relação ao fluxo de um Rio.

Entre 2000 e 200 A.C, existem ainda ruínas de antigos sistemas de abastecimento de água construídos na região de Anatólia, também chamada de Ásia Menor, atualmente parte da Turquia, incluindo tubulações, canais, túneis, sifões invertidos, aquedutos, reservatórios, cisternas e barragens.

Figura 1: Antigas tubulações de água encanada da cidade de Mileto na Ásia Menor

Fonte: Fotos de Gravatá, 2008.

No século IV a.C., os romanos construíram importantes obras hidráulicas. Em Roma, nesta época, havia 856 banhos públicos e 14 termas, onde o consumo de água era de 750 milhões de litros por dia, conforme Liebmann (1979). A esse respeito escreve Grimal (1990):

> Em Roma, o problema da água ocorreu [...] ao fim do século IV a.C., [...] 441 anos após a sua fundação. Durante estes quatro séculos e meio, os romanos estavam satisfeitos com a água de seu rio, o Tibre, dos poços escavados na parte baixa da cidade, além das cisternas alimentadas pelas chuvas e construídas [estrategicamente] sobre as colinas[...]. A localização de Roma era favorável sob este aspecto, mas os vales entre as colinas eram úmidos [...onde] vários córregos escoavam [...] (GRIMAL, 1990, p.97).

Numa análise feita por Baptista e Lara (2010) os gregos foram grandes pensadores e inovadores. Seus feitos ficavam mais no plano intelectual do que em as atividades manuais. Na Grécia Antiga, apenas o que era estritamente necessário das obras de engenharia, eram construidos pelos escravos, somente se empenhavam em realizações arquitetônicas. Já os romanos, aproximaram-se mais do enfoque de construção do que da criação intelectual.

Os Romanos construíam aquedutos para o abastecimento de água. Traziam água de mananciais sem a poluição dos efluentes de esgotos, reservavam em reservatórios chamados castellum e depois distribuíam para as residências dos ricos e para as termas e chafarizes. Tinham onze aquedutos, totalizando 502 quilômetros de extensão e vazão de 13,05 m^3/s. O primeiro a ser construído, com 16 Km e vazão aduzida de 0,845 m^3/s, foi o de Aqua Appia, feito no ano 312 a.C. por Appius Claudius e C. Plautius, e, o maior deles foi o aqueduto de Aqua Marcia com 91 Km de extensão conduzindo 2,17 m^3/s de vazão (Swansea University; Bowdoin College, apud HESPANHOL, 2008). Enquanto os ricos recebiam água em suas residências, a população mais pobre só podia retirar água das fontes públicas mediante o pagamento de uma taxa.

Figura 2: Fotos de ruinas de Aquedutos romanos

Fonte: ALEM SOBRINHO (2011)

Telles (2013) em sua publicação revela que, ainda no começo do Século XXI, levantamentos identificaram uma grande quantidade de pessoas que morrem por causas atribuídas à precariedade do atendimento das necessidades mínimas de água, esgoto e higiene.

2.2 A água de abastecimento no Brasil

No Brasil, a primeira cidade a ter sistema de abastecimento de água foi o Rio de Janeiro, que em 1561 teve um primeiro poço escavado, por Estácio de Sá e em 1673 teve início às obras de adução de água para a cidade. Em 1723 foi construído o primeiro aqueduto do Rio de Janeiro, aduzindo águas do rio Carioca através dos arcos velhos até o chafariz público. Em 1750 era construído o aqueduto do Carioca, hoje chamado Arcos da Lapa, com 13 km, através dos arcos novos mostrados nas figuras 3 e 4 abaixo. Em 1810 a cidade contava com mais de 20 chafarizes públicos e em 1860 o sistema de abastecimento de água distribuía 8 milhões de litros por dia. Apenas em 1876 foi contratado o projeto para o primeiro sistema de abastecimento de água encanada do Rio de Janeiro (Azevedo Netto, 1984).

Figura 3: Descrição da Cena da Lapa e Aqueduto da Carioca em 1790, atualmente chamado Arcos da Lapa.

Fonte: JOAQUIM, Leandro. 2014. Adaptado pela autora.

Figura 4: Arcos da Lapa nos dias atuais.

Fonte: PORTO, Nelson. 2014. Adaptado pela autora.

Em São Paulo, o primeiro chafariz público foi construído em 1744, quase dois séculos após sua fundação em 1554, e, em 1746 foram construídas pequenas linhas adutoras para abastecer os conventos de Santa Tereza e da Luz. Em 1842 foi elaborado o primeiro projeto de adução e distribuição de água para a cidade que até então era servida por chafarizes públicos.

Outros sistemas de abastecimento de água executados no Brasil, ainda no século 19, citadas por Azevedo Netto (1984) foram: Porto Alegre em 1861; Santos em 1870; Campos, RJ, em 1880; Campinas, SP, em 1891; Bofete, SP, em 1892, com a perfuração do primeiro poço profundo no Brasil e em Belo Horizonte, MG, em 1897, juntamente com a inauguração da cidade, foram instalados os sistemas de água e esgoto.

2.3 História da água de abastecimento em Franca - SP

Antiga povoação de Nossa Senhora da Conceição da Franca e do Rio Pardo no Município de Mogi Mirim, em 1805 teve a denominação de Freguesia Franca, em 1821, Vila Franca d'El Rey, em 1824, Vila Franca do Imperador emancipada de Mogi Mirim e só em 1856 foi denominado Franca (FOLLIS, 2012).

O município de Franca, localizado no interior do estado de São Paulo com cerca de 318.640 habitantes (IBGE, 2010) é conhecida como a capital nacional do calçado masculino. É a 74ª maior cidade brasileira. Possui mais de 1000 indústrias de grande e médio porte e, é referência de cidade com quase 100% de água e esgoto tratado, portanto, representa assim um município de relevante importância a ser analisado quanto ao gerenciamento do seu sistema de abastecimento de água.

A primeira tentativa de implantação de um sistema de abastecimento público de água na cidade foi em 1.873. Não se sabe se chegou a ser implantado. (SILVA JÚNIOR, 2014)

Franca, ao longo de sua história, teve problemas com abastecimento de água devido a seu relevo e altitude elevados.

Silva Júnior (2014) relata que em 1.891 o Dr. Caldas foi contratado pela municipalidade e tentou a captação da magnífica água potável das Candeias, a fim de canalizá-la em chafarizes públicos e torneiras particulares. De fato conseguiu trazê-la com alguma facilidade. Tanto assim que a população da cidade em peso manifestou-lhe o seu grande contentamento. A sua inauguração foi festivamente aclamada. Mas por imperícia na execução do encanamento ou por pouca sorte do povo, a água correu por alguns dias somente. Secaram-se de vez torneiras e chafarizes. E com a água desaparecida sumiu, também, o engenheiro Caldas, do qual não se teve mais notícias. Voltava-se a estaca zero. Desânimo, desilusão e descrença popular. Passaram-se dias, meses e anos e a população continuou a valer-se de cisternas e da água vendida em barris pelos aguadeiros.

Conforme Follis (2012), em 1893 a responsabilidade pelo serviço sanitário passou a ser dos municípios, e, com isto, houve uma maior cobrança pelos serviços. O primeiro sistema de abastecimento comprovado através de documentos foi em 1.894 com a proposta da Lidgerwood Manufacturing C.º para implantação de um sistema de água com o aproveitamento da cachoeira dos Bagres, colocação de 15 chafarizes e 34 ligações de água por 130 contos de réis.

O mesmo autor afirma que nas primeiras décadas do século XX houve um crescimento da população urbana de Franca e com isto a necessidade da implantação dos equipamentos públicos coletivos. Franca reverteu parte das verbas para esta implantação, e, o abastecimento de água foi o primeiro a receber atenção do poder público devido a sua relação com a saúde e higiene da população. Porém, as obras foram realizadas por pessoal não qualificado que além de utilizar mananciais de baixa capacidade, a parte de tubulações e de sistemas de abastecimento, aliados a deficiência no fornecimento de energia elétrica, se mostraram bastante precários.

Os vereadores em 1894 aprovaram a criação de um novo imposto municipal (ACM[87], 7.7.1897, p. 77-8) para, assim, criar uma verba para investir em abastecimento público de água. Em 1895, o vereador major Antônio Nicácio da Silva Sobrinho, sem qualquer formação na área e sem concorrência pública, executou uma canalização de uma pequena nascente até o Largo da Matriz obtendo, na mesma situação supracitada, a concessão no ano seguinte para explorar esta água por vinte anos ficando obrigado a fornecer dez chafarizes e uma "pena d'água" À cadeia pública da cidade (LRDP[88], 10.1.1896; ACM, 10.1.1896, p.152).

Em 1.897 temos o primeiro sistema de água com documentação confiável onde Major Nicácio constituiu uma empresa privada e implantou um sistema de água com vários chafarizes e 120 ligações de água ao custo de 120 contos de réis. (SILVA JÚNIOR, 2014)

Neste ano a empresa Nicácio inaugurou um reservatório de água no quarteirão entre as Ruas Santos Pereira e Francisco Barbosa.

Entre 1.897 e 1.902 segue trechos da defesa do Major Nicácio contra seus opositores e falando do risco que sua empresa estava sujeita:

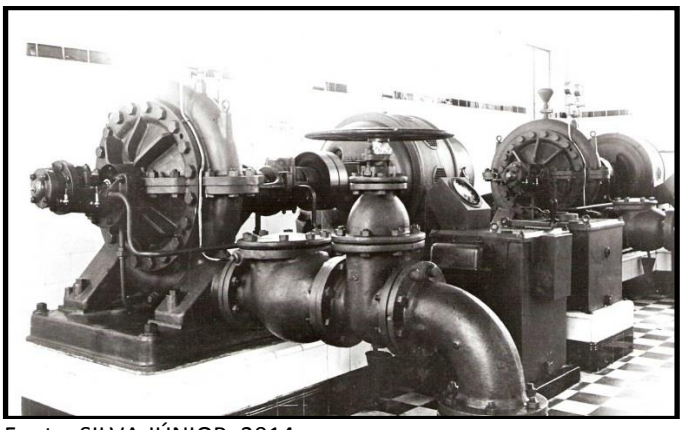
> "... instituí a minha custa um chafariz público que veio suavizar as dificuldades da população pela deficiência enorme desse elemento vital, já pelas condições topográficas, já pelas climatológicas, que influem de um modo extraordinário na diminuição do volume d'água nos raros e deficientes regatos que circundam Franca. Tão insignificante é o volume d'água desses mananciais que, há quarenta anos, as municipalidades de Franca têm pretendido organizar a sua canalização e baldados têm sido os esforços empregados. Já vemos que, realmente era para desanimar, a quem não fosse arrojado e amante do lugar onde nasceu e onde nasceram seus filhos, a ideia de dotar Franca do mais útil e mais imprescindível fator de progresso e comodidade vital." (NICÁCIO apud SILVA JÚNIOR, 2014)

[87] ACM – Atas da Câmara Municipal de Franca de 1889 a 1937 (MHMF – Museu Histórico Municipal de Franca).

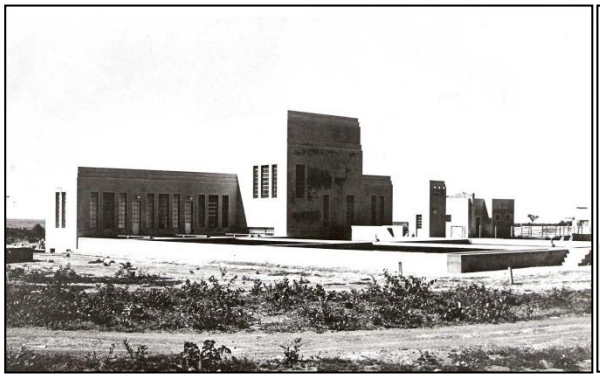
[88] LRDP – Livros de Registros e Diversos Pareceres da Câmara Municipal de Franca – Obras Públicas de 1887 a 1908 (Museu Histórico Municipal de Franca).

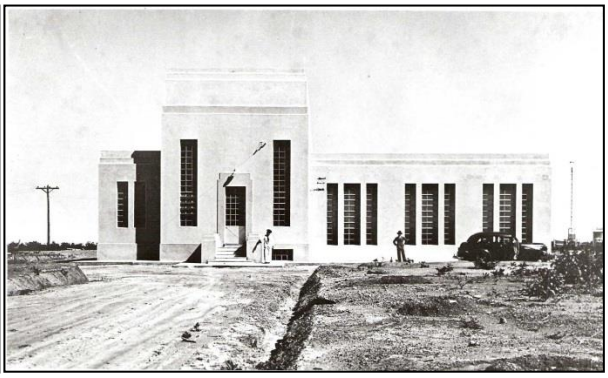
Na época Franca contava com 5.252 habitantes sendo 4.301 brasileiros e 808 italianos, dos quais 2.991 analfabetos.
Com a morte de Major Nicácio aos 43 anos de idade em 1899, os serviços de abastecimento de água foram paralisados e, em 1.902 ocorreu a venda da empresa do Major Nicácio à Municipalidade pelos seus herdeiros por 65 contos de réis, em vista de sua morte aos 43 anos de idade.
Em 1903, foi elaborado um relatório pelo Engenheiro José Maragliano a pedido da Câmara Municipal sobre a situação do saneamento da cidade que já naquela época, com uma população de 8000 habitantes, apresentava preocupação com o desenvolvimento da cidade e o aumento acelerado da população; com altitude com relação ao mar; com o desnível desfavorável entre manancial e área a ser atendida; e também com a qualidade e quantidade de água a ser fornecida a população.
No ano de 1909 foi apresentado à Câmara dos Vereadores outro relatório, com a finalidade de ampliar o sistema de abastecimento de água e atender uma região mais alta da cidade. Na ocasião apenas a parte mais baixa da cidade possuía abastecimento através da captação nas nascentes da Nicácio e do Taveira que eram os donos das áreas. O engenheiro Joaquim M. de Amorim Carrão, responsável pelo relatório, a pedido do prefeito da época, Sr. Coronel Martiniano de Andrade, antes mesmo de finalizar seus estudos, devido a falta d'água do momento e em caráter de urgência, sugeriu a captação em três nascentes da chácara do Sr. Francisco Garcia a 2400 metros da cidade. Com esta manobra ele duplicou a capacidade de abastecimento, porém ainda não atingiu a parte mais alta da cidade.
O primeiro projeto completo de abastecimento de água e coleta de esgoto foi entregue quatorze anos depois, em 1913. Nesta época a cidade já contava com 10000 habitantes. Apenas após este projeto que a parte mais alta da cidade passou a ser atendida pelo sistema de abastecimento com a utilização de bombas e com a instalação de um reservatório com capacidade de 300 metros cúbicos de água.
A década de 20 não possui registro de novos projetos permanecendo o sistema até então executado apenas com alguns reparos e adequações.
Em 1.934, vinte e um anos depois do último projeto, foi elaborado um levantamento, pelo Departamento de Administração Municipal, do sistema de abastecimento de águe e coleta de esgotos da cidade de Franca que possuía: as captações nos córregos Taveira e Fonte Nicácio com dois reservatórios de 1.000 m^3; a captação no córrego Urias com a elevação da água para o reservatório na estação da estrada de ferro; a captação no córrego Pouso Fundo; o recalque, elevação da água, para o Miramontes do córrego Covas; o recalque para reservatório de 1.000 m^3 onde hoje é a estação de tratamento de água (ETA) de Franca, onde a água recebia desinfecção e a adução para reservatório de 1.000 m^3 onde hoje é a Prefeitura (SILVA JÚNIOR, 2014).
Surgiu então a necessidade da expansão dos mananciais para o norte e a montante da cidade preservando a qualidade. A primeira estação de tratamento de água completa foi implantada apenas no final da década de 30.
Em 1.936 através de um projeto do Departamento de Administração Municipal ocorreram profundas alterações nos sistemas de água e esgoto, tais como: a nova captação no Córrego Salgado (São João); a desativação de pequenos sistemas; a Integração do sistema de distribuição; o projeto de uma única estação de tratamento de água, onde hoje é a estação de tratamento de água (ETA) atual de Franca; o projeto da estação de tratamento de esgoto; e as obras implantadas pela conhecida GEOBRA, concluídas no início da década de 40.
Figura 5: Barragem do Córrego Salgado - 1.939.

Fonte: SILVA JÚNIOR, 2014.
Figura 6: Elevatória de água bruta – captação do Córrego São João – 1939.



Fonte: SILVA JÚNIOR, 2014.
Figura 7: Construção da ETA Redentor – Franca –SP – 1939.





Fonte: SILVA JÚNIOR, 2014.

Em 1.953 através de um projeto de Cyro Bernardes Souza, foram feitas melhorias na ETA e ampliação do sistema São João agregando o Córrego Grimaldi como novo manancial. Em 1.958 através do projeto contratado da firma ESE - escritório de serviços de engenharia, com parte deste projeto, foi executada uma nova captação no Córrego Bananal na bacia do Pouso Alto, bem como a ampliação da estação de tratamento de água e a ampliação geral do sistema. Foi feita uma análise mais aprofundada da população de projeto levando em consideração o crescimento populacional. Estimaram-se com este projeto que a população em 1977 seria de 85 mil pessoas.

Com base nos projetos apresentados, em 1903 a população Francana era de 8000 habitantes; em 1913, foi considerado no projeto do engenheiro José Maria Mendes 10 mil habitantes; o censo indicava 18072 habitantes em 1934; 20568 em 1940 e 27715 em 1950 conforme indicado em projeto acima.

Observa-se que, utilizando o método aritmético citado, em 1977 como previa o projeto, a população seria de 126626 utilizando os censos de 1970 e 1980 como base, e não de 85 mil pessoas. Este projeto teve sua validade antecipada, ou seja, antes de 1970 ele já não atendia à população.

Nas décadas de 60 e 70 a Prefeitura Municipal de Franca gerenciou o sistema de saneamento da cidade através de seu departamento denominado SAEF. Nesta época ocorreu um brutal aumento do índice de crescimento da cidade, sendo necessária a implantação do sistema Pouso Alegre de captação e o projeto de aproveitamento de água do Rio Canoas com adução via sistema Pouso Alegre. Devido a grande dificuldade do município para acompanhar o ritmo de crescimento em que a cidade se encontrava, surgiu a opção do município em terceirizar o serviço a uma empresa especializada, a SABESP.

A empresa SERETE S.A. engenharia, em maio de 1.976, foi contratada e elaborou um relatório técnico preliminar do Sistema de Água de Franca – RTP para definir valores e metas. O estudo previu a população futura para vinte anos, até o ano de 1996. Nesta época, a população urbana considerada para o ano de 1996 era de 310 mil habitantes e a população abastecível era de 248 mil habitantes devido aos problemas existentes com relação ao sistema e aos mananciais utilizados. Em 1996, conforme censo do IBGE (2014), a população foi de 265583 comprovando que o problema com o sistema de abastecimento da cidade era real.

O relatório indica que houve a tentativa de utilização de água de poço artesiano, porém o órgão responsável, o DAEE – departamento de água e energia elétrica do Estado de São Paulo, não obteve sucesso, pois com grande profundidade e vazão insuficiente para atender a população da época, ficava inviável sua utilização para este fim.

A Sabesp assumiu os serviços de água e esgotos no município de Franca em março de 1977. No final da década de 70 e início da de 80 elaborou um projeto para atender a população por mais 30 anos, houve então a Implantação do Sistema Canoas de captação e ampliação do sistema de tratamento e distribuição de água da cidade e aos poucos os sistemas de captação com baixa vazão foram sendo desativados.

Na década de 90, o último sistema a ser desativado por ser absorvido pela zona urbana foi o Pouso Alegre restando apenas a captação do Rio Canoas (Figura 8) e a ampliação do sistema Pouso Alegre. Até 2013, estes dois foram os únicos meios de abastecimento de água à população francana com 260 l/s do Pouso Alegre e 830 l/s do Canoas totalizando 1090 l/s (SABESP, 2014).

Figura 8: Barragem de captação de água do Rio Canoas.

Fonte: SABESP, 2014.

Esta vazão de 1090 l/s é suficiente para abastecer uma população de 261600 habitantes no horário de pico. Em 2006 foi elaborado novo projeto para ampliação do sistema analisando várias alternativas com a validade de projeto de 2006 a 2036, novamente por 30 anos no período de concessão. O mais viável foi buscar água no Rio Sapucaí e executar uma nova estação de tratamento de água com 31.630 metros de adução, fornecendo mais 1023 l/s de água tratada para a cidade. Apesar da previsão para conclusão das obras terem sido para 2011, este sistema está em fase se execução (SILVA JÚNIOR e SABESP, 2014).

O novo sistema de abastecimento de água propõe garantir o abastecimento de água em nossa cidade por mais 30 anos. Com esta nova captação, bairros localizados na área sul e sudeste, como Santa Bárbara, Aeroporto, Jardim Noêmia, Jardim Lima, Parque Progresso, Villagio di Firenze, dentre outros, terão seus reservatórios de água abastecidos por este novo sistema.

Considerações Finais

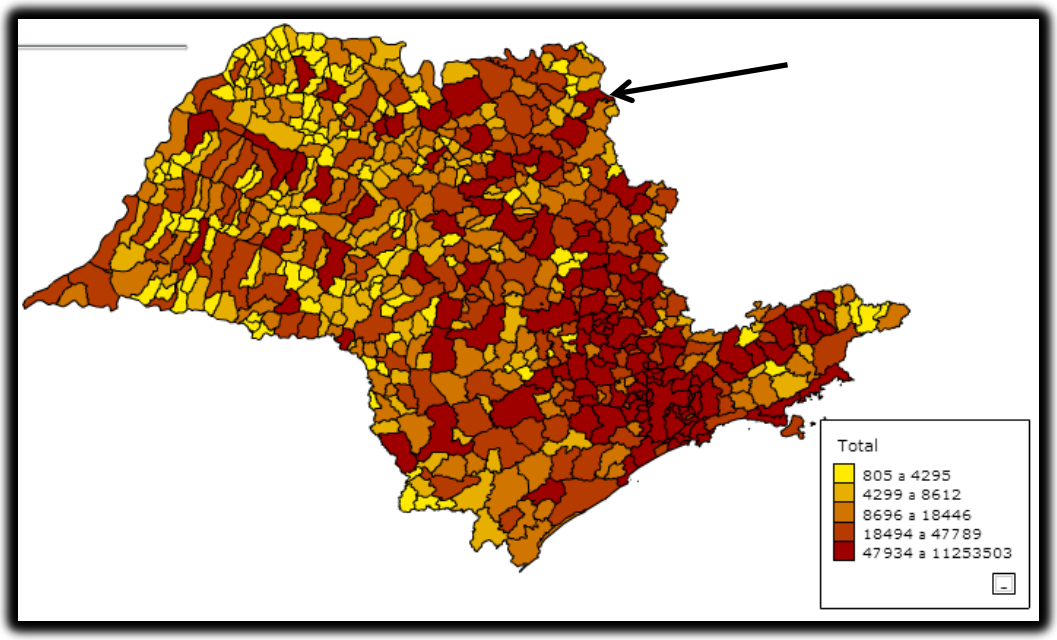
O sistema de abastecimento de água na cidade de Franca, conforme descrito no item 3.3, passou por várias etapas difíceis ao longo dos anos devido ao seu relevo acentuado, bem como pela altitude de Franca com relação aos mananciais e ao aquífero (SABESP, 2014).

A região de Franca está a aproximadamente 250 metros acima do Rio Sapucaí, o novo manancial a ser utilizado por Franca para abastecimento da população. Com relação ao aquífero, ao contrário da cidade de Ribeirão Preto que está em situação bastante favorável, Franca, além de distar 550 metros do nível dinâmico, de água, do arenito Botucatu, seriam necessários 19 poços para atender a ampliação necessária do abastecimento da cidade.

Esta análise comprova e reforça a inviabilidade encontrada no projeto realizada pela SERETE S.A. engenharia no ano de 1976 quando iniciava a concessão da SABESP.

Porém, a cidade sofria pressões constantes para as soluções no abastecimento ao longo da história, e, com isto, ocupa hoje, de acordo com o instituto trata Brasil, o primeiro lugar no ranking de saneamento do País e a vigésima primeira maior cidade do estado de São Paulo. Neste estudo com base nos dados fornecidos pelo sistema nacional de informações sobre saneamento (SNIS), revela que Franca tem cem por cento de atendimento com água e esgoto, e com relação a estes serviços, obteve a maior nota entre os seis primeiros. Possui a quarta maior tarifa cobrada, porém, quando o item analisado foi o investimento versus arrecadação, a nota foi uma das piores. Este fato merece ser investigado e analisado, ao passo que tal atitude pode ser um fator agindo contra o desenvolvimento da cidade que conforme mapa abaixo demonstra estar entre as maiores cidades do Estado.

Figura 9: Mapa do Estado de São Paulo - densidade demográfica dos Municípios



Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora

A cidade ao longo dos 107 anos que temos conhecimento da população teve em seus 67 anos uma curva ascendente de taxa de crescimento anual, chegando ao auge de crescimento em torno dos anos 70 e 80, quando teve início a concessão SABESP em 1977.

Tabela 1: taxa de crescimento populacional anual em porcentagem.

Ano	P	Tx. Cresc. Anual (%)
1903	8000	
1913	10000	2,26
1934	18072	2,86
1940	20568	2,18
1950	27715	3,03
1970	88130	5,95
1980	143125	4,97
1991	233.098	4,53
1996	265.583	2,64
2000	287.737	2,02
2007	319.094	1,49
2010	318.640	-0,05

Fonte: IBGE adaptado autora, 2014.

Há muito que investigar, e, a contar com os últimos acontecimentos com relação à água no mundo, onde séries históricas estão tendo seus recordes quebrados, como é o exemplo de São Paulo, ou mesmo em outros estados ou Países enfrentando problemas de mesma ordem, com relação à cidade de Franca, este estudo indica que o sistema de abastecimento de água da cidade esteve diretamente ligado ao desenvolvimento econômico social e urbano da comunidade.

Ao percorrer a História da água, verificamos a importância do sistema de abastecimento de água no desenvolvimento de uma cidade e, além disto, especificamente a cidade de Franca, hoje está numa situação que ainda não se percebe escassez devido ao comprometimento dos gestores ao longo da História.

Atualmente, população, empresas e municípios estão desenvolvendo planos de conscientização instalando bônus financeiro para que ocorra a economia da água, tudo para tentar minimizar uma situação catastrófica existente. Quando ficamos sem água ou quando dispomos de água de má qualidade, é que percebemos como este bem natural é tão importante em nossa vida, e, a inobservância de um sistema de gestão integrada e consciente, pode levar a conflitos gravíssimos.

Como o trabalho ainda está em andamento, os próximos passos serão o levantamento e as análises de dados junto a Sabesp de Franca para avaliar se nestes tempos de crise o sistema de abastecimento de água está sendo suficiente e quais as ações da SABESP através dos planos de contingências para evitar o desabastecimento da cidade.

Referências

ALEM SOBRINHO, Pedro; Martins, Getúlio . Abastecimento de água. In: Milton Tomoyuki Tsutiya. (Org.). Abastecimento de água. 4ª ed. São Paulo: EPUSP, 2006, v. 1, p. 01-08.

AZEVEDO NETTO, José Martiniano de et al. Revista DAE. *Cronologia do abastecimento de água até 1970,* São Paulo, v. 44, n. 137, p. 106-111, jun. 1984.

BAPTISTA, Mácio Benedito; LARA, Márcia. *Fundamentos de engenharia hidráulica.* 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 473 p.

BOISIER, S. *Política econômica, organização social e desenvolvimento regional.* In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BRAGA FILHO,H. *Problemas do desenvolvimento:* reflexões e desafios. In.: FADEL, Barbara (org.). Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-FACEF; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 256 p.

BUARQUE, Sérgio C.. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, pág. 25.

CLARKE, Robin; KING, Jannet. *O atlas da água:* o mapeamento completo do recurso mais precioso do Planeta. Tradução de Anna Maria Quirino. 1ª reimpressão. São Paulo: Publifolha, 2008. 128 p.

DAERP, Departamento de água e esgotos de Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/daerp/i04agua.php>. Acesso em 25 mai. 2014, 22:26:40.

FOLLIS, Fransérgio. *Política urbana e cidadania:* um estudo sobre a cidade no interior paulista (Franca, 1890-1996). São Paulo: Unesp, 2012. 234 p.

GRAVATÁ, Luiz Antônio. O Globo, Rio de Janeiro, 8 set. 2008. 12:38. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/gravata/posts/2008/09/08/nao-encontrei-tales-em-mileto-124898.asp>. Acesso em 27 abr. 2014, 08:30.

GRIMAL, P., 1990. Un urbanisme de léau à Rome. In: BERNADIS, M. A.; NESTEROFF, A. (orgs.). Le grand livre de l'eau. p.97-105. Paris: La Manufacture et La Cité des Sciences et de l'Industrie.

HESPANHOL, Ivanildo. *Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos*. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200009. Acesso em 26 abr. 2014, 18:40.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Censo demográfico 2010.*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011). *ATLAS DE SANEAMENTO 2011* (PDF). CD-ROM

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Página visitada em 5 de janeiro de 2014.

JOAQUIM, Leandro. *Rio de janeiro aqui.* Disponível em <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/arcos-da-lapa-1-1790.html> acesso em 27 abr. 2014. 10:35.

LIEBMANN, Hans. *Terra, um planeta inabitável? Da antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade*. Tradução de Flávio Meurer. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979. 181 p.

MAYS, Larry W. Water resources engineering. 2. ed.United States of America: Acquisition, 2010. 862 p.

PORTO, Nelson. Arcos da Lapa. Disponível em < http://www.todorio.com/rio/lapa/arcosdalapa> acesso em 27 abr. 2014. 11:18.

SABESP. *Tratamento de água.* Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=47>. Acesso em 19 abr. 2014.

SILVA JÚNIOR, Nathanael. Nathanael Silva Júnior: depoimento [jun. 2014]. Entrevistadora: V. R. Arantes. São Paulo: Uni-FACEF, 2014. Documento escrito. Entrevista concedida à pesquisa para dissertação de mestrado interdisciplinar em desenvolvimento regional no Centro Universitário de Franca Uni-FACEF.

TELLES, Dirceu D'Alkmin (Org.). *Ciclo ambiental da água:* da chuva à gestão. São Paulo: Blucher, 2013. 501 p.

TSUTIYA, Milton Tomoyuki. *Abastecimento de á*gua. 4ª ed. São Paulo: Departamento de engenharia hidráulica e sanitária da escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2006. 643 p.

O perfil da trabalhadora doméstica jovem de Ituiutaba-MG

A presente pesquisa, intitulada "O perfil da trabalhadora doméstica jovem de Ituiutaba-MG", teve como objetivo pesquisar o trabalho doméstico na região do Pontal do Triângulo Mineiro. No primeiro momento é realizada uma breve discussão sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho e sobre seus avanços ao longo da história. Posteriormente, retrata sobre o cotidiano em que as jovens empregadas domésticas estão inseridas, como as dificuldades encontradas na profissão, trazendo reflexões sobre os direitos e garantias trabalhistas e evidenciando a desigualdade, preconceitos, desvalorização e informalidade do emprego doméstico. O trabalho de campo foi realizado no município de Ituiutaba-MG e a coleta de dados foi adquirida por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Foi realizada entrevista com uma empregada doméstica, com o objetivo de identificar como sua inserção ocorreu no emprego doméstico, no mercado formal ou informal, em relação às horas trabalhadas, salário, contribuição ao INSS, entre outros. O trabalho doméstico, contudo, nunca foi devidamente valorizado, persistindo a luta das empregadas domésticas pela equidade de seus direitos trabalhistas e previdenciários já assegurados aos demais trabalhadores.

045-2363

Carla Freitas de Castro
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal FACIP/UFU
danilojb28@hotmail.com

Edileusa da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
edileusa@pontal.ufu.br

I O Trabalho Doméstico

Desde a colonização, a mulher é considerada dona de casa e trabalhadora doméstica. Essas trabalhadoras domésticas vieram de origem proletária, a maioria negra,encadeando a preservação desta ideologia conservadora e preconceituosa.

Com a abolição da escravatura surgiu uma alta população de desempregados, os quais possuíam raízes colonial-escravistas. Mulheres passaram a viver em casa de burgueses em troca do alimento e local para morar, de favor ou compadrio, surgindo relações serviçais nos lares burgueses e iniciando, portanto, a dominação/exploração de gênero.

Esta é uma trajetória adquirida pela mulher empobrecida evivida na desigualdade de renda. Isto é, tudo isso foi gerado pelo capitalismo por meio da exploração, força de trabalho e dominação de classes, reproduzindo, portanto, a grande desigualdade que hoje vivenciamos.

> Considera-se empregado (a) doméstico (a) aquele (a) maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou família no âmbito residencial destas. Assim, o traço diferenciador do trabalho doméstico é o caráter não econômico da atividade exercida no âmbito residencial do (a) empregador (a). Nesses termos, integram a categoria as (as) seguintes trabalhadoras (as):cozinheiro (a) governanta, babá, lavadeira, faxineiro (a), vigia, motorista particular, jardineiro (a), acompanhante de idosos (as), entre outros. O (a) caseiro (a) também é considerado (a) empregado (a) doméstico(a) quando o sítio ou local onde exerce a sua atividade não possui finalidade lucrativa (BRASIL, 2012).

Alguns processos evolutivos, destes direitos adquiridos ao longo do tempo, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego:

> A Lei nº 5.859. de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.885. de 9 de março de 1973, dispõe sobre a profissão do(a) empregado(a) doméstico(a), conceituando e atribuindo-lhe direitos.A Constituição Federal de 1988, por sua vez, concedeu outros direitos sociais aos(as) empregados(as) domésticos(as), tais como:

> salário-mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos 1/3 a mais do que o salário normal; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença a paternidade; aviso prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social.Com a edição da Lei nº11. 324, de 19 de julho de 2006, que alterou artigos da Lei nº5. 859, de 11 de dezembro de 1972, os trabalhadores domésticos firmaram direito a férias de 30 dias, obtiveram a estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. Outra mudança significativa para incrementar a formalização dos vínculos dos empregados domésticos foi a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de 12% do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Esta dedução é garantida sobre o valor do recolhimento referente a um salário mínimo mensal de um doméstico, incluindo a parcela do 13° salário e 1/3 de férias (BRASIL, 2013).

Temos que reconhecer todos estes avanços, por meio dos quais a vida de muitas destas empregadas domésticas vem sendo transformadas. Mencionaremos, a seguir, o progresso de seus direitos.

II Proposta Emenda Constitucional n.72 de 2013

A emenda Constitucional n.72 foi aprovada em comissão especial do Congresso com 359 votos favoráveis e dois votos contra. O texto da Proposta de Emenda à Constituição visa ampliar os direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos, tais como: a obrigatoriedade de recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), adicional noturno, carga horária semanal de 44 horas, hora extra, entre outros.

A respectiva Emenda Constitucional, de dois de abril de 2013, “Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais”(BRASIL,2014).

Essa proposta tem por finalidade revogar o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, e expressa sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, igualando o trabalhador doméstico com os demais trabalhadores urbanos do país.

No Brasil, o trabalhador doméstico não é regulado pela Consolidação da Lei do Trabalho (CLT). Por isso, o empregado doméstico não usufrui de todos os direitos de um trabalhador comum. No parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, mencionado anteriormente, fala que ‘’são assegurados na categoria dos trabalhadores domésticos’’ apenas os direitos previstos em nove incisos dos 34 incisos, além de assegurar a sua integração à previdência social.

Com essas mudanças, muitos impactos poderão acontecer. O mais marcante, sem dúvida, é o custo para manter um empregado doméstico regular. Calcula-se que, em média, um trabalhador doméstico pode encarecer por volta de 45% no valor pago, a partir do cálculo do valor a ser pago pelas férias, 13º salário, FGTS, hora extra e o recolhimento dos 8% sobre o salário do doméstico, sem contar a multa de 40% por rescisão de contrato.

Outra questão a ser levantada é o adicional noturno e hora extra, haja vista que muitas domésticas que trabalham em cidades grandes vêm do interior e acabam morando em seu serviço. E, se for obrigado o pagamento destes direitos, os empregadores, com receio de futuros problemas na justiça do trabalho, não permitirão que seus empregados durmam em serviço. Logo, esses trabalhadores terão uma despesa a mais, como aluguel ou prestação de residência, e, talvez, o transporte para o trabalho.

Muitas empregadas domésticas são contratadas por aposentados, por pessoas de diferentes classes sociais, como classe social C, D e E.Qual seria a alternativa desses empregadores, com poder aquisitivo que não suportaria o aumento de suas despesas, para tornar seus funcionários formais?

Talvez, a alternativa fosse demitir, ou quem sabe, contratá-los como diaristas. Isso seria muito ruim, pois novamente esses trabalhadores não teriam seus direitos ampliados.

Por outro lado, os empregadores necessitam trabalhar, estudar e dedicar a sua carreira, e, portanto, precisam dos trabalhadores. Esse seria alguns dos motivos para que não haja demissão em massa.

E o que falar das jovens que ingressam nessa profissão?Será que, se o emprego doméstico tornar obrigatório, irá aumentar a procura por essa atividade e haverá mais qualificação na área?

Ao ver o processo evolutivo dos direitos trabalhistas, não podemos deixar de reconhecer a sua importância representativa. Porém, esses direitos não devem apenas ser representados no papel. É preciso executar e efetivar a prática dessas leis com a tentativa de resolver ou amenizar a informalidade, precariedade e invisibilidade do trabalho doméstico.

Com a instituição dessas leis, observamos de imediato que grande parte dos empregadores atende uma saída para esquivar de suas responsabilidades. Com receio de serem levados à justiça, dispensam empregadas domésticas e as contratam como diaristas. Tudo isso é para desconfigurar o vínculo empregatício, trazendo as trabalhadoras domésticas apenas algumas vezes por semana e pagando diariamente pelo serviço prestado. Não apenas um empregador explorando a trabalhadora doméstica, mas sim vários empregadores, visto que como diaristas, elas precisam trabalhar em vários empregos para manter a renda, contribuindo, assim, para uma jornada de trabalho mais excessiva e disputada pela lei da oferta e procura.

O fato de, no Brasil, a carteira de trabalho ser registrada a partir dos 16 anos, faz com que grande parte dos empregadores privados não registre seus funcionários, e, a maioria dos trabalhadores (as) domésticos (as) não desfruta dos benefícios garantidos por lei.

Consequentemente, os salários são baixos, em muitos casos, não chegam a um salário mínimo, o que demonstra a baixa qualidade de vida desses (as) trabalhadores (as), visto que, não conseguem suprir completamente suas necessidades básicas como moradia, educação, transporte, e, principalmente, alimentação. Isso explica um dos motivos em que grande parte deles mora em seus empregos.

III A Mulher no Trabalho Doméstico

Vivemos em uma sociedade dotada de desigualdade social, política e econômica, e que contribui para a discriminação de classes, cor, gênero e religião.

A mulher vem sofrendo com a sobrecarga de sua dupla jornada de trabalho, desempenhando a função de mãe com o cuidado com filhos, marido e casa, e, executando o trabalho profissional.

> O trabalho doméstico é uma responsabilidade da mulher, culturalmente definida do ponto de vista social como dona de casa, mãe ou esposa. Esse trabalho dirigido para as atividades de consumo familiar é um serviço pessoal para o qual cada mulher internaliza a ideologia de servir aos outros, maridos e filhos. O trabalho realizado para a sua própria família é visto pela sociedade como uma *situação natural*, pois não tem remuneração e é condicionado por relações afetivas entre a mulher e os demais membros familiares, gratuito e fora do mercado. Quando uma mulher contrata uma terceira para executar essas tarefas, isto é, prestar tais serviços para uma família diferente da sua, esse trabalho doméstico converte-se em serviço doméstico remunerado (RESENDE, 2008, p.61).

Existe uma considerável quantidade de jovens iniciando o trabalho doméstico precocemente. São vários os fatores que determinam o início nessa profissão, e que veremos em seguimento.

Um dos fatores é referente ao fato de os empregados domésticos não possuírem qualificação e terem experiência apenas em atividades ligadas a tarefas domésticas, e, portanto, não preenchem os requisitos exigidos em empregos formais.

Há, também, o fator que ocorre a partir da necessidade de complementar a renda familiar, por meio do qual os jovens procuram pelo primeiro emprego antes de concluírem o Ensino Básico. Portanto, por serem oriundas de famílias pobres e de pais com pouca escolaridade, muitas são analfabetas por não concluírem a escolaridade básica.

Outro fator é relacionado com o início do trabalho doméstico em troca de moradia e alimentação. Esse fator é decorrente do fato de as jovens empregadas estarem acompanhadas de seus pais, que também exercem atividades para seus patrões e ficam dependentes de seus empregadores, criando afinidades e acomodando-se a ponto de não buscarem melhorias de vida e qualificação para encontrarem empregos melhores, e, portanto, permanecem desprovidos de seus direitos trabalhistas básicos.

Ao morar em seus empregos, são criadas relações interpessoais com seus patrões. Nem todos os relacionamentos são sadios, pois há grande incidência de violência física e psicológica, bem como abusos sexuais. Esta é uma triste realidade de uma classe que é dominada e explorada.

> As empregadas domésticas geralmente estão distantes de suas comunidades de origem, “importadas” para o trabalho em casas de pessoas de classe média. Assédio moral e sexual, violência, trabalho forçado e pesado, jornadas extenuantes, alimentação limitada, baixos salários, não pagamento de horas extras, ausência de

> contribuição à Previdência Social e de acesso à saúde, e até a retenção de documentos estão entre os abusos registrados contra essas profissionais (BRASIL, 2011, p.10).

Damásio (2009) cita o artigo 216-A do Código Penal no texto ”No crime de assédio sexual é necessário que o agente se prevaleça de sua hierarquia ou ascendência no exercício da relação de trabalho?”. O referido artigo refere o assédio sexual como crime, com pena de um a dois anos de detenção prevista.

“Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou a inerente ao exercício de emprego, cargo e função”(DAMÁSIO, 2009, (s/p).

Outra situação, vivida no cotidiano das trabalhadoras domésticas, é o enfrentamento exaustivo da jornada de trabalho. Elas trabalham o dia todo, quase não permanecem em suas casas e se ausentam na participação da educação de seus filhos; acordam cedo para trabalhar e sustentar sua família; recebem baixos salários e exercem uma carga horária acima de seu expediente; disputam serviços com os homens e recebem um salário inferior ao deles.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, no artigo 2º expõe:

> **Artigo 2º - 1 –** Cada Membro deverá, pelos meios adaptados aos métodos em vigor para a fixação das tabelas de remuneração, encorajar e, na medida em que tal é compatível com os referidos métodos,assegurar a aplicação a todos os trabalhadores do princípio de igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina por um trabalho de igual valor(GENEBRA, 1951).

Com a dupla jornada de trabalho, a condição de vida dessas trabalhadoras domésticas se torna ainda mais desgastante. Além de enfrentar os serviços domésticos em casa, elas ficam desamparadas, pois as políticas públicas são insuficientes.

> Juntando as horas gastas com o trabalho formal e dentro de casa, as mulheres chegam a trabalhar mais de 58horas por semana. Em uma semana, os homens que cumprem uma jornada de trabalho de 40 horas ou mais dedicam apenas 5 horas às tarefas domésticas. Já as mulheres, que trabalham a mesma quantidade, dedicam 18 horas. Isso significa que, mesmo cumprindo o mesmo número de horas no emprego formal, as mulheres trabalham quase o quádruplo de horas a mais do que os homens nas tarefas domésticas (SANTOS; JACOB; SANTIAGO, 2008, p.8).

O que vem ocorrendo com a trabalhadora doméstica na região do Pontal do Triângulo Mineiro e com as trabalhadoras domésticas do Brasil é preocupante. A falta de respeito com essas trabalhadoras e preconceitos ainda existentes em suas vidas são indícios de invasão de seus direitos, os quais nos induzem a pensar como, futuramente, será a velhice dessas trabalhadoras.

São várias as profissões que acarretam cansaço físico e mental. Porém, a saúde da trabalhadora doméstica tem sido afetada uma vez que lidam, diariamente, com produtos de limpeza, fazem esforços físicos enormes, que por vezes, provocam graves acidentes de trabalho. O estresse é constante porque muitas, além de cuidar do serviço doméstico, fazem o serviço de babá, cuida de idoso sem receber algo a mais por isso, não possuem momento livre para descanso, havendo, portanto, alta rotatividade. São muitas as doenças causadas por esse tipo de emprego, principalmente para as jovens que ainda estão em fase de desenvolvimento do corpo, uma vez que há grande possibilidade de desencadeamento de sérias doenças, no futuro.

Portanto, espera-se que as autoridades governamentais fiquem atentas para esses problemas e busquem soluções efetivas visando à melhoria da qualidade de vida dessas trabalhadoras, a partir do aumento das fiscalizações nos postos de trabalho, coibição da entrada precoce de jovens no trabalho doméstico, e, oferecimento de cursos de capacitação para que haja possibilidade futura de concorrer a empregos melhores.

A pesquisa é um momento em que o aluno ultrapassa e decodifica suas ideias. Além da pesquisa bibliográfica, são criadas experiências diante do cotidiano e/ou objeto investigado, e é um momento especial em que o aluno deve ser capaz de vincular teoria e prática, e construir seu ponto de vista acerca da realidade observada.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, norteada por um estudo bibliográfico que perpassa pela problemática do trabalho, e, em seguida, pela problemática de gênero. Para conhecer o sujeito, foi realizada pesquisa de campo.

Foi realizada uma significativa pesquisa bibliográfica, considerando as atuais divulgações a partir de periódicos, livros e artigos especializados, e, também, *sites* da *internet*, com o objetivo de compreender melhor a realidade enfrentada por trabalhadoras domésticas, as dificuldades encontradas na profissão, bem como a exploração sofrida por elas. Especificamente, visou o conhecimento do modo como as jovens trabalhadoras domésticas realizam e avalia o seu trabalho, a rotina do emprego, a vida familiar, como elas se reconhecem, e, se desejam exercer outra profissão/função.

O estudo foi realizado em Ituiutaba-MG, localizado na região do Pontal do Triângulo Mineiro. Estima-se que no município, em 2013, havia uma população de 102 mil habitantes (IBGE, 2014). Atualmente,Ituiutaba-MG é um pólo regional que tem seus principais elementos de fonte de divisas no agronegócio e na prestação de serviços variados. Tal característica faz com que a região seja um pólo para busca de formação profissional de qualidade e oportunidades de trabalho. Essa busca ocorre por pessoas que são orirundas de diversos municípios limítrofes, tais como: Capinópolis, Santa Vitória, Gurinhatã, Canápolis, Ipiaçu, Monte Alegre de Minas, Prata, Campina Verde, e também, de alguns municípios do Estado de Goiás.

Dados aproximados mostram que, segundo IBGE (2010), jovens na faixa etária entre 20 a 24 anos somam 8.284 pessoas; desses, 4.073 são mulheres.

O universo da pesquisa foi concedido pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), no município de Ituiutaba-MG, por meio de uma lista que continha dez cadastros de empregadas domésticas. Assim, a amostra da pesquisa era composta por oito empregadas domésticas, atuantes no mercado formal ou informal, do sexo feminino e com faixa etária entre 18 e 25 anos, e, que aceitaram participar da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: trabalhadoras domésticas não cadastradas e que não concordaram em participar da pesquisa.

Investigamos por meio de dados obtidos pelo SINE, o número de empregados (as) domésticos(as). Estima-se que, desde o ano de 2010 até o ano de 2013, 885 cadastros foram realizados. Especificamente quanto ao número de empregados(as) domésticos (as) jovens de 18 a 25 anos, de 2010 até 2013,houve um total de 179 cadastros.

Atualmente, Ituiutaba-MG conta com um sindicato das empregadas domésticas. Desde 1990 já havia uma associação das empregadas domésticas, a qual foi fundada por Maria José da Silva, que é conhecida no município pela sua luta em prol dos direitos das mulheres e que hoje atua como presidente do sindicato. Nesse mesmo ano já havia o desejo de qualificar estas mulheres por meio de oficinas e arte da culinária. Além disso, trabalhavam o reconhecimento da profissão com as empregadas domésticas, uma vez que, muitas delas, tinham vergonha da profissão. Em 2013, a associação passou a ser reconhecida como sindicato das empregadas domésticas e possuir sede própria, com várias parcerias e oferecimento de cursos de qualificação.

O primeiro momento da pesquisa ocorreu a partir do contato telefônico disponível na lista do SINE, citada anteriormente. Dos dez contatos disponíveis, foi possível apenas uma entrevista. A amostragem foi delimitada devido ao fato de muitos dos contatos não existirem, e, também, ao fato de alguns estarem indisponíveis e entrarem em caixas postais.

Os dados foram coletados com a utilização da técnica da entrevista sob a consideração de que ela melhor se adéqua aos objetivos da pesquisa, por possibilitar maior interação entre as partes, pesquisador e pesquisado.

A pesquisa tem caráter exploratório e a entrevista foi realizada por meio de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas foram realizadas com o objetivo de oferecer maior liberdade para o sujeito expor suas ideias. A entrevista foi realizada, preferencialmente, no domicílio da entrevistada e fora do seu horário de trabalho. Caso houvesse preferência da entrevistada, houve possibilidade de realizar a entrevista em outro lugar. A entrevista foi realizada seguindo uma proposta que visa compreender a caracterização do emprego doméstico e da entrevistada, e, também, se a mesma conhecia ou usufruía de direitos trabalhistas básicos, ou se esses direitos eram desconhecidos por ela.

As questões abertas foram elencadas, agregadas por categorias e analisadas com o intuito de resgatar a subjetividade e a originalidade das respostas. A entrevista, a partir de então, foi analisada e discutida em consonância com a base teórica.

A entrevistada foi informada sobre a realização da pesquisa, especificamente sobre seus possíveis usos e finalidade, caráter não obrigatório da sua participação, sigilo de suas informações e participação com devida utilização do termo de consentimento livre e esclarecido, em conformidade com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foi também obtida autorização dos responsáveis pelo SINE, a partir da qual foi possível selecionar os cadastros de jovens trabalhadoras domésticas para a pesquisa.

Para manter a identidade em sigilo, foi utilizado um nome fictício. O nome fictício escolhido foi ‘Camélia’, o qual é referente a uma flor e significa‘reconhecimento’. Há, portanto, o desejo de que o trabalho doméstico seja reconhecido como qualquer outro tipo de trabalho e que essas empregadas domésticas tenham valor, respeito e o mérito de serem reconhecidas, não só como empregadas, mas como cidadãs.

IV Resultados da Pesquisa

Camélia tem 23 anos de idade, três filhos e Ensino Fundamental incompleto. Possui união estável e já foi empregada doméstica (mensalista). No momento, trabalha como balconista em uma padaria. Nasceu em Conceição do Araguaia-PA e teve sua inserção no emprego doméstico aos 11 anos de idade. Aos 13 anos migrou com sua família para Goiânia-GO, morava no serviço, em casa de família, pois a avó a mandava ir trabalhar por já ter afinidade com essa família.

> [...] como a aprendizagem ocorre na família, soma-se a essa naturalização, a desvalorização dos processos da aquisição de competências que ocorrem fora das instituições formais. Dessa maneira o trabalho doméstico é marcado pela invisibilidade e sub-valorização (NEVES, 2011, p.2).

Atualmente, reside em Ituiutaba-MG com sua nova família. Em 2012 teve seu último emprego como empregada doméstica.

Quanto à rotina do emprego, ela trabalhou por oito meses em casa de família, com carga horária de nove horas diárias, 15 minutos para o almoço e folga apenas aos domingos. Entre as atividades relatadas por ela, destacam-se a limpeza da casa, preparo do almoço, lavagem das roupas, entre outros. Quando havia criança no emprego, Camélia cuidava. Ela relatou que:

> Aos domingos, depois de arrumar a casa e fazer o almoço, eu podia ir lá pra minha avó passar o dia.

Trabalhava o dia todo, sem horário de descanso. Camélia apresentou, em seus relatos, que já trabalhou em várias casas, sendo todas na informalidade, e que o rendimento mensal não alcançava um salário mínimo.

> Ainda de acordo com as "Notas da série da OIT/ Trabalho doméstico remunerado na América Latina e no Caribe", o trabalho doméstico é caracterizado por situações de precariedade, baixa proteção social, condições inadequadas de trabalho, baixos salários e informalidade (NEVES, 2001, p.2).

Camélia, mesmo conhecendo alguns direitos trabalhistas básicos, não usufruía deles. Ela não conhecia apenas os novos direitos trabalhistas relativos ao pagamento de horas extras e duração do trabalho normal de até oito horas diárias e 44 horas semanais.

Quanto ao seu pensamento sobre os direitos garantidos com a aprovação da PEC das domésticas, destaca-se:

> Sei que os direitos foram estendidos, mas desconheço quais, porque atualmente trabalho como balconista.

Quando foi perguntada sobre o que esse avanço muda na vida das empregadas domésticas, ela disse que:

> Muda muita coisa, para melhor, mas muitas empregadas domésticas não ligam pra isso e deixam por conta da patroa.

As próprias mulheres não percebem as condições pelas quais estão submetidas e enxergam vantagens nesta forma de trabalhar devida possibilidade de conciliar casa e trabalho.

Quanto a seu ponto de vista, referente ao serviço doméstico, sobre como ela avalia sua profissão, vale a pena destacar sua fala:

> Não, às vezes só de você falar que é empregada doméstica, muitas vezes já olham torto para você. As pessoas tem preconceito.

Ainda sobre sua experiência, nota-se sua adaptação ao ambiente de trabalho, vivido de forma tensa. Perguntamos se Camélia deseja exercer outra função/profissão e ela disse que:

> Tenho vontade de terminar os estudos e fazer faculdade de Direito, mas, devido aos direitos que estão sendo garantidos, se não houvesse outra opção de emprego, trabalharia como empregada doméstica novamente.

Camélia não concluiu o Ensino Fundamental porque teve a necessidade de começar a trabalhar muito jovem, com 11 anos de idade. Essa é a razão pela qual mais da metade das trabalhadoras não conclui os estudos, e, portanto, a baixa qualificação contribui para a opção de exercer um trabalho precário. Fonseca (2000) aponta:

> Educação e expansão capitalista consolidam a ideologia da livre iniciativa e, deforma solidária tornam justificáveis as iniquidades e fracassos sociais tributados, de forma exclusiva, aos "talentos e dons" individuais dos agentes sociais. Impregnada e impregnante de um moralismo calcado no cinismo social, a educação manifesta-se como uma das faces mais poderosas da dominação social, quando faz crer como culpados/ as exatamente aqueles/as que vivem sob condições de vítimas, quando assim, exorciza os "males e as desgraças sociais e particulares" através de um consenso social que inviabiliza e transmuta os sentidos implicados nas relações sociais entre dominadores/as e dominados/as, entre exploradores/as e explorados/as (FONSECA, 2000, p.197).

Determina a Constituição Federal de 1988,

> Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL,2014).

A Constituição proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos. Aos menores de 16 anos é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Finalmente, quanto ao reconhecimento sobre o que é ser empregada doméstica, ela disse que:

> Não sei responder. Uma coisa sem sentido. A pessoa não cresce, não tem oportunidades como outras profissões.

O trabalho doméstico nunca foi bem visto. Trata-se de um emprego que veio da senzala, e, em pleno século XXI ainda há discriminação, desvalorização e abusos.

V Considerações Finais

Desde antigamente já existia desigualdades sociais, tanto de gênero como de classes. Apesar das mulheres auxiliarem os homens na produção de ferramentas de trabalho e no artesanato, as tarefas femininas apresentavam, basicamente, na esfera doméstica.

No decorrer da história observamos grandes transformações no papel da mulher no mercado de trabalho, as quais fizeram com que ela conquistasse, gradativamente, espaço na sociedade. O trabalho dessas mulheres, além de doméstico, era, pouco a pouco, fora de casa. Com o êxodo rural e a expansão das indústrias, as mulheres ingressavam no mercado de trabalho lidando com preconceitos e diferença salarial, além de presenciar a continuidade das desigualdades entre classes e gêneros.

Em nível mundial, sendo a mulher parte do sistema produtivo, houve transformações na economia, estendendo mudanças na área política, religiosa e cultural.

No Brasil não foi diferente. A participação da mulher no mercado brasileiro está diretamente ligada ao crescimento econômico do país.

Portanto, tudo isso demonstra a importância da mulher e a necessidade de melhores condições de trabalho. É necessário que elas sejam tratadas de forma igualitária, a começar pela equidade de salário, reconhecimento moral, e, principalmente, na forma de lei para adquirir garantias e direitos trabalhistas.

Como exemplo atual, no Brasil a PEC das Domésticas iguala o trabalhador doméstico com os demais trabalhadores. Porém, cabe às empregadas domésticas exigirem seus direitos, pois desde que a Lei foi vigorada, alguns itens, como seguro desemprego, auxílio creche, salário família, seguro contra acidentes, entre outros, não estão valendo em prática. Com a formalização desta atividade, o grande desafio é manter esses trabalhadores no mercado de trabalho, agora de maneira formal. Serão propostas mudanças necessárias, porém, a luta e as dificuldades dessa classe continuarão.

Por meio do presente estudo foi possível compreender a realidade das trabalhadoras domésticas brasileiras, especificamente da empregada doméstica jovem do município de Ituiutaba-MG. A hipótese desta pesquisa partiu de que o trabalho doméstico é marcado pela informalidade, precariedade e invisibilidade seguida de precárias condições do trabalho em que essas mulheres estão inseridas, ressaltando que é presente o preconceito, seguido muitas vezes por discriminação de raça, o que conduz a desigualdade e desvalorização do emprego doméstico.

Investigando essa realidade, foi possível observar as dificuldades de jovens trabalhadoras que iniciaram na profissão por não terem qualificação profissional e por falta de experiência para trabalhar em outro tipo de emprego.

Foi possível observar, também, que a condição de empregada doméstica causa preconceito por parte de uma sociedade capitalista que impõe, explora e lucra com esse tipo de trabalho. O trabalho informal, como os das diaristas que não possuem carteira assinada, é ainda mais desvalorizado. No entanto, são as que mais sofrem, pois estão sujeitas a não ter os seus direitos garantidos. Quando ficam doentes, como e a quem irão recorrer?

Percebe-se a necessidade do acesso à educação e à formação profissional, na perspectiva de que tal acesso é importante para as empregadas domésticas, e, também, para as mulheres de todo Brasil.

Espera-se que os estudos apresentados possam contribuir para o desenvolvimento de ações condicionadas à melhoria desta realidade enfrentada por trabalhadores (as)domésticos (as).

Referências

ADMINISTRADORES.Minoria no mercado, mulheres dominam um dos setores que mais empregam no país. 2011.Disponível em:http://www.administradores.com.br/noticias/carreira/minoria-no-mercado-mulheres-dominam-um-dos-setores-que-mais-empregam-no-pais/43567/. Acesso em: dezembro de 2013.

ANGHER, Anne Joyce (orgs.).**VadeMecum Acadêmico de Direito**– 8. Ed. – São Paulo: Rideel,2009. – (Coleção de Leis Rideel).

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.**– 15. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BASTOS, Victor. **Trabalho doméstico, reprodução das desigualdades e globalização.** Disponível em:http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=236&textCode=13617&date=currentDate.
Acesso em: janeiro de 2011.

BRASIL, **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em:http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/. Atualizado em: Setembro/2008.Acesso em: janeiro de 2011.

BRASIL, **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em:http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/emenda-constitucional-n-72/. Acesso em: maio de 2014.

BRASIL, **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D307400CA013075FBD51D3F2A/trabalhoinfantil-mte-web.pdf. Acesso em: maio de 2014.

BRASIL, **IBGE**. Disponível em:http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313420&search=minas-gerais|ituiutaba. Acesso em: maio de 2014.

BRASIL, Senado Federal**. Trabalhador doméstico é um dos mais vulneráveis**. Revista de Ciências Públicas do Senado Federal. Brasília,DF ano 2, n.7, p.10, maio de 2011. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201102%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_internet.pdf. Acesso em: junho de 2014.

XI CONLAB.**Jovens Trabalhadoras no espaço doméstico**: exploração e violência. In. XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO de CIÊNCIAS SOCIAIS. UFBA/BA. 2011. Disponível em:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307540306_ARQUIVO_Trabalhodomestico.pdf. Acesso em: janeiro de 2012.

DAMÁSIO, Bárbara. **No crime de assédio sexual é necessário que o agente se prevaleça de sua hierarquia ou ascendência no exercício da relação de trabalho?** 2009. Disponível em: cehttp://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=2009030515431481&mode=print. Acesso em: janeiro de 2012.

FONSECA, Tania M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho.** Petropólis – RJ: Vozes, 2000.

FRANÇA, M.N.; PINHEIRO, M. S. F.; SILVA, A.M. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5ed. Ver. E ampl. – Uberlândia: UFU, 2006.

GENEBRA.**Convenção nº 100 relativa à igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina em trabalho de igual valor.** Disponível em:http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/iguald.htm. Acesso em: janeiro de 2011.

MELO; Floro de Araujo. **O Trabalho da Mulher na História**. Rio de Janeiro, 1978.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. –3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Bliblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

NEVES; Magda de Almeida. **Dinâmicas de trabalho na cidade:** informalidade e autogestão. São Paulo : Ed. Annablume, 2009.

NEVES; Magda de Almeida. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho:** precarização e discriminação salarial. Brasília: 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:**entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

RESENDE, Patrícia Capuccio. **Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas por escrito.** UFMG/MG. 2008. (Dissertação de Mestrado.)

RODRIGUES, M.L.; NEVES, N.P.**Cultivando a pesquisa –** reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas. Franca: Unesp, 1999.

ROLLI, CLAUDIA. **Mulheres atuam 18 horas em casa por semana; os homens, 5 horas.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 17 de Maio 2008. Disponível em: www1. folha.uol.com.br/folha/. Acesso em: janeiro de 2011.

SAFFIOTI, H.I.B. **Emprego Doméstico e Capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Iara Amora; JACOB, Sheila, SANTIAGO, Luiza. **Mulheres Trabalhadoras Vida e Direito.** – 1. Ed. – São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.piratininga.org.br/images//Cartilha%20CAMTRA.pdf. Acesso em: janeiro de 2011.

SCOTT, J. W. (1994). **"A mulher trabalhadora"**. In:Duby, G. &Perrot, M. Histórias das mulheres no Ocidente. Porto, Edições Afrontamento, vol.IV.

O processo de capacitação na indústria de lingerie do Pólo de Produção do município de Juruaia/MG

O trabalho apresenta os modelos de especialização comumente utilizados pelas organizações para contribuir com a plena capacitação dos seus colaboradores. A capacitação dos participantes das organizações, em suas respectivas áreas de atuação, é considerada um meio eficaz para identificar habilidades e, posteriormente fortificá-las como competências. Uma vez que estes valores preciosos às organizações são identificados por uma visão nada míope das mesmas, estes podem tornar-se fortes agregadores de aspectos relevantes às empresas e podem, provavelmente, contribuir para com o alcance dos seus objetivos estabelecidos. No momento em que uma empresa, desempenhando as suas atividades, percebe claramente o quanto significante e engrandecedor são os conhecimentos, habilidades e atitudes instaladas e, que veem, de forma constatável, altos desempenhos, que são transformados naturalmente em respeito, valor e preferência tanto pelo trabalho desenvolvido pelos colaboradores quanto pela própria organização. Em todo este contexto, o objetivo geral deste é relatar a influência eficaz das capacitações na dinamização dos processos organizacionais, juntamente aos empregadores da indústria e do comércio de confecções de lingerie no município de Juruaia. Assim, de forma específica, procura-se identificar quais são as capacitações até então realizadas e o seu alinhamento com o perfil dos cargos e atribuições, avaliar a amplitude da eficácia das capacitações efetuadas, verificar as reais melhorias qualitativas e quantitativas advindas da pós-capacitação, e, por fim, analisar se houve, verdadeiramente, progressos na elaboração, desenvolvimento e conclusão das atividades efetuadas após a capacitação, como objetivos específicos. A pesquisa adota a abordagem qualitativa em sua efetuação, com finalidade básica. A classificação da pesquisa quanto à sua tipologia, a dispõe como bibliográfica e descritiva, uma vez que utiliza como técnicas a observação não participante, entrevistas e a análise dos documentos coletados. Algumas das principais indagações da pesquisa são que, a procura por adquirir e aplicar, adequadamente, os recursos necessários para a capacitação dos colaboradores da organização é extremamente importante, e requer, de certa forma, gastos e que se faz necessário um planejamento prévio. O planejamento estratégico de uma organização não deve concentrar a suas estratégias apenas na formação de competências necessárias para cumprimento de sua missão, e sim naquelas das quais serão demandas no futuro. Tal fato sugere que seja refletida a realidade de que um plano extremamente detalhado do diagnóstico, até a ação corretiva, que vise a melhoria contínua das competências e consequentemente dos resultados. Mais que ter recursos, é importante saber aplicá-los, avalia-los e adaptá-los. Tais afirmações se apresentaram como verdadeiras e mensuráveis no processo de capacitação.

109-2430

Núbia Gabriela Pereira Carvalho
Faculdade de Administração de Passos
nubiagabrielaadm@gmail.com

Olney Bruno da Silveira Junior
Faculdade de Administração de Passos
olney.junior@fespmg.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Capacitação, Colaboradores, Competências, Habilidades, Processo de Capacitação

ABSTRACT

The paper presents the specialization pattern commonly used by organizations to contribute to the empowerment of its employees. The training of participating organizations in their respective areas, is considered an effective means to identify skills and subsequently strengthen them as skills. Once these values are valuable to organizations identified by a damn shortsighted of them, they can become strong aggregators aspects relevant to companies and can probably contribute towards the achievement of its objectives. The moment a company carry out their activities, clearly realizes the significant and aggrandizing as are the knowledge, skills and attitudes and installed, they see in verifiable form, high performances, which are naturally transformed into respect, value and preference both the work done by the employees as the organization itself. Throughout this context, the aim of this study is to report the influence of effective training in the dynamics of organizational processes along to employers in industry and commerce clothing, lingerie in the municipality of Juruaia. Thus, specifically looking to identify what are the capabilities hitherto carried out and its alignment with the profile of positions and assignments, assess the extent of the effectiveness of training conducted, verifying the actual qualitative and quantitative improvements arising from the post-training and, finally, consider whether there was truly progress in the preparation, development and completion of activities performed after the training, specific objectives. The research adopts a qualitative approach in its effectuation, with basic purpose. The classification of research as to their typology, provides a bibliographic and descriptive, since it uses such techniques to non-participant observation, interviews and analysis of documents collected. Some of the key questions of the research are that the demand for purchase and, accordingly, apply the resources necessary to train employees of the organization is extremely important, and requires, in a way, and that spending is necessary prior planning. The strategic planning of an organization should not only focus their strategies on building skills needed to fulfill its

mission, but those which are demands in the future. This suggests that the fact that an extremely detailed plan of diagnosis to the corrective action, aimed at continuous improvement of skills and consequently the results. Either reflected more than having resources, it is important to know how to apply them, evaluate them and adapt them. Such statements are presented as true and measurable in the training process.
KEY-WORDS: Training, Staff, Skills, Abilities, Training Process

1. INTRODUÇÃO

O treinamento, o desenvolvimento resultante na capacitação dos colaboradores de uma empresa, visa agregar valor à organização, atingindo as metas por ela definidas e tornando-a eficiente e eficaz no mercado em que atua.

A área de treinamento e desenvolvimento atua com várias competências, de forma a desenvolver novos aspectos em seus colaboradores. No entanto, nem todas as organizações percebem os processos de treinamento e desenvolvimento como investimento e sim como um centro de custos. Esta pesquisa procura levantar conjuntamente aos empregadores da indústria e comércio de confecções de lingerie no município de Juruaia a influência eficaz das capacitações realizadas na dinâmica dos processos organizacionais.

Aquelas organizações que não treinam e/ou desenvolvem os seus colaboradores, podem enfrentar dificuldades no âmbito do desenvolvimento de atividades específicas devido à ausência de pessoal altamente capacitado para o preenchimento dos cargos. Um dos maiores receios dos gerentes atualmente é que posterior à aquisição do conhecimento, o seu colaborador se desligue e vá para outra empresa, fazendo desta forma, com que a empresa "perca" o investimento realizado na preparação do colaborador.

O trabalho tem como problema verificar de que maneira ou forma a participação efetiva dos colaboradores em capacitações influenciam na dinâmica dos processos empresariais.

Identificar quais são as capacitações realizadas e o seu respectivo alinhamento com o perfil dos cargos e atribuições, avaliar a amplitude da eficácia das capacitações efetuadas, verificar as reais melhorias qualitativas e quantitativas advindas da pós-capacitação, e, por fim, analisar se houve, verdadeiramente, progressos na elaboração, desenvolvimento e conclusão das atividades efetuadas após a capacitação, são os objetivos específicos do estudo.

O investimento em treinamento e desenvolvimento das capacidades e habilidades dos participantes de toda organização é de extrema importância, uma vez que este pode ser considerado como uma importante ferramenta estratégica para alcançar a qualidade organizacional total e a valorização dos recursos humanos, resultando assim, no crescimento individual e organizacional, proporcionando melhores resultados para a coletividade.

No momento em que uma organização empresarial procura adquirir a excelência do seu negócio, antes a mesma deve estar plenamente comprometida em alcançar tal meta. Para isto, faz-se necessária à implementação de uma gestão organizacional comprometida com a qualidade; o que é possível através de uma administração eficaz dos recursos humanos, ou seja, através de uma gestão de competências, que é plenamente comprometida para com o desenvolvimento de pessoas na organização, objetivando a ampliação contínua da capacidade de produzir resultados.

A originalidade da pesquisa se justifica no contexto de identificar a real necessidade de aplicação de um programa de treinamento específico, visando a qualificação adequada dos colaboradores da organização, uma vez que estes são os efetivos contribuintes para o constante crescimento da mesma.

Quanto à classificação da pesquisa, esta é disposta como bibliográfica, e se encontra estruturada da seguinte forma: Inicialmente é disposto o referencial teórico, com as citações bibliográficas pertinentes, com ênfase no treinamento e no desenvolvimento dos colaboradores. Conseguinte, a metodologia utilizada é referida pela descrição dos métodos empregados à realização da análise da população e do campo estudados. Por fim, realiza-se a análise dos dados, apresentando os resultados obtidos após a aplicação das entrevistas com os gerentes e/ou proprietários das empresas.

O resultado do trabalho evidencia a percepção, por parte das empresas, da necessidade de contribuir com a capacitação dos seus colaboradores, pois estando plenamente bem capacitados e preparados, os participantes estão aptos a conquistar a qualidade desejada pelas suas empresas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gestão do conhecimento como estratégia para o resultado

As organizações passam a cada dia por mudanças, podendo essas ser de caráter social, tecnológico ou filosófico, gerando a ideia de uma economia do conhecimento motivada pela migração das atividades humanas.

A globalização das ações econômicas demarca novas formas de relações da sociedade com o meio e com os eventos que se sucedem neste universo global. O homem entende a tecnologia da informação como um instrumento imprescindível para a evolução desta nova forma de vida social e econômica.

> Uma vez que a tecnologia, entendida aqui como a tradução da técnica para consolidação de ações de qualquer natureza, que exijam sequência e conhecimento preciso dos elementos que constituem os meios e objetivos a serem alcançados com instrumentais específicos, passou a ditar a ordem das ações empresariais, novas propostas de modelos de gestão das organizações surgiram. Esta chamada era do conhecimento deu ensejo a uma abordagem de gestão de pessoas denominada Gestão do Conhecimento. (QUEL, 2006, p. 2).

O estudo do conhecimento é um dos maiores desafios do homem, pois é um dos conceitos mais pautados na evolução da humanidade.

> Conhecimento é um estado provisório de aceitação e percepção da realidade de um objeto ou evento, estado este articulado em uma estrutura cognitiva própria, gerada pela experimentação e interação do indivíduo com o ambiente no qual ele e o objeto/evento estão inseridos. (QUEL, 2006, p. 18).

O conhecimento pode ser identificado através de três importantes elementos. O primeiro é o indivíduo ou sujeito do conhecimento. O segundo está ligado ao objeto, que pode ser entendido como fenômeno ou até mesmo como evento. O terceiro e último elemento é a experimentação, ou seja, o relacionamento entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Toda organização, independente do seu ramo de atividade, necessita, no ângulo de desenvolvimento de tarefas específicas, de um pessoal excelentemente preparado, e isto será feito no momento da capacitação própria concedida aos colaboradores. É importante mencionar que, com o emprego da alta capacidade dos colaboradores na execução de suas tarefas, resultados cada vez melhores surgirão, e, no instante em que isto acontece, percebe-se a maior proximidade ou até o pleno alcance do objetivo estabelecido pela organização.

> Treinamento é um processo sistemático para promover aquisição de habilidades, regras, conceitos ou atitudes que resultem em uma melhoria da adequação entre as características dos empregados e as exigências dos papéis funcionais. (MILKOVICH e BOUDREAU 2011, p. 338).

A ênfase do treinamento é o presente, isto é, contribuir para com a plena capacitação dos colaboradores ao cargo em disponibilidade, fortalecendo assim, as suas habilidades e competências necessárias para o desempenho de suas atividades.

2.2. Recursos Humanos integrado ao planejamento estratégico

As organizações estão inseridas em certo meio que passa, constantemente, por processos de mudanças. Assim, as empresas devem estar atentas a tais processos, uma vez que estes podem, diretamente, influenciar o seu desempenho. A atenção, por parte das organizações, ao ambiente que as envolve, é fundamental, bem como o processo de interação visando atender às demandas deste ambiente. Visando a correta desenvoltura de toda a organização em determinado processo de mudança, a criatividade e a inovação são fatores essenciais.

O desenvolvimento dos participantes de uma organização, em suas respectivas áreas, proporciona aos colaboradores o desenvolvimento das suas competências e habilidades para que estes possam ocupar os cargos desejados para o futuro. Necessita-se com isto, a realização da mudança de velhos hábitos relacionados à organização, equipe e clientes; isto é, mudar atitudes inadequadas para corretas e positivas, a fim de desenvolver conceitos favoráveis para a organização, inovando assim, o seu nível de criatividade.

> Desenvolvimento é o processo de longo prazo para melhorar as capacidades e motivações dos empregados a fim de torná-los futuros membros valiosos da organização. O desenvolvimento inclui não apenas o treinamento, mas também a carreira e outras experiências. (MILKOVICH E BOUDREAU, 2011, p. 338).

Entende-se que é fundamentalmente necessária a análise referente à real necessidade do treinamento a ser efetuado e, posteriormente, às necessidades por cargos, verificando o que deve ser melhorado, para que o desempenho dos seus colaboradores gere maior produtividade. Sendo visualizada a necessidade de se aplicar o treinamento e o desenvolvimento, analisam-se as habilidades e competências exigidas para o cargo, capacitando o colaborador da melhor maneira possível, gerando para a organização maior qualidade de seus processos.

2.3. Treinamento e Desenvolvimento de pessoas

Na primeira etapa do processo de capacitação dos colaboradores, analisam-se as reais necessidades de treinamento e desenvolvimento existentes e quais são as áreas que necessitam de treinamento e qual tipo de treinamento mais se adéqua a essas necessidades, podendo estas serem passadas, presentes ou futuras.

A segunda etapa consiste na realização do desenho, resultante na elaboração do treinamento e desenvolvimento de acordo com o diagnóstico, "quem deve ser treinado, como deve ser treinado, em que, por quem, onde e quando, a fim de atingir os objetivos do treinamento." (CHIAVENATO, 2005, p.347).

Após a elaboração do treinamento e do desenvolvimento, faz-se a sua aplicação, que consiste nas técnicas usadas, que tem como objetivo informar e desenvolver habilidades de acordo com as necessidades diagnosticadas na organização.

Posterior à execução das três primeiras etapas do processo de treinar e desenvolver, a quarta consiste na avaliação dos resultados. Neste momento é verificado o atendimento às reais necessidades do processo de treinamento e desenvolvimento. É, na verdade, a ponderação do alcance dos objetivos, da compreensão e do aprendizado adquiridos pelo colaborador. Em seguida realiza-se a avaliação final com o intuito de corretamente perceber o resultado do treinamento e desenvolvimento. Aqui são identificados e analisados os benefícios e resultados concedidos aos colaboradores e à organização.

Para Dessler, a avaliação se engaja em quatro fatores:

> REAÇÃO: documente as reações imediatas das pessoas ao treinamento. APRENDIZADO: use recursos de feedback ou testes anteriores ou posteriores ao treinamento para medir o que as pessoas realmente aprenderam. COMPORTAMENTO: observe as reações dos supervisores ao desempenho das pessoas após o fim do treinamento. Esse é o modo de medir em que grau as pessoas que receberam treinamento aplicam novas habilidades e conhecimento ao seu trabalho. RESULTADOS: determine o nível de melhora no desempenho do trabalho e calcule a atualização necessária. (2003, p. 141).

Segundo Botelho e Oliveira (s/d) online, a capacitação dos recursos humanos por meio do treinamento, da motivação, da comunicação e do *empowerment*, são fundamentais para o sucesso na gestão de pessoas. Nas palavras de Dias (2011), o treinamento pode ser, assim que utilizado, uma ferramenta eficaz, significativamente cooperativa para com a melhoria e a qualidade dos serviços ofertados, alcançando então, a plena satisfação das expectativas internas e externas dos atuais e futuros clientes. Para Macian (1987), uma boa maneira de melhorar continuamente o desempenho dos participantes da organização, é contribuir para o aumento da sua capacidade para exercer funções cada vez mais complexas e de maior responsabilidade.

É fundamental para a organização alcançar o sucesso de um projeto de treinamento e desenvolvimento, contar com equipes capacitadas e abertas para mudanças relevantes. O treinamento poderá ser um instrumento efetivo e eficaz que contribuirá significativamente para a melhoria e qualidade dos serviços prestados, satisfazendo assim, as demandas internas e externas da organização. Porém, só trarão vantagens para a empresa e colaboradores, quando os processos de treinamento e desenvolvimento forem bem planejados, e seus resultados avaliados e medidos.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização do estudo

A classificação da presente pesquisa, referente à sua tipologia, a dispõe como descritiva, uma vez que objetiva-se levantar junto aos empregadores da indústria e comércio de confecções de lingerie no município de Juruaia, a influência eficaz das capacitações na dinamização dos processos organizacionais. Vergara (2005) afirma que esta classificação certamente expõe características de determinada população e fenômeno, e ainda estabelece correlações entre as variáveis pesquisadas.

Quanto aos meios, a investigação ocorre por levantamento, que Appolinário (2006, p. 115) aponta como a "modalidade mais simples de pesquisa descritiva, que tem por finalidade apenas a identificação das características de determinada realidade ou mesmo descobrir as variáveis componentes dessa realidade", assim caracterizada como pesquisa de campo, com base em um levantamento bibliográfico prévio.

Para a correta realização da pesquisa o tipo de análise de dados utilizado é qualitativo, tratando-se de uma análise de conteúdo por meio de categorias, o que exige a tipologia qualitativa.

Quanto à obtenção dos dados necessários para a pesquisa, optou-se pela entrevista, que foi respondida pelos empregadores da indústria e comércio de confecções de lingerie no município de Juruaia. Este instrumento de coleta de dados foi estruturado com possibilidades de respostas fechadas e abertas, que, de acordo com Appolinário (2006), os dois tipos são válidos "[...] deva-se considerar que as perguntas fechadas permitem uma codificação posterior muito mais simples. As abertas demandam uma etapa de categorização das respostas antes de proceder a uma codificação, o que implica maior complexidade de análise." (p.137/138).

Após a categorização e codificação dos dados coletados, utilizaremos a estatística descritiva para descrever estes dados. Esta tem por finalidade "descrever, resumir, totalizar e apresentar graficamente dados de pesquisa" (APPOLINÁRIO, 2006, p. 146).

As categorias pelas quais será realizada a análise de conteúdo são: Categoria 1 – Visão geral sobre as capacitações realizadas; Categoria 2 – Perfil sobre o alinhamento de competências; Categoria 3 – Sobre a eficácia das capacitações; Categoria 4 – Sobre melhorias.

3.2. Caracterização do campo de estudo

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Juruaia localizada no sul de Minas Gerais, que foi emancipada em 27 de dezembro de 1948. Sua população em 2013 é de 9887 habitantes (IBGE). A base de sua economia é a agropecuária que conta com um PIB de 41.177, em segundo lugar esta a indústria de confecção com um PIB de 8.594, com destaque para produção de lingerie. Nessa direção à cidade conta com cerca de 160 empresas formais e informais atuando no ramo de confecções de lingerie.

> Juruaia produz aproximadamente 350 mil peças de lingerie por mês, e com elas faturam R$ 4 milhões, (João Batista da Silva, secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, 2012).

Hoje ela é o terceiro maior polo produtor de roupas íntimas femininas do Brasil, atrás somente de Fortaleza, no Ceará, e Nova Friburgo, no interior do Rio de Janeiro. A produção municipal corresponde a 15% do total de lingeries fabricadas no Brasil (SILVA, 2013, online).

De modo geral cerca de 45% da população de Juruaia trabalha no setor de moda íntima, que gera um número aproximado de 4100 empregos.

A pesquisa foi realizada com os proprietários e/ou gerentes de sete empresas de confecção de lingerie do município de Juruaia. Tais empresas utilizam o treinamento de pessoal e autorizaram a pesquisa.

Foram selecionadas sete empresas que no presente trabalho foram denominadas de empresa A, B, C, D, E, F e G. Esta escolha foi feita por acessibilidade, onde foi usada uma carta de apresentação.

A empresa A que atua no mercado desde 1994, é fabricante de roupas intimas e moda praia com um quadro de 50 funcionários diretos.

A empresa B que atua no mercado desde 1994, é fabricante de roupas intimas com um quadro de 45 funcionários diretos.

A empresa C que atua no mercado desde 1994, é fabricante de roupas intimas e moda praia com um quadro de 72 funcionários diretos.

A empresa D que atua no mercado desde 1993, é fabricante de roupas intimas e moda praia com um quadro de 60 funcionários diretos.

A empresa E que atua no mercado desde 2005, é fabricante de roupas intimas com um quadro de 150 funcionários diretos.

A empresa F que atua no mercado há mais de 15 anos é fabricante de roupas intimas e moda praia com um quadro de 39 funcionários diretos.

A empresa G que atua no mercado desde 2006, é fabricante de roupas intimas e moda praia com um quadro de 18 funcionários diretos.

3.3. População estudada

A população estudada é composta pelos gerentes e/ou proprietários das confecções de lingerie de Juruaia que já utilizam o treinamento de pessoal e as que autorizaram a pesquisa.

A amostra utilizada foi a não probabilística, pois não usamos métodos probabilísticos, ou seja, seleção não casual de elementos da amostra. São amostragens em que há uma escolha deliberada dos elementos que compôs a amostra. Com estas amostras não se pode generalizar os resultados da pesquisa, uma vez que elas não garantem a representatividade da população. A seleção foi feita com as empresas que utilizam o treinamento de pessoal e a quantidade de empresas que participaram da amostragem só foi determinada após este levantamento.

A amostragem que foi utilizada no projeto foi a intencional, os elementos que fizeram parte da amostra foram escolhidos por acessibilidade, dentro de determinados critérios, como por exemplo, por pertencer a um determinado grupo julgado como de interesse do pesquisador.

As empresas cadastradas na ACIJU (Associação Comercial e Industrial de Juruaia) são 75 sendo que 60 são confecções de lingerie. Dessas 60 empresas, escolhemos as 10 mais acessíveis para responder a entrevista, mas somente 7 responderam, representando 8,57% do total da amostra.

3.4. Coleta de Dados

Para construção adequada do formulário de entrevista foi realizado um Teste Piloto, quando o formulário foi aplicado a um empresário. Após a aplicação, é identificado como capaz de responder a pergunta problema.

O instrumento utilizado para realizar a coleta de dados foi formulário semi-estruturado com perguntas pré-determinadas. A coleta de dados foi realizada no mês de Julho de 2013.

Para a realização das entrevistas optou-se pela utilização da tecnologia de gravação de áudio da fala dos entrevistados, para isto foi comunicado antes do início da entrevista e a concordância pela gravação foi unânime.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram organizados e analisados segundo a técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (1979, p.42) apud Minayo (2007), a Análise de Conteúdo pode ser definida como:

> Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (1979, p. 42).

No quadro abaixo são apresentados os aspectos das empresas pesquisadas quanto à realização de capacitações, quantidade de funcionários e os temas das capacitações.

Quadro 1 – Dados demográficos das indústrias e comércio de confecções de lingerie de Juruaia.

Realiza capacitações		*%*	***Tema das Capacitações***	***Capacitações Realizadas***	*%*
Sim	*7*	*100%*	*Vendas*	*7*	18%
Não	*0*	*0%*	*Marketing*	*5*	13%
Empresa	***Funcionários***	*%*	*Gestão*	*5*	13%
A	*50*	*12%*	*Software especifico*	*4*	10%
B	*45*	*10%*	*Produção*	*4*	10%
C	*72*	*17%*	*Planejamento*	*4*	10%
D	*60*	*14%*	*Controle de estoque*	*4*	10%
E	*150*	*35%*	*Criação*	*3*	8%
F	*39*	*9%*	*Gestão da Informação*	*2*	5%
G	*18*	*4%*	*Outros*	*1*	3%
TOTAL	**434**	***100%***	***TOTAL***	**39**	**100%**

Fonte: Dados coletados da pesquisa.

Nota-se que todas as empresas entrevistadas realizam capacitações periodicamente, com concentração de investimentos para a área comercial (31%), como apontado no quadro Vendas (18%), Marketing (13%), foi apontado com baixa ênfase para investimento as áreas de criação (8%) e Gestão da Informação com (5%), o que aparentemente pela característica do negócio é incoerente, pois o resultado comercial tem fundamentação no estabelecimento de uma boa prática de criação.

A empresa que possui mais funcionários é a empresa E (150) e a que possui menos é a G (18), porém todos demonstram preocupação com a formação de competências ligadas ao negócio.

Categoria 1 – Visão geral sobre as capacitações realizadas

As necessidades de capacitações são identificadas por meio de relatórios, indicadores, reuniões com a equipe e a diretoria, inovações e crescimento da empresa. Os setores que mais recebem investimento em capacitações são: vendas, produção e todos os setores que são identificadas necessidades.

Categoria 2 – Perfil sobre o alinhamento de competências

Todas as empresas entrevistadas possui uma descrição de cargos, a vantagem disso para a capacitação é a facilidade na substituição de um colaborador, quando há verdadeira necessidade, auxilia no preparo das equipes, plano de carreira, facilita o aprendizado, melhora a orientação profissional, eficiência no trabalho e verifica qual a necessidade de capacitação do funcionário.

Categoria 3 – Sobre a eficácia das capacitações

A avaliação sobre as capacitações que a empresa oferta aos colaboradores atende parcialmente as expectativas quanto à formação de competências em todas as empresas entrevistadas. As causas disso são: treinamento informal por parte da empresa, dificuldade de capacitação, limitações das pessoas, diferentes formas de capacitações e o empenho do colaborador.

Categoria 4 – Sobre melhorias

Os indicadores que comprovam a melhoria dos resultados são usados pela maior parte das empresas, e esses indicadores são: planilhas de controle, proporção de vendas, valor médio de vendas, produtividade, efetividade, volume, satisfação do cliente e menor rotatividade de pessoal.

A maioria das empresas entrevistadas utilizam indicadores para avaliarem a melhoria dos resultados, após a aplicação das capacitações como, por exemplo, maior produtividade, menor rotatividade de pessoas, planilhas de controle, efetividade, proporção de vendas e satisfação dos clientes.

Nota-se que após as capacitações, observam-se resultados positivos para as empresas, como por exemplo, aumento das vendas, redução da inadimplência e redução de custos. Após a implementação das capacitações, pode-se notar que houve aumento nas vendas, motivação dos colaboradores, maior controle de processos de Recursos Humanos, eficácia no desempenho da função e maiores informações para tomada de decisões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico apresenta conceitos relevantes sobre o que é o treinamento e desenvolvimento de pessoas, e estes são essenciais para o desenvolvimento das empresas.

Consideramos o treinamento e desenvolvimento de pessoas muito importante, pois o colaborador que recebe a capacitação se sente mais satisfeito e motivado no cargo que ocupa e consequentemente terá um reconhecimento maior da organização, o que contribuirá com o aumento da sua produtividade e do desempenho da empresa.

O trabalho ressalta a importância dos colaboradores, uma vez que são estes que empregam seus esforços para gerar resultados para as empresas. É fundamental colocar a pessoa certa no lugar certo, isto é fator significante para o sucesso de uma organização.

No objetivo geral procurou-se analisar junto aos empregadores da indústria e comércio de confecções de lingerie no município de Juruaia como as capacitações que são realizadas influenciam na dinâmica dos processos organizacionais, após a realização da pesquisa e ao analisarmos os dados, concluímos que as organizações estão preocupadas com a capacitação dos colaboradores que executam tais atividades, mesmo sabendo que as capacitações atendem parcialmente suas expectativas.

Percebe-se que após a aplicação das entrevistas nas empresas, a capacitação é fundamental em qualquer organização, pois possibilita que o colaborador adquira competências e habilidades necessárias para realizar suas tarefas dentro da organização.

O treinamento pode ser aplicado de diversas formas, por pessoas da própria empresa ou por instituições terceirizadas. O importante é transmitir o conhecimento de uma forma simples para que o colaborador possa assimilar o que foi visto durante o treinamento e colocá-lo em prática.

O treinamento não deve ser visto pelas organizações como um custo, e sim como um investimento, tanto para estas, quanto para seus colaboradores.

É necessário que os colaboradores saibam quais são os objetivos da empresa, sua visão, sua missão e seus valores. Esse conhecimento faz com que o colaborador esteja de acordo com os propósitos da organização.

Concluindo, o presente trabalho traz como sugestões estratégicas para as empresas o investimento cada vez mais acentuado em capacitações para seus participantes. Assim sugere-se que as organizações aproveitem os colaboradores que não possuem o perfil desejado, dando-lhes formação, treinamento, capacitando-os para os cargos e consequentemente contribuindo para o alcance dos seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIJU – Associação Comercial e Industrial de Juruaia. Disponível em: http://www.juruaia.com.br/site/cidade/informacoes-sobre-juruaia-mg.html

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BOTELHO, Rubens de Oliveira; Oliveira, Ualison Rébula de. **CAPACITAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL ATRAVÉS DE TREINAMENTO, COMUNICAÇÃO, EMPOWERMENT E MOTIVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO CONSÓRCIO MODULAR XPTO CAMINHÕES E ÔNIBUS**. (s. d.) online. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos05/277_capacitacao%20de%20pessoal%20na%20empresa%20xtpo.pdf. Acessado em: 19/09/2013.

CHIAVENATO, Idalberto, **Gestão de Pessoas** - Segunda edição, totalmente revista e atualizada, São Paulo: Elsevier Editora Ltda. 2005.

DESSLER, Gary, **Administração de Recursos Humanos**, 2. ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil. 2003.

DIAS, Ricardo Lourenço. **A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NA REESTRUTURAÇÃO DO RH**. 2011. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-treinamento-e-desenvolvimento-de-pessoas-na-reestruturacao-do-rh/61387/. Acessado em 19/09/2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=313690&idtema=119&search=minas-gerais%7Cjuruaia%7Cestimativa-da-populacao-2013. Acessado em 02/08/2013.

MACIAN, M.L. Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, Jonh W.. **Administração de Recursos Humanos**, 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A. 2011.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde, 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

QUEL, Luiz Felipe. **Gestão de Conhecimentos** e os desafios da complexidade nas organizações, 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SILVA, Samantha. **Lingerie tira mulheres do campo e faz polo virar realidade em Juruaia**. 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/09/de-aposta-realidade-mulheres-comandam-crescimento-em-juruaia.html

VERGARA, Sylvia Constant, **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**, 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2005.

O processo de supervisão em Serviço Social: compromisso com a formação acadêmica e com os princípios da profissão

Neste artigo, se tem como objetivo, a identificação dos elementos constitutivos do curso de Serviço Social na UNIUBE, na disciplina de estágio supervisionado, evidenciando a importância de supervisão de campo e/ou acadêmica, que poderá ser prestada pelos futuros assistentes sociais, enquanto atribuição privativa prevista pelo Código de Ética vigente, em observância aos aspectos, teórico, metodológicos e ético políticos da profissão. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com perspectiva teórica baseada no materialismo dialético. Em observância à centralidade da pesquisa, recorda se o conceito do estágio e das supervisões de campo e acadêmica; as documentações necessárias; as legislações relacionadas ao estágio e, por fim, as exigências das entidades representativas e socioinstitucionais. Desta forma, espera-se despertar para o compromisso que a profissão possui com a formação dos discentes em Serviço Social. Portanto, aqui apresenta-se a reflexão com base na vivencia do processo de supervisão de campo e acadêmica, relacionando-as com o estágio, os princípios e objetivos da disciplina de supervisão de estágio, além da função dos atores envolvidos no decorrer desta atividade constituídos por: discente/estagiário; docente/supervisor acadêmico e o supervisor de campo/assistente social. Neste contexto, observar se que cada sujeito assume significativa importância para que o estágio ocorra numa perspectiva de qualidade, na troca de experiências e saberes, efetivando, assim, um aprendizado em sua totalidade, singularidade, universalidade e particularidade do campo de estágio no qual os sujeitos estão inseridos. O supervisor de estágio possui relevante função neste processo, uma vez que estará em contato com o discente no cotidiano, atuando diretamente na construção da sua identidade profissional. Em continuidade, será desvelada a matriz curricular do Serviço Social; como também as exigências curriculares definidas pelas entidades representativas. Por fim, abordar-se-á os aspectos legais, administrativos, éticos e técnicos do estágio.

118-2439

Valquiria Alves Mariano
Unesp Franca
valquiria.mariano@uniube.br

Neide Aparecida de Souza Lehfeld
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
nlehfeld@unaerp.br

Leticia Lucia Silva Santos
Unesp Franca
leticia_mab@yahoo.com.br

Marcia Cristina Freitas Silva
Unesp Franca
marcia.silva@uniube.br

PALAVRAS CHAVES: Serviço Social; Supervisão; Estágio; Formação.

1. INTRODUÇÃO À MATRIZ CURRICULAR DO SERVIÇO SOCIAL

Esta discussão está centrada na supervisão de estágio como matriz curricular do Serviço Social, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico - PPP dos cursos, com destaque no curso oferecido pela Universidade de Uberaba - UNIUBE. Para isso, apresenta-se um breve resgate histórico para que compreender o processo acerca dos determinantes do estágio supervisionado enquanto disciplina fundamental para a formação acadêmica e construção da identidade do futuro assistente social.

De acordo com Mariano (2000), desde a criação do Serviço Social, com a primeira escola no Brasil, em 1930, já havia, mesmo que de maneira deflagrada, a intenção de se inserir o discente no cotidiano profissional e levá-lo a conviver com a realidade e as demandas apresentadas pela população usuária. Nota-se esta afirmativa no trecho de Buriolla (1996, p. 13):

> [...] o estágio em Serviço Social, no Brasil, existe desde a fundação das primeiras Escolas de Serviço Social, na década de trinta, sendo parte integrante e obrigatória do Curso de Serviço Social. Nesta medida, desempenha um papel decisivo na formação do aluno, possibilitando-lhe a inserção na prática profissional.

E ainda, a origem da supervisão, segundo Lewgoy (2009 *apud* MARIANO, 2000), acompanha a história da criação da profissão, uma vez que a historicidade é fator determinante para as relações sociais; concepções e ideias que foram definidas de acordo com os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais, ao ampliar o foco de análise, particularizando o estágio como processo de formação profissional.

No Serviço Social com o advento do que representou o "Movimento de Reconceituação", a supervisão de estágio passou a ser concebida como um "processo educativo e administrativo de aprendizagem mútua entre supervisor e supervisionado, no qual ambos são sujeitos do processo, tratando de que sejam portadores de uma educação libertadora." (SHERIFF, 1973 *apud* BURIOLLA, 1996, p. 24).

Neste contexto, não se pode esquecer de que o Movimento de Reconceituação alterou intensamente o aporte teórico-metodológico, que não deve se dissociar da relação entre teoria e prática (BURIOLLA, 1996). Assim, o estágio é realizado em um espaço de constantes tensões e contradições, ocasionadas pelas relações de poder, sejam elas institucionais ou políticas; pelas expressões da questão social e, por vezes, pela carência de instrumentais que facilitariam a efetivação do mesmo. Por esse motivo, pode se dizer que:

> [...] efetivamente, o estágio supervisionado é um 'divisor de águas' no processo de formação profissional, um momento onde se descortina aos estagiários novas possibilidades de entender a dinâmica do trabalho profissional (OLIVEIRA, 2004, p. 78).

Na contemporaneidade, o estágio é concebido de acordo com determinações que agem como forças dinâmicas e mutáveis que se apresentam a partir das representações da realidade. O supervisor de estágio, deverá acompanhar sistematicamente o seu estagiário, seguindo além das legislações vigentes, todas as orientações das entidades representativas e das instituições de ensino; promovendo um diálogo aberto e contínuo com o estagiário, primando pelo processo ensino- aprendizagem.

Tendo como referência o Projeto Político-Pedagógico da Universidade de Uberaba, sugere-se que para um estágio de qualidade os supervisores de campo se norteiem por objetivos em comum com os apresentados a seguir (UNIUBE, 2010, p. 2):

- proporcionar o conhecimento da realidade social e da dimensão do trabalho profissional na sociedade brasileira contemporânea, oportunizando o contato com as especificidades regionais e locais;
- identificar, no campo de estágio, as diversas manifestações da questão social que emergem da realidade social;
- possibilitar ao discente o desenvolvimento de habilidades técnico operativas para planejamento de ações, programas ou projetos de enfrentamento das expressões da questão social, executando-os e avaliando-os;
- contribuir para que o discente desenvolva atitude ética frente à instituição, à equipe de profissionais e, principalmente, à população usuária;
- desenvolver a habilidade de trabalhar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares;
- capacitar os discentes para a realização de intervenções sociais, pesquisas, elaboração e apresentação da documentação profissional;
- contribuir para o fortalecimento do conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, a partir da vivência no estágio, estendendo-se para o coletivo durante os encontros presenciais;
- contribuir para a construção de um processo contínuo de análise crítica sobre o processo de trabalho do Serviço Social na sociedade brasileira, desenvolvendo as competências para que possa ser um profissional propositivo;
- facilitar ao discente aproximações sucessivas com o trabalho profissional e com a rede de interlocuções subjacentes à sua efetivação, auxiliando-o a apropriar-se do significado social da profissão e da construção de sua identidade profissional, individual e coletiva, fundamentais para a formação do assistente social.

E ainda, como finalidades do estágio do assistente social em formação de acordo com o Projeto Político-Pedagógico, deverá priorizar os seguintes saberes (UNIUBE, 2010, p.3):

- superar a dicotomia teoria-prática;

- possuir habilidade para a investigação, explicação, interpretação e intervenção da e na realidade, por intermédio de atividades planejadas, a partir de atitudes reflexivas, que enriqueçam a teoria como suporte do trabalho profissional;
- apreender as dimensões políticas da profissão e do compromisso ético-político do Serviço Social;
- atuar na capacidade de reflexão crítica sobre o trabalho profissional nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas.

Estes pressupostos tornam se essenciais e podem se materializar por meio das atividades desenvolvidas no decorrer do estágio, sob orientação do supervisor de campo, sem restrição, uma vez que a ideia não se reduz a adotar "receitas" e/ou inibir o aluno estagiário, nem tampouco os demais atores envolvidos. Nesta perspectiva, estas ações também devem prever além da aprendizagem, sobretudo as demandas apresentadas neste espaço sócio ocupacional mediante as especificidades institucionais. O estágio é um momento rico de contato direto com a diversidade de demandas, o que requer do profissional supervisor de campo aptidão para diante desta realidade e supervisionar o estagiário neste contexto.

Quanto as atividades, apresenta-se algumas a seguir (UNIUBE, 2010, p.3):

- Introdução à Instituição, como forma de oportunizar o conhecimento de sua estrutura organizacional.
- Realização de observação sobre o funcionamento dos diversos setores da instituição e da dinâmica institucional, de modo geral.
- Leitura da documentação específica do setor de Serviço Social para possibilitar o conhecimento sobre sua dinâmica.
- Elaboração do Plano de Estágio conforme a proposta de atuação do Serviço Social da Instituição, com o respaldo do assistente social supervisor de campo, respeitando a data estabelecida previamente pelo assistente social professor supervisor.
- Realização de levantamento bibliográfico na área específica do campo de estágio.
- Atendimento da população usuária, nas abordagens individuais e grupais, além da realização de visitas domiciliares, hospitalares, asilares, entre outros, sob a supervisão direta do supervisor de campo.
- Participação da discussão sobre o atendimento de usuários com a(o) assistente social e os demais membros da equipe.
- Acompanhamento e observação das intervenções realizadas pelo assistente social e demais membros da equipe.
- Elaborar, executar e avaliar programas e propostas de intervenção na área específica de estágio, bem como documentar todas as atividades desenvolvidas no campo de estágio.
- Participar das reuniões da equipe na qual está inserido.
- Realizar pesquisas e levantamentos sociais.
- Elaboração de registros e de documentação das atividades realizadas, como: diário de campo, agenda e relatórios.
- Construção e entrega do relatório semestral de estágio, individualmente, conforme datas predeterminadas, além da súmula constate do cumprimento da carga horária, com a assinatura do aluno estagiário, assinatura e carimbo do supervisor de campo e supervisor acadêmico. Juntamente com esse relatório e súmula, deve ser entregue a avaliação do supervisor sobre o desempenho do aluno estagiário durante o período que esteve sob sua supervisão.

Contudo, os princípios da supervisão do estágio em Serviço Social, também devem ser previstos, sendo estes de acordo com Samya Rodrigues Ramos (2000, p. 28):

- articulação entre formação e exercício profissional;
- a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo;
- a interdisciplinaridade;
- a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;

- a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;
- unidade teoria-prática.

Entende-se que estes são pressupostos essenciais para o estágio supervisionado em serviço Social, elemento essencial para a formação acadêmica do futuro assistente social.

2. O PROCESSO DE SUPERVISÃO DE CAMPO E ACADÊMICA

Segundo as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS):

> A concepção de Estágio supervisionado é entendida como atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidades de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 19).

Portanto, o estágio supervisionado deve ser compreendido enquanto uma disciplina obrigatória no contexto dos cursos de Serviço Social, com uma perspectiva inclusive, de preparar o aluno no sentido de despertar o desejo, a disponibilidade e o interesse em ser supervisor de campo. O estágio deve ocorrer durante o período concomitante às aulas, respeitando-se o período letivo, já que, como explicitado anteriormente, o discente deverá ser acompanhado sistematicamente pelo seu supervisor acadêmico/docente.

O estágio também poderá proporcionar ao acadêmico futuro supervisor de campo, uma maior aproximação com o cotidiano profissional do assistente social, ao vivenciar o contato com as expressões da questão social, objeto da profissão, sendo capaz de intervir na realidade e nas demandas apresentadas. Desse modo, o discente será capaz de "conciliar a teoria aprendida também nos bancos universitários, com a prática cotidiana do assistente social, com vistas à qualidade e eficácia dos serviços prestados, embasados teórica e metodologicamente." (MARIANO, 2010, p. 15).

A realidade vivenciada no estágio, esta sistematiza por meio das atividades, com embasamento teórico para o ensino; enquanto o conhecimento, obtido durante as disciplinas, possibilitarão intervenções fundamentadas para que o atendimento das demandas apresentadas possa ser efetivo, ou seja, a teoria não pode ser descolada da prática e vice-versa, estabelecendo um processo dialético do processo de ensino-aprendizagem que "envolve na mesma reflexão, a teoria, a prática e as relações da categoria profissional com a sociedade, nos diferentes momentos históricos." (BURIOLLA, 1996, p. 19).

Assim, é de extrema relevância, pois, por meio da dialética, relacionar a teoria vista em sala de aula com a prática realizada no cotidiano profissional. Este movimento possibilita romper com o velho discurso de dicotomia entre teoria e prática, apontando uma atuação coerente com os princípios profissionais.

Torna essencial reconhecer a importância e as funções que os atores envolvidos neste processo exercem. São eles: o estagiário; o supervisor de campo e o supervisor acadêmico. Segundo Mariano (2010, p. 68), o estagiário "deve ser entendido como o 'sujeito em formação' e, como tal deve estar articulado ao Projeto Político Pedagógico – PPP do curso e suas especificidades." Para facilitar este processo pode se utilizar das informações disponibilizadas por meio de documentos; palestras nas Instituições de Formação Acadêmica; e, também, nas entrevistas de seleções do estágio.

Nesse contexto, a função do estagiário é desenvolver as atividades relacionadas no **plano de estágio**, sendo coerente com os princípios profissionais estabelecidos no Código de Ética, em consonância ao Projeto Ético Político da Profissão. E ainda, outro fundamental papel do estagiário é:

> Contribuir no processo de "oxigenação" da ação profissional do assistente social, na medida em que apresenta questionamentos acerca do trabalho realizado e possibilidades de enfrentamento às situações vivenciadas no cotidiano profissional (OLIVEIRA, 2000, p. 105).

Ao se tratar do plano de estágio é importante salientar que este é:

> [...] um documento a ser elaborado pelo(a) estudante, em conjunto com os(as) seus(suas) supervisores(as) (acadêmico(a) e de campo), que deve conter os objetivos e as atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo, durante o semestre ou ano letivo. Precisa contemplar a articulação das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Esse instrumento servirá como norteador do processo ensino-aprendizagem a ser construído com a participação dos três sujeitos envolvidos supervisor(a) acadêmico(a), supervisor(a) de campo e estagiário(a). (ABEPSS, 2010, p. 33).

Outro ator de relevância neste processo é o supervisor acadêmico, ou seja, o docente da disciplina de estágio. Este profissional é o responsável pela reflexão teórico-metodológica das ações que ocorrem no cotidiano profissional. Este tem como competências:

> [...] acompanhar o desempenho do estagiário de acordo com o plano de estágio; identificar carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estagiário e contribuir para sua superação, desenvolvendo um exercício reflexivo sobre seu processo de formação profissional (relação teoria-prática). (OLIVEIRA, 2000, p. 106).

Cabe ressaltar que o supervisor acadêmico e a coordenação de estágio da Unidade de Formação Acadêmica (UFA), devem desenvolver ações sistemáticas de qualificação da formação profissional pautando na participação efetiva dos supervisores de campo por meio de incentivos tanto das Instituições de ensino quanto das concedentes dos campos de estágio.

Outro aspecto de relevância está na interação entre os supervisores de campo e acadêmico e vice versa, ao evitar a dicotomia entre teoria e prática e, também, possibilitar a ampliação das condições para o desenvolvimento do estágio.

Em relação ao supervisor de campo, "sua principal característica é o acompanhamento do estagiário na dinâmica do cotidiano do campo de estágio, constituindo o 'elo privilegiado' na capacitação para o exercício profissional." (OLIVEIRA, 2000, p. 105). Para que seja possível a supervisão direta durante o processo de estágio, torna-se necessário que este seja assistente social, inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), e que possua, também, competência e domínio das habilidades da profissão e da supervisão, visto se tratar de atribuição privativa do assistente social.

Cabe abordar ainda que o assistente social, na condição de supervisor de campo, possui relevante função na socialização e construção dos conhecimentos específicos do estagiário, considerando a área em que o estágio é realizado. Ao mesmo tempo em que o discente/estagiário é privilegiado adquirindo conhecimentos específicos, o supervisor possui, neste processo, a possibilidade de rever e especializar suas práticas profissionais, capacitando-se e qualificando-se permanentemente.

Outro elemento importante refere-se a mediação entre os atores envolvidos no processo de estágio faz-se necessária para que seja possível maior efetivação da tríade: fundamentação teórico-metodológica; capacitação técnico-operativa e a dimensão ético-política da atuação profissional e no processo de formação profissional em Serviço Social.

Segundo Souza (2009, p. 53):

> Enquanto campo de treinamento da prática profissional do Serviço Social, o estagiário vivencia as relações sócio históricas, dialéticas e contraditórias existentes nesse espaço, compreendendo a dinâmica peculiar do trabalho. Assim, ao entrar em contato com essa realidade, o estagiário tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos conhecimentos a partir do conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional.

Portanto, o espaço de estágio revela-se dinâmico, em que os atores, estagiário e supervisores acadêmicos e de campo, exercem influências, determinando a intervenção do Serviço Social e garantindo, assim, a efetivação dos princípios do Código de Ética Profissional como a defesa intransigente dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

3. O ESTÁGIO: ASPECTOS LEGAIS, ADMINISTRATIVOS, ÉTICOS E TÉCNICOS

Este último item trata das legislações referentes ao estágio, como o mesmo ele se desenvolve e o direcionamento ético político profissional junto aos usuários e consequentemente ao estagiário, e assim legitimar o

Serviço Social enquanto categoria. Esta postura poderá "promover" a eficácia do processo de estágio e da formação acadêmica, independente do espaço sócio ocupacional.

Ao longo do histórico da profissão, a categoria tem se respaldado nos aparatos legais que visam a proteção do discente que irá se inserir no campo de estágio. Neste sentido, se tem a Lei Nº 6494 de setembro de 1977, que dispõe sobre os "estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior", e a Resolução n. 15, de 13 de Março de 2002, que são as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, esta define o estágio curricular em Serviço Social como obrigatório enquanto componente curricular. E ainda, a Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que atualmente é reconhecida como uma normativa federal e a Resolução 533 de 2008, da categoria que determina as condicionalidades do estágio. Tais documentos serão analisados posteriormente.

A Lei 6494/77 estabelecia o estágio como disciplina obrigatória, em nas unidades em que houvesse condições adequadas para que os discentes estagiários, vivenciassem experiência prática e, também, "deveriam propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares." (MARIANO, 2010, p. 71). Esta Lei passou por alterações na redação e foi revogada pela atual Lei de Estágio, Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Atualmente, as Resoluções 290/94 e 293/94 do CFESS, que aprovam o Código de Ética Profissional do Assistente Social, explicitam, em seu Art. 4º, que é vedado ao assistente social: compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais; e que o assistente social permita ou exerça a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

> A finalidade do estágio, segundo as leis citadas, é propiciar aos estudantes a complementação do ensino e da aprendizagem, devidamente planejados, executados, acompanhados e avaliados, de acordo com os currículos, programas e calendários escolares. Para que se caracterize como regular é ainda necessário que a instituição de ensino e a pessoa jurídica, pública ou privada, onde se efetuará, firme o citado termo de compromisso, um instrumento jurídico, periodicamente revisto, no qual constarão tais exigências legais (SIMÕES, 2008, p. 442).

O supervisor de campo necessita especificamente ser assistente social e estar devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social. É necessário ter como referencial de atuação a Lei Nº 8662/93, que regulamenta a profissão, assim como o processo de estágio, por esta ser uma das atribuições privativas do Assistente Social, conforme o artigo 5º. E ainda, no artigo 14º, desta mesma legislação, quanto a questão do estágio destaca que "somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social." (BRASIL, 1993, p. 3).

Quanto a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, traça diretrizes para o estágio de forma geral, uma vez que este não é disciplina apenas do Serviço Social. Nesse sentido, esta:

> [...] vem "organizar" um momento relevante na formação do profissional uma vez que entende o estágio como espaço de formação, "ato educativo escolar supervisionado", colocando como imprescindível a celebração de convênios entre instituições, realização de planos de atividades de estágio, período de recesso, presença do professor supervisor e supervisor de campo. (MARIANO, 2010, p. 74).

Esta lei possui como diferencial a definição de exigências e diretrizes para o estágio obrigatório e, também, para o não curricular, oferecendo garantias de benefícios como bolsa de estudo, vale transporte, férias, entre outros. Este "benefício" foi legalizado, pois, em muitas empresas, o estagiário era definido como mão de obra barata; por vezes, não era remunerado e reconhecido.

A Resolução 533, de 29 de setembro de 2008, aprovada pelo conjunto CFESS/CRESS visa regulamentar a supervisão direta no curso de Serviço Social e possui como diferencial a definição de funções para os atores envolvidos no estágio, ou seja, estagiário, supervisor de campo e acadêmico. Outro fator relevante é a necessidade de um acompanhamento dos órgãos representativos da categoria, o que não acontecia anteriormente. No artigo 2º explicita as condições básicas para que o estágio possa acontecer.

No artigo 3º encontramos outro diferencial: a definição do número de estagiários, de acordo com a carga horária de trabalho do assistente social, considerando que "[...] o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho" (CFESS, 2008, p. 1).

Nesse sentido, segundo os debates da categoria, os pontos positivos para esta diminuição de estagiários, por carga horária, são de que, com menos estagiários, o supervisor de campo poderá proporcionar melhores condições de supervisão e troca de experiências. Porém, os pontos negativos são a redução expressiva do número de campos de estágio disponíveis.

Joazeiro (2008, p. 82) define a relação entre o estágio supervisionado e os aspectos legais, administrativos éticos e técnicos:

> O estágio supervisionado é atravessado pelas normas que definem o campo de saber e o exercício profissional na profissão. Ele está em consonância com o Código de Ética do Assistente Social e com a Lei de Regulamentação da profissão, bem como com as demais normas jurídicas, administrativas, econômicas em vigor em dado tempo e lugar. Ele é realizado concomitante ao curso e, através dele, busca-se articular o corpus conceitual da profissão com a experiência concreta do aluno-estagiário na realização da atividade de trabalho do e no estágio, atividade esta que é realizada sob a supervisão de um assistente social que trabalha na instituição, seja essa instituição de natureza pública, privada, confessional ou laica.

Por fim, deve-se conhecer a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), que foi pensada, amplamente discutida e aprovada, devido aos questionamentos que a categoria realizava às mudanças legais. Esta discussão originou-se, particularmente, em maio de 2009, por meio de um documento cujo título era "Proposta para a construção da política nacional de estágio".

O maior objetivo da PNE foi evitar que o discente estagiário não exercesse atribuições que não fossem relacionadas à sua formação. Ela foi criada com o intuito de oferecer fundamentação teórica e relacionar as legislações citadas anteriormente explicando-as e discutindo-as, a fim de diminuir as dúvidas e tornar o estágio um *lócus* de debate, troca de experiências e, acima de tudo, um local em que a identidade do futuro assistente social possa ser construída para que se legitime a profissão. Além de coibir a ampliação da oferta dos cursos por meio do número expressivo de ofertas na modalidade EAD, com um discurso de evitar a precarização do ensino.

O supervisor de campo deve estar atento, também, com as atividades que seu estagiário irá realizar. O estagiário do Serviço Social não é um mero executor de atividades administrativas e as suas atividades não devem se restringir a isso! Neste contexto, o estagiário, ao ingressar no campo de estágio, irá construir com o supervisor de campo e, sob a supervisão acadêmica, o seu plano de estágio. Como foi visto anteriormente, nele deverá constar "teórica e metodologicamente, o conjunto de atividades que serão realizadas pelo estagiário, em conformidade com o projeto ético-político profissional e o projeto pedagógico do curso." (OLIVEIRA, 2000, p. 102).

O supervisor de campo deve orientar e dialogar para que se determinem as atividades a serem realizadas, e para que se defina como será a forma de avaliação e o acompanhamento das atividades. Portanto, o plano de estágio é um importante instrumento de referência para o estagiário, o supervisor de campo e acadêmico e necessita estar disponível em local de fácil e rápido acesso, tanto no campo de estágio, como na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) (OLIVEIRA, 2000). O plano de estágio deve ser composto pelos seguintes itens:

- **Identificação:** nome do estagiário, do supervisor, CRESS, período e semestre.

- **Instituição:** nome, endereço; caracterização, cargos dos diretores e funções, finalidade e objetivo, área de atuação; população atendida, quadro de pessoal e fonte de manutenção financeira.

- **Serviço Social**: plano de trabalho do Serviço Social na instituição.

- **Plano de estágio**: carga horária semanal (assistente social e estagiário), período, objetivos (geral e específico) da formação profissional do estagiário; atuação do estagiário, operacionalização, supervisão, avaliação/acompanhamento e referências bibliográficas. (OLIVEIRA, 2000, p. 104. Grifos da autora).

Não há nesse contexto, apenas este instrumental técnico que necessita ser desenvolvido no decorrer do estágio supervisionado. Há, também, a súmula, que contém a data, o horário de entrada e de saída do estágio e a assinatura do estagiário e do supervisor de campo. Vale lembrar que a súmula deve ser preenchida todos os dias do estágio e possui validade legal no que diz respeito à carga horária de realização do estágio.

O diário de campo é uma forma de registro que conterá as observações e reflexões, tanto do estagiário, como do supervisor de campo. A finalidade do diário de campo é incentivar a observação e a descrição sobre os acontecimentos ocorridos no cotidiano do estágio. O superior necessita incentivar a construção sistemática do diário de campo, como também, as reflexões do cotidiano profissional, para que não seja apenas mais um instrumental. Mas não se esqueça de que o diário de campo deve respeitar o sigilo profissional; portanto, não cite nomes ou dados que determinem o estagiário.

> O diário de campo pode ser organizado em três partes: (1) descrição; (2) interpretação do observado, momento no qual é importante explicitar, conceituar, observar e estabelecer

> relações entre os fatos e as consequências; (3) registro das conclusões preliminares, das dúvidas, imprevistos, desafios tanto para um profissional específico e/ou para a equipe, quanto para a instituição e os sujeitos envolvidos no processo (LIMA; MIOTO; PRÁ, 2007, p. 7).

O estagiário, com o acompanhamento do supervisor de campo, deverá realizar o relatório de estágio em que irá sintetizar as informações e reflexões ocorridas durante o processo de estágio. Ele será corrigido pelo supervisor de campo e avaliado pelo supervisor acadêmico. O relatório deve ser coerente com o plano de estágio.

Ao futuro supervisor, alertamos que, no relatório de estágio, constará a opinião do estagiário, portanto, caso haja críticas referentes ao local de estágio ou a todo o processo, permita-se discernir se é pessoal ou profissional e, caso a crítica tenha fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo, ela deve ser feita, a fim de melhorar o processo de estágio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do artigo centram-se nos elementos essenciais do estágio supervisionado em Serviço Social, as legislações e as funções e atividades a serem realizadas para que seja possível a construção de identidade profissional e, consequentemente, a legitimação do Serviço Social enquanto categoria.

Apresentou desde o conceito de estágio, as funções que o futuro supervisor de campo, assumirá, como também, as atribuições do estagiário e supervisor acadêmico. Com destaque a necessária associação entre teoria e prática durante o estágio, uma vez que elas se completam.

Em continuidade foi elaborado o resgate histórico do estágio em Serviço Social, as condicionalidades da disciplina em conformidade com o Projeto Político- Pedagógico do curso na Universidade de Uberaba e, por fim, seus objetivos, finalidades e as atividades que poderão ser desenvolvidas no decorrer do estágio.

Elencou se ainda as legislações referentes ao processo de estágio; as Resoluções que subsidiarão o processo de estágio, além dos instrumentos técnicos utilizados durante esse período, com vistas à qualidade do estágio e supervisão, que culminam no proposito do compromisso assumido pela categoria profissional e à legitimação da profissão.

Considera-se que estes apontamentos possam contribuir para formatação dos estágios supervisionados em Serviço Social, além do fomento a demais pesquisa acerca do estágio.

REFERÊNCIAS

ABESS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 79, p. 72-81, set. 2004.

ABESS; CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano 22, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

_____. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 nov. 1996). **Cadernos ABESS,** São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. CFESS. Resolução CFESS 533. 29 set. 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: dez. 2009.

_____. CNE. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF, 2002.

_____. Decreto-lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, Brasília, 7 jun. 1993.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 33.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 15 dez. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=com_content&task=viewd=102&Itemid=227>. Acesso em: 5 set. 2007.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes curriculares**: curso de Serviço Social. Elaborado por Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. Brasília, DF, 1999.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Supervisão em serviço social:** o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

CADERNO ABESS. São Paulo: Cortez, n. 1, 1986.

_____. São Paulo: Cortez, n. 7, 1996.

_____. São Paulo: Cortez, n. 8, 1998.

JOAZEIRO, E. M. G. **Serviço Social e supervisão de estágio:** formação, saberes, temporalidades. Santo André, SP: ESETec, 2008.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social:** desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, T. C. S.; MIOTO; R. C. T.; PRÁ; K. R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos e Contextos**. ano VI, n. 7, jul. 2007.

MARIANO, V. A. **Os desafios contemporâneos do estágio supervisionado em Serviço Social na formação acadêmica**. Franca: UNESP, 2010.

OLIVEIRA, C. A. H. S. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para a Reflexão. **Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília: ABEPSS, ano 1, n. 1, Jan./jun. 2000.

RAMOS, S. R. As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio: Fundamentos, Polêmicas e Desafios. **Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília: ABEPSS, ano 1, n. 1, jan./jun. 2000.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de serviço social; v. 3).

SOUZA, T. M. C. **Intersubjetividade na formação profissional:** A Experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp/Franca. UNESP: Franca, 2009.

TEMPORALIS. Brasília, DF: Valci, ano 1, n. 1, 2000. 183 p.

UNIUBE. **Proposta curricular do curso de Serviço Social**. Uberaba, 2008.

_____. **Normas de estágio.** Uberaba, 2010.

VASCONCELOS, I. Dilemas e Desafios do Estágio Curricular em Serviço Social: Expressão dos (des) Encontros entre a Formação Profissional e o Mercado de Trabalho. **Temporalis**/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, ano 1, n. 1, jan./jun. 2000.

O Programa Teto Seguro

O trabalho estuda a produção habitacional de interesse social realizada na cidade de Franca, através do Programa Teto Seguro, no período de 2005 a 2012. Este programa habitacional foi implantado no final da década de 90 pela Prefeitura Municipal de Franca e Habitação Popular de Franca - PROHAB em parceria com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca - AERF. Os órgãos governamentais seriam responsáveis pela gestão do programa e fornecimento dos projetos e a entidade de classe assumiria a Assistência Técnica à edificação das moradias. A assistência técnica pública e gratuita, a construção da moradia para população de baixa renda, é um direito assegurado pela Constituição Federal, na forma de uma política pública municipal, como resposta aos problemas da autoconstrução, das ocupações e construções irregulares, comum no cenário urbano das cidades brasileiras. Para compreensão deste universo, a investigação teve que pesquisar as origens do Programa, a ação do Estado nesta categoria de produção habitacional, as bases legais e, em especial, analisar e conhecer na prática a produção habitacional do período delimitado pela pesquisa. A metodologia utilizada abrangeu pesquisa bibliográfica sobre o tema, coleta de dados junto aos órgãos envolvidos, levantamento dos quantitativos da produção habitacional do período, conhecer todos os padrões de projetos existentes e disponibilizados à população, assim como, identificar os padrões de projetos de mais utilizados. Para melhor entender as questões envolvidas, foram realizadas entrevistas com os profissionais atuantes, realizadas visitas as moradias já edificadas, identificados os sistemas construtivos usuais e problemas recorrentes. Após percorrer esta trajetória, foi possível obter um panorama do desempenho do programa. Passou por fases de grande procura, com diminuição da produção ao longo dos anos, podendo comprovar um acentuado decréscimo, chegando a patamares insignificantes, praticamente paralisou suas atividades entre os anos de 2012 e 2013. O que para a cidade de Franca, significou um retrocesso na política habitacional, haja vista, o advento da Lei Federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008, que veio assegurar ás famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitações de interesse social. Considerando que a autoconstrução ainda é uma das formas de produção da moradia, é realizada informalmente em grande parte das cidades brasileiras, pela população de menor poder econômico, sem dispor de políticas públicas desta natureza e sem condições de arcar com o custo da assistência técnica profissional particular, continua ampliando o quadro de irregularidades edilícias presentes no cenário urbano.

010-2325

Maria Cecilia Sodré Fuentes
Universidade de Franca - UNIFRAN
rmcsf@uol.com.br

Palavras-chave: habitação de interesse social,assistência técnica, Programa Teto Seguro.

1. INTRODUÇÃO

O acesso a uma moradia digna e segura é um direito garantido pela constituição brasileira de 1988. A questão da produção de habitações para população de baixa renda é um problema a ser enfrentado pelos órgãos governamentais e também pelos profissionais envolvidos no processo produtivo. As habitações e as ocupações irregulares, as construções de baixa qualidade construtiva, a auto construção estão sempre associados aos problemas sociais, ambientais, de saúde pública, de segurança, dentre muitos outros. As políticas públicas governamentais tem como objetivo prover a população de condições mínimas de moradia e habitabilidade. A assistência técnica a construção, é uma das políticas que atuam nessa questão, assegurando a presença de um profissional para orientação técnica durante a obra. A cidade de Franca possui um largo histórico de incentivo do poder público a construção habitacional. Considerando tais aspectos o presente trabalho analisou a produção habitacional de interesse social, realizada através do Programa "Teto Seguro" , durante o período de 2005 a 2012. Esse programa permitiu o fornecimento de uma planta popular e a assistência técnica de um profissional habilitado, durante a execução da moradia. A assistência técnica a construção obteve amparo legal, tornando obrigatória no ano de 2008, quando começou a vigorar a Lei Federal n.°11.888 que assegurou as famílias de baixa renda, a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção da habitação de interesse social.

2. PANORAMA DA EVOLUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

A ação dos órgãos públicos para minimizar o problema habitacional brasileiro é bastante antiga, remonta os anos 30, período em que o poder público passa a atuar na produção direta de Conjuntos Habitacionais e no financiamento de moradias, ainda que para algumas categorias profissionais. Os órgãos pioneiros de habitação no Brasil foram os Institutos de Aposentadoria e Pensões - IAPs e a Fundação Casa Popular -FCP, esta última criada em 1946 quando o Estado assume uma nova postura no trato do problema habitacional no país.

Posteriormente com o BNH, órgão federal criado pelo governo militar em 1964, passa por diversas fases, chegando a intervir na produção habitacional das camadas sociais de renda média, não conseguindo atingir o mercado de menor poder econômico, devido a problemas financeiros e técnicos, foi extinto em 1986. Mesmo sem reduzir

significativamente o déficit habitacional nesse período, podemos dizer que ao longo dos anos, avanços foram obtidos no decorrer do processo histórico, através de diversas programas e políticas públicas. Hoje, o mercado imobiliário habitacional encontra-se aquecido, devido aos incentivos do governo federal e aos investimentos no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com a construção de conjuntos habitacionais e outras opções como a obtenção de financiamento para a compra de imóveis novos ou usados, a construção de moradias individualizadas, buscando atender as camadas de menor renda. No entanto, as diversas formas de provisão de habitações para as camadas sociais de menor poder econômico, ou seja, de zero a três salários mínimos, ainda são insuficientes para sanar o déficit habitacional, considerando-se ainda o intenso processo de crescimento urbanização e de migrações por que passou e ainda passam as cidades brasileiras médias e grandes. Segundo dados do IBGE, a cidade de Franca contava com uma população de 287.737 habitantes no ano de 2000 chegando a 318.785 habitantes em 2010, o que significou um crescimento populacional de 10,79% em uma década.

A moradia digna é assegurada pela Constituição Federal de 88, em seu art. 6°, caracteriza-a como um direito social básico do indivíduo.

> Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Esta conquista social de inserção do direito a moradia, ocorreu somente no ano 2000 através da Emenda Constitucional nº 24, equiparando o direito a habitação, ao direito a saúde, educação, dentre outros já admitidos anteriormente.

Avanços na política habitacional, tem ocorrido nos últimos anos, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, através da Lei 11.124/05, com o objetivo de implementar investimentos e subsídios provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. A criação deste sistema colaborou para o fortalecimento das políticas públicas de promoção habitacional, incentivou a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social no âmbito municipal e o Governo Federal promove um programa habitacional de grandes proporções, o programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV.

No cenário das cidades brasileiras a construção da moradia através da auto construção, de mutirões ou da contratação da mão de obra não especializada, ainda é uma das opções utilizadas pela população que não tem acesso a habitação oferecida pelo mercado. Esta forma de construção do espaço habitacional, constitui na prática o quadro de irregularidades e da baixa qualidade construtiva presente em larga escala nas nossas cidades, haja visto os bairros periféricos, as ocupações em áreas de risco, as favelas ou construções sem observância das normas técnicas e de segurança. Com a finalidade de atuar neste universo em 2008, foi sancionada a Lei 11.888, que criou a Assistência Técnica Pública e Gratuita às famílias de baixa renda. Esta lei além de colaborar para melhoria dos padrões construtivos, do planejamento financeiro, vem mostrar de forma clara, a função social da atuação profissional dos arquitetos e engenheiros, assim como ocorre em outras áreas profissionais.

3. A PLANTA POPULAR NA POLÍTICA HABITACIONAL DA CIDADE DE FRANCA

Segundo Feldman (2002), a produção habitacional das camadas de menor renda, na cidade de Franca, em grande parte é feita a partir da auto construção, em lotes localizados nas periferias urbanas, legalizados e adquiridos através do financiamento das próprias imobiliárias. Atualmente, as famílias têm a opção do financiamento para compra ou para construção através da Caixa Econômica Federal, mas muitos sem condições de enquadrarem-se nas exigências dos programas institucionais recorrem a auto construção ou a construção em etapas, vindo a ocupar o imóvel mesmo que inacabado para eximirem-se dos aluguéis, nestas camadas é que se insere a “planta popular” gerenciada pelo órgão público municipal, Habitação Popular de Franca – PROHAB, com o fornecimento dos projetos e da Assistência Técnica à construção através de convênio firmado com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca – AERF.

Há décadas existe o fornecimento de plantas populares, por parte dos órgãos públicos da cidade de Franca, até meados da década de 90 era fornecido somente um desenho simplificado do projeto, com poucas alternativas para escolha. Nos anos 80, a situação era mais grave. O poder municipal embasado no Ato nº6 do CREA-SP isentou da responsabilidade técnica as obras de habitação social, menores que 60m². A concessão da “planta popular” ocorria, efetivamente sem a assistência técnica profissional, o que ocasionou diversos problemas as moradias, desde pequenas patologias construtivas, até problemas mais graves.

O Programa Teto Seguro foi implantado nos termos da Lei Municipal nº 3.085, de 23 de junho de 1986 e passou por várias formatações. Na cidade de Franca, permaneceu o quadro de fornecimento de projetos, sem o acompanhamento técnico profissional até que no ano de 1991, quando ocorreu um acidente em uma obra que acarretou a morte do morador. Esse acontecimento desencadeou inúmeras críticas à política habitacional e fomentou a discussão em torno da questão da assistência técnica, o problema foi levado para a justiça e o fornecimento das plantas populares foi paralisado.

O fornecimento de plantas populares foi reestabelecido em 1994, com a aprovação da Lei nº 4.469, que autorizou o prefeito Ary Pedro Balieiro a firmar convênio entre a Prefeitura e a AERF – Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Franca, no entanto, de forma pouco expressiva enquanto política pública. No ano de 1987, ocorreu experiência nos moldes de outras de êxito, disseminadas pelo país, denominada Assistência Técnica à Moradia Econômica ATME. Foi realizada no governo do prefeito Ary Pedro Balieiro e Delegacia de Franca do Sindicato dos Arquitetos - SP. Na época, a ideia foi experimentada por um grupo de profissionais, durante um curto período de tempo, o convênio não chegou a ser firmado por questões burocráticas e não teve continuidade.

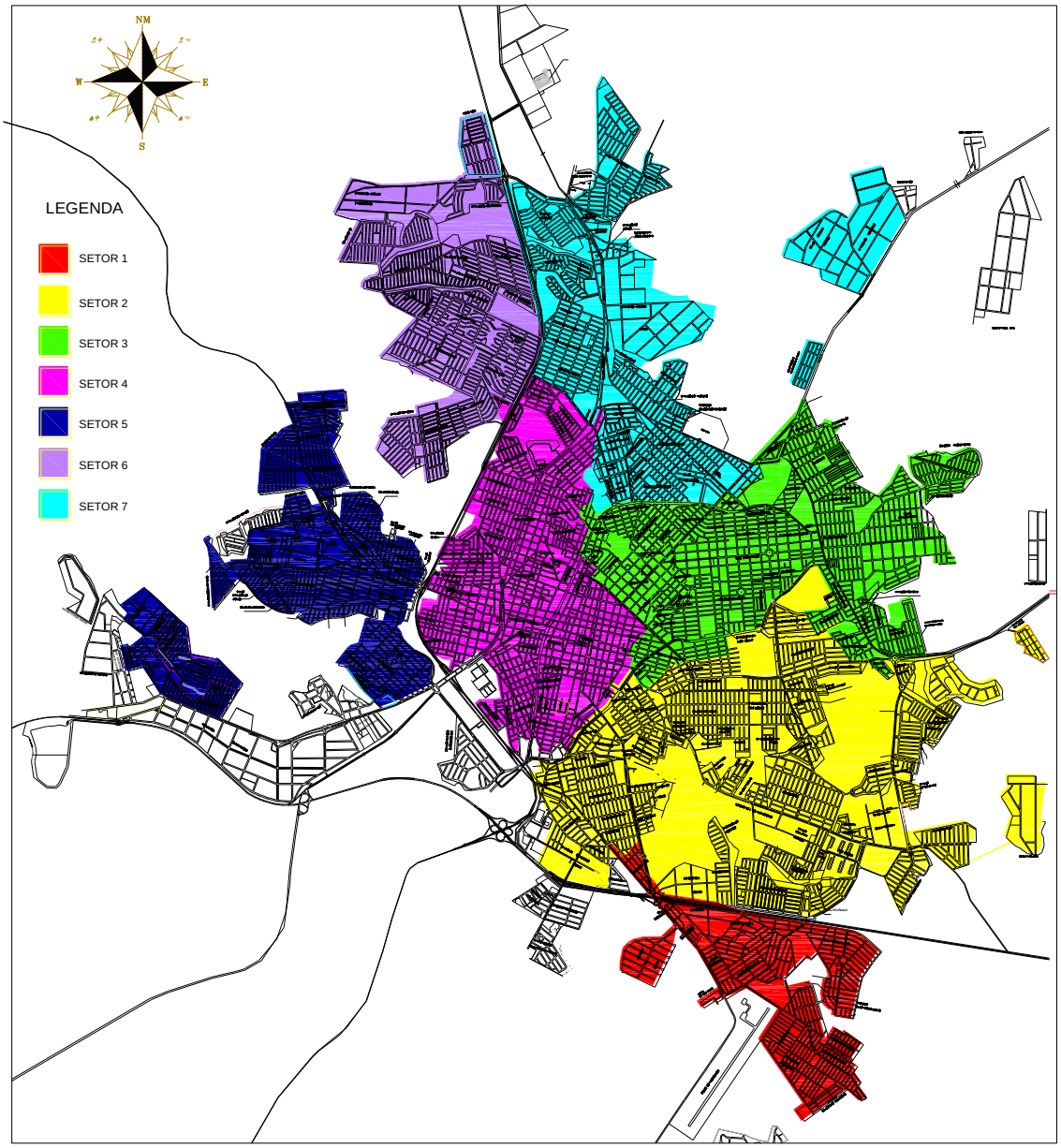
Nos últimos anos da década de 90 houve uma dinamização da política habitacional municipal e no ano de 1997, foi realizado o Primeiro Fórum da Planta Popular, promovido pela Secretaria de Planejamento do Território e Meio Ambiente, promovido pela Secretaria de Planejamento do Território e Meio Ambiente, na primeira gestão do Prefeito Gilmar Dominici (Saturi & Ferreira: 2006), com o intuito de discutir e identificar os problemas vigentes no programa Teto Seguro. Nesse mesmo ano, a gestão do programa foi passado para a PROHAB e foi elaborado o primeiro Plano de Habitação Social de Franca. Este plano foi aprovado pela Lei 5.022 de 04 de Maio de 1998, veio estabelecer uma política habitacional para o município e formulou diretrizes para a gestão da questão da habitacional de interesse social, de modo articulado com as demais políticas setoriais da administração municipal. Foram definidos diversos programas, dentre eles o "Teto Seguro" como subprograma do Programa "Casa da Gente" que daria apoio a auto construção ou ao auto empreendimento, realizados pelos proprietários dos lotes.

Neste período o programa foi implementado e foram desenvolvidos 42 modelos de novos projetos, utilizando o conceito de "casa evolutiva", que permitia o fornecimento de projetos subsequentes e a construção da moradia em etapas. Na época, também foram introduzidas mudanças na forma de apresentação e escolha dos projetos, facilitando o entendimento dos desenhos e características da obra, a fim de evitar mudanças futuras, ter maior adequação à composição familiar, as condições econômicas e a situação do terreno. Era fornecido um quantitativo de materiais, de acordo com o modelo escolhido, o que ajudaria no planejamento financeiro, era também entregue uma cartilha que continha orientações sobre o programa e a construção. Desde então, foi firmado novo convênio entre o município e AERF, com destinação de recursos para habitação de interesse social. O programa permaneceu ativo até os primeiros meses de 2013.

4. O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

A obtenção da planta popular implicava inicialmente em triagem sócio econômica, comprovações documentais e escolha do projeto, estas etapas eram realizadas junto a PROHAB. Posteriormente o interessado era encaminhado a AERF, onde eram realizadas reuniões semanais, com palestras seguidas de atendimentos individualizados, quando designados os profissionais que assumiriam a assistência técnica. A partir deste momento, eram estabelecidos entendimentos e orientações para início da construção.

Em termos metodológicos foi feito o recorte do período de 2005 a 2012, com a finalidade de entender como os projetos e a quantidade de construções se comportavam nos setores habitacionais e na cidade como um todo (Mapa 1). Os dados de inserção no programa foram extraídos dos registros da AERF, compilados em pastas dos atendimentos feitos pelos profissionais. Optamos pela análise de cada setor e posteriormente os dados foram reunidos para obtermos uma visão geral. Foram elaborados gráficos setoriais (Gráficos 1 a 7) mostrando o comportamento da demanda durante os oito anos pesquisados e gráfico geral (gráfico 8) que mostra o quantitativo de projetos no âmbito municipal. Para melhor entendimento do panorama, os quantitativos setoriais foram organizados na tabela 1 relacionando as quantidades de projetos aos modelos das plantas utilizadas em cada setor. Verificou-se que os modelos 1, 3, 4, 6, 8, 9, 13, 41 e 42 foram os mais utilizados, destacando-se os modelos 3, 8, 41 e 42. Através da tabela 2 analisou-se as quantidades de projetos setorial e total do programa ao longo dos anos. Este revelou que indistintamente houve um decréscimo na demanda, com menor representatividade nos primeiros anos. A região de maior ocorrência de projetos foi o setor 6, localizado na região norte da cidade, onde se inserem os bairros Jardim Portinari, Vera Cruz, Paineiras, Jardim Luiza I e II, dentre outros.



Mapa 1 – Setores Habitacionais da cidade de Franca - SP
Fonte: autor

Tabela 1: **Quantificação total e setorial dos projetos**

MODELO	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3	SETOR 4	SETOR 5	SETOR 6	SETOR 7	TOTAL
1	3	15	0	3	16	18	2	**57**
2	3	2	1	0	5	15	1	27
3	14	41	2	2	22	83	8	**172**
4	1	11	1	1	8	39	1	**62**
5	10	1	0	0	8	10	7	36
6	16	1	0	0	10	17	9	**53**
7	7	1	2	0	7	20	3	40
8	24	4	0	0	9	41	22	**100**
9	4	13	5	1	8	23	3	**57**
10	6	1	0	0	7	5	8	27
11	0	1	0	0	0	3	0	4
12	3	4	0	2	3	4	6	22
13	12	16	4	3	13	11	8	**67**
14	0	2	1	0	0	2	0	5
15	1	7	1	2	6	10	0	27
16	0	0	0	0	0	1	0	1
17	5	0	0	0	0	8	2	15
18	1	0	0	0	0	0	0	1
19	0	0	0	0	0	1	1	2
20	1	1	0	0	2	1	0	5
21	0	0	0	0	0	2	0	2
22	0	2	0	0	0	1	1	4
23	0	3	1	0	1	5	2	12
24	0	0	0	0	0	3	0	3
25	0	1	0	0	0	0	0	1
26	0	4	0	0	2	1	0	7
27	1	0	0	0	0	0	0	1
28	1	5	1	0	1	9	6	23
29	0	0	0	0	0	4	0	4
30	1	1	0	0	0	3	0	5
31	0	0	0	0	0	0	0	0
32	0	0	0	0	0	1	0	1
33	0	2	0	0	1	1	1	5
34	2	1	0	0	0	2	0	5
35	0	0	0	0	0	1	0	1
36	0	0	0	0	0	0	0	0
37	0	0	0	0	0	1	0	1
38	0	0	0	0	0	2	0	2
39	1	8	1	1	5	6	0	22
40	2	0	0	0	2	4	2	10
41	1	34	0	0	9	112	7	**163**
42	54	34	13	4	58	136	48	**347**
TOTAL	**174**	**216**	**33**	**19**	**203**	**606**	**148**	**1399**

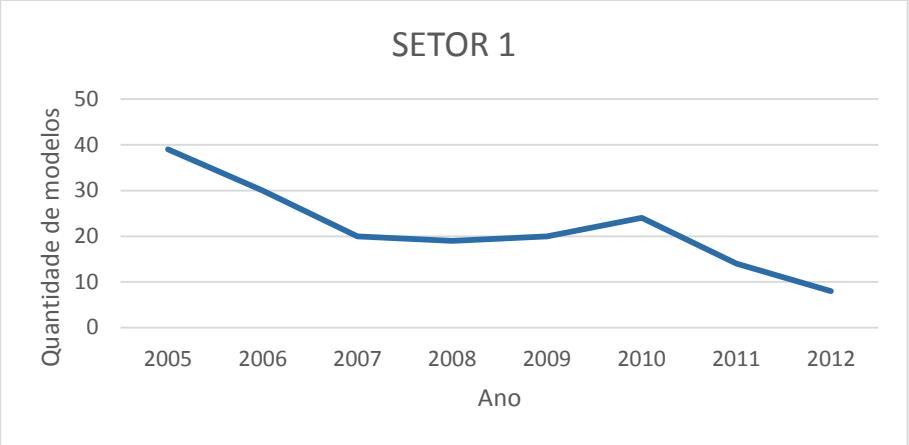
Fonte: autor.

Tabela 2: **Quantificação dos projetos por setor habitacional**

ANO	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3	SETOR 4	SETOR 5	SETOR 6	SETOR 7	TOTAL/ANO
2005	39	47	8	7	37	196	28	362
2006	30	43	8	2	19	141	23	266
2007	20	34	6	3	27	81	35	206
2008	19	22	5	1	28	61	10	146
2009	20	23	1	3	41	53	10	151
2010	24	24	1	1	31	37	21	139
2011	14	16	3	2	18	34	16	103
2012	8	7	1	0	2	3	5	26
	174	216	33	19	203	**606**	148	**1399**

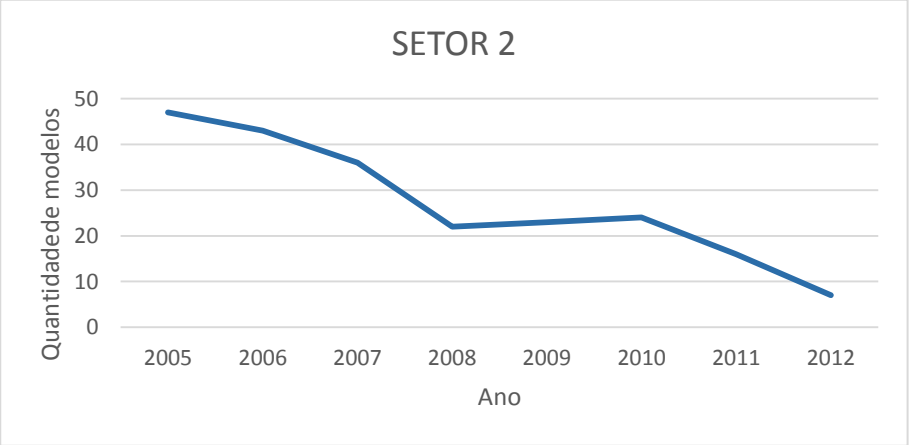
Fonte: autor.

Gráfico 1 – **Setor 1 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012.**



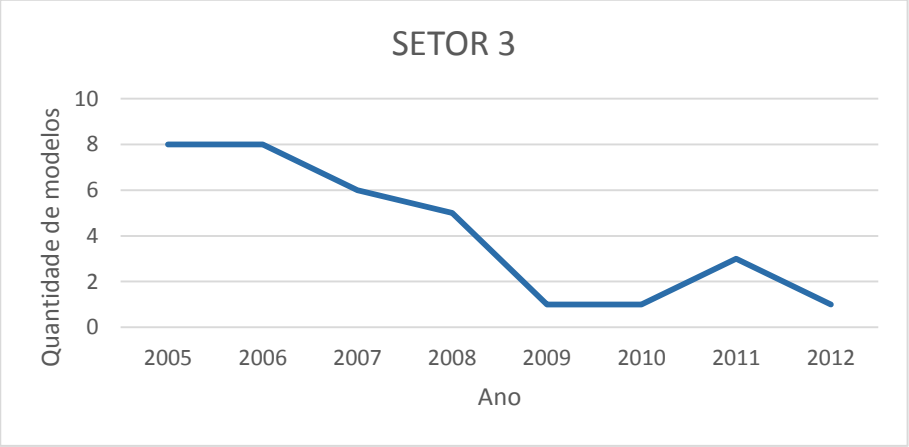
Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 2 – **Setor 2 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012.**



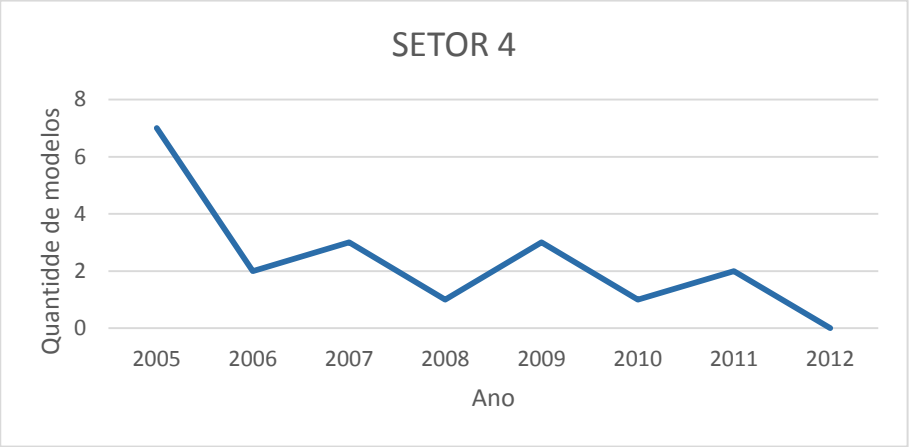
Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 3 – **Setor 3 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012.**



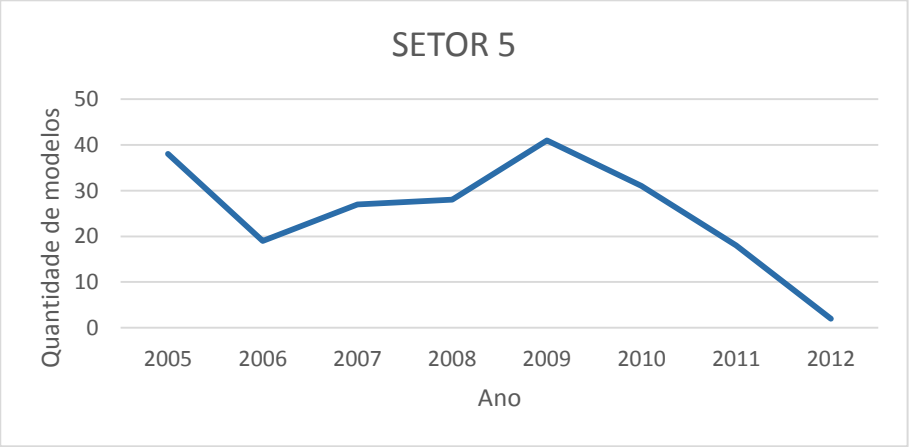
Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 4 – **Setor 4 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012**



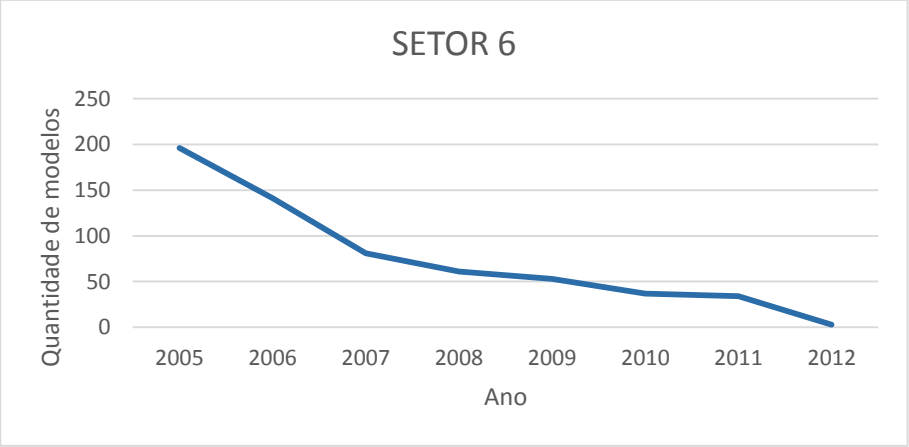
Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 5 – **Setor 5 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012.**



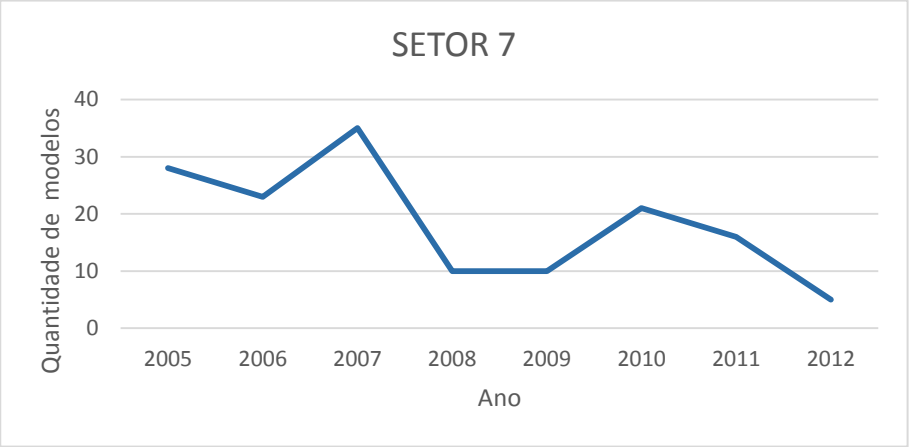
Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 6 – **Setor 6 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012.**



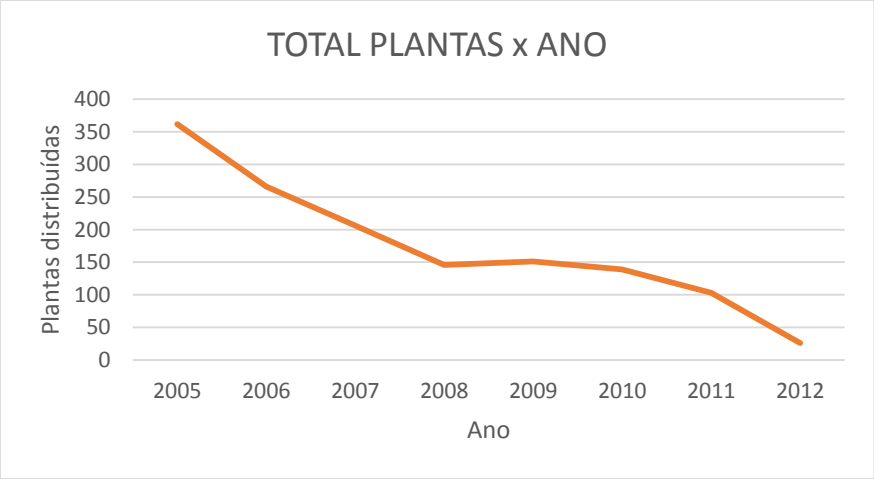
Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 7 – **Setor 7 - Ocorrência de plantas populares no período 2005 a 2012.**



Fonte: Arquivo do autor.

Gráfico 8 – Quantitativo geral de plantas da cidade de Franca (2005 a 2012)



Fonte: Arquivo do autor.

Os dados quantitativos compilados na Tabela 1 indicam que durante o período de 8 anos, em toda cidade de Franca houve a construção de 1.399 projetos através do programa Teto Seguro. Podemos dizer que houve uma produção habitacional global significativa, no entanto, os gráficos acima mostram indistintamente linhas decrescentes, com pequenas variações, o que representa uma queda vertiginosa na quantidade de projetos fornecidos ao longo do período da pesquisa. Aliado a isso, se considerarmos o crescimento populacional ocorrido na cidade de Franca, houve um crescimento na demanda habitacional de aproximadamente 10% na última década, sendo que na prática ocorreu uma redução na construção de moradias, chegando a patamares insignificantes, comprovando a hipótese de decadência do programa. Conforme informações obtidas junto aos profissionais que trabalharam na assistência

técnica, não havia interesse institucional em sanar os problemas existentes, tinham dificuldade de interlocução com os agentes públicos e o programa foi praticamente paralisado no ano de 2013.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa "Teto Seguro" passou por período de estruturação e crescimento até os primeiros anos do século XXI, fez parte da política habitacional impressa pela PROHAB e Prefeitura Municipal de Franca à época. Houve ao longo do período de 2005 a 2012, um decréscimo quantitativo no fornecimento da "planta popular", cujas razões acreditamos estarem relacionadas às mudanças na política habitacional local, a falta de incentivos ao programa, falta de divulgação, ou mesmo, de avaliação e revisão das posturas adotadas, a fim de dirimir os problemas práticos existentes, visando adequar as novas demandas. Verificando o ponto de vista do usuário, em geral estavam satisfeitos com o programa, no entanto, o maior problema apontado pela população, era a falta de recursos econômicos para se construir, aspecto determinante na escolha dos materiais e sistema construtivo. Ressalta-se que inexistia atuação do órgão público municipal no sentido de financiar ou mesmo de intermediar o relacionamento dos interessados, junto aos órgãos financiadores, para obtenção do financiamento habitacional, hoje largamente utilizado por grande parte da população de forma autônoma, para construção de moradias individualizadas. Fazendo com que a população tenha que procurar junto a iniciativa privada, projetos e profissionais, para viabilizar sua construção, o que vem onerar ou até excluir as camadas de interesse social, sem assegurar qualidade construtiva. Devido a carência de recursos para construção, na prática muitas moradias encontram-se inacabadas e habitadas, situação perpetuada durante muitos anos, o que compromete a segurança e as condições sanitárias da moradia.

As políticas públicas devem proporcionar ganhos sociais e qualitativos para o espaço habitacional, a assistência técnica pública e gratuita assegurar padrões mínimos de qualidade construtiva e legalidade ao espaço de moradia das camadas de menor renda. No entanto, há uma grande discrepância entre a teoria e a prática, o que pode ser constatado, ao relacionarmos os programas e projetos, enquanto diretriz e a obra enquanto produto final, aspecto verificado na precariedade do produto moradia, decorrentes de constantes mudanças nos projetos, irregularidades para maior aproveitamento dos terrenos e incongruências nas ampliações, dentre muitos outros problemas.

Não é possível admitir, o discurso institucional, que população não mais se interessa por esta opção edilícia, para justificar a paralisação do programa, a auto construção não deixou de existir. Ao mesmo tempo a política habitacional local, incentiva a construção de condomínios e conjuntos habitacionais da iniciativa privada, entendemos que as opções não são excludentes.

A política municipal ocorre as avessas do cenário nacional, quando as prefeituras e profissionais se articulam e discutem os caminhos dos programas de assistência técnica a construção da habitação social, os avanços sociais e legal proporcionados pela Lei Federal n.°11.888/2008, que assegura e torna obrigatório às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção da habitação de interesse social, com a possibilidade de captação de recursos federais, para implantação e implementação de programas habitacionais. De outro lado, encontram-se centenas de profissionais e estudantes da área, também excluídos de experiência da construção habitação interesse social, podendo atuar para mudança do quadro de irregularidades e precariedades, facilmente identificadas em nossas cidades. Atividade profissional que revela a responsabilidade social do profissional engenheiro e arquiteto, na atuação junto as camadas sociais mais carentes. Resta o papel da política pública, fazer valer a habitação, assegurada na Constituição Brasileira como direito social fundamental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos R. Monteiro. Arquitetura & Habitação Social em São Paulo: 1989-1992. Universidade de São Paulo, 1992.

BONDUKI, N. G. Origens de Habitação Social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Estúdio Nobel, 1997.

FELDMAN, Sarah. (coord). Programas de Gestão Integrada para o município de Franca. Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC USP. São Carlos, 2002.

FELÍCIO, Bruna da C. Ocupação antrópica nas Áreas de Preservação Permanente – APPs urbanas: Estudo das áreas lindeiras aos córregos dos Bagres, Cubatão e Espraiado em Franca SP. Dissertação de Mestrado PPGEU UFSCar. São Carlos, 2007.

FERREIRA, Mauro e SATURI, Linda. Programa Teto Seguro: Uma experiência em assistência técnica a autoconstrução na cidade de Franca. In: Arquitetura e Urbanismo Modernos em Franca: fragmentos de uma trajetória / Mauro Ferreira (org), Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2006.

FUENTES, Maria Cecilia S. Conjunto Residencial Parque Vicente Leporace: Marco de Novas concepções urbanísticas na trajetória do BNH. Dissertação de Mestrado PPGEU UFSCar. São Carlos, 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA). Minha Casa Minha Vida.Brasília(Cartilha). 2009. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOPLETA.PDF> Acesso em 10 jun. 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte. Déficit habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte: FJP, 2001.

O PRONAF como política pública para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Bebedouro - SP

O propósito deste trabalho de pesquisa é identificar a relevância do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) enquanto política pública para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Bebedouro, interior de São Paulo. O estudo visa identificar se a política pública tem beneficiado os agricultores, quanto aos financiamentos para a aquisição de maquinários, investimento em sementes, entre outros. Através da pesquisa, queremos perceber se os agricultores compreendem o PRONAF como uma alternativa favorável para o desenvolvimento pessoal e, consequentemente, para o desenvolvimento local. A agricultura familiar no Brasil não é homogênea, ou seja, há tanto produtores integrados a cooperativas ou instituições de apoio, quanto agricultores com baixo nível de instrução que não tem acesso a informação, ou qualquer apoio por parte de organizações. O Pronaf foi criado com o intuito de beneficiar o pequeno agricultor que até então não tinha oportunidades, mas que já possuía a terra e poderia se integrar ao mercado. Para embasar o estudo serão adotadas as obras de renomados autores que estudam o desenvolvimento, políticas públicas e agricultura familiar tais como: Abramovay (1998); Didonet (2004); Corbucci (1995); Rosa (1995); Brose (1999); entre outros. A metodologia adotada foi a de acompanhamento, observação e realização de pesquisa qualitativa junto à cooperativa existente no município de Bebedouro – SP, que atua na agricultura familiar, com o objetivo de identificar como os cooperados fazem uso dos recursos do Pronaf. Através da pesquisa podemos concluir que o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) representa sim um ganho e uma ajuda para os produtores que já querem ou desejam investir nesta tecnologia. É uma política pública voltada para a melhoria e continuidade dos pequenos produtores, porém, faz-se necessário que os cooperados estejam dispostos a trabalhar de forma unida, conheçam todos os requisitos e regras do programa, para não terem que abandonar logo em seguida, ou até mesmo, ter que vender parte de suas terras para cobrir os custos do financiamento.

048-2366

Marcus Lúcius de Carvalho Corrêa
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
publicitario_marcuslucius@hotmail.com

Hélio Braga Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
hgp@com4.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo do referido artigo é Detectar se o PRONAF é percebido pelos agricultores, como uma política pública que traz resultados positivos, seja no campo profissional no que tange a produtividade, quanto no campo pessoal, em relação a melhora em seu padrão de vida.

Através da pesquisa poder-se-á perceber se houve um melhoramento na qualidade de vida dos agricultores. Se os mesmos conseguem enxergar o PRONAF como uma política pública que gere resultados, como também, se houve melhora na produção de cada agricultor.

O estudo propõe identificar a importância do PRONAF para a agricultura familiar.

1. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A produção familiar na agricultura faz dela um setor único no capitalismo contemporâneo. “Não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão de obra contratada seja tão importante” (ABRAMOVAY 1998, p. 209).

Segundo Brose (1999) a agricultura familiar no Brasil é caracterizada pela produção de alimentos básicos (mandioca, feijão, arroz) ou insumos básicos (milho) que tem baixo preço de mercado, baixa rentabilidade, pouco valor agregado. Já a agricultura patronal se especializou em produtos de mercado, matérias primas com estímulos oficiais (cana, borracha), alimentos de alto valor (leite B, camarão) ou produtos de exportação (uva, manga, laranja, cacau) que possibilitam agregação de valor.

Abaixo o quadro apresenta as diferenças entre agricultura familiar e agricultura patronal:

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Gestão e trabalho infimamente relacionados
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários.
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas ligadas ao alto grau de imprevisibilidade dos processos produtivos
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra.	Tomada de decisão *in locu,* condicionada pelas especificidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

"Assim as políticas agrícolas atingem os produtores de forma diferenciada, o que faz com que a representação política do setor na mão dos produtores patronais não inclua os interesses dos produtores familiares" (BROSE, 1999, p. 60).

O estudo referido apresenta algumas exceções, como a pimenta na região nordeste do PA, flores e plantas no interior de SP, laticínios e cevada no PR, agricultura associada ao trabalho na indústria em SC e turismo rural no sul do Brasil que representam culturas de alto valor comercial.

Em 1991 foi criada a Leí Agrícola (8.171/91) consagrando assim o princípio de uma política diferenciada ao pequeno produtor, porém, em 1995 foi criado o Banco Nacional da Agricultura Familiar e o projeto Lumiar que tiveram como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar com iniciativas inovadoras que culminaram com o Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

> O surgimento, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar marca, indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro. Tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal concentrar nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional (ANJOS et al. 2004, p. 530).

Desde a década de 90 quando a agricultura familiar começou a ter relevância no Brasil, muitos autores tem discutido o papel do agricultor frente ao novo desafio, de congregar-se em cooperativas e a investir na produção com o intuito de promover a agricultura familiar. Segundo Didonet (2004, p.11):

> O conceito de agricultor familiar é estabelecido pelo decreto de número 3.991, de 30 de outubro de 2001, e, de acordo com a classificação adotada na política nacional de assistência técnica e extensão rural (ATER), pode ser definido como: agricultores familiares são aqueles que exploram e dirigem estabelecimentos rurais, tendo o trabalho familiar como base da exploração da unidade produtiva, na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceleiros, desenvolvendo, nos estabelecimentos, atividades agrícolas ou não agrícolas. São considerados ainda como agricultores familiares, os produtores familiares tradicionais e assentados da reforma agrária, os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas florestais, entre outros.

Ainda segundo o autor para que os mesmos possam ser caracterizados como agricultor familiar deve atender aos seguintes requisitos: residir na propriedade ou em local próximo; utilizar predominantemente mão de obra da família nas atividades do estabelecimento ou empreendimento e obtenham renda familiar originária, predominantemente de atividades vinculadas ao estabelecimento ou empreendimento. Desta forma para que o governo possa conceder benefícios aos agricultores os mesmos devem obedecer aos requisitos elencados acima. Para

tanto se pode também utilizar mão de obra terciária para alguns períodos sazonais, quando a produção atinge o seu ápice.

Com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006) foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras. Ainda assim, a agricultura familiar mostrou seu peso na cesta básica do brasileiro, pois era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Tais dados refletem que a agricultura familiar vem crescendo em relação à agricultura patronal, apresentando assim, como uma forma alternativa de desenvolvimento local.

2. O PRONAF ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

A agricultura familiar no Brasil não é homogênea, ou seja, há tanto produtores integrados a cooperativas ou instituições de apoio, quanto agricultores com baixo nível de instrução que não tem acesso a informação, ou qualquer apoio por parte de organizações.

Desde 1994 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) buscam políticas públicas que possam beneficiar os agricultores familiares que não tem acesso e oportunidades.

O Pronaf foi criado com o intuito de beneficiar o pequeno agricultor que até então não tinha oportunidades, mas que já possuía a terra e poderia se integrar ao mercado. Surgiu através de três modalidades: Crédito, infra-estrutura e capacitação.

> Pronaf foi, desde o início, concebido e executado como um programa de apoio ao desenvolvimento local, e não somente como meio de levar crédito aos agricultores e enviar recursos a municípios carentes: tão importante quanto o crédito, os recursos e a formação dos agricultores e dos técnicos, é a integração dessas políticas, que se consegue, antes de tudo, pelo esforço das organizações e dos estímulos à coordenação entre atores econômicos privados, organizações associativas e diferentes esferas do governo. (MDA, 2002)

A agricultura que há tempos era renegada pelo governo, teve como ponto de partida a proposta do Pronaf, como instrumento de política pública voltado para as demandas dos agricultores, chamando para si o desafio de construir um novo paradigma de desenvolvimento rural para o Brasil, sem os vícios do passado (Pronaf, 1996: 14).

Especialistas têm apontado algumas preocupações quanto a implementação deste programa junto aos agricultores, no que se refere a dualidade entre as determinações e regras políticas, quanto as condições estruturais e benefícios do programa (Rosa, 1995).

De acordo com Corbucci (1995) há interpretações equivocadas no uso de conceitos, estratégias, como também, na estrutura e gestão do programa, o que acaba comprometendo sua eficácia enquanto política pública como também na verificação de dados positivos quanto a metas e o desenvolvimento do programa junto aos produtos rurais.

Para tanto, faz-se necessário à interpretação do programa, para que possa identificar as vantagens e créditos disponibilizados, como também, preparar e treinar os agricultores para que se possa utilizar o programa sem que os mesmos possam ter prejuízo e frustração.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza exploratória, com a realização de entrevista com o presidente da COAF (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar), Cássio Chebabi, com o objetivo de detectar quantos cooperados aderiram ao Pronaf, se os mesmos obtiveram sucesso através da política pública, como também, se houve casos de endividamento, uma vez, que já foram detectados números de agricultores que não souberam usufruir do programa.

Para Lakatos e Marconi (2001) a pesquisa tem como objetivo analisar e identificar as características da realidade, para que através da ciência possamos conhecer sua essência, seja de forma parcial ou real.

Na pesquisa qualitativa o resultado não é o mais importante, mas sim, toda a sua trajetória, o conhecimento que a mesma agrega durante todo o percurso da pesquisa. Para Triviños (1995, p.129):

> A investigação aprecia o desenvolvimento do fenômeno não só em sua visão atual que marca apenas o início da análise, como também, penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico.

Através da entrevista poderemos detectar em detalhes se os cooperados aderiram ao programa, se houve algum treinamento e se os mesmos conseguiram melhorar a renda e o desenvolvimento da qualidade de vida.

3.1 O Locus da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Bebedouro, estado de São Paulo, junto a Cooperativa Agrícola Familiar (Coaf), fundada em 2003 da união de um grupo de micro e pequenos agricultores da região norte do estado de São Paulo, com o objetivo de comercializar sua produção em conjunto, garantindo benefícios mútuos, como melhores preços e capacidade de negociação. Conta com 1151 cooperados, sendo que 10% vivem em assentamentos na região, atuando em mais de 50 cidades da região, atendendo inclusive, os estados de Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro.

No ano de 2013 passa a ser credenciada para o auxílio e a elaboração de projetos, para que os cooperados possam usufruir do Pronaf.

4. RESULTADOS

De acordo com o presidente da Coaf, Cássio Chebabi o Pronaf é uma alternativa viável enquanto política pública para o incentivo e o trabalho junto à agricultura familiar.

"Mais de 50% dos cooperados possuem financiamento junto ao programa. Nosso trabalho é incentivar, esclarecer e apresentar as vantagens. Para tanto, os produtores precisam tirar a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) para que possam se cadastrar e obter as linhas de financiamento" (Chebabi).

Segundo o entrevistado, Bebedouro possui uma vocação regional para a citricultura, porém, não tem feito bom uso da estrutura disponível para que possa competir neste mercado.

Para participar do programa o agricultor deve investir na agricultura familiar, residir no local onde a produção será efetuada e estar em dia com a documentação da propriedade.

O programa dispõe de várias linhas de financiamento, com empréstimos a partir de R$ 2.500,00 até R$ 300.000,00, com taxa de juros a partir de 2% com carência de até 8 anos.

Cerca de 50% dos cooperados que possuem financiamento junto ao Pronaf estão endividados, uma vez, que não conseguiram fazer bom uso do recurso.

"A maioria dos cooperados em débito são assentados. Muitos assim que conquistaram o valor acabaram investindo na construção de um imóvel, não fazendo assim, o bom uso da política para o fortalecimento local e o desenvolvimento humano" (Chebabi).

Segundo o presidente as regras e conceitos do programa são de difícil entendimento, fazendo com que, os cooperados não conheçam o projeto, muito menos queira utilizar o recurso para a produção.

"Os bancos tem dificuldade de informar os agricultores sobre as regras e as linhas de crédito. Por outro lado, eles tem vergonha de ir até o banco, se sentem excluídos tendo em mente que somente os grandes produtores tem acesso ao crédito. Por esse motivo passamos a ser credenciados, dando assim, todo o suporte ao produtor, desde assessoria no plantio até a venda dos produtos" (Chebabi).

Para a Coaf quanto mais investidores utilizarem do Pronaf isso fará com que a produção fique mais moderna, agregando assim valor aos produtos e disseminando a importância da coletividade.

De acordo com Chebabi o programa apresenta oportunidades viáveis e de baixo custo para que o produtor consiga implantar tecnologia a sua produção, porém, faz-se necessário que os mesmos possam ser acompanhados, com assessoria e esclarecimento de dúvidas, para que consigam realizar o seu financiamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa podemos concluir que o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) representa sim um ganho e uma ajuda para os produtores que já querem ou desejam investir nesta tecnologia. É uma política pública voltada para a melhoria e continuidade dos pequenos produtores.

Em um segundo momento percebe-se que a falta de informação levou vários agricultores a receber dinheiro do governo e investir de forma errônea, ficando desta forma endividado.

Quase 10% dos cooperados são assentados, dado esse que me chamou a atenção, não somente pelos números, mas também, no quesito cultura. Muito dos pequenos produtores tem até vergonha de entrar em um banco para saber informações sobre o programa.

Pensando nisso a cooperativa se tornou um elo que liga o produtor as linhas de empréstimos disponíveis, sendo que muitos bancos não tem interesse em atuar nesta área.

Concluindo, o programa é sim eficaz enquanto política pública para o desenvolvimento local, porém, faz-se necessário que os cooperados estejam dispostos a trabalhar de forma unida, conheçam todos os requisitos e regras do programa, para não ter que abandonar logo em seguida, ou até mesmo, ter que vender parte de suas terras para cobrir os custos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2 edição. Ed. Unicamp, 1998.

ANJOS, Flávio Sacco; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nadia Velleda; GOMES, Mário Conil. **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v.42, n. 3, p. 529-548, set. 2004.
Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000300007&lang=pt. Acesso em 20 de maio 2013.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc**, 1 edição 1999.

CORBUCCI, Regina C. **Algumas reflexões sobre o Programa Nacional da Agricultura Familiar**. Reforma Agrária, São Paulo, ABRA. vol. 25, n. 2 e 3: 178-184.

DIDONET, Agostinho Dirceu. **Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Familiar na Embrapa Arroz e Feijão Santo Antônio de Goiás.** Disponível em http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/213618 Acesso em 20 de maio 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4. Ed. São Paulo: Atlas 2001.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric**. Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamento a partir de casos**, Porto Alegre Editora da UFRGS, 2007

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

ORTEGA, Antônio César. **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Editora Alínea, campinas 2007.

MDA Relatório Institucional. **Pronaf.** Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília; MDA SAF Pronaf 2000

ROSA, Sueli L. C. **Os Desafios do Pronaf.** Reforma Agrária, São Paulo, ABRA, vol. 25, n. 2 e 3, 1995: 185-192.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

O setor calçadista da cidade de Franca e seus impactos socioeconômicos (1970 – 1990)

O artigo em pauta estuda e analisa o contexto socioeconômico que afeta diretamente a classe trabalhadora relacionada ao setor calçadista da cidade de Franca, situada no interior do estado de São Paulo, observando as características do ambiente de trabalho e como o Sindicato dos "Sapateiros" lida com a reestruturação produtiva nas fábricas concomitante com as novas tecnologias, e como reagem às oscilações do mercado calçadista perante a modernização global das décadas de 1970 - 1990 no séc. XX. A intenção é analisar se as formas de negociações e as intervenções do sindicato e se atenderam as necessidades dos operários, investigando e identificando pontos positivos e negativos aos trabalhadores da categoria, que dependem de boas negociações salariais para suas sobrevivências, até mesmo para se qualificarem melhor profissionalmente e viverem melhor em sociedade. O presente trabalho foi composto através de leituras de livros, Teses acadêmicas de conclusões de cursos e artigos, em uma abordagem social e econômica derivada do modo de produção capitalista tendo como principal foco as indústrias calçadistas de Franca e os seus reflexos na sociedade local.

032-2350

Flávio Rodrigues Andrade
Universidade Federal Fluminense - UFF
flavioridi@gmail.com

Palavras-chave: trabalhadores. reestruturação produtiva. sindicato. impactos socioeconômicos. fábricas. Franca.

The footwear industry in Franca and its socioeconomic impacts (1970 - 1990)

ABSTRACT

The article at hand analyzes and studies the socioeconomic context that directly affects the working class related to the footwear sector in the city of Franca, located in the state of São Paulo, observing the characteristics of the work environment and how the Union of "Shoemakers' deals with the concomitant restructuring of production in factories with new technologies, and how they react to fluctuations in the global footwear market before the modernization of the decades of 1970 - 1990 in the century. XX. The intention is to analyze the forms of negotiations and the intervention of the union met the needs of workers, investigating and identifying positive and negative category of workers who depend on good salary negotiations for their survival, even points to qualify better and professionally live better in society. This work was composed by reading books, academic theses conclusions of courses and articles, in a social and economic approach derived from the capitalist mode of production with the main focus the shoe industries of France and its impact on local society.

Keywords: workers. productive restructuring. union. socioeconomic impacts. plants. Franca.

INTRODUÇÂO

Na segunda metade do século XX com o surgimento de novos horizontes nas organizações produtivas, que por consequência estão relacionados com as formas de organização de trabalhadores e tecnologias. O modo produtivo tem despertado as atenções de pesquisadores com o propósito de compreensão das mudanças nas organizações produtivas, da ideologia patronal e sindical.

> Novos desafios estariam incluídos: primeiro, as mudanças na estrutura do emprego ocasionados pela globalização do mercado produtivo e sua modernização avançam rumo aos sindicatos exigindo inovações ideológicas sindicais que atendam perspectivas atuais. Entre esses aspectos relevantes provocadas pelo avanço tecnológico e pela automação. (SANTANA, 2000, p. 187).

O presente trabalho visa entender o contexto em que estão inseridos os trabalhadores das indústrias de calçados de Franca, indagando sobre a forma cotidiana dos diversos tipos de trabalho. Foram observadas as estratégias dos patrões e seus comportamentos em relação aos trabalhadores que estão relacionados ao modo de produção.

Nota-se a reorganização do modo de produção capitalista, como um recurso utilizado pelos patrões para a redução dos custos. Os agravantes são as irregularidades e a precariedade do trabalho nas fábricas de calçados de Franca, a má distribuição de renda que reflete na qualidade de vida do trabalhador.

A pesquisa observa e analisa a forma de atuação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC), e suas conquistas que beneficiaram a categoria. O apoio da igreja católica, especificamente da Paróquia de São Benedito e o envolvimento na política dos membros do sindicato.

Buscou-se compreender como sobrevivem os trabalhadores das indústrias de calçados de Franca, como é a distribuição de renda gerada pelo ramo calçadista, e o resultado disso na qualidade de vida do trabalhador. Foi observado como o Sindicato atuou entre as décadas de 1970 e 1980 e o que conquistou em benefício da categoria.

A intenção desse estudo é o conhecimento real do modo de produção das Indústrias de Calçados de Franca, as mediações e intervenções realizadas pelo sindicato que representa os trabalhadores. É analisado também como o trabalhador é atingido economicamente, o quanto sua vida social é prejudicada, ás dificuldades enfrentadas pelas empresas, e como isso é repassado para o operário sem uma intervenção eficiente do sindicato.

O esperado é que, esta pesquisa contribua de alguma forma para o aprimoramento da atividade sindical, e para o amortecimento dos impactos da reestruturação produtiva. Visando o bem-estar social dos trabalhadores, uma boa qualidade de vida e melhor adaptação ás exigências do mercado calçadista frente à globalização.

1 O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA (STIC)

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC) segundo Canôas (2007) derivou da criação de dois sindicatos, primeiro o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. Em seguida do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro fundado em 1937 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 30/06/1939. De seu desmembramento foi que originou o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de calçados de Franca (STIC), fundado em 23/04/1941 e legitimado pelo governo em 10/02/1943.

Não só o Sindicato dos Sapateiros de Franca, mas os demais sindicatos surgidos em Franca eram dirigidos por pelegos, à vontade dos patronos é que imperava no interior do sindicato. No caso do Sindicato dos sapateiros, desde seu primeiro fundador e líder sindical Luiz Magrin, que o sindicato nasce não como um defensor da classe trabalhadora, e sim um conciliador que atendia mais os interesses patronais do que dos operários.

> Os sindicatos eram muito débeis, dirigidos pela classe patronal. Todos os presidentes de sindicatos eram “pelegos”, eram comprados, subvencionados. Ganhavam salários para lutar contra o interesse da classe operária. Estavam junto da classe operária, mas não levantavam nenhuma reivindicação!. (CANÔAS, 2007 p.133, grifo do autor).

Os trabalhadores do ramo calçadista de Franca, não satisfeitos com seu sindicato se organizaram e se opuseram a ele. Através de uma organização que se iniciou de um grupo pequeno de sapateiros da Pastoral Operária (PO) da Paróquia de São Benedito, localizada no bairro, Boa Vista.

A Pastoral Operária (PO) surgiu no ano de 1976 em diante, defendendo às propostas do Juventude Operária Católica (JOC) e também da Ação Católica Operária (ACO). ‘[...] no seu primeiro momento, foi constituída praticamente de operários sapateiros’. (CANÔAS, 2007, p. 141). Ela foi um espaço oferecido pela igreja que serviu para organização do movimento operário onde as idéias e propostas eram difundidas.

> O objetivo da P.O. é oferecer ao operariado cristão, condições para que, por seu testemunho evangélico, se inspire, como fermento na classe trabalhadora, na própria caminhada do movimento operário e sindical, sendo agente transformador da sociedade global. (CANÔAS, 2007, p. 140).

Graças a PO os trabalhadores se organizaram, formaram a oposição sindical participaram das eleições e venceram em 1982, logo após fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1983 surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e assumiu o papel que a PO desenvolvia até o momento, que continuou desenvolvendo suas funções só que com a CUT a frente da situação.

Quando perguntado sobre os movimentos operários Padre Jerônimo responde:

> Franca não havia se movido até 1981 a nível de movimento operário. É com a P.O. que se intensifica o movimento sindical combativo nessa cidade. Embora tenhamos tido o apoio do bispo para o nosso trabalho, encontramos muito obstáculos em função das dimensões de nossa luta. (apud, CANÔAS, 2007, p. 141).

Padre Jerônimo em 1981 se tornou coordenador da Pastoral Operária em Franca, devido a seu envolvimento intenso com o movimento operário que contrariava os interesses dos patrões e a ala conservadora

da igreja. Padre Jerônimo passou por momentos de retaliação dos empresários e da própria igreja, esses acontecimentos forçaram - o a abandonar seu posto de clérigo.

Segundo disse o membro da pastoral na época, Fábio Cândido, a participação do grupo da Pastoral Operária foi impulsionada mais pela revolta de mudar a situação de opressão vinda dos patrões, vivida pelos trabalhadores do que por consciência daquela conjuntura. (apud, CANÔAS, 2007). '[...] aí, tendo por espelho os movimentos do (ABC), que influíram enormemente para que a gente resolvesse participar da chapa de oposição na época'. (apud, CANÔAS, 2007, p. 142).

O sindicalismo das regiões de Santo André, São Bernardo, São Caetano (ABC) despertou nos trabalhadores de Franca a necessidade da construção de uma identidade enquanto classe trabalhadora. De 1982 em diante, o sindicato ganha nova conotação, passa de um sindicato conciliador para um sindicato de combate, defensor dos interesses dos trabalhadores, segundo disse o presidente do sindicato Fábio Cândido. (apud, CANÔAS, 2007).

Não só a igreja São Benedito apoiou a chapa 2 de oposição, mas outros sindicatos também, por acreditarem que as pessoas envolvidas estavam comprometidas com a categoria. Entre eles estavam: o Sindicato dos Vidraceiros de São Paulo, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o Sindicato dos Marceneiros de Ribeirão Preto.

As propostas da chapa 2 foram de grande importância para sua vitória nas eleições, algumas delas foram: ação contra o saturnismo (doença causada pelo chumbo presente nas tachinhas), material utilizado na fabricação do calçado, 40 horas semanais de trabalho, salário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), aumento de 100% nas horas extras etc.

O novo sindicato teve problemas para tomar posse, os patrões e seus pelegos tentaram impedir através do Ministério do Trabalho. Não teve jeito, os novos integrantes do sindicato tomaram posse em outubro de 1982, e o mandato era de três anos. 'A posse acontece num momento de grande expectativa da vida nacional: as eleições de novembro de 82, Marco fundamental no processo de redemocratização do País'. (CANÔAS, 2007, p.145-146).

Em 1983 são dados os primeiros passos após a posse em defesa dos interesses dos trabalhadores, e mais de 6.000 sapateiros foram mobilizados, embora sofrendo represália militar e ocorrendo a prisão de alguns do sindicato e membros do PT que na ocasião recentemente fundado havendo elegido um vereador na cidade conseguindo 3.000 votos na legenda. Ficando como coordenador do movimento o Padre Jerônimo que com a greve a categoria conseguiu um piso salarial maior, e o primeiro debate sobre a redução da jornada de trabalho.

Em Agosto de 1985, ocorre outra eleição do sindicato desta vez com Fábio Cândido e os demais da diretoria na Chapa 1, e a oposição na chapa 2. Na ocasião ocorreu que o secretário do sindicato de Fábio Cândido mudou de lado e se tornou um pelego dos patrões agora na chapa 2 de oposição juntamente com chefes de fábricas de grande porte.

Os sapateiros perceberam logo a jogada e boicotaram a chapa 2 nas urnas elegendo pela segunda vez consecutiva a diretoria de Fábio Cândido. No ano de 1986 o sindicato realizou assembleias em bairros importantes para o movimento, tornando mais acessível à participação dos trabalhadores conseguindo mais apoio popular conseguiram reduzir a jornada de trabalho de 48 horas para 46 no mesmo ano, e no ano subsequente para 45 horas, na época foi inusitada a conquista.

No mês de fevereiro com o Plano Cruzado houve uma grande queda no piso salarial dos sapateiros, que caiu cerca de Cr$ 1.200,00 para Cr$ 936,00 pelo motivo de conversão de cruzeiro para cruzado. Os operários inconformados com a situação entram em greve no dia 11 de abril, aproximadamente 70% dos sapateiros pararam.

A greve em Franca teve duração de mais de 15 dias e foi decretada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. Mesmo assim ganhou uma proporção em nível nacional e contou com a presença de Luís Inácio Lula da Silva, na época presidente nacional do PT.

O pacote econômico previa a redução dos salários de todos que tinham sua data base em fevereiro por isso todo transtorno foi gerado. Entretanto com essa greve os sapateiros de Franca obtiveram êxito e conseguiram conservar seus salários sem essa redução brusca, através de um acordo. Os salários se mantiveram do jeito que estavam antes do pacote econômico ser lançado.

Conforme o sindicato de Franca ia conquistando direitos para a classe trabalhadora isso ia refletindo na política petista. '[...] o candidato operário Luís Inácio Lula da Silva, declarado representante dos anseios da classe trabalhadora, recebe quase 14.000 votos em Franca [...]'. (CANÔAS, 2007, p. 151).

É indiscutível que depois que surgiram instituições como: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), os sindicatos ganharam mais força. Em 1986 a CUT e a CGT solicitaram uma greve geral em resposta a política econômica adotada pelo governo.

Em 12 de Dezembro dia da greve, ocorre que, como era uma greve geral não era restrita somente aos sapateiros. Sendo assim houve participação de vários sindicatos da cidade, inclusive a do sindicato dos condutores do transporte coletivo que em consenso com o STIC resolveram parar com o trabalho.

Sem transporte a locomoção do trabalhador fica mais difícil e tanto a indústria como o comércio foram afetados. Essa paralisação uniforme sem dúvida foi forte, os prejuízos foram grandes, sem contar que assustou bastante os patrões por reduzirem os lucros radicalmente.

A greve geral conseguiu o que queria, e, em 1987 dobrou o piso salarial e a redução da jornada de trabalho para 45 horas semanais. Em 1988 ocorreu outra campanha salarial e como sempre houve pressão dos patrões.

Outra greve foi organizada e mais uma conquista em beneficio dos trabalhadores calçadistas foi alcançada, a categoria conseguiu um reajuste de 37% em momento que a inflação se encontrava em um indicador de 364,72 %. Nesse mesmo ano ocorreu outra eleição para recompor a diretoria do sindicato e nenhuma chapa de oposição foi formada permanecendo por mais uma temporada a mesma diretoria, com algumas alterações nos cargos efetivos e Jorge Luis Martins se tornando presidente do sindicato, cargo antes ocupado por Fábio Cândido.

É importante ressaltar que o STIC devido estar associado à criação do PT em Franca e a participação política dentro do partido após realizar, várias conquistas para os trabalhadores das indústrias de calçados. O desempenho rendeu bons frutos ao partido, como: a popularidade de Lula em Franca, o aumento de votos ao partido de uma forma geral dentro do município, tanto que elegeram vários vereadores, o sindicalista Fábio Cândido foi um deles com 4.932 votos se tornando até 1988 o vereador eleito com a maior quantidade de votos da história da cidade.

> As campanhas eleitorais, a imprensa sindical e o trabalho de educação política constituem-se elementos básicos no desenvolvimento e repercussão do trabalho do sindicato junto à categoria. Através desses elementos podemos constatar, também, um nível de reciprocidade na relação sindicato/categoria profissional [...] (CANÔAS, 2007, p. 153).

O sindicato STIC criou um boletim chamado “O Sapateiro” – veículo de comunicação entre a diretoria do sindicato e os trabalhadores. Nele era possível também fazer denúncias contra abusos e maus tratos aos sapateiros nos seus respectivos locais de trabalho por parte dos seus superiores.

Sem dúvida em relação ao sindicato anterior o STIC conseguiu um número elevado de benefícios á categoria dos sapateiros de Franca, porém é necessário levar em consideração a forma que o sindicato anterior representava os trabalhadores, ou seria, de como ele não representava.

Desde a época em que o sindicalista Luiz Magrin (1941-1950) esteve à frente do sindicato, posteriormente Manoel Silveira (1951), e por último Cristiano Roberto Pimenta, os interesses dos sapateiros das indústrias de Franca foram postos de lado. E ao passar dos anos isso resultou em um atraso em relação aos benefícios que já poderiam estar fazendo parte da renda dos trabalhadores.

A partir do momento em que a chapa 2 de Fábio Cândido ganha as eleições em 1982, e toma posse, o novo sindicato tem pela frente uma defasagem imensa em termos de direitos trabalhistas. Mesmo após o STIC ter conquistado vários direitos trabalhistas em benefício dos trabalhadores, às condições dos trabalhadores poderiam estar melhores, esse retardamento se deu devido o infortúnio herdado pelo sindicato de Luiz Magrin e os demais gestores de sua época.

É evidente que na gestão de 1982 em diante, o sindicato através dos movimentos operários, conseguiu melhorar bastante a situação do trabalhador. Porém ainda ficou pendente muitos fatores que continuaram sem solução, inclusive no quesito de agente fiscalizador das irregularidades trabalhistas e demais ações que promovem o bem estar social.

2 ESTRATÉGIAS DOS PATRÕES E PRECARIEDADE DO TRABALHO

Para sobressaírem aos efeitos da globalização às indústrias calçadistas veem como saída alternativa a exploração em demasia trabalho o que afeta diretamente a situação profissional, econômica e social dos trabalhadores. Um agravante é o trabalho informal de pessoas que trabalham em suas residências sem definição de carga horária, a chamada terceirização de serviços.

‘As modificações ocorridas não atingem somente o âmbito trabalhista, mas como consequência atinge o ser humano e a sua cidadania, tornando um sujeito excluído de seus direitos’. (ENGLER, 2009). As novas mudanças no modo produtivo como: a inserção de novas tecnologias, deixando a qualificação anterior do trabalhador de lado e desvalorizando a mão de obra do profissional, é importante ressaltar que, embora a máquina realizar maior parte do trabalho ela necessita do acompanhamento do profissional como conhecedor técnico.

Anteriormente o trabalhador trabalhava fisicamente mais tempo, quando atualmente *parte do trabalho físico foi substituído pelo seu monitoramento*, isto é; menos esforço físico e a atenção e conhecimento do trabalhador supervisionando o trabalho da máquina. Isso foi o suficiente para que os profissionais sentissem o desmoronamento dos postos de trabalho e os impactos da reestruturação produtiva em Franca, afinal a maquina produz em grande quantidade.

O sindicato dos sapateiros de Franca assiste a reestruturação produtiva, preso às negociações salariais e movimentos de greve; as reivindicações são rotineiras e tradicionais, entre elas a participação nos lucros (PLR), abono escolar e piso salarial. As reivindicações não deixam de ter sua importância, porém para combater os efeitos da reestruturação produtiva, será preciso mais, de um sindicato; que terá que se empenhar em fazer uma regularização dessa reestruturação do modo de produção e torná-la praticável.

A reestruturação produtiva nas indústrias de Franca nas décadas de 1970 – 1990, não explorou tanto os benefícios da tecnologia e sim da mão de obra, em grande parte artesanal, isso ocorre por os operários desempenharem bem as técnicas artesanais e exercerem várias funções ao mesmo tempo. Não somente pelo fato da mão de obra ser de bom nível, mas também por contribuir para o baixo custo na produção economizando altos investimentos na compra de máquinas industriais possibilitando também o surgimento de micro e pequenas empresas nesse setor.

Segundo BARBOSA, A., (2008) devido às médias e grandes empresas irem se extinguindo, naturalmente aconteceram muitas demissões gerando o desemprego e com surgimento de micros e pequenas empresas, a lógica é que, estas comecem com pequenos capitais. Elas impulsionaram a prestação de serviços fora das fábricas como o trabalho domiciliar, que incluem o trabalho de adolescentes e crianças. Pois a prestação de serviço (terceirização) significa redução de custos, se tratando do dinheiro gasto em tecnologia e principalmente em mão de obra e direitos trabalhistas, que é o caso da informalidade.

Desta forma os contratantes de empresas terceirizadas não têm compromissos com os direitos trabalhistas favorecendo economicamente suas empresas. De acordo com Barbosa A,. (2008) a reestruturação produtiva no setor calçadista de Franca precarizou os laços de trabalho tirando os trabalhadores das indústrias, mas em contrapartida desencadeou um novo costume, o de empreendedor.

> Por outro lado, houve igualmente uma imoderada expansão da rede de prestadores de serviços resultante da eliminação de postos de trabalho dentro das fábricas; todavia, também esse processo teve um sentido diametralmente. (...) (BABOSA, A., 2008 p. 8).

Porém é preciso ressaltar que esse empreendedorismo tem um preço muito alto a ser pago e isso não pode ser visto como algo positivo. Porque dessa maneira estaremos sendo coniventes com a informalidade e a problemática social e econômica que prejudica tanto o trabalhador.

> A informalidade propiciou ao capital uma desoneração de seus custos sociais e com isso dilacerou as organizações e ações reivindicatórias dos trabalhadores e provocou o refluxo dos organismos sindicais. (ENGLER, 2009 p.93).

Nem todo empreendedor é bem sucedido e nem todos possuem o tino para esse ramo, a prova disso é própria situação em que se inicia esse chamado empreendedorismo por Agnaldo de Sousa Barbosa. O mesmo empreendedorismo pode surgir de uma forma menos agressiva ao trabalhador e planejada dentro da legalidade.

As atitudes patronais revelam na prática o egoísmo e a ganância por lucros em demasia, traços típicos do sistema capitalista. De acordo com Braga Filho (2004) o Brasil apresentou problemas de distribuição de renda em diferentes décadas e nem mesmo na década de 1970 com o *milagre econômico* não houve o repasse dos ganhos na produtividade para os salários dos trabalhadores.

Por trás da informalidade têm também impostos a serem tributados e declarados, não só direitos salariais aos trabalhadores, mas os valores tributários previstos em leis, referente aos cofres públicos.

Pessoas desempregadas preocupadas com o sustento da família, e outras almejando melhores condições de vida podem optar pela vida no crime. Sem falar que quanto mais pessoas perderem seus empregos, maior é o gasto do governo com o seguro desemprego e outros programas sociais incluindo a despesa enorme com o sistema carcerário. Aí sim, o problema do desemprego têm proporções maiores, por outro lado os trabalhadores desocupados geram gastos ao governo sem ter o mínimo de dignidade e decência de um cidadão.

> No Brasil, essas profundas mutações na base produtivas, culminaram na racionalização e flexibilização, ou seja, na não submissão dos trabalhadores às leis trabalhistas, nem ao regime da previdência social, gerando, por conseguinte, trabalho informal, redução dos direitos trabalhistas, perda de força sindical,

> trabalho em tempo parcial, contratos de trabalho por tempo determinado, trabalho temporário, dentre outros. (ENGLER, 2009, p.104).

A situação realmente é muito complexa, de um lado o trabalhador lutando por sua sobrevivência e de sua família, possuindo apenas sua força de trabalho como mercadoria. '[...] lutam por aumento do poder aquisitivo, por maiores salários para uma sobrevivência mais digna, menos sofrida'. (ENGLER, 2009, p.105). Do outro lado a burguesia com o capital em mãos.

Na década de 1990 em diante no dizer de Freitas (2003) identifica-se uma quantidade significativa de irregularidades nas indústrias de Franca. Algumas podemos denominar indústria, outras não, pois são conhecidas como fabriquetas ou fundo de quintal, estas não são reconhecidas como indústrias.

Nas fabriquetas ou em pequenas bancas de pesponto a quantidade de trabalho informal é grande, e o trabalho adolescente e infantil é corriqueiro. O trabalho familiar é característico e se articula em setores e etapas onde cada pessoa tem suas funções.

Com a venda das mercadorias produzidas, e o pagamento vindo em forma de cheques pré-datados, e como o capital de giro dos donos dessas fabriquetas inexiste. O dinheiro em mãos é essencial para comprar matérias primas e dar continuidade à produtividade.

> Neste meio, a indústria não tem capital de giro e nem capital fixo. Com a falta do capital de giro, o pagamento de juros a credores toma o lugar do acúmulo de capitais, com isso esta empresa nunca vai se desenvolver e aplicar na mecanização de sua produção industrial. (FREITAS, 2003, p. 23).

A necessidade de comprar os materiais em dinheiro à vista faz com que os fabricantes procurem o agiota. Na maior parte dos casos as fabriquetas ou fundo de quintais estão em situação irregular tornando o acesso ao crédito em bancos praticamente impossível.

'A agiotagem neste meio é feita de forma que, se por acaso, o cheque volte sem fundo, o proprietário da indústria pague o valor do cheque, pondo em garantia um bem que sua família possui'. (FREITAS, 2003, p. 23). Devido à tamanha pobreza e a enorme ousadia em que se inicia esse próprio negócio. A dificuldade financeira é tanta que a possibilidade do negócio ir pra frente é muito remota, e aí resta aos proprietários contar com a sorte.

O sindicato não tem influência nesse caso porque esse tipo de atividade atua em sua maioria na clandestinidade. Os funcionários não possuem carteiras assinadas, convênios médicos ou seguros, e no caso de acidente de trabalho não têm como eles se afastarem e receberem benefícios do INSS, justamente por não estar contribuindo com a Previdência Social. Normalmente as empresas maiores já mais estruturadas é que vão oferecer melhores condições de trabalho aos trabalhadores.

As pequenas bancas de pesponto têm perfil parecido com o das fabriquetas fundo de quintal e foram muito exploradas através da descentralização dos serviços, ocorre também a inexistência dos direitos trabalhistas atuando de forma clandestina e trabalhando na terceirização de serviços vindos das empresas maiores. Contratam seus funcionários oferecendo-lhes como remuneração a comissão somente do que eles produzirem boicotando os direitos trabalhistas, e usando também o trabalho de adolescentes e o infantil.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) classifica as indústrias de Franca como: micros, pequenas, médias e grandes empresas. As grandes e médias possuem uma fatia da produção dedicada às exportações.

> A partir dos anos 90, na indústria calçadista, começa um processo de dês-centralização da produção, consequentemente, um aumento nas empresas de serviços, que aparecem para suprir a necessidade de expansão a baixos custos operacionais e fixos para as empresas. Esta tendência se transforma num complexo quadro de indústrias associadas, com a finalidade de produzir a preços altamente competitivos. (FREITAS, 2003 p.31).

Embora as empresas grandes e mecanizadas empregarem mais e deter a vanguarda da produção, algumas empresas pequenas e médias podem não ser o que aparentam. Existem indústrias pequenas e médias que produzem em grande quantidade através da subcontratação. Essas empresas terceirizam seus serviços para economizarem no custo da produção obtendo produtos com preços mais baixos dando-lhes competitividade de concorrência no mercado.

Observando que as grandes empresas empregam mais do às pequenas e médias. Em alguns casos devido à descentralização de serviços essas empresas pequenas e médias também empregam muitas pessoas através

da terceirização. A contratação de uma prestadora de serviços é simples, é feita verbalmente e sem dúvida alguma, muito viável ao contratante.

> Isto acontece porque uma indústria moderna contrata outra subsidiária, autônoma, geralmente, sem um compromisso formal assinado, para que esta cumpra uma determinada função na fabricação do calçado como, por exemplo: a banca de pesponto, as bancas de cortes, as fábricas de cartonagem, os ateliês de modelagem, as bancas de acabamento, etc. (FREITAS, 2003, p. 32).

São muitas as vantagens dessa manobra estratégica dos 'pequenos e médios' empresários começando pela economia do dinheiro gasto em tecnologia. Se o serviço foi transferido para terceiros, eles que gastem para cumprirem com seus compromissos produtivos, pois vão receber pelos serviços prestados.

Fica ao contratante, apenas a preocupação com o capital de giro e compra de matérias prima. O contrato verbal além de diminuir a folha de pagamento do contratante, ele não garante o pagamento do serviço prestado na eventualidade de um calote ao contratado, beneficiando ainda mais o contratante.

> Esta empresa contratada tem como característica a produção do 'serviço' a baixos preços, e para isso, utiliza até mão de obra infantil e feminina, indiscriminadamente, para um menor custo de operação. (FREITAS, 2003 p. 32, grifo do autor).

Em resumo; a economia que vai beneficiar o patrão titular do serviço e gerar uma boa lucratividade a ele, reduz em muito a margem de lucro das prestadoras de serviço forçando-as a usar estratégias que oprimem o trabalhador ou pessoas que ainda não são trabalhadores, mas estão trabalhadores, que são as crianças e adolescentes.

2.1 Os impactos socioeconômicos

A diferença entre os patrões e trabalhadores em momentos de crise, é que os patrões possuem meios financeiros para se reerguerem. Já os seus funcionários são possuidores apenas da força de trabalho para batalharem por suas sobrevivências, sendo assim, fica muito difícil reagir ao desemprego.

Observando o contexto da terceirização de serviços temos um problema social desencadeado por um econômico. O pai e a mãe que não têm alternativas, a não ser trabalhar para prestadoras de serviços ficando mais difícil adquirir boas condições financeiras para educar e instruir profissionalmente seus filhos, e proporcioná-los uma qualidade de vida melhor.

O fato de Franca possuir um grande polo industrial que gira em função do calçado, e que emprega muitas pessoas nesse ramo prejudica muito os trabalhadores. Quando há demissões em massa, é praticamente impossível a absorção imediata ou em curto prazo dessa gente em outras atividades.

As pessoas que trabalhavam nas fábricas na década de 1990 viam uma possibilidade de melhorar sua condição de vida através do estudo. Mas ficavam presos economicamente na tarefa de comprar produtos básicos de sobrevivência, pagar aluguéis, contribuir financeiramente com a família, pagar taxas de serviços públicos ou privados em manutenção do lar, ou seja, fadados apenas a própria subsistência.

Os trabalhadores francanos sofrem muito com o desemprego, na hora do sufoco procuram ajuda de parentes, prefeitura, sindicato, amigos alguns desconhecidos o objetivo é ser ajudado de alguma forma não importa como. Os que têm direito ao seguro desemprego obtêm uma ajudinha a mais, para isso é preciso estar trabalhando registrado.

Devido às empresas serem dependentes das vendas e possuírem altos e baixos, empregam de acordo com que vendem gerando assim um vínculo empregatício temporário de curto prazo em muitas das vezes entre dois e seis meses. Por motivo de salários baixos esses trabalhadores necessitam de completarem suas rendas através de outro trabalho extra, conhecido como bico.

Segundo Canôas (2003) o seguro 'benefício' (seguro desemprego) não veio para a classe trabalhadora para atender suas necessidades e sim para apaziguar possíveis revoltas e conflitos. Também visando à sintonia do governo com a classe dominante e a manutenção do sistema de exploração do trabalho.

> O que se observa na maioria das respostas, nos depoimentos de trabalhadores calçadistas, empregados, desempregados e os que se encontram hoje na informalidade, é uma significativa falta de consciência social, política e econômica da própria realidade em que se vive, o que confirma essa a tese proposta nesta

> pesquisa, que não há uma busca estratégica de sobrevivência política, consciente, objetiva. (CANÔAS, 2003 p. 63).

A dura realidade dos trabalhadores das indústrias de calçados de Franca vai além do fator econômico atingindo também o social. Devido às intensas dificuldades financeiras das pessoas ocasionadas pela instabilidade de emprego, as famílias sentem os impactos, ocorre a desarmonizarão e desestruturalização das mesmas e algumas separações.

Com a separação consequentemente o pai terá que pagar pensão alimentícia aos filhos ou até mesmo a mãe quando for o caso, isso gera mais problemas sociais por envolver um novo modo de vida das pessoas, que não era o habitual. E na questão econômica, além do pai ou da mãe dependendo do caso, pagarem pensão alimentícia aos filhos, quando adquirem outra família arcam com mais despesas ainda, referente à nova família.

Os empregadores do setor calçadista da cidade de Franca têm suas preferências em relação ao perfil do trabalhador. Eles preferem gente jovem, de preferência sem filhos, nada que interfira na produtividade de suas empresas, o estudo é um dos principais quesitos para uma vaga de emprego, essas exigências agravam ainda mais a situação dos trabalhadores privando-os de melhores oportunidades.

Por viverem em situação precária, muitas pessoas não conseguem saldar suas dívidas a prazo com juros altos, e vendem seus objetos de casa como; aparelhos de som e televisão entre outros, a preços bem baixos para saldar seus débitos. São tantas as dificuldades enfrentadas que segundo FREITAS (2003) muitos desanimaram tanto, que se entregaram a bebida, passaram a pedir comida nas ruas e viraram moradores delas ou optaram pela vida no crime. É necessário aqui ressaltar que a periodização que FREITAS (2003) se refere aos impactos socioeconômicos é com foco na década de 1990.

CONCLUSÃO

Em Franca o cenário do modo de produção capitalista não foi favorável aos trabalhadores das indústrias de calçados de Franca (sapateiros) nas décadas de 1970 – 1990. Momento em que a reestruturação produtiva surgiu como alternativa de redução de custos e competitividade entre concorrentes tendo a globalização e a tecnologia como um agravante ainda maior da situação.

As crises econômicas sejam elas de proporção global ou nacional, as medidas políticas e o fator tributário interferem muito na produtividade do setor calçadista de Franca que depende tanto do mercado interno quanto das exportações. São muitos os fatores que contribuem para a precarização do trabalho nas indústrias calçadistas de Franca.

A terceirização, somada ao trabalho domiciliar e infantil, as micros e pequenas empresas, incluindo as bancas de pesponto são determinantes para o trabalho informal. Analisando as fontes percebemos que a tecnologia chega a passos lentos em empresas médias, nas pequenas e nas microempresas, conforme elas se desenvolvem economicamente. A tecnologia e melhores condições de trabalho normalmente são encontradas nas grandes indústrias.

O ramo calçadista é o que mais emprega em Franca e a oferta abundante de mão de obra atrapalha muito as negociações salariais e a distribuição de renda. Embora o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC) tenha ajudado o movimento operário a conseguir muitos direitos trabalhistas, o cumprimento de todos os direitos adquiridos pelos patrões é que não é fácil de obter.

As irregularidades são tantas, que o sindicato ou algum outro órgão competente como o Ministério do Trabalho resolvesse fiscalizar com rigor, muitas empresas iriam fechar as portas. A consequência disso seria o desemprego em massa tão grande que afetaria de tal forma a subsistência da população e a vida no crime poderia ser a segunda opção em muitos casos, gerando um problema social ainda maior. Os patrões sabendo disso aproveitam essa situação e exploram o trabalhador não só em sua força de trabalho, mas nos direitos trabalhistas também.

O caminho para os sapateiros conseguirem melhores salários e condições de trabalho é criar mecanismos que os insiram em outra atividade remunerada tirando o excesso de mão de obra que existe no mercado de trabalho calçadista e se possível fazer com que falte mão de obra especializada.

Ocorrendo isto, os empresários serão forçados a atrair os trabalhadores, e a melhor forma de atração são: melhores salários e melhores condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). Disponível em: **http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf. Acesso em: 26. Jul. 2014.**

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Reflexos da reestruturação produtiva na indústria do calçado.** Relatório de Pesquisa. Programa Jovem Pesquisador - FAPESP, 2008. p. 4-14.

BARBOSA, Marisa Geralda. **Trabalho, educação e modernização industrial: a indústria calçadista francana no contexto da globalização.** (TCC em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Franca, 1997.

BRAGA FILHO, Hélio. **Distribuição da renda entre salários e lucros na indústria de calçados de Franca de 1994 a 2002.** (Tese em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Franca, 2014.

CANÔAS, José Walter. **Atitudes operárias no processo de reestruturação produtiva do capital.** Franca: UNESP-FHDSS, 2003.

CANÔAS, José Walter. **Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do STIC sindicato dos trabalhadores da indústria de calçados.** Franca: UNESP, 2007.

CARLEIAL, Liana M. da Frota. **Racionalidade e trabalho: uma crítica a André Gorz**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.8, p. 64-74, jan./mar., 1994.

COSTA, Márcia da Silva. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. RAE-eletrônica, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em: **http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10.** Acesso em: 26 ago. 2014.

ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **Mentalidades e trabalho: do local ao global, panorama do calçado francano.** Franca: UNESP-FHDSS: CEPEER, 2009.

ENGLER, Helen Barbosa Raiz, (e tal). O trabalho estranhado na indústria calçadista de Franca/SP após o advento da globalização. Disponível em: **http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/mateusbeordo2.pdf.** Acesso em: 26 ago. 2014.

FREITAS, Rogério Monteiro de. **Trajetória do trabalho adolescente e precário na fabricação do calçado: a recuperação de dependentes químicos.** (TCC em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Franca, 2003.

MARTINS, Maria Helvira Arantes Andrade Hansen Martins. **O impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca - SP.** (Tese em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP. Franca, 1999.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista.** São Paulo: Martin Claret, 2.007, p.80.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. As Centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. Porto Alegre 2.000 p. 186-192. Disponível em: **http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a08.pdf. Acesso em 26 ago. 2014.**

SILVA, Luiz Sérgio. MAGALHÂES, Tarcísio Márcio Pinheiro. SAKURAI, Emília. Reestruturação produtiva, impactos na saúde e sofrimento mental: o caso de um banco estatal em Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública vol.23 n. 12 Rio de Janeiro Dec. 2007. Disponível em: **http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/15.pdf.** Acesso em: ago. de 2014.

O Terceiro Setor e o Meio Ambiente em Ibiraci/MG: Um breve estudo sobre a atuação da PROBRIG

A questão ambiental hoje está presente, exigindo da sociedade mais consciência e atitudes para a sustentabilidade. Desse modo, algumas entidades do chamado Terceiro Setor tem se organizado em torno da proteção, recuperação e gestão de bens comuns. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é traçar um brevíssimo panorama sobre a relação entre o Terceiro Setor e o meio ambiente no município de Ibiraci/MG, a partir da atuação da PROBRIG – "Protetores da bacia do Rio Grande". Para tanto, através de pesquisa bibliográfica, foram levantadas informações e conceitos sobre o Terceiro Setor e às Organizações Não-Governamentais. Em relação à PROBRIG foi feita uma pesquisa documental e uma entrevista com um dos fundadores e membro mais atuante. Dessa forma se levantou dados sobre a gênese, características e principais atividades da referida organização. Por fim, concluiu-se que a relação entre o Terceiro Setor e o meio ambiente em Ibiraci/MG resume-se às atividades da PROBRIG, cuja atuação tem como principal característica atividades de educação ambiental.

110-2431

Gilberto Florêncio Faria
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
gilbertoflorencio@hotmail.com

José Alfredo de Pádua Guerra
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
josealfredo@facef.br

INTRODUÇÃO

A questão ambiental hoje está presente e exige da sociedade uma postura mais consciência e ações para a sustentabilidade. Problemas com o fornecimento de água, que atualmente assola a maior cidade do país não são mais exclusividade de grandes centros urbanos. Desse modo, a sociedade tem se organizado em torno da proteção, recuperação e gestão de bens comuns como demonstrou Ostrom *apud* Babo et al. (2011).

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é traçar um brevíssimo panorama sobre a relação entre o terceiro setor e o meio ambiente no município de Ibiraci/MG, a partir da atuação da PROBRIG – "Protetores da bacia do Rio Grande".

Para tanto, inicialmente, serão apresentadas algumas informações e alguns conceitos relativos tanto ao terceiro setor como às organizações não-governamentais. Em seguida, será apresentada a PROBRIG, sobre a qual foram levantados dados relativos à sua gênese, características, principais atividades e atuação.

A pesquisa foi bibliográfica em relação ao referencial teórico e de campo em relação à PROBRIG. Foi feita uma vista por este pesquisador até sua sede, oportunidade em que o fundador e membro mais atuante, José Limonti Júnior, concedeu uma entrevista. A escolha pela pessoa de José Limonti para a realização da entrevista se justifica por ter sido um dos principais idealizadores e um dos mais ativos membros.

DESENVOLVIMENTO

Não há consenso entre os pesquisadores sobre uma exata definição de terceiro setor. Entretanto, em linhas gerais, através de Fernandes *apud* Delgado (2004) pode-se entender o terceiro setor como:

> "(...) um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. "Bens e serviços públicos", nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas".

Embora no Brasil, desde o final do século XIX, organizações e iniciativas privadas já produzissem bens e serviços sem geração de lucro e como resposta a necessidades coletivas, através, por exemplo, das Santas Casas, é com a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã" que o ordenamento jurídico brasileiro consagrou instrumentos democráticos de participação direta e indireta.

Nesse sentido, após apresentar brilhante histórico das Constituições brasileiras, Serra (2006) aponta que, a CF/88:

> "consagra diversos instrumentos democráticos de participação direta e indireta que refletem a organização alcançada pela sociedade civil através do movimento pelas eleições "Diretas Já", na década de 1980. Este movimento constituiu a base do Terceiro Setor no Brasil (...)".

Conforme realça a autora, tão importante quanto o arcabouço jurídico para o terceiro setor é o processo histórico que permitiu que a própria sociedade tomasse consciência de que poderia se organizar através de estruturas jurídicas próprias, amparadas pelo Estado Constitucional Democrático.

Normalmente chamam-se tais organizações de ONGs – Organizações não-governamentais, que podem ter como missão estatutária os mais diversas finalidades, desde que lícitas.

A Constituição de 1988, após explicitar em seu artigo 1º a cidadania como fundamento da República Federativa do Brasil, e que todo o poder emana do povo, em seu artigo 5º, XVII coloca como cláusula pétrea o direito à plena liberdade de associação para fins lícitos.

Se é na Constituição que há a garantia do direito de associar-se, é no Código Civil que este direito passa a ganhar contornos mais claros. Desse modo, do artigo 53 ao artigo 69 estão previstas a forma de criação e os elementos fundamentais do estatuto, tais como denominação, os fins e a sede da associação e/ou fundação, os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados, os direitos e deveres dos associados, as fontes de recursos para sua manutenção, o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução, a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Neste contexto, é importante destacar a Lei 9790 de 28 de março de 1999 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o termo de parceria.

Nos termos da referida norma, o termo de parceria é instrumento possível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

São cláusulas essenciais do termo de parceria as que especifiquem o objeto, que estipulem metas, que façam menção expressa a critérios objetivos de avaliação, que estabeleçam as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados.

Entretanto, para que a organização possa firmar termo de parceria com o Poder Público, é necessário que o Ministério da Justiça – art. 5º - reconheça tal qualificação. Sendo assim, nos termos do art. 3º, dentre os objetivos sociais da organização deve, constar, pelos menos, uma das finalidades do previstas no art. 3º:

> Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:
>
> I - promoção da assistência social;
>
> II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
>
> III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
>
> IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
>
> V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
>
> VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
>
> VII - promoção do voluntariado;
>
> VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
>
> IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
>
> X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
>
> XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
>
> XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
>
> Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Conforme dispõe o inciso VI, organizações não-governamentais que tenham em seus estatutos a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável como missão estatutária, podem pleitear a qualificação de OSCIP e firmar termo de compromisso com o Poder Público.

A relação entre organizações não-governamentais e defesa, restauração e preservação do meio ambiente é antiga. Em 1951 foi fundada nos EUA a Nature Conservancy, formada por um grupo de cientistas norte-americanos interessados não só em estudar a natureza, mas protegê-la. Em uma ação que durou uma semana, o grupo arrecadou dinheiro suficiente para salvar 28 hectares ameaçados ao longo do Rio Mianus, no estado norte-americano de Nova York, antes que o terreno fosse vendido a incorporadoras.

Em de 29 de abril de 1961 é divulgado o Manifesto de Morges[89], documento que tempos depois daria origem ao World Wild Found. Na década seguinte, em 1971, surgiria o Greenpeace, outra organização não governamental atuante na área ambiental.

No Brasil, um dos primeiros registros de ONGs ambientais é a Agapan – Associação Gaúcha de Proteção ao ambiente natural, de 1971. Outra ONG de atuação na área ambiental bastante conhecida no Brasil é a SOS Mata Atlântica. Criada em 1986 tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultural do Bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socioambiental.

Com o mesmo propósito das ONGs internacionais e nacionais pioneiras, foi criada em Ibiraci/MG, em 2004 a PROBRIG – Protetores da Bacia do Rio Grande. Sua gênese ocorreu a partir das inquietações dos membros de um grupo de alunos de pintura, formados por cidadãos de Ibiraci/MG, de diversas classes sociais e com as mais varias profissões. Desde 1991, em diversas oportunidades, o referido grupo saia a saiam a campo para retratar paisagens.

Com o tempo, os membros do grupo foram tendo contato com situações que mostravam desrespeito a meio ambiente, tanto em relação ao meio ambiente cultural, pela falta de conservação adequada de alguns bens históricos, como em relação ao meio ambiente natural, como a poluição de cursos d´água e cortes de árvores centenárias. No sítio na internet – www.probrig.org – há a seguinte explicação:

> Um grupo de cidadãos de Ibiraci e região compreendendo a necessidade da participação com projetos efetivos na nossa realidade comunitária e contando com o apoio dos Drs. Célio Bertelli e Alcides Furtado, reconhecidas autoridades no Setor em toda a região, mais a participação de vários amigos e voluntários, criou uma OSCIP em nossa cidade, no dia 13 de março de 2004.
>
> A ela foi dado o nome de "Protetores da Bacia do Rio Grande", adequando-nos à nova ótica governamental que priorizará os interesses e características regionais por bacias hidrográficas.

Segundo relato do fundador, e um dos membros mais ativos, José Limonti Júnior, que recebeu atenciosamente este pesquisador, a indignação fez com que o grupo se organizasse e resolvesse criar uma organização que pudesse contribuir de alguma forma para a restauração e conservação do meio ambiente.

Após algumas reuniões ficou decidido que a PROBRIG seria uma OSCIP. Devidamente constituída e registrada, cumpridas todas as formalidades legais, a Probrig conseguiu, a qualificação de OSCIP pelo Ministério da Justiça.

Atualmente, por conta de convênio com a Prefeitura Municipal de Ibiraci, a PROBRIG tem sua sede em um Casarão de valor histórico situado no centro de Ibiraci/MG, na Praça Raul Soares, nº 13 e, virtualmente, está presente em diversos canais de comunicação. Possui página na internet, na rede social Facebook e um canal no Youtube, onde divulga vídeos educativos e de eventos realizados.

Basicamente, a PROBRIG tem duas fontes de recursos. A primeira é através de um Convênio firmado com o Ministério Público de Minas Gerais que, ao fazer os termos de ajustamento de conduta nas transações penais relativas aos crimes ambientais, indica a PROBRIG como destinos do valor relativo ás multas.

A segunda fonte de recursos são recursos vindos da Prefeitura Municipal de Ibiraci. A Lei municipal de Ibiraci/MG nº 1.317 de 30 de novembro de 2004, declarou a utilidade pública da PROBRIG.

Além das subvenções, através dos termos de parceria firmados com a Prefeitura Municipal de Ibiraci, a PROBRIG é responsável pelo plano de trabalho para gestão de dois conselhos municipais: o Codema, Conselho Muicipal do Meio Ambiente e Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

[89] Em 1961, quando um grupo de cientistas, liderados pelo Dr. Max Nicholson e que incluía ainda o biólogo Julian Huxley e o ornitólogo e pintor Peter Scott, preocupados com a devastação da natureza e os seus efeitos sobre o planeta, assinaram no dia 29 de abril na cidade de Morges na Suíça um manifesto convocando numa ação mundial com o objetivo de interromper a caça de animais ameaçados de extinção e a destruição de seus habitats. A este chamou-se "Manifesto Morges", este documento tornou-se na base para a primeira organização "verde" global, a World Wildlife Fund (WWF), que inaugurou o seu primeiro escritório no dia 11 de setembro na mesma cidade - Morges.

Além da gestão dos referidos conselhos, a PROBRIG realiza projetos de educação ambiental, eventos, ações e publicações em vários suportes de mídia. Na área da cultura e patrimônio histórico existem os projetos permanentes e as atividades eventuais. São projetos permanentes:
(i) o projeto "Mestre Athaíde" que tem por objetivo contar a história do município através do resgaste e conservação das capelas existentes na zona rural;
(ii) Resgate da história de Ibiraci que tem por objetivo resgatar a história de Ibiraci, a partir das registros das primeiras ocupações do território;
(iii) as exposições de artes plásticas, fotos e artesanato que ocorrem na Sala "Amélia de Vassimon", em sua sede;
(iv) o grupo de poesia, tem por objetivo estimular a produção literária, com reuniões semanais dos membros e a publicação de seleções de poesias;
(v) o grupo de pintura; tem por objetivo estimular o desenvolvimento da percepção ambiental dos alunos, através do desenvolvimento da produção das artes plásticas;
(vi) a publicação de livros, produção de banners e folders educativos que tem por objetivo divulgar o trabalho realizado pela organização;
(vii) as aulas de violão e coral que tem por objetivo desenvolver as capacidades musicais dos participantes;
(viii) resgate da memória, que são entrevistas gravadas com pessoas com mais de 80 anos com o objetivo de formar um "arquivo vivo" das tradições orais. São atividades eventuais as oficinas de artesanato.

Na área do meio ambiente há um calendário fixo, que consiste na realização de eventos, palestras e atividades de campo: (i) no dia mundial da água, em março; (ii) na semana do meio ambiente, em junho; (iii) na festa anual das árvores, em setembro,

Há também os projetos permanentes:
(i) corredores ecológicos, que consiste em recuperar áreas de preservação permanentes que façam a ligação entre áreas verdes que estejam isoladas, com o objetivo de possibilitar o deslocamento dos animais silvestres e estimular o fluxo gênico;
(ii) recolhimento de pilhas que consiste em uma campanha de conscientização do perigo representado pela contaminação por metais pesados. O projeto se desenvolve através de palestras nas saldas de aula do município e propõe uma coleta permanente das pilhas e baterias usadas em garrafas pet. Cada garrafa cheia de pilhas dá direito a uma camiseta da PROBRIG.

Os projetos específicos relativos ao meio ambiente são:
(i) *clean day,* que ocorre no dia mundial de limpeza, terceiro final de semana do mês de setembro de cada ano, acontecendo simultaneamente em mais de uma centena de países. Durante o dia todo, voluntários de todas as idades se reuniram para coletar lixo de uma área, passando horas em confraternização com o próximo e a natureza. Participaram tanto mergulhadores cadastrados para coleta de lixo no fundo do rio e margens, como adultos, jovens e crianças fazendo coleta terrestre junto às margens;
(ii) levantamento geoambiental do município, ocorrido em fevereiro de 2008 e que consistiu num curso com 20 horas de aulas teóricas e 30 horas de aulas de campo, ministradas pelo Prof. Dr. Jairo Roberto Jimenez-Rueda, do Depto.de Petrologia e Metalogenia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista. Este projeto teve como produtos concretos: 40 participantes que passaram a ter uma nova e embasada visão da paisagem geoambiental do município; o material coletado durante o curso transformou-se em acervo permanente para pesquisas pelos alunos e cidadãos em geral; a identificação de certas peculiaridades do município pode orientar novas políticas públicas na área e a confecção do Diagnóstico Zero do município de Ibiraci, que servirá de subsídio para a formulação de projetos nas mais diversas áreas por se tratar de um conhecimento específico da realidade municipal, a nível científico.

Segundo informações prestadas por José Limonti Júnior, os cursos de violão, as aulas de coral e de pintura, cerca de 150 pessoas mensalmente. São diversas publicações relativas tanto à produção dos membros do grupo de poesias como em relação ao material resultante dos estudos ambientais e históricos. Com base nos estudos históricos, diversos bens foram inventariados e, alguns, tombados.

CONCLUSÃO

A relação entre o terceiro setor e a proteção do meio ambiente no município de Ibiraci se dá basicamente através da atuação da PROBRIG. Embora existam outras organizações da sociedade civil, apenas a PROBRIG é qualificada no município como OSCIP e tem como missão estatutária a preservação ambiental e o patrimônio cultural.

De todas as atividades acima apresentadas, pode-se concluir que a PROBRIG tem, basicamente, em relação ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, duas formas de atuação:
(i) uma direta, através de seus membros e simpatizantes, com o apoio de parte da população, como por exemplo, as campanhas de recolhimento de pilhas, limpeza dos cursos d´água e criação dos corredores ecológicos;

(ii) outra indireta, através de atividades de educação ambiental, tanto em relação ao ambiente natural, como em relação ao patrimônio histórico.

Conforme exposto acima, embora segundo as informações do Sr. José Limonti, as ações diretas tenham caráter permanente, o que este pesquisador pode concluir foi que as ações indiretas, que consistem nas atividades de educação ambiental, tanto do meio natural como do patrimônio histórico, são as que parecem ter mais efeito, pela qualidade e quantidade de material de pesquisa que já se produzido e pelas pessoas que são atendidas.

Outro ponto relativo à atuação da PROBRIG que merece destaque é a gestão de dos Conselhos municipais do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural.

O trabalho realizado pela PROBRIG tanto de levantamento de informações geoambientais, sobre solo, relevo, clima, vegetação, hidrologia e pedologia, como o resgate da história de Ibiraci é, certamente, um legado importantíssimo para a criação de uma consciência histórica e ambiental que propiciará para as próximas gerações um contato mais intenso com a terra e com a história.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABO, P., MACEDO, M., SIMÕES, J. 2011. **Elinor Ostrom: "Governar os Comuns".** Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Mestrado em Economia e Política do Ambiente. Disponível em: < http://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf> . Acesso em: 22 de jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

_____. **Lei 9790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

_____. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

DELGADO, M., **O terceiro setor no Brasil: uma visão histórica.** Revista Espaço Acadêmico – nº 37, junho de 2004. Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

PÁGINA DO GREENPECE NA INTERNET. Disponível em: < http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

PÁGINA DA PROBRIG NA INTERNET. Disponível em: < http://www.probrig.org/>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

PÁGINA DA WWF NA INTERNET. Disponível em: < http://www.wwf.pt/>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

SERRA, Daniela Campos de Abreu. **A participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural de Ribeirão Preto: o Comppac/RP.** p. 99. Dissertação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho –Unesp, Franca, 2006.

O uso interdisciplinar das aplicações de realidade aumentada para o desenvolvimento regional

Este trabalho visa demonstrar o uso interdisciplinar que a Realidade Aumentada pode oferecer nas aplicações para o desenvolvimento regional relacionando os avanços feitos em diversas áreas e como podemos aplicá-los através de exemplos e ferramentas. Também serão abordados os métodos da construção de um protótipo de HMD (Head Mounted Display) ou em tradução não literal, um Óculo de Realidade Aumentada. Através dessas informações e apresentação do protótipo, podemos proporcionar uma maior compreensão a cerca da aplicabilidade presente na tecnologia de Realidade Aumentada e quais os benefícios que ela pode proporcionar no campo do desenvolvimento regional.

051-2369

Marcio Maestrelo Funes
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR
marciofunes@gmail.com

Palavras-chave: realidade aumentada, desenvolvimento regional, aplicações de realidade aumentada, protótipo HMD.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the interdisciplinary use that Augmented Reality can offer in applications relating to regional development advances made in several areas and how we can apply them through examples and tools. Will also be addressed the methods of building a HMD (Head Mounted Display) prototype or not literal a translation, Augmented Reality Glasses. With this information and the presentation of the prototype, we can gain a greater understanding about the applicability present in Augmented Reality technology and what benefits it can provide in the field of regional development.

Key words: augmented reality, regional development, application of augmented reality, HMD prototype.

1. INTRODUÇÃO

Antes do surgimento do ENIAC, primeiro computador eletrônico em 1945, as pessoas interagiam apenas com interfaces naturais, poucas vezes precisavam interagir com máquinas apertando botões ou acionando alavancas (Kirner e Siscouto, 2007).

Nas décadas de 40 e 50 sugiram as primeiras interfaces gráficas utilizando computação gráfica para sua concepção, eram baseadas em chaves e lâmpadas. Já na década de 60, surgiram os primeiros consoles com vídeo, dando inicio às interfaces gráficas (Kirner e Siscouto, 2007).

Nas décadas de 70 e 80 surgiram processadores mais poderosos e começaram a serem exploradas interfaces baseadas em comandos, como o MS-DOS, que posteriormente dariam espaço para a interface gráfica do Windows.

Atualmente existem diversas formas de interação que um usuário pode ter com a computação gráfica, elas recebem o nome de realidades misturadas e entendemos essas realidades como sendo ramificações da computação gráfica. Elas foram definidas e classificadas dentro da computação gráfica para melhor compreensão de nós usuários e desenvolvedores. Elas se diferenciam basicamente pelo grau de interação que o usuário possui com a computação gráfica.

Figura 1: Exemplificação das realidades misturadas.
Fonte: Kirner e Tori (2004).

Como podemos ver na Figura 1 temos realidades que se aproximam mais de um ambiente real, como a realidade aumentada, e temos realidades que se aproximam mais de um ambiente virtual como a virtualidade aumentada, cada uma tem sua função e métodos de interação diferenciados. Como o foco do artigo explora a aplicabilidade da Realidade Aumentada às outras realidades ficam como sugestão para artigos futuros.

1. A realidade aumentada e suas características

A Realidade Aumentada (RA) é uma tecnologia nova e emergente, uma evolução da Realidade Virtual (RV). Ela possibilita a inserção de objetos virtuais no mundo real que parecem coexistir no mesmo espaço físico, podemos visualizar essa interação por meio de algum dispositivo tecnológico. (Azuma, Baillot, Behringer, Julier, Macintyre, 2001, p. 34).

Como seu próprio nome nos indica a RA "aumenta" a percepção do ambiente para o usuário, sendo assim capaz de ampliar sua interação com o mundo real modificado pela inserção de objetos 3D, isso lhe proporciona uma experiência distinta do que experiências vividas apenas com o mundo real.

Ela enriquece ambientes do mundo real com informações virtuais que são diferenciadas pela interatividade possível de ser criada, os pontos chaves para a RA segundo Azuma (1997) são:

1. Combinar objetos reais e virtuais em um ambiente físico real
2. Operar interativamente e em tempo real
3. Registrar (alinhar) objetos reais e virtuais uns com os outros

1.2. O ambiente físico real

O ambiente físico real ao qual será projetada a RA ou mesmo visualizada possui algumas características essenciais como a área de interação, a iluminação e o espaço para os usuários. Essas características são ainda mais necessárias quando tempos mais de um usuário interagindo com a mesma RA em tempo real.

No caso de aplicações de RA imersiva, o espaço deve ser suficientemente grande para que se possam instalar telas, mesas de trabalho, computadores, projetores e qualquer dispositivo necessário permitindo a movimentação de pessoas e equipamentos sem limitações.

Em aplicações mais sensíveis pode haver necessidade de isolamento sonoro, para que o sistema não sofra com ruídos externos ou uso de ar-condicionado para controle da temperatura ambiente, já que computadores são fontes de calor.

Para qualquer aplicação de RA o controle da iluminação ambiente é fundamental, pois o reconhecimento ou não dos marcadores dependem, em grande parte, da incidência da luz sobre o marcador.

1.2. Imersividade e interatividade da Realidade Aumentada

Uma das características mais fortes da RA é a interatividade que ela deve fornecer ao usuário, diferentemente disso ela não se caracteriza como RA e talvez nem se enquadre em alguma ramificação da RV.

Dependendo dos estímulos providos por este ambiente em tempo real, as sensações tendem a ser diferentes de usuário para usuário, a esses usuários são permitidos a movimentação e a manipulação, na maioria dos casos, de objetos 3D. Para que o usuário possa interagir dessa forma com esses objetos 3D é necessária uma interface entre o usuário e o ambiente virtual, que deve ser capaz de identificar estes estímulos, passá-los para a forma de sinais digitais e fornecer uma resposta perceptível para o usuário.

1.3. Marcadores

Os marcadores são indispensáveis para a utilização da RA, em geral consistem em figuras geométricas quadradas, que contém no seu interior símbolos para identificá-los, conforma apresentado na Figura 2.

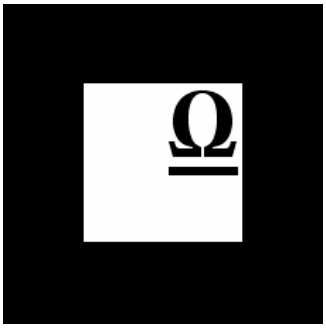


Figura 2: Exemplo de Marcador.
Fonte: Kirner e Siscouto (2007).

Apesar de marcadores geométricos quadrados e de contraste preto e branco serem amplamente aceitos podemos utilizar quase qualquer imagem como marcador, é necessário imagens que apresente contraste de formas e cores para que o sistema de captação de imagem possa reconhecê-las em seu processamento.

No caso de marcadores como o da Figura 2 as bibliotecas contidas nos sistemas de RA reconhecem a imagem limiarizada (em preto e branco), ou seja, as bordas do quadrado em preto. Além das bordas se faz necessário uma moldura em branco envolvendo esse quadrado para promover o contraste no próprio marcador, viabilizando o seu reconhecimento sobre superfícies de cores escuras.

O objetivo principal do marcador é tornar-se referência de onde o sistema de RA deverá projetar os objetos 3D no mundo real. Quando o sistema de RA captura e reconhece através um marcador, que lhe é conhecido, pois fora programado anteriormente, o sistema então ganha um referencial no mundo real para poder apresentar os objetos 3D.

O funcionamento de aplicações de RA executa várias etapas, na primeira etapa utilizando marcadores como na Figura 2, a imagem de vídeo capturada é convertida em uma imagem binária (em preto e branco), de acordo com o valor do limiar, o resultando em uma imagem como limiarizada ou binária como podemos verificar na sequencia de eventos da Figura 3.

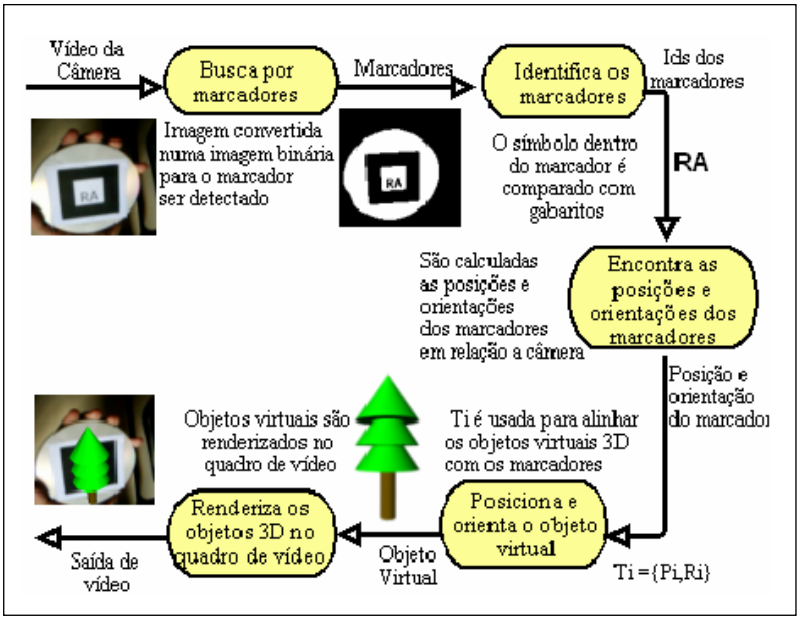


Figura 3: O funcionamento dos marcadores
Fonte: Kirner e Siscouto (2007).

Na sequência os quadriláteros nessa imagem são detectados e comparados com gabaritos de marcadores cadastrados no banco de dados do sistema de RA, caso haja a identificação desse marcador a aplicação de RA considera que encontrou um referencial de imagem. A próxima etapa consiste na obtenção da posição e orientação de marcadores, assim é possível projetar o objeto 3D sobreposto a seu respectivo marcador.

Sem marcadores o sistema de RA não consegue definir onde ela deverá projetar o objeto 3D, por esse motivo o uso de um marcador é indispensável. Sabendo desta propriedade podemos utilizar marcadores conhecidos dos usuários como uma cédula monetária por exemplo, criando assim maior interatividade.

2. APLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como podemos observar a RA permite ao usuário visualizar objetos 3D no mundo real de forma interativa, devido a essa tecnologia muitas são as áreas que podemos aplicar no campo do desenvolvimento regional. Desde criar metodologias de ensino que levam ao aluno maior interatividade com objeto de estudo até o campo de medicina onde novas possibilidades e técnicas podem ser exploradas, algumas dessas possibilidades serão abordadas abaixo.

Os exemplos aqui citados foram escolhidos por estarem ligados diretamente ao desenvolvimento regional, eles podem fornecer ideias para aplicabilidades em outras áreas não citadas, levando em consideração que muitas são as áreas que podem estar ligadas ao desenvolvimento regional.

2.2. Disponibilização de informações interativas a bens de consumo

No campo de disponibilizar informações a RA tem sido empregada de forma dinâmica e interessante. Essa técnica consiste em colocar informações em produtos e ambientes para que usuários possam se informar e interagir, podemos aplicar essa técnica, por exemplo, em uma loja onde o cliente poderá saber mais sobre o produto que está interessado como podemos ver na Figura 4, onde uma criança visualiza como o brinquedo estará depois de montado antes mesmo de abrir a caixa, isso influencia na decisão de compra do produto uma vez que a interatividade permite entender e sentir melhor o produto do que apenas visualizando imagens na caixa do brinquedo.

Figura 4: Criança interage com RA
Fonte: Henriques (2012)

Não apenas no âmbito mercadológico essa técnica ajuda em tarefas cotidianas, como guiar o usuário através de um prédio desconhecido, mostrando uma variedade de sugestões para a navegação, ou guiá-lo através de um museu, mostrando várias informações à medida que o usuário caminha. Outro exemplo seria a aplicações em bibliotecas onde através de marcadores em livros, estantes e corredores, seria possível localizar de forma mais fácil o livro desejado, as aplicações nessa área são diversas.

2.3. Disponibilização de informações interativas a áreas instrutivas

Diversas pesquisas têm sido empregadas para o desenvolvimento de aplicações que auxiliem a apresentação de instruções de informações técnicas de um modo geral, entenda por isso manutenção em automóveis, equipamentos industriais e qualquer tipo de equipamento.

Para facilitar o modo de apresentação de um manual, por exemplo, e por consequência o seu entendimento pelo usuário, ao invés de ler os manuais e observar as figuras em métodos convencionais objetos 3D podem ser sobrepostos a um equipamento qualquer, podemos ver esse exemplo na Figura 5 onde visualizamos informações sobre peças que compõem um motor de carro.

Figura 5: Informações sobre peças de um motor de carro
Fonte: Gass (2013)

Assim podemos demonstrar passo a passo as tarefas que devem ser feitas e como fazê-las. Estes objetos podem ainda ser animados, o que ainda mais facilita o seu entendimento. (Azuma, Baillot, Behringer, Feiner, Julier, Macintyre, 2001, p. 34 – 47).

2.1. Realidade Aumentada aplicada ao entretenimento

As aplicações na área de entretenimento são as mais diversas possíveis, entre os jogos criados com RA pode-se destacar o ARQuake. Este jogo é jogado no mundo real dando ao usuário a capacidade de se mover por onde desejar e podendo visualizar e interagir com elementos 3D ao longo do jogo, tudo que é visto é determinado exclusivamente pela orientação e posição da cabeça do usuário que está usando um HMD. (Piekarski, Thomas, 2002, p. 36 – 38).

Outra aplicação que mistura entretenimento, realidade aumentada e dispositivos móveis é o *Invisible Train*. Esse jogo foi desenvolvido, primeiramente, para crianças de nível primário e é um jogo multiusuário no qual os jogadores guiam um trem virtual através de um trilho real construído em miniatura. (Wagner, Pintaricc, Ledermann, Schmalsteg, 2005, p. 208 – 219).

No quesito desenvolvimento regional podemos exemplificar o uso de RA em entretenimento através de eventos, shows, feiras e qualquer atividades oferecida à população em geral.

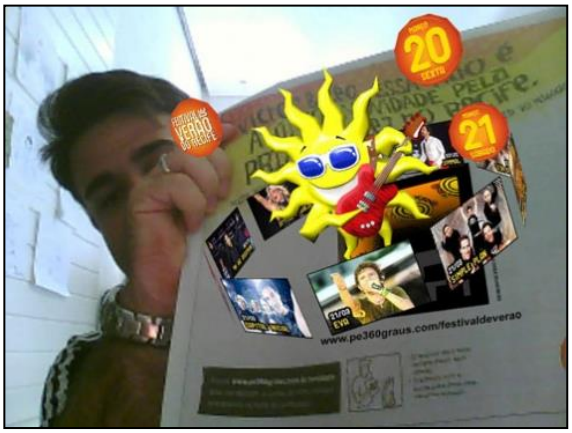


Figura 6: Usuário visualizando um evento através da RA
Fonte: Suna (2009)

Como exemplo temos na Figura 6 um usuário visualizando informações sobre um evento, dessa forma podemos despertar maior aceitação e interesse do que utilizando mídias de propagandas convencionais como panfletos e imagens.

2.2. Realidade Aumentada aplicada a medicina

Na área médica as aplicações desenvolvidas exigem ambientes virtuais muito realísticos, nos quais os usuários devem ter a sensação de vivenciar a situação, ou há necessidade da geração de sensações muito próximas ás reais, com tempo de resposta e métodos muito precisos.

A medicina tem se beneficiado bastante dos recursos tecnológicos oferecidos pela RV e RA nos últimos anos, esses sistemas fornecem um recurso de ensino e treinamento muito poderoso das estruturas anatômicas. A maioria das aplicações médicas é feita com a orientação de imagens cirúrgicas.

Estudos de imagens no pré-operatório, como por exemplo, tomografia computadorizada, ressonância magnética e ultrassom, proveem ao cirurgião a visão necessária da anatomia interna do paciente e pelo estudo dessas imagens a cirurgia é planejada, os sistemas também podem ser usados para treinamento de cirurgiões novatos e fornecer instruções virtuais ao médico a cada passo requerido.

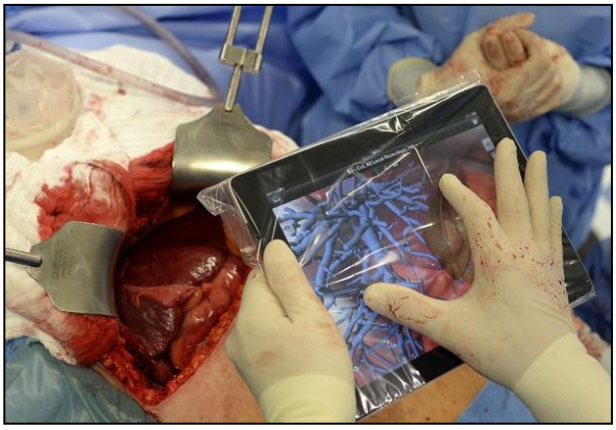


Figura 7: Médico utilizando RA durante cirurgia
Fonte: Porfírio (2013)

Dentre as inúmeras vantagens das aplicações de RA na área médica as mais visíveis dizem respeito à fidelidade das imagens coletadas, já que são feitas em tempo real como podemos ver na Figura 7. Dessa forma aumentando o desempenho de toda a equipe cirúrgica e também proporcionando a eliminação da necessidade dos procedimentos dolorosos e mais invasivos. (Azuma, Baillot, Behringer, Feiner, Julier, Macintyre, 2001, p. 38).

2.3. Realidade Aumentada aplicada a educação

A RA contribui de maneira significativa na área da educação como processo de exploração, descoberta, observação e construção de uma nova visão do conhecimento, oferecendo ao aprendiz a oportunidade de melhor compreensão do objeto de estudo.

Essa tecnologia, portanto, têm o potencial de colaborar no processo cognitivo do aprendiz, proporcionando não apenas a teoria, mas também a experimentação prática do conteúdo em questão. (Cardoso, Lamounier, 2008, p. 343 – 357).

Como exemplo, temos a aprendizagem da matemática como podemos visualizar na Figura 8, a RA pode eliminar um dos grandes problemas de qualquer aluno nesta matéria, podendo fornecer a ele a visualização de um problema complexo de geometria, os alunos podem visualizar objetos tridimensionais sem precisar imaginá-los ou desenhá-los em uma folha de papel. (Lopes, 2005, p. 54).

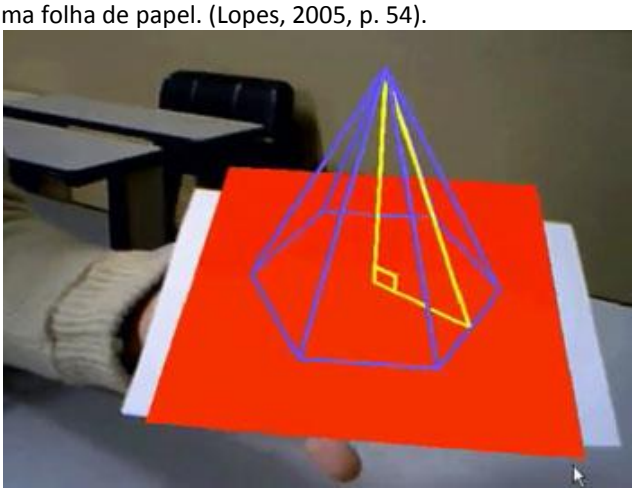


Figura 8: RA na aprendizagem da geometria
Fonte: Porfírio (2013)

Na educação a RA não é tratada apenas como “mais uma ferramenta” para melhorar a aprendizagem, mas sim como um poderoso instrumento de aprendizagem, segundo Bell e Fogler (1995) a principal vantagem de utilizar a RA é a capacidade de visualizar situações e conceitos que não poderiam ser vistos de outra forma e, ainda, de imergir o aluno nessa visualização, o interesse e o entusiasmo do aluno são também evidentes benefícios da RA.

2.4. Realidade Aumentada aplicada ao mercado Imobiliário

Um exemplo muito interessante ocorrido no Brasil, da empreiteira e incorporadora Rossi, que entrou para o *Guinness Book* com a maior RA do mundo usando-a para mostrar o empreendimento aos seus clientes como mostra a Figura 9.

Figura 9: Imagem do prédio em RA visto de um helicóptero.
Fonte: Yano (2010).

Foi utilizada uma lona como marcador de RA de aproximadamente 900 m² no local da construção do edifício, um helicóptero foi utilizado para captar a imagem do marcador e um projetor permitia a futuros moradores e interessados a visualizar o edifício que ainda não estava pronto no local onde ele seria construído, dessa forma todos puderam ter a noção espacial e como a prédio irá modificar o ambiente.

3. PROTÓTIPO DE HMD

O HMD (*Head Mounted Display*) ou em tradução não literal, visor montado na cabeça, é um dispositivo de saída de dados que permite ao usuário interagir com a Realidade Aumentada assim como outras realidades, sua principal função é proporcionar a interatividade do mundo real e imagens 3D ao usuário.

Ele é constituído basicamente de dois pequenos *displays* (telas) e um conjunto de lentes especiais que possibilitam ao usuário visualizar tanto o mundo real como as imagens 3D que nele serão projetadas. Os *displays* ajudam a focalizar a imagens que está ha alguns milímetros dos olhos do usuário, e auxiliando também a estender o campo de visão e tornando a imagem legível ao usuário. (Machado, Cardoso, 2006).

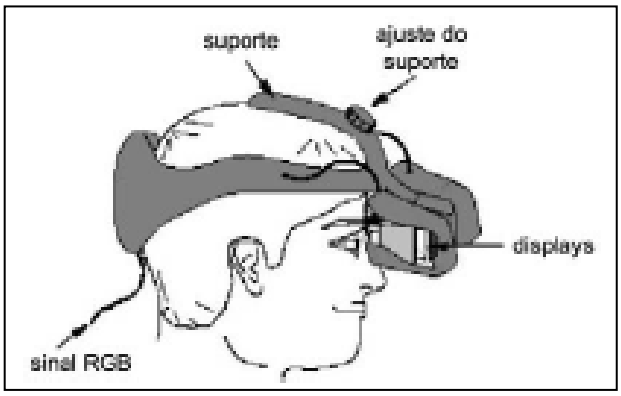


Figura 10: Esquema de um HMD
Fonte: Machado e Cardoso (2006)

Podemos perceber a evolução do HMD ao compararmos com os primeiros protótipos onde cientistas buscavam novas interfaces para operar dispositivos gráficos. Continuando a busca por evolução, foram desenvolvidos HMDs mais leves e fáceis de vestir que passaram a ser chamados de *Face Mounted Display*.

Tais dispositivos apresentam as imagens também em pequenos *displays* posicionados diante dos olhos do usuário. Sua principal vantagem comparada ao HMD é o pequeno peso e a forma de utilização semelhante à de um óculos convencional (Machado e Cardoso, 2006).

Figura 11: Face mounted display.
Fonte: Olympus (2001).

Aplicando essas ferramentas a área de desenvolvimento regional e áreas relacionadas podemos perceber o potencial que possuímos, os HDM e FMD não possuem a total imersividade como outros métodos de visualização de Realidade Aumentada, porém, são mais práticos pois não necessitam de vários aparatos e um local especial, o usuário de HMD ou FMD pode visualizar RA em qualquer lugar. Se unirmos o HDM ou FMD com um dispositivo de entrada como uma câmera, podemos ter uma experiência de RA aumentada em tempo real.

Em resumo de seu modo de utilização a câmera captura os ambientes ao qual o usuário se encontra no mundo real enviando as imagens para uma unidade de processamento contida no próprio óculos ou externo a ele, por exemplo, um computador que processa essas imagens juntamente com a aplicação que fora projetada a RA, por sua vez as imagens são encaminhadas ao usuário que visualiza o mundo real agora com a inserção dos elementos 3D, caracterizando assim a RA.

Figura 12: Projeto *Google Glass.*
Fonte: Italiani (2014)

Outra inovação na área de HMD é o projeto *Google Glass*, um óculos de realidade aumentada mais leve e mais confortável que os demais HMD disponíveis no mercado, sua definição está entre HMD e FMD. Ele é composto por apenas uma tela que permite ao usuário várias funcionalidades, dentre elas, a de projetar RA ao seu usuário. Permite a gravação de vídeos, fotos, acesso a internet e responde a comandos de voz.

3.1. Equipamentos utilizados

Para a construção do protótipo foram utilizados equipamentos de baixo custo disponíveis no mercado e moderado acesso, são eles:

Um vídeo *eyewear* genérico utilizado para conexão aparelhos de DVD, ou consoles de vídeo game como *Xbox* ou *Playstation,* o vídeo *eyewear* usado, possui duas lentes que devidamente colocadas conseguem reproduzir de uma forma legível aos olhos do usuário as imagens que ali são exibidas.

Figura 13: Demonstração das telas do vídeo *eyewear*
Fonte: O Autor.

Como é possível visualizar na Figura 13 o protótipo tem um formato mais leve e tem características similares a de um óculos comum, permitindo uma maior aceitação pelos usuários devido sua interface já ser conhecida.

O vídeo *eyewear* usado para o protótipo trabalha com o padrão de vídeo composto para exibição de imagem, e assim necessita de um cabo RCA. Esse padrão é encontrado na maioria de dispositivos de vídeo, com isso este vídeo *eyewear* possui uma vantagem, pois, aumentamos o leque de equipamentos que podem ser utilizados juntamente a ele.

Figura 14: Esquema do vídeo *eyewear.*
Fonte: O Autor

Na Figura 14 podemos ver todo o esquema que compõe a parte física do vídeo *eyewear*, um cabo do tipo *RCA* tem a função de comunicação de dados, também podemos notar o contêiner da bateria que fica entre os conectores *RCA* e o vídeo *eyewear*.

Na parte frontal fora acoplado uma câmera para possibilitar a captação de imagem no mesmo ângulo dos olhos humanos, dessa maneira tem-se uma maior sensação de realidade para com o usuário. A câmera utilizada para esse protótipo é uma *webcam* genérica encontrada facilmente e de baixo custo, também está agregada a essa câmera um sistema de captação de som para futuramente ser implementados comandos de voz.

Na Figura 15 podemos ver um conversor de vídeo utilizado para converter o sinal VGA do computador para o sinal RCA do protótipo, esse conversor se faz necessário devido à diferença do padrão de vídeo entre o computador e o protótipo.

Figura 15: Conversor de vídeo
Fonte: O Autor.

Através desse conversor toda a tela do computador é compartilhada com o protótipo, permitindo que o usuário visualize todas as funções disponíveis do computador como ver vídeo, ler, e acessar a internet.

Na Figura 16 vemos o cabo de dados que é utilizado no protótipo para enviar as imagens captadas pela câmera frontal e também para a comunicação do protótipo. Esse cabo é a junção de um cabo USB de 1,5 metros que faz a conexão com a câmera e o computador, e um cabo de vídeo RCA para comunicação do protótipo com o conversor de vídeo.

Figura 16: Cabo de dados utilizado no protótipo.
Fonte: O Autor.

O tamanho deste cabo fora escolhido para dar maior liberdade ao usuário, como esse protótipo necessita da conexão com um computador o cabo fora alongado para dar maior liberdade de movimento, com isso o usuário pode se movimentar pela RA que esta sendo projetada, permite também que o usuário visualize diversos ângulos do objeto sem muitos problemas.

Figura 17: Conjunto completo do protótipo.
Fonte: O Autor.

Na Figura 17 podemos ver toda a composição física do protótipo, na parte direita da imagem podemos visualizar o vídeo *eyewear* conectado ao cabo de comunicação. Podemos notar também a conexões USB e RCA com o cabo citado na Figura 16, e finalizando na parte esquerda da imagem temos a conexão do cabo *RCA* com o conversor de vídeo.

3.2. Visualização e Interatividade

O propósito de utilização do protótipo está em visualizar a RA, após utilizar qualquer sistema de RA e devido à câmera de captação de imagem estar na altura dos olhos, o usuário não possui dificuldades em se orientar mesmo que sua visão natural esta obstruída e apenas possa se orientar pelas telas contidas no protótipo.

Perceba que na parte esquerda da Figura 18 temos o computador, onde está sendo processado o aplicativo de RA, perceba que não precisamos necessariamente de um monitor plugado ao computador pois o aplicativo está sendo executado diretamente no protótipo, porém, é interessante o uso de monitores ou de projetores para exibir a visão do usuário a outras pessoas que estiverem ao redor, dessa maneira as pessoas terão também serão, de uma forma menos imersiva, se comparada a visão do usuário do protótipo, visualizar a RA que está sendo executada.

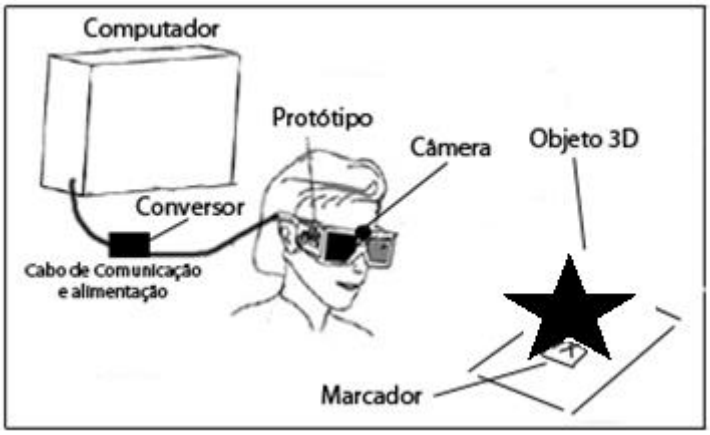


Figura 18: Visualização de RA através do protótipo.
Fonte: O Autor.

O computador da Figura 18 está conectado através do cabo de comunicação ao conversor que está recebendo os dados da porta de saída VGA do computador convertendo a resolução e o formato para RCA para que possa ser legível ao usuário do protótipo.

No centro da Figura 18 vemos o usuário utilizando o protótipo e a câmera que está fixada na altura de seus olhos, a câmera capta a imagem do marcador em tempo real transmitindo essa imagem ao computador pelo cabo de comunicação. O computador por sua vez processa os sinais recebido e devolve as telas internas do protótipo a imagem do mundo real em tempo real que recebe da câmera e insere no cenário o objeto 3D criando assim a Realidade Aumentada.

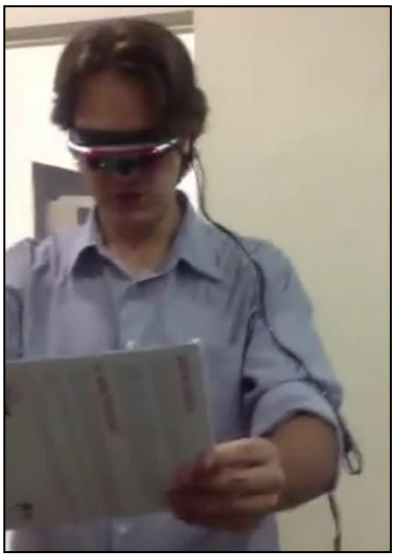


Figura 19: Usuário visualizando a RA e interagindo.

Fonte: O Autor.

Na Figura 19 temos uma visão externa de um usuário utilizando o protótipo complementando assim o entendimento do uso da Figura 18, podemos perceber que por ter um formato similar a de um óculos e um peso bem similar existe a aceitação do usuário a com isso uma fácil adaptação e aprendizado do mesmo.

Para que a RA aconteça de uma forma agradável ao usuário, não podemos ter atraso na captação e exibição de imagens. Em testes realizados com o protótipo não foi percebido um atraso considerável que fizesse com que a imersividade fosse comprometida, o atraso pode ocorre devido a configuração do computador e do aplicativo, caso o computador que estiver sendo utilizado não possui uma configuração razoável a imersividade pode ser comprometida.

4. CONCLUSÃO

Através desse artigo pudemos entender os conceitos e definições acerca da tecnologia de Realidade Aumentada e quais são os elementos necessários para criar e interagir com objetos 3D no mundo real.

São diversas as aplicabilidades da RA que podem ser trabalhadas no campo do desenvolvimento regional onde através da RA podemos fornecer a diversos profissionais, instituições e empresas uma ferramenta poderosa para criar modos de expor seus produtos, criar eventos mais interativos e interessantes, proporcionar a alunos e professores uma ferramenta poderosa de aprendizado e contribuir de forma significativa com a área médica.

Devido ao potencial interdisciplinar que a RA possibilita a diversas áreas dentro do desenvolvimento regional surge a necessidade de maior interatividade e novas possibilidade aos interessados. Podemos perceber que já existem algumas ferramentas para prover novas possibilidades e modos de uso, dentre elas se destaca o HMD que permite imersividade e novas possibilidades de visualizar a RA.

Isso justifica a construção de um protótipo de HMD devido a dificuldade de encontrar esses dispositivos no mercado e também pelos custos altos que geralmente eles possuem, o protótipo tem a função de popularizar essa tecnologia devido a seu baixo custo e incentivar o uso da tecnologia de RA entre os profissionais de arquitetura e profissionais relacionados.

REFERÊNCIAS

AZUMA, R. T. **A Survey of Augmented Reality**, **Presence: Teleoperators and Virtual Environments**, v. 6, n. 4, p. 355-385, 1997.

AZUMA, R. T.; BAILLOT, Y.; BEHRINGER, R.; FEINER, S.; JULIER, S.; MACINTYRE, B**. Recent Advances in Augmented Reality.** In: **IEEE Computer Graphics and Applications**, v. 21, n. 6, p. 34-47, 2001.

BELL, J. T., FOGLER, H. S. **The Investigation and Application of Virtual Reality as an Educational Tool**. In: **THE AMERICAN SOCIETY FOR ENGINEERING EDUCATION ANNUAL CONFERENCE**, 1995, Anheim, USA. p. 1718-1728, Anheim, 1995, p. 1718-1728.

CARDOSO, A., LAMOUNIER, E. A. **Aplicações na Educação e Treinamento.** In: **REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA - UMA ABORDAGEM TECNOLÓGICA**, 2008, Porto Alegre, Brasil. v.1, Editora SBC - Sociedade Brasileira de Computação, 2008, p. 343-357.

GASS, T. 2013. **Mecânicos**. *JULIAPETIT.COM*. Disponível em: http://juliapetit.com.br/quatroolho/mecanicos/. Acesso em: 04/08/2014

HENRIQUES, C. 2012. **Realidade Aumentada Ajuda nas Compras.** *COLORIZEMEDIALEARNING.COM*. Disponível em: http://www.colorizemedialearning.com/detalhe_noticia.php?pag=226. Acesso em: 04/08/2014.

ITALIANI, J. **MEGA SISTEMAS LANÇA O MEGA ESTRATPEGICO & GLASS**. JAIRITALIANI.BLOG.BR. Disponível em: http://www.jairitaliani.blog.br/mega-sistemas-lanca-o-mega-estrategico-glass/. Acesso em: 04/08/2014.

KIRNER, C., SISCOUTO, R., **Realidade Virtual e Aumentada**: **Conceitos, Projetos e Aplicações.** Petrópolis: SBC, 2007.

KIRNER, C., TORI, R., **Introdução à Realidade Virtual, Realidade Misturada e Hiper-realidade.** In: Kirner, C.; Tori, R. (Org.). **Realidade Virtual: Conceitos, Tecnologia e Tendências.** 1 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2004, v. 1, p. 3-20, 2004.

LOPES, L.. **O Estudo e a Implementação de Interfaces para Utilização em Sistemas de Realidade Aumentada**, 2005. Tese (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro Universitário Eurípides de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, Marília, São Paulo.

MACHADO, L., CARDOSO, A., **Dispositivos de Entrada e Saída para Sistemas de Realidade Virtual.** In: **FUNDAMENTOS E TECNOLOGIA DE REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA**, Belém, Brasil. Livro do Pré-Simpósio. 2006.

OLYMPUS 2001. **FMD-220 Face-Mounted Display Eye-Trek Series.** *OLYMPUS-GLOBAL.COM.* Disponível em: http://www.olympus-global.com/en/news/2001b/nr011010fmd220e.jsp. Acesso em: 04/08/2014.

PIEKARSKI, W., THOMAS, B., **ARQuake: The Outdoor Augmented Reality Gaming System. Communications of the ACM**, v. 45, n. 1, p. 36-38, 2002.

PORFÍRIO, A. 2013. **Tablet ajuda na cirurgia de fígado.** *ALEXANDREPORFIRIO.COM*. Disponível em: http://www.alexandreporfirio.com/2013/08/20/noticias/tablet-ajuda-na-cirurgia-de-figado/. Acesso em: 04/08/2014.

SUNA, I, 2009. **Fishy lança 1º ação de realidade aumentada no Nort-Nordeste.** *IRVINGSUNA.COM.BR*. Disponível em: http://irvingsuna.com.br/blog/2009/03/18/fishy-lanca-1%C2%BA-acao-de-realidade-aumentada-no-norte-nordeste/#comments . Acesso em: 04/08/2014.

WAGNER, D., PINTARIC, T., LEDERMANN, F., SCHMALSTIEG, D. **Towards Massively Multi-User Augmented Reality on Handheld Devices.** In: **INTERNATIONAL CONFERENCE ON PERVASIVE COMPUTING**. Munich, Germany**,** p. 208-219. 2005.

YANO, C. 2010. **Construtora Cria Maior Projeto de Realidade Aumentada do Mundo.** *EXAME.com.* Disponível em: http://portalexame.abril.com.br. Acesso em: 04/08/2014.

Organizações do Terceiro Setor e os Direitos da Criança e do Adolescente de Franca

O objetivo deste artigo é mapear as organizações do Terceiro Setor que atuam com crianças e adolescentes na cidade de Franca e estão inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca. Para tanto, nos procedimentos metodológicos será utilizado o método exploratório descritivo com abordagem qualitativa, envolvendo estudo bibliográfico e documental de fonte secundária. mental com abordagem utilizados são a pesquisa exploratória descritivo, com a finalidade de analisar e discutir os direitos da criança e do adolescente e os principais conceitos que norteiam o Terceiro Setor, e a coleta de dados junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca para identificar as organizações do Terceiro Setor cidade que atuam na garantia e promoção dos direitos da criança e adolescente.

097-2417

Maria Jose Novato Ribeiro
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
novatoribeiro@gmail.com

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Certificado do CMDCAF. Terceiro Setor

INTRODUÇÃO

As organizações do Terceiro Setor desempenham um papel relevante no mundo contemporâneo, assumindo o papel do Estado em quase todas as áreas, principalmente aquelas que atuam diretamente na garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

Na área da criança e do adolescente, este fato não é diferente das demais áreas, principalmente quando se leva em consideração que as crianças e os adolescentes são os que mais sofrem as conseqüências da desigualdade social, da exclusão e da miséria, pois não tem condições para superarem sozinhas estas situações.

Nesse contexto, são fundamentais as organizações do Terceiro Setor que atuam no sentido de preencher a lacuna deixada pelo Estado, assegurando que os direitos propostos para crianças e adolescentes em diversos documentos internacionais e nas leis brasileiras não fiquem apenas no papel, mas sejam garantidos.

Assim, propõe-se nesse artigo mapear as organizações do Terceiro Setor que atuam na cidade de Franca com crianças e adolescentes. Para tanto, optou-se por uma pesquisa exploratória descritiva, primeiramente, bibliográfica visando coletar dados sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre o Terceiro Setor e, posteriormente, documental a partir das listagens fornecidas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF - contendo as instituições cadastradas.

Assim, esse artigo encontra-se dividido por essa introdução, na seqüência um referencial teórico que aborda os temas direitos da criança e organizações de terceiro setor, os procedimentos metodológicos, os resultados, as conclusões, e as referências

1. OS DIREITOS DA CRIANÇA

Até o século XX, não havia separação entre os direitos humanos e os direitos da criança. De acordo com Marcílio (1998) o processo de emancipação da criança caminha junto com o processo de emancipação do homem e da mulher. A doutrina que embasa esse processo surge nos séculos XVII e XVIII com a criação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão. Ao longo do tempo, essa doutrina foi se desenvolvendo com a incorporação de novos direitos que foram surgindo com a própria evolução das sociedades humanas, as chamadas gerações de direitos humanos.

São três as gerações de direitos humanos. A primeira geração é denominada de “direitos individuais” e nasce com a Revolução Francesa e a Independência Norte Americana. Na segunda geração são os “direitos sociais” decorrentes da Revolução Industrial e do processo de urbanização europeu do século XIX. A terceira geração surge no século XX e são os chamados “direitos universais”.

O sofrimento vivido pelas crianças, durante e após a Primeira Guerra Mundial, contribui imensamente para se chegar a um entendimento comum de que a criança precisa ser protegida. É neste contexto que, em 1924, é elaborada a primeira Declaração dos Direitos da Criança, também chamada de Declaração de Genebra, estabelecendo os seguintes princípios:

> 1. a criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente; 2. a criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos; 3. a criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração; 4. a criança deve ser educada dentro do

> sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos (MARCÍLIO, 1998, p. 48).

Outro documento importante para os direitos da criança, que deve ser mencionado, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em dezembro de 1948, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU - como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações. Os direitos da criança foram mencionados em seu artigo XXV, como segue:

> 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
> 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social (ONU, 1948).

.

Em novembro de 1959, as Nações Unidas proclamaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Este documento representa um marco na história dos direitos da criança. "A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, prioridade absoluta e sujeito de Direito, o que por si só é uma profunda revolução" (MARCÍLIO, 1998, p. 49).

Durante a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em 1989, as Nações Unidas adotaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. A Convenção destaca-se como o tratado internacional mais ratificado da história. Em 2009, já contava com a ratificação de 193 países, com apenas duas pendências: Somália e Estados Unidos, sendo que ambos já haviam indicado seu apoio ao assinar o tratado. Ao ratificá-la, os Estados estão obrigados por lei a atender os direitos de todas as crianças.

A Convenção considera como criança todos os menores de 18 anos e "está fundamentada em quatro princípios básicos: a não discriminação; o melhor interesse da criança; o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento; e o respeito pelas opiniões da criança" (UNICEF, 2009, p. 2).

1.1. Os direitos da criança no Brasil

No Brasil, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi promulgada pelo Decreto no. 99.710, de 21 de novembro de 1990, apenas dois meses após ter sido adotada como lei internacional.

A ratificação pode ser vista como fruto da mobilização e da discussão interna que havia ocorrido no país sobre os direitos da criança, envolvendo Estado e sociedade civil organizada. Estes movimentos sociais, influenciados pelas mudanças propostas em vários documentos internacionais, culminam na criação da Comissão Nacional da Criança e Constituinte em 1987.

De acordo com Costa (1993), a Comissão realizou um amplo processo de conscientização e mobilização da opinião pública e dos constituintes. Um dos resultados dessa mobilização foi uma carta de reivindicações, contendo mais de 1,4 milhões de assinaturas de crianças e adolescentes, exigindo dos parlamentares constituintes a introdução dos seus direitos na nova Constituição.

Costa (1993) assinala ainda que duas emendas de iniciativa popular, contendo mais de duzentas mil assinaturas de eleitores, foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte: Criança Constituinte e Criança Prioridade Nacional. Seus textos foram fundidos e acabaram entrando no corpo da Constituição com a expressiva maioria de 435 votos a favor, e de apenas 8 votos contra. O caput do artigo 227 introduz na Constituição brasileira o enfoque e a substância básica da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, quando diz que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O artigo 227 estabelece a primazia da criança e do adolescente em todas as esferas de interesse, deixando claro uma prioridade absoluta para a concretização de seus direitos que deve ser responsabilidade de todos, da família, da sociedade e do Estado.

A regulamentação dos artigos da Constituição Federal em favor da infância foi estabelecida no projeto de lei que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 28 de junho de 1990. A formulação do ECA, assim como a inclusão dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal, também contou com uma intensa participação do governo e da sociedade. De acordo com Marcílio (1998, p.51), "organizações como a

Pastoral do Menor, o Unicef, a OAB, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, movimentos de igrejas e universidades, dentre tantos outros organismos" contribuíram na elaboração deste documento.

O ECA revogou o Código de Menores de 1979, a lei que até então estabelecia os direitos da criança e adolescente no país, e adotou a doutrina de proteção integral, que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos e sujeitos de direitos.

1.2. Os direitos da criança no município de Franca (SP)

O ECA institui a política de atendimento das crianças e adolescentes por meio de um conjunto de ações governamentais e não governamentais das entidades de atendimento da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para a operacionalização das políticas de atendimento o ECA estabelece uma série de diretrizes, dentre elas a municipalização do atendimento e a criação de conselhos de direitos nas três esferas federativas – nacional, estadual e municipal.

Os conselhos de direitos são instâncias de gestão compartilhada de políticas públicas e podem contribuir para melhorar a qualidade da aplicação dos recursos e a eficácia dos programas de atendimento.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF foi criado em maio de 1991, pela lei no. 3945. Ao longo de seus 23 anos de existência tem contribuído para o aprimoramento da democracia no município, discutindo com seus vários integrantes as questões que envolvem a garantia e a promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Uma das atribuições do CMDCAF, definidas no art. 90 do ECA, é manter registro de todos os programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes no município de Franca e informar o Conselho Tutelar e a autoridade judiciária sobre os mesmos.

> As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo [...] (ECA, art. 90, § 1).

O ECA também estabelece que "as entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA, art. 91).

No caso do CMDCAF, o registro das entidades está previsto na lei municipal no. 5.857, de 06 de janeiro de 2003, e a documentação a ser apresentada pelas entidades para o cadastramento está definida na Resolução no. 001/2008 aprovado pelo conselho.

No biênio 2012-2014, o CMDCAF cadastrou um total de 116 entidades, entre governamentais e não-governamentais.

2. AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

De acordo com Amaral e Cosac (2009, p. 85), a expressão "Terceiro Setor" passou a ser usada com mais freqüência na virada dos anos 80 para os anos 90 e teve o pesquisador Lester Salamon, diretor do *Johns Hopkins Institute for Policy Studies* como um de seus principais disseminadores.

Para Salamon (2000, p. 90) o Terceiro Setor é variado e complexo, englobando uma série de diferentes organizações, desde grandes universidades e pequenas entidades filantrópicas, até organizações de direitos humanos e associações profissionais. O seu crescimento mostra, de um lado, uma confiança por parte da população de que estas organizações são capazes de entregar serviços que lhes garante qualidade de vida e, por outro lado, a perda de confiança na capacidade do Estado, por si só, de gerar o bem estar social, fomentar o progresso econômico e resguardar o meio ambiente.

No final da década de 80, e ao longo da década de 90, se tem uma situação extremamente favorável no país para o surgimento de milhares de novas organizações no Terceiro Setor. O Brasil iniciava a retomada da democracia, tendo como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugurava um estado democrático de direitos e criava novos mecanismos de participação política de seus cidadãos. Ao mesmo tempo, o país enfrentava uma crise econômica agravada por uma extrema desigualdade social, com a exclusão de milhões de pessoas. Estas organizações surgem como alternativa ou como parceiras da ação do Estado para garantir a todos os cidadãos os direitos previstos na Constituição.

Como afirmado por Cardoso (2000, p. 9), o Terceiro Setor "tem um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social".

Em 2005, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e Grupo de

Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, atualizam o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos – FASFIL no Brasil.

Neste estudo fica bastante evidente a relação entre o crescimento acelerado dessas entidades com o fortalecimento da democracia e a participação da sociedade civil na vida nacional, mostrando que das 338 mil FASFIL oficialmente existentes no Brasil, 41,5% haviam sido criadas na década de 90. Este fato é reforçado pelo tipo de organizações instituídas no período. Do total das entidades criadas a partir dos anos 90, 41,5% são voltadas para a promoção do desenvolvimento e defesa de direitos e interesses dos cidadãos (IBGE, 2008).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória descritiva, primeiramente, bibliográfica visando coletar dados sobre os direitos da criança e do adolescente e dados sobre o Terceiro Setor e, posteriormente, documental a partir das listagens fornecidas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF - contendo as instituições cadastradas.

De acordo com Andrade (2003), é exploratória no sentido de obter maiores informações sobre o assunto e descritiva tendo em vista que os dados foram analisados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador, visando descrever a realidade encontrada.

Identifica-se como objetivo central desse artigo *mapear as organizações do Terceiro Setor que atuam na cidade de Franca com crianças e adolescentes*. Assim forma coletados dados secundários para compor as análises

Os dados sobre os direitos da criança e do adolescente e os dados sobre o Terceiro Setor foram coletados através de pesquisa bibliográfica, já que segundo Oliveira (1997) está tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

Também foram colhidos dados através de pesquisa documental de dados nas listagens fornecidas pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Franca - CMDCAF contendo as instituições cadastradas naquela entidade.

Os resultados encontram-se descritos a seguir.

4. RESULTADOS

Com base nas informações obtidas e analisadas, pode-se fazer algumas considerações sobre as organizações que atuam na cidade de Franca na garantia e promoção dos direitos da criança e adolescentes.

Em primeiro lugar, que estão cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF um total de 119 instituições. Dessas, apenas uma pertence ao Governo Municipal (1%). O restante divide-se entre 42 escolas particulares (35%) e 76 organizações do Terceiro Setor (64%), conforme Tabela 1.

Em segundo lugar, que as organizações do Terceiro Setor cadastradas no CMDCAF são, na grande maioria, associações privadas (95%). Uma pequena porcentagem dessas organizações são fundações privadas (5%), conforme mostra a Tabela 2.

Em terceiro lugar, quanto à data de fundação dessas organizações do Terceiro Setor, verifica-se que 18% foram fundadas antes de 1970, 25% nas décadas de 70 e 80, 20% na década de 90 e 37% das organizações do Terceiro Setor foram fundadas após o ano de 2000, conforme mostra a Tabela 3.

Em quarto lugar, verifica-se que 57% das organizações do Terceiro Setor são creches e atendem exclusivamente crianças entre zero e 6 anos de idade. O restante das organizações (42%) atende crianças e adolescentes de diversas faixas etárias, conforme Tabela 4.

CONCLUSÃO

O reconhecimento mundial, no final do século XX, de que a criança e o adolescente são sujeitos de direito e de que necessitam de proteção e de tratamento diferenciado ao longo de suas vidas, por estarem em uma condição especial de desenvolvimento, foi fundamental para a melhoria do nível de vida desta parcela da população.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente é o documento que positiva os direitos conquistados mundialmente pelas crianças e adolescentes, portanto, de fundamental importância para a melhoria das condições de vida da criança e do adolescente brasileiros. De fundamental importância também ao estabelecer as condições necessárias para o desenvolvimento desses indivíduos e ao definir que todos - a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público são responsáveis por assegurar este desenvolvimento.

As organizações do Terceiro Setor como parte integrante da sociedade também são responsáveis por garantir os direitos da criança e do adolescente, e o fazem na medida em que assumem muitas dos serviços não-exclusivos do poder público, como educação, saúde, cultura e lazer.

Na cidade de Franca as organizações do Terceiro Setor também estão contribuindo para a garantia dos direitos da criança e do adolescente uma vez que são responsáveis pela maioria dos programas e projetos que visam o pleno desenvolvimento dessa faixa etária da população.

O mapeamento realizado mostra, ainda, que as organizações do Terceiro Setor atuam no atendimento às necessidades das crianças e adolescentes, principalmente com relação à educação infantil, na faixa etária de 0 a 6 anos.

Também foi possível verificar com o mapeamento que, a partir de 2001, houve um crescimento considerável do número de organizações do Terceiro Setor que estão prestando serviços para esta faixa etária da população.

Por fim, o trabalho apresenta algumas contribuições no sentido de prover informações e enriquecer o debate sobre as organizações do Terceiro Setor da cidade de Franca. Entretanto, apresenta várias limitações, por tratar-se de uma coleta de dados secundários em documentos disponibilizados pelo CMDCAF. Sendo assim, futuras pesquisas devem ser feitas para aprofundar o conhecimento dessas organizações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria M.. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 jul. 2014.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado.** São Paulo: PAZ e TERRA, 2000, p. 7 – 12.

CMDCAF. Resolução no. 001/2008 CMDCAF. Franca, 2008. Disponível em <http://www.franca.sp.gov.br/portal/social/conselhos/cadastro-de-entidades.html>. Acesso em 11 jul. 2014.

CONDECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo, 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005. Estudos e pesquisas Informação econômica, Rio de Janeiro, n. 8, 2008. Disponível em:<http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/25/FASFIL%202010.pdf>.Acesso em 23 jul. 2014.

FRANCA. Lei no. 5.857, de 06 de janeiro de 2003. Dispõe sobre os padrões mínimos para cadastramento e inscrição de programas de proteção e sócio-educativo de entidades não governamentais, junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social. Disponível em: < http://www.franca.sp.gov.br/portal/social/conselhos/cadastro-de-entidades.html>. Acesso em 11 jul. 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. Revista USP, São Paulo, n. 37, p. 46-57, mar. 1998. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/37/05-marialuiza.pdf>. Acesso em 12 jul.2014.

OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica: projetos, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor – Desenvolvimento Sustentado.** São Paulo: PAZ e TERRA, 2000, p. 89 – 111.

UNICEF. Situação Mundial da Infância. Edição Especial. Celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

APÊNDICE A

Tabela 1 – Organizações Cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – 2012-2014

Data de Fundação	Quantidade de Organizações	Porcentagem
Governo	01	1%
Empresas Particulares	42	35%
Organizações do Terceiro Setor	76	64%

Fonte: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca

APÊNDICE B

Tabela 2 – Natureza Jurídica das Organizações do Terceiro Setor Cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – 2012-2014

Natureza Jurídica	Quantidade de Organizações	Porcentagem
Associação Privada	72	95%
Fundação Privada	04	5%

Fonte: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca

APÊNDICE C

Tabela 3 – Data de Fundação das Organizações do Terceiro Setor Cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – 2012-2014

Data de Fundação	Quantidade de Organizações	Porcentagem
Anterior a 1970	14	18%
Entre 1970 e 1990	19	25%
Entre 1991 e 2000	15	20%
Após 2001	28	37%

Fonte: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca

APÊNDICE D

Tabela 4 – Faixa Etária Atendida pelas Organizações do Terceiro Setor Cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – 2012-2014

Faixa Etária Atendida	Quantidade de Organizações	Porcentagem
Exclusivamente de 0 a 06 anos	43	57%
Diversas faixas etárias entre 0 a 17 anos	27	36%
Todos de 0 a 17 anos	06	8%

Fonte: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca

Os colégios dos jesuítas no Brasil-Colônia: um estudo a partir das instituições menores de ensino da região nordestina

O presente trabalho tem por objetivo tornar conhecidas as escolas jesuíticas da região nordestina, tendo como escopo as de menor porte e, assim sendo, menos conhecidos, como por exemplo, o Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus, destinado a mulheres, que passou a existir em 1742, por conta da iniciativa do padre Malagrida, que se responsabilizou pela fundação de casas de educação para mulheres, com o intuito de corrigir problemas de ordem moral, tal como concebidos em dada época. O referido recolhimento funcionou em Iguaraçu, sendo que se circunscrevia em território rural, longe, portanto, de centros urbanos como Olinda e Recife, com o intuito de encobrir quaisquer comportamentos inadequados que, porventura, pudessem ser evidenciados. Essas mulheres eram chamadas de "madalenas arrependidas", o que evidenciava o caráter moralizante da instituição, em detrimento de quaisquer atividades de ensino sistematizado. Para tanto, a fundamentação teórica consubstanciou-se através do estudo do universo interno das escolas, de acordo com as abordagens de Manacorda e Heller, uma vez que estes autores analisam, de forma, criteriosa e profunda o interior das instituições escolares. Como metodologia, o estudo acurado da obra de Serafim Leite torna-se imprescindível para o referido assunto, por se tratar de material detalhado e de referência clássica, estando acompanhado de literatura contextual.

131-2453

Rachel Silveira Wrege
UNESP - FCT
rachelsw72@terra.com.br

Os colégios da Bahia, Recife e Pernambuco como foram tidos enquanto colégios maiores, pois possuíam os graus superiores de Filosofia e Teologia e, alcançavam um maior número de alunos, não serão abordados neste texto. Importa estudar os colégios menores, pelo fato de não terem sido estudados com afinco, o que consequentemente ocasiona certo desconhecimento.

Tenho a considerar que o recolhimento do Sagrado Coração de Jesus é pouco conhecido. Localizado em Iguaraçu, se encontrava distante de Olinda e de Recife, mesmo pertencendo à região nordestina. Nesta região campesina, no ano de 1742, o padre jesuíta Malagrida ficou encarregado de fundar uma casa de educação para moças, bem como seminários sacerdotais no nordeste. O recolhimento para moças atendia a uma educação tida como preventiva e corretiva, isto é, destinada para mulheres que tinham passado da idade de casar e que precisavam ser doutrinadas para se tornarem "boas esposas" para que os colonos não se envolvessem com índias, evitando assim, uma pretensa miscigenação. Da mesma forma, o caráter corretivo se dava por meio do abrigo de mulheres que viviam com os colonos, mas que não tinham oficializado qualquer casamento, sendo que por conta desta prática se qualificar como adultério pelos jesuítas, as mulheres necessitavam se abrigar no recolhimento, com o objetivo de serem advertidas e corrigidas por um determinado tempo. Pelo fato de estar localizado em uma região rural de Pernambuco, o acesso ao recolhimento era difícil, tendo como mulheres recolhidas as de origem tanto nobre, como pobre. As nobres conseguiam sair mais rapidamente de lá, pois tinham certo prestígio junto aos colonos, enquanto as pobres enfrentavam o problema da falta de moradia e, por isso, acabavam morando por longo tempo no recolhimento. O nome de "madalenas arrependidas", conforme eram chamadas as mulheres que iam para tal instituição, caracterizava com precisão o objetivo do recolhimento, o que se traduzia em falta de ensino de primeiras letras e latim e com forte intuito disciplinador, por meio da ministração de doutrinação de cunho religioso da parte dos jesuítas. O texto transcrito expressa, com clareza, o referido teor:

> Êste fervor **urbano** era acompanhado de fervor **rural**, como se viu no capítulo precedente. Mas, às vezes, as missões transformavam-se em construções e foi o que sucedeu em Iguaraçu com o P. Gabriel Malagrida (...) Em Iguaraçu promoveu a construção de um Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus para regeneração e preservação das raparigas. Ajudou-o o virtuoso Padre Miguel Rodrigues de Sepúlveda, que ficou seu Capelão, e uma Senhora caridosa, Antónia Maria de Jesus (SERAFIM LEITE, tomo V, p. 475).

Além do capelão, o recolhimento recebeu a ajuda doutrinária e religiosa de um padre cego que, por falta de ocupação no Colégio do Recife, foi praticamente obrigado a trabalhar com as mulheres, algo que denota certo desprezo e entendimento preconceituoso em dada época, quanto à capacidade de um padre cego, ficando praticamente "encostado" naquela casa (SERAFIM LEITE, t. V, p. 475-476).

A Paraíba, ao compor com Pernambuco e a Bahia, a região referente ao nordeste no Brasil-Colônia foi alvo das incursões holandesas no século XVII. Por isso é que até 1654 os padres jesuítas realizaram apenas um trabalho de catequese bastante esporádico e intermitente. A permanência deles não era possível porque, além de estarem ocupados com o Colégio de Olinda, tinham que adentrar o Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, na qualidade de colonizadores, em razão da garantia do domínio português nestas regiões, igualmente ameaçadas pelos holandeses. Há de se esclarecer que estas localidades ficavam sob a responsabilidade dos padres do então Colégio, sendo este o motivo precípuo que não permitiu a implantação das atividades de ensino na Paraíba em princípios do século XVII (SERAFIM LEITE, t. V, p. 491-493).

Depois da saída dos holandeses, os padres que pertenciam ao Colégio de Olinda começaram a catequizar os índios naquele local, ao mesmo tempo em que visitavam os engenhos de açúcar, com igual finalidade de doutrinar. Além do problema relativo às incursões holandesas, a fundação de uma casa de ensino em torno de 1683 se deparou com problemas de âmbito financeiro, por conta do padre geral da Companhia de Jesus de Roma não ter aprovado a aquisição de terras doadas por colonos. Referendando tal atitude, é que se constava que a casa de ensino da Paraíba não dispunha de prédio próprio, sendo que funcionava nas dependências de uma igreja, localizada na periferia da região, o que dificultava o transporte e o acesso dos alunos à mesma (SERAFIM LEITE, t. V, p. 491-493).

O caráter inadequado quanto ao funcionamento do ensino em uma igreja distante ocasionou uma tomada de decisão por parte do capitão da Paraíba. Na referida época, pode-se concluir que a política localizada concebia a educação escolar como prevenção de "mazelas sociais", a partir do momento em que as verbas existentes para a construção de um presídio, foram convertidas para a construção da casa de ensino:

> Não tardaram a iniciar-se os estudos. Todavia, os moradores, que tinham prometido fazer casa apropriada, protelaram a execução. Surgindo a ameaça de se retirarem os Padres, o Capitão-mor Manuel Nunes Leitão tomou o caso a peito e a verba destinada à Cadeia aplicou-se à construção da Escola. (SERAFIM LEITE, t. V, p. 494)

Outros doadores particulares, conhecidos como benfeitores, deixaram para esta "Casa de São Gonçalo" inúmeras propriedades, o que a garantiu a mesma uma situação financeira favorável e bastante tranquila, a exemplo de um doador que era um padre de outra ordem religiosa, que como não tinha herdeiros, doou suas terras para a determinada casa de ensinar pertencente à Companhia de Jesus. Outra maneira peculiar e diferenciada de corroborar com a manutenção da educação escolar jesuítica na Paraíba, se consolidou mediante as doações de moeda de troca, com o fim específico de sustentar os padres daquela instituição, bem como foi destinado à construção de uma igreja e, por fim, para a compra de casas a serem arrendadas, com o intuito de se obter delas, valor substancial por meio de aluguel. O restante das doações foi empregado na promoção de festas religiosas da igreja, anexa à casa de ensino, o que visava atingir os moradores da localidade e intencionalmente os alunos, dada a sua localização. Os diversificados modos de aplicação de tais verbas e, sobretudo, visando obter ganhos substanciais a partir desta diversidade, demonstra que os jesuítas possuíam um mecanismo muito particularizado elevado de sustentação, por saberem que não podiam contar totalmente e de forma contínua com o auxílio da Coroa Portuguesa. Não só para a Casa de São Gonçalo a Companhia de Jesus na Colônia fazia uso de tal estratégia, pois tal característica era a marca dos jesuítas em terras do além-mar e, portanto, nas demais partes da Colônia. O que se pode considerar como instabilidade financeira, levou os jesuítas desta casa a ter também três fazendas e quatro sítios. Em todas estas propriedades os jesuítas tinham como trabalhadores escravos negros e índios, sendo que aproveitavam para realizaram atividade de fundo catequético, não com os negros, por não serem dotados de alma segundo os religiosos e sim com os índios, que mesmo sendo tidos como selvagens, ainda possuíam alma e podiam ser passíveis de catequização e mudança de comportamento (SERAFIM LEITE, t. V, p. 494-501).

Muito embora a Casa de São Gonçalo ou Casa da Paraíba era tida desta forma, havia nela traços marcantes para se configurar como colégio. A mesma sempre foi chamada de casa só por uma questão de tradição, por ter se convencionado assim. A casa, que na realidade era colégio, dispunha de todos os graus de ensino, quer dizer, primeiras letras (alfabetização), latim, Filosofia, com a duração de dois anos e Teologia, com quatros anos, subdividida em quatro anos. Nos dois primeiros anos, os alunos, tanto internos, como externos, discutiam problemas práticos de ordem moral e valorativa pertinentes à Colônia e ofereciam soluções para os mesmos, sem a inserção de quaisquer exigências quanto à leitura de textos, livros e teorizações. Era o curso de Casos de Consciência. Os últimos dois anos tinham um perfil oposto aos primeiros, na medida em que se exigia do aluno que se aprofundasse nos dogmas da Companhia de Jesus e, dado o fato do Brasil ser Colônia, poucos alunos faziam este curso, mesmo em se tratando de alunos internos. A Casa da Paraíba não representou exceção a tal característica. O que chama a atenção, é que a partir de 1757, um pouco antes da expulsão dos jesuítas, todo o ensino, desde o seu início passou a funcionar de forma separada para os alunos internos, com o intuito de não se habituarem como os costumes "mundanos" dos alunos externos (SERAFIM LEITE, t. V, p. 496-503).

Tem-se a considerar que contrariamente à Paraíba, o Rio Grande do Norte como parte integrante da região nordestina naquela época, não teve qualquer atividade de ensino, devido a um problema político e de relacionamento entre o capital local e o governo de Pernambuco. Este centralizava as principais decisões de ordem administrativa e política do nordeste, apesar da Bahia dispor de destaque. Esta centralização foi sentida e se repercutiu no Rio Grande do Norte através da solicitação da Câmara de Vereadores junto ao capitão local, a fim de que ele conseguisse permissão para a criação de uma escola que se fazia necessária para Pernambuco. Um conflitou se estabeleceu em 1729 a partir deste pedido, pois Pernambuco fez questão de negar o pedido. O capitão ficou inconformado com a negativa, ainda mais que o governo de Pernambuco não convivia e desconhecia as reais necessidades e solicitudes do Rio Grande do Norte. Por causa de certo receio quanto a uma possível ascensão de caráter educacional e de projeção da localidade, a referida negativa se explicava. Sendo assim, a despeito de tentativas, não houve neste local nenhuma casa de ensino e muito menos colégio (SERAFIM LEITE, t. V, p. 523).

Ao se realizar um percurso sobre os estudos menores na região do nordeste do Brasil-Colônia, a Obra de Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", referenciou o presente texto. Esta obra se tornou clássica como referência imprescindível para os estudos de História da Educação jesuítica na Colônia porque Serafim Leite foi escolhido como padre português jesuíta para vir a ser o historiador oficial de tal ordem nas décadas de 1930 e 1940. Apesar de se expressar de forma descritiva no texto redigido por ele, bem como conceder um teor apologético para o mesmo, o levantamento extenso e intenso feito por ele, justifica sua relevância e importância. Tal obra contém dez tomos bastante densos e extensivos, sendo que nela consta todo o material levantado de fonte primária que assim realizou em Portugal e na Europa de um modo geral. Para ter-se ideia da dimensão do trabalho historiográfico deste padre, a obra, composta por dez tomos, o último volume se restringe a ser índice dos últimos nove, sendo que os sete primeiros deles é que explanam, de forma plena, todo o conteúdo adquirido por Leite, e os de número oito e nove sintetizam os anteriores.

Sendo citado por uma autora da História da Educação, o padre Serafim Leite traduz a seguinte impressão, assim como estimula certa crítica que vem a seguir:

> Padre Serafim Leite, considerado um dos maiores estudiosos das atividades da Companhia de Jesus no Brasil, influencia a maioria dos historiadores que se preocupam em investigar a face pedagógica e missionária da Companhia (LINS, 1992, p. 10).
>
> Constata-se na historiografia deste período uma outra corrente cuja preocupação tem sido avaliar a importância da Companhia de Jesus no Brasil tendo como referência, sobretudo, as suas atividades mercantis.
> Esta tese, mesmo considerando de extrema importância o caminho apontado pelas duas escolas, consorcia-se, no entanto, com a segunda, por compreender que a análise da Companhia de Jesus pela sua função temporal, permite uma compreensão mais objetiva da natureza das relações na sociedade brasileira neste período em estudo. Permite igualmente uma compreensão mais real do trabalho educacional dos jesuítas (LINS, 1992, p. 10)

O estudo acerca dos estudos menores trabalhados neste texto representa apenas uma pequena parte da obra de Serafim Leite. Nele tive a pretensão de registrar os principais temas que nortearam os jesuítas no nordeste, a partir de instituições de ensino pouco relevantes, mas que merecem ser referenciadas. É o que me propus a realizar.

REFERÊNCIA

SERAFIM LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa e Rio de Janeiro: Liv. Portugália e Civ. Brasileira, 1938-1949.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES DE MATTOS, Luiz. **Primórdios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BAÊTA NEVES, Luís Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na Terra dos papagaios.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva e Edusp, 1978.

_____. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1985.

CUNHA, Luís Antônio. **A universidade temporã.** Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1980.

FERREIRA, Tito Lívio. **História da educação lusobrasileira.** São Paulo: Saraiva, 1966.

LINS, Ana Maria Moura. **A burguesia sem disfarce:** a defesa da ignorância versus as lições do capital. Campinas: FE/Unicamp, 1992.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

Os programas de desenvolvimento social de uma Instituição Educacional e seus reflexos na cidade de Ribeirão Preto

Baseado em uma análise sucinta dos programas e políticas sociais públicas, privadas e da sociedade civil, que tratam das questões como a erradicação da miséria e a inclusão social e educacional, mesmo apesar de todo desenvolvimento tecnológico e do progresso globalizado dos últimos anos, será destacado no decorrer do projeto a grande importância de programas e projetos na área da educação, para minimizar as diferenças dos indivíduos e colaborar com o desenvolvimento regional e humano. Será proposto um estudo de caso de uma grande Instituição Educacional que atua com destaque através de sua interferência no âmbito educacional e social, e em sua proposta para uma sociedade brasileira que vem evoluindo nas transformações econômicas, políticas e sociais, mas que ainda apresenta fortes deficiências de capacitação e inclusão no mundo do trabalho, com uma demanda crescente.

080-2398

Edson Martins
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
edy_marti@yahoo.com.br

Paulo de Tarso Oliveira
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
paulotarso@facef.br

INTRODUÇÃO

Diante da realidade de um país em desenvolvimento que enfrenta vários contrastes sociais, são realizados muitos esforços para se combater o subdesenvolvimento ainda latente em muitas cidades, como formas de promover o desenvolvimento regional e humano.

Existe um número variado de políticas sociais públicas que fomentam programas econômicos, sociais, ambientais e tratam de diversos setores como da saúde que é tão precária, da educação deficitária, da habitação desigual, para o combate a fome e da miséria, diminuição do desemprego, valorização e proteção ao menor. Mas dentre eles o que aqui se considera é um dos mais importantes, a importância de uma educação abrangente e mais eficaz que é a base da maioria dos destes problemas.

Neste campo será motivada em um estudo de caso, uma análise abrangente dos efeitos da atuação de uma Instituição Educacional de serviço social e comercial, privava e sem fins lucrativos, na cidade de Ribeirão Preto, abrangendo não só a demanda do comércio local, as empresas e indústrias da região. Está fortemente preocupada com a exclusão social e educacional infantil, de jovens e adultos, atuando com fornecimento de programas como desenvolvimento sócioeducacional, no oferecimento de bolsas de estudo, o Pronatec, a Aprendizagem, as oficinas solidárias, amamentação, entre outras. Torna-se difícil falar de desenvolvimento regional sem considerar o impacto de uma educação sustentável na sociedade.

JUSTIFICATIVA

Será analisado a importância das instituições educacionais em sua atuação na sociedade e sua responsabilidade social.

É importante verificar quais impactos destas instituições no mercado de trabalho e na sociedade? Como os programas de desenvolvimento social no âmbito educacional aliados as políticas sociais governamentais, contribuem para o desenvolvimento regional?

A cada setor da sociedade são atribuídas responsabilidades, sendo que será proposto uma reflexão sobre a interação dos segmentos do desenvolvimento regional, do desenvolvimento humano, e a relação direta da atuação de uma Instituição de ensino na cidade de Ribeirão Preto.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Podemos dividir o conceito de desenvolvimento regional em três aspectos básicos interligados e diretamente interagentes entre si: o desenvolvimento do progresso técnico, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Quando verificamos o aspecto de desenvolvimento do progresso técnico torna-se difícil separá-lo do desenvolvimento econômico, onde se destaca a preocupação do homem em busca do crescimento do capital, do desenvolvimento social ao qual está interligado, mas que se destacam os aspectos da produção de bens e serviços,

satisfazendo suas novas necessidades e melhorando assim sua qualidade de vida. Como menciona Furtado (2000), há forte interação do desenvolvimento técnico com fatores sociais e econômicos em suas consequências interativas:

Progresso técnico é, em realidade, uma expressão vaga que, no seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista. A primeira vista acumular é simplesmente transferir para o futuro o uso final de recursos já disponíveis para o consumo (Furtado, 2000, p.14).

As grandes revoluções industriais atuaram efetivamente no desenvolvimento técnico, econômico, político e social. Elas foram formadas por processos de grande mudança e inovação, desde a primeira revolução industrial que transformou todo modo artesanal e familiar de produção e comércio, com a invenção da máquina a vapor e a mecanização da agricultura e indústria, e do sistema de produção fabril. Uma grande urbanização ocorreu com a migração de boa parte da população agrária para as cidades, onde se desenvolviam as fábricas com grandes contingentes de trabalhadores. Isto provocou naquela época uma urbanização desorganizada e com reflexos de novos problemas sociais como o baixo padrão de vida, promiscuidade nas fábricas, longos períodos de trabalho, trabalho infantil, grande desvalorização do trabalho feminino. Problemas estes presentes e enfrentados ainda em muitas cidades atualmente, o que evidencia o grande desafio para as políticas públicas e a sociedade civil. Se desenvolvia naquela época conjuntamente com a técnica, o capitalismo com uma classe social proletária que já passava por fortes divergências e contrastes com a classe operária.

O desenvolvimento técnico no início do século XX passou então por uma segunda revolução industrial. Com a forte necessidade de organização, planejamento e controle da produção, a improvisação e o empirismo foram reduzidos, surgindo assim o reconhecimento administração científica e clássica (Chiavenato, 2011). A preocupação então foi com a diminuição do desperdício e da insatisfação da classe operária, surgindo uma grande ênfase nas tarefas de uma produção em massa que necessitava de padronização e controle. Mas ainda faltava algo além de regras, punições ou incentivos salariais para melhorar a produtividade. Surgia então a necessidade de uma abordagem social e humanística, do entendimento do homem não só individualmente, mas do trabalho coletivo, do aspecto social e da auto estima, do entendimento das necessidades fisiológicas, dos sentimentos de segurança á auto-realização. O homem social sobrepõe ao homem máquina, como menciona Chiavenato (2011), vislumbrando o aspecto humanista daquela época:

Para a Teoria das relações humanas, a motivação econômica é secundária na determinação do rendimento do trabalhador. Para ela as pessoas são motivadas pela necessidade de “reconhecimento”, de “aprovação social” e “participação” nas atividades dos grupos sociais nos quais convive. Daí o conceito do homem social (CHIAVENATO, 2011, p.102).

E por sua vez vieram outras evoluções no campo de desenvolvimento técnico, sempre atrelado ao comportamento humano na busca de maior efetividade produtiva. O despertar da busca de qualidade nos produtos e serviços envidenciado na inovação constante e no desenvolvimento tecnológico da era da informação, crescente nas últimas décadas com forte preocupação sócio-ambiental, como atuar de modo sustentável em um mundo em constante globalização capitalista, no contraste de uma pobreza latente do mundo.

Pode-se ter melhor entendimento sobre desenvolvimento regional e social quando se consegue enxergar quais influências são realizadas pelo desenvolvimento técnico e econômico nas regiões urbanas, para assim melhor entender das desigualdades regionais e como elas surgem, quais são seus efeitos e suas causas. As desigualdades no Brasil ainda são muito fortes, apesar das diversidade cultural e da enormidade do território nacional, da aglomeração desproporcional populacional e industrial das cidades, percebe-se enormes e gritantes diferenças sociais. O país tem na maioria da população brasileira não mais que um quarto da renda nacional, sendo a renda familiar per capta da minoria rica bem maior do que os 40% mais pobres, refletindo assim a grande desigualdade regional dos estados do sudeste, sul e centro-oeste, frente as regiões norte e nordeste. Ainda assim, existem grandes contrastes nas metrópoles do país que apesar de serem economicamente mais ricas, possuem as maiores desigualdades (PNDR, 2014).

O planejamento regional do governo brasileiro tem atuado de forma criativa e eficiente, mais ainda deficitário na execução dos planos e projetos, e em alguns aspectos ainda devendo ser melhorado e melhor analisado em seus resultados, o que também engloba o sistema de educação, que sofre ainda a distorção pelos interesses políticos regionais e estaduais. É preciso repensar as estratégias no âmbito operacional para lidar de forma mais abrangente e profunda, conforme menciona Diniz (2009):

Do ponto de vista operacional, pensar uma política nacional de desenvolvimento regional implica pensar em uma nova regionalização do país para efeito de política pública, em geral, e da política regional, em particular. No caso do Brasil, a regionalização atual com as cinco macrorregiões, que continua como base para as políticas regionais, está superada, exigindo uma nova divisão territorial do País. Uma nova regionalização deveria considerar três critérios complementares e articuladas: econômico, ambiental e político (DINIZ, 2009, p. 244).

A PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional, tem por metas a diminuição das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida das populações mais carentes, através de projetos com objetivo de incentivar a criação e o desenvolvimento com recursos e características da própria região, realizando investimentos

na infraestrutura e na utilização de tecnologias com melhor custo-benefício. O PNDR vem remodelando instituições de pouca eficiência como por exemplo a SUDAM, a SUDENE e a SUDESCO, órgãos de atuação na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste respectivamente, conforme afirma o PNDR (2014) sobre suas políticas como o Plano Mais Brasil, onde se atua em "formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território".

O PAC – Programa para Aceleração do Desenvolvimento, lançado em 2007, vem sendo fortalecido pelo Governo Federal, que está destinado a melhorar a infraestrutura através de obras como rodovias, hidrovias, ferrovias, aeroportos, portos, geração de energia, saneamento como redes de esgoto, também vem influenciando o desenvolvimento das regiões e cidades, mas apesar do fortalecimento da parceira com estados e municípios, ainda não atua expressivamente na diminuição das desigualdades sociais.

As mudanças necessárias para melhorar a distribuição regional, além das políticas públicas municipais e governamentais, de incentivos fiscais e infraestrutura, assim como e aplicação na produção das tecnologias físicas e intrínsecas conforme já enfatizado, precisa também atuar na expansão do comércio beneficiário para os indivíduos de menor renda equilibrando a renda per capta, provendo melhores condições educacionais e de saúde para a população.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Muito se pode pensar nas mais variadas formas e projetos de se modificar substancialmente as condições de vida das classes mais carentes, como aspectos de educação, formação e capacitação dos indivíduos que poderão retribuir para a sociedade com trabalho mais abrangente e produtivo. Existem muitas barreiras sociais, econômicas e consequentemente culturais que refletem nas desigualdes e na necessidade incessante de erradicar a cultura do preconceito. O não reconhecimento dos direitos da mulher que cada vez mais ocupa seu difícil espaço, na dificuldade da ascensão profissional para o negro que dificilmente é visto em cargos de liderança ou em faculdades, as barreiras ao desenvolvimento não tão diferentes que o abandono dos menores de rua que poderiam estar em escolas de primeiro nível, o descaso com os idosos que muito contribuíram ao longo de suas vidas para a nação, o desinteresse pelas causas do índio quanto a discriminação dos homossexuais, entre tantos problemas sociais. Toda esta realidade pode ser revertida com um longo trabalho de aprendizagem desta sociedade que deve ser reconstruída através de um ensino de melhor qualidade em toda sua cadeia de execução. Atuar eficazmente em aumentar a cultura do povo será uma das bases de construção para uma sociedade mais justa e humanamente rica. A base da educação de um país é seu grande capital humano tornando os cidadãos atores sociais de um novo modelo educacional conforme cita Fischer e Novaes (2005):

Competirá à educação ser um instrumento de democratização num mercado de escolhas, e à escola e à comunidade tornarem espaços de exercícios de democracia e da conquista de direitos. Trata-se de uma concepção ampliada que alarga os domínios da educação para além dos muros escolares, orienta para um novo modelo educacional centrado nos indivíduos como atores sociais, promove o acesso aos direitos de cidadania e resgata os ideais de civilidade (FISCHER e NOVAES, 2005, p.148).

Algumas novas formas de atuação na educação tem chamado atenção no terceiro setor e em organizações populares através de políticas de aliança e parceria intersetorial, maneiras criativas de fazer política com movimentos sociais. As ONG´s que atuam integradas ao governo e a empresas criando novas formas de trabalho no crescente aspecto voluntariado, na educação não formal, e ampliando o conceito educacional, colaboram desta forma não só com a diminuição da exclusão social, mas com a continuidade dos que foram socialmente excluídos.

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação), e professores recebem menos que o piso salarial (BRUINI – BRASIL ESCOLA, 2014). Um dos alicerces do processo de melhoria nesta cadeia produtiva da educação, além da provisão de melhores condições de estrutura e material tecnológico, é a formação e a valorização do professor, então poderá se investir na educação infantil, de jovens, adultos e também idosos.

Alguns programas do governo federal e estadual tem tentado fortalecer as bases educacionais e pedagógicas no Brasil, desde atuação nas bases do ensino primário, médio e superior, com iniciativas como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para avaliação de desempenho e inserção do estudante em instituições nacionais de grau renomado. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para normalizar as instituições e seus cursos no desempenho dos estudantes através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). O ENADE avalia alunos recém formados e recém ingressos nos cursos de graduação. O Pro-Uni, Programa Universidade para

todos que concede bolsas de estudos parciais ou integrais a estudantes de graduação em instituições privadas de educação superior, o FIES, Programa de Financiamento Estudantil (Portal do MEC, 2014).

Entrando mais afundo nas políticas sociais, surgem frentes como PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, VIARÁPIDA, entre outros, que serão melhor entendidos na aplicação realizada pela Instituição de ensino comentados mais adiante.

PROGRAMAS DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

A Instituição que será citada neste projeto de pesquisa atua na área educacional de serviço social e comercial, sendo uma Instituição privada e sem fins lucrativos, que surgiu em meados de 1946, devido a reivindicações de vários representantes de setores econômicos do Brasil, e que se realizou quando a Confederação Nacional do Comércio iniciou sua instalação e administração diversas escolas de aprendizagem comercial em todo país. Seu objetivo institucional sempre foi contribuir com o apoio educacional das empresas do comércio e serviços, provendo a construção e disseminação do conhecimento voltado ao mundo do trabalho. Hoje ela possui uma estrutura hierárquica formada por um presidente nacional, diretorias regionais nos estados, um conselho regional e gerentes das regionais do estado (Senac, 2013).

Desenvolvimento Social

A Instituição Educacional oferece soluções educacionais atendendo empresas e organizações públicas por meio de atendimento coorporativo, ligados ao PRONATEC por meio de cursos técnico de formação continuada. Este é um papel social de relevada importância, conforme menciona Sen (2000):

A visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades concretas imbricadas umas nas outras permite a apreciação simultânea do papel vital de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações relacionadas, governos e autoridades locais, partidos políticos e instituições cívicas, sistemas educacionais, meios de comunicação, etc (SEN, 2010, p.4).

Esta Instituição oferece constantemente cursos, campanhas e outras atividades gratuitas à população de baixa renda. São ações sociais que promovem a saúde, qualidade de vida, defesa de direitos e responsabilidade ambiental, e a inserção no mundo do trabalho, onde muitos destes projetos são realizados em parcerias com importantes organizações do terceiro setor. Esta participação social é muito abrangente, atendendo mais de 70.000 pessoas em atividades comunitárias, bibliotecas e mostras de arte, formando parcerias de intercâmbio e pesquisa com a importantes instituições internacionais presentes nos Estados Unidos, Reino Unido, Europa e Argentina. Possui apoio de organizações comunitárias atendendo ao público com carências específicas, atuando na capacitação de lideranças e equipes através de treinamentos especiais, fornecendo concessão de bolsas de estudos na sua programação regular através de ações sociais junto á instituições como Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Fundação CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, ao CONE – Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra, Obra Social Dom Bosco, Casa Hope, AACD, ABRALE, ABRASTA, Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias e Agência de Notícias da Aids.

Em quase oito décadas de existência, a Instituição Educacional aqui citada vem preparando e formando pessoas economicamente desfavorecidas para o mundo do trabalho, e na década de 90 a Instituição percebe a necessidade de fortalecer o terceiro setor, nascendo assim o Programa Rede Social. Em todas as unidades desta Instituição no estado de São Paulo, existem profissionais dedicados exclusivamente para a articulação de redes sociais, e este espaço possibilita a toda a sociedade conhecer experiências, eventos e projetos realizados por essas redes. Este programa atua em cerca de 70 comunidades, envolvendo 1200 redes ao ano, 300 projetos coletivos, 162 palestras, fóruns e world cafés, 100 oficinas para geração de renda, 23 eventos de atendimento comunitário gratuito, beneficiando mais de 113.000 pessoas nos projetos de redes sociais.

Bolsas de Estudo

Facilitar o acesso à educação profissional de qualidade é o objetivo da Política de Concessão de Bolsas de Estudo, ação que foi ampliada em 2009 com a criação do Programa de Gratuidade. As bolsas podem ser parciais ou integrais em cursos livres de curta duração. Nos cursos com mais de 160 horas (exceto ensino superior), como capacitações e técnicos, as bolsas são integrais. A inscrição é permitida para pessoas de renda familiar per capita de até dois salários mínimos federais podendo ter apenas uma matrícula ou participação em única bolsa nos últimos dois anos.

Pronatec na Instituição Educacional

O PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, cujo órgão gestor é o Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2014), tem como objetivo expandir e democratizar o acesso aos cursos de Educação Profissional Tecnológica.

A Instituição Educacional citada neste projeto atua como parceiro do programa por meio da oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada nas unidades de todo o Estado. Os públicos-alvo dos cursos Pronatec são compostos por inclusão produtiva, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Também abrange o programa do Jovem Trabalhador, com estudantes das redes públicas de ensino médio, preferencialmente aqueles em vulnerabilidade social, que serão beneficiados pela modalidade Bolsa-Formação Trabalhador. Existe o Oferta do Pronatec Copa na Empresa, programa criado no âmbito do Pronatec Turismo, de forma que os empresários do setor possam proporcionar cursos de aperfeiçoamento profissional aos seus empregados e colaboradores. As adesões ao programa são voluntárias e poderão ser solicitadas por todas as empresas do setor: hospedagem, alimentação fora do lar, agenciamento de viagens, organização de eventos, corporações de segurança pública para qualificação em idiomas, aplicados àqueles que efetivamente terão contato com o fluxo turístico, funcionários dos aeroportos, portos e terminais rodoviários interestaduais e internacionais.

Programa Aprendizagem

Seguindo o compromisso de desenvolver pessoas e organizações para a sociedade do conhecimento por meio da educação e com foco na responsabilidade social, a Instituição destaca seu Programa Aprendizagem, projeto que possibilita ao jovem ingressar no mundo do trabalho e conquistar seu espaço como profissional de talento. A empresa que participa do programa, além de cumprir com o seu papel de contratante do aprendiz na Legislação da Aprendizagem 10.097/00, é convidada a compartilhar experiências com importantes parceiros, e também fazer parte do processo de transformação desse jovem, dando oportunidades de trabalho e ajudando a construir uma vida pessoal e profissional mais digna e de mais oportunidades. É oferecido em modalidades como Programação de Computadores, Serviços de Restaurante, Bar e Lanchonete, Hoteleiros, Supermercados, Vendas, Administrativos, Recepção em Serviços de Saúde, Farmácias e Drogarias, entre outras.

Iniciativas Sociais

Sob responsabilidade da Diretoria de Extensão, Iniciativas Sociais do Centro Universitário desta Instituição têm como objetivos primordiais: por um lado, difundir os conhecimentos gerados a partir das atividades de Ensino e Pesquisa e, por outro, estabelecer uma relação de diálogo e de transformação social com as comunidades locais. As Iniciativas Sociais possibilitam a aproximação dos alunos aos principais desafios contemporâneos, o que contribui para uma formação cidadã, preocupada com a inclusão social, o desenvolvimento econômico e humano, a defesa do meio ambiente, da produção artística e da memória cultural. É nesta interação cotidiana que a responsabilidade social se torna concreta, o que reforça Sen (2010) ao afirmar que "o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas"

O contato direto com outros setores da sociedade permite a vivência de situações reais e ajuda o participante a testar conceitos, produzir novos conhecimentos e aprender com esse processo.

Programa Oficinas Solidárias

Centraliza projetos de extensão que têm como objetivo oferecer gratuitamente à comunidade oficinas e cursos breves de capacitação profissional. Todas as oficinas são planejadas, organizadas, ministradas e avaliadas por alunos voluntários do Centro Universitário da Instituição em questão, supervisionados por um docente. A vivência contribui para a fixação de conceitos aprendidos em sala de aula, além da compreensão das dificuldades enfrentadas pela comunidade para inserção no mercado de trabalho. O projeto, além de instrumentalizar jovens da comunidade na elaboração de documentos de apresentação pessoal e profissional no intuito de conquistar o primeiro emprego, possibilita a inclusão do currículo produzido em um banco de dados de amplo acesso. O objetivo do projeto é capacitar as comunidades sobre as questões básicas do segmento da hospitalidade, relacionadas com os verbos, receber, hospedar, alimentar e entreter. O Brasil vai ser sede de dois importantes eventos internacionais: Copa do Mundo e Olimpíadas. Essa oficina vai valorizar as questões relacionadas à área de hospitalidade.

Programas Sócioeducacionais

O trabalho desta Instituição acontece além dos programas oferecidos em suas unidades educacionais. Suas equipes e profissionais também estão comprometidos com o desenvolvimento local das comunidades atendidas. As mudanças no panorama social do País impactaram nas ações da Instituição, que firmou compromisso para uma atuação voltada, especificamente, para comunidades de baixa renda dos grandes centros urbanos, passando também a apoiar campanhas de saúde e promoção da qualidade de vida.

Com atividades voltadas à promoção de ações de profissionalização e qualificação de lideranças de instituições sociais e comunitárias, a Instituição acredita que pode interferir positivamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Amamentação

Com ações de disseminação de informações e orientações às comunidades, a promoção da Amamentação e da Alimentação Complementar incorporar-se às ações de promoção, incentivo e apoio ao Aleitamento Materno implementadas pelo Ministério da Saúde Promover, incentivar e apoiar ações para a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil. Esse é um dos grandes desafios do milênio. Acreditando que ao fazer junto se faz melhor, esta Instituição promove desde 1996 ações voltadas ao tema da Amamentação e do Aleitamento Materno. Faz isso em rede, com organizações e alianças nacionais e internacionais. Tudo começou com a participação na realização da Semana Mundial da Amamentação. Em 2001, com o início da Campanha Nacional do Aleitamento Materno, criou um site sobre o tema e começou a capacitar multiplicadores, articular uma rede de amamentação e disponibilizar materiais. Hoje a Instituição contribui com a produção de materiais didáticos de orientação às comunidades e com a disseminação dessas informações.

OBJETIVOS

Descrever os programas de desenvolvimento social de uma Instituição Educacional da cidade de Ribeirão Preto, investigando e analisando as várias atuações e seus resultados para a comunidade e descrever sucintamente quais interferências e interligações com os aspectos comparados ao desenvolvimento regional, interligados com o desenvolvimento humano e relacionados com as políticas sociais governamentais.

Existem muitas divergências e convergências que, diante de situações consideradas desorganizadas em problemas críticos sociais, econômicos e políticos, surgem grandes oportunidades de geração de resultados animadores que corroboram para uma profunda mudança na educação nacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Será utilizada abordagem descritiva para explorar textos que fortalecerão os estudos e levantamentos atuais do desenvolvimento regional, relacionado com programas sociais educacionais. No projeto também será realizada uma pesquisa qualitativa com estudo de caso de uma Instituição Educacional na cidade de Ribeirão Preto, entrevistas com diretores, professores, alunos ingressantes e regressos, para melhor abranger o lado prático dos resultados dos programas educacionais, a aprendizagem dos alunos e seu efeito em oportunidades no mercado de trabalho.

Será realizado embasamento teórico do texto em pesquisa preliminar permitindo ao pesquisador uma abordagem global, devendo posteriormente buscar um aprofundamento teórico e prático para exposição de análises mais consistentes através de ampla pesquisa bibliográfica, buscando os autores que trarão grande colaboração e experiências em seus diferentes focos de abrangência, fortalecendo substancialmente um raciocínio lógico que acompanhará a evolução de todo projeto.

ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	**2014**								**2015**											
ATIVIDADES	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**
Reestruturação do Projeto de Pesquisa	x	x	x	x	x	x														
Levantamento de Referencia Bibliográfico					x	x	x	x	x	x										
Escrever os capítulos da dissertação										x	x	x								
Elaboração dos instrumentos de pesquisa												x	x							
Aplicação da pesquisa de campo														x	x					
Discussão e análise dos resultados																x	x	x		
Conclusão																			x	
Depósito da Dissertação																				x

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **In: Planejamento e políticas públicas.** Brasília, IPEA, 1996.

BAUMAN, Zygmunt; PENCHEL, Marcus. **Globalização_: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

BOISIER, S. E. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial.** Santiago de Chile, ILPES, 1997.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. – 8. Ed. - Elsevier Editora - Rio de Janeiro, 2011.

CIFALI, Mireille (1999). **Educar, uma profissão impossível** – Dilemas atuais. In: Estilos da clínica, vol. IV, n. 7. São Paulo, Instituto de Psicologia/USP.

FISCHER, Rosa Maria; NOVAES, Elídia Maria. **Construindo a Cidadania** – Ações e Reflexões sobre Empreendedorismo e Ação Social. São Paulo, CEATS: FIA, 2005.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**: Enfoque Histórico-estrutural – 3ª Ed. – Editora Paz e Terra – RJ, 2000.

LEWIN, Kurt (1939). **Experimentos com espaço social**. In: ID. Problemas de dinâmica de grupo. São Paulo, Cultrix (1973).

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade** - Faculdade de Economia do Porto Programa de Doutoramento em Economia, 2010.

CUNILL, N. A rearticulação das relações Estado-sociedade: em busca de novos significados. **In: Revista do Serviço Público.** Brasília, v. 120, n.º 1, 1996.

WEIS, C. **Pesquisa avaliativa no contexto político**. Em GOLDENBERG M. A. A. & SOUZA, C. P. (orgs.). Avaliação de programas educacionais: vicissitudes, controvérsias e desafios. São Paulo: EPU, 1982.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional – **Artigo Nova Economia**, 2009.

BRUINI, Eliane da Costa. Educação no Brasil, **Brasil Escola** - CUSSP – UNISAL - SP: http://www.brasilescola.com/educacao/educacao-no-brasil.htm ; Acesso em 15 de janeiro de 2014.

Ministério da Educação - Programas e Ações. http://portal.mec.gov.br/ ; Acesso em 15 de janeiro de 2014.

PNDR, Política Nacional de Desenvolvimento Regional, **Ministério da Integração Nacional**. Disponível em: http://www.mi.gov.br/nova-politica-nacional-de-desenvolvimento-regional ; Acesso em 05 de janeiro de 2014.

SENAC - Disponível em: http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=0, Acesso em 10 de janeiro de 2014.

Ouro de Minas: prospecção de cenário para os produtores do Queijo Canastra

O objetivo deste artigo é a prospecção de cenários no período de 2015 a 2020 para a cadeia produtiva do queijo minas artesanal na região da canastra, sudoeste de Minas Gerais, denominado Queijo Canastra. O Queijo Canastra é reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 13 de junho de 2008. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial reconheceu a solicitação de Indicação de Procedência em 13 de março de 2012. Em 07 de agosto de 2013 foi publicada Instrução Normativa nº 30, que valida a possível ampliação do mercado para outros estados ou até mesmo para o exterior, desde que seguidas as normas sanitárias e comerciais estabelecidas. O estudo é importante para os produtores tomarem decisões estratégicas e de longo prazo, baseados na perspectiva de Drucker (2013). Ressalta-se a importância da inovação competitiva pela criação de significados elaborada por Choo (2006) usufruindo do fato deste produto possuir Indicação Geográfica. Finalmente são prospectados e analisados, com base na metodologia proposta por Neto e Quintana (2013), três cenários: otimista, pessimista e realista.

133-2455

Fabiana Rodrigues Rocha
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
fabiana.rocha@sebraemg.com.br

Guilherme José Lemos
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
guilhermejoselemos@gmail.com

Alfredo José Machado Neto
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
alfredo@facef.br

Marinês Santana Justo Smith
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
marinessmith@facef.br

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
sheilafacef@gmail.com

Paulo Henrique de Matos Almeida
FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
phmasrm@gmail.com

Introdução

O objetivo do estudo *Prospecção de Cenários para os produtores do Queijo Canastra*, é realizar uma análise embasada em autores conceituados, a fim de estabelecer parâmetros para a prática da gestão de riscos e oportunidades que possam surgir a partir das perspectivas de cenários futuros para o mercado de queijos artesanais. Esta poderá ser uma ferramenta utilizada pelos produtores e instituições parceiras para colaborar na elaboração de um planejamento estratégico ou como suporte teórico para auxiliar na tomada de decisões.

Conhecer o cenário futuro é importante para mitigar riscos que possam vir a afetar o negócio negativamente, assim como maximizar as chances de aproveitar as oportunidades na ocorrência de eventos favoráveis, uma vez que a produção do Queijo Minas Artesanal ainda é feita de maneira pouco profissionalizada e com a utilização escassa de ferramentas administrativas. Com o crescimento do negócio, isto pode gerar inúmeros riscos não planejados, assim como possíveis desperdícios de oportunidades geradas ao longo do processo comercial, que podem ser essenciais a sobrevivência ou fim de qualquer empreendimento.

No primeiro momento é desenvolvido um arcabouço teórico que valida a necessidade do planejamento a longo prazo, utilizando a perspectiva de Drucker (2012), assim como a articulação desse planejamento com o conceito de prospecção de cenários dado por Schwartz (2006).

O passo seguinte do estudo é descrever a concepção do Queijo Minas Artesanal, assim como demonstrar dados sobre os produtores e a produtividade de queijos da região da canastra. Ao adentrar a seara do Queijo Canastra, é desenvolvida uma análise sobre os benefícios, tanto comercialmente quanto para desenvolvimento social da região, que podem ser obtidos a partir da utilização do conceito de criação de significados pelas organizações dado por Choo (2006) articulado com a preservação deste patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais e do Brasil, como demonstrado por Meneses (2006).

Baseado da metodologia proposta por Blanning e Reinig (1998), é realizada a análise de 20 eventos que são projetados na construção de três cenários futuros, a saber: otimista, pessimista e realista, em que se define a *Prospecção de Cenários* em si enquanto ferramenta administrativa e de gestão.

A relevância desta pesquisa se dá pelo seu caráter interdisciplinar ao articular ferramentas práticas de administração e marketing sob a luz do conceito de desenvolvimento vinculado à história e cultura, a partir de critérios de Furtado (1984).

1. Planejar para o longo prazo na perspectiva de Drucker

No momento em que o queijo minas artesanal da região da canastra valoriza-se no mercado, como constata o prêmio *Paladar*[xlvii], do jornal *Estado de São Paulo*, na categoria Produto do Ano de 2013, e contando com apoio de diversas instituições, justifica-se uma prospecção de cenários para planejamentos de longo prazo para os produtores, pois esta atividade cada vez mais se mostra importante para o desenvolvimento regional dos aspectos econômicos, sociais e culturais.

Em primeiro lugar, deve ficar claro que planejamentos de longo prazo não devem ser considerados como previsões do futuro. Como Drucker (2013, p. 114) afirma: "o planejamento de logo prazo é necessário justamente porque não temos como prever o futuro". Esta afirmação possui grande embasamento na continuação da explanação de Drucker (2013, p. 114):

> [...] o problema empresarial é um acontecimento que altera todas as possibilidades, pois o universo empresarial não é físico, mas um universo de valores. Na verdade, a principal missão das empresas, a única recompensa pelo lucro, é promover esse acontecimento, a *inovação* que modificará as probabilidades.

A assimilação desse conceito é fundamental para a o entendimento de planejamento estratégico e de longo prazo, uma vez que ele pode ser o grande diferencial competitivo de um produto ou serviço. Nele se esclarece a função da inovação e seu papel fundamental para alterar aquilo que pode ser previsto, determinando uma nova oportunidade até então inexistente.

Outro ponto na ótica de Drucker (2013, p. 115) é o fato de que "as decisões existem apenas no presente", ou seja, o planejamento de longo prazo não é feito para se tomar decisões no futuro, mas para se tomar decisões agora. "O planejamento de longo prazo não tem a ver com decisões futuras, mas com o futuro das decisões presentes" (DRUCKER, 2013, p. 115).

Porém, as decisões não podem considerar apenas o presente como seu tempo de causa e efeito. Elas devem ter um comprometimento de longo prazo, como afirma Drucker (2013, p. 115): "A tomada de decisões é, em essência, uma máquina do tempo que sincroniza, num único presente, grande número de intervalos de tempos divergentes". Ou seja, os tomadores de decisões devem estar atentos não para adivinhar o futuro, mas atentar para o fato de que:

> A questão não é o que acontecerá no futuro, mas com que futuro temos de imbuir nossos pensamentos e nossas ações atuais, quais intervalos de tempo temos de considerar e como usaremos essa informação para tomar uma decisão racional agora (DRUCKER, 2013, p. 115).

Conceituado o papel das decisões para o planejamento de longo prazo, é preciso também ressaltar que planejamento de longo prazo não é uma tentativa de eliminar ou diminuir riscos. Na colocação de Drucker (2013, p. 116), "a atividade econômica, por definição, compromete recursos atuais para o futuro e, portanto, leva a expectativas altamente incertas". Porém é necessário que assuma-se os riscos certos, sendo que o planejamento de logo prazo, quando bem-sucedido, deve ter a capacidade de fornecer bases para tomar decisões de maneira mais racional possível e não mergulhar nas incertezas baseadas em palpites, boatos e até mesmo em experiências passadas (DRUCKER, 2013).

A definição a que chega Drucker (2013, p. 116) sobre planejamento de longo prazo é a seguinte:

> É o processo contínuo de tomar *decisões empresariais (envolvendo risco) no presente*, de modo sistemático e com o maior conhecimento possível de seu futuro; é a organizar sistematicamente os *esforços* necessários para que se cumpram essas decisões; e é comparar os resultados dessas decisões com as expectativas, por meio de um processo de *feedback sistemático e organizado*

Nessa exposição do pensamento de Drucker assentamos a convicção da necessidade de se planejar a longo prazo para se obter vantagens competitivas e o papel que as inovações podem ter no alcance de objetivos empresariais, uma vez que os tomadores de decisões devem, e só podem, decidir racionalmente no presente em busca dos melhores resultados no futuro.

Ressaltamos que essa contribuição possui extremo valor, uma vez que estamos lidando com um mercado, o de queijos artesanais, ainda em amadurecimento e, portanto, provido de várias incertezas para o futuro.

2. Prospecção de Cenários na perspectiva de Schwartz

Segundo Schwartz (2006), os cenários apareceram pela primeira vez logo após a Segunda Guerra Mundial como um método de planejamento militar, na ocasião em que a Força Aérea dos Estados Unidos da América buscava interpretar o que os inimigos poderiam fazer. Com base nessas informações, preparavam estratégias alternativas.

Ainda nessa perspectiva histórica, o processo foi aprimorado ainda nos anos 1960 por Herman Kahn, que fizera parte da Força Aérea americana, e utilizou sua experiência com este método para o uso comercial. No início da década de 1970, Pierre Wack, funcionário da Royal Dutch/Shell, em Londres, fez com que o estudo de cenários atingisse uma nova dimensão, através da construção de vários cenários alternativos. Conseguiu identificar com precisão os fatos que desencadearam o primeiro choque de preços do petróleo e suas consequências. Wack foi um dos grandes mestres de Schwartz, que teve a oportunidade de trabalhar junto a ele e de o suceder na Shell. (SCHWARTZ, 2006)

Para Wack, o cenário lida com o mundo dos fatos e o mundo das percepções, ou seja, os fatos precisam ser reunidos e transformados em informação de significância estratégica em novas percepções. (SCHWARTZ, 2006)

A análise de cenários é utilizada com maior frequência pelas grandes empresas, mas os pequenos negócios são mais vulneráveis aos tipos de surpresas e incertezas. Para Schwartz (2006) toda empresa, seja, micro, pequena, média ou grande, deve fazer prospecção de cenários. Os passos são os mesmos e não precisam seguir a mesma ordem.

De acordo Schwartz (2006, p. 15), a definição de cenários é:

> [...] uma ferramenta para ordenar as percepções de uma pessoa sobre ambientes futuros alternativos nos quais as consequências de sua decisão vão acontecer. Colocado de outra maneira: um conjunto de formas organizadas para sonharmos eficazmente sobre nosso futuro.

O autor afirma que cenários não são previsões, mas sim oportunidade para perceber o futuro no presente. Diante do cenário é preciso estar atento para tomar decisões estratégicas que sejam coerentes a todos os futuros possíveis, de forma a manter as empresas sempre competitivas.

Schwartz (2006) aponta oito passos para o desenvolvimento dos cenários:

1º passo - *Identificar a questão ou decisão central*: este processo deverá ser iniciado de dentro para fora da organização, ou seja, começar com uma decisão ou questão específica e, em seguida, construir o ambiente.

2º passo - *Forças-chave no ambiente local*: listar os fatores-chave que podem impactar o sucesso ou fracasso da decisão, como: informações sobre clientes, fornecedores, tecnologia, novos entrantes, dentre outros.

3º passo - *Identificação das forças motrizes*: momento de listar as forças motrizes situadas no ambiente macroambiente, como forças: econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e ambientais, capazes de influenciar os fatores chaves citados no 2º passo.

4º passo - *Hierarquizar por importância e incerteza*: analisar os fatores e tendências e identificar dois ou três mais importantes e incertos.

5º passo - *Selecionando a lógica dos cenários*: resultado do passo anterior são os eixos que irão diferenciar os cenários. Determinar os eixos é fundamental para o processo que vai gerar o cenário. Para cada cenário deve fazer um estudo que possibilite a avaliação de cada situação.

6º passo - *Incorporando os cenários*: neste momento é preciso recorrer a lista de fatores-chave e tendências identificadas no passo dois e três e dar uma atenção especial para cada cenário. É fundamental recorrer a opinião de pessoas sobre tendências macro (econômicas, culturais, sociais, tecnológicas, dentre outras).

7º passo – *Implicações*: momento de recorrer a questão ou decisão central, estipulada no primeiro item para ensaiar o futuro. Cabe aqui alguns questionamentos: *Como está a decisão em cada cenário? Quais vulnerabilidades serão reveladas? A decisão ou estratégia funciona bem em todos os cenários ou apenas no um ou dois?* Caso a decisão for boa apenas em um cenário, pode ser de alto risco.

8º passo - *Selecionar os indicadores iniciais e os avisos*: esta etapa busca-se conhecer, o mais breve possível, o cenário que mais se aproxima da realidade. Uma vez preenchidos os cenários e constando suas implicações voltadas para a questão central, determinada anteriormente, é valido monitorar os indicadores ao longo do tempo. Assim, sabe-se o que o futuro reserva para um determinado negócio e como este futuro pode afetar estratégias e decisões.

Fica demonstrado que historicamente, na visão de Schwartz, foi fundamental analisar os cenários. Agora, no século XXI, onde as revoluções tecnológicas acentuaram a rapidez das mudanças, acrescentando novas informações de maneira acelerada e contínua no mercado, seja em escala regional, seja em

escala global, esta ferramenta se torna ainda mais útil, pois, para a empresa ou setor manter-se competitivo é preciso estar atento e planejar respostas ao ambiente macro e seu desdobramento constante, o que configura a *Prospecção de Cenários* como uma importante ferramenta para o sucesso desse processo.

3. Queijo Minas Artesanal

O Queijo Minas Artesanal é feito a partir de leite cru e é uma tradição familiar importante para a economia local e na manutenção das raízes culturais e históricas, como destaca Meneses (2006, p. 7):

> Aos mineiros contemporâneos os modos de fazer artesanais de queijo a partir do leite cru, tradição persistente e em dinâmica transformação em sua cultura, identifica seus modos costumeiros e dá conforto às suas vidas. Além disso, embasa a sobrevivência de numerosas famílias e fundamenta a economia de municípios e de regiões.

Um grande embate dos queijeiros, como são denominados os produtores, ainda é a legislação. Assim como aponta o relatório *Instrução Normativa Nº30/2013 do MAPA – a ilegalidade continua*[xlviii], da *Slow Food Brasil*[xlix], mesmo após a Instrução Normativa Nº30/2013 entrar em vigor a comercialização do queijo artesanal com prazo de maturação inferior a 60 dias continua sendo ilegal. Mesmo com algumas alterações favoráveis, a norma ainda não atende à necessidade de satisfazer a equação da produção artesanal de queijo a partir do leite cru. Essas exigências afetam diretamente o custo de produção, que nem sempre podem ser arcados pelos produtores além da possível descaracterização do produto, como demonstra um trecho da reportagem de Franco (2013):

> Além da preocupação com a elevação dos custos na fazenda, Simões teme as alterações nas características do queijo artesanal, depois de 17 dias, como aumento da acidez, redução da umidade e maior endurecimento. Segundo ele, Minas, o maior mercado consumidor do produto no país, pode ser afetado pelas mudanças. “O prazo de 60 dias era como a proibição da venda; e 17 dias atendem um pouco, mas descaracterizam um item tradicional. Mais de 60% dos consumidores querem o queijo mais branco.” O veterinário da Associação dos Produtores do Queijo Canastra, Johne Santos Castro, tem opinião semelhante. Ele afirma que quanto mais tempo o produto permanecer alojado, maior será o custo na fazenda. “Há gastos com energia, água e mão de obra”, afirma. Além disso, segundo Castro, os centros de maturação que serão inaugurados nas próximas semanas não são suficientes para atender a demanda e o custo de instalação de um entreposto é alto (entre R$ 20 mil e R$ 80 mil).

Demonstrado este pequeno panorama dos produtores de Queijo Minas Artesanal, focaremos a partir daqui no objetivo de nosso estudo, o Queijo Canastra.

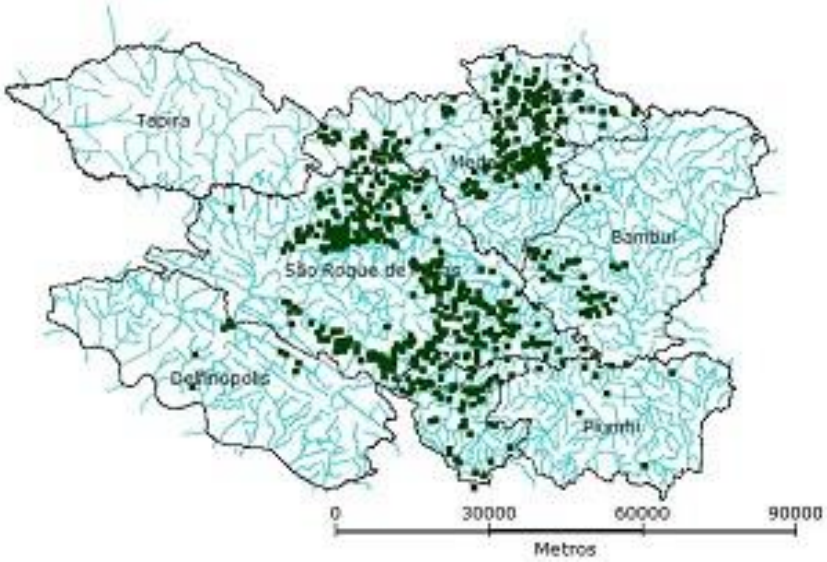
3.1 Queijo Canastra: dados relevantes

O SEBRAE/MG[l] vem, através do projeto *Queijo Minas Artesanal na Região da Canastra*, criado em 2013, fortalecendo a cadeia de produtores de queijo, através de ações voltadas à cultura da cooperação e posicionamento da marca Queijo Canastra.

Com o objetivo de entender melhor o cenário foi realizado através do SEBRAETEC[li] um diagnóstico dos produtores de queijo artesanal feito pela UFV – Universidade Federal de Viçosa. O resultado é importante para o SEBRAE/MG e demais instituições atuarem de forma mais assertiva em relação a este cenário de produção de queijos artesanais.

Os dados apontam que a região é composta por 793 produtores de queijo, sendo que a maior concentração encontra-se nos seguintes municípios: São Roque de Minas (48,5%), Medeiros (17,3%), Tapiraí (13,6%), Bambuí (9,1%), Vargem Bonita (8,8%), Delfinópolis (1,5%) e Piumhi (1,0%).

Figura 1 – Distribuição geográfica dos produtores de Queijo Canastra



Fonte: TERRAVIEW, 2014

Dos produtores, 73% possuem propriedade até 100 hectares, 14% até 200 hectares, 5% de 301 a 500 hectares, 4% de 201 a 300 hectares e 4% acima de 500 hectares. Esses dados demonstram que a maioria são pequenos produtores.

O número total do rebanho leiteiro é de 21.525 cabeças e a produção média diária de leite é de 170 litros, com uma média de 6,8 litros por vaca/dia.

Das atividades executadas na produção do queijo, 78% são realizadas por mão de obra familiar e apenas 22% por mão de obra contratada, empregando diretamente 1.727 pessoas.

Segundo a pesquisa, a produção de queijo chega a 15.912 unidades dia, sendo a produção média diária de apenas 20 unidades (por produtor). O município de São Roque de Minas lidera a produção com 41%, seguido de Medeiros com 21%, Tapiraí com 14%, Bambuí com 13%, Vargem Bonita com 9% e Piumhi e Delfinópolis com 1% cada.

Identificou-se também a renda mensal aproximada dos produtores de queijo: 22% relataram uma renda de até um salário mínimo, 46% possuem renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos, 5% entre 3 a 5 salários mínimos, 10% com renda entre 5 e 10 salários mínimos e 7% com rendimentos entre 10 e 20 salários mínimos.

A importância destes dados é revelada pelo mapeamento econômico e potencialidade produtiva dos produtores da região, sendo estas características imprescindíveis para determinar as condições de se empreender.

3.2 Queijo Canastra: inovação competitiva

Deve-se salientar a importância da inovação como modo de se criar novas oportunidades para o futuro. Assim como afirma Choo (2006, p. 123):

> [...] as inovações tecnológicas abrem novos terrenos e as políticas governamentais estabelecem e restabelecem limites. Mais do que nunca, as organizações estão conscientes de que sua sobrevivência e sua evolução dependem de sua capacidade de dar sentido ou influenciar o ambiente e de renovar constantemente seu significado e seu propósito à luz das novas condições.

Nesta perspectiva verificamos a forte influência que as organizações podem ter para criar significados que valorizem sua atuação no mercado. Choo (2006, p. 126) pondera que "a criação de significados funda-se na construção de uma identidade".

Ao analisarmos as características culturais do produto Queijo Canastra, certificadas e tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), "que expressam um conjunto de experiências, símbolos e significados que definem a identidade do mineiro, reconhecida por todos os brasileiros"[lii], notamos que essa questão cultural pode ser explorada como aliada na construção de uma marca forte e alicerçada em costumes que são referências e, como afirmado acima, com uma identidade facilmente decodificada pelo público brasileiro.

Portanto, podemos considerar a Indicação Geográfica do Queijo Canastra como uma inovação competitiva.

> As Indicações Geográficas se referem a produtos ou serviços que tenham uma origem geográfica específica. Seu registro reconhece reputação, qualidades e

> características que estão vinculadas ao local. Como resultado, elas comunicam ao mundo que uma certa região se especializou e tem capacidade de produzir um artigo diferenciado e de excelência (INPI, 2012).

Uma análise comparativa sobre a importância desta indicação é fundamentada na história da denominação dos vinhos franceses, historicamente mais antigos, e da criação da denominação dos vinhos californianos.

> Historicamente, os produtores franceses desenvolveram um sistema de classificação baseado na geografia, em que cada localização geográfica mantém a tradição de uma certa qualidade de vinho. [...] O resultado final, foi que o sistema de classificação regional criou uma corporação monopolista que protegeu os produtores franceses (CHOO, 2006, p. 211-212).

Em seu texto, a autora cita como os californianos, sem a possibilidade de utilizar as denominações francesas, inovaram e lançaram uma nova forma de rotular seus vinhos: "[...] em lugar da classificação geográfica, os vinicultores californianos adotaram um sistema de classificação baseado no tipo de uva. Portanto, cada vinícola podia produzir, e de fato produziu, diversos tipos de vinhos usando diferentes tipos de uva" (CHOO, 2006, p. 211).

Ao analisarmos este embate, verificamos que o caso do Queijo Canastra pode ser considerado propriamente o inverso. O mercado industrial nacional está repleto de grandes produtores de queijos que identificam seu produto através do *tipo* do queijo, como muçarela, parmesão, prato etc. Traça-se assim uma proximidade com os produtores californianos e suas rotulagens por tipo de uva. Já a produção artesanal deve se ancorar por outros diferenciais, como a Indicação Geográfica, assim como os franceses estipularam as regiões dos vinhos e construíram sua fama mundial, em que "qualquer empresa que deseje ocupar posição significativa no mercado mundial de vinhos deve pensar como deseja se comparar ao prestígio dos produtores franceses" (CHOO, 2006, p. 210). Desta maneira, engendra-se uma particular valorização do produto oferecido pelos produtores do Queijo Canastra.

3.3 Preservação histórico-cultural como fator de desenvolvimento

Um ponto que deve ser ressaltado é que essa tomada de posição em relação à produção do queijo artesanal não é apenas uma proposta de marketing oportunista. É antes de tudo um componente histórico da formação social e cultural das pessoas dessa região, como bem documentado pelo Dossiê Interpretativo[liii] *Queijo Artesanal de Minas*, escrito pelo Doutor em História da Universidade Federal de Minas Gerais, José Newton Coelho Meneses e publicado pelo IPHAN em parceria com o Ministério da Cultura:

> O queijo não é fruto de processos econômicos esgotados e, de outra forma, também não é fator de surgimento de uma nova e dinâmica economia. É sim, elemento importante de uma economia e de uma cultura agropastoril, dos tempos coloniais aos nossos dias, assentado em uma tradição que os colonizadores trouxeram para as Minas. A mitologia em torno do produto queijo é, no entanto, fator importante na construção identitária da região e, assim, deve ser respeitada como construção cultural popular. Para os habitantes do território do queijo artesanal de Minas, essas interpretações tradicionais da história econômica colonial são fundamentos de valores e de conhecimentos que lhes motivam e lhes dão lugar na história da região. Respeitemos esses valores e tentemos interpretá-los como construções identitárias importantes. Atentemos por enquanto a documentos mais aderidos a uma materialidade cotidiana dos habitantes das Minas Gerais, no setecentos. Paralelamente à mineração, e tão importante quanto ela, as lides agrárias dos homens setecentistas da região, forjaram uma cultura regional específica e rica (MENESES, 2006, p. 19-20)

Este documento é muito importante porque retrata não apenas a construção histórica e cultural de uma região brasileira, mas ressalta também que ações, como a certificação de Denominação de Origem Controlada e a Indicação Geográfica, estão sendo implementadas em outros países produtores renomados de queijo e mostra que esse tipo de acerto coloca o Brasil em paridade, ao menos de intenções, com essas outras nações.

> São vários os países que buscam preservar legalmente seus queijos artesanais de leite cru, através de instrumentos formais de reconhecimento e de interpretação de modos de fazer, como é o caso, a título de exemplo, da *Apellation d'origine controlée*, na França. Além deste país, Portugal, Espanha, Itália, Suíça e Holanda são outras nações que têm instrumentos legais de registro e controle de queijos artesanais de leite cru (MENESES, 2006, p. 16).

Além disso é igualmente válida a argumentação levantada pelo autor a respeito do movimento *Slow Food* sobre os processos artesanais de produção do queijo:

> O movimento *Slow Food* realiza desde o ano 2000, uma campanha de proteção aos produtores de queijo de leite cru, defendendo os seus direitos de produzir o queijo frente às leis higiênico-sanitárias demasiado tecnicistas que dificultam a sua produção. Isso acontece, principalmente, na Irlanda, no Reino Unido, nos Estados Unidos da América e na Austrália. O *Slow Food* parte dos seus pressupostos fundamentais de valorização da diversidade cultural na produção alimentar, do significado econômico da produção artesanal em nível local e, especificamente, no caso do queijo artesanal de leite cru, da concepção de que a pasteurização mata os microrganismos perigosos, mas, por outro lado, elimina a possibilidade da maturação de um produto com rica microflora que potencializa as qualidades e o gosto do bom produto, feito, maturado e armazenado em condições higiênicas boas e seguras para o consumidor (MENESES, 2006, p. 16)

Neste documento é também revelado a função desenvolvimentista desta economia. É relatado como os produtores vêm se organizando em prol de conquistas para um melhor desempenho de suas atividades:

> Em Minas Gerais, os produtores de queijo artesanal se associam, há alguns anos, na tentativa de organizar, definir padrões e melhorar a qualidade biológica do produto, através do gerenciamento da produção e da comercialização, bem como de práticas sanitárias controladas para o rebanho e formas de produção higiênicas. Visam a segurança alimentar de seu produto para os consumidores e têm apoio de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. Destacam-se o trabalho de credenciamento 17dos produtores e controle sanitário do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA que, seguindo a Lei Estadual número 14.185, objetiva controlar sanitariamente os rebanhos e a produção do queijo artesanal, via o citado credenciamento. Louva-se o empenho da Empresa de Assistência Técnica Rural – EMATER-MG que promove, através de uma bem coordenada ação de seus técnicos, estudos, pesquisas que delimitam as regiões padronizadas e assistem tecnicamente os seus produtores. Há, de outro modo, o trabalho de universidades e institutos de pesquisa, como Universidade Federal de Viçosa – UFV, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, com pesquisas e extensão às regiões produtoras. As organizações de produtores utilizam-se, ainda, dos sistemas das cooperativas regionais de produtores rurais, sobretudo no processo de padronização e comercialização do produto. Associações deste tipo se formaram no Serro, na serra da Canastra e na serra do Salitre, em níveis municipal ou regional, objetivando, nos moldes europeus, implantar a chamada Denominação de Origem Controlada– DOC, que significará o controle, pelos próprios produtores, da produção, padronização, reconhecimento e registro do produto, para a segurança do consumidor. À semelhança dos vinhos, eles, também, produtos que permanecem com microflora a maturá-los e a transformá-los constantemente, controlados por mecanismos de sua própria produção (DOC) e pelos Estados, os queijos artesanais do mundo inteiro são alimentos que enriquecem a necessidade e o gosto alimentar das pessoas (MENESES, 2006, p. 16-17).

Ou seja, o desenvolvimento desta região vem da união entres diversas esferas da sociedade: desde o governo, através das leis, passando pelas universidades e institutos, responsáveis pela inteligência aplicada, até os produtores e consumidores. Assim, em cada campo de atuação, os sujeitos envolvidos nas ações em prol deste produto e patrimônio cultural, vêm trazendo contribuições importantes na manutenção histórica da cultura, no enriquecimento econômico da região que se situam e na satisfação de suas aspirações. Como bem retrata Furtado (1984, p. 105), em sua concepção sobre desenvolvimento: “as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador”.

4. Metodologia

Em um artigo anterior, Quintana e Machado Neto (2013), utilizaram um método de avaliação que articula a prospecção de cenários e os impactos cruzados, da maneira que julgamos ser o mais próprio para também executarmos em nossa pesquisa.

Primeiro a construção de cenários futuros através da metodologia de Blaninng e Reinig (BLANNING; REINIG 1998 apud QUINTANA; MACHADO NETO, 2013), pois

> [...] demonstram o desenvolvimento de sua abordagem em um estudo de caso, conseguindo, de forma eficiente, a interação de um grupo de especialistas e o consenso de opiniões relacionado às probabilidades e quão favoráveis são os fatores que afetam de alguma maneira o horizonte de estudo" (QUINTANA; MACHADO NETO, 2013, p.7).

Segundo, os autores propõem a utilização do método Delphi para a se discutir quais eventos devem ser incluídos para discutir o cenário futuro para nosso objeto de estudo. Os autores definem que o método "consiste em uma sistemática coletiva de trabalho que se utiliza de sucessivos questionários, para obter a avaliação de especialistas sobre um determinado assunto e para uma definida área a ser investigada" (QUINTANA; MACHADO NETO, 2013 p. 7).

Após a aplicação destes questionários, é elaborada

> [...] uma lista final de eventos possíveis e plausíveis, avaliados quanto a sua expressividade e relevância dentro do contexto. Em seguida os especialistas deram notas em uma escala de zero a dez, para cada um dos eventos listados, quanto a sua probabilidade de ocorrer e se esses eventos são favoráveis ou desfavoráveis. Esses dados foram exportados para uma matriz de eventos, em que o eixo horizontal representa a probabilidade (P), e o eixo vertical indica se os eventos são favoráveis ou não (F). Cada ponto dentro da matriz caracteriza um evento, e corresponde à média obtida das notas dos especialistas, para cada evento analisado. Ao final desta etapa, três cenários foram construídos, seguindo a combinação de eventos proposta por Blanning e Reinig (1998):
>
> •Cenário otimista -Contém os eventos medianos ou muito favoráveis (F) à empresa ou ao setor para o qual se está construindo cenários, com médias e altas probabilidades (P) de virem a ocorrer.
>
> •Cenário pessimista -Contém os eventos medianos ou muito desfavoráveis à empresa ou ao setor, com de médias e altas probabilidades (P), de virem a ocorrer.
>
> •Cenário realista -Contém todos os eventos com alta probabilidade (P), de virem a ocorrer, favoráveis ou desfavoráveis para a empresa ou setor. Foi utilizado, ainda, o Método dos Impactos Cruzados, abordagem analítica que, segundo Marcial e Grumbach (2002), visa estimar a interação das variáveis de interesse, de forma quantitativa, permitindo verificar até que ponto a ocorrência de um determinado evento exerce influência sobre as probabilidades de ocorrência de outros. Essa análise permitiu identificar as forças motrizes do sistema, ou seja, os eventos que deverão ter uma maior atenção por parte dos analistas e dos gestores da empresa, na formulação das estratégias e nas tomadas de decisões (QUINTANA; MACHADO NETO, 2013, p. 7-8).

Esclarecemos para todos os fins, que a reprodução deliberada da metodologia proposta por Quintana e Machado Neto (2013) é apropriada para os fins desta pesquisa.

5. Avaliação dos cenários

Na primeira etapa da pesquisa, foi realizado um questionário sobre os eventos com associados da APROCAN – Associação dos Produtores de Queijo Canastra, gestora do projeto Produção de Queijo Minas Artesanal na Região da Canastra, um gerente de projetos do SICOOB SAROMCREDI[liv] e dois mestrandos do Programa de Pós-Graduação do Uni-FACEF.

Em consenso foram selecionados 20 eventos. Em seguida, de forma individual, os convidados pontuaram a probabilidade e favorabilidade dos mesmos em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa menos provável ou menos favorável e onde 10 significa mais provável ou mais favorável. Após a análise da pontuação dos eventos, houve mais um consenso para se estabelecer a pontuação a ser avaliada na prospecção de cenários.

Segue abaixo Tabela 1 composta pelos eventos e o percentual referente a opinião dos especialistas que participaram da pesquisa que representa a probabilidade e a favorabilidade de cada um.

Tabela 1 - Lista de Eventos

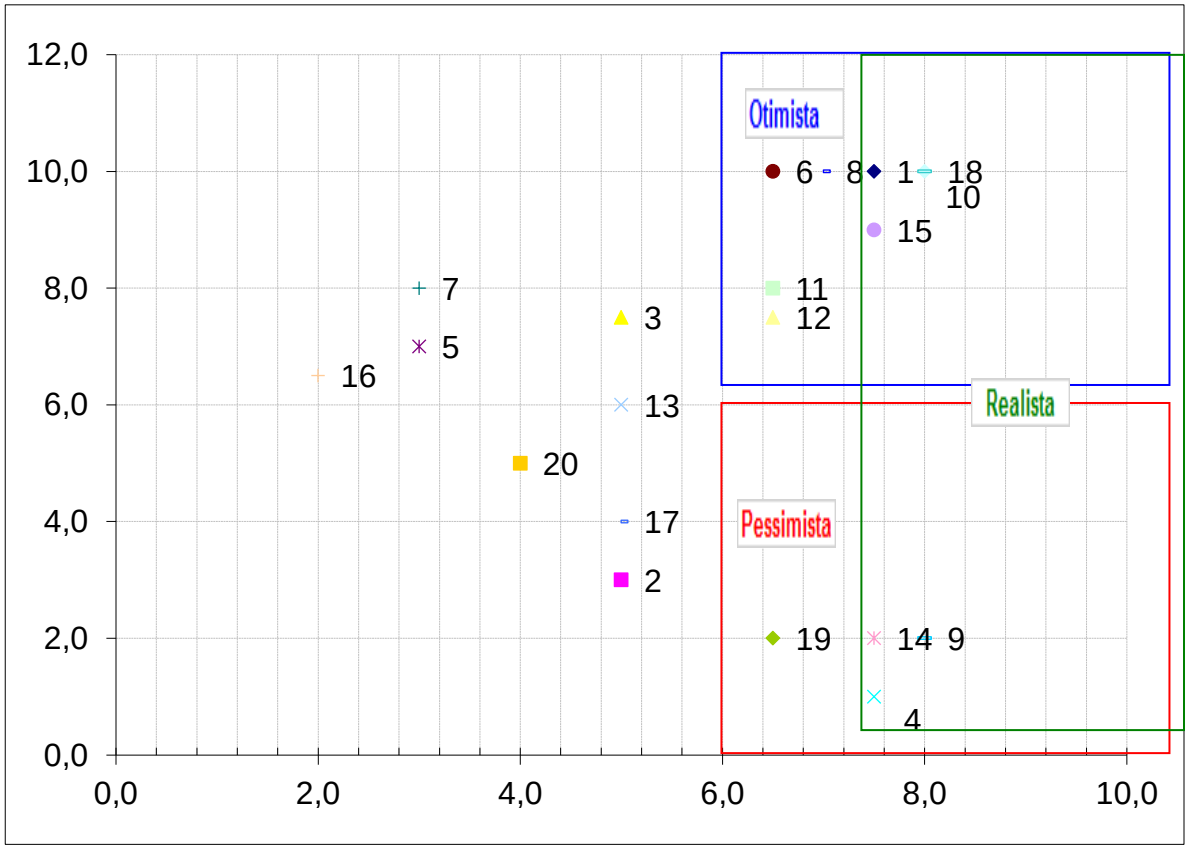
Eventos		Probabilidade	Favorabilidade
1	Simplificação do regime tributário do QMA – queijo minas artesanal da Serra da Canastra	7,5	10,0
2	Aumento da tributação do QMA da Serra da Canastra	5,0	3,0
3	Simplificação burocrática para regularização	5,0	7,5
4	Longos períodos de estiagem nos próximos 5 anos	7,5	1,0
5	Surto de febre aftosa	3,0	7,0
6	Caracterização de Denominação de Origem	6,5	10,0
7	Obtenção da Indicação Geográfica pelas demais regiões produtoras de queijo	3,0	8,0
8	Tendências de mercado (valorização da qualidade e origem de produtos)	7,0	10,0
9	Crise econômica (reduzindo a disposição para aquisição de produtos diferenciados)	8,0	2,0
10	Articulação institucional junto a agentes governamentais e instituições de apoio ao fomento	8,0	10,0
11	Ampliação dos produtores cadastrados (regularizados)	6,5	8,0
12	Criação de uma cooperativa dos produtores	6,5	7,5
13	Concorrência com outras regiões produtoras de queijo artesanal	5,0	6,0
14	Falta de fiscalização por parte das entidades (federais, estaduais e municipais) e APROCAN	7,5	2,0
15	Empoderamento dos produtores em relação a implementação e gestão da IG - Indicação Geográfica	7,5	9,0
16	Fluxo migratório inverso, levando pessoas da cidade para o campo e aumentando a mão de obra local	2,0	6,5
17	Declínio do número de produtores devido a problemas de sucessão familiar	5,0	4,0
18	Acesso a mercados (estaduais)	8,0	10,0
19	Confusão entre conceito de Agricultura Familiar e Produção Artesanal	6,5	2,0
20	Desarticulação entre produtores locais e regionais	4,0	5,0

Fonte: Elaborado pelos autores

Após este levantamento, os dados foram inseridos em um gráfico cartesiano (Gráfico 1), onde foi possível verificar as configurações de cenários em: otimista, realista e pessimista para a cadeia dos produtores de queijo da região da canastra no período de 2015 a 2020.

As configurações dos cenários são discutidas logo após o gráfico e têm o intuito de estabelecer um panorama para se desenvolver um planejamento estratégico, pois visa embasar teoricamente a capacidade dos produtores em tomar decisões.

Gráfico 1 – Probabilidade x Favorabilidade



Fonte: Elaborado pelos autores

O *Cenário Otimista* é composto pelos eventos com grandes ou médias possibilidades de ocorrer e que são favoráveis para o setor. Compõem este cenário os eventos 1, 6, 8, 10, 11, 12, 15 e 18.

O evento 1 (Probabilidade [P.] 7,5 x Favorabilidade [F.] 10) refere-se a simplificação do regime tributário do Queijo Minas Artesanal (QMA) da Serra da Canastra, sendo que o principal resultado deste evento é a diminuição da burocracia para os produtores, que contam com reduzida infraestrutura administrativa. Já o evento 6 (P. 6,5 x F. 10) refere-se a Denominação de Origem Controlada (DOC) que se obtida e aliada à gestão da Indicação Geográfica, como demonstrada no capítulo 2, seria uma importante ferramenta de marketing, pois além do produto se diferenciar qualitativamente da concorrência de maneira emblemática, através de um selo certificado, também serviria de apoio ao combate às possíveis fraudes de produto. O evento 8 (P. 7 x F. 10) refere-se também ao que foi discutido no capítulo 1, em que a criação de significados e sua articulação com as tendências de mercado podem alavancar as vendas e as margens de lucro dos produtores. Já o evento 10 (P. 8 x F. 10) trata da articulação institucional, através da APROCAN, junto a agentes governamentais e instituições de apoio e fomento, como o SEBRAE/MG, Universidade Federal de Viçosa, dentre outros, que servem como serviços de inteligência, promovendo a integração entre as pesquisas, políticas públicas e práticas no desenvolvimento deste mercado. No evento 11 (P. 6,5 x F. 8) verificamos que o aumento dos produtores cadastrados seria altamente benéfico pois com o aumento dessa base seria possível minimizar a comercialização clandestina, além do possível aumento do poder de reivindicações junto a órgãos públicos para o aumento de competitividade dos produtores, como também é demonstrado pelo evento 12 a seguir. O evento 12 (P. 6,5 x F. 7,5) caracteriza a criação de uma cooperativa dos produtores, pois pode contribuir para aumentar a competitividade dos produtores, especialmente àqueles com maior dificuldade para adequação às normas sanitárias e de comercialização. A cooperativa é uma oportunidade para os associados atuarem de forma coletiva, ou seja, para atingirem objetivos comuns. Já o evento 15 (P. 7,5 x F. 9) trata da posse dos produtores em relação à gestão da Indicação Geográfica, e está diretamente relacionado ao evento 6, pois é visto como uma grande oportunidade para maior valorização do produto, além de preservar e dar continuidade na disseminação da cultura do modo de fazer o queijo, visando preservar esse patrimônio histórico e elevar a autoestima e qualidade de vida dos produtores e moradores da região. O último evento a se caracterizar neste cenário é o 18 (P. 8 x F. 10), que trata do acesso a mercados de outros estados. Este evento, além de importante para a disseminação em outros estados da cultura mineira, traz o benefício do aumento de vendas e possível aumento dos lucros dos produtores.

O *Cenário Pessimista* contém eventos com grandes ou médias probabilidades de ocorrer e que não são favoráveis para o setor. Este cenário é composto pelos eventos 4, 9, 14 e 19. O evento de número 4 (P. 7,5 x F. 1) refere-se ao problema climático da estiagem. Esse evento é um grande transtorno para qualquer produtor rural. Para

os queijeiros da canastra pode elevar os custos com alimentação do animal, assim como uma possível diminuição na produção leiteira dos animais devido à escassez de pasto, o que impactaria diretamente no custo de produção, diminuindo a competitividade do produto, ou até mesmo, em um cenário ainda pior, levar ao encerramento da produção. Há, portanto, que se estabelecer estratégias para enfrentar esse episódio natural que pode ocorrer ano após ano, como, por exemplo, possuir capital de giro para comprar ração e substrato para os animais etc. Já o evento 9 (P. 8 x F. 2) refere-se a crise econômica o que reduziria a disposição dos consumidores para aquisição de produtos com preços diferenciados. Por isso deve ser uma preocupação constante dos produtores o controle de custos e otimização de recursos, sempre visando uma melhora nas margens de lucro. O evento 14 (P. 7,5 x F. 2) trata da falta de fiscalização por parte das entidades (federais, estaduais e municipais) e APROCAN. O ideal seria que o produto que não fosse inspecionado/certificado não pudesse ser comercializado. Sabe-se que há muitos produtores artesanais de queijo que não possuem um registro que valide sua operação. Desta maneira a comercialização é feita de forma clandestina, o que pode trazer tanto riscos aos consumidores, por não saberem a procedência do alimento, para os produtores legalizados, pois passam a lidar com uma concorrência desleal, pois esta não arca com várias responsabilidades que afetam o custo do produto. Há também a preocupação com o desperdício de alimentos, pois o destino de muitos queijos comercializados e produzidos desta forma, ao serem interpelados, tardiamente, por algum órgão de fiscalização é a apreensão e destruição dos mesmos, gerando custos para as autoridades e deteriorando a imagem dos produtores honestos. Tem-se conhecimento também que alguns produtores e/ou intermediários, conhecidos também como atravessadores, comercializam queijos de várias localidades e os denominam, ilegalmente, de "Queijo da Canastra" ou "Queijo Tipo da Canastra". Essa prática também precisa ser fiscalizada, pois o Queijo Canastra é produzido apenas na área delimitada pela Indicação Geográfica. Pode-se dizer que o evento 19 (P. 6,5 x F. 2) trata de uma questão delicada, pois a questão de agricultura familiar pode ser ligada ao conceito de subsistência e de pouco rigor técnico produtivo, enquanto a produção artesanal visa o conceito de qualidade, dedicação e acabamento diferenciado e em pequena escala, que respeita uma tradição histórica e cultural. Esta questão deve ser bem abordada pelo marketing dos produtores para reduzir o risco da comparação errônea entre esses dois termos.

O *Cenário Realista* abriga os eventos com grande ou média possibilidade de ocorrer, sejam eles favoráveis ou não. Neste caso os eventos são 1, 4, 9, 10, 14, 15 e 18. A pequena diferença entre a quantidade de eventos favoráveis (4 no total) e desfavoráveis (3 no total), pode-se dizer que o cenário realista é ligeiramente favorável. Os eventos desfavoráveis são de ordem natural, ou advindos de política macroeconômica, ou ainda de ação de terceiros, e podem ter impacto muito negativo no decorrer dos anos para os produtores, que terão de tomar medidas cautelares e de contenção. Já os eventos que podem trazer grandes benefícios econômicos, de ganho de mercado e de posicionamento da marca Queijo Canastra, dependem diretamente das ações e decisões dos produtores do queijo, o que é muito positivo, pois deposita na mão dos produtores a possibilidade de se construir uma estratégia eficaz no para a efetivação destes eventos.

A seguir apresentamos a Tabela 2. Matriz de Impactos Cruzados que mostra os níveis de motricidade e de dependência dos eventos, ou seja, o impacto que a ocorrência ou não de um determinado evento exerce sobre a ocorrência ou não dos demais.

Tabela 2 – Matriz de Impactos Cruzados

1	Simplificação do regime tributário do QMA – queijo minas artesanal da Serra da Canastra
2	Aumento da tributação do QMA da Serra da Canastra
3	Simplificação burocrática para regularização
4	Longos períodos de estiagem nos próximos 5 anos
5	Surto de febre aftosa
6	Caracterização de Denominação de Origem
7	Obtenção da Indicação Geográfica pelas demais regiões produtoras de queijo
8	Tendências de mercado (valorização da qualidade e origem de produtos)
9	Crise econômica (reduzindo a disposição para aquisição de produtos diferenciados)
10	Articulação institucional junto a agentes governamentais e instituições de apoio ao fomento
11	Ampliação dos produtores cadastrados (regularizados)
12	Criação de uma cooperativa dos produtores
13	Concorrência com outras regiões produtoras de queijo artesanal
14	Falta de fiscalização por parte das entidades (federais, estaduais, municipais) e APROCAN
15	Empoderamento dos produtores em relação a implementação e gestão da IG - Indicação Geográfica
16	Fluxo migratório inverso, levando pessoas da cidade para o campo e aumentando a mão de obra local

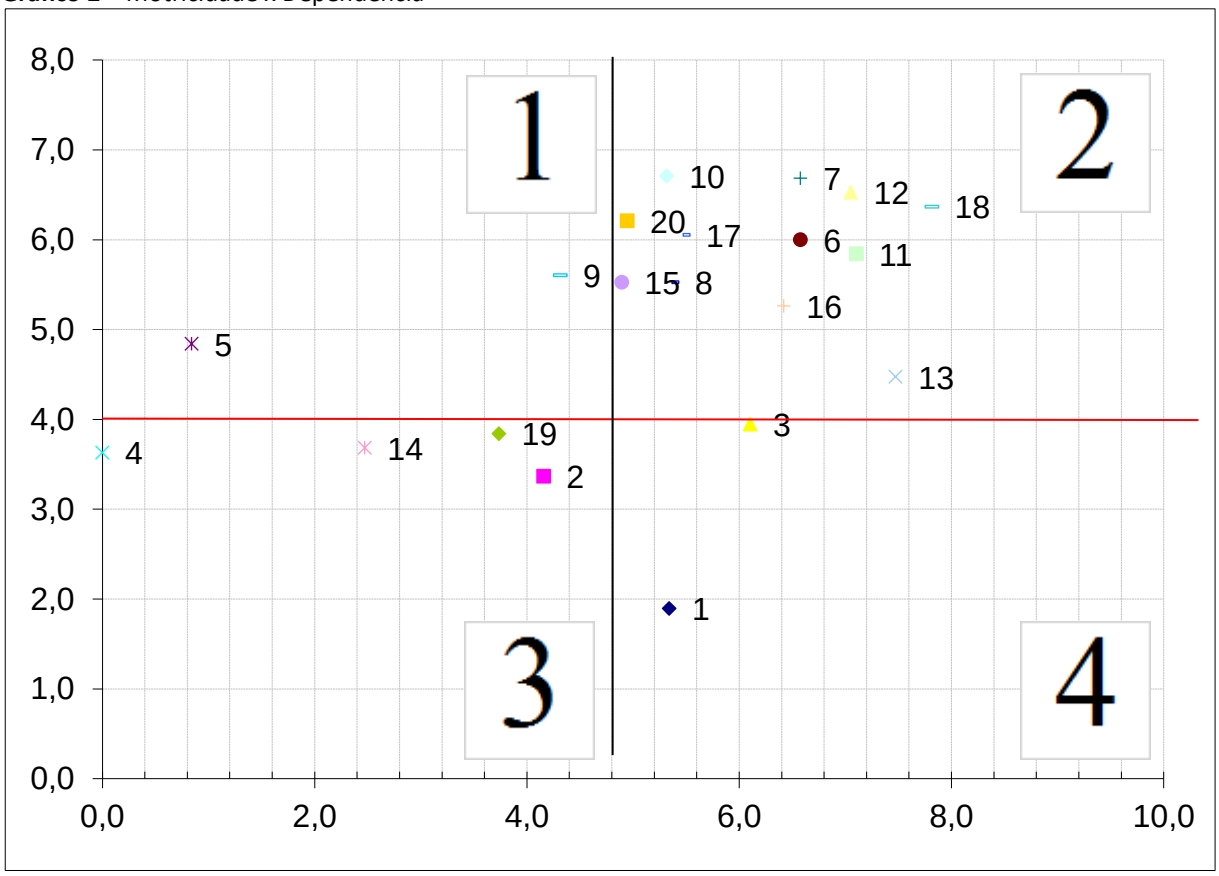
17	Declínio do número de produtores devido a problemas de sucessão familiar
18	Acesso a mercados (estaduais)
19	Confusão entre conceito de Agricultura Familiar e Produção Artesanal
20	Desarticulação entre produtores locais e regionais

Eventos	**Prob.%**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**Dep.**
1	7,5		10	10	0	0	4	7	3	8,5	9	8	8	0	0	4	6	8	8	0	8	5,3
2	5,0	0		5	7	0	2	5	5	8,5	7,5	5	8	0	0	0	6	7	7	0	6	4,2
3	5,0	8	5		0	6	7	7	5	8	10	7	8	0	5	8	8	8	8	0	8	6,1
4	7,5	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
5	3,0	0	0	0	6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	4	0	0	0	0,8
6	6,5	0	0	8	0	8		10	10	9	8	7	8	6	8	8	6	6	7	8	8	6,6
7	3,0	0	0	3	2	7	8		10	9	9	8	8	8	8	8	6	8	7	8	8	6,6
8	7,0	0	0	3	0	8	8	9		9	6	7	8	7	7	8	4	4	9	0	5	5,4
9	8,0	0	7	7	7	7	7	7	5		7	4	4	4	0	4	2	4	6	0	0	4,3
10	8,0	0	0	0	5	3	7	8	4	7		8	9	4	5	8	6	5	8	6	8	5,4
11	6,5	7	8	7	4	6	8	7	8	5	7		8	8	4	8	8	8	8	8	8	7,1
12	6,5	4	7	5	5	7	8	7	8	6	9	8		8	5	8	7	9	8	7	8	7,1
13	5,0	7	8	7	7	8	8	8	8	7	7	7	8		5	8	7	8	10	6	8	7,5
14	7,5	0	0	0	0	0	7	6	4	0	4	3	4	7		0	0	0	7	0	5	2,5
15	7,5	0	0	6	0	5	7	10	8	0	7	7	6	5	2		2	7	7	6	8	4,9
16	2,0	3	5	6	8	7	8	6	6	7	7	6	8	5	4	7		8	7	7	7	6,4
17	5,0	0	0	0	6	7	7	6	5	8	8	6	7	5	5	7	8		5	7	7	5,5
18	8,0	7	8	8	7	8	9	8	8	8,5	8	8	8	8	8	8	7	8		6	8	7,8
19	6,5	0	0	0	0	0	6	8	4	0	6	4	7	3	0	6	6	8	5		8	3,7
20	4,0	0	6	0	5	5	3	8	4	6	8	8	7	7	4	5	5	5	4	4		4,9
Motricidade Média		1,9	3,4	3,9	3,6	4,8	6,0	6,7	5,5	5,6	6,7	5,8	6,5	4,5	3,7	5,5	5,3	6,1	6,4	3,8	6,2	

Fonte: Elaborada pelos autores

Os dados demonstrados acima são analisados através da composição do gráfico *Motricidade x Dependência* (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Motricidade x Dependência



Fonte: Elaborado pelos autores

O Gráfico 2 está dividido em quatro quadrantes, sendo que no primeiro estão concentrados os eventos chamados *forças motrizes* do sistema, que apresentam elevado grau de influência e baixo grau de dependência. O segundo estão os eventos *de ligação*, que apresentam elevados graus de influência e de dependência. No terceiro estão os eventos considerados *autônomos* por apresentarem baixos níveis de influência e dependência. No quarto quadrante posicionam-se os eventos *de resultado,* que apresentam baixos graus de influência e elevada dependência dos demais.

Analisando o gráfico acima, verificamos que as forças motrizes do sistema, ou seja, aqueles eventos que se vierem a ocorrer vão ter grande impacto sobre os demais, são os eventos 5 e 9. O primeiro retrata a possibilidade da ocorrência de um surto de febre aftosa, que apesar de ter baixa probabilidade (nível 3 em nossa escala de 0 a 10) deve receber grande atenção por parte dos produtores, já que sua concretização poderia desencadear grandes perdas para eles, já que se configura como um evento altamente desfavorável. Já o evento 9, que retrata a possibilidade de uma crise econômica, possui grande probabilidade de ocorrência segundo os especialistas que responderam ao questionário, que também alertaram que seus efeitos são muito desfavoráveis ao produto Queijo Canastra.

Notamos que entre esses dois eventos há uma característica discrepante: enquanto ao surto de febre aftosa, este pode ser impedido de ocorrer mediante ações diretas dos produtores, como vacinação periódica e correta do rebanho. Já o evento crise econômica, em sua perspectiva macro, não possui meios diretos de ser impedido pelos produtores. Porém eles podem adotar medidas que os ajudem a suportar períodos de instabilidade e baixa comercial, como, por exemplo, a adoção de capital de giro para a manutenção do negócio em épocas de crise.

Estabelece-se assim que estes dois eventos demandam maior atenção dos produtores, no sentido de mitigar os riscos, pois se ocorrerem, impactarão desfavoravelmente os demais eventos.

Conclusão

Os desdobramentos das análises dos eventos e como eles podem impactar uns aos outros, traz à tona a discussão sobre a necessidade de se planejar a longo prazo para estar preparado ao se tomar decisões. A avaliação de possíveis cenários se mostra uma grande oportunidade para discutir possíveis eventos e como se portar diante deles, ou até mesmo traçar caminhos que diminuam a possibilidade de lidar com eventos desfavoráveis e que aumentem as chances de se melhor aproveitar eventos favoráveis. Esse exercício de discussão pode ser muito

proveitoso ao ser utilizado pelos próprios produtores, pois esta é uma ferramenta de interação que promove a reflexão comunitária e a criatividade, o que pode trazer melhorias qualitativas para todos os envolvidos.

Sobre a prospecção de cenários para os produtores de Queijo Canastra, nota-se que há uma tendência ao otimismo para o mercado, já que a grande maioria dos eventos com probabilidade de ocorrerem são favoráveis aos produtores e a uma composição mais consistente deste mercado. Mesmo no cenário realista, há superioridade de eventos favoráveis, ainda que ligeira, porém com os eventos favoráveis dependendo diretamente das ações empreendidas pelos produtores, o que os coloca em condição de agir deliberadamente para a melhora do negócio. Porém, ao analisar os eventos desfavoráveis do cenário pessimista, ainda que poucos, nota-se que estes possuem grande poder de motricidade sobre os outros e, se virem a ocorrer, podem impactar desfavoravelmente a todos os outros. Estes eventos demandam grande reflexão e cautela por parte dos produtores.

De modo geral, tem-se a maior probabilidade de eventos favoráveis ocorrerem. Acredita-se que este panorama se dá em função das conquistas dos produtores de Queijo Canastra, pelo reconhecimento como patrimônio histórico-cultural do modo de fazer do Queijo Minas Artesanal, a aquisição da Indicação de Procedência (Geográfica), ao horizonte comercial que a Instrução Normativa nº 30 pode trazer, o apoio de instituições fomentando o desenvolvimento da cadeia produtiva, dentre outros aspectos que transcendem nosso alcance no momento.

Por fim, ao tornar objeto de pesquisa uma atividade comercial com raízes culturais e históricas, abre-se novas perspectivas para aqueles que vivem dessa atividade pois, a pretensão de agregar ferramentas administrativas no dia-a-dia da comunidade produtora de queijo, é um desafio que vislumbra não só aumentar a potencialidade comercial e produtiva da mesma, mas também servir de aparato técnico para a manutenção e disseminação desta tradição secular, considerada por muitos o verdadeiro *Ouro de Minas*.

Referências

CHOO, C.W. **A organização do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DRUCKER, P. O planejamento de longo prazo. In:_____. **Tecnologia, administração e sociedade.** Tradução de Bruno Alexander e Luiz Otávio Talu. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 8, p.113-130.

FRANCO, P.R. **Nova lei deve encarecer produto feito de leite cru**. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 03 ago. 2013. Economia. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/08/03/internas_economia,430966/nova-lei-deve-encarecer-produto-feito-de-leite-cru.shtml>. Acesso em 30 jul. 2014.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INPI. **Indicação geográfica**. Rio de Janeiro, out. 2012. Disponível em <http://www.inpi.gov.br/portal/acessoainformacao/artigo/indicacao_geografica_1351692102723>. Acesso em 30 jul. 2014.

MENESES, J.N.C. **Queijo Artesanal de Minas:** patrimônio cultural do Brasil. Dossiê interpretativo. Belo Horizonte, v.1, p.16-20, mai. 2006. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3223>. Acesso em 30 jul. 2014.

NETO, A. M.; QUINTANA, H. M. **Break Points e o atacarejo:** prospecção de cenários para uma loja de auto-serviço da cidade de Franca/SP. 2013. (Dissertação em Administração de Empresas). Centro Universitário Uni-FACEF, Franca, 2013, 16 f. Disponível em <http://semead6.tempsite.ws/16semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=715>. Acesso em 30 jul. 2014.

SCHWARTZ, Peter. **A Arte da Visão de Longo Prazo:** Planejando o futuro em um mundo de incertezas. Tradução de Luiz Fernando M. Esteves. 4. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2006.

TERRA VIEW. 4.1.0. São José dos Campos, SP: INPE, 2010. Disponível em: <www.dpi.inpe.br/terraview>. Acesso em: 08 ago. de 2014.

Padrões das Trend Strips nos Mapas Caóticos Discretos"

As "Trend Strips" (TS) são uma ferramenta para a análise da evolução e dos padrões em séries temporais. Desenvolvidas pelo autor em trabalhos anteriores, o seu uso ainda é incipiente e existem muitas possibilidades a serem exploradas. Estas estruturas podem ser binárias, ternárias e assim por diante, dependendo da quantidade de estados do sistema que descrevem. As TS binárias (com apenas dois estados) são construídas, a partir de uma dada série temporal da seguinte maneira: (i) primeiramente, associa-se a um valor numa dada posição na série o número "1" (caso o valor seja maior ou igual ao valor do dado na posição imediatamente anterior) ou o número "0" (caso o valor seja menor do que o valor do dado na posição imediatamente anterior; (ii) a partir desta série auxiliar de "1" e "0" são construídas n-uplas, com "n" variando entre 1 e um valor máximo arbitrário, usando-se, para cada n-upla, os (n-1) valores imediatamente anteriores acrescidos do valor na posição em consideração (com um total, portanto, de "n" valores). A partir de uma série já conhecida pode-se, então, realizar várias operações para tentar caracterizá-la. Uma destas operações é a de calcular a frequência com que cada TS aparece na série como um todo, a partir de uma dada posição inicial até o último valor da série. Assim, por exemplo, para n=2, temos quatro possíveis TS, que podem ser representadas por (1, 1), (1, 0), (0, 1) e (0, 0). O objetivo deste trabalho foi o de encontrar as frequências de cada uma das várias TS existentes, com "n" variando entre 1 e 4, para séries temporais obtidas a partir da iteração de alguns mapas caóticos discretos. O trabalho, então, é essencialmente exploratório e realizado através de simulações computacionais dos mapas discretos caóticos envolvidos. Os resultados são apresentados como frequências para cada TS. Os mapas aqui considerados foram o Mapa Logístico e o Mapa de Hénon. Os resultados mostraram comportamentos sistemáticos (independentes do mapa considerado) para várias TS. Assim, por exemplo, para n=3, as TS (1, 0, 0), (0, 0, 1) e (0, 0, 0) têm frequência nula em ambos os mapas, sendo que as demais TS têm frequências diferentes em ambos os mapas. O trabalho parece apontar para uma espécie de assinatura da dinâmica subjacente ao mapa representada pelo espectro de frequências que o caracteriza. Assim, as TS podem ser possíveis indicadores da dinâmica que guia o comportamento de uma dada série temporal. O trabalho apresenta os espectros de frequências completos para ambos os mapas aqui estudados. Os resultados são parciais, pois muitos outros mapas devem ser testados até que algum dado padrão se confirme.

136-2458

Antônio Carlos da Silva Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
acdasf@facef.br

Palavras-chave: *Trend Strips, Mapa Logístico, Caos.*

Introdução

Trend Strips (TS) são uma nova técnica de análise da dinâmica de um sistema, quando se dispõe de uma série temporal. Existem os mais variados tipos de sistema na natureza. Alguns são previsíveis, enquanto que outros são aleatórios, existindo toda uma gama de sistemas entre um caso e outro. O trabalho científico tem entre seus objetivos o de caracterizar um dado sistema, já que esta caracterização é, normalmente, o primeiro passo para que se possa conhecer as suas propriedades. Outro objetivo é o de extrair consequências como, por exemplo, fazer previsões.

Caracterizar um sistema é algo que pode ser feito de maneiras as mais variadas. Neste trabalho, o interesse está na distinção da dinâmica que um sistema apresenta quando comparada com a dinâmica de um sistema aleatório. Existem na literatura vários testes para se caracterizar a dinâmica de um dado sistema (SPROTT, 2003). Podemos usar testes estatísticos para caracterizar se uma série é autocorrelacionada ou não, por exemplo e podemos usar parâmetros que vêm da teoria dos sistemas dinâmicos (como a Dimensão de Correlação e os Expoentes de Lyapunov), para tentar caracterizar se a dinâmica subjacente é caótica ou não (TSONIS, 1992). Este trabalho lida com uma ferramenta que foi recentemente proposta na literatura (FILHO, 2012) para a análise, caracterização e previsão de séries temporais (HAMILTON, 1994) e que é explorada com a intenção de realizar parte desta caracterização. Esta ferramenta é chamada de Trend Strip (TS) e será aqui aplicada a dois tipos de conjuntos de dados gerados por computador: um aleatório uniformemente distribuído e outro caótico, com vários mapas como o Mapa Logístico, o Mapa de Ikeda e o Sistema de Lorenz..

1 Desenvolvimento da Pesquisa

Este trabalho usa as TS binárias, onde a quantidade de estados descritos, p, chamada aqui de “base”, é igual a dois (na notação adotada a seguir a quantidade de estados está colocada entre colchetes). Seja dada uma série temporal, X, constituída por uma sequência numérica de dados obtidos experimentalmente, observacionalmente ou

através de simulações no computador. A partir desta série pode-se construir uma segunda série, Y, formada a partir da seguinte condição binária: se o valor de x(i) é maior ou igual ao valor de x(i-1), atribui-se a y(i) o valor "1"; caso contrário, atribui-se a y(i) o valor "0". Um exemplo que exibe estas séries acopladas está na tabela 1:

Tabela 1. Trecho de uma série temporal (x) com o indicador de dinâmica (y) e as Trend Strips correspondentes de comprimentos 1 a 3

i	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
x(i)	26	34	48	33	57	62	54	23	58	50
y(i)	-	1	1	0	1	1	0	0	1	0
TS1[2](i)	-	1	1	0	1	1	0	0	1	0
TS2[2](i)	-	-	11	10	01	11	10	00	01	10
TS3[2](i)	-	-	-	110	101	011	110	100	001	010

Fonte: Confeccionada pelo autor

As TS são então construídas a partir da função auxiliar Y. Elas são formadas a partir dos valores de Y numa posição qualquer e de alguns valores de Y em posições anteriores. O número de valores utilizados é denominado de "comprimento" da TS, denotado aqui por "N". Assim, no exemplo acima, as primeiras TS de comprimento N = 1, obtidas a partir da posição i = 2, denominadas TS1[2], são as seguintes:

TS1[2](2) = 1
TS1[2]((3) = 1
TS1[2] (4) = 0
etc.

Já as TS de comprimento N = 2 só podem ser obtidas a partir da posição i = 3 e as primeiras são as seguintes:

TS2[2]((3) = 11
TS2[2]((4) = 10
TS2[2]((5) = 01
etc.

As primeiras TS de comprimento N = 3 são, então (obtidas a partir da posição i = 4):

TS3[2]((4) = 110
TS3[2] (5) = 101
TS3[2] (6) = 011
etc.

Quantas TS binárias diferentes, para um dado N, podem, então, ser formadas? A resposta é simples e fornece a quantidade m(N):

m(N) = quantidade de diferentes TS que podem ser formadas para um dado N $= 2^N$

Se houver "p" estados, m(N) = p^N. Nas simulações a seguir, as TSN[p] serão ordenadas de 1 até m(N), começando com aquelas apenas com valores "1" e terminando com aquelas somente com valores "0". Para N = 4 (valor que será usado nos exemplos deste trabalho), as seguintes m(4) = 16 TS4 podem ser obtidas:

$TS4[2]_1$ = 1111
$TS4[2]_2$ = 1110
$TS4[2]_3$ = 1101
$TS4[2]_4$ = 1100
$TS4[2]_5$ = 1011
$TS4[2]_6$ = 1010
$TS4[2]_7$ = 1001
$TS4[2]_8$ = 1000
$TS4[2]_9$ = 0111
$TS4[2]_{10}$ = 0110
$TS4[2]_{11}$ = 0101

$TS4[2]_{12} = 0100$
$TS4[2]_{13} = 0011$
$TS4[2]_{14} = 0010$
$TS4[2]_{15} = 0001$
$TS4[2]_{16} = 0000$

Já o Caos pode ser definido (FERRARA, 1994) como um sinal aparentemente aleatório e irregular, gerado por um processo determinista não linear, com as seguintes propriedades adicionais:

(i) Exibe sensibilidade às condições iniciais;
(ii) É aperiódico;
(iii) É associado a um atrator estranho;
(iv) Tem um espectro de potências de Fourier contínuo e de banda larga;
(v) Tem pelo menos um Expoente de Lyapunov positivo.

Foram obtidas séries temporais caóticas, usando o Mapa Logístico, o Mapa de Ikeda e o Sistema de Lorenz e aleatórias, usando um gerador de números aleatórios do Matlab. Os vários sistemas caóticos são definidos como:

O Atrator de Lorenz:

$$dx/dt = \sigma(y-x)$$
$$dy/dt = -xz + rx - y$$
$$dz/dt = xy - bz$$

onde, usualmente: $\sigma = 10$; $r = 28$; $b = 8/3$

O sistema de Ikeda:

$$Xn+1 = \gamma + \mu(Xn \cos\phi - Yn \operatorname{sen}\phi)$$
$$Yn+1 = \mu(Xn \operatorname{sen}\phi + Yn \cos\phi)$$
$$\Phi = \beta - \alpha/(1 + Xn2 + Yn2)$$

onde, usualmente: $\alpha = 6$; $\beta = 0{,}4$; $\gamma = 1$; $\mu = 0{,}9$

O Mapa Logístico:

$$x_{i+1} = r\,x_i\left(1 - x_i\right) \;; \quad 0 \le r \le 4 \;;\; 0 \le x_i \le 1$$

As séries geradas serão aqui analisadas com o auxílio das TS.

2 Objetivos

O objetivo deste trabalho foi o de investigar se os espectros de TS para diferentes séries caóticas se assemelhavam ou se eram distintos do espectro limite das séries aleatórias. Para tanto, foram selecionados o Mapa Logístico, o Mapa de Ikeda, O Sistema de Lorenz e um gerador de números aleatórios do Matlab.

3 Metodologia

Este trabalho faz uma exploração computacional de um mapa determinista, sendo, portanto, um trabalho que analisa dados simulados, usando a ferramenta aqui proposta.

4 Análise dos Dados e Resultados

Foram gerados, no computador, dados para cada sistema descrito acima. Como os dados podem ter diferentes níveis de autocorrelação, foi utilizada a Função de Autocorrelação para construir, a partir da série original, uma série com os dados não muito correlacionados. A Função de Autocorrelação pode ser definida por (TSONIS, 1992):

$$C(\tau) = \lim_{N\to\infty} \frac{1}{N} \sum (x_i - \bar{x})(x_{i+\tau} - \bar{x})$$

$$C(0) = \lim_{N\to\infty} \frac{1}{N} \sum (x_i - \bar{x})(x_i - \bar{x})$$

onde N, nestas equações, refere-se ao número de dados nas séries e o segundo termo dentro de cada parêntesis refere-se ao valor médio dos dados. Os valores de τ, neste trabalho vão de 1 a 200. Um ótimo estimador da quantidade de pontos que devem ser pulados até que se tenha um ponto não muito correlacionado com o anterior é:

$$C(\tau) = \frac{1}{2} C(0)$$

O valor de τ que satisfaz a esta relação indica, aproximadamente, o tempo de descorrelação da série e será aqui chamado de "passo". Após considerado este valor e construída uma segunda série, trabalhou-se com 5.000.000 de dados em cada uma, a fim de ter resultados bastante robustos.

Os sistemas caóticos discretos – o logístico e o de Ikeda - e o sistema aleatório resultaram em um passo igual a 1. Já o sistema de Lorenz resultou em um passo igual a 110.

São apresentados, a seguir, os resultados obtidos, exibidos aqui para TS binárias de comprimento N = 4. Tem-se, neste caso, um total de 16 TS diferentes. O espectro das frequências com que cada uma aparece é a variável a ser analisada aqui.

Todas as figuras representam casos com dois estados e comprimento igual a 4. A figura 1 representa o espectro das TS para o caso aleatório. A figura 2 representa o espectro das TS para o Mapa Logístico, a figura 3 o espectro para o Mapa de Ikeda e a figura 4 o espectro para o Sistema de Lorenz. Pode-se observar que em todos os casos, para cada tipo de série, há diferenças significativas em relação à dinâmica do espectro.

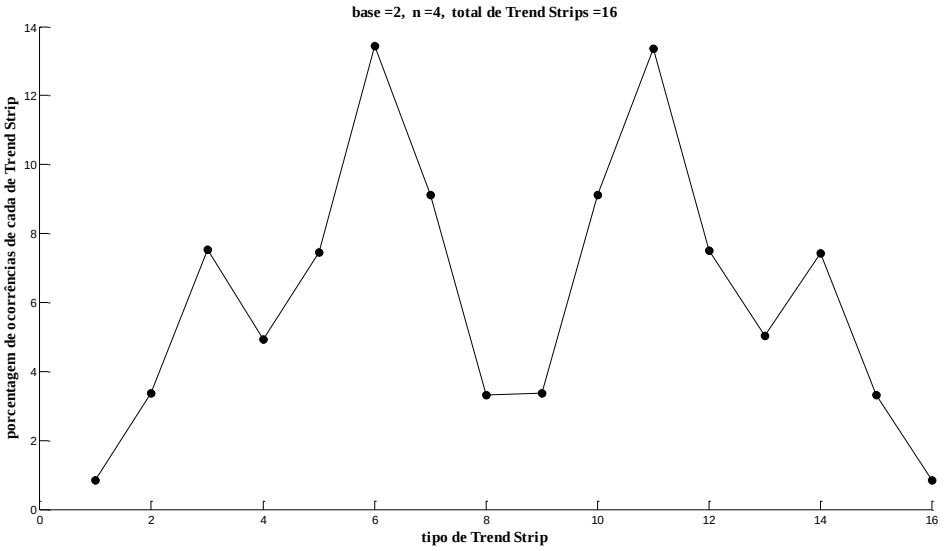


Figura 1. Espectro das Trend Strips para o caso aleatório, com 2 estados e comprimento igual a 4.

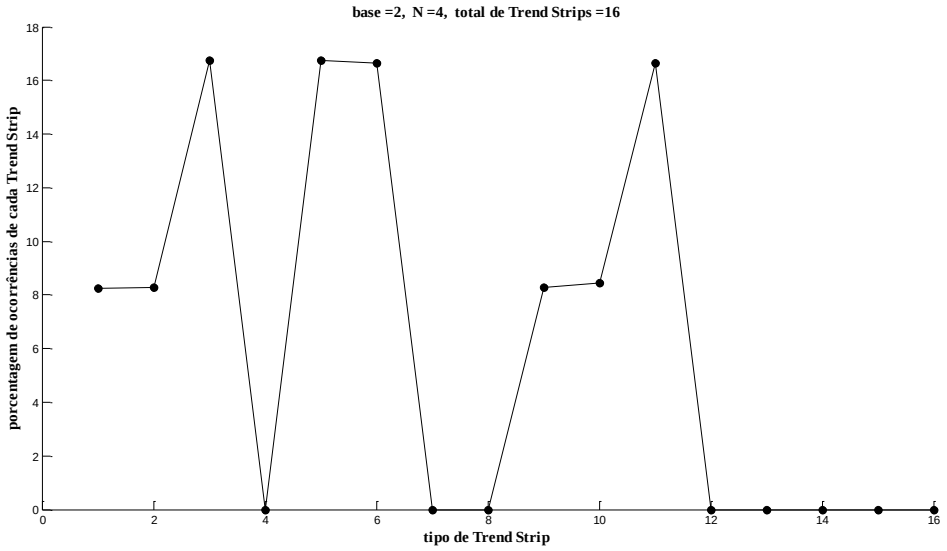


Figura 2. Espectro das Trend Strips para o caso caótico (mapa logístico), com 2 estados e comprimento igual a 4.

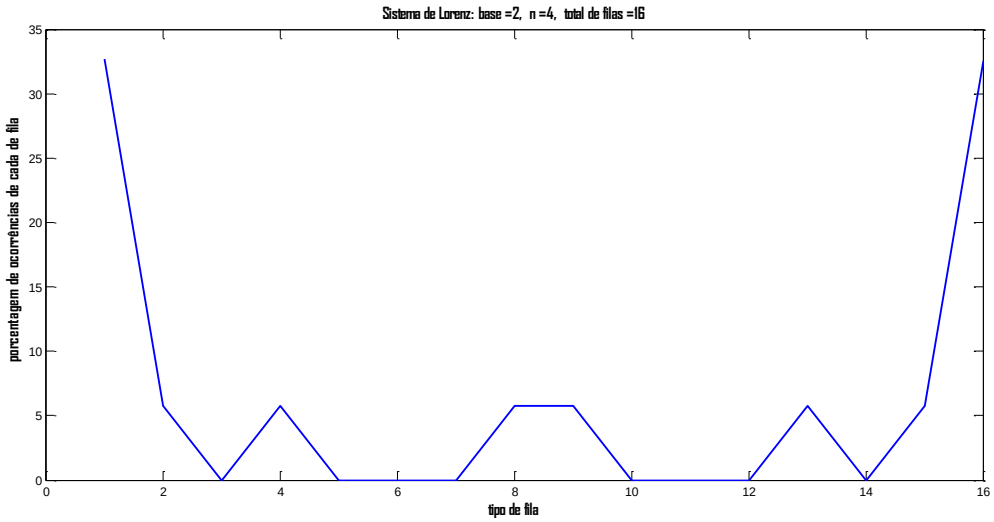


Figura 3. Espectro das Trend Strips para o caso caótico (Sistema de Lorenz), com 2 estados e comprimento igual a 4.

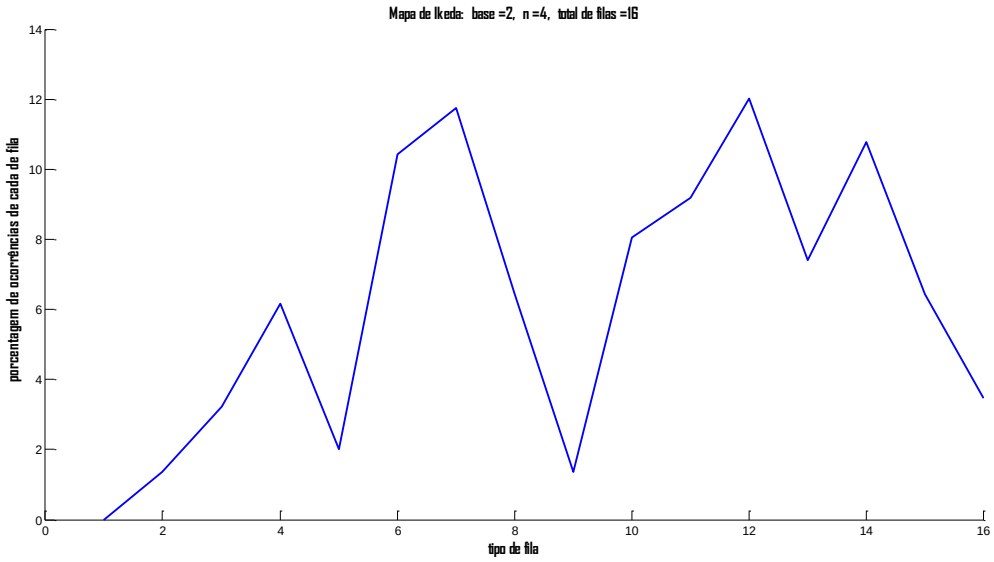


Figura 4. Espectro das Trend Strips para o caso caótico (Mapa de Ikeda), com 2 estados e comprimento igual a 4.

Os valores das frequências encontradas nestes vários espectros (figuras 1 a 4) estão exibidos na tabela 2:

Tabela 2. Valores das frequências (%) dos quatro tipos de sistemas analisados, para base = 2 e N = 4, num total de 16 Trend Strips

Trens Strip	Aleatório	Lorenz	Logística	Ikeda
$TS4[2]_1$ = 1111	**0.83**	**32.72**	**8.34**	**0**
$TS4[2]_2$ = 1110	**3.34**	**5.79**	**8.34**	**1.35**
$TS4[2]_3$ = 1101	**7.52**	**0.00**	**16.68**	**3.23**
$TS4[2]_4$ = 1100	**4.99**	**5.79**	**0.000**	**6.17**
$TS4[2]_5$ = 1011	**7.49**	**0.00**	**16.68**	**2.00**
$TS4[2]_6$ = 1010	**13.34**	**0.00**	**16.64**	**10.42**
$TS4[2]_7$ = 1001	**9.165**	**0.00**	**0.000**	**11.74**
$TS4[2]_8$ = 1000	**3.33**	**5.79**	**0.000**	**6.43**
$TS4[2]_9$ = 0111	**3.34**	**5.79**	**8.34**	**1.35**
$TS4[2]_{10}$ = 0110	**9.17**	**0.00**	**8.34**	**8.05**
$TS4[2]_{11}$ = 0101	**13.32**	**0.00**	**16.64**	**9.19**
$TS4[2]_{12}$ = 0100	**7.51**	**0.00**	**0.000**	**12.01**
$TS4[2]_{13}$ = 0011	**5.01**	**5.79**	**0.000**	**7.40**
$TS4[2]_{14}$ = 0010	**7.48**	**0.00**	**0.000**	**10.78**
$TS4[2]_{15}$ = 0001	**3.33**	**5.79**	**0.000**	**6.43**
$TS4[2]_{16}$ = 0000	**0.84**	**32.55**	**0.000**	**3.45**

Fonte: Confeccionada pelo autor

O que se propõe neste trabalho é a possibilidade de caracterizar a dinâmica destes vários sistemas através do espectro das TS.

CONCLUSÃO

As Trend Strips são uma nova ferramenta que podem auxiliar na análise de séries temporais. Elas resumem alguns aspectos da dinâmica da série, mas podem, quando olhadas coletivamente, caracterizar o estado da série como um todo. Neste trabalho, elas foram usadas a fim de se obter espetros das frequências de ocorrência de cada uma para várias situações dinâmicas que, embora semelhantes, são, no fundo bastante diferentes umas das outras. Nos caso aqui analisado, os espectros das várias séries obtidas divergem marcadamente do de uma série aleatória, o que indica que as TS podem ser usadas como marcadores para excluir a presença de caos em sistemas deterministas.

Referências

FERRARA, N. F. e DO PRADO, C. P. C. Caos – Uma Introdução. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1994. 402 p.

HAMILTON, J. D. *Time Series Analysis*, Princeton University Press, Princeton, 1994..

FILHO, A. C. S., SOUZA, R. M. e LIMA, F. G. Trend Strips: A New Tool to Analyze Financial Series, *Journal of Academy of Business and Economics*, n. 12, 49-54, 2012.

SPROTT, J. C. *Chaos and Time-Series Analysis*. Oxford: New York, 506 p., 2003.

TSONIS, A. A. *Chaos: from theory to applications*, Plenum Press, New York, 348 p., 1992.

Padrões das Trend Strips nos Sistemas Caóticos Contínuos

Quando se tem uma série temporal numérica, pode-se construir uma segunda série a partir da original associando-se a cada elemento da série original (a partir do segundo) os números "0", "1", "2" (e outros mais) ou as letras "a", "b", "c" (ou outras mais), dependendo da quantidade de estados em que se assume que o sistema possa estar (sendo estas variáveis, portanto, nominais). Assim, por exemplo, se considerarmos apenas dois estados (o caso binário), esta segunda série será uma sequência de zeros e uns. As Trend Strips (TS) são construídas a partir desta segunda série. Primeiramente, define-se a sua ordem (n): se n=1, ter-se-á um único elemento (como (0)); se n=2, ter-se-ão dois elementos, formando, portando quatro TS (uma para cada possibilidade), como, por exemplo (1, 0). O processo de construção das TS (para uma dada ordem "n") é o seguinte: começa-se com o número (ou letra) da segunda série associado a uma dada posição e, a seguir, são colocados em uma n-upla os números (ou letras) que estão à sua esquerda na série (mantendo-os à esquerda), até (n-1) posições anteriores, perfazendo um total de "n" números (ou letras). O resultado é uma n-upla que representa, portanto, a Trend Strip correspondente. O objetivo deste trabalho é o de reunir evidências sobre o espectro de frequências para as várias TS que uma dada série temporal exibe ao ser analisada do começo ao fim para o caso dos sistemas dinâmicos contínuos que apresentem comportamento caótico. Este espectro é, então, um informante da dinâmica real subjacente à formação da série temporal original. O método aqui empregado é o das simulações dos modelos deterministas no computador, com a coleta e análise estatística dos resultados. Os dois sistemas aqui analisados foram o Sistema de Lorenz e o Sistema de Rossler. Alguns dos resultados encontrados semelhantes em ambos os sistemas foram aqueles para os quais a frequência é nula, que são as seguintes TS: (1, 0, 1), (0, 1, 0), (1, 1, 0, 1), (1, 0, 1, 1), (1, 0, 1, 0), (0, 1, 0, 1), (0, 1, 0, 0) e (0, 0, 1, 0). Obviamente, será necessária, em trabalhos futuros, a análise de mais sistemas caóticos contínuos, a fim de se verificar a robustez destes e de outros resultados que são exibidos no presente trabalho.

147-2469

Antônio Carlos da Silva Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
acdasf@facef.br

Palavras-chave: *Trend Strips, Mapa Senoidal, Ruído.*

Introdução

Trend Strips (TS) são uma nova técnica de análise da dinâmica de um sistema, quando se dispõe de uma série temporal. Existem os mais variados tipos de sistema na natureza. Alguns são previsíveis, enquanto que outros são aleatórios, existindo toda uma gama de sistemas entre um caso e outro. O trabalho científico tem entre seus objetivos o de caracterizar um dado sistema, já que esta caracterização é, normalmente, o primeiro passo para que se possa conhecer as suas propriedades. Outro objetivo é o de extrair consequências como, por exemplo, fazer previsões.

Caracterizar um sistema é algo que pode ser feito de maneiras as mais variadas. Neste trabalho, o interesse está na “pureza” da dinâmica que o sistema experimenta, ou seja, no nível de ruído aleatório que começa por destruir a dinâmica que o sistema exibe sem o ruído. Existem na literatura vários testes para se caracterizar a dinâmica de um dado sistema (SPROTT, 2003). Podemos usar testes estatísticos para caracterizar se uma série é autocorrelacionada ou não, por exemplo e podemos usar parâmetros que vêm da teoria dos sistemas dinâmicos (como a Dimensão de Correlação), para tentar caracterizar se a dinâmica subjacente é caótica ou não (TSONIS, 1992). Este trabalho lida com uma ferramenta que foi recentemente proposta na literatura (FILHO, 2012) para a análise, caracterização e previsão de séries temporais (HAMILTON, 1994) e que é explorada com a intenção de realizar parte desta caracterização. Esta ferramenta é chamada de Trend Strip (TS) e será aqui aplicada a um mapa senoidal.

1 Desenvolvimento da Pesquisa

Este trabalho usa as TS binárias, onde a quantidade de estados descritos, p, chamada aqui de “base”, é igual a dois (na notação adotada a seguir a quantidade de estados está colocada entre colchetes). Seja dada uma série temporal, X, constituída por uma sequência numérica de dados obtidos experimentalmente, observacionalmente ou através de simulações no computador. A partir desta série pode-se construir uma segunda série, Y, formada a partir da seguinte condição binária: se o valor de x(i) é maior ou igual ao valor de x(i-1), atribui-se a y(i) o valor “1”; caso contrário, atribui-se a y(i) o valor “0”. Um exemplo que exibe estas séries acopladas está na tabela 1:

Tabela 1. Trecho de uma série temporal (x) com o indicador de dinâmica (y) e as Trend Strips correspondentes de comprimentos 1 a 3

i	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
x(i)	26	34	48	33	57	62	54	23	58	50
y(i)	-	1	1	0	1	1	0	0	1	0
TS1[2](i)	-	1	1	0	1	1	0	0	1	0
TS2[2](i)	-	-	11	10	01	11	10	00	01	10
TS3[2](i)	-	-	-	110	101	011	110	100	001	010

Fonte: Confeccionada pelo autor

As TS são então construídas a partir da função auxiliar Y. Elas são formadas a partir dos valores de Y numa posição qualquer e de alguns valores de Y em posições anteriores. O número de valores utilizados é denominado de "comprimento" da TS, denotado aqui por "N". Assim, no exemplo acima, as primeiras TS de comprimento N = 1, obtidas a partir da posição i = 2, denominadas TS1[2], são as seguintes:

TS1[2](2) = 1
TS1[2]((3) = 1
TS1[2] (4) = 0
etc.

Já as TS de comprimento N = 2 só podem ser obtidas a partir da posição i = 3 e as primeiras são as seguintes:

TS2[2]((3) = 11
TS2[2]((4) = 10
TS2[2]((5) = 01
etc.

As primeiras TS de comprimento N = 3 são, então (obtidas a partir da posição i = 4):

TS3[2]((4) = 110
TS3[2] (5) = 101
TS3[2] (6) = 011
etc.

Quantas TS binárias diferentes, para um dado N, podem, então, ser formadas? A resposta é simples e fornece a quantidade m(N):

m(N) = quantidade de diferentes TS que podem ser formadas para um dado N $= 2^N$

Se houver "p" estados, m(N) = p^N. Nas simulações a seguir, as TSN[p] serão ordenadas de 1 até m(N), começando com aquelas apenas com valores "1" e terminando com aquelas somente com valores "0". Para N = 4 (valor que será usado nos exemplos deste trabalho), as seguintes m(4) = 16 TS4 podem ser obtidas:

$TS4[2]_1$ = 1111
$TS4[2]_2$ = 1110
$TS4[2]_3$ = 1101
$TS4[2]_4$ = 1100
$TS4[2]_5$ = 1011
$TS4[2]_6$ = 1010
$TS4[2]_7$ = 1001
$TS4[2]_8$ = 1000
$TS4[2]_9$ = 0111
$TS4[2]_{10}$ = 0110
$TS4[2]_{11}$ = 0101
$TS4[2]_{12}$ = 0100
$TS4[2]_{13}$ = 0011
$TS4[2]_{14}$ = 0010
$TS4[2]_{15}$ = 0001
$TS4[2]_{16}$ = 0000

Foram obtidas séries temporais deterministas e periódicas usando o mapa senoidal:

$$y(x) = sen(x)$$

Estas serão as séries aqui analisadas, com e sem ruído, com o auxílio das TS.

2 Objetivos

O objetivo deste trabalho foi o de investigar se há comportamentos iguais para a mesma TS em diferentes sistemas dinâmicos contínuos. Para tanto, foram selecionados dois sistemas típicos: o Sistema de Lorenz e o Sistema de Rossler.

3 Metodologia

Este trabalho faz uma exploração computacional de um mapa determinista, sendo, portanto, um trabalho que analisa dados simulados, usando a ferramenta aqui proposta.

4 Análise dos Dados e Resultados

Os valores das frequências encontradas nestes vários espectros (figuras 1 e 2) estão exibidos na tabela 2:

Tabela 2. Valores das frequências (%) dos quatro tipos de sistemas analisados, para base = 2 e N = 4, num total de 16 Trend Strips
Fonte: Confeccionada pelo autor

O que ser propõe neste trabalho é a possibilidade de caracterizar a dinâmica destes vários sistemas através do espectro das TS. Como exemplo, seja o caso periódico e algumas de suas variações, exibidas na figura 3.

CONCLUSÃO

As Trend Strips são uma nova ferramenta que podem auxiliar na análise de séries temporais. Elas resumem alguns aspectos da dinâmica da série, mas podem, quando olhadas coletivamente, caracterizar o estado da série como um todo. Neste trabalho, elas foram usadas como marcadores do nível de ruído adicionado a um mapa periódico. No caso aqui analisado, os espectros das várias séries obtidas convergiram para o de uma série aleatória quando o nível de ruído ficou ao redor de 75%. Trabalhos futuros devem explorar se o espectro como um todo ou a frequência de alguma TS em particular podem ser usados como medidores do nível de ruído de um dado sistema.

Referências

HAMILTON, J. D. *Time Series Analysis*, Princeton University Press, Princeton, 1994..

SILVA FILHO, A. C., SOUZA, R. M. e LIMA, F. G. Trend Strips: A New Tool to Analyze Financial Series, *Journal of Academy of Business and Economics*, n. 12, 49-54, 2012.

SILVA FILHO, A.C. ; SOUZA, R. M. . Trend Strips: Uma Nova Ferramenta para Caracterizar Séries Temporais. In: Simpósio Brasleiro de Pesquisa Operacional, 2013, Natal. XLVSBPO, 2013. v. 1. p. 3264-3264.

SPROTT, J. C. *Chaos and Time-Series Analysis*. Oxford: New York, 506 p., 2003.

TSONIS, A. A. *Chaos: from theory to applications*, Plenum Press, New York, 348 p., 1992.

Particularidades da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social

Este trabalho traz o tema supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, que se configura como proposta de discussão no projeto de pesquisa apresentado ao curso de doutorado em Serviço Social do programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca/SP. A supervisão de estágio em Serviço Social está imbricada no processo de ensino-aprendizagem buscando desenvolver no estudante a criticidade, a reflexão, o olhar investigativo em torno das situações concretas da realidade, da dinâmica das relações sociais, da totalidade que envolve a profissão. Neste cerne, a supervisão acadêmica deve ser estruturada abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico - operativas das atividades desenvolvidas nas mais diversas experiências do trabalho profissional. O debate sobre a atividade de estágio supervisionado e com ela a supervisão ganhou relevância nas discussões do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social e demais entidades da categoria profissional como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, em especial a partir construção da Política Nacional de Estágio (PNE) em 2010 pela ABEPSS que apresenta as orientações para operacionalização da atividade de estágio e as particularidades da supervisão acadêmica. A supervisão acadêmica é um componente curricular que deve ocorrer em encontros semanais de, no mínimo 03 (três) horas, conforme PNE(2010) sob a orientação de um professor assistente social, denominado supervisor acadêmico, além disso, a supervisão acadêmica poderá ser realizada em pequenos grupos. Este estudo tem como objetivo analisar a metodologia da supervisão acadêmica nos cursos de Serviço Social pertencentes à microrregião da ABEPSS SUL II. A matriz teórico-metodológica que o projeto se pauta refere-se ao pensamento social crítico. A metodologia deste estudo se fundamentará na pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo com abordagem quantitativa e qualitativa, bem como a pesquisa documental, que consistirá na leitura dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da microrregião da ABEPSS SUL II, bem como os Planos de Disciplina, Regulamentos de Estágio Supervisionado em Serviço Social, documentos de estágio. Serão os sujeitos da pesquisa aqueles que exercem a atribuição de supervisores acadêmicos nas UFAS, os coordenadores de estágio e estagiários. A seleção desses sujeitos dar-se-á através de uma amostragem. Para a pesquisa de campo será construído questionário com perguntas estruturadas e o formulário utilizando a técnica da entrevista. Para a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, elencaremos categorias de análises. Esperamos que os resultados obtidos nessa pesquisa propiciem a reflexão para a categoria profissional, em especial as Unidades de Formação Acadêmica acerca do processo de operacionalização da supervisão acadêmica em Serviço Social, no intuito de proporcionar o amadurecimento, aprimoramento, qualificação desta atribuição privativa do assistente social docente, bem como, que essa modalidade de supervisão de estágio possa contribuir no processo de formação profissional do estudante, uma vez que o seu significado é fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

025-2343

Eliane Marques de Menezes Amicucci
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca
elianeamicucci@fef.br

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca
cirleneoliveira@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz o tema supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, que se configura como proposta de discussão no projeto de pesquisa apresentado ao curso de doutorado em Serviço Social do programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca/SP.

A supervisão de estágio em Serviço Social está imbricada no processo de ensino-aprendizagem buscando desenvolver no estudante a criticidade, a reflexão, o olhar investigativo em torno das situações concretas da realidade, da dinâmica das relações sociais, da totalidade que envolve a profissão.

Neste cerne, a supervisão acadêmica deve ser estruturada abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico - operativas das atividades desenvolvidas nas mais diversas experiências do trabalho profissional.

O debate sobre a atividade de estágio supervisionado e com ela a supervisão ganhou relevância nas discussões do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social e demais entidades da categoria profissional como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, em especial a partir construção da Política Nacional de Estágio (PNE) em 2010 pela ABEPSS que apresenta as orientações para operacionalização da atividade de estágio e as particularidades da

supervisão acadêmica, assim, este estudo tem como objetivo analisar a metodologia da supervisão acadêmica de estágio nos cursos de Serviço Social do Estado de São Paulo.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio supervisionado é uma atividade que propicia o ensino-aprendizagem com a apreensão de fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operacional onde o estudante tem condições de desenvolver habilidades, potencialidades e conhecimentos específicos ao trabalho profissional e a totalidade da profissão.

Este processo de ensino-aprendizagem é viabilizado através da supervisão de estágio que consiste num acompanhamento direto e sistemático do estudante, envolvendo o supervisor de campo e acadêmico, com base em planos de estágios, elaborados no conjunto: Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética do Profissional de 1993, Diretrizes Curriculares (1996), que preconiza a "indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo", a Resolução CFESS 533/2008, Lei 11788/2008 e Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010).

No que diz respeito à supervisão de campo, esta envolve "o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais do estudante pelo assistente social, nos campos de estágio" Política Nacional de Estágio (2010, p.17), quanto ao estagiário trata-se de um sujeito investigativo, que cabe a ele "conhecer e compreender a realidade social, identificando as relações de forças, contradições, construindo conhecimentos e experiências" Política Nacional de Estágio (2010, p.23).

Em relação ao supervisor acadêmico, este é responsável pela articulação dos conhecimentos teóricos à prática profissional vivenciada no estágio, sendo realizada por um professor assistente social do curso.

Entretanto, o supervisor acadêmico deve cumprir o papel de avaliador e orientador do estágio, direcionando os rumos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos do Serviço Social, relacionando-os à compreensão da realidade social.

Além disso, é ele quem avalia as atividades desenvolvidas pelo estudante, porque é um procedimento didático-pedagógico de competência da Unidade de Formação Acadêmica.

> O supervisor acadêmico e o supervisor de campo necessitam ter uma ação integrada, onde possam discutir as diretrizes e o percurso metodológico que orientam o processo de ensino, objetivando a qualificação/capacitação profissional do aluno-estagiário (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

A supervisão de estágio está imbricada no processo de ensino-aprendizagem, tendo esses supervisores como facilitadores desse processo, buscando desenvolver no estudante a criticidade, a reflexão, o olhar investigativo em torno das situações, da dinâmica das relações sociais, enfim, da totalidade que envolve a profissão, o que requer a apropriação do projeto ético-político profissional.

Enquanto processo educativo ela se identifica com as perspectivas teóricas de horizontalidade na relação supervisor (campo e acadêmico) e estagiário, de reflexão crítica sobre o trabalho profissional, de compreensão da educação como um ato político.

Com a interlocução do Serviço Social com referencial teórico critico, a supervisão de estágio passa a ser entendida como espaço de troca de conhecimento entre os sujeitos envolvidos, onde todos têm conhecimento e/ou experiência para trocar, ensinar e aprender.

Por isso ensinar exige respeito aos saberes e limites do educando, pois "[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 1996, p. 13).

Nesse processo pode-se garantir uma formação profissional com valores ético-políticos, competências metodológicas e habilidades operativas em consonância com o projeto ético-político para o enfrentamento das situações futuras do trabalho profissional.

Essas competências não se constroem somente a partir de conhecimentos formais, mas especialmente a partir da vivência da construção de saberes pelo estudante viabilizada pela ênfase em processos pedagógicos que os instrumentalizem para o exercício profissional, enfrentando os desafios cada vez mais complexos que o mundo do trabalho profissional deles demanda, respectivamente, nos campos de estágio.

Dada essa dimensão pedagógica da supervisão de estágio na formação profissional do assistente social, é que nos atentamos a tê-la como nosso **tema** de estudo, enunciando que o **objeto** de estudo se configura como: a supervisão acadêmica como articulação das dimensões teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho profissional junto aos estudantes de Serviço Social.

É importante esclarecer que não se pretende privilegiar o papel do supervisor acadêmico em detrimento do papel do supervisor de campo, pressupondo uma dicotomia: o supervisor acadêmico é o responsável pelos aspectos teóricos, e o supervisor de campo pelos aspectos da prática, pois consideramos que ensinar não se esgota no tratamento do objeto, mas se estende à produção das condições em que aprender criticamente é possível, assim a

supervisão deve ser sistematizada, organizada. Dessa maneira, se situa a supervisão acadêmica e de campo, sendo que há igualdade de posição quanto ao processo educativo (LEWGOY, 2009).

A supervisão acadêmica revela sua particularidade frente à supervisão de campo, o supervisor acadêmico, na sala de aula, busca articular os fundamentos históricos, éticos, teóricos, metodológicos e políticos da ação profissional, do que o de supervisor de campo, uma vez que há de se considerar o movimento do cotidiano institucional, em que se encontra o assistente social no campo. Dada essa particularidade, é o que nos instiga ter a supervisão acadêmica como nosso objeto de estudo, compreendendo-a:

> [...] como componente curricular, deve ser prevista na matriz curricular do curso, mas a operacionalização desta deve ser diferenciada das demais disciplinas do curso, sua dinâmica deve articular conteúdos teórico-metodológicos e permitir espaços para o relato das atividades desenvolvidas pelos alunos, refletindo com os mesmos o fundamento das suas ações como futuros assistentes sociais (TEIXEIRA, 2013, p.06)

Nesse âmbito, buscamos subsídios para a compreensão do problema para essa pesquisa: a supervisão acadêmica assegura a articulação dos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho profissional junto aos estagiários de Serviço Social?

A supervisão acadêmica deve ser estruturada numa perspectiva de trabalho participativo e sócio-educativo entre supervisores de campo/acadêmicos e estudantes abarcando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico - operativas das atividades desenvolvidas nas mais diversas experiências do trabalho profissional, assim, temos como hipótese que a supervisão acadêmica é um espaço de ensino-aprendizagem, de reflexão e enfrentamento das situações que permeiam o trabalho profissional, na construção de saberes, conhecimentos da profissão, visando à qualificação no processo de formação profissional do Assistente Social, bem como a efetivação do projeto ético-político da profissão.

O ato de aprender e ensinar implica escolhas, decisão e responsabilidade de todos os envolvidos, por isso a supervisão exige intencionalidade, planejamento e rigorosidade metodológica.

Ser supervisor de estágio (de campo e acadêmico) envolve escolhas, isto é, implica uma prática educativa, ético-política que envolve a emancipação do sujeito, aqui representado pelo estudante.

Envolve o querer ser supervisor, o saber, o dever necessário para contribuir para formação profissional de acordo com o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, bem como balizado pela ética profissional que é "[...] uma expressão do projeto ético-político e que no CE encontram-se sistematizados os valores, princípios e a concepção ética que orientam o trabalho cotidiano dos assistentes sociais [...]" (BARROCO, 2008, p.131).

O profissional deve estar preparado para exercer a ação supervisora o que pressupõe que deve conhecer os procedimentos/operacionalização da atividade de estágio: sistematização, acompanhamento, avaliação, bem como o seu papel enquanto supervisor para que seja assegurado o processo de ensino-aprendizagem.

Por isso se questiona a competência profissional para o exercício da supervisão, "[...] assim, a particularidade pedagógica da supervisão envolve o esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade [...]" (LEWGOY, 2009, p.106).

Por considerar a supervisão como processo educativo, busca-se articular o querer consciente do supervisor articulado com "[...] seu saber consistente e com as possibilidades e os limites das circunstâncias" (RIOS, 2008, p. 63). Circunstâncias estas permeadas pela conjuntura neoliberal que precariza as condições e relações de trabalho nesses espaços, que:

> [...] se situam no atual contexto de reestruturação do capital, que desencadeia nefastos rebatimentos nas relações e condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores(as) de campo, os quais assim como os(as) supervisores acadêmicos(as) vivenciam as tendências de intensificação da exploração e da precarização do trabalho (VASCONCELOS, 2009, p.71).

As alterações nas relações de trabalho do/a Assistente Social dizem respeito aos contratos temporários, baixos salários, polivalência, supervisores acadêmicos horistas e que acarretam implicações para a operacionalização do estágio e supervisão, como:

> [...] recorrente dificuldade de assegurar uma aproximação mais intensa entre as unidades de formação acadêmica e os campos de estágio; fragilidades no planejamento e sistematização da supervisão; dificuldades para a realização de supervisões conjuntas devido à disponibilidade de carga horária docentes e de supervisores(as) de campo para participarem de encontros na universidade e no próprio campo de estágio; excessiva

> quantidade e diversidade de campos de estágio para os professores(as) supervisionarem concomitantemente;precariedade da estrutura física de alguns campos de estágio [...] (VASCONCELOS, 2009, p. 72).

Em relação ao exercício da supervisão acadêmica, os desafios impostos pela reestruturação do capital e as condições de trabalho docente também são precarizadas, exige-se produtividade que submete a autonomia intelectual do docente, a capacidade criativa e as práticas pedagógicas relegadas à reprodução de tarefas e limites para operacionalizá-las (LEWGOY, 2009).

Como a sociedade está em constante movimento, é preciso situar a supervisão nesse espaço de transformações, diante das novas configurações postas ao exercício profissional, onde [...] relaciona-se à tentativa de decifrar e compreender esta realidade, em constante movimento, nas tendências e nas possibilidades que se colocam para o aluno-estagiário, assistente social de campo e supervisor acadêmico (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 2).

Sabe-se que na lógica do ensino superior há uma conformação de gestão vinculada aos interesses dos empresários e de um novo mercado objetivando o lucro através da "mercadoria educação", o que desvincula da preocupação de uma formação profissional com qualidade.

Nesse processo de supervisão é imprescindível pensar o Serviço Social na contemporaneidade que requer situá-lo, conforme Iamamoto (2000, p.117), "às transformações societárias, as quais vivenciam a sociedade brasileira, mudanças essas econômicas, sociais, culturais". Essas transformações também dizem respeito ao projeto neoliberal, instaurado na sociedade brasileira a partir da década de 1990, propondo a reestruturação das funções do Estado e de sua relação com a sociedade, preconizando um Estado mínimo, com imposição da sociedade de mercado.

O quadro econômico, político e social configurado na década de 1990 traz importantes repercussões para a atuação dos assistentes sociais na sociedade e para o Serviço Social enquanto profissão, alterando o mundo do trabalho atingindo as condições de relações de trabalho do assistente social, destacando a polivalência, terceirização dos serviços, subcontratação, ampliação de contratos temporários, exigindo mudanças no perfil profissional.

Estas condições exigem profissionais qualificados, propositivos, ao mesmo tempo em que a prática cotidiana busca a consolidação do projeto ético-político profissional e, sobretudo, reconhecimento do homem como ser social, que para Marx, conforme nos aponta Pontes (2000, p.39) "o ser social é sujeito histórico do real, e é a partir das ações humanas que a transformação social é possível".

Nessa dimensão, falar sobre formação profissional do assistente social na contemporaneidade diz respeito também às essas exigências postas ao mundo do trabalho, fazendo com que a formação profissional esteja voltada à compreensão crítica da expansão do sistema capitalista que repercutem nas atribuições dos profissionais e consequentemente, atinge diretamente nas condições de vida e trabalho da população usuária dos serviços sociais.

> O processo de transformações, que vem ocorrendo no "mundo do trabalho" altera substancialmente a demanda de qualificação de profissionais de Serviço Social, tornando necessário que adquiram uma centralidade no processo de formação profissional, porque tem uma centralidade na contemporaneidade da vida social (IAMAMOTO, 2000, p.180)

A formação profissional na contemporaneidade apresenta desafios, pois a preocupação é que ela está presente na contraditoriedade da sociedade capitalista e requer a apreensão dessa dimensão para que se construa uma prática voltada à sociedade civil, "mas também a visão de mundo dos subalternos, decifrando seus códigos, suas maneiras particulares de expressão de sua vida social em formas culturais" (IAMAMOTO, 2000, p.196).

Nesse sentido, quando se pensa no novo currículo estabelecido pelas Diretrizes Curriculares de 1996, consideramos as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, as novas competências, etc. Questiona-se como preparar efetivamente profissionais que atuem de forma competente, no plano teórico, político e operativo, assegurando a compreensão do próprio significado social da profissão, na sociedade brasileira hoje.

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórica e metodológica, reflexiva do fazer profissional, propiciando um conhecimento crítico da realidade, bem como possibilita a criação de estratégias de ações, ou seja, permite uma visão crítica da dinâmica das relações sociais.

Na conjuntura dos anos 2000 a dinâmica da sociedade brasileira conduzida pelas transformações das ações do Estado vinculadas ao aprofundamento do projeto neoliberal perpassa à formação profissional que deve ser conciliada com os novos tempos.

Há alterações significativas no campo educacional, e, especificamente no ensino superior através da mercantilização do mesmo, pois vemos a proliferação de cursos de graduação de baixa qualidade, cursos seqüenciais, cursos técnicos, implementação do ensino de graduação e pós-graduação à distância, prejudicando o ensino presencial, inclusive abertura dos cursos de Serviço Social.

Esse contexto histórico interferiu nas políticas educacionais da década de 1990, sobretudo na forma de uma abertura ainda maior ao ensino privado como uma espécie de "direito empresarial", sendo que o ensino superior

foi altamente privatizado, acarretando conseqüências na formação profissional do estudante, pois "a subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública [...] desvaloriza e desqualifica a docência universitária [...]" (IAMAMOTO, 2008, p.436-437), o que vem de encontro às leis de mercado.

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórico-metodológica pautada na perspectiva crítica capaz de propiciar a reflexão dialética do modo de pensar e agir profissional, isto é, análise das relações sociais na sua totalidade. Logo, ela "é entendida como processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando concepções decorrentes da inserção da profissão"[...] (SILVA, 2007, p.73).

Considerando tal contexto, a justificativa para realização do estudo é que há a preocupação com seu rebatimento no âmbito da formação profissional do estudante de Serviço Social, no que tange todo o processo de operacionalização da supervisão acadêmica a partir das orientações da PNE da ABEPSS de 2010, ou seja, sua viabilização nos Cursos de Serviço Social diante de um contexto tão adverso à formação profissional de qualidade.

A supervisão acadêmica tem sido debatida nos eventos promovidos pela ABEPSS nos últimos anos, como nos fóruns e oficinas de Supervisão de Estágio também a partir da PNE de 2010, suscitando dúvidas, questionamentos quanto ao conteúdo, objeto de estudo da supervisão acadêmica, justificando dessa maneira, a construção do projeto de pesquisa como subsídio à reflexão da dimensão pedagógica da supervisão acadêmica.

O conteúdo a ser discutido na supervisão acadêmica é o próprio processo de ensino-aprendizagem atrelado à unidade teoria-prática, permitindo supervisor e estudante planejarem, avaliarem o trabalho profissional, vivenciando uma práxis na qual ambos refletem sobre a ação desenvolvida, no contexto amplo das relações sociais.

A supervisão acadêmica como um processo didático-pedagógico, ressaltando que a supervisão de campo também é pedagógica, evidencia o ensino teórico-prático articulado aos objetivos e conteúdo programático do curso de Serviço Social, sendo seus objetivos:

- desenvolver no estudante o senso crítico, o pensar, o saber indagar e problematizar, o olhar investigativo;
- planejar e executar ações na busca de situações e demandas que são postas à profissão e vivenciadas nos campos de estágio;
- acompanhar o estudante no desenvolvimento e análise crítica da relação teoria-prática;
- fortalecer a relação entre supervisores de campo, acadêmicos e estagiários;
- contribuir com a análise crítica e o olhar investigativo dos supervisores de campo inerente a relação de unidade-diversa entre teoria-prática no que tange ao estágio supervisionado, etc.

As indagações, problemáticas que envolvem a formação profissional do estudante de Serviço Social no âmbito da atividade de estágio supervisionado é uma temática que acompanha a pesquisadora desde o período da graduação, perpassando pela inserção e conclusão do curso de mestrado e nesse momento se estendendo para a dimensão da supervisão de estágio, precisamente a supervisão acadêmica, haja vista a experiência como supervisora acadêmica, coordenadora de estágio, coordenadora de curso e atualmente militante na ABEPSS.

Nesse sentido, há a necessidade de ampliar a discussão em torno da supervisão acadêmica, pois como nos afirma Pontes (2000, p.39) "a forma de conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que compõem o real processa-se mediante aproximações sucessivas ao movimento do objeto (real)" e pretendemos tal aproximação.

Sob essa ótica, a supervisão acadêmica de estágio deve ser efetiva e globalmente integrada ao conteúdo do curso, envolvendo o processo de ensino-aprendizagem pressupondo a integração dos componentes que subsidiam a formação profissional em todos os espaços que esse processo se concretiza (tanto nas unidades de ensino, quanto nas unidades campos de estágio).

Sobretudo, leva-se a um repensar da postura profissional, refletindo constantemente a sua prática que necessita estar vinculado a um projeto profissional crítico, propiciando ao estagiário os ditames do fazer e saber profissional num processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

> [...] as análises sobre o exercício profissional, na ótica do projeto ético-político, estejam saturadas das múltiplas determinações que nos possibilitam enxergar, enquanto coletivo profissional, as estratégias adequadas para o enfrentamento do quadro atual do capitalismo [...] (SANTOS, 2006, p.48).

Em todas as "ações éticas é preciso fazer escolhas e pôr em movimento algum nível de consciência, o que envolve outros indivíduos e responsabilidades" (BARROCO, 2008, p.78). Desse modo, pode-se refletir acerca da busca da autonomia e conscientização do homem, mas principalmente daquele que é usuário do Serviço Social, uma vez que, através de uma atuação democrática, oferta-se a participação, emancipação desses indivíduos, estabelecendo o compromisso com a classe subalterna.

> A ética põe exigências à sociabilidade no sentido de exigir que o sujeito ético-moral assuma responsabilidades por suas escolhas, não apenas pelas implicações e

> conseqüências para si mesmo, mas também para os outros que devem ser respeitados e tratados como seres iguais, quer dizer, como seres que possam ter escolhas diferentes, mas que tem direitos iguais [...] na medida em que consegue se objetivar através de mediações éticas como liberdade, sociabilidade, alteridade e compromisso, não esquecendo que as ações éticas envolvem riscos, por isso a responsabilidade é um componente fundamental (BARROCO, 2008, p. 78).

Tais considerações oferecem subsídios para o desenvolvimento das atividades pelo estudante nas instituições, em que a postura ética é imprescindível para que os objetivos profissionais sejam alcançados e principalmente os interesses e direitos do indivíduo sejam atendidos, considerando-o como ser dotado de capacidade para modificar sua própria história, o que "implica autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais usuários dos serviços dessa profissão" (LEWGOY, 2009, p. 52).

Nesta instância, assume a supervisão acadêmica um papel relevante entre a reflexão sobre a conscientização dos sujeitos implicados na ação cotidiana do assistente social e o projeto ético-político profissional, sendo estes o que se beneficiam com tal compromisso ético-profissional, onde passam a encontrar no atendimento qualificado nas instituições o acesso aos direitos sociais.

PERCURSO METODOLÓGICO: desvelando a realidade da supervisão acadêmica de estágio nos cursos de Serviço Social

A perspectiva metodológica do projeto de pesquisa está associada a uma visão de Homem e de Mundo fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social e a matriz teórico-metodológica que o projeto se pauta refere-se ao pensamento social crítico, ou seja, ao marxismo, pois fornece subsídios para a leitura crítica da realidade social, a compreensão do homem enquanto ser social e histórico do real e as contradições da sociedade capitalista.

Nesse sentido, é através do pensamento marxista, considerado como ontologia do ser social "porque seus enunciados sempre se colocam diante de certo tipo de ser e se apóiam no próprio movimento das categorias da realidade [...]" Pontes (2000, p.38), que se busca a compreensão do que é o ser social e do que é necessário para que o homem se constitua como tal, ou seja, estuda como são as relações sociais que os homens estabelecem em sociedade.

Temos assim, essa teoria materialista ao afirmar que o homem se define pelo seu caráter histórico, ou seja, através de sua ação ocorre a transformação do mundo social, da natureza e sua auto-transformação a partir da posição que o ser social ocupa e atua na realidade social, que ao mesmo tempo sofre influências, pois, " não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência"(MARX; ENGELS, 1986, p. 37).

Consideramos que as teorias servem para explicar os fenômenos dados na realidade facilitando a compreensão dos mesmos, pois são compreendidas como "um conjunto de princípios e definições que servem para dar organização lógica a aspectos selecionados da realidade empírica" Goldenberg (2002, p.106). Dessa forma, há aproximação entre teoria e realidade, o que pressupõe que é à luz de uma teoria que trará o desvelamento de uma dada realidade, e essa teoria irá fornecer subsídios para a compreensão do objeto de estudo ora proposto.

> A relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica (MINAYO, 2004, p.92)

A metodologia do estudo se fundamentará na **Pesquisa Bibliográfica** que respaldará o conhecimento acerca do objeto a ser pesquisado, consistindo na leitura de livros, artigos de revistas, dissertação de mestrado, tese de doutorado, resenhas, textos, entre outros, pois as diferentes bibliografias embasarão a pesquisa, propiciando o "exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras"(MARCONI; LAKATOS, 2007, p.71), bem como a **Pesquisa de Campo**, concebida por (Minayo1992 *apud* NETO, 1994, p. 53) como a representação de "uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação". Assim, a pesquisa empírica será desenvolvida nas Unidades de Formação Acadêmica pertencentes ao estado de São Paulo.

Utilizaremos a abordagem quantitativa e qualitativa, entendendo que a integração de dados quantitativos e qualitativos pode proporcionar melhor compreensão do tema estudado.

Os "métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerão dados que podem ser generalizáveis" Goldenberg (2002, p.63). A abordagem qualitativa permitirá a compreensão de como os sujeitos de nossa pesquisa concebem e experimentam concretamente a realidade vivenciada no processo de supervisão acadêmica, concorde Minayo (2007, p.21), que a pesquisa qualitativa "[...] trabalha com os significados de uma realidade social a partir da realidade vivida pelo ser humano", bem como os aspectos qualitativos de uma pesquisa:

> [...] implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e, em permanente transformação (MINAYO, 2007, p.23).

No processo de estudo, realizaremos uma **pesquisa documental**, que constituirá na leitura dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de Serviço Social do Estado de São Paulo, bem como os Planos de Disciplina, Regulamentos de Estágio Supervisionado em Serviço Social, documentos de estágio.

Elencaremos como **sujeitos** aqueles que exercem a atribuição de supervisores acadêmicos nas UFAS e os coordenadores de curso.

A seleção desses sujeitos dar-se-á através de uma **amostragem**, considerando que a "amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões" (MINAYO, 1992 *apud* DESLANDES, 1994, p.43). Considerando ainda que amostragem qualitativa:

> a)privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer;b) considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; c) entende que sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças; d) esforça-se para que a escolha do lócus e do grupo de observação e informação contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa(MINAYO,2004,p.102).

Para a **pesquisa de campo** será construído questionário com perguntas estruturadas. Utilizaremos o questionário como instrumento para a coleta de dados por compreendermos que o mesmo possui algumas vantagens para a análise e compreensão do objeto estudado, bem como este poderá ser encaminhado via e-mail aos sujeitos da pesquisa, o que facilitará a obtenção dos dados para a pesquisa. De acordo com Goldenberg (2002, p.87-88), essas vantagens seriam:

1. é menos dispendioso;
2. exige menor habilidade para aplicação;
3. pode ser enviado pelo correio ou entregue em mão;
4. pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo;
5. as frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração;
6. os pesquisadores se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades;
7. menor pressão para resposta imediata, o pesquisado pode pensar com calma.

Será construído também um formulário, sendo este, "um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado" (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.112). O formulário conterá perguntas estruturadas capazes de explorar o objeto de estudo em debate, utilizando a técnica da entrevista, pois, busca-se "obter os informes contidos nas falas dos atores sociais [...] que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada" (NETO, 1994, p.57). A entrevista pode ser assim definida:

> Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes apara um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (KAHAN & CANNELL, 1962, p.52 *apud* MINAYO, 2004, p.106).

A técnica da entrevista será conduzida pela pesquisadora, e pretende-se utilizar o gravador para registro das respostas e posterior transcrição para análise, considerando a aprovação dos entrevistados para a utilização do mesmo, pois a "gravação permite contar com todo material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio" (TRIVIÑOS, 2006, p.148) Acredita-se que através da técnica da entrevista, "o pesquisador pode levar o entrevistado a uma penetração maior em sua própria experiência, explorando áreas importantes [...]" (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.96).

Anteriormente à realização das entrevistas faremos contato telefônico com os sujeitos da pesquisa a fim de apresentar a proposta da mesma, esclarecendo quanto ao tema, objeto de estudo, os objetivos, a técnica a ser utilizada, o estabelecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e solicitar a participação, colaboração dos mesmos nesse estudo, assim, pretendemos agendar data e horário conforme disponibilidade desses sujeitos e local para a realização das entrevistas.

Para a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, elencaremos **categorias de análises**, sendo que as categorias agregam "elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si" (GOMES, 1993, p. 70). Assim, as categorias serão:

1- Supervisão de Estágio
2- Formação Profissional
3- Supervisão Acadêmica

Consideramos que essas categorias darão subsídios para o conhecimento da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa expressa através de suas próprias falas, uma vez que as mesmas estão interligadas, porém, essas categorias estão sendo elencadas na fase exploratória da pesquisa, o que pressupõe que outras categorias poderão ser formuladas a partir da pesquisa de campo propriamente dita, pois poderão ser mais "específicas e mais concretas" (GOMES, 1993, p. 70), bem como:

> [...] as categorias manifestam as diferentes determinações constitutivas do ser, ou seja, totalidades parciais que só conseguem reconhecimento e compreensão científica, pelo menos no plano do materialismo histórico-dialético, quando são visualizadas dentro de totalidades mais abrangentes. Não se quer dizer com isso que essa restrição elimine a "peculiaridade" ontológica da categoria enquanto "formas do ser", mas impede, pelo o que nos parece, a possibilidade de generalizações calcadas em apenas aspectos singulares do ser, e, por conseguinte, deslocados da totalidade. Por meio das categorias podemos então fazer uma viagem do singular ao universal, mediatizados pelo particular (MARTINELLI, 1999, p.80)

Vale destacar que o projeto de pesquisa será encaminhado para análise de um Comitê de Ética em **Pesquisa da para que a pesquisa proposta seja desenvolvida dentro dos padrões éticos. Nesse sentido, esse estudo será realizado de acordo com as normas que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.**

RESULTADOS ESPERADOS COM A REALIZAÇÃO DO ESTUDO SOBRE A SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL

Esperamos que os resultados obtidos nA pesquisa propiciem a reflexão para a categoria profissional, em especial as Unidades de Formação Acadêmica acerca do processo de operacionalização da supervisão acadêmica em Serviço Social, no intuito de proporcionar o amadurecimento, aprimoramento, qualificação desta atribuição privativa do assistente social docente, bem como, que essa modalidade de supervisão de estágio possa contribuir no processo de formação profissional do estudante, uma vez que o seu significado é fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

A partir de tais considerações, que a investigação em torno da supervisão acadêmica pretende desvelar a realidade que a envolve no âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social do estado de São Paulo, bem como os desafios inerentes ao seu percurso.

A dimensão pedagógica da supervisão acadêmica propicia a construção de conhecimentos através da conscientização dos sujeitos envolvidos na atividade de estágio sobre o trabalho profissional, assim, tais sujeitos são sujeitos políticos.

Nesse sentido, esperamos que os resultados desta pesquisa possam subsidiar as ações dos supervisores acadêmicos, que tem como tarefa principal garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem, além disso que desencadeie um processo reflexivo para a aproximação com supervisores de campo, pois é nessa teia de relações: supervisores acadêmicos, de campo e estagiários que se pode superar os desafios, limites que envolvem a formação profissional dos estudantes de Serviço Social na atual conjuntura.

Desse modo, esperamos também que nesse processo reflexivo e articulado entre os sujeitos envolvidos na atividade de estágio supervisionado possa existir o fortalecimento desses sujeitos a partir da aproximação com a realidade vivenciada nos espaços sócio-ocupacionais, é pertinente, então, que essa concepção seja condizente com o projeto de formação profissional em Serviço Social que busca contemplar uma base teórica e metodológica, ético-política e técnico-operativa, reflexiva do fazer profissional, com base no projeto ético-político profissional tendo a supervisão acadêmica como articulação desse processo.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio (PNE).**Brasília-DF: ABEPSS, 2010

BARROCO, M.L.S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. Educação e mudança. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 6.ed.Rio de Janeiro:Record, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez,2000.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M.L.A. **SUPERVISÃO em Serviço Social: a formação do olhar ampliado. In** Revista Virtual Textos e Contextos, n° 01, novembro de 2002. Disponível em<http://www.revistaeletronicas.pucrs.br. Acesso em 04 de maio de 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX. K; Engels. F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, C. A. H. S. **A centralidade do Estágio Supervisionado na formação profissional em Serviço Social,** 2003, Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca/SP, 2003.

PONTES, R. N. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social.** In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.) O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UNB, 2000.

RIOS. T. A. **Ética e competência**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da nossa época; v. 16).

SANTOS, J.S. **Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social.** Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS: Serviço Social: temas sobre fundamentos e prática, Brasília, ano 6, n.11, p.39-50,jan - jun 2006.

SILVA, M. O. S. (coord). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA,R.J. **A supervisão direta de estágio em Serviço Social**: os desafios da supervisão acadêmica. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 14, 2013. Águas de Lindóia, São Paulo.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília-DF, ano 9, n.17, p. 61-82, jan./jul. 2009.

Pesquisa em curso: a trajetória teórico-metodológica

O presente artigo refere-se ao exercício de materializar a proposta teórico-metodológica de uma Tese de Doutorado. Fundamentado em pesquisas de tipo Bibliográfica, Documental e Exploratória, busca evidenciar os desafios do processo de construção do conhecimento científico, com relação à temática da Legitimidade do Serviço Social no contexto da Política Educacional de Nível Básico, na modalidade do ensino infantil e fundamental, no estado de São Paulo. O trabalho demonstra as categorias teóricas presentes na realidade do contexto do objeto, fundamentando-as com base em autores clássicos e contemporâneos, tais como Karl Marx, Gramsci, Dermeval Saviani, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, Ney Luiz Teixeira de Almeida, entre outros. Apresenta os caminhos percorridos até a escolha do materialismo histórico dialético como método de pesquisa e as conseqüentes definições dos recursos metodológicos a serem utilizados para o alcance dos objetivos da pesquisa. Espera-se que o texto contribua para orientar trabalhos de pesquisa científica no contexto das ciências humanas e sociais, favorecendo o reconhecimento da produção de tais áreas no mundo científico.

078-2396

Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca
angel.gandolfi@yahoo.com.br

Djanira Soares de Oliveira e Almeida
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca
djaniraalmeida@netsite.com.br

Introdução

Materializar a proposta de uma pesquisa científica e explicitar os caminhos percorridos perante o processo de construção do conhecimento, independente de seu estágio, não é algo simples para um pesquisador. No entanto, tal atitude se mostra de extrema importância, pois contribui para a fundamentação teórico-filosófica, vigilância epistemológica, bem como para a transparência dos caminhos percorridos.

Ao longo da história, as ciências humanas e sociais têm se mantido na busca de garantir cientificidade em suas pesquisas, em um meio tradicionalmente dominado pelas ciências biológicas e exatas. Neste aspecto, impera a problemática do método. O método, caracterizado como o caminho percorrido para se alcançar o conhecimento, pode variar de acordo com o objeto de pesquisa, que também varia de acordo com o enfoque das ciências: biológicas, exatas, humanas e sociais. É impossível conceber a aplicabilidade de apenas um método a todas as pesquisas, conforme preconizava a ciência cartesiana e justificar ou não por este a cientificidade. Não existe um modelo de se fazer ciência. A ciência deve ser resultado de uma construção epistemológica que considere a de modo amplo as diferentes manifestações da realidade, envolvendo seres humanos, natureza, entre outros, e que contribua para o desenvolvimento da humanidade, sem formar guetos, mas, com respeito e partilha entre o conhecimento das diversas áreas.

Embora os apontamentos anteriores não estejam relacionados direta e explicitamente com a proposta de estudo e do objeto a ser trabalhado neste texto, fazem-se imprescindíveis para situar o cenário da pesquisa em questão.

Desenvolvimento

Pertencente ao campo das Ciências Sociais, que historicamente, trabalham para o reconhecimento científico, o Serviço Social se apresenta como um braço desta área que, paulatina e incansavelmente, por meio de produções de diversas temáticas, tem buscado notoriedade. É de se observar o acúmulo teórico da profissão em decorrência das produções / publicações existentes. No entanto, há diversos questionamentos com relação à cientificidade de tais pesquisas, que esbarra nos critérios e/ou procedimentos metodológicos utilizados para se alcançar determinado(s) resultado(s). Sob este prisma, nem todo conhecimento pode ser considerado científico pois, este impõe certas exigências ao pesquisador e à própria pesquisa, que dizem respeito à atenção a certos procedimentos metodológicos para se buscar a aproximação à verdade.

Para Richardson (1999), a ciência se concretiza através de um saber metódico, onde o método científico seria o caminho para se chegar a um objetivo e as metodologias seriam procedimentos utilizados por determinado caminho para observar, formular hipóteses, elaborar/escolher instrumentos, dentre outros.

Minayo defende que,

> A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em determinado

> momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento. (MINAYO, 1994, p. 12)

Pode-se dizer então que a ciência é algo que se concretiza na interação do homem com a natureza, na busca incessante da verdade, regida por alguns critérios que garantam seriedade no processo de construção do conhecimento, considerando a historicidade dos fenômenos.

Com atenção a esses determinantes, a partir deste momento será realizado o exercício de busca por materializar metodologicamente a proposta de pesquisa de nível de Doutorado, conforme particularidades e especificidades do objeto de estudo que será delineado ao longo do texto, bem como da área de conhecimento - o Serviço Social, visando contribuir para a construção de conhecimentos científicos.

Inicialmente serão tratados aspectos referentes à problemática da pesquisa. Esta emerge em decorrência de lacunas do conhecimento acumulado e inconsistências entre o que teoricamente está previsto e os resultados concretamente observados no cotidiano. De acordo com Quivy; Campenhoudt (2008, p. 90),

> Na prática, construir a sua problemática equivale a formular os principais pontos de referência teóricos da sua investigação: a pergunta que estrutura finalmente o trabalho, os conceitos fundamentais e as idéias gerais que inspiraram a análise.

A problemática em evidência se encontra respaldada nos apontamentos de minha pesquisa de Mestrado, concluída no ano de 2012. Frente ao processo de construção da Dissertação intitulada Serviço Social e Educação: interfaces de uma atuação política, cujo universo abordado foi Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, identificou-se que, apesar da existência do Serviço Social em instituições educacionais públicas e privadas, não há a regulamentação legal da inserção do Assistente Social em tais espaços, mas uma correlação de sua atuação associada ao cumprimento de exigências legais frente à execução de políticas e/ou programas sociais governamentais, que justifiquem a permanência dos mesmos em tais locais. Neste contexto, verificou-se que a valorização dos profissionais na política educacional em Ribeirão Preto está condicionada mais a uma exigência legal que determina a presença do Assistente Social em determinada instituição, do que propriamente o reconhecimento social da importância de tal profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, em específico na Política Educacional Municipal.

Na contemporaneidade, tal configuração provoca o debate a cerca de como o Serviço Social, enquanto uma profissão que possui um projeto ético-político na contra-corrente do capitalismo neoliberal, garante a sua legitimidade perante a sociedade? Cabem aqui alguns esclarecimentos sobre a conceituação de legitimidade a ser considerada neste estudo. O termo em questão é comumente utilizado para designar diversas situações, referindo-se tanto à autenticidade de algo quanto à justificação da vontade do coletivo por meio da lei. Evidencia-se uma estreita relação entre legalidade e legitimidade, que merece ser pontuada. Legalidade diz respeito à "característica, particularidade ou estado do que é legal; que está em conformidade com a lei". (LEGALIDADE, on-line, 2014)

De acordo com Aqcuaviva, legitimidade está relacionada a:

> Atributo daquilo que se mostra conforme a razão e a natureza. Legalidade é termo de significado muito mais estrito, tem mais particular uso na jurisprudência positiva e parece referir-se a tudo que se faz ou obra segundo o que está determinado nas leis humanas, isto é, guardando as solenidades, formalidades ou condições que elas prescrevem. Em física é legítimo ouro, legítima prata, legítimo diamante o que tem a própria natureza destas substâncias, o que não é contra-feito nem adulterado. Em lógica, é legítimo o raciocínio quando os princípios são verdadeiros e a conseqüência deduzida segundo as regras. Em moral, são legítimas as ações que conformam com a razão, a equidade e a justiça universal. E finalmente, em jurisprudência são legítimas todas as ações ou omissões que as leis ordenam, etc. Um título é legítimo quando está autenticamente na forma da lei: um testamento é legal quando foi feito com as solenidades da lei, uma prova é legal quando nela se acham verificadas todas as condições que a lei requer, etc. (AQUAVIVA, 2014, p. 768).

Bobbio faz referência ao Estado para tratar a questão da legitimidade, relatando que o mesmo:

> [...] será mais ou menos legítimo na medida em que torna o valor de um consenso livremente manifestado por parte de uma comunidade de homens autônomos e conscientes, isto é, na medida em que consegue se aproximar à idéia-limite da eliminação do poder e da ideologia nas relações sociais. (BOBBIO, 2002, p. 674)

A legitimidade subentende consenso, ou seja, algo para ser legítimo, deve estar respaldado pelo reconhecimento, valorização e aceitação do coletivo. Desta forma, nem tudo que é legítimo encontra-se respaldado em lei, e nem todas as legislações, embora sejam para representar os interesses da coletividade, necessariamente encontram-se legitimadas perante a sociedade.

Apesar de ser um termo de referência da área do Direito, considera-se importante envolvê-lo neste trabalho sob um enfoque social e interdisciplinar, capaz de impulsionar reflexões a cerca da legitimidade do Serviço Social, que pode não vincular-se à questão da legalidade, ou seja, embora a atuação profissional esteja respaldada legalmente em diversos espaços sócio-ocupacionais, a profissão pode não ser legitimada pela sociedade envolvendo os diversos atores sociais.

O debate em questão evidencia a necessidade de aprofundamento de conhecimentos em torno da temática, instigando a pesquisa a respeito do objeto: Legitimidade do Serviço Social.

Ao buscar referências sobre o assunto em publicações por meio de pesquisas via internet (em bases de dados como revistas e periódicos e bibliotecas virtuais), observou-se que o debate em torno da legitimidade profissional não é algo novo, mas faz parte do processo histórico de consolidação da profissão, principalmente após o período de movimento da categoria pela busca de sentidos e identidade profissional, que se deu por volta de 1960/1970, cuja expressividade transpareceu no Movimento de Reconceituação. A temática tem sido trabalhada ao longo do estabelecimento da profissão no país, correlacionada à especificidade da atuação e à identidade profissional, ou seja, sendo estas determinantes daquela. Embora seja um assunto tradicionalmente pauta de reflexões, não significa que tenha esgotado as possibilidades de pesquisa e de construção de conhecimentos até então não observados.

Propõe-se com a pesquisa ir ao encontro da realidade contraditória que envolve a questão da legitimidade profissional, delimitando como categorias teóricas de análise com relação à profissão: a legalidade, a práxis e a identidade.

Com relação à legalidade, buscar-se-á compreender como esta categoria se estabelece na realidade brasileira, evidenciando as mediações presentes em seus princípios e determinações, com base em alguns autores do Serviço Social e Direito (por se tratar de uma terminologia própria de tal área), tais como: Carlos Simões, Norberto Bobbio, Jossan Batistute. As legislações referentes à regulamentação do Serviço Social serão abordadas, dialogando-se a respeito de suas implicações na trajetória profissional.

A respeito da práxis, visa-se compreender como tal categoria se estabelece no cotidiano profissional, em atenção ao processo de abstração do real concreto, definição de suas particularidades, para posterior proposição da intervenção profissional – realidade a ser transformada, com respaldo de autores tais como José Paulo Netto, Yolanda Guerra, Reynaldo Nobre Pontes, Marilda Iamamotto, Ricardo Antunes e Sergio Lessa.

Sobre identidade, buscar-se-á referência em autores como Maria Lúcia Martinelli, Carlos Montaño, Jussara Ayres Bourguignon, José Paulo Netto, Maria Lúcia Silva Barroco e Vicente de Paula Faleiros, em busca de desvendar os meandros sob os quais se apresenta a identidade profissional na contemporaneidade, em observação às especificidades, particularidades e unicidade (o que torna único) do trabalho profissional.

A apresentação de forma sequencial das referências dos autores com relação às categorias teóricas preliminarmente definidas, cumpre fins didáticos, reconhecendo a importância de abordagens acompanharem o movimento dialético das próprias categorias na composição da totalidade social.

O objeto de pesquisa do campo das ciências sociais e humanas assume algumas particularidades com relação aos objetos das demais ciências. Primeiramente, é impossível isolá-lo de seu contexto para observação e análise. Isso implica que a compreensão do objeto das ciências sociais e humanas, aqui mais especificamente do Serviço Social, deve ser considerada no movimento próprio da realidade, em articulação aos diversos fatores que compõem a totalidade social. Fazendo parte da realidade, "[...] o objeto possui uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador". (NETTO, 2009, p. 6). Por esta razão, o objeto se apresenta ao pesquisador sob a necessidade de desvelamento, exigindo a realização de um processo de abstração que ultrapasse o nível da aparência para atingir o da essência.

Reconhecendo que o objeto faz parte de uma realidade que compõe a totalidade social, torna-se impossível nas ciências sociais ir ao seu encontro, sem antes definir alguns recortes e/ou delimitações, necessários para se garantir metodologicamente condições de realização de procedimentos científicos de busca e compreensão de suas determinações. Portanto, o objeto de estudo será considerado no contexto do Estado de São Paulo – Brasil, perante a atuação de profissionais inseridos na Política de Educação de nível Básico, na modalidade da Educação Infantil e Fundamental.

A Educação vivencia um processo de desmantelamento das políticas públicas sociais e de mercantilização de direitos. Apresenta-se como um negócio altamente lucrativo e em expansão no capitalismo contemporâneo, sendo um amplo espaço de apropriação do setor privado.

Ao longo do percurso de desenvolvimento na sociedade brasileira, a Educação evidencia a sua não neutralidade, respondendo a interesses políticos ideológicos que vão ao encontro das relações de poder imperantes

na sociedade. No entanto, a história mostra que, desde sempre foram os interesses da classe burguesa que dominaram os espaços escolares a fim de contribuir para a manutenção da ordem vigente e propagação da cultura dominante. Caracterizando-se como um espaço tradicional e conservador, a educação sempre assumiu o lado dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, como um importante instrumento para formar cidadãos de acordo com a razão da lógica formal dominante. Sendo um espaço soberano dos profissionais da educação no ensino formal, não há tradição de trabalhos interdisciplinares, salvo iniciativas isoladas.

Porém, com as transformações no modo de produção e reprodução da vida em sociedade, diversas e emergentes situações marcam presença. A escola passa a ter que lidar com problemáticas internas e externas ao seu ambiente, uma vez que faz parte de um todo, onde as diversas expressões da questão social assumem particularidades (evasão escolar, baixo nível de aprendizagem, pobreza, fome, violência, drogadição, entre outros), provocando o reconhecimento de que se encontra inserida em um contexto, que direta e/ou indiretamente lhe causa interferências. Caracterizando-se a questão social como objeto de trabalho do Serviço Social, suas expressões no contexto da escola determinam-na em potencial como um espaço da práxis profissional do Serviço Social. A Escola vê-se coagida pelas contradições vivenciadas a abrir suas portas, compartilhar experiências/conhecimentos e relacionar-se no cenário social extra muros. A realidade evidencia a necessidade da interdisciplinaridade para atuar mediante demandas que não são sua exclusividade, mas determinações de um todo social.

De acordo com o documento "Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação" elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS, há que se atentar para alguns fenômenos que implicam na demanda do trabalho do Assistente Social, dentre eles:

> Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais; O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada; (CFESS/CRESS, 2011, p. 25)

Os documentos responsáveis pela regulamentação da Educação Básica no contexto da Política Nacional de Educação referem-se à Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação para os anos 2011-2020, que se encontra atualmente em discussão no Congresso Nacional. Outros documentos importantes são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A educação brasileira é composta por dois níveis de ensino: a Educação Básica e o Ensino Superior. A primeira se subdivide em três modalidades: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Esta pesquisa limita-se a investigar o contexto apenas das duas primeiras modalidades (infantil e fundamental), considerando que, perante o processo de descentralização político-administrativa, a implementação e execução dos mesmos, passam a ser responsabilidade dos municípios, enquanto o ensino médio responsabilidade do Estado. Uma vez que a pesquisa se dará em abrangência aos municípios paulistas e que as legislações existentes com relação à inserção do Serviço Social na Educação são municipais, justifica-se a abordagem de tais modalidades de ensino que também fazem parte do conjunto de responsabilidades dos municípios.

Faz-se necessária a apropriação de algumas categorias teóricas, importantes para a melhor compreensão da realidade do objeto de pesquisa no cenário da Educação. Dentre elas cita-se: direito à Educação, descentralização político-administrativa e interdisciplinaridade. Quanto ao direito à Educação, buscará a compreensão de sua condição na contemporaneidade, envolvendo o debate acerca de política social, direito social e coletivo, bem como sobre as contraditoriedades inseridas no bojo da Educação brasileira. Dentre os autores de referência para tratar da temática, encontram-se Dermeval Saviani, Norberto Bobbio, Potyara A. P. Pereira, Antônio Gramsci, Palma Filho; na segunda categoria, descentralização político-administrativa, haverá a oportunidade de aproximar-se da realidade de implementação e execução da Política Educacional de Nível Básico na modalidade de Ensino Infantil e Fundamental, abordando as determinações de tal política, correlacionadas a aspectos positivos e negativos, promovendo o debate em torno de suas implicações na Política Educacional estadual e nacional, fundamentado em Carlos Roberto Jamil Cury, Osmar Fávero e Rosa Helena Stein; por último, a interdisciplinaridade, possibilitará a reflexão em torno do contexto educacional contemporâneo no que compete à possibilidade prática do trabalho em equipe / coletivo, em prol do contexto em que se insere: alunos, famílias, equipe de educadores, gestores, funcionários em geral, na perspectiva da possibilidade do Assistente Social participar de tal espaço. As reflexões serão subsidiadas por autores tais como Ney Luiz Teixeira de Almeida, Ivete Simionato, Gaudêncio Frigotto, Maria Lúcia Martinelli.

Avalia-se viável a realização da pesquisa no Estado de São Paulo, localizado à região sudeste do país, por considerá-lo representativo diante das abordagens a serem realizadas com relação ao objeto de estudo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizados em 2010, o contingente populacional estadual é de 41.262.199 habitantes, caracterizando-o como o Estado mais populoso do país, composto

por 645 municípios. Também recebe destaque por apresentar o maior parque industrial e a maior produção econômica do país, sendo considerado pólo de desenvolvimento em diversas áreas, o que impulsiona migrações de outros estados do Brasil, bem como imigrações de outros países.

Com relação à presença do Serviço Social, caracteriza-se historicamente como o Estado de maior número de inscritos ativos no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, considerando pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS entre os anos de 2008 e 2013, disponibilizada por e-mail pelo próprio órgão em questão, a fim de subsidiar esta pesquisa. Referenciado pelo CRESS 9ª Região, o Estado apresentou em 2013 um número de 28.548 assistentes sociais ativos inscritos no Conselho, seguido de Minas Gerais - CRESS 6ª Região, com 14.342 inscritos.

Tais dados correlacionam-se ao número de 93 instituições de ensino superior promotoras do Curso de Serviço Social existentes no Estado, de acordo com informações obtidas no site http://www.educaedu-brasil.com/centros/servico-social/sao-paulo. Os cursos em sua maioria esmagadora são oferecidos por 92 instituições privadas, incluindo as promotoras do ensino à distância, em contraposição a 01 universidade pública.

Verifica-se que o estado paulista é referência em termos do acesso à formação do Assistente Social, destacando-se também com relação à concentração/localização de tais profissionais no contexto brasileiro. De acordo com pesquisa realizada pelo conjunto CFESS publicada em 2005, "Apesar de haver muitas instituições de ensino da área de Serviço Social na região sudeste, os índices de formação de pós-graduação não são os maiores do país, prevalecendo a grande maioria dos profissionais só com a graduação" (CFESS, 2005, p. 36). A pesquisa também evidencia que os Assistentes Sociais brasileiros possuem o nível de formação concentrado na Graduação (55,34%), Especialista (36,26%), Mestre (6,49%), Doutor (1,24%) e Pós-graduação (0,67) (SIC – conforme está no original). Apesar de os dados não serem recentes, representam o mapeamento atual com relação a tais indicadores, sendo importante considerá-los mediante a compreensão do perfil profissional no país, que direta e/ou indiretamente relaciona-se à ocupação de tais profissionais na divisão sócio-técnica do trabalho: docência, cargos de gestão, cargos técnicos, entre outros.

A Região Sudeste

> [...] apresenta o maior contingente de profissionais que trabalham 40h semanais (55,82%) e a distribuição de salários segue a tendência nacional, com destaque para o maior índice proporcional dos salários entre 7 a 9 SM (22,49%) e mais de 9 SM (20,48%). Os índices de até 3 SM são menores (12,45%). (CFESS, 2005, p. 23)

Tal pesquisa também expressa a trajetória histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública estatal em nível nacional (78,16%). Na Região Sudeste, o percentual é de 80,33%. No país,

> [...] 40,97% das(os) assistentes sociais estão atuando em instituições públicas municipais, quase o dobro das(os) que atuam nas públicas estaduais (24%). As instituições públicas federais ocupam a terceira posição (13,19%), reafirmando que a descentralização das políticas sociais no Brasil tem transferido a sua execução da esfera federal para a municipal, a partir dos anos 1990. Isso rebate na esfera de prestação direta de serviços sociais públicos, assumidos, então, pelas instituições públicas municipais. (CFESS, 2005, p. 26)

A pesquisa exploratória realizada através de documentos, referências bibliográficas e contato direto com órgãos representativos da categoria profissional, não evidenciou a existência de pesquisas que tratassem da ocupação de cargos e funções no que diz respeito a incidência da atuação profissional nas diversas áreas de trabalho, no país e no estado paulista.

No entanto, considerando ser objeto da intervenção profissional a questão social e reconhecendo as transformações de suas expressões ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, verifica-se na realidade a ampliação de possibilidades do trabalho profissional, que supera sua inserção tradicional na Política de Assistência, Saúde e Previdência. As exigências contemporâneas invocam a atuação em outras áreas e ou políticas, tais como a Política de Educação, historicamente preenchida por profissionais da educação, com casos isolados de inserção do Serviço Social.

Na atualidade, circunda um debate da categoria, representada pelo conjunto CFESS/CRESS em torno da legalidade da atuação profissional em tal área. O documento Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação publicado pelo CFESS em 2011 apresenta-se como referência das reflexões atuais a respeito da importância do trabalho profissional em tal política. A categoria busca respaldo legal em nível nacional para o trabalho do Assistente Social na Educação por meio do Projeto de Lei 3688/2000[90] e do Projeto de Emenda Complementar

[90] Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas escolas públicas de educação básica.

13/2007[91], de modo que ambas propostas receberam parecer favorável na Câmara dos Deputados, sendo que a primeira teve o substituto aprovado no Senado. O cenário apresenta-se favorável à legalidade da inserção do Serviço Social na Política Educacional.

De acordo com informações disponibilizadas pelo CFESS/2013, através de contato por e-mail, inexistem até o momento em nível nacional, pesquisas que tratem da presença do Serviço Social na Política de Educação com relação à localização de tais profissionais (em quais estados e municípios), bem como no que diz respeito às formas como se estabelecem os casos de atuação existentes (atividade regulamentada ou não, por legislação específica). Enfim, não há legislação nacional e nem estadual que regulamente a atuação no setor. Há a legislações municipais que referenciam tal trabalho, representativas de cada localidade, não havendo semelhança entre as mesmas no que diz respeito aos motivos e processos envolvidos na regulamentação; no entanto, não há mapeamento sobre tais referenciais no país, ou seja, quais municípios paulistas possuem regulamentada a atuação do Serviço Social na Política Educacional. Considerando que a legalidade da atuação profissional se estabelece por meio de legislações municipais e que os municípios são responsáveis diretos pelo desenvolvimento da Educação básica na modalidade do ensino infantil e fundamental, justifica-se a abordagem do objeto mediante este recorte.

A pesquisa exploratória de fundo bibliográfico evidenciou a Tese de Eliana Bolorino Canteiro Martins, ano 2007, intitulada *Educação e Serviço Social: Elo para a Construção da Cidadania*, como a publicação referência na abordagem da presença dos Assistentes Sociais no Estado de São Paulo na Política de Educação. O estudo foi realizado considerando o perfil dos Assistentes Sociais inseridos em tal contexto, em relação a sexo, nível de formação, estado civil, período de inserção na Política educacional, entre outros. Identificou-se a existência de 37 municípios com 101 profissionais atuantes na Política de Educação. Participaram diretamente da pesquisa por meio de questionários 28 municípios e 55 Assistentes Sociais. Com base nas informações coletadas, verificou-se que 10,90% dos profissionais foram contratados na década de 1980, 30, 90% na década de 1990 e 58,20% nos anos subseqüentes a 2000. Tais dados evidenciam a inserção gradativa do profissional de Serviço Social no Estado ao longo da história, bem como a demanda contemporânea do profissional na área educacional (seja pela aplicabilidade de programas e/ou projetos governamentais, seja pelo atendimento às expressões da questão social que trazem implicações específicas no ambiente escolar tais como evasão e baixo rendimento escolar).

O baixo número de estudos publicados que tratam da realidade do trabalho profissional do Serviço Social na Política Educacional, expressa uma agenda de pesquisa aberta a diversas investigações, sob variadas perspectivas.

Mediante o contexto apresentado emerge a pergunta que dá sustentação ao objeto de pesquisa proposto. Como o Serviço Social pretende legalizar sua inserção no espaço da Política Educacional e consequentemente ampliar espaço sócio-ocupacional de trabalho, se na contemporaneidade ainda apresenta desafios quanto à sua legitimidade, ainda não garantida em espaços tradicionais de atuação?

Expressa-se a necessidade da abordagem à respeito da legitimidade profissional, correlacionada ao processo de inserção do Serviço Social na Política Educacional, uma vez que o trabalho do Assistente Social pode estar garantido (legalizado) mediante tal política e a sua legitimidade (valorização, reconhecimento) não. A tese apresentada buscará subsídios e fundamentação na realidade, em consideração ao universo anteriormente contextualizado, na perspectiva de construir conhecimentos originais mediante a temática, até então não abordada, de acordo com pesquisa exploratória previamente realizada.

A partir de então, está posto o desafio da construção prática do processo de pesquisa em função do objeto de estudo proposto, com base em referenciais teórico-metodológicos. Chegamos ao ponto de como desenvolver a pesquisa propriamente dita, considerando as exigências que fazem jus ao conhecimento científico.

Partindo do pressuposto de que é o objeto que define o método de pesquisa, e não o contrário, serão realizados alguns apontamentos que justifiquem a escolha do referencial teórico-metodológico.

O objeto em questão – legitimidade do Serviço Social – compõe um contexto da realidade social que necessita ser observado em sua historicidade. O objeto referencia-se como uma parte do todo do processo de consolidação da profissão na sociedade brasileira, envolvendo diversos aspectos. Desta forma, não pode ser observado isoladamente, e sim de forma articulada às demais partes pertencentes a esta realidade, que ao longo do percurso de atuação do Assistente Social foi se delineando, envolvendo as relações de forças presentes internas e externas à categoria profissional. As continuidades e descontinuidades, bem como as contradições existentes e evidentes em tal cenário, dizem respeito ao movimento próprio da realidade de construção e descontração de paradigmas a fim de avançar no espaço reflexivo e prático de tais relações.

Considerando a dinamicidade do objeto e a sua localização no âmbito do real concreto, não há outra perspectiva senão a adoção do materialismo histórico dialético como método de pesquisa, capaz de garantir melhores condições metodológicas de aproximação à realidade do objeto, que singularmente está relacionado ao todo, e particulariza-se mediante estas mesmas interações.

[91] Propõe a garantia aos alunos de ensino fundamental e médio de atendimento por equipe formada por psicólogos e assistentes sociais.

Faz-se necessário algumas considerações a respeito de tal método. O materialismo histórico dialético é considerado nas ciências humanas e sociais um caminho de pesquisa que preza a abordagem crítica da realidade, considerando suas contradições, mutabilidade e historicidade. O conhecimento se constrói mediante a abstração do objeto em sua materialidade, ou seja, no real concreto, que sob um processo de mediação é colocado à prova no movimento de negação da realidade, resultando deste processo de análise a síntese – realidade transformada – conhecimento elaborado que transcende a aparência e atinge a essência do objeto. Sendo um método revolucionário no campo científico por desmistificar a realidade tal como se apresenta e concebê-la de forma articulada em uma totalidade social, é referência perante a superação de abordagens conservadoras e positivadas das pesquisas das áreas das ciências humanas e sociais. São referências importantes para fundamentar teoricamente tal método Karl Marx, Karel Kosik e Georg Lukács.

Para Marx (1968, p. 16), no processo de investigação, o pesquisador "tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas".

De acordo com Kosik (2010, p. 18),

> A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.

Para Luckács (1978, p. 88),

> A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular.

A Pesquisa Exploratória oportunizou aproximação com a realidade do objeto no que compete a algumas exigências de Pesquisa. Por não haver mapeamento atual dos municípios paulistas que dispõem legalizada a inserção do Serviço Social na Política Educacional Básica de nível da Educação Infantil e Fundamental e que considere os objetivos deste estudo, impõe-se a necessidade de realizar mapeamento a respeito do assunto. Em decorrência do Estado ser composto por 645 municípios, torna-se necessário adotar alguns procedimentos para identificar informações preliminares do contexto do objeto, imprescindíveis ao desenvolvimento subseqüente do processo de investigação proposto. Em um primeiro momento, buscar-se-á informações a respeito dos endereços eletrônicos e ou números telefônicos das Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios Paulistas, considerando que tais órgãos terão maiores condições de informar sobre a existência e atuação do Serviço Social na Política Educacional nos municípios, uma vez que tradicionalmente promove eventos e organiza reuniões que envolvem Assistentes Sociais das diversas áreas. O levantamento dos contatos das Secretarias poderá ser obtido por meio das DRADS – Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social[92], que se concentram em um total de 26, conforme relação disponível on-line[93], uma vez que estas acompanham os municípios no que compete ao desenvolvimento da Política de Assistência e com certeza disporão dos contatos das Secretarias de Assistência dos Municípios. Cabe o esclarecimento de que não se buscará tais informações por meio das Secretarias de Educação, julgando-se que tal setor poderá desconhecer a atuação do Serviço Social na Política Educacional, uma vez que tradicionalmente não encontra-se envolvido com a temática da inserção do Serviço Social na área educacional, conforme realidade observada com base na Pesquisa de Mestrado. Encaminhar-se-á correspondência às DRADS via e-mail, esclarecendo sobre a pesquisa, bem como solicitando informações sobre: 1) Contatos das Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios paulistas (e-mail ou número telefônico).

[92]De acordo com o Decreto Nº 49.688, de 17/06/2005, dentre as atribuições das DRADS conforme art. 47, encontra-se o de: "Orientar e assistir municípios e entidades sociais na implementação e no acompanhamento de políticas e programas de assistência e desenvolvimento social sob orientação técnica dos Grupos que compõem a Coordenadoria.

[93] Relação disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/institucional_drads.

Em um segundo momento, tendo em mãos os contatos das SMAS, encaminhar-se-á e-mail as mesmas tratando da pesquisa, bem como solicitando informações a respeito da existência de atuação do Serviço Social na Política Educacional nos referidos municípios paulistas. Os dados do 2º momento, refletirão na identificação de quais municípios paulistas possuem o Assistente Social atuante na Política Educacional, bem como no levantamento das instituições educacionais que contam com tal profissional, e também o número de Assistentes Sociais atuantes em cada município.

Considerando a possibilidade de identificação de uma realidade ampla com relação ao número de municípios e de Assistentes Sociais, inviabilizando uma abordagem qualitativa do contexto em questão, para contribuir com a análise os municípios serão organizados em grupos conforme o número, a presença/atuação do Serviço Social na Política Educacional. Será escolhido 01 município de cada Grupo para participar da pesquisa em seu momento final, elencados de acordo com estes os sujeitos de pesquisa (01 Assistente Social e 01 coordenador pedagógico da instituição educacional). Com relação aos Assistentes Sociais serão desenvolvidas entrevistas semi-estruturadas, a fim de conhecer o contexto de inserção do profissional na Política Educacional em tal município.

Será possível identificar algumas particularidades com relação ao contexto da legalização do Serviço Social no Estado e municípios paulista. Dentre elas, o número de municípios que possuem regulamentada a atuação do Serviço Social na Política de educação; a relação cronológica de tal processo de legalização; o número de assistentes sociais que compõem o quadro municipal e estadual da Política de Educação; as condições de trabalho do profissional na área educacional mediante a relação de cargos, salários e vínculo empregatício; por qual iniciativa/demanda se deu o processo de legalização da atuação profissional (movimentação das escolas, movimentação dos assistentes sociais, movimentação do poder público). Tal abordagem se torna imprescindível para subsidiar o debate em torno da legalidade do Serviço Social na Política Educacional, socializando a experiência e realidade do Estado de São Paulo sobre a temática, possibilitando a ampliação em torno das reflexões em torno da legitimidade da atuação profissional em tal cenário.

Com relação aos Coordenadores Pedagógicos, também há a intenção de realizar entrevistas semi-estruturadas via contato pessoal, considerando que a manifestação de tais profissionais trará subsídios empíricos para o debate sobre a legitimidade do trabalho do Serviço Social na Política Educacional nos municípios e nas escolas, enfim, perante as diversas relações inerentes a este contexto, considerando um olhar de fora da categoria profissional.

Assim, considera-se este momento da pesquisa como imprescindível mediante a busca pelo desvelar da realidade de trabalho dos Assistentes Sociais na Política Educacional dos municípios paulistas, no que compete às expectativas com relação ao trabalho do Serviço Social na Política Educacional; à importância do trabalho desenvolvido na área educacional do município; à compreensão dos sujeitos a respeito da identidade / especificidade do Serviço Social em tal área; e às contradições inerentes ao processo de trabalho do Serviço Social na Política de Educação. A análise se dará por abordagem qualitativa das informações, considerando as categorias empíricas, que serão evidenciadas por meio das respostas dos sujeitos e elencadas metodologicamente para contribuir com o trabalho de interpretação da realidade do objeto, que singularmente representa uma totalidade.

Considerando as referências das abordagens das categorias teóricas e empíricas observadas até então com relação ao objeto de estudo, haverá a possibilidade de promover um diálogo desta realidade com órgãos representativos do Serviço Social e da Educação. Para tanto, almeja-se realizar entrevista aberta com representantes do Grupo de Trabalho de Educação do CFESS (atualmente desfeito), mas cujos representantes ainda continuam promovendo o debate em nível nacional e de CFESS, bem como representante da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, levando-se em consideração pontos-chave identificados com a pesquisa e que poderão ser evidenciados somente ao longo de seu desenvolvimento. As entrevistas poderão ser realizadas por meio de contato pessoal, vídeo-conferência e/ou outro recurso disponível e viável à esta fase de investigação. O processo de análise também se dará por abordagem qualitativa das informações, elencando categorias empíricas.

Apesar da Pesquisa de Campo se apresentar e organizar em etapas, não concebe-se o conhecimento compartimentalizado e desarticulado, atendendo a fins de viabilizar o processo metodológico de aproximação com a realidade empírica, possibilitando a construção de conhecimentos na articulação das partes com o todo.

Pôde-se observar e comprovar ao longo deste exercício de materializar a proposta de pesquisa que, as etapas teórico-metodológicas de um estudo científico nas ciências sociais respondem à trajetória de abstração da realidade do objeto, que por sua vez se apresenta em constante movimento na historicidade. Por isso, a metodologia de pesquisa é algo que se constrói ao longo do processo de aproximação com a realidade, em atenção às exigências do objeto para o desvelar de suas particularidades, em superação à aparência e aproximação à sua essência.

Dentre os recursos metodológicos delimitados para a realização da Pesquisa e a busca dos objetivos propostos encontram-se: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo.

A Pesquisa Bibliográfica compreenderá, de acordo com Mioto; Lima (2007, p. 38), "[...] em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso não pode ser aleatório". Desta forma, exige leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória seletiva, leitura reflexiva ou crítica, leitura interpretativa.

A Pesquisa com base Documental, se refere a "[...] toda fonte de informações já existente. Pensa-se, é claro, nos documentos impressos, mas também em tudo que se pode extrair dos recursos audiovisuais..." (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 166). Dentre as fontes impressas encontram-se publicações de organismos que prestam contas de suas realizações, tais como UNESCO e IBGE, artigos de jornais e periódicos, legislações, entre outros.

A pesquisa de Campo, conforme explicitado no texto, prevê o trabalho de levantamento de informações estatísticas com base em dados coletados em coerência à realidade do objeto, bem como informações qualitativas, com base na manifestação dos sujeitos sobre suas experiências e vivências. No entanto, a abordagem analítica da Pesquisa de Campo em sua totalidade se faz qualitativamente, uma vez que as informações estatísticas são apenas fontes para representar uma determinada realidade, exigindo uma compreensão qualitativa de seus determinantes.

De acordo com DUARTE (2002, p. 151),

> De modo geral, ao final de um trabalho de campo relativamente extenso, pode-se ter em mãos em torno de trinta entrevistas semi-estruturadas, de uma hora e meia cada (cuja transcrição dá, em média, vinte a vinte e cinco laudas); registros escritos de conversas não gravadas; eventuais mensagens trocadas por correio eletrônico; notas de campo; materiais audiovisuais; textos e/ou reportagens sobre o tema, publicados em jornais e revistas; notas biográficas e, ainda, dados de outras pesquisas sobre o mesmo tema ou temas afins.

A análise qualitativa dos dados pressupõe a organização, categorização e classificação prévia de todo o material coletado, cuja tarefa pode ser realizada através da submissão dos dados a recursos de informática com programas específicos, ou manualmente/braçalmente pelo próprio pesquisador. Sem esta etapa torna-se impossível a interpretação da realidade observada com a pesquisa. A exposição dos dados/informações pode ser feita de várias formas, utilizando-se de gráficos, tabelas, quadros, listagens, dentre outros, em atenção àquela que melhor represente os dados e contribua com a compreensão do pesquisador/leitor com relação aos mesmos.

Vencida a fase anterior, o que ganha evidência é a capacidade do pesquisador articular a fundamentação teórica com o conhecimento empírico, não que isto ocorra somente nesta fase; o conhecimento faz parte de um processo que se constrói ao longo do desenvolvimento da pesquisa. No movimento próprio da elaboração do conhecimento de abstração e comparação dos dados, há que se encontrar respostas que vão ao encontro da problematização e objetivos inicialmente previstos, evidenciando a realidade do objeto na sua essencialidade, em superação às suas representações iniciais.

Considerações Finais

O conhecimento é algo incessantemente buscado pela humanidade. Porém a busca pelo conhecimento científico exige responsabilidade epistemológica e maturidade metodológica. Tais requisitos não são incorporados ao pesquisador aleatoriamente, são resultados da experiência de se fazer pesquisa, que envolve respaldo teórico-filosófico e metodológico. A pesquisa deve expressar compromisso com a construção e não produção de conhecimentos: a construção envolve o desafio de construir ineditamente os caminhos da pesquisa com relação ao objeto de estudo, em atenção à sua historicidade, contraditoriedade e dialeticidade do real, objetivando o bem coletivo. No nível da produção, os conhecimentos atingem a imediaticidade das exigências das agendas de pesquisa, sem a devida maturação, sem o devido cuidado epistemológico e metodológico, respaldam-se muito mais pela quantidade do que pela qualidade. No entanto, a construção de conhecimentos não se mostra tarefa fácil, sendo fruto de muito envolvimento e trabalho. Nesta perspectiva, o trabalho apresentado caracteriza-se em seu tempo e movimento histórico de fase inicial de pesquisa que abrange as abordagens teóricas sobre a temática, evidenciando lacunas na fase empírica por ainda não ter se aproximado concretamente desta – ir a campo. O exercício de materializar metodologicamente as intenções quanto ao objeto de pesquisa, possibilitou identificar as suas possibilidades, limites e desafios, verificando a viabilidade do estudo ao longo do processo de aproximação com a realidade do objeto.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação pública e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 63, 2000.

Acompanhamento dos Projetos de Lei em Tramitação na Camara dos Deputados e no Senado. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/acompanhamento-PLs-2013-marco. Acesso em: 24/04/2014.

AQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. 9. ed. Editora Jurídica Brasileira, 2014.

Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prédes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005
BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social - fundamentos ontológicos. Editora Cortez, 2013.

BATISTUTE, Jossan; MARQUESI, Roberto Wagner (Org.). **Direito e Legislação Social**. Editora Pearson Education do Brasil, 2009.

BOBBIO, N. A Era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Dicionário de Política**. 12 ed. V. 2. Editora UNB, 2002.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** São Paulo: Veras; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2008.

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prédes... [et al.].-- Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 20/04/2014.

_____. **Profissionais inscritos** / as ativos / as nos CRESS 2008 – 2013. Pesquisa Disponibilizada pelo CFESS por e-mail.

_____. Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação. CFESS, 2011.
CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. In: Educ. Soc. V. 23. N. 80. Campinas: Set/2002.
CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas da Educação: um convite ao tema. In: **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 2002.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas: Papirus, 1997. (Magistério: formação e trabalho pedagógico)

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa. n. 115, março de 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf. Acesso em: 18/04/2014.
elementos para análise. **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 14, n. 1, p. 41-62, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que o Serviço Social quer dizer. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./.dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt.>. Acesso em: 30 jun.2012.

FÁVERO, O. (org). A Educação nas constituintes brasileiras. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como Necessidade e Problema nas Ciências Sociais. In: **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste** – Campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, pg. 41-62. 1º sem. 2008.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

_____. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. Disponível em http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf. Acesso em 14/04/2014.

Instituições de Ensino Serviço Social – São Paulo. Disponível em: http://www.educaedu-brasil.com/centros/servico-social/sao-paulo. Acesso em: 23/04/2014.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 11 ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1996.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEGALIDADE. Dicionário on-line Português. Disponível em: http://www.dicio.com.br/legalidade/. Acesso em: 27/04/2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre Mediações**: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, v. 43, p. 136-141, 1993.

_____(Org.). O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Àreas do Saber. 3 ed. São Paulo:Cortez, 2001.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social:** Elo para a Construção da Cidadania. 267 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
PUC/SP, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm.>. Acesso em: 22 jun. 2012.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968.

_____; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12 ed. HUCITEC: São Paulo, 2010.

_____. (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, Georg. Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria da particularidade. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; LIMA, Telma Cristiane S. de. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa Bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
MONTAÑO, Carlos. Um Projeto para o Serviço Social Crítico. **Revista Katálysis. Florianópolis**, v. 9, n.2, p. 141-157, jul./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000200002.>. Acesso em: 01/04/2014.

MOROZ, Melania; Gianfaldoni, Mônica Helena T. A. O Processo de Pesquisa: iniciação. 2. ed. V.2 Liber Livros, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília – DF, 2009. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e Escola:** trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
OLIVEIRA, C. A. H. S.; ELIAS, W. F. As Diferentes Configurações da Dimensão Sócio-educativa do Serviço Social Brasileiro na sua Trajetória Histórica Profissional. **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 17, n. 2, p. 61-83, 2008.

OLIVEIRA, Romualdo Portella. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu Restabelecimento pelo Sistema de Justiça. **Revista Brasileira de Educação.** Nº.11, p. 61-74, mai./jun./jul./ago, 1999. Disponível em: < www.anped.org.br.>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PALMA FILHO, João Cardoso. Impactos da Globalização nas Políticas Públicas em Educação. In: **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Política Educacional**. São Paulo: Unesp, 2003.

PALMA, Diego. **A Prática Política dos Profissionais**: o caso do Serviço Social. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez; Lima (Peru), Celats, 1986.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário Educacional**. Tese (Doutorado). Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Sociedade. Franca: Unesp, 2008.

_____. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 18, n.2, p. 182-206, Unesp, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradativa, 2008. Capítulo A Problemática. Texto em PDF.

RICHARDSON, Roberto J; Colaboradores José Augusto de Souza Peres...(et. Al.). São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANELLI, Oltaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil:** (1930/1973). 36. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

SANFELICE, José Luís. Dialética e Pesquisa em Educação. In: **Marxismo e Educação – debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

_____; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História da Educação:** perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas/SP: Autores Associados/HISTEDBR, 1999. (Coleção Educação Contemporânea)

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Nº 48, p. 11-32, jun.1997.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum a consciência Filosófica. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996. (Coleção Educação Contemporânea)

_____. Trabalho e Educação: fundamentos históricos e ontológicos. In: Revista Brasileira de Educação. V. 12. N. 34. Jan/abr, 2007

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à Pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 10. n. esp., p. 64-72, 2007.
SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa no Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O poder da verdade e a verdade do saber. In: **O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMIONATTO, Ivete**. Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1. 255p .

_____; LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 215 – 226, ago./dez. 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica do Serviço Social. Vol.3)

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação**: saberes e competências necessárias ao fazer profissional. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal: 2008.

STEIN, R. H. . Implementação de Políticas Sociais e a descentralização político-administrativa. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. (Org.). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB, 2000, v. 3, p. 71-85.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias (revisão teórico-conceitual). Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 54, julho/1997.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As Múltiplas Dimensões Presentes no Exercício Profissional do Assistente Social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista.** Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul./dez. 2009.

VIEIRA, Evaldo. Sociologia da Educação: **Reproduzir e Transformar**. 3ª ed. São Paulo: FTD, 1996. (Coleção Aprender e Ensinar).

BRASIL. Decreto Nº 49.688, de 17 de Junho de 2005. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/78.pdf. Acesso em: 21/05/2014.

Plano individual de atendimento e audiência concentrada: o ponto de vista de assistentes sociais e psicólogos/as judiciários/as

Este texto surgiu a partir de projeto de tese em desenvolvimento, que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - câmpus de Franca - SP e tem como objetivo conhecer e refletir sobre o que assistentes sociais e psicólogos/as judiciários/as pensam sobre o Plano Individual de Atendimento e a Audiência Concentrada. Historicamente, crianças e adolescentes foram institucionalizados/as como resposta imediata à ausência de moradia, trabalho e renda dos familiares, fatores que expressam a questão social brasileira. No entanto, a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o acolhimento institucional se tornou medida excepcional e provisória, o que foi corroborado pela Lei nº 12.010/09, responsável pela implantação do Plano Individual de Atendimento e da Audiência Concentrada como instrumentais inovadores de trabalho que primam pelo direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Desde 1990, crianças e adolescentes passam a ocupar o papel de protagonistas sociais e, em 2009, as famílias também ocupam tal papel no momento em que são ouvidas e suas opiniões são devidamente consideradas. A equipe interprofissional que trabalha no programa de acolhimento institucional é responsável pela elaboração do Plano Individual de Atendimento, que deve ter especial foco na trajetória de vida das famílias, na luta pela efetivação dos direitos sociais violados, nos limites e possibilidades da reintegração familiar e na defesa de uma nova cultura de intervenção nas famílias. Outro instrumental recente é a Audiência Concentrada, compreendida como a reunião de todos os atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente para discussão caso-a-caso e tomada de providências necessárias. As equipes interprofissionais judiciárias, compostas por assistentes sociais e psicólogos/as judiciários/as, são responsáveis pela anáslise e homologação do Plano Individual do Atendimento, pela realização de estudo psicossocial prévio e pela participação na Audiência Concentrada, além da articulação dos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Tais equipes trabalham articuladas, especialmente, às equipes interprofissionais do programa de acolhimento institucional, as quais realizam o trabalho social com as famílias das crianças e adolescentes acolhidos. Como sujeitos da pesquisa, elegeremos as equipes interprofissionais judiciárias que atuam na 39ª Circunscrição Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, composta pelas Comarcas de Batatais, Brodowski, Altinópolis, Orlândia, Morro Agudo e Nuporanga e que tenham demanda de trabalho relativa ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes. A pesquisa de campo será realizada através de entrevistas semiestruturadas, que se configuram como um dos instrumentais mais utilizados nas pesquisas sociais, pelo fato de propiciar o diálogo reflexivo. Os dados obtidos serão agrupados através de categorias de análise sob o foco qualitativo. Para análise destes dados, utilizaremos a análise de conteúdo, que pode ser definida como uma técnica de compreensão, interpretação e explicação de dados que tem como objetivo a ultrapassagem das evidências imediatas para se chegar à essência.

016-2332

Vanessa de Oliveira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
vanessao@tjsp.jus.br

Neide Aparecida de Souza Lehfeld
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
nlehfeld@unaerp.br

O tema de nossa pesquisa surgiu a partir de reflexões advindas do trabalho profissional como assistente social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), atualmente em exercício na Comarca de Altinópolis.

Dentro desse Poder de Estado, é utilizado o trabalho intelectual do/a assistente social e do/a psicólogo/a como membros de equipes interprofissionais destinadas a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, a partir do que determina do Art. 150, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é uma legislação inovadora e que foi conquistada a partir das lutas sociais empenhadas na década de 1980 contra o regime civil-militar brasileiro.

De modo geral, assistentes sociais e psicólogos/as atuam de forma interdisciplinar no intuito de ampliar o conhecimento “contribuindo para uma visão da complexidade, da globalidade da realidade, possibilitando assim a participação em outros universos, refazendo a leitura do mundo” (FRANCO; SILVA, 2012, p. 221).

Consideramos importante que as intervenções interprofissionais estejam situadas no contexto histórico, econômico, político e social concreto. Para tanto, faz-se necessária a reflexão crítica sobre esse espaço sócio-ocupacional de atuação.

A tarefa essencial do Poder Judiciário deveria ser a garantia dos direitos fundamentais e sociais (FÁVERO, 2009, p. 162), no entanto, de modo geral, a estrutura desse Poder de Estado responde à necessidade de preservação

da ordem social instituída, pois tal Poder contribui para o processo de reprodução das relações sociais existentes no modo de produção capitalista[lv].

A sociedade capitalista está alicerçada na seguinte contradição fundamental: a socialização da produção é progressivamente aprofundada, enquanto a apropriação de seus frutos é privada, ou seja, "por mais socializada que esteja a produção (e a produção capitalista tente à socialização infinita), o caráter privado da apropriação do excedente permanece intocado." (NETTO; BRAZ, 2011, p. 175), ampliando a questão social em suas múltiplas dimensões e, consequentemente, gerando a necessidade do trabalho do/a assistente social.

É nessa seara densa e contraditória que assistentes sociais, comprometidos com os princípios éticos-políticos preconizados no Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, tentam utilizar pequenas veredas para romper com práticas profissionais conservadoras e burocrático-formais.

Ao tentar efetivar pesquisas científicas, a partir das demandas que emanam do cotidiano de trabalho, assistentes sociais e psicólogos/as tentam construir conhecimentos desalienantes, no intuito de compreender, analisar, explicar, opinar e intervir sobre esta realidade que precisa ser conhecida em sua essência.

Embora o Serviço Social seja uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho e o/a assistente social esteja submetido/a à condição assalariada, ele/a possui relativa autonomia no desempenho de suas funções.

A relativa autonomia do trabalho profissional do/a assistente social é:

> tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil (IAMAMOTO, 2012, p. 215).

Ao contar com a possibilidade de utilizar o poder do conhecimento, pelo poder formal dado pela natureza da instituição judiciária e pelas leis em vigor, o/a profissional do Serviço Social tem uma parcela de poder de decisão que deve ser utilizada para a conquista, efetivação e consolidação de direitos sociais.

"O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" (CFESS, 2005, p. 21) é um dos princípios do CEP de 1993 que reforça a educação permanente como indissociável dos elementos técnico-operativos do trabalho profissional com as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Para tanto, a política de educação permanente do/a assistente social[lvi] justifica que a dinâmica e complexa realidade em constante transformação produz aceleradamente questões que precisam ser desveladas e analisadas através do deciframento cotidiano da realidade social, ou seja:

> (...) pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. (CFESS, 2013, p. 8)

A política de educação permanente do/a assistente social compreende, em sentido amplo, a educação como preparo para a vida em sociedade, ou seja, a construção de conhecimentos na tentativa de alcançar a dimensão mais ampla da organização política da categoria, colocando-se como uma necessidade em todas as profissões e áreas de conhecimento.

Além de confeccionar relatórios, laudos e pareceres que servem como subsidio à decisão judicial, o exercício profissional do/a assistente social:

> (...) no âmbito do Poder Judiciário, pode e deve ir além do que apenas o subsídio técnico ao/à juiz/a, mas atuando a partir da possibilidade do acesso da população a seus direitos fundamentais, corroborando com o avanço de mecanismos que possibilitem o acesso a uma justiça social. (CFESS, 2014, p. 46).

O/A assistente social judiciário/a utiliza a pesquisa científica como ferramenta para obter conhecimento crítico sobre a realidade social, a fim de realizar intervenções críticas e ações propositivas em consonância com o compromisso ético-político do profissional com o trabalho e com os usuários deste.

A pesquisa é um dos instrumentos de trabalho do/a assistente social e tem o intuito de sistematizar o conhecimento e romper com a dicotomia trabalho profissional/pesquisa científica, ao considerar o Serviço Social como uma profissão que:

> [...] tem a capacidade teórica de elaborar conhecimentos que se voltam para a aplicação prática, mas também que ampliam o conhecimento acumulado sobre a realidade social na sociedade capitalista. (ROSA, 2008, p. 27)

É sabido que em Comarcas de pequeno porte o/a juiz/a exerce competência cumulativa que abrange diversas áreas jurídicas, quais sejam: Infância e Juventude, Cível, Criminal, Família e Sucessões, dentre outras, fator este prejudicial à especialização do/a magistrado/a em determinada área.

Nessas Comarcas, o/a assistente social atua junto às Varas de Famílias e Sucessões e também nas Varas da Infância e Juventude, nas quais o/a profissional de Serviço Social se depara com antigos e novos desafios.

O Art. 227 da Constituição Federal (CF) de 1988 positivou amplos direitos às crianças, adolescentes e suas famílias, direitos estes corroborados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Contudo, o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes afastados de suas famílias por medidas protetivas obteve reconhecimento somente em 2009, através das alterações promovidas no ECA pela Lei nº 12.010/09, equivocadamente denominada Nova Lei de Adoção, pois de fato prima pela reintegração de crianças e adolescentes à sua família de origem ou biológica.

A Infância e Juventude é uma área de intervenção profissional que apresenta diversos desafios ao trabalho de assistentes sociais e psicólogos/as, uma vez que persiste, até os dias atuais, a instauração de procedimentos verificatórios e/ou pedidos de providências, os quais violam preceitos constitucionais como o princípio do contraditório, o direito à ampla defesa e o devido processo legal.

Observa-se na atualidade a coexistência de ambos os paradigmas relativos à situação à Infância e Juventude, ou seja, tanto o modelo menorista baseado na "situação irregular do menor" quanto o princípio de "proteção integral" de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

Em contexto de avanço neoliberal sobre o globo e acirramento da questão social, a qual "condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche" (IAMAMOTO, 2012, p. 156), cabe ao/à assistente social judiciário/a o desvelamento das demandas postas diariamente no âmbito profissional.

A cada dia, os Tribunais de Justiça são procurados na ânsia de efetivar direitos, entendidos, no sentido amplo, enquanto produtos das necessidades humanas, que se desvelam nas relações sociais concretas, dialéticas e contraditórias, pois "o próprio movimento da história recente do nosso país engendrou (tanto) uma crescente *judicialização* dos conflitos sociais, quanto a *justiciabilidade* dos direitos sociais." (BORGIANNI, 2013, p. 412).

A partir da experiência profissional, surgiu a temática dessa pesquisa no intuito de problematizar a contribuição do Plano Individual de Atendimento (PIA) e da Audiência Concentrada (AC) como instrumentos de trabalho que defendem a tentativa de resolução ou apontamento de alternativas capazes de abarcar as situações complexas que culminaram no acolhimento institucional[lvii] de crianças e adolescentes, privando-os do direito à convivência familiar e comunitária.

Em consonância às legislações na área infanto-juvenil, em 2006 foi traçado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que prima pela proteção social das famílias de origem, visando à implantação de uma política estatal capaz de enfrentar a histórica condição de abandono de crianças, adolescentes e famílias advindas de classes sociais pauperizadas e em situação de extrema vulnerabilidade social.

Além dos programas específicos de atendimento a essas famílias, o PNCFC defende a execução de tarefas estruturais como a estabilidade econômica com crescimento sustentado, geração de emprego e oportunidade de renda, combate à pobreza e promoção da cidadania e da inclusão social.

O PIA é um instrumento inovador de intervenção na família e foi introduzido no ECA através da Lei nº 12.010/2009. De acordo com o Art. 101, § 4º, do ECA "imediatamente após o acolhimento[lviii] institucional da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar".

O PIA, enquanto instrumento de apreensão da singularidade, deve ser realizado de forma interprofissional, ou seja, por assistentes sociais, psicólogos/as e outros/as profissionais e também de forma interinstitucional, mediante a articulação entre o programa de acolhimento institucional, a equipe interprofisisonal do Fórum, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)/Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e outros.

A elaboração do PIA deve considerar que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deve se efetivar através de ações governamentais articuladas ente a União, os Estados e os Municípios. As crianças e adolescentes, bem como suas famílias, ocupam papel central na elaboração, consolidação e execução do PIA.

Durante a elaboração do PIA, a equipe interprofissional do programa de acolhimento institucional deve considerar:

> (...) o que existe de singular e de plural em cada sujeito, levando em conta o contexto em que está inserido. Significa entender como cada caso participa de um sistema mais amplo, que envolve a história social e familiar, a inserção comunitária, a violência estrutural e todas as relações nas quais o sujeito se constrói e é construído como um ser social. (BERNARDI; GUARÁ, 2013, p. 5).

A avaliação interprofissional caso-a-caso tem a finalidade de compreender as dimensões que deram origem ao acolhimento institucional, a complexidade da trajetória de vida familiar e a situação atual, bem como a possibilidade de reinserção da criança em sua família biológica. Deve-se considerar o outro como coparticipante do processo de significação de sua história.

Ao/À profissional de Serviço Social cabe a tarefa de compreender os indivíduos sociais em seus contextos sócio históricos, enquanto membros da classe-que-vive-do-trabalho, além de buscar conhecer as condições concretas de vida e de trabalho e suas reais necessidades quanto à "inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física" (CFESS, 2011).

> As principais metas do PIA devem se voltar para a construção de relações afetivas consistentes que permitam à criança ou ao adolescente conviver bem consigo mesmo, com outras crianças, com familiares e membros da comunidade e ser por eles protegidos. A autonomia e consolidação de um projeto de vida emancipador dependem do investimento realizado em cada pessoa que, tendo sido alvo de uma medida de proteção, conheçam e ampliem seus direitos de pertencimento. (BERNARDI; GUARÁ, 2013, p. 10).

Uma das questões a serem trabalhadas é o resgate ou a construção de vínculos de pertencimento que propiciem o enceramento de fato do rompimento familiar.

De modo geral, os profissionais que compõem as equipes interdisciplinares dos programas de acolhimento institucional são vinculados ao Poder Executivo municipal. Dentro desse Poder de Estado, todos os profissionais e, em especial, os/as assistente sociais, se deparam com o cotidiano caótico de trabalho expresso na extrema precarização das condições de trabalho, muitas vezes regidas por vínculos empregatícios flexibilizados e temporários.

Considerando a raiz histórica e cultural brasileira, o Poder Executivo municipal é um local marcado pelo "coronelismo", caracterizado como um "fenômeno que indica a rarefação do poder público frente ao poder privado ou a privatização de funções e de recursos públicos em função de interesses privados." (IAMAMOTO, 2012, p. 138).

Nesse contexto, os atuais chefes do Poder Executivo, em especial de cidades de porte pequeno, encarnam a nova figura do antigo "coronel", o qual, nos séculos passados exercia o poder mediante a posse da terra e da riqueza e, no momento atual, ocupa cargos públicos mediante um esquema de troca de favores.

Conforme Iamamoto (2013)[lix], nos municípios de porte pequeno I, ou seja, aqueles que têm até 20.000 habitantes, muitas vezes os/as assistentes sociais são obrigados a assumir a polivalência de atribuições, em meio aos baixos salários e à dificuldade de acesso aos avanços tecnológicos. Além desses fatores, tais municípios, geralmente, são marcados pela ingerência das forças políticas locais, pelo clientelismo e pelas fronteiras pouco nítidas entre o público e o privado, fatores que incidem na elaboração e execução do PIA.

Posteriormente à elaboração do PIA, ocorre a audiência concentrada, que é compreendida como um dos instrumentos a ser utilizado pelo/a juiz/a na reavaliação da situação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou familiar, conforme o que está positivado no ECA, no art. 19, § 1º:

> Toda criança e adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

Embora a AC não esteja "*expressamente prevista em lei,* o que lhe retira a *obrigatoriedade* de realização e a *validade* perante o ordenamento jurídico" (LAMENZA, 2011, p. 1), o Provimento n° 32, de 24 de junho de 2013, emitido pela Corregedoria Geral de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)[lx], afirma que os Juízes da Infância e Juventude atuantes em todos o território nacional deverão realizar a AC com a finalidade de reavaliar a situação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento (institucional e familiar).

O que motivou a implantação da audiência concentrada foi o fato de que, embora a medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar seja legalmente definida como *excepcional e provisória* (ECA, Art. 101, § 1º), na prática, uma vez que uma criança e/ou adolescente ingressa em um programa de acolhimento, ela geralmente permanece um longo período nessa situação ou, até mesmo, até completar a maioridade.

A audiência concentrada pode ser compreendida como a *reunião* de todos os atores[lxi] que compõem o Sistema[lxii] de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente[lxiii] para discussão e aprovação do PIA e tomada de providências necessárias para a reinserção familiar e comunitária da criança e do adolescente, preferencialmente em sua família de origem ou extensa, respeitando o princípio da brevidade da medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar.

Tal audiência é designada pelo/a juiz/a da Infância e da Juventude, o qual intima a equipe interprofissional do Fórum; o Ministério Público na figura do promotor de justiça; o Executivo na figura dos secretários municipais responsáveis pela efetivação das políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência social, Habitação e Trabalho/emprego/renda; o Conselho Tutelar e o programa de acolhimento institucional representado pela equipe interprofissional.

Como a Comarca[lxiv] de Altinópolis, localizada no nordeste do Estado de São Paulo, não conta com Defensoria Pública, são nomeados advogados dativos, ou seja, pagos pelo Estado, para fazer a legítima defesa das crianças e adolescentes, bem como de seus familiares.

Todos esses atores partilham a responsabilidade pública na resolução da problemática que motivou o afastamento da criança e do adolescente de sua família de origem.

Consideramos importante a realização de parcerias entre todos esses atores sociais para se efetivar o direito à convivência familiar das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, sobretudo na esfera da concretização de direitos[lxv], em especial, os direitos sociais (moradia, trabalho e renda).

As crianças e adolescentes acolhidos também participam da audiência concentrada, bem como seus pais, avós, tios e primos ou a família extensa composta por pessoas com as quais as crianças e adolescentes mantenham vínculos de afinidade e afetividade (padrinhos, vizinhos, amigos).

O papel do/a assistente social judiciário/a na audiência concentrada é exercido através de uma intervenção indireta nos casos, ao articular a rede de proteção à criança e ao adolescente, ao analisar, homologar e revisar o PIA e ao realizar estudo social prévio à AC, bem como ao realizar a fiscalização dos programas de acolhimento institucional.

A AC geralmente ocorre no espaço de trabalho do Poder Judiciário, embora a recomendação seja para que ocorra no programa de acolhimento institucional. Ainda não existe consenso sobre essa questão, uma vez que a entrada na sala de audiências do juiz pode ser "assustadora" para crianças e adolescentes, mas também o comparecimento de tantas pessoas no programa de acolhimento pode gerar a invasão de privacidade e da intimidade, pois este é o local de moradia das crianças e adolescentes acolhidos.

Durante a AC ocorre o reconhecimento da responsabilidade primária e solidária do poder público na superação da problemática complexa do acolhimento institucional, reconhecendo os direitos sociais, econômicos e culturais das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias.

Do ponto de vista jurídico, ressaltam-se alguns pontos positivos da AC:

> A concentração dos atos processuais em uma audiência concentrada e a participação de todos os órgãos do sistema de garantias, em rodada única de discussão e deliberação, desburocratiza o procedimento e proporciona incremento no trabalho da rede de proteção, com consequente aceleração dos feitos. (PARANÁ, p.5).

Mesmo que a AC apresente índices de sucesso na alteração da situação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e familiar, pois "34,53% do total de crianças e adolescentes participantes das audiências tiveram sua situação pessoal e processual consideravelmente alterada" (SÃO PAULO, 2010b, p. 5), ainda existe certa resistência de magistrados/as quanto à realização da AC.

Com a finalidade de realizarmos o recorte territorial de nossa pesquisa, elegeremos a 39ª Circunscrição Judiciária, que está localizada dentro da 6ª Região Administrativa do TJSP, conforme demonstra o mapa a seguir.

Tabela 1: Mapa da Sexta Região Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A 39ª Circunscrição está inserida na divisão organizacional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual tem jurisdição sobre todo o Estado e é composto por 360 desembargadores. Nos órgãos de cúpula estão o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, que são eleitos para o mandato de dois anos, além de também contar com o decano e os presidentes das seções de Direto Criminal, Direito Público e Direito Privado, os quais integram o Conselho Superior da Magistratura. Há também o Órgão Especial, composto por 25 desembargadores: o presidente, os 12 mais antigos e 12 que são eleitos.

As Comarcas de Batatais, Brodowski, Altinópolis, Orlândia, Nuporanga e Morro Agudo compõem a 39ª Circunscrição Judiciária, cuja Comarca sede é Batatais – SP.

Considerando o caso concreto, a comarca de Altinópolis abrange também o município de Santo Antônio da Alegria, assim como a comarca de Nuporanga abrange o município de Sales Oliveira, totalizando oito municípios.

Apenas as Comarcas de Batatais – SP e Orlândia – SP contam com a presença de equipe interprofissional composta por assistente social e psicólogo/a, sendo que as demais Comarcas possuem apenas assistente social em seu quadro de funcionários, conforme os dados apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2: Comarcas que compõe a 39ª Circunscrição Judiciária do Estado de São Paulo e o número de Profissionais de Serviço Social e Psicologia

Comarcas	N° de Assistentes Sociais e Psicólogas
Batatais (sede)	03 assistentes sociais 02 psicólogas
Altinópolis	01 assistente social
Brodowski	02 assistentes sociais
Nuporanga	01 assistente social
Orlândia	02 assistentes sociais 01 psicóloga
Morro Agudo	01 assistente social

Fonte: Dados obtidos durante reunião entre equipes interprofisssionais da 39ª Circunscrição ocorrida no Fórum de Batatais em 10 de abril de 2014.

No ano de 2007 houve a implantação da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) no TJSP com a finalidade de prestar assessoramento aos juízes nas matérias afetas à Infância e Juventude[lxvi].

Para contextualizar nossa pesquisa, apresentamos alguns dados quantitativos sobre os municípios citados[lxvii].

Batatais possui 56.476 habitantes (porte médio) e abarca em seu município uma Fundação Casa, bem como dois programas de acolhimento institucional que são executados pela prefeitura em convênio com uma organização não governamental (ONG). Neste município, existe um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Sua economia gira em torno da agricultura, agropecuária e indústria de produtos em aço inox.

Altinópolis é uma cidade com cerca de 15.607 habitantes (porte pequeno I), com economia voltada para o cultivo do café, que foi marca crucial para seu desenvolvimento, mas também pela implantação de outras atividades ligadas à agricultura e agropecuária. A cidade de Santo Antônio da Alegria possui cerca de 6.304 habitantes (porte pequeno I)e também tem sua economia baseada, principalmente, no cultivo do café.

Orlândia possui cerca de 39.781 habitantes (porte pequeno II). Sua economia é marcada pela intensidade industrial e pela sua logística estratégica, estando entre dois grandes centros urbanos, ou seja, Ribeirão Preto e Franca.

Morro Agudo possui aproximadamente 29.116 habitantes (porte pequeno II) e sua economia gira em torno da indústria sucroalcooleira no cultivo de cana-de-açúcar e na agroindustrialização.

A cidade de Nuporanga possui cerca de 6.817 habitantes (porte pequeno I). Sua economia é voltada para o cultivo da agricultura (soja e café). A comarca abrange a cidade de Sales de Oliveira, com 10.568 habitantes (porte pequeno I), cuja principal atividade econômica advém das chamadas palheiras, ou seja, empresas que efetuam a manufatura da palha de milho visando o mercado tabagista.

Brodowski possui cerca de 21.107 habitantes (porte pequeno II) e possui uma economia marcada pela industrialização, possuindo na cidade algumas indústrias de reconhecimento nacional.

Além da urgência da efetivação de trabalho sistematizado e em rede na perspectiva da integração e articulação de ações, é imprescindível a implantação de políticas públicas que atendam às necessidades prementes das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e suas famílias que vivem na 39ª Circunscrição Judiciária.

Após o acolhimento institucional, é instaurado o processo judicial de acolhimento institucional, na observância de princípios constitucionais que zelam pelo devido processo legal, direito à ampla defesa e direito ao contraditório. Em tais processos, o/a juiz/a da Vara da Infância e Juventude determina a realização de estudo social ou psicossocial do caso concreto e também a avaliação e posterior homologação do PIA, que é elaborado pela equipe interdisciplinar do programa de acolhimento institucional.

Sobre o trabalho interdisciplinar no âmbito do Judiciário, não há psicólogo/a judiciário/a na comarca de Altinópolis, sendo que a psicóloga que exerce suas funções na comarca sede de Batatais trabalha em Altinópolis somente em algumas ações específicas, restando à única assistente social judiciária atuar como mediadora entre a criança, a família e o programa de acolhimento institucional, quanto à orientação dos direitos e deveres.

O CREAS é um órgão estatal que tem a família como foco de atuação a partir da territorialização, atua no eixo de proteção especial de média e alta complexidade, na qual a violação dos direitos da criança já ocorreu e visa ao fortalecimento de vínculos familiares. Este órgão inexiste em Altinópolis e Santo Antônio da Alegria. Existem duas equipes interprofissionais composta por assistente social e psicóloga, que acumulam outras funções junto ao Poder Executivo, que atuam nos dois programas de acolhimento existentes nos dois municípios.

Em Altinópolis, que conta atualmente com um adolescente de 17 anos acolhido, a equipe é composta por uma coordenadora, uma assistente social e uma psicóloga.

Em Santo Antônio da Alegria, desde que houve a implantação do programa de acolhimento institucional em 2011, ocorreu uma alta rotatividade de profissionais. Considerando o período de dois anos, a coordenação do programa de acolhimento foi exercida por quatro pessoas.

Recentemente, foi realizado concurso público nesse município, ocasião em que foram nomeados duas assistentes sociais e uma psicóloga, sendo que tais profissionais exercerão diversas atribuições cumulativamente. Porém, o programa de acolhimento institucional contará com os trabalhos de uma assistente social e uma psicóloga. No momento atual, existe um grupo de irmãos (de 14, 12, 09 e 08 anos) que está em situação de acolhimento institucional.

Ao Poder Executivo, teoricamente, compete implantar programas sociais que promovam o acesso da população à habitação, saúde, saúde mental, educação formal, geração de emprego e renda e outros, enquanto ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar cabem a função de atuar no eixo de defesa de direitos e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) efetivar o controle e fiscalização de direitos.

Na atualidade, em um contexto capitalista neoliberal, no qual milhares de famílias brasileiras passam por situações de extrema vulnerabilidade social, ocasionando dificuldades no cumprimento da função provedora e

protetora de seus membros, o acolhimento institucional de seus filhos é uma possibilidade de acesso a direitos básicos.

> Por trás da criança em situação de vulnerabilidade social, vitima das mais diversas sortes de violências, abandonos, vivências de ruas, encontra-se uma família de origem, também em igual situação de vulnerabilidade, situação essa intrinsecamente relacionada à questão social histórica do próprio país. (PEREIRA; ANDRADE, 2004, p. 36)

Segundo reflexões de Iamamoto (2012, p. 120), "o Estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção". Será que o PIA e a AC são instrumentais que reproduzem a nova/velha faceta do Estado enquanto ente integrador, para além das respostas repressivas, com o objetivo de reproduzir as relações de classe? Ou será que são de fato instrumentos de trabalho que contribuem para a brevidade da medida protetiva acolhimento institucional e reintegração familiar a partir do acesso concreto a direitos positivados?

Visando investigar a problemática apresentada, *a priori*, realizaremos a pesquisa bibliográfica, a qual, por ser uma temática que tem um enfoque na convivência familiar e comunitária, o que é relativamente recente no Brasil, ainda é carente de sistematização de cunho teórico, além de ser pouco publicizada. Posteriormente, realizaremos leituras, fichamentos e resenhas.

Durante reunião entre equipes interprofissionais da 39ª Circunscrição Judiciária, ocorrida no dia 10 de abril de 2014 em Batatais – SP, obtivemos a informação de que as comarcas de Batatais, Morro Agudo e Orlândia possuem crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, Brodowski não tem crianças acolhidas e não sabemos se existem acolhimentos institucionais na comarca de Nuporanga, pois o assistente social que atua nesta comarca não pôde comparecer na reunião devido à excessiva demanda de trabalho e às dificuldades de liberação do ponto junto ao juiz diretor do Fórum.

Batatais conta atualmente com trinta e oito crianças e adolescentes que estão sob a medida protetiva acolhimento institucional, enquanto Morro Agudo conta com nove crianças e adolescentes sob a mesma medida.

Como sujeitos da pesquisa, elegeremos as equipes interprofissionais compostas por assistentes sociais e psicólogos/as que estejam vinculados/as ao Poder Judiciário, que atuam na 39ª Circunscrição Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que tenham demanda de trabalho relativa a processos judicial de acolhimento institucional, com exceção de Altinópolis por questões éticas.

Tais equipes são responsáveis pela análise, homologação e revisão do PIA, pela realização de estudo social ou psicossocial prévio à AC, pela participação na AC e pela articulação dos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, com foco especial nas equipes interprofissionais do programa de acolhimento institucional, as quais atuam especificamente na reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos, além da fiscalização semestral de programas de acolhimento institucional.

Para a coleta de dados, realizaremos a aplicação de um questionário (APÊNDICE A) que será encaminhado a cada profissional da 39ª Circunscrição Judiciária do TJSP via e-mail para obtermos a informação sobre qual comarca tem a demanda de processos judiciais de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Posteriormente, manteremos contato telefônico ou pessoal com cada assistente social e psicólogo/a da 39º Circunscrição Judiciária do TJSP que tenha demanda relativa a acolhimento institucional no intuito de sensibilizá-lo/a sobre a necessidade de sistematização teórica relativa a essa temática e convidá-lo a participar dessa pesquisa, mediante apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

A pesquisa de campo utilizará o instrumental de pesquisa baseado nas entrevistas semiestruturadas que se configuram como um dos instrumentais mais utilizados em pesquisas sociais, pelo fato de propiciar o diálogo reflexivo, de acordo com Minayo (1994, p. 57):

> [...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela significa uma conversa [...], uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Através do roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE C), buscaremos apreender a fala dos sujeitos em sua complexidade, visando compreender as contradições e os elos de coerências através da forma como entendem e atuam nas questões relativas à medida protetiva acolhimento institucional.

As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas. Após a transcrição, as entrevistas serão remetidas via e-mail aos participantes da pesquisa para análise e possível alteração.

Para análise de conteúdo dos dados obtidos, buscaremos agrupá-los através de categorias de análise sob o foco qualitativo, a fim de compreender como os entrevistados percebem a problemática apresentada nessa pesquisa,

visando aproximações sucessivas com o sujeito-objeto, enfocando as opiniões, maneiras de agir e concepções atribuídas, a partir das vivências e experiências apresentadas.

Minayo (1994, p. 21) afirma que:

> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a análise de conteúdo, utilizaremos a definição de Bardin (1977):

> A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo também pode ser compreendida como uma técnica de compreensão, interpretação e explicação de dados que tem como objetivo a ultrapassagem das evidências imediatas, ou seja, "no desenvolvimento desse processo, que vai da descrição à interpretação, o pesquisador, por meio de inferências lógicas, realiza aproximações conceituais (...) por meio de mediações" (SETÚBAL, 1999, p. 76).

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. V.; OLIVEIRA, R. C. S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes: perspectiva histórica da implantação dos planos individuais de atendimento e das audiências concentradas. In: GOIS, D. A.; FÁVERO, E. (orgs.) **Serviço social e temas sociojurídicos:** debates e experiências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Personal, 1977.

BARROCO, M. L. S. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. (Biblioteca básica de serviço social; v. 4). São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica:** um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.

BERNARDI, D. F.; GUARÁ, I. M. F. R. **Plano Individual de Atendimento para crianças e adolescentes em programas de proteção**. Texto de apoio do projeto: Encontros de Formação. Mimeo. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 32**, de 24 de junho de 2013. Dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e da Juventude. Disponível em: <www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/provimento/provimento_32_24062013_27062013161710.pdf> Acesso em: 22 out. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Instrução Normativa nº 02,** de 30 de junho de 2010. Disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida. Disponível em: <www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=836> Acesso em: 11 out. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: CRESS 6. Região. **Coletânea de Leis.** Belo Horizonte: CRESS, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 24 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social:** manual informativo para jornalistas, gestores e técnicos. Brasília, DF: 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF, 2008. 143 p.

BORGIANNI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

Censo 2010. **Dados do município de Altinópolis**. Dispinível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Altin%C3%B3polis>. Acesso em 11 out. 2013.

Censo 2010. **Dados do município de Santo Antônio da Alegria**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Ant%C3%B4nio_da_Alegria>. Acesso em 11 out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução nº 273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. In: CRESS 6. Região. **Coletânea de Leis.** Belo Horizonte: CRESS, 2005.
_____. **Código de ética profissional do assistente social.** 9. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.
_____. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS.** Brasília – DF: 2013.
_____. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico:** subsídios para reflexão. Brasília – DF: 2014.
CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES (CNDCA); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) (coord.) **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: 2009.
FÁVERO, E. T. O que é o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 91, p. 179-190, set. 2007.
_____. Desafios e perspectivas do exercício profissional do assistente social na efetivação de direitos. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social:** teoria, ação, construção de conhecimento. v. 1. São Paulo: Veras Editora, 2009.
FRANCO, G. A.; SILVA, M. M. Acolheu e daí? O papel da equipe técnica do Judiciário nas ações de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. In: **Cadernos do Grupo de Estudos do Interior "Família".** Araçatuba: TJSP, 2012.
GARCÍA, M. B. Um sistema de garantia de direitos – fundamentação. In: **Sistema de Garantia de Direitos:** um caminho para a proteção integral. Recife: Cendhec, 1999. p. 1-14.
IGLESIAS, J. et al (Org.) **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2012.
IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
LAMENZA, F. As audiências concentradas na área da Infância e da Juventude: uma análise crítica. In: **Âmbito Jurídico**, Rio grande, XIV, n. 94, nov. 2011. Disponível em: <www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10590&revista_caderno=12> Acesso em: 21 out. 2013.
MINAYO, M. C. S. et al (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade**.** Petrópolis: Vozes, 1994.
NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Col. Biblioteca Básica para o Serviço Social, v. 1.)
OLIVEIRA, R. C. S. (coord.). **Quero voltar para casa:** o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo. São Paulo: AASPTJ-SP, 2007.
OLIVEIRA, S. D. O Judiciário e a medida de abrigo no âmbito da proteção integral: a experiência do Rio de Janeiro. In: SILVA, E. R. A. (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária:** os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Cap. 13, p. 367-377.
PACHÁ, A. M.; JUNIOR, E. G. V.; NETO, F. O. **Novas regras para a adoção:** guia comentado. Brasília: Associação dos Magistrados Brasileiros, 2009.
PARANÁ. Coordenadoria da Infância e da Juventude. Guia prático sobre audiências concentradas. Disponível em: <www.tjpr.jus.br/.../Guia+Prático+sobre+Audiencias+Concentradas> Acesso em: 21 out. 2013.
PEREIRA, E. V.; ANDRADE, M. A. R. A. A institucionalização de crianças no Brasil e o direito à convivência familiar. **Serviço Social & Realidade,** Franca, v. 13, n. 1, p. 31-40, 2004.
PEREIRA, L. R.; VIEIRA, M. L. **Fazer pesquisa é um problema?** Belo Horizonte: Editora, 1999.
ROSA, R. M. S. **A pesquisa como subsídio ao trabalho do assistente social.** 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.
SÃO PAULO. Coordenadoria da Infância e da Juventude. Protocolo CIJ nº 74957/10 – Plano de ação para aprimoramento da garantia de direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e para a realização de audiências concentradas**.** 29 de junho de 2010. **Diário da Justiça Eletrônico**. São Paulo, 2 de julho de 2010a.
SÃO PAULO. Coordenadoria da Infância e da Juventude. **Parecer de 22 de fevereiro de 2011.** Audiência concentrada – apresentação de relatório de ações realizadas e seus resultados e ações complementares necessárias para a revisão da situação de crianças e adolescentes em programas de acolhimento. 16 de novembro de 2010b. Disponível em: <www.tjsp.jus.br/Shared/Handlers/FileFech.ashx?id_arquivo=28678> Acesso em: 21 out. 2013.
SETÚBAL, A. A. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, M. L. (org.) **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
SILVA, M. L.; ARPINI, D. M. O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. In: **Psicologia em revista.** Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 422-440, dez. 2013.
SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura.** 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Qual sua profissão na Vara da Infância e Juventude (VIJ)?

( ) Assistente social Judiciário
( ) Psicólogo/a Judiciário

2. Existem crianças e/ou adolescentes sob medida protetiva acolhimento institucional (abrigo) na Comarca onde você trabalha?

( ) Sim
( ) Não

3. Existe entidade executora de programa de acolhimento institucional (abrigo) na Comarca onde você trabalha?

( ) Sim
( ) Não

4. Caso a resposta anterior seja NÃO, para qual Comarca a criança e/ou adolescente é encaminhado?

_____

5. O juiz da Infância e Juventude da Comarca designa audiência concentrada para revisar cada caso de acolhimento institucional?

( ) Sim
( ) Não

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:_____
DATA DE NASCIMENTO: __/__/___. IDADE:____
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO:_____ Nº_____ SEXO: M ( ) F ( )
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Plano Individual de Atendimento e Audiência Concentrada: possibilidades e resistências.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Vanessa de Oliveira,** do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**,** orientado pela Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Câmpus de Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de **Tese**, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Este projeto de pesquisa objetiva conhecer e refletir sobre os impactos do Plano Individual de Atendimento e da Audiência Concentrada na vida de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional a partir da ótica de assistentes sociais e psicólogos/as judiciários/as. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

_____.
Assinatura do participante

_____*(assinatura)*
Pesquisador Responsável
Nome: Vanessa de Oliveira
Endereço: Telefone:
E-mail: vanessao@tjsp.jus.br
_____*(assinatura)*
Orientadora

Profª. Drª. Neide Aparecida de Souza Lehfeld
Endereço: Telefone:
E-mail: nlehfeld@unaerp.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp – Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia – CP 211. CEP: 14409-160 – FRANCA – SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ESTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Idade: Sexo:
Tempo de exercício na profissão:
Tempo de trabalho no Judiciário:

1. Qual é seu papel nos processos de acolhimento institucional (antigos Pedidos de Providências ou Procedimento Verificatório)? Por exemplo, trabalho articulado com a rede; análise, homologação e revisão do Plano Individual de Atendimento (PIA); realização de estudo social ou psicossocial prévio à Audiência Concentrada (AC); participação na AC; fiscalização do programa de acolhimento institucional; reuniões periódicas e outros.
2. O que você entende por Plano Individual de Atendimento (PIA)?
3. Você acha que as crianças, adolescentes e famílias ocupam o papel de protagonistas no PIA? Comente.
4. O PIA serviu para que crianças e famílias tivessem acesso a direitos fundamentais? Comente.
5. O PIA contribuiu para a brevidade do acolhimento institucional? Comente.
6. O PIA foi capaz de superar os motivos do acolhimento institucional? Comente.
7. O que você entende por Audiência Concentrada (AC)? Como ocorre a AC no Fórum onde você trabalha?
8. Você acha que existe participação efetiva da criança ou adolescente e família, além de todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente na AC? Comente.
9. A AC teve caráter interdisciplinar e resolutivo? Foi realizada de forma em que todos os atores assumiram relação de horizontalidade? Comente.
10. Quais as possibilidades trazidas pelo PIA e pela AC na reintegração familiar (família biológica) de crianças e adolescentes?
11. Quais os desafios para a reintegração familiar (família biológica) de crianças e adolescentes em acolhimento institucional?
12. Como você analisa as alterações trazidas pela Lei nº 12.010/09 em relação ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária?

Política Nacional de Resíduos Sólidos: Uma breve análise sobre a gestão de resíduos sólidos do município de Franca e as adequações previstas para o cumprimento da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010

Em 02 de agosto de 2010, foi publicada a Lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre os princípios, objetivos e instrumentos para implantação da referida política. Dispôs, ainda, sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos no país. Esta lei definiu de outro lado, as responsabilidades cabíveis aos seus geradores e ao poder público, quanto à destinação correta e redução da produção desse material. O objetivo principal deste artigo é o de formular um diagnóstico preliminar da atual forma de gestão de resíduos sólidos do município de Franca. Como objetivo secundário, pretende-se, a partir do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município, avaliar sua conformidade ambiental, frente à PNRS, das ações tanto já realizadas, quanto daquelas previstas para entrarem em vigência a partir de agosto de 2014. Para tanto procedeu-se, num primeiro momento, à organização e análise dos dados quantitativos e qualitativos coletados pelos órgãos oficiais que atuam na pesquisa e disponibilização dos mesmos no âmbito nacional, estadual e municipal, e nas principais diretrizes que regulamentam a referida lei federal. Posteriormente, a partir da coleta, organização e interpretação desses dados, complementado pelo suporte legal e teórico de uma bibliografia específica sobre o tema, formada por leis, artigos, jornais, revistas, documentos e informações disponíveis em sites oficiais de órgãos públicos, foi possível tecer um panorama consistente sobre a atual posição do município nesta área. Verificou-se importantes avanços em relação à realidade nacional, especificamente com relação à questão da presença de um aterro sanitário adequado às exigências previstas nesta lei, assim como o êxito do município na recuperação de áreas degradadas, antes ocupadas por grandes quantidades de entulhos. Por outro lado, o município ainda necessita evoluir em vários pontos, como por exemplo, em relação aos pequenos geradores que, ou pela falta de opção de local para descarte ou pela própria falta de conscientização, acabam depositando seus resíduos irregularmente em terrenos vagos. Assim, foi constatado que ainda há um longo caminho a ser percorrido entre a realidade atual e o que é proposto como metas a serem atingidas para as próximas décadas, conforme é recomendado pela Lei 12.305/2010.

081-2399

Wanderlei Donizete Pereira
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - UNESP CAMPUS DE FRANCA
wanderleidonizete@bol.com.br

Luiz César Ribas
Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA). UNESP. Campus de Botucatu/SP
lcribas@fca.unesp.br

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Legislação. Meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a preocupação com a necessidade de se reaproveitar, reduzir e dar destinação correta aos resíduos sólidos produzidos pela população é uma realidade na maioria dos países do mundo. A produção de resíduos sólidos em escala mundial tem atingido um ritmo de crescimento sem precedentes, resultando em impactos quase irreversíveis ao meio ambiente, seja pela exploração irracional dos recursos naturais, ou sob a forma de lançamento desses resíduos na natureza de maneira inadequada.

Entre as causas responsáveis por esse crescimento desordenado na produção de resíduos, pode se destacar as sucessivas transformações pelas quais o dito “mundo moderno” vem experimentando, sobretudo em decorrência do processo acelerado de concentração da população nas áreas urbanas vivido pela maioria dos países do mundo, sobretudo daqueles definidos como “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

Alie-se a isso, o aumento do poder aquisitivo dessa população, o qual se caracteriza como um dos grandes responsáveis pela ampliação da aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis. Esse crescimento no consumo acaba por provocar um círculo vicioso no qual, ao mesmo tempo em que se exige cada vez mais da natureza em termos de recursos para produção, a contrapartida oferecida por esse contingente populacional se traduz em uma grande quantidade de resíduos, nas suas diferentes composições, seja ferro, alumínio, papel, madeira, plástico, além de tantos outros, deixando ainda no meio ambiente, elementos químicos de grande poder de poluição.

A partir dos anos 1990, a preocupação com essa produção desordenada de resíduos tornou-se mais evidente, sendo objeto de discussão entre as principais conferências mundiais sobre o meio ambiente e sustentabilidade.[lxviii] Nesse período, uma série de compromissos foi firmada entre vários países empenhados no objetivo de reduzir esse problema. A “Política Nacional de Resíduos Sólidos”, elaborada em 2010 representa o início da materialização de

parte dos compromissos assumidos pelo Brasil visando oferecer sua parcela de contribuição nesta empreitada que se configura em âmbito global.

Para que seja possível o alcance das metas assumidas nesse compromisso, cujos resultados devem se refletir no âmbito nacional, a participação dos municípios por meio de um planejamento capaz de modificar, em médio e longo prazo, o cenário descrito, se caracteriza como essencial, uma vez que são eles os responsáveis pelas ações locais que deverão produzir os futuros resultados a serem avaliados como eficientes ou não, pelos especialistas em planejamento e avaliação de políticas públicas.

Baseado nestes aspectos e numa breve contextualização do presente cenário que envolve a geração e destinação de resíduos sólidos no Brasil, este artigo tem como objetivo principal, analisar o panorama atual do município de Franca no que se refere à sua produção e gestão de resíduos sólidos urbanos, avaliando ainda, as diretrizes já elaboradas e colocadas em prática como forma de se adequar às normas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O referencial teórico utilizado foi composto a partir da seleção de artigos da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, das publicações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca (PMGIRSU), complementado por pesquisa junto aos setores responsáveis por esta área, e matérias veiculadas por órgãos da imprensa local. A partir da análise e organização dessas informações, apresentaremos um diagnóstico crítico sobre a atual posição do município de Franca nesse aspecto, e as perspectivas traçadas pelo poder público local com vistas a se adequar à referida lei.

1 A NECESSÁRIA DIFERENCIAÇÃO ENTRE O QUE É LIXO E O QUE É RESÍDUO SÓLIDO

Antes de caminharmos para as discussões centrais que permeiam o tema proposto para esta pesquisa, é necessário que seja esclarecido um ponto cuja compreensão será fundamental para a sequência do desenvolvimento desse trabalho e que, ao nosso olhar, ainda se constitui como um dos grandes fatores responsáveis pela falta de conscientização de grande parte da população, independentemente da posição em que ocupa na sociedade: a diferenciação entre lixo e resíduos sólidos.

Sobre esta questão, a socióloga Elisabeth Grimberg faz a seguinte observação, relacionada à falta de discernimento sobre o significado de lixo e resíduos sólidos, conceitos que, se bem definidos, conduzirão ao amadurecimento de novas atitudes para a correta destinação de cada elemento:

> [...] é preciso diferenciar lixo de resíduos sólidos - restos de alimentos, embalagens descartadas, objetos inservíveis quando misturados de fato tornam-se lixo e seu destino passa a ser, na melhor das hipóteses, o aterro sanitário. Porém, quando separados em materiais secos e úmidos, passamos a ter resíduos reaproveitáveis ou recicláveis (GRIMBERG, 2004, p.01).

Infelizmente a maioria das cidades brasileiras sofre com a falta de conscientização de uma considerável parte da população que ignora as consequências ambientais decorrentes do destino e acondicionamento incorreto dos resíduos sólidos descartados no perímetro urbano.

Da mesma forma, é preciso também que se estabeleça a definição exata do que se caracteriza como resíduo sólido urbano. Sobre esse aspecto, o artigo 13 da Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 estabelece ao termo, duas classificações, conforme a origem e a periculosidade (BRASIL, 2012, p.16).

Especificamente no que se refere aos resíduos sólidos gerados no espaço urbano, quanto à origem, se enquadram no referido artigo, os resíduos domiciliares, os originários de atividades domésticas em residências urbanas, os resíduos de limpeza urbana originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, os resíduos industriais gerados nos processos produtivos e instalações Industriais, os resíduos de serviços de saúde, os resíduos da construção civil, e os resíduos de serviços de transportes em geral.

Quanto à periculosidade, o artigo 13 da Lei 12.305/2010 (2012, p.17) estabelece que estes devem ser subdivididos em duas categorias: a primeira pelos resíduos perigosos, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, já que apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental. A segunda categoria diz respeito aos resíduos não perigosos, por se tratar daqueles resíduos que, em razão de sua natureza, composição ou volume, podem ser equiparados aos resíduos domiciliares.

2 UM BREVE PANORAMA SOBRE O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Com um Produto Interno Bruto que já se encontra na casa dos R$ 4,8 trilhões, o Brasil ocupa atualmente a sétima posição entre as maiores economias do mundo[lxix]. De acordo com os dados divulgados pelo Banco Mundial, a partir de 2003, o índice de pobreza no país, delimitado pelo número de pessoas que vivem com 2,5 dólares diários caiu de 26,7%, para 12,6% em 2011. Da mesma forma, os índices de extrema pobreza, cujo percentual de pessoas que sobrevivem com 1,25 dólares por dia também diminuiu de 11,2% para 5,4% neste mesmo período.

De acordo com o relatório do referido Banco, publicado em 2014, entre 2001 e 2011, a taxa de crescimento na renda dos 40% mais pobres subiu em média 6,2% ao ano, diminuindo significativamente a desigualdade da renda e proporcionando a ampliação do potencial de consumo desse grupo a níveis até então, nunca atingidos.

O crescimento do consumo, por sua vez, tem influência direta no quadro de geração de resíduos sólidos urbanos, pois parte desse material, além de se caracterizar como recurso natural extraído, retorna à natureza sob a forma de rejeitos que na sua grande maioria, não vão ser reaproveitados.

Tendo como referência os Censos 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os relatórios da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), concernentes às pesquisas realizadas nos anos de 2003, 2012 e 2013, os quais apresentam um balanço da produção e destinação de resíduos sólidos no Brasil, é possível ilustrar o crescimento da produção de resíduos sólidos no país dentro desse período.

Tabela 1 - Produção média de resíduos sólidos urbanos no Brasil em toneladas/dia∗

Ano	toneladas	População urbana	Média per capita em Kg/dia
2003	161.827,1	137.755.550∗∗	1,17
2011	198.514	160.925.792 ∗∗∗	1,23
2012	201.058	160.925.792 ∗∗∗	1,24
2013	209.280	160.925.792 ∗∗∗	1,30

Fonte: Abrelpe: Panoramas 2003, 2012 e 2013 – IBGE.
∗ Nestes dados não estão incluídos os resíduos industriais, de construção civil, e nem resíduos sólidos de saúde
∗∗ Fonte: Censo IBGE ano 2000.
∗∗∗ Fonte: Censo IBGE ano 2010.

A análise dos dados apresentados na tabela 1, convertida em dados percentuais, nos permite observar que entre 2003 e 2013 a produção de resíduos sólidos urbanos no Brasil cresceu 29,3%. É interessante observar que nesse mesmo período o censo do IBGE apontou o crescimento da população urbana em 16,6%, ou seja, houve um aumento na produção de resíduos, significativamente superior ao crescimento demográfico registrado.

É interessante observar que o crescimento da produção de resíduos no Brasil não veio acompanhada pela implementação de políticas públicas capazes de coletar e dar destinação correta a esses resíduos, nem mesmo de incentivo à diminuição da produção dos mesmos como forma de preservação de recursos naturais e do meio ambiente como um todo. O último relatório sobre o panorama dos resíduos sólidos no Brasil divulgado recentemente pela ABRELPE revela que, das 209.280 toneladas de resíduos sólidos geradas diariamente, 189.219 são submetidas ao serviço de coleta. Porém, “mais de 20.000 toneladas deixaram de ser coletadas no país e, por consequência, tiveram destino impróprio” (ABRELPE, 2014, p.29).

No que se refere à distribuição do serviço de coleta por regiões, o mesmo relatório revela a discrepância existente entre as mesmas: enquanto a região sudeste responde por 52,4% de toda coleta praticada no país, a região norte contribui com apenas 6% dessa fatia. A região nordeste aparece em segundo lugar nessa lista, coletando 22,1% dos resíduos produzidos, seguida pela região sul, com 10,9% e centro-oeste, com 8,2%. (ABRELPE, 2014, p.29)

Quanto à destinação final desses resíduos, o relatório apresenta uma constatação ainda mais grave. Mesmo sendo submetido ao sistema de coleta, 41,74% desses resíduos são colocados em locais inadequados, ou seja, diariamente, 78.987 toneladas de materiais altamente poluentes são destinadas a locais impróprios, em muitos casos, pouco se diferenciando das mais de 20 mil toneladas produzidas todos os dias e que não recebem qualquer tipo de manutenção. (ABRELPE, 2014, p.31)

Segundo a ABRELPE (2014, p.44), 58,3% da produção diária de resíduos do país, o que corresponde a 110.232 toneladas, é depositada em aterros sanitários. 24,3% têm como destino os aterros controlados, contabilizando um volume de 46.041 toneladas. 17,3% desses resíduos seguem direto para os lixões, totalizando 32.946 toneladas/dia.

3 A PRODUÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) E RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (RSS)

Com relação ao que se denomina “resíduos de construção e demolição”, segundo os dados do Panorama apresentado pela ABRELPE (2014, p.33), em 2013 no Brasil, foram coletadas 117 mil toneladas diárias desse material.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos define que a responsabilidade pela coleta desse material cabe aos seus geradores. O destino desse material deve seguir as orientações firmadas entre geradores e poder público, quando são definidas as áreas adequadas para o recebimento correto dos mesmos.

Quanto à produção e destinação dos resíduos sólidos de saúde, os dados apresentados pelo Panorama Abrelpe 2013 resultam da somatória das projeções realizadas em cada uma das regiões. Segundo esta associação, esse tipo de material necessita ser submetido às normas aplicáveis a essa classe de resíduos devendo haver tratamento específico antes de sua disposição final. Porém, nem sempre isso ocorre. Em muitos casos, alguns municípios encaminham esses resíduos para os locais de destinação "sem mencionar a existência de tratamento prévio dado aos mesmos. Tal fato contraria as normas vigentes e apresenta risco diretamente aos trabalhadores da área, à saúde pública e ao meio ambiente" (ABRELPE, 2014, p.88).

Em 2013 a produção anual coletada contabilizada no país atingiu 252.228 toneladas. Esse número representa um aumento de cerca de 3% em relação a 2012, que chegou a 244.974 toneladas. No que se refere à destinação desse material, o relatório do Panorama 2013 constata que 66,9% tem como destino final os processos de incineração, autoclave e micro-ondas. Porém, 33,1% desse material é depositado nos aterros, lixões ou valas sépticas, podendo gerar altos índices de contaminação a essas áreas. (ABRELPE, 2014, p.88).

4 DADOS REFERENTES À CAPACIDADE DE RECICLAGEM NO BRASIL

Quanto à prática da reciclagem de resíduos, quatro produtos se destacam na composição do volume registrado pelo país nos últimos anos, sendo eles, o alumínio, o papel, o plástico e o vidro.

Conforme os números da tabela 2, elaborada a partir dos dados disponibilizados pelos relatórios dos Panoramas da ABRELPE publicados nos anos de 2013 e 2014[lxx], cujos números remetem às pesquisas referentes aos anos de 2009 a 2012, no que concerne à reciclagem do alumínio, é possível observar que nesse período ocorreu a estabilidade no volume de reciclagem praticado no país, mantendo-se entre 97 e 98% de reaproveitamento do que foi lançado no mercado.

No caso do papel, o reaproveitamento gira em torno de 45% do que foi produzido. Com relação ao plástico, o potencial de reciclagem obteve uma leve evolução, se considerarmos o índice de 2009 que era de 55,6%, para o índice de 2012, que chegou a 58,9%. No que se refere à reciclagem do vidro, segundo a ABRELPE, os últimos dados disponibilizados pela Associação Brasileira da Indústria do Vidro remete ao ano de 2009, no qual o reaproveitamento se situava na casa dos 47% do que foi produzido naquele ano.

Tabela 2 - Índice do percentual de reciclagem alcançado no Brasil entre 2009 e 2012

Ano	Alumínio (latas)	Papel	Vidro*	plástico
2012	97,9%	45,7%		58,9%
2011	98,3%	45,5%		57,1%
2010	97,6%	44,0%		55,8%
2009	98,2%	46,0%	47,0%	55,6%

*Ultima pesquisa divulgada pela Associação Brasileira da Indústria do Vidro. Fontes: ABAL Associação Brasileira de Alumínio; BRACELPA Associação Brasileira de Celulose e PAPEL; ABIPET Associação Brasileira da Indústria de PET; ABIVIDRO Associação Brasileira da Indústria do Vidro. Dados publicados nos relatórios ABRELPE 2012 E 2013.

A apresentação dos dados referentes à evolução da produção de resíduos sólidos no Brasil nas suas diferentes modalidades nos permite observar que há uma clara evolução na produção desses resíduos, superior à taxa de crescimento da população. Porém, a destinação correta e o reaproveitamento desse material ainda é deficitária, causando sérios problemas ao meio ambiente. Daí, a importância de se formular e implementar políticas públicas capazes de ordenar e legalizar o processo de produção, destinação e reaproveitamento desse material de uma forma racional e consciente, a fim de se provocar o menor impacto negativo ao meio ambiente.

Foi a partir da preocupação com o crescimento da produção desses materiais, aliada à necessidade de se preservar os recursos naturais, além da questão dos riscos à saúde pública presente na má destinação dos resíduos sólidos, que o poder público federal, juntamente com a participação dos estados e municípios, percebeu a demanda por políticas públicas voltadas para esta questão.

Como resposta a essas demandas, em 02 de agosto de 2010 foi sancionada a lei 12.305, vindo a ser regulamentada em dezembro do mesmo ano, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual reúne o

conjunto de diretrizes e ações a serem implementadas objetivando o alcance da gestão integrada e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos. Os principais aspectos que definem as diretrizes, os objetivos e a responsabilidade dos estados e municípios com relação à coleta e destinação desses resíduos serão destacados no próximo tópico desse trabalho.

5 DIRETRIZES QUE DETERMINAM AS RESPONSABILIDADES DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ADEQUAÇÃO À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O artigo 1º da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 estabelece que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. (BRASIL, 2012, p.09).

O referido artigo esclarece ainda que estão sujeitas à observância desta lei "as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos" (BRASIL, 2012, p.09).

É interessante observar que nesta lei não se enquadram os rejeitos de composição radioativa, sobre os quais, há uma legislação específica que regulamenta o processo de coleta e destinação desse tipo de material.

Um dos aspectos mais relevantes e, talvez, o maior desafio presente nesta lei, diz respeito ao envolvimento e a divisão de responsabilidades entre todos os segmentos que fazem parte do ciclo de produção e consumo de produtos e que, consequentemente, têm sua parcela na geração desses resíduos. Nesse contexto, o poder público, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, compartilham a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos. (BRASIL, 2012, p.10).

No que concerne à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, o artigo 9º da Lei 12.305/2010 salienta que a ordem de prioridade deve seguir os princípios da "não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos" (BRASIL, 2012, p.15).

Entre os principais instrumentos que dão a consistência e as condições para a implementação e a avaliação das etapas a serem desenvolvidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, os planos de resíduos sólidos, os inventários, o sistema declaratório anual de resíduos sólidos, a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação, monitoramento e fiscalização ambiental, se destacam como imprescindíveis para que a adequação seja efetivada de forma plena. (BRASIL, 2012, p.14-15).

Com relação ao plano de resíduos sólidos, conforme descrito no artigo 14 da Lei 12.305/2010 (2012, p.17-18), sua elaboração deve ser estendida entre as três esferas de governo, tendo como ponto de partida o plano nacional de resíduos sólidos, seguido pelos planos estaduais, podendo ser estabelecidos também, os planos microrregionais, os planos intermunicipais e por fim, os planos municipais de resíduos sólidos. O mesmo artigo considera ainda como plano de resíduo sólido, os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Como esta pesquisa se concentra no âmbito municipal, focalizaremos nossa análise nos principais aspectos que permeiam os planos municipais de gestão de resíduos sólidos.

6 OS PLANOS MUNICIPAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Assim como nos planos nacional e estadual de resíduos sólidos, a elaboração de um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos se caracteriza como condição indispensável para que os municípios possam ter acesso aos recursos administrados pela União que se destinam à implementação de empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. (BRASIL, 2012, p.21).

Conforme rege o texto do parágrafo 1º do artigo 18 da PNRS (2012, p.21), a União define como fatores que garantem prioridade ao acesso a esses recursos, os municípios que optarem por formular soluções baseadas no firmamento de consórcios intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluindo a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou ainda, aqueles que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos.

Além desses quesitos, o inciso II do referido artigo destaca também, como fatores prioritários para o acesso a esses recursos, os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Seguindo os padrões e normas presentes nas esferas, federal e estaduais, o artigo 19 da Lei 12.305/2010 estipula o conteúdo mínimo que deverá figurar no texto referente ao plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Em linhas gerais, esse conteúdo deve trazer o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados nos limites do município, sendo detalhadas, a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final, aplicadas. O zoneamento ambiental com a devida identificação das áreas favoráveis para a disposição

final dos rejeitos, assim como o levantamento das possibilidades de se adotar soluções que levem em conta ações compartilhadas com outros municípios próximos, também figura como ponto importante na elaboração do plano municipal. (BRASIL, 2012, p.21).

O artigo 19 da Lei 12.305/2010 (2012, p.21) define ainda como itens que devem compor o plano municipal, os programas e ações a serem implementados com vistas a garantir as etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos desde a geração até a disposição final, passando pela definição das responsabilidades pela implementação e operacionalização de cada etapa, incluindo as ações de educação ambiental, essencial para a conscientização quanto à importância da não geração, redução e reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos.

Acrescente-se ainda, a necessidade da identificação dos tipos de resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a formulação do plano de gerenciamento específico previsto no artigo 20 desta mesma lei, a determinação das metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, bem como dos meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos, e a identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras. (BRASIL, 2012, p.22).

A partir da estruturação dos planos, nacional, estaduais e municipais de resíduos sólidos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê ainda aos geradores de resíduos sólidos, a elaboração de seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2012, p.18). O artigo 20 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2012, p.24) determina que estão sujeitos à elaboração do PGRS, as empresas e instituições geradoras de resíduos sólidos provenientes dos serviços públicos de saneamento básico gerados nessas atividades, os geradores de resíduos industriais, geradores de resíduos de serviços de saúde, bem como os geradores de resíduos de mineração.

Acrescente-se ainda, com base no referido artigo, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, geradores de resíduos perigosos, ou mesmo que se caracterizados como não perigosos, que não se equipararem aos resíduos domiciliares, isentos da elaboração desse plano.

Seguem também como entidades inseridas na obrigatoriedade da elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, as empresas de construção civil, as empresas de transporte e de atividades agropastoris, desde que se enquadrem nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e no Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Estão isentos da elaboração do referido plano, os geradores de resíduos sólidos urbanos domiciliares, além da geração advinda de serviços de limpeza urbana, originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, classificados no artigo 13 da Lei 12.205/2010 (2012, p.16).

O artigo 21 da Lei 12.305/2010 (2012, p.25) define que o plano de gerenciamento de resíduos sólidos deve ser formulado tendo como conteúdo mínimo, a descrição do empreendimento ou da atividade desenvolvida, o diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados.

Esse mesmo artigo estabelece como conteúdo mínimo do referido plano, a descrição das ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes, as metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do SUASA, à reutilização e reciclagem, se couber, as ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, as medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, determinando também, a periodicidade de sua revisão, assim como o prazo de vigência da licença de operação. (BRASIL, 2012, P.25).

Por fim, o artigo 21 em seu parágrafo 3º estabelece que o plano de gerenciamento de resíduos sólidos deve definir também as normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, bem como os critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem nesta legislação.

7 UMA ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE FRANCA

Com o objetivo de adequar-se às normas estabelecidas pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a prefeitura de Franca tornou público a partir de outubro de 2013, o “Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca”. O desenvolvimento desse projeto foi realizado por uma empresa particular especializada na área de engenharia civil e ambiental, contratada especificamente para a elaboração do referido documento, a qual teve como suporte a coordenação e supervisão da equipe técnica da Secretaria de Serviços e Meio Ambiente do Município (SESMAM).

A partir da análise e da organização dos dados distribuídos entre os vários itens que compuseram a pesquisa que deu origem ao referido Plano Municipal, foi possível obter um mapeamento da situação atual de Franca com relação à política de resíduos sólidos em vigência no município, acrescido ainda das carências apresentadas em vários aspectos, os quais, conforme a previsão dos órgãos responsáveis por esta área, deverão ser sanadas a médio e longo prazo.

A análise da tabela 3, organizada a partir do relatório do diagnóstico apresentado no conteúdo do PMGIRS revela que anualmente são coletadas aproximadamente 74 mil toneladas de resíduos sólidos domiciliares no município de Franca.

Tabela 3 – Estimativa do volume de resíduos sólidos urbanos coletados anualmente no município de Franca tendo como referência o período 2012/2013.

Tipos de resíduos	**Toneladas/ano**
Resíduos sólidos domiciliares	73.790
Resíduos sólidos domiciliares seletivos (recicláveis)	2.653
Resíduos sólidos dos serviços de saúde	7,4
Resíduos da construção civil	164.250*
Resíduos industriais	32.100
Resíduos órfãos**	15.000
Resíduos sólidos produzidos em feiras livres	438

*Volume baseado na coleta de 450 toneladas diárias estimadas e apresentada pelo PMGIRS.
** Resíduos descartados irregularmente em área pública.
Fonte: EMDEF – Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca/ PMGIRSU do Município de Franca

Conforme esse mesmo relatório, a produção desse tipo de resíduo gira em torno de 205 toneladas diárias, significando em termos per capita, a média de 0,668 quilos por habitante/dia[lxxi]. Segundo o PMGIRS, todo o resíduo domiciliar coletado é encaminhado para o aterro sanitário do Município, atendendo às normas previstas pela Lei 12.305/2010. (FRANCA, 2013, p.41).

No que se refere às condições do aterro sanitário do município, esta unidade possui licença de operação parcial emitida pela CETESB, a qual autoriza a atividade de destinação de resíduos sólidos urbanos e de resíduos industriais produzidos no município. Convém destacar que o serviço de coleta domiciliar do município é realizado por uma empresa terceirizada, ficando a cargo do município, a fiscalização do serviço prestado à população.

O relatório em análise estima que no aterro sanitário municipal, diariamente, são depositadas cerca de 360 toneladas de rejeitos. Nesse volume é incluído também, 44 toneladas do lodo gerado pelos curtumes e no tratamento do esgoto do município. (FRANCA, 2013, p.56).

Quanto aos índices de resíduos sólidos urbanos recicláveis coletados em Franca, o volume anual alcançado gira em torno de 2.653 toneladas por ano (FRANCA, 2013, p.42). Se distribuirmos esse volume em dados per capita, significa que cada morador de Franca produz em média, 840 quilos de materiais recicláveis por ano.

De acordo com a SESMAM, todo o resíduo seletivo domiciliar coletado é encaminhado para o centro de triagem do município. Esse serviço é realizado pela Cooperativa de Catadores de Franca – COOPERFRAN. Segundo o relatório do PMGIRS (2013, p.49), esta atividade não se encontra devidamente licenciada, o que ainda não a coloca em conformidade com as normas legais previstas pela Lei 12.305/2010. O relatório esclarece que a SESMAM é a secretaria responsável pelo acompanhamento de suas atividades, onde a Prefeitura Municipal de Franca cede a infraestrutura e arca com as despesas de água, esgoto e energia elétrica do local.

O desenvolvimento das atividades referentes à triagem e organização do material é de responsabilidade dos membros da Cooperativa de Catadores e da Pastoral do Menor de Franca. Todo o material é destinado à venda, cuja comercialização é realizada pela Pastoral do Menor, a qual é destinada a receita de 25% do material comercializado. A parceria destina 75% do lucro arrecadado aos cooperados. (FRANCA, 2013, p.49).

A receita destinada à Pastoral do Menor é aplicada no desenvolvimento de projetos sociais. A título de informação, em 2012 o montante da renda obtida com essa parceria girava em torno de 65 mil reais ao mês, garantindo à pastoral aproximadamente 17 mil reais no auxílio ao atendimento de 353 pessoas assistidas[lxxii].

Atualmente a Cooperativa é composta por aproximadamente 40 cooperados, sendo na maioria, mulheres, trabalhando no processo de separação e triagem. De acordo com os dados apresentados no relatório do PMGIRS, constata-se que aproximadamente 70% do material reciclável aproveitado corresponde a papel e papelão. 17% se refere a materiais de plástico. 5,% trata-se de metais e 8% por materiais de vidro (FRANCA, 2013, p.50).

É interessante observar que produtos de maior valor no comércio de recicláveis, como o alumínio, são coletados e comercializados por catadores clandestinos, que se antecipam aos caminhões de coleta, impedindo que esse material chegue à cooperativa, diminuindo assim, os ganhos dos seus cooperados. Pessoas abrindo sacos de lixo pelas ruas em dias de coleta já se tornou cena corriqueira por todas as regiões da cidade.

Em conformidade com o artigo 21, parágrafo 3º da Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2012, p. 25), o qual estabelece que o plano de gerenciamento de resíduos sólidos deve conter as informações referentes à atuação de cooperativas e as formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, o PMGIRS traz um diagnóstico sobre esse tema, o qual sinaliza para a existência de uma estrutura que se caracteriza como bastante precária.

Além da falta de licenciamento ambiental, a estrutura local não corresponde às necessidades dos trabalhadores, nem dos materiais a serem acondicionados. A presença de equipamentos de proteção individual, ou EPIs, também se caracteriza como insatisfatória. A cooperativa também carece de programas que viabilizem acesso dos trabalhadores aos serviços de saúde, assim como um sistema de segurança local. Segundo o relatório, "mesmo havendo interesse dos catadores autônomos (clandestinos) em participar da Cooperativa, ela não comporta mais trabalhadores" (FRANCA, 2013, p.51).

8 DIAGNÓSTICO DA COLETA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE FRANCA

Quanto aos resíduos sólidos resultantes dos serviços de saúde, o relatório do PMGIRS estima que um volume em torno de 7.400 quilos de resíduos sólidos de serviços de saúde são coletados anualmente. A coleta dos resíduos de saúde produzidos pelos estabelecimentos municipais é executada por meio de uma empresa terceirizada contratada pelo município, a qual realiza o trabalho diretamente nos estabelecimentos cadastrados para esse fim. Após a coleta, esse material é transportado para a cidade de Jardinópolis, onde o material é submetido a um tratamento e destinação final adequado.

No tocante aos resíduos gerados pelos serviços de saúde particulares, a gestão dos mesmos é realizada por uma associação que atua especificamente no gerenciamento dos materiais produzidos por esses estabelecimentos. (FRANCA, 2013, p.44-5).

Em se tratando dos resíduos produzidos pela construção civil, área responsável pela geração de grande volume de materiais inertes, em Franca esse setor contribui com aproximadamente 450 toneladas diárias desse tipo de material, o qual, segundo a Secretaria Municipal de Serviços e Meio Ambiente, tem sua coleta realizada por empresas particulares (FRANCA, 2013, p.45). A prefeitura é responsável pela fiscalização da destinação desse material, por meio da Secretaria de Planejamento Urbano, cujos locais de depósito geralmente são áreas atingidas pelas erosões, ou voçorocas, presentes em várias regiões do espaço urbano do município[lxxiii].

Apesar de haver o controle sobre a destinação desse tipo de resíduo por meio do cadastro de empresas responsáveis pelo transporte desses materiais, no caso, os donos de caçambas, o relatório do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca (2013, p.45) define como sendo um dos grandes problemas do município, a questão dos chamados "pequenos geradores" que, provavelmente devido à falta de opção de locais para descarte, ou ainda, na nossa visão, pela ausência de consciência ambiental, acrescida pela falta de condições para contratarem serviços de caçambas, acabam por depositar irregularmente esse material nos terrenos baldios.

O depósito irregular desses materiais, assim como daqueles provenientes do uso domiciliar, como móveis, eletroeletrônicos, entre outros, ou mesmo da própria indústria, acaba por gerar outra modalidade de classificação de resíduos, definidas como "resíduos órfãos". Segundo descrito no relatório do PMGIRS (2013, p.51). A coleta desses resíduos órfãos é executada pela SESMAM, por meio de pá carregadeira, dois caminhões e três funcionários, quando são coletadas diariamente cerca de 50 toneladas desse tipo de resíduo.

9 UM BREVE DIAGNÓSTICO DA GERAÇÃO E DESTINAÇÃO DO LIXO INDUSTRIAL PRODUZIDO EM FRANCA

Por se caracterizar como uma cidade de vocação industrial, dedicada à área calçadista, atualmente o parque industrial que compõe esse arranjo produtivo possui uma cadeia produtiva com cerca de 770 empresas que atuam nas diferentes etapas da fabricação do calçado, produzindo anualmente em torno de 38 milhões de pares[lxxiv]. Segundo estimativas do Sindicato das Indústrias de calçados de Franca (SINDIFRAN) e da Secretaria de Serviços e Meio Ambiente do Município de Franca (SESMAM), esta capacidade produtiva gera uma média diária de 88 toneladas de resíduos (FRANCA, 2013, p.56). Anualmente, conforme estimativa apresentada na tabela 3, esse volume supera a casa das 32.000 toneladas de resíduos.

Com o objetivo de racionalizar a coleta e destinação desse tipo de resíduos, eliminando grande parte do problema dos depósitos clandestinos dos resíduos em área pública, no ano de 2002, foi dado início ao projeto de construção do aterro sanitário municipal, realizado por meio de parceria entre o poder público municipal, o Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca (Sindifranca) e a Associação dos Manufaturados de Couro e Afins do Distrito Industrial de Franca (AMCOA). À época, orçado em cerca de R$ 1,5 milhão[lxxv], o aterro sanitário foi construído levando em conta todas as exigências de segurança ambiental.

Segundo o Sindifranca, a parceria é extremamente importante para as indústrias cadastradas para utilização desse aterro, pois garante a elas o recebimento de um certificado de empresa colaboradora na preservação do meio ambiente, o qual pode ser usado no *marketing* de seus produtos[lxxvi].

A licença de operação atual do aterro municipal é válida até 06 de julho de 2017, quando deverá passar por nova avaliação da CETESB. O aterro sanitário de Franca ocupa uma área de 20 alqueires, e é operado e administrado pela EMDEF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Franca. De acordo com a previsão dessa empresa, esta área ainda terá condições de receber os resíduos produzidos pelo município pelos próximos 20 anos.

10 AVANÇOS, DESAFIOS E PROJEÇÕES PARA O CUMPRIMENTO ÀS METAS ESTABELECIDAS PELA LEI 12.305/2010.

A análise de alguns dos principais pontos que estabelecem as responsabilidades e os deveres dos municípios no cumprimento à Lei 12.305/2010, associada aos índices apresentados no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca (PMGIRSU), nos permite observar importantes avanços já registrados a partir das adequações que vem sendo implementadas por meio de políticas públicas voltadas para a área ambiental e urbana. Porém, a médio e longo prazo, há uma série de ajustes a serem realizados para que o município possa se adequar integralmente à Lei 12.305/2010.

Entre os avanços apresentados, o próprio Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos já se constitui como um importante passo no sentido de se configurar como um legítimo instrumento de avaliação das ações desenvolvidas, assim como das metas a serem alcançadas ao longo das próximas décadas.[lxxvii]

A existência de um aterro sanitário legalizado se caracteriza como outro importante avanço na legislação em análise. De acordo com os dados divulgados recentemente pela Agência Câmara Notícias, vinculada em 09 de julho último, no Brasil existem cerca de 2 mil lixões a céu aberto, os quais recebem a maioria dos resíduos coletados sem qualquer processo de triagem. Segundo a mesma matéria, os municípios onde se localizam esses lixões não terão condições de se adequar à exigência de se eliminar esses depósitos ainda neste ano de 2014, cujo prazo se esgota neste mês de agosto.

Neste aspecto, o município de Franca já atingiu essa meta. Nos últimos 5 anos, Franca vem alcançando importantes classificações no âmbito estadual, por meio da participação no Programa "Município Verdeazul"[lxxviii], criado em 2007 pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente com o objetivo de avaliar e incentivar os municípios a investirem em ações ambientais que promovam a melhoria na qualidade do meio ambiente, assim como da população que ocupa esse espaço.

Em 2013, Franca passou a ocupar a 12ª posição entre as cidades que apresentam melhores progressos ambientais no Estado, em um grupo composto por 587 municípios que participam do programa.[lxxix] Entre os critérios de avaliação definidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a presença de um aterro sanitário adequado às normas legais se caracteriza como um dos itens mais importantes entre os quesitos avaliados.

A conquista desse certificado garante aos municípios premiados, além de qualidade de vida aos seus moradores, a prioridade na captação de recursos junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição.

No que concerne ao serviço de coleta seletiva do município, muito embora seja um projeto que ainda necessita de importantes ajustes e investimentos para se caracterizar como uma política pública eficiente desenvolvida no município, esse serviço consegue abranger 100% de sua área urbana tendo condições de captar um volume razoável de resíduos produzidos diariamente pela população, como foi apresentado na tabela 3.

Entretanto, é necessário que sejam feitas as adequações com o propósito de oferecer as condições ideais de funcionamento aos cooperados, bem como o suporte para a ampliação da capacidade de seleção e comercialização desses materiais. A importância de se aliar medidas que proporcionem a preservação do meio ambiente com a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais que atuam nesse setor, nesse caso específico, os catadores, se constitui como fator determinante para o cumprimento da lei 12.305/2010.

11 AS METAS ESTABELECIDAS NOS PRÓXIMOS 20 ANOS ESTABELECIDAS PELO PMGIRSU DE FRANCA

A proposta apresentada pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES, 2012, p.80) estabelece como meta a ser atingida pela região sudeste até o ano de 2031, a redução da quantidade de resíduos sólidos recicláveis secos, depositada em aterros em 50%, e de 55% de redução para os resíduos úmidos, levando-se em conta os índices apurados no ano de 2012.

O Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca (2013, p.62), estabelece um horizonte cuja meta de redução vai além do que propõe o PLANARES. A proposta do município é atingir uma redução de 55% e 60%, respectivamente, na disposição desses materiais em aterro sanitário.

De acordo com o PMGIRSU (2013, p.70), a partir das metas propostas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o município de Franca pretende obter uma redução gradual na produção per capita de resíduos sólidos urbanos,

partindo dos atuais 0,668 kg/habitante/dia para 0,468 kg/habitante/dia, que correspondem aos índices existentes no início da primeira década dos anos 2000.

Para atingir essas metas as quais se propõe, o PMGIRSU estabeleceu uma série de ações a serem implementadas ao longo dos próximos 20 anos, entre as quais, se destacam, a criação de ecopontos em todas as regiões da cidade, voltados para o recebimento de pequenas quantidades de entulhos, cujo volume não justifica a contratação de caçambas.

Outras ações previstas pelo PMGIRSU, diz respeito à criação de pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis a serem utilizados pela população, além da reestruturação do serviço de triagem da cooperativa existente no município.

Com relação a esse último aspecto, o município pretende promover um processo de reestruturação que contemple ações como a ampliação dos locais de recepção dos materiais recicláveis, a implantação de uma unidade de triagem e reciclagem que consiga atender às demandas atuais e futuras, além de se implementar ações que levem em conta a inclusão e valorização dos trabalhadores envolvidos neste processo, incluindo a capacidade de gerenciamento e comercialização da produção. (FRANCA, 2013, p.74).

A diminuição do volume residual no aterro municipal a qual o município se propõe a alcançar nos próximos 20 anos perpassa ainda pela implementação de uma rede de locais destinados à entrega voluntária de materiais recicláveis pela população, evitando que esses produtos cheguem ao aterro de forma indiscriminada.

Quanto às ações a serem desenvolvidas pelo município, referentes ao que é estabelecido no artigo 9º da Lei 12.305/2010 (2012, p.15), no qual, entre a ordem de prioridades a ser seguida, se destacam os princípios da "não geração, redução, reutilização e reciclagem", o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca (2013, p.74) elege a valorização da educação como medida fundamental para o cumprimento desses princípios.

Assim, o investimento em ações educativas e informativas que visem alcançar todas as faixas etárias e sociais da população, se caracteriza como meta imprescindível para o sucesso de todas as demais propostas elencadas ao longo desse trabalho.

Nesse mesmo contexto, o incentivo ao uso de embalagens retornáveis, o estímulo ao engajamento das empresas do município em parcerias que resultem em projetos voltados para a preservação do ambiente urbano e da diminuição da produção de resíduos, vem a complementar o cenário previsto a ser implementado a partir da elaboração de politicas públicas voltadas para esse tema no decorrer das próximas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise e interpretação das referências selecionadas e utilizadas no desenvolvimento dessa pesquisa, entre as quais, convém destacarmos, os relatórios sobre o panorama dos resíduos sólidos no Brasil nos últimos anos, publicados pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Franca, e, sobretudo, as normas e diretrizes estabelecidas pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, foi possível tecer um diagnóstico que nos permite realizar uma leitura crítica entre o que há de concreto em termos de políticas públicas de resíduos sólidos no momento atual, e o que se tem projetado para os próximos anos, especificamente com relação ao município de Franca.

No âmbito nacional, a ausência de estrutura física aliada à falta de conscientização, não só de gestores, como da própria população se constituem como grandes entraves para a aplicação da referida lei. Levando em conta os dados divulgados pela ABRELPE (2014, p.44), de um montante de aproximadamente 190 mil toneladas de resíduos sólidos coletados diariamente no país, pouco mais de 41 mil toneladas são depositadas em aterros devidamente controlados.

A existência de cerca de 2 mil lixões espalhados pelo país, os quais recebem mais de 32 mil toneladas de resíduos sólidos diários, conforme também apresentamos no decorrer dessas pesquisa, refletem bem a falta de investimento em estrutura física para esses locais.

O que se percebe, é que as ações concretas e realmente que demonstram resultados convincentes ainda levarão muitas décadas para serem realmente constatadas em nível nacional, salvo ações pontuais e isoladas que já se encontram em fases mais avançadas para adequação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No âmbito local, Franca apresenta um diagnóstico mais animador no que se refere às ações já implantadas e com relação aos cenários propostos para a sequência da implementação de seu plano de gerenciamento. Haja vista, a existência de um aterro sanitário adequado às normas legais voltadas para essa questão, além do próprio PMGIRSU que, embora ainda careça da realização de uma nova audiência pública para sua efetivação, traz em seu conteúdo as bases para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas para o alcance das metas previstas em seu texto.

Quanto aos cenários projetados pelo município para os próximos 20 anos, ainda há um imenso hiato entre a situação atual e o que se espera atingir até a conclusão desse período. O investimento em infraestrutura, parcerias

com o setor privado e ações educativas para todos os segmentos e faixas etárias da população, talvez sejam os grandes desafios que requerem ações imediatas, cujos eventuais atrasos poderão comprometer todo o andamento do referido plano.

Por fim, a aplicação dos instrumentos de controle e fiscalização das ações a serem implementadas, conforme previstas na Lei 12.305/2010, estabelecendo as responsabilidades dos geradores, aliada às práticas de monitoramento do processo de adequação e produção dos futuros resíduos por parte dos grandes geradores, em especial, as indústrias, se caracterizam como elementos essenciais para que o município de Franca possa se adequar à Política Nacional de Resíduos Sólidos, se caracterizando como referencial para outros municípios, em termos de preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2003. 01 ed. São Paulo: Publicação da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. 2004. 62 p.

_____. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2012. 10 ed. São Paulo: Publicação da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. 2013. 114 p.

_____. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2013. 11 ed. São Paulo: Publicação da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. 2014. 112 p.

BANK, The Word. Brasil: aspectos gerais [publicação em meio eletrônico]. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em: 14 ago. 2014.
BRASIL. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2001, 520 p.

_____. Sinopse do Censo demográfico 2010 [publicação eletrônica]. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em 16 ago. 204.

_____. [Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010]. Política nacional de resíduos sólidos [recurso eletrônico]. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 73 p. Série legislação; n. 81. Disponível em: <http://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf>. Acesso em 15 ago. 2014.

_____. Plano nacional de resíduos sólidos. Versão Preliminar para Consulta Pública. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2011, 102 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FRANCA recebe Selo Município Verde Azul. Prefeitura de Franca. 11 dez. 2013. Disponível em: <http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/servicos-meio-ambiente/franca-recebe-selo-municipio-verde-azul.html>. Acesso em: 14 ago. 2014.

GRIMBERG, Elisabeth. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: A Responsabilidade das Empresas e a Inclusão Social. 22 jul. 2004. Disponível em: < http://www.polis.org.br/uploads/1177/1177.pdf> Acesso em: 10 jul. 2014.

MUITOS municípios não conseguirão acabar com lixões até 3 de agosto. Agência Câmara Noticias. 09 jul. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIDADES/471307-POLITICA-DE-RESIDUOS-SOLIDOS-AINDA-NAO-FOI-COMPLETAMENTE-IMPLEMENTADA-NO-PAIS.html>. Acesso em: 14 jul. 2014.

PASTORAL atende 350 crianças. Comércio da Franca, Franca, 23 mar. 2012. Seção Local. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticia/164982/franca/2012/03/PAST0RAL-ATENDE-350-CRIANCAS-164982>. Acesso em 24 jul. 2014.
PREFEITURA DE FRANCA. Plano municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos do município de Franca [M.j Engenharia (Org.)]. Franca, 2013, 159 p. Disponível em:< http://www.franca.sp.gov.br/portal/servicos-meioambiente/projetos/gestao-ambiental.html>. Acesso em: 15 jul.2014.

_____. Secretaria de Serviços e Meio Ambiente. Questionário para mestrado em planejamento e análise de políticas públicas/UNESP. [documento recebido via correio eletrônico]. GIUBERTI, Eliana. [mensagem pessoal]. Recebida por: <wanderleipereira@franca.sp.gov.br> em 02 jul. 2014.

SÃO PAULO. Resolução n. 36, de 18 de julho de 2011. Dispõe sobre o Projeto Ambiental Estratégico Município Verde e dá providências correlatas. Diário Oficial [do] Estado, São Paulo, SP, 01. Fev. 2008. Disponível em: <http://www.simapln.com.br/media/pdf/legislacao/estadual/resEst-009.pdf>. Acesso em 22 ago. 2012.

SINDIFRANCA, Núcleo de Inteligência Competitiva do Couro e do Calçado. Relatório mensal. Julho 2014. disponível em: <http://www.sindifranca.org.br/downloads/NICC%20Resenha%20Estat%C3%ADstica%20JULHO%202014.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

Processos de gestão de pessoas em lojas de Super e Hipermercados no município de Passos/MG: Recrutamento e Seleção

O processo de Recrutamento e Seleção de pessoal às organizações é uma atividade significante para toda a corporação, uma vez que a envolve como um todo, abrangendo desde o nível operacional ao estratégico, envolvendo uma ampla ramificação de atividades e trâmites próprios a cada setor que a constitui. É, portanto, uma função de inclusão extremamente comprometedora, e sugere que a prudência e percepção empregadas no processo de seleção sejam plenamente afinadas e detalhistas, pois, uma vez que recrutado e selecionado, o trabalhador passa a compor a estrutura organizacional e torna-se um colaborador na mesma, conseguinte deverá dedicar-se ao máximo para alcançar conjuntamente a toda composição, os objetivos deliberados pela mesma, no âmbito do desenvolvimento de suas atividades específicas. A função dos participantes do setor de Recursos Humanos numa organização pode, comumente, ser vista como simples e fácil de desempenhar. No entanto, parte deste pessoal a iniciativa da contratação ou não admissão de colaboradores aos cargos em disposição, e a decisão advinda desta situação, envolve não somente o departamento em si, mas todos os outros em suma, pois os cargos que solicitam preenchimento podem estar disponíveis em distintos polos na organização. Refletindo sobre tal fato, são conhecidas as realidades de que uma parte da organização bem desenvolvida influencia as demais, e o cuidado, da mesma forma, deve estar concentrado na ideia de prevenir, para que o contrário não ocorra. Bem mais que simples seleções, os colaboradores dos Recursos Humanos desempenham a tarefa de identificar durante o processo de observação, capacidades, habilidades, competências, qualidades e talentos. Há casos em que devido ao pleno atendimento das exigências solicitadas à ocupação de outro cargo, o futuro colaborador é dirigido a uma função inesperada por sua relevante capacidade de desempenhar um trabalho significativamente bom em determinada parte da estrutura organizacional, e assim, junto à mesma, alcançar os objetivos comuns deliberados. Justamente identificar e analisar as estratégias utilizadas no processo de recrutamento e seleção de pessoal, bem como da própria estrutura dos cargos disponibilizados nos setores das organizações, pelos departamentos de Recursos Humanos dos Super e Hipermercados localizados no município de Passos, no estado de Minas Gerais, é adotado como objetivo geral do trabalho. Respectivamente, compreender a forma pela qual são estabelecidas as estratégias para recrutar o pessoal com o intuito de preencher os cargos disponíveis, bem como propor a verificação, para posterior avaliação, do alinhamento das estratégias utilizadas em relação ao perfil dos cargos, são os objetivos específicos. A pesquisa é de abordagem mista, tanto qualitativa quanto quantitativa, de finalidade básica. Quanto à classificação da tipologia da pesquisa, esta é disposta como bibliográfica, exploratória, descritiva, documental, e de campo, uma vez que utiliza como técnicas coletoras a observação não participante, formulários, entrevistas e a análise dos documentos coletados. Foi possível constatar: candidatos sem qualificação, dificuldade em divulgações das vagas, mercado de recursos humanos escasso para algumas oportunidades como: padeiro e açougueiro. Com elevado índice de rotatividade as estratégias de gestão de pessoas devem ser eficientes e eficazes.

108-2429

Núbia Gabriela Pereira Carvalho
Faculdade de Administração de Passos
nubiagabrielaadm@gmail.com

Olney Bruno da Silveira Junior
Faculdade de Administração de Passos
olney.junior@fespmg.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Admissão, Cargos, Recursos Humanos, Recrutamento e Seleção

ABSTRACT
The process of recruitment and selection of staff organizations is a significant activity for the entire corporation as it surrounds as a whole, ranging from the operational to the strategic level, involving a wide branching own activities and procedures to each sector that forms. It is therefore a function of extremely compromising inclusion, and suggests that prudence and perception employed in the selection process are fully tuned and detail because, once recruited and selected, the worker becomes part of the organizational structure and becomes a collaborator in it, therefore should devote himself to the utmost to achieve together the whole composition, deliberate goals the same, in the development of their specific activities. The role of participants in the Human Resources sector in an organization can commonly be seen as simple and easy to play. However, part of this initiative of hiring staff or non-admission of employees in the positions available, and the decision arising from this situation involves not only the department itself, but all the others in short, as positions fill that request may be available in distinct poles in the organization. Reflecting on this fact, the realities are known that a well-developed part of the organization influences the other, and care, likewise, should be focused on the idea of preventing, so that the opposite does not occur. Much more than

simple selections, employees Human Resources play the task of identifying in the process of observation, skills, abilities, skills, qualities and talents. There are cases where due to full compliance with the requirements requested to occupy another position, the future employee is directed to an unexpected function for its relevant capacity to play a significantly good job in a certain part of the organizational structure, and so, by the same, achieve common goals deliberate. Precisely identify and analyze the strategies used in the recruitment and selection process of employees, as well as the very structure of the positions available in the sectors of organizations, the Human Resources departments of supermarkets located in Passos, in the state of Minas Gerais, is adopted as a general purpose work. Respectively, to understand the way in which they are established strategies to recruit staff in order to fill the positions available and propose checking for further evaluation, the alignment of the strategies used in relation to the profile of the positions, are the specific objectives . The research is mixed, both qualitatively and quantitatively, the basic purpose approach. Regarding the classification of the type of research, this is arranged as literature, exploratory, descriptive, documentary and field, once used as a non-participant observation gathering techniques, forms, interviews and analysis of documents collected. It was possible to: unqualified applicants, difficulty disclosures of vacancies, market scarce human resources for some opportunities as baker and butcher. With high turnover strategies for managing people should be efficient and effective.
KEY-WORDS: Admission, Positions, Human Resources, Recruitment and Selection

1. INTRODUÇÃO

As organizações procuram continuamente ter maior crescimento para que possam manter-se no mercado. Para isto precisam de colaboradores competentes que as ajudem a alcançar esta deliberação.

É fundamental que uma empresa possa contar com um pessoal competente, capaz de gerar resultados satisfatórios. Há uma forte necessidade de captar e selecionar aqueles profissionais capazes de fazerem a diferença dentro da organização, ajudando a mesma a crescer, melhorando o seu desempenho e maximizando seu potencial no mercado. São os colaboradores da empresa que reforçam as suas forças ou fraquezas.

Considerando a importância deste assunto, o presente trabalho realiza o estudo com o intuito de compreender como funciona o processo de recrutamento e seleção de candidatos nos super e hipermercados do município de Passos em Minas Gerais, bem como identificar e analisar a estrutura dos cargos.

Ao realizar uma análise referente à estrutura dos cargos dos super e hipermercados selecionados, é possível notar que no momento em que esta estrutura é bem definida há um aumento de oportunidades de crescimento dos colaboradores dentro da organização, criando assim, perspectivas e a permanência dos mesmos dentro desta. Porém, quando esta estrutura não é bem definida, a alta rotatividade é gerada, pois não se tem um plano de carreira estabelecido para que o colaborador possa crescer dentro da empresa. Uma vez que a rotatividade é real dentro da organização, esta pode influenciar diretamente no processo de recrutamento e seleção.

Os colaboradores devem saber quais são os conhecimentos, as habilidades e os comportamentos necessários para o pleno preenchimento do seu cargo, bem como as responsabilidades adquiridas no momento em que assume o mesmo. Assim, o entendimento total do que é necessário ter para efetuar as tarefas referentes ao cargo a ser ocupado, juntamente a uma completa estrutura do mesmo, o colaborador poderá, efetivamente, desempenhar bem o seu trabalho de forma adequada.

Neste contexto, identificar e analisar as estratégias utilizadas no processo de recrutamento e seleção de pessoal, bem como da própria estrutura dos cargos disponibilizados nos setores das organizações, pelos departamentos de Recursos Humanos dos Super e Hipermercados localizados no município de Passos, no estado de Minas Gerais, é adotado como objetivo geral do trabalho. De forma respectiva, compreender a forma pela qual são estabelecidas as estratégias para recrutar o pessoal com o intuito de preencher os cargos disponíveis, bem como propor a verificação, para posterior avaliação, do alinhamento das estratégias utilizadas em relação ao perfil dos cargos, são os objetivos específicos.

A originalidade da pesquisa se justifica no contexto de compreender o processo de recrutamento e seleção de pessoal nos super e hipermercados no município de Passos, uma vez que estes são representativos na geração de empregos, sendo constituintes de um dos segmentos que mais empregou pessoas no município.

Quanto à classificação da pesquisa, esta é disposta como bibliográfica, exploratória, descritiva, documental, e de campo, e se encontra estruturada da seguinte forma: inicialmente é disposto o referencial teórico, com as citações bibliográficas pertinentes, com ênfase no processo de recrutamento e seleção de colaboradores. Conseguinte, a metodologia utilizada é referida pela descrição dos métodos empregados à realização da análise da população e do campo estudados. Por fim, realiza-se a análise dos dados, apresentando os resultados obtidos após a aplicação das entrevistas e dos formulários.

O resultado do trabalho constata que ainda há candidatos sem qualificação, dificuldade em divulgações das vagas, escassez de colaboradores a algumas oportunidades como: padeiro e açougueiro. Com elevado índice de rotatividade as estratégias de gestão de pessoas nas organizações devem ser eficientes e eficazes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os recursos humanos e o mercado de trabalho

De acordo com Santana (2012), quando se falava, antigamente, em recursos humanos, logo pensava-se em um departamento que cuidava da folha de pagamento dos funcionários de uma organização. Uma das funções do departamento de recursos humanos, dentro de uma organização, seja ela privada, governamental ou prestadora de serviços, é selecionar profissionais altamente capacitados.

Segundo Cardoso e Forum Emprego (s.d. online), o surgimento de novas exigências geram desafios para as organizações, de forma que atualmente a capacidade de desenvolvimento destas, também depende fortemente das competências e características dos seus colaboradores. Se, num passado não muito distante, as empresas optavam pela valorização técnica e profissional, avaliando as capacidades práticas da execução de certa tarefa, atualmente há uma grande valorização de competências relacionadas à personalidade de cada pessoa, tais como: comunicação/negociação, relacionamento interpessoal, iniciativa, inovação, criatividade, entre outras.

Para Oliveira (2005), os recursos humanos referem-se ao conjunto de pessoas que, plenamente habilitadas, isto é, repletas de conhecimentos e capacidades necessárias, podem preencher certo cargo em disponibilidade. Os recursos humanos estão sendo continuamente solicitados pelo mercado de trabalho, de forma que este apresenta vagas e aqueles, candidatos disponíveis para o recrutamento e seleção de pessoal.

2.2. Supermercados e Hipermercados

Segundo o dicionário virtual Michaelis (s.d. online), o supermercado é definido como um grande estabelecimento comercial em que o comprador retira as mercadorias das prateleiras ou estantes, efetuando o pagamento da despesa à saída. Já o hipermercado é definido como um supermercado que ocupa imensa área, onde se vendem ampla gama de produtos.

O quadro abaixo foi elaborado com base nos dados retirados do site do RAIS e CNAE. As informações classificam os tipos de supermercados existentes utilizando como parâmetro as suas respectivas extensões:

Quadro 1 – Classificação das Lojas.

Formato de Lojas	***Metragem***
Lojas de Conveniência	< 300 m²
Supermercados	300 a 5.000 m²
Hipermercados	> 5.000 m²

Fonte: RAIS e CNAE.

Para Levy, Weitz (2000, *apud* TOALDO; SOBRINHO; CAMARGO, 2009) "é importante levar em conta a produtividade do espaço na loja, pois este é um recurso caro e por vezes escasso".

Por isso, Parente (2000, *apud* TOALDO; SOBRINHO; CAMARGO, 2009) menciona que "mais que maximizar a satisfação do cliente, o *layout* deve também contribuir com o aumento do volume das vendas e da redução dos custos operacionais".

O segmento constituído por supermercados está passando por uma grande transformação e atualmente é uma das atividades que mais crescem e empregam. É composto por pequenos varejistas a grandes cadeias de supermercados, formados, na sua grande maioria por empreendimentos familiares. A evolução deste setor coopera com a geração de empregos, tecnologia, capital, inovação nos produtos e alta produção (ROSA, 2012).

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS, com a perspectiva de contratar 8 mil trabalhadores no ano de 2013, visando suprir novas lojas ou unidades que passarão por reforma, os supermercados de Minas Gerais usam estratégias mais fortes e estruturadas e vão atrás dos candidatos, em lugar de esperá-los nos departamentos de recursos humanos.

2.3. Estrutura Organizacional Hierárquica

A estrutura de uma organização para Chiavenato (2003) pode ser descrita por meio da definição dos três níveis hierárquicos:

Nível Estratégico: É o nível administrativo mais elevado e aberto da organização pelo fato de interagir com o ambiente externo. É composto pelos dirigentes da alta cúpula da organização.

Nível Tático ou Gerencial: É o nível administrativo que serve de ligação entre o nível institucional e o operacional. É composto pelos gerentes do meio do campo.

Nível Operacional: É o nível no qual as diretrizes, como certo planejamento estabelecido pelos dois níveis anteriores, efetivam-se. É composto pelos supervisores de primeira linha.

2.4. Estrutura de cargos e salários

Nas palavras de Walter (s.d. online), cargo é o nome atribuído à posição que uma determinada pessoa ocupa em uma instituição, e função é um conjunto de tarefas atribuídas a este cargo. Conforme Abelman (2010), salário é a contraprestação devida pelo empregador em função do serviço prestado pelo empregado. Objetivamente, salário é o preço da força de trabalho que o empregado coloca à disposição do empregador através do contrato de trabalho. Seu

valor é determinado pelo mercado de trabalho, em função da demanda de mão-de-obra. Assim, o salário tem o seu valor fixado de acordo com a oferta e a procura, sempre respeitado o mínimo legal.

Segundo Promerito (s.d. online), a administração de cargos e salários da empresa será feita considerando os seguintes princípios básicos: O salário de cada cargo será baseado nos conhecimentos exigidos pela função, as complexidades das atividades desenvolvidas e as responsabilidades pela execução de tarefas ou apresentação de resultados específicos esperados do cargo.

Por meio da administração dos cargos são definidos os principais elementos e critérios que irão servir como base para a posterior descrição e análise dos mesmos. Esta é uma tarefa que beneficia não somente os colaboradores, mas toda a organização, uma vez que esta possui um dos principais estabelecimentos deliberados, de modo a servir como exemplo à execução de todas as demais tarefas.

2.5. Descrição e Análise de cargos

Referente à descrição de cargos, Novais (2011), afirma que este tem por objetivo esclarecer as atribuições de cada cargo em uma organização, bem como suas qualificações necessárias. Com isso, situações em que funcionários do mesmo cargo executam funções diferentes ou funcionários de cargos diferentes que executam as mesmas funções são evitadas. Além disso, contribui com a redução de erros no recrutamento e seleção.

Peres (s.d. online) relata que descrever cargos deve ser compreendido como um processo dinâmico e complexo, resultante de mudanças ocorridas nas empresas e nos próprios cargos, entendimento da empresa (estrutura, políticas e normas) e processos empresariais, levantamento e análise de muitos dados, entrevistas com gerentes e coordenadores, gerenciamento de um volume grande de informações e estudos relacionados aos conhecimentos prévios e obtidos após a realização das entrevistas.

Segundo Dessler (2010), as organizações são constituídas por cargos que precisam ser preenchidos. A análise de cargo é o procedimento pelo qual se determinam as obrigações destes cargos e as características das pessoas que devem ser contratadas para ocupá-los.

Enquanto a descrição se preocupa com conteúdo do cargo, o que ocupante faz, o quanto faz, como faz e porque faz; a análise pretende estudar e determinar todos os requisitos qualificativos, as responsabilidades envolvidas e as condições exigidas pelo cargo (CHIAVENATO, 2010).

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização do estudo

A pesquisa foi realizada sob uma abordagem quali-quantitativa, com utilização da estatística descritiva para organização e apresentação dos dados coletados e ainda a análise de conteúdo por meio de categorias para aprofundamento do tema em questão.

Quanto à definição da tipologia da pesquisa, o trabalho utiliza a citação de Vergara (2009), quando menciona que a pesquisa pode ser classificada com o critério de fins e meios. Quanto ao critério fins a pesquisa é definida como descritiva e exploratória. Quanto aos meios é denominada pesquisa de campo, bibliográfica e documental.

3.2. Caracterização do campo de estudo

A escolha do campo empírico foi o município de Passos que se localiza no Sudoeste do Estado de Minas Gerais, onde segundo o IBGE, reside uma população estimada em 111.651 habitantes. O município foi escolhido devido ao fácil acesso às informações essenciais para este trabalho, por parte das organizações. A pesquisa foi realizada em 6 supermercados e 2 hipermercados do município, totalizando 8 empresas pesquisadas.

O trabalho objetiva-se a verificar como é realizado o processo de recrutamento e seleção de pessoas nos super e hipermercados do município de Passos, além da análise da estrutura de cargos destes.

3.3. População estudada

Para a realização da pesquisa de campo, foi escolhido o segmento de super e hipermercados, seguindo a classificação de Parente, RAIS e CNAE.

A população estudada é composta pelos participantes responsáveis pelo setor de RH nos super e hipermercados do município de Passos.

A escolha pelo segmento está baseada nos dados disponibilizados pelo CAGED, onde constata-se que o segmento escolhido está entre os que obtiveram maior número de contratação de colaboradores, o que torna fundamental a aplicação do processo de recrutamento e seleção de pessoas e uma estrutura de cargos bem definida.

Os super e hipermercados foram escolhidos pela utilização do critério de fácil acessibilidade às informações e número de *checkout* maior ou igual a quatro.

3.4. Coleta de Dados

Para a correta realização da coleta de dados da pesquisa, foram utilizados três instrumentos, sendo eles o formulário, o formulário de apoio e entrevista semi-estruturada.

A análise de documentos oficiais advindos das referências CAGED, CBO, RAIS e CNAE, além de uma listagem de organizações disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Passos, mostraram-se como fortes agregadoras de informações relevantes como a descrição dos cargos existentes nos super e hipermercados, bem como os critérios utilizados para a classificação destes.

A coleta de dados foi realizada desde a metade do mês de Junho até o mês de Julho de 2013 inteiro, resultando no total de 7 semanas ou seja, 49 dias foram utilizados para a realização da coleta de dados.

Durante o processo da coleta de dados foi possível estabelecer o procedimento de observação nos ambientes do objeto de pesquisa. Esta técnica de observação não participante ocorreu durante os processos de entrevistas.

Para a aplicação dos formulários e da entrevista, foi elaborada uma carta de apresentação a todos os supermercados selecionados, com a aprovação do Curso de Administração de Passos.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada sob uma abordagem quali-quantitativa, com utilização da estatística descritiva para organização e apresentação dos dados coletados e ainda a análise de conteúdo por meio de categorias para aprofundamento do tema em questão.

Abaixo está disposto o quadro que atribui as organizações selecionadas a partir dos parâmetros referidos.

Quadro 2 - Distribuição das empresas pesquisadas quanto ao número de funcionários, número de *checkouts* e metragem da Loja.

Empresas	*Colaboradores*	*Percentual*	*Checkout*	*Percentual*	*Metragem²*	*Percentual*
A	38	5%	5	5%	600	6%
B	65	8%	8	7%	750	7%
C	114	14%	16	14%	750	7%
D	360	43%	34	31%	3704	36%
E	46	6%	7	6%	700	7%
F	180	22%	25	23%	3500	34%
G	25	3%	4	4%	400	4%
H	N/I	N/I	12	11%	N/I	N/I
TOTAL	828	100%	111	100%	10404	100%

Fonte: Dados coletados da pesquisa.

O supermercado D possui a matriz e também algumas filiais localizadas no município de Passos, e as filiais em toda a Região. Todo processo administrativo relacionado a recrutamento e seleção ocorrem na matriz, sendo assim, realizou-se a soma das metragens, número de empregados e número de *checkouts* de suas filiais e da matriz, para elaborar a Quadro acima a fim de analisar os dados coletados.

A Empresa H não informou o seu número de funcionários e a metragem da loja. No entanto é notada a existência de 12 *checkouts*, a organização conta com uma participação efetiva dos mesmos de 11% no total de 100%.

Na empresa D, quando analisa-se os seus valores percentuais, é perceptível que estes tem relevante representação de 43% no número de colaboradores, conforme o Quadro acima, sendo, então, o supermercado com o maior número de participantes e maior número de *Checkouts* e metragem de loja com representativos 31% no número de *checkouts* e 36% na metragem de loja.

A empresa F possui o segundo maior número de participantes, número de *checkouts* e metragem da loja.

Em contrapartida a empresa G possui as menores representações porcentuais, o seu percentual de colaboradores equivale a 3%, seguido de 4% dos *checkouts* e da metragem da loja.

As empresas A, B e E, possuem, por enquanto, os números menores. Os seus percentuais de colaboradores representam de 5% a 8% no total de 100%, enquanto as suas metragens variam de 600 a 750 m^2, alcançando uma porcentagem representativa de 6% a 7% no total de 100%.

Na Empresa C, nota-se que o número de participantes e de *checkouts* é o terceiro mais alto, com o total de 114 colaboradores e 16 *checkouts*, enquanto que sua metragem é igual a da empresa B, com 750 metros quadrados.

O quadro a seguir dispõe a classificação das organizações que tem o Organograma Empresarial estabelecido nas mesmas.

Quadro 3 - Distribuição das empresas pesquisadas quanto à existência de um Organograma definido.

EMPRESA	*EXISTE UM ORGANOGRAMA DEFINIDO?*
A	Não, a empresa está desenvolvendo um.
B	Não, a empresa está desenvolvendo um.
C	Sim, a empresa disponibilizou uma cópia para análise.
D	Sim, porém não é permitido passar esta informação.
E	Sim, porém não é permitido passar esta informação.
F	Sim, porém não é permitido passar esta informação.
G	Sim, a empresa disponibilizou uma cópia para análise.
H	Não, empresa está desenvolvendo um.

Fonte: Dados coletados da pesquisa.

Apesar das empresas demonstrarem que na sua maioria possuem organograma definido e apenas duas disponibilizarem o mesmo para a pesquisa, fica claro que existe o conhecimento empírico por parte dos gestores sobre o funcionamento das áreas e departamentos das empresas, bem como a sua estrutura de cargos. Tal consideração pode ser validada pelas respostas que seguem:

O proprietário não permanece na loja, mas tem o responsável pela parte administrativa e tem também um tesoureiro que tomam conta e, todos os setores tem um chefe responsável. Empresa A

É feito um checklist todas as manhãs, o gerente administrativo passa cedo em cada setor e verifica quais são as prioridades a serem feitas no dia. Empresa A

São dois sócios, há os diretores e gerentes, cada setor tem seu chefe. Empresa B

O gerente fala com os encarregados, que fala com seus empregados. Empresa C

Existe o proprietário do supermercado, e um chefe para cada setor. Empresa D

Existem 3 gerentes, e vários funcionários que trabalham abaixo destes. Empresa E

A estrutura possui um chefe para cada setor. Empresa F

Através dos encarregados de cada setor. Empresa G

Existe um encarregado para cada setor. Empresa H

Existe um encarregado para cada setor. Empresa I

É fácil notar que todas as empresas pesquisadas, tem estrutura descentralizada, algumas delas como as empresas A, C e G, apesar de dependerem do proprietário da empresa ou, do gerente como no caso da empresa C, para tomarem decisões importantes, sua estrutura permanece descentralizada.

Em contrapartida, as empresas B, D, E, F, G, H e I, possuem responsáveis para cada setor com autoridade para a tomada de decisões no setor em que atua.

Em seguida, tem-se disponível o quadro para a visualização das organizações que possuem o Manual de Cargos deliberado nas mesmas.

Quadro 4 - Distribuição das empresas quanto à existência do manual de cargos.

EXISTÊNCIA DO MANUAL DE CARGOS	*EMPRESAS*
SIM	A, B, D, F
NÃO	E, H
NÃO, MAS É DE CONHECIMENTO DE TODOS	C, G

Fonte: Dados coletados da pesquisa.

Além da análise da existência do manual de cargos segue abaixo a análise de como as informações são transmitidas aos funcionários:

Através do manual de cargos, dos seus superiores e através de seus colegas de trabalho. Não se passa ao funcionário todas as informações assim que ele entra, é muita informação para ele digerir, então ele vai sendo informado de pouco em pouco à medida que vai exercendo suas funções e tarefas na empresa. Empresa B

No dia-a-dia são marcadas reuniões onde são passadas para cada chefe de departamento, quais tarefas terão que ser realizadas no dia. Quando o candidato acaba de entrar: Eu apresento o funcionário ao encarregado do setor e ele direciona as atividades a serem executadas. Apresentamos também um vídeo com a história da empresa e as normas. Empresa C

Através de reuniões, onde o encarregado do setor reúne-se com o funcionário e passa todas as informações do que ele deve fazer ou seja as funções que ele ira exercer no supermercado. Empresa D

Através de reuniões. Empresa E

Quadro de aviso e reunião. Empresa F

Através dos encarregados de cada setor. Empresa G

Nas empresas C e G, apesar de não existir um documento formalizado com a descrição de cargos, todos sabem o que devem fazer em sua área de atuação, e os responsáveis por cada setor, passam verbalmente as informações sobre os cargos de cada funcionário.

Na empresa E, não existe o manual de cargos, as tarefas diárias de cada cargo, são passadas através de reuniões. Diante disso RH Central (online), afirma que as descrições de cargo são necessárias para todas as pessoas que trabalham. Uma descrição de cargo define o papel de uma pessoa e suas responsabilidades. Sem uma descrição de cargo o empregado não pode se comprometer totalmente e nem ser cobrado, pois não está claro o que ele deve - ou não - fazer.

No conjunto de Empresas A, B, D e F, existe o manual de cargos, ou seja, das 8 empresas pesquisadas apenas 4, ou seja a metade das empresas pesquisadas, possuem esse manual. Apesar de haver o manual de cargos nessas 4 empresas, nem todas fazem uso do mesmo, é o caso das empresas A, D e F, que passam as informações sobre os cargos para os funcionários principalmente através dos seus superiores. Na Empresa F, existe o manual de cargos e realiza-se uma reunião para passar as informações das funções para o candidato. Para passar as informações do dia-a-dia usa-se o quadro de aviso. Na Empresa H, não existe o manual de cargos, as informações do que deve ser feito é passado pelo encarregado de cada setor. Uma observação diante da Empresa D, apesar de ter o manual de cargos, realiza-se reunião para passar as informações das funções do cargo, ou seja, as informações são passadas para o contratado, através de seus superiores e assim ele fica sabendo o que deverá fazer na empresa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho com o objetivo de analisar a estrutura de cargos e os processos de recrutamento e seleção nos supermercados e hipermercados, em 6 supermercados e 2 hipermercados no município de Passos, totalizando 8 lojas de comércio de varejo, teve seu objetivo atingido. Através de uma pesquisa quali-quantitativa, conclui-se que:

Os responsáveis pelos recursos humanos nos super e hipermercados, ficam diante de um dilema: se por um lado procuram pessoas que tenham o perfil desejado, que façam suas funções e tarefas com eficiência e tenham comprometimento com o trabalho e responsabilidade, por outro lado se deparam com a realidade de que os recursos humanos estão em falta de pessoas assim, é uma raridade encontrar pessoas que atendam a estes critérios básicos.

As dificuldades estão enfatizadas no candidato, e estão divididas em dois grupos: as encontradas no processo de recrutamento e as encontradas no processo de seleção. No processo de recrutamento, a principal dificuldade é a falta de profissionais capacitados e qualificados na área, em seguida está a falta de candidatos interessados em trabalhar nos finais de semana e a falta de experiência. Diante do processo seletivo, as principais dificuldades que mais se destacam são: a falta de interesse, comprometimento e responsabilidade com o trabalho.

Se por um lado temos as dificuldades por outro lado temos as características desejadas que estão diretamente ligadas com as dificuldades encontradas durante o processo de recrutamento e seleção. Dentre todas as características mais procuradas pelos entrevistadores, estão principalmente: o comprometimento e a responsabilidade com o trabalho, seguidos de honestidade e pontualidade. Assim é possível chegar a uma conclusão: As características mais desejadas (comprometimento e responsabilidade com o trabalho) são exatamente as mais difíceis de encontrar entre os recursos humanos.

As empresas pesquisadas usam dois tipos de recrutamento: misto e interno. As três empresas C, E e F aplicam a estratégia de recrutamento interno e estabelecem o uso desta, pois conhecem o funcionário que já trabalha na empresa; É o tipo de recrutamento mais econômico existente, uma vez que o recrutamento externo exige maiores custos para a empresa; É motivador para o funcionário que já trabalha dentro da empresa, ter oportunidades de crescimento na mesma; Além de mostrar que o plano de carreira da empresa é bem elaborado e há chances do funcionário crescer.

Mais da metade das empresas pesquisadas (A, B, D, G e H) usam a estratégia de recrutamento misto, uma vez que foi considerada pelas cinco empresas como a que gerou melhor resultado. A principal causa para essa escolha é falta de pessoas competentes no mercado de trabalho, pessoas que tem vontade de trabalhar, que tenham comprometimento com a empresa, e saibam exercer sua função e tarefas de forma eficiente, pessoas que sejam empenhadas no trabalho.

Diante do processo de seleção, todas as oito empresas optaram pela técnica de entrevista, uma vez que por meio desta é possível aprofundar nas informações sobre o perfil do candidato e conhecê-lo melhor a fim de identificar se ele tem competências e o perfil solicitado para suprir os requisitos do cargo.

A empresa C aplica consecutivamente prova de conhecimentos, entrevista e técnicas de simulação. Estas duas são aplicadas nos cargos que vão desde o nível tático ao estratégico, a fim de poder avaliar se o candidato tem as

competências exigidas pelo cargo e conferir se o mesmo possui conhecimentos específicos para exercer as funções do cargo.

A empresa D depois de aplicar a entrevista e os testes de conhecimentos, aplica a técnica de dinâmica de grupo no nível operacional e tático. Esta última técnica, serve para o avaliador saber como o candidato irá se comportar e quais são as reações que ele terá, e, para isso faz-se uso de simulações, debates, estudo de caso, testes situacionais, entre outros.

A estrutura de cargos de todas as empresas pesquisadas tem maior número de cargos no nível operacional, tendo representação percentual de 64% enquanto que o nível tático representa 23% e o nível estratégico somente 13%. O nível operacional representa mais de 50% dos cargos que existem nos supermercados e hipermercados, pois são estes funcionários que exercem as tarefas e funções básicas da empresa.

De forma geral, há equilíbrio na estrutura hierárquica, pois é visível que no topo da hierarquia onde se encontra o nível estratégico, possui poucos cargos, enquanto que no nível tático ou nível intermediário que está localizado entre o estratégico e o operacional, encontra-se um número um pouco acima do estratégico, representado em 23%, enquanto que no nível operacional, a representação é a maior existente, com 64%, encontrando aqui o maior número de cargos dentro da empresa, havendo assim equilíbrio entre os níveis hierárquicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abelman. **Definição de salário.** <http://www.abelman.com.br/noticias/principais_assuntos/definicao-de-salario> Acessado em 05/09/2013.

CAGED. Cadastro Geral de empregados e desempregados. <http://bi.mte.gov.br/cagedestabelecimento/pages/consulta.xhtml#> Acessado em 31/05/2013

CBO. Classificação Brasileira de Ocupações. <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf> Acessado em 06/09/2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Gestão de pessoas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010(A).

Deloitte. **RH Supermercados 2010: Uma pesquisa sobre gestão de pessoas e remuneração no autosserviço**. <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Estudos%20e%20pesquisas/Abras-RH%20Supermercados%202010.pdf> Acessado em 28/05/2013.

DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos.** 2.ed. São Paulo: Editora Person, 2010.

Forum Emprego; CARDOSO, Ana. **O que as empresas procuram?** <http://emprego.forum.pt/conhece/especialistas-respondem/115-o-que-as-empresas-procuram?showall=1> Acessado em 02/04/2013.

IBGE. **Cidades@** <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314790> Acessado em 27/09/2013

MICHAELIS.<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=supermercado> Acessado em 08/05/2013.

MICHAELIS<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=hipermercado> Acessado em 08/05/2013.

NOVAIS, Lucas. **Uma forma de tornar a área de recursos humanos mais estratégica.** <http://www.campe.com.br/tag/descricao-de-cargos/> Acessado em 06/06/2013.

OLIVEIRA, R. G. **Mercado de recursos humanos.** <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/mercado-de-recursos-humanos/10967/> Acessado em 04/04/2013.

PERES, Camila Miranda. **A importância da descrição de cargos.** <http://www.rhdp.net.br/index.php/biblioteca/descricao-de-cargo> Acessado em 05/09/2013.

Promerito. **Plano de cargos e salários.** <http://www.promerito.com.br/PlanoCargosSalarios/planocargossalarios.html> Acessado em 03/09/2013.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. <http://www.rais.gov.br/cnae.asp> Acessado em 30/08/2013.

ROSA, Monica Vargas da. **Administração de supermercado – o mercado de trabalho que esta mudando!** <https://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/11815/administracao-de-supermercado-o-mercado-de-trabalho-que-esta-mudando> Acessado em 25/04/2013.

SANTANA, Daltro. **Recrutamento e Seleção de Pessoal - Ontem, Hoje e Amanhã** <http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=2ujgcjsg7> Acessado em 18/03/2013.

TOALDO, A. M. M.; SOBRINHO, Z. A.; CAMARGO, S. M. **Processo de formulação de layouts em supermercados convencionais no Brasil.**<https://www.revistas.usp.br%2Frege%2Farticle%2Fdownload%2F36719%2F39440&ei=EbdNUv3GG9HbqQHIxoGoAQ&usg=AFQjCNEriXuJhOBQc-8tI7l2DxprUqZCfg&bvm=bv.53537100,d.Ewu> Acessado em 08/05/13.

VERGARA Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

Walter. **Conceito de cargos.** <http://queconceito.com.br/cargo> Acessado em 06/06/2013.

Projeto Ambiental Estratégico Município VerdeAzul: uma análise do processo de implementação a partir da ótica de um município do Estado de São Paulo

A efetividade na implementação de uma política pública ambiental está intrinsecamente relacionada à gestão ambiental. De acordo com as disposições da Política Nacional de Meio Ambiente, os Estados e os Municípios assumem grande responsabilidade quanto à gestão ambiental e controle e melhoria da qualidade ambiental, de forma compartilhada e descentralizada. No Estado de São Paulo foi concebido e vem sendo implementado desde 2007 o Projeto Ambiental Estratégico Município Verdeazul, uma política pública ambiental que pretende aumentar a eficiência na gestão ambiental municipal por meio da descentralização e da participação coletiva. O Projeto Município Verdeazul estimula os municípios paulistas a participar da política ambiental com a adesão ao Protocolo Verde de Gestão Ambiental Compartilhada com o propósito de certificar os municípios ambientalmente corretos, dando-lhes prioridade no acesso aos recursos públicos da Secretaria de Meio Ambiente. Sendo assim, a pesquisa em desenvolvimento tem por objetivo geral analisar a avaliar o processo de implementação do Projeto Ambiental Estratégico Município Verdeazul em um município do Estado de São Paulo no decorrer do ano de 2014, e especificamente identificar se existem e quais são as deficiências da proposta do Projeto Município Verdeazul para a sua implementação no município; verificar se a proposta do Projeto Município Verdeazul é adequada no sentido de favorecer sua implementação no município, considerando-se a diversidade de contextos sociais, políticos e ambientais; e verificar se a proposta do Projeto Município Verdeazul de fato estimula, e em que medida, a participação e o comprometimento da sociedade no controle da qualidade ambiental no município e na formação de novos valores ambientais. Para tanto, a metodologia proposta é a avaliação de processo, aplicável aos programas e políticas públicas, mediante análise documental, para levantar informações para compreensão dos objetivos, finalidade, métodos de implementação, procedimentos, fundamentos, estrutura, ajustes e evolução do Projeto desde a sua concepção e implantação anualmente, e ainda pela observação e registro das atividades realizadas pelo Interlocutor do Projeto, com especial atenção à comunicação e ao relacionamento com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e demais órgãos e instâncias políticas dos municípios. Com a pesquisa, espera-se poder contribuir com a discussão acerca da elaboração, implementação e análise de políticas públicas ambientais voltadas à gestão ambiental compartilhada, bem como, com sugestões para o aperfeiçoamento do próprio Projeto Ambiental Estratégico Município Verdeazul no estado de São Paulo, a partir da ótica municipal.

072-2390

Cibele Randi Barbosa
UNESP - CAMPUS FRANCA
cibelerandi@hotmail.com

Palavras-chave: implementação, Política Pública Ambiental, avaliação de processo.

INTRODUÇÃO

Segundo Philippi Jr. e Bruna (2007): “Política pública é o conjunto de diretrizes estabelecido pela sociedade, por meio de sua representação política, em forma de lei visando à melhoria das condições de vida dessa sociedade”.

Dessa forma, as políticas públicas podem ser propostas diretamente pelos membros do Poder Legislativo, ou encaminhadas ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo, visando o bem comum da sociedade, e ponderando os diversos interesses dos diferentes grupos ou setores sociais. Também podem ser elaboradas com a participação da própria sociedade (PHILIPPI JR. e BRUNA, 2007).

Política pública também é “a definição de objetivos, sua compatibilização e integração, dando lugar à ação para concretizá-los mediante um conjunto de programas, leis, regulamentos, projetos e decisões, bem como os métodos e ações para implementá-los” (VEROCAI, 1991 apud MAGLIO, 2000). Quando esses objetivos estão diretamente relacionados com a questão da sustentabilidade, da proteção do meio ambiente, do gerenciamento dos recursos ambientais e da garantia da qualidade ambiental, tem-se uma política pública ambiental.

Para se definir uma política pública ambiental é preciso estabelecer os seus objetivos, metas de ação, instrumentos de aplicação, instituições reguladoras e a aprovação da legislação que regula e orienta sua aplicabilidade e a legitimidade social dos seus objetivos (MAGLIO, 2000).

Nesse contexto, a implementação de uma política pública ambiental está intrinsecamente relacionada à gestão ambiental. Gestão ambiental, de acordo com Philippi e Bruna (2007):

> É o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade. O objetivo último é estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre natureza e homem.

Em outras palavras, significa dizer que a gestão ambiental:

> Fundamenta sua razão de ser na conquista de um nível ideal de qualidade de vida, para a sociedade e todos os seus membros. Ora, qualidade de vida é um dos direitos fundamentais do homem; por conseguinte, é dever do Estado promovê-la por meio de ações políticas que pressuponham uma estrutura de leis específicas, tendo como contrapartida seu cumprimento por parte de todos aqueles que formam o Estado. Políticas públicas envolvem, pois iniciativas de governantes e governados em benefício do bem comum, num convívio de cidadãos de ambos os lados (PHILIPPI e BRUNA, 2007).

No Brasil, uma das políticas públicas ambientais de maior relevância é a Lei n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Entre outras, uma das contribuições fundamentais da citada Lei foi a instituição do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, composto pelos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Fundações instituídas pelo poder público.

O SISNAMA foi concebido como um modelo de gestão ambiental compartilhada "para harmonizar e articular as ações e políticas governamentais na área ambiental e para implementar a descentralização em todos os níveis de governo" (MAGLIO, 2000).

Preceitua o artigo 6º da Política Nacional do Meio Ambiente que os órgãos e as entidades que compõem o SISNAMA são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, destacando-se entre eles os órgãos seccionais e os órgãos locais, assim definidos nos incisos V e VI do mencionado artigo:

> V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.
>
> VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Conforme a Política Nacional de Meio Ambiente, os Estados e os Municípios passaram a assumir grande responsabilidade quanto à gestão ambiental e controle e melhoria da qualidade ambiental, de forma compartilhada e descentralizada.

Na esteira das disposições da Política Nacional do Meio Ambiente, com vistas à efetivação da gestão ambiental compartilhada e da responsabilização mútua dos municípios para o controle da qualidade ambiental e, à descentralização da política ambiental, propiciando maior eficiência à administração pública, favorecendo o desenvolvimento sustentável e a participação da sociedade, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo lançou no ano de 2007 o Programa Município Verde.

Sendo assim, o Município VerdeAzul tem por objetivo estimular os municípios paulistas a participar da política ambiental com a adesão do Protocolo Verde de gestão ambiental compartilhada e ainda, certificar os municípios ambientalmente corretos, priorizando o acesso aos recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição-FECOP.

A análise e avaliação de desempenho dos municípios dão-se por meio da aplicação de um indicador ambiental - o Índice de Avaliação Ambiental (IAA) - de dez diretivas ambientais estabelecidas pelo Programa: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental.

A partir da aplicação do IAA, os municípios vão pontuando em cada diretiva, e ao final, aqueles que obtiverem a nota igual ou superior a 80 pontos recebem a certificação ou selo de "Município Verdeazul" e o recurso do FECOP.

Os municípios, por seu turno, além de realizar a gestão ambiental, devem apresentar um Plano de Ação à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, declarando as ações propostas e executadas pelos municípios para o cumprimento das diretivas ambientais. O preenchimento do Plano de Ação é feito pelo interlocutor e seu suplente, que deverão necessariamente ser agentes públicos municipais, incumbidos da organização, articulação e execução das ações previstas no Programa, fazendo a interlocução entre as instâncias e órgãos municipais, e entre o município e a Secretaria.

Exige-se tanto dos municípios, quanto da Secretaria de Meio Ambiente, quanto dos interlocutores e dos demais órgãos, níveis e instâncias municipais gestoras relacionados às diretivas, como por exemplo, os Poderes Executivo e Legislativo, os departamentos gestores da água e do esgoto etc, total integração e articulação nas atividades para a consecução dos objetivos e metas perseguidos pela política ambiental no período de 01 (um) ano, independentemente do tamanho do município e da diversidade de contextos sociais, políticos e ambientais.

Assim, o problema de pesquisa proposto insere-se nas questões acima colocadas. Desse modo, tendo em vista a complexidade, os objetivos e as exigências do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul e a variedade de contextos sociais, políticos e ambientais dos municípios paulistas, a presente proposta de pesquisa justifica-se pela importância e necessidade de se compreender como a implementação do modelo de gestão ambiental compartilhada proposto pela política funciona nos municípios e, especialmente, se a política é um

facilitador para a implementação desse modelo de gestão, gerando de fato comprometimento e responsabilidade permanente dos municípios quanto à preservação ambiental e planejamento e gerenciamento integrado do controle da qualidade ambiental; bem como, compreender se a política também estimula a participação da sociedade e a formação de novos valores e consciência ambiental.

A pesquisa será realizada em um município do estado de São Paulo em razão de sua participação no Programa desde 2008, tendo evoluído na pontuação e no ranking a cada ano. Ao se acompanhar e analisar a implementação do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul no município escolhido, acredita-se poder identificar e contemplar as derradeiras características, variações, dificuldades e facilidades do processo de implementação para obtenção da certificação e da política em si, de essencial relevância para se atingir os objetivos dessa pesquisa.

Com isso, espera-se poder contribuir com a discussão acerca da elaboração, implementação e análise de políticas públicas ambientais voltadas à gestão ambiental compartilhada, bem como, com sugestões para o aperfeiçoamento do próprio Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul no estado de São Paulo.

Logo, os objetivos desse projeto de pesquisa são:

Objetivo geral:

1) analisar a avaliar o processo de implementação do Projeto Ambiental Estratégico Município Verdeazul em um município do estado de São Paulo no decorrer do ano de 2014;

Objetivos específicos:

1) identificar se existem e quais são as deficiências da proposta do Projeto Município Verdeazul para a sua implementação no município;

2) verificar se a proposta do Projeto Município Verdeazul é adequada no sentido de favorecer sua implementação no município, considerando-se a diversidade de contextos sociais, políticos e ambientais;

3) verificar se a proposta do Projeto Município Verdeazul de fato estimula, e em que medida, a participação e o comprometimento da sociedade no controle da qualidade ambiental no município e na formação de novos valores ambientais.

MATERIAL E MÉTODOS

Para Belloni (2000), a avaliação pode ser entendida como:

> Um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões, com vistas a estimular o seu aperfeiçoamento.

Tendo o presente trabalho o objetivo precípuo de analisar e avaliar o processo de implementação de uma política pública ambiental do estado de São Paulo, o Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul, o tipo de pesquisa proposto para sua consecução é a realização de uma avaliação de processo, sendo essa uma metodologia de avaliação específica aplicável aos programas e políticas públicas.

A avaliação de processo busca investigar como o programa ou política pública funciona, por meio da observação das etapas, mecanismos, processos e conexões, quais são as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados, ou seja, procura articular os meios com os fins, estabelecendo dessa forma sua consonância ou incompatibilidade (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999 apud CAVALCANTI).

O objetivo da avaliação de processo, em suma é:

> Detectar possíveis defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados importantes para a sua reprogramação, através do registro de eventos e de atividades (COSTA e CASTANHAR, 2002).

Em outras palavras:

> A avaliação de processo se constitui, basicamente, em um instrumento que se preocupa em diagnosticar as possíveis falhas de um programa, no que diz respeito aos instrumentos, aos procedimentos, conteúdos e métodos, adequação ao público-alvo, visando o seu aperfeiçoamento, através da interferência direcionada aos seus aspectos intrínsecos. Essa modalidade de avaliação tem por objetivo “fazer as coisas certas”. (FARIA, 1999 apud CAVALCANTI)

Para a realização da presente pesquisa, fundamentada na metodologia de avaliação de processo de programas e políticas públicas, propõe-se a utilização da técnica de avaliação formativa, que se baseia na coleta de dados ao longo da realização de determinada intervenção e que permite obter informações acerca da viabilidade de atividades e instrumentos da política sob análise e em que medida eles são adequados ao desenho planejado e aos seus beneficiários (COSTA E CASTANHAR, 2002).

Para tanto, será realizado um estudo de caso, que consiste em analisar e acompanhar o processo e as etapas de implementação do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul no município escolhido em 2014, junto ao interlocutor, que é o representante do município signatário do Projeto, indicado pelo prefeito e que mantêm o contato com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, cuja responsabilidade é fornecer as informações e preencher o plano de ação que declara as ações propostas pelo município para o cumprimento das Diretivas Ambientais.

O acompanhamento do trabalho do Interlocutor se dará por meio da observação e registro das atividades que realizam para o preenchimento do plano de ação, com especial atenção à comunicação e ao relacionamento com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e demais órgãos e instâncias políticas dos municípios, cuja participação e apoio são essenciais ao preenchimento do plano de ação.

Durante o acompanhamento do trabalho do Interlocutor, também serão realizadas entrevistas, de abordagem semi-estruturada, com a finalidade de captar suas percepções acerca da implementação do Projeto, as contribuições e deficiências da proposta, considerando-se suas experiências práticas na condição de responsáveis pela sua operacionalização e articulação nos municípios.

Também será realizada uma análise detalhada da política pública em si, por meio de análise documental, cujo objetivo é levantar informações para o entendimento dos objetivos, finalidade, métodos de implementação, procedimentos, fundamentos, estrutura, ajustes e evolução do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul desde a sua concepção e implantação anualmente.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, MARTA T. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: Barreira MCRN, Carvalho MCB, organizadores. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC; 2001.

BELLONI, I. et al. **Metodologia para avaliação de políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Legislação de Direito Administrativo. Legislação de Direito Ambiental. Constituição Federal**. Coordenação de Anne Joyce Angher. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2003. (Coleção de Leis Rideel. Série mini 3 em 1).

COSTA, F. L., CASTANHAR, J. C. **Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Disponível em < http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_31.pdf > Acesso em 07 Out. 2013.

D´ISEP, C. et al. **Políticas Públicas Ambientais: estudos em homenagem ao Professor Michel Prieur.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2010.** Disponível em < www.ibge.gov.br/home/estatística/população/contagem2010/default.shtm > Acesso em 03 Out. 2013.

LANFREDI, G. F. **Política Ambiental: busca de efetividade de seus direitos.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro.** 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MAGLIO, I. C. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local, 1990/1999.** 2000. 283 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NAVES, F. L. et al. **Introdução ao Estudo de Gestão Ambiental e Manejo Ambiental.** Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

PHILIPPI JR., A. et al. **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri: Manole, 2004.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Dispõe sobre o Projeto Ambiental Estratégico Município Verde e dá providências correlatas. **Resolução SMA 9 de 31 de janeiro de 2008.** São Paulo.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Altera a denominação do Projeto Ambiental Estratégico Município Verde para Projeto Ambiental Estratégico Município Verde Azul, estabelece os parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambiental no exercício de 2009 e dá providências correlatas. **Resolução SMA 55 de 11 de agosto de 2009.** São Paulo.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Município Verde Azul.** Disponível em < http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul > Acesso em 03 Out. 2013.

Proposição de Melhorias à Unidade Logística de uma Indústria de Cosméticos

O aumento da competitividade faz com que as empresas busquem diferenciais de atuação como presteza, pontualidade e qualidade nas entregas de mercadorias, tanto em empresas distribuidoras como em empresas fabricantes. Nesse sentido, as empresas têm buscado aperfeiçoar seus processos logísticos estabelecendo parcerias e melhorias para que haja mais comprometimento dos colaboradores, desde a produção até a entrega de produtos com qualidade e sem avarias. Este trabalho foi desenvolvido em uma empresa de cosméticos, situada no Triângulo Mineiro-Minas Gerais, e tem como objetivo geral propor melhorias no processo logístico quanto à devolução de produtos pós-venda. Após diagnóstico dos problemas ocorridos, com a utilização de ferramentas da qualidade, estes foram separados em três partes, sendo então elaboradas propostas de melhoria de forma à solução dos problemas levantados, também com a utilização de ferramentas da qualidade. Trata-se de estudo de caso, com a abordagem qualitativa e utilização de livros e periódicos, que colaboram ao explicitar conceitos e técnicas e, também, contribuir para a elaboração das sugestões a serem apresentadas à empresa, para que possam ser implementadas e acompanhadas, a curto e longo prazo. Pretende-se, com o presente estudo, que este seja útil à empresa, traga melhorias e contribua para o êxito na solução dos problemas levantados.

149-2471

Nubia Alves de Carvalho Ferreira
Faculdade de Talentos Humanos (FACTHUS)
nubia.ferreira@facthus.edu.br

Fernanda Mendonça Justino
Membro da comunidade
fefe_justino@hotmail.com

Manoel Carlos Bayão Júnior
Faculdade de Talentos Humanos (FACTHUS)
mcbayao@facthus.edu.br

1. Introdução

A indústria brasileira de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC) cresceu nos últimos 18 anos acima da inflação, por volta de 10% a.a. com faturamento ex-factory (líquido de impostos sobre vendas) de R$ 38 bilhões em 2013 (ABIHPEC, 2014).

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), a indústria de HPPC é um dos setores que historicamente mais crescem, sendo o segundo setor em investimento em inovação como percentual sobre o faturamento, perdendo apenas para o setor farmacêutico. Para a mesma fonte, o Brasil, em 2013, foi o terceiro maior mercado de HPPC, sendo o primeiro lugar os Estados Unidos e segundo o Japão. E também ocupa o segundo lugar em produtos para cabelos.

ABIHPEC (2014) relata que em 2013, eram 2.444 empresas atuantes, das quais cerca de 2000 são de pequeno porte e optantes pelo Simples Nacional. Destas, 1977 empresas, ou 81,5%, estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

No caso da região Sudeste, o Estado de Minas Gerais possui 220 empresas. O foco de estudo deste trabalho é uma destas indústrias, situada em Uberaba-MG, para a qual se considera propor melhorias à sua unidade logística, especificamente na área de devolução de produtos pós-vendas, seja por erros de expedição, acondicionamento, transporte, entre outros.

Avarias em mercadorias são causas constantes de devoluções e, por isso, é preciso cautela e planejamento, pois mercadorias mal estocadas, embaladas ou transportadas geram também perda de imagem e de confiabilidade. Além disso, incorre-se em perdas financeiras e pode ocorrer conflito com os clientes, que se tornam insatisfeitos, o que pode redundar em perda de mercado.

Atualmente, a área de devolução de uma empresa é crucial, pois se trata de questão que deve ser encarada com o objetivo de melhorar o desempenho e os resultados, visando inclusive uma melhor qualidade nos serviços em geral, especialmente na questão logística. Na empresa analisada e objeto deste estudo, isso não é diferente.

Nesse sentido, a discussão teórica relaciona-se com os conceitos de logística e especificamente de logística reversa das empresas, e também as ferramentas da qualidade. Enquanto a logística segue um fluxo do início do processo produtivo até a entrega para consumo, para atender aos clientes, a logística reversa segue as mesmas etapas, mas de forma inversa.

Segundo Novaes (2007), a logística reversa atenta para os caminhos dos produtos a partir dos locais de uso e findam ao local de procedência com a finalidade de nova valoração ou de acondicionamento final.

O objetivo deste trabalho é elencar propostas de melhorias a unidade logística de uma empresa de cosméticos, estabelecida em Minas Gerais, no Triângulo Mineiro. Para a construção das propostas de melhorias, algumas das ferramentas da qualidade serão utilizadas, como o ciclo PDCA, a Espinha de peixe – Causas e Efeitos e o 5S. Considera-se, sobretudo propor mudanças quanto aos produtos devolvidos após vendas, ou seja, envolve a logística reversa pós-vendas.

O artigo está dividido em seis partes, sendo esta a primeira seção. A seção seguinte aborda o referencial teórico, em que são tratados os conceitos de logística, logística reversa e as ferramentas da qualidade. A metodologia é apresentada na terceira seção. A quarta seção apresenta o objeto de estudo, uma empresa de cosméticos localizada no Estado de Minas Gerais, bem como os problemas levantados na unidade logística. A proposição das melhorias é apresentada na quinta seção. As considerações são expostas na sequência, bem como as referências utilizadas.

2. Logística, Logística Reversa e ferramentas da qualidade

Com a economia cada vez mais globalizada, é preciso que as empresa sejam competitivas, sobretudo em um setor abrangente e amplo como o de cosméticos e produtos de higiene pessoal, principalmente porque grandes empresas multinacionais atuam no mercado nacional.

2.1 Logística

Observa-se uma crescente dinâmica na oferta de produtos e serviços, o que valoriza a agilidade e a flexibilidade. Nos dias de hoje, com o crescimento da concorrência, as empresas têm buscado se aprimorar. Surgem novos produtos, serviços, tecnologias e técnicas e é de fundamental importância que os serviços prestados pela logística acompanhem essa evolução, seja tecnológica, produtiva e até mesmo no quesito de treinamento e valorização de pessoas.

Para Novaes (2007, p. 13) "é a logística que dá condições reais de garantir a posse do produto, por parte do consumidor, *no momento desejado*".

Logística trata de tudo que envolve desde o estoque de matérias-primas até o transporte de produtos acabados, e que compõem a cadeia de suprimentos. Atualmente, é uma ferramenta usada para a integração e que gerencia toda a cadeia de suprimentos, apoiando as empresas em suas decisões estratégicas e buscando de forma mais eficiente atender as necessidades dos consumidores.

Neste trabalho, o conceito de logística se apoia em Novaes (2007) que considera a cadeia de suprimentos como uma evolução da logística. Será utilizado o termo logística e mostrado sua evolução, bem como a emergência do termo logística empresarial para distinguir a utilização pelas empresas, e não só pelos militares.

Para Ballou (2012), um dos objetivos da logística é abastecer os clientes com um nível de serviço apropriado, entregando os produtos corretos, no tempo hábil, em condições adequadas, com menor custo possível. A logística, portanto, pode ser considerada estratégica para uma organização. Sua aplicação se inicia na escolha de fornecedores, passando pela organização e chegando aos clientes.

Logística, para Souza; Sá (2007, p. 1) é um

> processo de planejamento, implementação e controle do fluxo e armazenagem eficientes e de baixo custo de matérias-primas, estoque em processo, produto acabado e informações relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo com o objetivo de atender os requisitos do cliente.

A palavra logística tem origem francesa, no verbo *loger*, e primeiramente tratava de operações de manutenção e suprimento de forças militares. No período de guerras, sua função era posicionar os recursos envolvidos no processo, como transporte, armazenagem e distribuição de equipamentos e suprimentos.

Mesmo com a evolução da logística, até a década de 1940 quase não havia estudos sobre o tema. Os conceitos logísticos utilizados atualmente foram iniciados com as atividades logísticas militares na Segunda Guerra Mundial para suprir as necessidades dos locais destruídos. Mas, "o exemplo militar somente influenciou as atividades logísticas das firmas comerciais alguns anos depois" (BALLOU, 2012, p. 29).

Também para Novaes (2007) a moderna logística se originou na Segunda Guerra Mundial. Neste período, o estoque era considerado o elemento-chave, pois as empresas trabalhavam com seus estoques. Quando necessitavam de produtos, realizavam pedidos aos fornecedores.

Antes de 1950 nem o ambiente econômico nem a teoria estavam aptos para a criação do clima necessário a uma mudança de atitudes. O foco era totalmente voltado ao transporte, e a logística vivia o período chamado de anos adormecidos, pois as empresas executavam as atividades logísticas, mas não existia uma filosofia para seguir. No entanto, houve uma mudança natural em que "a administração estava mudando seu foco da produção (como influência dominante) para a orientação para *marketing* (consumidor)" (BALLOU, 2012, p. 29).

O período entre o início dos anos 1950 até a década de 1960 foi uma época de crescimento econômico. As empresas passaram a se preocupar com os seus clientes e novidades surgiam no pensamento administrativo. Porém, a distribuição física era ainda subestimada e considerada de pouca importância.

As condições tecnológicas e econômicas encorajaram o desenvolvimento da logística empresarial. Foram identificadas quatro condições-chave: alterações nos padrões e atitudes de demanda dos consumidores; pressão por custos nas indústrias; avanços na tecnologia de computadores; influências do trato com a logística militar.

Após os anos 1970, a logística empresarial como campo da administração, entrou em estado como de semimaturidade. Os princípios básicos estavam sendo estabelecidos e algumas empresas já estavam colhendo os benefícios do seu uso (BALLOU, 2012)

A aceitação do campo da logística se desenvolvia com dificuldades, pois as empresas pareciam estar mais preocupadas com a geração de lucros do que com o controle de custos. Alguns acontecimentos como a elevação do preço do petróleo e da inflação como consequência disto, levam a mudanças no cenário econômico.

Neste sentido, Ballou (2012, p. 35) afirma que

> A filosofia econômica dominante passou de estímulo da demanda para a melhor administração de suprimentos. Controle de custos, produtividade e controle de qualidade passaram a ser áreas de interesse, à medida que as empresas tentavam enfrentar o fluxo de mercadorias importadas.

A elevação dos custos de combustíveis influenciou o aumento dos custos de transportes, e os assuntos de logística passaram, então, a ser relevantes para as empresas. Os conceitos e princípios desenvolvidos sobrevieram e foram utilizados, com sucesso. Tal interesse determinou a emergência da logística integrada.

À medida que a economia foi se deslocando da manufatura para serviços, constata-se que a logística empresarial chegava a uma nova ordem. Para Ballou (2012, p.38)

> Logística empresarial tem como objetivo prover o cliente com os níveis de serviços desejados. A meta de nível de serviço logístico é providenciar bens ou serviços corretos, no lugar certo, no tempo exato e na condição desejada ao menor custo possível. Isto é conseguido através da administração adequada das atividades-chave da logística – transportes, manutenção de estoques, processamento de pedido e de várias atividades de apoio adicionais.

Um novo salto ocorreu a partir da década de 1990, quando prevaleceu a visão da cadeia de suprimentos, que constituía um alargamento da noção de logística empresarial, contribuindo, do começo ao fim, nos processos desenvolvidos nas empresas.

Para Souza; Sá (2007) a logística reversa surge como uma evolução da logística empresarial devido ao crescimento da competitividade e da tomada de consciência ecológica da sociedade. As empresas passam então a recolher, reprocessar materiais usados visando à sustentabilidade.

Enquanto a logística segue um fluxo do início do processo produtivo até a entrega para consumo, para atender aos clientes, a logística reversa segue as mesmas etapas, mas de forma inversa. A logística reversa é o próximo tópico a ser tratado.

2.2 Logística Reversa (LR)

A logística reversa é responsável pelas operações relacionadas com a reutilização de produtos e materiais. Ou seja, são atividades de coletas, com o objetivo de assegurar uma recuperação sustentável ao meio ambiente (SOUZA; SÁ, 2007).

Para Novaes (2007) a logística reversa se relaciona com os fluxos de materiais, desde o consumo dos produtos e termina nos pontos iniciais, quando se busca revalorar ou realizar a disposição final dos produtos.

As questões que envolvem a logística reversa tem se destacado devido a um conjunto de fatores de ordem estratégica, competitiva, econômica e ecológica que ganham relevância no contexto atual.

As empresas, além de se ocupar com o fluxo direto dos seus produtos para os seus clientes, passam a se preocupar, também, com o fluxo reverso de peças e produtos em seus processos, devido às devoluções, retorno de embalagens ou até mesmo para o tratamento de descarte.

Procedimentos deste tipo já são utilizados por fabricantes de bebidas e vidros, siderúrgicas e indústrias de latas de alumínio, que reaproveitam parte de seus materiais. Já outros setores, dentre eles o de cosméticos, vêm adotando essa prática recentemente.

Para Leite, (2003 como citado em Souza; Sá, 2007), são dois os tipos de canais de distribuição reversa. Um deles é o de pós-consumo e o outro o de pós-venda. O canal reverso de pós-consumo tem a ver com produtos, que após um tempo de uso, perdem suas funções ou características básicas e devem ser descartados. Partes de seus componentes podem ser reaproveitadas e/ou recicladas, e partes destinadas à disposição final.

O canal de distribuição de pós-venda inclui o retorno de embalagens e produtos ao fabricante ou varejista (NOVAES, 2007). Este mesmo autor exemplifica o caso das devoluções de compras por empresas de catálogos nos Estados Unidos, em que cerca de 25% retornam por motivos como não servirem nos clientes (roupas e calçados), ou por insatisfação ou mesmo outras razões.

Leite, (2003 como citado em Souza; Sá, 2007), define logística reversa como a área

> que se ocupa do planejamento, da operação e do controle do fluxo físico e das informações logísticas correspondentes de bens de pós-venda, sem uso ou com pouco uso, que por diferentes motivos retornam aos diferentes elos da cadeia de distribuição direta, que constituem uma parte dos canais reversos pelos quais fluem esses produtos. Esses produtos retornam por vários motivos, sejam eles comerciais, por erro no momento de emissão do pedido, garantia, de feitos de fabricação, de funcionamento ou até por danos causados no transporte.

Quando se considera os processos da gestão da cadeia de suprimentos, Lopes *et al* (2006) afirmam que são oito os processos-chaves: gerenciamento do relacionamento com os clientes; gerenciamento do serviço ao cliente; gerenciamento da demanda; gerenciamento do fluxo da produção; gerenciamento do relacionamento com fornecedores; da colocação de pedidos; do desenvolvimento e comercialização de produtos e gerenciamento das devoluções.

Neste sentido, tanto na gestão da cadeia de suprimentos como quando se considera a logística reversa de pós-venda, é um diferencial de atuação a utilização de estratégias para evitar devoluções, a realização de descarte adequado e os canais de comunicação com os clientes. Ao ter um programa para isso, as empresas ganham credibilidade na visão dos clientes, e podem ter respostas como o aumento das vendas de seus produtos.

Para Antunes, Azzolini Júnior e Borges (2012) as empresas devem atingir objetivos operacionais que determinam a eficiência da operação logística e sugere pelo menos seis deles. São: a resposta rápida; a variância mínima; o estoque mínimo; a consolidação da movimentação, o apoio ao ciclo de vida e a qualidade.

Nesse sentido, são realizados esforços para prestação de serviços logísticos. Para Ballou (2012, p. 73)

> O nível de serviço logístico é a qualidade com que o fluxo de bens ou serviços é gerenciado. É o resultado líquido de todos os esforços logísticos da firma. É o desempenho oferecido pelos fornecedores aos seus clientes no atendimento dos pedidos.

Para este autor, várias dimensões devem ser consideradas, mas a média e a variabilidade do tempo de preenchimento e entrega do pedido, a exatidão dos pedidos e as condições com que os produtos chegam até os clientes são essenciais e são estes que devem estar sob a atenção e controle do serviço logístico.

Considerando o aperfeiçoamento da qualidade como essencial à logística, Antunes, Azzolini Júnior e Borges (2012, p. 83) reiteram que a entrega de produtos com avaria leva ao aumento de gastos com logística e "o serviço logístico não agrega valor".

Com o aumento da competitividade no mercado, clientes e fornecedores buscam níveis elevados de qualidade dos produtos e serviços. Para Paladini (2008) as organizações vão selecionando e adotando variados referenciais para estruturar suas políticas de operação. As ferramentas da qualidade são técnicas que podem colaborar tanto para o diagnóstico como para a proposição de soluções em empresas. A seguir, são apresentadas as que foram utilizadas no caso da empresa analisada.

2.3 Ferramentas da qualidade

Para se falar de qualidade é necessário considerar que está relacionada historicamente à indústria japonesa, que se renasceu após a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1970, consultores americanos como Deming colaboraram para isso, o que tornou a qualidade uma vantagem competitiva.

Atualmente se adota o termo Gerenciamento ou Gestão da qualidade total para demonstrar sua evolução. Garvin, (1992 como citado em Carvalho, 2005, ps. 7 e 8) classifica a evolução da qualidade em quatro eras:

- Primeira era: inspeção da qualidade, que se interessa pela verificação e utiliza instrumentos de medição. Busca a uniformidade do produto, e a visão da qualidade era de um problema a ser resolvido e o responsável era o departamento de inspeção. Para Rodrigues (2002, p. 83) a inspeção "pode ser realizada com foco no controle de atributos ou no controle de variáveis";

- Segunda era: Controle Estatístico do processo, com interesse principal no controle. E busca a uniformidade do produto com menos inspeção. Prevalecia ainda a visão de um problema a ser resolvido e a responsabilidade do controle de qualidade era dos departamentos de fabricação e engenharia. Utiliza ferramentas e técnicas estatísticas. Foi utilizado na década de 1920, com vistas a controlar a qualidade do produto durante a sua confecção (RODRIGUES, 2002);

- Terceira era: Garantia da qualidade, com interesse na coordenação, com ênfase em toda a cadeia de fabricação (desde projeto até o mercado, com participação de todos para evitar falhas de qualidade). A responsabilidade passa a ser de todos os departamentos. Surgem os programas e sistemas e se vai além de controles estatísticos, sendo um problema a ser resolver, mas avançando para a proatividade;

- Quarta era: Gestão Total da Qualidade, com interesse estratégico, e é responsabilidade de todos, com a alta cúpula exercendo forte liderança. A ênfase é nas necessidades de mercado e do cliente, com a visão de oportunidade

de diferenciação da concorrência. Utiliza métodos como planejamento estratégico, estabelecimento de objetivos e a mobilização da organização.

Para Rodrigues (2002, p.83) "estas "eras" não são excludentes e, dependendo da natureza dos bens ou serviços e das estratégias organizacionais, não necessariamente a era mais adequada é a mais evoluída".

A administração da qualidade passa a ser responsabilidade de todos que estão envolvidos no processo. Exige visão sistêmica, para integrar as ações das pessoas, as máquinas, informações e todos os outros recursos envolvidos. O objetivo da gestão da qualidade é garantir a satisfação do cliente e ao mesmo tempo garantir os interesses econômicos da empresa.

Constata-se que o conceito de qualidade, que se relacionava à perfeição técnica de um produto evoluiu a partir da década de 1950 para a adequação do produto ao uso e para uma visão estratégica. Assim, a qualidade deixou de ser apenas relacionada aos aspectos técnicos e passou a incluir as demandas do mercado consumidor, interferindo também positivamente na decisão de aquisição dos mesmos.

Para Paladini (2008, p.27) a Gestão da Qualidade Total "incorpora o envolvimento de todos os elementos da organização no esforço contínuo de adequar o produto ao uso, a partir das atividades individuais de cada um no processo produtivo". Ou seja, a gestão da qualidade passa a ser vista como um fator estratégico para a melhoria da competitividade e produtividade tanto no meio acadêmico como no empresarial.

Então, gestão da qualidade pode ser considerada um processo de interação entre o mercado e a sociedade via mecanismos que caracterizam uma postura inovadora e que geram resultados satisfatórios que garantem a sobrevivência da organização em um mercado tão competitivo. Nesse sentido, as ferramentas da qualidade colaboram para tanto. Neste trabalho foram utilizadas o ciclo PDCA, Espinha de peixe e o 5S.

O ciclo PDCA (em inglês Plan, Do, Check e Action) teve como seu criador Shewhart, mas quem divulgou essa ferramenta foi Deming, a partir da década de 1920. Tal ferramenta foi usada na resolução de problemas no gerenciamento. Para Campos (1992, p. 29) "o PDCA é um método para a prática do controle".

O ciclo PDCA pode ser usado para controle de processos e nos métodos de resolução de problemas gerenciais, quando podem ser alcançadas as metas necessárias para o sucesso da organização. É de fundamental importância para o exame e melhoramento dos processos organizacionais e para a eficácia do trabalho em equipe.

Outra ferramenta, o Diagrama de Causa e Efeito, segundo Gonçalves (2011, p. 5) foi desenvolvida na década de 1940 e tem como "objetivo representar possíveis causas que podem levar a um determinado efeito". Também é conhecida como diagrama de espinha de peixe ou de Ishikawa.

Este diagrama "foi criado para que todas as pessoas da empresa pudessem exercitar a separação dos fins de seus meios" (CAMPOS, 1999, p.17).

Para tanto, as causas são agrupadas em categorias e se utiliza questões que mostram os acontecimentos. Pode ser utilizado para identificar causas, levantar problemas, hierarquizar ações. Também pode mostrar especificidades e detalhamento de causas (GONÇALVES, 2011).

O programa 5S é um método que teve origem no Japão, nos anos 1950 e que combate desperdícios. Os 5S são palavras japonesas que começam com a letra S com os seguintes significados: Seiri – Utilização, Seiton – Ordenação, Seiso– Limpeza, Seiketsu – Bem Estar e Shitsuke – Autodisciplina.

De acordo com Seleme; Stadler, (2008, p.36) "sua implementação mudou radicalmente a percepção de que as indústrias ou os locais de produção poderiam ser sujos, bagunçados e desorganizados".

Para Campos, (1992, p. 173)

> O 5S é um programa para todas as pessoas da empresa, do presidente aos operadores, para as áreas administrativas, de serviço, de manutenção e de manufatura. O programa deve ser liderado pela alta administração da empresa e é baseado em educação, treinamento e prática em grupo.

O referencial teórico fundamenta e permite a análise da empresa em termos de sua logística, especificamente na logística reversa de pós-venda. As ferramentas da qualidade foram aplicadas à empresa analisada, tanto para mapeamento dos pontos críticos como para elaboração de proposta de melhorias.

3. Metodologia

Este trabalho adota a abordagem qualitativa, de natureza exploratória, a partir de pesquisa bibliográfica. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, e utilização de fontes bibliográficas (livros, artigos e material disponível na web). Segundo Miguel (2007, p. 219) "o estudo de caso é um estudo de natureza empírica que investiga um determinado fenômeno, geralmente contemporâneo, dentro de um contexto real de vida".

Para Merrian, (1988 como citado em Godoy, 2006 p. 119) o estudo de caso mostra que o "interesse do pesquisador está relacionado à descrição de um fenômeno bem delimitado". Para Yin (2005) um estudo de caso possui como aspectos distintivos investigar certos acontecimentos e procurar compreendê-los em certa conjuntura e adota métodos diversos para a coleta de informações.

A escolha do método de estudo de caso para tratar o assunto se deu pelo fato de permitir observar detalhadamente os processos de uma empresa específica, conhecer pontos fracos e sugerir melhorias para a empresa e também com o objetivo de avaliar e aprofundar o tema estudado.

4. A empresa X: o caso

A empresa X iniciou suas atividades em 2003 como distribuidora de produtos cosméticos e fabricante de embalagens plásticas. Os produtos cosméticos distribuídos pela empresa analisada são fabricados por uma empresa terceirizada.

A indústria de embalagens plásticas conta com 4 (quatro) máquinas sopradoras e 4 (quatro) injetoras, transformando mensalmente 120 toneladas de resinas Polietileno de Alta Densidade (PEAD) e Polipropileno (PP), em embalagens plásticas para produtos cosméticos, o que representa em torno de 7,5 milhões de peças/mês de embalagens.

Atualmente, a fábrica de embalagens plásticas possui 264 colaboradores diretos e 27 colaboradores indiretos. A empresa oferece os seguintes benefícios: Vale Card Compras, plano de saúde e alimentação.

Dando continuidade à verticalização da cadeia produtiva, em 2009, entra em operação a Gráfica de Rótulos Autoadesivos, que opera 1 (uma) máquina da marca Mark Andy, com uma tecnologia denominada "flexografia", e que produz todos os rótulos autoadesivos utilizados nas embalagens plásticas para produtos cosméticos, em torno de 8 milhões peças/mês.

Em 2010, a empresa reconfigurou sua unidade logística, antes totalmente terceirizada. A unidade ocupa uma área total de 77.315 m², sendo de 6.000 m² de área construída, que comportam 3.200 estruturas porta-*paletes*, as quais permitem armazenar, movimentar e distribuir 3.000 toneladas/mês de produto acabado (cosméticos) para todo o Brasil.

Atualmente, os produtos da empresa X são comercializados em todo o território nacional e também para outros países, entre eles Cuba, Portugal, Inglaterra, Paraguai, Bolívia, Egito, Etiópia, Angola, Filipinas, Japão e Estados Unidos, o que equivale a 300 toneladas mês em média. A empresa distribui aproximadamente 2.400 toneladas por mês de cosméticos, que equivale em média a 28.800 toneladas por ano dentre os produtos citados.

Em seu portfólio a empresa possui vários produtos cosméticos como: shampoos, condicionadores, cremes de tratamento, cremes para pentear, desodorantes, alisantes, máscaras capilares, hidratantes para o corpo, pomadas capilares.

Em relação ao controle dos resíduos sólidos gerados no processo de devolução, foco de análise deste trabalho, parte retorna ao processo produtivo e outra é destinada a empresas de reciclagem para que não ocorra agressão ao meio ambiente.

Após a reconfiguração da unidade logística houve uma melhora considerável, porém alguns problemas de relevância como faltas, atrasos e avarias persistiram principalmente no momento da entrega aos clientes, gerando devoluções.

4.1 Diagnóstico da unidade logística – apresentação dos pontos críticos

Para efeitos de análise, os procedimentos realizados na umidade logística foram avaliados e acompanhados. Constataram-se pontos críticos, que foram separados em três partes: Primeiro ainda na unidade logística; segundo, durante o transporte e, terceiro, quando das devoluções das mercadorias.

Para o levantamento dos problemas, utilizou-se a ferramenta Espinha de peixe, de forma a elucidar os problemas existentes, separa-los e trabalhar para a solução dos mesmos. A reunião das causas que levam ao principal problema serve para que todas as pessoas possam verificar e separar os fins dos meios e controlar cada um deles, o que permite o controle eficaz e a visualização dos problemas. Foram constatados os seguintes problemas:

- Problemas na unidade logística

1) Falta de *Software* de gestão integrada para processo produtivo na unidade logística;
2) Mão-de-obra não qualificada e sem treinamento (contrato sem pré-requisitos);
3) Avaria no acondicionamento da mercadoria no *palete* (podem amassar e estourar);
4) Falta coordenação entre pessoal de estoque e faturamento;
5) Etiquetação incorreta das caixas (Caixa com um tipo de produto e etiquetada com outro tipo);
6) Atraso na saída do pedido da logística para o cliente.

- Problemas durante o transporte e a entrega

1) Avarias no transporte por causa de estradas ruins e caminhões sem condições necessárias;
2) Avaria no acondicionamento da carga no veículo, devido o assoalho do veículo não estar em boas condições, excesso de empilhamento máximo ou espaço no veículo quando a carga vai paletizada e os *paletes* se movimentam;
3) Perda de agenda (não consegue chegar no horário pré-estabelecido);
4) Falta de pedido (cliente alega não ter feito pedido no momento da entrega da mercadoria);
5) Atraso na entrega (sai com mais de uma entrega e se a primeira atrasa, atrasa todos os demais);

6) Divergência de preço (no pedido do cliente tem um preço e na nota fiscal outro).

- Problemas após a devolução das mercadorias

1) Devolução de produtos em bom estado, mas o descarte incorreto e/ou a demora em sua correta destinação provoca contaminação ou deterioração;
2) Setor de notas com problemas para dar entrada tanto física quando via sistema – falta software específico;
3) Falta treinamento para a mão-de-obra do setor do SAC.

Todos os pontos apresentados precisam de soluções, de forma a melhorar a atuação da empresa, e para que ocorram menos desperdício e perdas.

Na próxima seção são apresentadas propostas de melhorias para o diagnóstico realizado.

5. Proposição de melhorias

As propostas de melhorias serão apresentadas, seguindo o diagnóstico e os pontos críticos apurados.

5.1 Melhorias na unidade logística

1) Sugestão de compra de *Software*, de forma a integrar desde a fabricação até a expedição de todas as cargas, para facilitar o controle e a conferência e, assim, gerar menos devoluções e criar vínculo e coordenação entre as áreas como estoque e faturamento;
2) Sugerir a diretoria da empresa terceirizada treinamento de toda equipe para que todos entendam a devida importância de cada área para que os trabalhos sejam bem executados;
3) Quanto à equipe operacional, que acondiciona as mercadorias nos *paletes*, sugerimos treinamento para as novas contratações, com a elaboração de um passo-a-passo, e acompanhamento;
4) Sugestão de implementação de premiação com metas para 1º, 2º e 3º colocados visando à implementação do sistema WMS, de forma a medir o desempenho pela dificuldade de separação de cada pedido e não pelo volume, e que pode evitar etiquetação incorreta das caixas;
5) Revisão dos contratos com as empresas terceirizadas, com inclusão de cláusulas quanto à qualificação dos colaboradores.

Para a implementação, acompanhamento e controle destas melhorias, foi utilizada a ferramenta PDCA, da seguinte forma:

Para a construção de propostas de melhorias na unidade, foi utilizado o ciclo PDCA, da seguinte forma:

Plan – Planejamento

- Definir metas a serem alcançadas e métodos para que isso aconteça é o foco da primeira etapa.

- Após o levantamento das necessidades do setor, sugerimos como metas e métodos: cronograma de treinamento periódico e supervisão do mesmo destinado a um colaborador específico que se destaque entre os demais; enviar para a diretoria relatório e focar nos benefícios do novo *Software;* melhoria na qualidade das embalagens, principalmente da caixa de papelão, para evitar que as caixas amassem e estourem o produto; verificar, da fabricação à entrega, e exigindo maior atenção à etiquetação das caixas; trabalhar em conjunto com vendedores, setor comercial e faturamento para evitar atrasos nos pedidos.

Do – Ação/Execução

- Fase de executar as propostas e a programação promovendo mudanças de comportamento, num todo, buscando formar uma equipe unida e com visão de melhorias e continuidade dos negócios, em que todos ganhem com serviços bem executados. Principalmente, através da economia de tempo, não refazendo tarefas e combatendo o desperdício. Educação e treinamento no trabalho são a base de tudo.

Check – Checar/Verificar

- Após realização da ação, certificar se as medidas necessárias foram tomadas de acordo com o planejado e se o executado foi alcançado dentro do que foi definido identificando desvios das metas e dos métodos.

Action – Atuar/Ação

- Nesta etapa todo cuidado é pouco, pois é preciso foco para atuar nas correções. Caso sejam identificados desvios será necessário definir soluções que eliminem as causas para garantir que o que foi planejado seja cumprido. É preciso saber quando e onde atuar para corrigir os desvios identificados. Caso não existam desvios, o trabalho deverá ser preventivo, verificando quais desvios são passíveis de erro no futuro, suas causas e soluções.

É importante, ainda, rodar sempre o ciclo PDCA para acompanhamento e verificar as falhas para que possam ser corrigidas. O PDCA pode ser utilizado na realização de qualquer atividade organizacional, sendo aconselhável sua utilização no dia a dia das atividades.

5.2 Melhorias durante o transporte das mercadorias

1) A utilização do *software* para a integração da empresa, como forma de resolução de alguns dos problemas apontados nas três etapas unindo os pedidos até o momento do despacho, o acompanhamento e as possíveis devoluções. Ajudaria a eliminar problemas como falta de pedido e divergência de preços. Também colaboraria para o controle das devoluções;

2) Uma opção seria a fidelização de carteira de motoristas agregados para regiões definidas, pois isso melhoraria as entregas e ainda geraria um relacionamento com os clientes que se acostumariam com os mesmos, gerando vínculo e facilitando aas entregas;
3) Criação de bônus para os motoristas que tiverem índice de desempenho nas entregas com criação de tabela entre bom, ótimo e excelente, o que evitaria atrasos nas entregas e perda de agenda.

A utilização da Espinha de peixe para o levantamento dos problemas permite também a construção de soluções para os problemas, ao separar os problemas, suas causas e impactos.

5.3 Melhorias quando do retorno das mercadorias e na área utilizada

1) Contratação de pelo menos um colaborador para trabalhar exclusivamente com o controle das devoluções (desde o manuseio, a separação do que será aproveitado e descartado até lançamentos no sistema, com a adoção do *software*);
2) Adequação e utilização da planilha de devoluções, já existente, com controle de entradas por lote, motivo e *ranking* do menor para o maior índice de devolução, com adoção de ações relacionadas aos prestadores de serviço e colaboradores como revisão de contratos, desconto dos motoristas, entre outros;
3) Proposta de transformação da área destinada às devoluções em um processo enxuto, bem organizado e eficiente.

Nesta etapa sugere-se a utilização do programa 5S, pois o programa 5S tem como objetivo mudar o comportamento das pessoas, realizando uma "revolução Cultural" nos colaboradores, mostrando que um ambiente limpo, organizado e com respeito é possível conseguir qualidade, produtividade e lucratividade e a mudança gera benefícios para todos. Trata-se de uma metodologia de gestão de recursos humanos e materiais, baseado na capacidade intelectual e criativa dos colaboradores. O investimento é nos seres humanos com educação, treinamento e qualificação profissional.

6. Considerações finais

As demandas do serviço logístico passam por um processo de transformação, pois as empresas buscam muito mais que oferecer serviços convencionais de logística, buscando aprimorar o atendimento, a satisfação e a fidelização do cliente, cada dia mais criterioso em suas exigências, e destacar-se no mercado, já que a concorrência está mais acirrada.

A logística é como uma ponte que permite a fidelização do cliente que procura uma empresa que ofereça produto na quantidade, nas condições e no momento desejado. A eficiência da logística está diretamente ligada ao planejamento e ao gerenciamento, e pode beneficiar a empresa em diversos fatores, mas, para isso, é necessário que as ocorrências de devolução sejam minimizadas e as entregas realizadas de forma eficaz. A logística reversa de pós-venda é um dos temas que se relaciona à melhoria de atuação das empresas.

No caso apresentado, constatou-se que a unidade logística possui problemas, que foram detectados a partir de diagnóstico realizado, por meio da utilização de ferramentas da qualidade. Estes foram separados em três partes: problemas na unidade; durante o transporte e a entrega e, após a devolução das mercadorias, e para os quais forma elaboradas propostas de melhorias, visando corrigi-los, também com a utilização de ferramentas da qualidade.

Algumas das melhorias sugeridas são, por exemplo, a compra de *software* de gestão integrada, treinamento, e fidelização dos motoristas, entre outros que juntos culminarão em benefícios para a empresa. Espera-se que tais propostas possam contribuir com a empresa na solução dos problemas diagnosticados e obtenção de retornos a longo prazo nos pontos analisados.

Estudos futuros poderão avaliar se as melhorias propostas foram implementadas e acompanhadas e mesmo se uma possível mudança de endereço para outro local onde todas as unidades possam se unificar levaria a melhores resultados no processo e no fluxo de trabalho, o que poderia gerar menos problemas e desgastes.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Sérgio Querino; AZZOLINI JÚNIOR, Walther; BORGES, Laércio Alaim. **Gestão de Logística.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIHPEC). **Panorama do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.** São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.abihpec.org.br/wp-content/uploads/2014/04/PANORAMA-DO-SETOR-2014PORTUGU%C3%8AS-07-ABR.pdf. Acesso em. 14.04.14.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial:** Transportes, administração de materiais e distribuição física. 1. ed. – 27. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Controle de qualidade total.** 3.ed. Rio de Janeiro: editora Bloch, 1992.

CARVALHO, Marly Monteiro de. **Gestão da qualidade:** teoria e casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. – 4ª Reimpressão.

GODOY, Arilda Schimdt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, CHRISTIANE K.; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, ANIELSON B. DA. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Luis Felipe Vieira. **A redução de problemas de qualidade através da utilização do método ciclo PDCA:** um estudo de caso na indústria cosmética. VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão (CNEG). 2011.

LOPES, Fernanda Tarabal; MACIEL, Ana Alice Duarte; SOUZA FILHO, Osmar Vieira; PIMENTEL, Thiago Duarte. **Supply Chain Management:** um estudo de caso em uma indústria de cosméticos. Revista de Administração da FEAD Minas. V. 3, n. 2, Dezembro/2006.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Estudo de caso na engenharia de produção:** estruturação e recomendações para sua condução. Produção, São Paulo , v. 17, n. 1, p. 216-229, Jan./Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132007000100015&lng=en&nrm=iso>.Acesso em 06 de Julho de 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132007000100015.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição.** 13. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão estratégica da qualidade:** princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Marcus Vinicius Carvalho. ***Ritos & excelência nas empresas:*** a busca da excelência a partir dos valores e aspectos culturais das empresas. Petrópolis: Vozes, 2002.

STADLER, Humberto e SELEME, Robson. **Controle da Qualidade.** As ferramentas essenciais. 2. ed. IBPEX. Curitiba, 2010.

SOUZA, Cristiane Duarte Ribeiro; SÁ, Natalia Pecorone**.** ***Logística Reversa de Pós-consumo:*** Aplicação do Processo em uma Empresa do Ramo de Construção Civil. IV SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT). Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos07/47_47_LOGISTICA%20REVERSA%20Seget.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2014.

YIN, Robert. K. **Estudo de Caso – Planejamento e Método.** 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

Regime de responsabilidade de conselheiros nas sociedades anônimas: o caso Petrobras

O enfoque do estudo diz respeito às obrigações dos administradores de sociedades anônimas – Lei 6.404/1976 (LSA), sobretudo no que tange aos deveres legalmente impostos – arts. 153 a 157 da LSA – e que produzirão efeitos no campo da responsabilidade civil. Utilizou-se o legislador pátrio de padrões de conduta ou standards, por meio do emprego de cláusulas gerais, de forma que essas sejam definidas com base na evolução social alcançada ao tempo de sua aplicação. Aproxima-se, assim, ao máximo o direito dos fatos sociais com o intuito de que as decisões proferidas venham a ser as mais adequadas. A conduta devida pelos administradores, aptas ao alcance dos objetivos sociais, não poderia estar positivada de maneira precisa, hermética, uma vez que cabe a eles, no exercício de seus poderes discricionários, escolherem os meios adequados para o cumprimento da obrigação própria das suas funções. Vigora nesse caso o princípio da autonomia da decisão empresarial, fechando caminho para reclamações contra decisões tomadas na condução dos negócios, mesmo prejudiciais aos interesses econômicos dos acionistas. Destaca-se a natureza da responsabilidade do administrador como de meio e não de fim. A problemática que se propõe dilucidar diz respeito à delimitação objetiva dos standards, garantindo a segurança e satisfação necessárias para que não se esbarre em casuísmos. Busca-se, assim, melhor delinear o campo de incidência desses deveres, fugindo à generalidade, destacando-se para estudo alguns de seus aspectos fundamentais: os deveres de bem administrar; de os administradores se qualificarem para o exercício das funções; de se informarem; de investigarem os fatos e circunstâncias do negócio; e, finalmente, de fiscalizarem as atividades empresariais. Nesse sentido, há relevância no estudo dos deveres dos administradores, redefinindo-os por intermédio de novas estruturas de governança corporativa, pautadas em robusta base principiológica de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa que norteará as condutas, inclusive com base na análise dos atuais casos de violação aos deveres legais noticiados pela imprensa – o recente caso envolvendo a Petrobrás, que, com o aval dos membros do Conselho de Administração, consubstanciou-se na aquisição por preço alegadamente oneroso refinaria em Pasadena, EUA. Diante das circunstâncias do caso concreto, uma vez definidos seus contornos, poderá o intérprete verificar, com base nos critérios desenvolvidos, se a conduta do administrador corresponde ou não ao padrão desejado pela norma, concluindo estar-se ou não diante de uma conduta ilícita passível de responsabilidade pessoal dos administradores da sociedade.

017-2333

Brenno Roberto Amorim Barcelos
Universidade Estadual Paulista - Unesp (Campus Franca)
brenno.roberto@hotmail.com

Luiz Antonio Soares Hentz
Universidade Estadual Paulista - Unesp (Campus Franca)
hentz@soareshentz.adv.br

Introdução

A conduta devida pelos administradores de modo a alcançar os objetivos sociais não poderia estar positivada de maneira precisa, uma vez que cabe a eles, no exercício de seu poder discricionário, escolher os meios adequados para o cumprimento das obrigações societárias, sobretudo, a consecução do objeto social.

Verifica-se entre os deveres legalmente estatuídos a caracterização do dever de diligência como dever genérico do qual os demais são consectários. Esse dever não possui um conteúdo totalmente determinado, motivo pelo qual, são selecionados alguns de seus aspectos fundamentais, para melhor delineá-lo. Analisam-se, então, os deveres dos administradores bem administrarem; de se qualificarem para o exercício de suas funções; de se informarem; de investigarem; e, finalmente, de fiscalizarem o andamento dos negócios empresariais.

Para a comprovação da hipótese levantada utilizar-se-á como caso paradigma o referente a companhia Petrobras e aquisição por ela da refinaria em Pasadena/EUA, de modo que ao final chegar-se-á a relevantes conclusões sobre hipóteses de responsabilização dos conselheiros de administração e de situações de irresponsabilidade dos membros desse conselho.

1 As funções do conselho de administração na Lei 6.404/76

Importante em um primeiro momento separar as atribuições de cada um dos órgãos societários. Desta feita, a função de deliberar ou verificar qual é a vontade social compete à assembleia geral; a função de administrar ou de executar a vontade social compete ao conselho de administração, se existente – art. 138, §2º obriga a sociedade anônima aberta e as de capital autorizado a possuírem conselho de administração -, e à diretoria. O art. 138, *caput* prescreve que as atividades de gestão e administração da companhia são exercidas pelo conselho de administração e pela diretoria, que tomam as decisões e coordenam os fatores de produção, visando a consecução do objeto social.

O art. 145, por sua vez preceitua que as normas relativas, dentre outras questões, à deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se a conselheiros e diretores. Apesar de tais regras recaírem sobre ambos os órgãos há necessidade de se ponderar as competências distintas atribuída a cada um deles por força de lei.

Cumpre ao conselho de administração, com base no art. 142 *caput* e incisos, fixar a orientação geral dos negócios da companhia; eleger e destituir diretores, fiscalizando-os; examinar papéis da companhia; convocar a assembleia geral quando julgar conveniente; escolher e destituir os auditores independentes; deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição; constitui, portanto um órgão deliberativo colegiado e fiscalizador.

Por se tratar de órgão colegiado a responsabilidade dos conselheiros é solidária entre eles – art. 158,§2º da LSA – devendo o conselheiro divergente fazer constar em ata seu descontentamento ou ainda comunicar por escrito o conselho fiscal ou a assembleia geral –art. 158, §1º - para então se eximir de possível responsabilização que recaia sobre os administradores em decorrência daquela deliberação.

Em outras palavras a missão do conselho de administração é proteger o patrimônio e maximizar o retorno do invesimento dos proprietários, agregando valor ao empreendimento; deve zelar pela manuntenção dos valores da empresa.

Os conselheiros, por exercerem cargos de confiança, poderão ser destituídos pela assembleia geral a qualquer momento, independentemente do prazo do mandato, que poderá ser interrompido com ou sem motivação. Atenta-se ainda, ao prescrito no art. 146 da LSA, que sofreu alteração rescente pela Lei 12.431 de 2011 no qual impõe como requisito para os órgãos de administração apenas pessoas naturais, excluindo, para o cargo de conselheiro, o quesito de ser acionista e exigindo dos diretores unicamente que sejam residentes no país, desta forma hoje para se tornar conselheiro de administração independe da qualidade de acionista outrora exigida.

O conselho de administração ao fiscalizar os diretores exerce competência não limitada a legalidade ou adequabilidade contábil dos atos praticados, podendo ir além, abrangendo sua economicidade, conveniência, oportunidade e quaisquer outros aspectos que tomar por relevantes. Assim, pode o conselho questionar os atos realizados, na forma e em seu conteúdo e ainda, determinar correções possíveis ou sustar providências em andamento. (COELHO, 2002, p.234 e 235)

Elucidada a competência do conselho de administração insta diferenciá-la das funções da diretoria. A diretoria é órgão de *representação* legal – art. 138, §1º da LSA - e de execução tanto das deliberações da assembleia geral como do conselho de administração. Ao contrário do conselho de administração a diretoria não é órgão colegiado, de modo que os diretores exercem suas funções, via de regra, individualmente. Na lição de Modesto Carvalhosa (2011, p.157) na medida que os diretores possuem poderes e funções individuais de administração, resta inequívoco não ser órgão colegiado. Por outro lado os membros do conselho de administração não tem poderes nem funções individuais de gestão, de modo que expressa-se por deliberação majoritária de seus membros. O poder da diretoria exprime-se pelos atos de gestão e de representação que, individualmente, exercem e praticam os diretores.

Nas sociedades anônimas abertas os diretores são eleitos e destituídos pelos conselheiros de administração, nas sociedades que não possuírem este órgão a competência será da assembleia geral – art.143 da LSA.

Consoante já visto, exige-se para o cargo de diretor que este seja pessoa natural residente no país. Interessante disposição está prevista no art. 143,§1º que permite que até 1/3 dos conselheiros de administração sejam eleitos para o cargo de diretores.

2 Deveres dos administradores de sociedades anônimas

A Lei 6.404/76 denominada de Lei das Sociedades por Ações incumbiu ao administrador, nos arts 153 a 158, os principais deveres e responsabilidades. O legislador pátrio ao instutir tais deveres utilizou-se de padrões de conduta ou *standards* – de nítida inspiração no direito anglo-americano - a serem observados.

Estes *standards* revelam a manifestação de uma conduta social media, envolvendo até mesmo um julgamento moral, racional e justo. Apesar desse critério exigir do aplicador do direito uma análise subjetiva e para muitos, um elemento que pode ensejar arbítrios e portanto, carecedor de segurança jurídica, é indubitável que que o legislador pátrio lançou mão destes *standards,* exatamente por esses não possuírem conteúdo exato e hermético, sendo pois, passíveis de múltiplas interpretações conforme o tempo, lugar e as circunstâncias peculiares de cada caso, abrangendo as mais variadas situações.

A problemática que aqui se propõe é delimitar a abrangência desses *standards,* de forma objetiva que traga a segurança e satisfatoriedade necessárias para que não se caia em casuísmos. Assim, diante de uma circunstância concreta, uma vez definidos seus contornos, poderá o intérprete verificar com base nos critérios desenvolvidos, se a conduta do administrador corresponde ou não ao padrão desejado pela norma, senão, estar-se-á diante de uma conduta ilícita passível de responsabilizar seu agente.

Posto isto, passar-se-á ao estudos dos deveres legais dos administradores e consequente delimitação de sua área de abrangência.

O dever de diligência[lxxx] dos administradores de sociedades anônimas é de dificíl conceituação. Em decorrência dessa dificuldade diversas legislações optaram por não defini-lo em concreto, mas sim em abstrato, utilizando-se das mais diversas figuras tais quais: a do bom pai de famlia, do comerciante ordenado e cuidadoso ou a do homem de negócios consciencioso. Desta feita, avalia-se a conduta do administrador não sob o prisma de sua própria diligência e capacidade pessoais, mas sim de acordo com o comportamento do homem médio insculpido pelo o *standard* adotado.

Interessante a concepção desenvolvida por Fernando de Sandy Lopes Pessoa Jorge no sentido de que a diligência compreendida em seu campo normativo traduz-se pelo " grau de esforço exigível para determinar e executar a conduta que representa o cumprimento de um dever".

A LSA estabelece no art. 153 que o administrador da companhia deve empregar, no exercício das suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios. Entende a doutrina que o *standard* adotado pela lei tem por fundamento o princípio do *bonus pater familias* – bom pai de família - de origem romana, e que designava a pessoa que administrava seus interesses com cuidado, zelo e prudência, devendo também assim atuar na função de administrador da sociedade.

Deste modo tem a figura do bom pai de familia dois elementos essenciais:

a) o pai de família, representando o modelo de conduta de homem não técnico, que não detém conhecimento especializado nos assuntos corporativos. É o oposto ao expert.

b) o adjetivo bom, que sinaliza uma conduta intermediária exigível do agente, não sendo portanto, nem ruim, nem tão pouco excelente.

Depreende-se da análise dos elementos do *standard* do bom pai de familia que esse remete a um homem comum, sem qualquer aptidão ou conhecimentos especiais, não se exigindo qualificação ou experiência para o desempenho dos assuntos corporativos. Possui como características de sua gestão a prudência, a preservação de seu patrimônio para as futuras gerações, por outro lado, a atividade empresarial envolve em sua essência a assunção de riscos, que deverão ser minimizados, mas jamais eliminados, já que se tem por fim a obtenção de lucro.

Segue-se da presente análise que o modelo legal que preceitua o dever de diligência com base no *standard* do bom pai de familia está em completa dissonância com a moderna doutrina do direito societário que aponta os administradores como órgão da sociedade anônima que detém poderes, obrigações e deveres societários típicos.

Atualmente, o dever imposto pelo art. 153 da LSA não pode ser compreendido simplesmente como o cuidado que o bom pai de familia possui com seus próprios negócios. A atividade econômica moderna exige conhecimentos técnicos especializados, próprios de um perito, de modo que a análise do cumprimento do dever de diligência terá como parâmetros o que é assente entre os experts em administração de empresas.

O dever de diligência corresponde a obrigações de meio e não de resultado. Não se pode exigir que o administrador torne o empreendimendimento lucrativo, uma vez que o risco do negócio corre por conta dos acionistas/investidores. O que a norma impõe é que os administradores se esforcem para a consecução dos objetivos sociais empregando diligentemente os recursos e conhecimentos necessários para tais fins.

Assim, cumprirá com seus deveres o administrador que realizou aqueles comportamentos obrigatórios, eximindo-se daquelas condutas vedadas, ainda que o objetivo societário não tenha sido alcançado.

Propõe a melhor doutrina[lxxxi] no tocante a relação entre o *standard* do bom pai de familia e a responsalidade do administrador como uma obrigação de meio que abandone o paradigma até então adotado, substituindo-o pelo modelo do administrador competente, uma vez que são insuficientes para qualificar uma pessoa como admnistrador os atributos de honestidade e boa vontade, sendo cruciais competência e experiência profissional, satisfeitas tais exigências incabível responsabilização do administrador.[lxxxii]

Flávia Parente (2005, p. 54-56) ao abordar o dever de diligência realiza interessante estudo da legislação pátria e do direito comparado, abrangendo as principais legislações societárias mundias. Nos dá conta a autora de que a utilização do *standard* do bom pai de familia a muito ja foi abandonado nas demais legislações, *ex vi,* a lei alemã (AktG) no artigo 93 de 1965 preceitua que os gestores dever utilizar em sua gestão os cuidados de um administrador competente e consciencioso.

O Código de Sociedades Comerciais português, por sua vez, no artigo 64º prescreve que o administrador diligente é aquele gestor criterioso e ordenado. A legislação espanhola adotou critério também semelhante aos das legislações já expostas, conceituando como padrão do dever de diligência aquele representante leal e comerciante ordenado.

Ao adotar o *standard* do comerciante ordenado o sistema jurídico melhor ampara as delicadas situações pelas quais passam administradores de sociedades. Justifica-se: a partir de referido padrão pode-se determinar a diligência exigível observando os fatores que influenciaram a conduta do agente, tais como o porte e características da companhia, o tipo de atividade por ela desempenhada, as condições em que se encontra tanto interna – situação financeira, organizacional - como externamente – fatores políticos e ecônomicos.

Como se depreende até aqui o dever de dilegência é tido como dever geral e dele decorrem os demais. Sendo assim, indissociável a análise dos múltiplos aspectos desse dever**.**

A primeira faceta que se abordará é o dever de se qualificar para o exercício do cargo. O administrador tem a obrigação de adquirir conhecimentos mínimos e elementares acerca da atividade que desempenhará na sociedade. Consoante já explicitado no estudo dos *standards*, tendo como parâmetro o modelo de administrador consciencioso e profissional, portanto, é necessário que possua conhecimentos técnicos suficientes para o exercício do cargo.

Se o administrador julga não possuir tais conhecimentos, o indicado é recursar-se ao exercício da função. Não se admite, hoje, que a falta de competência profissional ou inexperiência sejam desculpas para que os administradores se esquivem de suas responsabilidades.

Importante destacar que apesar da doutrina – nacional e estrangeira - entender como indispensável conhecimentos técnicos sobre a matéria inerente ao cargo, as principais legislações mundiais não preveem expressamente como requisito legal para o cargo de administrador[lxxxiii] possuir formação profissional.

O fato das principais legislações mundiais, inclusive a nacional, não exigir tal requisito tem sua razão de ser. A atividade econômica organizada requer não apenas conhecimentos técnicos acerca de determinada área, mas sim abarca diversos setores do conhecimento que convergem para a atividade desempenhada. Posto isto, não basta para se ter um bom administrador que ele possua títulos acadêmicos, uma vez que não raro encontramos grandes sociedades construídas por pessoas sem conhecimento técnico, mas que possuem excelentes consultores que são capazes de fornecer as informações necessárias e adequadas à condução satisfatória do negócio.

Tendo em vista a realidade apontar pela possibilidade de bons administradores sem, necessariamente, possuírem capacidade técnica, comprovável através de títulos, mas de fato possuírem experiência e bons colaboradores que reunidos são capazes de conquistarem os objetivos sociais. É necessário que se acrescente a competência profissional específica, traduzida por escolaridade, à experiência.

Concluída a fase de escolha do administrador, esse tem o dever de bem administrar, visando a obtenção do objetivo social.

A LSA em seu art. 138, *caput*, impôs aos administradores a função de executar a vontade social, desta feita, um dever inerente ao de diligência é o de administrar, comportando a gestão e representação da sociedade. Tais funções são atribuídas pela lei, conforme os acionistas, via assembleia geral, elegem os conselheiros de administração – art. 140, *caput* da LSA - e que, por sua vez, elegem os diretores - art. 143, *caput* da LSA.

Administrar é, portanto, um dever-poder, pois, apesar das prerrogativas da função, essas são concedidas como condição fiduciária, para que se possa realizar todos os atos à plena execução da vontade social, determinada pelo objeto social. Daí a importância do art. 2º, §2º da LSA, que é explícito ao prever a obrigatoriedade de se definir nitidamente o objeto social, sendo pois, o fim que se busca com a atividade econômica e, por outro lado, é o limite de atuação dos administradores.

Desta feita, podem os administradores praticarem os mais variados atos e negócios jurídicos em nome da sociedade, entretanto, devem sempre buscar determinado fim, a consecução dos interesses sociais, fixados no objeto social. Não seria, portanto, incorreto definir os atos praticados como vinculados.

Para bem administrar exige-se que o administrador, e nesse ponto em especial os conselheiros de administração, obtenha todos os dados e informações necessárias ao adequado desenvolvimento da atividade ecônomica. É um dos mais intrínsecos deveres correlacionados com a diligência do administrador, pois, não raro a falta de informações sobre fatores externos e sobre a companhia é tida como verdadeira ausência de diligência, de modo que os conceitos se entrelaçam.

Observada à relação entre estes deveres, nota-se que para o desencargo dos administradores de suas atribuições, poderão ter livre acesso não só aos livros sociais, mas também às atas de reuniões dos diferentes órgãos societários e aos documentos pertinentes, tudo com vista à obtenção de informações sobre os negócios para melhor gestão dos interesses da companhia.

Flávia Parente (2005, p.116) em comentário ao dever dos administradores de se informarem menciona que eles possuem a obrigação de fazer o "dever de casa", no sentido de tomar conhecimento das informações que lhes foram encaminhadas e examiná-las criticamente, vislumbrando erros ou projetando os possíveis impactos do que lhes foi relatado sobre o futuro da empresa.

Ponto controverso é em relação ao grau de informação exigível do administrador, de modo a saber se este desencumbiu ou não do seu dever de diligência, informando-se adequadamente sobre as questões.

Há algumas variáveis que devem ser observadas para saber se houve ou não o conhecimento adequado da situação posta, são elas: o conhecimento prévio que o administrador possui sobre a temática em pauta; o tempo disponível para a efetiva tomada de decisão; os custos que envolvem uma possível investigação mais pormenorizada; a importância da decisão para o futuro da companhia.

Nota-se que as variáveis se entrelaçam, pois a obtenção de informações adicionais sobre o problema a ser resolvido pode despender mais tempo, porém conduz a decisões mais acertadas. Por outro lado, a requisição de informações complementares pode implicar em elevados custos não só no que tange ao aspecto financeiro de se obter a informação e também no iminente risco de se perder a oportunidade de fechar o negócio em decorrência da demora.[lxxxiv]

O entendimento de que os administradores devem possuir todas informações relevantes acerca dos negócios que serão implementados deve ser avaliado observada as circunstâncias concretas diante das quais se encontram, atentando-se para as informações tidas por essenciais.

Uma vez bem informados e aptos a realizarem uma boa gestão da companhia, tem ainda os conselheiros de administração a função de fiscalizar – art. 142, III da LSA -. Esse dever ganha contornos, em especial, nas situações em que os administradores vislumbrarem problemas significativos em determinada área de atuação da companhia, impondo-se o estado de alerta. Sendo assim, é dever dos conselheiros fiscalizar e, se necessário, investigar os fatos potencialmente danosos.[lxxxv]

Tal qual o dever de informar a extensão das investigações está no âmbito do poder discricionário do administrador, que deverá sopesar as vantagens e desvantagens de se aprofundar nela. O que não pode ocorrer é a omissão no controle periódico do desenvolvimento das atividades sociais.

No âmbito societário os administradores lançam mão da delegação de poderes, descentralizando funções. Ainda que o administrador não execute efetivamente o ato delegado, é evidente que permanece responsável por sua supervisão, de modo que a atuação danosa por parte do agente delegado refletirá na responsabilidade do delegante que falhou no emprego de seus controles gerais de supervisão ou na escolha adequada do agente delegado.

De outro lado, não se está propondo que o administrador supervisione a miúde todas as atividades rotineiras da companhia. Primeiro porque exigir isso, levaria a inviabilidade de se delegar tarefas já que ao final tudo deveria ser reavaliado e segundo, porque o objetivo da delegação é deixar o administrador menos sobrecarregado de afazeres rotineiros e se dedicar aos problemas que efetivamente impactam nos rumos da empresa, o que restaria impossível se houvesse a obrigação de fiscalizar tudo que se passa na companhia.

Deste modo, o dever de fiscalizar está compreendido na supervisão geral dos negócios, que devem estar caminhado adequadamente e não na supervisão específica de todas as tarefas realizadas pelos agentes delegados.
Analisada as obrigações decorrentes do dever de diligência, é necessário estudá-las de modo sistematizado entre si e com as demais funções inerentes à atividade empresarial. Nesse ponto, o art. 154 da LSA ganha importância pois vincula os deveres dos administradores a uma função teleológica, qual seja alcançar os fins e no interesse da companhia, sem negligenciar as exigências do bem público e da função social da empresa.

É de suma importância na compreensão dos deveres dos administradores, situá-los em um contexto que ultrapasse os interesses privados da companhia – a obtenção do lucro – e alcance também a função social da empresa.

Observa-se que o art. 154 da LSA que é de redação original da lei, portanto, de 1976, está em perfeita sintonia com os princípios gerais que informam a atividade econômica dispostos no art. 170, *caput,* incisos III, IV, V, VI, VII, VIII da Constituição Federal.[lxxxvi] Todos esses dispositivos ressaltam que a atividade ecônomica, empresarial, está inserida em uma complexa sociedade, de modo que ao se constituir uma empresa, ela deva perseguir outros fins além do lucro, levando em consideração a relação da companhia com os que nela trabalham, com fornecedores e ainda com a comunidade em que atua.[lxxxvii]

A exata compreensão da norma se faz indispensável para que o administrador não incorra em abuso ou desvio de poder[lxxxviii]. Em sede do direito societário o desvio ocorre quando o administrador, embora atenda formalmente às regras dispostas tanto no estatuto social como na lei, delas se afasta substancialmente de forma a atingir objetivos diversos dos societários.[lxxxix]

A lei impõe que os administradores hajam sempre no interesse geral da companhia, ainda que para tanto seja necessário sacrificar interesses do grupo de acionistas que o tenha eleito ou até mesmo de interesses pessoais. É a aplicação prática da regra de boa governança corporativa que preconiza a eleição de conselheiros independentes.

3 O caso Petrobras

Esclarecidos aspectos fundamentais das obrigações dos administradores e em especial, dos conselheiros de administração, é possível aplicar as premissas desenvolvidas a um caso concreto. Buscou-se avaliar o caso envolvendo a companhia Petroleo Brasileiro S.A., popularmente conhecida como Petrobras, e a operação de compra da refinaria de Pasadena/EUA.

Em que pese a ampla publicidade que se tem dado ao caso, imprescindível que façamos um breve resumo apenas com os fatos juridicamente relevantes para sua adequação ou não nas hipóteses legais de responsabilização dos conselheiros de administração.

No ano de 2005 a empresa Astra Oil adquiriu a refinaria de Pasadena/EUA pelo valor de US$42,5 milhões de dólares, sendo vendida, no ano de 2006 para a Petrobras, 50% de sua participação pelo valor de US$360 milhões de dólares correspondentes a refinaria e também a aquisição de parte dos estoques de petróleo.

Apesar do valor excessivamente alto pago pela refinaria, a questão somente ganhou relevo em 2012, quando iniciou-se o litígio entre as sócias Petrobras e Astra Oil. A segunda acionou a justiça americana exigindo que a estatal brasileira comprasse sua participação na refinaria de Pasadena, sendo o pedido fundamentado em uma das cláusulas

contratuais que mais se destacou, a denominada cláusula *put option*[xc] e então estouro na imprensa nacional uma infinidade de teses e antíteses a justificarem/reprovarem o negócio realizado.

Os conselheiros de administração da estatal ao aprovarem a compra justificaram em síntese que estar-se-ia diante de boa oportunidade negocial, adquirindo-se uma refinaria tida por muitos especialistas por obsoleta, portanto, a preços módicos. Essa sofreria uma reestruturação e modernização, uma vez que a Petrobrás possui tecnológia para tanto, e assim passar-se-ia a produzir petróleo que seria vendido no mercado americano que à época - 2006 - demonstrava perspectivas positivas.

É indiscutível que se está diante de situação de ato regular de gestão – art. 158 da LSA -, pois, o objeto da transação está inserido no objeto social da empresa, as razões para a aquisição da refinaria estavam pautadas em análise do mercado que se objetivava atingir – o consumo de combustível nos EUA estava em crescente expansão -, estando, portanto, alinhado aos interesses societários, logo, não são, a priori, os conselheiros de administração responsáveis pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da sociedade.

Como se percebe em 2006 as perspectivas para a produção e comercialização de petróleo nos EUA pareciam as melhores possíveis e, portanto, justificaria a aquisição da refinaria de Pasadena por US$360 milhões de dólares, sendo desses US$190 milhões de dólares referentes a refinaria propriamente dita e US$170 milhões aos estoques de petróleo e derivados. Comprou-se caro objetivando lucros ainda maiores.

É sabido que as perspectivas não se confirmaram. Os EUA caíram em resseção, que teve seu ápice no ano de 2008, os investimentos em Pasadena não saíram do papel e com isso todas as boas expectativas tornaram-se em amargo prejuízo que se somaria a mais prejuízos advindos do conflito judicial em 2012.

No cenário de crise outra cláusula contratual ganhou destaque, a denominada cláusula marlim que garantia rentabilidade anual de 6,9% a empresa Astra Oil como forma de afiançar que essa realizasse os investimentos necessários para o processamento do petróleo brasileiro.

Antes do conflito se tornar judicial os dirigentes da Petrobrás realizaram proposta de adquirir e liquidar a fatura da frustrada operação pelo valor de US$ 788 milhões de dólares. O conselho de administração negou a proposta, a sociedade entrou em crise, a cláusula put option foi acionada e o contrato foi parar na justiça.

O Tribunal de Apelação do Primeiro Distrito do Texas condenou a Petrobrás à aquisição das ações de sua sócia Astra Oil e ao pagamento de US$ 639 milhões de dólaresxci o que somados aos já US$360 milhões pagos em 2006 alcançou a cifra de US$1 bilhão de dólares.

Ainda que as expectivas não se confimaram, percebe-se que os administradores estão albergados pela regra do art. 159, §6º da LSAxcii, conhecida como *business judgment rule*, pela qual inexistirá responsabilidade dos administradores ainda que pelos seus atos tenham advindo prejuízos para a empresa, se esses foram motivados pela boa fé e no interesse da companhia. Está se preservando a autonomia da gestão, que é uma atividade em sua essência de risco.

Entender diversamente é o mesmo que impor uma obrigação de resultado, responsabilizando o administrador que empregou todos os meios e técnicas disponíveis para o sucesso empresarial, e que entretanto, por fatores que fogem a seu domínio acabam por frustar os objetivos societários, o que levado a cabo construiria uma situação de medo e conservadorismo na atividade empresarial, o que não é desejável.

Como se depreende dos fato e considerações expostas a aquisição da refinaria de Pasadena foi realizada em 2006 e com os conflitos judiciais de 2012, hoje, é motivo de diversas investigações, inclusive por parlamentares – CPI -. Os noticiários apontam uma enxurrada de ilegalidades envolvendo referida transação e, até mesmo pelo momento político que se vive, às vésperas de eleições presidencias, não se pode tomá-las em consideração, primeiro porque até mesmo as autoridades competentes – no caso da CPI – estão sendo objeto de questionamentos quanto a imparcialidade e lisura das apurações, portanto, buscando manter a cientificidade do trabalho, não se ousará avaliar os atuais "boatos" acerca do caso, restringindo o estudo às informações confiáveis e documentadas pelas próprias partes – como é o caso da decisão do Tribunal de Apelações do Texas que esclarece os fatos pertinentes à negociação.

Corrobora com a tese exposta o fato de que o atual conselheiro de administração da Petrobrás, Mauro Cunha, que é representante dos acionistas minoritários esclarecer que os valores negociados no caso Pasadena não é considerado um "valor material"[xciii], uma vez considerado o tamanho da companhia.[xciv]

Por todo o exposto até que se comprove efetivamente violação aos deveres dos administradores, sobretudo, dos conselheiros ou ainda que a realização da transação em Pasadena foi motivada com desvio de finalidade, objetivando interesses outros que não os empresariais, não há que se falar em responsabilidade pessoal por atos regulares de gestão, ainda que os resultados se mostraram a longo prazo danosos.

Conclusão

O trabalho analisa as várias perspectivas inseridas no dever de diligência, dever esse que é tido como direcionador para as demais obrigações dos administradores. Visto que se incluem dentre os sujeitos submetidos a tal dever, tanto diretores quanto conselheiros de administração, o estudo abarca os deveres genéricos de ambos os órgãos.

Ainda que os deveres dos administradores estejam dispostos de modo conjunto para diretores e conselheiros, fica demonstrado que a aplicação prática resulta em diferenças essencias, dentre elas o fator de que o conselho de administração é órgão colegiado e que, em decorrência disso, gera a responsabilização solidária de todos os seus membros, enquanto que os diretores atuam de modo individualizado.

Esclarecidas essas diferenças, a análise se volta para a responsabilização dos conselheiros de administração, observadas as nuances da função. Destaca-se o *standart* empregado pela LSA, qual seja o do bom pai de família, que mostrou ser insuficiente para as demandas atuais. Para comprovar as deficiências do padrão adotado pela legislação nacional pauta-se inclusive do direito comparado, realizando uma análise paralela entre os *standarts* das legislações que se mostraram mais adequadas ao atual contexto.

Constata-se que o exercício da função de conselheiro em nada se aproxima das tarefas do bom pai de família, este que é guardião e mantenedor dos bens familiares, devendo preservá-los para a fruição futura sua e de sua prole, não devendo se aventuar em empreendimentos ao quais não detém conhecimento, nem experiência, enquanto aquele tem a função de multiplicar a riqueza que lhe foi entregue, para tanto, lança mão de conhecimentos e experiências próprias de um expert, adquiridas com o intuito de se bem administrar uma empresa, gerando lucro, postos de trabalho, renda, em outras palavras, é o responsável pelo desenvolvimento econômico empresarial.

O conselheiro de administração incumbido de tamanha função possui prerrogativas para seu exercício, dentre elas, está a regra contida no art. 158, *caput,* da LSA, que prevê que nos atos regulares de gestão não responderá pelos prejuízos que causar. E ainda, a teoria da *business judgment rule*, que protege os conselheiros contra possíveis ações de responsabilidade civil, conferida ao magistrado que poderá isentá-los uma vez demonstradas a boa fé e a busca pelo melhor interesse da companhia.

Para melhor compreensão da hipótese desenvolvida, busca-se aplicá-la a um caso concreto, sendo objeto de estudo o polêmico caso envolvendo a empresa Petrobras. Dele constata-se a aplicabilidade das duas principais prerrogativas dos conselheiros, quais sejam, a irresponsabilidade por atos de gestão e a a teoria da *business judgment rule.* Assenta-se o entendimento de que a obrigação dos conselheiros é de meio e não de resultado, não pondendo responsabilizá-los por insucessos inerentes à atividade econômica.

É evidente que não se está colocando um ponto final no caso Petrobras, mas apenas subsumindo o que se tem de concreto à hipótese proposta. Assim, se restar comprovado que os conselheiros de administração da estatal não detinham o conhecimento das cláusulas marlim e *put option*, o panorama passa a ser outro.

Ainda que a situação se altere, a hipótese proposta mostra-se perfeitamente aplicável, de modo que, a constatação de falta de informação pelo conselho implica em inequívoca negligência e violação ao dever de se informar ao analisar a documentação referente ao negócio, o que é passível de responsabilização do conselho – ressalvado o conselheiro que preencha a hipótese do art. 158, §1º da LSA -, através da combinação das normas contidas nos arts. 158, I e II e 159, *caput*, da LSA.

Mostra-se ser inaplicável a excludente de responsabilidade do §6º do art. 159 da LSA – teoria da *business judgment rule* -, tendo em vista a inexistência dos requisitos exigidos pela norma, quais sejam: boa fé e interesse da companhia. Veja-se: a boa fé é a regra e presume-se que todos agem embuídos por ela, até que se prove o contrário. Assim, em um primeiro momento teria o conselho, no exercício de suas atribuições, no caso em debate, agido de boa fé. Entretanto, o outro requisito ensejador da exclusão da responsabilidade, que dispõe que a decisão tomada deve ter como mote o melhor interesse da companhia, não está presente. Explica-se: se os próprios conselheiros admitirem não ter à época conhecimento de referidas cláusulas, denota-se, indiscutivelmente, a ausência de conhecimento completo sobre os termos do contrato, de modo que, nas palavras de Flávia Parente (2005), o conselho não cumpriu o "dever de casa", não se inteirando das minúcias do negócio, não poderia o órgão saber quais seriam os melhores interesses da companhia. Ora, se não se sabe o teor do negócio, inviável saber se este será ou não o melhor para os interesses da companhia. Restando, pois, afastada referida excludente de responsabilidade e implicando na responsabilização pessoal dos conselheiros.

Resta elucidado, assim, que na atividade empresarial não se confundem diligência e conservadorismo.

Referências

ADAMEK, Marcelo Vieira Von. Responsabilidade Civil dos administradores de S/A e as Ações Correlatas. S. Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa doBrasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União de 17/12/1976.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 4ª ed., V.4, tomo II. São Paulo: Saraiva, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**: direito de empresa, v.2. São Paulo: Saraiva, 2012. 5ª ed.

PARENTE, Flávia. **O dever de diligência dos administradores de sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RIBEIRO, Renato Ventura. **Dever de diligência dos administradores de sociedades**. S. Paulo: Quartier Latin, 2006.

SILVA, Alexandre Couto. **Responsabilidade dos Administradores de S.A. *Business Judgment Rule.*** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SIMÕES. Paula Cristina Raposo Rodrigues Cabriz. **Os deveres de diligência e de lealdade dos administradores das sociedades anônimas.** 1998. Dissertação (Mestrado em Direito – Ciências Jurídico-comerciais) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998.

Retórica, Persuasão e convencimento: o discurso de Mandela em "Invictus"

O objetivo do presente artigo é refletir sobre elementos de Retórica, persuasão e convencimento, em trechos do discurso de Nelson Mandela, no filme Invictus, dirigido por Clint Eastwood (2007), observando, essencialmente, os valores relativos à motivação e à possibilidade de união da África do Sul, que passava por grave segregação racial. O filme versa sobre a possível extinção do time de futebol (rúgbi) Springboks pelo Conselho de Esportes, então constituído pela maioria negra da África do Sul, que votou maciçamente em Mandela para presidente do país. O time, com as cores da minoria branca (afrikaners), era considerado símbolo do apartheid pela maioria negra sul-africana. No discurso, Mandela se dirige, pessoalmente, ao Conselho de Esportes, que delibera a extinção - por unanimidade - do Springboks. A metodologia do trabalho segue duas vertentes: uma pesquisa histórica, sobre a origem da Retórica, em Aristóteles([s. d.]); e também da Nova Retórica, em Perelman e Tyteca (1996). É feita uma discussão teórica sobre persuasão e convencimento (1997), na perspectiva de Koch. Em seguida, são destacados trechos do discurso de Mandela e observados os valores anteriormente citados. Por meio da análise, foi possível constatar o êxito de Mandela em persuadir e convencer a maioria negra, com figuras de retórica e argumentação, em apoiá-lo na liderança de tornar a África do Sul uma só nação, de afrikaners e da maioria negra, através do simbólico e vitorioso slogan: "um só time, uma só nação".

014-2329

Maria Luiza Lana Mattos Salomão
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
sm-salomao@uol.com.br

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
sheila@netsite.com.br

INTRODUÇÃO

A linguagem é o instrumento essencial do fazer cotidiano, nos diálogos estabelecidos com os pacientes, no meu ofício de psicanalista.

Por meio dos estudos de Retórica e da Nova Retórica, observam-se as estratégias de constituição dos discursos, empregados em situações comunicativas distintas, que extrapolam a mera comunicação e visam à efetividade de ação, em um contexto de diálogo entre falante e ouvinte.

Fala-se a alguém, visando, de alguma forma, ao convencimento ou à persuasão, uma vez que a argumentação, na construção da mensagem, usa de elementos não somente racionais, mas também de elementos paralinguísticos e de construções linguísticas que possibilitam a expressão de sentimentos, em situações plausíveis, verossímeis e, eventualmente, prováveis, tão somente.

Como a probabilidade contém o elemento da incerteza, e daquilo que não é dado evidente e comprobatório, ao nos referirmos a situações prováveis, devemos nos valer de argumentos, persuasivos e de convencimento, que permitam refletir sobre situações que não são em si mesmas esclarecedoras. Inclusive, caso sejam evidentes, e se guardam relações necessárias, podemos convir que talvez não haja a necessidade de argumentação.

Dada a contextualização teórica, em Aristóteles ([s.d.]) e em Perelman e Tyteca (1996), o objetivo da presente investigação é refletir sobre alguns elementos retóricos que caracterizam o discurso de Mandela, no filme *Invictus*, como forma de observar a constituição do convencimento e da persuasão da população *afrikaner* e da maioria negra, em um contexto de conflitos social e racial.

No enredo do filme, Mandela tinha uma probabilidade de unir *afrikaners*, a minoria branca da África do Sul, e a maioria negra, através de um time de rugby, o *Springboks*. Esse time representava a minoria que sustentou o *apartheid*, que gerou uma guerra civil interrompida pela eleição de Mandela, líder negro. Através de um discurso, rico em recursos da Retórica e da Nova Retórica, Mandela lida com a probabilidade de unir *afrikaners* e a maioria negra, através de um discurso que torna provável a união de todos em uma só nação.

Empregamos os fundamentos teóricos de Perelman e C.; Tyteka (1996), para refletir sobre a Nova Retórica, nos conceitos trazidos pelos autores sobre a negociação entre o falante e o auditório, assim como o conceito de superação.

Como metodologia, apresentamos uma pequena revisão bibliográfica sobre a Retórica e a Nova Retórica e, em seguida, analisamos trechos do discurso de Mandela, no filme *Invictus.*

1. SOBRE A RETÓRICA E A NOVA RETÓRICA

Como afirmam Perelman e Tyteka (1996), "a ideia de adesão e de espíritos aos quais se dirige um discurso é essencial em todas as teorias antigas da retórica." Aristóteles e a Arte Retórica relacionavam-se basicamente à

oralidade, ao "falar bem" e à argumentação. No dicionário filosófico de Abbagnano (1982), no verbete "retórica", p. 824, Aristóteles define a retórica como "a faculdade de considerar em qualquer caso os meios de persuasão disponíveis."

A Retórica, como não se refere a uma especial esfera de competência, pode considerar os elementos prováveis, ou seja, "justamente aqueles que se referem a todos os objetos possíveis", como continua Abbagnano (1982) no citado verbete, e a persuasão estará ligada, portanto, aos elementos que teriam possibilidade de persuadir, e que podem fornecer estratégias para os argumentos usados.

A partir do Renascimento, a Retórica foi sendo gradativamente descaracterizada, e, com Descartes e o dogmatismo racionalista, tornou a Retórica decadente, afirmando que, se a razão é soberana, tudo se resolve e se explica, não havendo necessidade de argumentação ou Retórica.

Com o questionamento do cartesianismo e seu dogmatismo racionalista, a Retórica passa a ser objeto de estudo de Perelman e Tyteka (1958), com o *Traité de l´argumentation* (1992) e Abbagnano (1982, no verbete sobre Retórica) traz uma citação retirada da introdução do trabalho, que deu origem à Nova Retórica:

> A publicação de um tratado dedicado à argumentação e sua ligação com uma velha tradição, a da Retórica e da dialética grega, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, que se originou em Descartes, e deixou sua marca na filosofia ocidental dos três últimos séculos. (PERELMAN E TYTEKA apud ABBAGNANO, 1982, p. 824)

No seu livro, de 1996, os autores Perelman e Tyteka fundamentam a Nova Retórica: observam que no saber humano há incertezas e a interferência de fatores como a imaginação, a paixão ou a sugestão. Dizem os autores que:

> [...] ao passo que Aristóteles já analisara as provas dialéticas ao lado das provas analíticas, as que se referem ao verossímil ao lado das que são necessárias, as que são empregadas na deliberação e na argumentação ao lado das que são utilizadas na demonstração, a concepção pós-cartesiana da razão nos obriga a fazer intervir elementos irracionais, cada vez que o objeto do conhecimento não é evidente (PERELMAN e TYTEKA, apud ABBAGNANO, 1982, p. 824)

Os autores alertam para essa precariedade do saber humano, e para quão aproximativo poderá ser o caminho para o saber, se considerarmos a falibilidade da razão.

Partindo-se de estudo dos mecanismos usados na persuasão, observa-se a estruturação do discurso e verificam-se as figuras de linguagem, e, principalmente, as figuras de retórica, em que se pode destacar, com Perelman e Tyteka (1996), o elemento essencial da argumentação, que é o auditório.

Perelman e Titeka (1996), ao frisarem que o discurso se dirige a um auditório, destacam a existência da negociação, por constatar que há o pluralismo de posições presentes e que elas não podem, por este motivo, ser integradas por um fechamento coercitivo.

Mandela usa figuras de retórica, no seu discurso. Com Perelman e Tytecka, vemos que as figuras de retórica produzem efeitos no discurso, os quais intensificam e promovem a argumentação usada, e são essas operações na linguagem que o tornam eficaz. As figuras de retórica usadas na análise do discurso de Mandela, classificadas por Perelman e Titeka (1996) são as de caracterização, de presença, de comunhão, e também de superação. São estas figuras, que conferem intencionalidade ao discurso, e que podem persuadir o auditório.

A escolha das figuras de retórica está diretamente relacionada ao tipo de auditório a que se dirige o falante. Se o auditório é diferenciado, culto e bem informado, os argumentos (e as figuras de retórica) usados produzirão efeitos de reflexão, crítica, valendo-se da racionalidade. Neste caso, a prática será de convencimento do auditório. Se o auditório é permeável ao apelo emocional, às comoções, menos esclarecido e culto, a argumentação se voltará para uma prática de persuasão. Figura de caracterização é usada para distinguir quem é o orador e quem é o auditório a quem ele se refere. A figura de presença reitera que o Presidente está com a maioria que o elegeu; figuras de repetição, que reforçam os argumentos no discurso e figuras de comunhão, com o uso de pronomes e tratamentos. As figuras de superação refletem valores considerados ideologicamente compatíveis entre o orador e o auditório.

2. DISCURSO DE MANDELA NO FILME "INVICTUS"

O filme Invictus, do qual extraí esta cena em que Mandela discursa para o Conselho de Esportes, mostra um recorte da vida de Mandela, quando ele assume a presidência da África do Sul. O momento contemplado pelo filme é politicamente delicado, em que os funcionários do governo dos *afrikaners* não sabiam se iriam ser mantidos, ou se seriam demitidos pelo novo governo eleito pela maioria negra. Mandela, em seu primeiro passo como presidente, decide apoiar o time de rugby dos *afrikaners*, que está para ser extinto pelo Conselho de Esportes, já que o time *Springboks* representava o *apartheid.* Todos os negros sul-africanos, até então, inclusive o próprio Mandela, torciam contra o *Springboks* quando o time jogava contra qualquer outro time estrangeiro.

Mandela é eleito presidente da África do Sul, quando o país sediava o Campeonato Mundial do esporte, rugby, e Mandela estava interessado não só em unir a nação em torno do time *Springboks*, como dar suporte ao time para vencer a Copa. E foi o que se sucedeu. Mandela conseguiu unificar a nação em torno do time de rugby, e, de fato,

contrariamente ás expectativas, *Springboks* venceu a Copa do Mundo nesse ano. O slogan adotado, a partir da adesão do Conselho de Esporte à proposta de ter o time de *Springbok* como representando também a maioria negra, resume a estratégia de Mandela: "um só time, uma só nação."

O discurso abaixo foi extraído da cena do filme "Invictus", em que Mandela, sem aviso prévio, chega ao local em que estão reunidos os participantes do Conselho de Esportes, recém-empossado, que deliberam sobre a extinção do time de rugby.

> Irmãos, Irmãs, Camaradas,
>
> Estou aqui porque acredito que vocês tomaram uma decisão com informação e perspectiva insuficientes. Estou consciente do voto de vocês. Sei que foi por unanimidade.
>
> No entanto, acredito que devemos reintegrar os *Springboks*. Recuperar o seu nome. Seu emblema e suas cores, imediatamente. Deixem-me dizer o porquê.
>
> Na Ilha Robben, na prisão, todos os meus carcereiros eram *afrikaners* (minoria branca). Durante 27 anos eu os estudei, aprendi sua língua. Li seus livros, sua poesia. Tive que conhecer meu inimigo, antes de triunfar sobre ele. E nós triunfamos, não foi? Todos nós triunfamos.
>
> Nossos inimigos não são mais os *afrikaners*. Eles são nossos compatriotas sul-africanos, nossos parceiros na democracia. E eles amam o rugby dos *Springboks*. Se tirarmos isso deles, nós os perderemos. Provaremos que somos o que eles pensavam que seríamos.
>
> Temos que ser melhores do que isso. Temos que surpreendê-los com compaixão, com moderação e generosidade. Eu sei. Tudo o que nos negaram. Mas esse não é o tempo para celebrar vinganças mesquinhas.
>
> .É hora de construir nossa nação usando cada tijolo disponível. Mesmo que o tijolo venha embrulhado de verde e dourado. Vocês me elegeram como líder. Deixem-me liderá-los agora.
>
> Quem está comigo nisso, agora?
>
> Quem está comigo?
>
> (olhando todos, olho no olho, falando sem microfone).
>
> INVICTUS, filme, 2007.

Com o discurso, Mandela tem êxito em conseguir a adesão do Conselho de Esportes, e, depois, em persuadir o capitão do time de rugby a vencer o Campeonato, congregando negros e *afrikaners* em torno do time *Springboks*.

3. ANÁLISE DO DISCURSO DE MANDELA.

Nelson Mandela (1918-2013) foi advogado, ativista político e presidente da África do Sul, no período entre 1995-1999. Ganhou o *Prêmio Nobel da Paz* em 1993. Dedicou-se a fundar uma sociedade multiétnica. Passou 27 anos na prisão, inicialmente em Robben Island e, mais tarde, nas prisões de Pollsmoor e Victor Verster, sendo libertado (em campanha internacional), no ano de 1990, quando a guerra civil no seu país estava em ebulição. A ONU declarou o dia do seu nascimento, 18 de julho, como o *Dia de Nelson Mandela*, valorizando a sua luta pela liberdade, justiça e pela democracia. Foi o mais poderoso símbolo da luta contra o regime do *apartheid*, sistema racista oficializado em 1948, e modelo mundial de resistência. Ganhou inúmeros prêmios internacionais, entre eles o *Presidential Medal of Freedom* dos Estados Unidos, e a Ordem de Lênin da União Soviética.

No seu discurso, pode-se destacar o exórdio, a forma de tratamento com a qual Mandela se dirige aos homens e mulheres reunidos para extinguir o time de rugby, que era odiado pelos negros, como símbolo do *apartheid*. Mandela, na prisão, assim como toda a população negra, costumava torcer contra o *Springboks*, na luta racial que acirrou a guerra civil entre os chamados *afrikaners* (minoria branca, mas detentora de poder econômico e militar) e a população negra, majoritária. Mandela dirige-se à pequena plateia como "irmãos" e "irmãs" e depois de breve pausa: "camaradas".

Cria, assim, imediatamente, uma proximidade, usando de uma figura de retórica, uma figura de comunhão, pelo tratamento íntimo. Durante todo o discurso, ele usa o pronome "nós".

É com o uso desse pronome "nós", que Mandela reconhece: "nós triunfamos" sobre os *afrikaners*. Mas também exorta: "nós" devemos reintegrar o *Springboks*, o time "deles", o time daqueles contra os quais lutaram. Mandela assume que lutou, e que não vê mais os *afrikaners* como sendo "eles", de outra facção, como inimigos, mas, diz, eles, os *afrikaners*, são agora, "compatriotas, sul-africanos, parceiros da democracia".

Faz um movimento importante de caracterização, outra figura de retórica, invertendo a posição daqueles que eram inimigos até bem pouco tempo, e que a plateia continua sentindo como inimigos, e os convida a vê-los, agora,

como pessoas pertencentes à mesma nação, com a mesma língua, a mesma bandeira, o mesmo hino. O mesmo time de rugby.

Em termos de Argumentação, vemos que Mandela, em seu discurso, apresenta elementos mistos de convencimento, apelando para argumentos lógicos, racionais: "se tirarmos o time "deles", nós os perderemos". E também emocionais, persuasivos, quando menciona a sua prisão, evidencia o seu sofrimento, até maior do que cada um que está ali, na plateia, tendo justificativas para atos de vingança. Mandela diz: "Na Ilha Robben, na prisão, todos os meus carcereiros eram *afrikaners* (minoria branca). Durante 27 anos eu os estudei, aprendi sua língua. Li seus livros, sua poesia."

O que Mandela faz, usando da Retórica, mais emocional, já que torcedores são mesmo apaixonados, é mostrar o uso que ele fez da razão, estudando o inimigo, para vencê-lo no campo... *dele*. Ele persuade a plateia de que reconheceu o inimigo, e sabe de suas forças e, também, de suas fraquezas. Não está, portanto, se submetendo ao poderio dos *afrikaners*.

Mandela sabia a quem se dirigia, no discurso que faz ao Conselho de Esportes. O "auditório" era composto de negros que votaram nele, que o elegeram. Portanto, os argumentos usados eram destinados a lembrá-los sobre sua função presidencial da nação, a África do Sul.

Negro, como a maioria negra, que compunha também o Conselho de Esportes, Mandela sabia o que dizer (conteúdo do discurso), e também sabia a argumentação sequencial necessária do discurso para que o "auditório" concordasse com sua ideia de manutenção do time de rugby, a bem da integração racial entre *afrikaners* e negros. A forma como proferiu o discurso, indo pessoalmente ao encontro dos membros do Conselho, teve um peso de argumentação implícita, embora não explícita em nível do discurso. Mandela, enfim, queria provocar um efeito no auditório, provocar a adesão à sua ideia central: usar o esporte como fator de união nacional.

Mandela conclama a plateia a ser diferente do que os *afrikaners* foram, quando segregaram os negros. O time de rugby – representativo da minoria branca – deveria se tornar o time da maioria absoluta, *afrikaners* e negros, totalizando a população sul-africana, com todos os seus habitantes.

Mandela diz ser necessário todos serem *melhores* do que os *afrikaners* foram, um dia. Usa, assim, de elementos da Nova Retórica, estabelecendo com a plateia, toda ela negra, uma espécie de negociação, em que a seduz com o argumento de que a maioria negra seria melhor do que os *afrikaners*: mais compassivos, mais generosos, mais moderados. Nesse sentido, usa de argumentos de superação. Diz Mandela, usando o pronome "nós", incluindo-se: "Temos que ser melhores do que isso (o que *afrikaners* esperam receber da maioria negra: vingança). Temos que surpreendê-los com compaixão, com moderação e generosidade".

A maioria negra, agora, pode superar a violência que sofreu, nas mãos da polícia dos *afrikaners*, através do perdão e da generosidade, tornando-se melhor do que eles.

Quando o Presidente se apresenta, em pessoa, para convencer o Conselho de Esportes, está usando de uma estratégia que apela para recursos paralinguísticos. Os recursos paralínguisticos são usados para persuadir o auditório: recurso usado pelo orador para conseguir um consenso, uma estratégia ativa que objetiva comover, mais que convencer. Daí que Mandela se faz presente no Conselho como um líder, não como alguém que atingiu o poder maior – Presidente – mas como aquele que continua se afinando com os correligionários. Por que um time de rugby pode ser tão importante para o Presidente Mandela, se todos sabem que ele tem outros assuntos de maior urgência a tratar? Estaria o presidente desperdiçando o seu tempo?

É que Mandela necessita unir a nação e não vê uma maneira mais rápida e eficaz do que criar entre *afrikaners* e os negros um time "nacional", que una todos sob uma mesma bandeira e hino, um time em que todos possam creditar esperanças e valores na construção de uma nação integrada, e não dividida, como fora até então, sob o regime de *apartheid*. Uma nação que pudesse ter um só Presidente, e não apenas como líder de uma parte da população, mesmo que majoritária.

Mandela usa de argumentos de superação para poder estabelecer um acordo com os negros ressentidos pela guerra civil recente, para convencê-los e persuadi-los, com elementos racionais e afetivos, a se abrirem a uma nova África do Sul, em um novo espírito.

Assim, a retórica de Mandela é eficaz. Depois do exórdio, dirigindo-se à plateia como se fossem todos, ele e a platéia, uma confraria, ele passa para a narração de como ele venceu os *afrikaners*, estudando-os, conhecendo sua língua e poesia, ou seja, seus hábitos, o seu espírito. Quer, assim, mostrar que todos devem fazer o mesmo com o time de rugby, usando de seu exemplo. Ele também usa de provas para evidenciar a importância de não destruírem aquilo que os *afrikaners* tanto valorizam, o rugby.

Conclui seus argumentos, quando reitera que a maioria negra o escolheu como líder. Aquela plateia o escolheu como líder do país. Ele, então, diz, em uma figura retórica, de presença, que ele está ali em atitude de liderança, e quer que eles permitam que ele os lidere.

A pergunta apelativa, como conclusão do discurso, é contundente: se todos votaram nele, Mandela, como líder, é o momento de comungarem com ele, quando ele exorta: "quem está comigo nisso, agora?"

Mandela pede a adesão consistente e consequente. Se Mandela foi votado como líder, é preciso que permitam que ele aja como líder, mesmo que os liderados se sintam contrariados, em seus interesses pessoais. É um

apelo racional, mas que denota verdade e verossimilhança na relação entre o Presidente recém-eleito e o eleitorado que o elegeu.

Há também uma figura retórica de repetição, importante. Mandela refaz a pergunta, deixando a questão do rugby de lado e faz, simplesmente, a pergunta: "quem está comigo?"

E, assim, não se refere nem à questão do time de rugby, nem ao momento específico que estão vivendo, em que ele toma suas primeiras decisões, como Presidente do país, assumindo o Poder. É um apelo emocional contundente.

CONCLUSÃO

No filme, a assessora direta de Mandela o questiona se a questão do time de rugby, que lhe parece de menor importância e até de risco de perda de "capital político", tem a ver com um cálculo político, e ele responde que é um "cálculo humano".

Retomando o objetivo do trabalho, que é o estudo da Retórica e Nova Retórica no discurso de Mandela, vê-se que este "cálculo", a atitude calculista, de estrategista, mostra a intencionalidade da linguagem de Mandela, revelando sua forma de pensar, ideológica: unir um país dividido pela guerra civil, uma guerra sangrenta, de cunho passional. Nesse momento inicial de se assumir como Presidente de um país dividido em suas paixões, tomar essa decisão, corajosa e de risco, ao apoiar interesses dos *afrikaners*, Mandela mostra uma personalidade que sabia como se posicionar e como selecionar o ponto emergencial que poderia unir todos sob um mesmo campo comum.

Esse discurso mostra, e demonstra, uma habilidade de Mandela no uso dos recursos evidenciados pela Retórica Clássica e pela Nova Retórica, no jogo político complexo de um mundo pluralista, que Mandela reconhece, e que sofreu particularmente. Mandela assume uma posição de abertura para aquilo que poderia levar a uma não-coerção. Não assume a atitude de grupo revanchista (a maioria negra), ou do grupo aterrorizado (os *afrikaners*).

A reiteração da figura retórica de presença, de que *afrikaners* e a maioria negra não seriam, doravante, inimigos, mas "um time só", aparece na campanha que o time de rugby faz, visitando clubes de jogos de futebol e ensinando às crianças negras as regras do jogo de rugby e criando laços entre os jogadores e as crianças. Via-se, em todos os campos visitados pelos jogadores, um out-door com o discurso: "um só time, uma só nação".

A eficácia do discurso de Mandela, na aproximação difícil e conflituosa entre os *afrikaners* e a maioria negra, deve-se, em grande parte, à habilidade política de Mandela e do uso dos recursos estudados pela Retórica e Nova Retórica, em que mostra saber usar a argumentação persuasiva e de convencimento para conseguir a adesão de quem o elegeu.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução e revisão de Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ARISTÓTELES. [(s.d.)]. **Arte retórica** e **arte poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. 16.ed. Rio de Janeiro: Ediouro [s.d.]

PERELMAN, C.; TYTEKA, L.O-. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

INVICTUS. Direção: Clint Eastwood. Autores: John Carlin. Produção Malpaso. Co-produção: Clint Eastwood. Intérpretes: Morgan Freeman, Matt Damon e outros. Roteiro: Anthony Peckham. Warner Bros. Pictures, 2009. (133 min., son., color.)

Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais: construção de Políticas Sociais para as crianças e adolescentes

O texto que ora apresenta-se buscará contextualizar como as crianças e adolescentes foram vislumbrados no processo histórico ocidental e brasileiro, levando-se em consideração as condições apreendidas. Definiu-se como objetivo geral: estudar os direitos das crianças e adolescentes no contexto histórico e a possibilidade da efetivação desses direitos. Selecionou-se, para os objetivos específicos: analisar a importância das políticas sociais e avaliar a necessidade da implementação de projetos sociais para os sujeitos deste artigo. Como metodologia, utilizou-se da revisão bibliográfica sobre o tema. As leituras condizentes a este estudo apontaram que se percebe nos períodos antecedentes a negação às crianças de serem somente crianças; fase primaz para o crescimento intelectual e percepção moral destes. A construção destes valores atrela-se a mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e filosóficas decorrentes da sociedade moderna, resultantes do Renascimento ocidental e Iluminismo. Então, ao mesmo tempo surgem as questões, segundo os moldes capitalistas, adotados com a introdução da Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII. Nos espaços fabris, as crianças e adolescentes são "cooptados" a "viverem e aceitarem" as precariedades, reflexos dos dogmas capitalistas que ensejavam somente a comercialização e enriquecimento, mesmo que feita desta forma, ilícita e explorada. Diante da organização fabril, a criança deixa de ser criança, para ser um "auxiliar das máquinas" numa relação meramente desumana e imposta. Como é sabido, a construção social da infância, ao longo dos séculos, foi determinante para que se compreenda suas apreensões na sociedade contemporânea. Entre dilemas, "as discrepâncias" deixadas apontam o desafio de oferecermos oportunidades e ações qualitativas para este segmento, que se definharam diante do processo histórico deplorável e insurgente. A criança e o adolescente também são considerados elementos indispensáveis para a propagação dos ideais capitalistas, submetidos pela coroa portuguesa as terras recém "conquistadas", ou seja: o Brasil. No século XVIII é clara a educação dual, na qual se enfatizava a segregação social entre ricos e pobres. A educação formal no nosso país é marcada pelo forte determinismo da acumulação de capital, segundo os dogmas do capitalismo. Com a urbanização e gênese da industrialização, no final do século XIX e início do século XX, o mercado de trabalho passa a absorver crianças, adolescentes e mulheres. O percurso histórico demonstra que os sujeitos deste texto, em âmbito mundial e nacional, foram desconsiderados e "sacrificados" por vários séculos e décadas. No Brasil, pós Constituição Federal de 1988, espera-se que o ECA seja respeitado e atue como precursor de programas e projetos sociais que vislumbrem a garantia dos direitos sociais, com vistas à empreender ações que "zelem" pelas crianças e adolescentes, fase primaz da vida do ser humano. A partir dessa premissa, entende-se que "é melhor prevenir do que remediar". Diante do exposto, cabe ao assistente social atuar frente às expressões da questão social, tendo como ferramenta e instrumental de trabalho, a elaboração de projetos sociais. Finalmente, definiu-se que a elaboração de projetos sociais tem o poder intransferível de construir políticas sociais públicas, as quais se traduzem na autonomia das crianças e adolescentes/famílias via participação do Estado no atendimento.

037-2355

Maria Luisa da Costa Fogari
Unesp/Campus de Franca
luisafogari@terra.com.br

O Direito das Crianças (Autora: Ruth Rocha)

Toda criança no mundo
Deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.

Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar.

Não é questão de querer
Nem questão de concordar
Os diretos das crianças
Todos tem de respeitar.

Tem direito à atenção
Direito de não ter medos

Direito a livros e a pão
Direito de ter brinquedos.

Mas criança também tem
O direito de sorrir.
Correr na beira do mar,
Ter lápis de colorir...

Ver uma estrela cadente,
Filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente,
Ouvir histórias do avô.

Descer do escorregador,
Fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor,
Brincar de adivinhação

Morango com chantilly,
Ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi,
Bola, bola, bola, bola!

Lamber fundo da panela
Ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela
Poder também dizer não!

Carrinho, jogos, bonecas,
Montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas,
E uma corda de pular.

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre a importância das políticas sociais relacionadas à infância e adolescência está consubstanciado as constantes observações da assistente social, que presencia o crescimento alarmante de usuários de drogas, lícitas e ilícitas, pelo segmento populacional em estudo.

Este fato poderá ser minimizado com a introdução de projetos sociais que proporcionem: lazer, educação, cultura, esporte, saúde e turismo para estes brasileiros apresentados. Deste modo, enfatizamos a importância de projetarmos, nortearmos e organizarmos os caminhos, as trilhas a serem percorridas para a melhoria do trabalho do assistente social na busca da garantia destes direitos.

O objetivo geral deste artigo é estudar as condições apresentadas pelas crianças e adolescentes no contexto histórico, mediante a implantação do ECA/normativas específicas e a elaboração de projetos sociais. Definiu-se, especificamente: a estudar a importância do atendimento às crianças/adolescentes e avaliar a necessidade da implementação de projetos sociais para as estes seres.

Para entendermos este contexto, a metodologia utilizada dar-se-á por meio de pesquisa bibliográfica em referenciais teóricos sobre Serviço Social, projetos sociais e criança/adolescente. Para Berto & Nakano (1998), apud (CAVALHEIRO & NISHIJIMA, 2011, p.407): "[...] as pesquisas classificadas como revisão bibliográficas são produtos de reflexões críticas sobre um fenômeno ou questão observada na literatura, compilando-se, contrapondo argumentos e teorias de diferentes autores sobre um determinado tema.

A INFÂNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS

De acordo com as pesquisas realizadas no processo histórico, segundo (ARIÈS, 1981) a infância foi deixada de lado por um longo período. O autor (1981, p.20) descreve que o nome/identificação na Idade Média, era algo

impreciso, que com o tempo passou a ser designado um sobrenome de acordo, muitas vezes, com a localidade de origem.

As datas (nascimento/casamento) e nomes eram descritos nos retratos e em mobílias, apresentando as histórias das famílias. "[...] A inscrição das idades ou de uma data num retrato ou num objeto correspondia ao mesmo sentimento que tendia a dar à família maior consistência histórica (ÀRIES, 1981, p.22)".

A palavra infância ficou condicionada a questão de dependência e/ou entre os nobres significaria primeira idade (ÀRIES, 1981, p.32). "Embora um vocabulário da primeira infância tivesse surgido e se ampliado, subsistia a ambigüidade entre a infância e a adolescência de um lado, e aquela categoria a que se dava o nome de juventude, do outro. Não se possuía a idéia do que hoje chamamos de adolescência, e essa idéia demoraria a se formar [...]" (ÀRIES, 1981, p.34).

Na Idade Média, a criança é concebida como "[...] homens de tamanho reduzido [...] (ARIÈS, 1981, p.39)". As imagens retratadas pelos artistas medievais estavam atreladas aos sentimentos e as cenas cristãs (ibidem, 1981, p.41-42).

Contempla-se ainda, que no século XIII, o sentimento a algumas crianças se aproxima ao da modernidade e, os adolescentes eram concebidos como anjos, sendo preparados para auxiliar nas missas, seguindo as ordens religiosas prementes no período. No século XVI, as crianças falecidas são reproduzidas em retratos, demonstrando o pesar, muitas vezes pelo curto espaço de tempo nesta terra. "O aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou portanto um momento muito importante na história dos sentimentos (ARIÈS, 1981, p.45)".

Em contrapartida, no século XX, a adolescência começa a ser configurada como algo prazeroso e esperado. "[...] Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo (ARIÈS, 1981, p.36)".

De outro modo, especificamente na área educacional, no item 2: "A Vida Escolástica", as escolas não eram planejadas por faixas etárias especificas, ministravam-se aulas às crianças e aos adultos numa mesma estrutura física (ARIÈS, 1981, p.02). A educação e cuidados estavam consubstanciados a pensionatos, com os pais ou em companhia de religiosos, sendo que os mestres não se incumbiam da vida cotidiana dos alunos, mas somente de sua atividade educacional formativa (ARIÈS, 1981, p.02-03).

Por estes dados, percebe-se a negação às crianças de serem somente crianças; fase primaz para o crescimento intelectual e percepção moral destes. A construção destes valores atrela-se a mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e filosóficas decorrentes da sociedade moderna, resultantes do Renascimento ocidental e Iluminismo. Então, ao mesmo tempo surgem as questões, segundo os moldes capitalistas, adotados com a introdução da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, no século XVIII.

Ariès (1981) no subitem 5, "Os Progressos da Disciplina", aponta que, no espírito medieval, a criança ao ingressar na escola era considerada adulta, diante de uma construção cultural perpetuada por gerações. A visão da criança adulta é percebida pelo fato de os mesmos receberem os castigos corporais dispensados aos adolescentes, por meio dos chicotes (ARIÈS, 1981, p.03). "[...] Ao contrário, todas as crianças e jovens, qualquer que fosse sua condição, eram submetidos a um regime comum e eram igualmente surrados [...]" (ARIÈS, 1981, p.03). Este fato é comum principalmente nos colégios, como forma de disciplinamento. Aos poucos, devido a sua fragilidade, se entende que a criança é um ser em desenvolvimento. As atitudes destrutivas passam a ser repensadas e repudiadas no século XVIII.

O pesquisador (ibidem, 1981, p.04) ainda relata que a visão de fragilidade da infância e de humilhação é subtraída, emergindo a noção de dignidade e necessidade de formação por etapas nos moldes do século XIX.

Já, os autores Fabrini & Assunção e Oliveira (2012), no artigo: "A inserção histórica do adolescente no mercado de trabalho: uma leitura histórica" discorrem que a Revolução Industrial na Inglaterra, pode ser considerada um marco para a introdução da mão de obra infantil no mercado de trabalho/sistema capitalista.

> Com a grande mudança no sistema de produção, todo tipo de trabalho era aceito, ocasionando muitas mudanças sociais. E a mão de obra de crianças, adolescentes e mulheres passaram então a ser utilizados nos meios de produção, num ambiente extremamente improprio com falta de higiene, imoralidade, depravação e por um período de 14 horas até 18 horas diárias. Com o grande exercito industrial de reserva, a mão de obra passa a ser, mas fácil de ser substituída e os salários que já eram baixos se tornaram ainda mais baixos, sem citar a substituição da população em massa por maquinas (FABRINI & ASSUNÇÃO & OLIVEIRA, 2012. p. 02).

Nestes espaços fabris, as crianças e adolescentes são "cooptados" a "viverem e aceitarem" as precariedades, reflexos dos dogmas capitalistas, que ensejavam somente a comercialização e enriquecimento, mesmo que feita desta forma ilícita e explorada. Diante da organização fabril, a criança deixa de ser criança, para ser um "auxiliar das máquinas" numa relação meramente desumana e imposta.

Como é sabido, a construção social da infância/adolescência ao longo dos séculos foi determinante para que se compreenda suas condições na sociedade contemporânea. Entre dilemas, "as discrepâncias" deixadas apontam o desafio de oferecermos oportunidades e ações qualitativas para as crianças/adolescentes que se definharam diante do processo histórico deplorável e insurgente.

A autora (DOURADO, 2009) traça o desenho histórico, construído ao longo dos séculos no Brasil. Segundo a estudiosa, antes do "descobrimento", as crianças nativas viviam sob a forte predominância da cultura ameríndia (ibidem, 2009, p.11). Com a presença dos ibéricos que tomaram nosso litoral, as crianças indígenas foram escravizadas, muitas vezes sem a presença de seus familiares (ibidem, 2009, p.12).

No período colonial, Dourado (2009, p.13), conta de acordo com os relatos de Thomas Ewbank (1850) que, para alimentarem-se, os índios foram obrigados a negociarem seus filhos.

Ainda atesta que muitas crianças e adolescentes portugueses acompanharam os navegadores no período colonial. Percebe-se que estes também são considerados elementos indispensáveis para a propagação dos ideais capitalistas, submetidos pela coroa portuguesa as terras recém "conquistadas".

Cita-se no texto de (DOURADO, 2009, p.13) que as crianças e adolescentes negras se misturavam aos adultos, mas vieram em parcela menor nos navios negreiros. Aqui no Brasil, aqueles pertencentes à elite reproduziam o comportamento autoritário de seus pais aos escravizados (ibidem, 2009, p.14), definindo os papéis sociais de cada um. Em (DOURADO, 2009) apreende-se que a elite cabia o trabalho intelectual, a política, enfim representando a hegemonia de classe. Aos escravizados e nativos, restara o ardor da rudez das penosas lidas nos eitos e trabalhos que não exigissem a erudição, enfim seria o trabalho pesado, não mudando nem mesmo com o "findar" da escravidão, em 1888.

Também oportuna – se destacar, que para aqueles nascidos na mendicância e, em situações não aceitas para os padrões sociais e culturais da época, instalam-se as Irmandades da Misericórdia, a roda dos expostos (CARVALHO, 2000, p.183).

No Brasil, ainda no século XVIII é clara a educação dual, na qual se *enfatizava a segregação social entre ricos e pobres. Além disso, as meninas* eram orientadas para a vida doméstica desde muito cedo e dificilmente frequentavam as escolas. Segundo Dourado (2009), a tradição conservadora traçada pelas elites, enquanto poder hegemônico, ainda se faz presente na realidade social brasileira.

Com a urbanização e a industrialização, no final do século XIX e início do século XX, o mercado de trabalho passa a absorver crianças, adolescentes e mulheres, considerados mão de obra barata de fácil exploração. "Assim como na Inglaterra as crianças e adolescentes eram expostas a duras jornadas de trabalho, a condições insalubres, com baixa remuneração e completa privatização de direitos (FABRINI & ASSUNÇÃO & OLIVEIRA, 2012. p. 04)".

Em 1927, no período Republicano, cria – se o Código de Menores (CARVALHO, 2000, p.184). Segundo Lorenzi (2007, online), no Estado Novo, no governo Vargas, introduz-se as políticas sociais no Brasil, com a gênese, em 1942, do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão ligado ao Ministério Público, com propósitos difusos entre: menor infrator e criança abandonada. "[...] A criação dessa instituição agregava a uma perspectiva corretiva alguns objetivos de natureza protecionista, valorizando-se a necessidade de estudos e pesquisas, bem como uma assistência psicopedagógica aos menores considerados carentes e delinquentes [...]" (CARVALHO, 2000, p.184). Além do SAM, tivemos a gênese da Legião Brasileira de Assistência (LBA); Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Pequeno Lavrador e Casa do Pequeno Trabalhador (LORENZI, 2007, online).

Em 1945 Vargas é deposto, sendo o Brasil redemocratizado. Neste período cria-se o UNICEF[xcv] que buscou atender as crianças e gestantes. O SAM passa a ser considerado como ineficaz e repressivo. Com o golpe militar de 1964, a repressão e a censura voltam a reinar no Brasil. Assim, cria-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Lei n. 4.513 de 1/12/64) e o Código de Menores de 79 (Lei n. 6.697 de 10/10/79). O primeiro propunha como prioridade a internação, já o segundo previa os cuidados ao "menor em situação irregular" (LORENZI, 2007, online).

Para Lorenzi (2007, online), na década de 1970 do século XX, a academia recebe um número expressivo de pesquisadores voltados para a área da criança e do adolescente, especificamente aqueles em situação de rua e delinquentes. A estudiosa atesta que na década de 1980, a abertura democrática se consolidou com a Constituição Federal de 1988, sendo lançadas as bases para a introdução do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90.

O percurso histórico demonstra que a criança e o adolescente, em âmbito mundial/nacional, foram desconsiderados e "sacrificados" por vários séculos e décadas. Espera-se, que o ECA, seja respeitado, e atue como precursor de programas e projetos sociais que tragam à cidadania plena, para estes seres sociais.

O PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A relevância deste estudo atrela-se à expressão social em evidência, isto é, ao aumento cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua, na delinquência, necessitando de políticas sociais que os insiram na realidade social.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, no Art. 2º: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade, incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade." (BRASIL, 2012 b).

O ECA possui duzentos e sessenta e sete artigos, que abordam várias temáticas, que buscam qualificar o atendimento às crianças e adolescentes, a iniciar pelo período pré-natal, percorrendo e garantindo os direitos nos mais diversificados âmbitos, sendo: sociais, culturais, econômicos e políticos, que visam "tutelá-los" até a maioridade. Espera-se que os artigos deste documento possam garantir ações que potencializem as famílias, não negligenciando, nem sendo negligenciadas pelo Estado, nos atendimentos aos seus membros, desde tenra idade.

Além do ECA, que traz um arcabouço de direitos e deveres, conquistamos:

> A partir da regulamentação da Constituição Federal de 1988 foram instituídas as seguintes ordenações legais com base nos direitos sociais: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n. 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Lei Federal n. 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei Federal n. 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n. 9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – Losan (Lei Federal n. 11.346/06), além da recente integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – Suas (PERES; PASSONE, 2010, p. 663 - 664).

"Destrinchando" estes direitos, ação considerada indispensável para este estudo, que visa "saber e identificar" conquistas das crianças e adolescentes brasileiros, a partir deste parágrafo, buscar-se-á demonstrar mesmo que sucintamente, os principais tópicos/artigos das leis especificadas acima.

A Constituição Federal de 1988 trouxe direitos para vários âmbitos e segmentos populacionais, inclusive para estes seres em formação psicológica, social, cultural e moral. Em suma, alicerçou os direitos às famílias, seus membros e agregados. O capítulo VII, "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, e do Idoso", está contemplado dos artigos 226 ao 230. Delimitando-se exclusivamente o:

> **Art. 228** - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (BRASIL, online a).

O ECA trouxe um novo limiar para estes usuários, que passam a serem considerados "sujeitos de direitos". Direito a quê? A Lei 8069/90 (BRASIL, 2012 b), expressou em seus artigos como os poderes públicos local, estaduais e federais deverão "lidar" com a introdução e implantação de políticas sociais a estes cidadãos.

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2012 b).

A Lei Orgânica da Saúde – LOS 8080/90 também foi uma conquista dos movimentos sociais, que lutaram para que se instituíssem normativas e regras, que "organizassem" os direitos sociais à saúde pública. Deste modo, apresenta-se:

> Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, online c).

Ainda, na década de 1990, decorre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Lei 8.242/91). O CONANDA gesta-se para instaurar outra proposta de atendimento, condicionando a

sociedade civil, representantes do poder público a participar da construção de políticas sociais para as crianças e adolescentes, segundo a descentralização político-administrativa.

> O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Integra a estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) (IPEA, online).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, s/d, p.08 d), resulta das propostas definidas e delimitadas na CF-1988, sendo expressa em artigos que definem a formalização da seguridade social brasileira. Deste modo:

> **Art. 2º** A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)
> I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: [...]
> a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; [...]
> b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; [...]
> c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; [...]
> d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e [...]
> e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; [...]

Enfim, a LOAS evidencia os atendimentos na área socioassistencial, primando pelas famílias e, consecutivamente seus membros. Propondo assim, um legado de normas que também atendem as crianças/ adolescentes deste país.

Ao conceber a necessidade da integralidade das políticas públicas de atendimento a criança e adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n. 9.394/96) explicita, organiza, e define o atendimento na área educacional, primando-se pela consolidação das ações preventivas. Considera-se relevante as proposições do artigo 2º que prevê:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, online e).

Para que a educação seja voltada para a formação social, humana e política, as crianças/adolescentes necessitarão de ações públicas, para que possam crescer sadios fisicamente e psicologicamente. Para tal, tem-se a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – Losan (Lei Federal n. 11.346/06), que: "[...] Trata-se de um sistema público, que possibilita a gestão intersetorial e participativa e a articulação entre os entes federados para a implementação das políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementariedade e otimização das potencialidades de cada setor (BRASIL, online f).

E, finalmente o Sistema Único de Assistência Social – SUAS prima pela normatização da execução da política pública de assistência social na nossa nação.

> O Suas engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso (BRASIL, online g).

Assim, as crianças e adolescentes, deverão ser "acolhidos" com políticas públicas no local de origem, atendendo as condições econômicas, sociais e culturais de seus respectivos cuidadores. "A família é, portanto, a rede de socialização primária da criança e adolescente, devendo ser dadas a ela condições de cuidar e educar seus filhos em todos os aspectos da vida social (CARVALHO, 2000, p.188)".

Entretanto, os direitos, garantidos pelas legislações brasileiras são extremamente relevantes, porém deveremos olhá-los e analisá-los criticamente. Serão eficazes? Suas propostas levam em consideração a realidade social das crianças e adolescentes? As condições socioeconômicas? Consideram que estes itens estão submersos nas adversidades propostas pelo neoliberalismo?

Ao prosseguir a discussão, descrevemos que estas crianças são os filhos das mais diversificadas redundâncias socioeconômicas, onde a miséria é uma atenuante histórica, que se perpetua em vários espaços territoriais brasileiros. São crianças, que em função das condições econômicas, recebem os mais variados atendimentos precarizados. Muitos e/ou a maioria deles, vivem a mercê do Estado neoliberal, dos restolhos deixados pela sociedade capitalista, que explora, massacra, setoriza, despolitiza, fragiliza e individualiza todas as relações sociais. Assim, quem não está capacitado, inserido no mercado de trabalho formal, fica aquém, dependendo de programas sociais que os distanciam da busca/consolidação dos direitos sociais.

Após uma longa jornada, imbuída em turbulentas tentativas de regularização, via efetivação das políticas sociais públicas, fomos vítimas das "atrocidades" desencadeadas pelo subversivo modelo econômico, que:

> [...] desde o início da década de 1990, o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em suma, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho (ALENCAR, 2009, p.06).

Este modelo de Estado empreende aos não possuidores, ações beneficentes que descaracterizam a importância desse ser social. Estes reclamos econômicos e sociais são a estrutura, para detectarmos os engodos pelos quais as famílias, e suas respectivas crianças e adolescentes encontram-se. Buscar sustento neste modelo econômico torna-se um conflito diário, entre a economia neoliberal e suas nuances, sendo a maquinaria, oriundas dos projetos/invenções tecnológicas.

É uma guerra sem armas... Porém, a materialização desta barbárie e seus reflexos são mais redundantes que a própria bomba atômica, devido ao aumento considerável da precarização/privatização da saúde pública, das mortes em decorrência do tráfico de drogas e, consequencias. Enfim, convivemos com o sepultamento do acesso aos bens materiais/imateriais. O pior, é que as ações são e, tornam-se cada vez mais naturalizadas ("normais").

Partindo destes dados, apreende-se que o assistente social, que tem como foco de trabalho, as expressões da questão social, deverá deter de uma prática que empreenda ações que visem "zelar" pelas crianças e adolescentes, fase primaz na vida do ser humano. Assim, "é melhor prevenir do que remediar". Analisando-se o provérbio, é complicado "curar" o que está em fase de adoecimento/crônico, porém o melhor remédio são as ações preventivas/educativas. É viável, que o investimento seja feito já na infância, para que as crianças/adolescentes não cheguem às internações, na **Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA)**, e após a maioridade, às carceragens nos presídios.

Para Iamamoto (2000, p.163) o assistente social deverá estar habilitado por uma formação que articule a teoria/prática em atenção às demandas atuais das classes subalternas, buscando novas alternativas de atendimento. Neste principio,

> [...] não se pode reduzir o espaço ocupacional a uma prática profissional rotineira, burocratizada, empiricista e tarefeira, tal como se constata com expressividade nas instituições, a qual não expressa mais do que um saber alicerçado no senso comum e uma falta de identidade profissional do assistente social (IAMAMOTO, 2000, p.163).

Ainda, complementamos que a prática perspectiva dialética requer responsabilidade e respeito aos portadores dos direitos sociais. Destaca-se ainda que, o Serviço Social é portador do projeto ético político que se embasa em normas/regimentos, explicitadas na Lei nº. 8.662/93, que no artigo 4º preconiza que cabe ao profissional:

> I – Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos de administração pública, direta ou indiretamente, empresas, entidades e organizações populares;
> II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
> III- encaminhar providencias, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; [...]
> VI- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
> VII- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.
> VIII- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

> IX- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
> X- planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social [...] (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004, p. 32-33).

O artigo 5º cita como atribuições privativas do assistente social:

> I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas de projetos na área do Serviço Social;
> II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. [...] (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2004, p.33).

Compete ao assistente social atuar frente à questão social, por meio de projetos sociais, que busquem enfrentar às desigualdades sociais contemporâneas.

Subsequentemente relaciona-se o Estado, classe burguesa *x* classe proletária, políticas sociais *x* questão social, conforme a citação de Netto (1996, p.28), apresentada por Zuck (2011, p.07-08), em seu texto, que descreve que:

> [...] a intervenção estatal sobre a 'questão social' se realiza [...] *fragmentando-a* e *parcializando-a*", pois "tomar a 'questão social' como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais:* as seqüelas da 'questão social' são recortadas como problemáticas particulares (*o* desemprego, *a* fome, *a* carência habitacional, *o* acidente de trabalho, *a* falta de escolas, *a* incapacidade física etc) e assim enfrentadas (NETTO, 1996, p. 28, apud ZUCK, 2011, p. 07- 08).

A partir das apreensões descritas, compreende-se, que o assistente social, deverá utilizar-se numa formação inicial[xcvi] e continuada[xcvii] hábil/séria para propor ações/estratégias que levem o sujeito, ou seja, o "usuário do Serviço Social", inserido em evidentes crises: social, econômica, cultural e política, á terem um posicionamento crítico, diante das concepções neoliberais. "[...] A questão da política social é sempre um resultado que envolve mediações complexas – socioeconômicas, políticas, culturais e atores/forças sociais/classes que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estadual, pública e privada (FALEIROS, 1986), apud (BEHRING, 2000, p.31)".

GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO AO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS: COMO RETRATÁ-LOS?

Para Coutinho, Macedo-Soares e Silva (2006, p.767-768),

> Frequentemente, os termos projetos, programas e políticas sociais são confundidos. Um programa social é um conjunto de projetos; e uma política social, por sua vez, é um conjunto de programas. Projetos e programas são a tradução operacional das políticas sociais. Um projeto envolve ações concretas a serem desenvolvidas em um horizonte de tempo e espaço determinados, restritas pelos recursos disponíveis para tal. Os programas, em geral, envolvem horizontes de tempo mais longos que os projetos. Pode-se, portanto, analisar um programa por meio do estudo dos projetos que o compõem (Cepal, 1995, 1998).

Após as explicitações acima, compreende-se que os projetos sociais são ferramentas em enfretamento às abnegações sociais, culturais, políticas e econômicas que acometem uma parcela considerável da população subjacente.

Para entendermos o significado de gestão de projetos sociais, faremos uma análise etimológica das palavras em destaque, de acordo com o Dicionário online de Português (2012). A palavra gestão[xcviii] significa: "ação de gerir, gerência, administração [...]". Por projeto[xcix], entende-se: "O que tem a intenção de fazer; designo; intento; plano realizar qualquer coisa. Estudo com desenho e descrição de uma construção a ser realizada." [...]. Finalmente, social[c] refere-se ao "que diz respeito à sociedade: ordem social. [...] Legislação social, conjunto das disposições legais que protegem os interesses dos indivíduos e dos grupos de uma coletividade organizada. [...] Ser social, aquele que vive em sociedade."

Definimos, então, segundo o olhar e atribuições do assistente social, a gestão de projetos sociais como o ato de gerenciar, administrar um plano, dotado da intencionalidade através da prática interventiva aos indivíduos/seres sociais, vislumbrando a proposição e implementação de ações sociais inclusivas.

Partindo dessa premissa, estabeleceremos um diálogo mais profícuo com Cury (2001), quando versa que ao elaborarmos um projeto social, deveremos levar em consideração duas perspectivas, sendo a dimensão técnica e dimensão ética.

> A *dimensão técnica* – maior competência na busca de conteúdos e de estratégias que nos permitam aferir resultados eficientes e eficazes – não é suficiente. Existe uma outra dimensão, a *ético-política*, que importa ressaltar, a qual organiza e sustenta esse processo, delimita-o em seu sentido e em seus fins, pois atuar na esfera pública1, coletiva e social exige, antes de mais nada, um compromisso com a efetividade e, para isso, é preciso que tenhamos uma visão crítica que questione, a todo momento, o sentido desse nosso agir (CURY, apud ÁVILA, 2001, p. 38).

Para a estudiosa, a gestão de projetos sociais está relacionada aos direitos conquistados pelos brasileiros, apresentando-se como políticas públicas. A fusão entre a dimensão técnica e a ético-política retrata a necessidade da eficiência, eficácia e a criticidade frente às demandas a serem atingidas. Por quê? Porque, as políticas públicas, deverão se "desvincular" de protecionismos e conservadorismos, considerando-se as reais necessidades/direitos tangíveis dos casos.

Estas ações se tornaram prementes na sociedade contemporânea devido às mudanças na esfera produtiva[ci], que com a entrada das altas tecnologias, lançou muitos trabalhadores para a informalidade, devido aos desempregos estruturais, tornando-os mais "distantes da garantia de direitos sociais". Estes trabalhadores adensaram o ampliado exército industrial de reserva.

Com a formação destes excluídos sociais uma das estratégias a serem utilizadas perpassam pelo desenvolvimento de projetos sociais que visem buscar fundos públicos para a formulação de políticas sociais às crianças e adolescentes.

Neste âmago, Cury interpela que precisamos ter cautela ao elaborar projetos sociais. Diante disso, todo cuidado é pouco... "[...] É fundamental compreendermos a proposta como um todo, perceber suas inter-relações e interdependências, suas relações de causalidade e sua complexidade (CURY, apud, ÁVILA, 2001, p.40)".

A pesquisadora acrescenta (ibidem: 2001, p.40) que todo projeto deverá ter três intentos: planejamento, implantação e a avaliação. A avaliação deverá ser esboçada logo ao iniciarmos o projeto; a implementação norteará a execução e acompanhamento, levando-se em consideração os objetivos, prazos e o resultado de acordo com o planejamento, que prevê a possibilidade de correções necessárias. "[...] Ter em conta a existência dessa interdependência entre *planejamento, implementação* e *avaliação* é, portanto, não só desejável, mas absolutamente necessário à eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento e nos resultados de qualquer projeto social (CURY, apud, ÁVILA, 2001, p.40)".

Os projetos derivam de uma proposição política, de discussão sobre intervenções necessárias que se formalizarão nos planos. O plano fornece elementos teóricos e políticos necessários para a elaboração de programas e projetos específicos (CURY, apud, ÁVILA, 2001, p.41). "O programa é o aprofundamento do plano, o detalhamento por setor das políticas e diretrizes do plano. Podemos definir um programa como um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos. Ele estabelece as prioridades nas intervenções, ordena os projetos e aloca os recursos setorialmente [...]" (CURY, apud, ÁVILA, 2001, p.41).

A partir dos ensinamentos de Cury, que tornou fonte bem vinda de conhecimentos sobre a elaboração de projetos sociais, compreende-se a eficácia das ações a serem destinadas às crianças/adolescentes, nos âmbitos público/privado, propondo inseri-los nos contextos: sociais, culturais e econômicos.

Neste artigo, objetivamos retratar a orientação para a busca da garantia da ampliação da seguridade social dos sujeitos deste artigo, justificando a eficácia desta proposição, Carvalho, Arregui e Mestriner (1997, p. 6) consideram que:

> [...] A realidade brasileira tem plasmado historicamente uma infância e juventude, na sua maior parte, marcada pela pobreza e exclusão. Com dificuldades de acesso, permanência e sucesso escolar, obrigados ao trabalho precoce, inadequado e quase sempre danoso, meninos e meninas são marcados pela subalternidade ou agressividade excessiva.

As autoras, no estudo, pontuam que a miserabilidade concentra-se mais no nordeste brasileiro, onde as crianças e adolescentes muitas vezes são inseridos em trabalhos inadequados e insalubres. Este esforço cotidiano acontece para complementação da renda de seus familiares.

> [...] Tal quadro é agravado ainda pelo precário acesso que este grupo tem aos serviços de saúde, educação, assistência social e pela ausência de políticas que propiciem acesso à cultura, ao lúdico e a oportunidades efetivas de esporte – com possibilidades socializantes e de formação da cidadania (CARVALHO, ARREGUI; MESTRINER, 1997, p.7).

As pesquisadoras, apresentadas acima, fortalecem este estudo que se volta para a política pública de assistência social, direito expresso na CF-1988, discorrendo sobre a premência de uma rede socioassistencial forte/perene. Antevendo a possibilidade de se configurar ações que vislumbrem um "outro olhar" para este sujeito, excluído do processo histórico, de maneira que seus familiares foram/estão "reduzidos" a condição de pertença nos programas socioassistenciais.

> A maioria dos programas complementares está na área da assistência social e é gerida pela rede de solidariedade, que em parte possui ainda práticas e objetivos equivocados e pouco ambiciosos quanto à formação de cidadania. Com a intenção de prevenção à marginalidade, a maioria limita-se a atividades ocupacionais, perdendo de vista o objetivo de formação integral (CARVALHO, ARREGUI; MESTRINER, 1997, p. 8).

Neste sentido, o profissional, ao elaborar um projeto social, deverá estar atento aos objetivos a serem alcançados. Qual a orientação seguir? Diante disso, como evitar a evasão escolar e o acesso ao mundo da delinqüência/criminalidade?

Amélia Cohn (2007) traz abordagens significantes sobre a juventude e as dificuldades da construção da proteção social. Segundo ela, o maior desafio é construir uma nova ação do Estado na área social. Para a estudiosa "[...] o desafio que se coloca é como construir e implementar políticas de Estado que detectem as novas formas possíveis de inserção social dos indivíduos que não se dêem pela via do trabalho tal como classicamente concebido." (COHN, 2007, p.170).

Informa-se que (COHN, 2007) é contra o sistema dual de proteção social formado, de um lado, pelos benefícios sociais secundários ligados ao mercado de trabalho e, por outro, pelo caráter não contributivo, que são os benefícios sociais assistenciais, de cunho redistributivo. O interessante seria "[...] articular ambos os sistemas entre si e com as políticas econômicas de caráter estrutural que visem promover a autonomia dos indivíduos com relação ao acesso de garantia de renda de forma sustentada." (COHN, 2007, p. 174).

Cohn (2007) afirma que seria viável reconhecer a complexidade e a diversidade da realidade não segundo os parâmetros quantitativos não revelados. Desta forma, a autora (2007, p. 176-177) cita Nogueira (2001) para compreender, o caráter plural desta problemática.

> [...] O que realmente as torna uniformes é sua condição de cidadãos como objetivos das políticas públicas, independentemente de sua posição no mercado. Caso contrário, por mais que se criem mecanismos de controle público do Estado, este acabará como reflexo de políticas públicas pulverizadas e ao mesmo tempo generalizadas por categorias segmentadas – pobres, jovens, velhos – ou setoriais na área social – saúde, educação, previdência social, assistência social -, por ver reduzida sua democratização à presença de distintas prioridades de interesse individual, traduzidas em particularismos generalizados.

Em atenção ao caráter universal e plural desta realidade, a partir das leituras realizadas, compreendemos que as crianças e adolescentes num contexto global deverão ser amparados por políticas sociais que se efetivem através da formação social, cultural, econômica e política destes sujeitos.

No caso especifico das crianças e adolescentes, que ficam ociosas em suas residências, ou nas ruas enquanto os pais trabalham, sugerimos a introdução de projetos sociais culturais, como pontua Martins (2003, p. 228):

> [...] O desenvolvimento da cultura transcorre em um contexto simbólico, da linguagem, dos conhecimentos informações, valores, imagens e percepções, que estruturam coletivamente a experiência cotidiana, introduzindo distinções, hierarquias estilos e outras formas de consciência, assumidas e compartilhadas por todos os indivíduos, na forma de concepção de mundo.

Somos seres movidos pela cultura que se traduz no contato com os outros grupos sociais, com suas expressões simbólicas passadas de geração para geração, possibilitando o respeito às diversidades, sendo identificadas na realidade social. "Criação e criatividade são valores que gozam do mais alto prestigio no mundo moderno, e não apenas como categorias que definem a atividade específica do artista. Seu significado se impõe precisamente nos marcos institucionais e nas esferas da ação social mais distantes do estético (MARTINS, 2003, p. 234)".

Encerramos este artigo com a definição apresentada por Martins (2003, p. 234) que apresenta a importância da relação da arte na vida de jovens da periferia. A arte é capaz de reverter situações vulneráveis e excludentes, devido ao seu potencial expressivo, quando invoca a riqueza oriunda dos antepassados.

> A arte, como manifestação humana de integração, é capaz de provocar uma verdadeira 'revolução' na vida de jovens carentes, como podemos observar nos resultados dos *Projetos* Quixote e Guri, em São Paulo, *Grupo Edisca*, em Fortaleza, *Ex-Cola, Afroreggae, Nós do morro, Dançando para não dançar* e outros, no Rio de Janeiro. Este conjunto de projetos está embasado em conceitos, atos e esforços que visam ao desenvolvimento social comunitário, através do alavancamento das potencialidades locais, por iniciativa de seus próprios membros e/ou por estímulos externos. Há perspectiva de avanço social, cultural, artístico, econômico e, em geral, humanos em todos os projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que: criança tem que ser criança... Adolescente tem que ser adolescente... Porém: estudar, capacitar, aprender é preciso... Ter acesso a cultura e suas expressões são bens necessários... E, que sejam breves!

Finalizamos, alertando para a importância dos projetos sociais, para que os indivíduos saiam da condição de dependência para se tornarem seres indissociáveis de suas histórias. Consideramos que projetos com caráter plural deverão desvelar as condições das crianças e adolescentes, prevendo a possibilidade de integração destes ao contexto social, educacional, cultural e político.

Definimos que a elaboração de projetos sociais tem o poder intransferível de construir as políticas sociais com caráter inclusivo, que se traduzem na autonomia e democracia das crianças e adolescentes/famílias via participação do Estado no atendimento. As famílias se tornam/tornaram, resistentes e fragilizadas ao atender os seus entes, por não terem em seu entorno políticas sociais públicas qualitativas.

Concluímos que necessitamos da ampliação de projetos sociais que não sejam portadores da visão reducionista e não poupem esforços para, no espaço urbano ou rural, buscar o rompimento com as algemas da alienação e dependência, que agrilhoam a maioria das crianças e dos adolescentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR , Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12894/11251/4.6_O_trabalho_do_assistente_social_nas_organizacoes_privadas_nao_lucrativas.pdf > Acesso em: 17 de abr. de 2014.

ANTUNES, Ricardo. **"Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho"** . São Paulo: Cortez: Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Disponível em: http://www.faroldoconhecimento.com.br/livros/Educa%C3%A7%C3%A3o/PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf . Acesso em: 25 de ago. de 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.
BERTO, R. M. V. S.; NAKANO, D. N. Metodologia da pesquisa e a Engenharia de Produção. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP e IV International Congress of Industrial Engineering – ICIE**, Niterói – RJ, UFF / ABEPRO, outubro de 1998. In: CAVALHEIRO, Laísa Wociechoski & NISHIJIMA, Toshio. **Uma revisão bibliográfica reflexiva sobre a abordagem dos riachos degradados na escola sob a perspectiva das situações de estudo na educação ambiental.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET-CT/UFSM, v(4), n°4, p. 404 - 415, 2011.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Capítulo VII. Da família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. a** Disponível em: < http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf226a230.htm > Acesso em: 23 de mar. de 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**. **b.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**.** Atualizado até 2012**.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 jun. 2012.

_____.Presidência da República. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. c** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm > Acesso em: 26 de mar. de 2014.

_____Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **LOAS Lei Orgânica de Assistência Social**. d Brasília, [s.d].

_____**Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. **e** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 29 de mar. de 2014.

_____**Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm > Acesso em: 29 de mar. de 2014.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. f**. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sisan/apoio-do-mds-a-estados-e-municipios-1/arquivos/PDF-Sisan.pdf > Acesso em: 29 de Mar. de 2014.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social SUAS**. **g** Disponível em: < http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas> Acesso em: 29 de mar. de 2014.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. Políticas sociais setoriais por segmento: criança e adolescente. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000. p. 183-202.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; ARREGUI, Carola C.; MESTRINER, Maria Luiza. **Fundação Cidade Mãe**: uma experiência de educação para a cidadania. Caminhos para o enfrentamento da pobreza. São Paulo: IEE/PUC-SP, Brasília: Unicef, 1997.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? in: NOVAES, Regina; VANNUCH, Paulo (Orgs.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 160-180.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social:** coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social. São Paulo: O Conselho, 2004.

COUTINHO, Renata Buarque G.; MACEDO-SOARES, Teresa Diana I. A.; SILVA, José Roberto G. Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 763-787, set./out. 2006.

CURY, Thereza Christina Holl. Elaboração de projetos sociais. In: ÀVILA, Célia M. de. **Gestão de Projetos Sociais.** 3. ed. São Paulo: AAPCS, 2001. p. 38-58. (Coleção gestores sociais).

DICIONÁRIO online de Português. 2012. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/social/>. Acesso em: 30 jun. 2012.

DOURADO, Ana Cristina D. História da infância e direitos da criança. **Salto para o Futuro**, v. 9, n. 10, set. 2009, 19 p. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/201715EspecialHistoriainfancia.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.

FABRINI, Ana Paula; OLIVEIRA, Tatiane Franciele de; ASSUNÇÃO, Teone Maria Rios de Souza Rodrigues. **A inserção do adolescente no Mercado de Trabalho: uma leitura histórica**. In: VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação de Políticas Sociais no Século XXI, 2012, Marília-SP. Anais do VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Políticas Sociais no Século XXI, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. São Paulo: Brasiliense, 1986. In: BEHING, Elaine Rossetti. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de educação aberta, continuada, a distância. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 3: Política Social. Brasília: UnB/CEAD, 2000. p. 21-40.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2000.

IPEA. Participação em foco. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/144-conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/280-conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 27 de ago. de 2014.

LORENZI, Giselli Werneck. **Uma breve história dos direitos da Criança e Adolescente no Brasil**. 11 dez. 2007. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/70d9fa8f-1d6c-4d8d-bb69-37d17278024b/Default.aspx#1979>. Acesso em: 12 out. 2012.

MARTINS, Sonia Teixeira. Políticas Culturais de inclusão. In: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). **Política Social preventiva**: desafio para o Brasil. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003. p. 227-244.

NETTO, José Paulo. Estado e "questão social" no capitalismo dos monopólios. In: _____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996. In: ZUCK, Débora Villetti. Estado, políticas sociais e educação: uma compreensão teórica e histórica na perspectiva do marxismo. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Marxismo, Educação e Emancipação Humana – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil, 2011.

PEREIRA, Lygia, BENETTI, Georgia Maria Ferro. **A importância da formação continuada dos Assistentes Sociais na atuação com as políticas públicas.** 2014. Disponível em: < http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Lygia-Pereira.pdf>. Acesso em: 12 de abr. de 2014.

PERES, Jose Roberto R.; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas Sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

ZUCK, Débora Villetti. Estado, políticas sociais e educação: uma compreensão teórica e histórica na perspectiva do marxismo. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Marxismo, Educação e Emancipação Humana – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil, 2011.

Serviços que compõem a Rede de Produção de hospitalidade na região de Campinas/SP

A hospitalidade é considerada um importante insumo do produto turístico de uma nação ou de uma região. O produto turístico brasileiro apresenta diferenças regionais e produz um acolhimento específico relacionado a cada destinação, dependendo do tipo de turismo praticado. As empresas prestadoras de serviços ao turista contribuem para esta identidade. Para entender a organização destas empresas, o seu funcionamento em relação aos serviços oferecidos e as suas interações na produção de hospitalidade, elaborou-se este estudo. Os objetivos deste trabalho são identificar os serviços prestados aos turistas e analisar a existência de relações entre as empresas produtoras dos mesmos. Para isso, estruturou-se um modelo representando as diversas possibilidades de redes criadas entre e dentro das cadeias de serviços, sejam elas turísticas, de apoio ou de infraestrutura e desenvolveu-se um estudo de caso, que abrangeu empresas que atendem turistas e residentes em seis cidades da Região Metropolitana de Campinas/SP. A metodologia utilizada, além de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto em questão, inclui uma pesquisa de campo qualitativa, com questionário direcionado aos gestores das empresas visitadas para verificar seu posicionamento. Foi desenvolvido um questionário específico para a realização dos levantamentos primários relativos aos serviços e produtos oferecidos aos clientes e as relações existentes entre as empresas. A análise dos dados sugere a existência de relações de negócios, formais e informais entre as empresas que prestam serviços aos turistas e permitiu validar o modelo de redes de serviços proposto. As relações formadas entre as empresas independem do tipo de serviço prestado e do tamanho da cidade onde as empresas se localizam. Conclui-se que as empresas constroem estas relações visando o benefício dos clientes e o crescimento do próprio negócio.

054-2372

Nara Lúcia Facioli
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
girasonhos2001@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A globalização trouxe a necessidade urgente de adequar a oferta à demanda no setor de turismo, o que vem oferecendo aos pesquisadores, oportunidades de estudo e aos empreendedores, oportunidades de negócio, principalmente no Brasil, onde a estrutura turística ainda não está consolidada.

A partir da criação do Ministério do Turismo em 2003, tem-se o reconhecimento do turismo como um propulsor do desenvolvimento socioeconômico conforme demonstrado no PNT – Plano Nacional de Turismo. Dentre as metas, tem-se a ampliação da oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal. Esta meta foi estabelecida com a finalidade de descentralizar e estimular a utilização do potencial turístico específico de cada região, onde "o envolvimento dos governos estaduais, dos parceiros estratégicos, do setor privado, dos municípios e da comunidade é fundamental para criação do produto turístico brasileiro" (EMBRATUR, 2003, p.31).

A regionalização cria uma identidade do produto turístico, relacionada à destinação diferenciada pelas suas características geográficas, instituições e vida econômica, social e cultural amplamente discutida por Yázigi (2002).

O turismo se desenvolveu a partir do momento que se tornou necessidade básica do ser humano, pois era necessário viajar para manter a sua própria sobrevivência. Logo depois foi através da religião e a busca pelo conhecimento que impulsionou o deslocamento de massa (DIAS, 2005).

Com muitas pessoas viajando, ocorre um movimento muito grande na economia, pois o turismo produz efeitos em diferentes setores. Segundo os dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, é o setor da economia que mais cresce, superou os setores da indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. É um setor que tende a crescer 7,5% ao ano nos próximos 10 anos; movimenta cerca de US$ 3,4 trilhões (10,9% do PIB mundial) e emprega 204 milhões de pessoas (10% da força de trabalho global) e um número incalculável de atividades relacionadas a essa área.

Além de gerar muitos empregos e uma renda apreciável para o município e região, contribui para o desenvolvimento econômico do local, da cidade, do estado e do País. Vale lembrar que as políticas públicas dos municípios, consideram que a segmentação do turismo tem função importante na redução da pobreza e na inclusão social. (MTUR, 2004).

A partir da reflexão sobre as recomendações colocadas pelo PNT, entende-se que esta identidade local ou regional dependerá da organização criada entre os componentes do setor público, privado e população com relação à recepção do turista. Na busca do entendimento desta organização, o tema escolhido para este estudo foram as redes de serviços que produzem a hospitalidade na Região Metropolitana de Campinas (RMC), no interior do estado de São Paulo.

Os objetivos deste trabalho são: identificar os serviços que contribuem para produção de hospitalidade com ênfase nos serviços turísticos, mostrar as relações, ou ausência delas, entre as empresas ligadas ao turismo e aquelas

que atendem tanto residentes quanto os turistas e por último, analisar os relacionamentos entre estes componentes da cadeia de serviços turísticos.

A RMC foi escolhida por se tratar de uma região com oferta turística diversificada tanto pelos atrativos turísticos quanto pelos equipamentos e serviços turísticos disponíveis.

A metodologia utilizada foi a de estudo exploratório com levantamento dos dados relativos aos serviços que compõem a cadeia turística, e posterior análise qualitativa. Foram realizados levantamentos bibliográficos iniciais para delimitação do campo de ação, bem como para a contextualização do trabalho. O estudo de caso foi feito através de pesquisa junto ao setor público e privado em seis cidades da RMC, quais sejam: Americana, Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna, Valinhos e Vinhedo.

ATIVIDADES DE TURISMO NO BRASIL E NA RMC

Atualmente, no Brasil, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o turismo movimenta diretamente outros 50 segmentos da economia, representando 8% dos empregos brasileiros e 5% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, empregando em sua cadeia, desde mão-de-obra mais qualificada em áreas que utilizam alta tecnologia, até as de menor qualificação tanto no emprego formal quanto no informal.

A vocação brasileira para o turismo é inegável, visto que o país, dentro das suas características continentais, possui uma diversidade de recursos naturais e construídos que vão desde as praias do nordeste aos pampas gaúchos passando pelas metrópoles imersas nos negócios e chegando à tranquilidade das chapadas e pantanais com a sua abundante fauna e flora. Para que o Brasil se torne um grande destino turístico mundial é necessário que ele consolide primeiro um turismo interno forte, de qualidade e competitivo, depois um turismo intra-regional significativo, para então, poder consagrar-se como um destino internacional.

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais. Os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento. Todo comércio local é beneficiado (MTUR, 2003).

Jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, barqueiros, pescadores e outros profissionais, passam a ser agentes do processo de desenvolvimento. O envolvimento abrange toda a comunidade receptiva.

Olhando o turismo e a hotelaria de forma restrita, consideram-se apenas as operadoras e agências, transportes, hotéis, a indústria do entretenimento e da alimentação; porém se pensarmos na hospitalidade de forma ampla, e explorando o seu significado, expande-se a abordagem para as redes de serviços e produtos que agregam valor ao ato de receber, que vão desde a elevação da qualidade de vida dos fornecedores dos serviços, passando pela prestação de serviços que contribui para o bem estar, saúde física e mental, educação, comunicação e chegando a disponibilização e produção de bens que serão consumidos pelos envolvidos na prestação dos serviços e fornecimento de produtos.

O estado de São Paulo, em particular, possui uma significativa importância no turismo de negócios e de lazer, sendo considerado um eixo de distribuição de turistas pelo país. Sob o ponto de vista econômico, a Região Sudeste contribui com 40,8% da receita arrecadada com o turismo doméstico, segundo pesquisa realizada pela FIPE (2001), dado este que se atualizado se aproxima dos 50%.

São Paulo, dentro do plano de transformar-se em um “Estado do Turismo”, criou um modelo de organização onde foram agrupados os municípios com identidade comum de atrativos resultando na formação dos circuitos turísticos, cuja ideia principal é a integração dos municípios a partir da formação de consórcios no intuito de oferecer ao turista, roteiros mais amplos e organizados a serem oferecidos a operadoras e agências de turismo (MIYAGUI, 2005).

A RMC, conforme mostra o Sumário de dados da Região Metropolitana de Campinas, elaborado pela Emplasa (2006), possui uma localização privilegiada como destino turístico, pois conta com uma malha viária formada por sete rodovias importantes do estado, com o Aeroporto Internacional de Viracopos e o Aeroporto Internacional de Guarulhos, de fácil acesso rodoviário. Criada pela Lei Complementar n° 870, de 19/06/2000 a RMC é composta por 19 municípios, a saber: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Campinas é a maior cidade interiorana do país, e, segundo a Emplasa, ocupa uma área de 887 km², contando com aproximadamente 1 milhão de habitantes; está estrategicamente localizada a 100km de São Paulo sendo uma cidade receptora nacional e internacional, devido à estrutura aero rodoviária que dispõe, acessada pelas três rodovias mais importantes do Estado.

Economicamente, Campinas conta com um polo de alta tecnologia, instalado em uma área total de 8 milhões m²,.sedia a UNICAMP-Universidade de Campinas, que é um dos maiores centros de ensino e pesquisa do país, além de outras Universidades de porte e uma rede complexa de comércio e serviços, assim como uma população migrante, em

busca dos benefícios advindos do crescimento tecnológico e econômico. A força econômica da região de Campinas, baseada em sua localização estratégica, logística refinada e concentração de alta tecnologia, impulsiona o segmento de turismo de negócios.

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE em 2002, Campinas conta com aproximadamente 40% da sua estrutura empresarial voltada para serviços, sendo que a indústria de eventos, conforme publicado no "I dimensionamento econômico do setor de eventos no Brasil - resultados na cidade de Campinas (2001)", envolve anualmente em torno de 6.000 eventos com mais de 2 milhões de participantes e uma renda de 1 bilhão de reais, com geração de 12.000 postos de trabalho, sendo 4.000 empregos diretos; 46% dos eventos são distribuídos em congressos, reuniões e convenções ao longo do ano, com uma maior concentração (62%) no segundo semestre. Os eventos de característica local e regional respondem por 60% e os eventos nacionais participam com 24% do total. Os espaços de eventos possuem localização estratégica, sendo de fácil acesso e mobilidade para o usuário e visitante utilizarem os serviços de alimentação, comércio e meios de transporte.

O parque hoteleiro da região que já soma mais de 5.000 quartos, as atrações turísticas: *Hopi Hari*, *Wet'n Wild*, Expoflora, Rodeios de Americana e Jaguariúna, Trem Maria Fumaça, Fazendas Históricas, Festa do Figo de Valinhos, Festa da Uva de Vinhedo, Turismo Rural de Sumaré e outras trazem turistas principalmente nos finais de semana que sempre representaram baixa ocupação para os hotéis. Desta forma, com todos os projetos já inaugurados e os demais em fase de implementação, a região de Campinas contará com uma estrutura suficiente para adequar a oferta ao nível de demanda que o incremento do turismo de negócios e mesmo o de lazer vai exigir. Trata-se de uma das principais expansões de parque hoteleiro no Brasil, ao lado de regiões do Nordeste, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Segundo o C&VB (*Convention & Visitors Bureaux*), Campinas e Região figuram entre os 46 centros de importância tecnológica do mundo, conforme pesquisa publicada pela Revista *Wired Magazine* em 2000 e conta com centros de pesquisa e desenvolvimento, tais como o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), o LNLS (Laboratório Nacional de Luz Sincontron), CenPRA (Centro de Pesquisas Renato Archer) o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o ITAL (Instituto Tecnológico de Alimentos), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agronômica), os quais, juntamente com mais cinco entidades de pesquisa públicas e privadas, formam o Fórum Campinas, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.

De acordo com estudo realizado pela EBAPE – FGV na sua última Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica (2006), as viagens aéreas corporativas ou de negócios representam em torno de 72% do total e vem aumentando desde 2004, com perspectivas de resultados positivos para o mercado aéreo doméstico futuro, o que leva a crer no incremento do fluxo de turistas de negócios para a RMC.

A vocação da região de Campinas para o turismo de negócio levou a Fundação Fórum Campinas a se mobilizar junto ao governo do estado para a criação do Circuito de Ciência & Tecnologia, aprovado em 2004 e que já conta com um Consórcio Intermunicipal, firmado em 02/09/2004, do qual participam: Piracicaba e onze municípios da RMC, a saber: Americana, Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré.

As cidades participantes do Consórcio estão mobilizadas nas discussões sobre o desenvolvimento da Região e implementação de atividades voltadas para incrementar o turismo.

HOSPITALIDADE E AS REDES DE SERVIÇOS NO TURISMO

Hospitalidade é um conceito que remonta a idade antes de Cristo, que deriva de *hospice*, asilo, albergue, palavra francesa que significa "dar ajuda", "abrigo aos viajantes" (WALKER, 1994).

Segundo Saint Hilaire (1976), a hospitalidade brasileira encantou os estrangeiros no século XIX. Parecia haver orgulho em receber homens da ciência e por serem simplesmente estrangeiros. Os parentes e amigos encaminhavam os viajantes com cartas de apresentação as quais abriam as portas das moradas e o acesso à sociedade local, no caso das cidades, pois, no campo, as cartas eram dispensadas.

O conceito de hospitalidade é mais amplo que dar abrigo e tratar bem, "é receber com cordialidade". Cruz (2002) sistematiza o conhecimento reunido sobre esse conceito e trata como um fenômeno com várias naturezas: sociocultural, profissional, política e espacial. Em se tratando de hospitalidade no turismo, a abrangência é ampla já que o turista se envolve com a comunidade receptora, através da utilização dos serviços públicos, de comunicação, comércio, transporte, lazer, além dos serviços de manutenção ambientais: limpeza urbana, coleta de lixo, recuperação do patrimônio público.

Simionatto (2006) considera a dimensão hospitalidade como sendo a ação de acolher afetuosamente gerando conforto fisiológico e psicológico através de fatores tangíveis e intangíveis.

A recepção ao turista envolve a disponibilização de serviços turísticos, de infraestrutura e de apoio e, para tanto, é importante o entendimento do termo "serviço". Segundo Lovelock e Wrigth, (2001), é um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra, podendo estar ligado a um produto físico, com desempenho intangível e normalmente não resultando em propriedade de nenhum dos fatores de produção. São atividades econômicas que

criam valor e fornecem benefícios para clientes em tempos e lugares específicos, como decorrência de uma mudança desejada no, ou em nome do destinatário do serviço.

A diferenciação entre produto e serviço é difícil, pois a compra de um produto é acompanhada de algum serviço de apoio e a compra de um serviço inclui algum produto. Fitzsimmons (2000) define pacote de serviços como um conjunto de mercadorias e serviços que são fornecidos em um ambiente e que apresentam algumas características que formam uma base para a percepção do serviço pelo cliente.

A afirmação de que "os serviços são criados e consumidos simultaneamente" tem um efeito que pode ser multiplicador em hospitalidade, visto que ocorre uma rede de processos que compõem os produtos a serem consumidos durante o deslocamento do turista, seja ele de negócios ou lazer, desde o seu local de saída até o destino, e se não consumidos não podem ser estocados, funcionando como sistemas abertos, com todos os impactos pelas variações da demanda, segundo o mesmo autor.

Os conceitos ligados à produção de hospitalidade devem ser entendidos e serão definidos a seguir:

Turismo, segundo recomendações da OMT - Organização Mundial de Turismo- é definido como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.

Visitante é toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer atividade remunerada no local visitado.

Turista é um visitante que se desloca voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem ter por motivação a obtenção de lucro.

Visitante do Dia, em substituição do termo "excursionista" é todo visitante que não passa a noite no local visitado.

Cuervo *apud* Acerenza (2002) identificou subconjuntos dentro do conjunto turismo: transportes, alojamento, serviços de alimentação, centros de lazer e de diversão, estabelecimentos comerciais relacionados, locadoras de automóveis e serviços complementares, tais como, agências de viagens e guias de turismo.

A hospedagem e os fornecedores de A&B, por tradição, produzem o acolhimento almejado por todo o turista, porém o acesso e a disponibilidade de variados meios de transportes eleva a qualidade da experiência. Para acesso aos transportes são construídos aeroportos, portos, rodoviárias, com edificações que consomem materiais, além de vias e combustíveis para a sua circulação.

Segundo Cury (2004), o produto turístico é o resultado de uma rede coordenada de relações de negócios, o qual não existiria a partir de uma só empresa. O produto turístico possui como características mais importantes: a intangibilidade, a perecibilidade e o consumo concomitante à produção. Pode-se dizer que o produto turístico é formado (composto) por uma rede onde os nós são responsáveis por proporcionar a experiência ao turista.

As pessoas tendem a voltar aos locais visitados que deixaram boas lembranças, mais frequentemente se forem próximas da sua residência. As viagens constituem-se num processo de aprendizagem, porém é importante a disponibilidade das informações corretas para reduzir o sentimento de insegurança produzido pela ideia da viagem (FIPE, 2006).

Para Lage (1999), a demanda turística é a quantidade de bens e serviços turísticos que os indivíduos desejam e são capazes de consumir a dado preço em determinado período de tempo, e a oferta turística é a quantidade de bens e serviços turísticos que as empresas são capazes de oferecer a dado preço em determinado período de tempo.

Sendo o serviço turístico um pacote que compreende atrativos, facilidades, vias de acesso, transportes e serviços oferecidos aos turistas, como diz Kuazaqui, (2000), o turista dentro do valor planejado para a viagem, faz a sua opção de consumo, baseado na oferta turística do local, o que sugere a escolha do serviço turístico e consequente pressão sobre os participantes da estrutura turística.

Quando do planejamento de um deslocamento, as decisões tomadas envolvem o planejamento logístico e a interligação dos sistemas necessários na formação do pacote que no caso do turista é a viagem turística, conforme mostra o Caderno Temático "Hospitalidade", desenvolvido pelo LALT (2004). A interligação dos serviços turísticos forma redes integradas pelos turistas quando do uso da informação processada por empresas, pessoas ou tecnologia (computadores). A informação flui em redes e é processada em centrais, tais como agências, operadoras, empresas de transportes, hotéis, as quais direcionam, planejam e produzem os processos necessários ao atendimento às necessidades dos consumidores, neste caso os turistas.

> [...] os componentes da rede tanto são autônomos quanto dependentes em relação à rede e podem ser uma parte de outras redes e, portanto, de outros sistemas de meios destinados a outros objetivos. Então, o desempenho de uma determinada rede dependerá de dois de seus atributos fundamentais: conectividade, ou seja, a capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre seus componentes; coerência, isto é, na medida em que há interesses compartilhados entre os objetivos da rede e de seus componentes (CASTELLS,1999).

Conforme relatado por Villela (2006), no seu trabalho sobre desempenho de redes em serviços, existem várias configurações possíveis para uma rede, podendo haver maior ou menor número de elos, o que fica evidenciado também nas transações turísticas onde a demanda pode ser atendida através dos canais de distribuição ou diretamente da destinação.

Exceto as destinações que são construídas para estes fins, casos de *resorts*, parques temáticos com hospedagem, complexos turísticos, a maioria delas recebe os turistas para participarem do cotidiano local, compartilhando espaços com os residentes e, segundo Cooper (2001) sofrem pressões intensas, apresentando muitos desafios para os envolvidos da cadeia turística, de apoio e setores públicos e privados.

No caderno temático "hospitalidade" do LALT (2004) é relatado que quanto à organização, as redes entre empresas que produzem serviços de hospitalidade, também chamadas de "integrações" por Palhares (2002), podem ser horizontais, entre empresas do mesmo setor, ou verticais, entre empresas de setores diferentes.

Os pesquisadores do LALT (Laboratório de Aprendizagem em Logística e Transportes da Unicamp) concluíram, no seu caderno temático, que a relação entre hospitalidade e redes é bastante estreita, pois o acolhimento será atingido através da formação de redes estruturadas, que vão desde as redes de informações, antes mesmo do início da viagem até as de infraestrutura onde são recebidos os turistas.

> Para assegurar a satisfação dos turistas e clientes, a hospitalidade também demanda uma boa administração das redes de processos e relações. Estas redes, se bem gerenciadas, garantem um diferencial para a hospitalidade. É neste contexto que parcerias entre organizações inicialmente rivais podem ser muito proveitosas em alguns casos (LALT, 2004).

Enfim, para assegurar um bom desempenho, a rede de hospitalidade precisa ter um bom gerenciamento e funcionamento em todos seus aspectos (informação, processo, relação até infraestrutura).

Segundo Quayle (1993,) logística é o processo que busca prover o gerenciamento e a coordenação de todas as atividades na rede de oferta desde o fornecimento e aquisições, passando pela produção, quando for oportuno, até os canais de distribuição ao cliente.

Atender as necessidades requer o gerenciamento constante das etapas do processo para que o consumidor receba o produto de acordo com as suas exigências, sendo esta a missão da logística:"dispor a mercadoria ou o serviço certo, no lugar certo, no tempo certo e nas condições desejadas, ao mesmo tempo em que fornece a maior contribuição à empresa" (BALLOU, 2001, p.21).

Lamming (2000) define redes logísticas como um conjunto de cadeias de suprimentos que descrevem o fluxo de produtos ou serviços desde a sua origem até o consumidor final onde, de acordo com Ballou (2001), os nós são os pontos na rede em que os produtos têm uma parada temporária para continuar até o seu destino final para consumo. As ligações, ou *links*, da rede representam a movimentação de mercadorias entre os nós. Tal movimentação de mercadorias é realizada pelo transporte. Além disso, há também o fluxo de informações na rede. Neste caso, os *links* geralmente são os métodos eletrônicos para transmissão de informações (ou a imprensa, por exemplo) de um ponto geográfico a outro; e os nós são os pontos de coleta e processamento de dados.

Estes conceitos quando relacionados com a produção de hospitalidade incluem o fluxo de turista da origem, aqui chamado de polo emissor até o seu destino, denominado polo turístico.

Ballou (2002) indica que o planejamento logístico tem como objetivo principal o serviço ao cliente e é apoiado em estratégias de transporte, informação, localização e disponibilidade (estoques).

A logística oferece a visão estratégica dos sistemas e o entendimento das conexões no sistema de oferta e é responsável por levar o cliente até o serviço, no caso deste estudo, o turista, da sua origem, através dos vários sistemas, até o seu destino, conforme representado na figura 01.

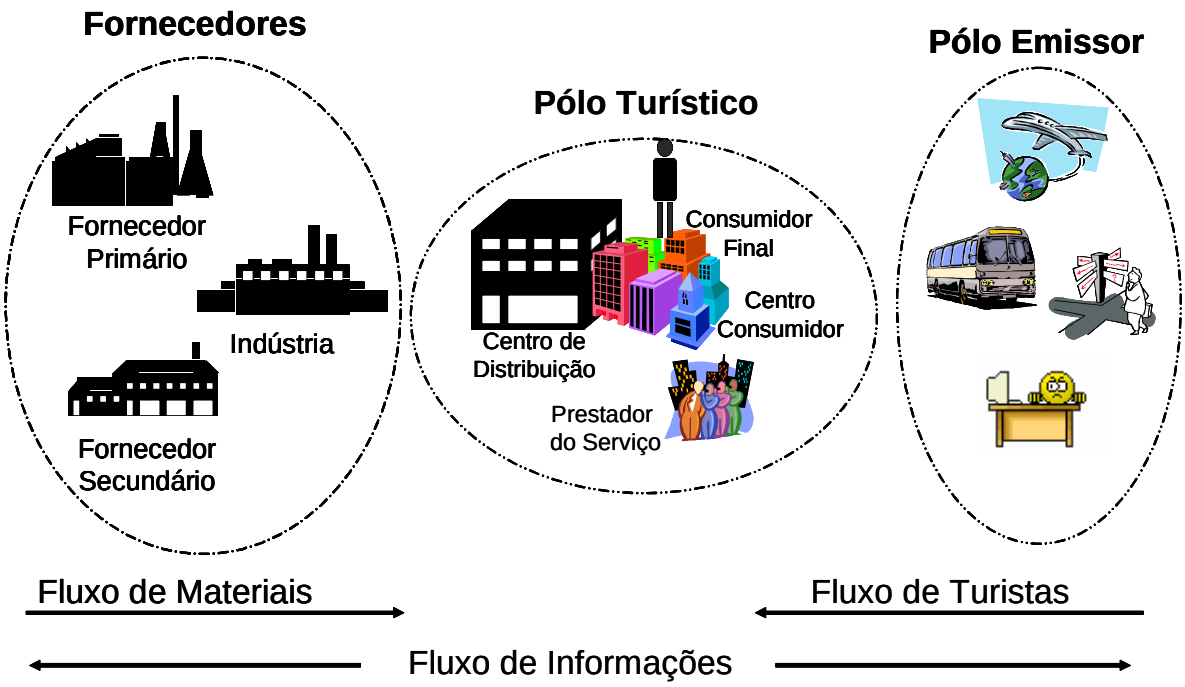


Figura 01 – A cadeia de suprimentos no turismo

A especialização do setor terciário e o uso crescente da tecnologia de informação vem alterando a estrutura de competição, à medida que as atividades de comunicação, vendas e transportes, falando de turismo e hotelaria, se tornam mais ágeis e confiáveis, as atividades específicas de acolhimento se tornam mais responsáveis pela experiência.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa seguiu o fluxograma representado, na figura 02 e detalhada no quadro 01.

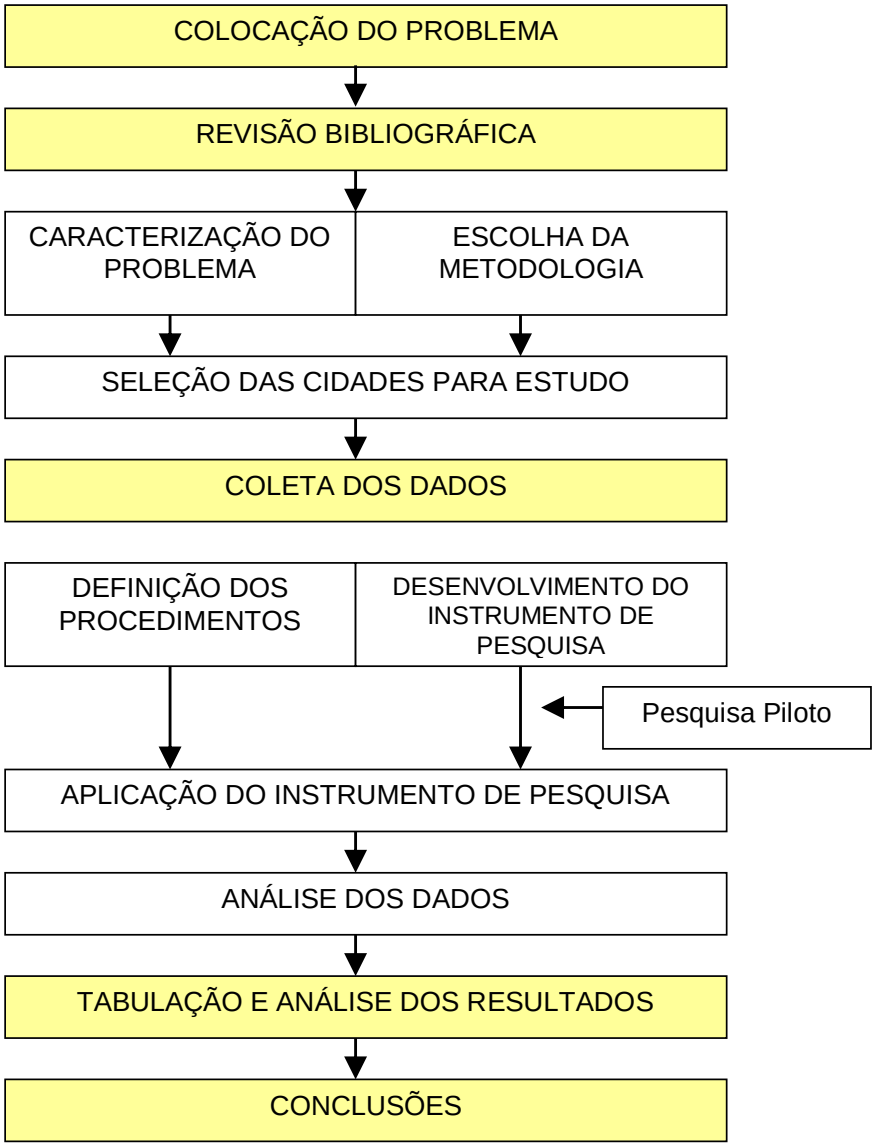


Figura 02 – Metodologia da pesquisa

A estrutura dos procedimentos dessa pesquisa adotados estão representados no quadro 1.

Quadro 01 – Estruturação dos procedimentos

Etapas	Ações
Levantamentos secundários	• Pesquisa na Literatura técnica • Coleta dos dados junto a: o Órgãos públicos das cidades da RMC o Sites oficiais governamentais o *Convention & Bureau* de Campinas
Elaboração do Instrumento para levantamento dos dados (pesquisa)	• Definição de formulário estruturado, composto por perguntas fechadas e abertas
Seleção das cidades a serem estudadas	• Classificação das cidades o População o Tipo de turismo • Análise da motivação turística
Aplicação do instrumento de pesquisa	• Agendamento das entrevistas • Encaminhamento eletrônico
Tabulação dos dados coletados	• Organização dos dados o por entrevista o por cidade
Análise dos dados	• Comparação dos dados dentre os entrevistados • Comparação dos dados dentre as cidades • Montagem das cadeias e suas inter-relações qualitativas
Conclusões	• Fundamentação dos resultados

A metodologia utilizada foi a de estudo exploratório de caso utilizando a proposta de Yin (2005) para levantamento dos dados relativos aos serviços que compõem a cadeia turística, e posterior análise qualitativa.

Considerou-se um estudo de caso aplicado em diferentes cidades da RMC classificadas inicialmente por densidade populacional e depois por tipo de turismo praticado.

O objetivo escolhido para o trabalho teve como intuito mostrar as relações que ocorrem entre os componentes dos sistemas e agentes envolvidos na produção de hospitalidade, sejam eles voltados ao turista ou aqueles que apoiam as atividades turísticas, e para tanto foi montado um modelo e planejado o estudo de caso.

Para a coleta de dados primários utilizou-se formulário de pesquisa estruturado composto de perguntas fechadas, para posicionamento das empresas dentro das cadeias formadoras do sistema turístico, procedência e motivo da viagem dos seus clientes. Questões relativas à existência de relacionamentos formais ou não entre as empresas prestadoras dos serviços, tipos de parcerias formadas e os relacionamentos possíveis de serem criados. Foram elaboradas perguntas abertas no intuito de coletar sugestões sobre a contribuição do Fórum Campinas ao turismo regional e a inserção da empresa consultada no Circuito de Ciência de Tecnologia.

Na seleção das cidades, foram priorizadas inicialmente as classes de turismo e a densidade populacional, depois as cidades que apresentaram mais de um tipo de turismo, conforme mostra o quadro 02. Foram escolhidas seis cidades, sendo duas de cada faixa populacional: Campinas, Americana, Indaiatuba, Jaguariúna, Valinhos e Vinhedo, para o levantamento dos dados.

Quadro 02 – Cidades selecionadas: população X tipo de turismo

População	**Negócios**			**Religião**	**Lazer**
Mil hab	**Indústria**	**Comércio**	**Rural**		
Acima 150	Americana Campinas	Campinas Americana			
50 a 150	Indaiatuba		Valinhos	Indaiatuba	Valinhos
Até 50	Vinhedo		Vinhedo		Jaguariúna Vinhedo

O ESTUDO DE CASO

Os formulários eletrônicos foram encaminhados pelo CC&VB e pelo LALT/UNICAMP e as entrevistas pessoais foram realizadas por um pesquisador na área de hospitalidade.

Foram enviados 135 formulários eletrônicos e feitas 20 entrevistas pessoais, porém o retorno eletrônico foi baixo, 9% somente foram respondidos.

Os formulários enviados aos órgãos do governo não foram respondidos e quando solicitado agendamento foi com insucesso, exceção feita a Jaguariúna que embora não tenha participado da pesquisa, a Secretaria de Turismo se mostrou colaborativa no encaminhamento dos formulários às empresas locais.

O estudo foi realizado com empresas que atendem turistas e também residentes, cujos ramos de atividades são: agências de viagens e turismo, comunicação, eventos, hotéis, restaurantes e postos de abastecimento de combustível, que, na sua maioria, se dedicam, em 57% dos casos, a mais de um ramo de atividade.

As empresas fornecem uma ampla gama de serviços e produtos aos seus clientes e as que atendem residentes e turistas representam 97,1%, sendo que 31,4% atendem mais turistas que residentes. A procedência principal é doméstica regional, tendo a sua origem distribuída entre capital do estado, RMC e interior paulista, por ordem de importância, embora recebam turistas de todas as regiões brasileiras.

A motivação de viagem dos clientes, para 90% das empresas consultadas, são os negócios, seguido de eventos, compras e por último lazer, conforme mostra o gráfico 07, confirmando a vocação da região para o turismo de negócios.

A motivação para viajar, mostra que em todas as cidades os clientes das empresas consultadas afluem à cidade para negócios e também para eventos, exceto Americana, que tem como segunda motivação para afluxo, as compras, explicado pela sua atividade produtiva na área têxtil e oferecimento de um comércio forte neste ramo. Em Vinhedo, cidade que integra o Circuito das Frutas, as compras e os eventos atraem os turistas após os negócios. Observa-se que a afluência para lazer é indicada somente em Campinas, embora as atrações turísticas estejam concentradas nos seus arredores. Campinas apontou ainda um percentual pequeno para compras, já que o turismo de negócios e eventos é considerado a principal motivação para as empresas ligadas ao turismo.

A formação de parcerias para prestação de serviços foi constatada em mais de 50% das empresas. Para 42,9% das empresas que fazem parcerias, os parceiros enviam o prestador do serviço até o seu cliente, 25,7% indicam que o cliente vai buscar o serviço na empresa parceira e em 11,4% delas o prestador de serviços está sediado na sua empresa. Ainda, 25,7% das empresas consultadas indicaram outras parcerias.

As parcerias formadas para a prestação de serviços aos clientes indicam que, na sua maioria, o prestador do serviço vai até o cliente, seguido do deslocamento do cliente até a empresa parceira para buscar o serviço. Em algumas empresas, o prestador do serviço está sediado no local e outras realizam ainda outros tipos de parcerias que atendem indiretamente aos seus clientes. Em Vinhedo, as empresas indicaram parcerias onde o prestador do serviço está sediado na empresa, o cliente se desloca para buscar o serviço e outros tipos de parcerias. Em Campinas e Jaguariúna, são praticadas as três formas de prestação de serviços entre empresas parceiras.

Dentre as empresas consultadas, as que possuem relações formais com empresas ligadas ao turismo, 34,3% fazem parcerias para fornecimento de serviços aos seus clientes; 14,3% para que seus clientes recebam descontos quando da compra de produtos nas empresas parceiras; 11,4% fazem parcerias para captação de clientes e 8,6% tem seus produtos divulgados aos clientes das empresas parceiras e 8,6% possuem outros tipos de relacionamentos formais.

Nas cidades de Campinas e Jaguariúna o percentual das empresas que possuem relacionamentos formais com empresas ligadas ao turismo está acima da média total de 40%, considerando-se o grupo estudado. Em Indaiatuba, as empresas não possuem relacionamentos formais, nas demais cidades, entre 20 a 30% das empresas possuem relacionamentos formais com empresas ligadas ao turismo.

Para as relações com empresas da comunidade local o comportamento foi o mesmo, no geral, apenas ocorreu uma redução para 5,7%, no percentual para outros tipos de relacionamentos.

O comportamento das relações formais com a comunidade local foi diferente, considerando-se por cidade. Nas cidades de Americana, Campinas e Jaguariúna o percentual das empresas que possuem relacionamentos formais está acima da média total de 45,7%, considerando-se o grupo estudado. Em Indaiatuba, as empresas também não possuem relacionamentos formais e nas cidades de Valinhos e Vinhedo, 25 e 40% das empresas, respectivamente, possuem relacionamentos formais com empresas da comunidade local.

Indaiatuba foi a única cidade onde não foram detectadas parcerias formais, por se tratar de empresas de hospedagem e restauração.

Questionadas sobre quais os relacionamentos mantidos na comunidade local, a maioria das empresas nas cidades estudadas indicaram as relações com empresas de táxi, pertencentes ao sistema de apoio. Nas cidades de Campinas e Jaguariúna foram indicados ainda os transportes executivos e locadoras de veículos. Algumas empresas de Americana e Vinhedo consideraram as locadoras de veículos, a primeira é eminentemente industrial e a segunda é a mais próxima a capital.

Em todas as cidades foram indicadas as relações com empresas de A&B, posto de abastecimento, bancos e órgãos públicos. As parcerias com estacionamento foram indicadas por menos que 50% das empresas em Americana, Campinas e Valinhos e por mais de 60% em Jaguariúna. Serviços de beleza e comércio não foram indicados em Jaguariúna e Indaiatuba, respectivamente. Os serviços de saúde foram mencionados somente em Campinas e Indaiatuba. Centro de pesquisa foi indicado em Americana e Campinas.

No intuito de melhorar o atendimento ao seu cliente, as empresas de todas as cidades indicaram os organizadores de eventos como parcerias prováveis. As empresas da cadeia principal, produtoras de hospitalidade, citadas pelas empresas, evidenciaram a necessidade de formação de relacionamentos que contribuam para a experiência do turista. As demais relações indicadas na maioria das cidades foram com empresas de transportes, locadoras de veículos e comércio.

Em todas as cidades o *Convention & Visitors Bureau* foi indicado como uma parceria que pode contribuir para a melhoria do atendimento aos clientes. O setor público não foi considerado nas empresas de Indaiatuba e Vinhedo.

As perguntas abertas relativas à contribuição da Fundação Fórum Campinas e a inserção das empresas no Circuito de Ciência e Tecnologia tiveram como objetivo coletar impressões e sugestões sobre os movimentos que os agentes que planejam e orientam o turismo vem fazendo para a sua alavancagem na região. Constata-se que existe uma preocupação focada na necessidade de haver a divulgação da região receptora, dos serviços disponíveis aos turistas e na criação de atividades integrativas entre as empresas prestadoras destes serviços.

CONCLUSÕES

A aplicação do conceito de redes de serviços no turismo ainda não está devidamente explorada na literatura brasileira. Fala-se em cadeias, sistemas e a interligação entre eles, porém o estudo da formação de redes, a partir dos componentes destas cadeias para a produção de hospitalidade, ainda é inicial.

Com a finalidade de identificar os serviços que contribuem na produção de hospitalidade, mostrar a existência de relações entre as empresas que prestam os serviços considerados turísticos e aquelas que atendem a residentes e turistas, e por último, analisar estes relacionamentos, foi feito um estudo de caso em seis cidades da Região Metropolitana de Campinas.

Os resultados aqui apresentados são restritos ao grupo estudado, porém, verifica-se que os serviços disponibilizados pelas empresas pesquisadas são complementados pelos serviços oferecidos pelas empresas parceiras, sugerindo a formação de redes de relações de negócios, resultando no produto turístico a ser consumido por turistas e até mesmo por residentes, à medida que os espaços de convívio são os mesmos.

Os negócios trazem o turista para a região estudada e nota-se que há um entendimento a partir das empresas que tratam do encaminhamento e da recepção do turista, da necessidade de fidelizar este cliente cujo motivo de estar ali é o melhor negócio. O valor agregado na prestação dos serviços deve atender as necessidades imediatas do cliente, caso contrário, o risco de perda é maior hoje em dia, dado a facilidade na obtenção de informações dos serviços disponíveis a qualquer momento, uma vez que no mundo dos negócios a conectividade é essencial.

As empresas, na sua maioria, fazem parcerias, em benefício dos seus clientes, relacionadas à prestação de serviços e também para alavancagem dos seus negócios quando se trata de captação de clientes e divulgação dos seus produtos. As parcerias formais feitas com as empresas ligadas ao turismo ou da comunidade local não apresentaram diferenças, no geral, mostrando que as relações formadas entre as cadeias independem do tipo de serviço prestado.

Os relacionamentos existentes entre a maioria das empresas consultadas e empresas de transportes da comunidade local denotam interesse em complementar os serviços oferecidos, seguindo uma das estratégias principais do planejamento logístico para atender o cliente, que é o transporte.

O tamanho da cidade não está relacionado com a formação de relacionamentos entre as empresas, porém, observa-se que Campinas e Jaguariúna apresentam praticamente todos os tipos de relações, o que leva a crer que estas duas cidades tem um comportamento voltado para o turismo, explicado pela movimentação dos órgãos responsáveis, tanto as Secretarias de Turismo quanto do *Convention & Visitors Bureau*.

A preocupação em melhorar o atendimento ao cliente foi evidenciada principalmente pela intenção de formação de parcerias.

Dando continuidade a este estudo, sugere-se a ampliação do seu âmbito, tanto para as empresas que indiretamente atendem ao turismo, através das suas parcerias, quanto da área de estudo, englobando toda a RMC onde as atividades turísticas são praticadas. Ainda como oportunidade, estudar mais detalhadamente os serviços oferecidos que produzem acolhimento e como são percebidos pelos clientes.

A logística de serviços é um campo inexplorado de estudo e com potencial para trazer contribuições importantes, tanto para pesquisadores, quanto para os participantes do mercado que interage com turistas.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do Turismo: conceituação e organização**. Trad. Graciela Rabuske hendges. Bauru, SP: Edusc, 2002. V 1. p. 347. ISBN 85-7460-105-5

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. 4ª ed. Tradução de Elias Pereira. Porto Alegre : Bookman, 2001.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru (SP) : EDUCS, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 4ª. ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

CRUZ, R. de C. **Hospitalidade Turística e Fenômeno Urbano no Brasil: Considerações Gerais.** *In*: DIAS, Célia M. de Moraes *et al*. **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri (SP) : Manole, 2002.

CURY, Ricardo. Logística Aplicada ao Turismo. In: RUSCHMANN, Doris van der Meeme (Org). **Turismo: uma visão empresarial.** Barueri (SP) : Manole, 2004. ISBN 85-204-1715-9.

DIAS, Reinaldo**. Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo : Atlas, 2005.

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Metrópoles em Dados. Região Metropolitana de Campinas.** Disponível em: < http://www.emplasa.sp.gov.br/>. Acesso em 11 out 2006.

FIPE. Estudo do Mercado Interno de Turismo – 2001. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em 14 set. 2004.

FITZSIMMONS, J. A; FITZSIMMONS, M. **Administração de Serviços**, 2ª. ed. Porto Alegre : Bookman, 2000.

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing Turístico e de Hospitalidade**. São Paulo : Makron Books, 2000.

LAGE, B. H. & Milone, P. C. (Orgs). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo : Atlas, 1999.

LALT – Laboratório de Aprendizagem em Logística e Transportes. **Hospitalidade: caderno temático**. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

LAMMING, R. *et al*. **An initial classification of supply networks**. International Journal of Operations & Production Management. V. 20, n.6, 2000.
LOVELOCK, C. WRIGHT, L. **Serviços: marketing e gestão**. São Paulo : Saraiva, 2001.

MASSARI, Cristina; PAULA, Antonio Borges; & BOSISIO JUNIOR, Arthur *et al*.
Cadeia produtiva do turismo: modelos para análise e reflexão. Rio de Janeiro :
SENAC/DN, 2005.

MTUR - Ministério do Turismo - **Brasil. Programa de Regionalização do Turismo**: **roteiros do Brasil**. Brasília: MTur - Ministério do Turismo, 2004.

MIYAGUI, TAKAO**. São Paulo avança para ser um Estado do turismo.** Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.asp?id=62325>. Acesso em 23 set. 2005.

QUAYLE, M. Logistics: in integrated approach. Kent: Hodder and Stoughton, 1993.

SAINT HILAIRE, Auguste. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo : Itatiaia/Edusp, 1976.

SIMIONATTO, Rafael Dammus Taiar. **Identificação de dimensões do serviço ao cliente relevantes à logística no setor de serviços**, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

VILLELA, Thaís Maria de Andrade. **Identificação de atributos para análise do desempenho de redes logísticas no setor de serviços**, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

WALKER, John. **Introdução à hospitalidade**. Tradução de Élcio de Gusmão Verçosa Filho. Barueri (SP) : Manole, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo : Contexto, 2001.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad: Daniel Grassi. 3ª. ed. Porto Alegre : Bookman, 2005.

Tecnologia e educação: um estudo de caso na cidade de Franca-SP

Um dos assuntos amplamente discutidos na sociedade contemporânea é a revolução tecnológica e os recursos por ela propiciados, os quais atualmente estão presentes nos mais diversos segmentos da vida cotidiana. A educação e os processos educativos também estão abertamente ligados a essa revolução, usando as tecnologias como meio para a democratização do acesso ao ensino de qualidade, a otimização da atuação pedagógica e a ampliação do acervo de materiais didáticos. Partindo dessa afirmativa, o principal objetivo do presente artigo foi mensurar o atual cenário da educação brasileira quanto ao uso de recursos tecnológicos na sala de aula, tendo como universo de pesquisa a cidade de Franca-SP. Também foi avaliado o grau de conhecimento tecnológico de professores e profissionais da educação desse município. Concomitantemente, foi feita uma pesquisa na grade curricular de 10 cursos de licenciatura de universidades da mesma região, a fim de analisar a atual oferta de disciplinas que remetem ao tema específico de tecnologia na educação. A metodologia utilizada se constituiu em pesquisa exploratória, resultando em dados que comprovam a importância dada à utilização de tecnologias no ensino brasileiro e dentro do universo investigado. Subsequentemente foi realizada uma pesquisa com a técnica quantitativa, aplicada a alunos do Polo UAB Franca, que são em sua maioria pós-graduandos professores da rede de ensino de Franca-SP. Os resultados permitiram corroborar que a tecnologia já é consolidada na educação brasileira, e no caso específico da cidade da pesquisa, os professores entrevistados apresentaram um preparo razoável quanto ao seu uso, assim como as escolas apresentaram em maioria uma infraestrutura tecnológica adequada e disponível aos alunos. Também se constatou que menos da metade dos cursos de licenciatura analisados das universidades de Franca-SP possuem atual oferta de disciplinas que remetem à tecnologia, o que acaba por sugerir que muitos profissionais formados têm de buscar conhecimento externo ou aperfeiçoamentos em outros cursos, para especializar-se no assunto.

094-2414

Braian Garrito Veloso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
braiangarritoveloso@gmail.com

Daniel Marcondes Gohn
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
dgohn@uol.com.br

Palavras-chave: tecnologia; educação, pesquisa; Franca-SP.

1. TECNOLOGIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Falar em sociedade contemporânea nas últimas décadas, sem mencionar a tecnologia e seu constante e célere avanço tornou-se algo praticamente impossível. Diversos são hoje os aparelhos eletrônicos assim como as ferramentas tecnológicas que estão à mercê de profissionais e da população em geral, contribuindo no comércio, na interação social, na educação, na publicidade, na pesquisa científica e em diversos outros meios.

Dentre as tecnologias do contemporâneo contexto social destaca-se a internet, que vem ganhando dimensões impressionantes principalmente nos últimos dez anos, sendo responsável pelo surgimento de novas maneiras de se pensar sobre o mundo e sobre os mais diferentes segmentos.

> A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana e extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. Reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade ao leitor (ABBATE; NAUGHTON, 1999 *apud* CASTELLS, 2001, p. 13).

A citação acima ilustra a relevância da internet e sua história na humanidade, classificando a mesma como uma ideia concernente à inovação. Se por um lado a internet e o mundo virtual podem ser considerados caminhos para as portas da inovação, por outro há a necessidade do domínio e do conhecimento desses assim como das ferramentas tecnológicas, já anteriormente ditas, para concretizar os benefícios supracitados.

Com tantas possibilidades e novas maneiras de se ver o mundo por meio da tecnologia e pela internet, por conseguinte acabam por surgir também questionamentos sobre problemáticas decorrentes de tamanhas mudanças. Borges (2004, p. 58) afirma que “o grande desafio é conseguir que, nesta velocidade e desempenho, o virtual não interfira na identidade cultural dos povos, já que esse mundo virtual é inevitável.”. A citação da autora reflete um potencial problema decorrente da nova era profissional e econômica envolvida na tecnologia. Sob um

ponto de vista crítico, analisando a frase da autora, supõe-se que uma identidade cultural pode ser prejudicada pelo mundo virtual por meio, por exemplo, do encurtamento da distância entre os povos e da homogeneização de grupos em redes sociais que acabam agindo e pensando de modo massificado, sem as necessárias peculiaridades, todavia, todo o conhecimento e acervo hoje disponíveis no mundo virtual também podem contribuir para uma maior construção filosófica do indivíduo, intensificando a identidade cultural e ampliando a visão e o respeito para as demais, ou seja, é uma questão de saber usar e de como usar. Essa colocação traz à pauta um ponto que será por diversas vezes referido ao longo do trabalho, que é a necessidade de se observar e compreender que a tecnologia não precisa conotar dificuldades ou negativismos à sociedade, visto que ela pode e deve ser tida como um auxílio e um contribuinte para uma metodologia mais eficaz, um conceito mais consistente, uma maneira de se trabalhar e pensar mais prática e efetiva e claro, uma abordagem direcionada e mais eficaz para as gerações que atualmente nascem no mundo tecnológico.

1.1. **Tecnologia na educação**

Se a sociedade contemporânea está diretamente ligada à tecnologia e aos avanços tecnológicos, inclui-se nessa concernência a educação, que é o principal tema deste trabalho.

Falar em ferramentas tecnológicas no âmbito educacional traz à tona aspectos relevantes no cenário nacional, tal como a preocupação do Brasil para com a harmonia destes dois segmentos, sendo isso tratado pelos órgãos governamentais há algumas décadas. O Projeto Brasileiro de Informática de Educação (Educom), de acordo com Soares et al. (s.d.) é uma prática social que surgiu em meados da década de 80, sendo por muitas vezes referenciada como inter-relação comunicação e educação. Os autores também afirmam que pesquisas realizadas de 1997 a 1999 entre estudiosos e profissionais de comunicação e educação no país mostraram que o campo da inter-relação entre ambos os segmentos se legitima como um importante novo âmbito interdisciplinar de ação e reflexão frente ao desenvolvimento da sociedade midiática, das novas tecnologias da comunicação e da informação e do deslocamento da escola como fonte privilegiada de conhecimento. Além do Educom, há também o Projeto Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo) de 1995 que visa promover o uso da telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio.

Tratar a tecnologia como elemento propulsor da educação brasileira é um assunto antigo, apesar da grande disseminação da internet e do surgimento de mídias sociais inovadoras serem acontecimentos relativamente novos. Ainda sobre este assunto, não se pode deixar de mencionar a Educação a Distância (EAD) diretamente ligada à tecnologia e à convergência midiática.

> A educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial. (BELLONI, 2008, p. 3).

Essa presença cada vez mais constante da EAD não é recente, assim como a tecnologia educacional, inclusive no Brasil, tal como vale citar:

> A partir da década de 60 é que se encontram registros, alguns sem avaliação, de programas de EAD. Foi criado, inclusive, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), a quem competia coordenar e apoiar a teleducação no Brasil. Este órgão foi substituído, anos depois, pela Secretaria de Aplicação Tecnológica (Seat), que foi extinta. (SARAIVA, 1996, p. 19).

Se a Educação a Distância possui registros antigos, é no século XXI, que de encontro à revolução tecnológica e as novas ferramentas, ela atinge o ápice, tendo hoje uma relevância cada vez maior na educação brasileira. São várias as instituições que oferecem atualmente cursos nessa modalidade e o crescimento é exponencial, dado a diversos benefícios que atendem necessidades da sociedade contemporânea.

> No Brasil, e EAD surge como possibilidade de difusão e de democratização da educação de qualidade e como uma das melhores opções para a inclusão social, e para melhoria quantitativa e qualitativa do processo educacional; tudo isso face à limitação do sistema educativo convencional, também denominado de tradicional e de presencial, de responder às demandas pleiteadas pela evolução da sociedade e dos processos de comunicação. Assim é que, as limitadas oportunidades de acesso ao Ensino Superior, por exemplo, não se enquadram num cenário de instabilidade e mutação dos mercados de trabalho, a ponto de clamar por novas fórmulas, a fim de se atingir cidadania, desenvolvimento e justiça social (LESSA, 2011, p. 18).

O mais importante de citar a EAD como referencial da presença tecnológica no mundo moderno, é ilustrar como as novas mídias, tecnologias e maneiras de comunicação podem se aliar às metodologias já existentes favorecendo o crescimento e o alcance de resultados cada vez mais satisfatórios.

O embasamento teórico constituído até aqui busca ilustrar a interdisciplinaridade entre tecnologia e educação, tratada há décadas no país. Contudo é preciso observar a necessidade de uma atenção e um conhecimento amplamente sólidos no que se diz respeito ao uso da tecnologia como propulsora de uma melhor qualidade educacional. Apesar da importância que é dada ao assunto por órgãos governamentais e por diversos autores que pesquisam sobre o tema, ainda existem professores e profissionais da educação que não somente oferecem resistência e despreparo ao uso e aceitação da tecnologia como também possuem insegurança e são até intimidados quando o tópico é discutido. Neste momento então começa a ser introduzido o problema que levou a realização da pesquisa possibilitando a construção deste trabalho.

2. LEVANTAMENTO DA PROBLEMÁTICA: IDEIAS PARA PESQUISA E MENSURAÇÃO

A afirmação do tópico anterior, sugerindo que ainda existem docentes e profissionais da educação que se encontram despreparados para lidar com o mundo tecnológico, partiu em grande parte da experiência vivenciada do autor deste artigo ao atuar como estagiário no polo de Franca da Universidade Aberta do Brasil (UAB) durante dois anos. De acordo com o site da CAPES (2014, online) a UAB é um programa federal que oferece cursos superiores na modalidade a distância voltados à demanda populacional com pouco acesso. Atualmente, graças ao avanço tecnológico referenciado até aqui, existem cursos em grande parte do programa UAB que são oferecidos por meio de plataformas ou Ambientes Virtuais de Ensino (AVA), conectando instituições e alunos por meio de um computador com acesso à internet.

O programa da Universidade Aberta do Brasil, assim como sua estrutura de profissionais, é bastante peculiar, todavia não serão abordados aspectos mais profundos, pois esse não é o objetivo do estudo. No entanto é importante citar a experiência vivida pelo autor, pois além da oportunidade em lidar com profissionais da educação das esferas públicas e privadas, foi elaborada, no período do estágio realizado, junto à coordenação do Polo UAB Franca, uma estrutura disponibilizada aos funcionários com o objetivo de ampliar a divulgação, otimizar o trâmite de procedimentos entre coordenação, secretaria e tutoria, oferecer cursos extensivos onlines, e outras importantes atividades que basearam-se em sua íntegra em alicerces tecnológicos. O trabalho detalhado exercido no Polo UAB Franca pode ser encontrado no seguinte artigo: “Gestão de polos em EAD: integração da equipe e otimização dos procedimentos por meio dos recursos tecnológicos” (VELOSO; SILVEIRA, 2014).

2.1. Mediação da tecnologia em sala de aula

Educação hoje remete à tecnologia, e vice-versa, sendo que vários estudos comprovam essa afirmação, como está sendo relatado neste trabalho.

> E, se a escola quiser acompanhar a velocidade das transformações que as novas gerações estão vivendo, tem que se voltar para a leitura das linguagens tecnológicas, aproveitando a participação do aprendiz na (re) construção crítica da imagem-mensagem, sem perder de vista o envolvimento emocional proporcionado, a sensibilidade, intuição e desejos dos alunos. (PORTO, 2006, p.49).

A mediação no uso das tecnologias, que deve ser exercida pelo professor, é tão importante quanto o uso das mesmas em sala de aula. Fazer com que escolas se adentrem nos avanços tecnológicos seguindo apenas metodologias arcaicas e disfuncionais pode trazer pouco ou nenhum benefício aos interessados. Usar um computador ou transmitir um filme aos alunos podem se tornar atividades supérfluas, se transformando até em motivação à baderna em sala de aula se não houver um questionamento crítico, uma visão filosófica e uma aplicabilidade funcional dos conteúdos, assim um professor que saiba mediar o uso tecnológico com qualidade, pode alcançar pontos extremamente positivos à sua pratica docente.

> Assim, a escola, ao utilizar temas do cotidiano discente e linguagens tecnológicas e comunicacionais em processos de formação docente:
>
> - trabalha com um material que faz parte do dia-a-dia dos sujeitos escolares e é agradável a eles;
> - introduz a vida na escola, chegando por meio de textos imagéticos às inquietudes, interesses e dúvidas de professores e alunos sobre temas vitais;
> - envolve os docentes em experimentações pedagógicas com novas linguagens;
> - faz aflorar percepções e situações vividas no dia-a-dia, que interferem em sua prática profissional;
> - propicia aprendizagens para além das racionalidades, envolvendo sensibilidade, intuição, emoção e desejo;
> - possibilita interação entre os professores, destes com os estudantes, e de ambos com os conhecimentos escolares e as tecnologias;

- aumenta o poder de decisão e de criação dos sujeitos;
- colabora não só com a formação do sujeito crítico, mas conduz à formação do cidadão crítico. (PORTO, 2006, p.56).

Os benefícios supracitados ratificam ainda a importância de se trabalhar com a tecnologia na formação docente, pois as mediações do uso de tecnologias em sala de aula garantem a eficácia do conteúdo transmitido, e essa mediação depende de um profissional qualificado e apto no exercício de tais funções. Se a experiência em atuar no Polo UAB Franca possibilitou encontrar deficiências em profissionais da educação para com o uso de ferramentas tecnológicas e comunicativas, se cria então, juntamente com a atual relevância da tecnologia em prol da educação, uma necessidade em se realizar estudos para conhecer a presente abordagem do assunto em instituições superiores que oferecem cursos de formação docente, assim como também a necessidade de se mensurar o conhecimento de atuais professores e profissionais da educação a respeito de tecnologia, ferramentas tecnológicas e suas aplicabilidades na prática em sala de aula.

2.2. Pesquisa de campo aplicada a professores e profissionais da educação

As concepções e as experiências vivenciadas pelo autor criaram a necessidade de uma pesquisa para melhor explorar a situação atual da tecnologia na educação e a percepção de professores e profissionais ligados à prática educativa quanto às ferramentas tecnológicas. Além disso, é fundamental conhecer a realidade de escolas públicas e privadas quanto à disponibilidade de equipamentos tecnológicos, afinal de nada adiantaria um conhecimento e domínio desses se não houver uma infraestrutura nas instituições que permita o trabalho em sala de aula.

Rampazzo (2005) em sua definição sobre o conceito de pesquisa relata a mesma como um procedimento sistemático, reflexivo, controlado e crítico que possibilita descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento. Os principais objetivos almejados desta parte da pesquisa se baseiam na metodologia descritiva que Vieira (2002, p. 65) define como responsável pela etapa de aquisição do conhecimento para interpretar a realidade sem nela interferir ou modificar, visto que os dados servirão para norte de consequentes estudos.

Um questionário foi criado alicerçando-se na técnica de pesquisa quantitativa, que de acordo com Rodrigues (2007), atua com discursos numéricos. As perguntas foram pensadas de forma a mensurar o atual conhecimento dos envolvidos para com a tecnologia, a sua utilização ou não na prática educativa nas próprias aulas ou na escola, a infraestrutura tecnológica das instituições e a percepção dos participantes em relação à importância do ensino de tecnologia na formação docente.

As perguntas foram elaboradas em um questionário online utilizando a ferramenta “formulário” do Google Docs, concernindo com a proposta tecnológica do conteúdo. O link foi enviado no e-mail de alunos do Polo UAB Franca, que são em grande parte professores das esferas públicas e privadas. O acesso aos e-mails dos alunos foi concebido pela autorização formal da coordenadora do polo Cláudia Alexandra Bolela.

O universo pesquisado levou em conta aproximadamente 60 participantes, que foram direcionados a caminhos distintos das perguntas de acordo com a profissão informada, de forma a evitar perguntas sobre prática educativa a profissionais que não são licenciados, mas atuam dentro da escola.

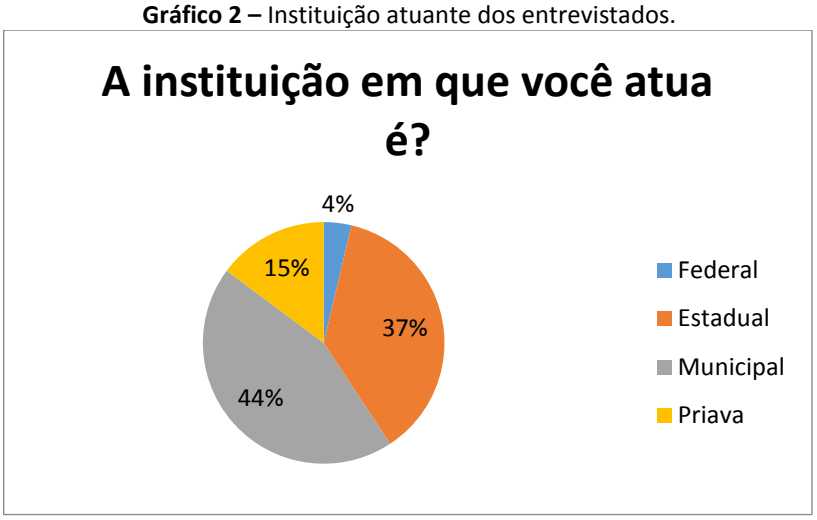
Dentre o universo pesquisado, os participantes se classificaram como:

Gráfico 1 – Profissão dos participantes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme ilustrado no gráfico acima, a maior parte da amostragem coletada foi de professores, sendo que grande parte também se enquadrou na categoria "outros", onde os entrevistados variaram entre profissões de palestrante, orientador educacional, tutor presencial, monitor de aluno, etc.

Gráfico 2 – Instituição atuante dos entrevistados.

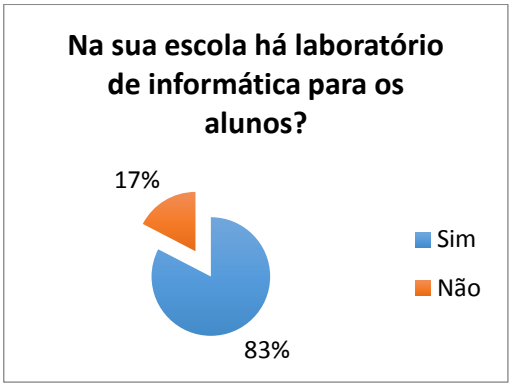


Fonte: Elaborado pelo autor.

A maior parte dos participantes atua na esfera municipal de ensino, isso se deve ao fato dos entrevistados serem alunos do Polo UAB Franca, de tal forma que grande parte do público é cidadão da cidade Franca-SP.

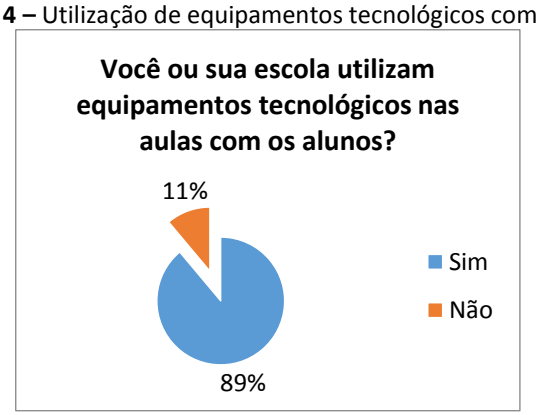
Os gráficos abaixo ilustram a dimensão da infraestrutura das escolas referente ao acesso tecnológico na visão dos entrevistados.

Gráfico 3 – Escolas com laboratório de informática.



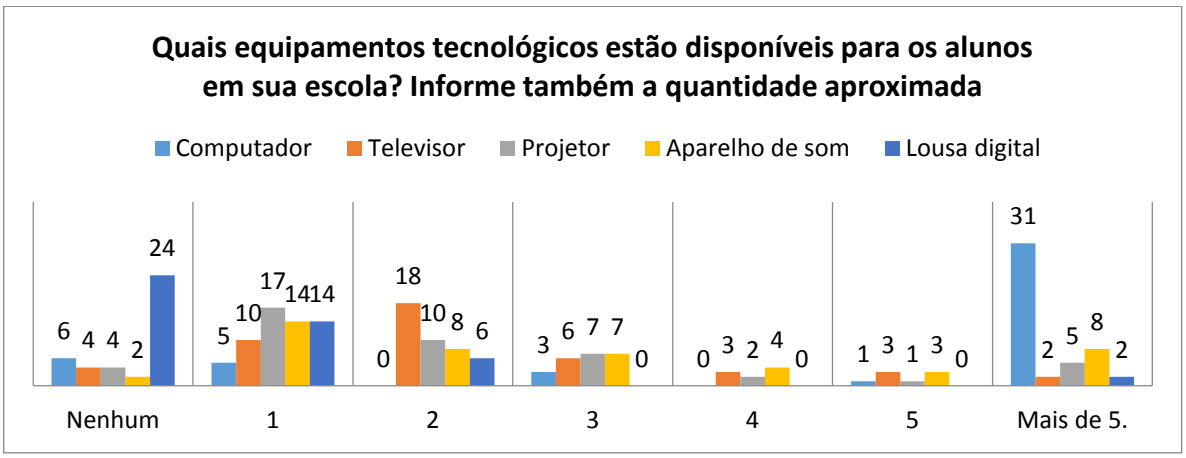
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Utilização de equipamentos tecnológicos com alunos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Número de equipamentos tecnológicos nas escolas.

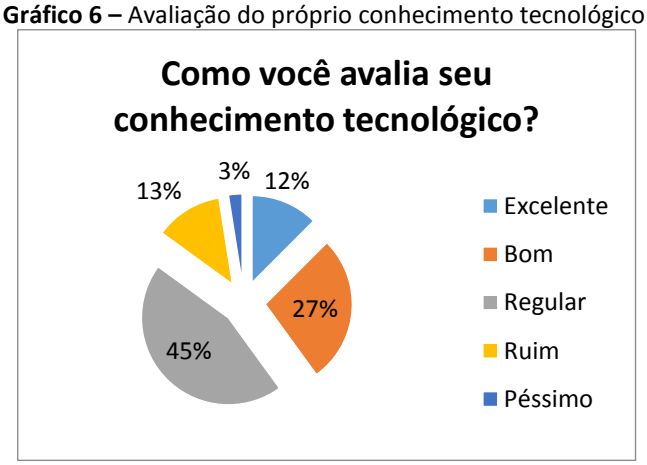


Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados ilustram o que é afirmado ao longo do artigo por meio de pesquisas científicas: a tecnologia na educação hoje já é presente e considerada um importante campo em prol da qualidade do ensino. Vale ressaltar também o preparo das instituições, pois como mostram os números, mais de 80% das escolas possuem laboratório de informática e/ou utilizam equipamentos tecnológicos em sala de aula. O último gráfico, no formato de barras, mensura a quantidade dos equipamentos nas instituições, apresentando a quantia nos quesitos "nenhum, 1, 2, 4, 5, ou mais de 5 itens disponíveis".

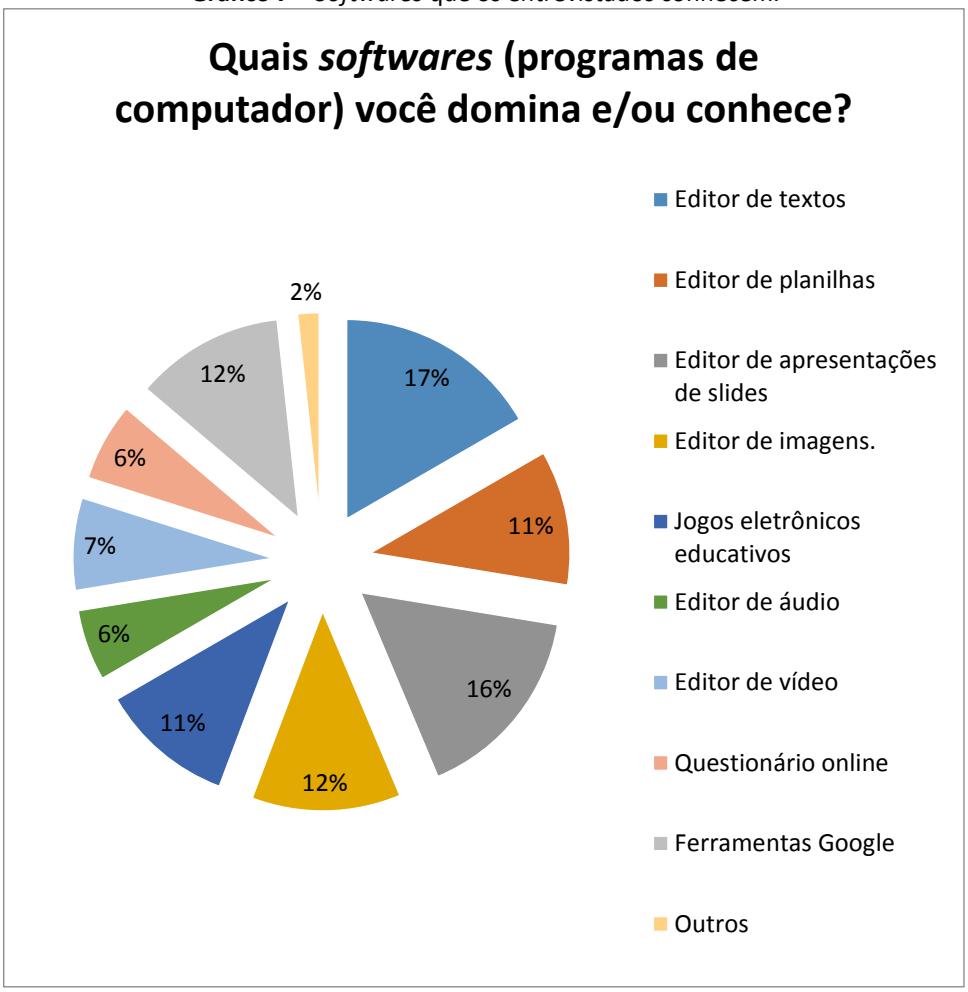
Os próximos números dimensionam a percepção dos entrevistados em relação ao próprio conhecimento tecnológico e sobre quais ferramentas conhecem e/ou dominam.

Gráfico 6 – Avaliação do próprio conhecimento tecnológico.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – *Softwares* que os entrevistados conhecem.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados relataram um preparo não satisfatório dos participantes para com a tecnologia, levando-se em conta que a maioria se avaliou como "regular" a respeito. Todavia, o número de pessoas que se consideram "ruins" e até mesmo "péssimas" constituem 16% da amostragem, o que esclarece que ainda existem profissionais inaptos a utilizar tecnologia na escola.

Ao final do questionário, foi pedido, por meio da técnica qualitativa (ao contrário do restante das perguntas), aos entrevistados que afirmaram utilizar equipamentos tecnológicos nas aulas, que descrevessem como utilizam as tecnologias e suas percepções em relação às mesmas (a pergunta não era obrigatória, ao contrário das demais). Também foi perguntado se os participantes tiveram algum problema devido ao não conhecimento de alguma ferramenta tecnológica.

Tabela 1 – Relato dos participantes sobre uso de tecnologia em sala de aula.

Se possível, favor descrever brevemente como são usados esses equipamentos. Quais as principais aulas, qual o método, como os alunos reagem, etc., escreva o que achar cabível.
Aparelho de som é usado em todas as aulas, computador de vez em quando e quando vamos assistir algum vídeo para as aulas de educação musical, usamos o televisor.
Computador e projetor: aulas expositivas, aulas práticas, apresentação de tecnologias, simulação de programação, exemplos de simuladores de programação, pesquisas relacionada ao contexto do conteúdo em foco, entre outras. A receptividade dos alunos é excelente e acabam por ter uma conduta participativa, comprometida e colaborativa nas aulas.
No meu caso, que leciono aulas de geografia e história, costumo utilizar jogos educativos de mapas, slides para apresentação de conteúdos (imagens, vídeos), quando possível repasso aos alunos filmes com abordagem histórica, e seminários utilizando construção de slides, feito pelos alunos.
Apresentação de aulas dos professores. Apresentação de profissionais de saúde, Rotary, etc.
Atualmente utilizo os recursos tecnológicos principalmente como ilustração dos conteúdos da disciplina, mas os utilizo também como fonte de pesquisa, vivências pedagógicas e canal de informação e discussão (blog).
Temos metodologias específicas que contam com abordagem tecnológica.
Por se tratar de educação infantil, o equipamento que mais utilizamos é o rádio, para trabalhar atividades de movimento e concentração. A televisão como forma de ilustrar algum conteúdo ou como entretenimento.
Estes equipamentos são utilizados nos projetos de música, no contra turno, como auxilio para enriquecimento pedagógico, lembrando que são somente 3 projetos na Rede Municipal e a lousa digital só é disponibilizada em 1 projeto. Para os alunos, a novidade é no princípio, depois se torna parte do processo, utilizada de forma natural. Acho que se o professor tem segurança na utilização do equipamento, os alunos se apropriam de forma rápida, pois a tecnologia, de uma forma ou de outra, faz parte do seu cotidiano.
A utilização de recursos tecnológicos deixa as aulas mais atraentes e lúdicas. Visualizando, os alunos aprendem com mais propriedade.
Na maioria das vezes são usados pra passar filmes, os mais usados são o projetor e a tv. Os alunos não se interessam, ficam conversando, outros dormem.
São utilizados sempre que necessário em aulas e nas reuniões pedagógicas com os professores. No currículo do estado existem algumas situações que exigem a utilização de alguns recursos tecnológicos.
Aulas no data show, filmes, leitura de imagens, interpretação de músicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 2 – Relato dos participantes sobre problemas no uso da tecnologia.

Você já enfrentou algum problema sério por não saber lidar com alguma tecnologia no trabalho? Se sim, descreva qual foi esse problema.
Sim, lousa digital.
Nunca tive esse problema, pois tudo que não sei sobre tecnologia dou uma pesquisada na internet.
Sim, não consegui montar o data show para ministrar uma aula diferenciada.
Não, porque sempre temos profissionais especialistas na área para nos auxiliar.
Ainda não, pois nas escolas temos monitores que auxiliam.
Tive muitas tarefas da universidade que não sabia enviar.
Sim. Ligar um DVD. Não sabia conectar os cabos corretamente. Ligar o data show.
Sim. Gravar um vídeo e o mesmo não abrir na hora da apresentação. Não que atrapalhou a formação, mas o vídeo a enriqueceria.
Utilização do data-show.
Sim. Gostaria de usar a lousa digital e não sabia como usa-la e recorri à ajuda.

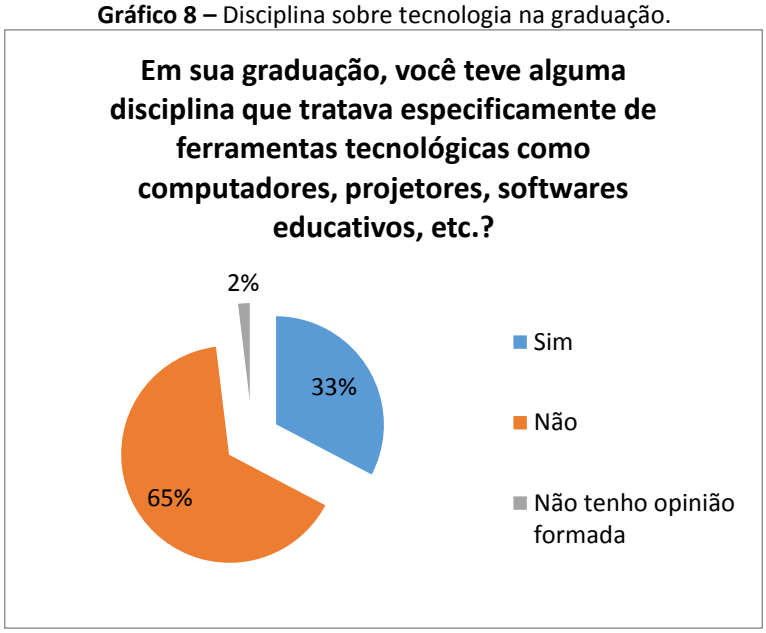
Fonte: Elaborado pelo autor.

As perguntas abertas trouxeram informações muito importantes para a pesquisa. Na indagação sobre o uso das tecnologias em aula, as respostas ilustraram que vários profissionais não só utilizam as mesmas como possuem alta criatividade na prática educativa. Alguns participantes inclusive relataram que os alunos possuem boa receptividade perante o uso tecnológico, realçando os pontos positivos. Houve apenas um professor que relatou como negativo o uso de filmes, afirmando que muitos discentes não se interessam.

A pergunta que tratou sobre as dificuldades no uso da tecnologia trouxe também dados relevantes, mostrando que apesar do universo entrevistado possuir bom uso de ferramentas tecnológicas, alguns profissionais já tiveram problemas devido ao desconhecimento dessas. É interessante que alguns entrevistados relataram a existência de profissionais na escola aptos a resolverem os problemas de tecnologia, o que pode sugerir certa comodidade do professor que fica à mercê de um suporte.

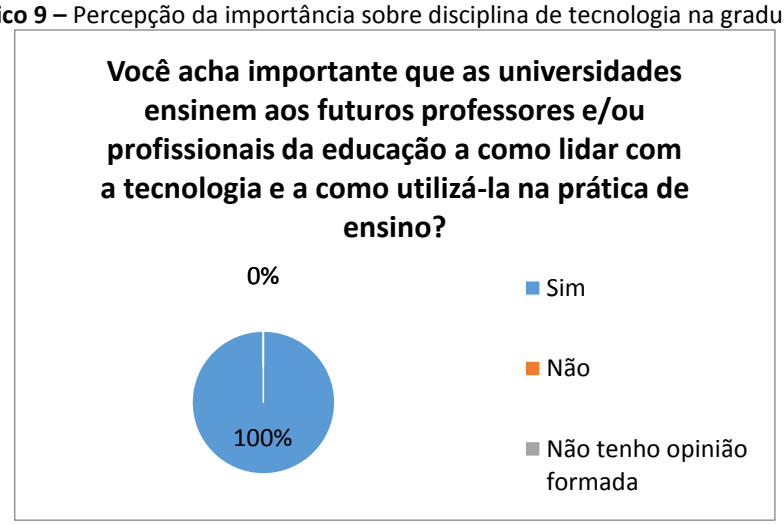
A fim de encerrar o tópico sobre a pesquisa, os gráficos abaixo representam a porcentagem dos participantes que afirmaram ter tido alguma disciplina específica sobre tecnologia na graduação, assim como também a percepção dos mesmos a respeito da importância de tal conteúdo nos cursos superiores de licenciatura.

Gráfico 8 – Disciplina sobre tecnologia na graduação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 9 – Percepção da importância sobre disciplina de tecnologia na graduação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre o universo pesquisado, 65% afirmaram não ter tido uma disciplina específica sobre ferramentas tecnológicas. Apesar da tecnologia hoje ser um assunto consolidado no tocante à educação, os números apresentam que ainda há muito trabalho a ser feito. Os entrevistados demonstraram em maior parte um considerável conhecimento tecnológico e um bom uso do mesmo em sala de aula, porém ainda existem profissionais que não só se encontram despreparados como também evidenciam não ter tido uma capacitação adequada no processo de formação. Em concernência a esses dados, 100% dos participantes disseram considerar relevante o oferecimento de disciplinas na graduação que ensinem a lidar com a tecnologia na prática educativa, demonstrando assim a preocupação dos mesmos no que se diz respeito às ferramentas tecnológicas e sua interdisciplinaridade com a educação.

2.3. **Oferta de disciplinas que remetem à tecnologia nas universidades de Franca-SP**

Dando continuidade à pesquisa foram analisadas grades curriculares de licenciaturas de universidades da cidade de Franca-SP, a procura de disciplinas que pela nomenclatura, remetessem ao ensino tecnológico na educação. As instituições pesquisadas foram: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de Franca (UNIFRAN) e Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF). As apreciações foram feitas com base apenas nas disciplinas obrigatórias de cursos presenciais. As grades curriculares foram acessadas por meio das páginas virtuais das faculdades.

Tabela 3 – Relação de disciplinas que remete à tecnologia nas licenciaturas de Franca-SP.

Universidade	Curso	Disciplinas que remetem ao ensino sobre tecnologia	Relação de disciplinas sobre tecnologia (disciplinas tecnológicas / disciplinas obrigatórias do curso)
Uni-FACEF	Licenciatura em Letras (Português/Literatura)	----------	0/39
	Licenciatura em Letras (Português/Inglês)	----------	0/39
	Licenciatura em Letras (Português/Espanhol)	----------	0/39
	Licenciatura em Matemática	----------	0/32
UNESP	Graduação em História (Licenciatura/Bacharel)	----------	0/43
UNIFRAN	Licenciatura em Letras (Português/Inglês)		0/47
	Licenciatura em Pedagogia	*Tecnologias da Informação e da Comunicação	1/60
	Licenciatura em História	----------	0/47
	Licenciatura em Matemática	*Educação Matemática e Tecnologias *Tecnologias da Informação e da Comunicação	2/39
	Licenciatura em Química	*Tópicos de Química Geral e Tecnológica *Instrumentação para Ensino de Química	2/48

Fonte: Elaborado pelo autor.

Das licenciaturas analisadas apenas 3 apresentaram disciplinas obrigatórias que remetem ao ensino tecnológico, sendo todas elas da UNIFRAN. Outros cursos da mesma instituição, inclusive bacharelados e tecnólogos, já apresentam em sua grade disciplinas como "Tecnologias da Informação e da Comunicação", principalmente nas graduações oferecidas concomitantemente na modalidade a distância. A pesquisa propiciou uma amostragem sobre a importância dada pelas instituições superiores no que se refere ao ensino tecnológico aos futuros licenciados. Por mais que alguns cursos já ofereçam disciplinas específicas, muitas licenciaturas encontram-se carentes nesse aspecto.

Sob uma visão legislativa do Brasil a respeito da oferta de disciplinas sobre tecnologia na formação docente, é fundamental citar as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de licenciatura. Machado (2011, p. 7) afirma:

> As diretrizes curriculares são orientações para elaboração dos currículos e que devem ser respeitadas pelas IES. Estão amparadas pela Lei no. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no art. 53º, inciso II, no qual SE estabelece que no exercício autonomia das universidades lhe sejam asseguradas, sem prejuízo de outras, atribuições como: fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Ainda citando Machado (2011, p. 7):

> Porém, é importante considerar, ainda em relação aos currículos, que a Lei no. 9.131/95 art. 9º, parágrafo 2º, na alínea determina entre outras atribuições da

> Câmara de Educação Superior: deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação. De modo que os currículos organizados pelas universidades para os cursos de Licenciatura, presenciais, devem orientar-se pelo que delibera a Câmara de Educação Superior sobre as diretrizes curriculares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais deliberam orientações para a construção do currículo de cursos superiores, e ainda sob uma perspectiva da tecnologia na licenciatura, seguem abaixo os pareceres dos cursos analisados neste artigo, tendo como base a tabela construída por um estudo de Machado (2011, p. 9):

Tabela 4 – Pareceres das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Curso	Parecer/Resolução	O que se espera
Letras	Parecer n.º: CNE/CES 492/2001	quanto ao perfil do formando, deve ter domínio do ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. E entre as competências e habilidades deve desenvolver a utilização dos recursos da informática.
Pedagogia	Parecer CNE/CP nº: 1/2006	o art. 5º estabelece que o egresso do curso deverá estar apto a: relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.
Filosofia e História	Parecer n.º: CNE/CES 492/2001	é estabelecida entre as competências para o licenciado: a utilização da informática.
Matemática	Parecer nº: CNE/CES 1.302/2001	deve ser desenvolvida no graduado a capacidade de compreender, criticar e utilizar novas idéias e tecnologias para a resolução de problemas. Desde o início do curso e licenciando deve adquirir familiaridade com o uso do computador como instrumento de trabalho, incentivando-se sua utilização para o ensino de matemática, em especial para a formulação e solução de problemas. É importante também a familiarização do licenciando, ao longo do curso, com outras tecnologias que possam contribuir para o ensino de Matemática.
Química	Parecer n.º: CNE/CES 1.303/2001	o licenciado quanto a formação pessoal deve ter interesse, entre outros, em acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas oferecidas pela interdisciplinaridade, como forma de garantir a qualidade do ensino de Química. E ainda deve possuir conhecimentos básicos do uso de computadores e sua aplicação em ensino de química.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As pesquisas acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais evidenciaram que a tecnologia é um dos saberes necessários aos futuros profissionais de todos os cursos analisados, sendo indispensável esse aspecto na

elaboração da grade curricular, porém, o que fica claro na análise das universidades de Franca-SP é que ainda existem cursos que não oferecem disciplinas obrigatórias no que remete ao ensino tecnológico, e as graduações que oferecem, possuem uma parcela relativamente baixa em comparação ao restante do currículo.

Conclusão

A principal motivação deste trabalho foi a experiência do autor ao se deparar com profissionais da educação que não somente desconheciam recursos tecnológicos mais avançados como também se intimidavam ao lidar com os mesmos, principalmente pelo fato da tecnologia ser hoje um assunto amplamente disseminado na sociedade contemporânea e tão comum e corriqueiro na vida de muitos cidadãos, especialmente as crianças e os adolescentes modernos.

Se hoje a sociedade como um todo está imersa no mundo tecnológico e nas revoluções por ela propiciadas, a educação também se inclui nessa revolução e está inserida nesse contexto há décadas, sendo diversos os estudos, as metodologias e inclusive leis que corroboram a necessidade de harmonia entre os dois segmentos.

As ferramentas tecnológicas hoje vêm se tornando sinônimo de facilidade, de democratização, de otimização e diversos outros adjetivos que pressupõem que ela está na sociedade para, prioritariamente, alicerçar-se nas mais variadas atividades melhorando a qualidade e os resultados obtidos. Com essa afirmação se ilustra que a educação também pode e deve se beneficiar da tecnologia na busca de uma melhoria educacional.

Com a pesquisa realizada com professores pós-graduandos pelo Polo UAB Franca foi possível constatar que dentro do universo pesquisado, alguns profissionais não só já conhecem de perto a tecnologia como também já a utilizam de dentro da sala de aula, assim como grande parte das escolas apresentaram uma infraestrutura adequada para sua utilização. Os entrevistados também afirmaram conhecer e concordar com a importância da relação entre educação e tecnologia. Entretanto, ainda existem profissionais que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema.

Analisando as grades curriculares de cursos de licenciatura de Franca-SP, também foi possível constatar que muitos cursos carecem de disciplinas obrigatórias que remetem ao ensino tecnológico, indo de antemão às Diretrizes Curriculares Nacionais que deliberam tais conhecimentos na formação docente. Estes dados, quando concernidos ao restante da pesquisa, sugerem que se hoje já existem profissionais que trabalham com tecnologia satisfatoriamente em sala de aula, muitos tiveram de adquirir conhecimento em meios externos à graduação.

Educação e tecnologia são campos que precisam se relacionar de maneira harmoniosa, e o profissional da educação é um dos principais responsáveis para garantir essa harmonia. Com o estudo, se conclui que o Brasil segue no caminho certo, porém ainda há o que ser feito no tocante à formação tecnológica docente, assim como nas metodologias e maneiras de se utilizar as ferramentas tecnológicas em prol de uma qualidade educacional cada vez melhor.

Referências

BELLONI, M. L. **Educação à distância**. 5ª edição. 1ª reimpressão. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 2009.

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formações, competência e habilidades. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Orgs.). **Profissionais da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 58.

CAPES. **Universidade Aberta do Brasil.** 2014. Disponível em < http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18>. Acesso em 30 jul. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 13.

MACHADO, Márcia Alves de Carvalho. Oferta de disciplinas relativas às TIC nos cursos de licenciatura presenciais das universidades de Sergipe. In: **V Colóquio internacional,** 2011, Sergipe.

LESSA, Shara Christina Ferreira. **Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_02.pdf>. Acesso em 20 jun. 2014.

PORTO, Tania Maria Esperon. As tecnologias de comunicação e informação na escola; relações possíveis... relações construídas. **Revista Brasileira de Educação**, Pelotas, v.11, n. 31, p. 43-57, 2006.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica. Pacarambi: FAETEC/IST, 2007.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a distância no Brasil: lições da história.** 1996. Disponível em <http://www.tonao.com.br/escola/CURSO%20AEE/textos/1_atv08_ead_no_brasil_terezinha_saraiva.pdf>. Acesso em 26 jul. 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira; SARTORI, Ademilde Silveira; GATTÁS, Carmen Lúcia Melges; RIBEIRO, Cássio Roberto Pereira Feitosa; MACHADO, Eliany Salvatierra; BERLIM, Felipe; SOARES, Maria Salete Prado. **O projeto educom.TV: formação online de professores numa perspectiva educomunicativa.** Disponível em < http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/4.pdf>. Acesso em 28 jul. 2014.

VELOSO, Braian Garrito; SILVEIRA, Cláudia Alexandra Bolela. **Gestão de polos em EAD: integração da equipe e otimização dos procedimentos por meio dos recursos tecnológicos.** Disponível em: <http://www.nead.ufsj.edu.br/seminariodialogos/resumos/emp02.pdf>. Acesso em 17 ago. 2014.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, p. 61-70, 2002. Tese (doutorado). Ciências Empresariais – Universidad del Museo Social Argentino.

Terceiro setor: gestão profissional em organizações não governamentais

As Organizações do Terceiro Setor (TS) no Brasil atuam com o intuito de garantir atendimento devido às coletividades desassistidas, estas organizações, tem como natureza seu caráter social e voluntário. As Organizações Não Governamentais (ONGs), portanto privadas e sem fins lucrativos, destacam-se por atender as necessidades sociais com eficiência, eficácia e competência profissional relativo ao cumprimento de seus objetivos. Contudo, faz se necessário organizar com sensibilidade e racionalidade o processo de gestão que rege estas organizações. Em qualquer tipo de gestão, seja pública ou privada, de organizações sem fins lucrativos ou não, a gestão de profissional é fundamental para a excelência da prestação dos seus serviços e, consequentemente, para o alcance de resultados positivos. Desta forma, por meio de revisão bibliográfica, o presente artigo objetiva conhecer a designação dada ao Terceiro Setor, e verificar a colaboração de uma gestão profissional em ONGs para cumprimento efetivo e eficiente nos serviços prestados a comunidade.

096-2416

Gabriela Silva Ferreira
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
gsferreira04@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor; Gestão Profissional; Organizações Não Governamentais

INTRODUÇÃO

As Organizações do Terceiro Setor (TS) no Brasil atuam com o intuito de garantir atendimento devido às coletividades desassistidas, estas organizações, tem como natureza seu caráter social e voluntário. As Organizações Não Governamentais (ONGs), portanto privadas e sem fins lucrativos, destacam-se por atender as necessidades sociais com eficiência, eficácia e competência profissional relativo ao cumprimento de seus objetivos.

No Brasil, o TS, por meio da atuação das ONGs, fundações, organizações sociais, entre outras, procura desenvolver com êxito os serviços prestados a sociedade.

A expansão das atividades do TS no país, promove um aumento substancial na quantidade de novos empreendimentos sociais, estes, muitas vezes dependentes de subsídios estatais, principalmente de âmbito federal. Para Alves (2011, p. 86) “Sem dúvida nenhuma, um dos temas mais discutidos sobre o Terceiro Setor no Brasil é a questão financeira, seu devido planejamento, captação de recursos e, consequentemente, o alcance da sustentabilidade.” Para isso é preciso que se organizem com racionalidade, ao mesmo tempo em que devem levar em consideração a sensibilidade no processo, o que estabelece a importância da gestão profissional.

A profissionalização dos métodos e procedimentos de trabalho não prescinde de sensibilidade, principalmente, das pessoas envolvidas no processo de gestão das organizações do Terceiro Setor, tendo em vista que é preciso considerar o sentido que atribuem às ações desenvolvidas. (ALVES, 2011, p. 19).

A partir da década de 1990, diante do crescimento e desenvolvimento das ONGs no país, houve um aumento considerável da quantidade de cursos, assessorias e consultorias nesse assunto. Ainda assim, os agentes sociais necessitam aprimorar seus conhecimentos para facilitar as ações das ONGs. (ALVES, 2011, p. 87).

Para a maioria das ONGs há três principais fontes de renda: os recursos governamentais, a renda gerada pela venda de serviços (consultorias) ou produtos (alimentos, roupas, suvenires, etc.) e os recursos captados por meio de doações de indivíduos ou organizações privadas. (ALVES, 2011, p. 86). Desta forma, por meio de revisão bibliográfica, o presente artigo objetiva conhecer a designação dada ao Terceiro Setor, e verificar a colaboração de uma gestão profissional em ONGs para cumprimento efetivo e eficiente nos serviços prestados a comunidade.

2 TERCEIRO SETOR

As Organizações do Terceiro Setor no Brasil atuam com o intuito de garantir atendimento devido às coletividades desassistidas.

Segundo Cabral (2007, p. 2),

> A designação Terceiro Setor aplica-se ao conjunto de iniciativas e organizações privadas, baseadas no trabalho associativo e voluntário, cuja orientação é determinada por valores expressos em uma missão e com atuação voltada ao atendimento de necessidades humanas, filantropia, direitos e garantias sociais.

Manzione (2006, p. 32-33) destaca que as áreas de atuação das entidades do Terceiro Setor são: "[...] assistência social, educação, saúde, esportes e lazer, meio ambiente, geração de emprego e renda, artes e cultura, ciência e tecnologia, comunicação, segurança pública, entre outras, sendo as mais antigas as vinculadas a atividades religiosas."

Hudson (1999 apud CAETANO, 2006, p. 105), expressa com clareza a sentido social das organizações do Terceiro Setor, "a filosofia que permeia quase todos os aspectos do Terceiro Setor é o desejo humano de ajudar outras pessoas sem a exigência de benefícios pessoais".

Ainda segundo Hudson (1999 apud CAETANO, 2006, p. 108), para definir uma entidade ou organização do Terceiro Setor com precisão, as mesmas devem adotar as seguintes características:

- o seu objetivo deve ser social – portanto, sem visar lucro;
- deve ser independente do Estado, porque o grupo de pessoas que fará parte da administração não tem vínculos com órgãos ou entidades de qualquer esfera governamental;
- deve reinvestir todo o resultado obtido nos próprios serviços que oferece

Para Fernandes (1996 apud CAETANO, 2006, p. 109), "o Terceiro Setor é um conceito, uma expressão de linguagem entre outras. Existe, portanto, no âmbito do discurso e na medida em que as pessoas reconheçam a seu sentido num texto ou numa conservação".

Conclui dizendo que essa expressão, traduzida do inglês *Third Sector,* faz parte do vocabulário sociológico nos Estados Unidos. Afirma ainda que, mesmo naquele país, é usada paralelamente à expressão "organizações sem fins lucrativos", ambas representam instituições cujos resultados econômico-financeiros não podem ser distribuídos entre os seus diretores e associados. Uma outra expressão também muito utilizada nesse ambiente é "organizações voluntárias", as quais, sendo originárias da vontade de seus fundadores, têm um sentido complementar às organizações sem fins lucrativos.

Entretanto é na Europa ocidental, segundo Fernandes (1996 apud CAETANO, 2006, p. 109), que há um predomínio da expressão "organização não governamental" (ONG). Na América Latina, inclusive Brasil, tem sido utilizada mais frequentemente a expressão "sociedade civil", talvez por sua abrangência. Essa expressão originou-se no século XVIII, em consonância com a filosofia política moderna, principalmente entre os autores da Europa continental.

> Estar na sociedade civil implicaria um sentido de pertença cidadã, com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos de governo.
> Marcando um espaço de integração cidadã, a sociedade civil distingue-se, pois, do Estado; mas, caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer um Terceiro Setor (FERNANDES, 1996, apud CAETANO, 2006, p. 110).

No Terceiro Setor como ideia, encontramos os valores que movem certas iniciativas, como o espírito altruísta, a compaixão, a sensibilidade para com os necessitados e compromisso com o direito de livre expressão. Portanto, essa face deve abranger os valores que levam ações de solidariedade e iniciativas em prol do bem público (CAETANO, 2006, p. 110).

3 GESTÃO PROFISSIONAL EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

No âmbito das organizações não governamentais, a gestão ocorre mediante ao trabalho conjunto de pessoas, a fim de colaborar para o bom desempenho das funções dentro das organizações, garantindo qualidade nos serviços prestados a comunidade.

> A integração ocorre em torno de um empreendimento comum que, para garantir o envolvimento e o comprometimento das pessoas, estabelece metas e valores comuns, unificados em torno da missão da organização. Nesse sentido, a gestão tem sob sua responsabilidade a definição, a comunicação e a concretização desses objetivos, valores e metas da organização, não somente para a busca do comprometimento das pessoas com eles, mas também porque essa concretização de objetivos é a natural reprodução da organização como finalidade (CABRAL, 2010, p. 125).

Oliveira (on-line) explica: "A gestão é uma função genérica em todos os tipos de organizações. Pois a gestão é uma das formas encontradas para ligar o trabalho dos especialistas e manter a organização na direção de sua missão."

Neste sentido, segundo o autor Antônio Luiz de Paula e Silva (on-line):

> - Toda organização surge para atender à necessidade de outros. Nenhuma organização sobrevive em função de si própria. Essa é uma ideia bastante filosófica, mas fundamental.
>
> [...]
>
> - Toda organização implica assumir uma responsabilidade. Na medida em que toda instituição existe em função de outras pessoas e que seu papel está relacionado a fazer algo de relevante para elas, criar ou dirigir uma instituição significa tornar-se responsável por algo no mundo. Ter consciência da responsabilidade assumida é um grande passo em direção a uma organização sustentável (e, quem sabe, à sociedade).

Em qualquer tipo de gestão, seja pública ou privada, de organizações sem fins lucrativos ou não, a gestão de profissional é fundamental para a excelência da prestação dos seus serviços e, consequentemente, para o alcance de resultados positivos.

De acordo com Albuquerque (2006 apud ALVES , 2011, p. 61), em uma organização do Terceiro Setor, a gerência significa "[...] planejar, organizar, dirigir as atividades e os recursos de uma organização de forma coordenada, visando ao alcance da missão e dos objetivos previamente estabelecidos."

A administração, como disciplina, examina o conjunto de técnicas, para a realização de metas e objetivos, definindo-o como o processo de gestão. Materializado nas funções de planejamento, organização, direção e controle, o processo de gestão descreve a capacidade da organização de realizar sua missão (CABRAL, 2007, p. 116).

Esse conjunto de técnicas, quando bem geridas, levam ao alcance das metas da organização, contudo, Drucker (2002 apud ALVES, 2011, p. 61) aponta algumas dificuldades encontradas na implantação de uma gestão profissional nas organizações sem fins lucrativos, que por falta de compreensão, por parte dos voluntários, que entendem a aplicação de gestão profissional como forma de obtenção de lucro:

> Há quarenta anos, 'gerência' era um palavrão nas organizações sem fins lucrativos. Gerência significava 'negócios' e elas não eram empresas. Na verdade, em sua maioria, elas acreditavam que não necessitavam de qualquer coisa que pudesse ser chamada de 'gerência'. Afinal, elas não tinham lucros.
>
> [...]
>
> Para a maioria dos americanos, a palavra 'gerência' ainda significa gerência de empresas.
>
> [...]
>
> Mas as próprias instituições 'sem fins lucrativos' sabem que necessitam ser gerenciadas exatamente porque não têm um lucro convencional. Elas sabem que precisam aprender como utilizar a gerência como ferramenta para que esta não as domine. Elas sabem que necessitam de gerência para que possam se concentrar em sua missão. Na verdade, está ocorrendo um crescimento gerencial entre as instituições sem fins lucrativos, tanto grande quanto pequenas.
>
> [...]
>
> Não é o fato dessas instituições serem 'sem fins lucrativos', isto é, não são empresas. Também não se trata do fato delas serem 'não-governamentais'. É que elas fazem algo muito diferente das empresas e do governo. As empresas fornecem bens e serviços. O governo controla. A tarefa de uma empresa termina quando o cliente compra o produto, paga por ele e fica satisfeito. O governo cumpre sua função quando suas políticas são eficazes. A instituição 'sem fins lucrativos' não fornece bens ou serviços, nem controla. Seu 'produto' não é um par de sapatos, nem um regulamento eficaz. Seu produto é um ser humano mudado. As instituições sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. Seu 'produto' é um paciente curado, uma criança que aprende um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio, isto é, toda uma vida transformada.

No Brasil, percebe-se que, nas duas últimas décadas, a questão da profissionalização da gestão das organizações do TS tem aumentado. No campo acadêmico, vários são os estudiosos sobre o tema, produzindo material científico para pesquisas e consultas. Por outro lado, as organizações têm-se preocupado em proporcionar educação continuada na área administrativa para agentes sociais (ALVES, 2011, p. 62).

A importância do trabalho social desenvolvido pelas organizações, evidencia que as mesmas devem implantar um modelo de gestão profissional para atingir seus objetivos, sendo a aplicação das funções gerenciais imprescindíveis para seu sucesso.

Autores como Drucker, Mintzberg, Hudson, Merege, Koteen, Herman, encontram na gestão das organizações do Terceiro Setor, estudos para estabelecer relações entre a gestão das organizações privadas, que sofriam profundo processo de transformação, e a gestão das organizações sociais caracterizadas pelas suas singularidades: valorização da missão, articulação dos públicos constituintes e gestão social típica. Na concepção de Drucker (1998 apud CABRAL, 2007, p. 128), ao considerar a gestão "disciplina social que trata do comportamento de pessoas e instituições humanas", permitiu-lhe realizar a crítica lógica da eficiência, recusando-se ao economicismo simplista, e investigar as inovações e peculiaridades da gestão das organizações do Terceiro Setor como fonte de conhecimento para a gestão de empreendimentos.

O lado social do terceiro setor, é expresso por Wanderley (1999 apud CABRAL, 2007, p. 128), como uma situação que não pode ser vista de maneira singular, que há conexões com gestão de organizações empresariais:

> É preciso reafirmar que o social não pode ser entendido como um adendo ao econômico e nem apenas na ótica setorial... Ele se traduz no conjunto de ações, relações, representações, processos e estruturas sociais – que se dão nos espaços políticos, econômicos, culturais – realizados por pessoas, grupos, associações, instituições, classes, no conjunto de valores e normas de convivência, que configuram o tecido social [...] abarcando elementos relativos à produção e reprodução da vida societária, incluindo os vínculos de associação e dissociação na família, na empresa, na escola, na igreja, na administração, na formação do povo etc

Na análise da gestão das organizações e suas finalidades, Tenório (1998 apud CABRAL, 2007, p. 129), inverte a relação habitual *Estado-sociedade* e *capital-trabalho,* que assume a primazia dos primeiros como indutores do desenvolvimento. Considera que é da ótica de *sociedade- Estado* e *trabalho-capital* que devem ser enfocados os fenômenos políticos sociais e econômicos, dentre eles a gestão, priorizando o cidadão, como sujeito da demanda ao Estado, e o trabalhador como sujeito da interação com o capital. Tenório, em sua obra *Gestão de ONG:* principais funções gerenciais, investiga as peculiaridades da gestão das organizações do Terceiro Setor, examinando as funções clássicas de planejamento, organização, direção e controle, enquanto ressalta a importância da transposição crítica dos instrumentos disponíveis de gestão.

Alves (2011, p. 64-67) apresenta o processo administrativo aplicado nas atividades de uma ONG se realiza da mesma forma que na iniciativa privada ou na administração pública. O planejamento é o primeiro passo a ser dado, fundamental para nortear todas as atividades, tem primazia com relação às outras. Outra função gerencial relevante se refere à direção. Após o planejamento, a estruturação da organização, dos objetivos e metas a serem alcançados através do plano de ação, compete à função direção por tudo em prática. É a função que visa à execução das ações da ONG**.** Para que a direção alcance eficácia, os gestores podem utilizar algumas técnicas e instrumentos como, por exemplo, ordens, instruções, motivações, informações sistemáticas, comunicações e, ainda, auxiliar na identificação de lideranças.

Ainda como uma das funções gerenciais é válido destacar processo motivacional que tem o intuito de gerar satisfação individual e coletiva dos envolvidos em uma ONG. Essa satisfação depende das necessidades das pessoas.

Outro meio de direção é a comunicação, que nada mais é que gerar e transmitir corretamente informações para todos *stakeholders* da ONG. As atividades desenvolvidas na organização terão mais qualidade a partir do momento em que diretores, funcionários, voluntários, associados, conselheiros, dentre outros, estiverem bem informados. Uma das tarefas essenciais da administração é efetuar a coordenação entre as diferentes unidades de trabalho, aplicando processos, métodos e técnicas adequados à consecução dos objetivos propostos.

A liderança é outro meio de direção, fundamental para bem conduzir as pessoas envolvidas na ONG a atingirem as finalidades almejadas.

As pessoas fazem a diferença nas organizações, especialmente nas ONGs, cujo foco de atuação social requer eficiência, eficácia, competência profissional e que sejam sensíveis às expressões da questão social. O gestor

responsável pela direção da instituição deve ter conhecimento conceitual e técnico para elaborar processos de trabalho de maneira correta, conduzindo as pessoas a atingirem os resultados institucionais propostos no planejamento.

Por último, os gestores buscam verificar se os objetivos propostos foram alcançados, através do controle das ações, Tenório (2006 apud ALVES, 2011, p. 67) cita que o controle "[...] é a função que compara as ações planejadas com os resultados obtidos. A partir desta análise é possível dar início às eventuais alterações nos rumos definidos pela organização." Na verdade, várias organizações aplicam a função gerencial a partir do controle; todavia, a sua função primordial é compor, integrar-se com as outras para análises e avaliações das atividades da ONG, buscando qualidade dos resultados. (Alves, 2011, p. 67)

Por todo o exposto, a profissionalização da gestão das organizações do TS é imprescindível para atingir os objetivos estabelecidos no planejamento. As funções gerenciais auxiliam a ONG a desenvolver as atividades com mais facilidade. Importante citar Voltolini (2003, p. 7) "[...] essas organizações não podem perder de vista a dimensão do humano e a dimensão sociocultural, mas têm de ser administradas com métodos atuais."

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do trabalho social desenvolvido pelas organizações não governamentais clama pela implementação de um modelo de gestão profissional para lhe conferir maior efetividade nos seus fins, e nesse ponto, a aplicação das funções gerenciais, à toda evidência, culmina para alcançar o almejado sucesso.

Certo é, pois, que os modelos de gestão profissional implantados nas organizações do Terceiro Setor é, de fato, o grande responsável para sua saúde organizacional, pois auxiliam e garantem maior efetividade e eficiência nos serviços prestados a comunidade. Porém é válido destacar, que as mesmas não podem desconsiderar seu caráter social, que visa prover a educação, saúde e segurança à coletividade desassistida.

Ademais, há que se mencionar que o Terceiro Setor no país, ainda incipiente, encontra-se em crescimento, e por se tratar de um assunto amplo, merece estudos mais dedicados, pormenorizando as suas peculiaridades a fim de favorecer maior compreensão acerca do tema.

Destarte, podemos concluir que o terceiro setor desempenha função social precipuamente atribuída como dever do Estado, se colocando em substituição à este naquelas frentes em que o mesmo não absorve por completo suas obrigações. E através do instrumento das funções gerenciais utilizadas pelas ONG's que cada vez mais correspondem aos anseios popular, surpreendendo de maneira positiva na prestação de serviços social.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Luis Centofante. **Gestão de Organizações Não Governamentais.** 2011.144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca. 2011.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **Terceiro Setor**: gestão e controle social. São Paulo. 1.ed. Editora Saraiva, 2007.

CAETANO, Gilberto. Terceiro setor: as tendências em ambiente globalizado. **Caderno de Administração,** São Paulo, n. 3, p.15-36, 2000.

CAETANO, Gilberto. Terceiro setor: as tendências em ambiente globalizado. In: CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão Social, estratégias e parcerias**: redescobrindo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNADES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

MANZIONE, Sydney. **Marketing para o terceiro setor:** guia prático para implantação de marketing em organizações filantrópicas. São Paulo: Novatec, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Nunes. **Duas organizações sem fins lucrativos**: duas formas de gestão? Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_adm_admtxt7.cfm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

SILVA, Antonio Luiz Paula e. (Org.). **Guia de gestão**: para quem dirige entidades sociais. São Paulo: Senac, 2002

TENÓRIO, F. G. (2006). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV.

TICS para monitoramento de alagamento em córrego urbano na cidade de Franca-SP: Antecipação do risco desencadeia o desenvolvimento local?

Este trabalho apresenta as considerações iniciais de uma pesquisa em andamento no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF. No Brasil, devido à ausência de fenômenos como terremotos, furacões ou vulcões, os principais eventos de desastres naturais estão relacionados com a chuva, que em razão das mudanças climáticas e ambientais são ameaças cada vez mais frequentes. Dados do IBGE de 2014 apontam que na Região Sudeste 45,2% dos municípios declararam ter sido atingido por alagamentos nos últimos cinco anos. A cidade de Franca-SP está situada sobre um relevo colinoso conhecido como a "terra das três colinas". Denominadas localmente como Colina da Estação, Colina do Centro e Colina da Santa Rita, são separadas entre si pelos cursos d´água dos córregos dos Bagres e Cubatão, todos canalizados formando grandes avenidas sujeita a riscos de inundações bruscas e alagamentos. A Defesa Civil tem como princípio que nos desastres os que sobrevivem não são os mais fortes, mas sim os mais preparados. Assim, o problema de pesquisa busca inicialmente resposta à pergunta: quais os recursos de TIC que antecipam o risco de alagamentos dos córregos de Franca-SP e desencadeiam o desenvolvimento local? Entendendo risco como a potencialidade de que ocorra um acidente, um desastre, um evento físico que resulte em perdas e danos sociais ou econômicos, o objetivo é investigar, na cidade de Franca-SP, os instrumentos de gestão de risco e resposta a desastres, responsáveis por diminuir o grau de vulnerabilidade, pois são elementos que aumentam a resiliência e a capacidade de resposta da sociedade frente aos perigos existentes no município. O trabalho será realizado primeiramente por meio de análise bibliográfica e documental, optou-se pela pesquisa do tipo exploratória por proporcionar maiores informações sobre o assunto determinado, facilitando a delimitação de tema de trabalho. A pesquisa exploratória, na maioria dos casos, constitui um trabalho preliminar ou preparatório para outro tipo de pesquisa.

127-2449

Luís Carlos Tanaka
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
tanaka@tanaka.pro.br

Silvio Carvalho Neto
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
silvio@facef.br

Palavras-chave: TIC, alerta prévio, enchente e, alagamento, desenvolvimento local;

INTRODUÇÃO

No Brasil, devido à ausência de fenômenos como terremotos, furacões ou vulcões, os principais eventos de desastres naturais estão relacionados com a chuva.

O problema de pesquisa busca resposta à pergunta: quais os recursos de TICs que antecipam o risco de alagamentos dos córregos de Franca - SP e desencadeiam o desenvolvimento local?

O objetivo é investigar, na cidade de Franca, os instrumentos de gestão de risco e resposta a desastres parafraseando Taurion (2011, p. 1): "avanços tecnológicos tem permitido que as cidades busquem soluções diferentes e inovadores", propõem desenvolver um sistema de monitoramento por telemetria construir o hardware baseado na plataforma Arduino; possibilitar consultas pela internet no Portal *WEB* multiplataforma, disponibilizar dados estatísticos e históricos; enviar mensagens de alertas por *SMS* aos coordenadores e agentes da Defesa Civil.

Está organizado em quatro capítulos. Inicialmente são colocados o problema e as delimitações do objeto e objetivos que serão abordados neste projeto e a metodologia do trabalho. O primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura como o cenário atual da cidade de Franca-SP. O segundo capítulo, aborda temas ligados à proposta de um Sistema de Alerta Antecipado de Desastres. No capítulo terceiro, descreve os aspectos de hardware e software que serão utilizados na elaboração do protótipo; em seguida, no quarto descreve aspectos relacionados à continuidade para futuros trabalhos; por fim as considerações finais e as referências bibliográficas.

O projeto proposto não tem a pretensão de substituir o sistema existente, mas considerando as dimensões territoriais do município, possibilitar informações específicas em outras localidades do município, precisamente nos córregos que circundam a cidade e se constituem em locais de risco, pelo bem estar da população e para o desenvolvimento regional.

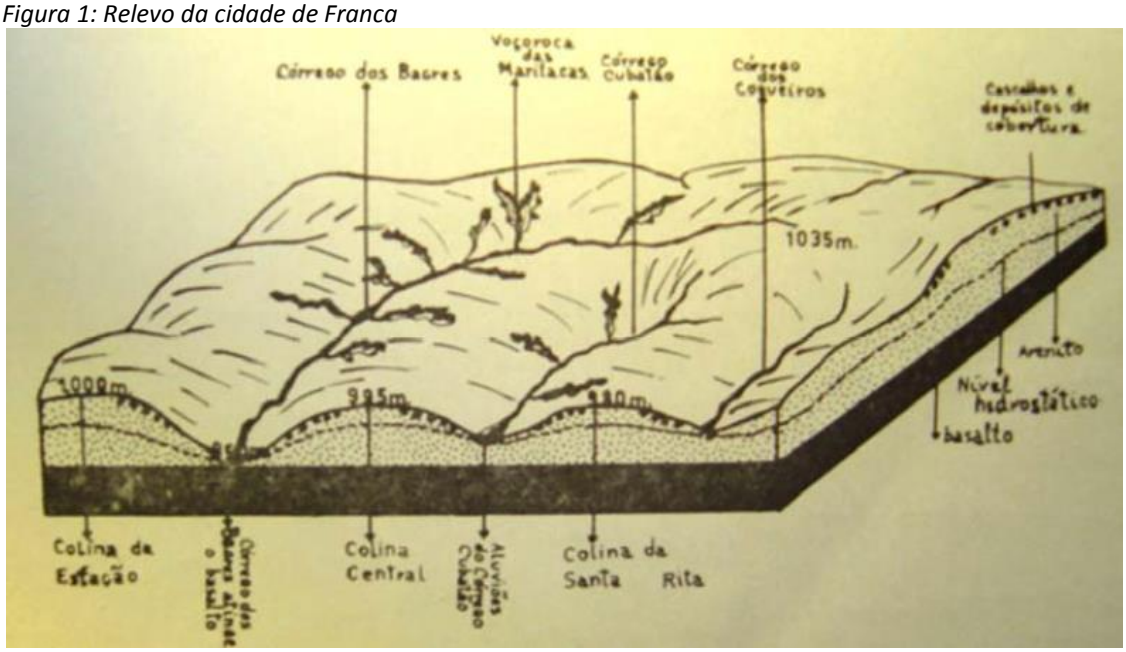
1. Colocação do Problema

Em razão das mudanças climáticas e ambientais, as inundações e enchentes são ameaças cada vez mais frequentes nas cidades brasileiras, situadas em sua maioria sobre relevo colinoso separados por cursos d´água de córregos canalizados formando grandes ruas ou avenidas.

Estas vias estão situadas em área muito povoada sujeitas a riscos de inundações bruscas e alagamentos devido à drenagem urbana das grandes cidades terem sido, durante muitos anos, tratada de maneira acessória, sem planejamento e agravado pelo crescimento demográfico desordenado das áreas urbanas.

A cidade de Franca apresenta esta característica, está situada sobre um relevo colinoso conhecido como a "terra das três colinas" ilustrado na figura 1. Denominadas localmente segundo Giometti (2006) como Colina da Estação, Colina do Centro e Colina da Santa Rita, são separadas entre si pelos cursos d´água dos córregos dos Bagres e Cubatão, todos canalizados por grandes avenidas sujeita a riscos de inundações bruscas e alagamentos.

Figura 1: Relevo da cidade de Franca



Fonte: Adaptado de Chiquito (2006, p. 46)

Segundo o IBGE, "o processo de desenvolvimento da sociedade e o crescimento das cidades com concentração da população no meio urbano, em todo o mundo, têm aumentado as tensões e o desequilíbrio ambiental com graves consequências para o bem-estar humano" (PERFIL, 2014, p. 96).

1.1 Situação Atual

Os municípios brasileiros devem, segundo o IBGE (2012), mapear suas áreas de risco, elaborar plano de contingência e criar mecanismos de controle e fiscalização, como instrumento efetivo de planejamento, diagnóstico e monitoramento das condições locais.

A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD) da Organização das Nações Unidas (ONU) pretende sensibilizar governos e cidadãos para os benefícios de se reduzir os riscos por meio da implementação de 10 passos para construir cidades resilientes. Esta iniciativa tem no Brasil o apoio, inclusive financeiro, por subvenção econômica, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC) e do Ministério da Integração Nacional para projetos nos municípios.

A tabela 1 apresenta os municípios com Sistema de Alerta Antecipado de Desastres conforme dados do IBGE. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios - 2014, no Estado de São Paulo apenas 42 do total de 645 municípios possui "instrumentos de gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, para as áreas urbanas" (PERFIL, 2014, p. 181).

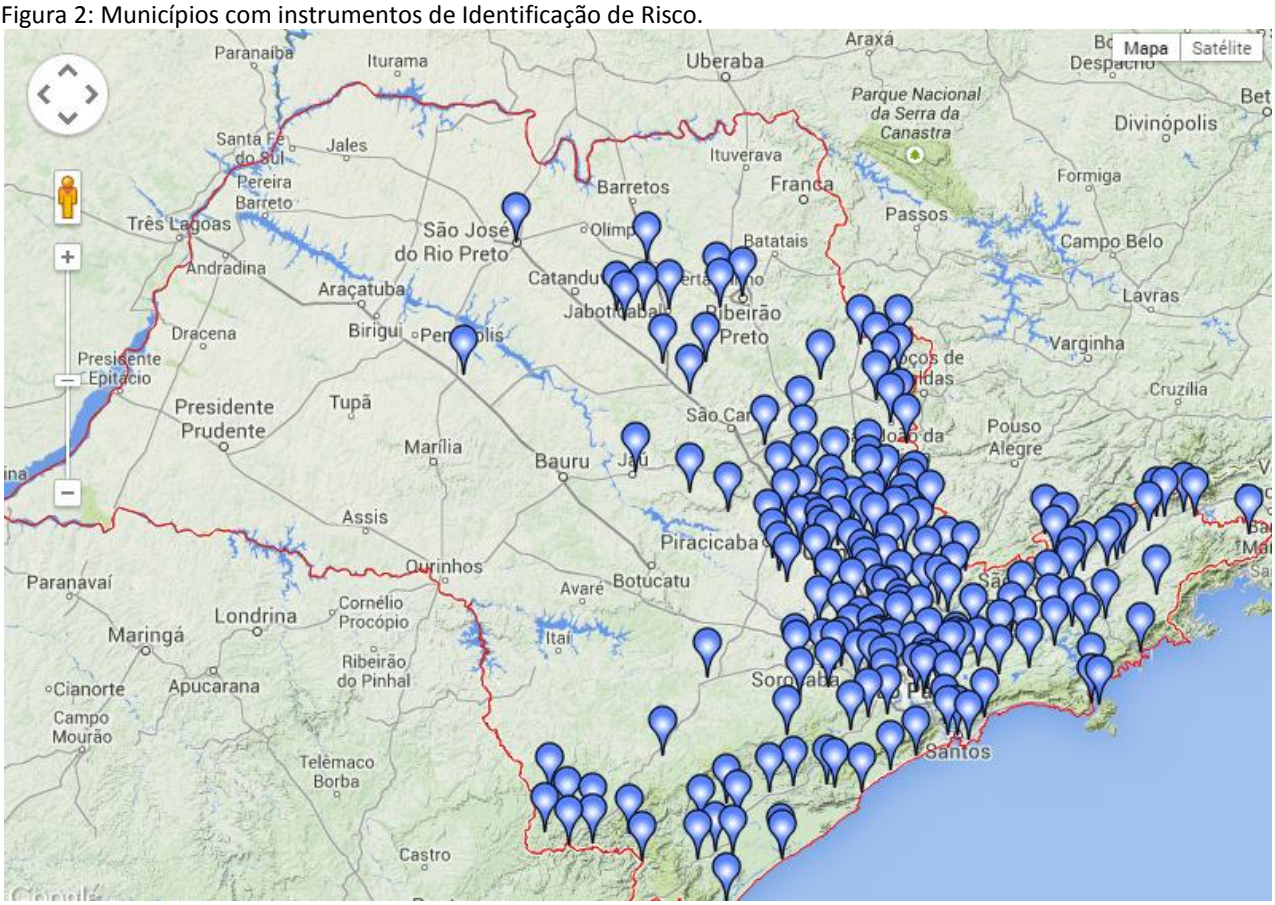
Tabela 1: Municípios com Sistema de Alerta

Região	Total de Municípios	Municípios com Sistema Alerta	Percentual
Brasil	5570	239	4,3%
Sudeste	1668	124	7,40%
Estado SP	645	42	6,50%

Fonte: Adaptado de Perfil (2014, p.179 e 181)

As localidades com instrumentos de identificação de riscos nos municípios do Estado de São Paulo estão ilustradas na figura 2, cujo mapa permite observar a ausência de tais instrumentos na região de Franca, localidade objeto deste estudo.

Figura 2: Municípios com instrumentos de Identificação de Risco.



Fonte: http://www.sidec.sp.gov.br/producao/map_risco/pesqpdf3.php

1.2 Medições de Nível D´água

As primeiras observações sistemáticas de nível d´água em rios, segundo Barros e Zambon (2013, p. 16), são datadas do período de 2900 a 2500 aC., sendo a Pedra de Palermo, ilustrada na figura 3, a documentação mais antiga.

Figura 3: Pedra de Palermo

Fonte: Adaptado de Barros e Zambon (2013, p. 16)

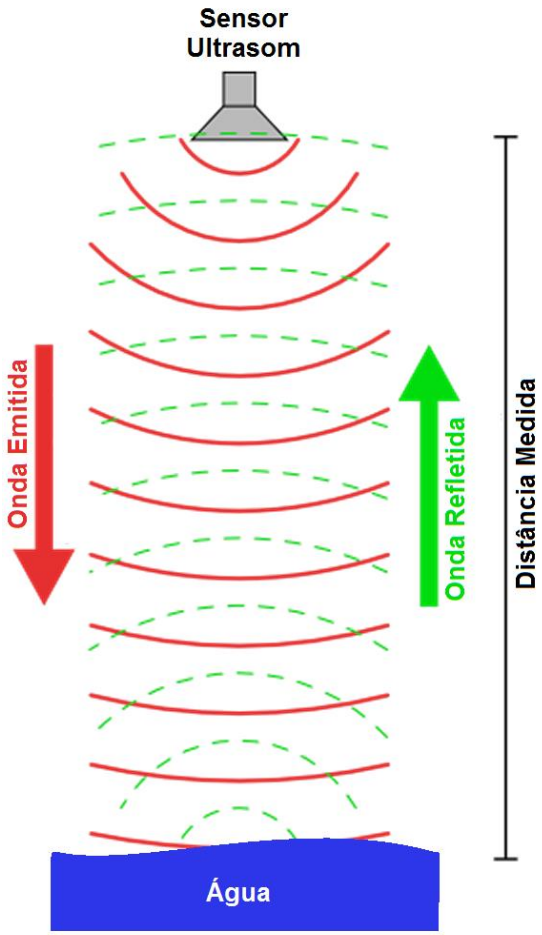
Atualmente, são utilizadas Réguas Limnimétricas para medição do nível d´água, ou outros tipos de Limnígrafos. Os locais de medição são classificados em dois tipos, Postos Fluviométricos: os níveis são medidos diariamente, às 7h e às 17h; e Postos Fluviográficos: onde os níveis são registrados continuamente, em papel ou meio magnético (BARROS e ZAMBON, 2013, p. 15).

2. Proposta de Sistema de Alerta Antecipado de Desastres

Consiste de uma unidade de processamento em um componente de hardware microcontrolado com sensor ultrassônico para medir o nível de córregos urbanos da cidade de Franca-SP.

Esse sensor emite uma onda sonora que colide na superfície da água e retorna, para fazer a medição da distância conforme ilustrada na figura 4.

Figura 4: Sensor Ultrassônico - Princípio de funcionamento



Fonte: Adaptado de WIORA.

Estes sensores emitem um pulso de som e calculam o tempo que leva para que ele seja refletido na superfície da água. Os dados coletados são processados pelo microcontrolador e enviadas continuamente, através da rede celular *GSM*, para uma central de monitoramento na *WEB*, onde são exibidas em tempo real, podendo ser visualizados em qualquer dispositivo com acesso à internet.

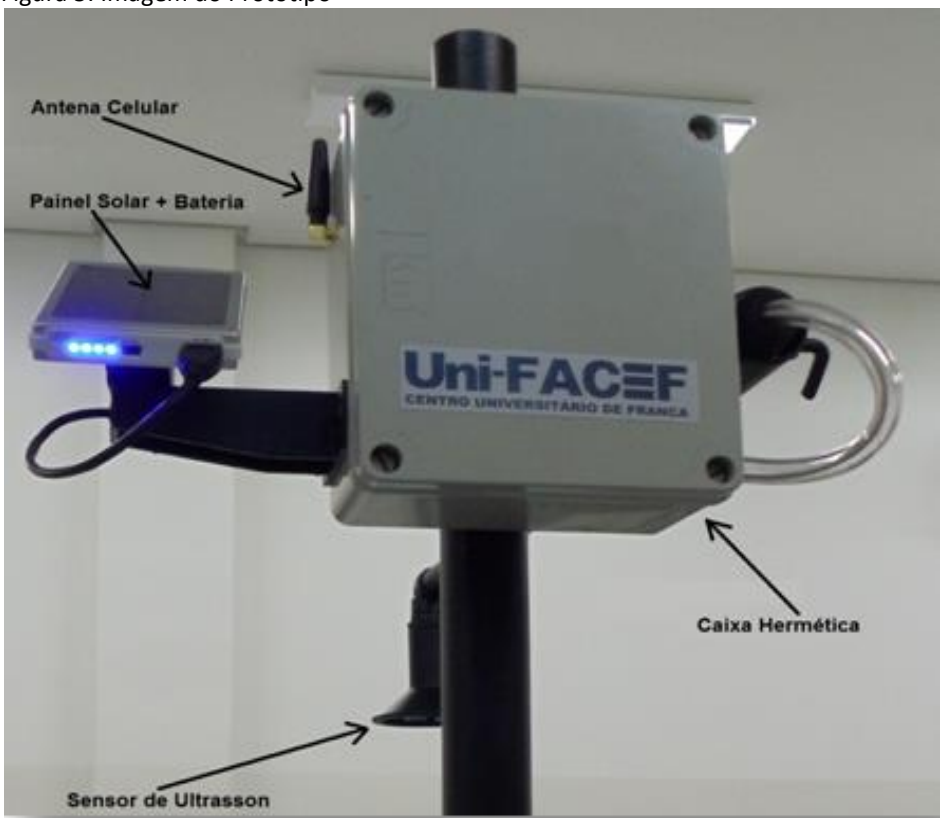
A tecnologia *GSM/GPRS* possibilita manter o sistema "online" com baixo custo devido o método de tarifação não ser realizado por tempo de conexão, mas tráfego de dados (*bytes*). Esta comunicação é bidirecional, permitindo também receber dados de configuração ou para realizar ações e interagir com o ambiente como sinalização sonora e luminosa.

Este projeto possibilita a inclusão de outros recursos adicionais como: velocidade e direção do vento e da chuva; pressão atmosférica, temperatura; umidade do ar; imagens (fotos), entre outros, transformando-a em uma mini estação meteorológica, personalizável conforme as necessidades de cada localidade.

3 Protótipo: Hardware e Software

O protótipo ilustrado na figura 5 é baseado na placa Arduino Uno abordado no capítulo 3 deste trabalho, um sensor de ultrassom, um módulo de *GPRS/GSM* e um conjunto de baterias com painel solar para carregá-las.

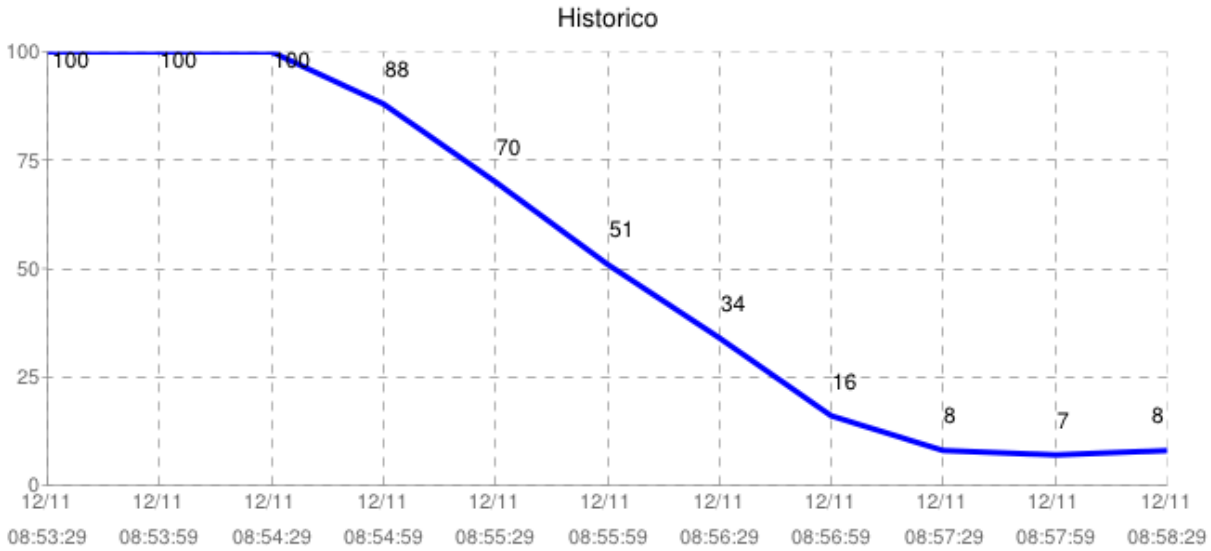
Figura 5: Imagem do Protótipo



Fonte: Os autores

Utiliza tecnologias de código aberto tanto de hardware quanto de software, linguagem em *PHP* e Gerenciador de Banco de Dados *MySQL* para persistência e gerenciamento dos dados recebidos da unidade de telemetria, beneficiando-se do poder computacional da rede mundial de computadores, livre de custos de licenciamentos de softwares e isento da dependência de fornecedores específicos.
A aquisição de dados (*Dataloggers*) possibilita o registro de diversas informações por longos períodos automaticamente, agilizando o processo de medições. O sistema autônomo registra e armazena dados de forma síncrona e programada, sem a necessidade de acompanhamento presencial. A base de dados armazenada em *MySQL*.
Para gerar gráficos optou-se pela *API* do Google denominada "*Google Chart*". Esta *API* permite gerar os gráficos necessários, como ilustrados na Figura 6 e 7, sem a instalação de qualquer componente adicional no servidor *web*.

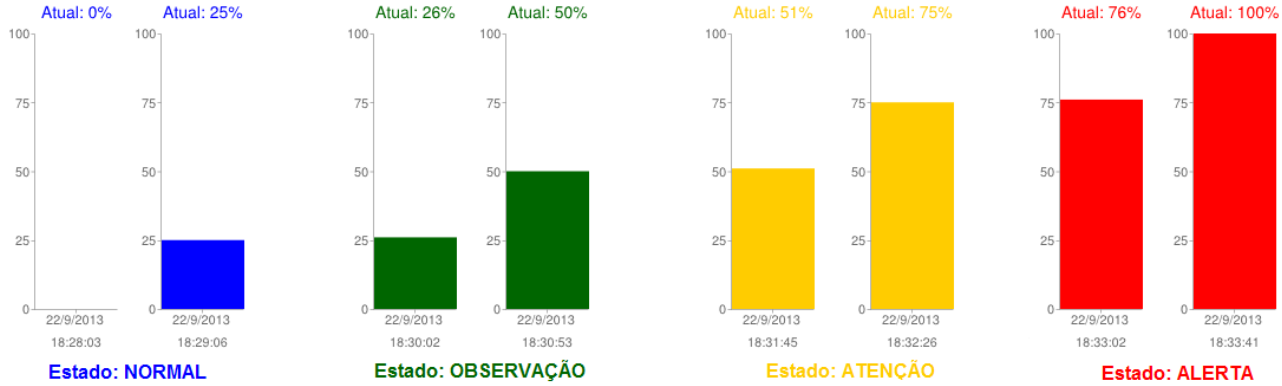
Figura 6: Gráficos – Histórico (imagem meramente ilustrativa)



Fonte: Os autores

O segundo gráfico simula a calha do córrego e permite ilustrar quatro níveis, em escala de 0 a 100% com frações de 25%, conforme orientação de especialista consultado sobre o processo de monitoramente, mudando de cor conforme o estado informado: azul para Normal, verde para Observação, amarelo para Atenção e vermelho para Alerta, ilustrados na figura 7.

Figura 7: Gráficos – Situação Atual. (a) azul, (b) verde, (c) amarelo, (d) vermelho

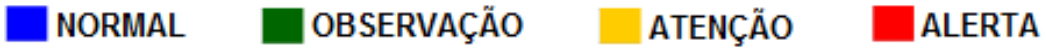


(a) (b) (c) (d)

Fonte: Os autores

Uma legenda dinâmica de situação, ilustrada na figura 8, apresenta na página do *web* do sistema a condição atual com destaque na cor representativa da situação.

Figura 8: Legenda Dinâmica de Situação. (a) azul, (b) verde, (c) amarelo, (d) vermelho



(a) (b) (c) (d)

Fonte: O autor

Este padrão de cor está presente também nos gráficos de Histórico e de Estado Atual (figura 6), possibilitando uma rápida leitura e identificação da situação a partir destas cores.

4. Continuidade e Trabalhos Futuros

Conforme a legislação vigente: artigo 2º da Lei 12.608 que destaca: "É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução de riscos de desastre".

São objetivos da PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil [..] artigo 7º "Compete aos Estados: [...] V – Realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, em articulação com a União e os Municípios".

Os custos, segundo dados da UNESCO, apresentados na Conferência Internacional de Kyoto no Japão em 2005 sobre Monitoramento, Prevenção e Gerenciamento de Desastres - *International Conference Monitoring, Prediction and Managing Disasters*, para cada U$100 gastos para atender desastres hidrológicos: U$96 são utilizados para emergência/reconstrução; U$4 são utilizados em prevenção MENDIONDO (2010, p. 23).

Desenvolvido neste projeto, o protótipo permite realizar testes funcionais e aprimorar o modelo. Este ambiente de simulação possibilita desta forma, obter dados primários com gráficos ilustrativos.

Para futuros trabalhos nesta linha, existem melhorias a ser realizada no sistema, como a inclusão de novos recursos, a evolução da interface *WEB* de modo a permitir o cadastramento de usuários, aplicativo para dispositivos móveis, entre outras.

Entretanto, a construção de um dispositivo definitivo e a instalação nos córregos da cidade, em um ambiente real de uso, faz-se necessário para a continuidade e aperfeiçoamento dos conceitos até então obtidos.

Considerações Finais

O IBGE investigou no ano de 2013 todos os 5.570 municípios brasileiros instalado no território nacional quanto à existência de algum plano municipal de redução de risco. A pesquisa apresenta como resultado:

"constatou que um número muito reduzido de municípios tem este tipo de plano" e cita a "capacidade dos gestores municipais em atender suas populações" (PERFIL, 2011, p.999).

O protótipo desenvolvido permitiu identificar os componentes de um sistema de monitoramento e alerta prévio de alagamentos e o desenvolvimento, aplicação e operação destes componentes, cuja complexidade que exige habilidade em diferentes áreas do conhecimento como eletrônica, hardware, software e programação.

Foram construídos com sucesso um dispositivo coletor de dados com Arduino, *GSM* e sensor ultrassônico de forma a permitir obter nível d´água, e um sistema *WEB* de retaguarda programado em *PHP* integrar ao banco de dados, para ser utilizado através de um navegador tendo como ambiente de execução a internet. Durante a operação do protótipo em demonstração foram enviadas mensagens *SMS* para os dispositivos móveis dos participantes.

Este artigo apresentou os resultados parciais de uma ferramenta acessível a qualquer cidadão através da *web*. Entretanto, a construção de um dispositivo definitivo e a instalação nos córregos da cidade, em um ambiente real de uso, faz-se necessário para a continuidade e aperfeiçoamento dos conceitos até então obtidos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Mario Thadeu Leme de; ZAMBON, Renato Carlos. Medição de Vazão II 2013. Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Escola Politécnica da USP. Disponível em: <http://200.144.189.97/phd/default.aspx?id=112&link_uc=disciplina>. Acessado em 15 de setembro de 2013.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.608 de 10 de abril de 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Brasília: Diário Oficial de 11 abril 2012.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. Expansão Urbana e Meio Ambiente nas Cidades Não Metropolitanas: O caso de Franca – SP. 2006, 182f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Engenharia USP, São Carlos. (Dissertação).

DEFESA Civil SP. Institucional - Histórico. Disponível em:http://www.defesacivil.sp.gov.br/v2010/portal_defesacivil/conteudo/institucional.html#. Acessado em 17 de novembro de 2012.

_____. Municípios com Instrumentos de Identificação de Risco. 2014. Disponível em: http://www.sidec.sp.gov.br/producao/map_risco/pesqpdf3.php. Acesso em 16 de agosto de 2014.

GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; CARVALHO, Aline Vogt Planchesz de. A Água em Franca. Coleção Água e Cidadania: Ação local, efeito global. Vol.2. Franca: Unesp Franca, 2006. 29 p.

MEDIONDO, Eduardo Mário. Infraestrutura Urbana Resiliente para Gestao de Riscos Hidrológicos. Simpósio Alagoano de Engenharia Civil – UFAL. 2010. Disponível em: http://www.pet.ufal.br/petcivil/downloads/saec2010/dia3mediondo.pdf. Acesso em 22 de março de 2013.

PERFIL dos Municípios Brasileiros. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2011. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 363 p.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2013. 11a ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 285 p.

TAURION, Cezar. A Internet das Coisas - Brasil. IBM Pequenas e Médias Empresas. Soluções de Negócios. 2011.

Disponível em: http://www.ibm.com/midmarket/br/pt/pm/internet_coisas.html. Acesso em 28 de fevereiro de 2013.

WIORA, Georg. Principle of a sonar or radar distance measurement. 3 de outubro de 2005. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sonar_Principle_EN.svg
?uselang=pt-br. Acessador em 16 de novembro de 2012.

Transexualidade e Dignidade da Pessoa Humana

A principal fonte desta pesquisa é a transexualidade, ou disforia de gênero, em que o indivíduo não se identifica com o próprio gênero, mas sim com o sexo oposto ao seu. Os transexuais enfrentam inúmeros preconceitos e dificuldades ao longo de suas vidas. Pode-se afirmar que para alcançar sua completude o transexual necessita reconhecer-se como titular do sexo oposto em todos os sentidos, médico (adequação do sexo biológico ao sexo psicológico), social (inclusão social deste indivíduo, para que seja aceito pela sociedade) e jurídico (perante a lei). No Brasil, não existe legislação específica a respeito da transexualidade, assim, a regulamentação da cirurgia de transgenitalização é responsabilidade do Conselho Federal de Medicina. Mesmo sem legislação específica, o Direito é de extrema importância para os transexuais, pois em defesa da dignidade da pessoa humana busca-se a possibilidade de retificação do registro civil para a modificação do nome e sexo do transexual, mesmo sem submissão à cirurgia de redesignação sexual. Assim, este trabalho se desenvolve no sentido de divulgar os direitos fundamentais dos transexuais, de suma importância para a inclusão do transexual no meio social. Trata-se de pesquisa bibliográfica, ou seja, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses de diversas áreas do conhecimento. No mais, ao buscar uma resposta para o objeto deste estudo, utiliza-se de maneira complementar a pesquisa descritiva.

028-2346

Edwirges Elaine Rodrigues
Membro da Comunidade
edwirges_elaine@yahoo.com.br

Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga
Membro da Comunidade
draamaliaalvarenga@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade, dignidade da pessoa humana, cirurgia de transgenitalização, retificação do registro civil.

ABSTRACT: The main source of this research is transsexualism or gender dysphoria, in which the individual does not identify with their gender, but with the opposite of their sex. The transsexuals faces several prejudices and difficulties throughout their lives. It can be stated that to achieve his completeness the transsexual needs to recognize yourself as the opposite sex in every way, medical (adequacy of biological sex to psychological gender), social (social inclusion of this individual to be accepted by society) and legal (under the law). In Brazil, there is no specific legislation regarding transsexualism, thus, the regulation about the reassignment surgery is responsability of the CFM. Even without specific legislation, the law is extremely important to transsexuals, because in defense of the dignity of the human person there is the possibility of rectifying the civil registry to modify the name and sex of the transsexual even without submission to sexual reassignment surgery.

KEYWORDS: Transsexualism, human dignity, reassignment surgery, rectification of civil registration.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho gira em torno do indivíduo transexual e seus direitos fundamentais ditados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado expressamente em nossa Lei Fundamental e tido por ela como um valor essencial.

É considerada transexual a pessoa que se sente pertencer ao gênero oposto, por ser o seu sexo biológico distinto do seu sexo psicológico. Assim, esta pessoa pertence morfologicamente a um determinado sexo, mas psicologicamente pertence ao sexo oposto.

Embora a transexualidade seja estudo de diversas áreas do conhecimento, ainda não se chegou à uma explicação científica que dê respostas exatas para a rejeição do próprio gênero e identificação com o gênero oposto.

O indivíduo transexual enfrenta várias batalhas, desde a sua aceitação pela sociedade, passando pela submissão à cirurgia de readequação sexual até a retificação do seu registro público, com a modificação do nome e sexo em seus documentos.

O Direito tem se mostrado flexível, acompanhando as mudanças sociais. E, neste sentido, com fundamentos no princípio da dignidade da pessoas humana, o Direito se destaca na vida dos transexuais ao permitir a modificação do nome e do sexo, mesmo sem a realização da cirurgia de readequação sexual.

1 DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais representam o conjunto mínimo necessário para assegurar uma vida ao ser humano, baseada na liberdade e na dignidade e evitar que passe por sofrimentos.

Segundo Ingo Sarlet, os direitos fundamentais podem ser diferenciados dos direitos humanos, ao passo que, o termo "direitos fundamentais" se aplica àqueles direitos do homem, reconhecidos e positivados na esfera do direito Constitucional positivo de determinado Estado, enquanto, a expressão "direitos humanos" faz referência aos direitos inerentes aos ser humano em nível supranacional, independentemente de sua vinculação à determinada ordem constitucional, aspirando validade universal (SARLET, 2003, pp. 33, 34).

Os direitos fundamentais surgiram em meio a necessidade de limitação e controle dos abusos de poder do próprio Estado e de suas autoridades constituídas, consagrando, assim, os princípios básicos da igualdade e da legalidade como regentes do Estado moderno contemporâneo.

Portanto, os direitos fundamentais colocam-se como uma das previsões necessárias à todas as Constituições, no sentido de valorizar o respeito à dignidade da pessoa humana, garantir limitação de poder e visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana.

Na história constitucional brasileira, nunca uma carta política proclamou de maneira tão abrangente e pormenorizada os direitos e garantias fundamentais do homem, como o fez a Constituição Federal de 1988. Isto se dá pelo fato de ser o Brasil, um Estado Democrático de Direito, art. 1º da Constituição Federal, indispensável à concretização dos direitos fundamentais.

Pode-se afirmar que os direitos fundamentais são em verdade, concretizações do máxi princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, consagrado expressamente em nossa Lei Fundamental e tido por ela como um valor essencial.

1.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A importância que se deu à pessoa variou no tempo e no espaço, o que revela um componente cultural na compreensão do que hoje se entende por dignidade humana. Assim, cumpre traçar a evolução histórico filosófica do princípio da dignidade humana.

No pensamento filosófico e político da antiguidade clássica, a dignidade da pessoa humana era concedida em regra, com base na condição social ocupada pelo indivíduo e o seu grau de reconhecimento pela sociedade. Desta forma, existiam pessoas mais dignas ou menos dignas, como por exemplo os escravos que estavam reduzidos à servidão e não eram considerados merecedores de dignidade. Esta é a fase em que a dignidade era considerada relativa (SARLET, 2001, p. 30).

Com o passar do tempo, o conceito de dignidade humana evoluiu, na Idade Média, Tomás de Aquino foi o grande pensador a dedicar-se ao estudo do tema, o qual chegou a referir-se expressamente ao termo "dignitas humana", o pensador defendia que a dignidade é uma virtude oferecida por Deus, sendo todo homem filho de Deus, portanto digno (SARLET, 2001, p. 30).

No início da Idade Moderna, o humanista italiano Pico della Mirandola foi pioneiro ao desenvolver o princípio da dignidade, dando-lhe sentido fora da teologia, ao justificar a idéia da grandeza e superioridade do homem em relação aos demais seres, afirmou que, por ser criatura de Deus, ao homem foi outorgada uma natureza indefinida para que fosse seu próprio arbítrio, soberano e artífice, dotado da capacidade de ser e obter aquilo que ele próprio deseja (SARLET, 2003, p. 107).

Nesta mesma época, o espanhol Francisco de Vitória defendeu a existência de dignidade em todos os seres humanos, de onde se podia depreender que a escravidão era um crime, diferentemente do que se pensava à época (SARLET, 2003, p. 107).

No âmbito do pensamento jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, o significado de dignidade enfrentou um processo de racionalização e laicização, predominando inalterada, no entanto, a noção fundamental da igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade, destacando-se o pensador alemão Samuel Dufendorf, que defendia que todos deveriam respeitar a dignidade humana. Segundo Dufendorf, mesmo o monarca deveria admitir que seus súditos mais humildes eram detentores do direito de agir conforme a sua própria razão e entendimento (SARLET, 2001, p. 32).

É com Kant, no século XVIII, que se secularizou a dignidade, que, de vez por todas, abandonou suas vestes sacrais. Para Kant o ser humano não pode ser tratado como objeto, nem por si próprio. Neste sentido, propôs a teoria do imperativismo categórico, que prega que o homem é um fim em si mesmo, e, por isso não pode ser tratado como objeto, nem usado como meio de obtenção de qualquer objetivo (SARLET, 2010, p. 37).

É justamente no pensamento de Kant que a doutrina mais expressiva parece identificar as bases de uma fundamentação e conceituação da dignidade da pessoa humana.

No século XX a Segunda Guerra Mundial foi o cenário para que a dignidade humana tomasse novos rumos à sua constitucionalização, haja vista tamanhas atrocidades ocorridas naquela época, o mundo padecia sob os horrores do nazismo e facismo, onde a dignidade voltou a ser relativa, milhões de judeus, ciganos e homossexuais foram reunidos forçosamente em campos de concentração, sem qualquer dignidade.

Assim, a Segunda Guerra Mundial significou a ruptura com os direitos humanos, logo, o pós guerra deveria significar a sua reconstrução.

Neste sentido, em 1945, 51 países assinaram a carta de fundação da ONU e em 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que faz referência à dignidade humana em seu art. 1º, " todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade" (SARLET, 2010, p. 37).

A partir deste momento começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção dos direitos fundamentais

No âmbito do Direito Constitucional ocidental, percebe-se a elaboração de textos constitucionais abertos a princípios dotados de elevada carga axiológica, com destaque ao valor da dignidade humana.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. O texto demarca a ruptura com o regime autoritário militar instalado em 1964, refletindo o consenso democrático "pós-ditadura". É em seu art. 1º, que a CF reconhece a dignidade da pessoa humana como princípio basilar do direito pátrio.

Embora muitos não se atrevam a dizer o que é dignidade humana, Ingo Sarlet (2001, p. 60) a conceitua como:

> Qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem à pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com demais elementos humanos.

A dignidade da pessoa humana consagra-se assim, como verdadeiro princípio a orientar o Direito Internacional e Interno.

Nenhum princípio é mais valioso para compreender a unidade material da Constituição que o princípio da dignidade humana.

Será com base neste máxi princípio, que serão abordados e defendidos os direitos fundamentais da pessoa transexual.

2 IDENTIDADE DE GÊNERO

Antes de adentrar ao tema da transexualidade, cumpre trabalhar os conceitos de gênero, sexo e identidade de gênero.

O termo "sexo" compreende diversos significados, cabendo sua utilização em diferentes sentidos, como, por exemplo, o conjunto de características anatômicas segundo as quais um ser pode ser classificado como macho ou fêmea ou os próprios órgãos sexuais.

O dicionário Novo Aurélio define sexo como a “Conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais, atribuindo-lhes um papel determinado na geração e conferindo-lhes certas características distintivas” (FERREIRA, 1999, p. 1849).

Com o surgimento do conceito de gênero, a palavra “sexo” passou a ser utilizada num contexto mais ligado à biologia, como uma condição prescrita biologicamente ao indivíduo.

O termo “gênero”, por sua vez, normalmente é utilizado numa acepção cultural e social, buscando afastar um determinismo biológico.

De acordo com o dicionário Novo Aurélio, gênero significa também “A forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos” (FERREIRA, 1999, p. 980).

Mencionada as definições de gênero e sexo, passa-se ao conceito de identidade de gênero.

Sabe-se que biologicamente há uma dualidade de sexos: feminino e masculino, sendo estes determinados pela genitália externa do indivíduo.

Assim, o indivíduo que possui o órgão sexual masculino (pênis) é biológica e socialmente considerado do gênero masculino. Já o indivíduo que detém o órgão sexual feminino (vagina) é biológica e socialmente considerado do gênero feminino.

É este sexo morfológico que será utilizado para a elaboração do registro civil de nascimento, que por lei deve constar o sexo do indivíduo.

Durante o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, este, a partir dos componentes que concorrem para a formação de seu sexo, identifica-se com um determinado gênero, feminino ou masculino, desenvolvendo uma convicção inafastável acerca de sua sexualidade.

A identidade de gênero se manifesta, portanto, como um sentimento do indivíduo quanto à sua identificação como homem ou mulher, o que pode ou não corresponder ao sexo atribuído quando de seu nascimento.

É considerado Transtorno de Identidade de Gênero, quando o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não se identifica com o seu gênero, por ser o seu sexo biológico distinto do seu sexo psicológico. Assim, esta pessoa pertence morfologicamente a um determinado sexo, mas psicologicamente pertence ao sexo oposto.

As pessoas que possuem este transtorno de identidade de gênero são consideradas transexuais, pois o seu sexo psicossocial transcende ao sexo biológico.

3 DIVERSIDADE SEXUAL

É importante mencionar que, identidade de gênero não se confunde com orientação sexual, pois, a primeira conforme visto no título anterior, é a forma como o indivíduo se identifica, seja pertencente ao gênero feminino ou masculino, já orientação sexual diz respeito às formas pelas quais o indivíduo irá se relacionar sexualmente.

Desde o início da humanidade, criou-se o costume de que o homem deve se envolver amorosamente e sexualmente com uma pessoa do sexo oposto ao seu, ou seja, o sexo masculino deve se relacionar com o sexo feminino e vice versa.

Assim, **heterossexuais**, são considerados os indivíduos que se sentem atraídos e se relacionam com pessoas do sexo oposto ao seu.

Entretanto, desde a antiguidade há relatos de pessoas que se comportavam de forma distinta a este costume. Deste modo, alguns homens preferiam se relacionar com outros homens e mulheres se relacionavam com outras mulheres.

A estes grupos que sentem atração física e se relacionam com pessoas do mesmo sexo é dado o nome de **homossexuais**.

Com o passar do tempo esta diversidade sexual ganhou força, e hoje, apesar de ainda enfrentar um enorme preconceito por parte da sociedade, não limita-se apenas aos heterossexuais e homossexuais.

Existem outros grupos, como por exemplo os **bissexuais**, pessoas que têm afinidade por indivíduos de ambos os sexos, ou seja, momentos se relacionam com pessoas do mesmo sexo e em outros instantes se relacionam com pessoas do sexo oposto.

Por sua vez, o grupo composto pelos **travestis** são em sua maioria homens, que se vestem e se comportam conforme o sexo oposto ao seu, entretanto, sua orientação sexual é homossexual.

Também há de se mencionar que os travestis não se confundem com os **transexuais**, pois, estes, ao contrário daqueles, têm aversão ao próprio órgão sexual, que não é considerado fonte de prazer (NAVES e SÁ in CORRÊA, et. al., 2006, p. 227).

Frisando que a pessoa transexual em regra tem sua orientação sexual heterossexual, levando em consideração o seu sexo psicossocial.

Assexuada é considerada a pessoa que é desprovida de desejo sexual, não se sente atraída fisicamente por qualquer pessoa, seja do sexo feminino ou masculino. No entanto, uma pessoa que se diz assexuada pode se apaixonar por outra, amá-la e ser feliz, ainda que nunca se sinta sexualmente atraída e não tenha necessidades sexuais.

Embora os grupos mencionados neste título representem a maior parte da diversidade sexual, existem outros grupos, entretanto, devido a complexidade que envolve a matéria, eles não serão abordados neste trabalho.

4 TRANSEXUALIDADE

Transexual é considerado o indivíduo anatomicamente de um sexo, porém, que acredita veemente pertencer a outro sexo. Esta crença é tão forte que o transexual possui um desejo incessante de ter o corpo modificado com a finalidade de ajustar-se ao verdadeiro sexo, ou seja, ao seu sexo psicossocial.

Considera-se transexual feminino, o indivíduo que nasceu com o órgão genital masculino, entretanto com o sexo psicossocial feminino, por sua vez, é considerado transexual masculino a pessoa que nasceu com a genitália feminina e possui psicologicamente o sexo masculino.

O transexual é classificado como primário e secundário. Sendo considerado primário, aquele indivíduo que, manifesta desejo inequívoco de modificação do sexo, desde sua infância. Já o transexual secundário é aquele

que encontra dificuldades para se identificar, podendo se considerar homossexual ou travesti em alguns momentos de sua vida (NAVES e SÁ in CORRÊA, et. al., 2006, p. 228).

Embora muitos defendam a despatologização da transexulidade, e a inutilização da expressão transexualismo, a mesma ainda é classificada como transtorno de identidade de gênero, constante na lista de doenças mentais, (CID - 10 Classificação Internacional de Doenças - editada pela OMS).

Nesse sentido, a Resolução n.º 1.955/10 do Conselho Federal de Medicina, repetindo a previsão contida nas resoluções anteriores (de n.º 1.482/97 e n.º 1.652/02), estabelece os critérios mínimos para a definição do transexualismo:

> Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:
> 1. Desconforto com o sexo anatômico natural;
> 2. Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
> 3. Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
> 4. Ausência de outros transtornos mentais.

A resolução do Conselho Federal de Medicina, descreve a pessoa transexual como portadora de "desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio" (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010).

Para Maria Helena Diniz (2009, p. 281) a transexualidade implica um drama jurídico-existencial, decorrente da cisão entre a identidade sexual física e a identidade psíquica, drama esse que transcende o incômodo psicológico e leva à efetiva rejeição do fenótipo, resultando em tendência à automutilação genital ou dos seios, ou ao autoextermínio.

4.1 TEORIAS SOBRE AS CAUSAS DA TRANSEXUALIDADE

A transexualidade é estudada por diversas áreas do conhecimento, medicina, psicologia e ciências jurídicas. No entanto, a ciência ainda não identificou precisamente, do ponto de vista biológico, a explicação para a rejeição do gênero correspondente ao sexo.

Duas correntes se destacam neste assunto, a psicossexual e a neuroendócrina.

O psicanalista Stoller, defensor da teoria psicossexual, considera as influências ambientais em que a pessoa vive, fundamentando os desvios sexuais com base na análise da relação do transexual com sua mãe, na infância (CAMARGO, 2011, p. 26).

Afirma Stoller que o tratamento deve ser iniciado nos primeiros anos de vida, através de terapia, para que haja tempo de corrigir os rumos da identidade de gênero. Passada esta fase, o tratamento estará comprometido. Neste sentido, Stoller defende a inexistência de cura para a transexualidade na fase adulta, restando a cirurgia de redesignação de sexo, como única alternativa (GONÇALVES, 2012, p. 72).

Já o endocrinologista Harry Benjamin, defensor da teoria neuroendócrina ou biossexual, explica a origem da transexualidade em virtude de alterações no hipotálamo (glândula que controla o comportamento sexual) que fazem com que a secreção androgênica produzida não atinja o centro de identidade sexual ou que não haja resposta a essa secreção, permanecendo o centro hipotalâmico com as características originais femininas.

A teoria neurológica, baseada em Benjamin e logo após, formulada por holandeses, explica a transexualidade a partir do tamanho da região do cérebro em que desenvolvem os hormônios sexuais:

> Estudando o hipotálamo de cadáveres, região do cérebro responsável pelo desenvolvimento dos hormônios sexuais, os cientistas descobriram que uma parte chama estria terminal é em média 44% maior nos homens do que nas mulheres. Ao medir a região em seis transexuais, os pesquisadores descobriram volumes até 52% menores do que a média masculina. Portanto, a região cerebral ligada à evolução da sexualidade seria, nos transexuais, mais próxima à das mulheres do que à dos homens (GONÇALVES, apud WEIS, 1998).

Simpatizante à teoria de Benjamin, o médico Roberto Farina, especialista no estudo sobre transexualidade, afirma que a criança já nasce transexual, com horror à sua genitália e jamais busca um companheiro homossexual, pois está identificada com o outro sexo desde a infância, o que, no entanto, se aplica apenas ao transexual primário (GONÇALVES, 2012, p. 72).

No entanto, entende-se que os fatores que levam um transexual a ser classificado como secundário, não faz dele menos transexual que o primário, pois, muitas vezes a pessoa procura comportar-se de acordo com os

padrões que a sociedade exige, na tentativa de superar seus anseios e preferências, ainda mais sabendo de todas as dificuldades que enfrentará em uma sociedade preconceituosa.

O fato do transexual repudiar seus órgão sexuais, a ponto de querer extirpá-los, não deve ser visto como a única forma de identificação da transexualidade, pois, estas características aparecerão com maior ou menor intensidade, em cada indivíduo.

Assim, é possível que uma pessoa transexual consiga ter uma vida digna, sem se submeter à cirurgia, que é altamente invasiva.

No entanto, ao contrário da suposição acima colocada, muitos transexuais só encontrarão sua dignidade após a realização da cirurgia, que adequará seu sexo psicológico ao sexo biológico.

5 CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL

Vale ressaltar que a cirurgia para a modificação da genitália não é condição para o diagnóstico da transexualidade, mas, sim, a última forma de tratamento, quando as demais forem inválidas.

Neste sentido, seguem as palavras de Elimar Szaniawski (1999, p. 68):

> O fato de estar a pessoa perfeita e corretamente caracterizada como transexual não significa que a mesma deva, obrigatoriamente, ser submetida à cirurgia de mudança de sexo, que, segundo nosso entender, é de último e derradeiro recurso, utilizado somente depois da falência das demais terapias adequadas ao caso.

Assim, existem outras formas de tratamentos, medicamentoso, hormonal, psicopedagógico e psiquiátrico, que possibilitam que a pessoa viva como se pertencesse ao outro sexo, sem passar pela cirurgia (SZANIAWSKI, 1999, p. 68).

No entanto, esgotadas todas as possibilidades de tratamento não cirúrgico, a última alternativa é a redesignação sexual, através de cirurgia.

Este procedimento cirúrgico de transgenitalização é bastante discutido no ordenamento jurídico brasileiro, pois, de um lado, poder-se-ia caracterizar esta cirurgia como mutilante, afastando a licitude de sua realização; por outro ângulo, justifica-se a legalidade de tal procedimento, por se tratar da única forma de solucionar efetivamente o problema do transexual, tratando-se de uma cirurgia corretiva.

Entende-se como mais adequada a finalidade terapêutica da cirurgia, que afasta o caráter mutilador, assim, torna-se admissível a disposição do direito à integridade física para autorizar a cirurgia de adequação sexual, na medida em que corresponde à realização do direito à saúde e à garantia da dignidade da pessoa humana, possibilitando o livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo

Sem uma legislação expressa que regulamente a situação do indivíduo transexual, o diagnóstico de transexualidade e a possibilidade de intervenção cirúrgica, fica a cargo do Conselho Federal de Medicina, que em sua Resolução nº 1.955 de 2010, dispõe a respeito:

> Art. 4º - Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:
>
> 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;
>
> 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
>
> 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

Através da resolução acima mencionada, a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, (extirpação do pênis e construção da vagina) e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo, deixa de ser realizada a título experimental.

Além disso, foi permitido que todos os procedimentos de transgenitalização sejam realizados em hospitais públicos ou privados, inclusive as cirurgias experimentais de neofaloplastia, (transformação da vagina em pênis), desde que o hospital atenda aos requisitos estabelecidos e seu corpo clínico seja composto pelos profissionais previstos na equipe citada no artigo 4º.

6 MODIFICAÇÃO DO NOME E SEXO NO REGISTRO CIVIL

Pode-se afirmar que para alcançar sua completude o transexual necessita reconhecer-se como titular do sexo oposto em todos os sentidos, seja médico (adequação do sexo biológico ao sexo psicológico), social (inclusão social deste indivíduo, para que seja aceito pela sociedade) e jurídico (perante a lei).

Assim, após a cirurgia de redesignação sexual o indivíduo transexual não está completo, pois, de nada adianta estar com a genitália compatível com o seu sexo psicossocial, mas ainda constar em seu Registro Civil o nome e o sexo do seu nascimento, que não condiz com a sua real personalidade.

Neste momento trava-se uma nova batalha, o pedido de retificação do nome e sexo no Registro Civil.

A possibilidade de modificação do nome e do sexo no assento civil é bastante discutida, e a jurisprudência encontra-se dividida entre a possibilidade de tais modificações e a negativa para tais procedimentos.

Há dois diplomas que regem o Registro Civil, o Código Civil, que trata do direito ao nome, como um dos direitos da personalidade, e a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31.12.1973), que trata a respeito do nome e gênero sexual, que devem constar no assento de nascimento.

O Código Civil permite algumas alterações quanto ao sobrenome, para os cônjuges (arts. 1.565, §1º e 1.578), e para os adotados também há permissão de modificação do prenome e sobrenome (art. 1.627), no entanto, quanto ao gênero sexual, o Código é silente.

A Lei de Registros Públicos prevê situações, pelas quais é possível a alteração, seja do prenome ou do sobrenome, entretanto, a alteração do prenome em decorrência de cirurgia de transgenitalização, não está presente entre as alternativas.

No entanto, muitos pedidos são aceitos, com base no art. 55, parágrafo único, da lei, que permite a modificação de prenomes vergonhosos e ridículos.

Pois, um indivíduo que se identifica como mulher, realiza cirurgia de redesignação sexual e possui aparência feminina, certamente enfrenta momentos de humilhação ao apresentar documentos nos quais possui nome e sexo masculino.

Na doutrina, identificam-se três grandes correntes a respeito do tema, a primeira delas, detém uma visão conservadora, dentre os principais autores estão Luiz Flávio Borges D'Urso, Aracy Klabin e Matilde Josefina Sutter, que sustentam a impossibilidade jurídica de qualquer redesignação do gênero sexual no registro civil; a segunda corrente, com uma posição intermediária é defendida por Rosa Maria de Andrade Nery, que admite a modificação, mas deve constar especificamente o termo transexual no assento de nascimento do requerente no lugar do gênero anterior; por sua vez, a terceira corrente, numa orientação liberal, os autores Antonio Chaves, Caio Mário da Silva Pereira, Luiz Alberto David Araújo, Elimar Szaniawski, Tereza Rodrigues Vieira e Ricardo Algarve Gregório defendem a possibilidade de substituição do gênero registral atual para o sexo oposto, sem qualquer averbação ou anotação no respectivo assento (GREGORIO in MIGLIORE, et. al., 2010, pp. 219, 220).

Entende-se que a última corrente detém o posicionamento mais adequado, devendo ser aceita pelos Tribunais, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, que tem como principal fundamento evitar que a pessoa passe por sofrimentos.

Neste sentido, seguem os ensinamentos de Ricardo Algarve Gregorio (in MIGLIORE, et. al., 2010, p. 221) :

> Como a personalidade do ser humano é composta pelos elementos fundamentais da dignidade, da indivisibilidade e da pessoalidade, que, por sua vez, encontram plena guarida no ordenamento jurídico interno e externo, a adequação do prenome e do sexo redesignado do transexual é medida que traduz proteção.

6.1 RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL SEM CIRURGIA

Conforme visto no tópico anterior, após a realização da cirurgia de transgenitalização, é possível, mediante autorização judicial, modificar o nome e o sexo no Registro Civil de nascimento.

No entanto, entende-se que a cirurgia não deve ser requisito indispensável à autorização da modificação do assento civil. Pois, o princípio da dignidade da pessoa humana deve ser resguardado desde o início em que o indivíduo é identificado como pessoa transexual, não apenas quando há a readequação sexual, após cirurgia.

Além disso, conforme a Resolução do CFM, a cirurgia apenas é realizada em transexuais com 21 anos ou mais, mas como fica a situação do indivíduo que se reconhece como transexual desde a infância ou adolescência?

Este transexual também necessita de ter seus direitos fundamentais resguardados. Destarte, a modificação de nome e sexo no registro civil é a melhor forma de protegê-los!

O indivíduo transexual, em decorrência de ter o sexo psíquico oposto ao seu sexo biológico, muitas vezes transforma seu corpo através de medicamentos hormonais e cirurgias plásticas, antes da cirurgia de readequação sexual.

Sabe-se que o caminho para alcançar a cirurgia é longo, e pode demorar anos, durante todo este tempo de espera a pessoa transexual também necessita de uma vida digna. Todavia, a dignidade fica cada vez mais distante, visto que, o fato da pessoa ser visivelmente identificada como mullher e apresentar documentos com nome e sexo masculino, gera um profundo constrangimento e humilhação, fazendo com que sinta-se menos digna que outras pessoas.

Este também é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo (2013):

> No caso, a requerente pretende a modificação de seu prenome e da designação sexual constante em seu Registro Civil, pois, tratando-se de transexual, vestindo-se, comportando-se e se identificando como mulher perante a sociedade, sente-se constrangida ao apresentar documentos designando-a como pessoa do sexo masculino, de nome Antonio. O digno Magistrado sentenciante extinguiu o feito sem análise do mérito, ao fundamento de que inexiste interesse de agir quando ainda não realizada a cirurgia de redesignação de gênero. Não agiu, contudo, com o costumeiro acerto. A condição de transexual requer uma série de medidas de caráter multidisciplinar até que, finalmente, seja realizada a cirurgia que ajustará o sexo anatômico ao sexo psíquico. Durante este processo, em que o corpo já se adapta ao sexo psíquico, notório o constrangimento daquele que, aparentando um sexo, vê-se obrigado a mostrar documentos que sinalizam um outro. Exigir-se que se aguarde a realização da cirurgia é, com a devida vênia, atentar contra a dignidade da pessoa humana, prevista no artigo 1º, III, da Constituição Federal. Presente, portanto, o interesse de agir. De rigor, assim, a anulação da r. sentença para que a ação prossiga até o julgamento do mérito.

No mais, sabe-se que a cirurgia de transgenitalização é profundamente invasiva e dolorosa, sendo necessário a realização de várias cirurgias para obter o resultado desejado. De tal modo, não se pode forçar uma pessoa a se submeter a esta cirurgia para então alcançar a modificação do seu nome e sexo no registro civil.

Neste sentido, segue o brilhante julgado:

> Registro civil. Alteração de prenome e sexo da requerente em virtude de sua condição de transexual. Admissibilidade. Hipótese em que provada, pela perícia multidisciplinar, a desconformidade entre o sexo biológico e o sexo psicológico da requerente. Registro civil que deve, nos casos em que presente prova definitiva do transexualismo, dar prevalência ao sexo psicológico, vez que determinante do comportamento social do indivíduo. Aspecto secundário, ademais, da conformação biológica sexual, que torna despicienda a prévia transgenitalização. Observação, contudo, quanto à forma das alterações que devem ser feitas mediante ato de averbação com menção à origem da retificação em sentença judicial. Ressalva que não só garante eventuais direitos de terceiros que mantiveram relacionamento com a requerente antes da mudança, mas também preserva a dignidade da autora, na medida em que os documentos usuais a isso não farão qualquer referência. Decisão de improcedência afastada. Recursos providos, com observação (SÃO PAULO, 2012).

Desta forma, resta concluir que o sexo do indivíduo não pode ser ditado apenas pela genitália que este porta, mas sim pela forma como ele se identifica. A identidade sexual, segundo Carlos Cury (2012, p. 33), “é a manifestação espontânea, seja no sentimento, ou na expressão de pertencer ao sexo feminino ou masculino independente dos seus cromossomos”.

CONCLUSÃO

A transexualidade é estudada por diversas áreas do conhecimento, medicina, psicologia e ciências jurídicas. No entanto, a ciência ainda não identificou precisamente, do ponto de vista biológico, a explicação para a rejeição do gênero correspondente ao sexo.

Há duas correntes que se destacam neste assunto, a psicossexual liderada pelo psicanalista Stoller e a neuroendócrina defendida pelo endocrinologista Harry Benjamin. Embora tenham visões distintas sobre este assunto, ambos cientistas defendem a cirurgia de redesignação sexual como última e única terapia possível.

No Brasil não há legislação específica sobre o tema da transexualidade, cabendo ao Conselho Federal de Medicina estabelecer as regras para a realização da cirurgia.

Após ser submetido cirurgicamente e ter seus órgãos sexuais modificados, o transexual deverá acionar o judiciário para ter seus documentos reajustados ao seu novo gênero, com alteração do nome e sexo.

Embora muitos doutrinadores defendam a impossibilidade de alterar o sexo biológico no registro civil, o posicionamento contrário a este já está pacificado jurisprudencialmente.

No entanto, o fato do transexual repudiar seus órgão sexuais, a ponto de querer extirpá-los, não deve ser visto como a única forma de identificação da transexualidade, pois, estas características aparecerão com maior ou menor intensidade, em cada indivíduo.

Assim, é possível que uma pessoa transexual se aceite, sem se submeter à cirurgia, que é altamente invasiva.

Este transexual também necessita de ter seus direitos fundamentais resguardados. Destarte, a modificação de nome e sexo no registro civil é a melhor forma de protegê-los e lhes conceder uma vida digna!

Deste modo, deve-se concluir que a cirurgia de redesignação sexual não dever ser considerada requisito para a retificação do registro civil.

REFERÊNCIAS

CALANDRA, Henrique Nelson. Identidade sexual: visão médica e jurídica. In: MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. et al. (coordenadores). Dignidade da vida humana. São Paulo: LTr, 2010. p. 185-195.

CAMARGO, Mariana Carneiro Leão. A tutela jurídica da pessoa transexual. Monografia, 128 p., Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011. Disponível em:<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/31586/1514%20MARINA%20CARNEIRO%20LEAO%20DE%20CAMARGO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 de junho de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.955, de 12 de agosto de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652/02. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 set. 2010. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/php/pesquisa_resolucoes.php#>. Acesso em: 17/09/2013.

CURY, Carlos Abib. Transexualidade: da mitologia à cirurgia. São Paulo: Iglu Editora, 2012.

DINIZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 6 ed. rev. aum. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão. Tese de Doutorado, 262 p., Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

GREGORIO, Ricardo Algarve. Transexualismo: identidade sexual e registral. In: MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. et al. (coordenadores). Dignidade da vida humana. São Paulo: LTr, 2010. p. 211-223.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Tradução Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2003.

LUZ, Jamile Pereira. Implicações jurídicas do reconhecimento do direito à identidade sexual: uma análise da transexualidade. Revista Eletrônica do Curso de Direito UNIFACS. n. 151, jan. 2013. Disponível em: < http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2445>. Acesso em: 24 de junho de 2014.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. A identidade de gênero à luz dos direitos da personalidade. In: MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. et al. (coords.). Dignidade da vida humana. São Paulo: LTr, 2010. p. 196-210.

NAMBA, Edison Tetsuzo. Manual de bioética e biodireito. São Paulo: Atlas, 2009.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Da autonomia na determinação do estado sexual. In: CORRÊA, Elídia Aparecida de Andrade. et al. (coords.). Biodireito e dignidade da pessoa humana. Curitiba: Juruá, 2006. p. 223-240.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação 0007491-04.2013.8.26.0196. 4ª Câmara de Direito Privado. Relator Des. Maia da Cunha. Data da publicação: 13 de agosto de 2013.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação 0008539-56.2004. 6ª Câmara de Direito Privado. Relator Des. Vito Guglielmi. Data do julgamento: 18.10.2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 3. ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

_____. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCRECCIA, Elio. Manual de bioética: fundamentos e ética biomédica. v.1. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SZANIAWSKI, Elimar. Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual. São Paulo: RT, 1999.

Transmatemática: divulgando uma nova área da matemática

O objetivo deste trabalho é divulgar uma nova área da matemática que está em desenvolvimento, a saber a transmatemática. A transmatemática teve início com os números transreais. Os números transreais são um conjunto que contém todos os números reais e, além disso, onde qualquer uma das quatro operações aritméticas básicas, adição, multiplicação, subtração e divisão, pode ser efetuada. Isto significa que, neste novo conjunto, a divisão por zero é permitida. O conjunto dos números transreais é formado por todos os números reais e por mais três novos elementos: -1/0, 1/0 e 0/0. Estes novo conjunto foi criado em meados dos anos 2000 pelo cientista da computação inglês James Anderson. Ele aplica a aritmética transreal à programação de computadores. Em um de seus artigos, Anderson propõe uma série de axiomas que estabelece este novo conjunto numérico. Desde então diversos trabalhos têm sido produzidos no assunto. Anderson estende as funções logarítmica, exponencial e trigonométricas aos transreais, propõe uma topologia para este espaço, define o conceito de transmétrica – métrica que permite a ideia de distância infinita – e propõe, também os números transcomplexos. A transmatemática – matemática que surge da permissão da divisão por zero – está em seu estado inicial de desenvolvimento. Alguns outros estudos estão em andamento. Como, por exemplo, a extensão da análise real a uma análise transreal, uma aplicação dos transreais nas lógicas paraconsistentes e uma fundamentação dos transreais, isto é, uma construção dos transreais a partir dos números reais.

056-2374

Alexandre Luiz Tuller Telles
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
alexandre.telles@ifrj.edu.br

Tiago Soares dos Reis
Universidade Federal do Rio de Janeiro
tiago.reis@ifrj.edu.br

Introdução

O conjunto dos números transreais é o conjunto que compreende os números reais acrescentados de três novos elementos, são eles -1/0, 1/0 e 0/0 (ANDERSON, 2006) Como se percebe, a motivação para a construção deste novo conjunto parte da problemática da divisão por zero, o que o torna ainda mais suscetível de questionamentos. James Anderson[cii] foi o grande inventor deste conjunto. Na década de 2000, Anderson, baseado na teoria da programação para computadores, desenvolve o conjunto a fim de solucionar o problema de travamento e mensagens de erro, geradas através do encontro de divisões por zero durante o processamento de dados do sistema (ANDERSON, 2006).

A divisão por zero gera obstáculos para a solução e o desenvolvimento de diversas áreas. Portanto, a criação dos transreais leva ao desenvolvimento de soluções em alguns campos de estudo. Entre eles estão a Física, com o estudo sobre distâncias infinitas; Computação, com programas de computador que podem explorar análise transreal, tais como *softwares* de engenharia, finanças, medicina, e o melhor processamento de dados em computadores que utilizem sistema de numeração transreal (ANDERSON e REIS, 2014).

O conteúdo do trabalho tem por objetivo mostrar todo o contexto histórico-matemático que levou James Anderson a concepção dos números transreais, desde a criação do elemento zero até a problemática da divisão por este, e como foi a construção de pensamento para chegar a estes números. Além disso, o trabalho destaca as dificuldades das pessoas a aceitarem algo novo, como os transreais são para a matemática. Por fim, apresenta-se as áreas em que, um conteúdo tão novo, já está sendo aplicado.

Como em toda a história, não é tarefa fácil quebrar certos paradigmas. E os transreais vieram para, quem sabe, importunar matemáticos conservadores e a matemática usual.

Problemática da divisão por zero

A história da matemática indica-nos que a necessidade de comunicação e de contagem fez com que povos primitivos gerassem o que chamamos atualmente de conjunto dos números naturais. Usava-se simbologia diferente da que é empregada hoje; no entanto, a essência de contagem permanece através dos tempos. O símbolo do zero não existia em boa parte da história: os Hindus, por exemplo, usavam uma espécie de ábaco para

operarem com os números e, na ocasião em que apareceria o símbolo do zero, eles simplesmente deixavam um espaço em branco (MOISÉS e LIMA, 2009). Como exemplo, o número quatrocentos e sete seria representado por um quatro e um sete (407 = 4 7). O problema é que nem sempre este espaço entre números era do mesmo tamanho. Portanto, muitas vezes, utilizando o exemplo anterior, a notação do 407 era igual a do 47. Tal situação fez com que se criasse um símbolo para o zero, até então usado apenas como ocupante de lugar, chamado lugar vazio. A criação foi considerada um grande salto para o desenvolvimento da matemática. Entretanto, os Hindus deram outro salto de grande valor para a matemática, e começaram a considerar o zero como uma ausência de quantidade. Mahavira[ciii] escreveu que um número multiplicado por zero resulta em zero (MARTINEZ, 2012).

Com o tempo, tornou-se necessário estender os números. A ausência de algoritmos para representar a "falta" de alguma coisa fez com que se desenvolvessem os números negativos e, consequentemente, o conjunto dos números inteiros. Em paralelo a esse momento histórico, o conjunto dos números racionais, que compreende as divisões entre dois números inteiros, ergueu-se ao mundo da matemática. E é aí que surgem os grandes questionamentos sobre a divisão por zero. Mahavira afirmava que um número dividido por zero permanecia inalterado. Bhaskara[civ], por outro lado, dizia que a divisão de qualquer número por zero resultava em uma quantidade infinita. Muitos matemáticos concordaram com a ideia de Bhaskara, outros diziam que essa divisão era impossível e, finalmente, Knopp[cv] diz que é indefinida, impossível e sem sentido (MARTINEZ, 2012).

Um argumento contra a possibilidade da divisão por zero é a de que não se pode dividir "algo" por "nada". Por exemplo, se quisermos dividir *n* objetos em *m* caixas, encontraremos uma quantidade *d* de objetos por caixa.

$$\frac{n}{m} = d$$

Porém, se desejarmos chamar *m* = 0, não importa qual seja *n*, não existirá um número *d*, de forma que poderíamos separar de *d* em *d* objetos, e juntando 0 caixas, poderíamos ter novamente *n* objetos.

Essa interpretação nos dá a garantia de que não se pode dividir por zero, porém não é um argumento suficientemente forte devido ao uso apenas de números inteiros positivos. Se considerarmos a afirmação verdadeira nos números reais de que $\frac{2}{\sqrt{2}} = \sqrt{2}$, temos que $m = \sqrt{2}$, e não tem como contarmos "raiz de duas" caixas. Se fosse permitido dividir por zero segundo a definição usual dos reais, existiria um número real x tal que $\frac{1}{0} = x$, donde $1 = x \times 0$, o que é um absurdo, uma vez que é demonstrado, e não cabe aqui explanarmos tal demonstração, que qualquer número real multiplicado por zero é igual a zero. De fato, não podemos dividir por zero no conjunto dos números reais. Desta forma, James Anderson propôs a extensão dos reais a um novo conjunto numérico.

A concepção dos transreais

Quando pretende-se criar, e ao mesmo tempo expandir um novo conceito, tenta-se fazer com que a nova definição, quando aplicada aos objetos antigos, mantenham os mesmos resultados. Exemplos em que se contempla isso facilmente são as funções trigonométricas. Inicialmente aprende-se calcular seno, cosseno e tangente apenas no triangulo retângulo, o que significa dizer que só se conhece seno, cosseno e tangente de ângulos maiores que 0º e menores que 90º. Quando este conceito é expandido para o círculo trigonométrico, além de garantir o cálculo maiores que 0º e menores que 90º, pode-se encontrar seno, cosseno e tangente para todos os ângulos existentes de 0º a 360º (exceto 90º e 270º, para o caso da tangente) e seus congruentes.

James Anderson utilizou a aritmética usual como base para a intuição dos transreais. Partindo do princípio da equivalência de frações, observamos que nos reais temos a seguinte situação:

$\frac{x}{y} \approx \frac{w}{z} \Leftrightarrow \exists\, \alpha \in \mathbb{R}^+$, tal que, $x = \alpha w$ e $y = \alpha z$.

Porém isso é verdadeiro para frações cujo o denominador é maior que zero. Se por acaso fosse permitido o denominador zero na regra acima, teríamos:

$\frac{k}{0} = \frac{1}{0}, \forall\, k > 0$ (I)

$\frac{-k}{0} = \frac{-1}{0}, \forall\, k > 0$ (II)

$\frac{k}{0} = \frac{0}{0},\ k = 0$ (III)

É importante ressaltar que, do ponto de vista do rigor matemático, estes argumentos não definem a divisão por zero, tendo em vista que na matemática usual dos reais não teríamos condições de dividir algo por zero. No entanto, essa é uma ideia intuitiva, em que se destaca que, para ser permitida a divisão por zero usando-se a regra comum de equivalência entre frações, teríamos que ter apenas mais três elementos acrescidos ao conjunto dos números reais.

James Anderson, ao criar os números transreais, postulou o que seriam as possíveis divisões por zero, a saber -1/0, 1/0 e 0/0, com o objetivo de manter os números reais inalterados quando aplicados aos novos conceitos. Ele então denomina estes três novos elementos de *menos infinito, infinito, e nulidade* (nullity), simbolizados por $-\infty, \infty$ e Φ, respectivamente (ANDERSON, 2006). "Os reais estendidos, R ∪ $\{-\infty, \infty\}$, são bem conhecidos na matemática, entretanto Anderson se inspirou na geometria projetiva para idealizar o nulidade." (REIS, GOMIDE e KUBRUSLY, 2013). A geometria projetiva é uma geometria que fala do encontro de duas retas paralelas no infinito. Uma visualização metafórica disso é uma hipótese de um trilho de trem, sem curva, sem subida e sem descida e grande o suficiente para se perder de vista no horizonte. Ao se olhar para esse trilho tem-se a impressão que as duas linhas paralelas se encontram no horizonte, porém se andarmos até esse suposto ponto não encontraremos uma interseção das duas retas, e ainda, se mantivermos a hipótese anterior, e olharmos para o horizonte teremos novamente um ponto em que as linhas paralelas do trilho se encontram.

Anderson define que $-\infty < k < \infty$ para qualquer k real e, ainda, que Φ não tem relação de ordem alguma com qualquer número transreal. Ele define as operações aritméticas de todos elementos do conjunto dos transreais com 32 axiomas que geram a seguinte aritmética: se x for um número transreal temos (ANDERSON, VÖLKER e ADAMS, 2007):

Simétrico: $-\Phi = \Phi,\quad -(\infty) = -\infty,\quad -(-\infty) = \infty.$

Recíproco: $0^{-1} = \infty,\quad \Phi^{-1} = \Phi,\quad \infty^{-1} = 0,\quad (-\infty)^{-1} = 0$.

Adição: $\Phi + x = \Phi,$

$\infty + \Phi = \Phi$ e, se $x \neq -\infty$ e $x \neq \Phi,\quad \infty + x = \infty.$

$-\infty + \Phi = \Phi$ e, se $x \neq \infty$ e $x \neq \Phi,\quad -\infty + x = -\infty.$

Multiplicação: $\Phi \times x = \Phi,$

$\infty \times \Phi = \Phi, \infty \times 0 = \Phi$, se $x > 0, \infty \times x = \infty$, se $x < 0, \infty \times x = -\infty.$

$-\infty \times \Phi = \Phi, -\infty \times 0 = \Phi$, se $x > 0, -\infty \times x = -\infty$, se $x < 0, -\infty \times x = \infty$

Os questionamentos sobre a divisão por zero continuaram, porém todas as contra provas que Anderson encontrou usavam o inverso multiplicativo, o que não invalidavam os números transreais, uma vez que a aritmética de divisibilidade usual não se aplica a aritmética dos transreais. Usa-se como exemplo de contra prova a situação abaixo:

Considere a igualdade $x^2 - x^2 = x^2 - x^2$. Fatorando ambos os lados da igualdade de diferentes maneiras temos que $(x - x)(x + x) = x(x - x)$. Dividindo ambos os lados por $(x - x)$ tem-se $\left(\frac{0}{0}\right)(x + x) = x\left(\frac{0}{0}\right)$. Simplificando o resultado temos $1(x + x) = x(1)$ donde $2x = x$ (ANDERSON, 2007). Contudo $\frac{1-1}{1-1} = \frac{0}{0}$, e nos transreais $\frac{0}{0}$ não é igual a 1.

A má reação ao novo

Fazendo uma digressão, a situação apresentada remete-nos à ideia de que, ao tratar algo novo da mesma forma que se tratava o anterior, as pessoas, dedicadas ou não à ciência, apresentam resistência a tudo que é novo. Essa dificuldade de adaptação ao novo está relacionada com a mania que as pessoas têm de quererem "morrer abraçadas" ao que até então se havia aprendido e comprovado. Só que a matemática, bem como a ciência de forma geral, é totalmente mutável e desenvolve-se com o passar do tempo, com o surgimento de novas demandas. É por esse motivo que se deve sempre procurar soluções, mesmo que isso implique admitir que a solução está em construir ou apenas perceber algo novo. Nietzsche[cvi], em seu "A Gaia Ciência", aforismo 374, afirma:

> Nosso novo "infinito". – Até onde vai o caráter perspectivista da existência, ou mesmo se ela tem outro caráter, se uma existência sem interpretação, sem "sentido" [Sinn], não vem a ser justamente "absurda" [Unsinn], se, por outro lado, toda existência não é essencialmente interpretativa – isso não pode, como é razoável, ser decidido nem pela mais conscienciosa análise e auto-exame do intelecto: pois nessa análise o intelecto humano não pode deixar de ver a si mesmo sob formas perspectivas e apenas nelas. Não podemos enxergar além de nossa esquina: é uma curiosidade desesperada querer saber que outros tipos de intelecto e de perspectiva poderia haver: por exemplo, se quaisquer outros seres podem sentir o tempo retroativamente ou, alternando, progressiva e regressivamente (com o que teria uma outra orientação de vida e uma outra noção de causa e efeito). Mas penso que hoje, pelo menos, estamos distanciados da ridícula imodéstia de decretar, a partir de nosso ângulo, que somente dele pode-se ter perspectivas. O mundo tornou-se novamente "infinito" para nós: na medida em que não podemos rejeitar a possibilidade de que ele encerre infinitas interpretações. Mais uma vez nos acomete o grande temor – mas quem teria vontade de imediatamente divinizar de novo, à maneira antiga, esse monstruoso mundo desconhecido? E passar a adorar o desconhecido como "o ser desconhecido"? Ah, estão incluídas demasiadas possibilidades não divinas de interpretação nesse desconhecido, demasiada diabrura, estupidez, tolice de interpretação – a nossa própria, humana, demasiado humana, que bem conhecemos... (NIETZSCHE, 2001)

Saber que há multiplicidade de interpretações nos eventos já deveria despertar nas pessoas um sentimento de abertura ao que não se sabe, curiosidade com o que se desconhece, esperança no que ainda não vê. Contudo, há que se esclarecer que tais múltiplas interpretações não devem ser confundidas com um sem-fim de opiniões pessoais.

> Mas se são permitidas infinitas interpretações, então é possível objetar
>
> que o perspectivismo se constitui como um dos principais problemas apontados por toda teoria do conhecimento – o relativismo. Se cada um possui o seu "ponto de vista", não é possível pensar em critérios universalmente válidos que garantam a universalidade do conhecimento. O rompimento com a compreensão tradicional do conhecimento trazido pelo perspectivismo significaria assumir uma tese do senso comum que diz que o ponto de vista revela apenas uma
>
> opinião subjetiva de um indivíduo (ou mesmo a opinião de um grupo social) acerca de um assunto. Tal ponto de vista deveria passar pela depuração do método científico a fim de se fundamentar uma compreensão segura e universalmente válida. [...] A palavra perspectiva é composta pelo "ver" (-spek) e pela preposição per, que significa através. Perspectiva significa que olhamos sempre através de um médium que determina como vemos determinada coisa (RAMOS, 2006).

Assim, nunca teríamos conhecimento pleno sobre qualquer assunto. Não é objetivo deste trabalho discutir a perspectiva no aforismo de Nietzsche, apenas enfatizar seu "novo infinito" que, grosso modo, significa que há, no

mundo, muito mais do que podemos saber. Assim que tal noção supostamente diminuiria em nós a sensação de estranhamento ao novo.

Apesar das colocações anteriores, consideremos que a Matemática pode, sem medo de se cometer um exagero, ganhar o adjetivo de conservadora. Não que não haja inovações, mas em que, para que algo novo, que almeja mudar a visão das pessoas sobre determinado aspecto, adentre este "universo", é preciso que este algo venha com a força de utilizar meios bem conhecidos e bem aceitos para se provar. É neste ponto que se faz necessária a fundamentação.

A criação de um novo objeto e a perda de propriedades quando da expansão de conjuntos parecem estranhas, mas estão presentes em diversas situações da matemática. Ao primeiro caso pode-se citar a criação da unidade imaginária *i* para o conjunto dos números complexos. Este foi criado a partir da necessidade de obter solução para raízes de números negativos. Vale a pena citar que encontramos na história da Matemática um período conturbado, século XVI, em que Cardano[cvii] e Tartaglia[cviii] brigavam pela resolução das equações de terceiro grau e percebeu-se que os números reais não solucionavam todas as equações, e é então que inicia-se as primeiras ideias dos números complexos (CERRI e MONTEIRO, 2001).

Ainda no âmbito dos números complexos, usa-se como exemplo de situação para o segundo caso a perda de propriedade quando, por exemplo, nos reais é possível fazer $\sqrt{ab} = \sqrt{a}\sqrt{b}$ sempre que as expressões a esquerda e a direita da igualdade estão definidas e nos complexos nem sempre tal igualdade é verdadeira. De igual modo, a propriedade $\frac{x}{x} = 1$ é válida para todo x real onde a expressão $\frac{x}{x}$ está definida, mas não é válida para todo x transreal onde a expressão $\frac{x}{x}$ está definida.

Como foi dito, James Anderson postulou de forma axiomática os números transreais. Todavia, Tiago Reis[cix] e James Anderson desenvolveram uma fundamentação matemática deste novo conjunto. Não entrarei nos detalhes da fundamentação dos números transreais, mas é importante destacar que ambos concluíram que os números transreais podem ser construídos através dos reais, onde os reais estão contidos nos transreais (REIS e ANDERSON, 2014b). Essa fundamentação é importante para deixar de existir o questionamento sobre os transreais, visto que, postular algum conceito, mesmo que de forma intuitiva e muito bem apresentada, diga-se de passagem, gera dúvidas sobre a consistência deste conceito. Na conclusão do artigo (ANDERSON e REIS 2014), os autores chegam a dizer que se adotássemos a aritmética transreal em lugar da aritmética real, aumentaria a coerência da matemática.

Os transreais então, tomaram forma de conjunto numérico, e assim criaram-se diversos segmentos de estudo com base neles. Estes estão ainda em sua fase inicial, porém já existem trabalhos sendo produzidos.

Onde estão sendo usados

O conjunto dos números transreais é muito recente, no entanto já vem sendo estudado em algumas áreas bem importantes. A primeira delas é a educação, em que este conhecimento já está sendo compartilhado. Cabe ressaltar que, por ser uma novidade e estar em processo de divulgação, o trabalho realizado pelo professor Tiago Reis no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Câmpus Volta Redonda, é de suma importância, pois é a primeira vez que alguém elabora uma disciplina para falar sobre o assunto. A disciplina tem alcançado sucesso, com significativa adesão dos alunos dos cursos de licenciatura em Matemática e Física.

Outra área fundamental a se considerar é a computação, em especial, processamento de dados. A grande motivação de James Anderson para a construção dos números transreais foi a questão dos travamentos dos computadores e as mensagens de erro proporcionadas pelo, segundo ele, encontro do sistema de indeterminações pela divisão por zero. Outra vertente resultante da criação dos transreais, e que supostamente resultaria em uma melhora significativa no funcionamento de *hardwares*, é a aplicação dos transreais à lógica, que vem sendo estudada por Walter Gomide[cx], como por exemplo em (ANDERSON e GOMIDE, 2014) .

Com os números transreais, Anderson consegue substituir as indeterminações e fazer com que o sistema ao invés de travar, continue rodando. Ele ainda estende as funções logarítmica, exponencial e trigonométricas aos transreais, propõe uma topologia para este espaço, define o conceito de transmétrica – métrica que permite a ideia de distância infinita – e propõe, também os números transcomplexos (ANDERSON, 2007), (REIS e ANDERSON, 2014b) (ANDERSON, 2011).

Quando se fala dos novos elementos criados a partir dos transreais, em particular $-\infty$ e ∞, a ideia que se tem é que se baseia na ideia de limites e, consequentemente, em derivadas e integrais. Não é por menos, afinal a aritmética de Anderson dá a entender que ele se baseou nestas ideias para dar direcionamento a criação dos três novos elementos. A partir disso desenvolveu-se um processo de extensão da análise real para a análise transreal (ANDERSON e REIS, 2014), (REIS e ANDERSON, 2014a).

Conclusão

Apesar da concepção dos números transreais ser recente, podemos perceber que existe hoje uma quantidade significativa de estudos nesta área e que estes tendem a aumentar. É por esse motivo que vale a pena olhar para esses números com razoável consideração. Mais ainda, bastar-nos-ia perguntar a nós mesmos quantas vezes nos deparamos com situações de indeterminação na matemática por conta da divisão por zero para termos certeza de tamanha relevância. Alguns passos relevantes e destacáveis já foram dados, desde a proposição de caráter axiomático até a fundamentação mais rigorosa. Além disso, ainda há muito o que se descobrir e novos campos onde se aplicar. Problemas com a computação foram a base de todo este processo, porém, espera-se bons resultados com o tempo na solução de variados tipos de problema. E – sim! – podemos estar diante do futuro da Matemática.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. A. D. W. Perspex machine IX: Transreal analysis. *Vision Geometry XV Proceedings of the SPIE*, v. 6499, p. 1-12, 2007.

ANDERSON, J. A. D. W. Perspex machine XI: Topology of the transreal numbers. In: INTERNATIONAL MULTICONFERENCE OF ENGINEERS AND COMPUTER SCIENTISTS, 2008. Hong Kong. Anais... International Association of Engineers, 2008. p. 330-338.

ANDERSON, J. A. D. W. Perspex machine VII: The universal perspex machine. *Vision Geometry XIV Proceedings of the SPIE*, v. 6066, p. 1-17, 2006.

ANDERSON, J. A. D. W. Perspex machine IX: Transreal analysis. *Vision Geometry XV Proceedings of the SPIE*, v. 6499, p. 1-12, 2007.

ANDERSON, J. A. D. W. Perspex machine XI: Topology of the transreal numbers. In: INTERNATIONAL MULTICONFERENCE OF ENGINEERS AND COMPUTER SCIENTISTS, 2008. Hong Kong. Anais... International Association of Engineers, 2008. p. 330-338.

ANDERSON, J. A. D. W.; GOMIDE, W. Transreal arithmetic as a consistent basis for paraconsistent logics. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER SCIENCE AND APPLICATIONS, 2014. San Francisco. Anais... International Association of Engineers. No prelo.

ANDERSON, J. A. D. W.; REIS, T. S. dos. Transreal limits expose category errors in IEEE 754 floating-point arithmetic and in mathematics. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER SCIENCE AND APPLICATIONS, 2014. San Francisco. Anais... International Association of Engineers. No prelo.

ANDERSON, J. A. D. W.; VÖLKER, N.; ADAMS A. A. Perspex Machine VIII: Axioms of transreal arithmetic. *Vision Geometry XV Proceedings of the SPIE*. v. 6499, p. 649903.1-649903.12, 2007.

BERLINGHOFF, William P., and Fernando Q. GOUVÊA. "A matemática através dos tempos: um guia fácil e prático para professores e entusiastas." Tradução de Elza F. Gomide e Helena de Castro. São Paulo: Edgars Blucher. Título original: Math through the ages: a gentle history for teacher and other (2008).

CERRI, C.; MONTEIRO, M. S. História dos Números Complexos. Disponível em: < http://www.ime.usp.br/~martha/caem/complexos.pdf>. Acessado em: 20 de Agosto de 2014

GOMIDE, W; REIS, T. S. dos. Números Transreais: Sobre a Noção de Distância. *Synesis*, v. 5, n. 2, p. 197-210, 2013.

MARTINEZ, A. From nothing to infinity. In: _____(Org.) The cult of Pythagoras: math and myths. EUA. University os Pittsburgh, 2012. p. 82-100.

MOISÉS, R. P.; LIMA, L. C. Zero: História do número. Disponível em: < http://educacao.uol.com.br/disciplinas/matematica/zero-historia-do-numero.htm>. Acessado em: 20 de agosto de 2014.

NIETZSCHE, F. A gaia ciência. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Schwarcz, 2001. 362 p.

RAMOS, H. V. V. *O novo infinito de Nietzschie*. 2006. UFRRJ/IM.

REIS, T. S. dos; GOMIDE, W; KUBRUSLY, R. Números transreais: mais uma etapa na história dos números. In: SCIENTIARUM HISTORIA: VI CONGRESSO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DA TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA, 2013. Rio de Janeiro. Anais... Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

REIS, T. S. dos; ANDERSON, J. A. D. W. Transdifferential and transintegral calculus. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER SCIENCE AND APPLICATIONS, 2014a. San Francisco. Anais... International Association of Engineers. No prelo.

REIS, T. S. dos; ANDERSON, J. A. D. W. Construction of the transcomplex numbers from the complex numbers. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER SCIENCE AND APPLICATIONS, 2014b. San Francisco. Anais... International Association of Engineers. No prelo.

Um estudo sobre a percepção da responsabilidade social da empresa Natura: em consumidores da região de São Joaquim da Barra

As constantes transformações e o acúmulo de riquezas geradas pelas organizações fizeram com que as empresas se preocupassem cada vez mais com o desenvolvimento das comunidades e com as ações de Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Apesar de não serem muitas empresas ainda que tenham conhecimento sobre o tema Responsabilidade Social observa-se um crescimento com relação ao tema, tornando-se uma estratégia de negócio. O trabalho em questão tem como objetivo verificar se os clientes do produto sabem da existência dos projetos sociais da empresa para com a comunidade. Os resultados da presente pesquisa mostraram que os clientes estão cada vez mais exigentes e preocupados com o desenvolvimento de uma comunidade mais sustentável. Conclui-se que apesar de todas as divulgações realizadas a cerca dos projetos sociais feitos pela empresa, apenas uma pequena parcela de seus clientes tem conhecimento dos mesmos, bem como os projetos que são realizados na região pesquisada. Há uma necessidade de maior investimento na divulgação das ações realizadas, pois espera-se também que as empresas de um modo geral busquem permanentemente inovações e aceitem o grande desafio de alcançar novos clientes, ampliando as ações de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

088-2407

Sofia Muniz Alves Gracioli
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
sofiagracioli@yahoo.com.br

Ana Paula da Silva Candido
Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM
tccap81@gmail.com

Palavras chave: Responsabilidade social, Natura, Sustentabilidade

A sociedade passa constantemente por mudanças aceleradas em relação a novas tecnologias e valores sociais, econômicos, politicos, morais e éticos. O modo de pensar das empresas vem sofrendo mudanças, antigamente as empresas só pensavam em lucratividade, maneira de pensar considerada retrógada atualmente. Hoje o foco principal das empresas são as ações de RS divulgadas a sociedade, pois é através de divulgações efetivas dessas ações que as empresas fidelizam clientes, atingindo seu foco que é a lucratividade.

Com as mudanças que vem ocorrendo aceleradamente, as empresas cada vez mais aderem o pensar sobre questões de RS e Sustentabilidade. Algumas empresas não tem muito conhecimento sobre o tema RS, o assunto é considerado novo e precisa ser melhor explorado, porém já é grande o número de empresas que incorporam aos seus negócios, as ações de RS, fazendo dela uma grande estratégia.

Atualmente vemos que as empresas estão focando em sustentabilidade e práticas de ações dirigidas ao desenvolvimento da comunidade. As empresas praticam efetivamente questões de sustentabilidade, demonstrando serem mais conscientes e preocupadas com as gerações futuras.

O processo de globalização trouxe uma maior preocupação para as empresas, ao pensar no desenvolvimento da comunidade o fazer ações de RS e de Sustentabilidade nas suas organizações. Procurando assim, atingir todos os segmentos envolvidos, funcionários, clientes, fornecedores e principalmente atingindo a sociedade que está cada vez mais exigente (chamados *stakeholders*: público estratégico).

Torna-se necessário e importante que as ações de RS e Sustentabilidade sejam divulgadas de forma ética e transparente, motivando a população a fazer parte desses projetos, fazendo um processo de conscientização da sociedade para com as ações RS e Sustentabilidade. A população conhecendo as práticas utilizadas pelas empresas, espera-se que haja um maior engajamento de outras instituições e da comunidade para um crescimento local e regional.

A prática de ações de RS está se tornando de fundamental importância para o crescimento das empresas e uma empresa de grande referência nesse assunto é a Natura, que vem aprimorando suas ações sociais e ambientais , cada vez mais eficazes para o desenvolvimento da comunidade brasileira como um todo, abrangendo vários estados do pais.

.O trabalho em questão tem como objetivo verificar se os clientes do produto sabem da existência dos projetos sociais da empresa para com a comunidade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para conceituar responsabilidade social é importante saber a evolução do pensamento social não só do Brasil, como também em outros países. É neste direcionamento que a ONU (Organizações das Nações Unidas) faz com a sociedade, de modo geral, se mobilize por um convívio mais justo e solidário entre os povos.

A RS é conceituada por alguns autores, de diferentes áreas do conhecimento e apresentada de uma forma diferente e particular com relação a sua respectiva área profissional, sendo que alguns autores não conceituam responsabilidade social individualmente, atrelando na maioria das vezes, a RSE.

Para definir RS, primeiro apresenta-se o conceito de Responsabilidade, que conforme os autores Antunes, Estanqueiro e Vidigal (1995, p. 148) "é a expressão moral da personalidade consciente e livre, o indivíduo deve assumir os seus atos, reconhecendo-se como autor deles, sejam estes positivos ou negativos". Os autores partem da ideia que cada pessoa possui o livre arbítrio, este é corresponsável por suas escolhas tanto positivas, quanto negativas.

De acordo com Alberto (2010) a questão de responsabilidade social liga-se diretamente ao exercício da cidadania de cada individuo, correspondendo aos seus direitos e deveres. Direcionando para a cidadania e qualidade de vida, usando assim, dos seus direitos civis e de seus deveres perante a sociedade. Pode-se dizer que a responsabilidade social e a cidadania caminham juntas, buscando que cada indivíduo cumpra seus deveres civis e sociais para a sociedade e com isso traga renovações e transformações para realidade social, promovendo a igualdade entre todos.

No geral, ao juntar o termo Responsabilidade com o termo Social, conclui-se, que RS é a compreensão moral e ética dos indivíduos, uns pelos outros e perante a sociedade, as tomadas de iniciativas de ações sociais e suas possíveis consequências. O praticar RS causa o desenvolvimento da comunidade, além do desenvolvimento dos sujeitos que a praticam.

É importante ressaltar que a responsabilidade social tem algumas premissas que são elas: a preservação de recursos ambientais, além de recursos culturais para as próximas gerações; respeito à diversidade; o conceito relacionado ao tratamento equitativo a todas as pessoas, independente das diferenças existentes como etnia, sexo, religião, idade e cultura; entre outras e a promoção da redução da desigualdade social.

RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS NOS DIAS ATUAIS.

O tema RSE segundo Almeida e Govatto (2002) um assunto que não é novo, mas só vem ganhando força nos dias atuais dentro das organizações. Ressaltam também que sucesso e responsabilidade social estão diretamente ligados, as chances de uma empresa ser bem sucedida no mercado tendem a aumentar à medida que está prioriza a atuação socialmente responsável para com a comunidade.

O crescente aumento na complexidade dos negócios exigiu das empresas uma nova maneira de pensar e agir em relação às questões sociais e ambientais, fazendo com que se comprometessem cada vez mais com o desenvolvimento local.

A importância da RSE não começou a ser discutida a beira do novo milênio, mas atualmente está concentrada nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e economia, sendo assim abrangendo várias áreas de concentração. Para alguns a RS ainda é vista como uma obrigação legal e já para outros é uma superação das obrigações legais, ganhando um papel mais relevante como o engajamento social e o desenvolvimento sustentável.

Há uma necessidade cada vez mais da discussão do tema RSE, pois empresas vêm recebendo críticas nos últimos anos por não serem socialmente responsáveis, à medida que cidadãos mais conscientes, exigem posturas de gestão responsável.

Algumas empresas praticam ações de RS sem saberem, por não conhecerem o tema. As empresas devem adotar em toda sua gestão um comportamento ético, buscando sempre contribuir para com o desenvolvimento econômico de seus colaboradores, da comunidade e da sociedade em geral, respeitando e preservando o meio ambiente e promovendo a redução de desigualdade social, através de ações e projetos RS e Ambiental e com isso, tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária.

Responsabilidade Social não significa filantropia, mas traz uma característica evolutiva ao longo do tempo, pois foi através da relação de filantropia e assistencialismo que surgiram às ações de RS. Enquanto que as ações de filantropia tratam de uma parte isolada de campanhas da empresa, a RS é engajada como parte do planejamento estratégico da corporação.

A EMPRESA NATURA

Com quarenta e quatro anos de existência a Natura é hoje um dos maiores fabricantes brasileiros de cosméticos. Atualmente concentram-se suas operações no espaço Natura, no município de Cajamar, próximo a São Paulo, o local é um centro de pesquisa, produção e logística e um dos maiores e mais tecnológico do gênero da America Latina.

A empresa além do espaço Natura, mantém uma unidade comercial e distribuição em Itapecerica da Serra, no Estado de São Paulo, em Uberlândia e Matias Barbosa em Minas Gerais, na Capital do Estado de Pernambuco, Recife e em Canoas na região metropolitana de Porto Alegre.

Hoje a empresa possui o espaço Natura em Cajamar, que atualmente conta com 1.421 milhão de consultoras autônomas, sendo 1.175 milhão no Brasil e 246 mil no exterior. O espaço Natura que foi inaugurado em 2001 reflete a intensa expansão em 2008 alcançando a receita bruta de R$ 4,9 bilhões e hoje é considerada a maior fabricante brasileira de cosmético e produtos de higiene de beleza e também líder no setor de venda direta no Brasil.

Desde seu surgimento a empresa tem como missão criar valor para a sociedade como um todo, gerando valores e resultados que desenvolvam as dimensões econômicas sociais e ambientais da comunidade. Acredita ainda que os resultados sustentáveis são mais bem alcançados por meios de relações de qualidade e por isso buscam manter canais abertos de diálogo com todos os com que se relacionam, sendo foco de exercer uma continua transparência em suas ações.

A empresa Natura busca permanentemente pela tecnologia e inovação, são guiadas pelos princípios da sustentabilidade e pelo valor agregando as pessoas. Com quatro décadas de existência, a Natura é reconhecida pelo seu comprometimento para com os produtos e serviços que desenvolve.

A empresa está sempre buscando espelhar a sua história de expansão pelo Brasil para construir estratégias de crescimento em outros países. Acreditando nas pessoas, para ser um elemento diferenciador no comportamento empresarial e também ainda acredita que uma empresa que busca sempre excelência em qualidade e eficiência deve estar sempre permanentemente em transformação, por isso precisa fortalecer vínculos em torno de valores neste mundo de oportunidades. A empresa tem que ficar sempre atenta as necessidades das pessoas, direcionando a sua capacidade inovadora para as demandas emergentes e assim impulsionando estratégias futuras, permitindo a expansão da rede de relação por meio de ofertas de novas marcas, produtos, serviços e negócios.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que tem como propósito explicar um problema a partir de referências publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou cientificas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN e SILVA, 2007).

A empresa pesquisada é a Natura, que atualmente é uma das maiores fabricantes brasileira de cosméticos, produtos de higiene e perfumaria.

Os sujeitos que responderam os questionários são clientes que fazem uso dos produtos da Natura e foram contactados através das consultoras dos mesmos. Os clientes poderiam ser tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino e como critério de inclusão, eles deveriam ter feito pelo menos duas compras pelo menos, de qualquer produto.

Foi elaborado um questionário semi-estruturado, com questões relacionadas ao assunto. O questionário semi-estrututrado são perguntas abertas e fechadas, em que estão descritas: questões sócio econômicas das pessoas e perguntas direcionadas a questão da empresa pesquisada no trabalho. Os questionários foram distribuídos para os clientes na região de São Joaquim da Barra, incluindo também as cidades de Orlândia e Ipuã, através das consultoras no dia da reunião mensal, da campanha do mês correspondente

Os dados com relação às ações de Responsabilidade social da empresa Natura foram coletadas através do site da empresa, pois como a empresa é de capital aberto e seus dados, tanto econômicos quanto referente aos projetos sociais e ambientais, ficam expostos de forma transparente. O trabalho apresenta os projetos divididos em: projetos ambientais, sustentabilidade, educacionais e ligados especificamente à comunidade carentes, sem deixar de descrever um pouco da evolução da empresa e sua atuação com seus colaboradores e clientes.

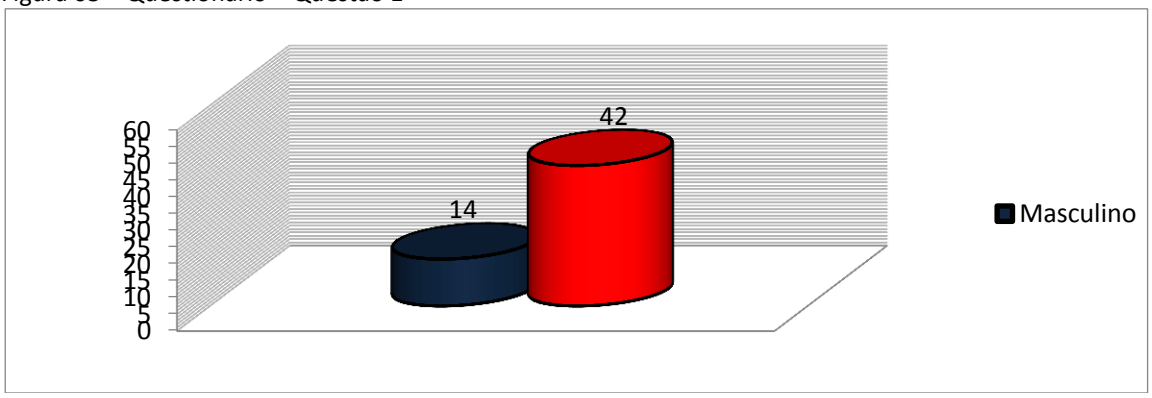
Os questionários com 19 questões foram aplicados em 56 clientes dos produtos, consumidores de ambos o sexo, os critério de inclusão é de terem feito pelo menos duas compras de qualquer produto. Os questionários foram entregues pelas consultoras da Natura, na região de São Joaquim da Barra, após serem respondidos pelos clientes, os dados foram analisados e tratados no Excel. Os dados foram explanados em forma de gráficos devidamente analisados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com relação aos questionários aplicados pelas consultoras da Natura, segue abaixo os gráficos relacionados, com um total de 56 pessoas entrevistadas, tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino, com o critério de ter feito pelo menos duas compras de qualquer produto. No entanto são analisados em gráficos separadamente, pois a uma margem menor de homens consumidores dos produtos.

Sexo

Figura 03 – Questionário – Questão 1

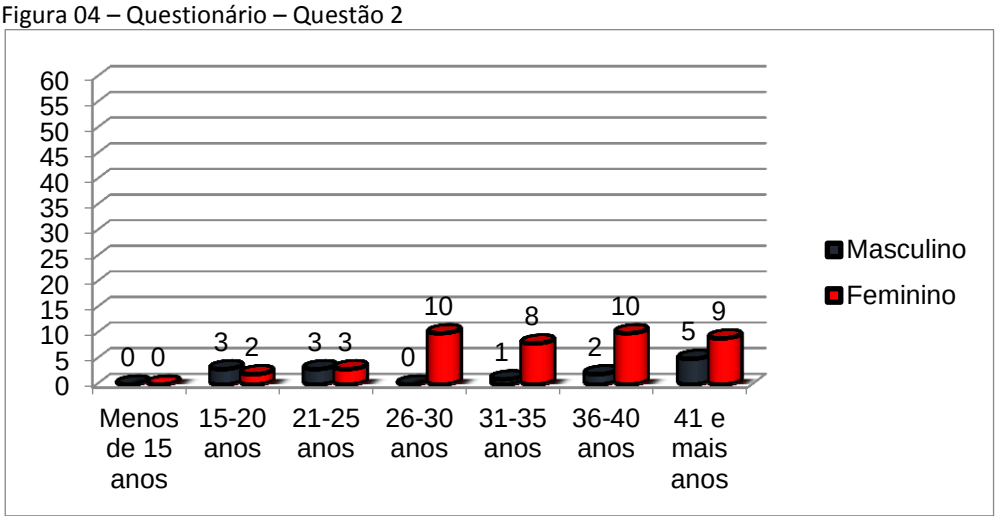


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

A amostra do presente teve uma prevalência de mulheres dos 56 entrevistados, 42 são do sexo feminino. O que já era esperado, as mulheres são as principais consumidoras dos produtos. Importante ressaltar que a porcentagem de homem que busca valorizar o corpo e ter uma pele mais saudável é crescente, pois estão cada vez mais inserindo-se no mercado, com essa mudança de comportamento eles aumentam sua autoestima e com isso busca uma melhor aceitação e sucesso na relação interpessoal e profissional.

Quantos anos você tem?

Figura 04 – Questionário – Questão 2

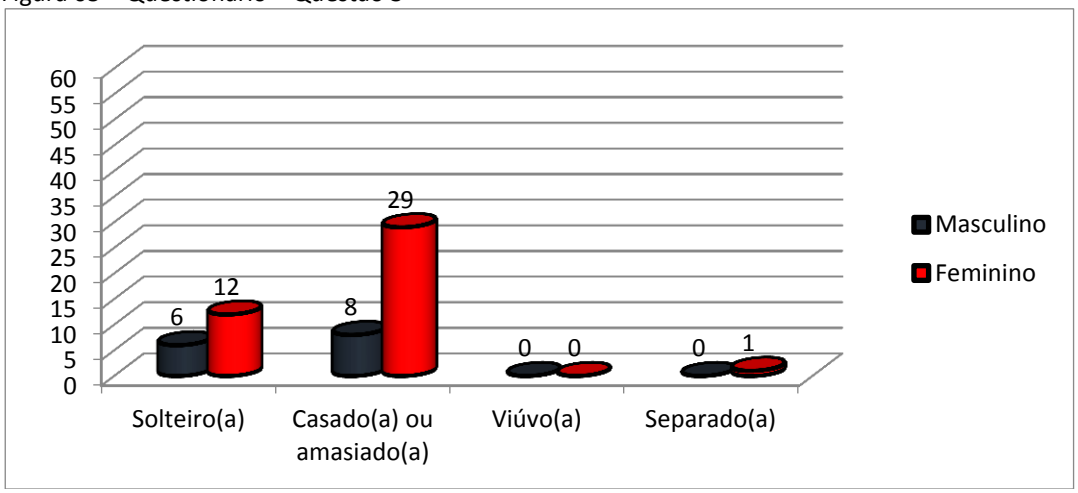


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Ao analisar amostra por faixa etária, o perfil dos consumidores femininos há uma forte predominância no publico adulto, sendo de 26 a 41 anos ou mais. Já no sexo masculino, há uma leve variação entre público jovem de 15 a 25 anos e adulto de 31 a 41 anos ou mais.

Qual o estado civil?

Figura 05 – Questionário – Questão 3

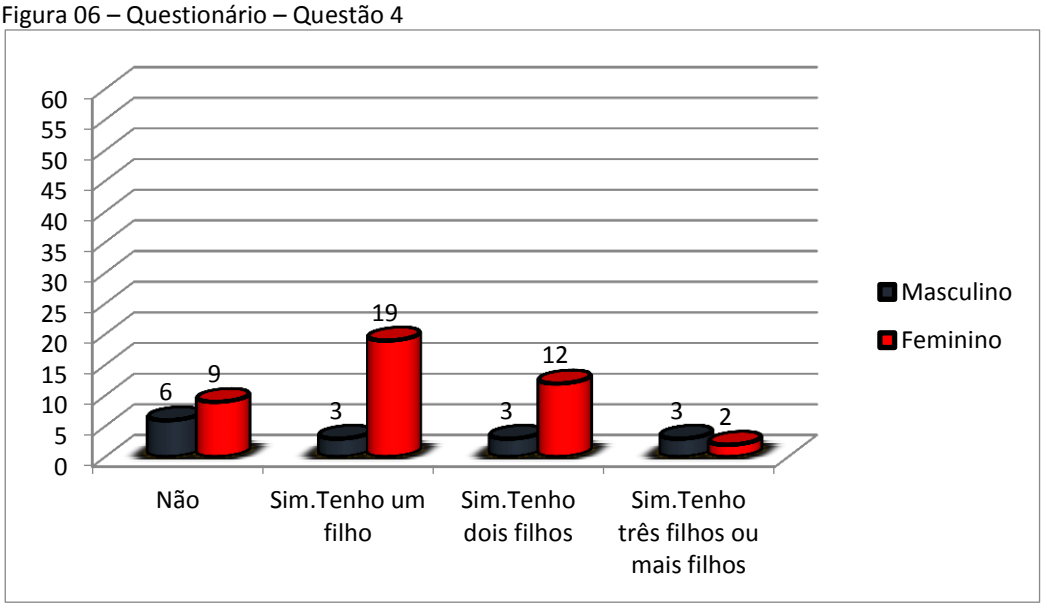


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Com relação ao estado civil, podemos analisar que há uma predominância de casados ou amasiados entre os consumidores tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino.

Você tem filhos?

Figura 06 – Questionário – Questão 4

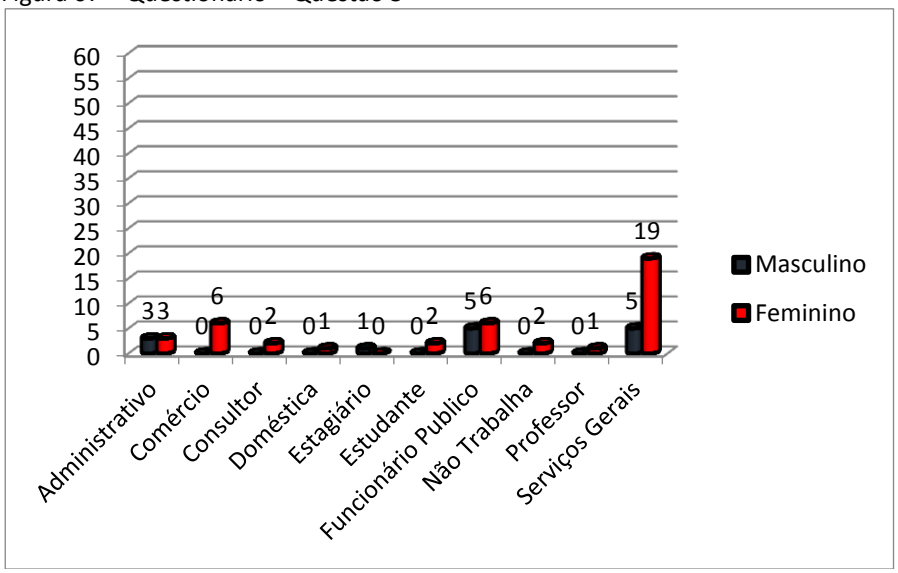


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Na análise da amostra com relação ao numero de filhos, considera se que há uma relevância consumidores do sexo masculino de não possuir filhos em um total de seis pessoas dos 14 entrevistados. Quanto às consumidoras femininas, podemos observar uma predominância em ter somente um filho no total de 19 e em ter dois filhos foram 12 das entrevistadas.

Em que você trabalha atualmente?

Figura 07 – Questionário – Questão 5

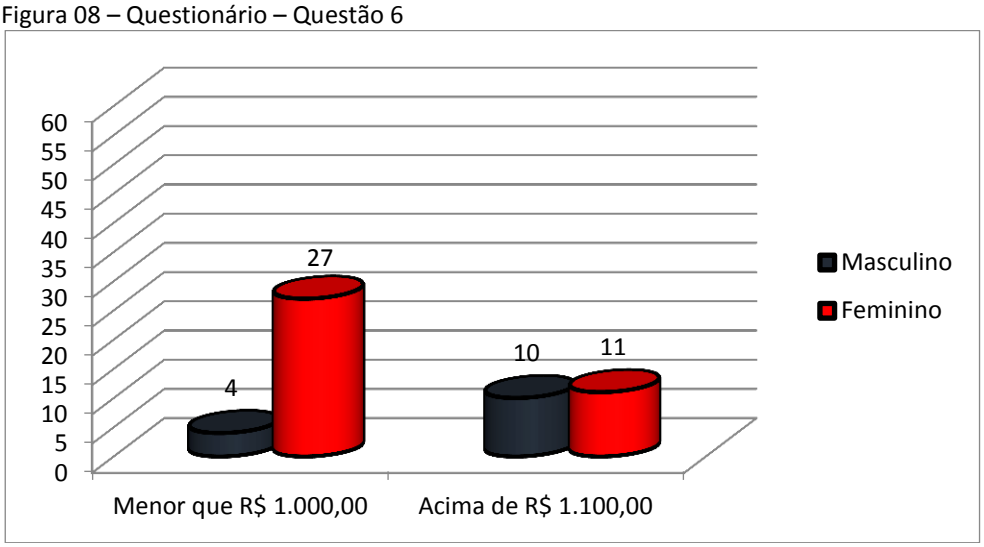


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Na análise da amostra de onde os consumidores trabalham, há certa relevância tanto de consumidores do sexo masculino e feminino que trabalham em serviços gerais. Podemos notar que há uma leve predominância entre consumidores tanto do sexo masculino e feminino que trabalham no setor administrativo e funcionário público.

Qual sua renda mensal?

Figura 08 – Questionário – Questão 6

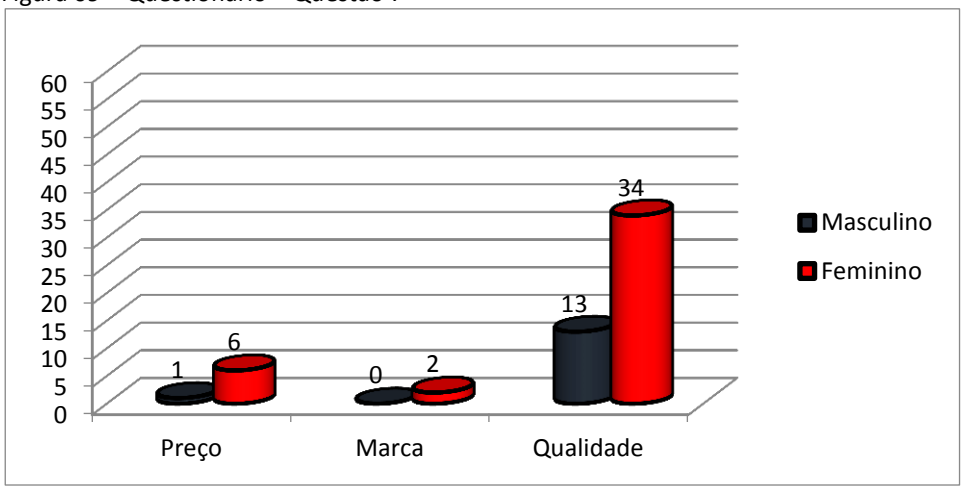


Fonte: Questionário aplicado pelo autor.

Quanto a renda mensal do consumidores, observamos que é predominante entre os consumidores femininos os salários menores R$ 1.000, 00, dentre a amostra são 27 do total e os consumidores masculinos predominaram os salários maiores que R$1.100, 00 em um total de 10 entrevistados da amostra.

O que chama atenção na escolha de um produto NATURA?

Figura 09 – Questionário – Questão 7

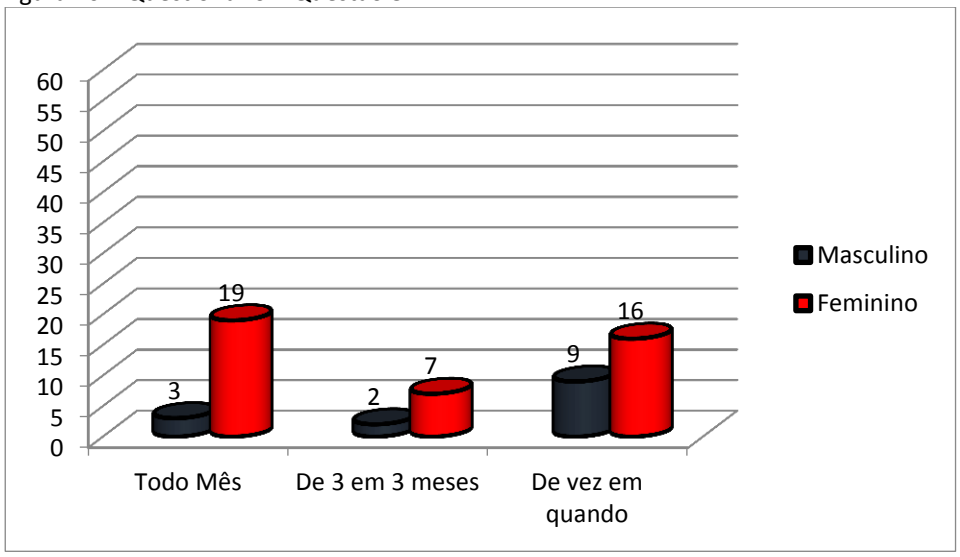


Fonte: Questionário aplicado pelo autor.

Ao analisar a amostra quanto o que chama atenção na escolha de um produto da Natura, pode-se notar que os consumidores tanto do sexo masculino e do sexo feminino responderam que levam em consideração a qualidade do produto, portanto há também uma relevância dentre o público feminino que leva consideração a preço com item de escolha de um produto.

Qual a frequência que você compra os produtos da NATURA?

Figura 10 – Questionário – Questão 8

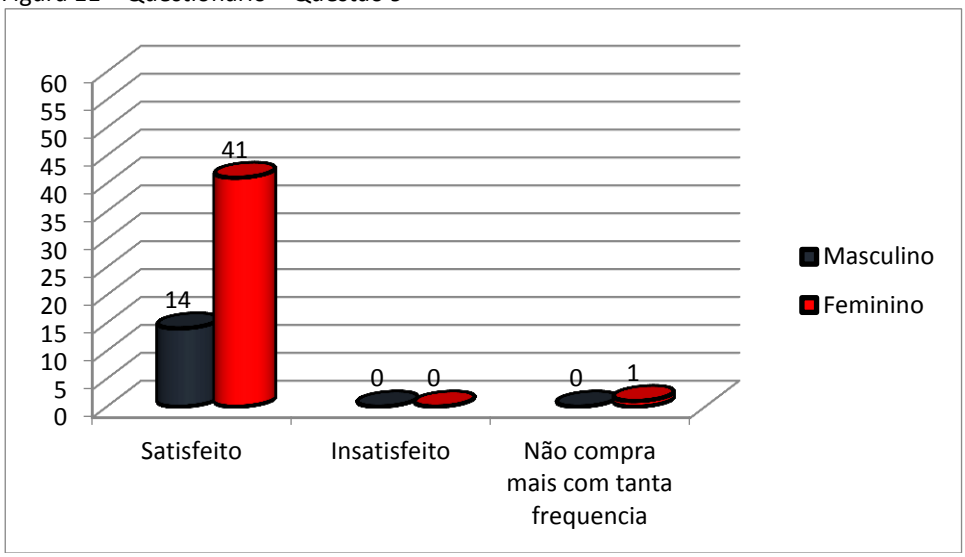


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Quanto à amostra de qual é frequência dos consumidores que compram os produtos da Natura, podemos observar que dentre o público feminino a certa paridade entre comprar todo mês e comprar de vez em quando, quanto aos consumidores masculinos observamos que a maioria compra de vez em quando.

Qual o nível de satisfação com o produto NATURA?

Figura 11 – Questionário – Questão 9

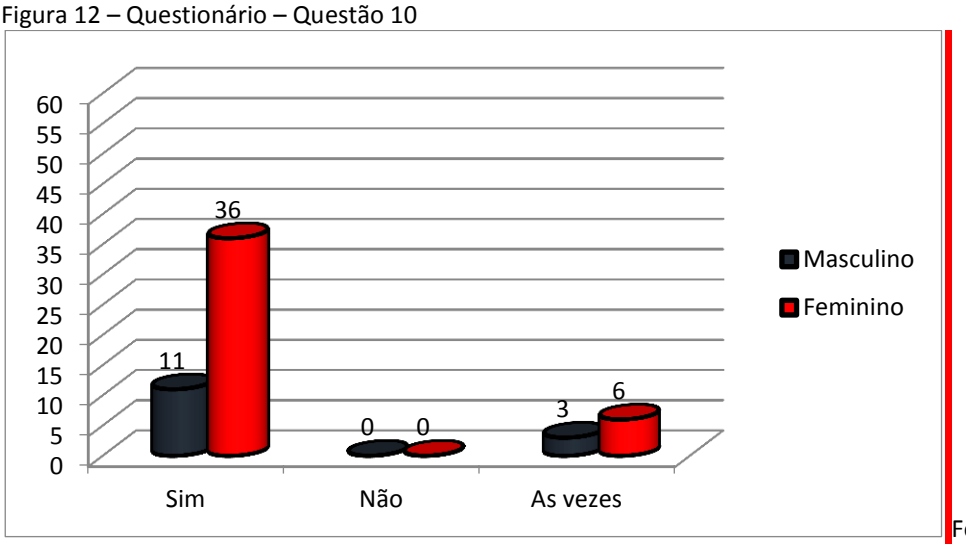


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Ao analisar a amostra quanto o nível de satisfação com o produto da Natura, podemos observar que os consumidores de ambos os sexos em sua maioria estão satisfeito com o produto.

Suas dúvidas sobre os produtos e preços são esclarecidas pelas consultoras corretamente?

Figura 12 – Questionário – Questão 10

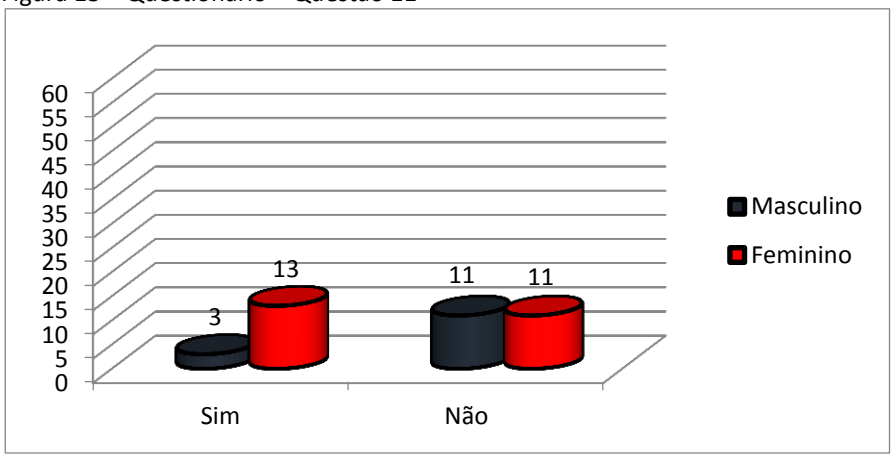


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Quanto à análise da amostra referente às dúvidas sobre os produtos e preços são esclarecidos pelas consultoras corretamente, podemos observar que há uma maior predominância em ambos os sexos que sim, que as dúvidas são esclarecidas corretamente. E também há uma leve relevância tanto consumidores do sexo masculino quanto do sexo feminino que somente às vezes as dúvidas são esclarecidas.

Você já tem conhecimento sobre os projetos sociais da Natura?

Figura 13 – Questionário – Questão 11

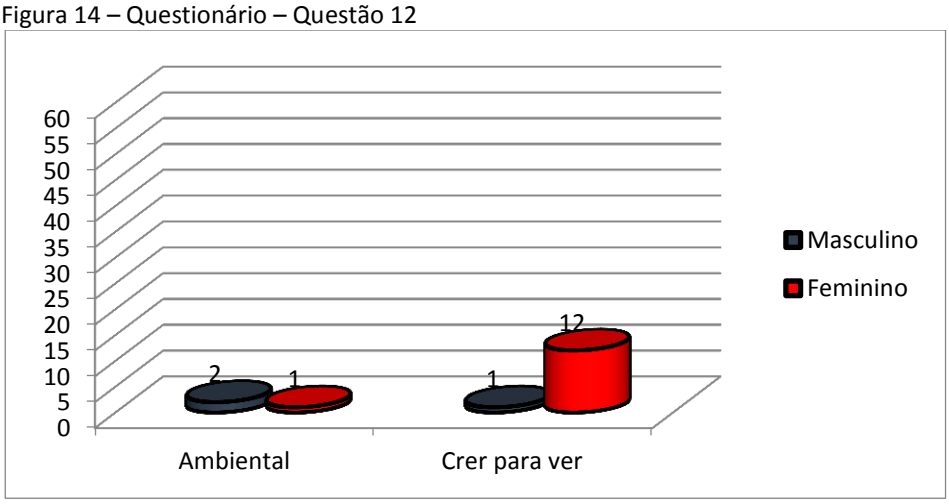


Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Na análise da amostra se os consumidores têm conhecimento dos projetos sociais das empresas, observa-se que não há conhecimento dos projetos em sua maioria em ambos os sexos. Somente uma pequena parte dos consumidores tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino tem conhecimento de algum projeto da empresa. Observa se que, apesar do empenho que a empresa tem ao divulgar seus produtos e projetos, são poucos os consumidores que conhecem as ações RS e sustentabilidade da empresa Natura.

Quais os projetos que conhece da Natura?

Figura 14 – Questionário – Questão 12



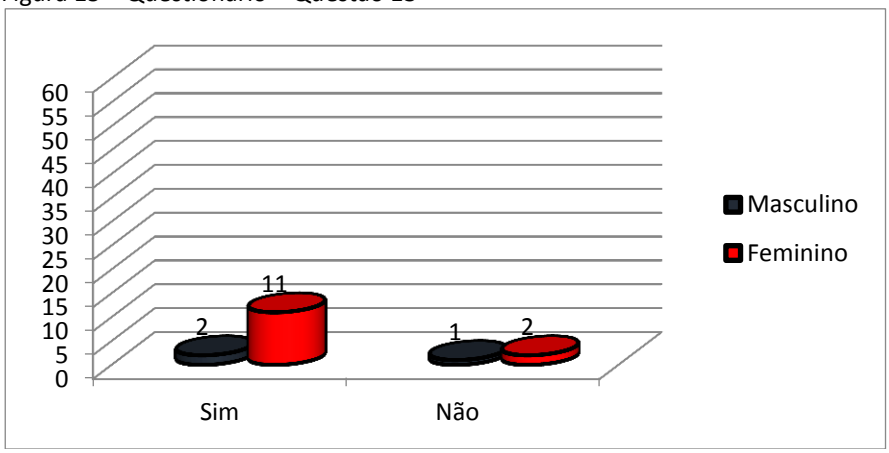
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Ao analisar a amostra quanto os projetos sociais que os consumidores conhecem, podemos observar que a maioria de consumidores do sexo feminino cita o projeto Crer para Ver que é voltada a educação e apenas uma consumidora cita o ambiental, já os consumidores o sexo masculino a relevância é o ambiental, mas também um consumidor cita o projeto Crer para Ver.

Realmente o mais citado é o projeto Crer para ver, que está diretamente vinculado às consultoras e aos consumidores da Natura, os consumidores em geral tem mais acesso através das revistas. Os outros projetos com parcerias com outras empresas são vinculados à mídia e não há uma divulgação tão abrangente

Já comprou produtos da Natura para ajudar projetos sociais?

Figura 15 – Questionário – Questão 13



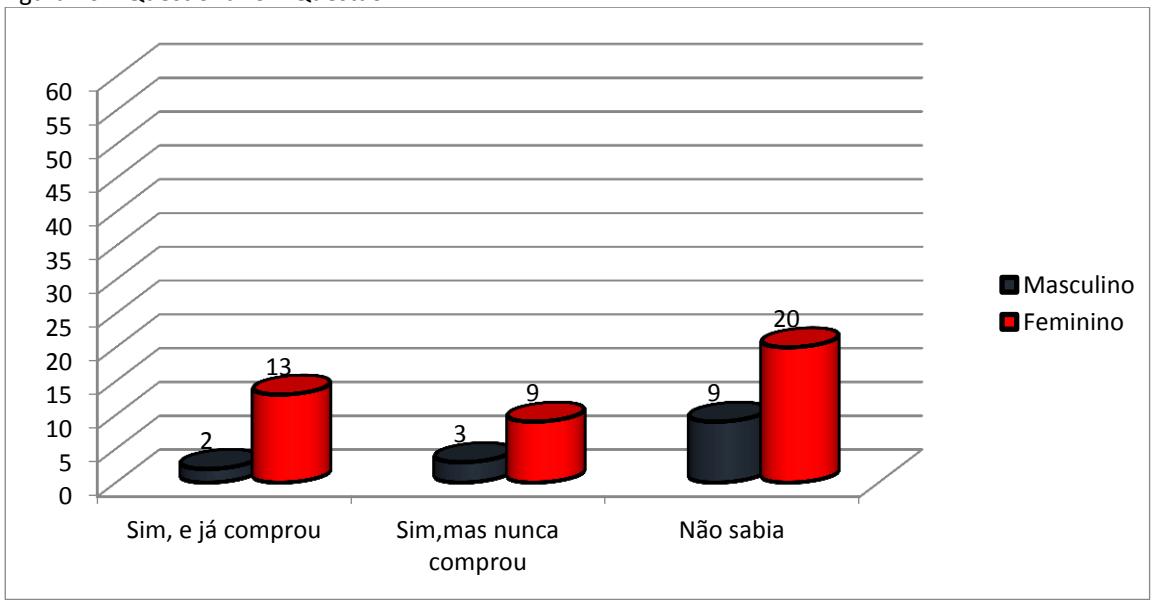
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Dentre a amostra quanto os consumidores que já compraram produtos para ajudar projetos sociais, podemos verificar que em sua maioria em ambos os sexos já compraram produtos para ajudar projetos.

Observa se que o intuito é alcançado perante a pequena parcela que conhecem os projetos da empresa Natura. A disseminação do projeto e a motivação para que não só a empresa, mas também a sociedade como um todo ajude buscando o mesmo propósito.

Você sabia que as vendas dos produtos da linha "Natura Crer para Ver", são revertidas para projetos educacionais no Brasil inteiro?

Figura 16 – Questionário – Questão 14



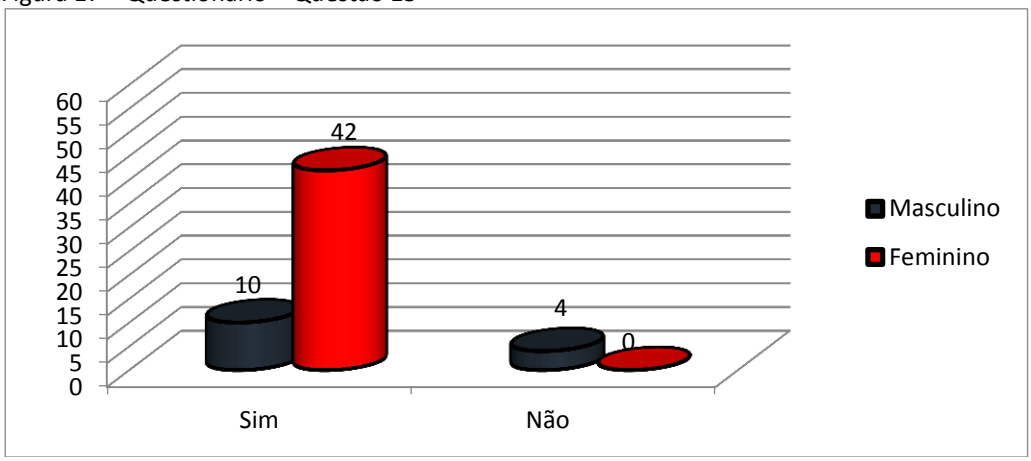
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Ao analisar a amostra se os consumidores sabiam que as vendas dos produtos da linha Crer para Ver são revertidos para os projetos educacionais do Brasil, pode se observar que a grande maioria em ambos os sexos não sabia que os valores eram revertidos a projetos sociais, e uma pequena parte de consumidores do sexo feminino sabia e já havia comprado e outra minoria sabia mais nunca havia realizado a compra.

Na totalidade da amostra apresentada, observamos que apesar das divulgações de projetos da empresa, boa parte dos consumidores não sabem da relação que a empresa tem com projetos.

Ao comprar o produto você acha que a NATURA tem uma preocupação com o Meio Ambiente de alguma forma?

Figura 17 – Questionário – Questão 15



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

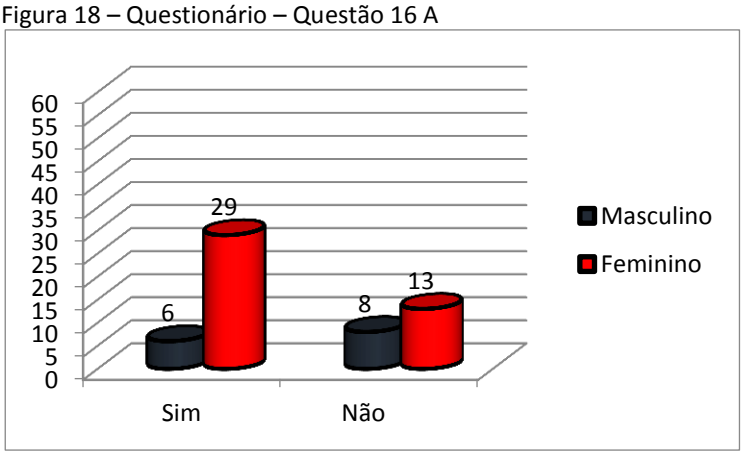
Quanto à análise da amostra dos consumidores, se estes sabem que ao comprar o produto da Natura a empresa tem uma preocupação com o meio ambiente de alguma forma, podemos observar que as maiorias totais de consumidores do sexo feminino disseram que sim. Porém os consumidores do sexo masculino responderam em grande que sim também, mas há uma pequena parte disse que não.

Segundo Almeida e Govatto, (2002) foi crescente o aumento nas complexidades dos negócios, exigindo das empresas uma nova maneira de pensar e agir em relação às questões sociais e ambientais, como também um maior comprometimento com o desenvolvimento local.

Essas mudanças fazem com que empresas, não só como a Natura invista mais na disseminação de seus projetos e façam também com que seus consumidores conheçam e colaborem na mesma causa.

Na sua cidade há projetos sociais patrocinados exclusivamente por empresas. Se puder citar?

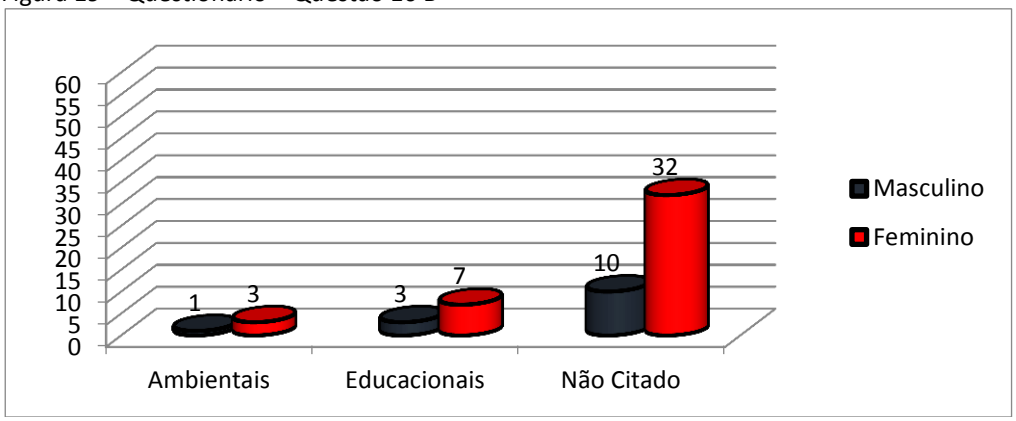
Figura 18 – Questionário – Questão 16 A



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Dentre a amostra, que analisa se na cidade dos consumidores entrevistados, há projetos sociais patrocinados exclusivamente por empresas, pode se observar que há uma predominância entre os consumidores do sexo feminino que responderam que sim. Quanto aos consumidores do sexo masculino observa- se que quase há uma paridade entre sim e não.

Figura 19 – Questionário – Questão 16 B



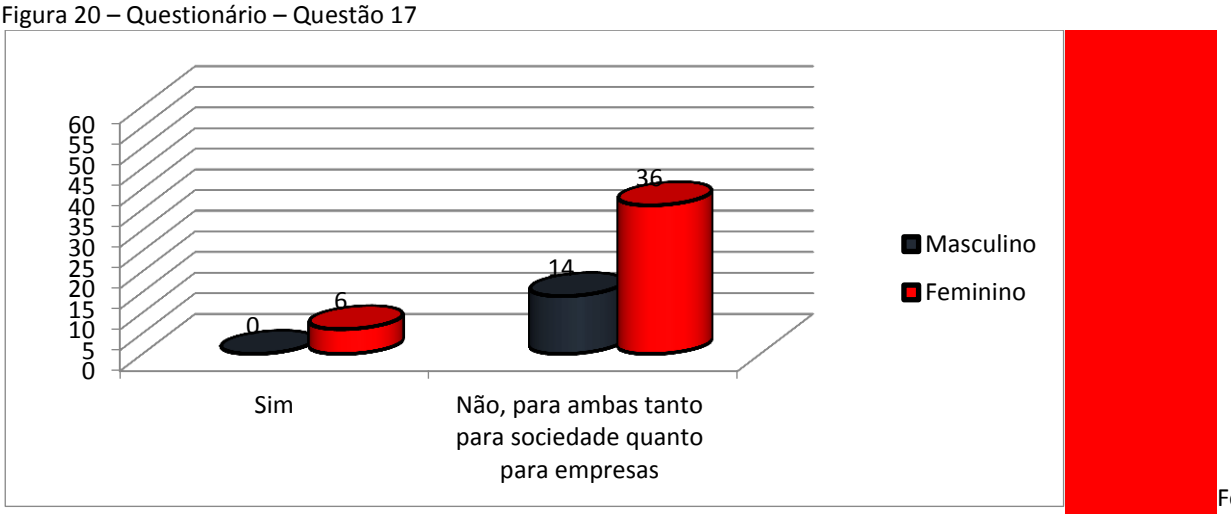
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Quanto aos projetos citados na cidade, somente uma pequena parte comentou algum projeto, dentro os citados, os educacionais tem maior relevância em ambos os sexos no valor total da amostra. Mas em ambos os sexos, não souberam citar os projetos patrocinados exclusivamente por empresas na cidade.

O que podemos observar é que as empresas que praticam ações de RS e ambiental, e não divulgam é importante divulgarem de forma ética e transparente, para que todos tomem conhecimento do que estão fazendo para o desenvolvimento da sociedade.

Em sua opinião, um projeto social traz benefícios somente para a sociedade?

Figura 20 – Questionário – Questão 17



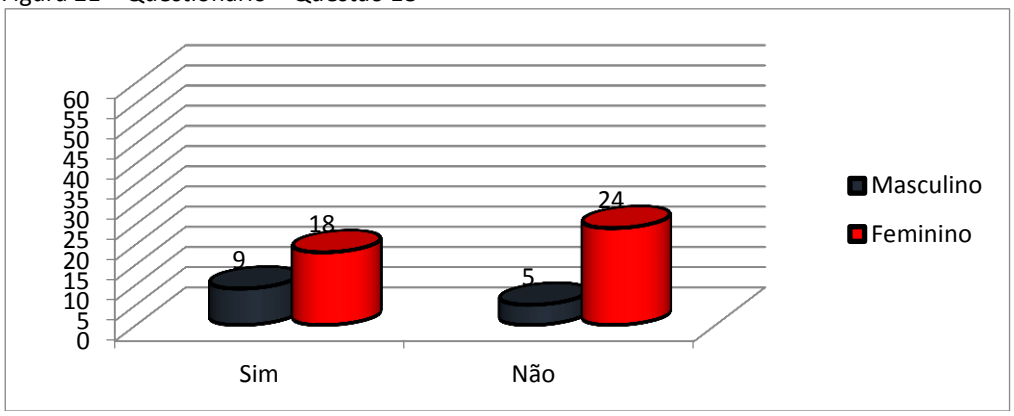
Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Ao analisar a amostra que verifica se os consumidores sabem que um projeto social traz benefícios tanto para a sociedade quanto para a empresa, observa-se que os consumidores masculinos em sua totalidade, responderam que sabem que ambas tanto a sociedade quanto a empresa tem benefícios com projetos sociais. Quanto aos consumidores femininos observamos que há também uma predominância no mesmo contexto dos masculinos, ambas a sociedade e empresas tem benefícios, porem a uma pequena parte responderam que somente a sociedade tem benefícios com projetos sociais.

A prática de ações sociais é de total importância para o crescimento de qualquer empresa, e uma grande referência no assunto é a Natura que aprimora suas ações de RS e Sustentabilidade na busca cada vez mais eficaz de desenvolvimento da comunidade.

Todos os projetos sociais e ambientais devem ter alguma ajuda do governo para que de certo?

Figura 21 – Questionário – Questão 18



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

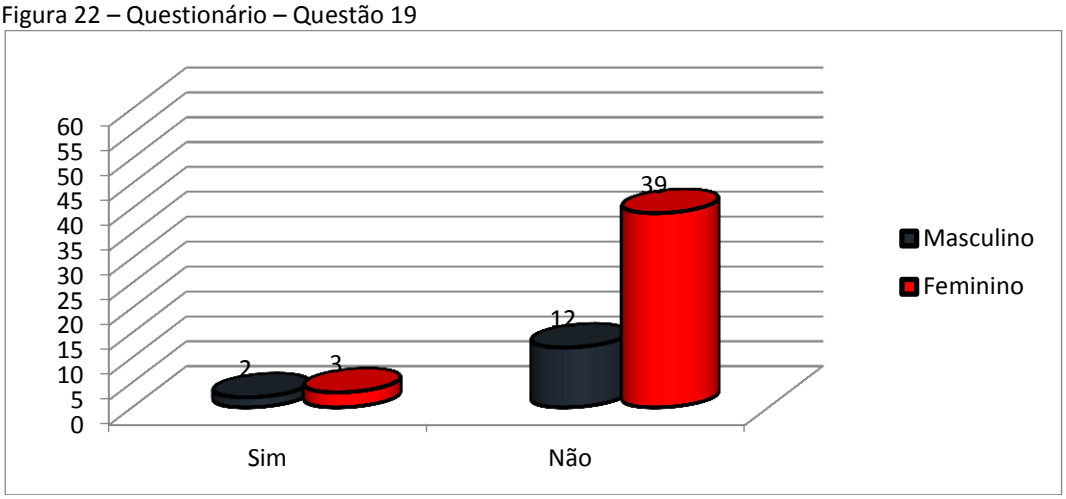
Dentre a amostra analisada, que se refere se projetos sociais e ambientais para que deem certo devem ter ajuda do governo, observa-se que entre os consumidores masculinos predomina que sim, que tem que ter ajuda do governo nos projetos sociais e ambientais. Enquanto que os consumidores femininos, observa-se que uma leve maioria responde que não precisa de ajuda do governo para que projetos deem certo.

Conforme os autores Buckley; Xerinachs e Henriques, (2011), os Institutos e as organizações de um modo geral, são de fundamental importância para o desenvolvimento empresarial. Essas parcerias juntamente com governo, criam condições básicas e proporcionam uma melhor eficiência econômica, democrática e também a igualdade social. Em outras palavras, promovem uma melhor transparência das ações da empresa e assim também uma melhor eficiência para diálogos e gestão de conflitos.

Para a empresa Natura de modo geral essa parceria com o governo tem dado muito certo, mas têm outros projetos que são patrocinados com outros Institutos e outras empresas, então não necessariamente o governo é principal fonte de um projeto para seja disseminado corretamente.

Você faz parte de algum projeto social na sua cidade?

Figura 22 – Questionário – Questão 19



Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Quanto à questão levantada na amostra se os consumidores fazem parte de algum projeto social na sua cidade, a maioria em grande relevância de ambos os sexos disseram que não.

Para que haja um maior comprometimento das empresas em ações voltadas as nossas cidades, devemos também fazer nossa parte, assumindo um compromisso com as ações sociais e projetos já existentes e também cobrar de governo e de empresas para que assumam seu papel perante as ações RS e sustentabilidade.

CONCLUSÃO

Com relação ao questionário aplicado nas clientes dos produtos Natura na região de São Joaquim da Barra, percebemos que há uma predominância do sexo feminino o que já esperado mesmo que seja crescente o número de homens preocupados com a estética. A amostra também nos revela que os clientes são em sua grande maioria adulto, casados e tem de um à dos dois filhos. Trabalhadores em grande maioria em serviços gerais, com salário menor ou igual a R$ 1.000,00 reais por mês.

Quanto aos produtos, os clientes fazem uso pela qualidade que lhe é oferecida, estando muito satisfeito com as compras e fazendo uso mensalmente dos produtos, observa-se os destaque ao colocarem que encontram o apoio das consultoras quanto às dúvidas em relação aos produtos.

Com relação aos projetos e ações da empresa Natura, observa-se que ainda não há uma grande consciência por parte dos clientes, ainda há deficiência no processo de divulgação e marketing das mesmas. Apesar de que a maioria terem a sabedoria que ações RS e sustentabilidade trazem benefícios tanto para a sociedade quanto para a empresa, é de suma importância à participação de empresas e de cidadãos perante a essas ações para o desenvolvimento da comunidade ao qual estão inseridos.

Concluímos que temos ainda em todo mundo e principalmente em nosso país, desigualdade social, é dever nosso, das empresas e do governo contribuir para que isso minimize. Adotar um respeito com relação ao processo de sustentabilidade, com o meio ambiente e com social independente das adversidades, para construirmos uma nação sem excluídos

Para futuras pesquisas podemos analisar qual o perfil dos consumidores de cada cidade separadamente e quanto aos seus projetos sociais que são realizados pelas empresas na cidade dos clientes, e quais ações que a cidade necessita para o desenvolvimento da comunidade. Muitas são as pesquisas que podem ocorrer ainda com relação a RS, é um tema novo e que necessita muito de pesquisas na área.

Importante destacar que os questionários foram aplicados em uma parcela da população, que os resultados podem sofrer alterações se aplicados em uma população maior, mas o intuito foi averiguar o pensamento pelo menos de uma parcela da população da região a qual estamos inseridos. Para próximas pesquisas é necessário que haja uma aplicação em um numero maior de participantes.

REFERENCIAS

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética empresarial na prática – liderança, gestão e responsabilidade coorporativa.** Curitiba: Xibpex 2011.

ALMEIDA, Patrícia Ashley. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 1. Ed. São Paulo: Saraiva 2002.

ALMEIDA, Patrícia Ashley; GOVATTO, Ana Claudia Marques. Ética e responsabilidade social nos negócios. **Revista Imes.** São Paulo, junho/dezembro 2002.

BROWN, Marvin T. **Ética nos negócios.** Tradução Flávio Denny Steffen; revisão técnica Luciano Zajdsznajder. São Paulo: Makron Books, 1993.

CERVO, Luiz Armando, BERVIAN, Pedro Alcino, SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Person Education, 2007.

INSTITUTO ETHOS - **O que é Responsabilidade Socia**l. Disponível em <http://www.ethos.org/ethosweb/pt29/o_que_e_rse/_o_que_e_rse.aspx>. Acesso dia 12/05/2009.

Instituto Natura. Disponível em <http://www.institutonatura.org.br/projetos> acesso dia 29/05/2013.

INSTITUTO UNIETHOS - **Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas, passo a passo.** Disponível em < http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf> acesso dia 22/05/2013.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformada das organizações. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Relatório Natura 2012. Disponível em <http://relatorio.natura.com.br/relatorio/> acesso dia 29/05/2013.

STADLER, Adriano; ARANTES, Elaine Cristina; HALICKI, Zélia. **Empreendedorismo e Responsabilidade Social**. 4. ed Curitiba: Ibpex, 2011.

SANTOS, Elenice C. Roginski M. **Responsabilidade social ou filantropia?** Sanare. Revista Técnica da Sanaper, Curitiba, v.20. n.20, p. 18-27, jul./dez.2003

Site consultoria. Disponível em <http://scf.natura.net/conteudo/> acesso dia 28/05/2013.

TACHIZAWA, Takeshy; **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Coorporativa - Estratégias de Negócios focadas na realidade brasileira.** 6. ed. São Paulo: Atlas 2010.

UNIDAS, Organização das Nações (ONU): **Brasil avança no combate a pobreza e supera crescimento de vizinho latino americano.** Disponível <http://www.onu.org/> acesso dia 27/04/2013.

Um estudo particular do setor calçadista de Franca: a formação histórica da economia regional e os novos paradigmas do mundo globalizado

O presente artigo busca analisar como as economias regionais, em particular, o setor calçadista de Franca, consegue sobreviver e desenvolver perante a concorrência mundial numa economia globalizada, que requer mudanças de padrões e paradigmas, visando o aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos e a solução de velhos entraves que impõem barreiras ao crescimento das empresas, principalmente de pequeno e médio portes, que são mais afetadas por este novo processo que envolve a sociedade contemporânea, e que a cada dia torna-se mais presente na vida econômica mundial. As realidades locais recebem os efeitos da economia globalizada e passam por modificações, implicando em uma nova visão governamental e do empresariado no sentido buscar alternativas para os novos problemas criados por essas circunstâncias, com ênfase particular no planejamento de ações e investimentos. O artigo faz uma reflexão histórica da economia da cidade de Franca, pontuando fatos e dados que mostram a formação desse pólo regional do setor calçadista. A economia calçadista foi a base do desenvolvimento econômico e social regional de Franca, empregando milhares de trabalhadores e impulsionando as atividades econômicas do comércio e da prestação de serviços na região. Este estudo quer mostrar que a indústria francana nos anos 90, devido aos diversos fatores econômicos, principalmente a globalização da economia passou a competir com empresas estrangeiras, detentoras de tecnologias de última geração e alta produção, o que causou uma necessidade de reorganização, visando sua manutenção no mercado, com adoção de ações de redução dos custos de produção e mão-de-obra. Por meio da pesquisa bibliográfica e da reflexão crítica, conclui-se que o pólo econômico em que a Cidade de Franca está inserido é um pólo de crescimento e não de desenvolvimento, o que se explica por diversos fatores, principalmente porque a economia local é totalmente dependente da sobrevivência da indústria de calçados, comandada por mercados extrarregionais e extra-nacionais.

093-2413

Luciana Lopes Canavez
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
lcanavez@gmail.com

Paulo Henrique Miotto Donadeli
Universidade Estadual Paulista
paulodonadeli@yahoo.com.br

Palavras-chave: Economia regional; globalização; setor calçadista; Franca.

Introdução

A economia regional ocorre por diversos fatores, dentre os quais podemos citar: as implicações geográficas, econômicas, históricas, políticas e sociológicas. No entanto, esse desenvolvimento não ocorre da mesma maneira em todas as regiões do país. O desnível no desenvolvimento regional é um problema a ser enfrentado e não traduz benefícios para o Estado no qual a região está inserida, tampouco para o País, ou seja, reflete diretamente sobre a população nos aspectos econômicos e sociais, resultando em condições desfavorecidas para os moradores de regiões menos desenvolvidas.

> [...] a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre os subespaços ou regiões de uma nação não é eqüitativa e muitas vezes se deteriora com a passagem do tempo ou, então, mantém um significativo distanciamento do nível de desenvolvimento entre as regiões dominantes e periféricas. (SANTOS Apud HADDAD, 1989, p. 60)

O Brasil é um País composto tipicamente de desigualdades regionais, devido ao amplo território e ao processo de formação da nação. (KLINK, 2000, p. 67). Temos regiões muito desenvolvidas como as regiões Sul e Sudeste, e regiões relativamente periféricas como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que tem mudado nos últimos anos, com um maior ritmo de industrialização e melhoria da infraestrutura, mais que ainda continuam com grandes problemas de desenvolvimento.

Contribui para as desigualdades regionais existentes nas diversas regiões brasileiras a localização geográfica desprivilegiada da região, e os problemas naturais, podendo-se citar como exemplo a grande escassez de água da região Nordeste, o que contribui negativamente para o desenvolvimento de qualquer atividade econômica.

Também, pode-se falar na falta de recursos como matéria-prima para desenvolvimento de determinados produtos. Observa-se que, em determinadas regiões onde há abundância de determinadas matérias-primas,

normalmente desenvolvem-se atividades econômicas regionais na industrialização e comercialização desses produtos.

Outro grave problema que afeta o desenvolvimento de certa região que são as questões políticas, que muitas vezes impede o crescimento econômico como forma de manutenção de poder, pois deixar a região em estado de subdesenvolvimento permite a manutenção mais fácil do poder de certas elites, principalmente agrárias. O desenvolvimento econômico e a melhoria de vida da população é uma forma de libertação e independência das pessoas que compromete o projeto político de classes dominantes.

> A compreensão do regionalismo, enquanto processo de identidade e de diferenciação sócio-espacial, se faz, necessariamente, a partir da atividade política, em suas diferentes nuances. Como as disparidades regionais não são casualidades e como a classe dirigente jamais é inocente, o conteúdo temático dos discursos parlamentares permite afirmar que, naquela região, essa classe tem sido historicamente beneficiária das suas condições estruturais. (CASTRO, 1994, p. 155)

Na realidade, a elite política, que também é econômica, apropria-se dos aspectos simbólicos da região, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, utilizando-os como recurso político em seus discursos. Essa elite coloca-se no mesmo nível da massa, ou seja, como vítimas das condições naturais e históricas pouco favorecidas. Os problemas territoriais passam a ser tratados como os causadores dos problemas sociais, diminuindo a visibilidade sobre esses, que se diluem naqueles.

Nem sempre a região mais pobre do país é aquela que tem recebido menos recursos governamentais. Cabe ressaltar que, a região Nordeste tem recebido sempre uma grande fatia da arrecadação nacional, habitualmente maior do que contribui, porém destaca-se nacionalmente como o território que menos alterou suas condições sociais, apresentando a pior concentração de renda do país e piores indicadores sociais, o que corrobora com o acima exposto. A questão é o uso incorreto dos recursos públicos por parte dos dirigentes locais, que muitas vezes, ou desviam as verbas em favor próprio ou aplicam para manutenção dos seus votos.

Atualmente, existe uma tendência no sentido de correção dos desníveis regionais por parte dos governos, ou seja, é um dos grandes desafios a serem transpostos, visando planificar, a longo prazo, o desenvolvimento harmonioso do todo nacional.

O presente artigo busca analisar o setor calçadista da cidade de Franca, considerado como um pólo de crescimento e uma grande região produtora de calçados masculinos do Brasil, um exemplo típico de economia regionalizada, que surgiu em razão de diversos fatores comuns ao processo de regionalização, como a localização geográfica, a abundância de matéria-prima e as políticas setoriais, visando entender como essa economia regionalizada convive com esta nova ordem econômica mundial criada pela globalização, e quais são os velhos paradigmas a serem rompidos e os novos problemas a serem solucionados, como meio de trilhar um caminho de desenvolvimento seguro e permanente.

Perfil da história econômica da cidade de Franca: a formação do setor calçadista como pólo econômico regional

A ocupação da faixa territorial correspondente ao nordeste da Província de São Paulo, inclusive o território que corresponde à cidade de Franca, deu-se em razão à sua localização geográfica cortada pela Estrada dos Goiases, uma significativa rota de passagem de gado para São Paulo, de sal e outras mercadorias para o Brasil central, fazendo-a agir como um ponto de confluência entre mercadores. Os primeiros assentamentos populacionais originaram-se dos pousos criados ao longo do caminho, que tinham sua sobrevivência ligada ao abastecimento dos viajantes que por ali passavam com seus rebanhos, bem como pela migração de criadores de gado e agricultores, vindos em sua maioria do sul de Minas Gerais. Em 29 de agosto de 1805 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca.

Para Tosi (2002, p. 30) esta é uma região de fronteira da atividade mercantil por ter sido cortada por importante rota comercial de produtos de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

> *A economia do nordeste da Província de São Paulo, especialmente a região de Franca, caracterizava-se, sobretudo, pela diversificação das atividades produtivas e pelo seu caráter mercantil. As principais atividades econômicas eram: pecuária, agricultura, comércio, tecelagem, mineração, alguns experimentos industriais – engenhos de açúcar e aguardente –, e atividades artesanais – selarias e sapatarias. (OLIVEIRA, 1999, p. 26)*

Portanto, nota-se a diversidade de atividades econômicas, todas voltadas para a economia de subsistência, sendo que até o final do século XIX, a atividade de maior predominância e importância econômica era a pecuária e seus derivados. Nesta época, Franca era considerada uma espécie de capital regional e um importante centro urbano

do nordeste paulista, devido à função comercial que exercia. Mas, começou a perder essa condição com a abertura do Rio Paraguai à navegação e ao comércio nas províncias, por volta de 1870, que diminuiu os custos e fez com que os compradores de sal de Goiás e Mato Grosso mudassem a rota. Franca só não experimentou a decadência econômica devido à difusão da cafeicultura desde 1850.

Em 1890, com a inauguração da Ferrovia da Mogiana a atividade cafeicultora passou a ter fortes traços capitalistas, sendo que o café produzido era conhecido por sua qualidade de "grãos finos", por causa da terra roxa presentes na região, solo excelente para essa cultura.

> *Foi a ferrovia que trouxe a cafeicultura capitalista para Franca, como de resto as transformações dela decorrentes. Embora houvesse algumas fazendas de café, elas poderiam ser classificadas de inexpressivas frente às quantidades do produto que passaram a ser produzidas posteriormente, de modo que seria incorreto pensar a cafeicultura como tendo atraído a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de "cafelistas" de expressão no município antes de sua chegada. Mesmo que a escravatura tenha sobrevivido por mais dois anos, desde a inauguração dos trilhos, em 1890, tanto o regime de trabalho, quanto a estrutura política haviam sofrido severas mudanças. Portanto, não foi Franca que se ligou às demais cidades pela força de seus senhores, que, àquela altura, não se igualavam em expressão aos senhores do café, foi o complexo cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizavam. (TOSI, 2002, p. 85)*

A economia cafeeira trouxe para o território paulista uma ampla infraestrutura de serviços e transportes, casas bancárias e comerciais, além do capital estrangeiro que financiava fazendeiros e controlava o transporte ferroviário, tão importante para a exportação, aumentando a concentração populacional nas cidades, ampliando o mercado consumidor e iniciando o processo de industrialização.

> *A economia agrário-exportadora do café penetrou no interior paulista, promoveu o crescimento econômico, atraiu mão-de-obra migrante e imigrante, possibilitou a criação da infra-estrutura motivada pelo movimento de expansão das cidades, estimulou as atividades ligadas ao comércio e aos serviços e possibilitou o surgimento das indústrias. (BRAGA FILHO, 2000, p. 105)*

A cafeicultura, então, foi a atividade que propiciou o desenvolvimento de um novo ciclo econômico local.

A fabricação de calçados em Franca existe desde a formação da cidade, no início de 1800, ou seja, há mais de 200 anos, através do artesanato de couro, com a confecção manual de chinelos, sandálias, botinas rústicas, também chamadas de sapatões. (COUTINHO, 2004). Em 1814, existiam oito oficiais de sapateiro numa população de 1083 habitantes, incluindo os das fazendas.

Para Pedro Geraldo Tosi (2002, p. 53) a criação de gado também facilitou a atividade econômica, haja vista a abundância de matéria-prima disponível na região, porém não se pode considerá-la como o fator determinante, haja vista que a criação de gado não se restringiu a esta região e havia grande facilidade na aquisição de couro e sola de Goiás, Mato Grosso e Sul de Minas Gerais.

A ferrovia também impulsionou a atividade, pois proporcionou a entrada do calçado francano em novos mercados, assim como a abundância de matéria-prima derivada da pecuária, fazendo surgir os primeiros curtumes.

Nos primeiros anos do século XX, a manufatura de calçados substituiu o artesanato, com grandes mudanças na forma de fabricação e organização do trabalho, que apesar de não contar com maquinaria, passou a dividir o processo artesanal em várias etapas produtivas, realizadas por operários e sob a direção de um empresário, diferente do artesanato onde o artesão, dono dos meios de produção realizava todas as etapas produtivas.

O pioneiro na mecanização das fábricas de calçados de Franca foi Carlos Pacheco de Macedo, que iniciou sua trajetória de empreendedor em 1903, no comércio de couros, como proprietário de uma selaria. Posteriormente, substituiu os primeiros negócios por outra sociedade denominada "Carlos Pacheco & Cia", uma selaria e sapataria, sendo que no final da primeira década foi considerada a maior fabricante de calçados na cidade.

O surgimento do pólo calçadista está vinculado a essa indústria motriz, como ocorre em geral dos centros regionais de economia.

> [...] o pólo de crescimento surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. Em conseqüência, a

> indústria motriz tem, durante certos períodos, um crescimento do seu próprio produto mais elevado que o crescimento médio do produto industrial e do produto nacional. Este crescimento acelerado, porém, não é permanente, mas se faz sentir por certo período após o qual sofre um decréscimo relativo [...]. (ANDRADE, 1987, p. 58)

Completando, Andrade (1987, p. 58) cita algumas características que se aplicam ao pólo industrial francano:

> Em geral, a indústria motriz em sua ação de obtenção de matérias-primas, de ponto de atração para a mão-de-obra e de produtora de um ou uma série de produtos dinamiza a vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração de população que estimulará o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias nas áreas fornecedoras de alimentos e matérias-primas e desenvolve a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que a cerca, que se instala em sua área de influência. Daí surgir muitas vezes aquilo que Perroux chama de complexo industrial e que se caracteriza pela presença de uma indústria-chave, pelo regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes e pela aglomeração territorial.

Em 1910 havia 18 fábricas de calçados na cidade, que superavam as oficinas de artesanato, sendo que estas tinham manufaturado naquele ano 25.696 pares de botina e 11.131 de chinelo, sendo que 60% do primeiro produto e 75% do segundo produto, foram produzidos pela fábrica de Carlos Pacheco de Macedo. (PALMA, 1911).

Com o sucesso nesse empreendimento, Carlos Pacheco acumulou capital necessário para investir em máquinas importadas, e em 1918, associou-se ao banqueiro carioca Christiano Hechler adquirindo o Curtume Progresso, incluindo na sociedade um técnico alemão Josef Marx, como sócio de indústria, que agregaria conhecimento de novas técnicas.

Como o negócio no ramo de curtume revelou-se muito promissor, Carlos Pacheco fundou em 1° de março de 1921, a primeira indústria calçadista na cidade, a “Calçados Jaguar”, constituída sob a forma de sociedade em nome de quatro sócios, não sendo, pois, o sócio legalmente constituído. A empresa era totalmente aparelhada com máquinas importadas da Alemanha em todas as etapas do processo de fabricação, que teve seu tempo reduzido devido à produção em série. Com isso, a produtividade foi aumentada e abriu-se a possibilidade de ofertar preços menores, negociando com as cidades de São Paulo e interior, Aracaju, Recife, dentre outras.

Apesar do sucesso da Calçados Jaguar a economia brasileira dependia exclusivamente das exportações de café, sendo que por volta de 1925, num período de crise econômica, a empresa começou a passar por uma série de dificuldades financeiras advindas da diminuição da demanda e do aumento da inadimplência, fazendo com que Carlos Pacheco começasse a tomar uma série de empréstimos sucessivos com avais pessoais, além de injetar dinheiro de suas outras empresas para salvar a Jaguar. Em 3 de março de 1926, pediu concordata na Justiça de Franca, que sendo negada, decretou-se a falência da empresa.

No período que seguiu a falência até meados de 1937, a mecanização de outras indústrias foi reduzida e as etapas de produção continuaram a ser executadas manualmente, pois as empresas eram pequenas e não dispunham de capital para investir em tecnologia.

A retomada da industrialização aconteceu em 1937, por Antônio Lopes de Mello, fundador da Calçados Mello em 1921, em sociedade com o irmão Miguel Sábio de Mello, um artesão que desde 1926, confeccionava sapatões, botinas e chinelos. Apesar da próspera sociedade, que em dois anos já produzia 400 pares diários de sapatões, os irmãos dissolveram a sociedade, ficando Antônio Lopes de Mello no comando da Calçados Mello, e Miguel Sábio de Mello fabricando calçados sozinho.

Mais tarde, outras empresas calçadistas passaram a remodelar suas fábricas tendo à frente Pedro Spessoto, João Palermo e Miguel Sábio de Mello, o fundador da Calçados Samello, que a partir dos anos 40 veio a liderar as mudanças ocorridas na indústria calçadista francana.

Houve um fortalecimento significativo desta indústria na década de 1930:

> *[...] nesse período surgiram grandes empresas, pioneiras na expansão industrial de Franca, como Calçados Peixe, assumida em 1932 pelo Cap. Hercílio Baptista de Avelar; Calçados Mello de propriedade de Antônio Lopes de Mello, fundada em 1921 e totalmente mecanizada em 1939; Calçados Samello fundada em setembro de 1935, por Miguel Sábio de Mello; Cia. de Calçados Palermo, fundada em 1927 por João Palermo e mecanizada em 1939 e Calçados Spessoto fundada por Pedro Spessoto em 1910 e mecanizada nos anos de 1930. (OLIVEIRA apud CURCI, 2002, p. 86).*

Nesta época esta atividade já aparece como o principal alicerce da evolução econômica da cidade surgindo, de acordo com o referido autor, o operário industrial, o novo ator social no cenário local, o principal símbolo da instalação da modernidade capitalista da época.

Nos anos 40, a cidade de Franca ainda não era um pólo calçadista. Nesta época, diversas empresas foram montadas, mas o surto da industrialização ocorreu apenas em 1950, quando o Governo Federal passou a incentivar a indústria nacional, abrindo linhas de crédito no Banco do Brasil para capital de giro, aquisição de maquinários, construção e reforma de prédios, levando Franca a consolidar seu pólo calçadista.

Segundo Wilson Suzigan (2001, p. 276) "um impulso adicional importante, por fim, foi dado a partir de fins da década de 1960, com a expansão das vendas para o mercado externo, especialmente para os EUA".

> *A partir de 1970, a cidade tem sido descrita pelos meios de comunicação e pelos trabalhos acadêmicos como "uma grande oficina de sapatos". Destacando-se como um importante centro industrial do país. Na área urbana, tem havido um crescimento populacional vertiginoso, recebendo migrantes de todo o país, principalmente de Minas Gerais, à procura de trabalho. (LEME, apud CAMPANHOL, 1999, p. 47).*

As exportações evoluíram gradualmente até o final de 1980, representando na média anual daquele período, 35% dos pares comercializados no mercado interno, além de compensarem a queda das vendas no mercado interno, que ocorriam e ainda ocorrem, principalmente no primeiro trimestre de cada ano.

> *Até 1990, a indústria calçadista – sustentada por políticas de proteção e incentivos governamentais – cresceu vertiginosamente, produzindo preferencialmente calçados masculinos que serviam aos mercados interno e externo. No entanto, qualquer alteração na política econômica do Brasil ou dos países compradores, repercutia prontamente nas esteiras da produção e na vida da população da cidade. (CAMPANHOL,1999, p. 47-48).*

Nos anos 90, o volume de exportações realizadas pela indústria calçadista francana experimentou um grande declínio, o que ocorreu devido a abertura da economia e ao processo de globalização, fazendo com que o volume das exportações diminuíssem gradualmente em média 20% ao ano. A restrição do crédito para o capital de giro em razão da implantação do Plano Real fez com que numerosas empresas dependentes desse capital, encerrassem suas atividades e saíssem do mercado. Nesta época, a indústria calçadista de Franca experimentou uma grande crise, com o fechamento de inúmeras empresas, sendo estas grandes, médias e pequenas, até mesmo indústrias tradicionais na cidade, fazendo com que o desemprego atingisse 18.000 trabalhadores, que passaram a sobreviver do mercado informal e familiar.

A indústria francana nos anos 90, devido aos diversos fatores econômicos, como a Globalização da economia e Planos econômicos por parte do governo, passou por uma fase de reorganização capaz de proporcionar sua manutenção no mercado. Entre as ações adotadas pode-se citar a redução dos custos de produção e mão-de-obra, além da redução dos níveis hierárquicos.

A indústria calçadista ainda é a principal atividade desenvolvida na cidade e região, propiciando o crescimento econômico de outros setores como o de componentes para calçados, como solas, palmilhas, adesivos, dentre outros e alavancando o comércio e prestação de serviços. Mas, atualmente, as atividades econômicas de Franca têm se diversificado.

As empresas calçadistas, principalmente micro e pequenas empresas, continuam na árdua batalha da economia globalizada que faz com que a competição entre as empresas seja muito acirrada, exigindo uma enorme dinâmica empresarial.

A globalização da economia

O processo de globalização da economia mundial foi iniciado antes da Primeira Guerra Mundial e acabou interrompido por esta.

> A livre movimentação de mercadorias e de capitais através das fronteiras nacionais atingiu seu primeiro auge por volta da Segunda metade do século XIX, quando o padrão-ouro proporcionou moedas automaticamente conversíveis e se criou um conjunto de instituições destinadas a garantir o livre-câmbio e as inversões

> estrangeiras. Esta foi a primeira tentativa de globalização que afundou com a Primeira Guerra Mundial (1914-18) e pouco depois com a crise dos anos 30, seguida pela Segunda Guerra Mundial nos anos (1939-45). (SINGER, 2000, p. 19)

No período pós-guerra houve uma retração comercial e financeira em todo o mundo, haja vista a preocupação das nações vencidas com a concentração de capital dentro de seu território, visando a proteção de suas indústrias. Em contrapartida, os países vencedores, comandados pelos Estados Unidos, preocuparam-se em reiniciar a globalização econômica.

"Entre 1948-50 e 1957-59, a produção industrial do mundo cresceu 60% ao passo que o comércio mundial de produtos industriais cresceu 90%; a produção mundial de produtos primários aumentou 30% e o comércio internacional dos mesmos 57%" (MAIZELS, Apud SINGER, 2000, p. 19).

O processo de globalização da economia mundial ocorreu em duas fases: a primeira entre os países desenvolvidos, que ocorreu entre o fim da Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 60, e a segunda fase em países do terceiro mundo, pois suas economias frágeis retardaram o processo de globalização de suas economias.

> Os efeitos da globalização verificados na primeira etapa aconteceram nos países de Primeiro Mundo, mas, nestes, as diferenças das economias eram enormes haja vista que os EUA encontravam-se no auge de produção e consumo e nos demais países as economias foram duramente arrasadas pelo conflito mundial. Os EUA transferiram vultuosos recursos para a Europa e o Japão, tornando possível a sua restauração e a eliminação da grande diferença econômica existente entre eles. (CURCI, 2000, p. 5)

A Segunda fase da globalização foi marcada pela abertura dos mercados dos países do primeiro mundo para a comercialização de produtos industrializados do terceiro mundo, ocorrido na década de 70. Porém, na mesma época, ocorreu a crise do dólar que ocasionou uma enorme flutuação das taxas de câmbio, fazendo surgir um mercado financeiro internacional sem qualquer controle público.

> A economia mundial está à mercê de taxas cambiais que também influenciam os juros internacionais. A acumulação financeira em relação ao dólar faz com que os agentes políticos, financeiros e governos se tornem detentores do poder, permitindo, com freqüência, choques cambiais em outras nações do Primeiro e Terceiro Mundo, amparados pelo poderio econômico-financeiro. As variações cambiais, tornaram-se uma arma devastadora nas economias de países tomadores de capital, empobrecendo nações, empresas e povos, completamente desprovidos de armas que os possam defender.
>
> O mercado financeiro chega ao ponto de ser considerado um perigo maior do que as armas atômicas. É a combinação de várias ferramentas: como o capital especulativo, técnicas de comércio, tecnologia de ponta que contribuem para uma reação em cadeia e devastadora de economias emergentes, quase sempre alvo destes capitais especulativos. (CURCI, 2000, p. 6)

A partir daí, pôde-se notar o grande impulso dado ao comércio internacional e investimento do capital estrangeiro financiando as economias do terceiro mundo, para que promovessem o abastecimento de seus mercados.

Na América Latina o Brasil foi o país que liderou o processo de globalização nos anos 70, quando ocorreu o chamado "Milagre econômico", porém na década seguinte, houve uma crise financeira em todo território latino, gerada pela dívida externa desses países, fazendo com que o capital externo fosse voltado para os países da Ásia Oriental, como Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan, que experimentaram um crescimento acelerado devido à expansão das exportações.

> A globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho. A grande diferença existente entre a produtividade e custo da produção motivou esta divisão internacional do trabalho aliada à grande disponibilidade de mão-de-obra treinada e condicionada à industrialização. Nos EUA, trabalhadores pertencentes a uma classe operária com uma escolaridade elevada reivindicavam altos salários e amparados por sindicatos de classes, demonstravam suas insatisfações por um trabalho monótono e alienante. A resposta dos donos das grandes empresas foi a transferência, em grande escala, da produção industrial para os países do Terceiro Mundo, causando empobrecimento de cidades e regiões inteiras, com a redução da industrialização. (SINGER apud CURCI, 2000, p. 6)

O processo da globalização, ao contrário do idealizado no sentido de melhoria do padrão de vida e aumento da produção industrial dos países subdesenvolvidos, ocasionou a decadência, desigualdade social, degeneração cultural, destruição ecológica, além do distanciamento entre ricos e pobres, causando o empobrecimento e a desesperança.

A globalização, com a abertura do comércio internacional, por si só não pode ser considerada como a motivadora do desemprego, pois com o aumento das exportações criam-se novos empregos, equilibrando assim a eliminação dos postos de trabalhos ocasionados pelas exportações. Na realidade a globalização gera o desemprego estrutural, que não aumenta o número de pessoas sem trabalho, mas ocasiona uma deterioração no mercado de trabalho.

> O desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso a novos postos de trabalho. Estes vão sendo tipicamente ocupados por mão-de-obra feminina, muitas vezes empregada em tempo parcial, ao passo que os ex-operários moram em zonas economicamente deprimidas, são muitas vezes arrimos de família, dispõem de seguro desemprego proporcional aos salários que ganhavam antes, geralmente mais elevados do que os proporcionados pelas novas ocupações. (SINGER, 2000, p. 23)

Nos anos 80, os governos do ocidente passaram a desregulamentar a economia, sob a orientação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial, liberando o comércio, a privatização das empresas estatais, o fluxo de capitais, como atendimento da estratégia de desenvolvimento da economia de mercado.

A abertura do mercado levou empresas nacionais a competirem com as estrangeiras. O governo elevou os juros ao máximo, prejudicando, consideravelmente, as empresas do país, propiciando a entrada de volumosos capitais estrangeiros. (MARTINS, 1999, p. 198)

As empresas nacionais passaram a competir com empresas estrangeiras que em sua maioria são detentoras de tecnologias de última geração e alta produção, fazendo com que postos de trabalho sejam eliminados, ocasionando cortes, demissões em massa, desemprego.

O contexto de economia globalizada e marcada pelo desemprego propiciou a criação de microempresas por parte de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho, na busca de uma alternativa para sobrevivência.

A globalização e a revolução tecnológica ocasionou um grande número de desemprego em nível mundial, seja nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, fazendo com que uma gama de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho, optassem por constituir pequenas empresas a fim de garantir sua sobrevivência, bem como de sua família.

No Brasil uma das principais conseqüências da globalização foi a reestruturação das organizações que passaram a promover a eliminação de cargos de gerência e de altos executivos.

O poder de comando das organizações passou a ser concentrado, e houve considerável diminuição nas linhas de comando, com a extinção de inúmeros cargos gerenciais, concentrando mais poder nos funcionários ligados diretamente às atividades fins da empresa.

A estável carreira dos gerentes e grandes executivos, teve fim na década de 80, devido à reestruturação das organizações, marcadas pela fusão de grandes empresas, ocasionando na década seguinte, um alto número de desemprego de altos executivos, fazendo com que desaparecessem milhares de empregos que garantiam rendimentos e *status* a trabalhadores não manuais, sem o surgimento de novos postos de trabalho.

A influência de agentes externos como fundos de pensão e representantes de grandes acionistas majoritários, que administravam e acompanhavam a evolução das ações das empresas, levantando questões sobre privilégios salariais, fizeram com que os cargos de gerência das grandes organizações fossem ameaçados. No Brasil esses agentes não exerceram forte influência sobre os executivos nacionais como nos países anglo-saxônicos, mas apenas em relação às novidades financeiras e organizacionais apresentadas pelas empresas de consultoria internacional.

Diante da sensível diminuição dos altos cargos de executivos, sem a criação de novos postos de trabalho em outras organizações, a alternativa encontrada por estes foi a criação de pequenos negócios na área de consultoria, franquias e prestação de serviços especializados.

A grande transformação na economia dos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, foi marcada por uma série de acontecimentos históricos como: a abertura da economia, privatizações, estabilidade econômica, que estão diretamente relacionadas com as principais transformações ocorridas, como a globalização, a regionalização social e a descentralização política.

Primordialmente, a globalização foi vista com bons olhos no sentido de promoverem o avanço e a competição entre os mercados globais. Ocorre que, os efeitos sentidos foram negativos, como o desemprego, a

quebra de empresas e a enorme crise financeira que assolou o País.

> A globalização intensifica o nível de competição de todo o sistema econômico, mas, no Brasil, a abertura do mercado foi antecipada sem que antes fosse colocado em prática um processo de fortalecimento de nossas empresas para enfrentar e competir nesse novo mercado.
> A abertura do mercado, e com ela a competição internacional, acentuou-se, provocando déficits nas contas externas. Com a taxa cambial fixa, o volume de importações aumentou, enquanto as exportações de manufaturados inclusive têxteis e calçados reduziram-se drasticamente. A cidade de Franca com sua indústria calçadista foi atingida profunda e arrasadoramente com o fechamento de centenas de empresas, entre elas micro, pequenas, médias e tradicionais exportadoras no ramo de calçados. Nesta esteira de fechamento de empresas, muitas outras foram levadas para o mesmo caminho de diversos ramos de atividade, ou seja, industriais, comerciais e de serviços, dependentes da atividade principal, a calçadista. (CURCI, 2000, p. 22)

O governo brasileiro, visando combater a inflação que assombrava o país, ocasionada pelo aumento da oferta em relação à demanda, utilizou-se da política de recessão econômica em alta dosagem. Tal política resultou em altos índices de desemprego devido à falta de recursos das empresas que se viram obrigadas a reduzir custos na mão-de-obra, aumentando a dívida externa nacional, haja vista o acréscimo de importação e consequente diminuição das exportações.

Nessa época, houve uma grande quebra de empresas nacionais de todos os portes, e especialmente em Franca, uma série de pequenas empresas de calçados e também de componentes, devido à sua dependência em relação às primeiras.

Os índices de desemprego experimentados levaram os trabalhadores à desestabilização social, fazendo com que passassem a depender da ajuda de familiares para que pudessem sobreviver.

> Todo mundo, no mundo inteiro, fala do desemprego. A falta de bons empregos – de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreira, seguro desemprego, seguro contra acidentes, enfermidades, velhice e morte – é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos. Este sentimento 'universal', é bom que se diga logo, é partilhado pela assim chamada classe média que, no Brasil, tende a ser restrita aos ricos, mas nos países cêntricos abrange o conjunto dos assalariados formais. Os pobres, por motivos óbvios, sempre careceram de empregos do tipo descrito acima; se não carecessem, não seriam pobres. É duvidoso que o problema pseudo-universal do desemprego de fato atinja os pobres 'antigos', os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não atingem qualificação, que incluem a prostituição a mendicância e assemelhados. É provável, porém, que o desemprego esteja contribuindo para o avultamento da pobreza. (SINGER, 2000, p. 11).

Em Franca, esses efeitos foram sentidos de forma mais incisiva devido à total dependência econômica da cidade em relação ao setor calçadista, ocasionando uma verdadeira desagregação social e econômica, já que os outros setores econômicos como o comércio e os serviços eram totalmente dependentes da renda gerada por essas empresas.

Retrocedendo historicamente, pode-se concluir que nos anos 70 a perspectiva de crescimento econômico e o aumento da pobreza eram atribuídos ao regime militar.

Nos anos 80 o país viveu uma grande crise inflacionária com sérias consequências para as empresas.

Nos anos 90, marcado pela recessão, o País passou pela severa crise de reajustamento estrutural, com a globalização e abertura dos mercados.

Os processos econômicos ocasionaram mudanças no mercado de trabalho, fazendo com que as empresas optassem pela contratação dos mesmos empregados, mas agora como prestadores de serviços não exclusivos, diminuindo assim seus custos com remuneração de horas extras e ociosas.

Nesse contexto de economia globalizada é que as empresas têm que sobreviver, buscando alternativas que proporcionem sua permanência no mercado, no sentido de se ajustarem melhor às mudanças econômicas, e por serem extremamente importantes na geração de empregos e renda do país.

Conclusões

O pólo econômico em que a Cidade de Franca está inserida é considerado pelos economistas como pólos de crescimento e não de desenvolvimento (ou mesmo de subdesenvolvimento), o que se explica por diversos fatores, principalmente porque a economia local é totalmente dependente da sobrevivência da indústria de calçados, comandada por mercados extrarregionais e extra-nacionais. Tal afirmativa foi confirmada no ano de 1995, onde a crise da indústria calçadista ocasionou um grande número de desemprego e estagnação dos demais setores coexistentes com o do calçados, como os serviços, comércio e principalmente o de componentes para calçados.

A formação do pólo calçadista, propulsor da economia regional, conforme exposto, se deu em virtude de fatores geográficos, como pelo fato de ser cortada pela estrada dos Goiases e pela Ferrovia Mogiana, que proporcionaram a ocupação do território que hoje é a cidade de Franca, bem como o desenvolvimento econômico regional, que inicialmente, tinha atividades econômicas diversificadas e voltadas à subsistência, e posteriormente, devido à abundância de matéria prima, propiciou o desenvolvimento da indústria de calçados e componentes.

No entanto, a globalização da economia com a abertura dos mercados e as políticas econômicas ditadas pelos grandes agentes econômicos mundiais, repercutiram de forma incipiente no setor calçadista da cidade, ocasionando a quebra e o fechamento de várias indústrias, com a perda de significativo número de postos de trabalho, refletindo sobremaneira na economia local.

A grande crise dos anos 90, que refletiu decisivamente na economia da cidade de Franca, fez com que as empresas sobreviventes buscassem novas formas para administrar e manter seus negócios, ou seja, foi preciso buscar formas para se reinventar e para sobreviver no mercado globalizado.

No entanto, ainda hoje, a economia regional é totalmente dependente da atividade econômica calçadista. Esta dependência, apesar de já ter ocorrido alguma diversificação na atividade econômica, parece-nos de certa forma estar relacionada também com o problema da manutenção de poder, uma vez que faltam incentivos e políticas públicas que permitam um maior desenvolvimento econômico e social local.

Observamos que, em decorrência da predominância da atividade econômica calçadista, os desníveis econômico e social em sua população continuam latentes, uma vez que não há investimentos na qualificação de mão de obra, o que acarreta uma estagnação nos níveis salariais e consequentemente sociais.

A nosso ver, é preciso que o Poder Público municipal, invista em políticas públicas visando não só o desenvolvimento e melhor qualificação profissional do setor calçadista, mas possa também, propiciar uma maior diversificação das atividades econômicas desenvolvidas.

Por fim, concluímos que apesar de todos os fatores que invariavelmente afetaram o segmento calçadista, que este, após a crise que assolou o país e a cidade de Franca, encontrou formas de sobreviver no mercado regional, nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BRAGA FILHO, Hélio. **A reorganização da indústria de calçados de Franca.** Revista do curso de Pós-graduação em administração: gestão empresarial, Franca, FACEF, v. 3, n. 2, p. 99-124, 2000.

CAMPANHOL, Edna Maria. **A globalização e a economia regional revisitada: o caso de Franca.** In: OLIVEIRA, Lélio Luiz de. (Coord.). Trilhas econômicas de Franca: passado e presente. Franca: FACEF, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. **Integração – Visibilidade da Região e do regionalismo: a escala brasileira em questão.** In: CARLEIAL, Liana Maria da Frota; LAVINAS, Lena; NABUCO; Maria Regina. Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 155-169.

COUTINHO, Antônio Carlos. **Resumo da origem e evolução da indústria calçadista francana.** Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br/historico.htm>. 2004.

CURCI, Maria Elia. **Estudo da vida e morte de microempresas em Franca.** 2000. 282 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – FACEF, Franca.

HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: BNB. ETENE, 1989.

KLINK, Jeroen Johannes; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC**

Paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MARTINS, Hans Peter et al. **A armadilha da globalização.** São Paulo: Globo, 1999.

OLIVEIRA, Lélio Luiz de. (Coord.). **Trilhas econômicas de Franca: passado e presente.** Franca: FACEF, 1999.

PALMA, Vital. (Org.). **Almanach de Franca (1912).** São Paulo: Salesianas, 1911.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945).** Franca: UNESP–FHDSS, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 2000.

SUZIGAN, Wilson et al. **Sistemas produtivos locais no Estado de São Paulo: o caso da indústria de calçados de Franca.** In: TIRONI, Luiz Fernando. (Coord.). Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001.

Uma analise quantitativa da mobilidade internacional estudantil na Unesp câmpus de Franca no período de 2006-2013

A internacionalização na Universidade Estadual Paulista – Unesp iniciou com a Resolução 125/2003 que permite aos alunos da graduação realizarem intercambio internacional e, somente em 2006, com o convenio firmado com a Universidade de Santiago de Compostela, se deu o inicio oficial das mobilidades estudantis, cujo intuito era promover a integração de conhecimento entre as diferentes nações, garantindo o desenvolvimento sustentável e e atender os objetivos da internacionalização na Instituição. O objetivo deste trabalho é apresentar dados iniciais que tratam do intercâmbio internacional/ mobilidade estudantil, como parte integrante das ações de internacionalização da Universidade, no período de 2006 a 2013. Para tanto , utilizar-se-á de dados quantitativos pesquisados nos arquivos institucionais a fim de analisar a evolução dos números de intercâmbios ocorridos no decorrer deste período, as universidades destino e sua relação com os cursos de graduação em da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp câmpus de Franca. As estatísticas apresentadas são parte de uma pesquisa em desenvolvimento e, portanto, os resultados obtidos são parciais.

029-2347

Orlineya Maciel Guimarães
Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais - Unesp câmpus de Franca
neyamg@gmail.com

Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina
Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais - Unesp câmpus de Franca
paula_pavarina@yahoo.com.br

Palavras chaves: ensino superior; intercâmbio internacional; internacionalização da educação superior; mobilidade estudantil.

Introdução

A motivação do estudo é apresentar dados iniciais que tratam do processo de internacionalização da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca da Universidade Estadual Paulista – Unesp. O propósito geral é fazer uma análise preliminar enfocando especificamente a mobilidade estudantil dos estudantes de graduação para realização de intercâmbio acadêmico no exterior, no período de 2006 a 2013. Este trabalho, especificamente, é parte integrante da coleta de dados mais ampla, dedicada à análise da política pública de internacionalização da educação superior ocorrida no âmbito da Unesp Franca.

O ensino superior é defendido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), instituição da Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto um bem público, compreendido como um direito humano, universal e "um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz, e que, portanto, deve ser acessível a todos no decorrer da vida" (UNESCO, 1998).

Para discutir assuntos relacionados à educação terciária, foram realizadas pela Unesco duas Conferências Mundiais sobre Educação Superior, em 1998 e 2009. Entre tantos assuntos abordados nas Declarações que sintetizam as conclusões destas reuniões, no que tange à internacionalização, a I Conferência Mundial determinou que a cooperação interinstitucional internacional deve ser objetivada por todas as instituições de ensino superior (IES), caráter reforçado explicitamente em capítulo próprio do documento originado na Conferência seguinte. É dada ênfase à "internacionalização, regionalização e globalização", enquanto diretriz estratégica para a promoção da mudança e desenvolvimento social, mencionado os papéis da cooperação interinstitucional, das redes de pesquisa e parcerias, da mobilidade acadêmica, da acreditação de diplomas e do combate aos fornecedores de 'diplomas falsos'.

A internacionalização da educação superior é um processo abrangido tanto no nível nacional como no institucional, aos quais se integra a dimensão internacional, intercultural ou global aos propósitos, funções e ofertas de educação superior (ensino, pesquisa e extensão), tal como apresentado por Knight (2004). Esta internacionalização assume diferentes roupagens: mobilidade acadêmica de estudantes de graduação, pós-graduação e de docentes, bem como de pessoal técnico-administrativo, colaboração ou desenvolvimento conjunto de pesquisas, delimitação de projetos internacionais de desenvolvimento em educação superior, internacionalização de currículos ou estruturas curriculares em programas e cursos gerais ou de disciplinas específicas – e no caso extremo a dupla titulação, a cooperação interinstitucional e a da prestação de serviços educacionais (estabelecimento de filiais de faculdades/ universidades no exterior ou redes transnacionais de instituições de ensino superior) (VAN DAMME, 2001).

Em termos mundiais, um grande incentivo para a internacionalização da educação superior por meio da mobilidade de estudantes foi instituído pela Declaração da Sorbonne, de 1997, que estabeleceu convênios e acordos internacionais entre universidades européias (DECLARAÇÃO DA SORBONNE, 2014). Constituiu também um sistema de transferência de créditos cumpridos em atividades acadêmicas denominado *European Credit Transfer and*

Accumulation System (ECTs), utilizado até hoje e que permite ao estudante validar as disciplinas cumpridas em Instituições de Ensino Superior (IES) de toda a Europa junto à sua instituição de origem, por meio de um sistema de transferência e acumulação destes créditos. Também deve-se dar destaque ao Acordo de Bolonha, de 1998, que fortaleceu os convênios estabelecidos entre as universidades européias, criando um espaço europeu para o ensino superior de forma a melhorar a empregabilidade e mobilidade de cidadãos e melhorar a competitividade internacional do ensino superior europeu (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 2014).

Diante da ausência de mecanismo semelhante entre e para com os países da América Latina, a mobilidade estudantil é realizada por meio de acordos de cooperação internacional, estabelecidos por meio de convênios multi ou bilaterais.

A Universidade Estadual Paulista, Unesp é uma das mais destacadas IESs do Brasil, segundo os *rankings* internacionais. Possui atualmente convênio de cooperação acadêmica internacional com 379 IESs estrangeiras, localizadas em 48 países. A Assessoria de Relações Exteriores (AREX) é o órgão interno da Unesp responsável pela assessoria de ações relacionadas à internacionalização, sobretudo a celebração de convênios deste porte. Em cada uma das unidades universitárias que compõe a Unesp há um Escritório de Relações Internacionais (ERI), instituídos em 2010 (UNESP, 2010), sendo responsável tramitação dos processos administrativos e posterior encaminhando à AREX.

Considerando especificamente a mobilidade acadêmica internacional de estudantes de graduação, a Unesp dispõe de normas estabelecidas por meio de Resoluções para disciplinar a sua realização: Resolução Unesp n.125, de 2003, que cria o Programa de Intercâmbio Internacional de Alunos de Graduação da UNESP e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas realizadas em instituições estrangeiras de ensino superior (UNESP, 2003), substituída posteriormente pela Resolução Unesp n.18, de 2010, e alterações posteriores que dispõe sobre o Programa de intercâmbio de Alunos de Graduação e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas desenvolvidas em instituições estrangeiras de ensino superior conveniadas ou não com a UNESP (UNESP, 2010).

Este trabalho enfocará especificamente o campus de Franca, que atualmente oferece quatro cursos de graduação na área de Humanidades, Direito, História, Serviço Social e Relações Internacionais, que totalizam uma média de 1.800 alunos regularmente matriculados. Em todos os cursos a realização de intercâmbio internacional é voluntária.

Metodologia da pesquisa

Este trabalho constitui-se um estudo de caso, dedicado a responder 'como', 'onde' e 'de que forma' ocorrem os intercâmbios internacionais na Unesp campus de Franca. Justifica-se este estudo, considerando que não seria possível em tão pouco tempo realizar o levantamento em todas as 32 unidades da Unesp. Optou-se, portanto, por fazer um recorte no campus de Franca por ser um dos campi que possui número expressivo de intercâmbios internacionais e também pelo fato das autoras estarem diretamente relacionadas profissionalmente à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes (YIN, 2001, p.25).

A pesquisa consiste em um estudo de caso de alunos de graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca da Unesp, que participaram de mobilidade acadêmica junto a IESs estrangeiras nos últimos oito anos. O recorte de período proposto decorre da publicação da Resolução Unesp 125, que "cria o Programa de Intercâmbio Internacional de Alunos de Graduação da UNESP e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas realizadas em instituições estrangeiras de ensino superior", disciplinando as normas de intercâmbio internacional, ter sido publicada no ano de em 2003. Em que pese tal fato, a partir das análises de documentos primários existentes na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, foram encontrados registros acadêmicos contendo dados relevantes para esta pesquisa a partir do ano de 2006. Justifica-se, então, o período de tempo considerado neste artigo. Foram consultados os documentos (registros acadêmicos) apresentados pelos estudantes quando da solicitação e do retorno do intercâmbio internacional.

Segundo Manning (1979, apud por NEVES, 1996, p.1) é necessário este recorte na pesquisa quantitativa, de modo a permitir que os dados analisados pudessem apresentar uma evolução da mobilidade estudantil:

> O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Este corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado. O trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo pois é por meio dele que os dados são coletados.

A partir dos dados coletados, a pesquisa mais ampla terá como foco duas investigações comparativas: (1) durante o percurso acadêmico (tempo que esteve vinculado à Unesp), de modo a avaliar como ocorreu esta mobilidade e as suas ocorrências nos registros acadêmicos; e (2) durante o período de intercâmbio, de modo a avaliar o impacto pedagógico ao que se refere a convalidação dos créditos obtidos no exterior. Deste modo o presente artigo traz importantes contribuições para uma reflexão inicial sobre a mobilidade dos estudantes, base para discussões mais amplas.

Aliado à avaliação dos dados da mobilidade estudantil será realizado um estudo sobre o objetivo da internacionalização nas dimensões sociais, políticas e econômicas, com o objetivo de caracterizar o impacto da mobilidade estudantil em uma perspectiva triangular:

> O facto do investigador utilizar diversos métodos para a recolha de dados, permite-lhe recorrer a várias perspectivas sobre a mesma situação, bem como obter informação de diferente natureza e proceder, posteriormente, a comparações entre as diversas informações, efectuando assim a triangulação da informação obtida [...]. Desse modo, a triangulação é um processo que permite evitar ameaças à validade interna inerente à forma como dos dados de uma investigação são recolhidos (CALADO; FERREIRA, 2005, p.1).

Pretende-se, então, compreender a internacionalização da educação superior analisando o seu objetivo geral e a sua implementação no âmbito do campus de Franca da Unesp, considerando os atores envolvidos: a instituição, o curso de graduação e o aluno.

Análise dos dados

Os dados foram coletados nos registros acadêmicos dos estudantes de graduação do campus de Franca da Universidade Estadual Paulista. Procurou-se nestes registros um conjunto de informações que necessitamos para análise do processo de internacionalização da IES. Após a coleta os dados foram tabulados em planilhas, a partir das quais foram transformadas em gráficos ora apresentados para melhor visualização dos resultados parciais da pesquisa.

Conforme pode se observar no Gráfico 1, em 2006 o número de alunos em intercâmbio internacional era muito pequeno em relação ao total de alunos matriculados (0,48%). Em 2013 este número se eleva para 2,79%, porém em uma evolução não linear, já que os anos com maior participação de alunos em mobilidade internacional ocorreram nos anos de 2009 (1,50%) e 2012 (2,35%), além do próprio ano de 2013.

Em termos absolutos, a relevância da mobilidade discente se altera. Muito embora em 2009 tenham sido encaminhados 26 alunos para intercâmbio no exterior, o percentual é baixo (somente 1,5% do total de alunos), dado que o número total de alunos matriculados naquele ano foi inferior ao de 2010. Já no ano de 2011 foram encaminhados 42 alunos para intercâmbio acadêmico, porém este número, em termos percentuais, representa somente 0,98% do total de alunos matriculados. A diferença no total de alunos matriculados ocorre porque há estudantes que não finalizam o curso no prazo regulamentar (quatro anos nos cursos de História, Serviço Social e Relações Internacionais e cinco anos, no caso de Direito). Uma das hipóteses a ser investigada posteriormente é a de que a mobilidade internacional impacta diretamente na extensão do prazo de titulação, pois pode haver a tendência de aumento do número de alunos regularmente matriculados, em função da realização de intercâmbio.

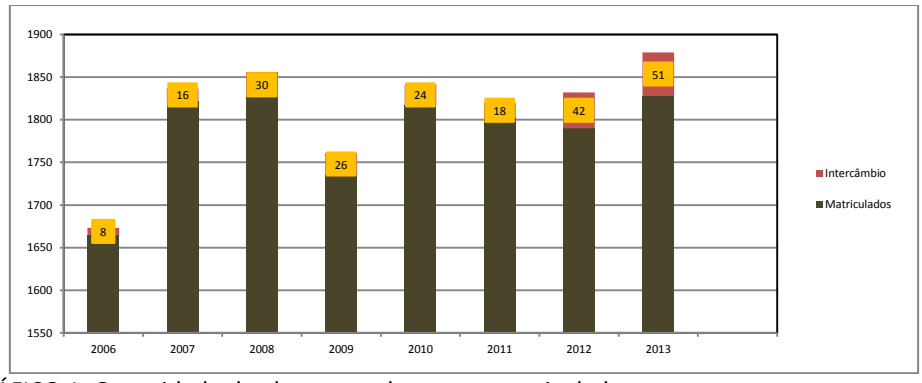


GRÁFICO 1: Quantidade de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação X quantidade de alunos em intercâmbio internacional. Unesp, campus de Franca, 2006-2013.
Fonte: elaborado pelas autoras.

Observa-se no Gráfico 2 a dispersão dos estudantes que realizaram intercâmbio internacional em função do curso de graduação. O curso de História encaminhou entre 2006 e 2013 nove estudantes para realizar cursos no exterior e o de Serviço Social, sete. Já o curso de Relações Internacionais enviou 144 alunos e que este número é constantemente crescente tendo um aumento considerável entre os anos de 2011 e 2012 em que o número de intercambistas praticamente dobrou. O curso de Direito, que em 2006 enviou apenas 2 alunos, empatou em número com o curso de Relações Internacionais em 2007, com 7 alunos cada, e visualizou considerável aumento em 2013. Os cursos de Serviço Social e História possuem números compatíveis – em 2007 e 2008 encaminharam somente um estudante ao exterior. O Curso de História, por sua vez, não enviou alunos em intercâmbio nos anos de 2006 e 2011, e

o de Serviço Social entre 2010 e 2012. O número máximo de estudantes em intercâmbio internacional nestes dois cursos foi de dois alunos. Mesmo com números reduzidos, estes cursos têm se empenhado para estimular os alunos a realizarem parte dos seus estudos no exterior.

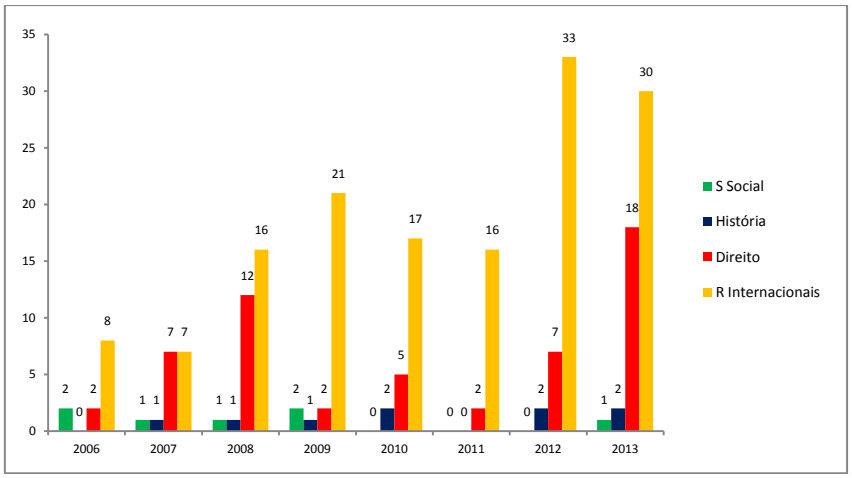


GRÁFICO 2: Quantidade de alunos em intercâmbio internacional, por curso de graduação. Unesp, campus de Franca, 2006-2013.
Fonte: elaborado pelas autoras.

Considerando que a Unesp possui convênios com 379 instituições de ensino superior em 48 países, por meio do Gráfico 3 pode-se observar que os estudantes do campus de Franca da Unesp realizaram intercâmbio acadêmico em apenas 35 destas IESs, de somente 15 países. Os principais destinos foram Espanha e Portugal. Com quantidade expressivamente menor de estudantes recepcionados, aparece em terceiro lugar a França, seguida de Argentina e Alemanha. Canadá, Itália e México receberam menos de dez estudantes ao longo dos oito anos considerados.

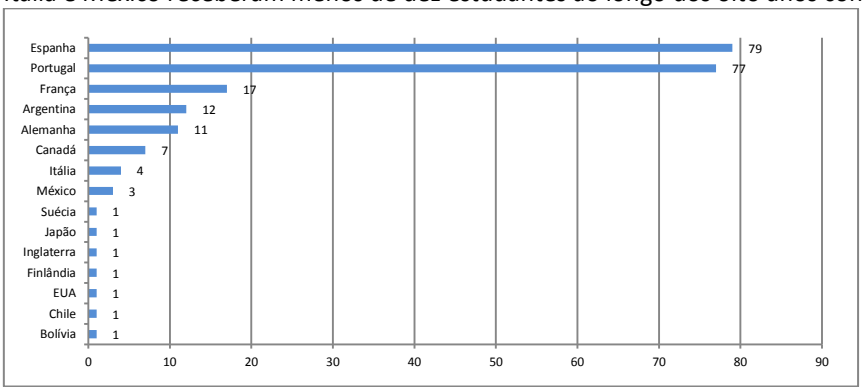


GRÁFICO 3: Quantidade de alunos em intercâmbio internacional, por país de destino. Unesp, campus de Franca, 2006-2013.
Fonte: elaborado pelas autoras.

A preferência por Portugal e Espanha pode estar relacionada à familiaridade com o idioma ou à proximidade linguística, no caso do espanhol, além da tradição das IESs de destino. Os primeiros intercambistas do campus de Franca dirigiram-se à Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, uma das primeiras instituições a estabelecer convênio para mobilidade estudantil com a Unesp. Além deste fato, Portugal possui 18 IESs conveniadas com a Unesp para realizar intercâmbio internacional e Espanha mais de 30, tornando as opções de escolha de cursos e disciplinas a serem realizadas no exterior mais amplas. Há também convênio de 18 IESs alemãs com a Unesp, o que pode justificar a relevância deste país na preferência dos estudantes, sendo o principal destino, a Universidade Técnica de Dresden (Technische Universität Dresden) uma tradicional universidade com mais de 200 anos de existência e uma das mais antigas da Alemanha.

Curiosamente os países da América Latina tem pouca preferência de parte dos estudantes. O destaque ocorre somente com relação à Argentina. O México foi destino de somente três alunos, enquanto Chile e a Bolívia foram destino de somente um intercâmbio internacional – o que pode-se justificar pelo relativo baixo número de convênios estabelecidos entre as IESs localizadas nestes países e a Unesp: oito convênios no Chile e somente um na Bolívia.

Considerando somente os cinco principais países para onde dirigiram-se os estudantes do campus de Franca da Unesp, apresenta-se no Gráfico 4 as IESs de destino. Observa-se que a Universidade de Santiago de Compostela

(USC) na Espanha é a primeira na preferência dos estudantes (73 alunos), em segundo lugar aparece a Universidade do Minho (UMinho) em Portugal (45 alunos) seguida pela Universidade de Coimbra (17). Já na França a preferência é pela ***Université Charles***-de-***Gaulle*** – L***ille 3, destino de 16 alunos entre os 17 enviados para aquele país. Na Argentina a instituição preferencial é a Universidade de Buenos Aires (Universidad de Buenos Aires) e na Alemanha há preferência pela*** Universidade Técnica de Dresden (Technische Universität Dresden)***.***

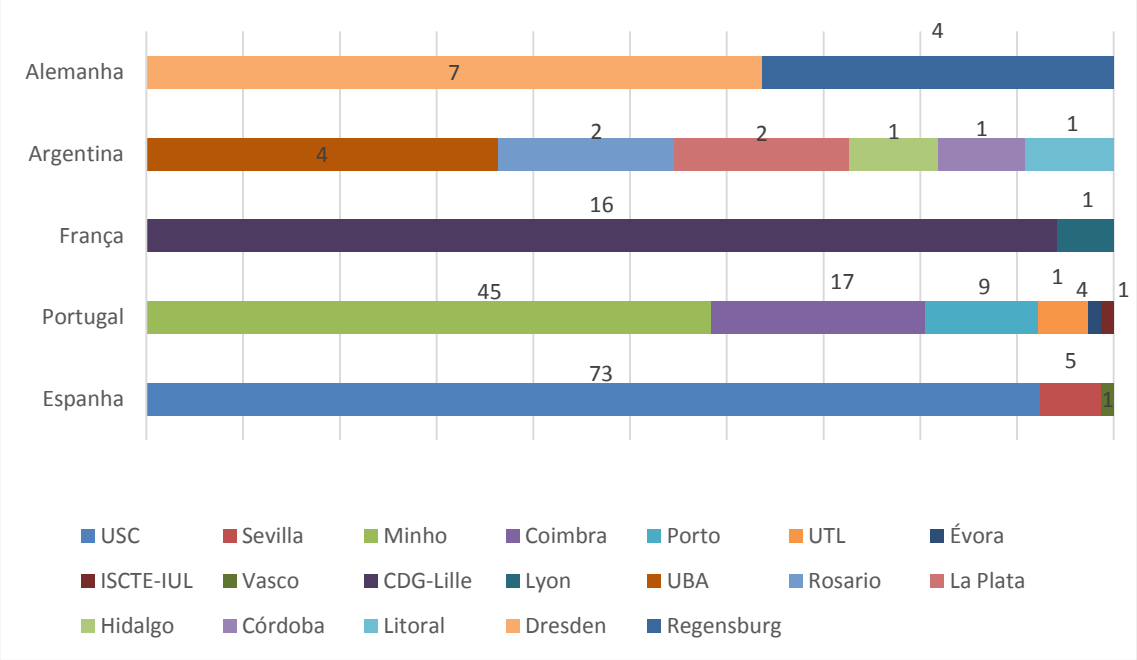


GRÁFICO 4: IES de destino dos alunos em intercâmbio internacional, por país de destino. Unesp, campus de Franca, 2006-2013.
Fonte: elaborado pelas autoras.

Nos casos de França e Espanha os intercâmbios internacionais concentram-se em uma instituição; já nos outros três países a preferência fica mais dispersa entre as IESs conveniadas com a Unesp.

Na Argentina são seis as IES visitadas: Universidad de Buenos Aires (UBA), Universidad Nacional de Rosario (UNR), Universidad Nacional de Córdoba (UNC), Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, Universidade Nacional de La Plata (UNLP) e Universidad Nacional del Litoral (UNL). Em Portugal, os estudantes destinam-se a seis instituições: Universidade do Minho (UMinho), Universidade de Coimbra (UC), Universidade do Porto (UP), Universidade de Évora, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

A decisão pela IES de destino pode estar diretamente ligada não só à questão geográfica, linguística ou cultural, como também à identificação com as disciplinas ofertadas e a intenção de estudos do aluno. Para investigar se há preferências de destino para intercâmbio internacional (IES e país) em função do curso de graduação realizado no campus de Franca da Unesp, foi organizada a Tabela 1.

TABELA 1: País e IES de destino dos alunos em intercâmbio internacional, por curso de graduação. Unesp, campus de Franca, 2006-2013.

País e IESs de destino/Curso	Direito	História	S Social	R Internacionais
Alemanha / Dresden				7
Alemanha / Regensburg	1			3
Argentina / Córdoba	1			
Argentina / Do Litoral				1
Argentina / Hidalgo				1
Argentina / La Plata		2		
Argentina / Rosario				2
Argentina / Buenos Aires	1			3
Bolívia / Mayor de San Andrés				1
Canadá / Montreal				1
Canadá / New Brunswick				4
Canadá / Regina				2
Chile / USCACH				1
Espanha / Sevilla	4			1
Espanha / USC	23	4	6	39
Espanha / País Vasco				1
EUA / Murray	1			
Finlândia / Tampere				1
Franca / CDG-Lille 3	2			15
França / Lyon	1			
Inglaterra / Durham	1			
Itália / Tor Vergata				4
Japão / Tenri	1			
México / Anahuac				3
Portugal / Coimbra	12			5
Portugal / Évora				1
Portugal / ISCTE-IUL		1		
Portugal / Minho	1	1		43
Portugal / Porto	6	1		2
Portugal / UTL			1	3
Suécia / Södertörn				1
Total por curso	56	9	7	144

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na Tabela 1 pode-se observar que a única instituição que recebeu alunos de todos os cursos da Unesp Franca foi a Universidade de Santiago de Compostela (USC) na Espanha. Aliás, a IES é destino principal de três dos quatro cursos do campus (História, Direito e Serviço Social) e um dos mais destacados também para os estudantes do curso de Relações Internacionais.

No caso do curso de Direito, são 23 alunos enviados à USC; em seguida a preferência é pela Universidade de Coimbra (12 alunos) e do Porto (6), ambas em Portugal, e pela Universidade de Sevilla, também na Espanha (4 alunos). Os outros 11 estudantes do curso que realizaram intercâmbio o fizeram cada um em uma IES.

O destino preferencial dos acadêmicos do curso de História também é a USC. Dois estudantes realizaram intercâmbio acadêmico na Universidade de La Plata, Argentina e os outros três foram para Portugal (Instituto Técnico de Lisboa, Universidade do Minho e do Porto). Também no curso de Serviço Social a preferência é pela USC e somente um estudante realizou intercâmbio internacional na Universidade Técnica de Lisboa.

Por fim, as preferências do curso de graduação em Relações Internacionais são bastante dispersas. Muito embora haja algum tipo de concentração na Universidade do Minho (Portugal), na USC e na Universidade Charles-de-Gaulle – Lille 3 (França), verifica-se a realização de intercâmbio acadêmico em 24 IESs diferentes em 12 países diferentes. Ocorre uma ligeira concentração de intercâmbios na Universidade de Coimbra, Universidade Técnica de Dresden (Alemanha), Universidade de New Brunswick (Canadá) e a Universidade de Tor Vergata (Itália).

Considerações Finais

Os dados coletados e analisados neste trabalho fazem parte de um trabalho mais amplo, que visa analisar o percurso acadêmico de estudantes de graduação do campus de Franca da Universidade Estadual Paulista que realizaram intercâmbio internacional entre os anos de 2006 e 2013. Representam, assim, resultados parciais da pesquisa, ainda assim relevantes para a compreensão do processo de internacionalização da universidade.

Considerando os dados sintetizados em gráficos e tabela pode-se fazer algumas considerações importantes sobre esta mobilidade estudantil, a título de considerações finais. A primeira diz respeito à quantidade expressiva de alunos (mais de 200) que optaram nestes oito anos por fazer intercâmbio acadêmico em universidades no exterior. Esta opção, que é voluntária, destaca a importância conferida pelos estudantes ao intercâmbio enquanto complementação de conhecimentos, saberes e vivências.

Há, porém, de se ressaltar a concentração da realização deste intercâmbio, no caso do campus de Franca da Unesp, em estudantes de dois dos quatro cursos de graduação existentes. Também há concentração desta mobilidade em algumas instituições (32) e em alguns países (15), considerando-se um universo mais amplo de possibilidades, tendo em vista a quantidade de convênios estabelecidos pela Unesp (379 IESs estrangeiras).

Por outro lado os números revelam a crescente procura dos alunos pelo intercâmbio acadêmico internacional no âmbito do campus de Franca da Unesp. Ocorre, entretanto, concentração destes intercâmbios em países de língua portuguesa (Portugal) e espanhola (Espanha, Argentina, Chile, Bolívia e México), dada a proximidade linguística. Não se deve esquecer, entretanto, de mencionar que há realização de mobilidade estudantil para países de língua italiana, alemã e francesa, procurados por estudantes que querem, também, aprimorar conhecimentos de outros idiomas além da bagagem cultural que de lá trazem.

Por fim, deve-se destacar que os estudantes do campus de Franca demonstram clara preferência pela realização de intercâmbio internacional com países europeus, em detrimentos de IESs da América Latina.

Referências bibliográficas

CALADO, S.S.; FERREIRA, S.C. Análise de documentos: métodos de recolha e análise de dados. 2005. Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/ mi1/ analisedocumentos.pdf. Acesso em: 18 ago. 2014.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. Declaração de Bolonha. Disponível em: http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf. Acesso em: 02 ago.2014.

DECLARAÇÃO DE SORBONNE. Declaração de Sorbonne. Disponível em: http://www.fam.ulusiada.pt/downloads/bolonha/Docs01_DeclaracaoSorbonne.pdf. Acesso em: 02 ago.2014.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education,** v.8, n.1, 2004.

NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). II Conferencia Mundial sobre la Educación Superior - 2009: La nueva dinámica de la educación superior e la investigación para el cambio social y el desarrollo. UNESCO, 2009. Disponível em: http://www.unesco.org/ education/WCHE2009/comunicado_es.pdf. Acesso em: 18 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). I Conferencia Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI: Visión y Acción. UNESCO, 1998. Disponível em: http://www.unesco.org/ education/educprog/wche/declaration_spa.htm. Acesso em: 18 ago. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Portaria do Reitor n.747, de 30 de novembro de 2009. Composição dos Escritórios de Relações Internacionais nas Unidades Universitárias da Unesp. Disponível em: http://www.unesp.br/gid/. Acesso em: 18 ago. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Resolução Unesp n.125, de 22 de outubro de 2003. Cria o Programa de Intercâmbio Internacional de Alunos de Graduação da UNESP e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas realizadas em instituições estrangeiras de ensino superior. Disponível em: http://www.unesp.br/gid/. Acesso em: 18 ago. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Resolução Unesp n.18, de 30 de Março de 2010. Dispõe sobre o Programa de intercâmbio de Alunos de Graduação e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas desenvolvidas em instituições estrangeiras de ensino superior conveniadas ou não com a UNESP. Disponível em: http://www.unesp.br/gid/. Acesso em: 18 ago. 2014.

VAN DAMME, D. Quality issues in the internationalization of higher education. **Higher Education**, n.41, p. 415-441, 2001.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Universidade Aberta do Brasil: a educação a distância e a melhoria da qualidade de vida

Este trabalho constitui parte da pesquisa de doutorado do Programa de Promoção de Saúde cujo objetivo é buscar indicativos que evidenciem a relação da educação a distância e a qualidade de vida focalizando o caráter empreendedor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). O fragmento apresentado consiste em uma pesquisa descritiva com base em documentos do governo federal na área da Educação a Distância, nas Cartas e Declarações de Promoção de Saúde: Bangkok, Ottawa, San Juan, Costa Rica que fundamentam o conteúdo da área de pesquisa, além de autores nacionais e estrangeiros que produzem sobre os temas em questão, como Mota, Ramos e Medeiros, Ziglio, Winters, Shapiro. O Programa Universidade Aberta do Brasil possibilita a oferta de cursos gratuitos, por universidades públicas vinculadas ao sistema e na modalidade a distância em regiões de pouco acesso à formação no Ensino Superior. Uma vez que a promoção de saúde da população tem como um de seus aspectos importantes o desenvolvimento local de uma região os documentos da área evidenciam a importância das instituições de ensino superior em busca da conciliação de interesses econômicos, sociais, visando melhores condições de vida. Desta forma a educação a distância pode constituir um empreendimento que favorece o desenvolvimento da população que não precisa se deslocar para continuar os estudos e em potencial poderá exercer sua profissão em seu próprio município, em função da flexibilidade de tempo e espaço que a educação a distância permite o que eleva a oferta de serviços qualificados na região, possibilitando a melhoria da qualidade de vida. A UAB quando leva os cursos na modalidade a distância para várias regiões do Brasil, não apenas está alcançando seus objetivos de formação inicial e continuada de docentes e servidores públicos, como também está favorecendo o desenvolvimento local, uma vez que as universidades corroboram com tal processo.

005-2320

Cláudia Alexandra Bolela
Universidade de Franca
claudiabolela@hotmail.com

José Eduardo Zaia
Universidade de Franca
zaia@unifran.br

Palavras-chave: Educação a Distância, qualidade de vida e desenvolvimento.

Introdução

A qualidade de vida envolve muitos aspectos do desenvolvimento: a saúde, a educação, o trabalho, nível socioeconômico, inclusive a perspectiva e condições do crescimento regional. Desta forma, elevar o nível educacional de uma população local constitui uma possibilidade de melhoria da qualidade de vida.

A educação a distância consiste em uma modalidade de ensino que vem ganhando grandes proporções no meio acadêmico nos últimos anos. As políticas públicas nos três âmbitos, federal, estadual e municipal, vêm apresentando propostas que criam oportunidades de elevar o nível educacional da população a partir de programas educacionais que oferecem cursos de ensino técnico e superior por meio do ensino a distância, utilizando os recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Um dos programas governamentais que fomenta a oferta de cursos do ensino superior na modalidade a distância é o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo do âmbito do Governo Federal, foi instituído no ano de 2006, por meio do Decreto n. 5.800/2006 com a proposta de ampliar a oferta de cursos no Ensino Superior, na modalidade a distância, tornando acessível às pessoas que não tiveram condições de prosseguir seus estudos por não ter universidades nas imediações de seu município, por falta de condições financeiras para se deslocar para outros municípios e cursar uma faculdade. (BRASIL, 2006)

Desta forma, a UAB foi desenvolvida dentro de uma proposta de políticas públicas do Governo Federal para levar os cursos superiores para as localidades de pouco acesso, um investimento voltado para a democratização do Ensino Superior e possibilitando a melhoria do desenvolvimento regional e consequentemente a qualidade de vida da população.

O presente trabalho integra parte da pesquisa de Doutorado em Promoção de Saúde, em andamento, que visa buscar indicativos para evidenciar a relação da educação a distância e o desenvolvimento das regiões que estão recebendo polos da UAB, traçando um paralelo dos aspectos educacionais, econômicos e da qualidade de vida.

O artigo constitui um fragmento da pesquisa citada acima, cuja metodologia é descritiva, buscando o referencial teórico de autores nacionais e estrangeiros que pesquisam nesta abordagem temática.

1. A qualidade de vida e a Promoção de Saúde

A Declaração da Costa Rica produzida em 7 de Outubro de 2011 aborda a relação entre a Promoção de Saúde e as Universidades Promotoras de Saúde (UPS), neste contexto traz que o movimento das UPS surge como parte da resposta às ações que desde a academia se deve desenvolver para favorecer melhores condições de vida à população geral.

> Portanto, o desafio da Promoção de Saúde consiste em propor políticas e ações que transformem as relações de exclusão, conciliando os interesses econômicos com os propósitos sociais de bem estar para toda população, dentro de um enfoque que articula a solidariedade e a equidade social. (...) Desta maneira se vêm gestando diversas atividades para propiciar a reflexão em torno do tema e como as universidades podem contribuir para a realização da justiça social e de uma melhor qualidade de vida[94]. (DECLARAÇÃO DA COSTA RICA, 2011, p.1, tradução do próprio autor)

A melhoria na qualidade de vida passa necessariamente pelo aspecto educacional, uma vez que o nível de instrução, conhecimento e formação profissional oportuniza à população melhores condições de vida.

Na década de 60, por influência da Organização Mundial da Saúde (OMS), a terminologia qualidade de vida passa a ser compreendida como qualidade de vida subjetiva, uma vez que para a OMS a saúde envolve a percepção individual do completo bem estar. (CAMPOLINA E CICONELLI, 2006)

> De uma maneira geral, a percepção individual do estado de saúde (subjetividade) tem sido avaliada em grandes domínios ou dimensões da vida. Em termos práticos, os domínios são conjuntos de questões agrupadas nos instrumentos de avaliação e que se referem a uma determinada área do comportamento ou da condição humana, por exemplo: domínio psicológico, econômico, espiritual, social, físico, etc. (CAMPOLINA E CICONELLI, 2006, p. 129)

Assim, a saúde é uma percepção subjetiva e a Promoção de Saúde envolve vários aspectos para garanti-la em termos da qualidade de vida, inclusive no âmbito educacional que favorece o desenvolvimento pessoal, social, profissional e econômico, trazendo benefício para si próprio e para o local em que vive; o que denota o papel importante das UPS na melhoria das condições de vida ao realizar boas práticas de Promoção de Saúde no ensino superior.

A saúde constitui o maior bem para o indivíduo e a humanidade. Assim, garantir o direito à saúde como fator fundamental da qualidade de vida do ser humano significa colocá-lo como autor do seu processo de desenvolvimento e manutenção da vida. Segundo a Carta de Bangkok (2005, p. 1, tradução do próprio autor): "A promoção de saúde baseia-se neste direito humano fundamental e reflete um conceito positivo e inclusivo da saúde como determinante da qualidade de vida, que envolve o bem-estar mental e espiritual.[95]".

Para incluir a saúde como fator primordial da qualidade de vida é necessário a coerência política nas ações governamentais para a saúde, com o envolvimento de todas as instâncias da sociedade civil, organizações públicas, privadas, não governamentais no sentido de impulsionar medidas sustentáveis de promoção de saúde.

Tarefa esta que constituiu um desafio para todos os profissionais que atuam direta e indiretamente na área da saúde, o que requer uma atuação multidisciplinar, ou melhor, interdisciplinar, que vá além da soma e possa integrar as diversas áreas profissionais com um objetivo único de contribuir para a promoção de saúde e desenvolvimento da sociedade.

O desenvolvimento educacional tem um papel importante para o desenvolvimento de um município, assim, o acesso à educação de nível superior em regiões com baixo desenvolvimento, em longo prazo pode mudar a realidade local, com profissionais qualificados, uma qualidade de vida e economia melhor, por meio de municípios saudáveis, uma vez que o conhecimento favorece a mudança de comportamento em relação ao estilo de vida.

A partir dos pressupostos apresentados na Carta de Ottawa (1986) de que: a promoção de saúde consiste em proporcionar aos povos os meios necessários para melhorar a sua saúde e exercer um controle maior

[94] Por consiguiente, el desafio de la Promoción de la Salud consiste em incidir em políticas y acciones tendientes a transformar las relaciones excluyentes, conciliando los interesses econômicos com los propósitos sociales de bienestar para toda población, dentro de um enfoque que articule la solidaridad y la equidade social. (...) De esta manera se vienen gestando diversas atividades para propiciar la reflexión em torno al tema y como las universidades pueden contribuir para el logro de la justicia social y de uma mejor calidad de vida.

[95] La promoción de la salud se basa en ese derecho humano fundamental y refleja un concepto positivo e incluyente de la salud como factor determinante de la calidad de vida, que abarca el bienestar mental y espiritual.

sobre a mesma; amplia-se a perspectiva da promoção de saúde do âmbito individual para o social, político, o que possibilita envolver todas as esferas da sociedade, inclusive as universidades; concepção esta que levou a uma mudança radical na Europa em termos econômicos e políticos, como traz o autor abaixo:

> Há quinze anos, um conjunto de possíveis conceitos e princípios para a promoção de saúde foi apresentada para discussão pela Sede Regional da OMS na Europa (OMS,1984). Esses conceitos e princípios são contemplados na Carta de Ottawa dois anos mais tarde (OMS, 1986) e serviram de base para as muitas inovações da promoção de saúde que emanaram da Europa desde então. (...) No entanto, há evidências de que o impacto global dessas inovações tem sido relativamente limitado na região. (...) Ao mesmo tempo, a Região europeia mudou drasticamente desde a aprovação da Carta de Ottawa-geopoliticamente, economicamente e em termos de desenvolvimento, com novos desafios sociais emergentes todo o tempo[96]. (ZIGLIO, 2013, p.143, tradução do próprio autor)

O desenvolvimento educacional está diretamente relacionado à disseminação da promoção de saúde e consequente desenvolvimento de uma região como o que ocorreu na Europa e está explicitado no trecho a seguir:

> Considerando que há 10 anos as sociedades europeias eram baseadas no fornecimento e aquisição de bens e serviços, as sociedades de hoje trocam cada vez mais informação e conhecimento. Tudo isso está resultando em constante evolução dos padrões da vida cotidiana, a evolução na forma como as pessoas trabalham, se relacionam e gastam seu tempo de lazer. Em menos de sete anos, a região europeia da OMS ampliou sua adesão oficial de 32 para mais de 50 países, como o antigo Bloco Leste tem sido geopoliticamente transformada. As mudanças têm ocorrido em um ritmo muito rápido e as pessoas têm variado na sua capacidade de responder à mudança.[97]. (ZIGLIO, 2013, p.152, tradução do próprio autor)

No capítulo a seguir apresentam-se alguns aspectos que delineiam o quanto a educação a distância, ao levar o ensino superior a regiões que não tem acesso favorece o desenvolvimento local e consequentemente a qualidade de vida da população local como referido anteriormente.

2. Educação a Distância e o desenvolvimento regional

As políticas públicas que propõem a Educação a Distância (EaD) buscam a democratização do ensino superior para favorecer o acesso de pessoas que vivem em regiões distantes de universidades, ao mesmo tempo que possibilitam também o desenvolvimento regional ao colocar em prática estas ações.

Um programa nacional voltado para esta realidade é a UAB, cuja proposta é ampliar a oferta de ensino superior no sentido de possibilitar a inclusão social a partir da educação a distância, voltado principalmente para a formação docente inicial e continuada, de professores, dirigentes e gestores em educação, além da capacitação de servidores públicos municipais, estaduais e federais por meio de bacharelados e especializações em administração pública.

[96] Fifteen years ago, a set of possible concepts and principles for health promotion was put forward for discussion by the WHO Regional Office for Europe WHO (WHO, 1984). Those concepts and principles informed and underpinned the Ottawa Charter 2 years later (WHO, 1986) and have provided the basis for the many health promotion innovations emanating from Europe ever since. (…) However, there is evidence that the overall impact of these innovations has been relatively limited in the region. (…) At the same time, the European Region has changed dramatically since the endorsement of the Ottawa Charter—geopolitically, economically and in terms of social development—with new challenges emerging all the time

[97] Whereas 10 years ago European societies were based on the provision and purchase of goods and services, societies today increasingly exchange information and knowledge. All this is resulting in constantly evolving patterns of everyday life, evolution in how people work, relate to each other and spend their leisure time. In under 7 years, the European region of WHO has expanded its official membership from 32 to over 50 countries, as the former Eastern Bloc has been geo-politically transformed. The changes have taken place at a very rapid rate and people have varied in their ability to respond to the change

O programa se faz por meio da parceria entre o governo federal com as universidades públicas, as quais oferecem os cursos à distância aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o governo estadual/ou municipal.

As instituições de ensino superior, no tocante à legislação de educação a distância no Brasil precisam da autorização do MEC para ofertar cursos a distância. No caso das Instituições Públicas de Ensino superior que obtiverem aprovação de seus projetos no Edital Público da UAB, recebem a autorização, para a oferta de cursos superiores à distância em caráter experiencial. (RAMOS; MEDEIROS, 2009).

O programa é organizado em Polos de Apoio Presencial que são mantidos pelo governo municipal ou estadual, e devem ter a estrutura para dar suporte ao aluno dos cursos oferecidos pelas Universidades que em sua maioria estão localizadas em regiões bem distantes do logradouro do aluno.

As instituições públicas de ensino superior estão buscando consolidar em suas estruturas novas modalidades de ensino visando ampliar a oferta de vagas e dar cobertura a regiões distantes e fora do circuito territorial de amplas ofertas do ensino universitário. (RAMOS; MEDEIROS, 2009)

São inúmeros Polos de Apoio Presencial distribuídos nas regiões do Brasil e sua importância está na mediação que faz entre a Universidade e os alunos por meio de uma equipe composta por um Coordenador e os Tutores presenciais de cada curso, selecionados pelas Universidades segundo edital público e que recebem uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), para desempenhar a função.

Mota (2009) escreve que o Polo de Apoio Presencial é uma estrutura para exercer as funções didático-administrativas da universidade, organizada em parceria com as instituições de Ensino Superior e o governo municipal ou estadual; sendo de responsabilidade da mantenedora garantir a infraestrutura e logística para que as atividades presenciais sejam realizadas com qualidade. À CAPES cabe a supervisão e acompanhamento dos Polos por meio de avaliações in loco, uma vez que o espaço do Polo constitui um braço da universidade próximo do aluno.

Assim a educação a distância possibilita que a universidade alcance regiões de difícil acesso ao ensino superior e o Programa UAB o faz em parceria com as Universidades Públicas, oferecendo cursos gratuitos contribuindo para a democratização do ensino superior.

Na atualidade, com a educação a distância e as facilidades trazidas pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), observa-se um novo cenário que tem sido investigado, uma vez que o novo paradigma da sociedade da informação têm proporcionado às pessoas não apenas o acesso à informação, mas, também a possibilidade de uma leitura crítica acerca do conhecimento e sua veiculação.

A flexibilização do tempo e espaço que as NTICs proporcionam, favorecem um alcance maior das universidades à população que não tem condições de continuar os estudos após o Ensino Médio por dificuldades como a distância, o trabalho, as condições financeiras, entre outros aspectos que limitam a continuidade de sua formação.

A Declaração comemorativa dos Dez Anos do Movimento de Universidades Promotoras de Saúde (2003-2013) das instituições membros da Rede Iberoamericana de Universidades Promotoras de Saúde, em sua última reunião em San Juan de Porto Rico que traz em seu artigo:

> Universidades e instituições de ensino superior são chamadas a incorporar diretamente em sua missão, visão e planos estratégicos os ideais e valores da Promoção de Saúde e um processo transverso de desenvolvimento institucional que irá impactar positivamente as possibilidades de obter um desenvolvimento humano integral e melhorar a qualidade de vida de seus usuários (alunos, professores e funcionários em geral) e os projetando como motores para o desenvolvimento local[98]. (DECLARAÇÃO DE SAN JUAN, 2013, p. 1)

O documento evidencia a importância das instituições de ensino superior para o desenvolvimento local das regiões que as possuem, uma vez que favorece o desenvolvimento humano integral e a melhoria da qualidade de vida dos alunos, funcionários e da comunidade. Assim, este documento vem reafirmar a Declaração de Costa Rica (2011) que evidencia a importância das ações das Universidades em busca da conciliação de interesses econômicos, sociais, visando melhores condições de vida:

> Portanto, o desafio da promoção de saúde em influenciar as políticas e ações para transformar as relações excludentes, conciliando os interesses econômicos com o bem estar social para toda a população, num enfoque que articula a solidariedade e a equidade

[98] Las universidades e instituciones de educación superior están llamadas a incorporar de manera directa em su misión, visión o planes estratégicos el ideario y los valores de la Promoción de la Salud como um proceso transversal de desarrollo institucional que impacte positivamente las posibilidades para lograr um desarrollo humano integral y mejorar la calidad de vida de sus miembros (estudiantes, docentes, empleados y funcionarios en general) y las proyectará como motores de desarrollo local.

> social. (...) O Movimento das Universidades Promotoras de Saúde surge como resposta às ações que desde a academia se deve desenvolver para incentivar a população em geral a buscar melhores condições de vida[99]. (DECLARAÇÃO DE COSTA RICA, 2011, p. 1)

Portanto, se as universidades promovem saúde ao incidir sobre os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais de uma determinada localidade, consequentemente ter a universidade favorece o desenvolvimento da região. A UAB quando leva os cursos na modalidade a distância para várias regiões do Brasil, não apenas está alcançando seus objetivos de formação inicial e continuada de docentes e servidores públicos, como também está favorecendo o desenvolvimento local, uma vez que as universidades corroboram com tal processo.

Winters (2011) apresenta um estudo que evidencia a relação do Capital Humano, as Instituições de Ensino Superior e a Qualidade de vida, uma vez que o aumento do capital humano local eleva a educação, a produtividade e os salários, que por sua vez atrai novos trabalhadores e consequentemente o aumento da população. Shapiro (2006) estima que 40% dos efeitos do crescimento do capital humano se devem ao aumento da qualidade de vida e Winters (2011) coloca que um dos mais importantes determinantes do nível de capital humano local é a presença de universidades.

Os estudos de tais autores vêm corroborar com o pressuposto de que a educação a distância ao levar o Ensino Superior para as regiões carentes desta oferta mantém o capital humano na região, uma vez que a população não necessita se deslocar para dar continuidade a seus estudos, eleva a qualidade dos profissionais da região e consequentemente a qualidade de vida.

> Instituições de ensino superior aumentam o capital humano local, pelo menos de duas maneiras: 1) elevando o acesso ao ensino superior para os moradores locais e tornando mais provável que os egressos do ensino médio continuem seus estudos. (…) e 2) trazendo estudantes de outras localidades para estudar no município que acabam ficando na região após o término do curso.[100]. (WINTERS, 2011, p. 2)

O mesmo autor ressalta que um dos importantes motivos para que os estudantes permaneçam na cidade ao término de seus estudos se deve à alta qualidade de vida no local. Em municípios de grande porte a presença das universidades não traz tanto efeito quanto nas cidades de pequeno e médio porte, que muitas vezes se tornam cidades universitárias.

Considerações Finais

O estudo trabalhou como objetivo primordial as evidências que a educação a distância constitui um fator importante de acesso à universidade para a melhoria do desenvolvimento local. Assim, a partir de uma rápida revisão da literatura foram abordados aspectos como a qualidade de vida, a educação a distância, o Programa Universidade Aberta do Brasil, a Promoção de Saúde, as Universidades Promotoras de Saúde como fatores importantes do desenvolvimento regional que favorecem melhorias na qualidade de vida.

Uma vez que a UAB visa ampliar a oferta de cursos para favorecer o acesso da população de uma determinada região ao Ensino Superior por meio da educação a distância e que um dos fatores importantes para o desenvolvimento regional, evidenciados pelos autores pesquisados, consiste na presença de universidades nestes locais, pode-se considerar que o programa UAB apresenta características significativas para o desenvolvimento educacional, social e econômico das regiões em que se encontra.

Por meio dos Polos de Apoio Presencial a universidade está presente nas regiões qualificando os profissionais e melhorando a qualidade de vida local. Desta forma, a UAB apresenta-se como um programa com aspectos importantes que podem caracterizar as Universidades Promotoras de Saúde ao cumprir seu papel de buscar a democratização do Ensino Superior, proporcionando à população alvo uma qualificação profissional que lhe favoreça maior controle sobre sua saúde, sua vida social, econômica e educacional.

---

[99] Por consiguiente, el desafio de la Promoción de la Salud consiste em incidir em políticas y acciones tendientes a transformar las relaciones excluyentes, conciliando los interesses económicos com los propósitos sociales de bienestar para toda población, dentro um enfoque que articule la solidaridad y la equidade social. (...) El movimento de Universidades Promotoras de la Salud surge como parte de uma respuesta a las acciones que desde la academia se deben desarrollar para favorecer em la población general mejores condiciones de vida

[100] Higher education institutions increase the local human capital stock in at least two ways: 1) they increase access to higher education for local residents and make it more likely that local high school graduates will pursue post-secondary education (…) and 2) they bring in students from outside the area seeking an education and some of these student in-migrants end up staying in the area after their education is complete.

Este trabalho como relatado anteriormente constitui uma parte de uma pesquisa que se encontra em andamento, portanto, não pretende esgotar o tema e sim abrir possibilidades para novos questionamentos e reflexões.

Referências

BRASIL. **Decreto lei n◦ 5.800,** de 8 de Junho de 2006.

CAMPOLINA, Alessandro Gonçalves e CICONELLI, Rozana Mesquista. Qualidade de vida e medidas de utilidade: parâmetros clínicos para as tomadas de decisão em saúde. IN: **Revista Panamericana de Saúde Pública.** Washington, 2006. v. 19, n. 2. p. 128-136. Disponível em: < http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Ago. 2014.

CARTA DE BANGKOK. **Sexta Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde.** Tailândia, ago. 2005.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde**. Canadá: Nov. 1986.

DECLARAÇÃO DE COSTA RICA. **Universidades Promotoras de la Salud Declaração de Costa Rica.** San José: Out. 2011. Disponível em: < http://www.usaludable.ucr.ac.cr/> Acesso em 15 Dez. 2013.

DECLARAÇÃO DE SAN JUAN. **Diez para la década em el Movimiento de Universidades Promotoras de la Salud.** Porto Rico: Mar. 2013. Disponível em: < http://argentina.campusvirtualsp.org/?q=node/485> Acesso em 17 Nov, 2013.

MOTA, Ronaldo. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, Michael Frederic e FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 297 – 303.

RAMOS, W. M. e MEDEIROS, L. A Universidade Aberta do Brasil: desafios da construção do ensino e a aprendizagem em ambientes virtuais. In: **Educação Superior a Distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009.

SHAPIRO, Jesse.M.. Smart cities: Quality of life, productivity, and the growth effects of human capital. In: **Review of Economics and Statistics**, 2006. n. 88, p. 324-335. Disponível em: < http://www.inta-aivn.org/images/cc/Urbanism/background%20documents/01_03_Nijkamp.pdf> Acesso em: 16 Fev, 2014.

WINTERS, John V. Human Capital, Higher Education Institutions, and Quality of Life. In: **Munich Personal RePEc Archive.** Auburn University Montgomery. 28 Jan.2011. n.28484. Disponível em: < http://mpra.ub.uni-muenchen.de/28484/> Acesso em 15 Dez. 2013.

ZIGLIO, E.; HAGARD, S. e GRIFFITHS, J. Health promotion development in Europe: achievements and challenges. In: **Health Promotion International.** v. 15, n. 2, p. 143-154. Disponível em: <http://heapro.oxfordjournals.org> Acesso em 17 Mai, 2013.

Usando o Mapa Logístico para Gerar Números Pseudo-Aleatórios

O Mapa Logístico é um mapa discreto não linear que apresenta, dependendo dos valores de um parâmetro que o caracteriza, comportamentos caóticos. Por outro lado, um gerador de números aleatórios deve se comportar como uma máquina que sorteia números ao acaso, sem privilegiar nenhum número nem nenhum intervalo. A diferença entre os números gerados em ambos os processos pode ser vista facilmente num diagrama de retorno, onde as variáveis são colocadas em um gráfico em função do seu valor anterior. No caso dos números genuinamente aleatórios, uma vez que um número é sorteado ele não exerce nenhuma influência no número que será sorteado a seguir. Assim, como, dado um número sorteado, o que será sorteado em sequência pode ser qualquer um, quando colocados em um gráfico (se a variável for representada por x(t), o gráfico será de x(t) em função de x(t-1)), para qualquer valor da abscissa teremos, em princípio, infinitos valores para a ordenada, preenchendo uniformemente toda a imagem do mapa (normalmente, trabalha-se com números no intervalo [0, 1]). Isto ocasiona, para números verdadeiramente aleatórios, uma mancha uniforme no gráfico. Já para o mapa logístico, se repetirmos o mesmo procedimento obteremos não uma manhã uniformemente espalhada no quadrado [0, 1]x[0, 1], mas a figura de uma parábola, que segue da expressão determinista para o mapa. Este trabalho, que, como método, faz uso de simulações computacionais sobre modelos deterministas previamente conhecidos, analisando-se estatisticamente os resultados, usou dois mapas caóticos logísticos – mas com o mesmo valor para o parâmetro – e fez com que a saída de um dos mapas alimentasse, após pegarmos apenas um pedaço da parte decimal do resultado, o outro mapa, pegando-se, novamente, apenas um pedaço da parte decimal do resultado deste segundo. Este procedimento, bastante simples em essência, produziu séries de dados que se revelaram uniformes em qualquer segmento do intervalo [0, 1] (medidos por exemplo, por um teste estatístico de qui-quadrado). Desta maneira, a partir destes mapas caóticos conseguiu-se gerar sequências de dados conhecidos como pseudo-aleatórios, já que não provêm de um sorteio aleatório real e que preenchem uniformemente um diagrama de retorno. O próximo passao desta investigação será o de submeter este gerador a uma bateria de testes estatísticos usados para determinar se os números gerados podem realmente ser considerados como aleatórios. O teste que será usado será o Dieharder.

103-2423

Antônio Carlos da Silva Filho
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca
acdasf@facef.br

Allan Inocêncio de Souza
Universidade Federal de São Carlos
allaninocencio@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O Mapa Logístico é um mapa discreto não linear caracterizado pela equação

$$x_{n+1} = rx_n(1 - x_n), \qquad (1)$$

onde r é um parâmetro real positivo e $0 \leq x_n \leq 1$ (MONTEIRO, 2002, p. 333). Dependendo dos valores de r, a sequência gerada pela aplicação sucessiva de (1) possui comportamentos caóticos.

Por outro lado, um gerador de números aleatórios (uniforme) deve se comportar como uma máquina que sorteia números ao acaso, sem privilegiar nenhum número nem nenhum intervalo. Tais números são de grande valia para diversas aplicações, tais como simulação, amostragem, análise numérica e programação de computadores (KNUTH, 1997, p.1). São também muito utilizados para criptografia, mas neste caso devem possuir uma série de propriedades especiais para a garantia da segurança de um processo criptográfico (WELSCHENBACH, 2005, p. 268).

A diferença entre os números gerados em ambos os processos pode ser vista facilmente num diagrama de retorno, onde as variáveis são colocadas em um gráfico em função do seu valor anterior. No caso dos números genuinamente aleatórios, uma vez que um número é sorteado ele não exerce nenhuma influência no número que será sorteado a seguir. Assim, como, dado um número sorteado, o que será sorteado em sequência pode ser qualquer um, quando colocados em um gráfico (se a variável for representada por x_n, o gráfico será de x_{n+1} em função de x_n), para qualquer valor da abscissa teremos, em princípio, infinitos valores para a ordenada, preenchendo uniformemente toda a imagem do mapa (normalmente, trabalha-se com números no intervalo $[0, 1]$). Isto ocasiona, para números verdadeiramente aleatórios, uma mancha uniforme no gráfico. Já para o mapa logístico, se repetirmos o mesmo procedimento obteremos não uma manhã uniformemente espalhada no quadrado $[0, 1] \times [0, 1]$, mas a figura de uma parábola, que segue da expressão determinista para o mapa (1).

No entanto, o computador digital é incapaz de gerar números genuinamente aleatórios (GENTLE, 2003, p.2), de modo que é feita a distinção entre Geradores de Números Aleatórios (GNA) e Geradores de Números Pseudo-Aleatórios (GNPA), que são números *aparentemente aleatórios* para serem utilizados na prática. O presente trabalho enquandra-se na segunda categoria.

2 O ALGORITMO

Para a descrição do algoritmo, é necessária a definição de duas funções:

$$\text{logistic}(x) = 4x(1-x). \qquad (2)$$

$$\text{frac}(x) = x - \lfloor x \rfloor. \qquad (3)$$

A definição (2) nada mais é do que o lado direito de (1) com $r = 4$, enquanto que (3) fornece a parte fracionária de um número x.

O algoritmo desenvolvido utiliza-se de dois mapas logísticos, representados pelas variáveis x e y, com, $x_0 = 0{,}4$ e $y_0 = 0.8$ (os valores inicias para os mapas logísticos são a semente do algoritmo, podendo ser qualquer número $s \in (0,1)$).

É produzido um número aleatório, denotado por z no que segue, a cada iteração, sendo um iteração composta pelos seguintes passos:

$$x_n = \text{frac}(1000\,\text{logistic}(y_{n-1}))$$
$$y_n = \text{frac}(1000\,\text{logistic}(x_{n-1}))$$
$$z_n = \text{frac}(1000(x_n + y_n))$$

Desta forma, podemos obter uma sequência z_n de números pseudo-aleatórios.

Intuitivamente, a função parte fracionária de $1000\,\text{logistic}(.)$ elimina correlações entre os primeiros dígitos da sequência logística, produzindo sequências mais aleatórias.

3 MÉTODO

O algoritmo apresentado na seção anterior foi implementado no software de computação algébrica Mathematica (MATHEMATICA, 2014).

Foram feitas simulações nas quais foram geradas sequências de n números pseudo-aleatórios, para $n = 100, 1000$ e 10000. Para cada uma das 3 sequências assim obtidas, foram feitos diagramas de retorno e gráficos para a análise da frequência dos números gerados em intervalos reais uniformes. Algumas destas figuras serão apresentadas na seção 3, na qual apresentamos os resultados obtidos.

Para a análise da frequência, o intervalo $[0,1]$ foi divido em 10 subintervalos de igual comprimento, sendo calculado, para cada uma das 3 sequências, a frequência relativa dos números em cada um destes sub-intervalos. Posteriormente, divimos novamente o intervalo $[0,1]$ em 100 e 1000 sub-intervalos, calculando a frequência relativa nos novos intervalos.

Após o cálculo das frequências, foram feitos gráficos, para cada uma das 3 sequências, das frequências relativas em função dos subintervalos. Aplicou-se, então, testes χ^2 para cada um destes gráficos.

3 RESULTADOS

3.1 Diagramas de retorno

Os diagramas de retorno para sequências com $1000, 10000$ e 100000 números são apresentados nas figuras 1, 2 e 3, respectivamente.

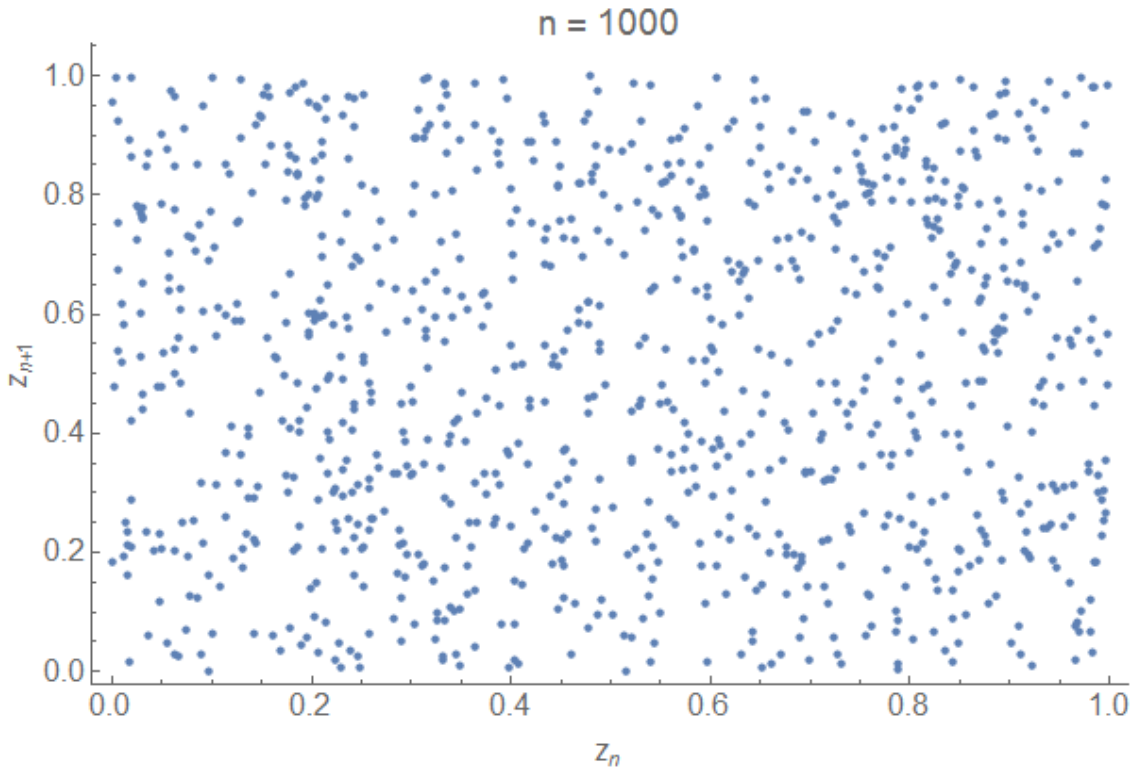


Figure 1: Diagrama de retorno para uma sequência de 1000 números gerados.

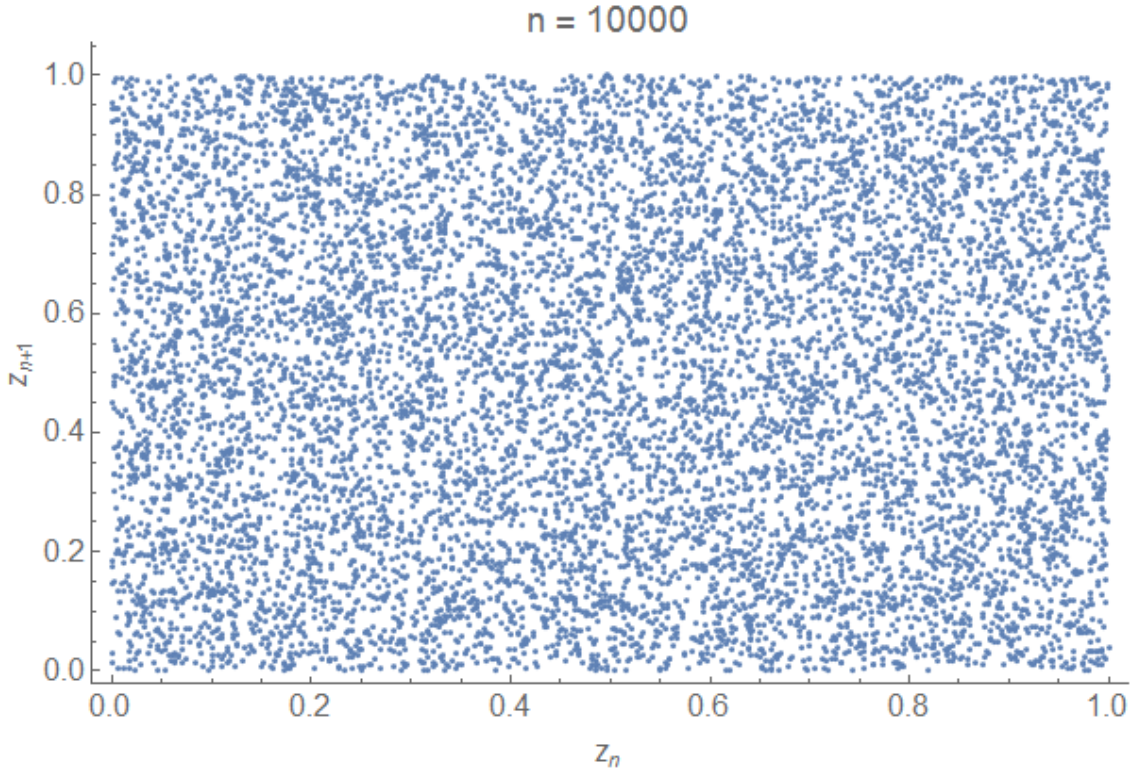


Figure 2: Diagrama de retorno para uma sequência de 10000 números gerados.

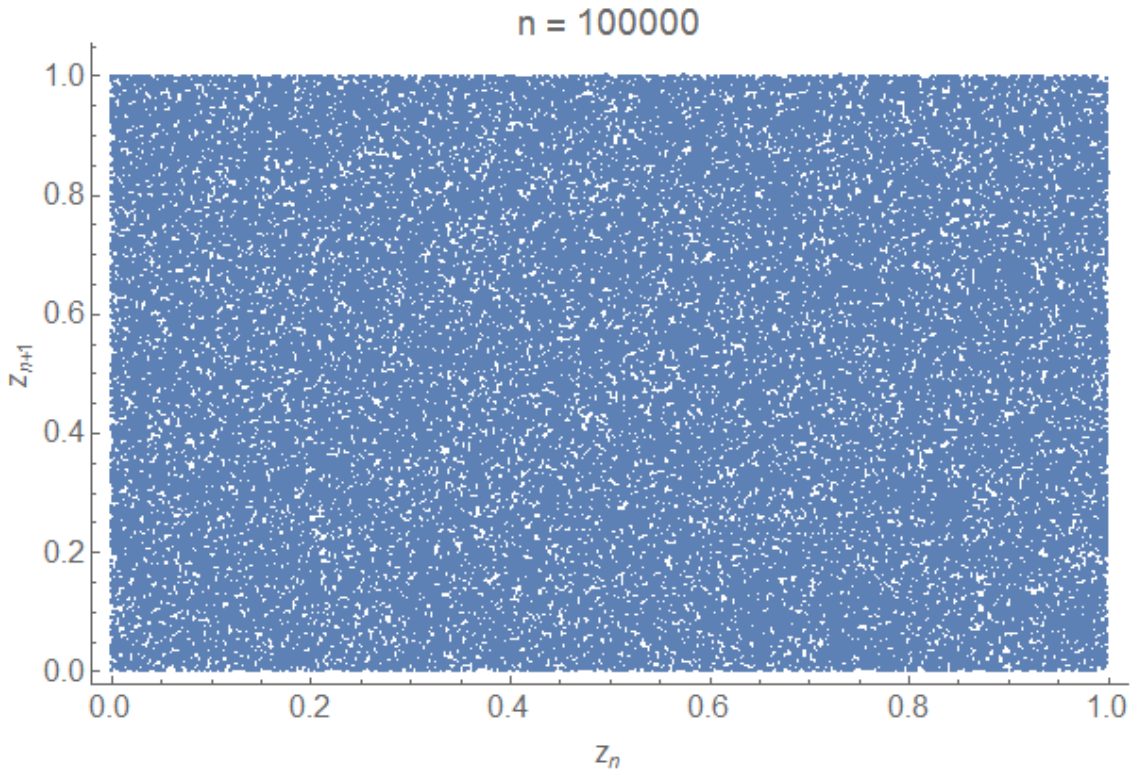


Figure 3: Diagrama de retorno para uma sequência de 100000 números gerados.

3.1 Frequências em intervalos uniformes

As frequências relativas estão nas figuras a seguir, justamente com os valores de χ^2 e os p-valores.

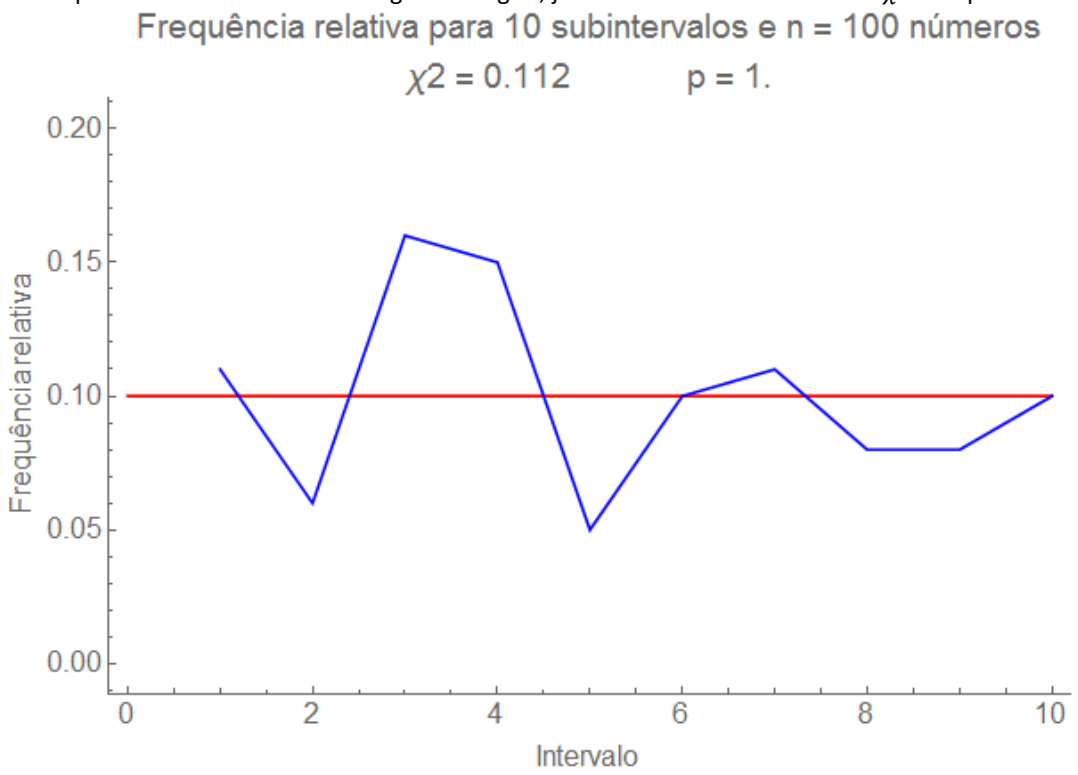


Figure 4: Frequência relativa para 10 subintervalos de [0,1] e 100 números pseudoaleatórios.

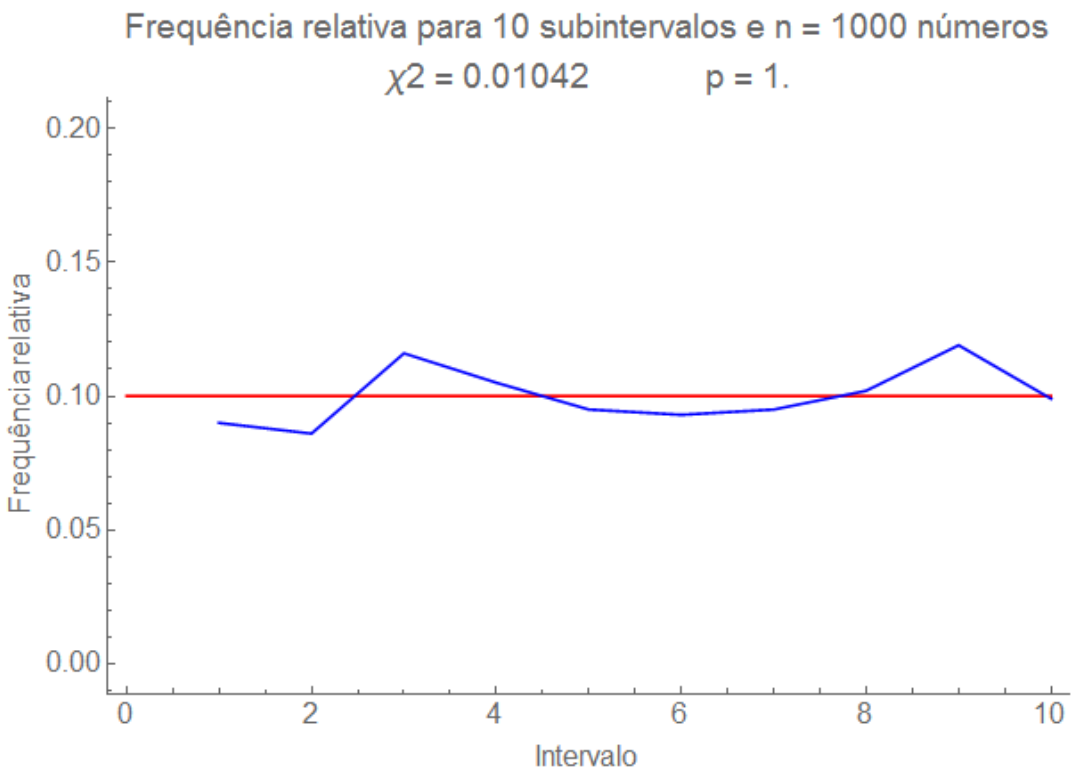


Figure 5: Frequência relativa para 10 subintervalos de [0,1] e 1000 números pseudoaleatórios.

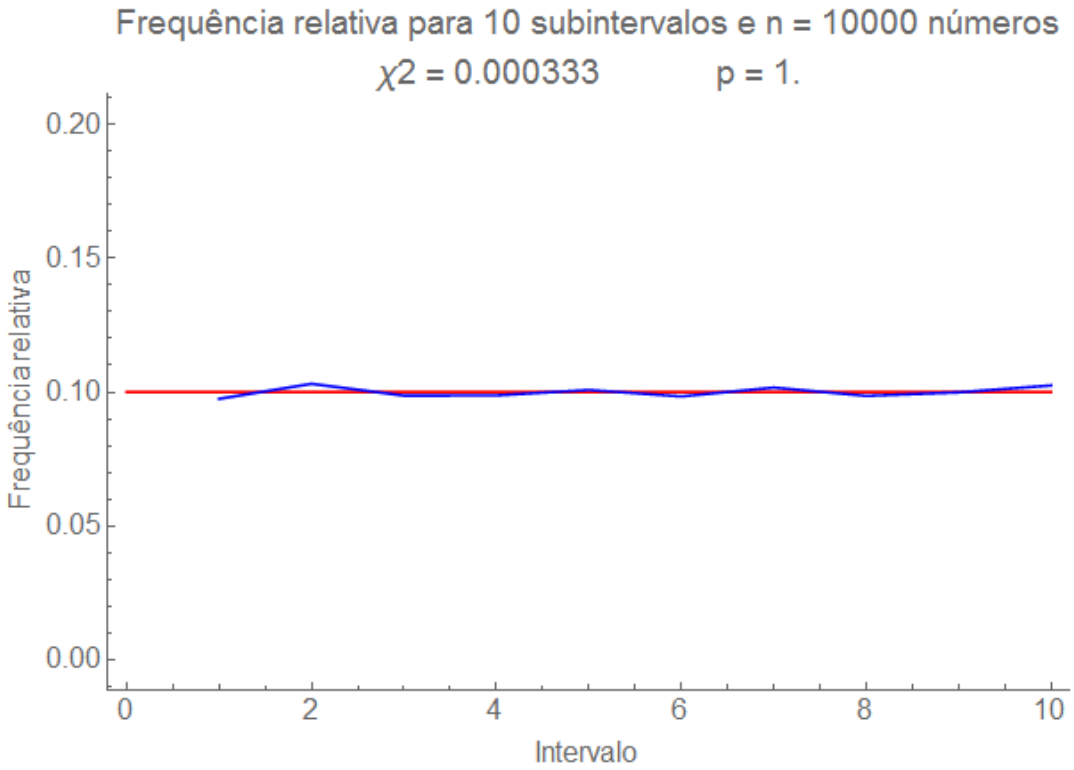


Figure 6: Frequência relativa para 10 subintervalos de [0,1] e 10000 números pseudoaleatórios.

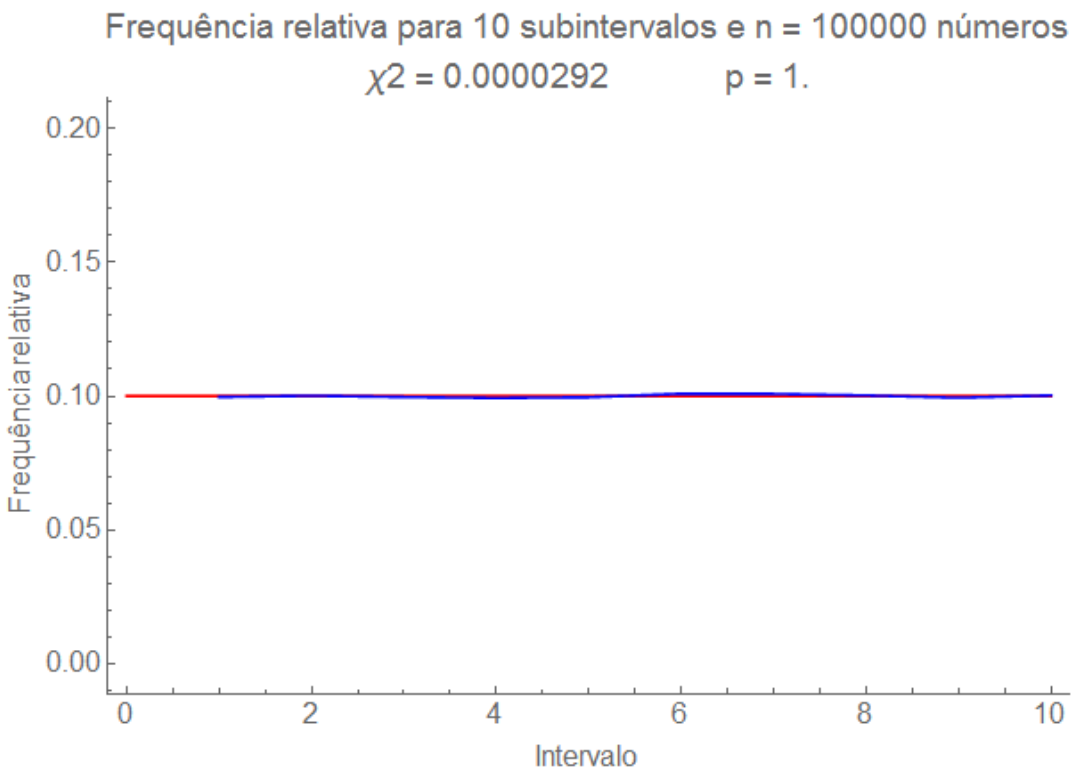


Figure 7: Frequência relativa para 10 subintervalos de [0,1] e 100000 números pseudoaleatórios.

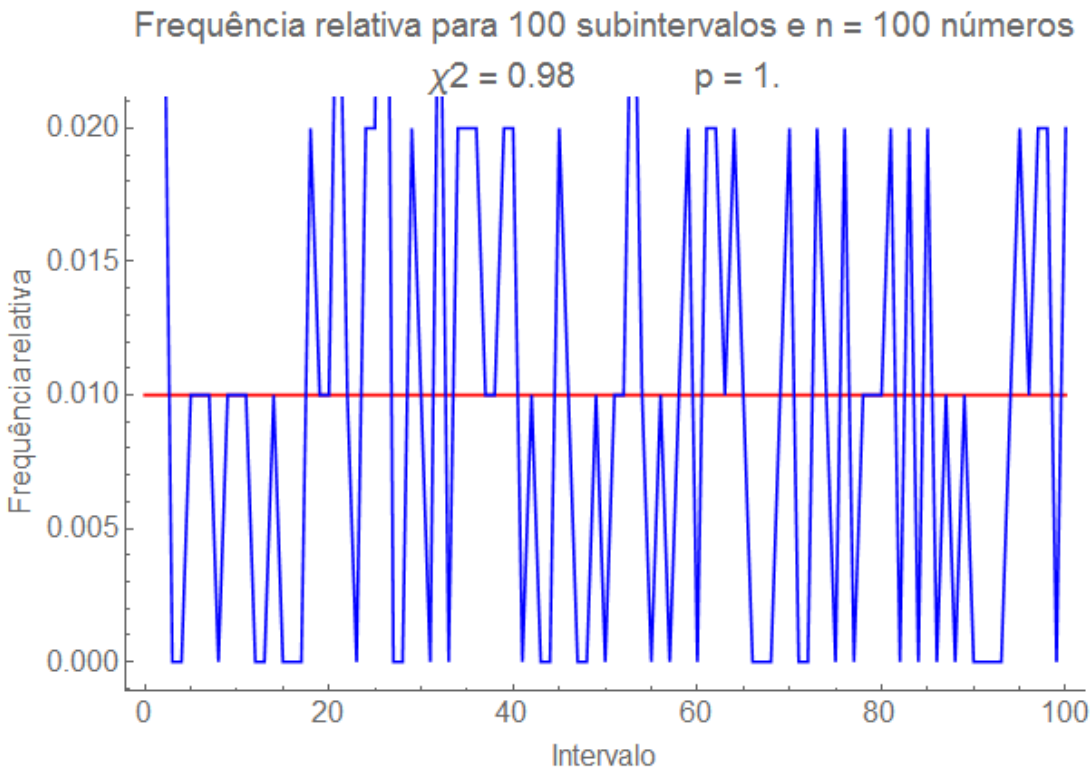


Figure 8: Frequência relativa para 100 subintervalos de [0,1] e 100 números pseudoaleatórios.

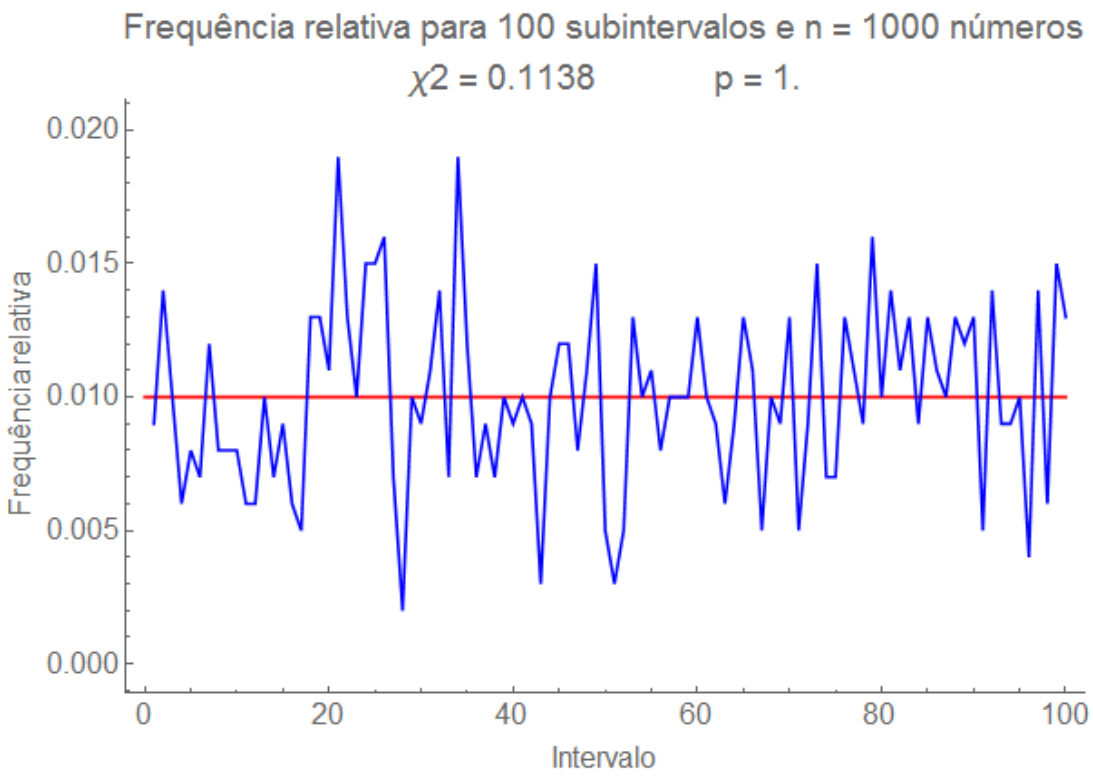


Figure 9: Frequência relativa para 100 subintervalos de [0,1] e 1000 números pseudoaleatórios.

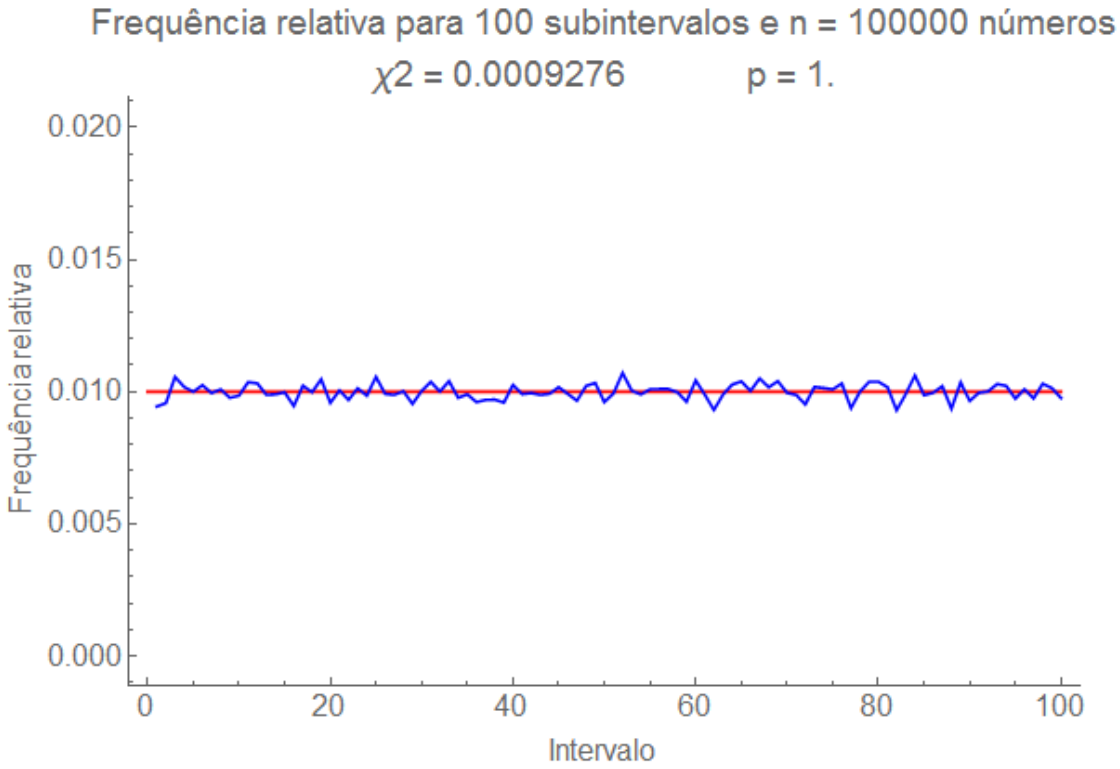


Figure 10: Frequência relativa para 100 subintervalos de [0,1] e 100000 números pseudoaleatórios.

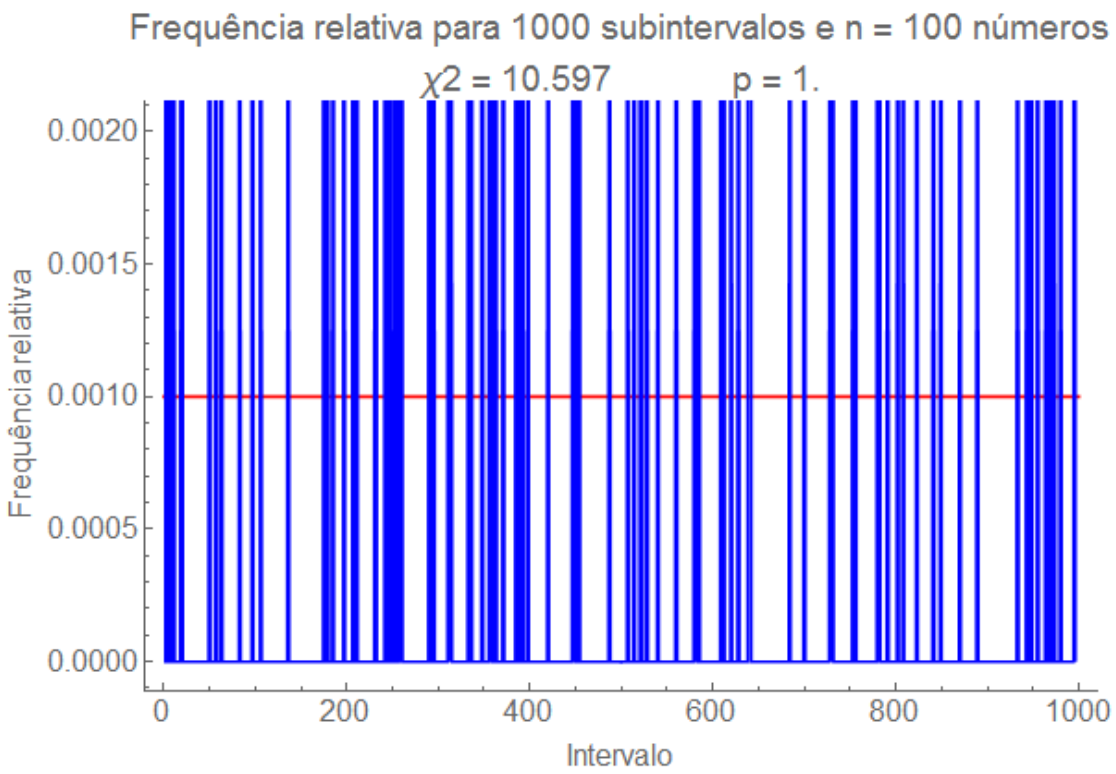


Figure 11: Frequência relativa para 1000 subintervalos de [0,1] e 100 números pseudoaleatórios.

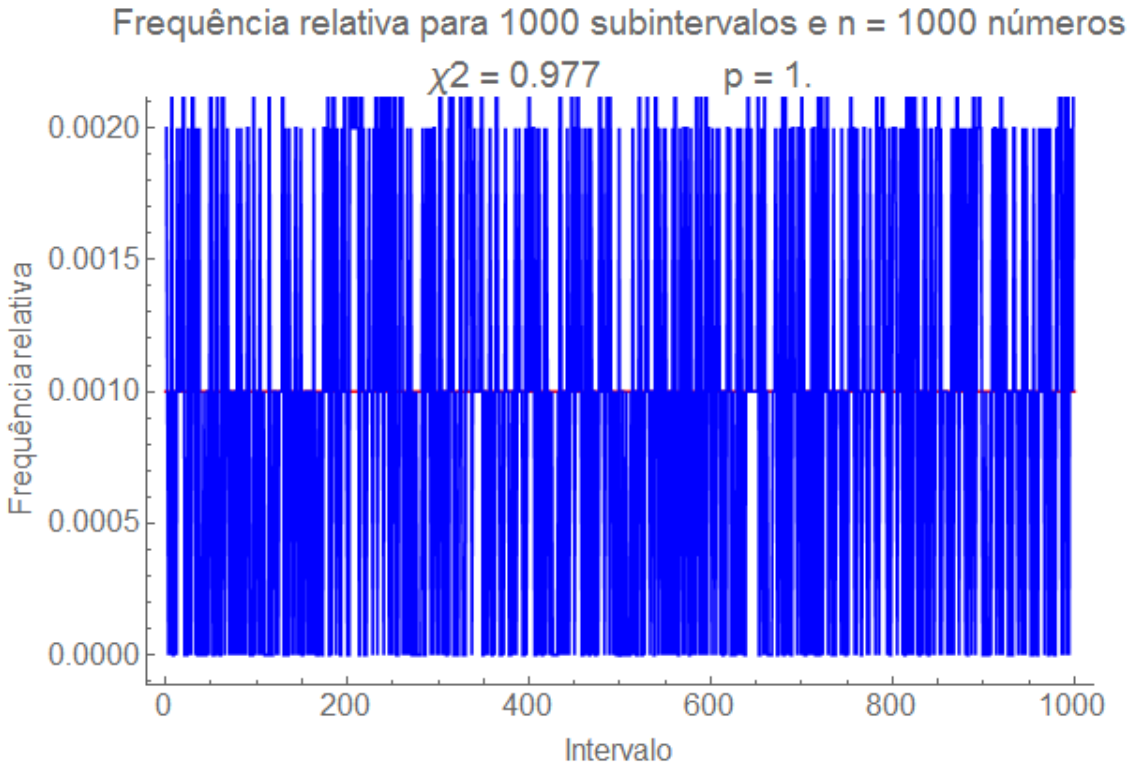


Figure 12: Frequência relativa para 1000 subintervalos de [0,1] e 1000 números pseudoaleatórios.

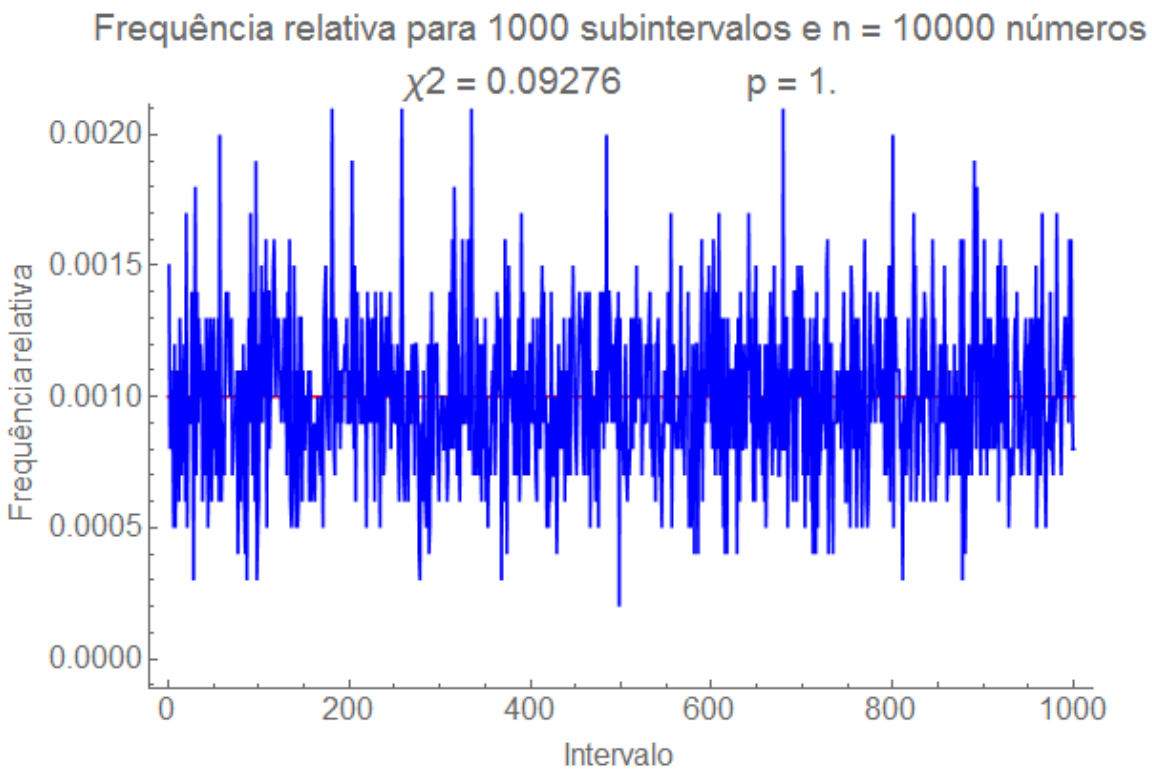


Figure 13: Frequência relativa para 1000 subintervalos de [0,1] e 10000 números pseudoaleatórios.

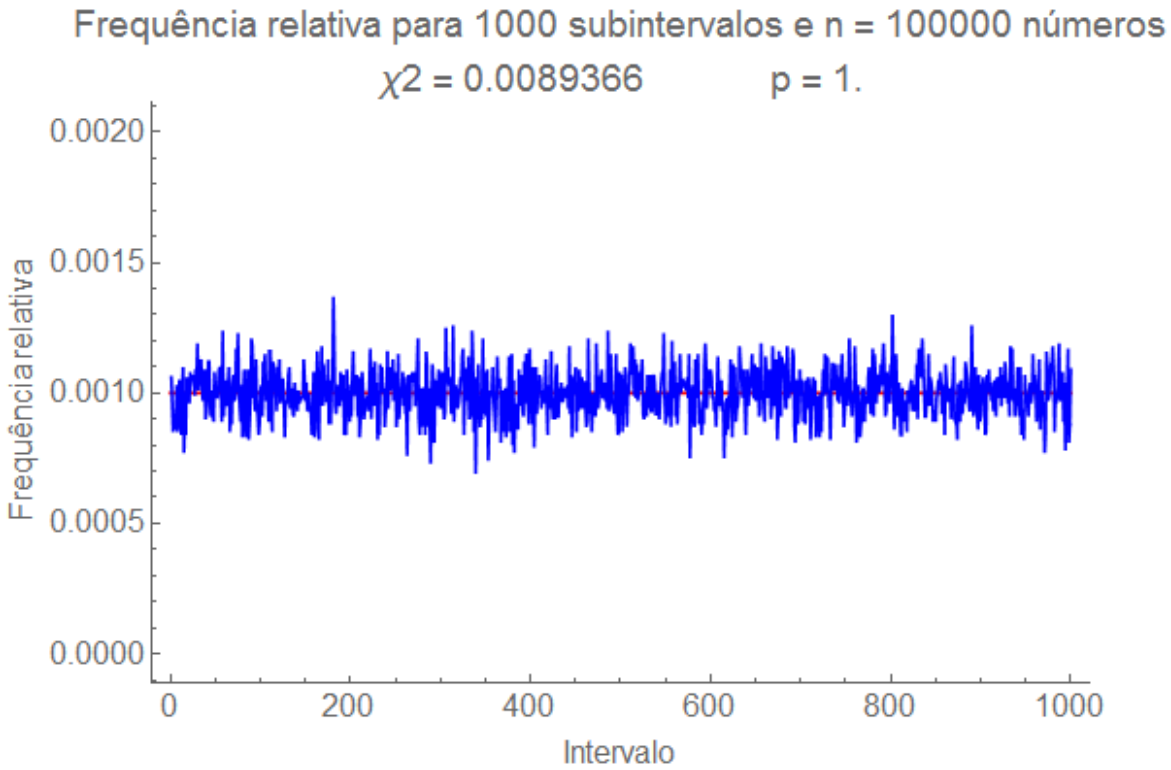


Figure 14: Frequência relativa para 1000 subintervalos de [0,1] e 100000 números pseudoaleatórios.

4 ANÁLISE

Por inspeção, vê-se que o diagrama de retorno não apresenta estrutura visível, ou seja, aparentemente não há correlação entre valores sucessivos das sequências obtidas.

As frequências relativas apresentaram comportamente compatível com o esperado teoricamente para uma distribuição uniforme, apresentado um p-valor de 1 em todos os experimentos.

Portanto, estes experimentos sugerem que o algoritmo apresentado pode ser capaz de gerar sequências de números pseudoaleatórios de qualidade.

5 CONCLUSÃO

Foi mostrado como um algoritmo simples, utilizando-se de dois mapas logísticos, é capaz de gerar sequências aparentemente uniformes de números pseudoaleatórios.

Em uma próxima etapa, serão aplicadas baterias de testes de aleatoriadade, particalarmente as executadas pelo Dieharder (BROWN et al, 2013) e TestU01 (L'ECUYER; SIMARD, 2007).

REFERÊNCIAS

BROWN, R. G.; EDDELBUETTEL, D; BAUER, D. *Dieharder*: A Random Number Test. 2013. Disponível em: <http://www.phy.duke.edu/~rgb/General/dieharder.php>. Acesso em: 08 ago. 2014.

GENTLE, J. E. *Random number generation and Monte Carlo methods*. New York: Springer Science+Business Media, Inc., 2003.

KNUTH, D. E. *The Art of Computer Programming, volume 2:* seminumerical algorithms. 3. ed. Boston: Addison-Wesley, 1997.

MATHEMATICA. Versão 10.0. Champaign: Wolfram Research, Inc.

MONTEIRO, L. H. A. *Sistemas dinâmicos*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2002.

L'ECUYER, P.; SIMARD, R. *TestU01*: A C Library for Empirical Testing of Random Number Generators. ACM Trans. Math. Softw., v. 33, n. 4, ago. 2007.

WELSCHENBACH, M. *Cryptography in C and C++*. New York: Springer-Verlag, 2005.

Lista de autores

Adriana Pereira Souza, 133
Adriana Regina Silva Leite, 246, 397
Alex Roniere Gonçalves, 187
Alexandre Luiz Tuller Telles, 714
Alfredo José Machado Neto, 187, 547
Allan Inocêncio de Souza, 758
Almir Mantovani, 104
Ana Cristina Nassif Soares, 205
Ana Jecely Alves Pereira Lima, 65
Ana Paula da Silva Candido, 721
Ana Tereza Jacinto Teixeira, 198
Analúcia Bueno dos Reis Giometti, 74
Andrea Marqueti, 58
Angela Cristina Basílio de Freitas, 266
Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança, 580
Antônio Carlos da Silva Filho, 561, 567, 758
Aparecida Helena Costa, 17
Bárbara Fadel, 266, 418
Braian Garrito Veloso, 677
Brenno Roberto Amorim Barcelos, 350, 639
Bruna de Melo Vitorino, 46
Bruna Sordi Carrara, 257
Camila Martinelli Sabongi, 358, 423
Carla Freitas de Castro, 460
Célia Maria David, 46, 104
Cibele Randi Barbosa, 626
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, 182, 570
Cláudia Alexandra Bolela, 752
Claudia Fernandes Silva Souza, 321
Cláudia Maria Pereira Brentini, 33, 92
Cynthia Machado, 321
Daniel Facciolo Pires, 447
Daniel Marcondes Gohn, 677
Daniela de Figueiredo Ribeiro, 33, 92
Dapheener Sierra Gonçales, 133
Diane Heire Silva Paludetto, 141
Diego Lopes de Campos, 109
Djanira Soares de Oliveira e Almeida, 580
Edileusa da Silva, 287, 430, 460
Édina Helena de Morais Ferracioli, 51
Edson Martins, 540
Edwirges Elaine Rodrigues, 277, 704
Eliane Marques de Menezes Amicucci, 570
Evandro Gabriel de Oliveira, 198
Fabiana Rodrigues Rocha, 547
Fernanda Mendonça Justino, 630
Fernandina Fernandes de Lima Medeiros, 168
Filipe Pimenta Carota, 27
Flander de Almeida Calixto, 88
Flávio Arantes dos Santos, 338
Flávio Rodrigues Andrade, 502
Francine Leandra de Melo Rodrigues Ishida, 127, 239
Gabriela Silva Ferreira, 690
Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 227
Gilberto Florêncio Faria, 39, 511
Giselle Morais Lima, 133
Guilherme José Lemos, 547
Hélio Braga Filho, 17, 33, 39, 365, 497
Hilda Maria Gonçalves da Silva, 104
Iara Maki Endo Marubayashi, 74
Joice Sousa Costa, 227
Jonatan Pousa, 365
José Alfredo de Pádua Guerra, 511
José Eduardo Zaia, 752
Josiani Julião Alves de Oliveira, 227
Julia Francisca Gomes Simões Moita, 88
Leonardo Henrique Cardoso de Andrade, 39
Leticia Lucia Silva Santos, 478
Lígia da Nóbrega Fernandes, 182
Lorrainy Dias Mendes, 430
Lucia Regina Tanaka Bovo, 74
Luciana Lopes Canavez, 735
Luís Carlos Tanaka, 696
Luis Fernando Conduta, 418
Luiz Antonio Soares Hentz, 639
Luiz César Ribas, 605
Maicow Lucas Santos Walhers, 227
Manoel Carlos Bayão Júnior, 630
Marcia Cristina Freitas Silva, 314, 408, 478
Márcio Benevides Lessa, 365
Marcio Maestrelo Funes, 516
Marcus Lúcius de Carvalho Corrêa, 39, 497
Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga, 277, 704
Maria Amélia Duarte Oliveira Ferrarezi, 187
Maria Cecilia Sodré Fuentes, 487
Maria Cherubina de Lima Alves, 257, 329
Maria Jose Novato Ribeiro, 529
Maria Luisa da Costa Fogari, 652
Maria Luiza Lana Mattos Salomão, 647
Maria Valéria Bertachini do Nascimento Gonçalves, 272, 293
Maria Zita Figueiredo Gera, 222, 246
Marinês Santana Justo Smith, 547
Marley de Fátima Morais Borges, 10
Marta Regina Farinelli, 65, 79
Mônica Cesaretti Borilli, 227
Nanci Soares, 227
Nara Lúcia Facioli, 306, 665
Nayara Hakime Dutra Oliveira, 133
Neide Aparecida de Souza Lehfeld, 408, 478, 593
Noelly Jayne de Oliveira Silva, 133
Nubia Alves de Carvalho Ferreira, 630
Núbia Gabriela Pereira Carvalho, 470, 617
Olney Bruno da Silveira Junior, 470, 617
Orlineya Maciel Guimarães, 745
Patrícia Lopes Pereira Santos, 150
Patrícia S.M.F.do Espírito Santo, 150
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina, 745
Paulo de Tarso Oliveira, 153, 540

Paulo Henrique de Matos Almeida, 547
Paulo Henrique Miotto Donadeli, 735
Pedro Henrique Nascimento, 338
Priscila Maitara Avelino Ribeiro, 65, 79
Rachel Silveira Wrege, 100, 536
Rafael Junqueira Venturi, 153
Raquel de Oliveira Arruda, 104
Regina Célia Baptista Belluzzo, 272, 293
Rosana Freitas Arantes, 65
Rosane Aparecida de Sousa Martins, 65
Rosycler Cristina Santos Simão, 233
Samanta Antonio Gea, 222
Samanta Mendes Spirlandeli, 329
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira, 547, 647
Silvia Cristina Soggio del Monte, 58
Silvia Regina Viel, 117
Silvio Carvalho Neto, 696
Sofia Muniz Alves Gracioli, 721
Soraia Veloso Cintra, 217
Stella Mendes Costa, 350
Tatiana Noronha de Souza, 127
Tiago Soares dos Reis, 714
Valquiria Alves Mariano, 314, 408, 478
Vanessa de Oliveira, 593
Vânia de Fatima Martino, 109
Victor Hugo de Almeida, 358, 423
Viviane Roberta Arantes, 447
Wanderlei Donizete Pereira, 605

© 2014
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Notas de Fim

[i] Uma Convenção da OIT funciona como uma lei internacional, que pode ou não ser ratificada pelos países-membros, mas, se ratificada, o país é obrigado a cumprir e aplicar as exigências da convenção através de sua legislação.

[ii] Concebendo uma FD como discursos organizados, Foucault (2010, p. 43) esclarece que "[...] quando, em um grupo de enunciados, se pode demarcar ou descrever um referencial, um tipo de desvio enunciativo, uma rede teórica, um campo de possibilidades estratégicas, então podemos estar certos de que eles pertencem ao que se poderia chamar de formação discursiva."

[iii] Segundo Angenot (1989), há certas divergências epistemológicas entre os seus estudos retóricos e a Análise do Discurso. Nesse sentido, ao discorrer sobre noções de discurso ou formação discursiva, o pesquisador leciona que, enquanto para a AD o discurso corresponde a uma instância de controle ou determinação do dizer proveniente de uma posição social, o *discurso social*, da forma como é por ele analisado, consiste numa hegemonia discursiva que está aquém e além das FDs. Além dessa diferença, há outras ainda relativas ao papel atribuído à sociedade e ao sujeito na produção discursiva. Enquanto a AD afirma que o sujeito é um efeito da sociedade, Angenot sustenta que é preciso dar mais espaço ao sujeito do que a AD o faz, propondo, inclusive, que se ouça o que o sujeito tem a dizer, antes de lhe explicar social, política, ideológica e historicamente porque ele diz o que diz.

[iv] Em primeiro de maio de 2014 passou a ser considerada pobre a família que percebe até R$ 144,00 reais e indigente a que percebe R$ 77,00 reais mensalmente.

[v] Multinacional do Reino Unido, que opera no setor de energia, petróleo e gás. Possui três empresas no Brasil nos Estados de Goiás e Minas Gerais, sendo uma delas, no município Ituiutaba..

[vi] A Nestlé está instalada em Ituiutaba desde 1976.

[vii] Em 2004, a SAE concluiu a obra do Aterro Sanitário e implantou a Coleta Seletiva em 100% da cidade.

[viii] Art. 1.630, **Código Civil**, "Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores."

[ix] Art. 1.634, inciso II, **Código Civil**: Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores: II- tê-los em sua companhia e guarda.

[x] Art. 21, do **Estatuto da Criança e do Adolescente**: O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurando a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

[xi] Art. 22, do **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir as determinações judiciais.

[xii] Art. 229, **Constituição Federal:** Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores (...).

[xiii] Art. 1.589, **Código Civil**: O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.

[xiv] Art. 227, **Constituição Federal:** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[xv] Art. 1º, do **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

[xvi] MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**, São Paulo: IBCCrim, 1998.p. 82.

[xvii] RYAN, Patrick J. apud MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado**, São Paulo: Atlas, p.19.

[xviii] HASSEMER apud GOMES, Luiz Flávio. **Crime organizado:enfoque criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p.74.

[xix] Na visão de Guaracy Mingardi, essa denominação é errônea, pois parece indicar que o poder paralelo jamais se encontraria com o poder estatal. Linhas paralelas são aquelas que jamais se cruzam, todavia os dois poderes estão em constante ligação. De acordo com o exemplo de Mingardi, membros da Administração Pública são constantemente apontados como suspeitos por participação em organizações criminosas. Há, por outro lado, que se ponderar que o simples fato de os agentes públicos colaborarem com organizações criminosas não significa que o Estado, propriamente dito, está tangenciando este poder paralelo, mas sim aquele agente corrupto, que deve ser afastado da Administração Pública, pois seus interesses pessoais vão de encontro com as finalidades proposta por um Estado Democrático de Direito, permanecendo esta relação de paralelismo entre o Estado Nação e o "poder paralelo". MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo:IBCCrim, 1998.p. 64.

[xx] Paul Castelano era membro da família mafiosa denominada de Gambino de Nova York.

[xxi] MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado** – aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, p.37.

[xxii] MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado** – aspectos gerais e mecanismos legais. São Paulo: Atlas, p.52 e 53.

[xxiii] Aplica-se neste ponto, sobremaneira, a Lei 12.850/2013 e a Lei de Lavagem de dinheiro – Lei 9.613/1998.

[xxiv] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/874119-policiais-se-dividiam-em-quatro-organizacoes-no-rio-diz-pf.shtml> Acesso em: 14 de outubro de 2011.

[xxv] Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-do-stf-quer-a-pf-no-caso-da-morte-de-juiza,757727> Acesso em 14 de outubro de 2011.

[xxvi] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj> Acesso em: 14 de outubro de 2011.

[xxvii] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/881072-operacao-guilhotina-esta-concluida-diz-delegado-da-pf.shtml>Acesso em: 11 de outubro de 2011.

[xxviii] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/874119-policiais-se-dividiam-em-quatro-organizacoes-no-rio-diz-pf.shtml> Acesso em: 11 de outubro de 2011.

[xxix] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/988679-rio-investira-r-3-bi-em-projetos-de-seguranca-ate-os-jogos-16.shtml> Acesso em: 11 de outubro de 2011.

[xxx] Disponível em: <http://br.amnesty.org/docs> Acesso em: 14 de outubro de 2011.

[xxxi]Disponível em: <noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/05/12/informe-2011-da-anistia-internacional-brasil.jhtm> Acesso em: 14 de outubro de 2011. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ 915116-violencia-policial-ainda-e-grande-no-brasil-aponta-anistia.shtml> Acesso em: 14 de outubro de 2011.

[xxxii]BORGES, Paulo César Corrêa. **Reparação do crime pelo Estado.** Franca: Lemos & Cruz, 2003.p.40-45.

[xxxiii]Art.144, caput, CF/88: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]"

[xxxiv] BORGES, Paulo César Corrêa. **Reparação do crime pelo Estado.** Franca: Lemos & Cruz, 2003. p.55.

[xxxv] Art. 144, §5º, CF/88.

[xxxvi] MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo:IBCCrim, 1998. p.48.

[xxxvii] Termo cunhado por Guaracy Mingardi para descrever uma das modalidades de crime organizado. "Crime organizado territorial: grupo de pessoas voltadas para atividades ilícitas e clandestinas que possui hierarquia própria e capaz de planejamento de lucros. Suas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fonte de lucros a venda de mercadorias ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como características distintas de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da lei do silêncio aos membrosou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção do território." MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo:IBCCrim, 1998 p.82.

[xxxviii]MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo:IBCCrim, 1998.p.63

[xxxix] Palestra de Vera Malaguti Batista no programa Café Filosófico CPFL gravada no dia 15 de julho, em São Paulo.Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/site/2009/12/01/integra-medo-violencia-e-politica-de-seguranca-%e2%80%93-vera-malaguti-batista/> Acesso em: 15 de outubro de 2011

[xl]Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1384692-5606,00.html> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

[xli]Disponível em: <http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-upps-pacificacao-ou-controle-autoritario> Acesso em: 16 de outubro de 2011.

[xlii]Mestre em História Social (UFF), Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, Secretária geral do Instituto Carioca de Criminologia e autora dos livros "Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro" e "O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história", ambos pela editora Revan.

[xliii]Palestra de Vera Malaguti Batista no programa Café Filosófico CPFL gravada no dia 15 de julho, em São Paulo.Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/site/2009/12/01/integra-medo-violencia-e-politica-de-seguranca-%e2%80%93-vera-malaguti-batista/> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

[xliv]BATISTA, Vera Malaguti.**O Realismo Marginal:** criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo**.**Disponível em:< http://www.ovp-sp.org/debate_teorico/debate_vera_malaguti.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2011.p.8

[xlv]LoïcWacquant é professor de sociologia e pesquisador associado do Institute for Legal Research, da Universidade da Califórnia, em Berkeley. É também pesquisador do Centre de SociologieEuropéenne em Paris. Nascido e criado no sul da França, estudou em Montpellier, Paris e Chicago. Dedica-se ao estudo de temas como desigualdade urbana, marginalidade, instituições carcerárias e políticas penais.

[xlvi]MATOS, George. **O Estado de exceção virou regra**. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/ politica/george-matos-o-estado-de-excecao-virou-regra.html> Acesso em: 16 de outubro de 2011.

[xlvii] Disponível em < http://blogs.estadao.com.br/paladar/queijo-da-serra-da-canastra-produto-do-ano/>. Acesso em 30 jul. 2014.

[xlviii] Disponível em <http://www.slowfoodbrasil.com/textos/queijos-artesanais/675-instrucao-normativa-n-30-2013-do-mapa-a-ilegalidade-continua>. Acesso em 30 jul. 2014.

[xlix] Informações sobre o movimento *Slow Food* disponíveis em < http://www.slowfoodbrasil.com/>. Acesso em 30 jul. 2014.

[l] SEBRAE/MG – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Informações disponíveis em <http:// *www.sebraemg.com.br/>. Acesso em 30 ago. de 2014.*

[li] Informações sobre o SEBRAETEC disponíveis em < http://arquivopdf.sebrae.com.br/uf/para/programas/acesso-a-inovacao-tecnologica/sebraetec/sebraetec>. Acesso em 30 jul. 2014.

[lii] Texto extraído de Certidão do IPHAN, que consta no Extrato do Parecer Sobre o Registro dos Queijos Artesanais de Minas Gerais. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=941>. Acesso em 30 jul. 2014.

[liii] Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3223>. Acesso em 30 jun. 2014

[liv] SICOOB Saromcredi (Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda), com matriz em São Roque de Minas, atua fomentando o desenvolvimento sustentável na região da canastra.

[lv] Segundo Barroco (2008, p. 30), a partir das reflexões de Netto e Braz (2006, p. 58-59): "o *modo de produção* diz respeito às *forças produtivas* e às *relações de produção.* As primeiras são: 1) os *meios de trabalho*: instrumentos, ferramentas, instalações, etc., assim como a terra; 2) os *objetos do trabalho:* as matérias que o homem utiliza para trabalhar (matérias brutas ou já modificadas pela ação do trabalho); 3) a *força de trabalho:* a energia humana empregada no processo de trabalho (com o uso dos meios de trabalho) a fim de transformar os objetos de trabalho em objetos úteis em termos de atendimento de necessidades. As *relações de produção* são relações *técnicas* (especialização do trabalho, tecnologia, etc.), sendo subordinadas às *relações sociais* de produção, determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais (grifo da autora)."

[lvi] Defendida pelo Conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) / Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), na Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014) do CFESS.

[lvii] Para Franco e Silva (2012, p. 225), acolhimento institucional pode ser definido como "um serviço de acolhimento provisório de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, em medida protetiva de acolhimento, afastados do convívio familiar em razão de seus familiares encontrarem-se temporariamente impossibilitados de exercerem suas funções parentais, até que seja viabilizado o retorno à família de origem, ou na impossibilidade, encaminhados para família substituta."

[lviii] A palavra acolher apresenta o sentido de "hospedar, receber, atender e tomar em consideração" (SILVA; ARPINI, 2013, p. 425).

[lix] Informações advindas da palestra proferida por Marilda Villela Iamamoto durante o 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que aconteceu em Águas de Lindóia – SP, entre os dias 14 e 18 de outubro de 2013.

[lx] "O CNJ é um órgão que foi criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e que tem como competência a fiscalização da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, além de fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos/as juízes/as. É composto por quinze membros, com mandato de dois anos". (CFESS, 2014, p. 41).

[lxi] Podemos entender a ideia de ator segundo a definição de Herbert José de Souza: "O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia." (SOUZA, 2012, p. 12).

[lxii] Verifica-se que essa terminologia é amplamente utilizada nas bibliografias sobre a infância e juventude, no entanto, dentro do Serviço Social foi superada por ser considerada como "uma concepção estrutural-funcionalista de organização das instituições sociais, sem se atentar para as intensas mediações e contradições que existem entre as diferentes esferas de poder e as relações entre tais instituições." (CFESS, 2014, p. 12).

[lxiii] O artigo 86 do ECA expõe a importância da articulação de ações governamentais e não governamentais, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, apoiadas em três grandes eixos: **promoção de direitos**, que reconhece o dever do Poder Executivo de "garantir de modo universal os serviços públicos básicos ao conjunto da população e, de modo prioritário, às crianças e adolescentes" (GARCÍA, 1999, p. 3); **defesa de direitos**, que assegura a exigibilidade de direitos, é efetivado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outros atores sociais que são instâncias recursais e agem através da responsabilização do Estado, da Sociedade e da família pelo não atendimento, atendimento irregular ou violação de direitos individuais e coletivos e **controle de direitos,** ou seja, o controle externo não institucional da ação do Poder Público pela sociedade civil responsável pela gestão democrática da coisa pública, por exemplo, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

[lxiv] Comarca é o limite territorial de atuação do juiz. Geralmente, este limite coincide com a divisão administrativa do município.

[lxv] Entendemos direito enquanto "um campo de disputas constantes – tanto pela sua positivação em lei, mas, sobretudo, pela sua efetivação no cotidiano social (...), pois direitos são construídos a partir de relações sociais concretas e buscam responder a necessidades sociais historicamente produzidas por classes e segmentos de classes. Dar-lhes o caráter impositivo depende das correlações de forças, das formas de organização política, da força de tradições culturais, das disputas ideológicas que se travam em torno dos interesses e projetos em questão." (CFESS, 2014, p. 19).

[lxvi] Conforme as informações contidas no site do TJSP, disponível em <http://www.tjsp.jus.br/Egov/InfanciaJuventude/Coordenadoria/Default.aspx?f=5> a Coordenadoria da Infância e Juventude foi criada pelo seguinte motivo: "atento à responsabilidade institucional da Justiça da Infância e da Juventude na garantia de direitos, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por decisão do Egrégio Conselho Superior da Magistratura, decide criar a Coordenadoria da Infância e da Juventude, que formalmente passa a existir a partir de 1º de abril de 2007, conforme decisão proferida no processo G 39707-07-DIMA 1.1.1. A Coordenadoria da Infância e Juventude busca, assim, suprir algumas importantes lacunas até então existentes e dar novo dinamismo à atuação da Justiça Paulista. Com uma postura de grande proximidade e apoio aos magistrados, busca prestar assessoria tanto à prestação jurisdicional como às necessárias articulações para o bom desempenho das funções dos magistrados, especialmente àquelas de caráter regional ou estadual. Além disto, como órgão de representação institucional, a Coordenadoria pretende promover o aprimoramento da atuação jurisdicional por meio de projetos inovadores, o fomento a uma melhor articulação tanto dos magistrados e servidores entre si, como sobretudo com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. A Coordenadoria da Infância e da Juventude assume também grande papel na implementação de ações ditadas por Planos e Sistemas Nacionais, como o de Atendimento Socioeducativo, de Convivência Familiar e Comunitária ou de Enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. Para tanto, a Coordenadoria celebra parcerias e desenvolve ações de sensibilização, mobilização e capacitação dos magistrados e funcionários com atuação na área da infância e da juventude no Estado de São Paulo, bem como contribui para a tomada de providências nas ações que demandem o envolvimento da Justiça Paulista como um todo".

[lxvii] Dados obtidos mediante consulta ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010, disponíveis em: cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354490&search=sao-paulo|.

[lxviii] A *Rio 92*, realizada em 1992 no Rio de Janeiro e a Rio+20, ocorrida em 2012, também no Rio de Janeiro representam duas das mais recentes e importantes conferências nas quais se buscou estabelecer um entendimento e metas que pudessem resultar em avanços concretos na questão da preservação ao ecossistema.

[lxix] Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[lxx] A compilação desses dados foi extraída a partir dos Panoramas ABRELPE 2012 e 2013. Em ambos os relatórios, os dados figuram na página 35 de cada volume.

[lxxi] Segundo o censo IBGE de 2010, a população de Franca correspondia a 318.239 habitantes.

[lxxii] Matéria especial do jornal "Comércio da Franca" com o título "Pastoral atende 350 crianças". Publicada em 23 de março de 2012.

[lxxiii] Dados e informações obtidas a partir do questionário enviado à SESMAM, respondido em 02 de julho de 2014, via correio eletrônico.

[lxxiv] SINDIFRANCA, Núcleo de Inteligência Competitiva do Couro e do Calçado. **Relatório mensal.** Jul.2014.

[lxxv] FRANCA. Lei nº 6.425 de 03 de outubro de 2005. Autoriza o Executivo Municipal a estabelecer Termo de Consórcio, com a - Associação dos Manufaturados de Couro e Afins - AMCOA e o Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, para a execução de obras e serviços indispensáveis à instalação do Aterro Sanitário Municipal destinado à disposição de resíduos sólidos domésticos e industriais denominado Sistema de Disposição Final de Resíduos - Franca e dá outras providências.

[lxxvi] Entrevista de José Carlos Brigagão do Couto, Presidente do Sindifranca ao programa "Cidades e Soluções" do canal Globonews. Matéria exibida em 13 de julho de 2011.

[lxxvii] De acordo com a resposta da SESMAM ao nosso questionário, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos se encontra em versão preliminar, apresentada ao COMDEMA – Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Franca – para ciência dos conselheiros, discussão e avaliação. A próxima etapa será a audiência pública e, após as alterações pertinentes, o Plano entrará em vigor.

[lxxviii] O Programa Município Verdeazul é regulamentado pela Resolução SMA Nº 009 DE 31 de janeiro de 2008.

[lxxix] A informação foi publicada no site oficial da prefeitura de Franca em 11 de dezembro de 2013 no seguinte endereço eletrônico: <http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/servicos-meio-ambiente/franca-recebe-selo-municipio-verde-azul.html>.

[lxxx] A palavra diligência vem do latim *diligere*, que significa amar, zelar, ser cuidadoso. A ideia de diligência está relacionada ao esforço ou zelo para cumprir o dever. Cf. JORGE. Fernando Lopes Pessoa. Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil. Almedina. 1999.

[lxxxi] Neste sentido Fábio Ulhoa Coelho. op. cit. p. 244; Modesto Carvalhosa. op. cit. p. 266.

[lxxxii] Importante nesse aspecto destacar que o art. 152 *caput* da LSA, ao tratar da remuneração dos administradores emprega expressamente como critério a competência profissional.

[lxxxiii] A legislação brasileira também é nesse sentido. A LSA dispõe em seu art. 146 os requisitos para o cargo de administradores: ser pessoa natural e, no caso dos diretores, serem residentes no país.

[lxxxiv] A obtenção de informações adicionais e mais complexas tem vantagens que se refletem numa decisão mais acertada, mas tem também custos para a administração da sociedade, uma vez que a eficácia da decisão poderá ser prejudicada pela demora da mesma. Cabe pois à administração da sociedae, em cada caso concreto, fazer o balanço entre as vantagens e desvantagens da pesquisa de informações mais completa. Cf. SIMÕES. Paula Cristina Raposo Rodrigues Cabriz. Os deveres de diligência e de lealdade dos administradores das sociedades anônimas. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito – Ciências Jurídico-comerciais) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998.

[lxxxv] É razoável que os administradores possam e devam confiar nas informações que lhe são fornecidas, uma vez que não haja elementos indicativos de nenhuma irregularidade. Por outro lado, se houver fatos indicativos de irregularidades e o administrador deixar de realizar a investigação estar-se-á diante da quebra do dever de diligência.

[lxxxvi] Modesto Carvalhosa (2011, p. 276) disserta no que tange às condições de trabalho e às relações com seus empregados (CF, art. 170, VIII), em termos de melhoria crescente de sua condição humana e profissional, bem como de seus dependentens; em relação ao interesse dos consumidores (CF, art. 170, V) dos produtos ou serviços, seja em termos de qualidade ou no que se refere aos preços; e ainda, no que tange aos concorrentes (CF, art. 170, IV) a favor dos quais deve o administrador empregar práticas equitativas de comércio, não se utilizando de práticas ílicitas tais como concorrência desleal ou abuso do poder econômico. Além desses pontos levantados pelo autor tem-se ainda as questões centrais enfrentadas pelas empresas, entre elas estão: questões ambientais e de redução das desigualdades sociais/regionais.

[lxxxvii] Percebe-se nitidamente um afastamento da LSA do modelo de governaça norte americano pautado no interesse substancial dos shareholders, e a aproximação de um modelo voltado também para os demais interessados na companhia (stakeholders) – modelo de governança nipo-germânico.

[lxxxviii] A Lei de Ação Popular – Lei 4.717/65 – conceitua o desvio de finalidade quando "o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.".

[lxxxix] O Código Civil de 2002 trouxe normatização, no art. 50, quando da ocorrência do desvio de finalidade, preconizando a possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica – *disregard doctrine* – para que o patrimônio pessoal dos administradores seja responsável pelas obrigações assumidas em face do abuso.

[xc] Cláusula *put option* é a cláusula que obriga uma das partes – no caso a Petrobrás – a adquirir as ações da outra parte – Astra Oil – em casos de desentendimentos entre os sócios – a Petrobrás acusou a Astra de estar comprando produtos de outras refinarias, o denominado *self-dealing*. O acordo também é denominado de *put and call*, pois da mesma forma que a Astra Oil poderia exigir que a Petrobras comprasse sua participação (*put*), de outro lado, poderia a Petrobrás exigir que a Astra Oil vendesse sua participação se assim fosse vantajoso (*call*).

[xci] Cf. Tribunal de Apelação, Primeiro Distrito do Texas n. 01-11-00073-CV. Disponível em: http://law.justia.com/cases/texas/first-court-of-appeals/2012/01-11-00073-cv.html. Acesso em 10/08/2014.

[xcii] Art. 159,§6º da LSA. "O juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia."

[xciii] Valor material é o termo utilizado por contadores para qualificar relevantes quantias e que para a deliberação da questão demande maior diligência quando da decisão.

[xciv] O valor estimado da Petrobrás é de cerca de R$243 bilhões de reais. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/08/petrobras-volta-ser-superada-pela-ambev-em-valor-de-mercado.html. Acesso em: 10/08/2014.

[xcv]UNICEF significa Fundo das Nações Unidas para a Infância. Fonte: disponível em: < http://www.significados.com.br/unicef/> . Acesso em 29 de mar. de 2014.

[xcvi] Segundo o educador Eduardo Henrique Silva Rodrigues "[...] O período da formação inicial é essencial para consolidar uma base sólida de saberes que os futuros profissionais deverão possuir até o findar desta formação. [...]". Fonte: Disponível em: < http://posgraduando.com/blog/3-fatores-negativos-na-formacao-inicial-que-prejudicam-o-estudante-na-pos-graduacao>. Acesso em: 12 de abr. de 2014.

[xcvii] "A construção de conhecimento através da formação continuada independe do tipo de curso que se faz, o que se observa é a necessidade do profissional em continuar a formação teórica e metodológica dos processos de trabalho no campo profissional" (PEREIRA & BENETTI, 2012, p.12). Fonte: Disponível em: < http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Lygia-Pereira.pdf >. Acesso em: 12 de abr. de 2014.

[xcviii] Gestão: Fonte: Disponível em: <http://www.dicio.com.br/gestao/ > Acesso em 30 de jun. de 2012.

[xcix] Projeto: Fonte: Disponível em: < http://www.dicio.com.br/projeto/> Acesso em 30 de jun. de 2012.

[c] Social: Fonte: Disponível em: < http://www.dicio.com.br/social/ > Acesso em 30 de jun. de 2012.
[ci] Estes apontamentos foram embasados no conteúdo da página 187, livro: ANTUNES, Ricardo. "Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho" . São Paulo: Cortez: Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
[cii] James A. D. W. Anderson atualmente é professor da School of Systems Engineering – Reading University na Inglaterra.
[ciii] Mahavira: matemático Hindu que viveu em ac. 830.
[civ] Bhaskara: matemático Hindu que viveu em ac. 1150.
[cv] Konrad Knopp: matemático alemão que viveu de 1882 a 1957.
[cvi] Friedrich Nietzsche: filósofo alemão que viveu de 1844 a 1900.
[cvii] Girolamo Cardano: matemático italiano que viveu de 1501 a 1576.
[cviii] Niccolò Tartáglia: matemático italiano que viveu de ac. 1500 a 1557.
[cix] Tiago S. Reis atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Câmpus Volta Redonda.
[cx] Walter Gomide é professor de Filosofia e Lógica na Universidade Federal do Mato Grosso

ISBN 978-858740684-2

Editora
Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA